REUNIÃO DE ARTIGOS DO III EIFI

Fronteiras e Identidades

ORGANIZADORES:
AMANDA BASILIO SANTOS
JONAS MOREIRA VARGAS
ELISABETE DA COSTA LEAL

FRONTEIRAS E IDENTIDADES

Reunião de artigos do III EIFI

(Página Intencionalmente deixada em branco)

FRONTEIRAS E IDENTIDADES

Reunião de artigos do III EIFI

1ª Edição

Organizadores

Amanda Basilio Santos
Jonas Moreira Vargas
Elisabete da Costa Leal

Pelotas
Edição do Autor
2017

© 2017, Edição do Autor
.
Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei 5988 de 14/12/73. Nenhuma parte deste livro, sem autorização previa por escrito da editora, poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados: eletrônicos, mecânicos, fotográficos, gravação ou quaisquer outros.

Editoração: Amanda Basilio Santos.

Capa: Amanda Basilio Santos através do *Canva*.

ISBN 978-85-922097-2-8

Como referenciar o trabalho (conforme ficha catalográfica)

SOBRENOME, Nome. Título. In: SANTOS, Amanda; VARGAS, Jonas; LEAL, Elisabete. *Fronteiras e Identidades: reunião de artigos do III EIFI*. Pelotas: Edição do Autor, 2017, p. x-x.

Site e Facebook:

http://fronteiraseidentid.wixsite.com/iiieifi | https://www.facebook.com/IIIeifi

Realização:

Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) e Laboratório de Política e Imagem (LAPI).

Apoio:

CAPES e FAPERGS

Observação: Os textos contidos neste caderno de resumos são de responsabilidade exclusiva de seus respectivos autores, incluindo a adequação técnica e linguística.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E56a

Fronteiras e Identidades [livro eletrônico]: reunião de artigos do III EIFI / Amanda Basilio Santos; Jonas Moreira Vargas; Elisabete Leal (Organizadores). 1. ed.- Pelotas: Edição do Autor, 2017. 780p.

PDF - EBOOK

Inclui Bibliografia.

ISBN: 978-85-922097-2-8

1. Evento Acadêmico 2. Ciências Humanas 3. História

CDU 930
CDD 900

APRESENTAÇÃO

O Encontro Internacional Fronteiras e Identidades, promovido pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pelotas, já se tornou um evento mais do que consolidado entre historiadores e professores do sul do Brasil. Dando continuidade ao mesmo eixo temático que caracteriza as linhas do Programa de Pós-graduação, a sua terceira edição, realizada entre os dias 5 e 7 de outubro de 2016, contou com 3 Conferências, 2 Mesas-redondas, 17 Simpósios Temáticos e 3 Mini-cursos, reunindo mais de 350 participantes, entre apresentadores e ouvintes, alunos de graduação, pós-graduação, professores acadêmicos, além de outros pesquisadores, da História e de outras áreas das Ciências Humanas e comunidade em geral.

A presente coletânea reúne 81 artigos escritos por comunicadore(a)s que participaram do III EIFI e os mesmos estão ordenados de acordo com os Simpósios Temáticos que ocorreram nos dias do evento. As contribuições são várias e vão desde os estudos na Antiguidade até fenômenos socioculturais do tempo presente, relativas, por exemplo, ao patrimônio histórico, aos usos da memória e a questões políticas recentes. Abordagens clássicas a respeito da História Política, da História Cultural e da História dos trabalhadores no século XX também estão presentes, assim como novas pesquisas na área da escravidão africana, da história indígena e dos estudos sobre gênero. A partir destes e de outros artigos, o(a) leitor(a) terá contato com análises recentes a respeito da historiografia internacional, além de um repertório diversificado de fontes documentais utilizadas pelo(a)s diverso(a)s autore(a)s. Portanto, trata-se de mais uma

oportunidade para a circulação qualificada de trabalhos produzidos por pesquisadore(a)s brasileiro(a)s e estrangeiro(a)s, representando ainda um incentivo para novas pesquisas na área e formas de interação com a comunidade acadêmica, sobretudo do Cone Sul.

Desejamos a todos e a todas uma ótima leitura!

Jonas M. Vargas

Elisabete Leal

Amanda Basílio Santos

SUMÁRIO

Apresentação.....5

PATRIMÔNIO E EDUCAÇÃO PARA O PATRIMÔNIO: estudos recentes.....17

A COLUNA PRESTES: MEMÓRIA E PATRIMÔNIO NA REGIÃO DAS MISSÕES/RS
Amilcar Guidolim Vitor e *Júlio Ricardo Quevedo dos Santos*.....18

ENSINO DE HISTÓRIA REGIONAL E PATRIMONIALIZAÇÃO DE MEMÓRIAS NO VALE DO TAQUARI –RS
Cristiano Nicolini.....28

MUJERES DE UNA FARMACINHA VIVA COMO PRODUCTORAS DE UN SABER-HACER CON VALOR PATRIMONIAL
Marcela Paz Carrasco Rodríguez.....37

O PROGRAMA PONTOS DE MEMÓRIA E A APROPRIAÇÃO DO PATRIMÔNIO PELA COMUNIDADE
Mariana Boujadi Mariano da Silva.....47

O VALOR SIMBÓLICO DOS BENS MÓVEIS PARA O PATRIMÔNIO INDUSTRIAL: O CASO DA PRENSA DA EXTINTA FÁBRICA LANEIRA BRASILEIRA S.A.
Mirella Moraes de Borba.....52

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E O ENSINO DE HISTÓRIA: DESCOBRINDO A CATEDRAL DE SÃO PEDRO
William Adão Ferreira Paiva e *Renata Braz Gonçalves*.....59

FRONTEIRAS, SOCIEDADES E RELAÇÕES DE PODER NO SUL DA AMÉRICA (SÉCULOS XVII, XVIII E XIX) 69

TERRITÓRIOS E MEDIADORES NA FRONTEIRA BRASIL - URUGUAI A FINS DO SÉCULO XIX
Pablo R. Dobke e *Gustavo F. Andrade*.....70

PECUARISTAS BRASILEIROS NO URUGUAI: SOBERANIA E CIDADANIA EM MEADOS DO SÉCULO XIX
Carla Menegat.....80

MOVIMIENTOS DE POBLACIÓN EN LA FRONTERA A TRAVÉS DE UNA FAMILIA DE INMIGRANTES
Cecilia Chagas et al.....90

OS “PUEBLOS DE ÍNDIOS” E SUAS ESTÂNCIAS: LITÍGIOS DE FRONTEIRA NO ESPAÇO MISSIONEIRO

Helenize Soares Serres e *Maria Cristina Bohn Martins*.....98

PERMANÊNCIA DE MOLDES COLONIAIS: ESTUDO DE CASO DA ALFÂNDEGA DE URUGUAIANA (1851-64)
Mariana Flores da Cunha Thompson Flores.....108

FRONTEIRA: ESTRATÉGIA DOS TRAFICANTES DE ESCRAVOS DE SACRAMENTO (1730-1750)
Stéfani Hollmann.....119

FRONTEIRAS E IDENTIDADES NA ANTIGUIDADE CLÁSSICA E MEDIEVO: novos debates.....126

CONVIVÊNCIA ISONOMICA E TRAGÉDIA
Jussemar Weiss Gonçalves.....127

CLITEMNESTRA, A MULHER QUE OS HOMENS NÃO QUEREM: A TRAGÉDIA E A EDUCAÇÃO DO MASCULINO
Lisiana Lawson Terra da Silva e *Jussemar Weiss Gonçalves*.....139

AÇÃO E DESAMPARO NA TRAGÉDIA GREGA
Matheus Barros da Silva.....148

A ÚLTIMA FRONTEIRA: globalização em perspectiva histórica e História Global.....154

A CENTRALIDADE DO TRABALHO NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DO TRABALHADOR
Larissa Copatti Dogenski.....155

GLOBALIZAÇÃO E RELAÇÕES MUNDIAIS PERIFÉRICAS EM LEOPOLDO ZEA: NOTAS INICIAIS DE PESQUISA
Raony V. A. Odremán Mendes.....165

O POMO DO JARDIM DAS HESPÉRIDES: RELAÇÕES ENTRE HISTÓRIA GLOBAL E HISTÓRIA MILITAR
Ricardo Barbosa da Silva.....174

ENTRE FRONTERAS NACIONALES Y CULTURALES. CONVERSACIONES CON GAUCHOS POR LA PAMPA
Teresa Lenzi e *Jesús Pérez García*.....180

A HISTÓRIA E SUAS FRONTEIRAS: questões de teoria da História e História da Historiografia.....192

TEMPO E ESCRITA DA HISTÓRIA EM OS SERTÕES DE EUCLIDES DA CUNHA: UM ESBOÇO
Eliete Lucia Tiburski.....193

PROSOPOGRAFIA: ATENÇÃO, SENTIDO!
Fabíola Peres de Souza.....201

HISTÓRIA DOS INDÍGENAS E DOS AFRODESCENDENTES: perspectivas de estudos e diálogos com a etnohistória.....209

UM DIÁLOGO COM A RAÇA – USOS PROMOVIDOS PELO JORNAL NEGRO A ALVORADA (1931-1935)
Ângela Pereira Oliveira.....210

SOBRENOMES INDÍGENAS: UM BREVE ESTUDO ONOMÁSTICO DA ALDEIA DE ITAPECERICA (1732-1830)
Marcio Marchioro.....217

OS CRIMES E OS DIREITOS: LUTAS ESCRAVAS EM PELOTAS (1845-1880)
Roger Costa da Silva.....226

NÃO TEMOS MAIS PIXURU: RELATOS SOBRE O PRÁTICA DO PIXURU NO QUILMBO SÃO ROQUE/SC
Sílvia Regina Teixeira Christóvão.....233

A FUGA, A FOME E O FURTO: UMA ANÁLISE SOBRE AS RELAÇÕES DE ESCRAVOS E LIVRES EM PROCESSO-CRIME NA VILA DE PIRATINI NO ANO DE 1855.
Vinicius Cardoso Nunes.....242

HISTÓRIA E PODER: Elites Políticas e Intelectuais no Brasil (Séc. XIX-XX) 249

INTELECTUAIS CATÓLICOS: PATRONOS E PRIMEIROS ACADÊMICOS DA ANL (1936-1938)
Bruna Rafaela de Lima Lopes.....250

A CONSTRUÇÃO DA ARMADA NOS MOMENTOS DE TENSÃO
Cosme Alves Serralheiro.....261

PLÍNIO SALGADO VERSUS ALBERTO PASQUALINI NO ÁLBUM DE RECORTES DE JOÃO MARIA BALÉM (1950)
Douglas Souza Angeli.....272

"ITINERÁRIOS" DE MARIA THETIS NUNES NA FACULDADE DE FILOSOFIA DA BAHIA (1943-1946)
João Paulo Gama Oliveira 282

A ATUAÇÃO DE ELPÍDIO BARBOSA NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA (1951-1955)
Joeci de Oliveira Junior 291

ELITE E CARIDADE: ASILO DE MENDIGOS DE PELOTAS (1880-1920)
Josué Eicholz.....301

O "LIBERTADOR" JOÃO BATISTA LUSARDO: CAPITAIS, POSIÇÕES E RELAÇÕES SOCIAIS DE PODER
Rodrigo Dal Forno.....311

HISTÓRIA E IMAGENS.....321

IMAGENS ENTRE O QUE SE FOI E O QUE SERÁ: TUMBAS TRANSI NA INGLATERRA MEDIEVAL
Amanda Basilio Santos, *Carlos Alberto Ávila Santos* e *Carla Rodrigues Gastaud*.....322

INDEPENDÊNCIA OU MORTE: O QUADRO E UMA APROPRIAÇÃO DA GRAPHIC NOVEL
Laura Giordani.....334

SEM FRONTEIRAS: FOTOGRAFIA E ARTE NOS CAMINHOS DA HISTÓRIA
Luzia Costa Rodeghiero.....341

MÉTODO DOCUMENTÁRIO NA ANÁLISE DE PROPAGANDAS DO ENSINO PRIVADO PELOTENSE
Helena de Araujo Neves e *Rita de Araujo Neves*.....351

AMERÍNDIOS REPRESENTADOS EM QUATRO TEMPOS: IMAGENS EM LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA
Felipe Nunes Nobre.....362

HISTÓRIA, TRAJETÓRIAS INDIVIDUAIS E NARRATIVAS.....372

UM OLHAR DO IPINHA POR MEIO DA MEMÓRIA
Anna Beatriz Ereias Ensslin.....373

A FRONTEIRA E OS MERCENÁRIOS: O CASO DOS BRUMMER
Carlos Eduardo Piassini e *Maria Medianeira Padoin*.....381

A TRAJETÓRIA DO CURSO DE DANÇA DA UNICRUZ (1998-2010)
Carmen Anita Hoffmann e *Norberto Hoffmann*.....390

A UTILIZAÇAO DA HISTÓRIA ORAL PARA CONSTRUÇÃO DA TRAJETÓRIA DO MÚSICO JOÃO ADELINO LEAL BRITO (1917-1966)
Vinicius Carvalho Veleda.....401

CONTANDO CARNAVAIS: O USO DA HISTÓRIA ORAL NA TRAJETÓRIA PROFISSIONAL DE DJAIR MADRUGA (1970-1980)
Gabriela Brum Rosselli.....411

RELAÇÕES DE GÊNERO NO AMBIENTE ESCOLAR
Valdirene Hessler Bredow e *Ani Camila Barcellos Pereira* 422

O CANTO NO COLLEGIO ALEMÃO DE PELOTAS NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX
Maria Angela Peter da Fonseca.....431

COMIDA COMO MEMÓRIA: NARRATIVAS DE URUGUAIOS NA CIDADE DE PELOTAS – RS
Mariana de Araujo Isquierdo.....441

AS NARRATIVAS DOS CRIMES SEXUAIS DE PORTO ALEGRE (1945-1964)
Marluce Dias Fagundes 451

MARY CASSATT E CAMILLE CLAUDEL: QUESTÕES DE GÊNERO NA SOCIEDADE FRANCESA NO FINAL DO SÉCULO XIX.
Taslins Ferreira Herbstrith.....456

A REPRESENTATIVIDADE DE PADRE REINALDO WIEST NAS CIDADES DE PELOTAS E PIRATINI – RS.
Ticiane Pinto Garcia Barbosa 466

DITADURAS DE SEGURANÇA NACIONAL NO CONE SUL: História, Historiografia e questões políticas.....475

O MITO DA INSTITUCIONALIDADE CHILENA: A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE EQUIVOCADA
Amanda Barbosa Maracajá de Morais.....476

POLÍTICA OPERÁRIA (POLOP): UMA ORGANIZAÇÃO REVOLUCIONÁRIA DIANTE DE CISÕES
Lineker Oliveira Noberto da Silva 485

HISTÓRIA DA CULTURA ESCRITA: representações e práticas de leitura e escrita.....491

À LUZ DE UM PEQUENO PÚBLICO: O TRATAMENTO DE AUTORAS ESCRITORAS NAS OBRAS DE ANTOINE DUVERDIER E FRANÇOIS DE LA CROIX DUMAINE
Luiane Soares Motta 492

O DIÁRIO DE BORDO DA PARTEIRA CONTEMPORÂNEA: UM BLOG (2011-2013)
Eduarda Borges da Silva 502

A LEITURA DELEITE NOS CURSOS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DO PNAIC
Ellem Rudijane Moraes de Borba e *Maristani Polidori Zamperetti*.....510

DR. WILHELM ROTERMUND E A EVANGELISCHE BUCHHANDLUNG: OPÇÕES DE LEITURA EM LÍNGUA ALEMÃ DE 1877 A 1879
Imgart Grützmann.....519

DIÁRIOS INTIMOS: AS POSSIBILIDADES DE PESQUISA SOBRE AS ESCRITAS DE SI (PELOTAS,1950)
Letícia Portella Milan 529

APRENDIZAGENS E USOS DO ESCRITO EM UMA TRAJETÓRIA AUTODIDATA
Lisiane Sias Manke 538

AS BIOGRAFIAS DE PIRATAS ESCRITAS POR DANIEL DEFOE E O GÊNERO BIOGRÁFICO NA HISTÓRIA
Nicássio Martins da Costa 548

PRÁTICAS DE LEITURA E ESCRITA NO INÍCIO DO SÉCULO XXI: MODOS DE LER EM "REDES"
Roselusia Teresa de Morais Oliveira 555

HISTÓRIA AGRÁRIA NO SUL DO BRASIL (SÉC.XVIII, XIX E XX) 565

A ESTRADA DA PRODUÇÃO E O PENSAMENTO DESENVOLVIMENTISTA SUL-RIO-GRANDENSE (1956-1969)
Elvis Patrik Katz 566

A FRONTEIRA E O ARREGLO DE LOS CAMPOS: O AGRARISMO ILUSTRADO NA CAMPANHA DE MONTEVIDÉU
Pedro Vicente Stefanello Medeiros 575

A METODOLOGIA DE HISTÓRIA ORAL E SUAS POSSIBILIDADES DE PESQUISAS.....588

A AUTORIDADE TRADICIONAL EM MOÇAMBIQUE SÉCULO XX: ESTUDO DE CASO DISTRITO DE MARRACUENE
Lurdes José Cossa.....589

OS RÉUS/AGRESSORES DE MULHERES JULGADOS NO JUIZADO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA DE PELOTAS
Elisiane Medeiros Chaves e *Lorena de Almeida Gill*.....599

IMIGRAÇÃO QUALIFICADA: UM ESTUDO DE CASO
Fernanda Trentini Ambiedo 609

O SENHOR ARI: UMA PEQUENA BIOGRAFIA DO FUNDADOR DO BLOCO DA BICHARADA
Gisele Dutra Quevedo e *Juliane Conceição Primon Serres*.....615

O USO DA HISTÓRIA ORAL E SEUS BASTIDORES DE PESQUISA
Tatiane Vedoin Viero 626

MEMÓRIAS "ZINGARIANAS": NARRATIVAS DE NEGROS BAGEENSES ACERCA DO CLUBE OS ZÍNGAROS
Tiago Rosa da Silva 636

MUNDOS DO TRABALHO: trabalhadores (as), relações e formas de trabalho.....645

DISPUTAS TUTELARES E EMANCIPAÇÃO DE MULHERES LIBERTAS EM PORTO ALEGRE (1884 – 1888)
Bruna Emerim Krob 646

ARRUMADORES DO PORTO: UMA BREVE DISCUSSÃO SOBRE O TRABALHO PROTUÁRIO
Elvis Silveira Simões 657

O TRABALHO INFANTOJUVENIL ENTRE 1940 A 1950 EM PELOTAS (RS) E A JUSTIÇA DO TRABALHO
Sílvia Bandeira da Silva 667

JOVENS PESQUISADORES.....677

TRAJETÓRIA HISTÓRICA DAS POLÍTICAS CULTURAIS DE MUSEUS NO BRASIL
Damaris de Lima Santos e *Carla Daniela Rabelo Rodrigues*.....678

O ENSINO DO ALEMÃO POR INTERMÉDIO DE IMAGENS: UMA ANALISE DAS ILUSTRAÇÕES PRESENTES NAS CARTILHAS "FIBEL FUER DEUTSCHE SCHULEN IN BRASILIEN" E "SCHEREIBLESSFIBEL FÜR UNTERRICHT DER ELEMENTARLASSEN"
Elias Kruger Albrecht.....687

A TRADIÇÃO DE JOÃO MARIA NO SUL DO BRASIL CONTEMPORÂNEO: RESULTADOS DE PESQUISA
Gabriel Carvalho Kunrath e *Felipe S. Veber* 697

GENSERICO NOS PANEGÍRICOS DE SIDÔNIO APOLINÁRIO (SÉCULO V)
Gabriel Freitas Reis.....707

O IMATERIAL NOS ESPAÇOS DA EDUCAÇÃO PRIMÁRIA NA CIDADE DE ANTÔNIO PRADO
Leticia Chilanti 718

UTILIZAÇÃO DE LIVROS DIDÁTICOS DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM PELOTAS-RS

Maibi da Silva Macedo e *Dalila Rosa Hallal*.....728

ABIGEATO E MODERNIZAÇÃO NA FRONTEIRA OESTE: O CASO DE URUGUAIANA (1899-1904)
Marcelo Bahlis 738

O ACERVO DA DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO DO RS: TRABALHADORES EM PELOTAS 1933-1943
Renan Amaral Alves 747

PEQUENOS PRODUTORES DE SAN JOZÉ TAQUARY: UM PERFIL DOS MORADORES EM 1784
Sandra Michele Roth Eckhardt 753

INVENTÁRIO HISTÓRICO DA COLEÇÃO LEOPOLDO GOTUZZO: INSTRUMENTO DE RECUPERAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO
Joana Soster Lizott 763

ACERVOS ESCOLARES EM SÃO LOURENÇO DO SUL- RS (1930-2000): PRESERVAÇÃO E PESQUISA
Venine Oliveira dos Santos e *Patrícia Weiduschadt* 771

REUNIÃO DE ARTIGOS DO III ENCONTRO INTERNACIONAL FRONTEIRAS E IDENTIDADES

PATRIMÔNIO E EDUCAÇÃO PARA O PATRIMÔNIO: ESTUDOS RECENTES – coordenados pelas PROF. DRA. MÁRCIA ESPIG (UFPEL) E PROF.DRA. CARLA GASTAUD (UFPEL)

Por muito tempo restrito aos fenômenos de materialidade, nas últimas décadas o conceito de Patrimônio passou por importantes ressignificações, ultrapassando o caráter excepcional e monumental e passando a abarcar uma gama imensa de manifestações culturais de amplo espectro. As práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas, bens e valores tangíveis e intangíveis, ritos, celebrações e os lugares culturais que lhes são associados, passam a compor o conceito de patrimônio cultural. Relacionado a isso, destaca-se a importância das ações educativas voltadas para o reconhecimento, desenvolvimento, preservação e valorização dos bens culturais. São, portanto, bem-vindas as pesquisas que abordem a Educação para o Patrimônio, em seus aspectos teóricos ou relatos de estudos de caso práticos.

A COLUNA PRESTES: MEMÓRIA E PATRIMÔNIO NA REGIÃO DAS MISSÕES/RS.

Amilcar Guidolim Vitor[1]

Júlio Ricardo Quevedo dos Santos[2]

Introdução

O início da década de 1920 no Brasil foi marcado por acontecimentos que resultariam em mudanças na estrutura política do país e que colocariam a região das Missões do Rio Grande do Sul, especialmente as cidades de Santo Ângelo e São Luiz Gonzaga, em destaque nacional. Naquela época, o cenário brasileiro tanto do ponto de vista político, social e cultural mostrava-se bastante agitado. Especialmente o ano de 1922 teve marcos importantes do ponto de vista das transformações pelas quais o Brasil estava passando e que trariam consequências significativas não apenas nos anos que estavam por vir, mas também nas décadas seguintes.

Fortaleceram-se os movimentos de oposição ao governo federal em relação à política vigente no período. Tanto Epitácio Pessoa quanto o presidente eleito em 1922 Artur Bernardes não pareciam dispostos a permitir agitações revolucionárias ou movimentos que contestassem a ordem vigente, e é justamente neste cenário que se desenvolvem levantes militares em oposição ao novo governo, levantes estes que passariam à história sob a denominação de Tenentismo, pelo fato de seus participantes serem, em sua maioria, Tenentes e Capitães do Exército. (PRESTES, 1997, p. 69)

Entres esses jovens oficiais do Exército que fizeram parte do movimento Tenentista e que passaram a contestar a autoridade do governo federal, estava Luiz Carlos Prestes, que em pouco tempo passou a ser um dos principais articuladores do movimento e justamente por isso foi afastado do centro do país onde se desenvolviam as principais ações contra o governo. Prestes foi transferido para Santo Ângelo, interior do Rio Grande do Sul. E foi desta cidade que em outubro de 1924 sublevou o 1º Batalhão Ferroviário onde era Capitão, organizando um levante rebelde contra o governo do Presidente Artur Bernardes. Em março de 1925 no Paraná o efetivo rebelde do Rio Grande do Sul juntou-se com o efetivo de São Paulo liderado pelo Major da Força Pública paulista Miguel Costa. A partir daí formou-se o núcleo rebelde e oposicionista ao presidente Artur Bernardes que daria origem ao movimento que entrou para a

[1] URI – Campus Santo Ângelo; Mestre em Patrimônio Cultural; Contato: amilcar_vitor@yahoo.com.br.
[2] UFSM; Doutor em História; Contato: j-quevedo@uol.com.br

história como Coluna Prestes, o qual percorreu mais de 20 mil quilômetros em dois anos e três meses em territórios brasileiros e estrangeiros, tornando-se uma das maiores marchas da história da humanidade.

Passados mais de 70 anos do fim da marcha da Coluna Prestes, foi inaugurado em Santo Ângelo, em dezembro de 1996, o Memorial Coluna Prestes, espaço dedicado a rememorar, representar e demarcar a cidade de onde teria partido a marcha da Coluna Prestes em 1924. Porém, houveram muitas disputas em torno do passado, das memórias e do patrimônio oriundo da Coluna Prestes, o que evidencia o quanto são significativas estas questões das relações entre passado e presente para que possamos compreender os impactos que isto possui nos discursos, nos imaginários, na criação de espaços voltados para a construção e representação das memórias e do patrimônio cultural.

O movimento rebelde de 1924 na região das Missões do Rio Grande do Sul.

Os jovens oficiais do Exército que fizeram parte do movimento Tenentista e que passaram a contestar a autoridade do governo federal, especialmente após a vitória de Artur Bernardes, representante da situação, sobre Nilo Peçanha, representando a oposição nas eleições de 1° de março de 1922, queriam não apenas a extinção da chamada política dos governadores[4], mas também defendiam eleições livres e limpas que permitissem a vitória dos candidatos da oposição, pois, de acordo com eles, os pleitos eram fraudulentos. Desejavam a moralização da política, reivindicavam os direitos dos cidadãos consagrados na Constituição de 1891 e pleiteavam o voto secreto. Enfim, queriam o saneamento da vida pública nacional (PRESTES, 1995, p. 12).

Após a vitória de Artur Bernardes nas eleições de março de 1922 e sua posse definitiva estabelecida para novembro do mesmo ano, os jovens militares do Exército, dissidentes do governo, passaram a acelerar seus preparativos visando à tentativa de impedir a posse do presidente eleito. Após os levantes de julho de 1922, especialmente o do Forte de Copacabana, a maioria dos líderes envolvidos no movimento opositor ao governo federal foram presos ou transferidos para outras unidades militares do país. Dentre essas lideranças estava Luiz Carlos

[4] "Durante o governo do paulista Campos Sales (1898 – 1902), foi posta em prática a famosa 'política dos governadores', um pacto fundamentado na aceitação da hegemonia paulista em nível nacional em troca do reconhecimento da autonomia das oligarquias em âmbito local. Em outras palavras: a 'política dos governadores' significava que, por meio da fidelidade de suas bancadas no Congresso Nacional, os governadores dos estados davam apoio ao presidente da república e, em troca, este assumia o compromisso de 'respeitar' os resultados das eleições fraudulentas que garantiam a escolha dos governadores em seus respectivos estados" (PRESTES, 1995, p. 18).

Prestes. Identificado como um dos articuladores do movimento contra a posse de Artur Bernardes à presidência da República, o oficial do Exército e engenheiro Prestes foi transferido para Santo Ângelo, interior do Rio Grande do Sul, onde permaneceria até 1924 quando eclodiu o segundo levante contra o governo de Artur Bernardes e que deu origem à marcha da Coluna Prestes. De acordo com o próprio Prestes: "Eu estava aqui em Santo Ângelo, para onde fui deslocado depois do Levante, como punição, porque eu servia no Rio de Janeiro na época do Levante" (MEIHY; BIAZO, 2004, p. 34).

É a partir desse momento que Santo Ângelo passa a fazer parte da História da Coluna Prestes e foi baseando-se nestes acontecimentos que se idealizou entre os anos de 1994 e 1996 a criação do Memorial Coluna Prestes. Luiz Carlos Prestes chegou a Santo Ângelo em outubro de 1922 para integrar a unidade do 1° Batalhão Ferroviário, recebendo a missão de construir o trecho de ferrovia que ligaria as cidades de Santo Ângelo e Giruá, trabalhando também na supervisão das obras de construção de quartéis para o Exército Nacional na região de Santo Ângelo. (BINDÉ, 2006, p. 291)

Com o início de novas revoltas em São Paulo em julho de 1924, os preparativos para que os aquartelamentos do Rio Grande do Sul se rebelassem foram acelerados. Deflagrada a revolta em Santo Ângelo, o Capitão Luiz Carlos Prestes tentou tomar as cidades de Ijuí e Tupanciretã, entretanto não logrou sucesso e decidiu reunir a tropa rebelde na cidade de São Luiz Gonzaga. Antes disso, destacamentos comandados por Prestes e Mário Portela Fagundes deslocaram-se até a região de Itaqui e São Borja, onde as tropas governistas estavam em número maior e impondo sucessivas perdas ao efetivo revoltoso. Durante essa passagem por São Borja, Luiz Carlos Prestes foi nomeado Comandante do efetivo do Rio Grande do Sul (PRESTES, 1995, p. 39).

Após assumir o posto de Comandante, Prestes e outras lideranças do movimento organizaram a tropa rebelde em São Luiz Gonzaga e, sendo acossados por efetivos legais do governo do Rio Grande do Sul, passaram a empreender marcha em direção ao Paraná, onde estava o efetivo paulista do movimento, comandado pelos oficiais do Exército Isidoro Dias Lopes e da Força Pública de São Paulo, Miguel Costa. A unificação de tropas rio-grandenses e paulistas aconteceu a partir de março de 1925. Entretanto, em função de estarem constantemente sob perseguição por parte de efetivos militares do governo, os rebeldes passaram a efetivar deslocamentos sobre o território brasileiro.

Após dois anos e três meses de marcha e inúmeros combates entre tropas rebeldes e governistas, sem qualquer tipo de ganhos numéricos ao efetivo revoltoso, os líderes da Coluna

resolveram buscar novos caminhos para o movimento. O presidente do país já era Washington Luís quando em fevereiro de 1927 a Coluna entrou na Bolívia dando fim a uma marcha que percorreu aproximadamente 25 mil quilômetros, empreendida durante dois anos e três meses, passando de sul a norte por diversos Estados brasileiros, chegando a adentrar territórios do Paraguai até a chegada em Santa Cruz de La Sierra. Sobre a situação que levou o efetivo a se refugiar na Bolívia, Luiz Carlos Prestes diz o seguinte: "Precisávamos estudar para compreender as causas de como em um país tão rico como o nosso, o povo pode viver em tão grande miséria. Foi por isso que pensamos: estava chegando o momento de terminarmos a luta [...]" (MEIHY; BIAZO, 2002, p. 66).

A implantação do Memorial Coluna Prestes e o seu lugar no patrimônio da região das Missões.

Em dezembro de 1996 foi inaugurado em Santo Ângelo o Memorial Coluna Prestes. O Prefeito da época e um dos idealizadores do projeto era o senhor Adroaldo Mousquer Loureiro, do Partido Democrático Trabalhista – PDT. Loureiro recorda que "[...] como prefeito, inclusive eu conversava muito com a Gládis (Diretora do Museu Municipal) sobre isso. Resgatar essa história toda que é uma coisa importante, pra cultura, até mesmo pro próprio turismo nosso [...]". [5]

Apesar de na década de 1990 a democracia estar restabelecida, havia ainda a manifestação contrária de grupos conservadores quanto aos assuntos ligados à Coluna Prestes e a Luiz Carlos Prestes. Conforme o verificado no periódico Jornal das Missões, em matéria publicada no ano de 2002: "Apesar da relevância histórica, apenas a partir de 1993, na administração do hoje deputado Adroaldo Loureiro, é que a rica história de Prestes começou a ser resgatada no município que viu nascer a Coluna Prestes" (JORNAL DAS MISSÕES, 2002, p. 11).

Luiz Carlos Prestes Filho[6] esteve em Santo Ângelo entre 1994 e 1995. Na época, Prestes Filho estava desenvolvendo um projeto no qual iria refazer a trajetória da Coluna Prestes. Posteriormente, sua viagem seria retratada em reportagens especiais na extinta revista "Manchete". Durante essa passagem de Prestes Filho por Santo Ângelo houve entre ele, o Prefeito municipal Adroaldo Loureiro e a coordenadora do Museu Municipal de Santo Ângelo

[5] Arquivo de Entrevistas do Centro de Cultura Missioneira (CCM), de Santo Ângelo/RS. - Depoimento oral concedido por Adroaldo Mousquer Loureiro à Claudete Boff e Dione Mello Lenz, em 06/11/1998.
[6] Luiz Carlos Prestes Filho é um dos filhos de Luiz Carlos Prestes, fruto de seu segundo casamento com Maria do Carmo Ribeiro.

Gládis Maria Pippi uma reunião onde se discutiu a possibilidade de alguma homenagem em relação à História da Coluna Prestes em Santo Ângelo. Sobre esta reunião Gládis aponta maiores detalhes:

> [...] eu estava no Museu e me chamaram às pressas, que o filho do Prestes estava em visita ao gabinete e o Prefeito mandou me chamar e eu fui e a gente, quando eu e o prefeito conversamos sobre fazer alguma coisa em relação à Coluna nós nunca imaginávamos que o filho do Prestes ia surgir dali uns dois meses na cidade, não se sabia dessa visita e aí começamos a conversar com o Luiz Carlos Prestes Filho, ele estava acompanhado de um fotógrafo fazendo um trabalho para a revista Manchete na época, refazendo a marcha da Coluna, visitando os locais e começou por Santo Ângelo e aí começamos a conversar, eu expus a ideia que nós tínhamos intenção de fazer alguma coisa e ele na hora assim ele, claro, veio bem ao encontro do que ele estava, que ele gostaria também de que se fizessem materializações a partir dessa trajetória e ele poxa, ele adorou a ideia assim, mas nós não tínhamos ideia de Memorial, nós não tínhamos ideia de nada, simplesmente existia uma ideia de se fazer alguma coisa, era essa a semente e aí na hora mesmo ele, não, vamos fazer, a gente tem contatos de pessoas que poderiam ajudar. No próprio dia, no próprio gabinete ele ligou pro Niemayer pro escritório do Niemayer e pra outros amigos do pai dele e da família, já fazendo estes contatos, dizendo da intenção pra que essas pessoas já ficassem de sobreaviso que participariam. [7]

Após essa reunião, determinante para que o projeto fosse desenvolvido e contasse com o apoio da família da segunda união de Luiz Carlos Prestes, foram intensificados os trabalhos para que a implantação do Memorial Coluna Prestes se tornasse realidade. Até aquele momento nenhum projeto do tipo, ou seja, criação de museu, arquivo ou monumento sobre a Coluna Prestes havia sido efetivado no Brasil. Naquele período, Santo Ângelo estava sendo a primeira cidade a criar um local de memória que tratasse da trajetória da Coluna Prestes. Além disso, também seriam projetados monumentos para rememorar e homenagear a Coluna Prestes. Um de autoria do arquiteto Oscar Niemayer e outro do escultor carioca Maurício Bentes.

Após dois anos de atividades voltadas para a viabilização do projeto de implantação do Memorial Coluna Prestes, o empreendimento foi inaugurado em 17 de dezembro de 1996, contando com a presença de autoridades municipais, estaduais e federais, como o prefeito de Santo Ângelo Adroaldo Loureiro, o Governador do Rio Grande do Sul Antônio Britto e o Senador da República Roberto Freire, além da viúva de Luiz Carlos Prestes, Maria do Carmo Ribeiro e um dos filhos do casal, Luiz Carlos Prestes Filho, o qual esteve diretamente envolvido com o projeto. Após o evento, as notícias sobre os atos de inauguração do Memorial tiveram como principais destaques as palavras das autoridades e de Luiz Carlos Prestes Filho. De acordo com o noticiado por A Tribuna Regional:

[7] Depoimento oral concedido por Gládis Maria Pippi ao autor em 03/12/2011.

> [...] o filho do líder comunista, Luiz Carlos Prestes Filho, leu o manifesto que seu pai, Capitão Luiz Carlos Prestes, assinou em 28 de outubro de 1924 e que fora o primeiro documento político da sua vida. O Governador Britto enfatizou que o gaúcho é um povo motivado a construir o seu futuro e cultivar o seu passado, mas o Rio Grande do Sul somente será grande se tiver orgulho dos seus ancestrais (A TRIBUNA REGIONAL, 1996, p. 14).

A implantação do Memorial Coluna Prestes em 1996 não foi uma unanimidade na comunidade santo-angelense. A iniciativa partiu de um grupo político representado pelo Prefeito Adroaldo Loureiro que acreditou nos benefícios culturais e econômicos que o empreendimento poderia trazer para a cidade de Santo Ângelo. Apesar disso, houve interpretações distintas por parte daqueles que não perceberam o projeto dessa forma, o que gerou a produção de representações sociais tanto daqueles que aprovaram quanto daqueles que não foram a favor da implantação do Memorial.

A idealização e criação do Memorial Coluna Prestes tiveram como objetivos, de acordo com os seus idealizadores, rememorar e homenagear os acontecimentos rebeldes de 1924 em Santo Ângelo e que deram origem à marcha da Coluna Prestes, além da importância histórica da figura política de Luiz Carlos Prestes. Como se divulgava na época: "Este espaço histórico-cultural tem como objetivo homenagear e resgatar um dos fatos mais marcantes na história do Brasil, servindo como referencial para o seu conhecimento e divulgação" (TAVARES, 1996, p. 04). Também com a criação do novo espaço de memória do município se tinham os objetivos econômicos, através do turismo que se acreditava iria projetar Santo Ângelo nacionalmente. Como a própria imprensa local divulgava:

> Em visita ao gabinete do prefeito Adroaldo Loureiro, na manhã de quarta-feira, o artista destacou o potencial histórico de Santo Ângelo, elogiando a iniciativa de construção do memorial, fato que segundo ele, irá projetar Santo Ângelo no cenário nacional. De acordo com o prefeito Loureiro, o objetivo de um memorial em homenagem a Luiz Carlos Prestes, ideia que começou a ser concretizada com o incentivo de Luiz Carlos Prestes Filho, é um resgate da memória de Santo Ângelo, aumentando o potencial cultural, histórico e turístico da cidade (JORNAL DAS MISSÕES, 1995, p. 06).

Prevendo o aproveitamento cultural do Memorial Coluna Prestes a imprensa santo-angelense já fazia projeção de como o local seria útil. "Formado pelas duas obras de arte e mais um completo museu o Memorial santo-angelense se tornará uma visitação obrigatória para uma vasta legião de pessoas que querem conhecer cada vez mais sobre a história de Prestes" (JORNAL DAS MISSÕES, 1996, p. 02).

Principalmente o periódico Jornal das Missões, ligado ao Prefeito Adroaldo Loureiro comemorava os benefícios que o Memorial Coluna Prestes traria para Santo Ângelo. Tais benefícios não estavam relacionados apenas ao desenvolvimento cultural da cidade através da valorização do passado em um novo local de memória, mas, fundamentalmente, tratava-se de benefícios econômicos com o desenvolvimento do turismo na cidade, agregando novos pontos de referência turística ao município. O uso econômico do Memorial Coluna Prestes através do desenvolvimento do turismo em Santo Ângelo era um dos aspectos mais ressaltados pela imprensa local. "O Memorial não é somente um marco a respeito do fato de que a Coluna Prestes partiu de Santo Ângelo, mas também já se tornou um dos principais pontos turísticos da nossa cidade, provando o acerto de sua realização" (JORNAL DAS MISSÕES, 1996, p. 02).

Por outro lado, também houveram resistências em relação ao Memorial Coluna Prestes em Santo Ângelo. Essas resistências eram sentidas desde a década de 1980, quando no ano de 1984 Luiz Carlos Prestes esteve no município de Santo Ângelo em um evento voltado para os 60 anos da Coluna Prestes. Partidos políticos e seus integrantes divergiram em relação à sua presença na cidade em uma época de grande agitação no cenário político nacional, marcado pelo processo de transição para a redemocratização. Já nesse período se produziram representações contra a figura política de Prestes, fundamentalmente por sua atuação no comunismo nacional e internacional. Em depoimento ao Jornal das Missões, o professor Valmir Muraro, que fez parte da organização do evento que trouxe Prestes a Santo Ângelo em 1984, relata a ideia que se tinha acerca do comunismo.

> Os comunistas eram vistos como pessoas de uma periculosidade até assustadora. Eu lembro que nas escolas depois de 64, antes do inicio das aulas a gente rezava pedindo a Deus que nos libertasse das ameaças do comunismo. As professoras diziam que o comunismo viria tirar os animais e as terras dos colonos. Certamente esta visão anticomunista associada à figura de Prestes o transforma num vilão (MEOTTI, 2009, p. 05).

O principal argumento utilizado para representar o Memorial Coluna Prestes como algo desnecessário para Santo Ângelo esteve vinculado à ideia de que se estaria desperdiçando dinheiro público para homenagear um comunista, pois, "[...] diziam que se estava investindo dinheiro público pra uma coisa que não tinha valor. O Prestes, comunista, a Coluna, era um bando de arruaceiros, enfim, eram contra a democracia. Depreciavam o valor da Coluna e a figura do Prestes". [8]

[8] Depoimento oral concedido por Adroaldo Loureiro ao autor em 29/12/2011.

Apesar de todas as manifestações e representações contrárias, o Memorial foi inaugurado em dezembro de 1996, o que fez com que o grupo político e demais cidadãos contrários ao projeto tivessem de aceitar o fato de que o espaço criado se tornou referência em termos de ressignificação da memória vinculada à Coluna Prestes e à Luiz Carlos Prestes. Entretanto, aceitar não significa reconhecer o espaço enquanto expressão do patrimônio cultural de Santo Ângelo, algo que até hoje não é uma unanimidade entre toda a comunidade santo-angelense. Exemplo disso encontrei durante as pesquisas nos escritos de um colunista do jornal A Tribuna Regional, onde o mesmo expressa todo o seu descontentamento em relação à figura política de Luiz Carlos Prestes e o Memorial Coluna Prestes.

> Para vergonha e repúdio da nação, o nome de Luiz Carlos Prestes, covarde assassino e vendilhão de sua pátria, é dado a logradouros públicos, por indicação de autoridades executivas ou de políticos levianos e oportunistas, sem o menor sentimento de patriotismo. Certamente, desconhecem a verdadeira história ou esposam ainda filosofias sanguinárias e ditatoriais. Em nossa querida Capital Missioneira, usamos e veneramos o nome e a figura de Prestes, para fins turísticos, com o argumento de que quando iniciou a marcha, hoje denominada "Coluna Prestes", este ainda não era militante do comunismo internacional e defendia ideais, digamos, mais "patrióticos" (MULLER, 2009, p. 06).

Mesmo que o Memorial Coluna Prestes esteja afirmado na cidade de Santo Ângelo enquanto um espaço de memória, de ressignificação do passado, de usos culturais, econômicos ou políticos, ele ainda é um espaço em debate, o que gera e pode gerar representações contra o local. Assim como houve manifestações a favor de sua criação e que o estabeleceram como expressão do patrimônio cultural de Santo Ângelo, também, quem foi contrário à iniciativa na década de 1990, procurou representá-lo como algo negativo para a cidade baseados principalmente em suas ideologias políticas contrárias a que foi seguida por Luiz Carlos Prestes em praticamente toda a sua atuação como homem público no Brasil**.**

Considerações Finais

Com a criação do Memorial Coluna Prestes em 1996 no município de Santo Ângelo, os idealizadores do projeto acreditavam que estavam "resgatando", como eles mesmo diziam, os eventos do passado relacionados a Coluna Prestes. Para quem trabalha com a pesquisa e a escrita da história, sabe-se que isso é impossível. A história e principalmente os lugares de memória ou expressões do patrimônio cultural que se efetivam a partir dela, jamais podem ser entendidos como um simples resgate. São representação, seleção e (re)construção social do passado a partir do presente. Tudo isso é feito intencionalmente. No caso do Memorial Coluna

Prestes se estava sim demarcando o passado e construindo um espaço a ser reconhecido como parte do patrimônio cultural local, assim como também se tinha a intenção de transformá-lo em um local de visitação, em um ponto turístico a ser agregado a outras expressões do passado e possibilitar o desenvolvimento econômico.

Entretanto, a trajetória política de Luiz Carlos Prestes foi marcante no século XX no Brasil. Prestes fez parte de acontecimentos decisivos tanto na fragmentação e desestruturação da República Velha, como quando liderou a Coluna que leva seu nome, quanto nos acontecimentos que marcaram a construção e afirmação da Nova República. Faleceu no início da década de 1990, tendo sua história de vida diretamente entrelaçada com a história política brasileira desde a década de 1920.

Tal biografia não passaria despercebida, e quando da efetivação da implantação do Memorial Coluna Prestes houve significativa resistência quanto a implantação de um Memorial em Santo Ângelo que estivesse ligado a Coluna Prestes e a trajetória política de Luiz Carlos. A construção e o reconhecimento das expressões do patrimônio cultural também são um choque de ideologias e de representações do passado. Muitos viram o Memorial Coluna Prestes como uma homenagem necessária a figura do Cavaleiro da Esperança imortalizado na biografia escrita por Jorge Amado. Outros acreditavam que era absurda a associação de Santo Ângelo com a trajetória de um comunista.

São estes embates pelo passado, pelas memórias, pelos acontecimentos e pelas pessoas que definem aquilo que se esquece e aquilo que se preserva. Às vezes é conveniente esquecer, às vezes, indispensável lembrar. O patrimônio cultural é também fruto desse processo de produção de representações sociais e busca pela legitimidade de algumas expressões. Principalmente com o Memorial Coluna Prestes isto não seria diferente.

Referências Bibliográficas

Arquivo de Entrevistas do Centro de Cultura Missioneira (CCM), de Santo Ângelo/RS. - Depoimento oral concedido por Adroaldo Mousquer Loureiro à Claudete Boff e Dione Mello Lenz, em 06/11/1998.

A TRIBUNA REGIONAL. Memorial à Coluna Prestes será inaugurado no dia 17. **A Tribuna Regional.** Santo Ângelo**,** 14-15 dez. 1996. p. 07.

_____. Coluna Prestes inaugura seu Memorial na terça-feira. **A Tribuna Regional**. Santo Ângelo, 14-15 dez. 1996. Cad. Turismo, p. 04.

BINDÉ, Wilmar Campos. **Santo Ângelo: terra de muitas histórias.** Santo Ângelo: Multicor, 2006.

JORNAL DAS MISSÕES. Santo Ângelo, 28 mai. 2002. p. 11.

_____. Projeto “Memorial à Coluna Prestes” em andamento. **Jornal das Missões**. Santo Ângelo, 28 ab. 1995. p. 02.

_____. Editorial. Memorial a Prestes resgata a História**. Jornal das Missões**. Santo Ângelo, 28 nov. 1996. p. 02.

LOUREIRO, Adroaldo Mousquer. **Adroaldo Mousquer Loureiro**: depoimentos [dez.2011]. Entrevistador: Amilcar Guidolin Vitor.

MEIHY, José. Carlos Sebe Bom.; BIAZO, Glauber Cicero Ferreira. **O retorno de Luiz Carlos Prestes a Santo Ângelo.** Santo Ângelo: Ediuri, 2002.

MEOTTI, Fabiane. **“Ele nunca se conformou em aceitar a situação”. Jornal das Missões**. Santo Ângelo, 25 jul. 2009. p. 05.

MULLER, Érico. Coluna Recanto do Sabiá**. A Tribuna Regional**. Santo Ângelo, 12 dez. 2009. Cad. Cultura, p. 06.

PIPPI, Gládis Maria **Gládis Maria Pippi**: depoimentos [dez.2011]. Entrevistador: Amilcar Guidolin Vitor.

PRESTES, Anita Leocádia. **Coluna Prestes: uma epopeia brasileira.** 2. ed. São Paulo: Moderna, 1995.

_____. **A Coluna Prestes.** 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

ENSINO DE HISTÓRIA REGIONAL E PATRIMONIALIZAÇÃO DE MEMÓRIAS NO VALE DO TAQUARI -RS

Cristiano Nicolini[9]

As salas de aula dos municípios do Vale do Taquari, região situada na porção central do estado do Rio Grande do Sul (Brasil), são espaços privilegiados para a construção e a afirmação da identidade regional. Os diferentes sistemas e redes de ensino propõem, desde o 4º ano do Ensino Fundamental, o ensino da história do município no qual estão situados.

Nesta análise, selecionamos alguns manuais didáticos destinados ao estudo da história do município, disponibilizados para consulta pelas respectivas administrações através das Secretarias Municipais de Educação. São eles: *Teutônia: nosso município*, de Siziane Koch e Susiane Wink (2000); *Educação, a base para o desenvolvimento de um povo*, elaborado pela Secretaria Municipal de Educação de Estrela (1992); *Estrela: nosso município*, de Siziane Koch e Susana Mendoza (1999); *Arroio do Meio: sua História, sua Geografia*, elaborado pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Arroio do Meio (2000); e um livro com textos elaborado pelos alunos do Ensino Fundamental, denominado *O lugar onde vivo*, um projeto desenvolvido pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto com as Escolas Municipais de Westfália (2004-2005).

Os livros e suas narrativas sobre a História Regional

Conforme afirma Pinsky (1992), as noções históricas trabalhadas em sala de aula são fortes elementos que agem na construção de concepções de mundo:

> Estas concepções ficaram a tal ponto arraigadas, de tal maneira elas continuam sendo reproduzidas pelos manuais didáticos, que se torna difícil mostrar aos estudantes que são falácias, representações decorrentes de uma visão ideológica. (1992, p. 12).

Assim ocorre nos anos iniciais do Ensino Fundamental do Vale do Taquari, em cuja etapa da aprendizagem os estudantes têm contato com as primeiras noções sobre a história regional. Nestes estudos acerca da formação histórica do município onde vivem, juntamente com o desenvolvimento de noções geográficas sobre a região, são disponibilizadas aos estudantes possibilidades de construção acerca do passado. São nestes estudos que eles sistematizam as

[9] Universidade Federal de Santa Maria – Doutorando em História. cristiano782006@hotmail.com.

primeiras noções sobre o espaço em que vivem, bem como sobre o sentido do passado e as suas relações com o presente.

Os manuais analisados apresentam diversas semelhanças quanto ao conteúdo, abordagens e atividades propostas aos alunos. Todos iniciam a narrativa da história do município a partir da ocupação indígena, partindo imediatamente para a trajetória da ocupação europeia no território: "O solo estrelense foi pisado, pela primeira vez, por gente branca, provavelmente espanhóis, na metade do século XVII. Não tinham o objetivo de colonizar, mas explorar e caçar índios, que eram os guananás, pioneiros da nossa região." (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ESTRELA, 1992, p. 3).

Em seguida, narram-se os feitos dos primeiros povoadores da região, aos quais são atribuídas as principais ações na delimitação do município. Todos destacam a predominância da herança cultural dos imigrantes na atualidade, sugerindo que o trabalho destes sujeitos teria dado o impulso mais significativo ao desenvolvimento do município.

No manual elaborado para o município de Estrela (KOCH; MENDOZA, 1999), encontra-se uma caracterização semelhante:

> Antes de chegarem os colonizadores em Estrela, nosso município era somente mato e campo, habitado por índios. Não havia estradas nem casas. Colonizador é aquela pessoa que vai cultivar e morar em terras estranhas, que não são suas. No ano de 1636, chegaram em Estrela bandeirantes paulistas e índios semicivilizados. [...] Foi em 1824 que chegaram em nosso município os colonos alemães. Os colonos chegavam de barco pelo Rio Taquari, pois naquela época não existiam estradas nem carros. Os alemães vinham da região de São Leopoldo e Feliz. (1999, p.9-10).

Diferentemente destes primeiros manuais apresentados, para o município de Arroio do Meio foi elaborado um manual cuja proposta diferencia-se das anteriores em alguns aspectos.

Enquanto os primeiros manuais ocupam-se basicamente com a citação dos principais fatos, nomes e datas referentes à ocupação do território, no livro sobre Arroio do Meio constata-se uma proposta de análise da ocupação indígena, oferecendo aos estudantes maiores possibilidades de reflexão acerca do processo histórico anterior à ocupação europeia. Há, neste último material, um capítulo dedicado exclusivamente aos povos indígenas que habitavam a região e às características da ocupação antes da chegada dos europeus nas terras do município, enquanto nos demais livretos eles são apenas mencionados como *antecessores* dos europeus.

Porém, é no livro produzido pela Prefeitura Municipal de Westfália (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE WESTFÁLIA, 2004/2005), denominado *O lugar onde*

vivo, cujos textos foram selecionados a partir de produções feitas pelos estudantes, que o enaltecimento da cultura germânica torna-se mais evidente. Não consiste em um manual didático, pois é uma obra destinada a registrar produções textuais a partir de estudos desenvolvidos em sala de aula, acerca da história do município. Nas crônicas, poesias e narrativas publicadas no livreto, fica evidente a ênfase na predominância da cultura germânica.

Nos textos de *O lugar onde vivo*, os alunos mencionam os espaços do cotidiano dos colonizadores germânicos - serrarias, frigoríficos, alambiques e ferrarias -, bem como costumes, festas, crenças, religiosidade, vida familiar e acontecimentos marcantes. São retratadas as belezas naturais, o caráter "pacífico, ordeiro e trabalhador do povo westfaliense", cujas qualidades são, direta ou indiretamente, associadas ao passado e àqueles que teriam sido os "pioneiros" na formação da comunidade. Quanto a estas narrativas, Wassermann (2001) destaca que:

> A identidade conforma-se a partir de experiências reais e significativas. Ela, identidade, enquanto sentimento de pertencimento é simbólica e abstrata, mas é originária de vivências, experiências e afetos concretos. Essas experiências cotidianas vão compondo um mosaico de imagens que vinculam sempre a significados ampliados da identidade a ser construída. O que no universo da infância se constitui numa história pessoal, no adulto faz parte do seu universo cognitivo, de sua memória, que no caso da coletividade conforma a identidade social. (2003, p.9).

A partir da rememoração de eventos passados, os integrantes destas comunidades evocam momentos vividos pela coletividade na qual estão inseridos ou da qual descendem, sendo que estas passagens dão sentido à sua existência e sobrevivência material e simbólica. Fortalecem os vínculos através dos registros feitos nestes manuais, e através da transmissão destas informações constroem-se, nos espaços educacionais, a imagem condizente com a sociedade que se pretende enaltecer. Para compreender o significado histórico da *germanidade* construída nestas narrativas do ensino da história regional é relevante destacar que:

> Uma das características das regiões de colonização alemã foi a tendência da população a se unir em sociedades ou associações com fins econômicos, esportivos, recreativos, culturais, beneficentes e de socorro mútuo. Predominaram numericamente aquelas identificadas com atividades culturais e desportivas. (VOGT, 2003, p.61).

Nestas associações comunitárias preservou-se o *Deutschtum*, sentimento de *germanidade* que, na comunidade italiana, pode ser associado ao *italianitá.* Apesar de não abordar-se, neste texto, nenhuma obra produzida para estudantes dos municípios de imigração

predominantemente italiana, pode-se identificar esta mesma tendência em outros materiais publicados para os leitores em geral, e que acabam sendo utilizados na sala de aula. São os casos de calendários, guias turísticos, resumos históricos impressos pelas prefeituras, catálogos, revistas, *folders*, dentre outros.

Patrimonialização de memórias através do ensino de História Regional

O papel da memória, neste contexto, torna-se imprescindível para que a coletividade construa os vínculos identitários:

> A memória [...] deixaria o domínio da lembrança individual, para tornar-se de domínio coletivo. A memória desdobrar-se-ia do indivíduo para o grupo a partir de suas vivências comuns, sua língua e sua classe social. O grupo social que fala, trabalha, tem valores e eventos comuns, elabora também suas lembranças coletivas. (GIRON, 2000, p. 27-28).

Nesta seleção de imagens do passado, os descendentes de imigrantes elegem as passagens que elevam o valor da etnicidade germânica ou italiana, ou seja, aquelas em que os antepassados lograram êxito: as vitórias, o trabalho, os costumes *trazidos de longe*. Em contraposição, ocultam as passagens que não condizem com esta caracterização: o fracasso, os vícios, os defeitos. Estas lembranças transformam os *pioneiros* em sujeitos heroicizados, vindos de terras distantes para construir uma nova sociedade, cujos precursores têm a missão de dar continuidade e perpetuar os feitos gloriosos.

Neste sentido, a escola torna-se um espaço privilegiado de fortalecimento destes vínculos histórico-identitários, comprometendo as gerações presentes com a manutenção de valores forjados no passado. São recriações repassadas através dos referidos manuais didáticos, instrumentos que portam em si verdades passíveis de se perpetuarem na consciência dos estudantes, colaborando para a manutenção de um discurso forjado e mantido pela coletividade.

Além da imigração como elemento de representação nestes manuais destinados ao ensino da História Regional no Vale do Taquari, destaca-se também a construção acerca do *trabalho* na edificação destas comunidades. Apesar da pluralidade de relações e formas de trabalho que caracterizaram a dinâmica de formação destes municípios – incluindo o trabalho escravo, o arrendamento de terras, o trabalho assalariado, dentre outras formas específicas de sobrevivência características das regiões de colonização europeia no século XIX -, as representações do trabalho no passado do Vale do Taquari assumem, nas narrativas dos

materiais didáticos, a função de cristalizar determinados discursos acerca dos sujeitos e das suas relações com o mundo do trabalho.

Os manuais para o ensino da história dos municípios contribuem, dessa forma, para a construção de uma identidade que está diretamente ligada à narrativa da História Regional. Para Halbwachs (2006, p.48), "[...] para evocar seu próprio passado, em geral, a pessoa precisa recorrer às lembranças de outras." A memória coletiva representa aquilo se lembra e se perpetua como as narrativas oficiais acerca do passado regional. Neste processo, as memórias de grupos minoritários ou que tiveram as suas memórias apagadas são excluídas das narrativas sobre a ocupação e a formação do território. O trabalho e a imigração, representados nos manuais didáticos analisados, são essencialmente associados aos germânicos e aos italianos que chegaram no século XIX. Negros escravizados e indígenas, bem como grupos europeus que também colonizaram a região – poloneses, portugueses, espanhóis -, são invisibilizados no decorrer da narrativa, como se a sua participação na história fosse menos significativa ou até mesmo nula frente à *saga da imigração germânica e italiana*.

Além do trabalho realizado nas salas de aula, este enquadramento da memória se utiliza também de outros recursos, dentre os quais estão os monumentos da cidade, os espaços de memória construídos para evidenciar momentos e sujeitos do passado colonial, bem como festividades, comemorações, placas e outras formas de edificação da memória. Os estudantes que entram em contato com as narrativas dos manuais didáticos também convivem neste meio, cujas informações e estímulos colaboram para a referida construção de uma memória coletiva. Narrativas individuais, como as histórias da sua família, do bairro, da comunidade onde residem dentro da municipalidade e da regionalidade, dialogam com as narrativas oficiais e hegemônicas.

Neste sentido, como essa construção identitária incorpora as formas de trabalho diversas e a presença de outros grupos étnicos na formação territorial do que hoje se denomina Vale do Taquari? Onde encontrarão as memórias de antepassados negros, indígenas, poloneses, portugueses e outros grupos? Onde enquadrarão as narrativas que não correspondem ao imaginário oficial em que o cotidiano do colono-imigrante predomina sobre as demais formas de organização social? Cabe aos pesquisadores ampliar estas referências para a produção de materiais didáticos que ampliem e desconstruam as referidas representações. Aos professores é necessário oferecer subsídios teóricos e metodológicos que viabilizem o questionamento frente a estas narrativas tradicionais, provocando os estudantes a pensarem sobre as múltiplas relações e culturas que deram origem à região.

Esta perspectiva da história vista a partir das experiências dos sujeitos, sem contudo ignorar a importância das estruturas, leva a uma compreensão da História Regional em que diferentes grupos são considerados na elaboração das narrativas sobre o processo de formação dos municípios. No Vale do Taquari, são múltiplas as formas de povoamento, bem como são plurais os grupos étnicos que compuseram este mosaico. No entanto, o processo de patrimonialização da memória regional caminha para outra direção, ao considerar relevantes determinadas *histórias* em contraposição a outras.

Nas narrativas presentes nos manuais sobre a história dos municípios do Vale do Taquari a imagem do colono-imigrante é representada como o *trabalhador*, evidenciando a identificação dos municípios do Vale como espaços construídos a partir do esforço coletivo. Um autor utilizado como referência para a elaboração dos livros escolares afirma que "[...] a vocação ao trabalho, à cultura e à religião são características que os descendentes dos pioneiros continuam apresentando. Os povoados que se formaram, entre eles Teutônia e Corvo, refletem esses predicados em seus cidadãos." (GERHARDT, 2004, p. 17).

A atual configuração destas localidades é atribuída ao trabalho dos imigrantes alemães ou italianos. Nega-se a totalidade social e a presença de outras etnias, prevalecendo o discurso que supervaloriza a herança cultural italiana e germânica atribuindo-se a ambas, inclusive, o desenvolvimento econômico do Vale do Taquari em relação a outras áreas do estado, onde não ocorrera a colonização europeia no século XIX. Deixa-se subentender que somente a partir da chegada dos colonos houve a possibilidade de progresso regional pois, como propõe Schierholt (2002) em sua obra sobre a história do município de Estrela, podemos nos imaginar naquele período: "Teríamos que abrir um pique e uma clareira, erguer nossa choupana provisória, tudo em mutirão entre os conterrâneos." (2002, p. 17).

Estas e outras afirmações de escritores locais, cuja dedicação à escrita da história não perpassa necessariamente a formação acadêmica, levou à reprodução de narrativas que hoje se perpetuam nos manuais didáticos. O processo de patrimonialização da memória regional fortaleceu a imagem do colono-trabalhador, inserindo-a na descrição das trajetórias de seus municípios. No rol das atividades desenvolvidas pelos imigrantes, a agricultura ocupa lugar de destaque nas narrativas, sucedida pelo comércio e pela indústria incipiente.

A ênfase das narrativas às dificuldades transpostas pelos imigrantes italianos e germânicos acaba invisibilizando a realidade anterior à imigração do século XIX, na qual outras etnias também enfrentaram dificuldades semelhantes ou mais acentuadas, tendo em vista que as matas eram significativamente mais densas, os animais ferozes apresentavam-se em maior

quantidade, as vias de transporte terrestre eram praticamente inexistentes. Enfim, os colonos imigrantes não foram os "primeiros" a ocupar a região; portanto, não foram os pioneiros.

Mas, por que então denominá-los desta forma? Segundo os autores, a eles atribui-se o pioneirismo devido ao fato de fazerem esta terra prosperar. Nesta concepção, subentende-se que os imigrantes "venceram" as dificuldades do meio e usufruíram de forma produtiva dos recursos naturais, enquanto os povos anteriores apenas teriam utilizado o meio para sobreviver e extrair riquezas, mas não para fazer a terra progredir. Esta tese transformou-se em discurso dominante através do tempo, permeando discursos, justificando a suposta superioridade étnica e contribuindo para a exclusão daqueles que não se adequavam a este padrão humano.

O "preguiçoso", o "caboclo", o "bugre", o "pêlo-duro", dentre outros indivíduos estigmatizados ao longo dos anos, foram perdendo seu espaço em função da cultura europeia italiana e germânica, consideradas 'pioneiras' na construção do Vale do Taquari.

Conforme Le Goff (1984), as identidades são construídas a partir da rememorização de determinados fatos, relegando outros ao esquecimento; a memória coletiva é manipulada para que permaneçam apenas os aspectos que interessam para os grupos envolvidos neste processo. Assim, explicações até mesmo míticas servem para dar sustentação a esta identidade, pois estas efetuam simplificações dos "(...) acontecimentos históricos, sociais e naturais comumente totalizados, naturalizados e antropomorfizados. Tem a função de manter o grupo social coeso, estabelecendo regras, ordenando-o, dando-lhe segurança, facilitando a manutenção da autoridade." (LE GOFF, 1984, p.13).

As explicações míticas têm uma função social claramente definida. Elas organizam o presente conforme as necessidades do grupo, sendo que os fatos relatados são indiscutíveis e inalteráveis. Vão se fixando ao longo do tempo, passados de geração para geração, oralmente ou através de registros como os livros de história dos municípios e os manuais escolares neles baseados.

A moralização embutida nesses relatos atinge o público na medida em que as pessoas conhecem e assimilam as mensagens propostas pelas passagens selecionadas pelo autor. Através dos relatos do passado, pretende-se deixar ao leitor a impressão de que a realidade atual é fruto dos esforços dos antepassados, devendo-se a eles a herança material e cultural usufruída pela sociedade presente. Criam-se, assim, vínculos não apenas entre o passado e o presente, mas principalmente entre as pessoas que formam este grupo, neutralizando ações contrárias ao projeto de cooperação entre as diversas partes deste conjunto denominado Vale do Taquari. Permanentemente, detecta-se a presença de argumentos voltados para os esforços coletivos da

população, seja na imprensa, nos discursos políticos e empresariais e nas administrações municipais. Há uma coesão discursiva que pode ser verificada e analisada ao identificarmos os portadores destes discursos.

Conclusão

A escola representa um espaço de formação e elaboração de saberes a partir de vivências e conhecimentos prévios dos estudantes, cuja consciência histórica se constitui desde o nascimento. O contato com manuais da história dos municípios a partir do 4º ano do Ensino Fundamental integra um conjunto de ações resultantes de interesses e disputas de poder na sociedade. As estruturas influenciam as interações, cujos sujeitos contribuem ou problematizam o processo de construção identitária em jogo. Por isso, cabe questionar qual é a função da disciplina de História no currículo escolar, e mais especificamente da História Regional no processo de formação dos estudantes: repetir e sustentar o discurso dominante ou promover a compreensão dos múltiplos processos históricos, contemplando a diversidade étnico-cultural que deu origem à região do Vale do Taquari?

A tentativa de ressignificar as narrativas sobre a história dos municípios perpassa a formação docente, com a incorporação de teorias e metodologias próprias do campo historiográfico. Pensar as relações entre os mundos do trabalho, a cultura e as migrações pode ser um bom começo para quem deseja provocar mudanças nestas práticas, estimulando escolas, professores e estudantes a compreenderem por que estudam a História Regional.

Referências bibliográficas

CASTORIADIS, Cornelius. **A experiência do movimento operário**. São Paulo: Brasilense, 1985.

GENOVESE, Eugene. **A economia política da escravidão**. Rio de Janeiro: Pallas, 1976.

GERHARDT, Ruben. **Colonização de Teutônia e Corvo: imigração alemã no sul do Brasil**. Lajeado: Univates, 2004.

GIRON, Loraine Slomp. Da memória nasce a História. In: LENSKIJ, Tatiana; HELFER, Nadir Emma. **A Memória e o Ensino de História**. Santa Cruz do Sul: ANPUH/RS, EDUNISC, 2000.

HALBWACHS, Maurice**. A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

KOCH, Siziane; WINK, Susiane. **Teutônia: nosso município**. Teutônia: Prefeitura Municipal de Teutônia, 2000.

LE GOFF, Jacques. História. **Enciclopédia Einaudi.** Lisboa, Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1984.

MATTEI, Ilsi Maria Schons. **Resgatando a História de Sério**. Prefeitura Municipal de Sério: Lajeado, 2000.

MÜLLER, Ricardo Gaspar; MUNHOZ, Sidney J. Edward Palmer Thompson. In: LOPES, Marco Antônio; MUNHOZ, Sidney. (Orgs). **Historiadores de nosso tempo**. São Paulo: Alameda, 2010, 31-52.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz; LOVATO, Bruna Hartung. **Introdução ao estudo da História: temas e textos**. Porto Alegre: Edição do autor, 2013.

PINSKY, Jaime. Nação e Ensino de História. In: PINSKY, Jaime (org). **O Ensino de História e a Criação do Fato**. São Paulo: Contexto, 1992.

SCHIERHOLT, José Alfredo. **Estrela: ontem e hoje**. Lajeado: O autor. 2002.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ESTRELA. **Educação, a base para o desenvolvimento de um povo**. Estrela, 1992.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE ARROIO DO MEIO. **Arroio do Meio: sua história, sua geografia.** Lajeado: UNIVATES, 2000.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE WESTFÁLIA. **O lugar onde vivo**. Westfália , 2004-2005.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, v. I., 1987.

VOGT, Olgário Paulo. Germanismo e Nacionalização em Santa Cruz do Sul - RS. **Ágora**. Vol. 7, n. 2. (Jul./ Dez. 2001), Santa Cruz do Sul: Editora da UNISC, 2003.

WASSERMAN, Cláudia. Identidade: Conceito, Teoria e História. **Ágora**. Vol. 7, n. 2. (Jul./ Dez. 2001), Santa Cruz do Sul: Editora da UNISC, 2003.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e sociedade**. São Paulo: Nacional, 1969.

_____. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

MUJERES DE UNA *FARMACINHA* VIVA COMO PRODUCTORAS DE UN SABER-HACER CON VALOR PATRIMONIAL

Marcela Paz Carrasco Rodríguez[10]

Introducción

Brasil es un país en el cual "la utilización de los tés y las medicinas preparadas con plantas medicinales es parte relevante y está presente en el cotidiano de una gran parte de la población brasileña" (MARQUES, 2008, p.2). Debido a que en este territorio se encuentra elevadísima biodiversidad de especies vegetales y el uso de plantas medicinales[11] está culturalmente enraizado, sobre todo en mujeres.

Cuando llego vivir a este país logro constatar dos cosas interesantes: en primer lugar, la cantidad y diversidad de plantas bioactivas[12], dentro de ellas las plantas medicinales utilizadas por las mujeres para la mejoría de la calidad de vida y; en segundo lugar, la valorización del saber tradicional popular transmitido oralmente, de generación en generación. Estos conocimientos y transmisión de saberes milenarios de las poblaciones tradicionales y de algunos movimientos sociales, como el Movimiento de los trabajadores sin Tierra (MST), proponen su utilización hacia la mejoría de la calidad de vida y rescate de los saberes tradicionales lo que va en directa proporción a colaborar con la biodiversidad y autonomía.

Desde tiempos remotos las mujeres han utilizado cientos de miles de plantas nativas para tratar afecciones. Las mujeres fueron las primeras farmacólogas con sus cultivos de plantas medicinales (FEDERICI, 2010). La medicina tradicional[13], (saberes, conocimientos y tradiciones) ha formado parte de la herencia de las mujeres, y es una herencia que atañe a la comunidad en su conjunto. Es una sabiduría ancestral que establece un determinado modo de "saber-hacer" (CERTAU, 1997), un saber que no está disociado del hacer y es una cierta forma de ser y estar en el mundo.

---

[10] Universidad Federal de Pelotas, Socióloga, bolsista CAPES, pazlaley@hotmail.com.

[11] Especies vegetales son llamadas medicinales cuando contienen uno o más componentes fotoquímicos cuya actividad biológica es considerada terapéutica para seres humanas y no humanas.

[12] Esta definición abarca todas las plantas con propiedades no solo medicinales, sino también aromáticas, alimenticias, no convencionales, alucinógenas, etc.

[13] La Medicina Tradicional hace referencia a sistemas terapéuticos fundamentados en culturas locales y/o ancestrales para el mantenimiento de la salud.

Estos saberes hacen parte de un "patrimonio localizado" (PRATS, 2005) aquél cuyo interés trasciende su ubicación, porque es transnacional y es capaz de provocar por sí mismo un "patrimonio desde abajo" (ARRIETA, 2009).

Es así como la memoria, la historia oral de las mujeres y la experiencia de medicinarse naturalmente, toma tanta importancia, porque es capaz de colocar en valor[14] un patrimonio más democrático, como instrumento de mudanza posibilitando la inclusión de otras memorias que orientarán la construcción de nuevas y múltiples versiones de la historia, quienes transmitiendo conocimientos, construyendo fuentes no escritas, de recomendación en recomendación construyen un Patrimonio intangible.

El Patrimonio como una categoría de pensamiento

Existe una proliferación patrimonial de la sociedad, ganando una dimensión tal vez nunca antes imaginada. Actualmente su significado se ha ampliado y es de uso cotidiano, pudiendo observar la incorporación de otros elementos y manifestaciones antes no contemplados, como el patrimonio inmaterial o intangible, diferenciándose del patrimonio de "piedra y cal".

Tal categoria también la encontramos en las sociedades indígenas, "*presente em sistemas de pensamento não-modernos ou tradicionais (...). Omite-se, no entanto, o seu caráter milenar. Ela não é simplesmente uma invenção moderna"* (GONÇALVES, 2009, p. 21-22).

El patrimonio inmaterial en un sentido figurado se usa para indicar una relación, contemplando:

> lugares, festas, religiões, formas de medicina popular, música, dança, culinária, técnicas etc. Como sugere o próprio termo, a ênfase recai menos nos aspectos materiais e mais nos aspectos ideais e valorativos dessas formas de vida. Diferentemente das concepções tradicionais, não se propõe o tombamento dos bens listados nesse patrimônio (GONÇALVES, 2009, p. 24).

Esta abertura del patrimonio se ve reflejada en la creación de las cartas y recomendaciones dictadas por la Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura (UNESCO), a las que muchos países del mundo adhieren y toman como modelo para definir sus propias leyes patrimoniales.

[14] Para entender la cuestión del valor ver los autores, HERNÁNDEZ, J. PERICOT, J. MENDIZABAL, M. (1996), quienes proponen una triangulación que se constituye en valor de uso, valor formal, y valor simbólico.

Brasil en la Constitución de 1988, amplio el concepto de patrimonio cultural, incluyendo bienes de naturaleza inmaterial, fortaleciendo objetivos y acciones volcadas a preservar la memoria nacional.

En París, el año 2003, se aprobó la Convención para la Salvaguardia del Patrimonio Cultural Inmaterial. Esta Convención define el Patrimonio Cultural Inmaterial o intangible de la siguiente manera:

> usos, representaciones, expresiones, conocimientos y técnicas -junto con los instrumentos, objetos, artefactos y espacios culturales que les son inherentes- que las comunidades, los grupos y en algunos casos los individuos reconozcan como parte integrante de su patrimonio cultural. Este patrimonio cultural inmaterial, que se transmite de generación en generación, es recreado constantemente por las comunidades y grupos en función de su entorno, su interacción con la naturaleza y su historia, infundiéndoles un sentido de identidad y continuidad (2003. Art 2.1).

El concepto de "monumentalidad", tan en concordancia con el ideal europeo de patrimonio histórico, no sirve para valorar los bienes culturales vivos de carácter inmaterial latinoamericanos.

> A perspectiva reducionista inicial, que reconhecia o patrimônio apenas no âmbito histórico, circunscritos a recortes cronológicos arbitrários e permeados por episódios militares e personagens emblemáticos, acabou sendo, aos poucos, suplantada por uma visão muito mais abrangente. A definição de patrimônio passou a ser pautada pelos referenciais culturais dos povos, pela percepção dos bens culturais nas dimensões testemunhais do cotidiano e das realizações intangíveis. (FUNARI y PELEGRINI, 2006, p. 31-32).

Resulta difícil disociar entre patrimonio material e inmaterial, es una separación que provoca cierta dificultad. Pero lo que se pretende con esta división es dar una abertura al uso tradicional que se hace del Patrimonio. Dando mayor cabida a nuevas definiciones y principios, entendiendo el patrimonio como un proceso vivo y no como algo estático.

Pero sobre este aspecto aparentemente inclusivo y positivo, debemos advertir que ninguna activación patrimonial es neutra o inocente. Quien activa los repertorios patrimoniales son principalmente los poderes constituidos, los que no están al margen de las relaciones de género, sexo y poder. Por lo tanto “sin poder, podríamos decir, en términos generales, no existe el patrimonio” (PRATS, 1998, p.69).

Las políticas patrimoniales están asentadas sobre la base de una alianza entre ciencia y administración. Por lo tanto se deduce que estas políticas patrimoniales también se pueden tornar un dispositivo, en el sentido que el filósofo francés Michel Foucault la confiere al término, un dispositivo disciplinario de control, atendida desde y en base a la utilidad de los intereses dominantes.

Esto hace posible la sujeción objetiva y subjetiva de las personas a los campos establecidos e instrumentalizados por la hegemonía de las instituciones, donde muchos ámbitos de la vida corren el riesgo de ser cedidos definitivamente a las lógicas mercantiles y privadas de las ganancias, el poder y las reglas visibles e invisibles, de jerarquización

Las mujeres de la *farmacinha* viva

Los conocimientos que poseen las mujeres *assentadas* que conforman la *farmacinha* viva, es una saber que se transmite oralmente de generación en generación. Es un modo de saber-hacer que las convierte en socio-transmisoras[15] de una tradición, que podemos definir como:

> um conhecimento a respeito do mundo natural e sobrenatural, transmitido oralmente, de geração em geração, [...] práticas e inovações e não um simples repositório de conhecimentos do passado. É um modo de produzir inovações e transmitir conhecimentos por meio de práticas específicas (O Primeiro Relatório Nacional para a Convenção sobre Diversidade Biológica- CDB, 1998)

Las mujeres de la *farmacinha* viva conocen de la medicina tradicional[16], porque aprendieron de lo que sus madres hacían y ellas enseñan a sus hijas, sin a veces percibir que lo hacen. De esta forma esta tradición es parte de una cadena de transmisión, que va permaneciendo en el tiempo, va constituyéndose en un patrimonio inmaterial, que hace responsable a sus portadoras de la conservación y transmisión. Creando y fortaleciendo un sentido de pertenencia al grupo, en el cual se plasma una existencia histórica de un entre mujeres (RICH, 1986).

Las mujeres de la *farmacinha* elaboran diversos remedios, pomadas, *elexir, xaropes*, extraen propiedades de plantas a base de alcohol de cereales y *cachaça* de alambique, extraen propolio y elaboran jabones antisépticos, todos a bases de plantas que cultivan en las huertas descubriendo y experimentando directo de la naturaleza.

Ellas aprenden de su entorno, de los ciclos de la luna, la tierra y el sol además de aprender de sí mismas, buscando el equilibrio entre lo que observan, sienten y creen. Es un

[15] Los socio-transmisores cumplen la misma función de los neurotransmisores, favorecen conexiones. Permiten establecer una cadena de transmisión entre las personas y las prácticas culturales que dan sentido e identidad a la comunidad (CANDAU, 2014)

[16] Medicina Tradicional es un término ampliamente utilizado para hacer referencia a sistemas terapéuticos fundamentados en culturas locales y/o ancestrales para el mantenimiento de la salud. Estos sistemas incluyen el uso de plantas medicinales, productos de origen animal y mineral. Y terapias sin medicinas, como el Reiki.

saber en constante transformación, que se apropia de elementos externos, transformándolos y absorbiéndolos, no se aprende en las escuelas, se encuentra excluida de los libros y de la ciencia.

Desde esta experiencia se percibe al patrimonio inmaterial desde la memoria y los sentidos. Otorgando valor y significado a todo lo que las mujeres perciben, realizan, interpretan, representan, heredan y trasmiten. Promoviendo una identidad[17] que conecta calidad de vida y medicina tradicional, lo que va en directa proporción a colaborar con la biodiversidad y autonomía.

Ellas son herederas culturales de antiguas tradiciones y creadoras de nuevas técnicas, creándose, recreándose o inventándose; puesto que es un patrimonio en uso, vivo.

PCI como un dispositivo de control social

La Convención para la Salvaguardia del Patrimonio Cultural Inmaterial (PCI) a pesar de ampliar sus horizontes y de sus buenas intensiones también es parte de las lógicas del poder a través de las instituciones y sus clausuras asociadas, que instala el movimiento de lo que es o no patrimonializable, respondiendo a una lógica que vincula: estado, mercado, consumo, democracia representativa, paridad, legalidad institucional y orden jurídico.

La Convención para la Salvaguardia del Patrimonio Cultural Inmaterial, se torna entonces un dispositivo disciplinar, entendiendo la disciplina como:

> el mecanismo del poder por el cual alcanzamos a controlar en el cuerpo social hasta los elementos más tenues por los cuales llegamos a tocar los propios átomos sociales; esto es, los individuos. Técnicas de individuación del poder. Cómo vigilar a alguien, cómo controlar su conducta, su comportamiento, sus aptitudes, como intensificar su rendimiento, cómo multiplicar sus capacidades, cómo colocarlo en el lugar donde será más útil. (FOUCAULT, 1993, p. 58-59)

Tras la Segunda Guerra Mundial, las disciplinas sufrirían una crisis en beneficio de nuevas fuerzas que se irían instalando lentamente, y se precipitarían tras este evento histórico, dando paso a las Sociedades de Control.

Lo anterior, se puede observar con la lúcida observación que hace Gilles Deleuze, a comienzos de 1990 acerca de la ciudad, en el contexto de la Sociedad de Control, la que a diferencia de la Sociedad Disciplinaria, no implica el encierro en establecimientos y en unidades

[17] Es importante mencionar que ninguna identidad se constituye esencialmente como natural, toda identidad es una construcción social, que se realiza al interior de los marcos sociales de la memoria.

clasificadoras del tipo individuo/a masa, sino además este control se realizará dentro de un continuo de mecanismos a modo de señas que varían según el desplazamiento de los/as sujetos/as de un punto a otro, formando una geometría perfecta en un mundo dinámico y tendiente al cambio.

De esta manera, el/la individuo/a en la Sociedad de Control, no está en una situación de encierro (por ejemplo en la idea de un cubículo), como lo estuvo en la Sociedad de Disciplina, sino que se ve enfrentado/a a un contexto de dominación que traspasa, en forma de ondulaciones, los distintos puntos en que se ubica el/la sujeto/a.

> imagina una ciudad en la que cada uno podía salir de su departamento, su calle, su barrio, gracias a su tarjeta electrónica (dividual) que abría tal o cual barrera, pero también la tarjeta podía no ser aceptada tal día, o entre determinadas horas: lo que importa no es la barrera, sino el ordenador que señala la posición de cada uno, lícita o ilícita, y opera una modulación universal (DELEUZE, G. 1993[18], *apud* FERRER, C. 2005).

Si la vigilancia antes era exterior, ahora se internaliza como moral, permitiendo el control del interior, con los principios de autoridad y sumisión que el poder desea incorporar. No es necesaria la ciencia ficción para concebir un mecanismo de control que señale a cada instante la posición de un elemento en un lugar abierto.

Ante este panorama el antropólogo francés Joan Louis Tornatore se interroga y nos plantea la siguiente pregunta ¿Cuál es la autoridad de la pesquisadora y cuál sería su lugar en este juego patrimonial? Será que podemos "*fazer do PCI um instrumento para liberação e emancipação?"* (TORNATORE, 2013, p. 7).

Si el patrimonio "es una invención y una construcción social" (PRATS, 1998, p. 63) es algo que entonces se puede romper. **"***Poderíamos dizer que não necessariamente porque o PCI é um instrumento de governabilidade, que ele não pode ser também um agente de emancipação. Na verdade ele pode ser uma coisa e seu contrario*" (TORNATORE, 2013, p.7).

Bajo esta óptica nos resta comprender que si se trabaja desde algunas posibilidades de resistencia puede tener un papel altamente significativo como mecanismo cultural para fortalecer el sentido de pertenencia a grupos o a comunidades.

Nuestra labor entonces, como pesquisidoras del área del Patrimonio Cultura, consistiría en adjudicar una práctica política al patrimonio, tornando el dispositivo de control del PCI, en un dispositivo de resistencia que desborde la dimensión normativa y todas las formas de dominación, siendo el patrimonio una de ellas

[18] DELEUZE, G. Postdata sobre las sociedades de control. **El Lenguaje Libertario**. p. 39. 1º edición. Argentina. Terramar. 2005, p. 115

> Una crítica patrimonial que no se detenga, o no esté especialmente centrada, en los aspectos formales de las activaciones, como sucede habitualmente, sino que otorgue primacía a los contenidos, a los discursos, incluso a los propios proyectos, intervenciones y políticas patrimoniales. Una crítica de fondo, organizada y sistemática, que suponga en la práctica poner en evidencia y hacer llegar al público, a la sociedad, para bien y para mal, las claves ocultas de cualquier actuación en el campo del patrimonio. (PRATS, 2005, p. 22)

La masculinidad del patrimonio

Como mujer cuestionadora me es imposible no dejar de somete a revisión la palabra patrimonio, que etimológicamente "*é uma palabra de origen latina, patrimonium, que se refería, entre os antigos romanos, a tudo o que pertencia ao pai, patero u pater familias, pai de familia"* (FUNARI y PELEGRINI, 2006), *patri* (padre) y *monium* (recibido): lo recibido por línea paterna.

Este significado literal produce un cierto malestar, porque se utiliza siempre como referencia al "hombre" para referirse a la humanidad en general. Lo que genera y sostiene un lenguaje masculinista que crea realidad, lo que explica una dificultad de utilizar el mismo lenguaje.

> Hay sólo un lenguaje, pero éste no pertenece a las mujeres, no es suyo, no las caracteriza, ni les sirve para expresarse. Las mujeres se ven obligadas a utilizar el "lenguaje del padre", el "lenguaje fálico"; deben pues hablar siempre a partir de una autoridad prestada (VILLARMEA, 2011, p. 6).

Nombrar no es por casualidad, cada nombre expresa diferentes intereses e historias. Pensamos con palabras de ahí la importancia de nombrar, porque existe una estrecha relación entre nominación, memoria e identidad.

Desde esta perspectiva, esta lectura genera inquietudes respecto a la interpretación que hacen de si, las mujeres, si se ha olvidado nombrar a toda esa mitad de la población.

Nos surge preguntarnos entonces, si es posible hablar de un patrimonio de mujeres, y si "¿la lucha por insertarse en esa compleja arena de disputa que es el campo del patrimonio supondría una doble lucha y un derroche de energía o más bien una palanca?" (MACEIRA, 2011, p. 11)

No tenemos una respuesta, pero si dilucidamos que el campo del patrimonio se perfila potente para articular una reflexión sensible y no acabada, con lentes de género[19], que vaya más

[19] Más información al respecto, leer Antropología, Genero y Feminismo de la antropóloga mexicana, Marcela Lagarde

allá del malestar, resignificando o desechando el lenguaje y visualizando las referencias culturales de las mujeres.

El patrimonio consagrado como tal suele reservar un rotundo silencio a la historia de las mujeres, hemos estado excluidas de lo público y estamos escasamente representadas. No hemos llegado a ser tan relevantes para la historia oficial, como para erguir algún monumento o tener alguna calle con nuestros nombres, "el trabajo doméstico no deja monumentos" (ANDERSON y WINKKWORTH, 1991[20] *apud* MACEIRA, 2011, p.2).

> Esta ausencia de referentes, dificulta integrar las aportaciones, creaciones y trazos de las mujeres en el pasado y en los bienes heredables para nuestras sociedades (…) las mujeres suelen ser las depositarias de una memoria vinculada a saberes y conocimientos relacionados con el ámbito doméstico cuya valoración, reconocimiento y prestigio son escasos (MACEIRA, 2011, p.2-3).

El Patrimonio es un terreno de extranjería para las mujeres, es necesario entonces revertir las conceptualizaciones del patrimonio ancladas en un pensamiento hegemónico y patriarcal. Precisa de des-construcción y de elaboración con miras hacia el futuro, como una manera para superar los olvidos impuestos, promoviendo un debate y reflexión activos, en pro de una reparación simbólica y de una transformación del mundo social.

Para equilibrar este plano inclinado, debemos transformar el patrimonio, en un patrimonio cuestionador de la realidad, que deje de perpetuar el intencionado vacio que mantiene el orden de las cosas, favoreciendo un dialogo que reconozca los aportes de las mujeres, dejar de naturalizarlos, y proponer un proyecto de futuro para todas.

Conclusión

Las mujeres de la *farmacinha* viva albergan un saber respecto a las plantas medicinales que hayamos relevante de conservar y transmitir. Un conocimiento popular con valor patrimonial.

El hecho de haber escogido dilucidar el tema en torno al patrimonio desde las mujeres, es intencional, y esto no significa que esté dando a conocer un panorama parcial de la sociedad, ni de no reconocer que también hay hombres que poseen conocimiento sobre el uso de plantas

[20] ANDERSON, Margaret y K. WINKKWORTH. Una crítica australiana, **Museum**, LUGAR, 171: 147-151. (1991).

medicinales. Lo que debemos considerar es que todos los estudios son también datos parciales y que parten de una posición dada (HARAWAY, 1995).

> es nuestra responsabilidad elegir, insisto, 'elegir', el tipo de conocimiento que queremos producir: un conocimiento de tipo autoritario, alienante, normalizador, que pase a formar parte de los múltiples dispositivos de dominación que encorsetan a la gente, o por lo contrario, un conocimiento de tipo libertario, emancipador, que aporte su granito de arena a las luchas de la gente contra la dominación. (IBÁÑEZ, 1994, p. 279).

REFERENCIAS

ARRIETA, Iñaki. 2009. Comunidades, científicos y especialistas en los proyectos patrimoniales y museísticos: de 'arriba-abajo', de 'abajo-arriba**.** En I. ARRIETA (Ed.) *Activaciones patrimoniales e iniciativas museísticas***:** ¿por quién? Y ¿para qué? Bilbao: Universidad del País Vasco.

CANDAU, J. 2014. *Memória e identidade*. Tradução de M. L. M. Ferreira. São Paulo: Contexto.

DE CERTAU, M. 1997. *A invenção do Cotidiano*. Petrópolis, Brasil: Vozes

FEDERICI, S. 2010. *Calibán y la Bruja. Mujeres, cuerpo y acumulación originaria.* Buenos Aires: Tinta Limón Ediciones.

FERRER, C. 2005. Postdata sobre las sociedades de control. En: *El Lenguaje Libertario*. 1º edición. Argentina: Terramar, p.115-121.

FOUCAUL, M. 1993. *Las redes del poder*. Buenos Aires, Argentina: Almagesto.

FUNARI, P. PELEGRINI, S. 2006. *Patrimônio Histórico e Cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

GONÇALVES, J. 2009. O patrimônio como categoria de pensamento. In. ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos.* 2ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, p. 25-33

HARAWAY, D. 1995. Saberes localizados: A questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu,* Campinas, ano 5, 07-41

HERNÁNDEZ, J. PERICOT, J. MENDIZABAL, M. 2015. El valor del patrimonio histórico. In: *Complutum* Extra, 6 (11), 1996: 215-224. Disponible en: <revistas.ucm.es/index.php> Acceso el 12 de dic.

IBÁÑEZ, T. 1994. *Psicología Social Construccionista.* Selección de textos de Bernardo Jiménez-Domínguez. México: Universidad de Guadalajara.

JELIN, E. 2001. *Los trabajos de la memoria.* Siglo Veintiuno editores, España.

MACEIRA, L. 2011. Memoria colectiva y género: ataduras y reflexiones para el estudio del patrimonio inmaterial. In: *Actas del XII Congreso de la Federación de Asociaciones de antropología del Estado Español.* León, 2011. FAAEE, Universidad de León y Asociación de Antropología de Castilla y León "Michael Kenny", León. Memoria en CD Rom.

MARQUES, F.C. 2008. Biodiversidad y Salud: casos de trabajos comunitarios de mujeres Agricultoras en la Región Sur d*e Brasil. VIII Congreso Científico de Sociedad Española de agricultura ecológica.* Disponible en: <http: //www.agroecologia.net.> Acceso el 14 jun. 2015

PRATS, L. 1998. El concepto de patrimonio cultural. *Política y Sociedad* 27 Madrid p.p. 63-76. Disponible en: <http://www.antropologiasocial.org/contenidos/publicaciones/otautores/prats%20el%20concepto%20de%20patrimonio%20cultural.pdf> Acceso el 3 de dic. 2015.

PRATS, L. 2005. Concepto y gestión del patrimonio local. *Cuadernos de Antropología Social* No 21, pp. 17-35. Disponible en: <http://www.scielo.org.ar/pdf/cas/n21/n21a02.pdf%20cultural.pdf> Acceso el 3 de dic. 2015.

RELATORIO NACIONAL PARA A CONVENÇÃO SOBRE A DIVERSIDADE BIOLOGICA. Disponible en: <http://www.mma.gov.br/biodiversidade/convencao-da-diversidade-biologica/relatorios-brasileiros>. Acceso el 25 de mayo 2015.

RICH, A. 1986 *Heterosexualidad obligatoria y existencia lesbiana.* Sangre, Pan y Poesía. Barcelona: Icaria

TORNATORE, J. 2013. *Le patrimoine culturel immatériel, entre contrôle et émancipation***.** O patrimônio cultural imaterial, Entre controle e emancipação. Conferência apresentada no 7ème Seminario Internacional en memoria e patrimonio (SIMP), « Convenção do Patrimônio Imaterial: 10 anos depois », Pelotas 6-8 nov. 13 UFPEL

UNESCO Convención para la salvaguardia del patrimonio cultural inmaterial 2003. Paris. Disponible en <http://www.unesco.org/culture/ich/ > Acceso el 1 de dez.2015

VILLARMEA, S. 2011. Paradojas, normatividad y praxis: el lenguaje emancipatorio en torno al nacimiento. *Revista Tales*, Nº 4, pp. 11-31. Disponible en: www.ravistatales.wordpress.com Acceso el 21 de dez. 2015.

O PROGRAMA PONTOS DE MEMÓRIA E A APROPRIAÇÃO DO PATRIMÔNIO PELA COMUNIDADE

Mariana Boujadi Mariano da Silva[21]

Este estudo aborda uma análise crítica da política pública para a cultura denominada Programa Pontos de Memória. Busca-se compreender como estes espaços se articulam com as comunidades nas quais estão inseridos e como o discurso oficial apresenta estas articulações.

Implantado em 2009, segundo o site do Instituto Brasileiro de Museus, o Programa Pontos de Memória do Ministério da Cultura e Instituto Brasileiro de Museus tem como objetivo apoiar e incentivar ações de reconhecimento e valorização da memória social através de uma metodologia dialógica e participativa, trabalhando a memória de forma viva de acordo com interesses do grupo comunitário, possui um conceito que se aproxima muito daqueles relacionados à museologia social. O Programa em sua fase inicial, de 2009 a 2011, experienciou a inserção do Programa em doze comunidades, os chamados Pontos de Memória Pioneiros.

Um dos princípios estruturantes da metodologia utilizada pelo Programa é o protagonismo comunitário. Há, especificamente neste estudo, uma preocupação em aprofundar este tema, e observar como ocorre de fato este protagonismo nos espaços e nas ações realizadas pelos projetos selecionados para participarem do Programa.

Para tornar a proposta exequível, dado a existência de 137 Pontos de Memória pelo país, optou-se por um recorte espaço- temporal, o estado do Rio Grande do Sul da fundação do Programa em 2009 até 2015, o ano de início deste estudo.

Para realizar a análise proposta, optou-se por uma metodologia interdisciplinar, contemplando estudos conceituais e bibliográficos, análise de discurso, trabalho de campo e história oral.

Compreende-se que todas estar etapas metodológicas são fundamentais para realizar uma verdadeira analise de políticas públicas sobre o Programa Pontos de Memória. Através dela é possível responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz socialmente, que são exatamente as questões norteadoras de qualquer análise de políticas públicas (SOUZA apud LASWELL, 2006, p. 35).

[21] Universidade Federal de Pelotas, Bacharel em Museologia e aluna do mestrado do Programa de Pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, CAPES, mariana.boujadi@gmail.com

Estando a pesquisa ainda em desenvolvimento e em um estágio inicial no mestrado do Programa de Pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural os resultados ainda se apresentam de forma superficial, e muito do que se apresentam neste artigo são conjecturas, que podem se confirmar ou não num momento mais avançado do estudo.

Houve um levantamento de todos os Pontos de Memória localizados no estado do Rio Grande do Sul. São eles os Trajetos da Memória em Osório; a Casa da Cultura do Litoral Boizinho da Praia em Cidreira; Ponto de Memória TV OVO em Santa Maria; O projeto Construindo Espaços Museais Populares em São Leopoldo; o Projeto Fontes de pesquisa & debates para a igualdade étnico-racial no Brasil em Porto Alegre e o Museu Comunitário da Lomba do Pinheiro, também em Porto Alegre.

Este levantamento inicial possibilitou uma observação mais aprofundada destes espaços. A partir de diversas mídias como: jornais, revistas, sites, blogs, e dos próprios editais do Programa Pontos de Memória, que alguns destes espaços possuem forte relações com Universidades Federais, Escolas Públicas, Bibliotecas e Arquivos. Pretende-se a continuidade deste estudo e compreender até que ponto estas relações influenciam na participação da comunidade nestes espaços bem como na apropriação, por parte dela, do patrimônio local. Também deseja-se compreender, como comentado, as articulações entre os discursos oficiais e as realidades nos espaços de memória.

Neste artigo optou-se pelo aprofundamento de três dos Pontos de Memória localizados no Rio Grande do Sul: o Ponto de Memória Hohendorff ou Espaços Museais Populares em São Leopoldo, o Africa no Arquivo em Porto Alegre e o Ponto de Memória TV OVO em Santa Maria.

A ação denominada Espaços Museais Populares está localizada no município de São Leopoldo e compõe-se de atividades para a valorização da memória das comunidades do entorno da escola Hohendorff, nos bairros de Vila União e o parque Itapema, que foram criados a partir de ocupações.

Segundo o blog do projeto, este projeto teve seu início a partir de atividades escolares desenvolvidas nas disciplinas de Geografia, História e Artes.

Busca a partir de uma abordagem multidisciplinar realizar uma gama de atividades que almejam realizar uma discussão sobre a história recente dos bairros, que constituem um espaço em que se realizaram, lutas pelos direitos básicos de todo o cidadão na década de 1980.

Uma das atividades realizadas foi o "Museu de Rua", desenvolvido em 2011 pela E.M.E.F Prof. João Carlos Von Hohendorff, com alunos da Educação de Jovens e Adultos.

Segundo o site oficial, a TV OVO é uma associação sem fins lucrativos, de fomento a produção de vídeos comunitários e curtas-metragens criada em 1996.

Ainda segundo o site, em 2014, a TV OVO foi selecionada como um dos projetos participantes do Programa Pontos de Memória. Entre as atividades do Ponto de Memória TV OVO estão sessões cineclubistas e debates em comunidades rurais da região com vídeos que retratem o patrimônio cultural da cidade.

Durante 2014 foram realizadas sessões em seis localidades rurais de Santa Maria: Arroio Grande, Arroio do Só, Passo do Verde, Boca do Monte, Palma e Santa Flora.

O projeto África no Arquivo foi selecionado para compor a rede de Pontos de Memória em 2012, este recurso do Programa foi "captados através da Associação dos Amigos do APERS (AAAPERS), e com apoio da UFRGS através do Programa de Educação Patrimonial para confecção das reproduções de documentos" (APERS, 2013).

A ação foi realizada através da distribuição de caixas pedagógicas para 700 escolas da região metropolitana de Porto Alegre (Porto Alegre, Canoas, Gravataí e Viamão). Buscou-se difundir documentos relacionado ao período da escravidão.

Dos objetivos propostos

> Consolidou-se o APERS como um Ponto de Memória identificado com a história, a memória e a cultura afrobrasileira; qualificou-se sua infraestrutura através da aquisição de equipamentos para estas ações e para projetos vindouros; ampliou-se a difusão dos acervos da instituição através dos quais se podem reconstituir a história da escravidão e da luta por liberdade no Rio Grande do Sul e no Brasil em relação direta com o continente africano, possibilitando a problematização das marcas deixadas por este processo histórico em nossa realidade social atual; difundiu-se as ações já desenvolvidas pelo APERS em parceria com a AAAPRS. (APERS, 2013, sp)

Claro, concordar-se com a importância desse tipo de ação educativa ser realizada nas mais diversas instituições para a discussão de temas sociais importantes, pois a "educação patrimonial pode contribuir de forma relevante para a democratização da cultura e (...) para a formação de cidadãos capazes de se reconhecer como parte desse patrimônio". (FRATINI, 2009, p.7)

E as ações comentadas são exemplos de ações educativas patrimoniais. Seja a discussão social acerca da formação do bairro realizada pela Escola Hohendorff em São Leopoldo, na exibição de filmes nas zonas rurais de Santa Maria, como as ações realizadas pela TV OVO, e

pela caixa pedagógica que discute de forma dinâmica com os alunos de escolas importantes questões relacionadas a escravidão.

Porém, busca-se ainda encontrar nestes projetos elementos que os façam pertencer ao Programa Pontos de memória, sobretudo a questão metodológica do protagonismo comunitário.

As ações realizadas não são únicas e sem precedentes, por exemplo, desde 2008 o Arquivo Público de São Paulo possui uma ação intitulada "Aula no Arquivo", que se utiliza de seus acervos para abordar diversos temas com alunos de ensino fundamental e médio. O Centro de Memória da Educação da Faculdade de Educação da USP (CMEUSP) desde 2007, conta com uma atividade muito similar a realizada pelo APERS, onde ocorre a distribuição de kits pedagógicos compostos de um jogo de tabuleiro denominado Arquivo Perdido; uma revista de história em quadrinhos, denominada Em busca da Memória Escolar; e um manual, denominado O Acervo Escolar: Manual de Organização e Cuidados Básicos. A doação e a apresentação do kit fazem parte da visita de campo às escolas. (FRATINI, 2008, p.9-10).

O denominado Museu de Rua no Paraná, realizou em 2007 uma ação pedagógica e para a mobilização de alunos do Ensino Médio do Colégio Estadual André Seugling de Cornélio Procópio e dos moradores da Vila América sobre a importância de seu patrimônio histórico urbano (MUSEU DE RUA, 2007, sp).

O Instituto Federal do Rio Grande do Norte campus Apodi realizou em 2010 sessões de cinema em zonas rurais trabalhando a temática patrimonial. (IFRN, 2010)

Todas estas ações possuem grandes semelhanças, apesar de diferirem eventualmente em temáticas e abordagens, mas cabe um questionamento: o que faz de uma dessas ações um Ponto de Memória e outras não? A partir desta primeira análise, não parece ser a metodologia que presa o protagonismo comunitário.

Conclusões

Por se tratar de um estudo em desenvolvimento, não há, ainda, resultados prontos para serem apresentados, porém, observa-se um potencial no projeto do Programa Pontos de Memória de distanciarem-se de suas pretensões sociomuseológicas, e de não alcançarem um protagonismo comunitário, tendo-se em vista que ainda existe uma hierarquia clara sobre quem realiza e quem recebe a ação. Nos casos apresentados neste artigo observa-se que as ações dos Pontos de Memória foram realizadas por instituições e aplicadas a públicos específicos, exatamente da mesma forma que as outras ações apresentadas.

Este potencial também permeia as questões referentes as memórias que são selecionadas para compor uma representação identitária de determinada comunidade através dos Pontos de Memória, que apesar de buscarem um distanciamento das ações desenvolvidas por espaços institucionais convencionais, talvez acabem por aproximarem-se demasiadamente deles.

Tem-se, então, a ideia de que há nesta política de memória um caráter de "dever de memória" (Ferreira, 2011, p. 108), apoiadas na tentativa da inclusão de grupos considerados historicamente excluídos, podendo ou não responder às reivindicações memoriais dos grupos que almeja representar.

Referências Bibliográficas

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Projetos Patrocinados**. Disponível em https://arquivopublicors.wordpress.com/projetos-patrocinados/ acesso 13 de mar. de 2016.

FERREIRA, M.L.M. Políticas da memória e políticas do esquecimento. Aurora. V.10. 2011
FRATIN, RENATA. Educação patrimonial em Arquivos. **Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo**, n.34, 2009, 1-12.

IFRN. Cinema na Zona Rural. **Jornal do Instituto Federal do Rio Grande do Norte**. Natal, dezembro 2010. Disponível em http://portal.ifrn.edu.br/campus/apodi/noticias/projeto-cinema-na-zona-rural acesso em 13 de mar. 2016.

MUSEU DE RUA. **Sobre o Museu de Rua**. Disponível em http://museuderua.blogspot.com.br/ acesso em 14 de mar. 2016.
PONTO DE MEMÓRIA HOHONDORFF. **Espaços Museais Populares**. Disponível em <<http://pontodememoriahohendorff.blogspot.com.br/ acesso em 13 de mar. de 2016.

SOUSA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias.** Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-4

O VALOR SIMBÓLICO DOS BENS MÓVEIS PARA O PATRIMÔNIO INDUSTRIAL: O CASO DA PRENSA DA EXTINTA FÁBRICA LANEIRA BRASILEIRA S.A.

Mirella Moraes de Borba [22]

Existe uma grande dificuldade em falar sobre indústrias têxteis, usinas hidrelétricas, minas de carvão, ferrovias ou em estações hidráulicas como patrimônio, pois o conceito de patrimônio industrial ainda é muito recente para ser facilmente empregado. Quando pensamos em patrimônio industrial, consideramos um passado recente, que faz parte da nossa história, especialmente de um período da história ocidental que vem mudando rapidamente por estar associado à tecnologia. A progressiva obsolescência dos processos, máquinas e produtos gerada, em partes, pelas relações entre produção em série e consumo amplo, acaba encurtando o tempo das ocorrências, além de imprimir mudanças profundas, que só são percebidas no seu impacto quando já se tornaram passado. Por este motivo que lugares, equipamentos, processos e qualquer vestígio destes marcantes momentos acabam sendo importantes a tal ponto de se tornarem patrimônios merecedores de proteção. (ARECES, 2007)

É tão recente a consciência sobre a importância destes vestígios que só no ano de 2003 foi redigido o documento que conceitua e dá luz a este patrimônio: a Carta de Nizny Tagil, exarada pela Comissão Internacional para a Conservação do Património Industrial (TICCIH), que se reuniu na Rússia para debater o conceito de patrimônio industrial, e definiu que:

> O patrimônio industrial compreende os vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitectónico ou científico. Estes vestígios englobam edifícios e maquinaria, oficinas, fábricas, minas e locais de processamento e de refinação, entrepostos e armazéns, centros de produção, transmissão e utilização de energia, meios de transporte e todas as suas estruturas e infra-estruturas, assim como os locais onde se desenvolveram actividades sociais relacionadas com a indústria, tais como habitações, locais de culto ou de educação. (CARTA DE NIZHNY TAGIL, 2003, pág.3)

Com base neste conceito é possível compreender o valor da planta industrial remanescente da Fábrica Laneira Brasileira S.A. como patrimônio. Esta Fábrica abriu as portas no ano de 1949 e decretou falência em 2003. Durante os cinquenta e quatro anos de funcionamento, fez parte da vida de gerações que nela se sucederam e dela tiveram tanto seu sustento bem como suas relações sociais mais cotidianas. (COELHO, 2014).

[22]Universidade Federal de Pelotas, Graduanda do Curso de Conservação e Restauro de Bens Culturais Móveis; E-mail: borbamirella@gmail.com

Ao ser adquirida em 2010, pela Universidade Federal de Pelotas, seu uso não estava estipulado e assim permaneceu até 2013 quando, a pedido do Núcleo de Patrimônio Cultural da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura o Reitor encaminhou o pedido de inclusão da Laneira no Inventário do Patrimônio Cultural do Município de Pelotas e em decorrência disto, hoje o bem encontra-se protegido em nível 2, ou seja, fachadas, volumetria e cobertura não podem sofrer alterações e outras intervenções devem ser avaliadas pela Coordenadoria de Patrimônio Cultural da Secretaria de Cultura do Município. No mesmo ano, o referido Núcleo iniciou o projeto de reciclagem e requalificação de parte da planta industrial que não havia ainda tido seu uso destinado. Mil e quinhentos metros quadrados já estavam determinados à área da saúde e neles estão sendo edificados os blocos que hospedarão o Centro Regional de Cuidados Paliativos e o Programa de Internação Domiciliar. O referido Centro foi projetado para ocupar área no local onde era o refeitório da fábrica e o posto médico. Nada foi aproveitado da estrutura existente. No ano de 2013, deu-se início ao projeto de reciclagem da área restante da extinta fábrica na qual se encontrava o setor administrativo que foi respeitoso quanto à permanência da fachada, embora, internamente, as estruturas venham a ser totalmente alteradas.

O projeto de reciclagem partiu de um conceito de uso pelo qual se previu a implantação de um centro interdisciplinar de ensino, pesquisa e extensão em museus universitários, envolvendo os cursos de Museologia e de Conservação/Restauro de Bens Culturais da Universidade Federal de Pelotas, três museus, dois memoriais, uma biblioteca retrospectiva, além de uma Reserva Técnica unificada. O projeto inclui um setor de eventos que atenderá tanto o centro como o restante da Universidade. O conceito do projeto fundamenta-se na geração de condições para que se realizem ações de preservação da memória do trabalho e para que se oportunize um local que integre universidade e sociedade, propondo um uso adequado e sustentável ao conjunto de galpões remanescentes que constituiu a extinta fábrica. Tal como consta no projeto, que se intitulou Laneira Casa dos Museus, a reciclagem espacial pressupõe um conjunto de intervenções, que nesta proposta respeitou as pré-existências e as características originais do complexo, elegendo os elementos mais enunciativos das funções originais de cada espaço. Deste modo, a requalificação buscou alterações que não modificassem o espaço na sua essência, optando por equipá-lo para novos usos, conservando o seu aspecto fabril e seus elementos construtivos singulares, resolvidos pela busca das soluções funcionais e construtivas.

Ao olhar o projeto, verifica-se que o local do Memorial da Laneira foi determinado na área onde há uma grande máquina que atravessa o pé-direito do piso térreo e vem a ocupar toda a altura do segundo piso. A pesquisa se debruça sobre esse maquinário remanescente da extinta

fábrica Laneira, buscando compreender o seu significado memorial e recuperar informações

que já foram perdidas ao longo dos anos.

Fonte: Fotografia de Chanaísa Melo, 2012.

Fonte: Fotografia de Chanaísa Melo, 2012.

O projeto contempla e preserva a máquina colocando-a no centro do Memorial, tal como se observa na projeção da imagem abaixo.

Projeção 3D do projeto arquitetônico Laneira Casa dos Museus. Vista de dentro do Museu de Antropologia e Arqueologia para o Memorial da Laneira. Fonte: Projeto Arquitetônico Laneira Casa dos Museus. NPC, 2014.

Através de entrevistas feitas pela autora desse artigo com os arquitetos responsáveis pelo projeto de reciclagem do espaço da Laneira, Prof. Ms. Arq. Ricardo Sampaio Pintado diz que "O próprio memorial da Laneira é a máquina" e Profª. Dra. Arq. Celina Britto Correa complementa:

> Uma coisa muito importante para a escolha do lugar do memorial foi a força daquele maquinário remanescente, e aquela rampa de acesso por onde entravam os caminhões carregados de lã, já que ela também tem seu espaço garantido dentro do memorial, nós propomos uma passarela de vidro por cima, é importante falar que o memorial meio que escolheu o lugar dele, foi uma coisa que todos nós olhamos e dissemos o memorial vai ser aqui, a ideia é que a máquina fique inteira. (CORREA, 2016, S/P)

O maquinário remanescente da extinta fábrica Laneira encontra-se hoje no local onde futuramente será o memorial da fábrica. O projeto contempla e preserva a máquina colocando-a no centro do Memorial. Esta e outra máquina permaneceram no edifício porque, segundo avaliação da empresa de reciclagem de metal contratada para fazer o desmanche e comercialização dos equipamentos e materiais com valor de venda, o custo para operacionalizar

o processo de desmontagem destes dois equipamentos não seria compensado com a venda do ferro retirado[23].

Em entrevista realizada com um ex-funcionário da fábrica, ficou-se sabendo que as duas máquinas remanescentes são duas prensas, a primeira delas descrita como uma prensa para fazer fardos de lã, ainda bruta. O entrevistado lembrou que os funcionários mais jovens não utilizavam as escadas, subiam pela rampa de madeira. A segunda máquina, também uma prensa, mas menor, servia para comprimir a lã em bobinas que eram destinadas à exportação. (MICHELON, LEMOS, COELHO, 2015)

O memorial tem a função de transmitir informações que o prédio em si não tem mais a capacidade de transmitir, já que praticamente todo o maquinário da extinta fábrica foi vendido como sucata e também porque o espaço assumirá uma nova função, que antes era um espaço de trabalho irá se transformar em um espaço de ensino e de cultura:

> Então imaginou-se que o memorial também deveria trazer algumas informações, porque o edifício por si só não transmite, muito pela ausência do maquinário, e sobretudo mudando de função, então questões relacionadas as imagens das atividades que aconteciam ali anteriormente, ou algumas peças remanescentes que pudessem ser expostas ali naquele espaço. (Correa, 2016, S/P)

No projeto de reciclagem um dos pontos mais importantes mesmo com a mudança de função e toda a descaracterização que o prédio já sofreu, muito pela situação de abandono que se encontra atualmente, é que existe uma grande preocupação dos arquitetos envolvidos no projeto para que o prédio continue com o aspecto da fábrica que funcionou ali dentro por quase cinquenta anos, conforme entrevista com professor Ricardo:

> E a outra coisa então que nos motivou a ter como referencia importante de projeto é que mesmo aquilo lá não sendo mais a laneira, sendo toda descarnada por dentro, é que aquilo lá foi um espaço industrial deva ser mantido, mesmo com as coisas novas que estão sendo postas lá, que não se perca a ideia de que aquele era um espaço industrial. Então na hora de planejar, resolvemos manter essa ideia, então por isso vidros transparentes, a cobertura, grande espaço, porque espaço industrial é isso, um grande pavilhão com máquinas lá dentro, e fica aquela ideia do grande espaço, e isso vai ficar mais forte onde ficarão os cursos de graduação (PINTADO, 2016, S/P)

Este maquinário, mantido por conveniência do negócio que estava sendo feito no momento em que a fábrica encerrava suas portas e passava para outro proprietário, é o vestígio

[23] Informação obtida diretamente com o proprietário da empresa quando esta estava encerrando a retirada de todos os equipamentos vendidos como massa falida. A informação foi dada à Profa. Francisca Ferreira Michelon quando esta visitou o prédio para propor a destinação de um espaço para o Memorial da Laneira, em dezembro de 2010.

material mais imponente dentro da planta fabril remanescente. Portanto, a responsabilidade de mantê-lo passa a ser uma meta vetorial no projeto de reciclagem e na legitimação do patrimônio industrial que a Universidade recebeu.

No local, o maquinário assume a função de indicar os processos fabris que ali se davam, de assinalar na topografia do lugar os sentidos que estes prédios tinham e de dar materialidade a um passado fabril. Portanto, a recuperação das informações sobre o uso deste maquinário, bem como o diagnóstico do seu estado atual consiste, desde já, em um trabalho de conservação que será fundamental para a constituição do Memorial.

Sendo assim, a recuperação das informações sobre o maquinário ainda existente da extinta fábrica tem o intuito de contribuir com a missão do memorial que será instalado e de subsidiar um projeto de restauro deste equipamento. Este aspecto é essencial pois o projeto de reciclagem da Laneira não contempla o maquinário. Justifica-se, porque a reciclagem implica no projeto arquitetônico sobre o patrimônio imóvel e este maquinário é um bem móvel. É importante destacar que em qualquer projeto de restauro as decisões e opções estão fundamentadas em informações dadas pelo diagnóstico e que este pressupõe conhecer, também, e neste caso, primeiramente, os valores simbólicos do objeto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARECES, Miguel Ángel Álverez. **Arqueología Industrial. O passado por venir.** Espanha. Cicees. 2007. 118p.

COELHO, Jossana Peil. **Identificação de suportes de memória no prédio da extinta fábrica Laneira Brasileira S.A..** 2014, 75 f. Monografia, Bacharelado em Museologia, Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, RS.

MELO, Chanaísa. **Fragmentos da Memória de uma Fábrica na Coleção Fotográfica Laneira Brasileira Sociedade Anônima.** 2012. 131 f. Dissertação: Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural. Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Pelotas. Pelotas. 2012.

MICHELON, Francisca Ferreira. **Memórias da fábrica: identificação de elementos para o projeto de reciclagem da extinta Laneira Brasileira S.A./ Pelotas – RS.** Museologia e Patrimonio. Vol. 8 no 1. 2015. Disponível em: http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/viewFile/392/373 Acesso em: 14 de junho de 2015

MICHELON, Francisca Ferreira (org). **O Museu do Saber e do Fazer.** Catálogo. Pelotas. 2012. 117 p.

The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage (TICCIH). **Carta de Nizhny Tagil sobre o patrimônio industrial.** Julho 2003. Rússia.

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E O ENSINO DE HISTÓRIA: DESCOBRINDO A CATEDRAL DE SÃO PEDRO

William Adão Ferreira Paiva[24]

Renata Braz Gonçalves[25]

Introdução

Este projeto de pesquisa encontra-se em fase de desenvolvimento para o Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande, já que é fruto de uma trajetória acerca de indagações e leituras sobre a problemática proposta. Sabe-se que as "instituições de memória" apresentam um papel fundamental em uma sociedade, pois são os seus registros, sejam eles documentados ou memoráveis, que revelam os fatos acontecidos e motivados por uma ação constante no tempo. Essa relação orgânica é inevitável, pois educação, memória e história se tornam indissociáveis no que diz respeito às vivências de cada indivíduo ou até mesmo da coletividade, ora para comprovar direitos, ora para que haja o estabelecimento de relações.

Consoante a temática ligada a Educação, seja ela Patrimonial, bem como ao ensino da História Local e também ao Patrimônio Cultural, pretende-se, como objeto principal ao realizar este trabalho, fazer com que a história e a memória não fiquem somente no imaginário de cada um, nem tampouco seja esquecida pela falta de registros ou de informações, que por ventura não venham a ser explanadas dentro do ambiente escolar.

No que diz respeito ao problema deste Projeto de Pesquisa, ele poderá ser investigado a partir da seguinte abordagem, que dispõe sobre o modo como ocorre as práticas pedagógicas dos professores do Ensino Fundamental da Escola Estadual de Ensino Médio Bibiano de Almeida sobre o ensino da História do Rio Grande, englobando a Educação Patrimonial na Catedral de São Pedro. Como a Catedral de São Pedro é um Patrimônio Histórico na cidade do Rio Grande, faz-se necessário que os educadores explanem em suas práticas pedagógicas informações e referências sobre os assuntos ligados tanto a Educação Patrimonial quanto sobre a próprio Patrimônio Histórico e Cultural.

[24]Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História (Mestrado Profissional). E-mail: williampaiva@furg.br

[25]Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Doutora em Educação. E-mail: renatabraz@furg.br

Justificativa

Ao fazer a investigação referente a este projeto nas séries do ensino fundamental da Escola Bibiano de Almeida, em que são ofertadas a disciplina de História, mais precisamente naquelas que envolvem a História do Rio Grande do Sul, minha intenção é ter a noção e a percepção de como este ensinamento está sendo desenvolvido com os alunos atualmente, verificando também seus anseios, suas dúvidas, suas inquietudes e sua motivação e interesse ao aprender sobre os assuntos que fazem parte do nosso Estado e da nossa Cidade.

Pelo fato destes mesmos alunos residirem em uma cidade que apresenta bens patrimoniais tombados e históricos, como por exemplo a Catedral de São Pedro, tal importância desse conhecimento agrega valor enquanto formação e construção do ser humano, uma vez que essa educação servirá de base para o entendimento da construção da história local. Espera-se também que este projeto seja capaz de influenciar outros que possam ter o mesmo intuito e que busquem informações pertinentes ao conhecimento em relação a Educação Patrimonial, ao Ensino da História Local e também da Catedral de São Pedro, pois está em específico é preservada por Lei, sendo considerada também como Patrimônio Histórico e Cultural.

Referenciais teóricos sobre Patrimônio: algumas considerações

Pode-se afirmar que a origem da palavra patrimônio é latina (patrimonium), sendo que faz referência à noção que se pode ter de paternidade e pátria, sem descartar a hipótese de que também mantém associação com a ideia de herança, de legado e de posse. Já o Direito Romano o define como sendo um conjunto de bens familiares, que são considerados não segundo a ótica de seu valor pecuniário, mas sim na condição de bens que podem ser transmitidos, remetendo, de fato, aos bens de herança (DOMINIQUE POULOT, 2008).

Através da expansão do Cristianismo em meados da Antiguidade, mais precisamente no Período Medieval, o caráter da religiosidade foi condicionado ao caráter aristocrático, no que tange ao patrimônio. Pode-se dizer que nesta época os monumentos antigos ainda não eram considerados como de valor histórico, como afirma Choay (2006, p. 40) ao dizer que “móveis ou imóveis, as criações da Antiguidade não desempenham, pois, o papel de monumentos históricos. Sua preservação é, de fato, uma reutilização [...]”. Por falar em preservar, Leonardo Castriota (2009) comenta que a valorização do patrimônio era uma forma de assumir certo poder e prestígio através das coleções advindas de antiquários da França, que acabaram por se

constituir em objetos relevantes ao saber, podendo ter a possibilidade de serem estudados e preservados, devido aos seus valores existentes.

Essa identidade terá o respaldo através de abrigos, entendidos como os locais de memória, consoante ao que pensa Prats (2005) quando fala que o Estado possui relação direta com os espaços patrimoniais, dotados de bens culturais, devido ao fato desses locais apresentarem certas narrativas. Essas são motivadas em torno dos próprios bens identificados. No entanto, comenta ainda que o "[...] patrimônio cultural é uma invenção e uma construção social", dependendo, por ora, de instituições sociais que o legitimem (PRATS, 1998, p. 63).

O Decreto-Lei número 25, de 30 de novembro de 1937

Ainda sobre o Patrimônio, o Decreto-Lei número 25, de 30 de novembro de 1937[26] aborda os preceitos que fazem menção à organização e proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Cabe salientar aqui que este dispositivo ficou conhecido como a Lei do Tombamento, pois tem o intuito de fazer com que os bens (pertencentes ao patrimônio artístico e histórico) sejam protegidos e preservados, consoante ao valor patrimonial que possuam. De acordo com o referido Decreto-Lei, os bens mencionados acima somente serão considerados parte integrante do patrimônio depois que forem inscritos em um dos quatro Livros do Tombo, conforme citados a seguir: Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Livro do Tombo Histórico; Livro do Tombo das Belas Artes e Livro do Tombo das Artes Aplicadas.

Conforme informações do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)[27], o processo de tombamento é considerado como um ato administrativo, sendo que o mesmo é realizado pelo Poder Público, diante dos níveis atinentes às três esferas (federal, estadual e municipal), com o objetivo de preservar os bens que sejam dotados de certos valores, tais como: valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também valor afetivo para a população em geral, impedindo assim a destruição (perda) ou descaracterização (reconfiguração do sentido) que estes bens possuem.

De acordo com Fonseca (2005) o órgão responsável pelas ações de identificação, conservação, preservação, catalogação, restauração, fiscalização bem como a difusão dos bens culturais em torno do território brasileiro é o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Esse foi o principal marco no que tange a preservação patrimonial no

[26] Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm>. Acesso em 07 nov. 2016.
[27] INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Tombamento. Disponível em:<http://portal.iphan.gov.br/perguntasFrequentes?pagina=3>. Acesso em 07 nov. 2016.

Brasil, iniciada segundo estudiosos em 1937, pois se realizou um levantamento dos bens nacionais que possuíam interesse cultural e histórico, devendo assim ser salvaguardados.

Apontamentos sobre o Ensino de História

Quando remetemos nosso saber ao que aprendemos e ao que carregamos enquanto bagagem educacional, logo pensamos que o conhecimento adquirido pode ser considerado como uma força, que seja capaz de nos tornar mais racionais diante da nosso própria história e trajetória de vida. Contudo ao se pensar no ensino da história local, ou seja, aquela ao qual nossa realidade está englobada por atos e fatos ocorridos, não se deve descartar a possibilidade dessa estar cercada pelo patrimônio cultural.

O patrimônio pertencente as cidades, de modo geral, têm por função representar uma gama de informações que acabam sendo passíveis de interpretação histórica, fazendo com que sua utilização sirva de base e recurso para o ensino de história, principalmente no que se refere a história local. Nessa vertente, Bittencourt (2009, p. 168) alude que "a história local tem sido indicada como necessária para o ensino por possibilitar a compreensão do entorno do aluno, identificando o passado sempre presente nos vários espaços de convivência".

O Patrimônio Cultural acaba representando uma alternativa com elevado grau de significância, pois dinamiza o ensino de história e torna possível que a própria história da cidade seja utilizada como recurso didático e metodológico. Para Possamai (2011, p. 297), a cidade é um espaço que necessita ser descoberto em todos os seus aspectos, pois "com suas ruas, praças, avenidas, monumentos, a cidade é um caleidoscópio de imagens, cores e sons" e envolve todos os indivíduos que dela fazem parte, mesmo que esses estejam na simples forma de ocupantes de um determinado local.

A utilização deste mesmo patrimônio como base para o ensino de história das cidades, passa a existir como uma alternativa ao espaço que abarca e envolve a sala de aula, ou seja, o ambiente escolar no todo, permitindo assim que possa haver um meio de "fazer o aluno sentir a História como algo próximo dele", com a intenção de fazê-lo "interagir com ela, não como uma coisa externa, distante, mas como prática que ele se sentirá qualificado e inclinado a exercer" (PINSKY; PINSKY, 2010, p. 28).

Na escola, o professor precisará estipular alguns critérios que possam levar seus alunos a chegarem no objetivo proposto, seja diante de uma pesquisa ou até mesmo de um trabalho. Na temática advinda ao ensino da história bem como ao patrimônio cultural, Luporini (1999)

aborda que a construção dos objetos de estudos com enfoque na história local de uma cidade, por exemplo, pode servir como uma experiência positiva para o aprendizado enquanto conhecimento ao currículo escolar, pois o discente construirá mecanismos para que os fatos possam ser interpretados, reconhecendo e permeando assim costumes, valores e tradições da comunidade a qual faz parte.

Sabe-se que muitos trabalhos estão sendo desenvolvidos e outros já foram realizados, no que concerne as práticas referentes ao ensino ligado a história, mesmo sabendo que muitos educadores ainda possuem a fatídica concepção de que ensinar é apenas repassar informações que foram escritas, interpretadas e vivenciadas por alguém, fazendo com que a história tenha um aspecto mecanizado. Nesse ponto, Caimi (2007, p. 20) alude que os conteúdos elaborados são "apresentados aos alunos como pacotes-verdades, desconsiderando e desvalorizando suas experiências cotidianas e práticas sociais".

Isso tudo faz com que os alunos acabem se tornando apenas meros ouvintes e não participantes afincos do processo de construção e aprendizado da história, para que de fato, possam interferir com indagações e questionamentos diante do seu processo educativo. Consoante ao explanado, Barbosa (2006) afirma que:

> [...] para a maior parte dos estudantes brasileiros, o estudo de história carece de sentido ou utilidade; não se tem a visão de ciência e sim de uma matéria decorativa, estudo do passado, que só exige como vimos, a prontidão em declinar nomes, datas e fatos. (BARBOSA, 2006, p. 58)

Aprender os conhecimentos que envolvem a disciplina de História não é somente estudar para passar por uma etapa ou permitir que conhecimento propiciado por esta seja somente decorado. Aprender implica muito mais que isso, pois o estudante deve intervir no processo de construção de sua própria bagagem educacional, de modo a fazer com que o aprendizado tenha a possibilidade de ser perpassado e compreendido da melhor forma.

Educação Patrimonial: uma metodologia aliada ao ensino

No tocante as formas de suscitar a Educação Patrimonial, pode-se dizer que ela é constituída através de um processo permeado pelo trabalho educacional, que tem por foco a centralização do Patrimônio Cultural. Esse serve como fonte primária para que ocorra a aplicabilidade do conhecimento e enriquecimento, tanto individual quanto coletivo, pois é através das experiências ofertadas pelas manifestações ligadas a cultura que acontece a valoração deste próprio patrimônio.

Consoante ao significado da expressão “Educação Patrimonial”, Horta (1999) a explana com a seguinte conceituação:

> Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados o trabalho de Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural. (HORTA, 1999, p. 6)

É válido ainda comentar que a Educação Patrimonial pode ser desenvolvida e aplicada dentro do ambiente escolar, ou seja, nas salas de aulas, através de passeios turísticos pelos centros urbanos e até mesmo dentro dos museus pertencentes a uma cidade. A atividade em si tem por fundamento a busca por um maior vínculo, envolvendo e englobando as comunidades, as organizações, as autoridades governamentais e até mesmo as famílias com a rede escolar, pois abarca os saberes (individuais e coletivos) ligados ao Patrimônio Cultural e que conforme Horta (1999) abrangem um trabalho permanente ligado a apropriação e valorização dos objetos e das expressões culturais, a fim de fazer sua devida exploração para após traduzi-los em conhecimento, com o respaldo dos livros e conteúdos de apoio.

Para que possa existir o desenvolvimento do conhecimento através da Educação Patrimonial, é necessário haver recursos, sejam eles teóricos ou metodológicos, conforme orienta Horta (1999) ao dizer que:

> A Educação Patrimonial é um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da auto-estima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural. (HORTA, 1999, p. 6)

Pode-se dizer que uma das funções primordiais da Educação Patrimonial dentro do ambiente escolar é a de possibilitar o pleno conhecimento referente as informações pertencentes aos bens culturais bem como o acesso a eles através de diversas formas, de modo a fazer com que os educandos reconheçam sua importância e valorizem sua preservação. Através dessa prática, que tem por base a identificação e interação com o bem cultural, é que poderá ocorrer a ampliação do aprendizado e a compreensão da história local, ligadas essas aos temas mais corriqueiros da própria história. Isso irá oportunizar ao aluno uma experiência nova, que seja capaz de propiciar que ele seja atuante na construção do conhecimento e não apenas só mais

um mero aprendiz daquilo que os outros lhe repassam, já que esse conhecimento está sempre em fase de construção.

Em suma, a Educação Patrimonial promove perspectivas para que haja um melhor aprendizado atinente a memória e a história, pelo simples fato de despertar nos discentes a busca por uma identidade, que seja capaz de reforçar e elencar os laços do passado que são refletidos no presente, concebendo assim um novo horizonte de reflexão diante da prática laboral do ensino da história.

Todavia, ela passa a ser considerada como uma metodologia de ensino também para a história local, pois faz um compilado de elementos que podem promover ponderações nos alunos sobre os mais variados assuntos, tais como os bens materiais e imateriais, a cultura local e até mesmo sobre os valores adquiridos com as experiências vivenciadas. Permite também uma incorporação e interação com o bem patrimonial (histórico e cultural) valorizado e preservado, de modo a estimular o interesse pela a história através da (re)construção das narrativas e da memória, proporcionando assim uma relação de "pertencimento" com a cultura local.

Histórico da Catedral de São Pedro

Convenciona-se que todo lugar habitável por indivíduos, a exemplo das cidades, possuem uma história que comumente é iniciada através de sua fundação, levando em conta os processos originários relativos à sua criação. Eles podem estar presentes na economia, na cultura, nos aspectos sociais bem como nas edificações, ao passo de poder haver, neste sentido, a construção de memórias e identidades. Diante desse contexto, é necessário apontar a valoração (subjetiva, de acordo com os preceitos de cada um e objetiva, consoante a realidade da qual faça parte) dos bens de quem os utiliza ou daqueles que queiram preservá- lo, referente ao patrimônio cultural.

No dia 25 de agosto de 1755 havia sido fundada a igreja mais antiga do Rio Grande do Sul[28], pertencente esta a cidade do Rio Grande. Tanto a população quanto as autoridades e até mesmo os funcionários não mediram esforços, para que este objetivo pudera ser concretizado. A então Catedral de São Pedro emergia para ser considerada como um símbolo da cidade, pois o local estaria por representar um lugar de memória, ou seja, um repositório natural de lembranças individuais e coletivas atinentes ao patrimônio histórico.

[28] Informações com base em ALVES, Francisco das Neves. **Uma Igreja, uma comunidade:** os 250 anos de história da Catedral de São Pedro. 1. ed. Rio Grande: Editora da FURG, 2005.

Cabe ressaltar que a Catedral de São Pedro é um bem cultural[29], com inscrição no Livro Tombo das Belas Artes (Nº inscr.: 071; Vol. 1; F. 013; Data: 17/05/1938), de acordo com o IPHAN sob a inscrição "Matriz de São Pedro e Capela de São Francisco, contígua" e o nome de "Igreja Matriz de São Pedro e Capela da Ordem Terceira de São Francisco". Ela é considerada um Monumento Histórico Nacional, sendo que este mesmo livro diz respeito às coisas atinentes a Arte Erudita Nacional ou Estrangeira.

No ano de 1756[30], a conhecida "Matriz de São Pedro" dá início a administração dos sacramentos e também das atividades paroquiais. Também serviu de abrigo aos enfermos, no período de invasões e guerras. Entre as décadas de 40 e 90, foram apresentados diversos projetos com a intenção de reformular o aspecto da matriz, mas somente em 1937 com a Lei do Tombamento sobre aquilo considerado como Patrimônio Histórico e Artístico é que, de fato, ocorre a sua preservação. Atualmente a Catedral de São Pedro possui 261 anos e localiza-se no Largo Dr. Pio, no Centro Histórico de Rio Grande.

No que concerne aos registros documentais produzidos por esta instituição, comenta- se aqui sobre aqueles advindos dos livros paroquiais, tais como os de batismo, de casamento e também os de óbito, devido a sua importância social e histórica. Sabe-se, através de estudos[31], que antes da proclamação da República, em meados de 1889, era a igreja a figura responsável pela criação dos registros civis (dotados de valor jurídico) aos quais identificavam a população. Outros documentos são importantes pelo fato de se remeterem não somente a memória eclesiástica, mas também a memória da cidade em sentido amplo e por esta relevância precisam ser preservados.

Resultados e Discussões: questionamentos iniciais

Como este projeto ainda não foi executado, espera-se alcançar os resultados favoráveis através da aplicação do instrumento de pesquisa comumente utilizado para coletar dados, que será a entrevista aos participantes da pesquisa (alunos, professores, colaboradores) bem como da observação pessoal nas aulas de História da Escola Bibiano de Almeida, para entender o modo pelo qual a metodologia de ensino é evocada, com a finalidade de saber se a História Local (advinda a Catedral de São Pedro) atinente ao Patrimônio Histórico e Cultural de Rio

[29] De acordo com a Lista dos Bens Culturais inscritos nos Livros do Tombo (1938-2012). Disponível em:<http://www.guiadeturismo.inf.br/images/arquivos/viegas/Lista-de-bens-tombados-pelo-IPHAN.pdf>. Acesso em 07 nov. 2016.

[30]Informações embasadas no *site* da Catedral de São Pedro. Disponível em: <http://www.catedraldesaopedro.com.br/site/?n_link=sobre>. Acesso em 07 nov. 2016.

[31] PINHEIRO, Antônio César Caldas. A documentação eclesiástica e o Código de Direito Canônico. Disponível em: <http://www2.ucg.br/flash/artigos/060407documento.html>. Acesso em 07 nov. 2016.

Grande é desenvolvida de fato. Ainda como resultado, espera-se averiguar e constatar se os temas e o próprio entendimento do que é a Educação Patrimonial, fazem parte dos ensinamentos que são repassados aos discentes, no momento em que a disciplina de História é pensada e planejada pelos professores da área.

Conclusões Parciais

Até o presente momento e diante dos fatos apontados, pode-se perceber que este projeto de pesquisa será de suma importância para a área do conhecimento no Ensino de História, sendo que corrobora com a educação e não deixa de valorar também os educadores que lecionam a disciplina de História na Escola Bibiano de Almeida em Rio Grande/RS. Através dessa prática, que tem por base a identificação e interação com o bem cultural, é que poderá ocorrer a ampliação do aprendizado e a compreensão da história local, ligadas essas aos temas mais corriqueiros da própria história.

Promove também perspectivas de conhecimento sobre a memória e a história, pelo simples fato de despertar nos discentes a busca por uma identidade, que seja capaz de reforçar os laços do passado que são refletidos no presente. A Educação Patrimonial permite uma incorporação e interação com o bem patrimonial (histórico e cultural) valorizado e preservado, de modo a estimular o interesse pela história através da (re)construção das narrativas e da memória, proporcionando assim uma relação de "pertencimento" com a cultura local. Tal valoração engloba as relações necessárias ao sentimento de pertencimento que cada um possui ao retratar, entender e abordar tanto a Memória quanto a História bem como o Patrimônio Histórico e Cultural da cidade.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Vilma de Lourdes. Ensino de História local: redescobrindo sentidos. In: **SAECULUM – Revista de História** [15]; João Pessoa, jul./dez. 2006.

BITTENCOURT, Circe M. Fernandes. **Ensino de história***:* fundamentos e métodos. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

CAIMI, Flávia Eloisa. *Por que os alunos (não) aprendem história?* Reflexões sobre o ensino, aprendizagem e formação de professores de História. In: **Revista Tempo**; v.11, n. 21, jun. 2006, p. 17-32.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos**. São Paulo: Annablume, BH: IEDS, 2009.

CHOAY, F. **A Alegoria do Patrimônio.** 3.ed. SP: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

CONSTITUIÇÃO APOSTÓLICA. **Código do Direito Canônico.** 1983. 244 p. Disponível em: <http://www.estig.ipbeja.pt/~ac_direito/CodigodeDireitoCanonico.pdf>. Acesso em 07 nov. 2016.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em Processo**. RJ: Editora UFRJ/ Minc-Iphan. 2ª edição, 2005.

GRUNBERG, Evelina. **Manual de atividades práticas de educação patrimonial**. Brasília, DF: IPHAN, 2007.

HORTA, Maria de Lourdes Parreira; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: IPHAN: Museu Imperial, 1999.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**. São Paulo: PUC, N. 10, dezembro 1993, p. 7-28.

PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio cultural**: consciência e preservação. São Paulo: Brasiliense, 2009.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla. Bassanezi. O que e como ensinar? Por uma História prazerosa e consequente. In: KARNAL, Leonardo (Org.). **História na sala de aula**: conceitos, práticas e propostas. 6.ed. São Paulo: Contexto, 2010, p. 17-36.

POSSAMAI, Zita Rosane. Leituras da cidade: educação para o patrimônio. In: **III encontro nacional de estudos da imagem**. Londrina, Paraná, 03 a 06 de maio de 2011.

POULOT, Dominique. Um Ecossistema do Patrimônio. In: CARVALHO, C. S. de; GRANATO, M; BEZERRA, R. Z; BENCHETRIT, S. F. (orgs.). **Um Olhar Contemporâneo sobre a Preservação do Patrimônio Cultural Material**. RJ: Museu Histórico Nacional, 2008.

PRATS, L. El concepto de patrimonio cultural. **Política y Sociedad**, n. 27, p. 63-76, 1998.

RICOEUR, Paul. **Memória, História e Esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2007.

FRONTEIRAS, SOCIEDADES E RELAÇÕES DE PODER NO SUL DA AMÉRICA (SÉCULOS XVII, XVIII E XIX) – coordenado por PROF. DRA. MARIANA THOMPSON FLORES (UFSM) E PROF. DR. FERNANDO CAMARGO (UFPEL)

Dentro do marco geral indicado pelo III ENCONTRO INTERNACIONAL FRONTEIRAS E IDENTIDADES – EIFI, este Simpósio contemplará temáticas relativas às questões de poder e governabilidade na América do Sul, nos respectivos períodos coloniais e independentes. Tal recorte abrangerá assuntos referentes às relações sociais e institucionais, tais como, distribuição, circulação e ocupação de cargos e mercês, mimetização de instâncias de poder a contextos locais, conflitos entre impérios coloniais e Estados nacionais em formação, disputas territoriais e buscas de hegemonia, redes sociais e familiares, proeminência dos poderes locais nas governabilidades, interações e confrontos entre diferentes grupos sociais, relações entre poderes locais e centrais. Nesse sentido, estudos de caráter empírico, historiográfico ou que reflitam sobre aspectos teóricos relativos serão apreciados nesse simpósio temático.

TERRITÓRIOS E MEDIADORES NA FRONTEIRA BRASIL - URUGUAI A FINS DO SÉCULO XIX

Pablo R Dobke.[1]

Gustavo F. Andrade[2]

Introdução

O presente artigo tem por finalidade demonstrar o quanto as relações sociais de poder desenvolvidas na região fronteiriça entre o Brasil e o Uruguai conformaram um território de poder a fins do século XIX, transformando determinados agentes em mediadores desta força. Tomamos por base para este estudo, especialmente, as atuações do General João Nunes da Silva Tavares (Joca Tavares) no contexto da Revolução Federalista[3] (1893-1895) no Brasil e do General Aparício Saraiva durante o ciclo de revoltas que ficaram conhecidas como Revoluções Saraivistas[4] (1896-1904) no Uruguai.

Este estudo também tem o objetivo de demonstrar os avanços que vem sendo obtidos pelos autores no decorrer de suas pesquisas no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (PPGH-UFSM), onde ambos se dedicam ao estudo de distintos personagens oriundos da região fronteiriça do estado brasileiro do Rio Grande do Sul com a República Oriental do Uruguai. Neste sentido tem-se procurado compreender como as relações sociais de poder junto à territorialização deste mesmo poder, foram fundamentais para a construção de suas trajetórias enquanto agentes políticos/militares em meio ao convulsionado fim do século XIX e início do XX.

Cabe ressaltar que este artigo está vinculado ao projeto "História da América Platina e os processos de construção e consolidação dos Estados Nacionais do século XIX e início do

[1] Universidade Federal de Santa Maria (PPGH-UFSM). Contato: pablo_dobke@yahoo.com.br.

[2] Universidade Federal de Santa Maria (PPGH-UFSM). Contato: figueirandrade@bol.com.br

[3] Evento político-militar que teve como base a luta entre Federalistas, capitaneados pelo tribuno Gaspar Silveira Martins e por Republicanos, estes sob a tutela do Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, Júlio de Castilhos. (KÜHN, 2007, p. 106). Segundo a historiadora Helga Piccolo, a Revolução Federalista foi significativa para o processo histórico brasileiro, no momento de transição entre a Monarquia para a República, transformando assim a conjuntura social do país (PICCOLO, 1993, p. 65).

[4] Série de revoltas capitaneadas por Aparício Saraiva, representante do Partido Nacional (*blancos*), contra os seus tradicionais antagonistas do Partido Colorado. Estas se deram, especialmente, pela falta de abertura política por parte dos Colorados e pelas quebras dos pactos de *La Cruz* e *Nico Pérez*. Para mais ver: REYES ABADIE, Washington; VÁZQUEZ ROMERO, Andrés. **Crónica general del Uruguay. La modernización**. Montevidéu: Ediciones de la Banda Oriental, 2000. NAHUM, Benjamín. **Breve historia del Uruguay independiente**, 9ª edição. Montevidéu: Ediciones de la Banda Oriental, 2013.

século XX", coordenado pela Prof.ª Dr.ª Maria Medianeira Padoin, estando ainda integrado ao Grupo de Pesquisa CNPq/UFSM "História Platina: sociedade, poder e instituições" e ao Comitê "História, Regiões e Fronteiras" da Asociación de Universidades del Grupo Montevideo (AUGM). Do mesmo modo, este também faz referência às investigações de Doutorado e Mestrado desenvolvidas pelos autores na Linha de Pesquisa "Fronteira, Politica e Sociedade" do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (PPGH-UFSM), sendo orientados pelas Prof.as Dr.ª Ana Frega e Dr.ª Maria Medianeira Padoin.

Joca Tavares e Aparício Saraiva: relações sociais de poder e suas atuações enquanto mediadores em meio a região fronteiriça.

Muitos trabalhos já abordaram o aspecto regional fronteiriço em suas mais diferentes formas. O caso da fronteira entre o estado brasileiro do Rio Grande do Sul e a nação vizinha da República Oriental do Uruguai fomentou durante os últimos anos um número expressivo de pesquisas, que de modo geral refletiram acerca do papel político e social desta fronteira, acordando a mesma como um espaço de intenso movimento e conflitos constantes.

Segundo Mariana Thompson Flores e Luís Augusto Farinatti (2009), em sua "fronteira manejada", a fronteira passa a ser pensada a partir das experiências pessoais e grupais dos habitantes deste espaço, constituindo-se enquanto espaço dinâmico, podendo ter diversos significados para diferentes agentes, que a partir de suas condições sociais, construíam estratégias para manejar com ela no seu cotidiano. Estes autores se referem ao conceito de fronteirização trabalhado por Grimson (2003, p. 25-26), o qual permite entender a fronteira como não sendo um dado fixo, "mas algo instável, dinâmico e sempre disputado, podendo ser constantemente ressignificado, assumindo diferentes sentidos para os diversos atores sociais em diversos contextos" (FARINATTI; THOMPSON FLORES, 2009, p.159).

Outra categoria de análise desenvolvida recentemente foi a de "fronteira-indivíduo" (DOBKE, 2015). Esta, mesmo necessitando de uma maior ampliação, já traz em seu cerne um renovado olhar acerca da região fronteiriça entre o estado brasileiro do Rio Grande do Sul e a República Oriental do Uruguai. Esta perpassa então, por uma simples lógica, onde muito além da região fronteiriça entre Brasil e Uruguai, a "fronteira", se encontra no próprio sujeito, isto é, o ator, através de suas relações tem a capacidade de ampliar sua malha territorial, mesmo que não esteja pessoalmente em referido território, fazendo de suas relações sociais de poder o principal subsidio na conformação desta (DOBKE, 2015, p. 97).

E com o sentido de aprofundar mais os estudos relativos à “fronteira-indivíduo” é que pensamos este texto, demonstrando como as relações sociais de poder desenvolvidas na região fronteiriça entre os já mencionados Estados-nacionais configuraram uma territorialização de poder, fazendo com que os agentes envolvidos gozassem de uma intensa mobilidade, sem preocuparem-se com os aspectos que denotam limites às fronteiras.

Assim é importante enfatizar o colocado pela historiadora Ana Luiza Reckziegel (2010), onde esta assenta a importância de lembrar que a região fronteiriça entre Uruguai e Brasil desde longo tempo é caracterizada por uma profunda e dinâmica interação, aspecto este que a coloca em uma posição distinta onde a construção das relações e das identidades se faz de uma maneira peculiar (p. 1).

Levando em conta estes fatores que envolvem o aspecto regional acerca do poder político e as redes de relações, tomamos como ponto de reflexão o trabalho de Márcia da Silva (2010). Neste, a autora aponta debates sobre a formação destes territórios, onde a contextualização está justamente no dinamismo das relações de poder, não se limitando a fronteiras político-administrativas legitimando as bases da construção e organização de um espaço conjunto (p. 40).

Ainda acerca deste aspecto regional, naquilo que toca os habitantes da fronteira, buscamos como parâmetro a definição contida no texto de Arturo Taracena (2008); onde o autor coloca que a região não é determinada pelo Estado-Nação e sim por um território com características próprias, um espaço construído no âmbito social, muitas vezes antecedente ao Estado consolidado. Outra questão importante levantada pelo autor é de que a região de fronteira não possui um limite precisamente definido, pois ela esta sujeita à temporalidade e a capacidade de sua territorialização, principalmente naquilo que tange as elites regionais e os grupos sociais dominantes.

Assim, a região fronteiriça, além de conformar por si só uma série de relações que ao longo do tempo vão se tornando características deste ambiente, permite que seus habitantes se relacionem em um dinâmica diferente de outros locais fazendo com que práticas sociais distintas e neste caso, em uma esfera que abarca as relações de poder em prol de objetivos que por sua vez acabam por abarcar um elo de situações que se apresentam de diferentes maneiras, sendo a principal delas, a política.

Desta maneira, podemos nos balizar no historiador francês Pierre Rosanvallon (2010); onde este define o político e sua relação política como múltiplos fios que tecem uma trama e assim conferem um quadro geral envolvendo discursos e ações, remetendo a um todo dentro de

uma sociedade, além de uma compreensão do político como seguimento da política através do que é denominado como "racionalidade política", onde todo o sistema é operado por via das representações adquirindo um caráter complementar à História das Mentalidades, das Ideias e mesmo dos acontecimentos, com os quais reconhece a necessidade de dialogar e interagir.

As conexões do General Joca Tavares com o Uruguai, sobretudo, as com lideranças políticas ligadas aos *blancos* do Partido Nacional, como Aparício Saraiva e Gumercindo Saraiva, foram fundamentais no decorrer da Revolução Federalista de 1893. Segundo Ricardo Aldabó Lopez (2005) as boas relações e a confiança existente entre Joca Tavares e a família Saraiva a ponto de que em 1892, sendo "presidente do Diretório da União Nacional, delega poderes ao General Tavares para representá-los no Congresso de Bagé" (p.67). Esse dado apresentado pelo autor possibilita uma análise sobre a extensão da influência política de Joca Tavares e sobre os possíveis motivos que o levaram a escolher Gumercindo e Aparício como importantes lideranças dentro do Exército Federalista, podendo ser ligado ao fato de manterem relações de amizades de longa data e, portanto, indicados para exercer cargos de confiança e comando no Exército Federalista durante a mencionada contenda no Brasil.

Outro elemento de fundamental importância da região fronteiriça para a atuação de Joca, foi o fato de ele e sua família possuírem terras no Departamento de *Cerro Largo* no Uruguai, podendo ser considerado um componente capital para compreender a construção das relações sociais de poder que ultrapassavam os limites políticos nacionais (SOUZA, 1851, p. 62).

A partir destes elementos, procurar compreender Joca Tavares como estancieiro, político e militar e a importância que esses elementos representaram na sua trajetória, remete a necessidade de entender por que ser um estancieiro seria relevante para ele? Para Jonas Vargas (2010), possuir estâncias "fornecia um grande poder e prestígio social às famílias latifundiárias" (p. 304). Para o autor, o fato de se conseguir tornar elite, e manter-se enquanto tal, estava essencialmente ligado à sua "capacidade de mobilizar homens, impor seus projetos aos demais e ter a sua importância enquanto elite regional reconhecida pelo governo central" (VARGAS, 2010, p. 304).

Segundo Sydel Silverman (1977), o mediador era o sujeito que além transitar em diversos setores e exercer influências, era de confiança do poder central e ao mesmo tempo recebia os privilégios de um Estado ainda em construção, que depende desses mediadores como representantes dos seus interesses, e que ao mesmo tempo em que zelavam pelos de seus compadres-clientes, portanto disfruta de prestígio em sua sociedade.

Em carta enviada pelo Senhor Carlos Laudares de *Rivera* para Joca Tavares em 8 de dezembro de 1894, asseverando que "Cabeda foi até *San Eugênio*, onde conferenciou com diversos chefes, é esperado depois de amanhã. Suponho que esperará para passarem juntos todos, inclusive o Aparício, ou, pelo menos, parte do exército dele" (TAVARES, 2004, p.148). Importante ressaltar nesta correspondência que a rede de informantes e colaboradores do General Tavares se estendia inclusive pelo Uruguai, pois a localidade referida acima diz respeito à cidade de *San Eugênio*, no Departamento de *Rivera*, de onde envia a carta. Podemos também destacar que quando o autor da carta se refere a "passarem todos juntos" se refere que as forças federalistas estavam acampadas nesta localidade em *Rivera*, esperando para atravessar a linha divisória e entrar em território brasileiro.

Outro exemplo interessante faz referência a uma correspondência do Almirante Saldanha da Gama ao General Joca Tavares. Esta se refere ao uso dos cavalos, sua falta para a continuação da guerra e a possível remessa de mais cavalgaduras provindas do Uruguai (TAVARES, 1895 [2004], p. 143).

Como pode-se perceber, este "diálogo" transfronteiriço era de tal importância que até mesmo o fluminense[5] Saldanha da Gama já apelava para este subsídio fundamental e já tão bem conhecido pelos habitantes da região. Isto demonstra que a territorialização do poder por parte de certos agentes e por consequência por parte do Partido Federalista, fazia dos federalistas os "senhores da fronteira"[6], atuando de maneira natural em meio a este ambiente.

Mesmo que alguns agentes, em tese, não interagissem diretamente entre si, estes faziam parte de uma estrutura multilateral no exercício do poder, assim, Raffestin (1993) admite que existam "uma infinidade de campos de poder em um sistema social em razão da multiplicidade das relações possíveis" (p.64). Neste sentido, a rede construída perpassa por várias linhas de relacionamento, onde cada uma necessita de um exercício diferente do poder.

Seguindo este raciocínio e atribuindo uma conotação política a sociedade fronteiriça, que no referido período passava por um momento conturbado, percebemos que as relações são meramente comuns ao tempo que a conformação humana em um território ou espaço constitui determinada sociedade. O historiador francês Pierre Rosanvallon (2010) esboça com segurança

[5] Gentílico para quem é nascido no estado brasileiro do Rio de Janeiro.

[6] Expressão usada pelo General Joca Tavares em correspondência a outros agentes para mencionar a influência do Partido Federalista na dita região. Reforçando, desta maneira, a fundamental importância desta para o desenvolvimento das atividades tanto políticas, como, militares (TAVARES, 1895 [2004], p. 111). E no mesmo sentido, o Almirante Saldanha da Gama, em outra correspondência diz: "Estamos senhores da linha" (TAVARES, 1895 [2004], p. 227).

esta reflexão partindo do ponto de uma compreensão das ações políticas na compreensão do político como agente comum da vida cotidiana (p. 71-72).

A associação entre os agentes e a fronteira faz evocar um bem comum em nome da causa revolucionária em questão, que é revestida de distintas interpretações políticas, fazendo da mencionada região um agente atuante por via das relações sociais, reconhecendo então esta atitude política diante dos acontecimentos, conformando poder e afinidades que dele emanam.

Caso semelhante ocorreu com o General fronteiriço uruguaio Aparício Saraiva na conformação de sua rede de relações. Como fora antes mencionado, este participou da Revolução Federalista em solo brasileiro, adquirindo assim os pontos de experiência para tornar-se o principal líder do Partido Nacional na virada do século XIX para o XX.

Inicialmente, não podemos deixar de mencionar o prestígio que Aparício possuía na região fronteiriça formada por Uruguai e Brasil, este, não só vinculado a sua participação na Revolução Federalista, como também por ser um homem de fronteira e principalmente por sua família já estar sedimentada nesta região desde a primeira metade do século XIX. A possibilidade que a fronteira proporcionou pondo em contato territórios dos dois Estados Nacionais em construção, permitiu que a família Saraiva/Saravia construísse vínculos sociais, sentimento de pertencimento e identificação com a região fronteiriça (DOBKE; PADOIN, 2013, p. 170).

Como é bem sabido, os *blancos* de Aparício Saraiva mantinham total controle sobre três dos cinco Departamentos fronteiriços entre Uruguai e Rio Grande do Sul, isto dava a este chefe do Partido Nacional uma profunda mobilidade neste espaço, capaz de articular-se nos mais diversos setores, desde os negócios com o gado até os subsídios revolucionários. Para isto, Saraiva precisou organizar uma rede de relações que ultrapassava a linha imaginária do Estado-Nação que divide Uruguai e Brasil, passando a fazer parte de uma trama na qual o capacitava a territorializar esta região fronteiriça.

Assim, cabe aqui mencionar a modo de exemplificação, a relação que se formou entre Aparício Saraiva e o comandante do 2° Regimento de Cavalaria e responsável pela guarda da fronteira, João Francisco Pereira de Souza, relação esta intermediada por outro agente de significativa importância, o chefe político da cidade de *Rivera*, Abelardo Márquez.

A relação entre Aparício e João Francisco foi amplamente investigada e discutida por Luis Eduardo Coronel Maldonado (2009). Em sua obra, o autor disponibiliza um apêndice documental referente à *"Memoria de la Legación de Uruguay en Brasil haciendo referencia a su actuación durante el alzamiento de 1903 y la guerra civil de 1904"*, escrito então pelo

Ministro Plenipotenciário do Uruguai no Brasil, o Dr. Federico Susviela Guarch para o Ministro de Relações Exteriores do Uruguai, o Dr. José Romeo a 17 de dezembro de 1904.

Neste documento, elaborado pelo Ministro Susviela Guarch no ano de 1904 e disponibilizado por Coronel Maldonado (2009), está constituído de um relatório de suas atividades durante as referidas insurgências, tratando principalmente de conferenciar-se com o comandante João Francisco. No documento, Susviela Guarch (1904 [2009]) escreve que as relações de Aparício e João Francisco são de "pública notoriedade" (p. 201), pois desde meados de 1896 esta amistosidade já vinha sendo traçada e que João Francisco "apoia decididamente a revolução, a prestando todo gênero de auxílios" (p. 202).

Através da territorialização do poder no espaço fronteiriço obtida por Saraiva, a influência deste passou a ser inconteste, até quando o mesmo não se fazia presente, pois a partir das costuras feitas por outros agentes a situação representada na pessoa de Aparício já era o suficiente para ampliar e difundir a sua "soberania" sobre o território.

Desta maneira, tratamos o caso como uma "fronteira-individuo", onde o próprio sujeito, a partir de suas relações pode balizar sua atuação dentro de uma territorialização do poder, que ao mesmo tempo que estanque, concentrada em um determinado ponto, pode ser elástica e estendida por meio de elos conformadores de relações (DOBKE, 2015, p. 96).

Indiferente às fronteiras nacionais, Aparício tratou de territorializar seu próprio espaço, atuando a partir de um centro e ampliando seu campo de influência, fazendo com que sua pessoa fosse reconhecida em outros pontos através de uma representação de liderança, seja ela validada por outros líderes locais ou até estaduais como no caso do Rio Grande do Sul, mesmo que este reconhecimento não seja oficial perante a nação brasileira.

Deste modo, pensando em ambos os personagens aqui apresentados, propomos como parte final uma reflexão a partir do conceito de territorialização calcado nas relações sociais de poder. Neste ponto, além da aplicação aos casos de Saraiva e Tavares, pretendemos que a meditação sobre a "Fronteira-Indivíduo" se estenda e sirva de mote de análise em outros casos se pertinentes forem.

Neste sentido, as relações sociais são fator culminante neste aporte, já que são delas que provém a essência da territorialização de um determinado espaço. Assim, se faz necessária uma conceitualização entre estes dois termos que frequentemente usamos ao longo deste trabalho, território e espaço.

Para Claude Raffestin (1993), "toda relação é campo para o surgimento do poder", nele são organizados os elementos e as configurações para que em determinado momento se possa

experimentá-lo, neste sentido o poder é medido através de uma linha de energia desprendida para fortalecer os laços somados a um conjunto de informações, sendo assim, a malha tecida por meio destas relações tende a ser uma combinação caracterizada por um exercício constante de tensão e intensão (p. 53).

Neste contexto as relações sociais de poder desenvolvidas por ambos agentes na região fronteiriça entre a República Oriental do Uruguai e o Estado brasileiro do Rio Grande do Sul, acabaram por determinar a territorialização de suas autoridades. Fazendo com que o alcance do poder de ambos atingisse uma área maior, onde somente os seus nomes bastavam para o reconhecimento e influência, gerando assim a já mencionada "fronteira-indivíduo".

Considerações finais

Percebemos que nos casos apontados neste artigo, os agentes se valiam da região fronteiriça como um modo de auxiliar suas demandas, pautando estas ações por meio de uma intensa mobilidade, mobilidade esta naturalizada devido à supracitada territorialização somada as relações de poder, tornando-se assim mediadores desta influência.

A manipulação destas relações de poder fez com que distintos agentes adentrassem a um outro parâmetro de autoridade, sendo reconhecidos, por tanto, não só no contexto regional, extrapolando sua rede de relações sociais de poder para além da citada região, permitindo que estes pudessem usufruir de uma mobilidade inconteste, seja ela territorial, como também a partir de um jogo de influências, isto é, expandindo seus eixos de poder para além de suas zonas de atuação propriamente dita, o que seria então, a "fronteira-indivíduo".

Referências Bibliográficas

CORONEL MALDONADO, Luis E. **1904: Aparício y los diplomáticos**. Montevidéu: Trandico, 2009.

DOBKE, Pablo; PADOIN, Maria Medianeira. Justino Muniz e Aparício Saraiva: relações de poder no Departamento de Cerro Largo, Uruguai. **Anais do VII Fórum de Debates Povos e Culturas das Américas**, Santa Maria: UFSM, 2013, p. 169-178. CD-ROM.

DOBKE, Pablo Rodrigues. Caudilhismo, território e relações sociais de poder: o caso de Aparício Saraiva na região fronteiriça entre Brasil e Uruguai (1896-1904). **Dissertação de Mestrado**: UFSM, 2015. Disponível em: <http://coral.ufsm.br/ppgh/images/MESTRADO/dissertacoes/turma%20de%202013/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Pablo%20Rodrigues%20Dobke%20-%202015.pdf>. Acesso em 05 mar. 2016.

DOBKE, Pablo; ANDRADE, Gustavo. “Nós federalistas somos os senhores da fronteira”: relações sociais de poder e territorialização durante a revolução federalista (1893-95) no rio grande do sul. In: **Anais Eletrônicos do III Congresso Internacional de História Regional,** Passo Fundo: UPF, 2015, p. 1-14. Disponível em: <http://www.upf.br/historiaregional/images/pdf/2015/ST3/pablo-gusyavo.pdf>. Acesso em 05 mar. 2016.

FARINATTI, Luís Augusto E.; THOMPSON FLORES, Mariana F. da C. A fronteira manejada: apontamentos para uma história social da fronteira meridional do Brasil (século XIX). In: HEINZ, Flávio (org.). **Experiências nacionais, temas transversais: subsídios para uma história comparada da América Latina**. São Leopoldo: Oikos, 2009.

NAHUM, Benjamín. **Breve historia del Uruguay independiente**, 9ª edição. Montevidéu: Ediciones de la Banda Oriental, 2013.

PICCOLO, Helga. Nós e os outros: conflitos e interesses num espaço fronteiriço (1828-1852). In: **Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica. Anais da XVII Reunião.** São Paulo, 1997.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RECKZIEGEL, Ana Luiza. Aparício Saravia: um caudilho de duas pátrias. **Estudios Historicos**. Ano: II, n. 4, Rivera: CDHRP (Edição digital), 2010, p. 1-20. Disponível em: <http://www.estudioshistoricos.org/edicion_4/ana-luiza-setti.pdf>. Acesso 05 mar. 2016.

REYES ABADIE, Washington; VÁZQUEZ ROMERO, Andrés. **Crónica general del Uruguay. La modernización**. Montevidéu: Ediciones de la Banda Oriental, 2000.

ROSANVALLON, Pierre. **Por uma história do político**. São Paulo: Alameda, 2010.

SILVA, Márcia da. A rede social como metodologia e como categoria investigativa: possibilidades para o estudo dos “territórios conservadores de poder”. In: PEREIRA, Silvia Regina; COSTA, Benhur Pinos da; SOUZA, Edson Belo Clemente de (Orgs.). **Teorias e práticas territoriais: análises espaço-temporais**. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 37-52.

SILVERMAN, Sydel F. Patronage and community-nation relationships in central Italy. In: SHMIDT, S.W. **Friends, followers and factions: a reader in political clientelism**. Berkley: University of Califórnia, 1977, p. 293-304.

SOUZA, Paulino José Soares. **Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros apresentado à Assembleia Geral Legislativa**. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1851, p.62.

TARACENA, Arturo. Propuesta de definición histórica para región. **Estúdios de Historia Moderna y Contemporânea de México**, n. 35, Janeiro-Junho, 2008, p. 181-204.

TAVARES, João Nunes da Silva. **Diário da Revolução Federalista de 1893**. Organização: Corálio Bragança Pardo Cabeda, Gunter Axt e Ricardo Vaz Seeling. Porto Alegre: Procuradoria

Geral – Geral de Justiça, Projeto Memória, 2004. Tomo II. (Memória Política e Jurídica do Rio Grande do Sul, 3).

VARGAS, Jonas Moreira. Pelas margens do Atlântico: um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX). **Tese de Doutorado em História,** UFRJ, 2013.

PECUARISTAS BRASILEIROS NO URUGUAI: SOBERANIA E CIDADANIA EM MEADOS DO SÉCULO XIX

Carla Menegat[7]

A ocupação da metade norte da atual República Oriental do Uruguai por luso-brasileiros remonta ao fim do período colonial e marca a própria conformação da espacialidade da região. A fonte mais utilizada pela historiografia[8] para estudar os proprietários brasileiros estabelecidos no Uruguai tem sido o Relatório da Repartição de Negócios Estrangeiros do ano de 1850[9]. No anexo A do relatório constam quinze listas, distribuídas em documentos e envios diferentes e produzidas pelos Comandos Militares da Fronteira com a relação dos brasileiros e suas propriedades e extensões no país vizinho. Juntar essas listas, tão distintas na sua configuração, para realizar uma análise que busque entender o conjunto dos estancieiros exige cuidados. Para tanto, optei por confrontar e completar os dados da lista com outro conjunto documental que reflete a situação do patrimônio dos brasileiros no Estado Oriental: os inventários *post-mortem*[10]. O objetivo foi, a partir de vestígios produzidos em contextos distintos, observar a forma como esses sujeitos ocuparam esse território, estabelecendo um quadro onde seja possível visualizar como suas atividades produtivas se organizavam

O contexto de produção dos inventários *post-mortem* implica no desejo dos herdeiros, ou de seus responsáveis, ou de seus credores, de alguma forma de recorrerem ao Estado imperial no sentido de este garantir o justo reconhecimento da posse e propriedade destes bens. Essa característica se torna especialmente importante ao avaliarmos que os bens não se encontram no território do Império e, portanto, respondem a outras leis. As informações constantes de um inventário têm um sentido de ordenação legal que os diferencia das listas de proprietários, fruto de uma tentativa de estatística estatal improvisada. Os dados dos inventários têm a força do reconhecimento do Estado sobre o patrimônio material dos indivíduos que são parte nos

---

[7] Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Professora do Instituto Federal Sul-rio-grandense. E-mail: carlamenegat@hotmail.com

[8] Entre outros: SOUZA, Susana B. e PRADO, Fabrício. "Brasileiros na fronteira uruguaia: economia e política no século XIX." In: GRIJÓ, Luiz A.; KUHN, Fábio; GUAZZELLI, César A. B.; NEUMANN, Eduardo. *Capítulos de história do Rio Grande do Sul.* Porto Alegre: EDUFRGS, 2004.

[9] "Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 3ª. Sessão da 8ª. Legislatura pelo respectivo ministro e secretário de Estado Paulino José Soares de Souza – Anexo A- negócios do Rio da Prata (1850)." ANRJ.

[10] Sobre a amostra de inventários post-mortem que contribuem com a análise realizada aqui preciso também realizar algumas considerações. Foram consultados 1042 processos das Comarcas de Piratini – que incluía a vila de Jaguarão – Pelotas, Rio Grande, Bagé, Santana do Livramento e Alegrete, no período entre 1835 e 1870 depositados no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Desses processos, 12%, ou seja, 126 apresentavam propriedades no Estado Oriental e foram estes que analisei.

processos, enquanto a natureza das listas era político, ao reconhecer um volume de patrimônios em território estrangeiro. Ambos são manifestações diferentes da presença dos Estado imperial na fronteira meridional. Os contextos de produção desses diferentes documentos permitem o acesso a informações de pontos de vista distintos.

As listas do Relatório da Repartição dos Negócios do Estrangeiro foram produzidas por comandantes de fronteira, a pedido do Presidente da Província, segundo informações coletadas entre contatos locais. Diferentes indivíduos compilaram os dados dos documentos apresentados, ao menos cinco oficiais enviaram listas, contendo no total, 1353 propriedades listadas e 1198 nomes de súditos do Império. Essa diversidade de relatores parece ser fonte de alguns problemas de sobreposições, duplicações e imprecisões em torno de dados e nomes. Provavelmente, esses problemas também estivessem ligados ao alcance do conhecimento que esses homens tinham sobre os brasileiros no Estado Oriental. O período de produção das listas foi reduzido em relação ao tamanho da tarefa e as informações não foram colhidas a partir de uma verificação *in loco*, como num censo, ou *padrón*, ou listagem de fogos. De fato, se observarmos o caráter do método, poderíamos defini-lo pelo rumor: as listas são fruto de informação indireta, manipulada sem condições práticas de verificabilidade[11]. De qualquer forma, sua legitimidade não fica comprometida por sua imprecisão

As listas de 1850 foram produzidas usando limites que muitas vezes dividiam departamentos uruguaios em áreas menores do que esses tinham contemporaneamente. Curiosamente essas divisões coincidem em certa medida com a atual configuração departamental do norte do Uruguai[12], mostrando que a conexão dos homens com o espaço tem raízes em processos históricos e, em parte por isso, optei por respeitar essa divisão ao apontar a distribuição dessas propriedades pelo Estado Oriental. A própria divisão departamental uruguaia tem como importante componente o período de ocupação luso-brasileira durante a

[11] Uma preocupação relevante é a que toca a uma possível duplicação de dados. Para avaliar o impacto dessa possiblidade, confrontei as partes dessas listas que tratavam das mesmas áreas no país vizinho e a quantidade de nomes e extensão de terras idênticas duplicadas foi pequeníssimo, sendo de menos de 2%.

[12] As regiões descritas na lista correspondem aos atuais departamentos: Rocha – Fronteira do Chuí e São Miguel; Rivera – Fronteira do Jaguarão e ao norte do Rio Negro, Fronteira de Bagé; Tacuarembó – Tacuarembó; Artigas – Norte do Arapehy e ao Sul do Quaraí; Salto – Ao sul do Arapehy-Grande e ao norte da Coxilha do Haedo e Salto; Cerro Largo e Treinta y Tres – Cerro Largo; Durazno; Maldonado e Lavalleja – Maldonado; San Jose; Colônia; Montevidéu e Canelones - Montevidéu; Paysandú – Paysandú e Rio Negro; Soriano – Soriano y Mercedes.

Cisplatina, especialmente quando pensamos nos territórios ao norte, que foi largamente ocupado por brasileiros interessados pela criação de gado[13].

Uruguai: divisão segundo as listas de proprietários brasileiros do Relatório da Repartição de Negócios Estrangeiros

Fonte da base: http://www.guiageo-americas.com/mapas/uruguai.htm (Adaptação elaborada pela autora.)

Os anos 1830 no Estado Oriental independente contaram com outro movimento institucional que acabou por consolidar a propriedade da terra de muitos brasileiros, não sem

[13] AROCENA, Fernando. *Regionalización cultural del Uruguay*. Montevideo: UDELAR/Dirección Nacionald e Cultura, 2011. p.55-56.

antes estabelecer pontos de conflito. Um grande processo de regularização fundiária foi iniciado e basicamente seu ponto nefrálgico tratava da questão do reconhecimento ou não da propriedade das terras confiscadas e repassadas a aliados de Artigas durante o período revolucionário, além do reconhecimento da propriedade sobre uma miríade de posseiros. A questão era complexa, dado que estava marcada também por uma série de reclames realizados por proprietários coloniais ou brasileiros que haviam recebido as terras das Coroas espanhola ou portuguesa e de fato nunca tinham conseguido ocupar suas terras, ou ao menos, não completamente. A questão ainda, passava pelas terras públicas ocupadas por muitos sem autorização, baseados no princípio de que, se o ocupante possuía gado na terra, tinha o direito de ocupa-la; por sua vez, muitos líderes orientais, entendiam que a compra pelos posseiros dessas terras públicas representaria a solução para as rendas estatais deficitárias. De toda forma, essa situação conformou a posse da terra como incerta em muitos casos.

Foi nessa mesma década, que coincidiu com a eclosão da Revolução Farroupilha, que muitos brasileiros compraram grandes extensões de terra no Estado Oriental, especialmente nas regiões recentemente pacificadas na margem norte do Rio Negro, dado confirmado pelas declarações em inventários, pela documentação diplomática e por anotações na versão manuscrita do RRNE. As terras eram baratas – segundo Barrán, durante a Guerra Grande o preço da terra caiu a um terço de seu valor anterior, custando $0,60 o hectare[14] – e a produtividade da pecuária alta, provavelmente compensando a distância do mercado comprador.

Assim, a concentração de grandes propriedades de terras de brasileiros nos departamentos de Tacuarembó, Salto e Paysandú esteve diretamente ligada ao desalojamento dos posseiros pequenos e daqueles que não tinham recursos para manter grupos armados para defender suas terras, nem contavam com recursos políticos para acionar em Montevidéu. Os *colorados* financiaram sua manutenção no executivo oriental favorecendo a consolidação da ocupação do Norte pelos estancieiros rio-grandenses.

O departamento de Cerro Largo, mais próximo ao litoral, teve uma conformação distinta, ou melhor, conformações distintas. Conformações porque, o que correspondia ao departamento de Cerro Largo durante a Guerra Grande, ao menos no que toca às propriedades dos brasileiros eram três regiões com diferenças de ocupação. A porção norte e leste, que é boa

[14] BARRÁN, José Pedro. *Apogeo y crisis del Uruguay pastoril y caudillesco (1839-1875)*. Mpontevidéu: Ediciones de la Banda Oriental, 1990.

parte do atual departamento de Cerro Largo, tinha uma concentração de propriedades menores, ligada a uma ocupação mais antiga, paralela aquele que ocupou os campos entre a Lagoa Mirim e o Oceano Atlântico. No centro e no Oeste, onde hoje é a maior parte do departamento de Treinta y Tres, o tamanho das propriedades era maior. Essas duas áreas tinham alta concentração de brasileiros. Na porção mais ao sul, nas margens do Rio Cebollati, que corresponde hoje ao norte de Lavalleja – que reuniu Minas e essa região – a ocupação era maior de nacionais, que descendiam de ocupantes do período do Vice-Reinado do Rio da Prata.

A proporção da ocupação brasileira nessa última zona, no entanto, não deve ser subestimada. Como apontam Borucki, Chagas e Stalla, as cifras sobre a ocupação brasileira podem ser enganosas. Em Minas em 1855 – já reunindo o Sul do antigo departamento de Cerro Largo ao antigo departamento de mesmo nome – os brasileiros consistiam 7% da população, mas esses dados precisam ser observados de forma localizada geograficamente. Ao Sul, os brasileiros não chegavam a 1% da população, no centro, a 7,3% e no norte, a 17,3%[15]. Contudo, esses não me parecem os dados mais expressivos, e sim os de que, no norte de Minas, os brasileiros constituíam-se em donos de 34% das estâncias, de 42% do gado de rodeio e de 92% dos bovinos alçados[16].

As propriedades listadas em Cerro Largo – no rol com este nome na RRNE - contavam com a predominância da porção de menor tamanho de terras, conforme a Tabela 4 indica. Esse índice estava diretamente ligado ao fato de que as propriedades daquela região parecem ter sido atingidas com maior intensidade por processos de partilha sucessivas. O número de inventários que tratam de propriedades nessa região é maior, correspondendo a 84% do conjunto analisado. Ainda, 34,78% dos inventários analisados tinham como forma de aquisição da propriedade declarada como sendo através de herança e a esmagadora maioria se localizavam em Cerro Largo. Correspondendo a uma ocupação mais antiga e ao mesmo tempo, mais adensada, a região não apenas encontrou um índice de partilhas grande, como a dificuldade de realizar a reconcentração da propriedade nesses casos, e dificuldades para realizar a expansão das propriedades por simples ocupação de terras devolutas. Possivelmente o fato de ser uma região com proximidade do mercado consumidor do gado tenha influenciado nesse adensamento, que não foi verificado nas áreas mais afastadas da fronteira, que exigiam maior investimento.

[15] BARRIOS PINTO, Aníbal. *Historia de los Pueblos Orientales*. Montevidéu: Academia Nacionald e Letras, 2000.
[16] BORUKI, Alex; CHAGAS, Karla; STALLA, Natália. *Esclavitud y trabajo. Un estúdio sobre los afrodescendientes en la frontera uruguaya. 1835-1855*. Montevideo, Pulmón Ediciones, 2004. p. 163.

A maioria dos 483 proprietários estavam estabelecidos na porção mais a leste e ao norte do departamento de Cerro Largo. Essa área de ocupação antiga, correspondia aquela que permitia acesso à Lagoa Mirim, facilitando o escoamento da produção pelo porto de Rio Grande. Essa porção, assim como o atual departamento de Rocha, então a porção norte de Maldonado, e o norte de Minas, hoje Lavalleja, contrastavam com a ocupação de açorianos e descendentes de espanhóis do período do Vice-Reinado. Os descendentes dos colonos que fundaram as povoações ao sul tinham seus negócios concentrados na agricultura e nas pequenas criações, enquanto o modelo expandido pelos lusitanos desde o norte era o da pecuária extensiva[17]. Essas diferenças contribuíam significativamente para o estabelecimento de uma economia voltada para o mercado rio-grandense, ainda que tivesse produtores de menor porte que aqueles que se estabeleceram posteriormente no território em direção ao centro do Estado Oriental.

Essa presença tão pesada de brasileiros se refletia na dificuldade política e militar dos orientais em controlar a região: era através de Cerro Largo que Lavalleja acessava o Rio Grande do Sul no início dos anos 1830, buscando apoio em seus aliados brasileiros; da mesma forma que procedeu Rivera na década seguinte. Em 1831 Rivera ordena a fundação de San Servando, depois Vila Artigas e atual Rio Branco, como uma guarda de fronteira, numa tentativa de instituir um posto de aduana na região. Ao contrário de suas iniciativas na campanha da margem norte do Rio Negro, San Servando foi erguida sob uma área densamente povoada, como uma presença estatal que buscava garantir a soberania do território. Lembrando da reclamação do alcaide da Vila de Melo citada no início desse capítulo, a presença dos brasileiros na região era tão forte que praticamente excluía a existência de orientais em alguns *partidos* – como eram chamados os distritos administrativos – da fronteira. A desconfiança num ponto onde a fronteira era tão indefinida era justificável.

Foi o governo *blanco* de Oribe, já avançada a Guerra Grande, que realmente intentou implementar uma política de timidamente apontaria para a *orientalização* do território ao norte do Rio Negro. A ocupação por nacionais das regiões com maciça presença de brasileiros era imprescindível para a derrota dos *colorados*, tanto militar, quanto politicamente. Nos dizer de Lucia Sala de Touron e Rosa Alonso Eloy, a campanha *se blanqueó*[18]. Os bens dos inimigos, muitas vezes brasileiros, foram vendidos e distribuídos para partidários do *Gobierno del*

[17] DIAZ DE GUERRA, María A. *História de Maldonado*. Maldonado: Ed. Intendencia Municipal, 1988. Tomo I.
[18] SALA DE TOURON, Lucía; ALONSO ELOY, Rosa. *El Uruguay comercial, pastoril y caudilhesco*. Montevidéu, Ediciones de La Banda Oriental. 1986.

Cerrito. A divisão de Paysandú em três departamentos – Paysandú, Salto e Tacuarembó, em 1837, assim como a criação do departamento de Minas – contando parte de Cerro Largo e Maldonado, as tentativas de diminuir a área das jurisdições do norte uruguaio e criar aparelhos administrativos que implicassem na presença direta de mais agentes do Estado, eram coerentes com a concepção de nação que os *blancos* defenderiam dali para frente. Essa concepção incluía a necessidade do monopólio do controle legal do território, diminuindo a influência que os brasileiros tinham sobre este.

Até o fim da Guerra Grande, a posse e mesmo a propriedade da terra no Estado Oriental não era completamente segura. Como apontei anteriormente, o processo de regularização fundiária iniciada nos anos 1830 desacomodou um número grande de pequenos posseiros e de proprietários menores que não tinham título válido. Essa pode ter sido a motivação para muitos brasileiros inventariarem em comarcas do Império seus bens existentes no Estado Oriental. Como aponta Joseph Younger, ao pesquisar disputas judiciais no espaço platino, buscar a legitimidade de tribunais e cartórios em um ou outro país foi procedimento bastante utilizado para garantir a propriedade.[19] Tanto pela insegurança reinante em períodos de conflito, quanto em momentos de paz, esse expediente podia ser empregado.

No início dos anos 1850 e mais ainda nos anos anteriores, nas décadas de 1840 e 1830, os inventários trarão bens sendo partilhados no Brasil sem nenhum registro de comunicação com as autoridades orientais. Muitas vezes, o expediente remeterá realmente a total desconsideração da soberania do Estado Oriental[20]. No caso das terras, essa postura pode estar bastante ligada à certeza de que a posse era a melhor garantia da propriedade, expediente que acompanhou a expansão lusitana na região. De toda forma, é possível observar que os herdeiros não costumam ignorar a existência de uma mudança de legislação e instituições, eles buscam manejar essas diferenças a seu favor, observando possibilidades nas brechas. Em todos os inventários verifiquei que os herdeiros recebiam sempre uma quantidade equivalente de bens no Brasil e no Uruguai, não acontecendo nenhum caso em que as heranças ficassem localizadas exclusivamente em um outro país. De certa forma, os envolvidos reconheciam que existia uma diferença entre os bens possuídos de um lado a outro da fronteira.

Uma possibilidade pelo uso desse artifício era a de garantir o reconhecimento de bens em um país, diante da impossibilidade de reconhecimento no outro, semelhante aos casos

[19] YOUNGER, Joseph. "Corredores de comércio e salas de justiça: lei, coerção e lealdade nas fronteiras do Rio da Prata." *Revista Aedos*, v. 1, nº1, p.290-311, 2008.
[20] BENTON, Lauren. "The Laws of This Country": Foreigners and the Legal Construction of Sovereignty in Uruguay, 1830-1875.In: *Law and History Review*, vol19, n.3, p.479-511, 2001.

analisados por Joseph Younger e Lauren Benton. Esse é o caso do legado de Flora Gertrudes Maciel de Faria. Flora era tia-avó de de Eliseu Antunes Maciel – pai do futuro Barão de São Luís – e do Tenente Coronel Aníbal Antunes Maciel – pai do futuro Barão de Três Cerros, dois de seus herdeiros. Tendo falecido em novembro de 1852 e com inventário aberto no ano seguinte, Flora possuía, dentre outros bens, uma estância em Tacuarembó, nas proximidades do Arroio Hospital que contava com nada menos que 19 léguas.

Contudo, o dado mais interessante na partilha dos seus bens não se encontra na divisão das terras e ou do gado. Na propriedade do Hospital viviam dois escravos, um de nome Serafim de 36 anos e outro chamado Manoel, de 48 anos, ambos crioulos e campeiros. Esses dois escravos, que pelas leis orientais seriam livres, foram partilhados. Manoel foi dado por conta da legítima de Eliseu Antunes Maciel e permaneceu em sua propriedade em Paysandú, em escravidão ilegal, provavelmente considerada legítima por ser avalizada por um processo estabelecido no Império. Esse não foi um caso isolado: nos inventários analisados encontrei dezesseis ocorrências nos anos entre 1848 e 1862 de escravos vivendo em propriedades no Estado Oriental e sendo partilhados em inventários no Império, ou seja, todas claramente transgredindo a abolição da escravidão no Estado Oriental.

Ainda assim, terras são o bem mais inventariado. Apenas sete inventários não apresentavam nenhum tipo de propriedade fundiária. Três desses inventários apresentavam propriedades de casas em áreas urbanas e quatro eram casos de arrendatários que declaravam rebanhos. Nos demais inventários, propriedade de campos e estancias predominam, indicando em parte o movimento do crescente mercado de terras e as preocupações em assegurar sua propriedade em todos os meios legais possíveis, num contexto de valorização. No fim dos anos 1850, num momento de suspensão de conflitos, a quase inexistência de terras públicas com bons pastos para ocupar e um novo impulso com os investimentos de estrangeiros, especialmente ingleses, na criação de ovinos, o mercado de terras se encontrava bastante aquecido. O valor da terra havia passado da média de $0,6 em 1852-56 a $2.09 em 1857-61[21] num momento em que a suspensão das denúncias fixava a posse como propriedade.

Ainda que os maiores aumentos se concentrassem nas áreas de comportamento menos arcaico, onde estrangeiros compravam terras para a criação de ovinos[22], essa fixidez da propriedade, acompanhada da valorização da terra levou a um processo que definitivamente

[21] BARRÁN, José Pedro, NAHUM, Benjamin. *Historia Rural del Uruguay moderno (1851-1885)*. Montevidéu: Ediciones de la Banda Oriental, 1967. p. 29.
[22] BERTINO, Magdalena; MILLOT, Julio. *Historia Económica del Uruguay*. Tomo I: Desde los orígenes hasta 1860. Montevidéu: Fundação de Cultura Universitária, 1991. p. 147

garantiu aos brasileiros no norte não apenas segurança em relação a propriedade, mas a manutenção da concentração fundiária e seu gradativo aumento. Ao analisar algumas trajetórias posteriormente pretendo exemplificar melhor essa relação, entendendo o que Bertino e Millot chamaram de comportamento arcaico. Por enquanto, basta apontar que essa concentração fundiária aumentava o poder dos estancieiros brasileiros, na medida que implicava em estabelecimentos cada vez maiores, e num número proporcionalmente maior de agregados e peões empregados que dependiam deles para obter seu sustento dada a diminuição drástica da possibilidade de acessar a terra através da posse ou da compra.

Parece importante verificar semelhanças nesse movimento de aumento do valor das terras no outro lado da fronteira, especialmente se considerado que o período coincide com a aplicação da Lei de Terras no Brasil. Datada de 1850 e regulamentada em 1854, a lei instituiu a aquisição através da compra como única forma legal de acessar a posse da terra no Império, não teve uma aplicação uniforme e muito menos imediata em todos os pontos do Império. No que compete à fronteira meridional, alguns estudos fornecem informações que se assemelham muito aos que observamos em relação as propriedades de brasileiros e à questão fundiária em geral no Estado Oriental[23].

Referências Bibliográficas:

AITA, Edsiana Belgrado**. "Entre a lagoa e o mar": propriedade e mercado de terras em Santa Vitória do Palmar (1858-1888).** Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

AROCENA, Fernando. **Regionalización cultural del Uruguay.** Montevideo: UDELAR/Dirección Nacionald e Cultura, 2011.

BARRÁN, José Pedro, NAHUM, Benjamin**. Historia Rural del Uruguay moderno (1851-1885).** Montevidéu: Ediciones de la Banda Oriental, 1967.

BARRÁN, José Pedro. **Apogeo y crisis del Uruguay pastoril y caudillesco (1839-1875).** Mpontevidéu: Ediciones de la Banda Oriental, 1990.

BARRIOS PINTOS, Aníbal. **Historia de los Pueblos Orientales.** Montevidéu: Academia Nacional de Letras, 2000.

[23] Entre outros: GARCIA, Graciela. *O Domínio da Terra: conflitos e estrutura agrária na Campanha Rio-grandense Oitocentista*, Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. AITA, Edsiana Belgrado. "Entre a lagoa e o mar": propriedade e mercado de terras em Santa Vitória do Palmar (1858-1888). Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

BELL, Stephen. **Campanha Gaúcha: a brazilian ranching system (1850-1920).** Standford: Standford University Press, 1998.

BENTON, Lauren. *"The Laws of This Country": Foreigners and the Legal Construction of Sovereignty in Uruguay, 1830-1875*.In: **Law and History Review,** vol19, n.3, p.479-511, 2001.

BERTINO, Magdalena; MILLOT, Julio. **Historia Económica del Uruguay.** Tomo I: Desde los orígenes hasta 1860. Montevidéu: Fundação de Cultura Universitária, 1991.

BORUKI, Alex; CHAGAS, Karla; STALLA, Natália. **Esclavitud y trabajo. Un estúdio sobre los afrodescendientes en la frontera uruguaya. 1835-1855.** Montevideo, Pulmón Ediciones, 2004.

DIAZ DE GUERRA, María A. **História de Maldonado**. Maldonado: Ed. Intendencia Municipal, 1988. Tomo I.

GARCIA, Graciela. **O Domínio da Terra: conflitos e estrutura agrária na Campanha Rio-grandense Oitocentista**, Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

SALA DE TOURON, Lucía; ALONSO ELOY, Rosa. **El Uruguay comercial, pastoril y caudilhesco.** Montevidéu, Ediciones de La Banda Oriental. 1986.

SOUZA, Susana B. e PRADO, Fabrício. *"Brasileiros na fronteira uruguaia: economia e política no século XIX."* In: GRIJÓ, Luiz A.; KUHN, Fábio; GUAZZELLI, César A. B.; NEUMANN, Eduardo. **Capítulos de história do Rio Grande do Sul. Porto Alegre**: EDUFRGS, 2004.

YOUNGER, Joseph. *"Corredores de comércio e salas de justiça: lei, coerção e lealdade nas fronteiras do Rio da Prata."* **Revista Aedos,** v. 1, nº1, p.290-311, 2008.

MOVIMIENTOS DE POBLACIÓN EN LA FRONTERA A TRAVÉS DE UNA FAMILIA DE INMIGRANTES.

Autores: Cecilia Chagas; E-mail: ceci.maca@hotmail.com

Eugenia Liendo; E-mail: eugeliendo95@gmail.com

Marcia Peña; E-Mail: marchu064@gmail.com

Nicolás López; E-mail: nicorieta@gmail.com

Victoria Manzoni; E-mail: mativicky.2@gmail.com

Estudiantes en Centro Regional de Profesores del Norte [24]

Introducción

En el siguiente artículo se abordarán los diferentes conceptos (cultura, identidad, frontera, migración, inmigración, memoria colectiva, ideología, sociedad y eurocentrismo), estos serán utilizados para enfocar al tema principal, los movimientos en frontera. La cronología que se tendrá en cuenta son las últimas décadas del siglo XVIII y principios del siglo XIX. Por último se estará realizando un análisis de los diferentes hallazgos que se tienen ya que son de gran relevancia a la hora de la conclusión, ya que su utilidad es contrastar estos materiales, para comprobar o refutar las hipótesis planteadas para dicha investigación.

La metodología a seguir, en esta oportunidad es la metodología inductiva porque partimos de un presupuesto para alcanzar una conclusión, ya que se analiza de lo particular partiendo de observaciones, a lo general con el análisis de documentos. El enfoque que se utiliza para esta investigación es de corte cualitativo y antropológico histórico. Para la realización de la misma, se manejan diferentes estrategias, como la observación, el análisis de documentos, y entrevistas en profundidad a diferentes actores.

[24] Autores: Cecilia Chagas; E-mail: ceci.maca@hotmail.com; Eugenia Liendo; E-mail: eugeliendo95@gmail.com; Marcia Peña; E-Mail: marchu064@gmail.com; Nicolás López; E-mail: nicorieta@gmail.com; Victoria Manzoni; E-mail: mativicky.2@gmail.com. Estudiantes en Centro Regional de Profesores del Norte; EMEFRO (Equipo Multidisciplinario de Estudio en Frontera).

Estado del arte:

Se le llama sociedad a aquel conjunto de personas que tienen un fin en común, que mediante diferentes mecanismos logran convivir en un mismo territorio, es por esto que Giddens (1999) sostiene que existen reglas, leyes, jerarquía, las cuales no son las mismas, sino que cada sociedad se caracteriza por una organización diferente, cabe agregar que Castillo (2012) menciona que los seres humanos no sólo viven juntos, sino que se encuentran interactuando continuamente, respondiendo unos a otros, orientando sus acciones en relación con la conducta de los demás y siempre con un doble fin: allegarse a algo que necesitan y ayudar a otros a conseguirlo. Además aprende sus modos habituales de comportamiento, la cultura, costumbres, el lenguaje, la ideología, entre otros aspectos que incluye la vida en sociedad.

En cuanto al concepto de migración, se tuvo en cuenta la visión de Antonio Aja Díaz, el cual sostiene que este son de carácter internacional, que son producto de "un cambio global y cambios posteriores" (AJA DÍAZ, 2004, Pág.1). Posiblemente devengan de temáticas múltiples, pero seguramente estos movimientos poblacionales producen impactos en las relaciones internacionales y diversifican la riqueza étnica y cultural modificando los conceptos de fronteras. Como causante de las migraciones este autor nos da una visión enfocada a las desigualdades económicas, financieras, aunque sin dejar de nombrar otros motivos como tendencias demográficas, insuficiencias estructurales del desarrollo y falta de oportunidades laborales.

Por otro lado está el concepto de inmigrante, a este se lo considera como un movimiento humano que se traslada de un lugar a otro por diferentes motivos, ya sea económico, como sociales y políticos. Se movilizan de un territorio a otro en busca de una mejor calidad de vida, "El inmigrante es un sujeto construido socialmente y fragmentado institucionalmente (…) portador de nuevas culturas" (LOBERA PÉREZ-MÍNGUEZ, pág. 12). Por lo tanto es pertinente conceptualizar lo que es frontera, ya que la familia al inmigrar se establece en la zona fronteriza, "Los niveles de permeabilidad de las fronteras pueden ser diversos: fronteras en que los límites los han puesto los Estados, totalmente artificiales; pero también las fronteras que los propios pueblos imponen." (MARÍA DEL ROSARIO BOTTINO, 2009, Pág: 4).

Es por esto que "cada una constituida a partir de la combinación de las categorías espaciales (zona, región, territorio), fenómenos y procesos que ocurren en los espacios de frontera y los sujetos sociales involucrados en tales procesos" (ARRIAGA RODRÍGUEZ, 2008, pág 73).

Además según Bottino (2008) es la terminación de lo que se llama unidad político-territorial que se extiende un territorio y comienza otro. Existen elementos, costumbres, cultura, Quijano (2014) refiere a patrones históricamente invariables, tan íntimos en una sociedad, que se conservan, en el tiempo y también se puede trasladar en el espacio, sin ser alterados estos patrones como refiere el autor. Las ideologías, las culturas y sus aspectos son conservados a través del tiempo en la memoria colectiva, aquello que la colectividad quiere conservar "(...) no retiene del pasado sino lo que todavía está vivo o es capaz de permanecer vivo en la conciencia del grupo que la mantiene"(MAURICE HALBWACHS, Pág: 127). Sostiene el autor que no existe una memoria individual, nuestra memoria se va estructurando desde que nacemos con lo social, según el grupo a que pertenezcamos. "(...) nociones que nos dominan más que otras, con personas, grupos lugares, fechas, palabras y formas de lenguaje (...) con la vida material y moral de las sociedades que hemos formado parte" (MAURICE HALBWACHS; En Johan Méndez-Reyes, Pág.: 126).

Hallazgos:

El contexto de Brasil en el plano económico y social en el período indicado se destaca principalmente por la plantación del café, en el momento por las grandes dimensiones de las plantaciones, la actividad requería una cantidad de mano de obra. "A lavoura do café constitui um marco na evolução económica do Brasil, transformando o processo de produção. Nascem fazendas com certas características de empresa" (MARLI; CRUXEN; 1976 Pág. 17). Se destacaba la fertilidad de las tierras de la región del Rio Grande do Sul.

En lo social y político se estaba dando el desarrollo de las haciendas, latifundios, los cuales trabajaban en sus grandes extensiones de plantaciones, con mano de obra esclava. En un principio funcionó este sistema, luego con el proceso abolicionista de la esclavitud, esta medida comenzó a no rendir en la productividad, lo que convino a esta política y economía fue invertir en mano de obra libre, "Interesse que havia por parte do governo e da classe dominante da colonia em atrair ondas imigratórias, reconhecendo no europeu um elemento mais apto do que u esclavo para ocupar-se de atividade agrícolas" (MARLI; CRUXEN,1976, Pág: 16), para esto implantan una política que beneficiaba y atraía a familias europeas para que comenzaran a asentarse en las colonias del Rio Grande do Sul. Lugar donde se desarrollan las colonias alemanas en el proceso de la política inmigratoria, Marli, Cruxen (1976). Aurelio Porto (1996), dentro de la preferencia por los extranjeros también hubo la preferencia por algunos especiales, que resultaban elementales, los italianos y alemanes, estos eran famosos por ser muy buenos

agricultores, y otro factor bien visto por los portugueses fueron sus técnicas agrícolas, estas llevarían a un desarrollo más rápido de las plantaciones, ya que eran más avanzadas que las que ya utilizaban.

Marli; Cruxen, (1976) sostiene que las corrientes de inmigraciones se dan a consecuencia de algunos hecho, europeos o del territorio portugués, por esto, los autores plantean algunos acontecimientos que influyeron o no en las decisiones de inmigrar, destacan el período de 1808 en el cual se da la apertura de puertos y luego se les asegura a los inmigrantes propiedades de territorios, se rompe el monopolio portugués del comercio, generando a la vez interés por parte de otros pueblos.

Las inmigraciones de alemanes fueron muy irregulares, el objetivo de la política era arraigar a estos inmigrantes a la tierra y que produjeran para desarrollar y abastecer el mercado interno. "uma política deliberada de criar núcleos coloniais voltados para a ocupação e fixação na terra" (MARLI; CRUXEN,1976 Pág. 33). Para lograr el establecimiento de estos inmigrantes a la tierra también era necesario generar patriotismo, sentido de pertenencia del nuevo territorio, para esto los portugueses utilizan cómo herramienta la lengua y la religión católica, mediante la evangelización. Se atravesaba por un proceso por el cual Brasil buscaba establecer como tal su cultura, su nación, un orden en lo cultural, para esto buscaba arraigar al extranjero.

En este contexto de movilidad, no se afirma pero sí se muestra la posibilidad de que allí sea el momento donde la familia Fros, inmigrantes alemanes, luego de adquirir nacionalidad brasilera se dispersara por las tierras dominadas por los portugueses y se estableciera en la región norte de la Banda Oriental, donde hoy es Laureles, departamento de Tacuarembó-Uruguay. Región que en el momento no existía ningún tipo de límite, y donde en un sentido amplio esta familia se apoderó del territorio que gustó en su extensión y dónde allí se estableció y creo su establecimiento para vivir con su familia "(...) el padre de él contaba y el abuelo, que en la época del ganado silvestre y que salió un decreto del gobierno que bueno, todo aquel que cercara su predio y lograra sustentar grandes cantidad de animal él consideraba propietario, seguramente él era medio baqueano en el tema y le hicieron cercos de pierda(...)" (Entrevistado: D. F).

Mediante la línea del árbol genealógico brindado por A. F, se pudo iniciar desde el origen de esta familia, ya que no se encuentran fuentes escritas oficiales que comprueben como llegó Guillermo Alberto Fros Texeira, en una primera instancia a la localidad de Blanquillo,

Durazno y luego a la de Laureles, Tacuarembó. Igualmente se pudo saber llegar a encontrar información por parte de los relatos familiares que fueron pasando de generación en generación. Además se comprueba la llegada de Guillermo por medio de un documento que fue escrito como un relato familiar y que se conserva en primera estancia la estancia, en Laureles.

A partir de parte del árbol genealógico fue necesario recabar documentos–Bautismos- en la curia de Tacuarembó y con el texto redactado por Dr. Juan Villegas S. J que se encontró en la página web de la parroquia, se puede analizar desde el punto de vista cultural religioso, que esta familia al llegar a la región y mediante el proceso evangelizador pasa a ser católica, oficialmente ”De la sede montevideana provenía personal evangelizador y las directivas y nombramientos que posibilitaban una mejor atención del Norte” (Dr.JUAN VILLEGAS, Pág:13) pero lo que no se sabe es si esta religión fue adquirida en la región, ya la traían de Brasil o de su país originario, Alemania. Además lo que nos confirman estos documentos es que son de nacionalidad Brasilera y que llegaron a la región por la frontera septentrional de la Banda Oriental, ya que según Juan Villegas (Pág, 19), en aquel entonces en el norte de esta región era común la penetración brasilera. Otro factor que nos indica la nacionalidad brasilera es el orden de sus apellidos que luego al pasar a nacionalidad uruguaya cambian. En Brasil el primer apellido de una persona es el materno y en segundo lugar el paterno, a la inversa se desarrolla en Uruguay, es decir el primer apellido es el del padre y el segundo de la madre.

Traducción de uno de los bautismos que confirma lo mencionado anteriormente:

“N 912: Fidelis Fros: Contrajo matrimonio el 29 de 1944 en esta con Rosalina Sotto. Conte P.A Emilio Grenlich

El día quince de Diciembre de mil ochocientos ochenta y uno, el teniente cura Don Benito Larraga autorizado por el in pancrito cura Vicario de San Fructuoso de Tacuarembó bautizó solemnemente a Fidelis que nació el veintitrés de Abril del año mil ochocientos setenta y nueve, hijo legítimo de Don Toribio Fros y de Doña María Angélica Morais Brasileros Abuelos paternos Don Gullermo Alberto Fros y Doña Ana Mauricia Duarte, abuelos maternos Don Manuel Rodríguez de Morais y Doña Alegandra Rodríguez ; fueron padrinos Don Juan Francisco Fros y Doña Martina Rodríguez a quienes advirtió el parentesco espiritual y demás obligaciones de que certificó

José M. Semerio Vicario” (“CURIA DE SAN FRUCTUOSO” Libro 4, pág. 119)

Conclusión

Luego de recabar materiales y realizar el análisis pertinente de cada uno de ellos, como las fotos de las estancias, los bautismos recabados en la Curia de Tacuarembó, las entrevistas a diferentes personas con el apellido Fros y la bibliografía pertinente para dicha investigación, se puede afirmar que la familia Fros fueron migrantes de Alemania, llegaron a América, en territorios dominados por los portugueses, y luego se instalan en la región norte de la Banda Oriental a partir de las segundas oleadas migratorias aproximadamente, fijándonos en el análisis de Patricia Demicherri (2013), "(…) tres oleadas migratorias de 1830 a 1843, de 1851 a 1870, de 1880 a 1889."(PATRICIA DEMICHERRI, 2013, Pág 14). La fecha recabada que más se aproxima a este hecho es la que está registrada en los documentos de la primera propiedad del territorio adquirido por Guillermo Alberto Fros, en la Banda Oriental "Título de Don. Guillermo Alberto Fros" (Documento de propiedad; Brindado por D.F) documentado el 28 de enero del año 1856. En estos períodos el continente americano, más precisamente las regiones de Brasil y La Banda Oriental eran los responsables de recibir a muchos de ellos. Por decisión de cada país, tanto Brasil como La Banda Oriental estaban dispuestos a recibirlo ya que necesitaban de su mano de obra y la situación en Europa no era de las mejores en esa época, claramente lo sostiene Partricia Demicherri en el libro "Familias Italianas en el Río de la Plata" "(…) tiempos difíciles en que sus habitantes comenzaron pensar en emigrar a América, (…) significaba su única salvación, la tierra prometida."(PATRICIA DEMICHERRI, Pág 13).

La inmigración a nuestro territorio ha sido realmente muy significativa a que la cultura de nuestro país es una mezcla de muchas otras, puesto que las personas que habitan nuestras tierras son de regiones diferentes, son provenientes de lugares como Suiza, Rusia, África, Italia, Alemania. Lo más importante de esta familia es investigar los aspectos más relevantes de su cultura, los elementos materiales e inmateriales que trajeron con ellos, qué costumbres adoptaron en el nuevo territorio y cuales conservaron de su cultura originaria alemana, ya que esas características hacen que se diferencien de las demás familias de migrantes establecidas en la región. "La identidad única de su propio pueblo, sin miedo a contradecirse" (KUPER, Pág 21), es decir que cada cultura tiene su propia identidad, que los hacen únicos.

Como toda familia inmigrante de otro territorio con su propia cultura llegan de forma homogénea "cada comunidad tenía su cultura propia con sus valores específicos que la separaba de todas las demás" (KUPER, Pág 35). Pero luego en el proceso de su establecimiento, se fue fusionando su cultura con la de la localidad

“cruzar el atlántico…en busca de la esperanza… hasta soportar lentas y extenuantes colas en las instituciones oficiales, empuñando pasaportes y permisos de trabajo, es adquirir el hábito de vivir entre mundos, capturado en una frontera que atraviesa lengua, religión, música, vestimenta, apariencia y vida. Venir de otra parte, de “allá”, no de “aquí”, y encontrarse por lo tanto, de manera simultánea, “dentro” y “fuera” de la situación de que se trae, es vivir en las interacciones de historias y memorias (…)” (En ISABEL BARRETO, Pag: 18).

Esta fusión se dio de tal manera que hoy a pesar de que se pueden identificar elementos que son propios de la cultura europea, las tradiciones de mantenerse la familia como unidad, sus festividades y algunos elementos materiales en cuanto a sus técnicas de construcción, y agrícolas, lo que más se identifica son elementos de la cultura Brasileña, cómo la lengua, sus costumbres la gastronomía, que se pudieron entrever en los análisis realizados de los materiales recabados.

Bohannan (1992), plantea que los diferentes grupos sociales van a transitar por numerosos procesos de interacción, intensos y duraderos en el tiempo que van necesitar de variadas formas de comunicación, influyendo directamente en la modelación de cada individuo. En este proceso, la familia ya que se gestan estos valores y principios formadores de la conducta. En cuanto a los aspectos específicamente inmateriales, se los identifica como una familia unida, con hábitos de trabajo, tradicional, sus propiedades han sido heredadas de generación en generación por hijos varones con el mismo apellido.

> (...)este aquí es un dato importante que siempre perteneció a la misma familia, desde que él compró, cuando murió Guillermo Alberto, quedo Florentino, cuando murió Florentino, Eliceo, el padre de papá, cuando murió Eliceo quedó papá, murió papá quede yo(...) (Entrevista: D.F.)

Se cree pertinente sumarle a esta descripción de la familia la visión eurocéntrica, es una forma de relación históricamente lineal, unidireccional, están inmersos un patrón de conducta invariable. El eurocentrismo propone al modelo occidental como el mejor, con respecto a los demás, es decir, “propone a toda la imitación del modelo occidental como única solución a los desafíos de nuestro tiempo.” (SAMIR AMIR, pág.9).

“La cultura evidencia lo que ese grupo es. La identidad nos permite decir, hablar, construir un discurso sobre lo que pensamos que somos.” (PATRICIO GUERRERO ARIAS, pág. 104). "La cultura permite que el hombre no solo se adapte a su entorno sino que haga que este se adapte a él.” (DENYS CUCHE, 1966, pág. 7). Con esto, se percibe la importante influencia que este fenómeno llamado eurocentrismo, tiene sobre la identidad de los grupos

sociales. Esto se percibe en la forma en que dichos grupos se van a relacionar con otros y como se organizan al momento de asentarse.

Referências Bibliográficas:

ARRIAGA Rodrigues Juan Carlos; "el concepto de frontera en la perpectiva humana" 2012

ALDAIR Marli Lando,y CRUXEN Barros Eliane; “A colonização alemã no Rio do Grande do Sul” Uma interpretação sociológica. Porto Alegre; Movimento/Instituto Estadual do Livro, 1976.

BOHANNAN, Paul. 1992 “Para Raros, Nosotros” Introducción a la antropología cultural. Madrid, España. Ediciones AKAL, S.A.

BARRETO Messano Isabel; "Canarios de ayer La inmigración canaria en el Uruguay"

CASTILLO Romero, Jorge Rodrigo. “Sociología de la Educación”; Primera Edición 2012.

CUCHE Denys ;“La noción de cultura en las ciencias Sociales” Ediciones nueva visión SAIC; 1999; Argentina.

DEMICHERRI Patricia; “Familias Italianas en el Rio de la Plata”, Montevideo, Linardi y Risso 2013

DÍAZ Aja Antonio; “TEMAS EN TORNO A UN DEBATE SOBRE LAS MIGRACIONES INTERNACIONALES”, La Habana, Cuba, 2004

GUERRERO Arias Patricio, "LA CULTURA estrategias conceptuales para entender la identidad, la diversidad, la alteridad y la diferencia.", Abya-Yala, 2002

GIDDENS Anthony ;(1999), Sociología. Madrid, Alianza.

KUPER Adam “Cultura: la visón de los antropólogos”, A & M grafic. S.L, Barcelona 2001.

PORTO Aurelio; "O trabalho alemão no Rio Grande do Sul"

QUIJANO Anibal; "Colonialidad del poder y clasificación social" Buenos Aires, 2014

QUIJANO Anibal; “Colonialidad del Poder y Des/Colonialidad del Poder”

SAMIR Amin;"EL EUROCENTRISMO critica de una ideología", siglo veintiuno editores, 1989.

VILLEGAS Juan S. J. “Historia de la evangelización en el Uruguay al Norte del Río Negro”

Fuentes: Entrevista a D.F **e** Entrevista A.

OS "*PUEBLOS DE ÍNDIOS*" E SUAS ESTÂNCIAS: LITÍGIOS DE FRONTEIRA NO ESPAÇO MISSIONEIRO

Helenize Soares Serres[25]
Maria Cristina Bohn Martins[26]

O trabalho de "missão por redução" empreendido pelos jesuítas no Novo Mundo é tema de copiosa e variada tradição historiográfica. Desde os anos 80, uma série de estudos passou a discutir o tema a partir de pressupostos teóricos que foram, progressivamente, deslocando a atenção centrada nos religiosos, para refletir sobre os povos indígenas que viveram o processo de "redução", de forma a discutir, por exemplo, suas respostas ao contato com o ocidente.

Embora as fontes que permitem estes estudos continuem sendo, basicamente, as mesmas que sustentaram os estudos tradicionais, os investigadores têm proposto a elas questões e leituras que permitem ampliar e renovar o conhecimento sobre a história das missões jesuíticas. Apesar disto, podemos dizer que os estudos continuam centrando suas atenções aos *pueblos de índios* propriamente ditos. Isto é, embora saibamos que o espaço missioneiro era bastante mais amplo do que aquele envolvido pelo conjunto urbanístico dos povoados, poucas pesquisas miraram uma perspectiva mais alargada de análise que se dirija, também, às estâncias, por exemplo, de forma a entendê-lo como parte dele.

As reduções que obtinham estabilidade, exploravam enormes porções do solo, matas e rios. Aliás, esta era uma condição para que alcançassem estabilidade, uma vez que, ao concentrar populações bastante consideráveis, chegando a 3, 4 ou 5 mil indivíduos, os *pueblos* deveriam ser capazes de ter sustentabilidade e, ainda de algum produzir excedentee para trocas no mercado interno colonial. Por isto, nos espaços imediatamente próximos aos núcleos urbanos organizaram-se áreas de cultivo [que deveriam ser maiores que as tradicionalmente manejadas pelos horticultores guaranis], cultivo, tambos, olarias, currais e hortas, como parte de uma estrutura produtiva essencial aos povos. Com efeito, a cartografia jesuítica assinala que à cada redução estavam afetos territórios mais amplos, englobando estruturas que compunham o conjunto dos territórios das reduções, como são os caminhos, pontes, capelas e estâncias.

Estas últimas são o objeto da Tese de Doutoramento que está sendo desenvolvida junto ao PPGH da Unisinos, a qual toma este conjunto de áreas e instalações como parte do "espaço missioneiro". Na presente comunicação, contudo, buscaremos tratar apenas da questão

[25] Doutoranda em História [CAPES/PROSUP] pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, UNISINOS. E-mail: helenizeserres@gmail.com
[26] Professora dos cursos de Gradução e Pós-Graduação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, UNISINOS. E-mail: mcrisbohn@gmail.com

específica das relações das estâncias com os povoados a que diziam respeito, e dos possíveis litígios que poderiam se estabelecer entre elas.

As estâncias missioneiras

As estâncias formavam parte do espaço econômico das missões jesuíticas; constituíam unidades produtivas em que se criava o gado que deveria prover as reduções de animais de abate. Elas ocupavam um grande espaço territorial, abrangendo atualmente o estado do Rio Grande do Sul, Brasil e a República do Uruguai. Aquelas que nos interessam neste trabalho são as fundações jesuíticas localizadas na margem esquerda do rio Uruguai: a estância de La Cruz e a estância de Yapeyu.

As estâncias eram grandes extensões de terras demarcadas por limites naturais, como matas, arroios e rios. Eram organizadas estrategicamente para diminuir as acentuadas distâncias que separavam os povoados. Nelas encontravam-se capelas, nas quais haviam atividades de doutrina cristã para os índios, além de casas, currais, galpões e hortas, uma estrutura com os afazeres produtivos que seriam importantes para sustentabilidade dos *pueblos* missioneiros.

Para melhor administrá-las, foram criados dispositivos para que os *pueblos* pudessem controlar, separadamente, a grande quantidade de gado e seu território. A administração das estâncias era responsabilidade dos cabildos estabelecidos nas reduções, área considerada urbana em função das atividades desenvolvidas e sua estrutura que era formada basicamente por casas, praça, colégio, igreja e oficinas. As relações das estâncias com as suas reduções se estabeleciam a partir de elementos políticos e econômicos que aproximavam a área rural da urbana.

No estabelecimento, tanto da redução quanto da estância, muitos aspectos eram cuidadosamente analisados. Nesse processo participavam os jesuítas e também os corregedores dos cabildos indígenas, geralmente líderes que tinham amplos conhecimentos do território. Além de ser um ambiente que deveria ser propício para a reflexão e desenvolvimento da catequese, eram assim, observados outros aspectos, por exemplo, se a terra era fértil, para o desenvolvimento da agricultura e da pecuária, além da aproximação com rios e arroios para facilitar deslocamentos, já que a navegação era o principal meio de transporte.

As estâncias de maior extensão foram,

> a la estancia de San Miguel uma superfície equivalente a unos 2:000.000 de hectáreas, e indican que la estancia de Yapeyú tenía aproximadamente el doble en superfície: comprendía territórios a la izquierda y a la derecha del río Uruguay desde la desembocadura del Ibicuy hasta el río Negro. (MORAES, 2013, 2014, p. 14).

A principal atividade desenvolvida nas estâncias era a criação de gado, a qual ocupou um papel importante dentro do sistema econômico das missões jesuíticas, devendo realizar o abastecimento de carne para o consumo dos seus habitantes. O gado passava por algumas etapas até ficar pronto para o abate. Era inicialmente amansado, depois iniciava um tratamento de engorda e logo era posto em reprodução. Como bem esclarece Moraes, "el sistema ganadero de estas estancias combinaba dos prácticas muy antigas: el arreo de animales no domesticados, y la cria". (2013-2014, p. 14). Os subprodutos excedentes derivados do gado eram comercializados. O envio dos produtos para fora do espaço reducional dava-se, principalmente, por meio da navegação, até Asunción, Tucumán e Buenos Aires.

As estâncias missioneiras estavam conectadas por caminhos que facilitavam o contato, especialmente para troca de produtos. Esses caminhos tinham ligações estratégicas para acesso aos principais postos das estâncias de San Miguel e Yapeyu, em função das suas grandes produções que abasteciam os povoados anualmente. Com isso, "la ganadería bovina del espacio misionero, lejos de ser un sistema productivo marginal, constituyó el primer sistema de producción de carne fresca a muy gran escala que se conoció en Río de la Plata". (MORAES, 2013,2014, p. 15).

Os chamados postos eram currais de gados com uma pequena quantidade de índios, formando um pequeno assentamento. Neles eram realizadas atividades que exigiam certa especialização, como a criação de gado menor, por exemplo. Eles foram construídos de maneira estratégica, pois deviam serviam para ajudar na segurança do caminho das estâncias para redução, para proteger os produtos que eram comercializados, para oferecer água e um espaço seguro para o descanso.

Os postos podem ser comparados a pequenas aldeias estabelecidas próximas a rios e arroios, facilitando a circulação tanto de produtos quanto de pessoas. Eles funcionavam também como postos de fiscalização, para que se pudesse ter controle do fluxo de entrada e saída de pessoas e bens nas estâncias missioneiras. Levinton aponta a importância dos postos dentro do espaço da estância, como lugar de trabalho e controle da circulação de produtos, além do melhor cuidado com os animais que tinham maior segurança para chegar ao seu destino. Além disto, eram também locam em que se podiam praticar novas técnicas de reprodução.

> La construcción de un puesto en cada lugar estratégico significo la concreción de una aldea con una diagramación similar, pero más reducida en escala, a la de los centros urbanos misionales. Ello posibilitó la cercanía de la vivienda al lugar de

> trabajo, lo que redujo la dificultosa circulación por la falta de caminos aptos y facilitó el control de las personas circulantes. Los animales fueron mejor asistidos y, posteriormente, fueron el objeto de la implementación de diversas técnicas de reproducción o de cuidados ante diferentes tipos de enfermedades. Para complementar la infraestructura necesaria, en todas las estancias o puesto donde no había ríos o arroyos en las cercanías, se realizó una concienzuda manipulación del agua por medio de canales, manantiales o lagunas. (LEVINTON, 2009, p. 253-254).

Nas estâncias seguiu-se o sistema de propriedade e trabalhos comunitários desenvolvidos nas produções de ervais e algodão das missões jesuíticas, não havendo propriedade individual. Segundo Quevedo, "as estâncias e a maior parte das lavouras eram coletivas" (2009, p. 30). O trabalho era realizado pelas famílias guaranis e organizado por turno, sendo que "la presencia de las mugeres y los niños en las estancias era apreciada porque ampliaba la cantidad de mano de obra disponible". (MORAES, 2013, 2014, p. 14). A organização desse trabalho, executado pelo guarani missioneiro, se desenvolveu a partir de acordos entre indígenas e jesuítas.

Acordos e litígios

As relações entre os *pueblos* que formavam o conjunto da Província Jesuítica do Paraguai eram estabelecidas através dos representantes e muitos acordos que foram firmados estreitaram os laços entre os *pueblos*. Porém esses acordos nem sempre foram amistosos levando muitas vezes a distanciamentos e desavenças, o que pode ser observado em pleitos que se estabeleceram entre as reduções. Essas disputas geralmente se resolviam em longo prazo e costumavam envolver disputas por recursos como terras, gado e água

É o que se pode ver em documento produzido pelo Padre Francisco Retz, 15º Superior Geral. Retz escreveu cartas para Província do Paraguai, entre os anos de 1731 a 1739, destinadas aos Provinciais Jerónimo Herrán Jaime Aguirre y Antonio Machoni, abarcando diversos temas, entre eles os pleitos de terras que aconteciam com frequência entre as reduções. (PAGE, 2013, p. 259)[27].

Essas cartas, trocadas entre o Superior e o Provincial, se diferenciam das conhecidas cartas anuas, uma vez que seu sentido é o oposto dos conhecidos relatórios realizados pelos provinciais sobre a situação de suas missões americanas. Por meio destas missivas, o Geral se dirige aos Provinciais no Novo Mundo, instruindo, recomendando ações e, por vezes, tentando dirimir conflitos. As vezes, trazem mais detalhes de distintas situações, destacando eventos que

[27] O Padre S. G. Retz começou a ocupar cargos importantes em Roma a partir de 1711. Foi Provincial por duas vezes, diretor de colégio e assistente do superior geral Tamburini até quando foi eleito a superior geral em 1730.

aconteciam na Província do Paraguai. Essas cartas, segundo Page, “nos brindan una información mucho más realista de la situación de la Provincia Jesuítica del Paraguay, pues no se muestran como en aquellas los importantes logros, sino que también se vislumbran por igual aciertos y errores”. (2013, p. 260).

Na tentativa de solucionar esses vários pleitos, o Padre Retz determinou nomeações de juízes para ajudar a resolver problemas e também nomeou funções para o Provincial. Diante disso, percebesse que havia uma preocupação com os problemas de pleitos de terras entre as reduções, e que o Provincial não conseguia resolver esses conflitos que eram cada vez mais frequentes. Para solucionar a questão, o Provincial recorreu ao Superior Geral, ~~característica~~ que demostra a gravidade do problema.

Em uma das cartas do Padre Superior Francisco Retz ao Padre Provincial Gerónimo Herrán, datada no ano de 1732, lemos:

> Por todos los médios posibles se deben solicitar entre los Pueblos la union, paz, y christiana caridad, y quitar de raiz los Pleytos, entre ellos pues regularmte. son el origen de las discordias, con otras no pequenas faltas y querendo yo en cumplimto. de mi oficio concurrir en quanto pueda á este fin, conformandome con lo dispuesto por mi Antessesor de B. M. el Rdo. Pe. Tyrso Gonzalez en sus Despachos de 25 de Sete, de 1691; de 12 de Abril de 1699, 4 de Marzo de 1702, y anadiendo una ú otra cosa, que me ha parecido necessaria; para que los Pleytos ha presente pendientes entre algunos de los Pueblos, y los que en adelante se suscitaren ó en ellos, ó entre otros qualesquiera que sean en puntos de terminos, tierras, ó Haziendose quanto antes se terminen, y no se hagan eternos. (PAGE, 2013, p. 274).

Outros documentos que se encontram no Archivo General de la Nación e, Buenos Aires [28], também são referentes às discussões do litígio das terras onde foram fundadas algumas estâncias missioneiras. Esses documentos permitem entender as disputas internas ~~feitas pelos padres~~ sobre a perda de terras referentes a cada povoado.

É o caso de um parecer sobre um pleito de terra do Povo de La Cruz e Yapeyu datado em 13 de novembro de 1696, anterior, portanto, à admoestação feita por Retz. Esse documento trata de discussões a respeito das terras onde foi fundada a estância de La Cruz, terras que originalmente pertenciam ao povo de Yapeyu. Verificamos ali uma queixa feita pelos padres de Yapeyu, referente à perda de terras, diminuindo, assim, suas possessões.

Yapeyu foi a redução mais meridional de todas as da frente missioneira, estando situada à margem direita do rio Uruguai, em frente à desembocadura do rio Ibicuí. Este pode ser considerado como o limite sul do território de ocupação guarani-missioneira, sua estância está

[28] Compañía Jesús (1676-1702). Archivo General de la Nación (Buenos Aires). Legajo 2 [409]. Sala IX 6-9-4.

localizada no lado esquerdo do rio Uruguai. “El Yapeyu o Nuestra Señora de los Reyes, fundada el año de 1626 sobre las márgenes del rio Uruguay persevera en su suelo nativo en 29 grados 31 minutos de latitud, 321 y 2 minutos de longitud con 1.587 familias, que son 6.400 almas”. (PASTELLS, 1912, p. 781).

A redução de La Cruz estava situada na margem direita do rio Uruguai, entre Yapeyu e Santo Tomé, e sua estância do lado esquerdo do mesmo rio. O povo de La Cruz ou de Mbororé, segundo Cônego João Pedro Gay (1863, p. 349), foi edificado pelos jesuítas em 1629 na margem ocidental do rio Uruguai e ao confluente do arroio Mbororé, com umas dezoito léguas ao sul de Santo Tome. Foi a princípio agregado ao de Yapeyu, do qual se separou e se estabeleceu definitivamente no lugar que hoje ocupa, pelo ano de 1657.

> A Cruz está collocada sobre uma collina que fazem distinguir de longe suas altas palmeiras. Sua posição é mui pittoresca. O Uruguay rega os pés d’esta collina emquanto a antiga Missão corôa a parte superior; d’onde a vista se estende até a villa de Itaqui, duas leguas acima da Cruz sobre a margem opposta do rio Uruguay, e d’onde se avistam do lado do Poente os tres cerros, que se levantam como enormes tumulos ou pequenas pyramides na planície. (GAY, 1863, p. 349).

Sobre as datas de fundação das estâncias, de La Cruz e Yapeyu, não encontramos documentos específicos, mas presumimos que aconteceram junto as fundações das suas reduções, devido os documentos que tratam das reduções nesses períodos trazerem informações das suas estâncias, especialmente ao tratarem dos litígios de terras.

Durante os anos de 1641 a 1647 não houve avanços nos povos, especialmente na demografia. Essa falta de crescimento, segundo Levinton (2009), fez com que os jesuítas tomassem algumas providências para mudar a situação, como por exemplo, a integração de La Cruz ao povo de Yapeyu. Esta decisão trouxe os litígios de terras a que nos referimos, tema que o autor não aprofunda.

> El pueblo no avanzaba ni en lo temporal ni en la cantidad de habitantes, en 1641 y en 1647 se mantuvo el mismo tope del crecimiento. Por eso, en 1651 los jesuitas decidieron integrar la comunidad yapeyuana con la de La Cruz. Pero esta unión tampoco dio buenos resultados y se separaron en 1657. El proceso implicó la cesión de tierras de los yapeyuanos a los cruceños hecho que, posteriormente, suscitaría varios litigios. (LEVINTON, 2009, p. 249 – 250).

O Padre Anselmo de la Mata foi indicado pelo Padre Provincial Simon de Leon para decidir sobre o litígio de terras entre Yapeyu e La Cruz. Esse litígio ocorreu por causa de algumas doações de terras feitas por índios de Yapeyu para o povo de La Cruz sem aprovação

do Padre Provincial. Esse era um motivo frequente de litígios entre outros povos, também. Havia dúvidas se as doações realizadas pelos índios eram válidas ou não e como isso deveria funcionar. Estes mal-entendidos podiam fazer com que se voltasse a discutir questões de doações já dadas como encerradas, como o caso de várias doutrinas que doaram parte de suas terras.

> el P. Prov.[l] dixere que no se hiciere cajo de donaciones de Indios. sin añadir alguna otra palabra q[-] modificasse esta proposision. Porque cada dia oimos, que se atribuyen a los Sup.[s] dichos q[-] ni los dixeron, ni los imaginaron. y se suelen referir sus dichos no como se dixeron, sino como el deseo que en cada uno se le hace parecer q[-] oye lo q[-] no se dice. o q[-] tome lo q[-] le esta bien y dexe lo que no le esta bien del dicho. Y puedan tambien avesse [...] dado de la formalidad con q[-] se dixo. y lo que hace dudar es q[-] dicha proposision esta expuesta a resucitar muchos pleitos. pues ay muchas doctrinas, que an dado a otras sus tierras, las q[-] legitimam[e] posseian. Como la Concep.[n] S. Xavier S. Miguel S. Nicolas S. Thomé. Yrapua el y otras q[-] ignoro. Y incoriendo la voz de q[-] no valen donaciones de Indios, cada uno querra cobrar lo q[-] a dado y asta un incendio de pleitos. [...] q[-] muchas donaciones estan solo de palabra, o con algun papel simple q[-] hace poca Fe.[29]

Os acordos foram realizados provavelmente por líderes indígenas representantes dos povos e sem consentimento dos Curas. Sobre esses índios responsáveis pela doação não encontramos especificações, mas acreditamos que eram os corregedores do povoado, índios que auxiliavam na administração junto com o Cura. Vê-se ainda, que tal procedimento era relativamente comum, referindo-se o documento ao ocorrido com outros povos, como São Xavier, São Miguel, São Tomé, eYrapuã,

Na sequência do processo a que nos referimos inicialmente, foram entregue ao Padre Anselmo, responsável para resolver o litígio, alguns papeis por parte do Yapeyu, que comprovam o direito das terras que localizadas "entre el Ytaqui y Pariri ti, Uruguay y ybicuyti, y son fronteras del pueblo de la Cruz que las possee oy alegando el derecho que tiene a ellas el dicho pueblo del Yapeyu, y posseerlas Injustam.[te] el pueblo de la Cruz aviendo visto los papeles que el Yapeyu apresenta por su parte"[30] O padre de Yapeyu alega que as terras que estavam localizadas no lado oriental do rio Uruguai não eram de direito do povo de La Cruz e, que a doação delas teria sido injusta.

A decisão da doação ao povo de La Cruz, foi aprovado pelo visitador Padre Andres de Rada, quando de sua visita à região, mas acabou não sendo aprovada pelas instâncias Superiores da Companhia. Com isso, numa tentativa de resolver o problema, foi proposto aos padres dos

[29] Compañía Jesús (1676-1702). Archivo General de la Nación (Buenos Aires). Legajo 2 [409]. Sala IX 6-9-4.
[30] Compañía Jesús (1676-1702). Archivo General de la Nación (Buenos Aires). Legajo 2 [409]. Sala IX 6-9-4.

povos envolvidos uma divisão das terras entre o Ibicuí e o Uruguai e acima entre o Itaqui e o Butuí. Nessa decisão levaram-se em conta o tamanho das reduções, sua demografia e as necessidades de alimentação de ambas as reduções.

> Vistas la raçones de ambas partes, y consultandolas a muchos Padres: determino lo siguiente, para que se quiten quiebras de Caridad, y aiga buena correspondecia entre las dos reduciones q- en las lomas q- estan enfrente dela Assump.n dela outra Vanda de Uruguai, no aren los dela dha Doctr.a para sus sementeras, ni passen ganado alguno para repartar en ellas, por el daño que de aquello se sigue a la Estancia de Yapeyu, y señalo por termino de dha Estância, toda la tierra, q- esta entre Ybicuyti, y Uruguai arriba hasta el Itaqui, con el Caá amba, que esta entre estos terminos, en los quales, solo los del Yapeyu tengan sus ganados de yeguas, y vacas. pero por lo dicho no se quita, q- puedan renovar q.do quisieren um algodonal, y una chacra q- para el P.e q- cuida dela doctr.a de la Assump.n se a permetido, conq- no paseen mas la tierra adentro.[31]

Os padres de Yapeyu tentaram reaver as terras. Eles sustentavam que se tratava de uma injustiça baseados em dois argumentos: –o primeiro girava em torno da ideia de que os yapeyuanos eram pobres e necessitavam destas terras para o seu sustento; O segundo, afirmava que as terras eram um direito antigo e que o julgamento havia sido feito em meio a necessidades prementes. "En la junta del pueblo de Yapeyu tocandose lo de las tierras, q- se quitaron a aquel pueblo, y la falta q- le hacian, pretendiendo los Padres, q- alli estabamos se les restituyessen luego pues constaba de la injusticia, y engaño, q- se les avia hecho a los pobres".[32]

Em 1699 o Padre Provincial se manifesta concluindo a questão e afirmando que não aceitaria mais reclamações por parte do povo de Yapeyu. Ordena que se cumprisse a determinação dada sobre um terreno que o povo de Yapeyu tinha doado ao povo de La Cruz e que o povo de Yapeyu retirasse, o mais rápido possível, o gado e demais coisas que tivessem sido postos neste espaço considerado da estância de La Cruz.

> No obstante el ajuste, en que V.R. dejo concordados, no faltan quienes recurran sea principalmente por parte delos de el Yapeiu por lo involuntario dela donacion de um Potrero a la reducion de la Cruz: No se les oiagamos en diferencia alguna de las que han quedado con questas: Esto dice N.P. Gen.l despues de averse recurrido a su Paternidad por parte de el Yapeiu contra dha donacion, y ajuste: que no se oigamos al Yapeiu en dha demanda, y en virtud de dho orden, ordeno, que todas las mudanzas, que se ubieren hecho desde el estado, en que lo dejo el P. Lauro Nuñez siendo Prov.l se dissuelvan, y se vuelvan a poner en el estado dicho en que lo dejo dicho P. Prov.(l) Lauro Nunez sacando de halli los ganados, y demas cosas, que ubiere puesto el dicho Pueblo de los Reyes de el Yapeiu, para que se restituía el Pueblo de la Assumpcion del el Borore a su possession: que es fecho en este Pueblo

[31] Compañía Jesús (1676-1702). Archivo General de la Nación (Buenos Aires). Legajo 2 [409]. Sala IX 6-9-4.
[32] Compañía Jesús (1676-1702). Archivo General de la Nación (Buenos Aires). Legajo 2 [409]. Sala IX 6-9-4.

delos Reyes de el Yapeiu em veintiocho de Noviembre de mil seicientos, y noventa y nuebe.[33]

Desse modo, para resolver esse litígio de terras, além de esclarecer sobre as doações realizadas por índios, também foram feitos acordos entre padres dos povos, para que nenhum alegasse injusta. Assim, negociavam o espaço pertencente a cada povoado, e se fosse necessário, os recursos naturais, bem como, todos os elementos importantes para o desenvolvimento da população missioneira.

A criação da redução de La Cruz, do lado ocidental do rio Uruguai, teve que utilizar o espaço que pertencia a Yapeyu, e também sua estância, do lado oriental ocupou uma parte que pertencia à estância de Yapeyu, isto provocou muitos atritos entre as duas reduções. Com isso, percebe-se às disputas entre as reduções da Província Jesuítica do Paraguai, especialmente por terra e recursos naturais. Assim, os conflitos internos se estenderam por longa data até que conseguissem entrar num acordo para resolver e as repercussões foram diretas no desenvolvimento desses espaços.

Referências Bibliográficas

ALVEAR, Diego de. Relacion Historica y Geográfica de la Provincia de Misiones. *Documentos de Geohistoria Regional* Nº 12, Instituto de Investigaciones Geohistoricas. Resistencia: Conicet, 2000.

BARCELOS, Artur H. F. Os jesuítas e a ocupação do espaço platino nos séculos XVII e XVIII. *Revista Complutense de Historia de América*, 2000, n. 26, p. 93-116.

CUSHNER, Nicholas P. *Jesuit Ranches and the Agrarian Development of Colonial Argentina.* 1650-1767. Albany: State University of New York Press, 1983.

GAY, Cônego João Pedro. *História da República Jesuítica do Paraguay: desde o descobrimento do Rio da Prata até nossos dias, ano de 1861*. Rio de Janeiro: Instituto Historico e Geographico Brasileiro, 1863.

LEVINTON, Noberto. *El espacio jesuítico-guaraní: la formación de una región cultural*. Asunción Paraguay: Asunción: CEADUC, 2009.

MORAES, María Inés. *Mundos rurales. Nuestro tiempo*, libro de los Bicentanarios. Montevideo, Uruguay, 2013-2014.

PAGE, Carlos A. Cartas del general Francisco Retz a la Provincia del Paraguay. *IHS. Antiguos jesuítas en Iberoamérica.* Córdoba: Centro de investigaciones sobre Sociedad y Cultura (CIECS) - Consejo Nacional de Investigaciones Cientificas y Técnicas (CONICET) – Universidad nacional de Córdoba (UNC), Vol. 1 nº 2, dezembro, 2013, p. 259-322.

[33] Compañía Jesús 1676-1702. Leg. 2; 409; S. IX 6-9-4, Doc. 850. Buenos Aires: Archivo General de la Nación.

Parecer del P^{e} Anselmo de la Mata de la Compañia de Jesus sobre el esclarecim^{to} de tierras del Pueblo de Yapeyu en el pleito seguido del de La Cruz, hecho en 13 de noviembre de 1696. Compañía Jesús (1676-1702) Leg. 2; 409; S. IX 6-9-4, Doc. 850. Buenos Aires: Archivo General de la Nación.

PASTELLS, R. P. Pablo, S. J. *Historia de la Compañía de Jesús en la Provincia del Paraguay* (Argentina, Paraguay, Uruguay, Perú, Bolivia y Brasil) según los documentos Originales del Archivo General de Indias.Tomos I a VIII, Madrid: Libreria General de Vistoriano de Preciados, 1912.

SANTOS, Júlio Ricardo Quevedo dos. A economia agropastoril missioneira. In MAESTRI, Mário; BRASIL, Maria do Carmo (org.). *Peões, vaqueiros e cativos campeiros: estudos sobre a economia pastoril no Brasil*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo. 2009, p. 15-50.

PERMANÊNCIA DE MOLDES COLONIAIS – ESTUDO DE CASO DA ALFÂNDEGA DE URUGUAIANA (1851-64)

Mariana Flores da Cunha Thompson Flores[34]

Faziam parte da estrutura político-administrativa do Império Marítimo Português laços de dominação que poderiam parecer frouxos se comparados com impérios clássicos (como o romano ou o Sacro Império Romano Germânico) ou com a forma de dominação castelhana. A imensidão do Império Português tornava inviável estender a todo o território uma dominação direta e homogênea e, sendo assim, as instituições de poder eram implantadas de acordo com as situações e questões locais específicas. Evidente que, dessa forma, o Império tendia a ser menos centralizado, com domínios relativamente mais autônomos, contudo, essa era o modo de dominação possível, através dessa "economia de esforços" que contemplava a capacidade de adaptação e a pluralidade (HESPANHA, 2001).

Contudo, apesar desse aparente cenário de flexibilidade administrativa, o Império português tinha, aliadas à transferência de mecanismos jurídicos e administrativos às possessões, outras estratégias de dominação mais sutis. Entre elas a chamada "economia política de privilégios" que consistia na distribuição de cargos e mercês, alianças com as famílias principais, que estabeleciam redes sociais – cadeias de poder – que ligavam o reino aos domínios (GOUVEA, 1998). Tornavam o rei, ausente fisicamente, presente através de elos que o unia aos seus vassalos ultramarinos.

A "economia política de privilégios" produzia a solidez que a administração imperial de "laços frouxos" precisava, garantindo a governabilidade. No Brasil, a disseminação da "economia política de privilégios" se deu com a Restauração portuguesa, após a União Ibérica (1580-1640), e com a expulsão dos holandeses de Pernambuco e Luanda, quando *"súditos e vassalos de diferentes regiões do Império são convocados a prestar os importantíssimos serviços de defesa de sua Coroa"*(GOUVEA, 1998, p.293). Nesse contexto, a distribuição de cargos, mercês e o estabelecimento de alianças importantes garantiram a legitimidade da Coroa recém entronada "produzindo súditos" à medida que reforçavam laços de sujeição e pertença.

Além da distribuição de cargos, a circulação por eles também configurava uma estratégia eficiente. O conhecimento acumulado nos diferentes estágios de exercício

[34] Professora da Universidade Federal de Santa Maria. Doutora em História pela PUCRS. mariclio@yahoo.com.br

administrativo consubstanciou uma forma singular de governar o Império, à medida que padrões de governabilidade iam se consolidando e disseminando por todos os cantos do Império português através da circulação de determinadas pessoas pelos mais diferentes cargos, nos mais diferentes lugares" (GOUVEA, 1998, p.304).

A rigor não se pode falar em um padrão de governabilidade português, ou em um projeto colonial hermético, se havia uma regra na forma de exercer dominação no Império Português, essa era a capacidade de mimetizar suas instâncias de poder aos contextos locais específicos, ou seja, sem moldes pré-estabelecidos. Além disso, vale acrescentar que, assim como não havia um estatuto colonial único para as diferentes possessões, tão pouco havia um corpo geral de direito que contemplasse as colônias (HESPANHA, 1998, p.169-173)

Tratava-se de um Império assentado nos poderes locais, onde governadores e vice-reis desfrutavam de poderes extraordinários, muito em função das longas distâncias com o centro político que tornavam a burocracia morosa, e, abaixo deles, donatários e governadores das capitanias também gozavam de poder autônomo considerando-se que dominavam as redes sociais locais à medida que tinham o poder de conceder terras *"enquanto a avaliação sucessiva da legalidade do uso da terra pelos sesmeiros estava a cargo de magistrados mais ou menos dependentes das elites locais*(HESPANHA, 1998, p.179).

A autora Maria Odila Leite da Silva Dias demonstra que a continuidade do processo de transição da colônia para o Império na história do Brasil, e conseqüentemente a continuidade das estruturas político-administrativas e econômicas, já haviam sido apontadas nas obras de historiadores clássicos como Caio Prado Jr. e Sérgio Buarque de Holanda. Segundo ela, a respeito da transferência da Corte de D. João VI para o Brasil, *"a sociedade que se formara no correr de três séculos de colonização não tinha alternativa ao findar do século XVIII senão transformar-se em metrópole, a fim de* ***manter a continuidade de sua estrutura política, administrativa, econômica e social****"* (DIAS, 2005, p.7).

Para tanto, pretende-se perceber a permanência no Brasil Império desses moldes lusitanos de poder e governabilidade assentados no poder e nas autonomias locais tomando o funcionamento da Alfândega de Uruguaiana, no extremo oeste do Rio Grande do Sul, em meados do século XIX, como análise de caso.

Ao analisar o comércio ilícito praticado através da fronteira oeste do Rio Grande do Sul, entre 1851-1864 (THOMPSON FLORES, 2007), um dos pontos da pesquisa centrou-se na atuação da Alfândega de Uruguaiana. Estudar a atuação da Alfândega é, obviamente, fundamental para a compreensão da dinâmica comercial e, mesmo que pareça contraditório,

revelou-se fundamental também para compreender o comércio ilícito, tanto nas ocasiões em que ele foi apreendido, quanto nas que não foi, seja por falta de condições, inoperância ou permissividade da Alfândega. Nesse caso, o foco foi as estratégias utilizadas pelos comerciantes-contrabandistas, aliadas às práticas de corrupção de empregados públicos desta repartição, para realizar com sucesso o comércio ilícito.

A partir de 1844, são criadas Comissões para fiscalização das arrecadações, escriturações e regularidade dos empregados no exercício de suas funções nas Alfândegas. Foi em função da atuação da primeira Comissão na Alfândega de São Borja, devido às inúmeras irregularidades encontradas, que esta repartição foi suprimida, em 1849, e transferida para Uruguaiana juntamente com a criação das Mesas de Renda de Jaguarão, Itaqui, e São Borja, sendo que as duas últimas ficaram sob jurisdição de Uruguaiana. Enquanto a Alfândega esteve sediada em São Borja, os respectivos inspetores se deslocavam pela fronteira (Uruguaiana, Quaraí e Itaqui) e, de cada localidade, despachavam usando a denominação daquele lugar.

Evidente que a transferência da sede da Alfândega de São Borja para Uruguaiana não se deu apenas em função das irregularidades encontradas pela Comissão de fiscalização de 1849. Havia uma grande demanda para tal mudança. A transferência para Uruguaiana respondia à necessidade do crescente comércio que por ali se formava sem, contudo, dispor de um meio de fiscalização. Nesse sentido, a criação da Alfândega em Uruguaiana deveu-se, não apenas a uma tentativa de coibir o contrabando, mas a uma possibilidade de arrecadação em um lugar onde o comércio desenvolvia-se a passos largos.

Uma vez estabelecida a Alfândega em Uruguaiana, esperava-se, por certo, que o contrabando fosse controlado e a arrecadação dos impostos comerciais se incrementasse. Contudo, é necessário considerar a deficiência técnica enfrentada pela repartição, no sentido de precárias condições de trabalho, o que gerava conseqüências diretas no cumprimento satisfatório de suas atribuições. Nesse sentido, era comum que o quadro de empregados raramente estivesse completo, e a carência de funcionários gerava o acúmulo de funções. Os funcionários atuavam como substitutos, na falta de alguém especificamente nomeado para determinada função, ou como interinos, quando do impedimento de algum funcionário para exercer o cargo.

Se a falta de condições de trabalho pode justificar muito da deficiência da atuação da Alfândega de Uruguaiana, contudo, não pode ser responsabilizada por todo o problema. A não apreensão de contrabandos também se deveu, muitas vezes, à corrupção dos empregados públicos que estabeleciam alianças com grupos de interesse ligados ao comércio. Estes se

relacionavam de diferentes formas com a estrutura alfandegária, dependendo do inspetor que estava no comando, mantendo uma estrutura, de certa forma, solidificada de funcionamento entre o comércio local e a estação fiscal, com alguns padrões de procedimento que mantinham protegidos os interesses dos negociantes. O contrabando podia se dar pela passagem de mercadorias por passos de fronteira desguarnecidos, mas também era passível de ser passado por dentro da própria Alfândega, valendo-se de estratégias consolidadas que aparecem permanentemente ao longo das diferentes gestões de inspetores.

Para compreender como esses procedimentos se sedimentaram no funcionamento da repartição é preciso ter em conta que os funcionários da Alfândega de Uruguaiana, desde sua instituição, variaram muito pouco. Eram pessoas, nem sempre naturais do lugar, mas estabelecidas na região em função de serem empregados públicos e de terem se atrelado aos diferentes grupos de interesse existentes. Nesse contexto, a cada novo inspetor que assumia a chefia da Alfândega deveria haver um período de ajuste entre o recém chegado, os empregados que já estavam lá situados e as redes sociais locais.

Há uma constante no sentido de que um Inspetor que pretendesse moralizar efetivamente o funcionamento da fiscalização não conseguiria permanecer por muito tempo no cargo. Mesmo sendo um funcionário que desfrutava de respaldo político, haja vista que os Inspetores de Alfândega eram nomeados pelos altos escalões do poder, por indicação do Ministro da Fazenda e anuência do Presidente da Província e Inspetor Geral, caso resolvesse pelo enfrentamento com os "locais", poderia sofrer diversos tipos de retaliação, ameaças, atentados contra sua vida e/ou ver-se envolvido em processos como os Autos de Responsabilidade (em que um funcionário público é apontado com envolvimento em irregularidades, atos de corrupção/concussão). Esses processos corriam, muitas vezes, apenas localmente, não saíam da Comarca, desse modo os Inspetores poderiam ficar enfraquecidos politicamente nessa disputa.

Considerando que as conclusões de Stuart B. Schwartz (1979) a respeito da incrível habilidade da sociedade colonial para "abrasileirar" os burocratas possam ser colocadas para a sociedade imperial, no sentido da capacidade de cooptação de funcionários enviados pelo poder geral pelas redes locais, podemos inferir que a maior parte dos inspetores designados para a Alfândega de Uruguaiana tenham se acomodado nessas redes. Na realidade, tratava-se de uma "mão de duas vias". Se para sua permanência no cargo os inspetores precisavam se atrelar às redes locais, por outro lado, as redes locais também precisavam do respaldo de pessoas que ocupavam determinados postos de poder. Segundo João Fragoso, em sociedades pré-industriais

o sucesso dos negócios dependia da "boa vontade" de sujeitos que ocupavam importantes cargos públicos (FRAGOSO, 2005, p.146). Nesse sentido, alianças eficientes deveriam ser polivalentes, atuando em diferentes meios políticos e econômicos, funcionando como um *"mecanismo de defesa e coesão do elitismo"* (DIAS, 2005, p.28).

Uma forma, que encontrei, de me aproximar das relações estabelecidas de aceitação, ou não, dos inspetores foi através dos posicionamentos da Câmara de Vereadores em relação a eles. Tomei a Câmara de Vereadores como parâmetro, pela razão óbvia de que ela constitui a representação do poder político do município por excelência, sendo espaços respeitados e disputados, mas, especialmente nesse caso, porque percebi que a Câmara de Vereadores agia como interlocutora dos interesses da praça comercial em muitos casos.

A correspondência da Câmara destinada ao gabinete da presidência da província é um dos meios pelos quais se pode ter acesso ao posicionamento dessa elite política local, em relação às diferentes inspetorias, à medida que eles expõem suas reclamações, ou bajulações, a respeito dos inspetores para o poder central da província. Ao longo dos Autos de Responsabilidade, outros representantes do poder local, como juizes de paz, juizes municipais, delegados e subdelegados de polícia também se manifestam positiva ou negativamente em relação aos inspetores da Alfândega.

Thomaz Francisco Flores foi, efetivamente, o primeiro Inspetor da Alfândega de Uruguaiana. Sua indicação para o cargo, feita pelo Inspetor da Tesouraria da Fazenda, Rafael Arcanjo Galvão, foi justificada em função de sua *"luta aberta contra a fraude habitual de lugares tão distantes da Capital aonde parece que apenas havia noticia, mas não se sentirão nunca os effeitos da Legislação Fiscal"*.

Sua primeira ação, de que se tem conhecimento à frente da Alfândega de Uruguaiana, foi, ainda funcionando como adido, a investigação de *"um plano formado entre diversas pessoas"*, incluindo funcionários da Alfândega, que através de denúncias falsas de contrabando chantageavam comerciantes para que a denúncia fosse retirada.[35] Para tanto, reuniu declarações de onze comerciantes estabelecidos em Uruguaiana, que teriam sido vítimas da cilada ou que sabiam do ocorrido, e, juntamente com um ofício esclarecendo os fatos, encaminhou a reclamação por punição dos criminosos ao Inspetor da Fazenda para que chegasse ao Presidente da Província, João Lins Vieira Cansansão de Sinimbú. A resposta do Palácio da Presidência veio em um ofício de 27 de abril de 1853 e tratava de responsabilizar o escrivão da Alfândega, Anacleto Nolasco Rodrigues Paz, que estava envolvido no crime.

[35] APERS. **Poder Judiciário. Cível e Crime**. Processos Crime. Alegrete - Maço 78, nº 2754, ano 1853.

Rapidamente a Câmara buscou meios de demonstrar sua insatisfação com esse inspetor, que interferia no andamento das questões locais. Em 4 de janeiro de 1853, a Câmara enviou correspondência ao inspetor para reclamar da sua atitude de cobrar impostos sobre a carne fresca e *"outras miudezas comestíveis"* vindas do outro lado do rio[36].

Contudo, no dia 18 do mesmo mês, o inspetor respondeu à Câmara justificando o porquê permaneceria cobrando as taxas de importação das *"miudezas comestíveis"*. Segundo ele, a livre passagem desses alimentos (batata, mandioca, milho e queijo) *"he o quanto basta para não só matar alguma industria semelhante neste Município, como alimentar nelle a preguiça e a ociosidade (...)"*. Diante da intransigência do inspetor, a Câmara se fez representar através de ofício encaminhado ao gabinete do Presidente da Província, em 12 de março de 1853, denunciando as indelicadezas de Thomaz Flores de quem dizem *"não saber apreciar as localidades e a posição dos lugares"* e, dessa forma, vinha interferindo no funcionamento consolidado das coisas: *"Não questiona Exmo. Snr esta Câmara se a Lei authoriza ou não a cobrança indicada, estranha tão somente que ella nunca estivesse em uso antes, e que agora este Inspector enverga-se mais que as seus antecessores"*.[37]

A orientação das atitudes de Thomaz Flores na Alfândega não pareceu ter sido abalada em função da oposição que sofreu por parte do poder local e, dessa forma, empreendeu sua próxima ação sobre um empregado da Alfândega, Antonio Vianna de Andrade, em outubro de 1853.[38]

Antonio Vianna de Andrade era Guarda da Alfândega e, segundo o ofício do Inspetor para o Juiz Municipal Luiz Carlos Magalhães, no dia 1º de outubro de 1853, foi preso em flagrante por ter proferido injúrias, calúnias e feito ameaças ao Inspetor na presença de testemunhas. Além disso, declarou que não reconhecia a Thomaz Francisco Flores como seu superior.

Os reveses em decorrência dessa postura aconteceram rapidamente.

Thomaz Francisco Flores foi apontado como réu em um Processo Crime de Tentativa de Homicídio[39], em fevereiro de 1854, por ter desferido um tiro em Fernando Viera de Carvalho, escrivão da Alfândega desde 08 de maio de 1850. No decorrer do processo, descobre-se que havia uma premeditação por parte de vários desafetos do inspetor para que uma

[36] AHRGS. **Câmara Municipal de Uruguaiana – Correspondência Expedida** 1850/1858. A.MU-337 Cx 182. nº220.
[37] APERS. **Poder Judiciário. Cível e Crime**. Processos Crime. Alegrete - Maço 78, nº 2754, ano 1853.
[38] APERS. **Poder Judiciário. Cível e Crime**. Processos Crime. Uruguaiana - Maço 60, nº 2341, ano 1854.
[39] APERS. **Poder Judiciário. Cível e Crime**. Processos Crime. Uruguaiana - Maço 60, nº 2338, ano 1854.

determinada situação ocorresse e culminasse com o disparo (não mortal, uma vez que o cartucho só estava carregado com pólvora) pelo Inspetor contra o escrivão Fernando, o que possibiliatava a abertura de um processo contra Thomaz.

As "perseguições" empreendidas pelo Inspetor ainda renderam mais reações. Em dezembro de 1853, Thomaz recebeu uma ameaça de morte vinda de Salto Oriental onde dizia:

> "Um amigo de voça mercê lhe previne que se ponha em salvo que lhe consta que há um complô tramado para assassinar porque disem que voça mercê he mui de mau coração para com todos e que suas Arbitrariedades não tem termos porque todos os dias está tomando medidas de despotismo e fasendo barbaridades de toda a classe, em fim aqui lhe posso assegurar é que voça mercê vai morrer assassinado mui pompto por vários patrícios que hão vindo dessa lhe hão dito aqui a gritos e sem reserva"[40]

Na trama dessa rede de alianças e oposições, fica evidente que o problema fundamental foi o fato de Thomaz Francisco Flores ser alguém de fora da paróquia, mas que não representava diretamente os interesses locais e que não quis se enquadrar de todo nos usos do comércio da região.

O inspetor acabou absolvido no processo de tentativa de homicídio, no entanto, isso não desanimou seus opositores, pelo contrário, abriu um novo e último capítulo nessa disputa. Exatamente um dia após a sentença final, Thomaz Francisco Flores foi acusado novamente em um Auto de Responsabilidade.[41]

A autoria do processo é da Justiça, através do Promotor Público Manoel Joaquim de Almeida. Esse foi o último processo sofrido por ele, enquanto Inspetor da Alfândega de Uruguaiana, já que foi demitido em 6 de outubro deste mesmo ano. São apontados também como réus nesse processo o empregado da Alfândega José Vicente de Oliveira e o ex-guarda da mesma repartição Antonio Vianna de Andrade. Contudo, suas participações nesse processo foram meramente figurativas já que haviam cumprido ordens dadas pelo Inspetor da Alfândega e por isso não poderiam ser responsabilizados diretamente.

Baseado no fato de que o Inspetor mantinha um comportamento irascível e, inclusive *"pela mais simples causa ameaçava com prizoens"*, e no fato de que aparentemente mantinha alguns comerciantes como seus protegidos, esse processo estava justificado nos seguintes termos: *"O Inspector Thomaz Francisco Flores tem causado graves perdas aos interefses da*

[40] APERS. **Poder Judiciário. Cível e Crime**. Processos Crime. Uruguaiana - Maço 60, nº 2338, ano 1854.
[41] APERS. **Poder Judiciário. Cível e Crime**. Processos Crime. Alegrete - Maço 79, nº 2785, ano 1854.

Fazenda Nacional pondo obstáculos ao commercio licito com grandes entraves, e afsim protegendo o contrabando."

Thomaz Flores permaneceu suspenso, desde 21 de fevereiro de 1854, em decorrência do processo de Tentativa de Homicídio, e só reassumiu seu cargo na inspetoria em 21 de julho do mesmo ano. Contudo, acabou sendo demitido em 6 de outubro.

A partir da demissão de Thomaz Flores, assumiu interinamente a Inspetoria da Alfândega o escriturário Candido Martins dos Santos Viana Junior. Poucos dias depois, em 14 de outubro de 1854, Caetano de Sousa Pinto foi nomeado o novo Inspetor da Alfândega de Uruguaiana.

Ao que tudo indica, o inspetor Caetano de Sousa Pinto manteve um bom relacionamento com as representações locais, pelo menos não sofreu retaliações através da instauração de Autos de Responsabilidade como seu antecessor. É possível arriscar que o motivo para o Inspetor Caetano ter cumprido dois anos no cargo sem esse tipo de incômodo deva-se ao seu ajuste às praticas do comércio da fronteira oeste. Nesse sentido, ao contrário de Thomaz Francisco Flores, que era destratado nos ofícios que a Câmara de Vereadores encaminhava ao poder provincial, Caetano desfrutava de boa aceitação.

Em um ofício, de 27 de maio de 1857, encaminhado ao Presidente da Província para reclamar da Comissão que seria instalada ali posteriormente para fiscalizar os procedimentos da Alfândega de Uruguaiana, os vereadores se manifestam em relação a Caetano em um tom de pesar pelo seu afastamento:

> "Veio porém administrar essa Alfândega o honrado e intelligente empregado Caetano de Souza Pinto, que estabelecendo ordem na administração da Alfândega, facilitando os despachos e sobre tudo, sua urbanidade, moderação e probidade attrahindo as simpathias do commercio, chamou-o a Alfândega e se não conseguio extinguir de todo o contrabando o que é mesmo impossível, elle tornou-se insensível e inteiramente reprovado. Então esta Villa e seu Commercio principiou a prosperar, e a definhar a Povoação em frente, crescendo rapidamente as Rendas da Alfândega; retirou-se porem esse Snr. deixando Geral pezar em todos commerciantes e particulares(...)".[42]

Não se trata de duvidar de que os rendimentos da Alfândega tenham realmente aumentado no período do inspetor Caetano; contudo, considerando que são os mesmos comerciantes regulares os que empreendem o contrabando, e que boa parte do comércio ilícito passa por dentro da própria Alfândega, então, se o comércio e a arrecadação da Alfândega

[42] AHRGS – **Câmara Municipal de Uruguaiana – Correspondência Expedida** 1850/1858. A.MU-337 Cx 182. nº272.

crescem, o contrabando deve crescer nas mesmas proporções. Sendo assim, fica esclarecido porque que Caetano teria caído "nas graças" dos fronteiriços.

No mesmo sentido, em relação a Marcelino Antonio da Silva, empregado da Alfândega que sucedeu Caetano na inspetoria, a Câmara também se refere com boas lembranças: *"(...) havendo lhe* [refere-se a Caetano de Sousa Pinto] *succedido o honrado Snr Capitão Marcellino Antonio da Silva sob cuja administração continuou o crescimento nas rendas da Alfândega, e a prosperidade desta localidade"*.

Não é possível precisar quando e porque Caetano se afastou, ou foi afastado, da Inspetoria. A data de sua demissão formal, em 28 de outubro de 1857 (BARBOSA, 1979, p.335), foi muito depois do seu afastamento, e, enquanto isso, Marcelino ficou a frente da repartição até 23 de março de 1857. Em 27 de março de 1857, chegou em Uruguaiana uma Comissão de fiscalização composta por dois funcionários de Rio Grande, Joaquim Manoel de Azevedo e Abel Pires de Oliveira, para coordenar e investigar esta Alfândega.

A Comissão havia sido designada através de portaria, de 28 de fevereiro, da Tesouraria da Fazenda para examinar os despachos feitos na Alfândega de Uruguaiana. Segundo o oficio do chefe da Comissão ao Inspetor da Fazenda, a Alfândega de Uruguaiana tinha se tornado *"huma veradeira casa de comercio, onde os negociantes ajustavão com o chefe e o Feitor Conferente o preço por que devião pagar suas facturas"*.

A atuação da Comissão, cotejada com as manifestações da Câmara de Vereadores em relação a ela, deixa transparecer que sua intenção era a de, mais uma vez, tentar organizar a Alfândega de Uruguaiana. O aborrecimento causado pela Comissão é comparado repetidas vezes aos que foram causados ao comércio local no tempo do inspetor Flores, o que pode sugerir que ambos períodos foram marcados pela atuação de pessoas a frente da Alfândega, que não se harmonizaram com os procedimentos do local.

O período da Comissão se conclui quando foi nomeado, em 5 de fevereiro de 1859, o inspetor Antonio José Caetano da Silva, que assumiu o cargo em nove de maio deste ano. Novamente a Alfândega de Uruguaiana dispunha de um inspetor efetivamente designado para aquele cargo depois de longos anos sob o comando de inspetores improvisados durante a vigência da Comissão. Contudo, irrompeu outra vez um período de grande estabilidade, no que se refere à manutenção das lógicas comerciais locais, e instabilidade, no sentido de sucessivos inspetores apontados, por grupos de interesse não beneficiados, como envolvidos em práticas de corrupção em função do contrabando.

Referências Bibliográficas:

BARBOSA, Eni. **O Órgão Fazendário no Rio Grande do Sul (1831-1859).** Porto Alegre: PUCRS, 1979. Dissertação de Mestrado.

BOXER, Charles R. **O império marítimo português. 1414-1825.** 1ª edição:1969.

BICALHO, Maria Fernanda. "As Câmaras Ultramarinas e o governo do Império" In: **O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem: a elite imperial. Teatro de sombras: a política imperial.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. "A interiorização da metrópole". In: **A interiorização da metrópole e outros estudos.** São Paulo: Alameda, 2005.

DOLHNIKOFF, Miriam. **O Pacto Imperial: origens do federalismo no Brasil.** São Paulo: Globo, 2005.

FIGUEIREDO, Joana Bosak de. **O Rio Grande de São Pedro entre o império do Brasil e o Prata: a identidade regional e o estado nacional (1851-1865)**. Porto Alegre: UFRGS, 2000. Dissertação de Mestrado.

FRAGOSO, João. "Potentados coloniais e circuitos imperiais: notas sobre uma nobreza da terra, supracapitanias, no Setecentos. In: **Optima Pars – Elites Ibero-Americanas do Antigo Regime.** Lisboa: ICS, 2005.

GARAVAGLIA, Juan Carlos. **Poder, conflicto y relaciones sociales: el Rio de la Plata, XVIII – XIX.** Rosário: Homo sapiens Ediciones, 1999.

GOUVEA, Maria de Fátima Silva. "Poder político e administração na formação do complexo atlântico português – 1645-1808." p.288.289. In: **O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX.** Rio de Janeiro; Editora da UFRJ, 1997.

HESPANHA, Antonio Manuel. "Estruturas político-administrativas do Império Português". In: www.hespanha.net/papers/2001.

HESPANHA, Antonio Manuel. "A constituição do Império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes." p.169-173. In: **O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

HESPANHA, Antonio Manuel. "Depois do Leviathan". In: **Almanack Brasiliense.** nº 5, maio de 2007. pp.55-66.

MARTINS, Maria Fernanda V. **A Velha arte de governar – Um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889).** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

SCHWARTZ, Stuart B. **Burocracia e sociedade no Brasil colonial.** São Paulo: Perspectiva, 1979.

SOUZA, Laura de Mello e. **O Sol e a sombra – política e administração na América portuguesa do século XVIII.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

THOMPSON FLORES, Mariana F. da C. **Contrabando e contrabandistas na fronteira oeste do Rio Grande do Sul (1851-1864).** Porto Alegre: PPGHIST/ UFRGS, 2007. Dissertação de Mestrado

FRONTEIRA: ESTRATÉGIA DOS TRAFICANTES DE ESCRAVOS DE SACRAMENTO (1730-1750)

Stéfani Hollmann[43]

Após o final da União Ibérica, os portugueses que estavam instalados em Buenos Aires, foram expulsos da possessão espanhola. Assim, os lusitanos foram afastados dos metais que eram escoados de Potosí via Rio da Prata. Em 1679, foi empossado o novo governador da Capitania do Rio de Janeiro, Dom Manuel Lobo. Como objetivo principal, ele deveria retomar o comércio luso-brasileiro com o Prata. Uma possessão portuguesa nesta região possibilitaria a retomada do comércio com os espanhóis, além de auxiliar na defesa do território e evitar a entrada de castelhanos. Além disso, auxiliaria no reestabelecimento econômico da Coroa Portuguesa, que passava por dificuldades financeiras, devido a sua nova independência frente a Espanha. Desta forma, em 1680 foi fundada a Colônia do Sacramento do lado oposto do rio a Buenos Aires.

A posição geográfica de Sacramento era muito importante para o Império Português na América. Tanto para a defesa da região sul da América Lusitana, quanto para o comércio. Desta forma, essa pequena colônia luso-brasileira, desenvolveu-se entre militares e comerciantes, que a tornaram importante entreposto comércio, favorecendo desta forma, o comércio interamericano. No século XVIII o comércio de cativos se tornou um dos ramos mais lucrativos, tanto nas negociações ultramarinas, quanto no comercio interimperial[44], e neste circuito mercantil estavam inseridos os traficantes de escravos sacramentinos. Por estar em região de fronteira, pela Colônia do Sacramento circularam muitas pessoas e mercadorias. A fronteira era manejada[45] pelas pessoas que habitavam ambos os lados, além de proporcionar o contato entre os súditos das coroas ibéricas. Apesar de estes homens de fronteira terem o reconhecimento de onde estava o limite territorial, não a viam como fim e sim como continuidade do território o qual habitavam. Conforme os interesses das populações fronteiriças a atuação poderia se estender para além dos limites territoriais.

A fronteira servia de forma estratégica para os indivíduos que ali habitavam, ela era importante para a mobilidade da elite agrária, e em Sacramento também se verificou a

---

[43] Graduada em História e Mestranda em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

[44] "Clandestino e ilegal: O contrabando de escravos na Colônia do Sacramento (1740-1777)". In: XAVIER, Regina Célia Lima. "Escravidão e Liberdade: Temas, problemas e perspectivas de análise". Alameda Casa Editorial (2012).

[45] Uso o conceito de fronteira desenvolvido por THOMPSON FLORES, Mariana F. da C. Apologia à fronteira (manejada): uma proposta conceitural. In: Crimes de fronteira: a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889). Porto Alegre: PUCRS, 2012.

importância dela para a elite mercantil. Sacramento tal como outras regiões fronteiriças, que serviam como espaços estratégicos, onde as decisões nem sempre passavam pelos cargos administrativos, pois as fronteiras iriam além das leis da metrópole, ela era formada pelas "gentes" da fronteira que a manejavam conforme seus interesses sociais e econômicos[46].

Os traficantes de escravos da Colônia do Sacramento souberam muito bem utilizar a região de fronteira a seu favor. Apesar dos esforços do governador de Buenos Aires em conter o comércio ilícito que ocorria entre a América Espanhola e a América Portuguesa via Rio da Prata. O que estes homens faziam era esvaziar a fronteira de sentido, apesar de saber onde passava a linha limítrofe, e passavam sobre o aparato burocrático do Estado para tratarem dos interesses econômicos. A fronteira não é algo rígida e possui suas estratégias próprias, como por exemplo, a do contrabando. A prática mercantil ilícita, por vezes era tolerada, pois a fronteira era vista como extensão do próprio território em que se habitava. Mesmo assim, a noção de "estrangeridade" [47] era conhecida pelos fronteiriços, pois sabiam onde era o limite estabelecido do seu território. Mas o que se sabe que a fronteira é especialmente um local de contrabando[48].

A fronteira também nos permite verificar as articulações dos comerciantes, que viviam em uma sociedade regida pela "Lei da Nobreza" se articulavam através desse limite político-geográfico em busca de enriquecimento e ascensão social. Além das relações mercantis que eram estabelecidos por ambos os lados do Rio da Prata, também havia relações de compadrio entre espanhóis e portugueses. Também é possível entender porque tantos comerciantes de diferentes praças luso-brasileiras estavam interessados em estabelecer negócio com a Colônia do Sacramento.

O comércio interamericano da Colônia do Sacramento fazia parte da "terceira perna" do tráfico de escravos e facilitou o desenvolvimento econômico da fortificação, garantindo também a autonomia dos governantes sacramentinos frente a Coroa, por vezes. Estes que tinham conhecimento do comércio ilegal desenvolvido no Prata[49], além das negociações que aconteciam com outros pontos do território português na América e fora dela. A questão é que,

---

[46] ACRUCHE, Hevelly. Escravidão e liberdade em território coloniais: Portugal e Espanha na fronteira platina. Dissertação de Mestrado. 2013.

[47] THOMPSON FLORES, Mariana F. da C. Apologia à fronteira (manejada): uma proposta conceitural. In: Crimes de fronteira: a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889). Porto Alegre: PUCRS, 2012.

[48] PIJNING, Ernst. Contrabando, ilegalidade e medidas políticas no Rio de Janeiro do Século XVIII. Revista brasileira de História. São Paulo, 2001.

[49] MILLER, Joseph C. "A economia política do Tráfico Angolano no século XVIII". In: PANTOJA, Selma; SARAIVA, José Flávio Sombra. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

desde sua fundação relacionada ao Rio de Janeiro, a Colônia do Sacramento não recebia provisões suficientes dos fluminenses para manter a praça – tanto em questões de alimentação quanto ao pagamento do soldo dos militares, que não eram poucos, devido ao caráter militar também de Sacramento – e, portanto, os governadores precisavam do auxílio dos comerciantes para torná-la sustentável[50].

Esse comércio que era realizado em ambos os lados do Rio da Prata foi viabilizado devido aos interesses de autoridades reais das duas coroas ibéricas. O tráfico era incentivado pelos mesmos que deveriam inibi-lo[51]. Chama atenção as relações dos governadores sacramentinos com os traficantes. Detenho-me aqui ao Governador Luís Garcia Bivar, o qual aparece com frequência nos registros de batismo de livres como padrinho de filhos de diferentes contrabandistas. Além disso, no período em que governou a Colônia, houve uma carta, que diversas pessoas assinaram, não apenas comerciantes, mas principalmente eles, que nela declaravam sua preferência política: quem assinava esta carta se declarava pró ou anti governo Bivar. Mostrando assim, os interesses dos traficantes em aproximar-se dos representantes reais para facilitar o contrabando. Pijning[52] também afirma que quem estimulava o contrabando eram os próprios administradores reais, além disso, o autor coloca o tráfico como uma das dimensões do comércio colonial. Todavia era de interesse de ambos, governantes e traficantes, que se mantivesse a prática do comércio ilícito nessa região de fronteira.

As relações comerciais eram ao mesmo tempo meios para a organização mercantil, mas também para assegurar acordos e relações mais pessoais, como de compadrio, por exemplo. Há muitos casos de casamentos de comerciantes sacramentinos com mulheres com pais ou de origem de Buenos Aires provando que as relações mercantis não terminavam em um simples pagamento de dívida.

O tráfico de escravos era tão importante para a economia da Colônia do Sacramento, que houve um período que aproximadamente metade da população era de escravos, sendo que não havia atividades econômicas que necessitasse do uso intensivo da mão de obra escrava.

---

[50] POSSAMAI, Paulo César. O cotidiano da Guerra: a vida dos soldados na Colônia do Sacramento (1715-1735), 2001.

[51] KUHN, Fábio. "Tráfico negreiro para a Colônia do Sacramento através das fontes paroquiais: algumas considerações metodológicas". Paper apresentado na V Reunião do Comitê Acadêmico História, Regiões e Fronteiras da AUGM. Mar del Plata, Argentina, abril de 2014.

[52] PIJNING, Ernst. Contrabando, ilegalidade e medidas políticas no Rio de Janeiro do Século XVIII. Revista brasileira de História. São Paulo, 2001.

Portanto, grande parte dessa população africana escravizada era temporária[53], que seria comercializada com Buenos Aires. Importante lembrar também, que Sacramento dependia do comércio interno que realizava com o nordeste brasileiro e principalmente com o Rio de Janeiro, aumentando assim a rede de venda e contato, tornando-se assim um importante porto tanto para portugueses quanto para espanhóis na América.

Outro fator que contribuiu para o desenvolvimento positivo do Comércio com Buenos Aires era que o porto da Colônia de Sacramento era o melhor para o recebimento de navios maiores. O Rio da Prata, não é de fácil navegação, para se chegar a Buenos Aires eram necessários navios menores. Portanto, os grandes navios trazendo escravos, aportavam em Sacramento para transportarem suas mercadorias a embarcações menores e por fim, estas serem guiadas Prata adentro[54]. Os Portugueses já possuíam contatos comerciais nesta região desde o período da União Ibérica, quando já comercializavam cativos, entre outros produtos[55]. Além disso, Buenos Aires ligava o interior da América Portuguesa ao oceano Pacífico, tal como ao Oceano Atlântico, que era uma via de acesso ao litoral da América Portuguesa, bem como uma rota mais fácil para a Espanha.

Devido ao Tratado de Tordesilhas, a Espanha acabou sem colônias no continente africano, para obter cativos africanos[56], assim, para terem acesso a mão de obra escrava os *criollos*[57] tinham duas opções: ou comercializavam com os britânicos, aos quais foi concedido posteriormente um período de *asiento* (tanto em Buenos Aires, como no Caribe[58]) para a venda monopolizada de cativos; ou contrabandeavam com os portugueses estabelecidos em Sacramento. A diferença de valores na compra dos cativos era tanta, que era preferível por muitos homens correr o risco de não passar pela fiscalização ao tentar contrabandear, do que pagar três vezes mais por um comércio autorizado com os britânicos.

O Comércio entre os dois lados do Rio da Prata era dado conforme a presença inglesa em Buenos Aires. Não apenas escravos eram comercializados, mas também cachaça e açúcar[59].

---

[53] KUHN, Fábio. “Clandestino e ilegal: O contrabando de escravos na Colônia do Sacramento (1740-1777)”. In: XAVIER, Regina Célia Lima. “Escravidão e Liberdade: Temas, problemas e perspectivas de análise". Alameda Casa Editorial (2012).

[54] PRADO, Fabrício. Colônia do Sacramento. O extremo sul da América Portuguesa. Porto Alegre. 2002

[55] CANABRAVA, Alice Piffer. O Comércio português no Rio da Prata: 1580-1640/ A. P. Canabrava – Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1984.

[56] BORUCKI, Alex. The Slave Trade to the Río de la Plata, 1777-1812: Trans-Imperial Networks and Atlantic Warfare. In: Colonial Latin American Review, vol. 20, No. 2011.

[57] Termo utilizado para designar os espanhóis na América

[58] O’MALLEY, Gregory E. Final Passages. The Intercolonial Slave Trade Of British América, 1619-1807. 2014. North Carolina Press.

[59] PRADO, Fabrício Pereira. Colônia do Sacramento: a situação na fronteira platina no século XVIII. 2003.

A presença inglesa dificultou o comércio entre luso-brasileiros e espanhóis, nesta região da América – pois vendiam outros produtos além de escravos -, no entanto, mesmo com o *asiento* britânico em Buenos Aires, houve comércio entre ambos os lados do Rio da Prata, embora tenha aumentado significativamente os negócios a partir da década de 1740, quando ocorreu o fim do monopólio inglês na bacia platina. Sabe-se que o maior fluxo comercial no setecentos foram desenvolvidos na ilegalidade[60]. O comércio realizado entre sacramentinos e portenhos era um dos principais fatores de prosperidades da praça, segundo relato do governador Antônio Pedro de Vasconcelos[61].

Outro fator que colaborou para o crescimento do tráfico de escravos foram as reformas realizadas pela dinastia Bourbon na Espanha que evocaram o uso da mão de obra escrava[62]. Vendo a possibilidade da rápida liquidez de cativos, os portugueses se especializaram no tráfico de escravos para a região platino no século XVIII[63]. As reformas bourbônicas aumentaram a independência econômica dos territórios espanhóis na América – não de forma proposital, mas devido à ineficiência da burocracia espanhola a partir de então, as colônias precisaram se tornar autossuficientes. Além disso, a maior parte das reformas bourbônicas estava relacionada com o tráfico livre, sem precisar passar pelos portos espanhóis. Com as mudanças nos registros de navegações algumas regiões da América Espanhola deixaram de ser abastecidas, precisando comerciar com comerciantes de origens distintas para se manter.

A partir do momento que a administração lusitana verificou o grande fluxo de navios carregados de escravos para o sul da América Portuguesa, uma série de medidas foi criada para controlar a entrada e saída de cativos[64]. A ideia era evitar que os cativos fossem desviados das regiões que tinham maior peso na economia colonial, como Rio de Janeiro e Bahia. Diferentemente da metrópole os negociantes luso-brasileiros, como os fluminenses, preocupavam-se em manter as relações comerciais com o sul do Brasil, tanto o território rio-

---

[60] MILLER Joseph. Way of Death Merchant Capitalism and the Angolan Slave Trade, 1730–1830. 1988.

[61] POSSAMAI, Paulo. A Colônia do Sacramento vista pelos viajantes (século XVIII). *In*: Estudos Ibero-Americanos, PUCRS, v.38. 2012

[62] BORUCKI, Alex. Las rutas del tráfico de esclavos hacia el Rio de la Plata, 1777-1812. (2009) Disponível em <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos4/alexborucki.pdf> Acesso 06.set.2014.

[63] KUHN, Fábio. “Clandestino e ilegal: O contrabando de escravos na Colônia do Sacramento (1740-1777)”. In: XAVIER, Regina Célia Lima. “Escravidão e Liberdade: Temas, problemas e perspectivas de análise". Alameda Casa Editorial (2012).

[64] BERUTE, Gabriel. Dos escravos que partem para os portos do Sul – Características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul, c. 1790 – c.1825. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em História/UFRGS, dissertação de mestrado, 2006.

grandense quanto a Colônia do Sacramento[65], pois o lucro final era muito significativo nas negociações com essa região.

A Colônia do Sacramento era a porto dos fundos da América Portuguesa e por isso, uma importante fortificação militar. Além disso, ao longo do período de dominação portuguesa se mostrou um importante porto mercantil. Os traficantes de escravos sacramentinos utilizaram muito bem da posição geográfica que ocupavam na América, para buscar ascensão social dentro da sociedade de Antigo Regime. Apesar, destes comerciantes não terem somados montantes tão grandes quanto os traficantes das praças luso-brasileiras que tinham acesso direto ao Oceano Atlântico, conseguiram distinção social dentro das suas redes de contato. A fronteira é móvel, manejada e em movimento conforme necessidade e interesses particulares dos traficantes de escravos.

Referências Bibliográficas:

ACRUCHE, Hevelly. **Escravidão e liberdade em território coloniais: Portugal e Espanha na fronteira platina**. Dissertação de Mestrado. 2013.

BERUTE, Gabriel. **Dos escravos que partem para os portos do Sul – Características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul, c. 1790 – c.1825**. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em História/UFRGS, dissertação de mestrado, 2006. BORUCKI, Alex. The Slave Trade to the Río de la Plata, 1777-1812: Trans-Imperial Networks and Atlantic Warfare. In: Colonial Latin American Review, vol. 20, No. 2011.

BORUCKI, Alex. **Las rutas del tráfico de esclavos hacia el Rio de la Plata, 1777-1812**. (2009) Disponível em <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos4/alexborucki.pdf> Acesso 06.set.2014.

CANABRAVA, Alice Piffer. **O Comércio português no Rio da Prata: 1580-1640**/ A. P. Canabrava – Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1984.

KUHN, Fábio. "Clandestino e ilegal: O contrabando de escravos na Colônia do Sacramento (1740-1777)". In: XAVIER, Regina Célia Lima. "**Escravidão e Liberdade: Temas, problemas e perspectivas de análise**". Alameda Casa Editorial (2012).

KUHN, Fábio. **"Tráfico negreiro para a Colônia do Sacramento através das fontes paroquiais: algumas considerações metodológicas".** Paper apresentado na V Reunião do Comitê Acadêmico História, Regiões e Fronteiras da AUGM. Mar del Plata, Argentina, abril de 2014.

[65] OSÓRIO, Helen. "Comerciantes do Rio Grande de São Pedro: formação, recrutamento e negócios de um grupo mercantil da América Portuguesa" in: Revista Brasileira de História. Vol. 20, nº 39, 2000, p. 99-134.

MILLER Joseph. **Way of Death Merchant Capitalism and the Angolan Slave Trade, 1730–1830**. 1988.

MILLER, Joseph C. "**A economia política do Tráfico Angolano no século XVIII**". In: PANTOJA, Selma; SARAIVA, José Flávio Sombra. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

OSÓRIO, Helen. "Comerciantes do Rio Grande de São Pedro: formação, recrutamento e negócios de um grupo mercantil da América Portuguesa" in: **Revista Brasileira de História**. Vol. 20, nº 39, 2000, p. 99-134.

O'MALLEY, Gregory E. **Final Passages. The Intercolonial Slave Trade Of British América**, 1619-1807. 2014. North Carolina Press.

PIJNING, Ernst. Contrabando, ilegalidade e medidas políticas no Rio de Janeiro do Século XVIII. **Revista brasileira de História**. São Paulo, 2001.

PRADO, Fabrício Pereira. **Colônia do Sacramento: a situação na fronteira platina no século XVIII**. 2003.

PRADO, Fabrício. **Colônia do Sacramento. O extremo sul da América Portuguesa**. Porto Alegre. 2002

POSSAMAI, Paulo. A Colônia do Sacramento vista pelos viajantes (século XVIII). *In*: **Estudos Ibero- Americanos**, PUCRS, v.38. 2012

POSSAMAI, Paulo César. **O cotidiano da Guerra: a vida dos soldados na Colônia do Sacramento (1715-1735)**, 2001.

THOMPSON FLORES, Mariana F. da C. Apologia à fronteira (manejada): uma proposta conceitural. In: **Crimes de fronteira: a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889)**. Porto Alegre: PUCRS, 2012.

FRONTEIRAS E IDENTIDADES NA ANTIGUIDADE CLÁSSICA E MEDIEVO: NOVOS DEBATES – coordenado por PROF.DRA. CAROLINA KESSER (UFPEL)

O Simpósio "Fronteiras e identidades na Antiguidade Clássica e Medievo: novos debates" propõe um fórum de discussão sobre a construção de fronteiras (como espaços físicos e/ou simbólicos) e sobre a formação de identidades étnicas e culturais na Antiguidade Clássica e no Medievo, por meio de novas abordagens teórico metodológicas de leitura das fontes disponíveis. Este encontro pretende oferecer um espaço de debates interdisciplinares focado nos possíveis diálogos entre fontes documentais, materiais, literárias, entre outras, em determinados períodos e espaços no mundo antigo clássico e no medievo, a fim de pontuar as contribuições das pesquisas desenvolvidas atualmente.

CONVIVÊNCIA ISONOMICA E TRAGÉDIA

Jussemar Weiss Gonçalves[1]

A tragédia tem sido colocada analiticamente nos estudos sobre a cidade de Atenas, como elemento importante na descoberta do funcionamento da política. A partir dos estudos do grupo de Paris, coração da cidade.

Como a tragédia do século V[2] reflete, constitui e se relaciona com a *pólis* ateniense? Uma resposta poderosa é dada por Vernant e Vidal- Naquet (2011), a tragédia pode ser considerada uma manifestação da cidade tornada em teatro, apresentando-se no palco perante seus cidadãos reunidos. Na esteira de Vernant e Vidal-Naquet, teóricos têm se interessado (entre outras coisas) com o contexto de festa no qual a tragédia foi realizada; a constituição e mentalidade de sua audiência; a representação das mulheres, escravos e estrangeiros; a importância da retórica nas peças e a relação entre a retórica trágica e os sofistas; e a representação de deuses e rituais religiosos. Meu primeiro interesse é focar a natureza cívica, política ou mesmo democrática da tragédia.

Para responder ao meu interesse é necessário considerar dois tipos de contexto. O primeiro é o literário: aqui eu pretendo mostrar que a poesia foi geralmente considerada como formativa e que a poesia trágica não deveria ser vista como uma exceção. O segundo contexto é político. Eu reforço que estamos olhando para esses contextos pelo modo como a audiência receberia essas peças. Eu acrescento que, ao usar o termo "contexto", não estou dizendo que esse contexto é mais importante do que as peças em si. De algumas formas o contexto precede a performance das peças; mas as peças podem também informar ou mudar aquele contexto (aqui entendido como a expectativa da audiência). Há um fluxo, se você preferir, entre as peças e a audiência, onde ambas se afetam. Além disso, nós não deveríamos nunca olhar as expectativas da audiência como um bloco monolítico ou que não muda ao longo do tempo.

Através da antiguidade os poetas foram vistos como provedores não somente de entretenimento, mas também de sabedoria. É importante que o primeiro poeta, Homero, seja visto dessa forma. Se formos até Platão, encontraremos um filósofo tentando exigir para a filosofia a posição cultural e educacional de prestígio tradicionalmente ocupada pela poesia. Particularmente nós encontramos Sócrates em Platão falando de Homero como o guia e mestre

[1] Professor Doutor da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Email- jussweiss@hotmail.com

[2] Todas as datas deste trabalho são a.C.

original de todos os grandes poetas trágicos (República 595b10–c1), e como o educador da Grécia na opinião da maioria das pessoas (República 606–7). Todo um diálogo, Íon, é devotado ao que Homero pode ensinar, embora a visão de ensino e aprendizagem apresentada por Íon não seja muito sofisticada. O Hípias Menor, entretanto, descreve uma experiência educacional bem diferente. Nesse diálogo Sócrates e Hípias argumentam sobre as características morais nos heróis homéricos e sua relação com a verdade e falsidade.

Em outro texto evidente do início do século quarto (Xenofonte, Simpósio 3.5), Nicerato explica como seu pai, preocupado em fazer de seu filho um bom homem, o obriga a memorizar tudo de Homero. A mesma conexão direta entre ler e aprender Homero e a educação do jovem é feita no quarto século por Isócrates em seu *Panegírico* (159). Podemos dizer com certeza, então, que a visão de Homero como professor era generalizada. O mesmo é verdadeiro sobre outros poetas. Um fragmento da Nova Comédia descreve uma cena de Herades sendo indagado a escolher, dentre um grupo (incluindo Homero, Orpheu, Hesíodo e os trágicos) um poeta para a sua educação. Em um fragmento de Heráclito, o mesmo admite que Hesíodo é um professor. Um filósofo posterior, Protágoras, reforça que deveríamos admitir os poetas como professores. Platão em *Protágoras* (316d2–9) declara que, como sofista, ele mesmo é um professor (de *aretê*, ou excelência), mas os sofistas são geralmente vistos com suspeita (por causa do ensino ou associação com a retórica). Curiosamente, ele então declara que os poetas (ele menciona Homero, Hesíodo e Simônides) tomaram o nome poeta somente para cobrir sua real natureza como sofistas. Se os sofistas são professores e os poetas são realmente sofistas, então, de acordo com Protágoras, os poetas são professores. A reivindicação de Protágoras aparece no epônimo diálogo platônico e, de fato, pode representar mais precisamente as visões de Platão do que de Protágoras. Certamente (eu discutirei isso melhor depois), Platão está bem preocupado com os efeitos educativos da poesia. Em Leis 653-55 ele discute o papel das artes no geral e o da poesia, em particular, na educação. Nesse capítulo das Leis (654a) Platão diz que alguém que é *achoreutos* é também *apaideutos*; ou seja, alguém que não tenha sido treinado na dança e no canto das lendas mitológicas não pode ser considerado culto. Em A República (608a-b) Sócrates diz que, por ter sido educado da maneira que foi, ele ama a poesia, mas que ele agora também sabe que a poesia não tem compromisso com a verdade. Isso nos diz duas coisas: que uma educação tradicional envolveu a poesia e que Sócrates (e Platão) competiram agressivamente com os poetas no intuito de assumir o papel educacional da poesia (DETIENNE, 1996). Platão é também muito consciente dos efeitos educacionais dos simpósios. De fato, ele se debruça sobre o tema em *As Leis* (645-50). Ele observa que os simpósios são uma espécie de análise

divertida dos ali presentes (649d10–e2). Ele também fala bastante sobre o que acontece nos simpósios, o papel da música e todo o resto, mas, podemos encontrar evidências mais fortes e diretas em Teógnis, não somente que os mesmos eram importantes na educação de jovens adultos mas que a poesia tinha também um papel principal nessa educação. Teógnis fala seguidamente de como ele pretende ensinar através da poesia e há muitos exemplos de orientação (veja, por exemplo, 31–34, 61–66, 101–8, 1165–66; veja também 415–18, 447–52, 1105–6, 1164). Mas, talvez, o exemplo mais claro de conselho esteja nas linhas 27-30, onde o poeta dirige-se a Cirno e diz que passará adiante os bons conselhos recebidos quando jovem, por ele mesmo, de bons homens (*agathoi*). O específico conselho é direto: seja sensato, não seja dado às honrarias, fama e riqueza, especialmente se estas requererem ações injustas ou indignas. Por ora, então, temos visto que os poetas eram considerados professores.

A evidência é contundente já que está presente em diversos períodos, lugares e gêneros. Mas, precisamos estar mais certos sobre o ensino da tragédia. A evidência que temos vem das *Rãs* de Aristófanes, valendo a pena uma observação apurada da obra, já que é explícita quanto à desejada função educativa da tragédia. É no debate entre Ésquilo e Eurípides que toda a fala sobre a habilidade de ensinar da tragédia ocorre. Para Ésquilo, a tragédia - pelo menos nas mãos de Eurípides- é certamente capaz de ensinar coisas ruins. Essas coisas têm a ver com o sexo: Ésquilo reclama de relações impuras nas peças de Eurípides (As Rãs 850), de incesto também (1081). Por outro lado, não existem mulheres erotizadas nas peças de Ésquilo (1043-44). Ésquilo declara que ele ensina as pessoas a querer vencer (1025-06); que sua lição, como a de Homero, tem a ver com a guerra (1034-36). Em uma nota mais geral ele declara que, enquanto os jovens têm professores os adultos têm os poetas (1054-55): poetas, ou seja, o ensino da tragédia provê a educação adulta.

Eurípides, por outro lado, diz oferecer uma instrução diferente, mais intelectual. Ele ensina as pessoas a falar (954-55; Eurípides é criticado por Ésquilo em 1069 por causa disso e pelo coro em 1491-99), a raciocinar claramente (971-75), e a fazer perguntas (977-79). O mais significativo, contudo, é a resposta que Eurípides dá à pergunta de Ésquilo sobre o porquê dos poetas serem respeitados: “Por inteligência e orientação, e porque nós fazemos os homens nas cidades melhores (beltious te poioumen tous anthrôpous en tais polesin) (1009–10). Eurípides não somente confirma que os poetas trágicos devem ser vistos e se veem como professores; ele deixa claro também que o ensino é político, no sentido mais amplo. A linguagem na qual Eurípides expressa o fato do ensino da trágica não é desconhecida. No *Protágoras* de Platão (318e-19a) Sócrates pergunta a Protágoras o que ele ensina. A resposta do sofista lista o próprio

gerenciamento do que é seu, a melhor administração de sua casa, a vida pública e a contribuição efetiva nas questões da cidade em palavras e ações. Sócrates resume dizendo que Protágoras afirma ensinar a arte de administrar uma cidade e de transformar homens em bons cidadãos. O grego neste último ponto é similar à afirmação de Eurípides nas Rãs: ambos usam o mesmo verbo para fazer (*poioumen, poiein*); ambos entendem que os cidadãos devem ser ensinados (homens nas cidades: *tous anthrôpous en tais polesin*; cidadãos: *politas*); ambos veem o objetivo da educação enquanto melhoramento ético (melhor: *beltious*; bom: *agathous*). Nós devemos lembrar que o debate entre Ésquilo e Eurípides é, afinal, uma disputa de sabedoria (*agôn sophias*, 882) entre dois homens sábios (*sophoin androin*, 896) sobre quem é o mais sábio (*sophôteros*, 780).

A sabedoria, tal como Dover (1996) aponta, não é algo que necessariamente associaríamos aos artistas, e o fato do debate entre os dois ser construído nestes termos mostra que Aristófanes e seu público ateniense não responderam à tragédia de um modo puramente estético. Aqui não nos importa muito se é Ésquilo ao invés de Eurípides quem vence o debate: o que importa é que o vencedor é escolhido por sua sabedoria. (Ésquilo na linha 1485 é enaltecido pelo fato de saber refletir*: eu phronein*.) A instrução final dada a Ésquilo pelo coro ("salve nossa cidade" 1501) mostra a natureza política e educativa da tragédia. Agora, enquanto é verdade que temos que ser cuidadosos quando usamos a evidência de um poeta cômico (poetas cômicos tendem a exagerar quando não inventam) também devemos lembrar que o único ponto no qual os dois poetas trágicos concordam em seu debate em As Rãs é que a tragédia ensina. Mais do que isso, muitas das piadas não funcionariam se esse ponto não fosse comum. Este tipo de procedimento é típico de Aristófanes. Em *Cavaleiros*, por exemplo, ele não inventa a função da assembleia de soberanos (para aprovar leis e fazer importantes decisões políticas); e em *As Vespas* ele presume que os júris nos tribunais estejam lá para sentenciar. Em ambos os casos, Aristófanes assume que esta seja a função de uma instituição (uma função que seria óbvia para a audiência contemporânea), e satiriza o modo como as pessoas se comportam dentro dessas instituições assumindo seus papéis de acordo com suas funções. Eu sugiro que o mesmo aconteça em *As Rãs*: a função da tragédia (ensinar) é assumida; as peculiaridades estilísticas e temáticas de Ésquilo e Eurípides são usadas para prover conteúdo cômico. São por todas essas razões que eu não concordo com Malcolm Heath (1987) quando ele questiona a evidência de Aristófanes. Isto pode ser verdade, entretanto, que Aristófanes está parodiando o ensino da tragédia como algo inutilmente vago, e que sua real intenção seja que foquemos na comédia ao invés da tragédia para uma precisa orientação política. Na verdade, é possível que Aristófanes

seja condecorado com uma coroa de louros por ter, como seu coro diz em 686-87, dado um bom conselho à cidade. Ainda, o enredo de *As Rãs* tem Dionísio descendo ao submundo para encontrar um poeta trágico que pudesse aconselhar os atenienses em um momento necessário. E mesmo sendo Aristófanes perspicaz em defender a superioridade da comédia como ensino, ele ainda não altera o fato da tragédia como suposta ao ensino. Mas, talvez, não deveríamos ficar surpresos que os atenienses, e na verdade outros gregos concordem que a poesia e a tragédia muito honram essa função; em nossas fontes, de Homero até o quinto e quarto século, é discutido frequentemente o poder das palavras na intenção de produzir diversos efeitos. As palavras - e não somente as utilizadas pelos poetas, embora muito utilizadas - podem ser falsas e manipulativas (Homero, A Odisséia 13.294, 14.387, 19.203; Górgias, O elogio de Helena 9, 11; Platão, Crátilo 408c, Mênon 76e, A República 382d); elas podem aprisionar aqueles que as ouvem, por serem irresistíveis; mas positivamente, como mágica, elas podem encantar, produzindo prazer mesmo na dor (Homero, A Odisséia 4.113, 11.334, 18.282–83; Górgias, O elogio de Helena; Platão, Fedro 261a ff., 271c, Protágoras 315a, 328d, A República 413c4, 601b). As palavras podem apaziguar (Hesíodo, Teogonia 98–103) e curar e, na famosa analogia de Górgias, trabalhar no espírito da mesma forma que *pharmaka* (as drogas) trabalham no corpo (Górgias, O elogio de Helena 14; Platão, Górgias 456b; veja também Ésquilo, Agamenon 16-17; Eurípides, As Bacantes 326-27, Hipólito 478, As Troianas 472- 73). Talvez não seja uma casualidade que a maioria destas referências venha de autores que sejam ou atenienses ou relacionados com a Atenas do século IV ou V. Atenas era uma *logopolis*, uma ‘‘cidade das palavras’’ (GOLDHILL, 1986, p.57–78), e os atenienses eram, de acordo com o *Cléon* de Tucídides, *theatai tôn logôn* (“espectadores de palavras” 3.38.4).

Os atenienses tinham uma tradição já espantosa com os poderes da linguagem e adicionaram a essa um sistema político no qual a linguagem e mais particularmente a retórica era essencial. Mesmo Platão, de muitas formas um antidemocrata, diz que a linguagem é um tipo de instrumento organizador da realidade (Crátilo 388b13); isto era certamente o que a linguagem era para a democracia ateniense. O modo final de ver a tragédia como ensino é observando rapidamente a crítica ao gênero, feitas por dois grandes filósofos, Platão e Aristóteles. Platão queria a tragédia - junto com a maioria das outras formas de poesia - removida de seu estado ideal. Isso era porque, a princípio, a tragédia como uma forma de *mímese*, tinha uma relação muito indireta com a verdade; de fato, Platão com bastante frequência declara que a tragédia mente; e segundo que, na sua perspectiva, os efeitos da tragédia eram, sem exceção, perniciosos. Para Platão os trágicos e suas audiências estavam

muito interessados em reações emocionais e prazerosas. Ele acredita que o que está ausente na tragédia seja qualquer reflexão sobre as ações morais, o que para ele era o mais importante questionamento. Além disso, para ele, o contexto da performance diante de uma massa de espectadores significava que a devida educação era impossível (Platão, Górgias 502b–e, A República 604e, As Leis 655e, 876b), porque em sua visão a real educação somente ocorreria entre um aluno e um professor (Platão, As Leis 666d–667a).

Contudo, logo se percebe que o problema de Platão com a tragédia não é o fato dela não ensinar, mas precisamente o que ela ensina. Sua queixa é que a tragédia ensina de má forma coisas ruins e sua ambição era tomar o lugar desta como a principal fonte de ensinamento da tragédia na educação dos cidadãos. As visões de Aristóteles sobre a tragédia são bem mais difíceis de definir do que as de Platão. Enquanto o último é perfeitamente consciente sobre a função educativa da tragédia (embora a critique), Aristóteles não explicitamente menciona o fato. Para Platão a relação entre a tragédia e a *pólis*, ou o cidadão, é vital. *A Poética* de Aristóteles, todavia, não menciona em nada a *pólis* (HALL, 1996). Entretanto, se lermos *A Poética* com mais cuidado (juntamente com outros de seus trabalhos) veremos que o autor tem algo valioso a dizer sobre o ensinamento que a tragédia encena. Platão, como já vimos, ridiculariza a tragédia como uma *mímese* que não consegue atingir ou refletir a verdade e, por isso, não se aprenderia a verdade através dela. Na visão mais elaborada de Aristóteles, a *mímese* está diretamente ligada ao aprendizado; na verdade iniciaríamos a aprender pela *mímese* (Poética 1448b 5-9). Não somente isso, Aristóteles responde à inquietude de Platão, sobre o prazer sentido pela plateia trágica quando assiste à *mímese* trágica, dizendo que o prazer, tal qual a *mímese* é natural (por exemplo, *Ética á Nicômaco* 1177a16–17, 1177b30–31). Para Aristóteles, na verdade, o prazer e o aprendizado acontecem quando a audiência experiência a *mímese* (Poética 1448b4–17). As emoções, as quais incluem não somente o prazer, mas o medo e a piedade também, não excluem a possibilidade de reflexão, como em Platão. As emoções têm um valor intelectual em Aristóteles (assim como na moderna neurologia); elas forçam as pessoas a decidir (por exemplo, o medo em Retórica 1383a6–7), e se relacionam a um entendimento da virtude moral (por exemplo, A ética de Nicômaco 1104b11–12, 1179b24.) Para Aristóteles, a tragédia - enquanto *mímese* que produz prazer - pode ter um importante papel em educar as emoções, sendo uma importante parte da educação moral. É verdade que a declaração de Aristóteles sobre a catarse - termo chave em sua análise sobre o efeito emocional da tragédia (Poética 1449b24–28) - ainda é objeto de discussão, mas seja a catarse purgação das emoções, esclarecimento intelectual ou uma purificação espiritual, isto não importa tanto:

a tragédia ensina através da educação das emoções, até mais eficientemente, já que lida com o universal ao invés do particular (Poética 1451b5–11).

Como vimos, Platão aceita o contexto da *pólis* de ensino da tragédia, mas também critica como e o que ela ensina. Aristóteles, por outro lado, parece esquecer a *pólis*, mas compreende os benéficos efeitos emocionais e intelectuais que a tragédia pode ter. Desta forma, a resposta para minha primeira pergunta é um claro "sim". Os poetas por toda a antiguidade e em vários contextos foram supostos a ensinar: os trágicos não deveriam ser vistos como uma exceção. Além do mais, a tragédia do século V, de um lado, surgiu e refletiu a partir da mistura de uma tradição poética e filosófica e, de outro, a partir de um novo sistema político; com ambos defendidos e dependendo das várias influências da palavra. Por último, nossa pesquisa sobre as considerações filosóficas do século IV confirmam que a devida função da tragédia era o ensino.

Não é somente pelo fato da tragédia ser poesia que ela deveria ensinar. No século V a tragédia ateniense teve uma grande proeminência devido a seu contexto político. Durante este século a tragédia foi encenada no teatro de Dionísio. Esse teatro se situa abaixo da Acrópole, onde estão os principais prédios religiosos da cidade. Esse estava próximo também da *ágora*, a área que concentrava os quinhentos conselheiros da *boulê* (câmara), tribunais de justiça e outras atividades comerciais e religiosas e não estava distante da *Pnyx*, o monte onde a assembleia se reunia. Em um aspecto físico, a tragédia tem seu lugar no centro de Atenas. Esse aspecto espacial é importante. O desenvolvimento da *pólis* pode ser visto como o desenvolvimento do espaço cívico. Os gregos, em todos os lugares, pareciam valorizar a ideia do centro. Mapas do período - reconstruídos a partir de evidências literárias - têm os gregos no centro do mundo, com todos os diversos bárbaros em suas margens. Delfos é geralmente vista como o centro do mundo (veja, por exemplo, Eurípides, Medéia, v 668, Orestes v 333) e um dos primeiros filósofos, Tales, pensava ser melhor se Ionia (com suas dispersas colônias gregas) tivesse um centro (Heródoto 1.170). Em Homero, encontramos guerreiros caminhando "*es meson*" em direção ao centro (por exemplo, na Ilíada 7.55), também a ideia de pôr coisas - ideias, espólios - no meio, de forma que pudessem ser repartidos (como na Ilíada 23.704). Podemos encontrar, especialmente em Heródoto, mas também na tragédia, como a ideia de colocar coisas no meio, no centro, se torna politizada. Em Heródoto, podemos ver que a ideia de pôr coisas "*es meson*" torna-se um outro modo de expressar a ideia de entregar pelo menos algumas funções políticas ao povo. Por exemplo, no famoso debate entre três persas sobre a melhor forma de governo (um debate muito grego), a preferência de Otanes por algo como a democracia é expresso pela frase *"es meson*" (3.80.2). Quando o tirano de Samos, Meândrio, discute para entregar o poder (*tên*

archên) ao povo, novamente "*es meson*" é usada (3.142.3); similarmente, um mediador da Mantinéia reconstitui Cirene pondo as coisas "*es meson*" para o povo (*tôi dêmôi*; 4.161.3).

Voltando à tragédia, encontramos nas *Suplicantes* de Eurípides, o rei de Atenas, Teseu, se envolve em um debate com um arauto tebano quanto à melhor forma de governo. Teseu, embora rei, é um veemente (e anacrônico) defensor da democracia. Em sua fala, no debate, ele diz: "Isto é liberdade: Que homem, tendo um bom conselho para a cidade, deseja trazê-lo para o meio [*es meson*]?" (438-39). Teseu imita a linguagem técnica da assembleia aqui, mas os pontos importantes para nós são que a democracia e "*es meson*" são reunidos em uma única pergunta.

Atenas põe muita importância na ideia de centro e sua relação com a democracia. Com seu próprio centro constituído pela Acrópole, a *ágora*, a *koinê hestia* (lareira pública), o teatro e o *pnyx;* Atenas era também o centro do território de Ática e de um império que cresceu durante o quinto século; ela tornou-se também um centro de comércio e de intelectuais. Em contraste à prática da maioria dos estados gregos, as procissões religiosas de Atenas, tais como as panatenaicas, moviam-se da margem para o centro. O que acontecia no centro era crucial para a democracia: a tragédia acontecia no centro. E o que Atenas punha no seu centro era considerado uma autoridade: a tragédia dividia essa autoridade. O contexto imediato no qual a tragédia foi encenada na cidade dionísica também mostra a proeminência dada à tragédia em Atenas. Os quinhentos conselheiros, aleatoriamente selecionados, escolhiam os juízes da competição dramática pelo sistema das dez tribos estabelecidas no início da democracia por Clístenes. O arconte epônimo aleatoriamente escolhido selecionava os poemas cujas peças seriam encenadas e o *chorêgoi* que financiava os coros, argumentou que não há nada de político sobre a seleção de poetas do arconte, mas isso subestima o fato de que a decisão é tomada por um oficial de política em primeiro lugar.

As cerimônias que precediam as peças em conjunto demonstram a natureza política da ocasião. Os generais, indiscutivelmente os dez funcionários da *pólis*, derramavam libações na *orchestra*; uma homenagem do império era exibida no palco; coroas cívicas eram concedidas àqueles que tinham prestado serviços ao estado; órfãos de guerra, educados à custa do estado na ausência de seus pais; transformados através do teatro. Seria difícil imaginar um contexto mais obviamente político para o desempenho do drama. Além disso, os acontecimentos após o festival também demonstravam a sua natureza política: parece que uma assembleia foi realizada no teatro após o festival, a fim de discutir como o festival foi organizado (Demóstenes 21.8-10).

A tragédia não foi uma operação comercial. Em vez disso, foi financiada pela *pólis*, quer diretamente - pela taxa paga aos autores - ou indiretamente, através de um sistema de tributação chamado a liturgia. As liturgias impostas sobre os ricos podiam ser usadas para financiar uma variedade de coisas, tais como jogos e ginásios, manutenção de trirremes e provisão financeira para coros dramáticos (Xenofonte, Constituição dos atenienses 1,13). Ser escolhido como um *choregos* (aquele que paga por um coro) era uma espécie de honra, embora alguns tentassem o seu melhor para evitar a despesa. O custo de um *choregos* quase igualava-se ao da manutenção de um trirreme. Dada a dependência de sua marinha, isso sugere que os atenienses literalmente valorizavam a produção de suas tragédias (quase) tão altamente quanto suas ambições imperiais e a defesa da sua terra natal. Enquanto a *pólis* organizava e financiava o festival dramático, a audiência das peças provavelmente consistia de um grande número de cidadãos atenienses, pessoas com poder real no que era uma democracia direta. No entanto, exatamente quantas pessoas participaram da Cidade Dionísica é difícil de responder com certeza. A única evidência direta que temos é o Simpósio de Platão 175e, que afirma que o tamanho total do público foi de 30.000. Aristófanes parece indicar uma audiência de milhares (Vespas 1010), e o mesmo autor menciona a grande multidão no auditório. Mas os gregos não eram muito bons com números grandes (daí a confusão talvez com os números das forças persas invasoras em 480 a.C, e com os cinco mil que foram incumbidos de poder pelos revolucionários oligárquicos em 412-11 a.C.) . Nós não podemos ter certeza. O exame do local do Teatro de Dionísio e suas limitações físicas sugere um público entre 14.000 e 17.000. Desse total, quantos eram os cidadãos atenienses? Começamos com a ideia de que a tragédia é a própria cidade colocando-se no palco. Até este ponto temos visto que a tragédia foi realizada em um lugar central - com toda a autoridade política, que implicou na Atenas do século V - que foi organizada, apoiada e variadamente financiada pela *pólis*-, e que foi assistida por uma massa dos cidadãos atenienses, cidadãos que estavam sobrecarregados com o poder político e responsabilidade direta.

Em todas estas formas a tragédia pode ser vista como tendo sido um discurso central da *pólis*. A tragédia, como parte das performances dramáticas na Cidade Dionisíaca, foi uma das principais instituições políticas da democracia ateniense, juntamente com a montagem, o *boule*, e os tribunais. Estas instituições são variadamente associadas à essa evidência. A participação em todos os quatro é financiada pela *pólis*: há o *eklesiastikon* para a participação na montagem, o *dikastikon* para servir nos júris; os membros do conselho são pagos ao longo do seu ano de serviço e tem em adição assentos reservados e um fundo (o *bouleutikon*) para pagar os seus

bilhetes e poder assistir aos jogos. E há, possivelmente, pelo menos, um fundo análogo para a participação na Cidade Dionísia (o *theorikon).*

Ou seja, a tragédia incorpora os outros discursos políticos da cidade (GOFF, 1999-2000). As peças representam muitas vezes decisões difíceis sendo feitas, muitas vezes, também, em debates montados (*agônes*). A retórica, da qual a democracia ateniense tanto dependia, é frequentemente examinada. A tragédia, não apenas como poesia, mas também como uma instituição política, era "uma *paidéia* democrática em si.... Para os cidadãos comuns, o teatro trágico foi uma parte importante em suas aprendizagens de como ser participantes ativos e autônomos através de reuniões em massa e debates aberto entre os mesmos." A tragédia preencheu uma necessidade real na Atenas democrática do século quinto. Devemos também lembrar a posição estranha na qual os atenienses do século quinto encontravam-se. A vida durante o período foi "exuberante e desconcertante" (MEIER, 1991, p. 8), porque os atenienses, começando com as reformas de Clístenes em 508, embarcaram em uma aventura sem precedentes. Eles tinham inventado a democracia e, claro, isso não significa que a experiência no teatro foi a mesma que a da assembleia ou dos tribunais. Não houve tempo, no tumulto da assembleia, para se envolver em discussões abstratas. O que encontramos com a tragédia é "um corpo social realizando quase que publicamente a manutenção e o desenvolvimento das infraestruturas mentais (e do corpo dos cidadãos) (MEIER, 1991, p. 4). A tragédia foi uma instituição política. A *Oresteia*, digamos, com o seu tratamento dos temas da justiça e da função social da linguagem, ou *Antígona* de Sófocles, com o seu exame da natureza da autoridade política, ou *Medéia* de Eurípides, com seu retrato poderoso das relações entre os sexos ou suas troianas, com a sua análise dos efeitos da guerra, todos demonstram a pungente preocupação da tragédia com os problemas enfrentados pelos cidadãos atenienses (e eu apresentei apenas alguns exemplos).

Finalmente, a evidência de Plutarco (*Na Glória dos Atenienses* 348c, 350a), que diz que os políticos são muito mais úteis do que o passatempo infantil da tragédia, não quer dizer que a tragédia não foi política e não ensinou. Plutarco pode estar pensando na tragédia em seu próprio tempo, mas sua prova pode de qualquer maneira ser interpretada de forma diferente. O que é interessante é que os políticos e trágicos devem ser comparados em tudo: o que, na minha opinião, mostra que, em suas diferentes formas, eles ocuparam o mesmo espaço político.

A tragédia ática do quinto século era política. Era antes de tudo uma discussão da cidade. Entendendo sua função educativa, mas não meramente, reforçando a natureza política da tragédia. A tragédia é política no sentido em que em comum com todas as outras instituições

da Atenas democrática ensina, a sua própria maneira, isto é, a educação era política e nessa forma a *pólis* também era educativa.

Se pensarmos a tragédia de um ponto de vista apenas estético, o que é possível, mas que não esgota a especificidade da tragédia ateniense no século V, não se pode simplesmente classificar as maneiras as quais essa literatura particularmente ateniense não é Homero ou Shakespeare. Uma aproximação significativamente literária ou estética e combinada com uma tendência de ver moralidades ou dilemas morais em contraste com a ideologia, isto é, com a convivência, mas para os atenienses o que é moral, o que ideologia? São instâncias de reflexão separadas? Certamente a audiência não fazia essa diferenciação.

Universaliza-se a tragédia através de uma compreensão moral e artística que possibilitam a ela um atrativo transhistórico. Parece-me que dessa forma a tragédia perde sua singularidade em seu momento histórico.

Não podemos dizer quais eram os efeitos precisos do ensino trágico. Não existem evidencias claras entre as decisões nas assembleias serem afetadas diretamente pela tragédia. Entretanto parece-nos evidente que a tragédia ensina. Ensina a partir de sua maneira, como espetáculo teatral como lugar de discussão das problemáticas da convivência políade. A tragédia nos mostra que o ensino e a literatura ou ficção e arte não são mutuamente exclusivos que literatura política, ou seja, a tragédia, não é necessariamente doutrinação, mas pode ser beleza e exaltação. A tragédia foi uma resposta reflexiva e comum aos problemas mais importantes que afetavam os seres humanos e cidadãos na Atenas do quinto século.

Fontes:

ARISTOPHANE. **Les grenouilles**. Paris, Belles Lettres, 1998.

ARISTOTE. **Rhetorique.** Paris, Belles Lettres, 1971.

_____. **Les Metaphysique**. Paris, Belles Lettres, 1989.

_____. **Ethique a Nicomaque**. Paris, Belles Lettres, 1991.

_____. **Poétique.** Paris, Belles Lettres, 1995.

_____. **La Politique**. Paris, Gallimard, 2005.

CAMPOS, Haroldo de. **Ilíada de Homero.** São Paulo: Arx, 2003. 1 v.

CAMPOS, Haroldo de. **Ilíada de Homero.** São Paulo: Arx, 2002. 2 v.

DEMOSTHENE. **Ouvres completes**. Paris, Belles Lettres, 1987. 2 v.

ÉSQUILO. **Agamêmnon:** Orestéia I. São Paulo: Iluminuras, 2004. Estudo e Tradução de: Jaa Torrano.

HERODOTO. **Histoire**. Paris, Belles Lettres, 1956.

HESÍODO. **Teogonia:** A origem dos deuses. 2. ed. São Paulo: Iluminuras, 2014. Tradução de: Jaa Torrano.

PLATÃO. **Ouvres complete**. Paris, Belles Lettres, 1971.

PLUTARQUE. **Ouvres completes**. Paris, Belles Lettres, 1975.

TEOGNIS. **Elegias**. Madri, Cátedra, 2010.

XENOPHON. **Constittution des Atheniens.** Paris, Belles Lettres, 2008.

Referências Bibliográficas:

DETIENNE, Marcel. **Os Mestres da Verdade:** na Grécia Arcaica. São Paulo: Jorge Zahar, 1981.

DOVER. K. The contestation in Aristophane'sFrogs. In: SOMERSTEIN. **Tragedy, comedy and the polis**. New York, Bari, 1996.

EUBEM, J.P. **Greek tragedie ant politic theory**. California, University of California Press, 1986.

GOFF, B. **Try to make it real compared what? Eurípides, Electra and the play of genre**. Illinois, Classical Studies, 1999- 2000, p.93- 105.

GOLDHILL, Simon. The audience of greek tragedie. In: Easterling, P. E. **Companion to greek tragedie**. Cambridge, 1997, p. 54-68

HALL, E. Is there a polis in Aristotle's Poetics? In: SILK, O. **Tragedy and tragic: greek theater and beyond.** Londres, Oxford, 1996.

HEAT, Malcolm. **The poetic of greek tragic.** London, 1987.

MEYER, C. **La tragedie comme art politique**. Paris, Belles Lettres, 1991.

RHODES, P. J**. Nada Que ver con la democracia: El teatro Ateniense Y la Polis**. Anales de história Antígua, Medieval Y moderna. V. 39- 2006.p 1-19 Instituto de História Antígua y Medieval, Facultado de Filosofia y Letras, Universidade de Buenos Aires.

VILLACÈQUE, Noémie. **Spectateurs de paroles!:** délibération démocratique et théâtre à Athènes à l'époque classique. Paris: Pesses Universitaires de Rennes, 2013.

VERNANT, Jean-Pierre; VIDAL-NAQUET, Pierre. **Mito e Tragédia na Grécia Antiga.** 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.

VIDAL – NAQUET, Pierre. **Le Miroir Brise: tragedie athenienne et politique.** Paris, Belles Lettres, 2002.

CLITEMNESTRA, A MULHER QUE OS HOMENS NÃO QUEREM: A TRAGÉDIA E A EDUCAÇÃO DO MASCULINO

Lisiana Lawson Terra da Silva[3]

Jussemar Weiss Gonçalves[4]

Introdução

A tragédia grega é uma expressão cultural ateniense específica do século V[5] e expressa o contexto, o universo da cidade e de seus grupos sociais[6]. O universo trágico gira em torno de dois mundos, o mítico ou lendário ainda presente como uma tradição, e o mundo da cidade com seus novos valores e contextos mentais e que irá inaugurar um novo tipo de pensamento, a isonomia. A tragédia funciona como uma instituição social onde seus cidadãos ao mesmo tempo em que reconhecem as situações encenadas, questionam a ordem política da *polis.* Nesse sentido, a tragédia articula as tensões existentes entre o homem isonômico ou democrático e seus conflitos e o mundo das potências divinas, ou seja, o universo da cidade e o universo do mito[7], dos deuses, é nisso que está assentada a sua força educadora, moral e humana, a sua força estruturadora, pois o mito é a raiz principal do espírito grego[8]. Embora a cena trágica funcione como uma forma da cidade discutir os problemas que viviam os cidadãos em seu cotidiano, o mito continua a ser o objeto integral da exposição, que com a mudança dos interesses e de estilo de vida[9] o que se modifica são os pontos de vista, as formas de exposição.

A *polis* ateniense é uma sociedade cujo gênero da soberania é o masculino, apesar disso há uma constante presença do feminino nas tragédias, mas em nosso entendimento isso não

---

[3] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. lisianalawson@yahoo.com.br

[4] Professor Doutor da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. jussweiss@hotmail.com

[5] Todas as datas deste trabalho são a.C.

[6] Para uma visão mais abrangente do espetáculo trágico ver o capítulo 2, "Questão da Tragédia", no livro *Amor, sexo & tragédia* de Simon Goldhill.

[7] A mitologia grega é composta por diversos relatos dos antigos gregos sobre seus deuses e heróis. São a base de diversas fontes históricas como os poemas homéricos, "*A Ilíada*" e a "*Odisséia*", a "*Teogonia*" e "*Os trabalhos e os dias*" de Hesíodo, as poesias de Píndaro, assim como as tragédias gregas de Ésquilo, Sófocles e Eurípides.

[8] Espírito grego neste trabalho quer designar um conjunto de características sociais e mentais específicas do período, século V a.C., e da *polis* isonômica. Ver mais sobre o assunto no capítulo "O universo espiritual da polis" do livro *As Origens do Pensamento Grego* de Jean-Pierre Vernant.

[9] Mudança do estilo de vida aristocrático para o estilo de vida isonômico e políade.

representa nenhuma contradição, pois o que se observa é que essa exposição segue uma lógica formativa, ou seja, educar o olhar masculino na percepção de uma determinada criação do feminino que reproduza, não apenas, um lugar para a mulher na *polis*, como também condiciona o próprio olhar masculino sobre a mulher. Se, por um lado, existe uma expressão frequentemente repetida "os homens são a cidade" [10], por outro lado, a cidade precisa de mulheres que cumpram uma função bem determinada neste universo marcadamente androcêntrico[11].

Através desta interpretação, podemos refletir sobre como os cidadãos atenienses masculinos discutiam sobre um modelo de comportamento para o feminino que atendia aos seus anseios e usavam suas representações culturais, nesse caso a tragédia, para repetir, ensinar, educar seus concidadãos sobre a função do feminino na cidade, ser filha, esposa e mãe dos "*isóis*"[12]. Pois com o sistema políade a família sofre um processo de alteração, já que esta visa agora participar da formação dos futuros cidadãos. Para isso é preciso afirmar o lugar do feminino no mundo da cidade, uma vez que este, a partir de então, não articula-se predominantemente a partir das relações de parentesco, pois mudou o contexto sociocultural é, portanto, necessário introduzi-lo neste novo mundo masculino da *polis*.

Clitemnestra(s)

São muitas as mulheres trágicas, o feminino está representado de forma destacada em vários personagens, como deusas, protagonistas e coros. Dentro desse universo entendemos que a rainha Clitemnestra da tragédia *Agamêmnon* de Ésquilo em seus diálogos com o coro de anciãos de Argos, parece nos colocar frente a uma oposição no que tange duas formas de expressão do feminino, uma vinculada aos interesses políades, a do coro, e a outra expressa pela rainha, uma mulher que delibera como homem.

Para Brandão (2014, p. 141) pela etimologia de seu nome, Clitemnestra no mito é "a que se celebrizou por não se esquecer". Filha de Tíndaro e de Leda e irmã de Helena, Castor e

[10] A ideia de que os homens são a cidade é repetida tanto na tragédia como nas orações fúnebres. Nicole Loraux explica a origem e dá exemplos dessa ideia em seu livro *The Children of Athena* no capítulo "Autocthony: an Atenian Topic".

[11] Entendemos androcentrismo como uma construção sócio-mental que elabora representações do mundo tendo como eixo uma visão masculina. A sociedade androcêntrica estrutura-se a partir de uma valorização dos lugares masculinos, normatizando toda e qualquer relação.

[12] "ISO" quer dizer primeiramente partes iguais, dividir algo entre pessoas, dar a cada um a parte certa, igual a de outra pessoa. A partir dessa construção chega-se ao universo político como igualdade perante a lei, nomos.

Pólux. Agamêmnon cortejou Clitemnestra quando esta ainda era casada com Tântalo II, filho de Tieste, ambos inimigos mortais dos dois átridas Menelau e Agamêmnon. Este último assassinou Tântalo II e o filho recém-nascido de Clitemnestra coagindo-a em seguida para aceitá-lo como marido. Desse casamento que já começa mal nascem Ifigênia, Electra, Crisótemis e Orestes. Durante a Guerra da Troia quando a frota aqueia estava em Áulis e o adivinho Calcas declarou ser necessário o sacrifício de Ifigênia para que houvessem ventos favoráveis, Agamêmnon imolou a própria filha o que reacendeu o rancor e o desprezo de Clitemnestra. Com base nesses sentimentos a rainha gesta um plano de vingança, matar o marido, tendo como aliado Egisto, filho de Tieste e que torna-se seu amante enquanto Agamêmnon luta em Troia. Em algumas versões mais antigas (em Homero, por exemplo) foi Egisto quem tramou e assassinou Agamêmnon, mas na tragédia de Ésquilo a morte do rei foi responsabilidade de Clitemnestra.

A primeira cena de *Agamêmnon*[13] inicia com o personagem do vigia recitando o prólogo, onde ele descreve a sua tediosa vigília de um ano por seu rei que está fora há dez anos guerreando em Troia (vv 1-7). Dentro de sua fala ele deixa pistas sobre como o autor irá desdobrar o mito. A primeira delas é quando diz que é sua sina esperar por um sinal que traga a notícia da vitória, e que obedece a uma mulher que tem o coração viril, ou seja, que exerce o poder e aconselha como um homem (vv 8-11). Aqui Ésquilo já determina um tipo de caráter do personagem da rainha Clitemnestra partindo de dois pontos: o poder e a virilidade.

Nesses primeiros versos da tragédia já se anuncia que em primeiro lugar uma mulher exerce o poder na casa, o *oikos* de Agamêmnon, a rainha Clitemnestra, e, segundo o vigia, ela exerce esse poder de uma forma viril, desmedida, acima do seu papel de esposa. Helene Foley[14]destaca a recepção que esse personagem teria na plateia, pois Ésquilo mostra uma rainha que para os homens gregos era difícil de imaginar, uma esposa e mãe como uma agente moral e agindo autonomamente, que delibera como homem e em seu próprio interesse (FOLEY, 2001). É justamento esse comportamento da rainha que irá desencadear a reação do coro. Uma vez que este representa os interesses da cidade, o antagonismo que marca o diálogo entre os dois é na verdade um antagonismo entre Clitemnestra e a cidade, dois pontos de vista a respeito do feminino.

---

[13] Todas as citações da tragédia *Agamêmnon* foram retiradas da seguinte publicação: ÉSQUILO. **Agamêmnon:** Orestéia I. São Paulo: Iluminuras, 2004. Estudo e Tradução de: Jaa Torrano.
[14] As traduções são de responsabilidade dos autores.

A segunda pista do argumento da tragédia é quando o vigia cai em prantos, pois a casa de Agamêmnon não é mais a mesma, é uma morada que esconde algo, é uma casa desafortunada. Ele diz: "Choro e gemo a conjuntura desta casa/ não como antes a mais bem servida." (vv 18-19) Além da longa ausência do rei, existe algo que todos sabem, mas não ousam falar, que acontece dentro do palácio. Chama a atenção que até o final de sua fala ele não pronuncia o nome da rainha, ele se dirige a ela em primeiro lugar como "mulher" e em segundo com esposa de Agamêmnon, "assinalo claro à mulher de Agamêmnon" (v 26) deixando óbvio que é esta a forma a partir da qual ela existe na visão do masculino, como esposa e mãe, todas as outras formas são ininteligíveis para a sociedade androcêntrica ateniense. Está dado, portanto, nessa primeira cena o panorama, de onde, a partir de então, se desenrolará a tragédia.

A partir disso e levando em consideração que a plateia, em primeiro lugar conhece o mito, a história dos átridas[15], e que, em segundo lugar, está no teatro, local carregado de uma atmosfera emocional, e, Ésquilo sendo um autor que tinha como característica a grandiosidade da encenação[16], tudo isso preparava o público para uma determinada recepção da tragédia, uma sensação de que algo errado está em curso.

O primeiro embate entre Clitemnestra e o coro acontece no primeiro episódio, onde a rainha irá dar a notícia aos anciãos de Argos que os aqueus tomaram Troia e que consequentemente estão voltando para casa. Durante toda sua fala Clitemnestra deve provar de onde fala, por onde soube a notícia, quem afiança a sua palavra. Pois embora em uma posição reconhecida como rainha, sua palavra precisa de comprovação. Mas isso não seria uma questão para essa sociedade, haja visto ser ela uma mulher, a questão é a reação de irritação da rainha a essa desconfiança do coro quando ela diz "Troia é de aqueus, não falo claro?" (v 269) Com isto ela está impondo-se ao coro, exacerbando um poder que na verdade não lhe é reconhecido.

Em que se baseia a palavra de uma mulher? No caso de Clitemnestra ela se baseia nos sinais divinos, conforme fala da rainha. "Cl. Hefesto emite em Ida nítido brilho./ Facho envia facho do mensageiro fogo/ para cá." (vv 281-283). Pois a palavra feminina carece de verdade se não há um sinal divino. A rainha, então, passa a convencer o coro através da palavra, *pheito*,

[15] Família de Agamêmnon e Menelau, descendentes de Atreu.

[16] Aristófanes na comédia *As Rãs* critica a grandeza do dramaturgo de forma pejorativa, destacando que Ésquilo utilizava uma linguagem dura e fora de proporção, ou seja, de maneira exagerada. Isso em razão da grandiosidade das representações esquilianas, que aparentemente causavam grande impacto na audiência, com uma linguagem qualificada de "grandiloquente".

de que sua versão é a verdadeira, mesmo que ele a trate ainda com desconfiança e certa condescendência. Neste diálogo a personagem tem duas falas enormes com o intuito de mostrar ao coro o seu ponto de vista. No final este está, aparentemente, convencido. Uma mulher fazendo uso da palavra para persuadir homens também causaria estranheza em um público de tragédia na sua maioria masculino, já que a *pheito* pode ser considerada como pertencente ao universo masculino. Essa atitude do coro, que ora desconfia e ora acredita por convencimento na palavra da rainha, mostra a singularidade da tragédia, pois um coro de anciãos dobrarem-se ao poder de uma mulher é visto como um desvio pela cidade grega.

Oliver Taplin (2001) diz que notoriamente as entradas e saídas de Clitemnestra na peça são difíceis de determinar. Segundo ele, Ésquilo não deixa claro se quando o coro fala sobre a rainha ela já está no palco ou não. Tudo isso leva a uma sensação de que o personagem da rainha é forte e problemático, o que pode ser corroborado por outras tragédias que também tratam sobre o mesmo mito. Sófocles em sua tragédia *Electra* constrói o personagem da rainha Clitemnestra de uma forma dura, até mesmo cruel. Isso fica patente no diálogo entre mãe (Clitemnestra) e filha (Electra), onde as falas fortes e agressivas expõem uma rainha antimaternal, assassina do marido e adúltera.

> Electra Acuso que o assassinaste não
> em nome da justiça, mas dobrada
> por teu macho...
>
> ...mas mãe
> não és, não passas de uma fêmea déspota,
> responsável por minha decadência.
> (SÓFOCLES/EURÍPIDES, 2009, p. 39-40)

Já em Eurípides que também tem sua *Electra,* a rainha é retratada da mesma forma, como assassina de marido e adúltera ou "crudelíssima" como recita o Obreiro (SÓFOCLES/EURÍPIDES, 2009, p. 82) nos primeiros versos da tragédia, embora os diálogos entre mãe e filha sejam mais brandos do que em Sófocles. Isto importa na exata medida em que fornece uma espécie de caráter da personagem e forma uma ideia de comportamento dessa mulher.

Voltando ao *Agamêmnon,* no segundo episódio, Clitemnestra fala sobre como interpreta as palavras do coro a seu respeito. Para a rainha o coro retrata com desprezo e desdém a sua palavra, como se ela estivesse fora de si, ela cita como o coro a vê: "Cl. 'por luzeiros/ persuadida

crês agora devastada Troia?/ É muito de mulher exaltar o coração'. Em seguida, na continuação do verso a rainha fala que, embora seja a palavra de uma mulher, temente aos deuses, as pessoas na cidade acreditavam nela, e "à maneira de mulher" (v 594), com gritos de júbilo, comemoravam a vitória. Junto a isso ela ainda coloca-se na posição que todos esperam de uma esposa que há dez anos espera pelo marido e que sempre zelou por seu patrimônio, quase uma Penélope.

> Cl. Para a mulher que luz mais doce de ver
> que abrir portas, salvo o homem por Deus,
> salvo da guerra? Anuncia ao marido:
> vir o mais rápido o amor do país,
> e vindo veja no palácio fiel mulher
> tal qual deixou, cão do palácio,
> leal a ele, inimiga dos desafetos,
> e no mais a mesma, sem ter rompido
> selo nenhum ao longo do tempo. (vv 602-610)

Na citação acima o que se nota é a ambiguidade do personagem da rainha, ao mesmo tempo em que expressa qualidades masculinas para os gregos como o uso da *pheito*, ela é acusada pelo coro de irreflexão e instabilidade, *metis*, que são qualidades pertencentes ao mundo da mulher. Junto a isso coloca-se como uma esposa exemplar, aguardando por dez anos o retorno do marido. Clitemnenstra conjuga características contraditórias, se não antagônicas, para os atenienses, pois ao mesmo tempo em que baseia suas ações na vingança da morte de sua filha Ifigênia, o que seria desculpável do ponto de vista maternal ao mesmo tempo suas atitudes em relação a Orestes e Electra, seus outros filhos são de completo desprezo. O outro motivo de suas ações é o adultério com Egisto, que ela coloca no lugar de seu marido como usurpador do trono e por ele trai seus filhos. Portanto, seja no amor maternal ou na castidade como esposa suas atitudes são execráveis sob o ponto de vista do coro, da cidade. Muito embora, ela afirme que suas ações são tomadas em nome justamente do amor maternal.

No quinto episódio, quando já é morto Agamêmnon, há um embate entre o coro e a rainha e parece haver uma inversão na fala de Clitemnestra. Ela abre o episódio admitindo o uso da mentira e da astúcia para conseguir seus objetivos e se vangloria de matar o marido.

> Cl. Não me envergonho de contradizer
> muitas palavras antes oportunas. (vv1372-1373)

> Firo-o duas vezes e com dois gemidos
> afrouxou-lhe membros ali mesmo e prostrado
> dou-lhe o terceiro golpe,(...) (vv1384-1387)

Há com certeza um desvio do lugar da mulher, não pela ação em si, mas sim pela audácia e pela fala da rainha que se coloca em igualdade com o coro de anciãos, colocando-se mesmo em papel de autonomia na tragédia. Para justificar-se acusa o marido de *hybris*, pela opulência de seu reinado e pelo sacrifício da filha, ao mesmo tempo em que acusa o coro de não ter enxergado isso. Existe um enfrentamento com o mesmo e por isso a acusação de soberba e arrogância em relação à rainha.

A maldição dos atreus é relembrada pela rainha várias vezes ao longo do diálogo com o coro no sentido de que seus atos são justificados. Tanto que Clitemnestra coloca que o morto irá encontrar-se com a filha Ifigênia, em alusão ao sacrifício da filha. "C. Pêgo quem pega, quem mata paga./ Detendo o trono de Zeus,/ sofre quem faz: essa é a lei" (vv1562-1564). Essa atitude mostra que foi urdido um plano de vingança, dissimulado durante muito tempo através da palavra, mas que, enfim, vem à tona. Júlian Gallego afirma que a rainha,

> Procura mostrar-se estável e reflexiva, tanto em seus atos quanto em suas palavras. Mas, a rigor, ambas as noções enunciadas pela esposa de Agamêmnon resultam ambíguas. Suas ações e suas falas mostram uma pessoa capaz de urdir um plano em função de um objetivo estritamente pessoal, a vingança. (GALLEGO, 2000, p. 73)

Isso nos leva a pensar que o problema de Clitemnestra, a vingança pela filha, é de ordem doméstica, isto é, um problema essencialmente feminino, são as questões familiares que a rainha questiona. Ela não pode recorrer às leis ou a um tribunal, ela precisa resolver essa agonia dentro do âmbito doméstico. Pois como a mulher não tem voz pública, autoridade, sua esfera de ação é caseira e familiar e neste sentido ela se institui como ser que julga, erra e acerta o que por sua vez pode levar à sua inocência ou acusação.Talvez por isso Ésquilo coloque a morte de Agamêmnon (ao contrário de Homero) dentro do quarto na hora do banho, pois não há momento que simbolize mais a intimidade do que esse. Essa diferença entre Homero e Ésquilo mostra bem que com a saída da sociedade familiar para a *polis*, problemas surgiram. Não apenas problemas na definição da participação, mas, também, no enquadramento social dos elementos familiares, isto é, a mulher, o filho, a filha, o *kyrius.*

No último episódio da tragédia Egisto, o amante da rainha, em diálogo com o coro, descreve a morte de Agamêmnon e revela que o ardil foi de mulher. A rainha revela-se ardilosa e astuta, através da fala desses dois dialogantes, Egisto e o coro. Ésquilo mostra um Egisto diferente do homérico, quase afeminado, um personagem ostensivamente fraco, em comparação, em primeiro lugar com o personagem do mito e de Homero, em segundo lugar com a própria Clitemnestra, já que a rainha intervém e de forma conciliadora encerra a discussão, exercendo mais uma vez seu poder através da palavra. Essa situação aos olhos do coro é uma completa desmedida, uma mulher exercer o poder de forma quase tirânica.

Considerações Finais

Percebe-se que desde o mito Clitemnestra tem como característica o rancor, ela é vingativa. Se em Homero quem mata Agamêmnon é Egisto, o amante, Ésquilo modifica o mito e coloca a rainha como assassina, mas mais do que isto ele a coloca em uma situação de autonomia, com poder de deliberação. Como mulher a questão da maternidade é sempre o ponto central da discussão e em Ésquilo Clitemnestra é contraditória, pois afirma que sua vingança é em razão do sacrifício/assassinato da filha Ifigênia e ao mesmo tempo trata com total desprezo e crueldade os outros filhos. Em Sófocles e em Eurípides esse retrato da personagem se aprofunda.

Portanto, quando Ésquilo coloca essa personagem em diálogo com um coro masculino e de anciãos ele está colocando frente a frente duas formas de visão do feminino na cidade. O coro vai rebater as falas da rainha e mostrar como deve ser uma mulher ateniense. A tragédia mostra que o debate sobre o feminino não era algo acabado, pronto, determinado, nas envolto em incertezas nas quais o lugar da mulher na sociedade patriarcal, familiar, produzia desacordos com o quê a *polis* exigia desse gênero.

Nesse sentido a mulher trágica desempenha papel central, pois, o autor constrói com seu drama uma compreensão do feminino mediante a criação de um modelo de formação, isto é, através de uma autoria masculina os homens da *polis* eram educados para construir uma visão do feminino. Assim, Clitemnestra encena no palco uma mulher que os homens não querem, aquela que desvia do modelo da filha, esposa e mãe de cidadão, mas que, ao mesmo tempo, reafirma uma lógica masculina, um modelo de formação do masculino para o feminino, ela educa através do excesso.

Fontes

ÉSQUILO. **Agamêmnon:** Orestéia I. São Paulo: Iluminuras, 2004. Estudo e Tradução de: Jaa Torrano.

SÓFOCLES/EURÍPEDES. **Electra(s).** São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.

Referências Bibliográficas

BRANDÃO, Junito de Souza. **Dicionário Mítico-Etimológico da mitologia grega**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

FOLEY, Helene P.. **Female Acts:** in Greek Tragedy. New Jersey: Princeton University Press, 2001.

GALLEGO, Julían. Figuras de la Tiranía, lo feminino y lo masculino en la Orestía de Esquilo. **Studia Historica . Historia Antigua,** Salamanca, v. 18, p.1-26, 2000. Anual. Disponível em: <http://campus.usal.es/~revistas_trabajo/index.php/0213-2052/article/view/6211>. Acesso em: 10 jun. 2014.

GOLDHILL, Simon. **Amor, sexo & tragédia:** como gregos e romanos influenciam nossas vidas até hoje. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

LORAUX, Nicole. **The Children of Athena:** Athenian ideas about citizenship & the division between the sexes. New Jersey: Princeton University Press, 1994. Tradução de: Caroline Levine.

TAPLIN, Oliver. **The Stagecraft of Aeschylus:** The dramatic use of exits and entrances in Greek tragedy. Oxford: Oxford University Press, 2001.

VERNANT, Jean-Pierre. **As Origens do Pensamento Grego.** 18ª Rio de Janeiro: Difel, 2009. 144 p.

AÇÃO E DESAMPARO NA TRAGÉDIA GREGA

Matheus Barros da Silva[17]

Na presente comunicação tenho como objetivo elaborar uma articulação entre os conceitos de ação e desamparo no interior do pensamento trágico. Minha intenção é realizar um exercício especulativo do pensamento, portanto, dando um caráter ensaístico à fala.

Quero tentar esclarecer o que compreendo por desamparo. Aproprio-me do termo freudiano *Hilflösigkeit*. Em última instância o termo não pode ser traduzido de forma satisfatória. Seu sentido mais radical significa designar algo ou alguém que está na condição de não ser ajudado, aparado por nada que lhe sustente. Contudo, por comodidade e convencionalismo *Hilflösigkeit* será compreendido por desamparo. Na perspectiva de Freud as sociedades modernas, burguês-liberais trouxeram à erosão diversas instituições que davam sentido a vida do indivíduo. Com o declínio e desgaste do comunitarismo teológico-feudal a modernidade coloca o indivíduo diante de si mesmo e do imenso outro, chamado mundo, como agente singularmente responsável. Com a erosão da autoridade da família e religião, por exemplo, o humano moderno se percebe desamparado.

Não se trata de realizar um julgamento valorativo, algum tipo de elogio barato à tradição, ou mesmo ao comunitarismo autoritário pré-moderno. Antes, perceber o desamparo como categoria ontológica, ou seja, a descrever o humano moderno em sua forma de inserção na realidade do social. Assim, a constatação do humano moderno como ser desamparado, ou seja, estando em uma condição de não ajuda, não provido por figuras de autoridade, permite ao próprio humano se inserir na vida social como sujeito que se reconhece em uma ontologia da responsabilidade da ação.

Lembrando que o problema e mote da reflexão de Freud é a sociedade moderna ocidental, fundamentalmente aquela que se abre com o nascer do século XX, tomo a liberdade especulativa de pensar a categoria do desamparo, como conceito analítico, em uma possível articulação com o pensamento trágico criado em Atenas na passagem do século VI ao V a. C.

O outro termo que apresento no título da fala é ação. Termo genérico é verdade, portanto, uma melhor precisão é necessária. Falo da ação humana, ato que se dá em campo

[17] Mestre em História pela Universidade Federal de Pelotas, graduando em Filosofia pela Universidade Federal de Pelotas. Contato: matheusbarros.dasilva@gmail.com

mínimo de liberdade e de voluntariedade que medeia às formas do humano conceber a si mesmo como ser que produz as condições mentais e materiais da vida. Hannah Arendt articula uma reflexão sobre a ação humana a introduzindo no campo da política. Para a autora, política e ação humana se equivalem, pois o agir próprio ao humano é sempre aquele que se realiza no âmbito do convívio da pólis. No agir interpessoal da comunidade dos homens livres cidadãos. É a partir desde ponto de vista que compreendo ação humana, como agir político. Ou seja, uma singular forma de convívio criada pelos gregos, a política.

A política como invenção grega é fundamental para a compreensão da articulação entre ação e desamparo na tragédia grega. Seguindo as proposições de autores como Pierre Vidal-Naquet, Christian Meier e Moses Finley a criação da política é marcada por uma forma de organização do convívio social humano a partir de um debate público e consequente deliberação entre aqueles que compõem o corpo de cidadãos de uma pólis. Para Jean-Pierre Vernant a emergência da política, ou do fator político se deve fundamentalmente ao processo de laicização que o advento da pólis impõe à vida social. O autor lembra que a ἀρχή (autoridade) e κράτος (poder) são dessacralizados na aurora da pólis. Subtraídos aos *gene* aristocráticos tradicionais, autoridade e poder doravante serão postos a debate, na praça pública sob o olhar e distância equânime a todos os cidadãos.

É uma nova imagem mental que vem à luz. Com a pólis e suas instituições políticas tudo quanto diga respeito à própria pólis é decidido ao termo de debate público mediado por um tipo singular de palavra, o λόγος, palavra-diálogo, que diferentemente do μῦθος que é um tipo de discurso mágico-religioso, palavra eficaz-divina, o λόγος se inscreve em um plano profano, humano, dessacralizado. É o λόγος que se constitui como ferramenta política. Assim, percebe-se o campo da política como aquele espaço em que a experiência humana se abre à reflexão a partir do próprio humano. Um espaço que tenciona a reflexão sobre o poder, a autoridade, o agir humano e seus limites no concerto das vontades que compõem o espaço público da pólis.

É nesse quadro que se inscreve o nascimento da tragédia. A tragédia, mais do que grega é especificamente invenção ateniense. Cornelius Castoriadis diz que isso se deve, pois é na Atenas do final do século VI e V a. C. que desenvolve prática políticas e culturais que propiciam ao surgimento da tragédia como um tipo de reflexão sobre essas mesmas práticas. A tragédia coloca em cena o universo da política. Mas a política aqui, não são os jogos de poder, as intrigas partidárias ou desmandos parlamentares tão à moda contemporânea. Por política trata-se dos

humanos a construírem um espaço de ação só seu, onde o próprio convívio e ação do humano são pensados a partir do próprio humano. Portanto, a tragédia revela as tensões e ambiguidades que um tal universo acaba por engendrar. Tensões e ambiguidades, com a invenção da política o homem percebe-se artifice de si como ser social e ensaia pela primeira vez um movimento e sentimento de autonomia, mas um tipo de autonomia ainda nascente, relativa, de onde emerge todo um universo tenso e ambíguo.

Seguindo o modelo teórico desenvolvido pelo historiador do Direito grego Louis Gernet, os helenistas Jean-Pierre Vernant e Pierre Vidal-Naquet nos apresentam que o universo mental da tragédia é aquele que reflete a constituição de um vocabulário jurídico-social em momento de afirmação no pensamento grego. A chamada ambiguidade e tensão que reverbera no tecido trágico advém do humano se achar em uma encruzilhada diante de valores que se opõem radicalmente.

Quais são esses valores, e o que representam? A construção da pólis, suas instituições e a emergência de formas de convívio isonômico entre aqueles que são considerados cidadãos requerem duro golpes nos privilégios monopolizados pelas antigas famílias nobres aristocráticas. A elaboração de um direito público e um corpo de leis escritas e concebidas como criação humana subtrai aos nobres a autoridade de dispensarem a ordem cósmica mediante suas palavras e ações. A tragédia trabalha com esse universo tenso. O pensamento trágico pensa o humano nesse cosmos dilacerado por forças antagônicas. Vale dizer, pensa o humano como sujeito que age, que constrói a si mesmo em uma tentativa de ordenar seu mundo interior, psicológico se pode dizer. Por isso, o humano é um problema, um mostro terrível e maravilhoso, assim o define o Coro em *Antigone* (vv. 353), no que ficou conhecido como Ode ao Humano. O humano institui a si mesmo naquilo que define sua humanidade, o convívio político.

Creio que seja possível dizer que a tragédia é a expressão de uma crise, uma crise de identidade. Usando tal termo – identidade – de forma muito livre. A emergência da pólis, da política e de um convívio isonômico apresentam ao humano novas formas de conduta, doravante o que é público, comum deve ser deliberado em conjunto pelos cidadãos, nem mesmo na guerra há mais lugar para aquele bravura heroica aristocrática, o herói não é mais motivo de cantos, e sim um problema a ser investigado. Entre o paradigma heroico aristocrático e a vida isonômica uma crise é engendrada na sempre presente questão de qual é o lugar e sentido do humano no mundo.

Para Charles Segal a tragédia opera com referências e valores de um passado arcaico, mas os interroga à luz de um convívio isonômico da vida social. Já Michael Zelenak afirma de forma mais radical que o espetáculo trágico interroga o arcabouço mítico a serviço da ideologia da cidade democrática de Atenas. A postura de Christian Meier aponta em direção semelhante, para o autor alemão a tragédia acaba por repensar a ação humana diante da construção dos valores da cidade democrática, onde, do ponto de vista do pensamento, o humano se descobre como sujeito e agente responsável. Mas ação e responsabilidade possuem um sentido trágico. Sentido só superado com o triunfo da Filosofia no século IV a. C.

A responsabilidade moral, a ética, em suma a ação, assumem um sentido trágico, pois é um sentido ambíguo, incerto. O homem trágico vê sua ação a constituir um objeto de reflexão, o humano enquanto sujeito responsável é posto sob debate, mas é uma autonomia relativa. O humano não basta a si mesmo. Vem a elaborar sua existência em um universo conturbado. Onde antigos valores arcaicos aristocráticos estão em choque com as novas práticas culturais e sociais da pólis democrática.

> O homem trágico é um tipo problemático por se situar entre dois universos absolutamente contraditórios: por outro lado, é fortemente tributário de valores heroicos; por outro, começa a corresponder a indagações surgidas nas assembleias e nos tribunais da pólis, fortalecida de maneira decisiva a partir do século V a. C. (VIEIRA, 2011, p. XVII-XVIII).

Se o homem trágico apresenta em sua psicologia todo dilaceramento que vive no plano mental, tal fato é reflexo das próprias contradições que vive a pólis. O acordo social que permite a emergência a pólis tem como condição a superação das solidariedades familiares aristocráticas e também o regime de dependência dos mais pobres em relação aos homens bem nascidos. O que costura e dá substância a essa possibilidade de organização social é uma visão não mais mítica do campo social. O pensamento mítico absolutiza e naturaliza o local de cada humano e grupo social. Por seu turno, a política retira os humanos de um espaço totalmente natural e os coloca diante de si mesmos como agentes morais. Nesse sentido, a pólis e convívio que a política engendra coloca o humano diante de um passado – e seus valores – que deve ser superado, e uma nova forma de organização social vista como forma civilizada de convívio. O cidadão e a pólis vivem esse conflito, e a tragédia apresenta sob a dramatização do mito esse universo tenso.

Pierre Vidal-Naquet denomina a tragédia por “espelho quebrado”. O autor usa essa expressão para discorrer que o trágico não reflete a realidade de forma límpida, mas tal como

as rachaduras de um espelho velho, reflete de forma fraturada as próprias fraturas do social. Com fraturas do social o leitor deve compreender os próprios impasses e tensões que o humano reconhece em seu agir na medida em que se descobre como artífice e sua existência social, ou mesmo, no instante que se descobre desamparado e compelido a tomar um partido. Não por caso, encontramos em todas as tragédias que temos conhecimento a mesma e retornada pergunta "o que fazer?". É o herói trágico a se interrogar. Interrogar a própria natureza da ação. O interrogar ação nos coloca diante de um movimento onde o humano se ensaia como autônomo, mas seu impasse é um impasse diante de valores e normas de conduta, nomeadamente o mundo mítico aristocrático e os valores isonômicos da nova cidade democrática. Entre esses referenciais de conduta o humano se encontra naquela situação de desamparo, e mesmo sua condição ontológica, trágica. Se o pensamento mítico não responde as necessidades que política coloca em cena, por outro lado, a própria organização isonômica do campo social é algo tateante, sempre em uma busca de afirmar-se. Desta forma, a tragédia nos apresenta uma dramatização do mito a inquirir sobre o humano como agente e ser responsável – em alguma medida – pelas ações. Mas esse mesmo humano ainda não basta a si mesmo de forma radical, e também não pode mais se apoiar nos antigos valores heroicos aristocráticos, e assim, encontra-se diante de si mesmo em um processo de construção de sua ação e vontade. Descobre que a condição do desamparo é como uma ontologia que permite pensar essa mesma construção.

Referências Bibliográficas:

CASTORIADIS, **Cornelius. Encruzilhadas do Labirinto**. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

FINLEY, Moses. **La Naissance de la Politique**. Paris: Gallimard, 1985.

FREUD, Sigmund. **O Mal-estar na Civilização**. São Paulo: Cia das Letras, 2011.

MEIER, Christian. **De la Tragédie Grecque comme Art Politique**. Paris: Les Belles Letres.

SEGAL, Charles. O Ouvinte e o Espectador. In VERNANT, Jean-Pierre. **O homem Grego**. Lisboa: Presença, 1994.

VERNANT, Jean-Pierre; VIDAL-NAQUET, Pierre. **Mito e Tragédia na Grécia Antiga**. São Paulo: Perspectiva, 2011.

VIDAL-NAQUET, Pierre. **Le Miroir Brise**. Paris: Les Belles Lettres, 2004.

VIEIRA, Trajano. A Grécia de Vernant. In: VERNANT, Jean-Pierre; VIDAL-NAQUET, Pierre. **Mito e Tragédia na Grécia Antiga**. São Paulo: Perspectiva, 2011.

ZELENAK, Michael. **Gender and Politics in Greek Tragedy**. New York: Yale Press, 2008.

A ULTIMA FRONTEIRA: GLOBALIZAÇÃO EM PERSPECTIVA HISTÓRICA E HISTÓRIA GLOBAL – coordenado por BRUNO BIAZETTO (DOUTOR PELA GEORGETOWN UNIVERSITY - EUA) E JOSÉ AUGUSTO MIRANDA (DOUTORANDO - PUCRS)

A medida em que os desafios do século XXI tornam-se mais claros, notamos a tendência a uma similitude de problemas entre os quarto cantos do globo. Questões importantes como desigualdade econômica, instabilidade política, terrorismo e meio ambiente afetam diretamente a vida de todas as nações. Dessa forma, um pensar global se faz uma ferramenta necessária para uma reflexão qualificada dos dilemas atuais. Nesse sentido, é vital que a história esteja presente neste vasto processo de entendimento da realidade contemporânea. Um olhar global sobre o passado pode proporcionar um entendimento mais amplo e complexo sobre os temas acima mencionados. A fronteira não é apenas o espaço natural da globalização, seu ponto de contato e dissonâncias: essencialmente, a globalização e a última fronteira. A proposta deste Simpósio Temático é discutir a história global enquanto uma tendência histográfica que se apresenta como uma alternativa metodológica ao historiador. Entre as principais características dessa corrente estão o alargamento da unidade de análise, superando o tradicional uso do Estado-Nação, e pesquisas que privilegiam perspectivas não eurocêntricas. Nesse sentido, incentivamos a apresentação de pesquisas históricas das mais variadas temáticas enfatizando as articulações entre os espaços globais: Américas, Oriente Médio, Ásia, África e Europa. Diferentes atores sociais e econômicos espalhados pelo globo conectam-se entre si, emergindo padrões e movimentos globais, foco de discussão deste simpósio.

A CENTRALIDADE DO TRABALHO NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DO TRABALHADOR

Larissa Copatti Dogenski[1]

Introdução

A existência humana é muito mais do que trabalho, posto que este seja apenas uma categoria social dentre um conjunto de relações. A relação entre o homem e a natureza requer, necessariamente, que haja uma relação entre os homens. Assim, a vida social vai além do trabalho, contendo uma variedade de outras tantas atividades voltadas a atender as necessidades humanas resultantes de seu desenvolvimento social. Desta forma, pode-se afirmar que o trabalho é, justamente, a categoria fundante do ser social, visto que realiza a mediação entre o estado biológico do homem e seu estado social, realizando o necessário intercâmbio orgânico entre homem e natureza.

Nesta concepção de categoria fundante do ser social, o trabalho seria uma categoria distinta do trabalho abstrato, aquele típico do modo de produção capitalista e voltado à produção de mais-valia. Conforme Karl Marx, o trabalho em si, ou seja a força de trabalho em ação no processo produtivo, pode ser considerado sob dois aspectos: como *trabalho concreto*, voltado para a produção de um objeto específico, de um valor de uso determinado; e como *trabalho abstrato*, voltado à produção de mais-valia e valores de troca.

A centralidade do trabalho na sociedade capitalista e sua relação com o processo de construção da identidade do trabalhador

Primeiramente, de se afirmar que a categoria trabalho possui um significado histórico-ontológico, traduzido na produção de valores de uso. Neste sentido, o trabalho vem a significar o intercâmbio orgânico entre o homem e a natureza, de forma que se caracteriza por ser o princípio ontológico constitutivo do ser social. Apenas o homem foi capaz de superar sua animalidade através do trabalho, evoluindo e desenvolvendo sua cultura e linguagem como meios de socialização e de desenvolvimento das forças produtivas sociais.

De acordo com Giovanni Alves (2007, p. 72-74), quando afirmamos que o trabalho realiza um intercâmbio orgânico entre o homem e a natureza, estamos salientando três

[1] Mestranda em Direito e Justiça Social pela Universidade Federal do Rio Grande – FURG. E-mail: larissa-cd@outlook.com.

implicações. A primeira delas é o fato de tal intercâmbio ser *consciente*, ou seja, existe racionalidade quanto a seus meios e seus fins. Logo, segundo o mesmo autor, "a *consciência* é a determinação reflexiva da categoria *trabalho*, pois sem ela não há trabalho humano" (ALVES, 2007, p. 72). O desenvolvimento de comunicação complexa permitiu ao homem, no desenvolvimento de seu processo evolutivo, o afastar da natureza e de seus parceiros antropoides e hominídeos, os quais não avançavam para muito além da mera instrumentalidade natural.

Em segundo lugar, o intercâmbio orgânico entre homem e natureza é um intercâmbio *técnico*, ou seja, mediado por objetos de trabalho, meios de produção da vida social, os quais exigem a observância de determinadas habilidades prático-cognitivas para a sua plena manipulação. Assim, a prática instrumental do homem o distingue dos demais animais, pois é, primeiramente, técnica para, posteriormente, tornar-se científica e tecnológica. Desta forma, o animal homem é o único que desenvolve sua ciência sobre a natureza de maneira a melhor intervir sobre o mundo natural, objetivando melhor adaptação e desenvolvendo seu próprio mundo social e cultural.

A terceira implicação do trabalho como intercâmbio orgânico entre o homem e a natureza é que o mesmo é um intercâmbio *interativo-social*, ou seja, a atividade de trabalho humano é intrinsecamente social e dela surge a *identidade humana*, capaz de distinguir o animal homem das demais espécies. Logo, implica na pressuposição de que da *consciência* e da *técnica* resultam a interação social, a cooperação social, a relação do homem com outros homens, as quais adquiriram diversas formas sócio-históricas no decorrer do tempo, determinadas pelas relações de propriedade social e pelo grau de desenvolvimento das forças produtivas. Assim, segundo o mesmo autor, "o ser social surge como *pressuposto* da atividade de trabalho humano e também como *produto* da própria atividade do trabalho humano" (ALVES, 2007, p. 74).

Neste sentido, o trabalho pode ser entendido como categoria central na sociedade capitalista, na medida em que pode ser visto também como categoria fundante do ser social. Mesmo diante de algumas críticas, ainda é possível compreender o trabalho como categoria central da sociedade capitalista, visto que o que ocorre são metamorfoses no interior da categoria trabalho, resultando na recomposição da base de exploração da força de trabalho e produção de mais-valia.

Um destes críticos é André Gorz[2], o qual formula uma crítica ao trabalho como categoria central capaz de fornecer sentido à vida em sociedade. Segundo José Henrique Carvalho Organista (2006, p. 40), para este autor o trabalho possui uma definição historicamente datada, haja vista que se relaciona com o processo de assalariamento do trabalhador, o qual ocorre apenas no modo de produção capitalista. Nas palavras de André Gorz, o trabalho

> no sentido contemporâneo do termo, não se confunde nem com afazeres [...] nem com labor, por mais penoso que seja [...] nem com o que empreendemos por conta própria [...] pois a característica mais importante desse trabalho – aquele que "temos", "procuramos", "oferecemos" – é ser uma atividade que se realiza na esfera pública, solicitada, definida e reconhecida útil por outros além de nós e, a este título, remunerada. É pelo trabalho remunerado (mais particularmente pelo trabalho assalariado) que pertencemos à esfera pública, adquirimos uma existência e uma identidade sociais (isto é, uma "profissão"), inserimo-nos em uma rede de relações e de intercâmbios, onde a outros somos equiparados e sobre os quais vemos conferidos certos direitos, em troca de certos deveres (GORZ apud ORGANISTA, 2006, p. 40).

Desta forma, percebe-se que o autor tende a reduzir a categoria trabalho ao emprego. Partindo deste pressuposto, André Gorz entende que a "revolução microeletrônica", vigente a partir dos anos 1970, estaria provocando uma dualização no mercado de trabalho, mantendo um número reduzido de trabalhadores em uma posição central e privilegiada nas relações de trabalho, pois detentores de empregos formais e em tempo integral, enquanto outro número de trabalhadores passaria a constituir uma espécie de periferia, formada por trabalhadores em tempo parcial, informais, domésticos e desempregados.

Com isso, o autor propõe a redução do tempo de trabalho, pois o desemprego estrutural provocado pelas inovações tecnológicas passa a ser encarado como um fator de desintegração social e, logo, poderia ser superado caso houvesse uma redistribuição do tempo de trabalho socialmente necessário entre todos. Porém, ao propor tal solução, André Gorz remonta uma sociedade baseada em duas racionalidades: uma econômica, representada pelo tempo de trabalho heterônomo, e outra não econômica, representada pelo tempo livre, responsável pela emancipação do indivíduo.

Assim, entende André Gorz que, diante da automatização das atividades produtivas e de serviços, o trabalho tende a se tornar uma força produtiva secundária, inaugurando a era da "abolição" do trabalho. É a partir disso que o autor constrói sua teorização acerca da sociedade do tempo livre, "na qual o trabalho heterônomo é subordinado à esfera da autonomia, posto que

[2] Necessário informar que a análise acerca da obra do autor foi feita apenas de forma breve, com objetivo meramente informativo, haja vista os limites do presente trabalho.

a possibilidade de redução do tempo de trabalho, de forma substantiva, permitirá transformar o trabalho em mais uma atividade, e não na atividade".

Segundo José Henrique Carvalho Organista,

> percebendo que a revolução microeletrônica tende a diminuir cada vez mais o uso do trabalho vivo e aumentar o uso do trabalho objetivado, Gorz dá adeus ao trabalho como categoria central capaz de oferecer sentido à vida em sociedade. Assim, o autor entende ser possível uma sociedade do tempo livre e a prevalência da esfera da autonomia em virtude das transformações tecnológicas, mesmo sem a existência de um ator coletivo que possa substituir o proletariado. [...] Portanto, o que Gorz vislumbra é a retratação do trabalho estranhado e fetichizado e sua transformação, numa esfera de desenvolvimento de formas criativas; isso significa que o trabalho heterônomo se tornará residual e subordinado à esfera das atividades autônomas dos indivíduos (ORGANISTA, 2006, p. 58).

Outro crítico da centralidade da categoria trabalho na sociedade capitalista é Jürgen Habermas[3]. O autor propõe que a centralidade do trabalho na sociedade contemporânea foi substituída pela centralidade da esfera comunicacional ou da intersubjetividade de forma que, em sua análise, o papel do trabalho na construção do ser social é relativizado e minimizado em face da esfera da intersubjetividade. O núcleo categorial em que se desenvolve a subjetividade é dado pelo conceito de *mundo da vida*, definido por Jürgen Habermas como sendo

> o lugar transcendental onde o que fala e o que ouve se encontram, onde eles podem reciprocamente colocar a pretensão de que suas declarações se adequam ao mundo (objetivo, social ou subjetivo) e onde eles podem criticar e confirmar a validade de seus intentos, solucionar seus desacordos e chagar a um acordo. Numa sentença: os participantes não podem *in actu* assumir em relação à linguagem e à cultura a mesma distância que assumem em relação à totalidade dos fatos, normas ou experiências concernentes sobre os quais é possível um mútuo entendimento (HABERMAS apud ANTUNES, 2009, p. 147).

Na análise de Jürgen Habermas, a maior complexificação da sociedade moderna permite que haja uma separação entre sistema, sendo este composto pelas esferas econômica e política, ambas voltadas para a reprodução societal e que possui como meios de controle o dinheiro e o poder; e mundo da vida, entendido como o local do espaço intersubjetivo, da organização dos seres em função de sua identidade e dos valores que surgem na esfera da comunicação.

Assim, sistema e mundo da vida são os núcleos categoriais básicos da teoria de Jürgen Habermas. O primeiro seria movido predominantemente pela razão instrumental, na qual se estruturam as esferas do trabalho, da economia e do poder. Já o segundo seria reservado à esfera da razão comunicativa, espaço da intersubjetividade e interação. A separação havida entre estes

[3] Faz-se necessário mencionar que, diante do extenso conjunto que forma a obra do referido autor e dos limites da presente pesquisa, será feita apenas uma análise superficial e de cunho informativo, ressaltando os aspectos de sua obra que resultam na crença pela perda da centralidade da categoria trabalho na sociedade capitalista.

níveis, a qual se efetivou com a complexificação das formas societais, faz com que a centralidade do trabalho seja deslocada, de forma que a mesma é transferida para a esfera da ação comunicativa.

O que Jürgen Habermas expõe, em sua análise, é justamente o deslocamento da subjetividade do indivíduo da esfera do trabalho para a ação comunicativa, rompendo um liame que é ontologicamente indissolúvel, conforme expõe Ricardo Antunes:

> Mas se o trabalho tem o sentido de momento predominante, a linguagem e a sociabilidade, *complexos fundamentais do ser social*, estão intimamente relacionadas a ele, e como momentos da práxis social esses complexos não podem ser separados e colocados em disjunção. *Quando Habermas transcende e transfere a subjetividade e o momento da intersubjetividade para o mundo da vida, como universo diferenciado e separado do sistema, o liame ontologicamente indissolúvel se rompe na sua construção analítica.* Ao operar com a disjunção analítica essencial entre *trabalho* e *interação*, entre *práxis laborativa* e *ação intersubjetiva*, entre *atividade vital* e *ação comunicativa*, entre *sistema* e *mundo da vida*, perde-se o momento em que se realiza a articulação inter-relacional entre teleologia e causalidade, entre mundo da objetividade e da subjetividade, questão nodal para a compreensão do ser social (ANTUNES, 2009, p. 156-157).

A centralidade da categoria trabalho foi analisada também por Georg Lukács, o qual se utiliza de concepções marxistas na sua discussão. Comparando sua obra com a dos demais autores mencionados, podemos perceber que a mesma se distingue de forma radical, haja vista que o trabalho, para este autor, ocupa um lugar central para entender a complexidade das relações sociais.

Segundo Georg Lukács, o trabalho possui um caráter mediador entre o homem e a natureza, de forma que não é possível pensar na existência de uma sociedade sem trabalho, pois este é uma atividade ineliminável do intercâmbio entre homem e natureza, o qual permite o salto do ser humano meramente biológico para o ser social. Assim, o trabalho é entendido como categoria ontológica, protoforma do ser social, pois permite que através do mesmo o homem produza e reproduza sua própria vida, distinguindo-se das demais espécies animais.

No pensamento do referido autor, o trabalho tem característica de fator primordial, pois é através do mesmo que a consciência humana ultrapassa a simples adaptação do ambiente e põe-se a modificar a natureza de acordo com a teleologia inserida no ser social, ou seja, conforme sua necessidade de produzir e se reproduzir socialmente. Assim, segundo o próprio autor, “na medida em que a realização de uma finalidade torna-se um princípio transformador e informador da natureza, a consciência que impulsionou e orientou tal processo não pode ser mais, do ponto de vista ontológico, um epifenômeno” (LUKÁCS apud COSTA, 2015, p. 29-30).

Logo, o trabalho permite a contínua realização das necessidades do ser social, na busca pela produção e reprodução da vida societal, de forma que representa a mediação entre a finalidade, que seria a satisfação de uma necessidade, e a causalidade, ou seja, a necessidade em si. Assim, na concepção da teoria de Georg Lukács, o trabalho é considerado fonte primária de realização do ser social, protoforma da atividade humana, fundamento ontológico da existência humana, visto que a consciência humana deixa de ser mera adapção do meio ambiente para tornar-se atividade autogovernada.

De acordo com o mesmo autor, somente o trabalho é capaz, do ponto de vista ontológico, operar o salto entre as formas de vida pré-humanas para o ser social, haja vista que se caracteriza por ser uma categoria intermediaria entre o ser biológico e o ser social. Neste sentido, afirma que

> somente o trabalho tem em sua natureza ontológica um caráter intermediário. Ele é essencialmente uma inter-relação entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica (utensílios, matéria-prima, objetos de trabalho etc.), como orgânica, inter-relação [...] que se caracteriza acima de tudo pela passagem do homem que trabalha, partindo do ser puramente biológico ao ser social (LUKÁCS apud ORGANISTA, 2006, p. 132).

Tal afirmação do autor não quer dizer que a vida humana se resuma exclusivamente ao trabalho, mas sim, que sem que haja a satisfação das necessidades vitais operadas através do trabalho, nenhuma outra poderia ser realizada. Aliás, o autor evidencia que a reprodução social exige também outras mediações para além do trabalho, tidas como posições ontológicas secundárias, porém a realização destas somente seria possível após o salto do ser biológico para o ser social.

Segundo Sérgio Lessa (2002, p. 28), no atual estágio das relações capitalistas, as quais se estendem a praticamente todas as formas de *práxis* social, além da incorporação de atividades antes excluídas do processo de valorização do capital, ou mesmo daquelas que antes participavam deste processo de modo apenas indireto, percebemos que praticamente a totalidade dos atos de trabalho assume a forma abstrata de trabalho, advinda de sua subordinação ao capital. Tal percepção faz com que se crie a aparência de que o trabalho em si teria desaparecido, sendo substituído pelo trabalho abstrato, fazendo com que trabalho e trabalho abstrato passem a ser tomados como sinônimos, de forma equivocada, considerando a sociabilidade contemporânea.

Ainda segundo o mesmo autor, a reestruturação produtiva que ocorre dentro do atual estágio do modo de produção capitalista também colabora para que haja certa confusão entre os conceitos de trabalho e trabalho abstrato. O desenvolvimento do modelo toyotista de

produção concedeu um impulso à diminuição, ou até mesmo à eliminação, de empregos voltados ao controle dos trabalhadores na atividade produtiva direta, além de diminuir a distância entre atividades de planejamento e o próprio processo produtivo.

Enquanto que, no modelo fordista de produção, as atividades de controle e planejamento tendiam a ser separadas das atividades de linha de montagem, no modelo de produção toyotista tais atividades tendem a ser cada vez mais aproximadas do próprio ato de produção. Exemplo disso é a aplicação dos conceitos de *just-in-time*[4], o qual provoca uma diminuição na distância entre as atividades de circulação e produção da mercadoria, visto que, em certos casos, apenas se produz aquilo que já foi vendido, de forma que a esfera da circulação de mercadorias passa a determinar a produção. Desta forma, ainda segundo o mesmo autor, a reestruturação produtiva em curso tem sido utilizada para reforçar a indevida identificação teórica entre as categorias de trabalho e trabalho abstrato.

Assim, o fato de o termo *trabalho* ser utilizado em acepções distintas ou considerar-se, de forma equivocada, quase toda forma de trabalho como sendo trabalho abstrato, não elimina as reais distinções entre trabalho e trabalho abstrato: as funções sociais desempenhadas por cada um são e continuam sendo ontologicamente distintas. O trabalho abstrato é uma necessidade para a reprodução do capital, enquanto que o trabalho em si corresponde à necessidade de intercambio orgânico entre homem e natureza, sendo anterior ao trabalho produtor de mais-valia e essencial até mesmo em uma sociedade que venha a superar o capital. Segundo Sérgio Lessa,

> ao contrário do que pode parecer à primeira vista, conceber o trabalho como categoria ontologico-fundante do ser social – e, portanto, como mediação ineliminável da existência humana – não se constitui em óbice à crítica mais radical do trabalho abstrato. Pelo contrário, a centralidade ontológica do trabalho é um dos fundamentos que possibilitou a Marx propor a superação da submissão do trabalho ao capital. Sendo brevíssimo, é a concepção marxiana, no debate contemporaneo recuperada por Lukács, da centralidade ontologica do trabalho que alicerça sua concepção imanente de história: os homens fazem a história, ainda que em circunstâncias que não escolheram. Tanto as "circunstâncias" como

[4] De acordo com Naira Lisboa Franzoi, o "*just-in-time* é a forma de administração da produção industrial e de seus materiais, segundo a qual a matéria-prima e os estoques intermediários necessários ao processo produtivo são supridos no tempo certo e na quantidade exata. Consiste na redução dos estoques de matéria-prima e peças intermediárias, conseguida através da linearização do fluxo da produção e de sistemas visuais de informação (*kanban*). Através dela, busca-se chegar a um estoque zero. Requer a transformação do *lay-out* tradicional da fábrica em seções fixas, constituídas por máquinas similares (setor de tornos, de fresas, etc.), em uma sequência de pequenas unidades ou células independentes, que funcionam como cliente e fornecedor. Cada unidade de produção emite à unidade anterior, através de um cartão (*kanban*), a informação de quantas peças devam ser produzidas ou a quantidade de matéria-prima necessária. Diz-se que, ao contrário da organização fabril tradicional, na qual a produção é "empurrada" pelo setor de compras (define-se o produto a ser produzido para depois oferece-lo ao mercado), nesta forma de organização, ela é "puxada" pelo setor de vendas, obedecendo à demanda externa. Ver FRANZOI, N. L. Just-in-time. IN: CATTANI, A. D., 1997, p. 137-138.

> a reação dos homens a elas são igualmente produtos da síntese dos atos singulares em complexos e tendências sócio-históricas universais. Por sua vez, é justamente essa radical historicidade do ser social que possibilitou a Marx sua crítica radical do trabalho *abstrato*, demonstrando que o esranhamento (*Entfremdung*) produzido pela exploração do trabalho pelo capital não ocorresponde a nenhuma essencia a-histórica dos homens, podendo portanto ser superada pela constituição da sociabilidade comunista (LESSA, 2002, p. 34).

Logo, a centralidade do trabalho em Marx refere-se àquele entendido como sendo categoria fundante do ser social, revestindo-se de condição essencial na vida do homem, sendo necessário à sua própria reprodução. Assim, possibilita ao homem sua própria realização enquanto ser social que, num processo dinâmico constrói-se a partir da ação, atingindo sua autoconsciência. Porém, a apropriação do trabalho no modo de produção capitalista dá-se na forma de trabalho abstrato, produtor de mais-valia, o qual é capaz de reproduzir o sistema no qual se encontra inserido o trabalhador proletário, excluído dos meios de produção e detentor tão somente de sua força de trabalho.

Assim, o trabalho, enquanto inserido na lógica de reprodução do capital, é "coisificado", tornando-se mercadoria passível de alienação. Logo, o modo de produção capitalista é caracterizado pela apropriação do trabalho livre, ou seja, o detentor dos meios de produção não se apropria do trabalhador em si, pois isso iria reduzi-lo à escravidão, mas sim, apropria-se de sua força de trabalho, sendo esta última considerada mercadoria. Neste sentido, sendo destituído dos meios de produção do sistema, resta ao trabalhador alienar sua força de trabalho, a qual é explorada pelo detentor dos meios de produção.

De acordo com Sérgio Lessa, o reconhecimento do trabalho em si como categoria fundante do ser social não inviabiliza a crítica às formas historicamente concretas que foram concedidas à categoria trabalho. Pelo contrário, tal reconhecimento encontra-se na base da teoria proposta por Marx para a superação da sociedade capitalista pautada no trabalho abstrato e sua substituição por uma sociedade constituída por uma sociabilidade comunista.

O fato de Marx considerar o trabalho categoria fundante do ser social possibilitou que o mesmo postulasse pela superação do trabalho abstrato, forma historicamente particular de exploração do homem pelo homem presente no modo de produção capitalista, e emancipação humana através do trabalho concreto. Assim, uma análise teórica que enfatize o trabalho em si não necessariamente olvida a vigência quase universal do trabalho abstrato na sociedade capitalista e os problemas resultantes deste fato. Ao contrario, a análise teórica do trabalho em si, "ao desvelar as conexões ontológicas mais genéricas que articulam trabalho e totalidade social, possibilita uma base teórica solida para a mais radical crítica do trabalho abstrato" (LESSA, 2002, p. 28).

Por fim, o modo de produção capitalista, baseado na lógica de mercado, encerra em si um segredo: o fetichismo da mercadoria. Com isso, tende a ocultar a natureza íntima do trabalho social produtor de mercadorias, de forma que tem provocado certos debates acerca da possibilidade de perda de sua centralidade sociológica. Com o avanço do fetichismo da mercadoria, o sujeito social não é mais visto como produtor social, mas sim como mero consumidor de mercadorias.

Desta forma, o fetichismo e o estranhamento social da mercadoria tende a questionar a possibilidade de ainda se reconhecer a categoria trabalho como central as sociedade capitalista. A queda de políticas relacionadas ao *Welfare State* e ao keynesianismo, além do avanço de uma economia cada vez mais globalizada, tem colocado em pauta a continuidade de uma possível sociedade centrada no trabalho. Conforme já analisado, para alguns autores, tais como André Gorz e Jürgen Habermas, a sociedade atual teria visto o fim da centralidade da categoria trabalho.

Segundo José Henrique Carvalho Organista, estes autores embasam suas críticas com relação ao fim da centralidade do trabalho em um ponto comum, qual seja, a quantidade de trabalhadores desligados do mercado de trabalho assalariado. Desta forma, se detém para as taxas de crescimento de desemprego, bem como a intensa fragmentação do mercado de trabalho, questionando ao final se ainda subsiste a centralidade de tal categoria na sociedade.

Conclusão

Diante do exposto, evidente que se faz necessário contextualizar na história a categoria trabalho para ser possível afirmar o fim de sua centralidade. Quando alguns autores expõem seu fim, podemos perceber que levantam tal afirmação tomando por base o trabalho abstrato, ou seja, aquele exercido sob o domínio do capital e como meio de produção de mais-valia. Porém, o trabalho abstrato possui um contexto histórico, tendo surgido em função de relações sociais pautadas no capital, diferente do trabalho em si, produtor de valores de uso e presente em todas as formas de organização social.

Desta forma, a superação do trabalho abstrato, ou até mesmo suas metamorfoses no interior da sociedade capitalista, não permitem que se reconheça o fim de sua centralidade. Ora, o trabalho pode existir para além do capital, pois produtor também de valores de uso, porém o capital não pode prescindir do trabalho, pois poderia sucumbir. Assim, as metamorfoses ocorridas com a categoria trabalho no interior da sociedade capitalista apenas evidencia a

reorganização do capital e das suas formas de exploração, sem que a categoria trabalho deixe de ocupar uma posição central na vida do ser social.

Referências Bibliográficas:

ALVES, G. **Trabalho e mundialização do capital:** a nova degradação do trabalho na era da Globalização. Londrina: Editora Práxis, 1999.

_____. **Dimensões da reestruturação produtiva:** ensaios de sociologia do trabalho. Londrina: Editora Práxis, 2007.

ANTUNES, R (org.). **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. **Adeus ao trabalho?:** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2015.

CATTANI, A. D. (org.). **Trabalho e tecnologia**: dicionário crítico. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

COSTA, E. D. D. P. **Trabalho Portuário e Modernização dos Portos:** empobrecimento e riqueza no mesmo contexto. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2015.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultura. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

_____. **Para entender O Capital:** Livro I. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **Para entender O Capital:** Livros II e III. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2014.

HOBSAWN, E. **Era dos extremos**: o breve século XX (1914-1991). Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

LESSA, S. **Mundo dos homens:** trabalho e ser social. São Paulo: Boitempo, 2002.

MARX, Karl. **O capital:** crítica da economia política. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. v. 1. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

ORGANISTA, J. H. C. **O debate sobre a centralidade do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

GLOBALIZAÇÃO E RELAÇÕES MUNDIAIS PERIFÉRICAS EM LEOPOLDO ZEA: NOTAS INICIAIS DE PESQUISA

Raony V. A. Odremán Mendes (UDESC)[5]

Introdução

O discurso ocidental, tão difundido enquanto ápice da modernidade pautada na racionalidade iluminista e na perspectiva universalista de civilização é etnocêntrico e excludente. Na medida em que existem, segundo essa racionalidade, seres humanos superiores a outros, por sua raça/etnia, nacionalidade, gênero, cultura, vê-se que o discurso moderno de liberdade, igualdade, racionalidade universal não se efetivou na realidade, talvez para uma parcela da humanidade. A diversidade humana é fruto de processos culturais distintos. O processo de elaboração de identidades é relevante na medida em que possibilita a orientação espaço-temporal do individuo inserido na sociedade. Sua construção se dá por meio da tensão e alteridade entre um Eu e outro.

Nacionalismos, regionalismos, fundamentalismos e racismos são fenômenos políticos que parecem indicar que a tese de Fukuyama sobre o fim da História e a vitória da democracia liberal não corresponde à realidade efetiva dos fatos, já que os fenômenos mencionados acima são cada vez mais recorrentes na história contemporânea do ocidente. O século XX, de maneira geral, é significativo para os países periféricos do mundo, surgindo com maior impulso à possibilidade de se resignificar os modelos de existência ocidentais, legitimando conhecimentos e culturas ancestrais, tradicionais, populares, locais. Os nacionalismos e regionalismos em sociedades coloniais ocidentais visam à autodeterminação e fomento de uma identidade sociocultural dos povos que não se enquadram no único modelo de existência do ocidente.

Do ponto de vista Latino-americano, a teorização sobre a noção de crise para a construção cultural e identitária ganha fôlego nos trabalhos de Jorge Larrain Ibañez para quem, na história latino-americana existiram momentos existenciais em que a pergunta pela identidade cultural adquiriu relevante importância. “Esses momentos foram justamente de independência das colônias hispano-americanas; o contexto da Primeira e Segunda Guerra Mundial, e por fim, na segunda metade do século XX, quando o fracasso do populismo e o acirramento dos regimes de força ditatoriais assolaram a América Latina” (1996, p.130).

[5]Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC. Mestrando em História do Tempo Presente – FAED/UDESC. Bolsista da Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior – Capes. Pesquisador associado ao Laboratório de Estudos Pós-Coloniais e Decoloniais – AYA/UDESC. Email: raonymendesodreman@gmail.com

O conceito de cultura passou a abranger em uma só palavra "todas as possibilidades de realização humana, além de marcar fortemente o caráter de aprendizado da cultura em oposição à ideia de aquisição inata, transmitida por mecanismos biológicos." (Laraia, 1986, p. 25). Desta forma, a cultura torna-se o meio pelo qual os povos e as minorias dominadas irão resistir aos imperativos dominantes, sendo a identidade cultural um dos meios estratégicos de resistência mais relevantes na contemporaneidade.

É através desta tensão politico-cultural e contra hegemônica ao mito da "história única" e ao projeto de modernidade eurocêntrico, que o intelectual mexicano Leopoldo Zea[6] se insere, assim como vários outros pensadores de regiões periféricas do mundo. A crise da racionalidade e cultura ocidental no século XX teria possibilitado o surgimento desse movimento. Este artigo terá como objeto de análise a ideia de modernidade, globalização e a formação de uma periferia mundial em torno do ocidente no século XX, que será problematizada através do discurso intelectual e político de Leopoldo Zea.

A longa trajetória acadêmica de Leopoldo Zea demonstra o engajamento político-intelectual que o mesmo tinha para com a mudança da realidade dependente das zonas excluídas do ocidente, dentro do contexto da modernidade ocidental e do sistema capitalista mundial. Onde a América Latina, assim como Ásia e África, foi colonizada, explorada, destituída de sua cultura e identidades próprias. A criação uma esfera pública de ação ganha força na América Latina, através de uma postura intelectual crítica, que visa à emancipação do pensamento social, político, cultural. Vê-se aí o papel fundamental de Leopoldo Zea na construção discursiva de outra modernidade, não excludente, capitalista, racista, etnocêntrica.

Por isso a importância da metodologia da História Global para realização deste trabalho, já que o principal ganho metodológico da respectiva perspectiva são a critica ao Eurocentrismo e ao modelo de Estado-Nação ocidental. Outro referencial teórico importante para o desenvolvimento da pesquisa é o conceito de Colonialidade desenvolvido pelo grupo de intelectuais latino-americanos, intitulado: Modernidad/Colonialidad/Decolonialidad.

O conceito de **colonialidade** (Lander, 2005), como o lado perverso e sombrio da violenta modernidade eurocêntrica nos serve para pensar projetos de modernidade alternativos para as regiões marginalizadas pela racionalidade ocidental. A Colonialidade passa pelo

[6] Leopoldo Zea nasceu em 1912 na Cidade do México e morreu em 2004 na mesma cidade. Foi professor de filosofia da Universidad Nacional Autonoma del México, Secretário de Relações Internacionais do México, Diretor do Centro de Estudos latino-americanos, fundou e dirigiu diversas organizações (Comité de Historia das Ideas; SOLAR; FIEALC e CCyDEL), publicou mais de 50 livros e 180 artigos e ensaios, recebeu inúmeros prêmios e vários títulos de Doutor Honoris Causa em diversas universidades do mundo (Grécia, França, Espanha, Rússia, Cuba, Venezuela, Argentina, Uruguai).

controle da economia, da autoridade, dos recursos naturais, da sexualidade/gênero, da subjetividade e do conhecimento. Um projeto alternativo para América Latina (decolonial) passa pela superação dessa grande gama de construções da modernidade excludente.

Por isso a importância de pensar a modernidade em termos da superação das subjetividades construídas e mantidas pelo ocidente. Fomentar as identidades "mestiças" locais e regionais, dos povos originários, dos afrodescendentes como potência da ALC; Pensar para além dos estados-nacionais latino-americanos visando um projeto integracionista; Discutir a importância histórica e a participação do "Novo Mundo" (ALC)[7] na construção da Modernidade e da História "universal". O pensamento de Leopoldo Zea se insere numa longa tradição do pensamento crítico latino americano, que visa problematizar e resignificar a concepção ocidental de existência.

Com isso, a problemática que gostaríamos de desenvolver é em que medida as reflexões de Zea se articula, aproxima e afasta da postura crítica latino-americana contemporânea dos estudos decoloniais. Podemos pensar no atrito gerado entre gerações intelectuais distintas no tempo, mas não no espaço. A chamada geração historicista/existencialista latino-americana preocupada com a formação das identidades culturais nacionais, a integração econômica latino-americana (MERCOSUL), a integração latino-americana por meio da assimilação de uma história e cultura comum que tem como figuras centrais intelectuais como Leopoldo Zea e Darcy Ribeiro.

E de gerações intelectuais posteriores, que vão acusar a geração intelectual de 1960/70/80, de seguir uma postura intelectual do essencialismo, do idealismo, da utopia, da parcialidade, do engajamento político, do anticientificismo. Com isso vemos a autoafirmação de um tipo ideal de intelectual moderno e cientifico, em detrimento de uma geração engajada e preocupada em intervir politicamente na sociedade em que viviam.

Durante a pesquisa tentarei responder a seguinte hipótese, Leopoldo Zea através da sua participação política e intelectual na revista Cuadernos Americanos[8] construiu outra perspectiva para história da humanidade? Pautada na integração dos povos marginalizados, colonizados e subalternizados? Queremos sustentar que Leopoldo Zea lutou ideologicamente, pelo reconhecimento da perspectiva multicultural e da emancipação das sociedades contemporâneas marginalizadas. Com isso o eurocentrismo da modernidade, a ocidentalização e a História

[7]Abreviação para América Latina e Caribe.
[8]Revista Cuadernos Americanos: Nueva Época (1987-2008). Disponível em: http://www.cialc.unam.mx/cuadernosegunda1.html#. Acessado em: 26/10?2016.

“Universal” é resignifica a partir de projetos pautados nas circunstâncias históricas próprias de cada cultura/povo marginalizado. Segundo Eduardo Devés-Valdés,

> Ese esfuerzo por pensar más allá del estado-nación que es palpable en la obra de Leopoldo Zea, en diversas formas, a través de su larga carrera académica de más de 60 anõs. Por otra parte, sus viajes de trabajo por ALC y todo el mundo, sus estudios sobre nuestro pensamiento, y en las conexiones o paralelos entre éste y el de Asia y África, sus tareas de organizador de redes de estudios sobre ALC y su papel como difusor de la cultura mexicana en el mundo son todas formas de proyectarse más allá del estado-nación (2010, p.45).

A História Global dá uma nova orientação para a narrativa historiográfica no que se refere à multiplicidade de histórias conectadas, plurais, diversas e, sobretudo, na participação de zonas do globo ditas periféricas na construção da história da Humanidade. Com isso a América Latina, através do pensamento de Leopoldo Zea, se constitui como lócus e partícipe da história global.

A modernidade e sua crítica

O século XX para a História Global e para os países periféricos é de suma importância, enquanto recorte histórico para se pensar a crise da razão e dos paradigmas científicos levantados como arauto da supremacia europeia e norte-americana. O pós-guerra (1ª e 2ª Guerras Mundiais) originou pela primeira vez na história desde o século XIX, quando se criou todo o arcabouço mental iluminista de civilização/universalismo/igualdade/liberdade, a crítica a esse tipo de razão: binária, instrumentalista, excludente, classificatória. Segundo Zea, “los representantes de la Modernidad, por supuesto, tanto en Europa como en América, se encargaron de hacer sentir su superioridad física y cultural dentro del mundo por ellos creado (Zea, 1965, p.28)”.

No entanto, os povos colonizados do mundo no século XX puderam se unir e fazer um levante frente a tal concepção de mundo que constrói sua imagem de superioridade em detrimento da inferioridade do outro. A visão unilinear da história do mundo e perspectiva progressista (marcha) de que todos os povos que conheceram a modernidade europeia passariam pelos estágios de: selvageria/barbárie/civilização, até alcançar o último estágio de evolução. Após o fim da crença no modelo de racionalização moderno, pudemos ver que somos todos bárbaros, que os conceitos assimétricos políticos e sociais nos quais a Europa se pautou na construção discursiva da temporalidade moderna caíram por terra, e desta forma se criarão novas formas de temporalidades (a flecha do tempo não é mais unilateral e progressista) que

possibilitaram a abertura do tempo para outros espaços de experiência e horizontes de expectativa que dão suporte para a construção de modernidade e histórias nacionais, locais e regionais alternativas.

Leopoldo Zea como intelectual preocupado em construir uma nova relação com o tempo para a América Latina e a nossa modernidade procura levar em consideração a tomada de consciência de um campo de experiência histórico comum oriundo da colonização, exploração e dependência ocidental e o horizonte de expectativas futuras de integração regional e universal, do respeito à diversidade cultural e da mestiçagem, para sustentação deste projeto cultural e visão de mundo alternativa. Para os europeus sua etnia é o que mostra a sua superioridade cultural.

> A etnia é acidental, mas é esta etnia que pode impedir o bom uso da razão. O estado primitivo dos não-europeus mostra o uso diferente da razão que tais homens fizeram. O determinante é a etnia, uma desigualdade mais difícil de superar que a estabelecida entre civilização e barbárie. A mestiçagem, longe de superar essas diferenças, as amplia. O mestiço não supera as limitações de uma parte de sua etnia, mas as estende à outra. Mestiçar não é melhorar a própria etnia, mas corromper a etnia superior. O índio não se faz branco mestiçando-se com o branco; pelo contrário, o branco se rebaixa ainda mais, a índio (Zea, 2005, p.283).

Ou seja, na descontinuidade (sincronia) e ruptura da história latino-americana como mero reflexo e subproduto da história universal europeia, buscava-se criar através do presente um projeto assuntivo do passado e um futuro comum para a América latina, que leve em consideração sua circunstância própria de existência. “Ser o que se foi para não se ter de continuar sendo. Assunção do passado para que este sirva de degrau ao futuro ascendente” (Zea, 1989, p.30). E continua,

> Y de nuevo una vuelta al pasado, a las costumbres, al folklore para mostrar la propria humanidad, esto es, la capacidad en otras zonas del mundo, en otros pueblos de la tierra, en Asia, África, Oceanía, Latinoamerica, para realizar lo que la cultura occidental había realizado entre los que fueran sus creadores. [...] Por ello ha sido sintomatico el que en momentos de crisis de una cultura como la llamada Occidental, diversos pueblos que han sufrido su impacto hayan hecho cuestión de su personalidad cultural. [...] Especial há sido la preocupación latinoamericana, al término de la segunda gran guerra, por definir lo que puede ser proprio de la cultura latinoamericana o americana. Pero no ha sido solo la América Latina la preocupada por esta definición, la misma preocupación se ha hecho expresa en otros muchos pueblos de Asia y África (Zea, 1969, p.10-11).

Leopoldo Zea vai criticar e romper exatamente com a visão única da história do ocidente, mostrando que as culturas e os projetos são múltiplos e construídos através da interação e a transculturação entre os povos do mundo.

> A Europa é vista como o fim dos tempos e como o princípio de todo futuro possível. O espirito conservador da história adicionará, no futuro, o que dela vai surgindo. Em uma série de infinitas absorções, absorções fáusticas, o espirito que alcança sua realização plena na Europa acrescentará infinitamente sem deixar de ser o que é: a Ásia é o passado da Europa, como a América e a África são o seu futuro. A Europa engoliu a Ásia, como seu passado, para prolongar-se na América e na África, como seu futuro. Como o Fausto de Goethe, nada lhe satisfaz. Nada há antes da Europa nem nada depois da Europa. A europa dá sentido ao passado e é a única possibilidade de futuro. (Zea, 2005, p.285).

Por fazer a crítica a está postura etnocêntrica, binária e excludente do eurocentrismo e da modernidade ocidental, o filósofo mexicano vai justamente buscar superar a lógica eurocêntrica, para construir um futuro mais humanista e igual para a América Latina e o mundo. Para tanto vai buscar assimilar as contribuições e as contradições da colonização e da herança cultural que o europeu (espanhol/português) nos legou, tentando integrá-la na construção de uma identidade e modernidade própria, que é justamente a hibridização e a mestiçagem dos povos ameríndio, africano e europeu no subcontinente.

Para tanto não vai negar o passado de colonização, mas vai englobar tal aspecto na construção de uma narrativa pós-colonial, exatamente porque colonizador/colonizado, civilizado/bárbaro não podem mais ser lidos como entes separados e assimétricos após a derrocada da razão, dos princípios “morais e éticos” ocidentais.

Uma nova América Latina?

Essa ruptura epistêmica colocada em prática no século XX foi importante para romper com a razão imperialista ocidental e criar uma nova temporalidade para América latina, ou seja, pensar projetos alternativos à Modernidade Ocidental. Para tanto no período de expansão de uma nova globalização (pós-1989) é necessário se construir uma nova relação entre os seres humanos, uma perspectiva multicultural.

> En este fin de siglo y de milenio la globalización imperial, que impusieron los intereses del colonialismo europeo y occidental, se ha transformado ante la emergencia de los colonizados y marginalizados, los cuales exigen el lugar que les corresponde en una nueva globalización. Exigencias que niegan la existencia de razas y culturas superiores, por la diversidad de las mismas. Por el color de la piel, cultura, hábitos y costumbres. Exigencias que ahora obligan a los pueblos colonizadores a plantearse problemas de identidad que

> parecían propios de marginados. Y con ello el conocer su verdadero lugar en un mundo multirracial y multicultural (Zea, 2000, p.16).

Os povos da América Latina por serem povos que se hibridizaram no continente seriam mais preparados é esta nova realidade histórica de integração.

> Se cumplia otra promesa pero ahora latinoamericana. La promesa de una América multirracial y multicultural. […] integrando la diversidad en la diferencia, enarbolando el derecho a la diferencia. Todos somos iguales por ser distintos, pero no tanto, que unos puedan ser más hombres que otros. América Latina no podía integrarse en la sajona; pero sí la sajona ser parte de la latina. Y, a partir de la toma de conciencia de la común identidad, la integración de la región en la liberdad (Zea, 2000, p.17-18).

Com isso surge uma nova demanda histórica que desconstruir o eurocentrismo, e que construa espaços de ação e afirmação identitárias para as minorías e clases sociais subalternizadas.

> Hoy, en vísperas del siglo XXI, otro fantasma recorre no sólo Europa sino el mundo entero: el fantasma de los marginados. Marginados por su clase, su piel, su religión, cultura, nacionalidad y origen social, también por su sexo, sus inclinaciones sexuales, etcétera. Marginados que se están haciendo masivamente patentes a lo largo de la tierra, que ponen en crisis no sólo el sistema socialista, sino también el capitalista. Marginados que están poniendo en crisis viejos poderes que daban sentido al orden liberal, como el ejecutivo, el legislativo y el judicial en el sistema democrático; ponen en crisis a los partidos clásicos, como sucede en Perú; pusieron en peligro el sistema partidarista en Estados Unidos y amenazan extenderse a otros lugares de la tierra. […] Esta gente está ya buscando su integración, los marginados no tienen nada que perder más que sus cadenas; tienen en cambio mucho que ganar (Zea, 1994, p.40).

O projeto Zeano de uma nova Modernidade para América Latina e para o mundo parece de certa forma, e mais estritamente para a racionalidade ocidental cartesiana, utópica ou imaginada. Todavia defende Zea,

> Reconecer en el otro a un semejante por lo que tiene de distinto y, a partir de este reconocimiento, pugnar por el logro de lo común sin menoscabar lo distinto, como lo es, ineludiblemente, cada individuo. ¿ Una utopia más?, posiblemente, pero sin la realización de esta utopía volveremos a los escuros tiempos de la historia que deben ser ya superados. De no ser así, el fantasma de los marginados que recorre la tierra será la nueva amenaza (Zea, 1994, p.42).

Considerações finais

O texto aquí apresentado é um breve esboço de questões que serão aprofundadas na dissertação em curso sobre o pensamento de Zea acerca da modernidade Latinoamericana, e não tem a função e nem a intenção de esgotar o debate. Nessa pesquisa em andamento vemos claramente a configuração de um novo projeto intelectual para América Latina a partir de uma modernidade alternativa. Tal modernidade seria contraria ao eurocentrismo, as identidades essencialistas propostas pelo estado-nação no século XIX, não é a defesa de uma homogeneidade cultural latino americana, muito pelo contrário, é a integração de culturas pelo respeito as diferenças. Superar a lógica da racionalidade ocidental, é exatamente ir contra e além dos preconceitos, dicotômias, binarismos, hierarquização social, imperialismo cultural, desigualdade naturalizada, exploração do liberalismo econômico mundial que o ocidente nos legou e oferece como única alternativa.

A proposta de Leopoldo Zea é romper com a lógica temporal do ocidente, que é pautada na noção de Progresso, e buscar na assimilação e problematização do passado uma nova noção e projeto de futuro para América Latina, que vise a integração, o multiculturalismo, multirracialismo, uma economia solidária para a região (defensor do Mercosul), o reconhecimento a nivel mundial da identidade Latinoamericana e a construção de um verdadeiro humanismo. Tal pensador utilizava com muita frequência uma frase que é catalizadora e emblemática de seu pensamento: “Devemos partir de uma relação vertical de exploração, para uma relação horizontal de solidariedade”. Fica visivel o intuito de Zea, de deslocar a concepção de futuro da humanidade de uma noção de progresso capitalista individualizante, mas sim, a defesa de uma perspectiva de integração cultural humanista.

Referências Bibliográficas

DEVÉS-VALDÉS, Eduardo. **Una agenda para la intelectualidad de América Latina y el Caribe:** Acogiendo la herencia de Leopoldo Zea para pensar más allá del Estado-Nación. Revista Universum. Chile, Universidad de Talca, Vol. 2, Nº 25, julio-diciembre, 2010, págs. 41-56.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura:** um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

LANDER, Edgardo; CASTRO-GÓMEZ, Santiago (Comp.) **Colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. 278 p.

LARRAIN IBAÑEZ, Jorge. **Modernidad, razón e identidad en América Latina.** Santiago: Editorial Andrés Bello, 1996.

VENGOA, F. Hugo. **De la globalización a la história global:** hacia otra representación del mundo contemporáneo. Revista Análisis político, Bogotá, nº 61, septiembre-diciembre, 2007, págs. 28-44.

Fontes

ZEA, Leopoldo. **América Latina y en mundo**. Buenos Aires: Eudeba, 1965.

_____. **Fin del siglo XX, ¿Centuria perdida?** Cuadernos Americanos. México, Nueva Época, nº33, 1992. p. 11 – 19.

_____. **Identidad continental multirracial y multicultural.** Cuadernos Americanos. México, año XIV, v.2, nº80, p. 15 – 19, marzo-abril. 2000.

_____. **Repensar el futuro de América. Cuadernos Americanos.** México, año XIV, v.6, nº84, p. 11 – 18, nov./deci. 2000.

_____. **El fin de siglo y el fantasma de los marginados.** Cuadernos Americanos. México, anõ VIII, v.2, nº 44, p. 35 – 42, mar./abr. 1994.

_____. **Autopercepción intelectual de un proceso histórico.** Anthropos. Revista de Documentación Cientifica de La Cultura, 89, 1988, p. 11-27.

_____. **Discurso desde a marginalização e a barbárie**. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2005. 488 p.

_____. **El Mediterráneo y Latinoamérica.** Cuadernos Americanos. México, año XIV, v.1, n°79, p. 75 - 83. enero-febrero. 2000.

_____. **Europa desde latinoamérica**. Cuadernos Americanos. México. p. 73 – 83. enero-febrero. 1998.

_____. **Latinoamérica en la globalización**. Cuadernos Americanos. México. p. 11 – 17. mayo-junio. 1997.

_____. **Filosofía de las relaciones de América Latina con el mundo**. Cuadernos Americanos. México. p. 93 – 100. septiembre-octubre. 1993.

O POMO DO JARDIM DAS HESPÉRIDES:

RELAÇÕES ENTRE HISTÓRIA GLOBAL E HISTÓRIA MILITAR

Ricardo Barbosa da Silva[9]

Introdução

Na mitologia grega, Gaia presenteou Hera com pomos de ouro pelo seu casamento com Zeus. A deusa então plantou os pomos no jardim das Hespérides para que estas os cuidassem e guardassem, nos confins do mundo. Quando percebeu que as Hespérides estavam por utilizar seus incríveis pomos para proveito próprio, Hera então envia Ládon, o dragão de cem cabeças, para proteger os pomos da imortalidade das Hespérides.

Como uma planta do jardim das Hespérides, a ciência histórica também cresce e se desenvolve com o passar do tempo. Apesar de sua idade avançada como gênero (quase dois milênios e meio de existência), como ciência ela luta no meio de outras plantas pelo seu lugar ao sol. Acontecimentos importantes e pesquisadores do século passado nos ajudaram no desenvolvimento de nossa disciplina. Alguns nomes foram os de Lucien Frebvre, Marc Bloch, Fernand Braudel e outros ligados a Escola dos Annales e suas várias gerações a partir do final da década de 20 e início de 30. A partir das viradas lingüística (anos 50) e cultural (anos 80), novos trabalhos foram implementadas por Michel Foucault, Roger Chartier, Pierre Bourdieu, Carlo Ginzburg e outros, que perceberam os benefícios que renovar algumas áreas poderiam trazer para nossa ciência. Novas formas de pensar a História também surgiram e ganharam força, este é o caso da História Global. Outras velhas formas como a História Militar (ou Nova História Militar) estão sendo revistas e atualizadas.

A História Global

Vários foram os fatores para o desenvolvimento da perspectiva da História Global dentro da ciência histórica a partir da década de 90. O avanço da globalização pelo mundo, a queda do muro de Berlim e o fim da Guerra Fria, a utilização do inglês como principal língua de comunicação mundial, a rede mundial de computadores e os intercâmbios acadêmicos são apenas alguns exemplos de condições que levaram os pesquisadores a pensar a história de uma maneira mais global.

[9] Mestrando do Programa de Pós Graduação em História (UFPEL). E-mail: riiicardobs@gmail.com

Esta nova tendência surgiu a partir de reivindicações sociais ocorridas no final dos anos 80 nos Estados Unidos, o movimento começou como uma demanda por um novo currículo que não aquele em voga nas high schools e colleges estadunidenses que preconizava a "western civilization" (Kocka, 2012, p.4). Estas novas demandas tomaram corpo com processos que já vinham ocorrendo nas Academias do país, surgem então os primeiros periódicos relacionados à temática global, o Journal of World History (1990) e o Journal of Global History (2006) (Iggers, 2007, p. 114-115), veículos importantes e os principais na divulgação das pesquisas em História Global.

Por ser uma área nova – mesmo que nem tanto, já que o primeiro periódico sobre o tema já tenha 25 anos – a História Global ainda carece de definições mais precisas. Este é o caso da própria definição do que é História Global. Não existe uma definição precisa do que ela seja e muitos estudos diferentes são jogados em vala comum sob a alcunha de História Global (Vengoa, 2009, p. 307-312; Iggers, 2007, p. 115; Kocka, 2012, p. 2-4; Barros, 2014, p. 87-89).

Além da falta de uma melhor definição, existem dificuldades para aqueles historiadores que pretendem se aventurar no ramo do global. Jürgen Kocka e Hugo Fazio Vengoa fazem um levantamento dos problemas que os historiadores terão que lidar para se tornarem historiadores globais.

Kocka (2012, p. 4-5) elenca três problemas para aqueles que almejam a alcunha de historiadores globais. Primeiramente que História Global não é para iniciantes, ela requer um nível grande de conhecimento, erudição e autocrítica que só vem com o amadurecimento escolar. Segundo, nas pesquisas a nível global é muito fácil a um historiador despreparado correr o risco de realizar super simplificações, devido principalmente a negligência no momento de fazer comparações na busca por similaridades e diferenças para sua interpretação. Por fim, Kocka nos diz que o último dos desafios levantados por ele é justamente lidar com interpretações históricas a partir de diferentes contextos, algo muito importante para os historiadores globais, tendo em vista que o fenômeno global é baseado em diferentes pontos de vista.

Vengoa (2009, p. 312-314) nos elenca seis resistências e problemas a serem superados pelos historiadores globais. O primeiro problema ou resistência é por parte dos próprios historiadores, tendo em vista que pensar numa perspectiva global soa arrogante para outros historiadores. Em seguida temos o problema dos obstáculos institucionais, tendo em vista que

a maioria dos pesquisadores nas Universidades se concentra em torno das fronteiras de seu próprio Estado-nação. Por terceiro problema temos o perigo de reintroduzir na História um senso de causa-efeito, ou seja, trazermos de volta uma História teleológica, mesmo que de forma implícita. A quarta resistência é a que o historiador global só consegue escrever uma história global sendo esta como historiografia, não há a possibilidade de visitar todos os arquivos para se escrever uma história do algodão, por exemplo. Quinto, é necessário ao historiador global certo anacronismo em sua escrita, algo que é um pecado fundamental para os historiadores. Sexta e última questão/problema levantada é o grande esforço necessário para torna-se um historiador global, haja vista que este tem que dominar vários idiomas, compreender outras formas de ver o passado e mesmo entender outros contextos históricos, coisas nada fáceis.

Apesar das grandes dificuldades apresentadas para os que tencionam tornarem-se historiadores globais, existem grandes benefícios que podem ser alcançados. O próprio Vengoa nos fala mais sobre esses benefícios:

> No obstante este conjunto de desafio, son indiscutibles los grandes benefícios que há aportado para la disciplina histórica. Primero, porque propone unas perspectivas históricas más inclusivas. Segundo, es un adecuado antídoto contra el exceso de occidentalización que comporta el pensamiento histórico. Tercero, se ubica en un plano de trascendencia con respecto al institucionalismo y al burocratismo de la disciplina histórica, porque las fuentes, los métodos y los medios corrientemente utilizados han contribuido a la confusión burocrática del historicismo, y explica además la proclividad por los enfoques administrativos por parte del historiador. Cuarto, relativiza algunos "hechos" históricamente establecidos y desvirtúa algunas fronteras que artificialmente se han alzado entre lo económico, lo político, lo cultural, etc. (Vengoa, 2009, p.314)

Como vimos, a História Global não é um ramo fácil de lidar, exige muita preparação do pesquisador, mas oferece grandes oportunidades e um campo muito fértil para pesquisas. Em nosso país, pouquíssimos são aqueles que se dedicam a pesquisas da perspectiva global, demonstrando que é um campo a ser explorado, um galho de nosso desenvolvimento que já percebemos a sua capacidade de crescer solidamente.

A Nova História Militar

Diferentemente da História Global que surgiu a partir de anseios antigos com novos horizontes, desenvolvendo um campo novo de estudos, a História Militar teve que se reinventar. O campo de estudos do militar fora muito popular no início da ciência histórica, bem como antes disso no tratamento que se dava os registros das guerras e batalhas. Contudo, ao

desenvolver-se, a História descartou aquele tipo de pesquisa em favor de novos olhares, novos objetos, novas perspectivas. Assim a História Militar saiu de moda. Apesar disso, sempre existiu e resistiu o fascínio sobre a belicosidade dos seres humanos.

Desde que os primeiros grupos humanos começaram a se organizar que o confronto e a violência estão presentes na realidade humana, muitos debates foram travados entre os antropólogos e estudiosos de outras áreas no intuito de se verificar se esta violência é intrínseca ao ser humano ou se foi desenvolvendo-se juntamente com as sociedades.

Sendo a violência tão antiga quanto às primeiras sociedades humanas, esta foi, também, desde cedo alvo de reflexão, sobretudo na sua forma mais desenvolvida: a guerra. Na antiguidade, os gregos já devotavam particular interesse sobre a racionalização do espírito belicoso, alvo de particular interesse de filósofos como Heráclito, Platão e Aristóteles.

No decorrer da história, alguns pensadores foram aqueles que demonstraram a importância da guerra. Carl von Clausewitz, um oficial prussiano, viria a revolucionar o estudo da guerra em seu livro de 1832, intitulado "Da Guerra", onde destacou que "a guerra é a extensão da política por outros meios" (apud. Keegan, 2006, p.30), surgindo daí a primeira ideia do conceito de guerra cultural. O inglês John Keegan viria mais tarde desenvolver este conceito ao criticar o trabalho de Clausewitz. Para Keegan, a guerra "é sempre uma expressão de cultura, com frequência um determinante de formas culturais e, em algumas sociedades, é a própria cultura" (2006, p.30). O pesquisador brasileiro Demétrio Magnoli concorda com Keegan, ao afirmar que "a guerra é um fenômeno total, uma expressão condensada das formas de pensar, produzir e consumir das sociedades, o espelho de um tempo e lugar" (2008, p.14), logo, "o tema da guerra e da vida militar permanece central para a reflexão da vida em sociedade" (Funari et all, 2012, p. 8). Tais desenvolvimentos de pensamento foram possíveis graças a toda a evolução que a ciência história passou no século passado, aproximando deste ramo outras vertentes da História, bem como a aproximação de outras disciplinas científicas, dando-a suporte para sua renovação.

No Brasil, os debates sobre a história militar refletem a nova tendência mundial. Após os *Annales*, a busca pela história total acabou por marginalizar a história militar (Moreira; Loureiro, 2012, p.14), indo esta temática "retirar-se para dentro dos muros dos quartéis" (Teixeira, 1995, p. 87), todavia acompanhou-se aqui o que nos Estados Unidos convencionou-se chamar de "a nova história militar", que nada mais era do que tratar a história militar em

associação com a história mais ampla da sociedade (Castro; Izecksohn; Kraay, 2004, p.12), ou seja, compreender o contexto das instituições militares e seus vínculos estruturais maiores (Moreira; Loureiro, 2012, p.16-17), haja vista que os militares "não se encontram isolados da sociedade abrangente embora possam guardar uma *relativa* autonomia em alguns aspectos e épocas específicas" (Castro; Izecksohn; Kraay, 2004, p.12).

Como a História Global, a Nova História Militar tem que lidar com muita resistência por parte dos historiadores que enxergam nela uma volta à velha história positivista, baseada numa História Política e Militar centrada nos grandes heróis das nações, os grandes eventos etc. Contudo, a História Militar, apesar dessas dificuldades, tem se mostrado um ramo interessante de pesquisa e que pode render bons frutos.

Considerações finais

Nosso objetivo aqui foi mostrar um panorama de dois ramos da ciência histórica que tem tudo para se desenvolverem e darem bons frutos, principalmente se associados. A temática militar é uma questão que perpassa todas as culturas e sociedades, em todos os lugares do globo e em todos os períodos históricos, um eixo bastante interessante de pesquisa para os historiadores globais. A perspectiva global também é bastante interessante para os historiadores militares, tendo em vista que ela pode ajudar a responder questões ainda sem solução, bem como ajudar na renovação da temática e afastar o preconceito dos pesquisadores.

A História Global e a História Militar são dois ramos interessantes da ciência histórica e que tem muito a oferecer em termos de terreno para pesquisas. Assim como a árvore dos pomos de ouro do jardim das Hespérides (mitologia grega) que era defendida pelo dragão de cem cabeças Ládon, estes dois ramos da História tem diversas dificuldades para aqueles historiadores que desejarem ali se aventurar. Contudo, assim como na mitologia, os frutos alcançados com o desprendimento de tamanho esforço são os mais valiosos dentro da disciplina histórica.

Referências bibliográficas

BARROS, J. D. **História Comparada**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2014. P. 85-153

CASTRO, C.; IZECKSOHN, V.; KRAAY, H. Da história militar à "nova" história militar. In: CASTRO, C.; IZECKSOHN, V.; KRAAY, H. (orgs.). **Nova História Militar Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 11-42.

FUNARI, P. P. A. et all. História Militar do Mundo Antigo: uma introdução In: FUNARI, P. P. A. et all (orgs.). **História Militar do Mundo Antigo**: guerras e identidades. São Paulo: Annablume; Fapesp; Campinas: Unicamp, 2012. p. 113-124.

IGGERS, G. Desafios do século XXI à historiografia. **História da historiografia**. Ouro Preto, n. 4, p. 105-124, 2010.

KEEGAN, J. **Uma história da guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

KOCKA, J. Global History: Opportunities, Dangers, Recent Trends. **Culture & History Digital Journal**, n.1 (1), p. 1-6, 2012.

MAGNOLI, D. No Espelho da Guerra. In: MAGNOLI, D. (org.). **História das Guerras**. 4ª Ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 9-18.

MOREIRA, L. G. S.; LOUREIRO, M. J. G. A Nova História Militar e a América Portuguesa: Balanço Historiográfico. In: POSSAMAI, P. C. (org.). **Conquistar e defender**: Portugal, Países Baixos e Brasil. São Leopoldo: Oikos, 2012. pg. 13-31

TEIXEIRA Nuno Severiano. A História Militar e a Historiografia Contemporânea. **A Defesa Nacional**, nº 768, p. 83 – 96, 1995.

VENGOA, H. F. La historia global y su conveniencia para el studio del pasado y del presente. **Historia critica**. Bogotá, edición especial, p. 300-319, 2009.

ENTRE FRONTERAS NACIONALES Y CULTURALES. CONVERSACIONES CON GAUCHOS POR LA PAMPA

Teresa Lenzi[10]

Jesús Pérez García[11]

Introducción

> "El gaucho de las estampas fotográficas, tema de cuadros y poemas, tiene poco que ver con el peón que trabaja, en la realidad, las tierras anchas y ajenas. Las alpargatas bigotudas ocupan el lugar de las botas de cuero; un cinturón común, o a veces una simple piola, sustituye los anchos cinturones con adornos de oro y plata. Quienes producen la carne han perdido el derecho de comerla: los criollos muy rara vez tienen acceso al típico asado criollo, la carne jugosa y tierna dorándose a las brasas"[12].
>
> (Eduardo Galeano – *Las Venas Abiertas de América Latina*).

El texto que se presenta es resultado de un conjunto de acciones –conceptuales y audiovisuales- que giran en torno al análisis de la conformación y la reconfiguración contemporánea de la cultura gaucha (propia de Argentina, Uruguay y el sur de Brasil) alrededor de sus fronteras.

En efecto, la cultura gaucha es un ejemplo digno de estudiar en relación a la distribución de sus límites, ya que estamos hablando de una cultura más o menos unitaria, conformada al mismo tiempo que las fronteras que la dividen. Si podemos hablar siempre de 'artificio' y 'arbitrariedad' en relación a la elaboración de fronteras geopolíticas, este es un caso ejemplar en cuanto a la configuración de los límites, no sólo de las fronteras entre estos tres países, sino de su propia organización como estados, ya que tanto en la formación de Brasil y el Virreinato de

[10] Professora, pesquisadora e realizadora. Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Instituto de Letras e Artes, Curso de Artes Visuais.
[11] Escritor, realizador, doctorando do Programa em História da Literatura da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Instituto de Letras e artes.
[12] GALEANO, 2003, pág. 157.

la Plata, y posteriormente, la de un tercero (Uruguay) y la frustración de otro más (la República Riograndense), podemos ver cómo la elaboración de las divisorias geopolíticas es producto de intervenciones y negociaciones coyunturales de terceros (Tratado de Tordesillas, Tratado de San Ildefonso, etc.)

Las fronteras de la Banda Oriental (Banda Oriental definía el territorio ubicado al este del río Uruguay y al norte del Río de la Plata, abarcando una zona que se corresponde en forma aproximada con la actual República Oriental del Uruguay y el actual estado brasileño de Río Grande del Sur) fueron acordadas entre España y Portugal en 1494. En los siglos posteriores, el tratado fue sufriendo variaciones a partir de choques de intereses y sucesivas transgresiones del mismo. Con el Tratado de San Ildefonso (1776), las delimitaciones entre las colonias españolas y portuguesas fueron nuevamente delimitadas. Mientras ambos lados se independizaban de la metrópoli, un nuevo actor, Gran Bretaña, entró en acción y propició la creación de una nueva república: Uruguay. Paralelamente a estos conflictos entre terceros, una cultura, la cultura gaucha, fue configurándose en las abiertas e ilimitadas llanuras de La Pampa (la Región pampeana o Pampa es el área geográfica situada en el centro-este de la Argentina, Uruguay, y el sur del estado brasileño de Río Grande del Sur. El término ‘pampa’, proveniente del ‘quechua’ y significa 'llanura', en especial llanura entre montañas). La configuración de los estados-nación, dividió la cultura. La disolución progresiva del concepto de estado-nación en los tiempos de la globalización está renovando el vigor de esta cultura dividida en nacionalidades, pero al mismo tiempo está introduciendo nuevos elementos que provocan el debate identitario. En definitiva, asistimos a una cultura, pasando de ser atravesada por las fronteras entre sus nacionalidades a ser atravesada (descodificada, 'transgenizada') por la globalización, que está reelaborándose a sí misma y, como suele ocurrir, debatiéndose entre cruzar o no cruzar el profundo río (la densa frontera, en este caso) de la globalización.

Los proponentes del proyecto, los realizadores Jesús Pérez García (España) y Teresa Lenzi (Brasil), recorrieron durante seis semanas la Banda Oriental (desde Rio Grande (Brasil)) hasta Buenos Aires (Argentina), entrevistando a ciudadanos comunes y constatando la relación que tiene con su propia cultura, no el personaje sujeto a su tradición como modo de vida, sino el personaje urbano, aquel que asimila más hondamente la globalización y cuya cultura se vuelve más 'transgénica'. Pero más allá de eso –y hendido en eso- encontraron, sin haber hecho ninguna previsión, dos viajes paralelos de reencuentros: el del habitante del país vecino, que

ahonda en sus propias esencias, y la del habitante de otro continente, que encuentra a miles de kilómetros la esencia de su propia cultura en países donde la palabra 'extranjero' difumina su significación.

Trabajo de Campo. Relato

El acuerdo entre los antiguos colonizadores de la región, españoles y portugueses, generó una zona de prudencia entre territorios de ambos imperios llamada 'Campos Neutrales': una extensión que permitía tener garantías a los gobiernos de que el otro no traicionaría los pactos firmados. No por casualidad, si atendemos a la historia de Uruguay y la zona sur de Rio Grande do Sul, encontramos que la cultura está configurada a partir de estos acontecimientos, de esta ida y venida. Es una cultura de frontera incluso en lugares que no tocan frontera, y ese algo en común que tienen estos territorios, desde Rio Grande hasta Buenos Aires, tan bien expresado históricamente en las expediciones de Pedro de Cevallos, es lo que hemos tratado de registrar mediante entrevistas, conversaciones, encuentros y visitas a lugares, siempre con una misma pregunta: quién es el gaucho y cómo se conforma esa cultura, que trascendió la época de las nacionalidades, en los tiempos de la globalización y la disolución cultural. Nuestro periplo ha sido un viaje al corazón de aquella mixtura portuguesa y española, de aquella mixtura europea e indígena, de la mixtura entre la línea del cielo y de la tierra, la mixtura entre la tierra y el mar, que creó un sedimento imprevisiblemente sólido.

Salimos de Rio Grande el 7 de Enero de 2012. Regresamos el día 31 del mismo mes, después de haber realizado la ruta que tantas veces se repitiera en conflicto territorial, hasta Colonia de Sacramento y Buenos Aires. Tocamos los dos extremos de aquel corredor que se disputaron dos imperios y a cuya sombra, en las distancias y recorridos por las llanuras, se fue conformando una identidad cultural hecha de la sedimentación, hecha de diferencia, de restos.

Llegamos a Chuí, a Chuy, la población en la que se marcó la frontera entre La Plata y Brasil. A un lado de la avenida principal, tenemos Brasil; al otro, Uruguay. Recorrimos algunas de las fortalezas levantadas por Portugal para defender su territorio de los españoles, o viceversa. Estuvimos en San Carlos, ciudad fundada por Pedro De Cevallos y poblada con militares portugueses prisioneros. Montevideo, antigua fortificación de San Felipe; Colonia de Sacramento, tantas veces española como Portuguesa, creada a partir del contrabando y la esclavitud. Buenos Aires, la primera y más importante población del Río de la Plata, en donde conviven la raíz gaucha y el vigor porteño.

De vuelta, recorrimos el interior de Uruguay –San José, Canelones, Treinta y Tres- encontrándonos con la vida típica del gaucho oriental, y conocimos la íntima relación entre el gaucho brasileño y la revolución independentista de 1835 en Bagé y Piratiní. Los temas giraban en torno a la globalización, pero imposible dejar de lado aspectos como la creación de la comunidad, las fiestas, las religiones –con su intensa mezcolanza y sincretismo de religiones cristianas y africanas, con el batuque riograndense o el candombe uruguayo-, las manifestaciones populares –las murgas uruguayas (de raíz española y africana), el tango argentino (que también uruguayo, por supuesto)-, la aparición de artistas en el camino –Hamilton Coelho y la Casa Pueblo de Carlos Páez Vilaró-, y en fin, tantos otros encuentros que fueron registrados en video, documentados en fotografías y narrados en nuestro diario de a bordo, y que constituyen puntos, enclaves, que dan la idea sobre una cultura y sus fronteras –geopolíticas y socioeconómicas- y que están llamados a ser completados por el espectador, no como una reflexión específica sobre la cultura gaucha, sino como una reflexión sobre cualquier cultura y su dependencia o no de la pertenencia a una nación, así como de los retos que debe enfrentar ante la globalización y aquella homologación anunciada ya por Pier Paolo Pasolini, y de la cual, ya inevitablemente, tenemos que empezar a dar cuenta.

Estructura del proyecto

-Documental en la llamada Banda Oriental, que conforma la frontera de Brasil con Uruguay y de Uruguay con Argentina (a través del Río de la Plata);

-Registro fotográfico del proceso de documentación;

-Diario de ruta (escritos, impresiones y mapas de la zona recorrida);

- Exposición fotográfica y videográfica sobre las fronteras de la Banda Oriental con material audiovisual resultado del trabajo de campo de los realizadores.

Proceso de Trabajo

1. Trabajo teórico de ubicación del mapa conceptual y establecimiento de la ruta;
2. Realización de un viaje que recorre la Banda Oriental, desde Rio Grande (Brasil) hasta Buenos Aires (Argentina), pasando por Chuí, Rocha, San Carlos, Montevideo, Colonia de

Sacramento, Treinta y Tres, Bagé y Piratiní, y registro en soporte fotográfico y video-grafico de lugares y entrevistas realizadas;
3. Realización de entrevistas con especialistas españoles y portugueses que puedan aportar luz a la conformación de las fronteras y la cultura gaucha desde un punto de vista externo: desde el punto de vista del antiguo colonizador.
4. Postproducción: edición de un documental, elaboración de un libro de ruta y concepción de una exposición audiovisual con Cartografías de la Banda Oriental.

Objetivos del proyecto

Son objetivos del proyecto:
- Dar a conocer en España la cultura gaucha y sus concomitancias y raíces comunes a la cultura ibérica.
- Establecer un debate sobre la configuración geopolítica de las fronteras y, a la vez, la configuración de la cultura;
- Promover el intercambio cultural entre Europa y Latinoamérica;
- Promover el reencuentro entre dos culturas con una raíz común, con una genética común (en efecto, para un español siempre resulta una sorpresa encontrar, en un país lejano como Uruguay o Argentina, tantas concomitancias y relaciones).

Actividades complementarias
- Charlas con los proponentes del proyecto sobre la ejecución del documental, y sobre la ruta, haciendo énfasis en dos aspectos, dos experiencias diferentes: la del oriundo que re-visita su propia cultura, y la del extranjero que descubre una cultura diferente de raíz común a la propia.

Historias del y a partir del trascurso

La llamada Banda Oriental abarca lo que hoy es el Estado brasileño de Rio Grande do Sul y Uruguay. Un rápido repaso por la historia nos remonta al siglo XII, cuando los Tupí-Guaraní llegaron desde las zonas interiores del Paraguay. Allí encontraron a habitantes más antiguos en la zona: los Charrúa. De este modo se configuró un modo de convivencia marcado por dos modos de vida: el de los Guaraníes -sedentarios, agricultores, técnicos-, y el de los charrúas –nómadas, recolectores, cazadores, pescadores.

Cuando los españoles y los portugueses iniciaron la colonización de América, no sintieron una especial atención por estas tierras ventosas y carentes de metales preciosos. Pero cuando la piratería se convirtió en un problema incontrolable en el Caribe –la zona por la que salían las riquezas de México y el Perú-, los españoles decidieron que era una buena manera sacar la plata de Perú llevándola hacia el sur, surcando el río Paraná y saliendo por el Estuario de la Plata hacia el Atlántico.

Entre tanto, los portugueses habían ido más allá del Tratado de Tordesillas, estableciendo las fortalezas de San Pedro de Rio Grande y Colonia de Sacramento. A partir de ahí, comienza una serie de conflictos entre las dos potencias ibéricas para mantener el control sobre la zona y sobre el estuario -que había adquirido para entonces una importancia estratégico-mercantil de primer orden en el Cono Sur-. Las idas y venidas de españoles y portugueses entre el siglo XVII y XVIII son tan frecuentes que llegan a configurar una dramática –y a veces cómica- danza de idas y venidas por las costas de la Banda Oriental, desde Buenos Aires hasta la ciudad de Rio Grande, desde Rio Grande hasta Buenos Aires. Y entretanto, ciudades como Santa Vitoria Do Palmar, Montevideo, San Carlos,… iban apareciendo a partir de fortalezas o asentamientos estratégicos para combatir o favorecer el contrabando, y una cultura se iba conformando en las llanuras de las pampas: el hidalgo, el marinero perdido en las llanuras, el colono, se mixturan con el indígena, con el charrúa cazador, nómada y pescador, con el guaraní agricultor, y de él aparece el gaucho, el gaucho errante, el gaucho empecinado, el gaucho pescador, el gaucho a caballo,… el gaucho con todas sus atribuciones y sus variantes, representando el modus vivendi de las amplias pampas bajo el amplio cielo, y siempre a distancia.

Las Configuraciones Fronterizas

La genealogía de la configuración de las fronteras entre lo que hoy es Argentina, Uruguay y Brasil tiene su origen en un tratado firmado entre españoles y portugueses para el reparto de las tierras americanas (Tratado de Tordesillas, 1494). En dicho tratado, se estipuló que todas las tierras encontradas hasta la distancia de trescientas leguas al Oeste de Cabo Verde corresponderían a los portugueses, mientras que las encontradas más allá corresponderían a los españoles. A partir de ahí, y hasta el siglo XVIII, asistimos a una historia de dudas y debates sobre qué punto de Cabo Verde era el apropiado para marcar la distancia –si era el centro del

archipiélago (como pretendían los españoles), Portugal se apropiaba de las tierras correspondientes hasta lo que hoy es São Paulo; si era el punto más occidental (como sostenían los portugueses), las tierras de apropiación lusa se extenderían hasta el paralelo que cortaba la isla de Santa Catarina. De otro lado, estaba la configuración de los paralelos, aún no estandarizada ni perfeccionada, y que variaba según las cartas de navegación de cada país y de la naturaleza de los tratados que eran firmados, lo que hacía que hacía que los paralelos portugueses llegaran incluso hasta lindar con El Estrecho de Magallanes (en la Tierra del Fuego) y las cartas españolas insistieses en que el territorio explotable por Portugal no pasaba de São Paulo.

Figura 1 – Mapa de los distintos repartos de América entre las coronas de España y Portugal durante los siglos XVI y XVII.

El poco interés mostrado por los españoles en el primer siglo de colonización facilitó los asentamientos portugueses en la zona, hasta que un nuevo tratado (San Ildefonso, 1777), en el que las fronteras entre el imperio portugués y el español partían la banda oriental del Río Uruguay en dos, de Norte a Sur, quedando este para España y aquel para Portugal, y la llanura pampeana dividida en dos. La parte sur de la Banda Oriental formaba parte del virreinato del Río de la Plata, que conformaba aproximadamente lo que hoy es Argentina, Uruguay y Paraguay. Teniendo garantizada esta zona, España se garantizaba el control sobre el Río de la Plata, y con él, el tránsito de mercaderías hacia el interior del cono sur. Inglaterra, en plena revolución industrial, tenía el mayor interés en que España no controlara las dos orillas (la norte y la sur) del Estuario, pues si pertenecía a dos naciones diferentes, estas serían aguas internacionales, mientras que si ambas orillas pertenecían a una misma potencia, los navíos

comerciales extranjeros no tendrían otro remedio que pagar aranceles. De este modo, cuando el Virreinato del Río de la Plata se independizó de España, Inglaterra ayudó a Brasil a que conquistara la zona sur de la Banda Oriental, convirtiéndola en la Provincia Cisplatina. Pero posteriormente, y ante el rechazo de los cisplatinos a formar parte del independizado Imperio Brasileño, Inglaterra cambió de aliado y ayudó a los cisplatinos, no a volver junto al nuevo país, Argentina, sino a conformar un nuevo estado independiente: La República de la Banda Oriental del Uruguay. De este modo, una región geográfica concreta, sin fronteras físicas, quedó dividida en tres países diferentes.

Marco de Chuy, en la que actualmente es la frontera de Uruguay y Brasil. Chuí (Brasil). Archivo personal.

La Pampa es una llanura de miles de kilómetros, caracterizada por su homogeneidad y la ausencia de accidentes geográficos, lo que permite la movilidad en grandes distancias. Las únicas barreras que posee son los pasos fronterizos configurados a partir de acuerdos entre gobiernos. Taim (antiguos Campos Neutrales (Brasil)) Archivo personal.

Ante la uniformidad geográfica de las llanuras de La Pampa, en el siglo XVIII se construyeron estos marcos a lo largo de la frontera para poder reconocer de algún modo el país en el que se estaba. Chuí (Brasil) Archivo personal.

Trabajo de Campo. Acciones

El método de trabajo de campo realizado durante nuestro viaje a través de la Banda Oriental ha sido el siguiente: hemos visitado diferentes lugares de importancia histórica relevante. En ellos, hemos indagado y preguntado a personas comunes, alternando entre aquellos que están más inmersos en las tradiciones gauchas y aquellos que, en principio, son gauchos por geografía –esto es, que han nacido en La Pampa. El resultado final ha sido la compilación de unas cien entrevistas a personas de variada condición social y adhesiones (de tipo cultural, religioso, artístico,…). Estas entrevistas han sido completadas con la grabación de imágenes que complementaran sus comentarios y que registraran su modo de vida habitual (las costumbres predominantes).

Además del proceso de documentación en video, hemos documentado fotográficamente el viaje -lo que ha dado como resultado un archivo de más de 800 fotografías- y a través de un cuaderno de viaje en el que hemos ido elaborando un diario de ruta con informaciones, reflexiones, mapas y referencias.

El cuero y el caballo son elementos esenciales en la cultura gaucha. Paisajes de Rocha (Uruguay). Teresa Lenzi.

La colonización y la descolonización son los dos factores históricos principales en la configuración nacional. Fuerte de San Miguel (Chuy (Uruguay)) y Plaza de La Independencia en Montevideo (Uruguay). Teresa Lenzi.

En el barrio de La Boca, encontramos al gaucho en medio de tangos. Buenos Aires (Argentina). Teresa Lenzi.

Candombe. Ritmos y cultura africana mezclado con murgas de Cádiz a orillas del Río de La Plata. Colonia del Sacramento (Uruguay). Teresa Lenzi.

Montaje con still de algunas de las entrevistas echas durante la ejecución del proyecto. Archivo del Proyecto.

Conclusiones

A lo largo de todo el periplo que ha configurado ese viaje, han sido compiladas más de cien entrevistas a habitantes de la Banda Oriental, brasileños, uruguayos y argentinos, de Rio Grande a Buenos Aires, pasando por Piratiní, Chuí y Chuy, Rocha, San Carlos, Montevideo, Colonia de Sacramento, Buenos Aires, Treinta y Tres,… Cada uno –y entre todos ellos, han perfilado y descrito quién es este habitante de las fronteras llamado 'Gaucho' y cuáles son, en el tiempo de la disolución de los estados nación, sus nuevas fronteras.

A partir del conjunto de experiencias vividas, sentidas y compartidas en ese largo recorrido, hemos logrado comprender que lo que esta sobreviniendo en esas tres fronteras es la transformación de una cultura que deja de ser atravesada por las fronteras entre sus nacionalidades, a ser traspuesta (descodificada, 'transgenizada') por la globalización, y que, por esa razón está reelaborándose a sí misma y, como suele ocurrir, debatiéndose entre cruzar o no cruzar el profundo río (la densa barrera, en este caso) de la mundialización.

Referencias

BAUMAN, Zigmund. **Tiempos líquidos. Vivir en una época de incertitumbre**. Tradução de Carmen Corral Santos. México: Tusquets Editores, 2007.

GALEANO, Eduardo. **Las venas abiertas de la America Latina**. Editorial Siglo XXI, 2003.

HERNÁNDEZ, José. **Martin Fierro**. Madrid: Alianza Editorial, 2004.

SAINT-HILAIRE, August de. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Brasília: Senado Federal, Conselho editorial, 2002.

DO COUTO GHISOLFI, Alda Maria. A palavra de Érico Veríssimo e a trajetória do mito do gaúcho heróico na literatura riograndense. **Revista Travessia**, nº 11, julho-dezembro 1985, Publicação do Programa de Pós-Graduação em Literatura, ISSN 0101-9570, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil. (Artigos da Revista).

Referencias digitales

Portal de las Ediciones de La Banda Oriental. Disponível em: <http://www.bandaoriental.com.uy>. Acesso em: 20 agosto 2015.

Aceso a los vídeos producidos

https://vimeo.com/76009898

https://vimeo.com/76011500

HISTÓRIA E SUAS FRONTEIRAS: QUESTÕES DE TEORIA DA HISTÓRIA E HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA – coordenado por PROF. DRA. RENATA DAL SASSO FREITAS (UNIPAMPA) E JULIANO ANTONIOLLI (DOUTORANDO-UFRGS)

O presente simpósio pretende acolher trabalhos de teoria da história e história da historiografia que se proponham a pensar a história e suas diferentes fronteiras. Nesse sentido, serão aceitos trabalhos que tratem de qualquer momento da longa tradição de escrita da história, e de suas relações seja com a poesia, a filosofia, a retórica, o antiquariado, os romances históricos, assim como a antropologia, a sociologia e a ciência política, entre outros gêneros de escrita e produção de conhecimento. Essas fronteiras demarcam o âmbito de atuação do historiadores, no presente e no passado, um dentro e um fora, que fundamentam o que se reconhece como história. Contudo, por serem permeáveis, as fronteiras trazem de outros espaços contíguos questões, objetos, conceitos, problemas por vezes desafiadores, que afetam profundamente aquilo que conhecemos como história.

TEMPO E ESCRITA DA HISTÓRIA EM *OS SERTÕES* DE EUCLIDES DA CUNHA: UM ESBOÇO

Eliete Lucia Tiburski.[1]

Os múltiplos aspectos e imbricações constitutivas do moderno conceito de história, que se apresentam na produção intelectual brasileira, são o instrumento utilizado para refletir sobre as diferentes temporalidades da experiência humana e como lhe são atribuídos sentidos. A existência e peculiaridades da ideia de uma aceleração do tempo, histórico e social, e sua influência nas concepções de tempo, história, modernidade, progresso, civilização, bem como nas noções de crise, ordem e desordem, continuidade e descontinuidade, atraso e de futuro, são categorias fundamentais para se pensar como se constituem as diferentes temporalidades. Inúmeras são as obras representativas destas categorias e mutações que abarcam o final do século XIX e início do XX no Brasil, por essa razão, há um especial interesse em aprofundar essas questões em *Os Sertões* de Euclides da Cunha (1902) e *Retrato do Brasil*. *Ensaio sobre a Tristeza Brasileira* de Paulo Prado, publicado em 1928.

Investigar esses conceitos implica na busca de um entendimento de como se articulam as diferentes temporalidades neste período e nestas obras, mas também em problematizar a naturalização das relações entre as dimensões temporais – passado, presente, futuro – como algo definido *a priori*. Significa também refletir sobre a própria ideia de ordem/ordens do tempo e seus contrários (desordem/crise).

Trata-se, ao mesmo tempo, de repensar as mudanças que o conceito de história moderna produziu e, dentro de suas relações temporais, pensar a ideia de uma aceleração do tempo histórico, que por sua vez mantém relações estreitas com a ideia de aceleração social, tão presente nos discursos acerca da modernidade. Ou então, da aceleração relacionada às crises político-institucionais que, de acordo com Reinhart Koselleck, podem ser percebidas desde Tucídides. (Koselleck, 2014)

A esta concepção de aceleração, podemos acrescentar a pergunta – existe uma aceleração *da história*? Koselleck afirma que as mudanças podem ser percebidas em diversos momentos da história, mas que a mudança moderna é mais específica. É aquela que "provoca uma nova experiência temporal: a de que tudo muda mais rapidamente do que se podia esperar até agora ou do que havia sido experimentado antes". Para Koselleck, não é possível falar de

[1] Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS. E-mail para contato: elietelucia@hotmail.com.

aceleração no singular, e estas acelerações não são "*da* história, mas apenas *na* história, dependendo do estrato de experiência considerado, seja ele determinado primeiramente pela política, pela técnica ou pela economia". (Koselleck, 2014, p.153-156)

Assim, cabem algumas observações a respeito do estabelecimento dos diferentes estratos temporais e da própria ideia de tempo histórico. Berber Bevernage lança a questão: como as culturas em geral distinguem o passado do presente do futuro? E como constroem as inter-relações entre essas dimensões? (Bevernage, 2013, p.33)

A intenção é reconstituir e também problematizar essas indagações para os momentos finais do Império e início da República, momento de transformações políticas, sociais, econômicas, intelectuais etc. que afetaram a forma pela qual o tempo era experimentado. Neste interstício ocorreram os movimentos de criação de uma história nacional, que deveria estar alinhada a ideia de civilização europeia, modelo almejado pela elite brasileira. Existe um projeto de Brasil, de civilização, que aponta para um projeto (projetos) de futuro. Neste sentido, cabe investigar as disputas, as rupturas, as projeções realizadas por intermédio das diferentes gerações de intelectuais (das que desempenhavam ativamente um papel político às marginalizadas politicamente e socialmente) para procurar apreender os deslocamentos temporais, conceituais e linguísticos operados na produção historiográfica do período.

Neste contexto, é possível questionar então: se o tempo também tem um papel organizador e homogeneizador, quem cria essa ordem temporal? Para o caso brasileiro, o trabalho de Nicolazzi fornece pistas, ao afirmar que para esse grupo de letrados do final do Império e início da República, as representações sobre o passado ocuparam boa parte de suas discussões, pois,

> Escrever sobre a nação, elaborar sua História era também uma forma complexa de ordenamento do tempo, uma maneira de se criar uma ordem temporal capaz de produzir significados teóricos plausíveis, mas igualmente um modo de se elaborar um sentido coletivo (e afetivo) para a pátria. (Nicolazzi, 2011, p.08)

O discurso que se cria é de uma unidade nacional, no qual o ideal de civilização é repetido exaustivamente, uma vez que "O destino da nação, sua identidade e legitimidade, a vida política, o lugar do indivíduo, todas essas questões pareciam exigir respostas históricas", como afirmou Valdei Lopes de Araújo. O autor aponta ainda para a ruptura conceitual que ocorre entre as gerações da primeira metade do século XIX, e a importância de perceber como "os conceitos centrais adquirem uma nova qualidade". Assim, o sentido propriamente histórico atribuído para nação é percebido nas mudanças nas experiências de tempo. (Araújo, 2008, p.187; 104)

Na percepção de Ângela Alonso, os *pilares da ordem imperial* só precisaram ser justificados muito tardiamente, porque a forma monárquica era percebida pela elite como algo quase natural, o "*status quo* imperial esteve mais representado em modos de pensar e agir do que em doutrinas explicitamente formuladas" (Alonso, 2002, p.52). No entanto, acredito que a ideia de uma ordem do tempo para o período imperial deve ser problematizada e pensada não apenas em suas continuidades e permanências, mas principalmente na busca de rupturas e brechas dentro deste discurso de um tempo organizado.

Dentro deste contexto de busca pela apreensão dos diversos estratos do tempo as categorias de atraso e progresso, antigo e moderno, civilização e barbárie, são pares que se cruzam no trabalho de Euclides da Cunha. Em sua obra *Os Sertões* ele traz, mais do que uma história de Canudos, a historicização do sertanejo, figura que estava fadada ao desaparecimento por não se encaixar nas "exigências crescentes da civilização". Para Armelle Enders, *Os Sertões* "são o inverso do Brasil da "ordem e progresso", uma fronteira entre a civilização e a barbárie, uma divisão no cerne da nacionalidade". (Enders, 2012, p.159)

Assim, a história não chegaria até a comunidade sertaneja, por essa razão não haveria o que temer em relação ao juízo do futuro. O embate e a destruição de Canudos passariam impunes, pois não há como punir/julgar algo que não existe. Em suas palavras,

> Canudos tinha muito apropriadamente, em roda, uma cercadura de montanhas. Eram um parênteses; era um hiato; era um vácuo. Não existia. Transposto aquele cordão de serras, ninguém mais pecava. Realizava-se um recuo prodigioso no tempo; um resvalar estonteador por alguns séculos abaixo. (Cunha, 2016, p.512)

A transposição desse hiato não poderia ocorrer de forma pacífica ou harmoniosa, a unificação das diversas raças se daria pela base comum "dos instintos inferiores e maus" e não por tradições nacionais, já que estas não eram comuns a todos. A civilização se defronta, novamente, com a barbárie. A "animalidade primitiva" nada tinha a temer, "nem mesmo o juízo remoto do futuro", pois entre os habitantes daquela região e o resto do Brasil havia "uma coordenada histórica – o tempo" que tornava intransponível essa distância. (Idem, p.513; p.11)

Aqui, as temporalidades parecem se entrecruzar múltiplas vezes e de diversas formas. Não podemos estabelecer fronteiras seguras entre passado, presente e futuro, uma vez que o apagamento dessas fronteiras pode ocorrer, inclusive, por algum elemento da paisagem. Canudos está fora da história (pelo menos em alguns momentos, e de acordo com Euclides da Cunha), resta indagar se ele estará fora do tempo também.

Outros autores também verbalizam suas incertezas ou esperanças em relação ao presente/futuro. É o caso de Joaquim Nabuco, que fala da falta de confiança no porvir como um sinal, característico da época, descrita por ele em seu livro *O Abolicionismo*, onde o autor deixa claro alguns traços que preocupavam os intelectuais. Os temas sociais e políticos davam o tom da falta de confiança no futuro, tão aguardado por eles, especialmente no debate acerca da abolição da escravatura. Assim, dizia Nabuco ao falar sobre os males que a escravidão e a sua manutenção traziam ao país: "O passado está aí visível, mas não há prenúncio do futuro: o presente é o definhamento gradual que precede a morte". (Nabuco, 2011, p.178)

Também Paulo Prado, ao escrever sobre o cenário da república no Brasil faz uma crítica àqueles que pensavam que este novo regime político pudesse resolver, de uma vez, todos os problemas do país. Para ele, "a desorganização dos partidos, as falhas da administração, o romantismo da abolição, a desordem geral dos espíritos — fizeram a República, nesse 15 de novembro que foi a *journée des dupes* da nossa história", ou seja, um grande malogro. (Prado, 2012, p.141) Guerra ou revolução seriam as únicas soluções para o Brasil, ambas catastróficas. No entanto,

> Para o revoltado o estado de cousas presente é intolerável, e o esforço de sua ação possível irá até a destruição violenta de tudo que ele condena. O revolucionário, porém, como construtor de uma nova ordem é por sua vez um otimista que ainda acredita, pelo progresso natural do homem, numa melhoria em relação ao presente. É o que me faz encerrar estas páginas com um pensamento de reconforto: a confiança no futuro que não pode ser pior do que o passado. (Idem, p.144)

Estes excertos ilustram algumas das reflexões produzidas pelos letrados da época em questão. O início da república era um sinal de esperança para muitos, de mudança, do encaminhamento de transformações sociais, econômicas e políticas que aproximariam o Brasil dos ideais de civilização europeus. Com ela, finalmente o país seguiria o curso natural da evolução e do progresso, pelo qual outros países já haviam atravessado. Significava também o questionamento dos *pilares imperiais*, mencionados anteriormente, e a criação de uma nova tradição que buscasse superar o "estigma da desordem e do radicalismo", associados, diversas vezes ao republicanismo. (Mello, 2011, p.135)

Desse modo, para aquela "geração ilustrada, o regime republicano passou a ser percebido como uma fatalidade histórica" (algo que aconteceria de qualquer forma), muito influenciada pelas novas filosofias que chegavam ao Brasil, como o evolucionismo. O novo regime trazia consigo a marca do futuro, e era uma "combinação do futuro em aberto com uma perspectiva prognóstica dentro da qual o devir já estava desenhado no passado". Ainda nas

palavras de Maria Tereza Chaves de Mello, os republicanos queriam consertar o passado para assim colocar a nação brasileira a par da evolução. (Idem, p.135-136)

O tempo do Império então passa a ser associado, cada vez mais, a repetição do mesmo, ao antigo, ao arcaico, pois "se o passado dava estabilidade ao futuro, cabia a este iluminar o passado, o que tornava caduco o antigo: a monarquia, o clericalismo e o romantismo". Por outro lado, era visível a "insistência dos republicanos brasileiros, principalmente dos seus teóricos, em encontrar uma tradição", que pudesse criar um passado que demonstrasse um *continuum* no desenvolvimento da nação brasileira, rumo ao futuro e ao progresso. (Mello, 2011, p.135-136)

Também para Nicolau Sevcencko a palavra de "ordem da "geração modernista de 1870" era condenar a sociedade "fossilizada" do Império e pregar as grandes reformas redentoras: "a abolição", "a república", "a democracia". O engajamento se torna a condição ética do homem de letras". Os intelectuais do período estavam bastante preocupados em instituir um padrão europeu de desenvolvimento, em todos os âmbitos, para o Brasil. Eles se viam, frequentemente, como os únicos capazes de realizar as mudanças necessárias para o Brasil ingressar no "único caminho seguro para a sobrevivência e o futuro do país". (Sevcencko, 2003, p.96-97; 102)

No entanto, a transição entre os diferentes regimes políticos, foi marcada por um período de instabilidade que influenciou na direção e projetos pensados por estes intelectuais. Para Sevcencko, é possível notar uma "sensação de fluidez e de falta de pontos fixos de referência se difunde e palpita incessantemente na profundidade dos textos" destas gerações. É possível, talvez, falar de uma desordem temporal que os envolve, onde os pontos de referência estão alterados. Nas palavras do autor, "perdidos no seu próprio presente, esses homens vasculham-no em busca de indícios de futuro". E esta sensação se apresenta em seus trabalhos, vistos como uma forma de superar a "angústia de homens naufragados entre o passado e o presente". Mas essa angústia não foi superada. Esta geração de intelectuais acabou por ficar à margem das decisões governamentais. A *república dos sonhos* não se concretizou da forma como eles haviam planejado, conduzindo-os a um sentimento de "nostalgia do que poderia ter sido e não foi". (Sevcencko, 2003, p. 105-107; Mello, 2011, p.131)

Para Mello, as contradições do par monarquia – república permite visualizar "os índices de consciência histórica de uma época porque revelam as temporalidades inscritas em suas conjunturas". Para ela, o movimento que levou a uma operacionalidade do termo república, ocorrido na década de 1880, aponta para questões como, as marcas do progresso que produziam uma sensação de aceleração do tempo que abarcava todos os âmbitos da vida. É a marca também de uma geração que se via como pertencendo ao "'século da luz', da velocidade, da ciência, das

‘ideias avançadas’”. Por essa razão, que uma de suas conclusões é que, em um “contexto de desejo de futuro, como sinônimo simultâneo de democracia e ciência, república foi o nome brasileiro da modernidade.” (Mello, 2009, p.28-31)

Diversas são as abordagens conceituais deste contexto 1870-1930, no caso a preocupação aqui também é pensar se as diversas experiências do tempo, e seus efeitos sobre o conceito de história, bem como as imbricações entre os diversos níveis temporais e, especialmente o conceito e papel de uma aceleração do tempo histórico podem ser compreendidas enfatizando a irrupção da modernidade, e com ela a alteração de regimes de tempo e história. Assim, seriam a constante inovação tecnológica e os “tempos de crise da vida constitucional política” os principais, quase soberanos, indicadores de uma aceleração? (Koselleck, 2014)

Referências Bibliográficas:

ALONSO, Ângela. **Ideias em Movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ARAÚJO, Valdei Lopes de. **A experiência do tempo. Conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845***)*. São Paulo: Hucitec, 2008.

ARENDT, Hannah. **Entre o Passado e o Futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BELLENGER, Yvonne. Engammare, Max. **L’ordre du temps. L’invention de la ponctualité au XVIe siècle**. Genève: Droz, 2004. In: Renaissance and Reformation. Renaissance et Réforme. Volume 40, n.2, 2004, p.122-127. http://jps.library.utoronto.ca/index.php/renref/issue/view/683

BEVERNAGE, Berber. LORENZ, Chris. Breaking up the time. Negotiating the Borders between Present, Past and Future. **Storia della Storiografia**, 63, 1/2013, p.31-50.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2007.

CUNHA, Euclides. **Os Sertões**. Edição crítica e organização de Walnice Nogueira Galvão. 02 Volumes. São Paulo: Editora Ubu/ Edições SESC São Paulo, 2016.

ENDERS, Armelle. João Pereira da Silva, Francisco Adolfo de Varnhagen et les malheurs de l’histoire moderne du Brésil. **Revista de História** (edição especial), 2010, p.115-129.

_____. **A nova história do Brasil**. Rio de Janeiro: Gryphus, 2012.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **Historiografia e nação no Brasil 1838-1857**. Tradução de Paulo Knauss e Ina de Mendonça. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2011.

HANNOUM, Abdelmajid. What is an order of time? **History and Theory**, 47 (October, 2008), p.458-471.

HARTOG, François. **Regimes de Historicidade. Presentismo e Experiências do Tempo**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2013.

_____. **O Século XIX e a História. O Caso Fustel de Coulanges**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.

KOSELLECK, R. **Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

_____. **Estratos do Tempo. Estudos sobre História**. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2014.

LORENZ, Chris. Unstuck in time. Or: the sudden presence of the past. In: TILMANS, Karin; VREE, Frank van; WINTER, Jay (eds.). **Performing the Past. Memory, History, and Identity in Modern Europe**. Amsterdam University Press, 2010, p.67-102.

MATTOS, Ilmar R. de. **O Tempo Saquarema**. São Paulo: Editora da Hucitec, 2004.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. A república e o sonho. **Varia Historia**. Belo Horizonte, vol. 27, n° 45: p.121-139, jan./jun. 2011.

_____. A modernidade republicana. **Tempo**, Rio de Janeiro, n° 26, janeiro de 2009, p.15-31.

MUDROVCIC, Maria Inés. Regímenes de historicidade y regímenes historiográficos: del pasado histórico al pasado presente. **Historiografías**, 5 (Enero-Junio, 2013), p.11-31.

NABUCO, Joaquim. **O Abolicionismo**. Introdução de Izabel A. Marson e Célio R. Tasinafo. Brasília: UNB. 1ª reimpressão, 2011.

NICOLAZZI, Fernando. **Um estilo de História. A viagem, a memória, o ensaio**. São Paulo: Unesp, 2011.

_____. História da historiografia e temporalidades: notas sobre *tradição* e *inovação* na história intelectual. **Almanack**. Guarulhos, n.7, p.05-26, 1° semestre de 2014.

PALTI, Elias J. La nueva historia intelectual y sus repercusiones en América Latina. **História Unisinos**. 11 (3): Setembro/Dezembro, 2007, p.297-305.

PIMENTA, João Paulo; ARAÚJO, Valdei Lopes de. História. In: FERES Junior, João (org). **Léxico da História dos Conceitos Políticos do Brasil.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009, p.119-140.

POMIAN, Krzysztof. **L'ordre du temps**. Paris: Gallimard, 1984.

PRADO, Paulo. **Retrato do Brasil. Ensaio sobre a tristeza brasileira**. 10ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

RICOEUR, Paul**. A memória, a história, o esquecimento**. São Paulo: Editora Unicamp, 2007.

_____. **Tempo e Narrativa**. Volumes I ao III. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

ROSA, Hartmut. **Accélération: une critique sociale du temps**. Traduit de l'allemand par Didier Renault. Paris: La Découverte, 2012.

_____. **Aliénation et accélération: vers une théorie critique de la modernité tardive**. Paris: La Découverte, 2012.

SCOTT, Joan. History-writting as critique. In: JENKINS, Keith; MORGAN, Sue & MUNSLOW, Alun (org.). **Manifestos for History**. London: Routledge, 2007. p.19-38.

SEBASTIÁN, Javier Fernández. Tradiciones electivas. Cambio, continuidad y ruptura en historia intelectual. **Almanack**. Guarulhos, n.7, p.05-26, 1° semestre de 2014.

SEVCENKO, Nicolau. **A Literatura como missão. Tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

VENTURA, Roberto. **Estilo Tropical. História cultural e polêmicas literárias no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

PROSOPOGRAFIA: ATENÇÃO, SENTIDO!

Fabíola Peres de Souza[2]

O objetivo deste trabalho é relatar a trajetória do método prosopográfico ao longo do tempo, e como os historiadores foram se apropriando do mesmo. Em seguida, será descrito a sua aplicação na análise de carreira militar do Exército brasileiro, no ínterim de 1900-1950.

O método prosopográfico pode ser uma excelente alternativa aos profissionais de todas as áreas do conhecimento, capaz de coadunar pesquisas de caráter quantitativo e qualitativo. Etimologicamente a palavra prosopografia é originária do grego *prosopon*, que significa "personagem de teatro". Em meados de1870, o *Grand* dictionnaire *universel* de Pierre Larousse traz uma definição clássica do termo "prosopografia": "Descrição que tem por objeto fazer conhecer os traços exteriores, a figura, o porte, de um homem, de um animal". (LALOUETTE, 2006, p.56). Há mudanças consideráveis no sentido atribuído à palavra prosopografia pelos historiadores ao longo do século XVI, demonstra Jacqueline Lalouette:

> [...]ela persegue objetivos de ordem exclusivamente literária e moral: a lista de indivíduos reagrupados em uma mesma obra não é estabelecida a partir de critérios rigorosamente definidos, nada foi feito para harmonizar a coleta de informações sobre sua vida, o que aliás, teria sido absolutamente impossível; enfim, para retomar uma imagem utilizada por ocasião de uma mesa redonda sobre a prosopografia, os indivíduos apresentados nas prosopografia do século XVI são tratados como "mônadas". (LALOUETTE, 2006, p.58-59)

A mudança de postura diante do método ocorreu na metade do século XIX, quando lhe é atribuído um cunho científico. Em parte, os pesquisadores dedicados a história do Império Romano delegaram ao método tal prestígio. Por conseguinte, foi amplamente utilizada nos estudos de História Antiga e Medieval, sendo Theodor Mommsen um dos primeiros autores a utilizar o termo no sentido moderno, na obra *Prosopographia Imperii Romani*, publicada em 1897.

A biografia coletiva ou individual, inicialmente, foi aplicada à pesquisas centradas no estudo de grupos representantes das elites, como por exemplo *The Prosopography of the later Roman*, de A. H. M. Jones e J. R. Martindale, e *Prosopography echrétienne du Bas-Empire*, está composta de dois volumes escritos por André Mandouze e por Charles Pietri e Luce Pietri.

[2] Universidade Federal de Pelotas. Bacharela em História. Agência financiadora: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Email: faloscabi@gmail.com.

Já o período entre guerras ganhou um olhar aguçado dos historiadores, tendo como temas de pesquisa os indivíduos que compunham parte do núcleo administrativo e, também daqueles que viviam junto das autoridades dos principais Estados da Europa. Parte dos pesquisadores começaram a utilizar o método para analisar grupos pertencentes à elite, entretanto, ao longo do tempo, foi empregada para a análise de grupos como: militantes operários, feministas, jornalistas, professores, estudantes, entre outros.

Após alguns congressos medievalistas datados dos anos 1970, os historiadores constataram a importância da prosopografia. Desta maneira, em 1980, G. Beech criou a revista *Medieval Prosopography*. Com publicações anuais, a revista tem como objetivo fornecer um local para o trabalho envolvido com a metodologia de dados extraídos a partir da análise de um grupo ou relação entre os indivíduos para restaurar e investigar sobre vidas que de outro modo ficariam sem exame, ou produzir uma nova visão sobre o passado medieval.

A prosopografia permite ao estudioso usar todas as informações disponíveis a respeito do seu objeto de estudo. Caso haja a escassez das fontes o método proporciona a exploração do máximo de dados compilados, podendo estender a relação das metafontes[3], localizando-as entre o coletivo/singular, local/ global, etc. Além disso, o prosopógrafo poderá trabalhar a partir da circulação de objetos e as possíveis redes que os circundam.

Algumas discussões feitas sobre a caracterização da prosopografia e sua denominação são realizadas nas chamadas Ciências Humanas. Questionam afinal se a prosopografia seria um método, uma técnica ou uma ciência auxiliar, pois essa problemática vem revestida de vários enquadramentos, a depender da área. Um dos mais citados autores em biografia coletiva, Lawrence Stone, em seu texto clássico *Prosopografia*, 1971 examina o desenvolvimento e as diferentes formas de lidar com a mesma. Ele nos delegou alguns caminhos para a melhor compreensão em torno da temática. Desta maneira, Stone nos oferece denominações diferentes atribuídas por cada uma das áreas das Humanas à biografia coletiva:

> Nos últimos 40 anos, a biografia coletiva (segundo os historiadores modernos), a análise de carreiras (segundo os cientistas sociais) ou a prosopografia (segundo os antigos historiadores) desenvolveu-se como uma das mais valiosas e familiares técnicas do pesquisador histórico. A prosopografia é a investigação das características comuns de um grupo de atores na história por meio de um estudo coletivo de suas vidas. O método empregado constitui-se em estabelecer um universo a ser estudado e então investigar um conjunto de questões uniformes – a respeito de nascimento e morte, casamento e família, origens sociais e posição econômica herdada, lugar de residência, educação, tamanho e

[3] Entende-se por metafonte como sendo a "fonte da fonte".

> origem da riqueza pessoal, ocupação, religião, experiência em cargos e assim por diante. Os vários tipos de informações sobre os indivíduos no universo são então justapostos, combinados e examinados em busca de variáveis significativas. Eles são testados com o objetivo de encontrar tanto correlações internas quanto correlações com outras formas de comportamento ou ação. (STONE, 2010, p.115)

Lawrence Stone ao longo do texto refuta a ideia inicial de que a prosopografia seria apenas uma técnica a ser aplicada, pois a elaboração do banco de dados a partir da biografia coletiva deve ser embasada no problema de pesquisa que dependerá necessariamente dos critérios estabelecidos durante a composição do banco. Dessa forma, o processo de coleta é fundamental para o prosopógrafo angariar conteúdo suficiente, a fim de criar a sua fonte de investigação, ou seja, a qualidade da pesquisa dependerá diretamente da metodologia e da forma como foi sistematizado o conteúdo durante a concepção do banco de dados, isto é, a fonte do estudo.

Além de ser uma metodologia que exige uma pesquisa calcada no levantamento de todos os aspectos considerados pertinentes ao trabalho, estabelecimento de critérios, seleção de informações, organização das metafontes e, por fim, o cruzamento de dados. Além do mais, é imprescindível o conhecimento de programas de computador para facilitar a compilação dos resultados, sendo que não é raro encontrar pesquisas da área da informática empregando a prosopografia. Além disto, pode-se trabalhar com uma ramificação da prosopografia mais aprofundada, a qual se conceitua como: biografia comparada. Aplicando o método a duas regiões ou países diferentes, submetendo-os e observando aos mesmos parâmetros, observando a documentação disponível para o estudo e o contexto histórico de cada local. Um dos autores que obteve sucesso com a prosopografia comparada foi Siegrist, o qual indaga sobre o prestígio político dos advogados suíços e italianos no século XIX. Neste contexto, os advogados alemães eram considerados inferiores às elites administrativas até a época de Weimar. Segundo o historiador Christophe Charle, o uso deste procedimento de pesquisa retoma algumas preocupações:

> [...] A principal e eterna objeção feita ao método comparativo em história é a necessidade, devido a abundancia do material, de se trabalhar com informações de segunda mão, a partir de monografias[4] elaboradas por terceiros, com duplo risco da generalização precipitada e conclusões extraídas de seu contexto similar e da inadequação permanente dos dados comparados, especialmente em história social, em função dos problemas recorrentes das codificações. (CHARLE, 2006, p. 47)

[4] Quando designado à reserva o militar continua na ativa e responde ao Código Civil Militar, além disso poderá ser convocado quando necessário.

Prosopografia aplicada

Após esse breve histórico a respeito do método prosopográfico e o seu desenvolvimento ao longo das décadas, será relatado como se aplica a biografia coletiva a um grupo social. Ao meu estudo de caso está focado na formação do exército brasileiro com recorte entre as décadas de 1900-1954. O longo período a ser abarcado se justifica pelo ponto inicial do estudo que se propõe a verificar a entrada dos indivíduos no exército até o momento em que foi designado à reserva ou reformado[5].

A pesquisa começou apoiada à leitura de entrevistas de História Oral de militares atuantes ou testemunhos do contexto do golpe civil-militar brasileiro de 1964. O material foi organizado pela Fundação Getúlio Vargas e disponibilizado pelo *Projeto Visões do Golpe*. Observadas variadas redes de relações interpessoais de militares, bem como constantes citações de nomes de colegas de caserna, foi necessário aprofundar a investigação em outras metafontes. Assim ,o *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós-1930* proporcionou um número razoável de referências para a sequência do estudo; por fim, na página eletrônica do *Dicionário Oficial da União* (DOU) pode-se consultar "a ordem do dia" , uma metafonte rica em tomada de decisões referentes ao exército (promoções, exonerações, militares destinados à reserva, verbas públicas recebidas e administradas pela força, entre outros.)

O cerne do estudo está em compreender o desenvolvimento da carreira dos militares pertencentes ao exército brasileiro, assim como a formação dessa instituição e o seu papel preponderante no decorrer da República Federativa do Brasil. É fato que a participação ativa das Forças Armadas ao longo do contexto histórico nacional é significativa, com a atuação de personagens tradicionais na tomada de decisões: Tenentismo 1920, Revolução de 1930, Intentona Comunista de 1935, Estado Novo de 1937, primeiro presidente militar general Eurico Gaspar Dutra em 1946, entre outros.

Desse modo, foi elaborado um *corpus* documental organizado em três tabelas com informações referentes a 50 militares organizadas por meio do programa Excel. A primeira com nome, filiação, data de nascimento, cônjuge, escola de formação, etc. A segunda ascensão à patentes, e a terceira com cargos e ocupações ao longo da carreira militar. O método prosopográfico assume uma das características mais importantes, já que permite generalizações, assim como estudo de casos específicos (singularidades). Estabelecidos os critérios para

[5] O militar reformado está na condição de aposentado.

enquadrar cada indivíduo na tabela pode-se pensar na construção de um tipo ideal na definição weberiana:

> [...]O tipo ideal só existe como utopia e não é, nem pretende ser, um reflexo da realidade complexa, muito menos um modelo do que ela deveria ser. Um conceito típico- ideal é um modelo simplificado, do real, elaborado com base em traços considerados essenciais para a determinação da causalidade, segundo os critérios de quem deseja explicar um fenômeno. (BARBOSA; QUINTANEIRO, 2003, p. 103)

Ao avaliar a estrutura do Exército constata-se uma atividade ritualística, pois a própria carreira militar se dá em meio a construção de um arquétipo, demonstração de hierarquia, comportamento, vestimentas e ornamentos simbólicos. O uso não só da farda, mas o nome indicando a patente, as medalhas exibidas, nominadas de medalha de honra da ordem do mérito militar, evidenciam a própria organização em estamento, além do *devir* de cada membro da instituição.

Não são raras as "quarteladas" de um ou dois militares de baixa patente[6], também não são raras as conspirações orquestradas pelos generais, a ESG[7] e o próprio Clube Militar ambos centros de confabulações. Para fazer partes desses "recantos conspiratórios" era necessário um capital social, um sentimento de identificação capaz de criar um status de grupo, coletividade e principalmente confiança. Toma-se como conceito de capital social a definição de Pierre Bourdieu:

> O capital social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados á posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimentos e de re-conhecimento ou, em outros, á vinculação a um grupo, como agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por uniões permanentes e úteis. Essas relações são irredutíveis ás relações objetivas de proximidade no espaço físico (geográfico) ou no espaço econômico e social porque são fundadas em troca inseparavelmente materiais e simbólicas cuja a instalação e perpetuação supõe o re-conhecimento dessa proximidade. [...] (BOURDIEU,2007)

Dentro desta ótica do capital social é relevante observar a identificação entre os indivíduos. Sendo assim, verificar a filiação de cada oficial oportunizará retomar uma discussão recorrente na historiografia, a origem social dos militares. Algumas pesquisas centradas no movimento tenentista apontam os jovens oficias, tenentes, como representantes da classe média, porém não há conclusão sobre a questão, à medida que parte dos indivíduos recrutados não provinham de famílias pertencentes a mediocracia.

---

[6] Entende-se por "baixa patente" todos os postos anteriores a posição de capitão (patente intermediária).
[7] Escola Superior de Guerra, fundada em 1949.

Caso seja comprovado a origem social semelhante dos oficiais será possível entender o início de uma rede de relações interpessoais, possivelmente desenvolvida no início da carreira. Além disso, o caráter hereditário da profissão no Exército deve ser ressaltado, para compreender até que ponto a memória compartilhada influencia na tomada de decisão dos oficiais contemporâneos aos pais. Em torno dessa polêmica está uma das formas de seleção dos recrutas descrita por José Murilo de Carvalho:

> [...] Ainda em 1913, Litão de Carvalho diz que as principais fontes de recrutamento do exército eram: a) os nordestinos afugentados pelas secas; b) os desocupados das grandes cidades que procuravam o serviço militar como emprego; c) os criminosos mandados pela polícia; d) os inaptos para o trabalho. [...] (CARVALHO, 2005, p. 190)

Resultados preliminares

A ilustração tem a capacidade de demonstrar algumas alternativas de estudo só obtidas com a prosopografia parte fundamental do trabalho, além de demonstrar os resultados iniciais do levantamento de dados referentes a análise da ascensão às patentes (1900-1950).

QUADRO I (Planilha oriunda do seguinte trabalho: *Prosopografia aplicada ao estudo de carreira militar pós- 1930)*[8]

"Sentou praça"	**Porcentagem/indivíduo**	**Aspirante-a-oficial**	**Capitão**	**General-de-brigada**	**Porcentagem /indivíduo**
1900-1910	2% (2 homens)	----------	4% (2 homens)	**1930-1940**	2,5 % (3 homens)
1910-1920	20% (10 homens)	10 % (5 homens)	2 % (1 homem)	**1940-1950**	14 % (7 homens)
1920-1930	36% (18 homens)	34 % (17 homens)	10 % (5 homens)	**1950-1960**	6% (12 homens)
1930-1940	22 % (14 homens)	22 % (11 homens)	46 % (23 homens)	**1960-1970**	6, 5% (13 homens)
1940-1950	2 % (2 homens)	14 % (7 homens)	----------	**1970-1980**	4,5% (5 homens)

Alguns aspectos devem ser mencionados para a boa compreensão dos dados presentes na tabela acima. Primeiramente, cabe esclarecer que os cálculos foram feitos com o referencial de cinquenta nomes, acrescentando-se que, houve a necessidade de arredondar os números, pois ao pesquisar três dos indivíduos não foi possível, ainda, encontrar referências quanto a suas ascensões a postos, entretanto todos fizeram parte do Exército. Os militares que "sentaram praça" em 1900 - 1910 evidenciam o longo tempo de carreira e participação ativa desses sujeitos

[8] Trabalho de conclusão de curso, História Bacharelado, realizado no ano de 2014.

em atividades politicamente interessadas [9]ao longo da história do Brasil, sendo eles Álvaro Fiúza de Castro falecido em 1971 e Francisco Gil Castelo Branco falecido em 1956.

Ao fazer a seleção das patentes optou-se primeiramente pela de capitão e general-de-brigada, devido a primeira ser uma patente intermediária, exemplificando: caso o militar seja designado para uma missão a qual ele comandará um grupo não irá como primeiro-tenente, ascenderá para capitão comissionado, já que as três Forças Armadas são organizadas sob a tripartite -hierarquia, disciplina e honra. No que toca a patente de general-de-brigada justifica-se a escolha, pois esta representa o primeiro escalão do generalato.

A não referência de dados quanto a patente de tenente durante as décadas de 1920, 1922, 1924..., deve-se a pretensão futura de analisar o histórico de adesão e abandono dos oficiais ao longo do movimento. Desse modo, será possível verificar o destino dos militares que se rebelaram contra a estrutura Exército.

Ao analisar as porcentagens de indivíduos na ativa a partir da década de 1910 até 1930 chega-se a quase 60 %, ou seja, 28 participaram de um ou mais dos seguintes movimentos: Tenentismo de 1922 e Revolução de 1930, embora na fase inicial das suas carreiras vários tenham apoiado os tenentes, inclusive Artur da Costa e Silva, além de atuarem na deposição de Washington Luís em prol da ascensão de Getúlio Vargas. Posteriormente estavam no combate contra a Revolução Constitucionalista de 1932, Golpe do Estado Novo de 1937 e deposição do mesmo Getúlio Vargas em 1945, bem como no governo do primeiro presidente militar Eurico Gaspar Dutra.

Além destas observações originadas do *corpus* documental, uma delas ou talvez a mais interessante fora dada pela origem escolar desses oficiais, pois mais de 90 % adentraram a carreira militar na Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro. Consequentemente, pode-se afirmar que a formação intelectual e pessoal desses indivíduos ocorre dentro do Exército, tal como a formação de vários grupos com poder de negociação no interior da corporação, além de usufruir e fazer parte da tomada de decisões do estado brasileiro.

Referências Bibliográficas:

ANDRADE JR, Hermes. **Matrizes ideológicas presentes no segmento militar brasileiro**: o caso do clube militar (1950-1964). Rio de Janeiro: Revista Eletrônica de Ciências Sociais. Ano I, nº 1, julho/dezembro de 2001.

[9] Os militares são presença constante ao longo da história brasileira, a própria proclamação da república dada na figura do Marechal Deodoro da Fonseca

ABREU, Alzira Alves de et al (Coord.). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro**: pós-1930. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: FGV, 2001. 5 v., il.

BOURDIEU, P. **O capital social** – notas provisórias. In: CATANI, A. & NOGUEIRA, M. A. (Orgs.) Escritos de Educação. Petrópolis: Vozes, 1998.

BULST, N., **Sobre o objeto e o método da prosopografia**, in: Politeia: História e sociedade, v. 5, n. 1, 2005, p. 47-67.

CANDAU, Joel**. Memória e Identidade.** São Paulo: Contexto, 2011.

CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005

CHARLE, Christophe. "**A prosopografia ou biografia coletiva**: balanço e perspectivas" In: HEINZ, Flavio M. (org) Para uma outra história das elites. Ensaios de prosopografia e política. Rio de Janeiro, FGV, 2006

D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. **Visões do Golpe: A memória militar de 1964**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1994.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx> acesso em 26 agosto. 2015.

HEINZ, Flavio M. Introdução. In: _____ Para uma outra história das elites. Ensaios de prosopografia e política. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

QUINTANEIRO, Tania; BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira; OLIVEIRA, Márcia Gardênia de. **Um toque de clássicos**: Marx, Durkheim e Weber. 2. ed., rev. e ampl Belo Horizonte, MG: Ed. UFMG, 2002.

LALOUETTE, Jacqueline. Do exemplo à série: história da prosopografia. In: HEINZ, F. M. (org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

STONE, Lawrence. "**Prosopography**". Daedalus, 1971.

HISTÓRIA DOS INDÍGENAS E DOS AFRODESCENDENTES: PERSPECTIVAS DE ESTUDOS E DIÁLOGOS COM A ETNOHISTÓRIA – coordenado por PROF. DR. ARTUR BARCELLOS (FURG) E PROF.DR. VINÍCIUS OLIVEIRA (IFSUL / CAMPUS PELOTAS VISCONDE DA GRAÇA)

Nas últimas décadas ocorreu uma significativa renovação à respeito dos estudos voltados para as trajetórias históricas de sociedades indígenas e de afrodescendentes. Estes estudos abarcam desde o contexto pré-colonial, passando pela formação da sociedade colonial e chegando até a atualidade, para o primeiro caso; e desde as conexões com os povos africanos, passando pela escravidão e pela complexa inserção dos afrodescendentes na sociedade nacional, para o segundo. Desta forma, este simpósio acolhe estudos que se relacionem com as trajetórias históricas dos povos indígenas e afroamericanos, ensejando novas perspectivas teóricas e metodológicas e os possíveis diálogos com a Etnohistória e a Antropologia, em uma concepção transdisciplinar.

UM DIÁLOGO COM A RAÇA – USOS PROMOVIDOS PELO JORNAL NEGRO A ALVORADA (1931-1935)

Ângela Pereira Oliveira[1]

No dia 05 de maio de 1907 a cidade de Pelotas passou a contar com um órgão de comunicação que estava disposto a discutir, denunciar e combater o racismo daquela sociedade (SILVA, 2011). Pelotas foi marcada por ser "uma sociedade muito segmentada social e racialmente" (SANTOS, 2003, p.20). Assim, quando surgiu o jornal *A Alvorada* que se propôs a dialogar com a população negra em prol de sua valorização social e união, um dos seus objetivos foi o de denunciar a discriminação que o negro vinha sofrendo nesse espaço. O preconceito disseminado nessa sociedade esteve atrelado à manutenção de um pensamento existente sobre a maneira na qual se percebiam esses sujeitos, durante o passado escravista. E, que foi sendo reformulada pelas importações de teorias de cunho científico e racial, estendidas as crenças das futuras gerações.

O periódico *A Alvorada* circulou semanalmente de 1907 a 1965, se mantendo vinculado a operários negros da cidade (SANTOS, 2003). Ao longo de sua existência *A Alvorada* se ausentou em alguns momentos, provavelmente, em função de problemas financeiros. O periódico se enquadra na denominada imprensa negra, "jornais publicados por negros e elaborados para tratar de suas questões" (DOMINGUES, 2007, p.104). Essa imprensa foi um registro deixado pelos próprios protagonistas sobre as suas vivências, permitindo alguns esclarecimentos sobre a sua participação na história (DOMINGUES, 2009). Além disso, ela representa uma forma de resistência, por eles articulada, na defesa de seus interesses. Através dela é possível perceber uma diversidade de questões pensadas, debatidas e expostas pelos grupos negros. As discussões presentes no semanário estavam em diálogo constante com os acontecimentos daquele contexto. *A Alvorada*, em particular, era bastante combativa em seus posicionamentos.

A imprensa negra era vista como "uma imprensa alternativa", durante todo o período em que ela atuou. Esses periódicos foram necessários mesmo antes da abolição, tanto que suas origens se remetam a antes mesmo das lutas abolicionistas. O caráter discriminatório do preconceito vinha se manifestando na medida em que aumentava o número de libertos, daí a relevância dessa imprensa para servir de órgão de defesa para essas pessoas. Dando

[1] Universidade Federal de Pelotas, mestranda do PPGH, bolsista Capes, angelapoliveira2@gmail.com.

continuidade a práticas discriminatórias durante o pós-abolição os jornais negros foram se espalhando por todo o país. Para muitos leitores as "informações que não se obtinha em outra parte" ali podiam ser apresentadas. Entre eles, por exemplo, a promoção de uma conscientização racial além de assuntos diversos em prol da defesa dos interesses da raça negra (DOMINGUES, 2007, p.104).

O presente texto tem por proposta debater alguns usos contidos por parte desse jornal (de 1931 a 1935), em torno da temática racial, principalmente, ao buscar os significados delegados pelos sujeitos e o emprego concedido ao vocábulo raça. Nesse sentido, inicialmente, é preciso esclarecer o entendimento existente em torno da ideia de raça. Raça não é uma categoria biológica, mas isso não significa que raça não exista. Ela existe como uma categoria sociológica que cria desigualdades baseada numa pressuposição de diferenças biológicas, que não existem. Dessa maneira ela acaba por criar uma hierarquia baseada numa ficção.

A raça, "por meio da biologização e da naturalização da diferença, leva a intolerância e à discriminação" (WEIMER, 2008, p.43). A partir do momento que se pressupõe a existência de diferenças, se criam hierarquias sociais que operam na sociedade e criam injustiças, ambiguidades e divisões. As teorias das diferenças raciais, das diferenças biológicas, chegam ao Brasil na virada do século XIX para o século XX (SCHWARCZ, 1993), momento esse de decadência da escravidão e reorganização da sociedade em novos termos. E, não é por acaso que se selecionam essas pessoas (os negros) como pertencentes a uma raça e certas pessoas como pertencentes à outra.

Dos anos de 1921 a 1935 foi perceptível a influência da ciência no pensamento desses sujeitos, no que concerne a crer que a humanidade se dividia em raças. Ora, eles não estavam à parte dessa crença que fortemente se enraizou naquele contexto, eles partilhavam e mesmo discutiam-na. Um exemplo de uma crônica retirada de uma das edições do semanário demonstra essa percepção. "Não há **raças** e nem indivíduos superiores, e que **as raças** são iguais; que os vocábulos superior e inferior não se aplicam absolutamente **as raças** e que somente existem dentro das **raças** – branca, preta e amarela indivíduos superiores e inferiores" *(A Alvorada*, 19/02/1933, p.01, *grifo meu*). Como é possível observar no exemplo, o articulista escreve a palavra grifada sempre no plural, o que demonstra a sua crença na existência de mais de uma raça.

A principal questão envolvendo a ideia de raça por eles debatida ao longo das páginas do jornal era a desconstrução do estereótipo do negro como uma raça inferior. O que estava em jogo não era a negação do pertencimento a uma raça, mas o desacordo com a estipulação de sua inferioridade. Um exemplo disso foi escrito em uma das colocações feitas pelo periódico. "Compete aos negros combater esse círculo vicioso de ideias, reintegrando-a no seu verdadeiro papel como raça que é física, moral e intelectualmente igual a outras raças julgadas superiores" (*A Alvorada*, 19/02/1933, p.01). O jornal igualmente publicou que "o negro conservando-se **puro**, sem **mestiçagem** esteja antropologicamente, demonstrando que não é em nada e absolutamente inferior ao branco quanto à inteligência na adaptação das ciências, das artes e da literatura" (*A Alvorada*, 19/02/1933, p.01, *grifo do autor*).

Ao se referir aos indivíduos de cor da pele branca, por exemplo, eles igualmente utilizavam a crença em raça, para marcarem-nos também enquanto uma raça, a raça branca. Nesse contexto se partilhava a ideia de que a humanidade estava dividida em raças, no entanto, os brancos não são marcados constantemente pelo pertencimento racial como ocorria com os negros. Os articulistas se apropriam dessa ideia de raça e da mesma forma que a utilizavam para tratarem a si, usualmente marcavam os outros. Em uma crônica publicada no jornal que tratava sobre as razões que levaram a Fundação da Frente Negra Brasileira, Simeão M. Silva, trouxe alguns elementos vivenciados pelos negros há pouco tempo, "não era permitido ao negro passear na mesma calçada que a **raça branca**" (*A Alvorada*, 10/07/1932, p.04, *grifo meu*).

Quando se faz uma abordagem em relação aos grupos negros e a imprensa negra é preciso ter claro de que não se trata de uma homogeneidade entre eles. A forma de escrever, de pensar e de se defender possui suas próprias características. Os posicionamentos adotados pelos sujeitos estão ligados às experiências por eles adquiridas (THOMPSON, 1981). Independentemente de haver alguns pontos em comum como, por exemplo, o fim dos preconceitos ou a educação de seus pares ambos possuem suas especificidades. Assim, os argumentos trazidos no texto são um reflexo do que pensavam os membros d'*A Alvorada* a partir de suas experiências e, não a imprensa negra de uma forma geral.

Através do jornal é possível observar algumas trocas de diálogos entre eles e o seu leitor. Como reportado acima, os negros não pensavam todos de maneiras iguais, tanto é que o próprio *A Alvorada* publicou algumas opiniões de leitores que discordavam de certas discussões feitas pelo jornal. A forma de percepção sobre a atuação do racismo também não era a mesma para os indivíduos, no entanto, a existência deste proporciona uma identificação (MUNANGA,

2004a) entre os sujeitos mesmo que suas vidas sejam completamente diferentes umas das outras.

O periódico *A Alvorada* era um espaço em que esses sujeitos podiam debater questões vinculadas à ideia de raça e denunciar, além de combater, o racismo. Ao engrandecer a sua raça, como eles denominavam, mas que nada mais era do que a sua etnia, buscando valorizá-la social e culturalmente eles estavam contribuindo para a desconstrução de estereótipos em relação a eles. A etnia não carrega toda uma gama de significados assumidos pelo uso de raça. Mesmo percebendo que para essas pessoas esse uso de "raça negra" estava vinculado a uma etnia de origem afro, que faz sentido ser pensada a partir de um contexto diaspórico, o uso de raça foi utilizado no texto para que não se perdesse o sentido deste, que era perceber a partir da lógica conferida pelos próprios sujeitos. Não se partilha dessa crença em raças, mas no momento em que o jornal circulou essa ideia era presente e por isso é utilizada pelos articulistas. A classificação racial no Brasil é algo extremamente complexa, pois perpassa desde a atribuição como também uma opção (MUNANGA, 2004). Devido a essa opção que o jornal atuou na construção de uma consciência racial junto ao seu leitor.

Ao se dedicar a buscar que as pessoas se afirmassem enquanto negras o periódico *A Alvorada* contribuiu no processo de desconstrução de estereótipos sobre os seus. Além de trabalhar para que as pessoas se identificassem como negras o semanário também cobrava para que elas assumissem posturas exemplares frentes a sociedade, dando bons exemplos para os seus e para os outros. "Fazendo compreender ao negro que ser negro não é desdouro e nem rebaixamento social, porquanto, instruindo-se, é considerado pela raça branca como **elemento de valor"** (*A Alvorada*, 19/02/1933, p.01, *grifo meu*). Em outra escrita o jornal fez um alerta aos leitores sobre se aceitar enquanto negro.

> NEGRO!
> Sabes o que és e, no entanto, não toleras que te chamem de negro, e por quê?
> Aprende a conhecer-te.
> Orgulha-te de seres negro.
> Sabes que não és inferior.
> Sabes que tens as mesmas possibilidades que qualquer raça, e, no entanto, nada fazes para as demonstrares.
> Negro, mostra o que podes ser.
> Anima- te, ergue-te do sono em que vives.
> Desperta e anda em frente.
> Muitos valores têm saído de ti, teus ascendentes deixaram na história, fatos que te elevam e que tu deves orgulhar.
> Levanta teu nome, continuando tuas tradições, reverenciando teu passado de sofrimentos e lutas.

Creoulo (*A Alvorada*, 05/02/1933, p.01).

No que se refere a como, quando e de que maneira acionavam raça, podemos indicar uma diversidade de respostas. A primeira delas seria para denunciar o racismo, ou como eles chamaram em alguns momentos, a seleção de raças (*A Alvorada*, 22/11/1931, p.01) ou separação de raças (*A Alvorada*, 19/02/1933, p.01). Quando trataram dos preconceitos enfrentados pelo grupo denominaram também de preconceito de raça (*A Alvorada*, 07/08/1932, p.01). Em outro uso apropriado da ideia de raça por eles aplicado foi como sinônimo de etnia. Por exemplo, quando justificam o reaparecimento do semanário após um período sem ser editado eles explicam que "não temos, atualmente, um periódico circulando no centro da nossa comunhão social, servindo ao mesmo tempo de defesa e recreio à nossa **raça**" (*A Alvorada*, 01/11/31, p.01). O termo foi empregado com o mesmo sentido, ou seja, aludindo a etnia, quando acompanhado de outras palavras que se referem a espaços de origem como, por exemplo, em raça africana (*A Alvorada*, 14/05/1933, p.01) e raça etiópica (*A Alvorada*, 16/07/1933, p.02).

A utilização da ideia de raça também era empregada para fazer críticas à inferioridade racial atribuída ao negro. Alguns exemplos sobre esta utilização já foram mencionados no texto, nesse sentido, não darei mais ênfase para que o mesmo não se torne repetitivo. A crença em raças se pautava em diferenças biológicas, que para esses articulistas se manifestavam em questões fenotípicas. Uma das principais características por eles marcada foi a cor. Entre os exemplos presentes no jornal, que confirmam essa colocação, estava raça preta (*A Alvorada*, 22/11/1931, p.01), raça negra (*A Alvorada*, 20/12/1931, p.01) e raça branca (*A Alvorada*, 20/12/1931, p.01).

Ao realizar o levantamento sobre a utilização da noção de raça pelo periódico *A Alvorada*, um caso, em especial, chamou a atenção, pois para o período em questão não é comum encontrá-lo. O jornal publicou no seu caderno uma referência à raça afro-brasileira (*A Alvorada*, 11/02/1934, p.01). O termo, que remete aos critérios da negritude pela descendência, apareceu mencionado pelo jornal em 1934. Essa foi a única ocasião em que o vocábulo foi empregado como chamamento ao grupo.

O jornal *A Alvorada* contribuiu para o processo de construção de uma imagem positiva em relação aos negros. Ao se referir aos seus pelo entendimento de uma raça eles apontam "uma **raça operosa** que tanto tem feito" (*A Alvorada*, 15/11/1931, p.01, grifo meu). A valorização de sua raça também era operada pela invocação de nomes de personalidades importantes, que eram negros e serviam de bons exemplos por terem atuado na luta contra o racismo. Como aconteceu,

por exemplo, quando empregaram em uma crônica "raça de Patrocínio, de Rebouças, de Marcílio Dias, Monteiro Lopes" (*A Alvorada*, 15/11/1931, p.01).

O acionamento da palavra raça da mesma forma tinha um caráter afetivo, apelativo e de chamamento. Por exemplo, ao fazerem uso de "expoente intelectual da raça em Pelotas" (*A Alvorada*, 07/02/1932, p.01), "raça que teve a desventura de ser escrava" (*A Alvorada*, 07/08/1932, p.01), "irmãos de raça" (*A Alvorada*, 19/02/1933, p.01) e, "nossa raça" (*A Alvorada*, 21/08/1932, p.01). Os autores se colocavam como grupo, pertencente a raça negra. De todos os usos feitos com o termo raça, aquele que mais aparece e que mais é acionado pelos articulistas desse jornal foi raça negra.

Nesse contexto em que se dava uma valorização da mestiçagem em cenário nacional, o negro demonstrou que não estavam alheios às tomadas de decisões e, as discussões pautadas sobre os rumos pretendidos para a sociedade brasileira. As discussões presentes no jornal apontam claramente para as suas preocupações sociais, políticas e culturais sobre a forma com que a sua raça era vista na sociedade. Discutir raça com os leitores era uma prática corriqueira entre os articulistas d'*A Alvorada*. E, o acionamento dessa ideia não se limitava a momentos de conflitos, ele se fazia constantemente no dia a dia.

Fontes Documentais:

Arquivo Histórico da Biblioteca Pública Pelotense

Fundo: Jornais

A Alvorada, de 1931 a 1935.

Referências Bibliográficas:

DOMINGUES, Petrônio José. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo** [online]. v.12, n.23, pp.100-122, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/tem/v12n23/v12n23a07.pdf acesso em março de 2013.

_____. Fios de Ariadne: o protagonismo negro no pós-abolição. **Anos 90.** Porto Alegre, v. 16, n. 30, dez. 2009, pp. 215-250.

MUNANGA, Kabenguele. A difícil tarefa de definir quem é negro no Brasil. **Estudos Avançados.** 18 (50), 2004, pp.51-56.

_____. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. **Cadernos PENESB** (Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira). UFF, Rio de janeiro, n. 5, pp.15-34, 2004a.

SANTOS, José Antônio dos. **Raiou a Alvorada:** Intelectuais negros e imprensa – Pelotas (1907-1957). Pelotas. Ed. Universitária, 2003, v.7.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças:** Cientistas, Instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das letras, 1993.

SILVA, Fernanda Oliveira da. Os negros, a constituição de espaços para os seus e o entrelaçamento desses espaços: associações e identidades negras em pelotas (1820-1943). **Dissertação de Mestrado** (História). Porto Alegre: PUCRS, 2011.

THOMPSON, E.P. **A miséria da teoria, ou um plenário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. **Os nomes da liberdade**. Ex-escravos na serra gaúcha no pós-abolição. São Leopoldo: Oikos, 2008.

SOBRENOMES INDÍGENAS: UM BREVE ESTUDO ONOMÁSTICO DA ALDEIA DE ITAPECERICA (1732-1830)

Marcio Marchioro[2]

Introdução

Nesta pesquisa pretendemos fazer um estudo comparativo por meio de dados percentuais sobre a perpetuação do sobrenome em famílias da aldeia missionária de Itapecerica. Este trabalho faz parte do desenvolvimento da nossa dissertação de mestrado. Inicialmente, neste texto, faremos um breve panorama histórico da aldeia desde sua fundação até as consequências sofrida por ela com a extensão do Diretório para toda a América portuguesa. Posteriormente, usamos uma parcela de nossa bibliografia para arrolar possibilidades de transmissão de nomes e sobrenomes entre os portugueses e entre os índios inseridos no contexto colonial. Por fim, fazermos uma breve análise do nosso material baseado em registro de casamento da aldeia que vão do período de 1732 até 1830 no que diz respeito a herança de nomes e sobrenomes, assim como os aspectos religiosos contidos neles. Nossa intenção neste artigo não é apontar conclusões definitivas sobre a documentação, somente demostrar algumas possibilidades do estudo da onomástica nas aldeias paulistas, sobretudo em Itapecerica.

Breve cronologia da aldeia missionária de Itapecerica

A fundação do aldeamento de Itapecerica no entorno da cidade de São Paulo gera uma série de discordâncias. Durante os 70 anos iniciais de administração dos jesuítas foram produzidos poucos documentos sobre a aldeia missionaria. Sua data de fundação mais provável é 1689 (Corrêa, 1999: p. 38). O aldeamento sempre manteve um vínculo forte com a aldeia de Carapicuíba e a de Embu (Ibid.: p. 39). Não só Itapecerica, mas também a aldeia missionária de São José teriam sido formadas com índios de Carapicuíba. O aldeamento de Carapicuíba tinha atingido seu limite máximo de expansão e já não havia mais lugar para todas as famílias que ali residiam. Assim alguns índios foram transmigrados para novo terreno e, por isso, há

[2] Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná/Bolsista CAPES/e-mail: markmarch81@gmail.com

uma manutenção de um vínculo histórico e de aliança com a aldeia de Carapicuíba (Ibid.: p. 42).

Nos primeiros 50 anos do século XVIII a aldeia tinha uma administração jesuítica que era muitas vezes compartilhada com a aldeia de Embu. O padre Belchior Pontes – talvez o mais conhecido dos jesuítas que administraram Itapecerica –, teria relatado que uma semana ele passava na aldeia de Embu e na outra em Itapecerica, além de atender também os colonos localizados no entorno dos aldeamentos (Ibid.: p. 46). Em alguns momentos específicos, no entanto, Itapecerica esteve sobre administração jesuítica autônoma.

Como Itapecerica era um desmembramento da aldeia de Carapicuíba é muito provável que a formação étnica do aldeamento seja a mesma. No princípio as etnias fundadoras de Carapicuíba seriam os Guaianá (Kaingang) e os Goaramim (Ibid.: p. 48). Uma das principais funções de Itapecerica seria de abastecimento do Colégio Jesuítico de São Paulo e de realizar expedições sertão adentro em busca de novos índios. Foi assim que além dos Guaianá muitos índios Guarani foram incorporados ao aldeamento em princípios do século XVIII (Ibid.: p. 51-52).

Durante a administração dos jesuítas que durou até fins da década de 1750, os índios eram considerados quase escravos, pois eram açoitados quando desobedeciam aos padres e só podiam sair do aldeamento com autorização de trabalho, ou seja, não tinham nenhuma liberdade (Ibid.: p. 56). Por outro lado, os jesuítas estimulavam muito que índios das aldeias dirigidas pela Câmara de São Paulo adentrassem Itapecerica, Embu e Carapicuíba e, além disso, incentivavam que índios administrados fugissem para as aldeias (Ibid.: p. 57).

A partir de 1759 os jesuítas são obrigados a deixarem os territórios portugueses e, com isso, a administração das aldeias passa a ser executada por um diretor civil nomeado, na maioria das vezes, sem qualquer influência dos índios (Ibid.: p. 59). As aldeias passam a ser vistas como um lugar de mão-de-obra disponível para os colonos e muito índios são tirados delas. Muitos colonos tentam casar os índios com escravas no objetivo de mantê-los presos ao trabalho. As reclamações de esvaziamento das aldeias começam a ser constante. Muito índios são retirados de Itapecerica para servir fazendeiros da região de Itu e Sorocaba (Ibid.: p. 60). Itapecerica passou a ser uma aldeia de predomínio feminino como era típico das aldeias administradas pelo governo português (Ibid.: p. 65).

Com a aplicação do Diretório estendido para todo o Brasil, a tão propalada liberdade dos índios nunca veio, pois em Itapecerica há relatos de que os aldeados continuavam a sofrer castigos físicos principalmente quando se ausentavam sem autorização (Ibid.: p. 71). O Diretório é revogado em 1798 e os índios passaram a ser reconhecidos como súditos com plenas capacidades da Coroa portuguesa. No entanto, isso só causou mais dispersão e com o fim do cargo de diretor das aldeias os índios foram abandonados e ficaram por conta própria, sem intermediação nenhuma (Ibid.: p. 74). Em 1802, Itapecerica e Embu se ligam novamente a Carapicuíba em um projeto de tornar as aldeias freguesias na tentativa de mestiçar os índios com os colonos (Ibid.: p. 75). Durante três décadas a documentação é bem esparsa, mas sabe-se que muito índios ali permaneceram. Em 1828, Itapecerica começa a ser habitada por alemães o que é bem perceptível na documentação paroquial previamente analisada por nós (Marchioro 2016a).

Nomeação e a historiografia

Em um estudo sobre a onomástica referente ao Continente do Rio Grande de São Pedro de 1735 até 1777 a historiadora Martha D. Hameister nos ajuda a pensar a questão dos nomes e sobrenomes na sociedade da América portuguesa. Para Hameister (2008, p. 459), a nomeação de crianças no batismo sempre demostrava algumas estratégias de família. Uma das possibilidades seria associar a criança a um santo ou santa do catolicismo, dando um caráter místico ao nome. Outra possibilidade, era perpetuar um nome que estava na família a muitas gerações ou relembrar um esquecido na intenção de aproximar os demais parentes da criança, como tios, padrinhos e avós.

Segundo Hameister (2008, p. 463), era comum também registrar no nome das pessoas a localidade em que ele ou ela habitava. “Tais são os casos de Custódio Ferreira de Oliveira Guimarães, filho de Domingos Ferreira Oliveira e Isabel Ferreira, natural da Vila de Guimarães e de Antônio Alves Chaves, filho de Domingos Pires e Catarina Dias e nascido na Vila de Chaves”. Era comum as mulheres terem um segundo prenome em que agregavam nomes de origem religiosa, Hameister (2008, p. 463) dá os seguintes exemplo: “como ‘de Santo Antônio’, ‘da Anunciação’, ‘do Espírito Santo’”. Além disso, a autora identifica um caso em que uma moradora de Viamão foi registrada como Felícia Maria em 1776 e posteriormente em 1784, após a morte do seu marido de nome Antônio José Pinto aparece nomeada como Felícia Antônia de Oliveira, agregando parte do nome do marido ao seu prenome.

Além disso, Hameister (2008, p. 464) segue nos apontando dados interessantes. O sobrenome mais importante disponível na família era normalmente usado pelo primogênito em Rio Grande do século XVIII. Para os demais filhos alternava-se no uso do sobrenome da mãe ou do pai. Por vezes, o sobrenome da mãe era mais importante que o do pai e, por isso, era utilizado com mais frequência. Outra possibilidade é o reaparecimento na família de um dos sobrenomes dos avós não utilizados pelos filhos, ou seja, pelos pais das crianças.

Normalmente os escravos de possuíam nomes de batismo, no entanto, em alguns casos podia-se agregar o sobrenome do senhor. "Um caso interessante é o casal Inácio de Aranda e Luzia de Aranda, escravos de Dom Antônio de Aranda que detinham o sobrenome de seu senhor. Nos registros estudados da Vila do Rio Grande não era o usual, mas não eram incomuns, se vistos os registros da Colônia como um todo" (Hameister 2008, p. 463).

Além disso, é muito comum se comparamos documentos de diferentes naturezas ou mesmo de naturezas iguais, porém com datas diferentes, encontramos variações bastante grandes no nome e sobrenome das pessoas arroladas. Bruna Sirtori (2006, p. 12) em um artigo sobre a concepção de "índio" do padre Bernardo Lopes da Silva que atuou na chamada Aldeia dos anjos nós traz vários exemplos nesse sentido. Um deles é o caso da menina Andrea que em outros "momentos" documentais é também chamada de Andressa.

Análise dos casos e índices de Itapecerica

Tendo em vista os dados da historiografia veiculados por nós acima, o que vemos na documentação de Itapecerica é uma nova configuração. São sobrenomes provavelmente usados para se relacionar na aldeia formada por famílias bem consolidadas. Mais tarde vamos descrever a dúvida que era em a menina adotar o sobrenome da mãe ou do pai. Isso é revelador no sentido em que a mulher quer atrair para si uma associação ou ao pai bem estabelecido na aldeia ou ao avô materno e os irmãos da mãe. Tudo isso deve atrair ajuda ao novo casal que procura agir no sentido de estabelecer-se no aldeamento também.

Pois bem, vamos primeiramente à análise dos dados. Ao utilizar o banco de dados que constituímos sobre os casamentos em Itapecerica aos poucos fomos notando que havia um claro padrão de herança de sobrenome por parte tanto de homem como da mulher. Ao falar da demografia histórica e seus dilemas ao se estudar família de padrão luso, Maria Luíza Marcílio faz o seguinte comentário:

> (...) pelo nosso sistema antigo de transmissão de nomes de famílias. Sem aparentemente nenhuma regra para passar sobrenomes dos pais aos filhos, estes, dentro de um único casal, podiam apresentar composições de nomes extraídos do pai, da mãe, dos avós ou suas variadas combinações e, inclusive, mostrar um sobrenome completamente novo, criado pelos pais (Marcílio 1986, p. 124).

Parece que essa falta de padrão lusitano não ocorre no interior da aldeia de Itapecerica. Vemos uma situação bem diferente da definida pela bibliografia quando se refere à sociedade colonial. No caso exemplar de Ubatuba, por exemplo, dificilmente se herdava o sobrenome da mãe ou do pai e a esposa dificilmente adotava o sobrenome do marido (Marcílio 1986, p. 205). Com os índios a segunda assertiva é também correta, porém, no caso da herança de sobrenome do pai e da mãe, a afirmação de Marcílio, não é uma realidade. São mais de 60% dos casos, tanto para homens como para mulheres, em que o sobrenome do pai é adotado pelo filho no registro de casamento.

Nádia Farage (1991, p. 42-3), em sua obra *Muralhas do Sertão*, nos mostra que o Diretório estabelecia a seguinte regra: deveriam ser adotados nomes lusos para batizarem as famílias indígenas, como veremos abaixo. Essa era mais uma estratégia da política de tentativa de assimilar os índios a sociedade colonial que era prioridade no Diretório. Isso em São Paulo já parece ser uma realidade bem presente há tempos. Tanto nas listas nominativas como nos registros de casamento o que vemos é somente nomes e sobrenomes portugueses.

> A classe dos mesmos abusos se não pode duvidar, que pertence também o inalterável costume, que se pratica em todas as aldeias, de não haver um só índio, que tivesse sobrenome. E para se evitar a grande confusão, que precisamente havia de resultar de haver na mesma povoação muitas pessoas com o mesmo nome, e acabarem de conhecer os índios com toda a evidencia, que buscamos todos os meios de os honrar, e tratar, como se fossem brancos; terão daqui por diante todos os índios sobrenomes, havendo grande cuidado nos diretores em lhes introduzir os mesmos apelidos, que os das famílias de Portugal; por ser moralmente certo, que tendo eles os mesmos apelidos, e sobrenomes, de que usam os brancos, e as mais pessoas que se acham civilizadas (Diretório apud Moreira 1988).

Nada mais representativo que um trecho do Diretório sobre o assunto, para pretender dar luz a um tema ainda pouco explorado no campo historiográfico comumente chamado de "história indígena". Deveriam ser chamados os índios por nomes portugueses para terem o devido tratamento que se despensa a um súdito cristão do rei de Portugal. Porém, uma questão fica pendente quando trabalhamos com os registros de casamento de Itapecerica: como reagiam os índios a esse contanto com formas portuguesas de onomástica? Parece que o que encontramos é no mínimo revelador, mas vem de acordo com o que se pensa sobre reações a

conquista europeia em terras americanas. Estamos aqui a falar de índios considerados aliados a colonização. E o que vemos é uma forma híbrida de lidar com a questão dos nomes.

A análise que fazemos abaixo das tabelas que construímos a partir das questões levantadas por essa "diferença" indígena, são arroladas de forma simplificada. As categorias que constituímos durante a classificação dos sobrenomes são inúmeras. Porém, o que realmente nos importava era de quem o sobrenome era herdado: do pai ou da mãe? Nesse sentido, optamos por excluir da nossa amostragem aqueles indivíduos em que não havia sobrenome registrado ou seu ou do pai e mãe obviamente. Não abarcamos todo o período da nossa análise, pois na década de 1820 os pais já não são mais arrolados no registro somente o nome do casal.

Tabela 1

Herança de sobrenome no caso dos homens de Itapecerica conforme os registros de casamento (1730-1820)

	Sobrenome do pai	**Sobrenome da mãe**	**Sobrenome de pai e mãe**	**Sobrenome diferente**	**Sobrenome do sogro**
Número	105*	37**	1	30***	1
Porcentagem	60,34	21,26	0,57	17,24	0,57

Fonte: **LIVRO de Casamentos da Paróquia de Itapecerica (1732-1830)**. São Paulo: Arquivo Metropolitano Dom Duarte Leopoldo e Silva da Arquidiocese de São Paulo. Estante 10, Prateleira 02, Livro de n° 49.

No caso masculino o que vemos, então, é uma predominância do uso do sobrenome do pai. O índice de 60% é um dado que não deixa qualquer dúvida, existe uma tendência na herança dos sobrenomes. A tendência masculina é essa, filhos resolvem quase sempre adotar o sobrenome do pai. Além disso, boa parte dos que usam o sobrenome da mãe são filhos ilegítimos; são 16 num total de 37 homens. Isso só reafirma a ideia da preferência pelo sobrenome do pai, pois os ilegítimos não tinham essa opção.

Dos 30 homens com sobrenome diferente de pai e mãe, vale colocar que 9 homens possuem pai incógnito, isto é, são ilegítimos. O fato então do "desconhecimento" do pai colabora um pouco, provavelmente, para a diminuição da porcentagem de homens que adotam o sobrenome do pai.

*Apenas 1 homem que possui sobrenome do pai e a mãe não consta no registro de casamento.
** Num total de 16 homens com pai incógnito e 3 o pai não consta no registro de casamento
*** Num total de 3 homens em que o pai não consta, 9 com pai incógnito variando da mãe portanto e 1 em que a mãe não consta, o restante somando 17 possui sobrenome diferente de pai e de mãe.

Vejamos a tabela das mulheres, pois aí sim, em termos comparativos, temos mais evidências importantes.

Tabela 2 **Herança de sobrenome no caso das mulheres de Itapecerica conforme os registros de casamento (1730-1820)**					
	Sobrenome do pai	**Sobrenome da mãe**	**Sobrenome do marido**	**Sobrenome de pai e mãe**	**Sobrenome diferente**
Número	64*	62**	2	6	43***
Porcentagem	36,15	35,02	1,12	3,38	24,29

Fonte: **LIVRO de Casamentos da Paróquia de Itapecerica (1732-1830)**. São Paulo: Arquivo Metropolitano Dom Duarte Leopoldo e Silva da Arquidiocese de São Paulo. Estante 10, Prateleira 02, Livro de n° 49.

Quando as mulheres há claramente uma certa indefinição na herança do sobrenome. Há uma leve predominância para o lado da herança do sobrenome do pai, porém quase equivalente ao número de adoção do sobrenome da mãe. É um fato curioso essa variação na comparação das duas tabelas, tendo em vista o fato que dificilmente se adota o sobrenome do marido. Seria um jogo de prestígio o que acontece na determinação do sobrenome da menina e, por vezes, até do menino – são um pouco mais de 20% aquele que adotam o sobrenome da mãe? É provável que a influência da família da mãe determine na utilização do seu sobrenome nos casos em que não adota o do pai. Talvez haja também influência do tio materno na adoção do nome da menina? São questões ainda em aberto que devem ser investigadas na bibliografia de história da família e, talvez, nas etnografias indígenas.

Palavras finais

O uso de nomes e sobrenome da onomástica portuguesa pelos índios inseridos na aldeia de Itapecerica é totalmente disseminado. Não há indícios que assim como os escravos africanos, o nome étnico e o português fossem usados comumente. Além disso, no caso dos homens na hora do casamento há uma nítida escolha tendencial para o lado paterno. Há uma série de outras questões que podem ser investigadas futuramente. Comparar com a bibliografia sobre as vilas lusitanas os nomes mais usados pelos índios para determinar se havia uma influência dos

*Num total de 2 mulheres em que a mãe não consta no registro de casamento.
** Num total de 10 mulheres consideradas de pai incógnito nos registros de casamento.
*** Num total de 9 mulheres com pai incógnito e 3 o pai não consta no registro de casamento.

jesuítas ou padres na escolha do nome. Também é possível fazer cruzamentos e identificar possíveis trocas de nome e sobrenome durante a vida e as estratégias contidas nessas trocas. Enfim, trouxemos aqui dados iniciais que serão explorados com mais minúcias em nossa futura dissertação. A ideia do artigo era justamente pensar em possíveis questões a serem desenvolvidas a partir do uso da comparação dos nomes e sobrenomes, com pais, mãe, marido e avós, sem a pretensão de fazer grandes conclusões.

Fontes

Documentos interessantes para a História e Costumes de São Paulo. São Paulo: Casa Eclesiástica. Vol. 85, 1961.
LIVRO de Casamentos da Paróquia de Itapecerica (1732-1830). São Paulo: Arquivo Metropolitano Dom Duarte Leopoldo e Silva da Arquidiocese de São Paulo. Estante 10, Prateleira 02, Livro de n° 49.
BOLETIM do Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo (BDAESP). 1945. São Paulo: Secretaria da Educação, Tempo Colonial, Aldeamentos de Índios, Maço 2, Volume 5.
_____. 1947. São Paulo: Secretaria da Educação, Tempo Colonial, Aldeamentos de Índios, Maço 2, Volume 7.
_____. 1948. São Paulo: Secretaria da Educação, Tempo Colonial, Aldeamentos de Índios, Maço 2, Volume 8.

Referências bibliográficas

CORRÊA, Dora Shellard. **O aldeamento de Itapecerica: de fins do século XVII a 1828**. São Paulo: Estação da Liberdade, 1999.

COSTA, Alysson de Ávila. Do lado de cá do rio Uruguai: práticas nominativas e inserção social de indígenas em Rio Pardo (RS, 1758-1765). In: **Cadernos de Clio**, Curitiba, n.º 4, 2013, p. 133-147.

FARAGE, Nádia. **As muralhas dos sertões: os povos indígenas no rio Branco e a colonização**. Rio de Janeiro: ANPOCS; Paz e Terra, 1991.

HAMEISTER, Martha Daisson. Uma contribuição ao estudo da onomástica no período colonial: os nomes e o povoamento do extremo sul da colônia (Continente do Rio Grande de São Pedro, c. 1735-c. 1777). In: DORÉ, Andréa. SANTTOS, Antonio Cesar de Almeida. (Org.). **Temas setecentistas: governos e populações no império português**. Curitiba: UFPRSCHLA/Fundação Araucária, 2008.

MARCHIORO, Marcio. Casamentos indígenas: estratégias matrimoniais na aldeia de Itapecerica (século XVIII e início do século XIX). In: **Anais eletrônicos do XV ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA**, de 26 a 29 de julho de 2016, na UFPR, Curitiba/PR, 2016a. Disponível em

<http://www.encontro2016.pr.anpuh.org/resources/anais/45/1468842411_ARQUIVO_CasamentosindigenasestrategiasmatrimoniaisnaaldeiadeItapecerica(seculoXVIIIeiniciodoseculoXIX).pdf> Acessado em: 24\11\2016.

_____. Fragmentos de religiosidade indígena: um estudo dos registros de casamento e listas nominativas do aldeamento de Itapecerica (1732-1830). In: **Anais eletrônicos do II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DA ABHR** em Florianópolis, 2016b. Disponível em: http://www.simposio.abhr.org.br/resources/anais/6/1473465849_ARQUIVO_TEXTOCOMPLETOPARAANAIS.pdf. Acessado em: 24\11\2016

MARCÍLIO, Maria Luiza. **Caiçara: terra e população – estudo de demografia histórica e da história social de Ubatuba**. São Paulo: Edições Paulinas, 1986.

MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. **Índios da Amazônia (1750-1850): de maioria a minoria**. Petrópolis: Vozes, 1988.

SIRTORI, Bruna. Às margens do Rio Gravataí: a transcrição de registros batismais pelo Padre Bernardo Lopes da Silva e sua concepção de "índio" (1765-1783). In: **Anais Eletrônicos (CD-ROM) da 25ª Reunião Brasileira de Antropologia**. Goiânia, Universidade Federal de Goiás/Universidade Católica de Goiás, 2006.

OS CRIMES E OS DIREITOS: LUTAS ESCRAVAS EM PELOTAS (1845-1880)

Roger Costa da Silva[3]

Nesse artigo enfocaremos especificamente o episodio protagonizado pelo escravo Inacio, algoz do capataz Bento Vieira. Nosso argumento é de os escravos nas charqueadas de Pelotas mataram seus capatazes como forma de defenderem seus direitos frente a um tratamento considerado injusto. Essas situações estavam ligadas em sua maioria a momentos de culminância do processo produtivo. Ritmos de trabalho exorbitantes faziam o limite do considerado justo ser ultrapassado. Nos dois casos de capatazes assassinados por escravos os crimes se relacionam a situações em que a vida dos escravos era afetada pelo ritmo de trabalho e por medo constante do castigo. Os cativos concebiam que não deveriam ser castigados caso cumprissem suas tarefas satisfatoriamente. Emilia Viotti constatou ser pela tradição estabelecida a quantidade de trabalho a ser feita nas fazendas em Demerara, e quando as normas relacionadas ao desempenho laboral eram violadas, os escravos protestavam (Costa, 1998, p.86). Assim como em Demerara, os cativos daqui, apesar do distanciamento dos contextos escravistas, em nome de seus direitos levaram às últimas consequências suas lutas por justiça.

As fontes de nosso trabalho nos indicam que as ocorrências desses crimes, quando comparados com outras localidades, não foram ínfimas em Pelotas no período compreendido pela pesquisa.

Volvamos ao mês de julho de 1856, mais propriamente, à madrugada de uma sexta-feira, dia 12, em torno das 5 horas, quando o capataz da charqueada de José Antônio Moreira, de nome Bento Viera, foi ferido de forma mortal pelo cativo Inácio[4]. Seu sofrimento ainda durou mais um dia quando finalmente feneceu.

Os depoimentos prestados no processo nos sugerem terem os fatos transcorrido da seguinte maneira: no alvorecer, o capataz Bento Vieira mandou o escravo Antônio abrir a senzala e chamar os escravos para levantar couros[5]. Inácio fez corpo mole, demorando-se juntamente com outros escravos. A partir disso, o capataz ordenou a Antônio fechar a porta caso não saíssem do alojamento e, ao amanhecer, ajustaria contas com eles. Essa mensagem foi transmitida a Inácio e aos outros cativos, os quais saíram ao recebê-la. O réu, Inácio, do lado

---

[3] UFRGS/Doutor/CAPES/muzungas@bol.com.br

[4] Processo-crime n.788, Tribunal do Júri, Pelotas, 1856 (APERS).

[5] Sobre a divisão do trabalho gerando hierarquias dentro da comunidade escrava consultar: MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista, Brasil Século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p.123-149.

de fora da senzala, começou destratar Bento Vieira, o qual ordenou ao mulato Cândido que o amarrasse com o fim de lhe aplicar algumas vergalhadas. Nesse momento o cativo reagiu, dando uma cabeçada no capataz, ao mesmo tempo infligiu-lhe uma facada. Logo após, fugiu em direção aos varais onde foi perseguido pelo rondador e seus cachorros, matando um destes a facadas e ferindo levemente outro. Como forma de escapulir, atirou-se ao arroio e depois fugiu para a cidade.

O interrogatório do réu merece ser lido com muita atenção, pois aclara aspectos importantes de nossas perguntas feitas às fontes. No júri ocorreu o seguinte diálogo:

> O que estavas fazendo na charqueada do senhor Moreira sendo que teu senhor é do Rio de Janeiro?Porque seu senhor o mandou para esta província para ser vendido e o Sr Moreira disse que tinha comprado a ele, interrogado, e o mandou para a charqueada. Então estavas ali a serviço e conhecias ao capataz Bento Vieira? Sim. É verdade que o capataz há bastante dias por motivo de serviço da charqueada mandou-te dar umas vergalhadas de madrugada?É verdade. Tu gostavas do capataz ou era ele muito impertinente ?Era muito **impertinente** mas ele, respondente, não tinha motivo de ser inimigo dele porém, quando ele o **mandou castigar sem motivo,** por força que ele respondente se havia livrar e então deu-lhe uma cabeçada, deu com ele no chão e correu.Por que é que teu senhor te vendeu ou te mandou vender para esta província? Porque ele respondente **lhe pediu venda**.

Ainda a partir dos elementos presentes no interrogatório do réu, podemos perceber a brutalidade do feitor como uma questão a ser levada em conta no julgamento de réus pronunciados por assassinatos e incursos na Lei de 10 de junho de 1835. O processo de Inácio é o primeiro em que percebemos esse argumento jurídico ser ventilado, quando o juiz questiona o réu se o capataz era muito “impertinente”.

A partir do final da década de 1850, o mau cativeiro, expresso particularmente quanto aos castigos corporais, foi largamente utilizado como argumento para justificar as comutações de pena de morte de réus escravos. Curadores e escravos passaram a utilizar a alegação da brutalidade do feitor. Tal discussão ganhou força dentro da burocracia imperial nas décadas de 1860 e 1870 do século XIX e foi elemento preponderante nas comutações de réus escravos[6], embora, já em 1856, em Pelotas, como acabamos de ver no caso de Inácio, tenha sido referido. Iremos perceber, nos próximos processos analisados, o fato de os castigos físicos, o comportamento cruel ou a bondade e sentimento de justiça de capatazes ter sido considerado por juízes, curadores e pelo poder moderador na condução dos processos e na comutação das

penas. Foi também utilizado pelos cativos nas suas justificativas para a consecução de crimes, pois eles fizeram suas apropriações das batalhas travadas na burocracia imperial a respeito das comutações de pena de morte (Pirola, 2012). É o que os indícios nos permitem concluir a respeito dos cativos assassinos de capatazes em Pelotas entre os anos de 1845 e 1880.

Embora aqui estejamos tratando da concepção de legitimidade ou não do castigo entre os escravos, é oportuno articular a essa questão aquilo já referido nas primeiras páginas deste capítulo: os possíveis efeitos da proveniência do escravo de outras províncias. Mesmo Inácio tendo reivindicado a sua venda junto ao seu senhor, é crível pensar que tenha sido enviado a um lugar não do seu agrado.

Segundo Hebe Mattos, o fim do tráfico transatlântico de escravos para o Brasil, em 1850, provocou mudanças decisivas na "experiência do cativeiro", em relação aos escravos aqui moradores, "bem como para os que, em qualquer nível, se viam envolvidos em administrar o controle social dos trabalhadores escravos". As consequências demográficas desta inflexão foram decisivas. Bem mais do que isso, a alteração na vida cotidiana de senhores, homens livres e escravos foram significativas.

A autora observa terem estes cativos levado para o Vale do Paraíba, uma bagagem cultural assaz distinta da experiência dos africanos aqui aportados. Ela ressaltou implicar a face paternalista do sistema um tempo de convivência entre os cativos e destes com seus amos. Os cativos comprados no tráfico interno, entretanto, em oposição aos africanos, traziam de sua vivência anterior, a experiência de códigos costumeiros que eles esperavam ver reconhecidos no novo cativeiro (Mattos, 1998).

Corroboramos seu ponto de vista a respeito da relevância das acumuladas experiências adquiridas na prática do cativeiro, trazidas por cativos de outras províncias. Acreditamos ser possível argumentar em favor da percepção dos crioulos negociados no tráfico interno, vindos para Pelotas, com toda uma bagagem de práticas costumeiras. Tinham concepções preestabelecidas de castigo justo ou injusto, de ritmos de trabalho toleráveis ou não aceitáveis. Assim, "mau cativeiro" sofrido por cativos conhecedores de outras experiências justificava o assassinato de capatazes e senhores. Frisamos, no entanto, que, mesmo antes da extinção do tráfico negreiro, já haviam chegado por aqui cativos com vivências carregadas de concepções de direitos e justiças próprias. Cremos ter o trecho reproduzido na página anterior corroborado nossas asserções, propostas no início do capítulo, de escravos criminosos de outras regiões do país serem remetidos para a província de São Pedro.

A existência de um tráfico intraprovincial vigoroso permitiu a Pelotas absorver parte dos cativos, propiciando a alguns proprietários a possibilidade de recorrer aos mercados regional e nacional como forma de tornar a compor os seus plantéis. Dessa forma, os crioulos negociados no tráfico interno trariam para a cidade toda uma bagagem de práticas costumeiras preestabelecidas no local onde eram anteriormente cativos. Leiamos com atenção as palavras de Bruno Pessi a respeito:

> Na relação entre escravos e senhores, o crescimento da população crioula estabeleceu um importante elemento: a maior dominação dos códigos vigentes pelos crioulos frente aos africanos proporcionou uma maior capacidade de negociação, trânsito e aproximação com a população livre. Por outro lado, a presença de crioulos vindos de outras províncias pode ter acarretado um elemento de tensionamento das relações com os senhores. Esses homens em idade adulta arrancados de suas regiões de origem, com códigos e valores diferentes dos encontrados em Pelotas, transformados em mercadoria pelo tráfico, traziam para as senzalas toda uma bagagem de experiências com a escravidão que podem ter sido bem distintas das encontradas no sul do Brasil. A adaptação às normas dos escravistas pelotenses pode ter sido difícil para esses cativos (Pessi, 2011).

Partimos do pressuposto de os crimes cometidos por escravos crioulos se relacionarem ao contexto do fim do tráfico negreiro e ao intenso comércio interprovincial quando Pelotas absorvia parte dos cativos. A diminuição nas taxas de africanidade, teve como contrapartida, a entrada de crioulos nos plantéis, de forma considerável ao longo de quase todo o período de nossa pesquisa. O percentual de escravos africanos nos plantéis dos charqueadores começou a declinar a partir da década de 1850 (Vargas, 2013, p.212). A busca por cativos em idade produtiva propiciou à migração forçada via tráfico interno trasladar grande quantidade de homens em idade adulta para Pelotas. Acreditamos em uma preponderância dos crimes cometidos por crioulos, entre os anos de 1845 e 1880 coincidir com uma intensificação do tráfico interno após a lei Euzébio de Queiroz. Esse foi um momento de entrada contínua de escravos crioulos na população cativa de Pelotas, demonstrando que alguns proprietários tiveram a possibilidade de recorrer ao mercado regional e nacional para constituir seus plantéis. Os maiores deles eram formados em grande parte por escravos adquiridos via tráfico e menos dependentes da reprodução natural e da herança de escravos (Pessi, 2012, p.120).

A pergunta inicial conduz o interrogatório no sentido de descobrir por qual motivo Inácio veio para o Rio Grande. Talvez, o magistrado entendesse que Inácio pudesse ser um escravo envolvido em algum crime em outra parte do país e remetido para Pelotas, assim como outros escravos crioulos mencionados ao longo da tese, criminosos em outras províncias e negociados para Pelotas via tráfico interno. Essa é uma questão capaz de corroborar a tese de Pelotas ter sido o receptáculo da escravatura criminosa proveniente de outras províncias do

país[7]. Não obstante, desta vez não seriam escravos africanos e sim, cativos crioulos que trariam os efeitos de serem arrancados de seu contexto de familiares, amizades e saberes granjeados em pelejas distantes.

Achamos apropriado propor uma aproximação com as ideias desenvolvidas por Richard Graham. Ele argumentou ter o tráfico interno de escravos contribuído decisivamente para acelerar a abolição da escravatura no Brasil. Sua conclusão ampara-se no protagonismo dos próprios escravizados: "[...] o crescimento da resistência daqueles escravos arrancados de seus contextos familiares e antigos laços sociais minou a autoridade dos senhores e encorajou-os a forçar sua própria libertação através da ação direta" (Graham, 2002, p.122). Graham reputou esse comércio como 'perigoso', visto, apartar homens relativamente jovens da vida social de sua comunidade, abrupta e violentamente impossibilitados de manter contato com seus parentes e amigos, implicava escravos com alto potencial de rebeldia. O autor diz: "[...] os homens assim transportados provavelmente estavam irados, ressentidos, ansiosos, menos constrangidos por expectativas sociais e certamente prontos para explodir. Homens sozinhos sempre tiveram menos a perder por sua resistência ativa" (Graham, 2002, p.153).

Quem sabe Inácio estivesse em situação análoga. Em trecho precedente do interrogatório, o réu disse ser solteiro, filho de pais desconhecidos, possuir 27 anos, ser natural de Pernambuco e carpinteiro. Ainda acrescentou estar ali na charqueada de José Antônio Moreira há "quinze dias pouco mais ou menos". Ou seja, era um crioulo nascido em Pernambuco, carpinteiro do senhor João Maria dos Santos na cidade do Rio de Janeiro. Um homem na plenitude de suas forças, se não separado de esposa e familiares, mas talvez de amigos. Ou arrancado de um ambiente urbano com clima quente e transplantado para uma charqueada de Pelotas na época mais fria e úmida do ano. Tolhido no direito de exercer sua profissão e obrigado a acordar ao alvorecer para levantar couros nas proximidades de um arroio e quiçá em uma região de banhado. Para piorar a situação, naquela sexta-feira, lá pelas cinco horas, deveria estar chovendo, pois o cativo Antônio Farias como informante, relatou ter Inácio demorado na senzala a colocar capas e ficado "resingando" ao ser chamado para o trabalho. Embora fosse uma época de fim de safra com um ritmo de trabalho mais brando, o gélido inverno pelotense, possivelmente, deve ter aguçado a ira de Inácio.

---

[7] "[...] esta província que tem sido até agora o receptáculo da escravatura criminosa de outras províncias do Brasil". Correspondência do juiz de paz do 1º distrito para a Câmara de Vereadores de Pelotas, 19 de fevereiro de 1835. CDOV. Maço 103; Lata 126. Segundo João Reis, com o objetivo de evitar contágio da revolta entre a população cativa em várias foram adotadas medidas repressivas imediatas, constatando-se que: "Seu impacto no resto do país foi imediato, levando as autoridades da Corte e os diversos governos locais a adotarem medidas de segurança pública e a renovarem o debate em torno do tráfico e da própria escravidão".(Reis, 2003, p. 509).

Um último aspecto merece ser analisado. A relação entre os crimes, o tamanho do plantel e a importância do senhor. A grande maioria dos assassinatos de capatazes aconteceram em grandes propriedades. No total de minha amostragem (1850-1888) nove crimes tiveram como cenário grandes propriedades charqueadoras e ocorreram em grandes plantéis. Havia uma relação imediata entre o tamanho da riqueza e o tamanho do plantel. Com exceção de Gonçalves Chaves Filho, a média destes charqueadores mais ricos era 115 escravos. O senhor de Inácio, José Antonio Moreira, por exemplo, era possuidor de 158 escravos. A charqueada do barão de Butuí é assim descrita : "[...] um estabelecimento de charqueada na margem esquerda do Arroio Pelotas, com casa de moradia, armazém, galpões, barraca, graxeira e todos os utensílios pronto para trabalhar" (Gutierrez, 2001, p.82). Serviam à charqueada quatro embarcações: os iates São Jerônimo e Santa Rita, a barca Pombinha e o patacho Moreira. A maioria dos charqueadores possuía casas na cidade e morava no meio urbano durante quase todo o ano. Segundo Vargas, a vida urbana "teve fundamental importância nas práticas sociais da elite charqueadora, de como se via e de como gostava de ser vista" (Vargas, 2013, p.152). Os inventários dos 12 homens mais ricos de Pelotas comprovam todos possuírem imóveis urbanos e, no mínimo, sete serem sobrados (Vargas, 2013). Entre eles está o senhor de Inácio, José Antônio Moreira, com a terceira maior fortuna acima de 50 mil libras esterlinas. Entre estes charqueadores mais ricos estão os donos de escravos assassinos de seus capatazes. Senhores como Joaquin José Assunção, Joaquin da Silva Tavares e Felisberto Inácio da Cunha aparecem na lista de senhores que residiam na cidade a maior parte do ano. Eram proprietários residentes em tempo parcial em seus estabelecimentos.

Acreditamos ser o absenteísmo dominante entre estes charqueadores. A ausência de senhores nas charqueadas expunha mais os cativos à supervisão direta do capataz e à constante ameaça do chicote. Em outras regiões escravistas, a presença dos proprietários era um elemento amainador das tensas relações nas atividades produtivas (Genovese, 2006). Em outras localidades, a inexistência de canais de negociação entre senhores e escravos, em relação à conduta dos representantes do poder senhorial, poderia acarretar a eliminação do feitor de maneira violenta (Machado, 1987). Não detectamos nenhum caso de assassinatos de senhores dentro de charqueadas. Isso é um indício seguro de a responsabilidade do capataz pela produtividade e disciplina do trabalho o colocar como oponente direto na luta dos cativos por seus direitos.

Portanto, constatamos ter o crime do cativo Inácio, ocorrido em um contexto de safra e em uma grande charqueada. O escravo do senhor José Antônio Moreira, era crioulo, solteiro e

jovem, pedreiro deslocado para o serviço de charqueada. Chegado há poucos dias na cidade pela via do tráfico interno, não possuía maiores laços de proteção.

Referencias Bibliográficas:

COSTA, Emilia Viotti da. **Coroas de glória, lágrimas de sangue: a rebelião dos escravos de Demerara em 1823**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 86.

GRAHAM, Richard. Nos tumbeiros mais uma vez? O comércio interprovincial de escravos no Brasil. p.122. **Afro-Ásia**, n.27, p.121-160, 2002.

MACHADO, Maria Helena Toledo. **Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas (1830-1888)**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do silêncio: os significados da liberdade do sudeste escravista - Brasil, séc. XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

PESSI, Bruno Stelmach. **Estrutura da posse e demografia escrava em Pelotas entre 1850 e 1884**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

PESSI, Bruno Stelmach. A família escrava em Pelotas na segunda metade do século XIX a partir de inventários *post-mortem*. In. **Produzindo histórias a partir de fontes criminais**. Porto Alegre: CORAG, 2011.

PIROLA, Ricardo Figueiredo**.** ***A lei de 10 de junho de 1835: justiça, escravidão e pena de morte***. Tese – (Doutorado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

VARGAS, Jonas. Das charqueadas para os cafezais?O comércio de escravos envolvendo as charqueadas de Pelotas (RS) entre as décadas de 1850 e 1880. In. **Anais do 5º Encontro escravidão e liberdade no Brasil Meridional**. Porto Alegre: UFRGS, 2010, p.9.

VARGAS, Jonas. O comércio de escravos envolvendo as charqueadas de Pelotas (RS) entre as décadas de 1850 e 1880. **V encontro escravidão e liberdade no Brasil meridional**. Porto Alegre, p. 1-19, 2011.

_____. Os charqueadores de Pelotas, suas estratégias e a transmissão de patrimônio (1830-1890). Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/

NÃO TEMOS MAIS PIXURU: RELATOS SOBRE O PRÁTICA DO PIXURU NO QUILMBO SÃO ROQUE/SC

Sílvia Regina Teixeira Christóvão[8]

Introdução

Esse trabalho tem por intuito revisitar, especialmente, o uso de depoimentos orais na Comunidade Quilombola São Roque. Que é composta por vinte e seis famílias de descendentes de pessoas que foram escravizadas, que vivem na localidade de São Roque, também conhecida como Pedra Branca, situada entre os municípios de Praia Grande, no estado de Santa Catarina, e Mampituba, no estado do Rio Grande do Sul.A Comunidade Quilombola São Roque está estabelecida neste local há mais de cento e oitenta anos e, ao longo deste tempo, tem vivido em relativa conformidade com a natureza, praticando agricultura de subsistência,As narrativas levantadas remontam o início da ocupação na segunda metade do século XIX,conforme descreve FERNANDES, 2006):

> A Comunidade Quilombola São Roque identifica seu passado com o regime escravista desenvolvido na região serrana. Nesta localidade, caracterizada por escarpas que marcam o final da Serra Geral, uma rocha desponta naturalmente como característica da região: a Pedra Branca. Da Serra descem os rios que cruzam a comunidade e garantem as condições ambientais para sua reprodução. Da Serra desceram, também, os escravos fundadores dacomunidade. São Francisco de Paula de Cima da Serra RS (por vezes chamada de Cima da Serra e por vezes, simplesmente, de São Francisco) é a região da Serra Geral que está conectada histórica e geograficamente à comunidade São Roque. São Francisco, com suas grandes extensões de campos naturais e florestas de araucária, foi região de produção pecuária, onde viviam escravos e senhores que são referidos pela memória dos membros da comunidade. Os Monteiro, os Nunes e os Fogaça, afirmam, eram os senhores de seus antepassados escravos. Ora fugidos, ora ao alcance do domínio senhorial, os escravos no século XIX desciam dos campos de Cima da serra para cultivar as férteis várzeas e planícies da região litorânea, na localidade conhecida como Roça da Estância. A Comunidade Quilombola São Roque surgiu, então, a partir da dinâmica social e territorial que se estabeleceu entre as regiões da serra e do litoral, entre Cima da Serra e Roça da Estância.(FERNANDES, In: LEITE 2006, p.132, 144).

[8]Sílvia Regina Teixeira Christóvão, mestranda pela Universidade Federal de Pelotas, e-mail: silviachristovao@gmail.com

1ª – Figura Local em que se formou a Comunidade Quilombola São Roque. Fonte: STEUERNAGEL, 2010 p.20).

O pixuru na comunidade São Roque: uma prática vicinal.

As famílias que hoje compõem a comunidade são formadas por descendentes de pessoas que foram escravizados e que pertenciam a três diferentes senhores: os Nunes, os Monteiro e os Fogaça, mas a comunidade também identifica como um quilombola outras famílias que não descendem dos nomes citados acima. Para alguns membros da comunidade não é somente a cor da pele que os identifica, como remanescentes de quilombo, o "chamar para compadre, ajudar a fazer uma roça" são elementos de pertencimento aquele local.

O trabalho permanece intimamente ligado com o ser quilombola, para nossos entrevistados. Podemos identificar na fala de muitos: "*quilombola para nós é de muita honra, porque a gente só aprendeu a trabalhar*." "*É nós temo um privilégio muito grande porque graças a Deus nosso povo aqui, sempre fomo um, povo pobre, mas aí mesmo sóaprendeu só a trabalhar. Graças a Deus onosso pai, criaram a gente muitocorrigido, muito no sistema, de antigo mesmo, e a gente tem hojeesse privilégio.*"[9]

Desse modo, éconstante no discurso dos quilombolas entrevistados,sobre si é a reiteração da identidade de trabalhador. O trabalho é visto como privilégio, como uma dádiva,

[9]Pedro Oliveira Pereira, entrevistado em 29/10/2016.

como algo que os dignifique e mais uma vez esta característica conecta presente e passado através da leitura que a comunidade faz do seu espaço de liberdade alicerçados no trabalho. A angústia eternizada pela experiência da escravatura não residia no trabalho, mas nas condições de violência e opressão que envolvia seu exercício sob o domínio direto do senhor. Por isso, Roça da Estância[10] surgia como um território de semi-liberdade, porque aqui os escravos podiam trabalhar "sossegados", mesmo que tivessem que entregar o fruto da lavoura para os senhores. "Ser filho da Pedra Branca significava ainda um passo além. Significava ter nascido para dentro de um território onde se trabalhava com crescente liberdade e crescente domínio sobre o próprio fruto da produção" (STEUERNAGEL, 2010 p.59).

Portanto, assim o trabalho está diretamente ligado à dignidade humana,articulando no passado distante e recente a imagem de trabalhador que se espera atingir no presente. Mas, não podemos dizer que o trabalho funcione isoladamente de seu passado constitutivo,do eixo da ancestralidade e do parentesco, intimamente ligado àquelas encostas da Serra Geral.Trabalhar para o quilombola do São Roque é uma tradição, com transmissão histórica, de seus ancestrais, localizado e familiar. E aqui na comunidade de quilombos de São Roque, mais que isso o trabalho está ligado também a atividade vicinal, o pixuru é um exemplo claro disso.

Nesse interim, podemos mencionar que a identidade ligada ao trabalho está associada também a um sistema de reciprocidade interna. Considerando os ciclos essenciais ao trabalho agrícola e o uso da terra, constituído em pequenos núcleos familiares divididos pelas grotas[11], há momentos em que a terra exige mais, e em determinado tempo menos mão de obra, por isso a necessidade da realização dos pixurus.Consolidou-se então uma prática, bastante comum em pequenas comunidades rurais, de ajuda mútua através da *troca dia de serviço*. O pixuru, para a autora Dayse Barcelos traz essa abordagem sobre o pixuru:

> O "pixuru" é uma espécie de mutirão. Trata-se de uma prática onde se troca força de trabalho e sociabilidade. (...) Com a ausência de dinheiro no interior da comunidade as trocas de dias de trabalho eram algo comum. Isso além de refletir um modo de organização para a produção deixa clara uma ideia do trabalho como algo que poderia ser trocado, como algo que ensejasse a interação social entre parentes e vizinhos. Essa troca, entretanto, não se dava com qualquer pessoa "de fora", mas com pessoas nas quais se depositava a confiança da contrapartida, do contra dom, afinal "antigamente era tudo unido" (BARCELLOS et al., 2004, p. 338-339).

[10] A denominação de Roça da Estância está ligada a composição das roças fora da Estancia do senhor de escravos de Cima da Serra, São Francisco de Paula, RS.

[11] A palavra grota é empregada correntemente pela população regional para se referir às reentrâncias existentes nas encostas da serra, formadas por uma sanga principal e caracterizadas pelo relevo predominantemente acidentado. Para os quilombolas de São Roque, a grota é o elemento básico de identificação e organização territorial, bem como da memória relacionada ao território.

Essa prática que esteve consolidada por muitos anos, na comunidade quilombola de São Roque nas palavras de Weimer (2016), essas atividades inseriam-se em um circuito de reciprocidade, já que quem ajudava em um dia provavelmente necessitaria de auxílio do vizinho posteriormente. (WEIMER, 2016, P.11).

Muito comum nas pequenas comunidades rurais, essas práticas se consolidam, pois a ajuda mutua ocorre através da troca de serviço, constituindo focos de reciprocidades na direção do rio Mampituba, do rio Josafaz, do rio Faxinalzinho e do São Gorgonho. Quando um morador necessitavade mais mão de obra do que dispunha em seu núcleo familiar, recorria a outrosmoradores para obter ajuda.

2ª - Figura –Mapa dos rios que cortam as terras do quilombo São Roque. Fonte (STEUERNAGEL, 2010 p.20).

Podemos analisar nos relatos de nossos entrevistados, que a prática do pixuru é muito mais que uma troca de favores, ele se constitui em um espaço de integração interétnica, sem que os mesmos soubessem da dimensão desse processo. Os critérios para realização do pixuru, não eram determinados, pelosgrupos, parentescos, mas sim, vicinal das grotas. "O pessoal da grota do jozafaz se juntava com a o pessoal da grota do faxinalzinho e ia todo mundo lá fazer a roça para o pessoal da grota do São Gorgonho".[12]

As trocas de dias, o pixuru era determinado devido as mais diversas necessidades da comunidade, sejam para trabalhar na colheita de um determinado vizinho, ou para fazer a derrubada e compor as roças, para iniciar o plantio. Na comunidade quilombola de São Roque,

[12] Pedro Oliveira Pereira entrevista dia 29/10/2016

o pixuru também era praticado para fazer uma casa, quando alguém estava de casamento marcado, reuniam- se paraconstruçãoda casa dos futuros casados. Quando chegavam ao termino da construção, "*fazíamos um baile, que era para deixar o chão da casa bem socado"*[13]. (Casa de chão batido, a dança acabava por assolar o chão).

Para eles os bailes no final das empreitadas, dospixurus,Juntavam-se, então, moradores de diversas grotas para trabalhar em uma roça, os quais recebiam do dono desta, alimento para o dia de trabalho. Ao final dopuxiru, que poderiam durar diversos dias, realizava-se um *baile*, oferecido peloanfitrião. O *baile* funcionava ao mesmo tempo como uma espécie depagamento, ou recompensa, pela ajuda e como um reforço às relações dereciprocidade já acionadas e efetivadas no trabalho conjunto. O senhor Afonso um dos mais velhos membros da comunidade nos presenteia com seus causos e nos relatas a realização do pixuru que ele participou em tempos idos.

> *Naquela época Sirvia, por exemplo, era o trabalho e a diversão. É por exemplo a época é, é vamos dizer assim, os semestre de, plantar, é quando chegava as épocas de plantação... Ainda a gentetinha diversão, acompanhando toda vida. É porque tinha muita genteque usava por exemplo fazer os pixuru... Pra fazer roça. E, e pagava opixuru com o baile! (...) Pixuru é o, o mutirão, como eles diz hoje. Daí eu tava mal sem roça e tal, daí eu ialá falava com um falava com outro e tal fazia um pixuru de, é quinzepessoas naquela época nós tinha bastante gente morando aqui né... É, quinze. 'Ah, eu vou fazer um baile' daí, o pixuru vai ser, quinta-feira, é por exemploquarta-feira, quinta-feira, depois de sexta-feira ficava ruim né. (*AFONSO)[14]

Nas palavras de seu Afonso, assim como nas dos demais entrevistados, fica evidente que não havia pagamento em dinheiro, nesses pixurus, o que podemos constatar é que aoreceber a alimentação do dia, o morador, ao ajudar na roçade outro, garantia que também receberia ajuda quando sua roça necessitassede mais mão de obra do que dispunha em seu núcleo familiar. Assim, ocorria a *troca de serviço*, garantindo ao mesmo tempo as condições de cultivo esubsistência e o fortalecimento das relações de reciprocidade. "Essas atividades inseriam-se em um circuito de reciprocidade, já que quem ajudava em um dia provavelmente necessitaria de auxílio do vizinho posteriormente". (WEIMER,2016, p.111).

Nas palavras de Steuernagel (2010)é nos pixurus realizados na comunidade São Roque que aparece de forma mais explícita o entrelaçamento das noções detrabalho e lazer na identidade local, já presente em outra fala de Afonso citadaanteriormente quando afirma que se tratava de uma vida *"sofrida mais feliz".*[15]Amemória das formas de lazer que marcavam a

[13]Luis Oliveira Pereira. Entrevista dia 29/10/2016.
[14] Afonso Pereira dos Santos Filho, entrevista em 29/10/2016.
[15]BRASIL, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). "Comunidade de São Roque: Referências Culturais Quilombolas". 2008a. 1 filme-documentário (30 min), son., color.

identidade e a reciprocidade localacompanha a memória das relações de trabalho que operavam sobre termossemelhantes.

Ao rememorar suas vivências na roças, e na prática dos pixurus o seu Afonso e demais membros entrevistados estão resignificando um tempo que não existe mais. Mas, que permanece vivo nas suas memórias. Segundo Halbwachs (1990), a memória é este trabalho de reconhecimento e reconstrução que utiliza os "quadros sociais" nos quais as lembranças podem permanecer e, então, articular-se entre si. Através da memória coletiva a comunidade quilombola São Roque reconstitui seu passado permanentemente e o vivifica enquanto que esse é resignificado nas narrativas dos moradores sobre a prática do pixuru.

> A história, de acordo com o autor, começa justamente onde a memória acaba e a memória acaba quando não tem mais como suporte um grupo. Assim, a memória é sempre vivida, física ou afetivamente. No instante em que o grupo desaparece, a única forma de salvar as lembranças, que para os grupos existentes são exteriores: "é fixá-las por escrito em uma narrativa uma vez que as palavras e os pensamentos morrem, mas os escritos permanecem. (HALBWACHS, 1990, p. 80).

Perante a importância da memória coletiva e da oralidade, valeu-se aqui neste artigo de recursos da História Oral para atingir materialmente vestígios históricos presentes na memória coletiva dos remanescentes do quilombo São Roque, procurando a construção de uma história numa comunidade que até pouco tempo não possuíamuitos registros transcritos.

Parte desse trabalho encontra respaldo na metodologia da história oral, metodologia excelente voltada à produção de narrativas como fontes do conhecimento, mas principalmente do saber. Dessa forma, "a razão narrativa desemboca no saber contar de um fato real ou imaginário, despertando no ouvinte o desejo de significar experiências vividas, que não retornam mais". (GROSSI e FERREIRA, 2001, p.30).

Entendemos que a História Oral, enquanto processo metodológico pode prover muitas informações nos estudos da subjetividade devido ao seu elevado poder de inserção em territórios que têm camadas muito densas, como é o caso das influências religiosas que tem contribuído para descaracterizar, destruir e silenciar algumas culturas (como era a festa do final do pixuru), devido ao alto grau de complexidade deixados por suas marcas intensas no contexto cultural, político, e socioeconômico da comunidade quilombola São Roque.

Para Meihy (2011) a história oral de vida e sucessivamente um "retrato oficial", uma variante produzida, propositadamente. Nessa direção, a veracidade está na versão "oferecida pelo narrador, que é soberano para revelar, ocultar, negar e esquecer ou deformar caso,

situações" (MEIHY, 2011, p.84). Ainda acreditamos que a contribuição de Delgado é significativa para esta reflexão, segundo a autora:

> A história oral é um procedimento metodológico que busca, pela construção de fontes e documentos, registrar, através de narrativas induzidas e estimuladas, testemunhos versões e interpretações sobre a História em suas múltiplas dimensões: factuais, temporais, espaciais, conflituosas, consensuais. Não é, portanto, um compartimento da história de vida, mas, sim, o registro de depoimentos sobre essa história vivida (DELGADO,2010,p.15).

Desse modo, o pesquisador que escolhe pelo trabalho com história oral estedeve saber que está diante de um amplodesafio. Terá de lidar incansavelmente com as múltiplas possibilidades. É não desconsiderar os menores detalhes, é permanecer sempre aberto e ao mesmo tempo atento e cauteloso, cuja gratificação é um mergulho profundo em áreas muitas vezes pouco exploradas. "O trabalho histórico que se utiliza de fontes orais é infindável, dada à natureza das fontes; o trabalho histórico que exclui fontes orais (quando válidas) é incompleto por definição." (PORTELLI, 1997, p.37).

Com o auxílio da História Oral, conseguimos rememorar e resignificar uma prática que por muito tempo movimentou e contribuiu para manter os quilombolas nos seus locais de origem. Nos relatos de nossos entrevistados é sempre com tristeza que rememoram esse fato. *"Sinto muita falta disso, hoje já não tem mais pixuru. Apenas atroca de dias, e mais nada"*[16] Um silêncio profundo após essa fala do senhor Pedro, rompido apena pelo barulho das águas do riacho que corre próximo da sua casa.

Na última vez em que estive nacomunidade, para as entrevistas, lá chegando, fui à casa do senhor Afonso e dona Maria Rita, estavam "carneando um porco" para o consumo próprio, recebiam a ajuda do seu compadre Salustiano, e de outro vizinho, estavam nos preparativos desde o amanhecer, permaneci por um longo tempo, antes de sair para realizar as demais entrevistas, conforme tínhamos marcado. No final do dia retornei à casa de seus Afonso e dona Maria Rita, onde permaneci por mais um bom tempo. Ao me despedir, já no início da noite, ainda estavam nos preparativos finais, às conversas e os risos eram contidos, diferentes dos relatos dospixurus feita pelo senhor Pedro, *"trabalhavam com alegria, cantavam, davam gritos lá nas capoeiras, era uma festa"*. Na casa do senhor Afonso, hoje dificilmente promoveria uma festa, um baile diante da atual conjuntura.

[16] Pedro de Oliveira, em entrevista no dia 29/10/2016.

Dessa forma, a atual conjuntura que nos referimos está vinculada com a chegada da igreja evangélica da Assembleia de Deus na comunidade, que de certa forma reconfigurou muito da religiosidade local e teve consequências também sobre estas relações de reciprocidade. Com a chegada da igreja, alguns moradores tornaram-se evangélicos e quebrou-se assim a homogeneidade religiosa.

Essa influência religiosa afetou profundamente a comunidade, quando falam, se remetem aos tempos idos, os que permaneceram e adotaram a nova religião, não praticam mais as serenatas, os bailes no final de cada colheita ou de cada pixuru. Segundo eles foi uma escolha individual, "*cada um escolhe aquilo que é melhor para si não é mesmo!*"[17]

Dessa forma, tanto os bailes, os de puxurus ,quanto as *serenatas*, que serviam como forma de fomentar a economia de subsistência e auxiliar para solucionar a falta de mão de obra, também servia como ambiente para que as relações internas fossem exercidas, atualizadas e re-estabelecidas também através, por exemplo, das intenções de formar novos casais. Porém, a adoção dessa nova religião aos poucos se emponderou-se de algumas práticas como também vem contribuindo para o extermínio de alguns elementos culturais que eram um marco do povo da Pedra Branca. As músicas e as festas. Tudo isso para justificar a disputa no campo religioso pela conquista de novos fiéis.

Considerações finais

Finalmente, entendemos que as histórias desses grupos, são reconstruídas e resinificadas através de narrativas orais. Alguns historiadores contemporâneos têm chamado a atenção para o fato de que os relatos oraissão essenciais para dirimir as dúvidas e lacunas existentes nos documentos oficiais.

Além do mais, é importante destacar que o que particulariza as comunidades negras rurais é o processo através do qual elas adotaram posse da área que hoje habitam, elemento fundamental para se entender a formação do grupo, sobretudo as suas estratégias de preservação no espaço territorial.

É enquanto ocupante de um território que o grupo se reproduz cultural, política e simbolicamente como organização distinta no meio rural. Esta necessidade, entre os membros da comunidade quilombola São Roque, da ajuda vicinal tão importante e imprescindível para a

[17] Gabriel de Oliveira, entrevista realizada no dia 29/10/2016. A mesma fala podemos identificar na entrevista do senhor Pedro de Oliveira e a senhora Maria Rita.

efetivação de tarefas em que a força de trabalho de uma única família não bastava, era insuficiente, para realizar a derrubada, roçada, plantio, limpa, colheita, construção de casa. Precisariam tecer esses laços que foram se perdendo ao longo do tempo e que certamente a chegada da nova religião, contribuiu de forma eficaz para findar com tais práticas.

Referências Bibliográficas

BRASIL, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). "Comunidade de São Roque: Referências Culturais Quilombolas". 2008a. 1 filme-documentário (30 min), son., color.

BARCELLOS, Daisy Macedo de. etalli. 2004**. Comunidade Negra de Morro Alto: Historicidade, Identidade e Territorialidade.** Porto Alegre: Editora da UFRGS

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves**. História oral – memória, tempo, identidades**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

HALBWACHS, Maurice. A Memória Coletiva. São Paulo: Ed. Centauro, 2004

MEIHY, J.C.S.B.Manual de história oral. 5ª ed. São Paulo: Loyola, 2005.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio. Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol.2, nº 3, 1989.

PORTELLI, Alessandro**. Forma e significado na História Oral. A pesquisa como um experimento em igualdade.** Projeto História, São Paulo, 1997, nº 14, pp. 7-39.

ROUSSO, Henry. **A memória não é mais o que era.** IN: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína. **Usos e Abusos da História Oral.** RJ: FGV, 2002, p. 95.

STEUERNAGEL, MAICON SILVA. **ENTRE MARGENS E MORROS A geografia narrativa dos filhos da Pedra Branca.** Dissertação de mestrado. CURITIBA 2010.

WEBER, M**. A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo.** 2ª Edição revisada. São Paulo: Céngage Learning, 2008.

WEIMER, Rodrigo de A. **Os camponeses do Morro Alto: família e trabalho no litoral nortedo Rio Grande do Sul no pós-Abolição (1890-1930)**. Porto Alegre: FEE, 2016.

A FUGA, A FOME E O FURTO: UMA ANÁLISE SOBRE AS RELAÇÕES DE ESCRAVOS E LIVRES EM PROCESSO-CRIME NA VILA DE PIRATINI NO ANO DE 1855.

Vinicius Cardoso Nunes[18]

O furto e as relações sociais entre cativos e livres:

Aos dezesseis dias do mês de agosto de mil oitocentos e cinquenta e cinco, começaram na sala de audiências da Vila de Piratini o depoimento do réu, o preto João Baiano onde se encontrava presente seu curador, o Alferes José Lucas de Oliveira, já que seu dono, Zeferino Maximiano Ribeiro, não se encontrava em Piratini quando do depoimento de João. João Baiano, ao ser perguntado se havia sido ele quem furtou e carneou a rês, respondeu que não, então foi reiterada a pergunta pelo Delegado de Polícia "[...] então não foi ele que carneou a vaca nem de dia nem de noite."[19] "Respondeu que não, e que se ele foi que disse que havia carneado semelhante [...] vaca foi porque o mulato Manoel, escravo do dito autor, deu-lhe muitas bordoadas, deixando-o atordoado e quase morto."[20] João Baiano, na continuidade do depoimento, neste momento de perguntas e respostas, foi sucinto ao responder que não quando perguntado quem teria retirado o sebo, couro e graxa da carne do animal. E o mesmo não "eloquente" ele disse ao ser perguntado se tinha conhecimento sobre quem teria feito isto, ou com quem teria feito.[21]

Logo em seguida ao depoimento do réu João Baiano, encontravam-se naquela sala de audiência da delegacia da vila, os pretos João, escravo de dona Ana Ribeiro; Matheus e Manoel, escravos de Israel Soares Bueno, com assistência de seus respectivos curadores e senhores. Onde começaram a serem inquiridas pelo juiz as testemunhas do processo-crime, o primeiro a testemunhar foi José Ulino de Farias, Inspetor de Quarteirão do Primeiro Distrito da Vila, 22 anos mais ou menos, que além do cargo já citado tinha como profissão criador (não especifica, mas acredito que fosse criador de gado bovino), solteiro. A primeira pergunta feita a José Ulino era se sabia quem carneou a vaca de Manoel Rodrigues Barbosa? A resposta do Inspetor de Quarteirão foi de que, João Baiano teria dito que havia carneada a rês no dia 30 de julho. Depôs José Ulino que João Baiano mostrou a ele o local em que se encontrava a rês carneada que era

---

[18] Autor: NUNES, Vinicius Cardoso. Mestrando, Programa de Pós Graduação em História – UniversidadeFederal de Pelotas (PPGH/UFPel). Email: viniciusnunes03@gmail.com

[19] Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS) – Processo-crime, Ano: 1855 – Processo n°: 1133, M:27, E:143, p.10 verso.

[20] Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS) – Processo-crime, Ano: 1855 – Processo n°: 1133, M:27, E:143, p.10 verso.

[21] Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS) – Processo-crime, Ano: 1855 – Processo n°: 1133, M:27, E:143, p. 10 verso.

em uma entrada ao lado do campo de Manoel Rodrigues. E que no mesmo local se encontravam os restos da carne do animal.[22]

Importante analisar a fala do Inspetor de Quarteirão, José Ulino Farias, de que segundo ele, o próprio João Baiano não só havia furtado como matado e comido a tal vaca vermelha de dois corações da propriedade de Manoel Rodrigues Barbosa. Afirma Ginzburg em *O Inquisidor como Antropólogo*, em que o historiador italiano diz que muitas vezes, quando lia os processos inquisitoriais, colocava-se ali entre os juízes e inquiridos observando, seguindo seus passos para que fossem falar de suas crenças (GINZBURG, 2007, p. 283-284). José Ulino "categoricamente" afirma que João Baiano é o responsável pelo furto do animal, assim como mostrou onde estava e que teria comido da carne do mesmo animal. Segundo José Ulino ao ser questionado sobre os indícios de ser a rês de Manoel Rodrigues, o Inspetor afirmou que não visualizou a marca do autor, mas que a manta de carne que João Baiano tinha dependurada em seu pescoço tinha o pelo vermelho, mas não uma marca.[23]

Uma das hipóteses que levanto é que João Baiano era um escravo que detinha certa autonomia por parte de seu dono, Zeferino Maximiano Ribeiro, claro que isto a partir do depoimento do Inspetor de Quarteirão José Ulino Farias. Perguntado se havia indícios de ser a marca ou a vaca de Manoel Rodrigues Barbosa, acredito que, quando o tabelião escreveu a marca da vaca, estava se referindo se havia indícios dos dois corações que a vaca possuía. O Inspetor respondeu que não e que João Baiano possuía uma manta de carne no pescoço e a testemunha não tinha visto a marca da tal vaca.

José Ulino ainda narra mais em seu depoimento. Segundo ele, João Baiano ainda teria furtado um par de calças que aquele estava vestindo, pares de carpins e outras miudezas que parece que estavam no varal de Manoel Rodrigues Barbosa. Quando perguntado sobre quem eram os cúmplices de João Baiano no furto do animal de propriedade do autor do processo, o Inspetor discorre da seguinte forma:

> [...] O preto Januário também escravo de Zeferino Maximiano Ribeiro; que lhe contará o mesmo preto João que com um maneador enlaçará e enredou a vaca e que depois deu o cavalo a Januário para chinchar[24], e que ele apeou-se e sangrou a rês digo e matou a rês, e

[22] Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS) – Processo-crime, Ano: 1855 – Processo n°: 1133, M:27, E:143, p. 12 frente.
[23] Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS) – Processo-crime, Ano: 1855 – Processo n°: 1133, M:27, E:143, p. 12 frente.
[24] O cavalo ficou "segurando" a vaca a uma distância do cavalo para que Januário e os demais viessem então a carnear o bovino.

> que foi o escravo João quem guardou a carne que os outros Matheus e Manoel ajudaram a comer- disse mais que vira dizer que o que o preto João Baiano a ele testemunha dissera ao Excelentíssimo delegado e mais testemunhas que estavam.[25]

João Baiano, mesmo sob pressão das bordoadas levadas pelo pardo Manoel, parece não só ter confessado a testemunha José Ulino Farias, que afirmava se encontrar na casa de Manoel Rodrigues na condição de Inspetor de Quarteirão, ele (João Baiano) e seus "parceiros" não só furtaram a vaca, como a domaram, manearam e por fim carnearam e dividiram entre si as partes da carne do animal. Quando dada a palavra de contestação ao réu João Baiano, ele discorda das afirmações de José que teria cometido o furto da vaca, afirmando que havia sido obrigado a confessar que havia cometido o furto do animal, mas que havia sido ele quem furtou as calças e carpins de Manoel Rodrigues:

> [...] disse o que disse, e porque tinha amarrado com o laço e que depois trocaram para lhe mostrar a carniça, e depois o conduziram para a casa do autor, e que o preto Manoel digo o pardo Manoel escravo do autor furara uma manta de carne e ele autor ao perceber, e finalmente por ser castigado que criminou a si e seus parceiros, disse mais que ele respondente se achava em casa de seu senhor moço Israel, e que o pardo Manoel chegou na casa da senhora Claudia e que ai insultou ele respondente, e que dai os deu os tombos com ele respondente que saiu porta a fora, e que o preto Camilo de Domingos Ribeiro, e lhe terem quebrado a cabeça com uma bordoada, que lhe deram tanta pancada que quase deixaram morto o amarraram e que foi ai que ele se criminou a si e seus companheiros, dizendo que foi ele quem carneou a vaca e que se ele contou a testemunha foi ele com Januário que carneou a vaca e que criminou a seus parceiros, foi porque andaram aos tombos com ele com um laço e como agora se acha na presença da autoridade é que diz isso; dizer sim que é verdade que as calças e os três pares de carpins fora ele respondente que tirou do varal e mais nada disse.[26]

Posso dizer que houve uma pressão para que João Baiano não somente assumisse a culpa do furto, como também o local onde se encontrava os restos do animal carneado por ele e seus "parceiros" (grifo meu), como o mesmo admite ao longo do transcorrer do processo. Pois, dentro do jogo de disputas que ocorria na sala de audiência, poderia muito bem não desejar ser preso, uma vez que sofreria algum tipo de punição desde ser preso e trabalhar para o estado como nas galés perpétuas, ou até mesmo a sua liberdade para com seu senhor, sendo impostas pelo estado Imperial através do Código Penal. Tendo em vista que em diversas vezes este afirma que realmente não se encontrava na casa de seu senhor Zeferino Maximiano Ribeiro e sim em

[25] Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS) – Processo-crime, Ano: 1855 – Processo n°: 1133, M:27, E:143, p. 13 frente.
[26] Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS) – Processo-crime, Ano: 1855 – Processo n°: 1133, M:27, E:143, p. 13 frente e verso.

casa do filho deste, o "moço Israel", como diz João em sua contestação ao depoimento de José Ulino Farias.

No dia 20 de agosto de 1855, na sala de audiências da Vila de Piratini, na presença do Delegado Antonio Garcia de Vasconcelos, o autor do processo Manoel Rodrigues Barbosa Filho, os réus João Baiano, o preto João, Matheus e Manoel, acompanhados de seus curadores e senhor e senhora, foi chamado a depor como informante o pardo Manoel, escravo de Manoel Rodrigues e acusado por João Baiano e seus parceiros de agir de forma truculenta quando capturou o principal réu. [27]

O procedimento de perguntas feitas ao pardo Manoel se inicia, com ele respondendo seu nome, o nome de seu senhor Manoel Rodrigues Barbosa Junior como é denominado por seu escravo. Questionado se conhecia João Baiano, o preto João, Matheus e Manoel, respondeu que sim, do mesmo modo se tinha conhecimento de que haviam sido os ditos escravos que tinham furtado e matado a rês de dois corações e pelo vermelho de seu senhor. Perguntado se soube se tinha sido João Baiano quem carneou a vaca, respondeu que havia sido o réu acusado, e como João Baiano havia cometido tal crime, inicia-se um grande depoimento. São "longas páginas" do processo-crime nas quais o pardo Manoel discorre sobre a possível fuga de João Baiano de Zeferino Ribeiro, como não só furtou a rês de pelo vermelho, como camisas e carpins de Manoel Rodrigues, suas tentativas de se manter longe da casa deu Zeferino, assim como, sabendo que Zeferino iria a Jaguarão, João Baiano volta a Vila de Piratini e o "desespero" de Dona Anna ao ver João ser levado por Manoel.

Segundo o pardo Manoel, Zeferino Maximiano Ribeiro disse a ele informante que "[...] andava João Baiano fugido, e com a chegada do mesmo Zeferino fugiu para Jaguarão, e que ao mesmo tempo da fugida para Jaguarão sumiu uma roupa do varal da casa de seu senhor dele informante [...][28]", segundo Farias, Gomes, Soares e Araújo em *Cidades Negras*, a historiadora Leila Algranti apresenta em *O Feitor Ausente: estudos de escravidão urbana no Rio de Janeiro, 1808-1821*, dentre "[...] os delitos contra a propriedade, destacavam-se os roubos e furtos, com destaque para os roubos de roupas (ARAÚJO, FARIAS, GOMES, SOARES, 2006, p.61)." Possivelmente João Baiano queria estas vestes para se passar por liberto em Jaguarão, na zona

[27] Cabe aqui ressaltar que o pardo Manoel é declarado informante nos autos, isto porque partindo do que fora abordado por Luis Carlos Soares, ao longo da escravidão, os escravos não eram considerados como testemunhas-juramentadas e sim como testemunhas-informantes: "[...] não eram cidadãos e pessoas de 'representação confiável' para servirem como testemunhas-juramentadas, mas presenciavam os fatos criminosos e a justiça necessitava dos seus depoimentos para a apuração da "verdade" (SOARES, 2007, p. 232). [...]."

[28] Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS) – Processo-crime, Ano: 1855 – Processo n°: 1133, M:27, E:143, p. 39 verso.

urbana isto seria útil tendo em vista que com trajes de escravo facilmente seria notado e capturado por Zeferino.

Ainda na sala de audiências na Vila de Piratini, no dia 29 de agosto de 1855, às três horas da tarde, foi inquirida naquela sala a sexta testemunha dos autos, o Sargento daquela vila, José Francisco Nunes, natural da Província de Santa Catarina, 29 anos de idade, solteiro, então Sargento no corpo policial daquela Vila.[29] Estando presentes o delegado em exercício, Antonio Garcia Vasconcelos, acompanhado do tabelião, Vicente Caetano da Silva, o enfim presente Zeferino Maximiano, o autor da petição, Manoel Rodrigues Barbosa, o réu, escravo de Zeferino, o já conhecido João Baiano.

A primeira pergunta feita ao Sargento José foi como soube do processo-crime que o Manoel Rodrigues acionou na justiça, contou José que:

> [...] no dia em que chegou o negro João Baiano, sendo a cadeia aberta pelo carcereiro perguntou ele testemunha ao dito preto porque tinha vindo preso, respondeu que tinha vindo por ter matado e roubado uma vaca do Senhor Manoel Rodrigues Barbosa Junior – e que ele testemunha perguntando ao dito preto qual a necessidade que tinha obrigado a matar essa rês, respondeu que tinha sido a fome, pelo motivo de andar fugido ausente de casa, e que depois ele, sendo testemunha, chamado pelo Meritíssimo senhor Delegado de policia para servir de testemunha do Auto de corpo de delito, que se fez nas contusões que o mesmo preto João tinha na cabeça; ali tornou a dizer em algumas perguntas que se fez sobre o ferimento; que ele mesmo tinha matado a vaca.[30]

Partindo da fala do Sargento José de que João Baiano passava fome, somando-se a informação dada pelo pardo Manoel, informante no processo-crime e do réu João, escravo de Dona Anna Ribeiro, de que João Baiano havia fugido da posse de Zeferino Ribeiro, e ainda segundo o escravo de que João Baiano queria comer, que estava sentindo fome é uma conclusão possível, tendo em vista que isto o levou a cometer o furto contra a propriedade de Manoel Rodrigues Barbosa Junior. Pensando no ponto de vista que a fuga era uma forma de resistência contra o cativeiro e pelo fato de que o ofício que João Baiano desempenhava era campeiro, sua fuga seria de certa forma "facilitada". Monsma afirma sobre as fugas que estas

> [...] constituíam um problema especial para os escravocratas rio-grandenses. Muitos cativos, sobretudo os campeiros, andavam a cavalo e podiam fugir facilmente. Além disso, os escravos das estâncias geralmente andavam armados de facas, facões, laços ou boleadeiras, o que dificultava sua recaptura. Certamente os escravos fugiam principalmente

[29] Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS) – Processo-crime, Ano: 1855 – Processo n°: 1133, M:27, E:143, p. 54 frente.
[30] Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS) – Processo-crime, Ano: 1855 – Processo n°: 1133, M:27, E:143, p. 54 verso

> porque queriam a liberdade. Ou seja, a principal causa das fugas era a escravidão (MONSMA 2011, p.5).

Provavelmente João Baiano, pela condição de sua profissão, o fato de ter fugido de Zeferino Maximiano Ribeiro e por necessidade de se alimentar, além de vestimentas como as calças que, segundo o processo-crime, furtou do autor do processo-crime Manoel Rodrigues Barbosa Junior. Há três indícios que acredito pertinentes de serem considerados como uma conclusão pelo menos parcial da análise do processo-crime sem que se excluam outras possibilidades: a) resistência à escravidão; b) possivelmente sua relação com Zeferino não era satisfatória a João Baiano; c) as contingências da fuga: como não passar por escravo fugido em Jaguarão para o furto das roupas e furtar, carnear e comer a rês devido à fome e por passar algum tempo sem refeições. Partindo do que É afirmado por Soares: "[...] muitos furtos de roupas, alimentos e animais foram praticados pelos cativos longe das vistas de seus senhores, contra 'terceiros' (indivíduos livres, libertos e mesmo escravos) (SOARES, 2007, p.246) [...]". Estes atos geravam a prisão e posteriormente o início de um processo-crime contra o réu, o que estou analisando ao longo deste capítulo, portanto, é algo considerado como uma relação de tensão escravo-livre que extrapolava a relação senhor e escravo.

Referências Bibliográficas:

ARAÚJO, Carlos Eduardo Moreira de; FARIAS, Juliana, Barreto; GOMES, Flávio dos Santos; SOARES, Carlos Eugênio Líbano. Controle social, criminalidade e sistema prisional. In: **Cidades Negras. Africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista - Século XIX**. Rio de Janeiro: Editora Alameda, 2006, p.61- 75.

BRETAS, Marcos Luiz. O crime na historiografia brasileira: uma revisão na pesquisa recente. **BIB**, n. 32, p. 49, 2º sem. 1991.

CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira da. Sujeitos no imaginário acadêmico: Escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. Cad. **AEL**, v.14, n. 26, p. 15- 45, 2009.

_____. Ficções do direito e da história. In: **Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p.39-50.

COSTA, Emilia Viotti da. O Mito da Democracia Racial no Brasil. In: **Da Monarquia a República: Momentos Decisivos**. 6ª Ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1979, p.365- 384.

D'ÁVILA, Jayme Lucas. **Povoadores de Piratini: açorianos (casais d'El- rei), militares, tropeiros, aventureiros e outros**. Porto Alegre: Suliani letra & vida, 2007.

Fundação de Economia e Estatística. **De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul. Censos do RS: 1803-1950.** Porto Alegre: FEE/Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, 1981

FERREIRA, Ricardo Alexandre**. Crimes em comum: Escravidão e liberdade sob pena do estado imperial (1830-1888)**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

GINZBURG, Carlo. O inquisidor como antropólogo. In: _____. **O fio e os rastros: O verdadeiro, falso, fictício**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p.280-293.

_____. Sinais, raízes de um paradigma indiciário. In: **Mitos, emblemas e sinais**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p.143-180.
G
OMES, Ângela de Castro. Questão social e historiografia no Brasil do pós-1980: notas para um debate. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, nº 34, julho-dezembro de 2004, p. 157-186.

GRINBERG, Keila. A História nos porões dos arquivos judiciários. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (Orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009, p.119-139.

MAUCH, Cláudia. O processo crime para além dos crimes. In: **XI Mostra de Pesquisa do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.** Anais: produzindo História a partir de fontes primárias. Porto Alegre: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, 2013. p. 17-31.

MONSMA, Karl. **Escravidão nas Estâncias do Rio Grande do Sul: Estratégias de Dominação e de Resistência**. 5º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. Porto Alegre: UFRGS,2011. Disponível em: http://www.escravidaoeliberdade.com.br/ Acessado em: 11/01/2013.

MOURA, Clóvis. **Dicionário da escravidão negra no Brasil**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2004, p.29-30. Disponível em: http://books.google.com/books?id=6Zcz0fIj91cC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_slider_thumb#v=onepage&q=&f=false Acessado em: 12/03/16

OLIVEIRA, Fabiana Luci de. SILVA, Virgínia Ferreira Da. Processos judiciais como fonte de dados: poder e interpretação. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 7, nº 13, jan/jun 2005.
OSÓRIO, Helen. Fronteira, escravidão e pecuária: Rio Grande do Sul no período colonial. Anais: **Segundas Jornadas de História Regional Comparada**. Porto Alegre, PUCRS, 2005, p. 1-16. Disponível em: http://cdn.fee.tche.br/jornadas/2/H4-09.pdf Acessado em: 07/05/2016.

SLENES, Robert W. **Na Senzala um Flor - Esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil, Sudeste século XIX.** 2ª ed. corrigida. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

SILVA, Eduardo. REIS, João José. **Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SOARES, L. C. As tentativas de controle da população escrava do Rio de Janeiro: O Estado e a punição dos escravos infratores da lei. In: **O "Povo de Cam" na capital do Brasil: a escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX**. Rio de Janeiro: Faperj – 7 Letras, 2007, p.229- 234.

_____. A rebeldia escravo no Rio de Janeiro: O roubo. In: **O "Povo de Cam" na capital do Brasil: a escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX**. Rio de Janeiro: Faperj – 7 Letras, 2007, p.245- 250.

_____. Os escravos de ganho no Rio de Janeiro do século XIX. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 16, 1988. Disponível em: www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=3677 Acessado em: 12/03/16.

THOMPSON, Mariana Flores da Cunha. **Crimes de fronteira: a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889)**. Tese de doutorado, PPG-História/PUCRS, Porto Alegre, 2012.

VARGAS, Jonas Moreira. "Um olho no Atlântico, outro na fronteira". Os charqueadores de Pelotas, o comércio de carne-seca e as suas propriedades na fronteira com o Uruguai (século XIX). *Clio* – **Revista de Pesquisa Histórica** – n. 30.2, 2013, p. 1 – 23. Disponível em: www.revista.ufpe.br/revistaclio/index.php/revista/article/view/290 Acessado em: 21/03/2016.

_____. Abastecendo plantations: A inserção do charque fabricado em Pelotas (RS) no comércio atlântico das carnes e a sua concorrência com os produtores platinos (século XIX). **História** (São Paulo. Online), v. 33, p. 540-566, 2014. Disponível em: www.scielo.br/pdf/his/v33n2/0101-9074-his-33-02-00540.pdf Acessado em: 21/03/2016.

HISTÓRIA E PODER: ELITES POLÍTICAS E INTELECTUAIS NO BRASIL (SÉC. XIX-XX) – coordenado por PROF. DR. JONAS VARGAS (UFPEL) E PROF. DRA. CÁSSIA SILVEIRA (UNIPAMPA)

Nas últimas décadas, a História Política e a História das Ideias têm se renovado, abrindo espaço para uma série de abordagens e temáticas relacionadas mais intimamente com a História Social. É nesse sentido que o estudo das Elites tem cada vez mais se destacado, deslocando o foco de análise das instituições para a ação dos indivíduos e grupos que as compunham ou que com elas se relacionavam, muitas vezes incorporando metodologias tais como o estudo de trajetória e a prosopografia. Nesse processo, as disputadas esferas de poder e influência, tanto no campo da política quanto nos diferentes setores que influenciam nos rumos da sociedade, apresentam múltiplas possibilidades de pesquisa. Este Simpósio Temático reúne trabalhos que de alguma forma dialoguem com tais temáticas, dando ênfase às elites políticas e intelectuais e às muitas maneiras de estudá-las. Pesquisas que tratem de lideranças envolvendo associações profissionais, literárias, filantrópicas e/ou políticas e o papel da imprensa e de seus agentes em tais conflitos, bem como das relações das elites com outros grupos sociais populares (como os trabalhadores, por exemplo) também estão inseridas na presente proposta.

INTELECTUAIS CATÓLICOS: PATRONOS E PRIMEIROS ACADÊMICOS DA ANL (1936-1938)

Bruna Rafaela de Lima Lopes[1]

O objetivo deste texto é analisar como o pensamento católico influenciou na formação da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras (ANL). Essa entidade, criada em 14 de novembro de 1936, foi organizada por Luís da Câmara Cascudo a partir de uma série de encontros realizados, no decorrer desse ano, em sua própria residência, com pessoas letradas da sociedade natalense. O convite para as reuniões era feito pelo próprio Cascudo, que também decidia quem seriam os convidados. Apesar de reunir um grupo pequeno de pessoas, as reuniões que antecederam a criação da ANL já eram amplamente divulgadas no jornal católico *A Ordem* e no jornal *A República*, órgão oficial do Governo estadual. O trabalho está limitado ao período compreendido entre 1936 (ano em que aconteceram as reuniões preliminares para a criação da entidade) e 1938 (primeiro ano de funcionamento da ANL, depois da sua instalação oficial).

Três razões permitiram o estabelecimento de uma relação entre a Igreja Católica e a formação da ANL: a primeira razão está relacionada ao fato de que Cascudo era um historiador católico - profundamente ligado ao clero natalense – e, nessa condição, tanto participou de entidades católicas, como a Congregação Mariana, quanto defendia a atuação da Igreja no seio da intelectualidade natalense[2]. Nesses termos, se considerarmos que Cascudo desenvolvia suas ações sempre com as "bênçãos" do clero, a organização da ANL deveria se manter no mesmo padrão. A segunda razão diz respeito à maneira como o jornal católico A Ordem divulgava amplamente todas as reuniões anteriores e posteriores a criação da ANL. Assim, considerando-se que um jornal católico enfatiza as notícias que sejam compatíveis com os interesses católicos, a ampla divulgação da ANL em suas páginas é indício nítido da participação da Igreja. A terceira razão está associada ao fato de o padre Luís Monte[3], principal intelectual católico natalense nas décadas de 1930 e 1940, ter tido uma participação decisiva na ANL, tendo sido inclusive o idealizador do seu lema[4].

---

[1] Doutoranda em História pela UNISINOS. Bolsista Prosup/CAPES. Professora de História do IFRN. Email: bruna_21_pa@yahoo.com.br.

[2] Em trabalho anterior, já apresentei as relações de Câmara Cascudo com o catolicismo. Sobre o tema consultar: LIMA, Bruna Rafaela de. Da rede ao altar: vida, ofício e fé de um historiador potiguar.

[3] O Padre Luiz Gonzaga do Monte foi sagrado cônego em 1941. Portanto, em alguns momentos deste trabalho ele poderá ser tratado como padre e, em outros, como cônego.

[4] O lema da ANL ("*Ad Lucem Versus*" – Rumo à Luz) foi definido por Monte em 1936. Ver mais sobre o Lema em: Academia... (1936).

Com o intuito de identificar a presença católica no seio da ANL, inicialmente foram elaboradas duas prosopografias: uma dos patronos das cadeiras e outra dos primeiros acadêmicos. Sabendo-se que Cascudo indicou todos os patronos e todos os acadêmicos no momento de instalação da ANL, procurou-se perceber três questões básicas: os elementos comuns e divergentes que compunham o perfil dos escolhidos; as relações entre esse perfil dos membros (patronos e acadêmicos) e o pensamento católico; e, finalmente, como a trajetória dos intelectuais que se tornaram acadêmicos contribuiu para a consolidação da instituição que se apresentou como laica, ainda que estivesse profundamente vinculada ao catolicismo. O trabalho foi elaborado a partir de três conjuntos documentais, a saber: o primeiro – e, considerando a quantidade de fontes, o mais importante - foi composto pelo periódico católico A Ordem e pelo jornal A República, órgão do Governo do Estado. Nesses documentos foram investigados as notícias e os artigos que tratavam sobre a ANL no período compreendido entre 1936 e 1938. Isso inclui tudo o que foi publicado sobre as reuniões que antecederam a criação da ANL e as notícias divulgadas até dois anos após a sua instalação. Ainda nesses periódicos foi possível coletar parte das informações sobre a vida dos primeiros acadêmicos. O segundo conjunto documental foi composto por textos biográficos, literários e acadêmicos, que permitiram traçar as trajetórias dos patronos das cadeiras e ampliar os dados sobre os primeiros acadêmicos. O terceiro conjunto foi formado pelos documentos oficiais da ANL, tais como estatuto, regimento e atas das reuniões. Do ponto de vista conceitual o trabalho foi elaborado a partir da noção de redes sociais, tendo em vista que se buscou compreender como foi articulada a rede social formada no seio da ANL. A ideia é compreender como patronos e acadêmicos se constituíram como rede, que se articulava a um pensamento católico. Para construir essa rede usamos duas referências fundamentais: Carlo Ginzburg e José María Imízcoz.

As ideias de Ginzburg sobre o paradigma indiciário foram essenciais para que fosse tecida uma teia unindo os personagens da trama. Nesse sentido, Ginzburg ajudou a construir as redes a partir dos indícios. Na visão desse historiador italiano, a partir da segunda metade do século XIX, historiadores da arte procuravam os autores de antigos quadros e para isso não se baseavam nas caraterísticas mais vistosas das obras, ao contrário, examinavam os "[...] pormenores mais negligenciáveis, e menos influenciados pelas características da escola a que o pintor pertencia: os lóbulos das orelhas, as unhas, as formas dos dedos das mãos e dos pés". (GINZBURG, 1989, p. 144). Considerando essa lógica, Ginzburg (1989) apresenta luzes metodológicas para a pesquisa histórica ao indicar a possibilidade de adoção do método indiciário. Por esse método, o historiador durante a sua investigação realiza procedimentos

fundamentados nos detalhes, nos vestígios, nos indícios. Assim, no processo de investigação deste trabalho procuramos os indícios da presença católica na ANL.

Os estudos de Imízcoz (2004) foram fundamentais para trabalhar concretamente com a análise das redes sociais na História. Ainda ao apontar a necessidade de se distinguir os diferentes níveis de contatos na construção de uma rede social, despertou a atenção durante o processo de investigação para possíveis contradições internas no seio da rede. Assim, considerando esse pensamento, na análise dos patronos e dos primeiros acadêmicos da ANL procuramos tanto os elementos de homogeneidade entre eles, quanto os elementos de contradição. Foi a partir dessa lógica que foi possível compreender a composição religiosa e científica da ANL.

O artigo está didaticamente organizado em três partes. Na primeira parte é feita uma análise do processo de formação da ANL, identificando a sua composição e as bases do projeto da entidade para agregar os intelectuais norte-rio-grandenses. Discute-se ainda as ligações entre o projeto da ANL e o pensamento católico. Na segunda parte, é apresentada a prosopografia dos patronos e dos primeiros acadêmicos. Discute-se a composição desses grupos e demostra-se as razões que levaram a se formar na ANL uma rede social que teve por base cientistas, letrados e religiosos. A terceira analisa como o método prosopográfico contribuiu para compreender tanto o engajamento dos intelectuais no seio da ANL, quanto os interesses católicos que estavam presentes na constituição dessa entidade.

Uma entidade para os intelectuais

No dia quinze de maio de 1937, sábado, no salão nobre do Instituto de Música do Rio Grande do Norte[5], situado a Rua Vigário Bartolomeu, 630, no centro da cidade de Natal, foi instalada oficialmente a ANL, entidade que já havia sido preliminarmente fundada em reunião realizada, no mesmo no local, no dia 14 de novembro de 1936[6]. A imprensa, mas precisamente

[5] O Instituto de Música do Rio Grande do Norte foi fundado, em 1º de janeiro de 1933, por Waldemar de Almeida em parceria com Luiz da Câmara Cascudo e Severino Bezerra, a convite do então interventor Bertino Dutra da Silva. Waldemar de Almeida era o diretor do Instituto na época da Fundação da ANL. Essa informação é importante para o trabalho na medida em que o próprio local da reunião da ANL estava associado a um espaço construído por Cascudo.

[6] A sessão preliminar da ANL ocorreu no Instituto de Música no dia 14 de novembro de 1936. Essa sessão teve o objetivo de preparar a inauguração da entidade. Nessa reunião foram votados os estatutos que organizariam a entidade, foi eleita a diretoria escolhidas as três comissões acadêmicas (Regimento, Revistas e Contas). Os estatutos haviam sido previamente elaborados pelo acadêmico Mathias Maciel. Foram eleitos para diretoria: Henrique Castriciano (presidente), Câmara Cascudo (secretário-geral), Edgar Barbosa (primeiro secretário), Adherbal França (segundo-secretário) e Clementino Câmara (tesoureiro). Na reunião ficou decido que os estatutos seriam publicados na íntegra no jornal A República. (Jornal *A República* de 15 de novembro de 1936).

o jornal Católico A' Ordem noticiou o acontecimento e saudou a iniciativa. Aos olhos dos articulistas dos jornais locais da época, a partir de então, no Rio Grande do Norte, a cultura e o pensamento não estariam mais dispersos, pois os homens dedicados às letras e às artes estariam reunidos em uma entidade. Câmara Cascudo fez na ocasião um discurso de improviso, narrando as muitas tentativas que participou para que a entidade passasse a existir. Também foi lido um telegrama enviado pelo senhor Affonso Costa, então presidente da Federação das Academias de Letras do Brasil, que se congratulava pelo novel sodalício. A sessão foi presidida pelo Dr. Henrique Castriciano e nela estavam várias pessoas, entre as quais o senhor Petrarca Maranhão (intelectual maranhense que ocupava o cargo de Procurador da República no estado) e dezessete acadêmicos[7] dos vinte e cinco que compunham a entidade nessa primeira fase. (A INSTALLAÇÃO..., 1937).

Os Estatutos da entidade foram elaborados antes da sessão de instalação e foram amplamente divulgados nos jornais locais no dia 17 de novembro de 1936, noticiados no órgão oficial da imprensa estadual, o jornal *A República*[8]. Esse documento legal explicita que a ANL teria "[...] por [finalidade] a cultura da língua e da literatura nacional, especialmente a do Rio Grande do Norte" (ESTATUTO..., 1936, p. 1)[9]. Também expressa que a Academia seria composta por vinte e cinco membros efetivos e perpétuos[10], escolhidos entre as pessoas, nascidas no Rio Grande do Norte ou residentes no estado a mais de quinze anos, que tenham publicado trabalhos de reconhecido mérito em qualquer gênero da literatura ou outras obras de valor cultural[11]. Os estatutos ainda definem que a administração da ANL teria a seguinte composição: presidente, secretário geral, 1º secretário, 2º secretário e tesoureiro. Como acontecia com outras entidades que surgiam em Natal no período, Câmara Cascudo se apresentou como o seu idealizador.

> Em 15 de maio de 1936, atendendo a um apelo pessoal [de Afonso Costa Presidente da] Federação das Academias de Letras, juntei poetas e jornalistas para beber café e conversar,

---

[7] Estavam presentes à sessão dezessete acadêmicos, a saber: Adherbal de França; Antônio Soares de Araújo; Antônio Fagundes; Bezerra Júnior; Carolina Wanderley; Clementino Câmara; Edgar Barbosa; Floriano Cavalcanti; Henrique Castriciano, Francisco Ivo Cavalcante (Ivo Filho); Padre Luiz Monte; Luiz da Câmara Cascudo; Nestor Santos Lima; Matias Maciel Filho; Otto Guerra; Palmyra Wanderley; Virgílio Trindade. Faltaram ao evento oito acadêmicos, a saber: Adauto Câmara; Dioclécio Duarte; Francisco Bruno Pereira; Januário Cicco; Juvenal Lamartine; Francisco Palma; Sebastião Fernandes de Oliveira; Valdemar de Almeida.

[8] Os Estatutos da ANL foram publicados integralmente na página 1, do Jornal A República, no dia 17 de novembro de 1936.

[9] Artigo 1º do Estatuto da Academia Norte-Rio-Grandense. A República, 17 nov. 1936, p. 1.

[10] O número de vinte e cinco membros (e de cadeiras) da ANL foi ampliado para trinta membros (em 1948) e, posteriormente, para quarenta (em 1957). Este trabalho se dedicará exclusivamente a compreender a composição inicial da entidade.

[11] Estatuto da Academia Norte-Rio-Grandense. A República, 17 nov. 1936, p. 1.

> discutindo a imortalidade acadêmica. (CASCUDO, 2010, p. 503). [...]. Era eu o homem que andava empurrando o sonho [de criar a Academia Norte-Rio-grandense de Letras] [...]Todos os acadêmicos, fundadores, foram, sem exceção, convidados por mim. Em nossa casa, ou melhor na sala e alpendre, fizemos as primeiras sessões preparatórias, acertando dois pontos essenciais e definitivos. Primeiro: - eu jamais seria Presidente da Academia. Segundo: - Aceitaria a Secretaria Geral na primeira diretoria. Pedi a Waldemar de Almeida a hospedagem no Instituto de Música. (O SUCESSO..., 1949, p. 1).

Esse depoimento de Câmara Cascudo tinha também um caráter oficial, pois foi publicado no jornal *A República*. Para completar a organização da ANL, Cascudo desejava um lema que fosse capaz de explicar as bases da entidade. Para tanto, ele próprio, solicitou ao Padre Luiz Gonzaga do Monte, que constava entre os imortais da ANL, para elaborar esse lema. Segundo Paiva[12], Monte apresentou vários [lemas], para que os acadêmicos pudessem escolher. "Foi escolhido ***Ad lucem versus***, que significa rumo à luz, em direção à luz, seguindo ou caminhando para a luz". [O lema não significa], simplesmente, voltado para a luz, o que seria uma posição estática. (PAIVA, 1996, p. 257-258, grifo do autor).

Paiva, não explicita em sua afirmação as razões para discutir o sentido do lema. Entretanto, Dom Adelino Dantas[13], sucessor de Monte na condição de imortal da entidade, escrevendo, em 1951, na Revista as Academia de Norte-Rio-Grandense de letras, assim se pronunciou:

> AD LUCEM! Que significam estas palavras? Entendo que **Voltado para a luz**, não exprime, jamais, o sentido profundo, que lhe quis dar o Padre Monte. [...]. A expressão Voltado para a luz não traduziria com fidelidade o sentido altíssimo de uma oficina acadêmica. [...] **Versus** é uma preposição característica de movimento. E movimento é vida. **Vita in motu**! E foi justamente isso que o Cônego Monte teve em mente, quando riscou esse lema. Quis dar a Academia Norte-Rio-Grandense de Letras numa norma, um princípio orientador de vida, de beleza e de ideal. Buscamos essa luz, porque cremos nela. Cremos nela, porque cremos numa outra que sobrepaira soberana muito acima das contingências terrenas. Cremos realmente numa luz iniciada, que nos manda sua saudação das paragens eternas, enche o Universo e ilumina a todo e qualquer homem que a este mundo. (NAVARRO, 1999, p. 347, grifo do autor).

---

[12] Jorge O´Grady de Paiva escreveu uma biografia do Padre Monte após a sua morte. Esse trabalho de Paiva atendeu a um pedido de Cascudo, que desejava manter viva a memória do falecido. Sobre o tema consultar: Paiva (1996, p. 335).

[13] Dom Adelino Dantas foi ordenado sacerdote em 18 de novembro de 1934. Em 1935 assumiu a função de Reitor do Seminário São Pedro, onde padre Monte era professor. Em setembro de 1952 foi nomeado bispo de Caicó. Posteriormente assumiu o bispado em outras dioceses. Desfrutou da amizade pessoal de Padre Monte e de Câmara Cascudo.

O texto de Dom Adelino Dantas foi lido na presença de Câmara Cascudo e dos demais imortais, além disso, o material está devidamente registrado na Revista da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras. Ademais, Cascudo conhecia com profundidade o pensamento de Dom Adelino, tendo inclusive proferido o discurso de saudação ao sacerdote no momento da sua posse na ANL. Isso significa que a interpretação do lema feita por Dom Adelino Dantas esteve em plena concordância com as ideias de Cascudo.

Ao considerar a conivência dos membros da ANL com as ideias de Dom Adelino sobre o lema da ANL, tem-se um forte indício para afirmar a intensa relação entre essa entidade e a Igreja Católica. Nesses termos, o discurso produzido por Dom Adelino estabelece uma associação entre o lema da ANL (*Ad Lucem Versus*) e as bases do seu projeto de sustentação. Se a ideia dele é que buscar a luz significa acreditar em outra luz, que está acima das *contingências terrenas*, a proposta da ANL é que seus membros estejam vinculados à fé em força que está além da terra.

Assim, a ANL não pretende apenas reunir letrados locais para cultura à língua e literatura do Brasil e do Rio Grande do Norte, como está explicitado no Estatuto da entidade. Percebe-se na Academia a pretensão de reunir letrados que tenham fé. Nesse caso, pode-se afirmar que o projeto de cultura a língua e a literatura estava subordinado a outro projeto: buscar, continuamente, a luz que existe além da terra. Por que Câmara Cascudo e os demais imortais criaram uma entidade, agregadora de letrados, com o projeto primeiro de buscar a fé?

Segundo Peixoto (2014), a nomeação de Dom Marcolino Dantas, em 29 de junho de 1929, para da Diocese de Natal, esteve diretamente associada a um projeto político da Igreja Católica. Nessa perspectiva, Dom Marcolino, religioso que transitava politicamente com facilidade na Bahia e no Rio de Janeiro, assumiu a Diocese de Natal com a missão de fortalecer a Igreja no seio da sociedade e junto aos poderes políticos. Nesse sentido, Dom Marcolino articulou a criação de instituições culturais aparentemente leigas, mas que essencialmente estivessem vinculadas aos preceitos católicos. Para desenvolver essa missão, Dom Marcolino passou a estimular a ação de intelectuais católicos junto a essas instituições.

Com a ascensão de Vargas ao Governo brasileiro, por intermédio do Movimento de 1930, Dom Marcolino Dantas desenvolveu uma política de apoio aos Interventores Federais e se distanciou politicamente das famílias destituídas do poder. O apoio de Dom Marcolino a Vargas foi provado, em 1931, quando o bispo de Natal apoiou o Interventor Aluísio Moura contra a tentativa de deposição, orquestrada pelo então tenente Ernesto Geisel, Secretário Geral

do Estado e Diretor da Segurança Pública do Rio Grande do Norte. Ao longo de todo o período Vargas, essa política não foi alterada. Nas eleições de 1934 e 1935, por exemplo, Dom Marcolino Dantas foi alvo de ataques por parte do Partido Popular, agremiação política que reunia a oposição ao interventor Mário Câmara. (PEIXOTO, 2014).

Partindo dessa lógica, pode-se afirmar que a ação de Dom Marcolino em Natal se associou ao processo de reorganização da Igreja Católica no Brasil. O bispo de Natal, com o apoio das orientações fornecidas pelo Centro D. Vital, implementava ações para o fortalecimento de uma *Neocristandade*. Nesses termos, pode-se inferir que, ao aproximar a Igreja Católica norte-rio-grandense com os Interventores nomeados por Vargas, Dom Marcolino conseguiu que o Governo do Rio Grande do Norte incorporasse aos seus quadros um significativo número de intelectuais católicos, o que lhes permitiu maior poder na sociedade. Nessa conjuntura Luís da Câmara Cascudo assumiu papel de destaque, o que explica a sua atuação em várias empreitadas, como no apoio da Ação Integralista Brasileira, na fundação do jornal A' Ordem (periódico diário da Diocese de Natal) e na fundação de entidades, como a Academia Norte-Rio-Grandense de Letras. Portanto, a ANL foi um projeto associado à *Neocristandade* católica vigente nos anos 1930. A caracterização da rede formada com seus patronos e seus primeiros acadêmicos contribuirá para uma melhor compreensão sobre o perfil da entidade no momento de sua formação.

Os patronos e os primeiros acadêmicos

O quadro 1 explicita os patronos e os primeiros ocupantes das cadeiras da ANL.

Quadro 1 - Patronos e primeiros acadêmicos da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras

Número da Cadeira	Primeiro Ocupante	Patrono
1	Adauto da Câmara (Adauto Miranda Raposo da Câmara)	Padre Miguelinho (1768 -1817) (Miguel Joaquim de Almeida e Castro)
2	Henrique Castriciano (Henrique Castriciano de Souza)	Nísia Floresta (1809 – 1885) (Dionísia Gonçalves Pinto)
3	Otto Guerra (Otto de Brito Guerra)	Conselheiro Brito Guerra (1818-1896) (Lourival Gonzaga de Brito Guerra)
4	Virgílio Trindade (Virgílio Galvão Bezerra Trindade)	Lourival Açucena (1827-1907) (Joaquim Edvirges de Melo Açucena
5	Edgar Barbosa (Edgar Ferreira Barbosa)	Moreira Brandão (1828-1895) (José Moreira Brandão Castelo Branco)
6	Carolina Wanderley (Maria Carolina Wanderley)	Luís Carlos Wanderley (1831-1890) (Luís Carlos Lins Wanderley)
7	Antônio Soares (Antônio Soares de Araújo)	Ferreira Nobre (1834-1895) (Manoel Ferreira Nobre)
8	Matias Maciel (Matias Carlos de Araújo Maciel Filho)	Isabel Gondim (1839-1933) Isabel Urbana de Albuquerque Gondim
9	Nestor Lima (Nestor dos Santos Lima)	Almino Afonso (1840-1899) Almino Álvares Afonso
10	Bruno Pereira (Francisco Bruno Pereira)	Elias Souto (1848-1906) (Elias Antônio Ferreira Souto)
11	Januário Cicco	Padre João Maria (1848-1905)

		(João Maria Cavalcanti de Brito)
12	Juvenal Lamartine (Juvenal Lamartine de Faria)	Amaro Cavalcante (1849-1922) Amaro Cavalcanti Soares de Brito
13	Luís da Câmara Cascudo	Luís Fernandes (1856-1935) Luís Manoel Fernandes Sobrinho
14	Antônio Fagundes	Joaquim Fagundes (1856-1877) (Joaquim Peregrino da Rocha Fagundes)
15	Sebastião Fernandes	Pedro Velho (1856-1907) (Pedro Velho de Albuquerque Maranhão)
16	Francisco Palma (Francisco Tavares Pena Palam)	Segundo Wanderley (1860-1909) (Manoel Segundo Wanderley)
17	Dioclécio Duarte (Dioclécio Dantas Duarte)	Ribeiro Dantas (1862-1931) (Francisco de Souza Ribeiro Dantas Filho)
18	Waldemar de Almeida (1904-1975)	Augusto Severo (1864-1902) Augusto Severo de Albuquerque Maranhão
19	Clementino Câmara (1888-1954) (Clementino Hermógenes da Silva Câmara)	Ferreira Itajubá (1875-1912) (Manoel Virgílio Ferreira Itajubá)
20	Palmira Wanderley (1894-1978) (Palmira dos Guimarães Wanderley)	Auta de Souza (1876-1901) (Auta Henriqueta de Souza)
21	Floriano Cavalcanti (1895-1973) (Floriano Cavalcanti de Albuquerque)	Antônio Marinho (1878-1922) Antônio Marinho Pessoa
22	Padre Luiz Monte (1905-1944) (Luiz Gonzaga do Monte)	Cônego Leão Fernandes (1881-1920) (Leão Fernandes de Queiroz / Leão Fernandes de Maria)
23	Bezerra Júnior	Antônio Glicério (1881-1921) (Antônio Glicério das Chagas)
24	Francisco Ivo Cavalcante (1886-1969)	Gothardo Neto (1881-1911) (José Gotardo Emereciano Netto)
25	Aderbal de França (1895-1974)	Ponciano Barbosa (1889-1919) Ponciano de Morais Barbosa

Fonte: Elaborado pela autora, com base em Cascudo (2010, p. 503-504).

Como já demonstramos anteriormente, Cascudo (2010) afirmou que escolheu e convidou todos os vinte e cinco acadêmicos que constituíram a entidade no primeiro momento. Quanto aos patronos, a escolha se deu pelos acadêmicos, ou seja, cada acadêmico escolhia quem seria o patrono da sua cadeira. Entretanto, essas informações são insuficientes para caracterizarmos de maneira ampla a sua composição. Nesses termos, ao ter por meta analisar o papel do pensamento católico na formação da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras julgamos que seria conveniente esboçar um perfil dos patronos e dos primeiros acadêmicos. Para desenvolver essa tarefa, optamos por construir o perfil da entidade a partir de uma rede social que a constituía. O ponto comum para a criação dessa rede foi o fato de todos terem sido escolhidos por Cascudo (2010).

Sobre os primeiros acadêmicos da ANL, percebemos que eram predominantemente homens. Apenas duas mulheres compunham a entidade. Essa situação espelhava as ideias no período em que a mulher era considerada personagem secundária na vida pública. Os dois casos são exceção à regra geral.

Tabela 1 - Sexo dos primeiros acadêmicos

Sexo	**Número**
Homens	23
Mulheres	2

Fonte: Elaborada pela autora.

No que concerne a formação acadêmica, a maioria dos participantes da ANL haviam concluído Direito em Recife. Isso evidencia que se tratava de pessoas com razoável poder aquisitivo, pois os estudos em outra cidade empregavam boa quantidade de recursos. Evidencia também o perfil social dos participantes.

Tabela 2 - Formação dos primeiros acadêmicos

Formação acadêmica	Número de acadêmicos que se formaram
Direito (formados pela escola de Direito de Recife)	17
Medicina	2
Magistério (formado pela Escola Normal de Natal)	3
Sacerdócio (padre)	1
Sem formação especializada	2
Total	25

Fonte: Elaborada pela autora.

No que se refere a participação nos movimentos e instituições chama a atenção o fato de que, mesmo católicos, a maioria dos membros da entidade são também adeptos da maçonaria. Isso significa que a oposição entre a Igreja e maçonaria existente, naquele momento, não se expressava na sua plenitude. Os membros da entidade eram católicos, mas também eram participantes da maçonaria.

Tabela 3 - Participação em movimentos e / ou instituições

Instituição/ movimento	Número de praticantes
Instituto Histórico e Geográfico de Rio Grande do Norte	15
Maçonaria	17
Ação integralista	19
Movimentos católicos	23

Fonte: Elaborada pela autora.

No tocante ao motivo do convite de Cascudo (2010), além de ser católico, como já foi discutido, está associado a produção de artigos em jornais, livros e peças teatrais. São os artistas letrados e católicos.

Tabela 4 - Atividades culturais

Atividades culturais que desenvolviam quando foram convidados para a ANL	Número de pessoas que desenvolviam a atividade
Produzia livros	10
Escrevia em jornais	13
Escrevia peças e atuava como ator	3

Fonte: Elaborada pela autora.

No que se refere ao perfil dos patronos, percebemos que os homens têm uma tendência a escolherem outros homens. Tendência também que era percebida na escolha das mulheres.

Tabela 5 - Sexo dos patronos

Sexo	Número
Homens	22
Mulheres	3

Fonte: Elaborada pela autora.

As três mulheres escolhidas tiveram seus nomes indicados por três razões específicas: uma o patrono desejava que seu ideal de educação feminina (educação para o lar) poderia ganhar visibilidade; outra o acadêmico escrevia biografias de pessoas injustiçadas pela história e, portanto, indicou uma injustiçada como forma de reabilitar sua memória.

Tabela 6 - Motivo para escolha do patrono

Motivo para o acadêmico ter escolhido o patrono	Quantidade
Razão familiar (avo, pai, parente)	5
Afinidade com as ideias	6
Afinidade profissional	5

Fonte: Elaborada pela autora.

No que se refere aos outros motivos de escolhas dos patronos, percebemos que o elemento mais forte foi o interesse pessoal de cada acadêmico.

Algumas considerações finais

No texto deixamos evidente a influência da Igreja Católica na formação da ANL. A tarefa não foi simples, pois as fontes estão dispersas e a ANL ainda não tem um arquivo com todo o material sistematizado. As tabelas e gráficos tiveram que ser construídos a partir de informações contidas, sobretudo, no Jornal A 'Ordem. Esse periódico católico apresentou-se como o grande arquivo para estudos sobre a ANL. Tal constatação reforça o quanto a presença da Igreja foi forte no surgimento e no funcionamento dessa entidade. O método de trabalho usado nessa investigação facilitou a visualização do todo. Gradativamente fomo estudando os letrados e a relação deles com a ANL, mas pudemos também analisar quem eram as pessoas além desse espaço. Fomos investigando a atuação de cada uma em espaços diversos: lugares que estudaram e nas entidades que participaram politicamente.

No todo percebemos que a influência da Igreja na ANL nunca foi explicitada. Este trabalho parece inaugurar possibilidades de estudos para um melhor aprofundamento do perfil da ANL e da relação que a Igreja estabelecia com as instituições culturais leigas existentes na cidade. Se tivermos conseguido mostrar a influência católica na ANL, nosso trabalho já atingiu a meta traçada.

Referências Bibliográficas

A INSTALLAÇÃO da Academia Norte Riograndense de Letras. **Jornal A' Ordem**, Natal, maio. 1937.

ACADEMIA de Letras Norte-Riograndense. **Jornal A' Ordem**, Natal, nov. 1936.

CASCUDO, Câmara Luís da. **História da cidade do Natal**. 4 ed. Natal: EDUFRN, 2010.

ESTATUTO da Academia Norte-Rio-Grandense. **Jornal A República**, Natal, 17 nov. 1936.

GINZBURG, Carlo. Sinais, raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 143-179.

IMÍZCOZ, José María. Actores, redes, procesos: reflexiones para una historia más global. **Revista da Faculdade de Letras História**, Porto, 3. Série, v. 5, p. 115-140, 2004. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2378.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2016.

LIMA, Bruna Rafaela de. **Da rede ao altar**: vida, ofício e fé de um historiador potiguar. 2009. 231 f. Dissertação (Mestrado em História) -- Universidade do Vale do Rio dos Sinos-UNISINOS, Programa de Pós-Graduação em História, São Leopoldo, 2009.

NAVARRO, Jurandir. **Antologia do Padre Monte**. Natal: [s.n.], 1999. v. 09.

NAVARRO, Jurandir. **Centenário do Padre Luiz Monte**: conferência de Jurandir Navarro. Natal: Nordeste, 2005.

O SUCESSO da Academia de Letras Norte-Riograndense. **Jornal A República**, Natal, nov. 1949.

PAIVA, Jorge O' Grady. **Verdade e vida**. 2. ed. Natal: Nordeste, 1996. A primeira edição dessa obra foi publicada no Rio de Janeiro em 1947.

PEIXOTO, Renato Amado. "Duas Palavras": os holandeses no Rio Grande e a invenção da identidade católica norte-rio-grandense na década de 1930. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 19, n. 1, p. 35-57, 2014. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr>. Acesso em: 18 ago. 2016.

A CONSTRUÇÃO DA ARMADA NOS MOMENTOS DE TENSÃO

Cosme Alves Serralheiro[1]

No dia 7 de setembro de 1822, retornando de uma inspeção ao porto de Santos, cavalgando através de uma colina, às margens do riacho do Ipiranga, soou o brado retumbante "independência ou morte". Essa atitude de D. Pedro cortaria os laços em definitivo com Portugal e, de certa forma, mudaria, em alguns aspectos, a história/rumo da Armada Imperial brasileira. Outra atitude do Imperador para declarar o Brasil independente, "foi coroar a si mesmo no dia 10 de outubro daquele ano como D. Pedro I" (Didione, 2012, p.48). Dias antes o próprio Imperador tomava conhecimento que Portugal estava em mobilização para evitar a emancipação do Brasil. No ano seguinte à independência, foi convocada a reunião da quinta sessão preparatória na sede da Côrte, o paço imperial conclama sua preocupação com os rumores vindo de algumas regiões do Império.

> [...] Não estamos livres desses inimigos, quando poucos dias depois aportou outra expedição, que de Lisboa não era enviada para nos proteger: eu tomei sobre mim proteger este Império, e não a recebi. Pernambuco fez o mesmo, e a Bahia, que foi a primeira em aderir a Portugal, em prêmio da sua boa fé e de ter conhecido tarde qual era o verdadeiro trilho, que devia seguir, sofre hoje crua guerra dos vândalos, e sua cidade, só por eles ocupada, está a ponto de ser arrasada, como nela não se possão (sic) manter. (Sessão da Assembleia Legislativa e Constituinte de 3 de maio de 1823, p.38).

As informações sobre as intenções dos lusitanos em manter as rédeas da nação chegavam a todo momento, principalmente de Salvador, pois a situação daquela região era caótica. Como isso, manter as províncias sobre a autoridade imperial se tornava mais que uma obrigatoriedade, era uma missão árdua, pois não se tinha uma Armada forte e pronta para aquele momento. Em Salvador havia uma pequena unidade militar naval portuguesa capaz de combater a entrada na "bahia de todos os santos" da Esquadra vinda da Côrte. Destarte era necessário, antes de mais nada que os portugueses tomassem a frente, que o governo imperial organizasse uma poderosa força que produzisse o efeito esperado naquele momento. "Era uma corrida contra o tempo". (Brian, 1971, p.8)

Ora, cabe ressaltar que, naquele período, diversas províncias não aderiram imediatamente ao imperador e, para complicar mais ainda, se revoltaram durante quase 30 anos após a independência, não só no primeiro, mas também no segundo reinado, trazendo

[1] Licenciado em História (UNIABEU), Pós-Graduado em Ciências da religião (FSBRJ) e Mestrando em História -UFPel. cosmehistoria@hotmail.com

intranquilidade ao poder central. Movimentos sediciosos, liberais, lusofóbicos, federalistas e republicanos perturbaram o Império, tais como, a Revolução Pernambucana de 1817; Confederação do Equador, em 1824; a ocorrida em Pernambuco; a Cabanagem que durou até 1840, no Pará agitado desde 1831, Farroupilha, sendo está última a mais desgastante para a Força Naval que estava em formação, e as revolta dos Malés, em 1835; Sabinada, em 1837, na Bahia; e Balaiada, em 1838, no Maranhão.

Cabe aqui ressaltar que o Norte apoiou a causa lusitana reconhecendo a metrópole como poder central político do Império, enquanto o Centro-Sul se organizou em prol da Independência. Não houve "nenhum momento da história do Brasil concentrou tanta violência num tempo tão curto e em extensões de terra tão largas quanto essa fase da monarquia" (Morel, 2003, p.65). Assim, Aldo Janotti, em seus estudos sobre período em questão, denominou essas ameaças desagregadoras de "o grande temor e a grande preocupação"(Janotti, 1990, p.169-214). Aquele conflitos mostraram que mesmo com uma armada insipiente o caráter estratégico de seus agentes foram tipificados como uma arma na vitória sobre aqueles movimentos, pois:

> Os conflitos naquele século no Brasil mostraram o poderio estratégico e político das autoridades, um verdadeiro instrumento político de subjugar o inimigo por meio de vários meios na realidade uma trindade caracterizaria uma guerra real e completaria sua definição como fenômeno total, comportaria três componentes que expressariam suas tendências dominantes. O primeiro componente englobaria a violência original, uma hostilidade e uma animosidade, consideradas como impulso natural cego, todos ligados ao povo. Nesse contexto, as paixões que se manifestariam na guerra seriam inerentes ao povo. O segundo componente diria respeito ao jogo de probabilidade e do acaso que movem a livre alma crítica, que dependerá das características de sue comandante e de seu exército. Por fim, a subordinação da guerra à política e aos objetivos políticos, assunto de decisão exclusiva do governo de um Estado em três fases. Juntando todos esses recursos travados pela guerra interna naquela época podemos dizer que foi uma guerra total (Passos Apud Clausewitz, 1984, p.89).

Sem o uso de logística apropriada e suas técnicas de alcance ilimitado; no qual as partes beligerantes entram numa ciclo de mobilização total de todos os seus cabedais, sejam eles, humanos, industriais, agrícolas, militares e naturais para o vigor de guerra, isso corroborou para que a vitória naquele momento fosse decisiva.

No contexto da formação da Armada, é oportuno destacar a atuação de dois personagens que foram importantes para o projeto de um novo nascedouro naval, Felisberto Caldeira Brant (Marquês de Barbacena) e do Ministro do Interior e dos Negócios Estrangeiros, o paulista José Bonifácio de Andrada e Silva, Patriarca da Independência. O trecho abaixo expõe:

> Sem dúvida, os fundadores do Império eram homens de formação basicamente rural, como não podiam deixar de ser, mas a educação que muitos haviam recebido na Europa, principalmente na Inglaterra, deve ter influído preponderantemente na maneira desses homens abordarem determinados problemas nacionais. Eram eles contemporâneos da luta do poder marítimo britânico contra o poder continental da França e não poderiam ignorar ensinamentos providos de tal provação para o mundo. Talvez residisse aí a clara evidência com que previram a importância de uma Marinha para o Brasil. [...], o embaixador brasileiro em Londres, Caldeira Brant escrevia para D. Pedro I: " persiste na opinião de depender a unidade nacional da existência de uma marinha eficaz." José Bonifácio, por seu turno estava convicto da necessidade de criar uma Marinha de Guerra que seria instrumento capaz de dar remate à independência e de colocar o país a salvo de possíveis agressões" (Caminha, 1986, p.282)

Essa breve citação tem como pano de fundo entender as preocupações dos grupos dirigentes em construir uma Armada Nacional capaz de garantir a liberdade política do Brasil perante a Côrte Lusitana. Convém ressaltar que esse grupo expoente, encabeçado por Bonifácio, teve a rápida percepção que formar uma combatente Armada Imperial nacional constituía a melhor maneira de transportar suprimentos para as áreas de guerra e concentrar tropas leais ao Império no combate contra os portugueses. Cabe aqui ressaltar que Caldeira Brant naquele momento já estava na Inglaterra negociando um plano de recrutamento de Marinheiros ingleses.

Uma das principais medidas de José Bonifácio foi trazer do Chile o Lord Thomas Cochrane, a convite de Sua Alteza, oferecendo-lhe uma proposta teoricamente irrecusável, enviada por meio de uma nota a Antonio Correa da Câmara, o agente brasileiro em Buenos Aires, que dizia :"[...] não o deixarei servir com vantagens menores que aqueles que ele tinha tido no Chile". Em 4 de novembro a Câmara transmitiu uma mensagem de forma eficaz e persuasiva:

> Vinde Milord [...], a honra o convida, a glória o chama[...]Vinde, Hércules renascido, e com seus honrosos esforços ajudai a domar a Hydra de cem cabeças de um despotismo medonho. Vinde e tornai nossas almas navais com a ordem maravilhosa e a disciplina incomparável da poderosa Albion [...] (Correio da Câmara - Cochrane, 4 de novembro de 1822, Annais do Itamaraty, Vol.2, 1937, p.39)

Cochrane foi um oficial da Real Marinha britânica de muito prestígio e muito competente. Depois de ter travado batalhas com as forças napoleônicas, foi um oficial comandante de Fragata que tinha como seu ponto forte a estratégia e boa desenvoltura nas batalhas navais. Infelizmente seu passado foi manchado pela corrupção nas fraudes das bolsas de valores em 1814 acarretando, assim, sua prisão e demissão da Marinha Inglesa. Militar de

temperamento explosivo e de muita arrogância, ele foi destacado por alguns da historiografia brasileira "como policial naval, mercenário, caçador de butim, entre outros termos correndo riscos, servindo e, ao mesmo tempo, disputando proventos materiais" (Freyre, 2000, p.70). Porém para Gilberto Freyre ele era definido como um aventureiro, no bom e no mau sentido da palavra.

Sua competência e habilidade se tornou contundente quando ao chegar na América, por convite da Marinha do Chile, combateu as forças espanhola em 1817 ajudando Chile e Peru em sua independência. Seu passado obscuro e a sua personalidade geniosa, não importavam para as autoridades brasileiras, mas sim sua capacidade de combate nos mares.

Ele aceitou o convite e veio para o Brasil se incorporar ao projeto político brasileiro deixando seu posto no Chile ainda em novembro. (Correio da Câmara, 30 de novembro de 1822) Para completar as lacunas existentes nas tripulações foram contratados praças e oficiais estrangeiros, sobretudo aqueles outrora mais experientes da Marinha inglesa. Brant naquele mesmo mês, em novembro, em seu despacho sugeriu que seria importante ter uma marinhagem de confiança para combater os portugueses. Desta forma pediu para Cochrane que trouxesse do Chile todos os marinheiros que haviam lutados com ele: "Só seu nome levaria o susto e terror aos nossos inimigos, escreveu ele: os marinheiros britânicos converteria uma força portuguesa em um leal e efetivos esquadrão".

Em 13 de março de 1823 chega ao Brasil Cochrane, e marinheiros a bordo do brigue inglês *Coronel Allen*, vindo de Valparaíso, trazendo um grupo de oficias ingleses que estavam sobre sua liderança. A vinda desses militares, justificadamente, teriam melhores condições de serem comandados, sem a limitação da língua, que ocorria com os brasileiros, e em quem Cochrane depositariam maior confiança. Assim, Freire (2014, p.29) relata que "no bloqueio ao porto de Salvador, no comando da *Nau Capitânia*, exigiu que toda a tripulação estrangeira fosse transferida para essa embarcação, com a qual empreendeu o cerco à cidade".

Na Inglaterra a proposta de recrutamento deu certo, mesmo de maneira secreta o Vice-Cônsul em Londres, Antônio Meirelles Sobrinho junto com Caldeira Brant, conseguiram uma quantidade expressiva de Militares para lutar a favor da causa do Império: em seis semanas tinham conseguido 265 marinheiros e 12 oficiais.

Dentre os oficiais contratados vieram, antes e depois de Cochrane, Thomas Crosbie, William Parker, John Taylor, James Norton, John Grenfell, James Shepard, George Manson, William Eyre e mais algumas dezenas deles, inclusive oficiais da Marinha norte-americana. Muitos deles haviam lutado na guerra contra a França e posteriormente dispensados pela Real

Coroa britânica. Também, muitos deles permaneceram no Brasil e se tornaram Almirantes na Armada Imperial. Alguns tiveram suas vidas seifadas nos combates contra os portugueses, na trágica Guerra da Cisplatina (1825-28).

A questão não era somente incorporar oficiais para comandar aqueles precários, sucateados e defasados navios, mas também ter Marinheiros para aquele fim. Assim sendo, para internacionalizar e heterogeneizar mais ainda os vasos de guerra foram contratados praças lusitanas, conforme descrito por Brian:

> A Marinha brasileira herdou também de Portugal um corpo de marinheiros e de soldados da Artilharia da Marinha. Eram todos, infelizmente, portugueses de nascimento, e a falta de confiança neles era amplamente justificada pela sua ação na viagem de Delamare contra Bahia.Não obstante, a Marinha precisava deles, e o governo esperava que eles poderiam permanecer leais, se comandados por oficiais fiéis, e reforçados por um grupo de homens de confiança. Para manobrar os navios existentes, e também os novos navios em preparo, eram necessários 430 soldados e 1.700 marinheiros, dos quais 1.250 deveriam ser homens do mar bem adestrados. Os navios do Rio forneceram exatamente a metade deste número, isto é, 230 soldados e 900 marinheiros, dos quais somente 650 eram homens experimentados no mar e por isso, um rápido e bem sucedido recrutamento era uma necessidade vital.(Brian, 1971, p.12)

A atitude de preencher as lacunas das tripulações com marinheiros portugueses se tornava um risco eminente, pois seriam portugueses combatendo portugueses, e isso causava um certo desconforto e desconfiança entre as autoridades civis e militares. Por isso que uma das soluções encontradas foram o recrutamento de estrangeiros americanos e ingleses, singularmente na patente de oficiais e comandantes.

As ações militares desencadeadas, propiciavam as condições necessárias para defesa externa e o monopólio da violência. Além de preservarem a integridade territorial, elas deram início ao fortalecimento da soberania nacional. Assim, para proeminente poder sobre terra era fundamental a manutenção e a obtenção do controle da imensa área marítima. A partir disso, através de uma campanha para colher fundos recorrendo a comerciantes de subscrição popular, ocorreu a formação da invicta Armada Brasileira.

O evento precursor que estreou o poder de fogo desta Força Naval ocorreu na Guerra da Independência, marcada, principalmente, pela resistência nas regiões Sul, Nordeste e Norte. Para combater as ameaças à integridade territorial, em 10 de novembro de 1822, sob o comando do inglês e Almirante Thomaz Cochrane, o pavilhão nacional foi içado em navio de guerra brasileiro, na *Nau Martim de Freitas*, que era anteriormente o navio mais poderoso da Esquadra portuguesa e o primeiro capitânia, ponta de lança de futuras batalhas, com setenta e quatro

canhões, e que veio para o Brasil com a família real, em 1807, esta Nau fez parte da nascitura Esquadra Brasileira, que depois foi rebatizada de Pedro I.

Carvalho (1986) e Monteiro (1982) discorrem brevemente como foi a estréia definitiva da Armada, isto é, parcialmente demonstrando como foi o combate na Bahia após o desmembramento com Portugal:

> Quando da proclamação da Independência o principal foco de resistência à nova ordem concentrou-se na Bahia, onde o Governador das Armas, General Madeira de Melo, dispunha de consideráveis forças de terra e mar; contra esse poder levantaram-se os patriotas baianos. A reação, a princípio desarticulada e sem unidade aos poucos organizou-se e alastrou-se por toda a Província. Dentro de alguns meses os portugueses estavam praticamente confinados a salvador e seus arredores; embora possuindo a superioridade no mar. A sorte da guerra dependia decisivamente do domínio da Baía de todos os santos e consequentemente controle do abastecimento e das comunicações entre as vilas [...] no dia 6 de dezembro era lançado ao mar o primeiro barco artilhado, denominado Pedro I. A flotilha foi aumentando ao longo da campanha, alcançando efetivo de quase 800 homens. (CARVALHO, 1986, p.10).

Assim também Monteiro relatou como foi atuação da Armada na Bahia:

> Salvador na Bahia estava sobre o poder do General Madeira de Melo e também estava sendo o ponto chave de toda situação. Sem dúvida, o Governo Imperial teria que organizar uma esquadrilha que pudesse combater a força naval portuguesa que lá estava e colocar as longínquas províncias acessíveis somente por mar, sob sua autoridade, e isso tudo antes que os portugueses pudessem enviar reforços consideráveis de além do mar. Ficava claro na ótica de Monteiro que "a vitória na Bahia dependia do mar" (Monteiro, 1982, p.550).

Existia outro aspecto de relevância. Não se pode deixar de lembrar que o Brasil na época com 7.680 quilômetros de costa e um continente de grande extensão territorial econômico-cultural, facilmente poderia perder parte de seus territórios para os movimentos separatistas que estavam acontecendo, conforme ocorreu com América espanhola, fragmentar-se em várias unidades políticas, sem dúvida, poderia causar a derrocada dos ideais de consolidação do Império. Pode-se sustentar a hipótese que a guerra da independência, sustentada por uma força Naval pequena, mas suficientemente corajosa, também foi considerada, verdadeiramente, como a guerra da unidade nacional. Como disse Carvalho de Moraes:

> [...]durante a chamada Guerra de Independência, a Marinha tornou-se possível a ação do exército imperial em socorro aos patriotas locais e, o que talvez foi seu papel mais importante, demonstrou a essencialidade do país possuir um poder naval efetivo, assim como a estreita ligação entre a possibilidade de se possuir esse poder naval e a existência de um governo fortemente centralizado e bem organizado. (Moraes, ano (?), p.5)

Os navios ajudaram o exército nos transportes de materiais e suprimentos aos locais de

combate, bem como transportavam os feridos de uma província para outra. Com os ataques constantes aos grupos insurgentes, as forças inimigas se enfraqueceram permitindo o avanço do exército.

Com a ação na Bahia e a emancipação política do Brasil referente a Côrte, ficava clara a necessidade de reformular a Armada para garantir a independência nacional e a centralização política. Convém lembrar que aquele ato no Ipiranga significou de certa forma a criação de um Estado.

Fazendo uma análise sobre a perspectiva dos diversos processos de construção dos Estados Nacionais modernos, Charles Tilly (1996, p.78), muito mais do que outras atividades, afirmou que, "a guerra e a preparação da guerra produziram os principais componentes dos Estados europeus" que segundo o autor seriam "organizações que aplicam coerção, distintas das famílias e dos grupos de parentesco e que em alguns aspectos exercem prioridade manifesta sobre todas as outras organizações dentro de extensos territórios" (Idem, p. 46). Portanto, a monopolização das forças de violência, com o apoio da Armada Nacional Brasileira, tiveram como um dos motivos atuarem nas disputas pelo controle das provinciais na questão de logística. Sem essa gerência, não há guerra, por exemplo, a movimentação de combatentes e a sua manutenção nas localidades de disputas.

Desta forma, permitiu que com toda esta estrutura a manutenção de seus combatentes nas áreas de ação. Foi assim que se desenvolveu. Pois, o Estado Brasileiro, enquanto entidade política autônoma deu início as organizações e a construções do então nomeado Império do Brasil.

Para José Murilo de Carvalho, exclusivamente, a manutenção da unidade nacional, a elite brasileira, por ser homogênea, isto é, no sentido intelectual, de que parte dela teria sido recrutada entre os setores sociais dominantes e também devido seu isolamento ideológico referente às doutrinas revolucionárias do antigo regime europeu de certa forma ajudaram na consolidação do Império. Tudo isso, somado a questão da elite, na sua maioria não ter sido formado na Europa em especial na escola de Coimbra, incorporando os ideais franceses, em sua coerência de pensamento intelectual, teve como preço dessa homogeneidade a distribuição muito mais elitista da educação e a menor difusão de ideias que os governos da época consideravam perigosas (Carvalho, 2008).

No Brasil a pacificidade relativa em algumas províncias após a independência houve certa influência na historiografia tradicional e de maneira reduzida deu pouca proeminência a importância dos florescentes militares das primeiras décadas de autonomia do Império, de modo

que as revoltas das regências foram sidos examinadas pela ótica regionais e não de forma relacionadas. Ainda que o processo de construção do Estado Imperial tenha sido explicado de maneira diversa, as principais análises deram pouca atenção à realidade militar. Uricoechea (1978, p.81-178) em suas análises sobre aquele período foi quem mais se aproximou disso, analisando o processo de extensão e de consolidação da autoridade do Estado central, num contexto em que seus instrumentos não chegavam e havia apenas a ação do poder privado, isto é, burocratização e centralização (Ribeiro, 2013).

Mediante a situação de guerra ocorrida na Bahia, fato este, que obrigou o Império a entender que ter uma liderança militar fiel aos princípios monárquicos se fazia necessário para ter uma participação mais preparada nos combates. Além disso, o decreto de 5 de dezembro assinado no palácio da Côrte pelo Imperador e ratificado pelo seu Ministro e Secretário de estado dos Negócios da Marinha Luiz da Cunha Moreira criou uma comissão para tratar de todos os objetos concernentes à repartição desta força, dando impulsão às ações de imediato na instituição para que ela pudesse ser mais respeitável.

Nesse mesmo mês foi aprovado um parecer remetido ao Quartel-General reforçando o compromisso de todos os oficiais a aderirem à causa Imperial brasileira. Na verdade, não eram obrigados a aceitar tal decisão, mas caso declarassem a negativa, seriam convidados a retornarem para Portugal, sendo o governo isento de arcar com as despesas da viagem não só do próprio, mas também de sua família. Teotônio Meireles listou o nome de noventa e um oficiais que aderiram a causa brasileira, também verificou que a maioria era de nacionalidade portuguesa. Ainda segundo Meireles (1882, V.II, p.47-49) "a resposta de todos os oficias foram dadas com muito entusiasmo e amor à causa do Brasil" (Idem, p.49)

Greenhalgh (1965, p.6) traz outra ideia de que "o motivo os levou aqueles oficiais aderiram à Independência não foi amor, conforme dito acima, ou pelo entusiasmo de formar uma nova pátria, e sim por que haviam adquirido raízes no Brasil". Na tabela I é possível observar a relação de oficiais que aceitaram fazer parte da Armada versus aqueles que se recusaram, e, como os seus cargos hierárquicos.

Tabela I – Oficiais que aceitaram ou/ e os que não aceitaram ficar no Brasil a favor da causa do Império brasileiro. **Fonte**: MAIA, João do Prado. 1965, p. 6

Patentes hierárquicas	Aceitaram ficar	Não aceitaram ficar
Capitão-de-Mar-e-Guerra	9	5
Capitão-de-Fragata	21	4
Capitão Tenente	18	7
1º Tenente	15	9

2º Tenente	28	2
Lentes de Guarda Marinha	-	8
Aspitantes	-	20

Esses oficiais apesar de terem vindos de Portugal com a Côrte em 1808, alguns constituíram família aqui no Brasil, como o foi o caso do Capitão de Mar e Guerra Joaquim Raymundo de Moraes de Lamare, no qual respondendo ao ofício de 20 de dezembro o mesmo discorre da seguinte forma:

> Que tendo-me proporcionado ocasião de regressar a Portugal, como de próximo aconteceu em a *Nau Rainha*, o tenho deixado de fazer por tencionar persistir no Brasil onde sirvo há 15 anos; e agora com mais gosto que nunca depois de Sua Magestade fez aos habitantes deste hemisfério a graça de se declarar seu defensor perpétuo, fazendo com isto a felicidade deste vasto e riquíssimo continente e de todos os seus habitantes, a cujo tenho a honra de pertencer, e de que não desejo ser de modo algum privado, juntamente com minha mulher e meus filhos, que sendo todos indígenas deste país não almejamos outra pátria mais que o Brasil. (MEIRELES, 1883, p.50)

Muitos daqueles oficiais que apoiaram a causa nacional listados por Meireles posteriormente fizeram parte de dez gabinetes que comandaram a pasta da Armada do Primeiro Reinado, entre eles podemos citar: Luís da Cunha Moreira, Francisco Maurício de Souza Coutinho, Diogo Jorge de Brito e Miguel de Souza Melo e Alvim.

Esses oficiais fizeram parte de uma corrente elitista e com título nobiliárquicos que passaram no futuro a compor as pastas dos gabinetes da Armada em períodos imperiais e regências subsequentes. Suas ideias e experiências vieram no futuro a reformular as políticas de (re) constituição da Armada nacional brasileira.

O clima de tensão e de instabilidade instaurado naquele período, devido aos movimentos sediciosos, obrigou as autoridades a investirem no aumento dos efetivos de navios, adquirindo uma quantidade expressiva, capaz de sublevar as rebeliões que estavam assolando as províncias. Desta forma, “ter uma esquadrilha em atividade bem tripulada se fazia necessário para não só manter a paz, mas também combater corsários e contrabandista que navegavam pela nossa costa marítima” (RMM, 1830, p.1) por isso que a obrigação das autoridades em formar uma Armada restritamente nacional, forte, organizada e exercitada para o melhor futuro do Brasil.

Referências Bibliográficas

DIDONE, André Rubens. **A influência das Ordenações portuguesas e espanholas na formação do direito brasileiro no primeiro Império (1822 A 1831)**. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas Y Sociales da Universidad Del Museo Social Argentino. UMSCS, 2012.

BITTENCOURT, Armando de Senna. **Introdução à história marítima brasileira.** Serviço de Documentação da Marinha, Rio de Janeiro, 2006.

BRIAN, Vale. Subsídio para história marítima brasileira. **In: Navigator,** 1971, pp-10-20

_____.. Marinheiros Ingleses na Marinha do Brasil (1822-1850). In**: Revista Marítima Brasileira.** Vol.119. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1999.

CAMINHA, Hendrick Marques. Organização e Administração do Ministério da Marinha no Império. In.: Marinha do Brasil. **História naval brasileira**. Rio de Janeiro: SDGM, 2002, 3v Serviço de Documentação da Marinha, 1986.

_____. **Dicionário Marítimo Brasileiro**. 2ªed. Rev. Atual – Rio de Janeiro: Clube Naval, 1996.

FREYRE, Gilberto. **Ingleses no Brasil. Aspectos sobre a vida e a paisagem e a cultura do Brasil.** Rio de Janeiro: Topbooks/ UniverCidade Editora, 2000, p. 70.

CARVALHO, Trajano augusto de C. **Nossa Marinha – Seus feitos e glórias (1822-1940)**, Rio de Janeiro. Fundação Emílio Odebrecht e SDGM, 1986.

CARVALHO, José Murilo. **A construção da ordem A elite política imperial Teatro de sombras A política imperial.** 4ª ed, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2008.

GREENHALGH, Juvenal. **O Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro na História (1822-1889)**. Rio de Janeiro: IBGE, 1965.

JANOTI, Aldo. **O Marquês de Paraná.** Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1990.

MONTEIRO, Nuno G. **O crepúsculo dos Grandes – A casa e o patrimônio da aristocracia em Portugal (1750-1832)**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1998.p.226-234.

MORAES, José Narciso de Magalhães Carvalho de. **A política nacional e a política do poder naval no Brasil**. Ano (?)

PASSOS, Rodrigo Duarte Fernando dos. **Clausewitz e a política uma leitura de da guerra.** Tese de Doutorado em Ciências Políticas de USP, São Paulo, 2005.

TILLY, Charles. **Coerção, capital e estados europeus:** 1990-1992. Trad. Geraldo G. de Souza. São Paulo: Edusp, 1996. p.78.

MAIA, João do Prado. **A Marinha de guerra no Brasil na colônia e no Império**. Rio de Janeiro. José Olympio, 1965

_____. **Quatro séculos de lutas na Bahia do Rio de Janeiro**. SDGM. Ministério da Marinha, 1981

MOREL, Marco. **O período das Regências, (1831-1840)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003

RIBEIRO, José Iran. **O Império e as revoltas: Estado e Nação nas trajetórias dos militares do Exército imperial no contexto da Guerra dos Farrapos.** Arquivo nacional. Rio de Janeiro, 2013

Leis, Relatórios e Falas das Autoridades

Sessão da Assembleia Legislativa e Constituinte de 3 de maio de 1823, p.3 / Correio da Câmara - Cochrane, 4 de novembro de 1822, Annais do Itamaraty, Vol.2, 1937, p.3 / Correio da Câmara, 30 de novembro de 1822/ Relatório do Ministro da Marinha, 1830.

PLÍNIO SALGADO *VERSUS* ALBERTO PASQUALINI NO ÁLBUM DE RECORTES DE JOÃO MARIA BALÉM (1950)

Douglas Souza Angeli[14]

Considerações iniciais

Em 1950, no Rio Grande do Sul, concorreram a senador, em polos opostos, dois importantes personagens políticos: Plínio Salgado, jornalista e fundador da Ação Integralista Brasileira (AIB), pelo Partido de Representação Popular (PRP); e Alberto Pasqualini, advogado, reconhecido como "teórico do trabalhismo", pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

As campanhas eleitorais de Pasqualini e Salgado, em 1950, são reveladoras das problemáticas e das tensões que caracterizavam o debate político daquele momento: termos como comunismo, socialismo, trabalhismo, integralismo, nacionalismo e catolicismo são utilizados nas estratégias de mobilização eleitoral. Além dos partidos, dos candidatos e da imprensa, a Liga Eleitoral Católica e representantes da Igreja tomaram parte desse processo.

Recortando notícias, anúncios e notas publicadas na imprensa de Porto Alegre, o Monsenhor João Maria Balém, Arcediago do Cabido de Porto Alegre e sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS), montou um álbum sobre esta campanha. O objetivo deste trabalho é apresentar tal fonte histórica, pertencente ao acervo do IHGRGS, explorando, ainda que de forma preliminar, suas potencialidades no que concerne à compreensão da disputa eleitoral de 1950.

Tal fonte não somente contém informações sobre a disputa eleitoral e a atuação do anticomunismo católico na política gaúcha, mas serve também como indicativo da percepção de um membro do clero sobre as estratégias adotadas pelos candidatos. Em meio a recortes amarelados, é possível apreender um pouco dessa troca de olhares entre Alberto Pasqualini, Plínio Salgado e João Maria Balém e de suas leituras acerca do processo político no qual se inseriam.

João Maria Balém (1887-1978)

João Maria Balém (1887-1978) nasceu em Caxias do Sul e estudou no Seminário de Porto Alegre. Em Roma, estudou no Colégio Pio Latino Americano e graduou-se bacharel em

[14] Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Doutorando em História. Bolsista CNPq. douglasangeli@hotmail.com.

Direito Canônico e doutor em Teologia na Universidade Gregoriana. Sua ordenação ocorreu em 1911. Por bastante tempo ocupou cargos importantes nos círculos mais altos da Igreja no Rio Grande do Sul, mais especificamente em Porto Alegre. Foi secretário particular do Bispo D. Cláudio José Gonçalves Ponce de Leão e de do Arcebispo D. João Becker. Entre os cargos eclesiásticos que ocupou, destacam-se o de Cura da Catedral (até 1950) e o de diretor das obras de construção da Catedral Metropolitana (COSTA, 1981, p. 29-31).

Em 1947, João Maria Balém foi nomeado Arcediago do Cabido de Porto Alegre. A partir de 1950, foi Capelão do Convento e da Igreja de Nossa Senhora do Carmo e da Irmandade São Miguel e Almas. Durante as celebrações dos 90 anos do religioso, Adroaldo Mesquita da Costa (1981, p. 31) traçou uma breve descrição: "De porte agigantado, pois é o clérigo de físico mais alto da Arquidiocese, sua estatura desperta atenção sobre sua pessoa. A batina lhe foi sempre inseparável. Os bolsos, ele os traz cheios de balas e santinhos, que distribui às crianças". Em 1949, foi eleito sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, onde já cumpria a função de bibliotecário. Publicou vários estudos, entre os quais *A primeira paróquia de Porto Alegre* e *A fundação de Porto Alegre*. Conforme Mesquita da Costa (1981, p. 30), o padre traduziu para o dialeto vêneto, sob o pseudônimo de *Menego dal Mánego*, o poema *Antônio Chimango*, de Amaro Juvenal[15].

É necessário salientar que o resumo biográfico de João Maria Balém, publicado pelo IHGRGS, tem como autor Adroaldo Mesquita da Costa[16], liderança da LEC e deputado federal pelo PSD. A página 170 do álbum que é objeto deste trabalho foi destinada a colagem de um cartaz da candidatura de Adroaldo Mesquita a deputado. A relação de ambos foi referida por Fernando Afonso Gay da Fonseca (2003, p. 164), para quem Adroaldo Mesquita da Costa

> Não ia à Igreja, mas era a Igreja que ia até ele. Tanto era verdade, que tinha o privilégio (à época) de capela doméstica com o Santíssimo Sacramento. O então cura da Sé, monsenhor **João Maria Balém,** santo sacerdote, simples e agressivo, diariamente marcava presença na casa do Dr. Adroaldo. Tinha hora certa para chegar e de lá sair. Quando a figura

[15] Amaro Juvenal foi um pseudônimo utilizado por Ramiro Barcelos (1851-1916) para a publicação do poema. Membro do Partido Liberal e depois do Partido Republicano Rio-Grandense, Barcelos foi senador pelo Rio Grande em Sul entre 1891 e 1906. Opondo-se à candidatura de Hermes da Fonseca ao Senado, em 1915, lançou-se candidato mas não obteve o apoio de Borges de Medeiros. Após as eleições, publicou o poema-satírico Antônio Chimango, numa crítica ao líder do PRR, Antônio Augusto Borges de Medeiros. Conforme o *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República* (CPDOC).

[16] Adroaldo Mesquita da Costa (1894-1985) foi advogado, magistrado e professor. Eleito deputado constituinte em 1933 pela Frente Única Gaúcha, com apoio da Liga Eleitoral Católica. Foi também deputado constituinte em 1946, eleito pelo Partido Social Democrático (PSD). Foi Ministro da Justiça no governo Dutra, entre 1947 e 1950. Em 1950, foi eleito para um último mandato de deputado federal, mais uma vez pelo PSD e com apoio da LEC. Foi Consultor-Geral da República entre 1964 e 1969 (CPDOC). Sobre a relação de Adroaldo Mesquita da Costa com a Liga Eleitoral Católica, ver artigo de Lorena Madruga Monteiro (2008).

> imponente de nosso pároco deixava a catedral, podia-se conferir a hora e apostar na direção que seguiria.

O excerto acima complementa a imagem construída acerca do perfil de João Maria Balém, e, o que interessa mais a este trabalho, dá indicativos das relações entre o religioso e um político de atuação destacada na LEC e pertencente ao campo liberal-conservador.

Plínio Salgado, Alberto Pasqualini e as eleições de 1950

A concomitância das eleições presidenciais e estaduais, em 1950, contribui para a formação de complexas alianças entre os partidos. De um lado, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), com Getúlio Vargas candidato a presidente, com apoio da dissidência varguista do Partido Social Democrático (PSD), o PSD Autonomista, e tendo como candidato a governador o então senador Salgado Filho. Com o falecimento de Salgado Filho em acidente de avião, em julho de 1950, o candidato a governador do PTB passou a ser Ernesto Dornelles, do PSDA. Na mesma chapa, estava Alberto Pasqualini como candidato ao Senado (CÁNEPA, 2005, p. 129-130).

O PSD, do candidato a governador Cylon Rosa, costurou uma aliança com a União Democrática Nacional (UDN) e com o Partido de Representação Popular (PRP). Embora a UDN tivesse candidato a presidente diverso do candidato do PSD, a aliança se efetivou com o apoio do PSD à candidatura de Plínio Salgado (PRP) ao Senado, um aliado da UDN a nível nacional. Com sua tradição liberal, não havia como o Partido Libertador (PL) participar desse aliança com o PRP, o que levou o partido a lançar suas próprias candidaturas: Edgar Schneider para governador e Décio Martins Costa para senador (CÁNEPA, 2005, p. 130-131).

Alberto Pasqualini seria eleito senador com 47,78% dos votos, contra 34,02% de Plínio Salgado e 12,31% de Décio Martins Costa. Antes disso, Alberto Pasqualini e Plínio Salgado protagonizaram uma disputa acirrada, marcada por acusações e por farta utilização de notas e a pedidos na imprensa. É interessante, antes de passarmos ao álbum de recortes de João Maria Balém, com foco na disputa entre estes dois candidatos, salientarmos a trajetória que os levou às eleições de 1950.

Alberto Pasqualini nasceu em Ivorá/RS em 1901, estudou no Seminário dos Jesuítas em São Leopoldo e no Ginásio Anchieta. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre, foi advogado e professor de Direito. Seu primeiro cargo eletivo foi o de vereador em Porto Alegre pelo Partido Libertador, eleito em 1934. No Estado Novo, foi membro do Conselho Administrativo do Estado entre 1938 e 1943, e secretário do

Interior e Justiça entre setembro de 1943 e setembro de 1944, no governo do interventor Ernesto Dornelles. Em 1945, criou a União Social Brasileira (USB). Considerado o "teórico do trabalhismo" após a incorporação da USB ao PTB, sendo um dos articuladores do PTB no Rio Grande do Sul, partido pelo qual concorreu a governador em 1947, sendo derrotado por Walter Jobim (PSD)[17].

Plínio Salgado nasceu em São Bento do Sapucaí/SP em 1895. Estudou Humanidades no Ginásio Diocesiano de Pouso Alegre/MG, mas continuou sua formação intelectual de forma autodidata. Professor, jornalista e escritor, participou do Movimento Verde-Amarelo no modernismo. Iniciou a carreira política no Partido Municipalista em São Paulo em 1918 e foi eleito deputado estadual pelo Partido Republicano Paulista em 1928. Antiliberal, nacionalista e influenciado pelo fascismo, foi fundador da Ação Integralista Brasileira (AIB). No Estado Novo, com a AIB fechada, chegou a ser preso. No exílio, em Portugal, reelaborou seu pensamento político em torno da ideia de "democracia cristã". Com a redemocratização, em 1945, fundou o Partido de Representação Popular (PRP).

Com relação à campanha eleitoral de 1950, ainda há um aspecto importante a ser destacado: a atuação da Liga Eleitoral Católica (LEC). Opondo-se à candidatura de Cristiano Machado – que concorria a presidente pelo PSD – mas também à candidatura de Café Filho (PSP) – candidato a vice na aliança com Getúlio Vargas –, não era incomum que o anti-getulismo estivesse associado ao anticomunismo católico, fazendo uso das listas de candidatos preferenciais da LEC como estratégia de mobilização eleitoral. Nesse contexto, Plínio Salgado se apresentou como "inimigo número um do comunismo"[18], e, embora reconhecido oficialmente pela LEC como um candidato "solidário" com as reivindicações da Igreja, Alberto Pasqualini sofreu diversos ataques por meio de publicações na imprensa que o associavam ao comunismo. Algumas destas publicações constam do álbum de recortes de João Maria Balém.

O álbum de recortes

A fonte que estamos analisando possui características singulares[19]. Trata-se de um álbum de 190 páginas cuja finalidade original era a de guardar uma coleção de selos. No entanto, em seu interior estão colados recortes de jornais e alguns panfletos da campanha

[17] As informações sobre as biografias de Alberto Pasqualini e de Plínio Salgado foram retiradas do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (CPDOC).
[18] Conforme Carla Rodeghero (1996, p. 135-136), os *a pedidos* publicados no *Jornal do Dia* "permitem entender que o PTB também estaria sendo colocado entre os partidos que representavam uma ameaça à civilização cristã".
[19] Álbum João Maria Balém. Fundo João Maria Balém – série C. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

eleitoral de 1950. Os recortes de jornais não obedecem a um ordenamento cronológico, e não foi possível apreender a existência de algum critério de disposição da colagem. A figura 1 serve de exemplo do padrão de composição da páginas do álbum:

Figura 1 – Infográfico a partir do álbum de João Maria Balém (p. 54-55). **Fonte:** Fundo João Maria Balém – Série C [IHGRGS]

Os recortes incluem notícias, notas, a pedidos e anúncios de candidatos, de partidos e da Liga Eleitoral Católica, entrevistas e artigos dos jornais *Correio do Povo*, *Diário de Notícias*, *A Tribuna*, *Jornal do Dia* e outros periódicos não identificados. Como as primeiras páginas foram reservadas à colagem de notícias referentes aos resultados das eleições de 1950, sabemos que o álbum foi montado após o fim da campanha eleitoral, e não concomitantemente ao processo. O fato de constarem resultados também em algumas das últimas páginas do álbum, pode indicar que ele tenha sido organizado num período muito próximo ao pleito, talvez simultâneo ao longo período de apuração dos resultados.

Em que pese a diversidade das fontes dos recortes, ou em virtude desta, podemos presumir que o objetivo do álbum tenha sido o de produzir um registro da campanha eleitoral de 1950, visto que todo o material selecionado para a colagem concerne exclusivamente a este tema. No seu conjunto, o que predomina são recortes que de alguma maneira dizem respeito à Igreja Católica, em especial as publicações da / ou referentes à LEC. Isso nos leva a inferir que um dos objetivos possíveis do álbum foi o de realizar uma espécie de monitoramento das campanhas eleitorais tanto dos candidatos apoiados pela LEC quanto daqueles considerados perigosos à doutrina católica, em especial se considerarmos três elementos presentes no álbum:

recortes com as listas de candidatos apoiados pela LEC, anúncios de candidatos e resultados eleitorais.

Apesar de conter alguns panfletos, o que predomina no álbum são recortes de jornais. Porém, por tratar-se de uma seleção específica, na qual perde-se tanto as séries das publicações quanto o conjunto da edição (afinal, são recortes), a metodologia referente ao uso da imprensa como fonte fica bastante prejudicada. Além disso, é preciso considerar outras dificuldades impostas pela fonte: a disposição não cronológica, a ausência de informações sobre as fontes originais, ou seja, a ausência de referências ao veículo, edição e data de onde se extraiu o recorte, e o próprio fato de ser uma seleção. A opção metodológica deste trabalho é considerar o álbum não somente como fonte, mas sua própria configuração como um objeto de pesquisa em si, cuja principal especificidade é sua lógica de seleção dos recortes, na qual está imbricado o *locus* de atuação de seu proprietário e provável produtor: trata-se um acesso possível à percepção de um membro do clero acerca das estratégias dos candidatos, especialmente no que tange à LEC e à Igreja Católica.

Apenas para traçar alguns exemplos da relação entre os recortes e a Igreja Católica, passemos a perseguir diferentes formas de tal vinculação ao longo do álbum. Na página 19, recorte de jornal de Porto Alegre não identificado, datando de 09 de agosto de 1950, ostenta o título "Importantes declarações do Sr. Arcebispo Metropolitano". Sobre a orientação ao eleitorado católico, constava:

> A Igreja não se envolve em política partidária. Inculca, porém, aos católicos o dever cívico e religioso de votar e de dar o sufrágio <u>somente a candidatos que inspirem confiança de, uma vez eleitos, respeitarem e promoverem os direitos e as opiniões da consciência cristã. Tenha ou não tenha partido político</u>, apoiará os homens que se recomendarem mais pelo seu passado do que somente por compromissos assumidos em véspera de eleições. [Sublinhado da fonte].

Como esta notícia, há referências em várias páginas à orientação da Igreja ao eleitorado católico e ao papel da LEC. No caso do recorte citado acima, há um detalhe importante, pois o trecho sublinhado a lápis é mais um indicativo de uma possível finalidade do álbum: o monitoramento da campanha dos candidatos recomendados pela LEC e seus adversários.

Outra forma muito comum de relação dos recortes com a Igreja é a utilização de tal vinculação como estratégia de mobilização eleitoral. Por exemplo, na página 7 há o recorte de um anúncio do candidato a deputado federal pelo PSD, Francisco Machado Carrion, ligado à LEC: "Advogado, professor da Universidade Católica, e da Universidade do Estado, foi o Dr. Francisco Machado Carrion o fundador e primeiro diretor da Revista Idade Nova, bem como um dos fundadores da Juventude Católica do RS" (Recorte de jornal não identificado). Na

página 109 o anúncio de Plínio Salgado, candidato ao Senado: “Por Cristo e pela Nação!” (Recorte de jornal não identificado). Além disso, partidos e candidatos faziam uso da lista da LEC como forma de angariar a simpatia do eleitorado: “Eleitor, vote nos candidatos preferenciais da LEC” (Recorte de anúncio de jornal não identificado, p. 33-34).

Plínio Salgado versus Alberto Pasqualini no álbum de recortes

Nas páginas 135 e 136 do álbum de recortes, consta publicação da LEC em jornal não identificado, com a orientação ao eleitorado católico. Nela, há uma lista dos candidatos preferenciais à Assembleia Legislativa e à Câmara dos Deputados, sendo nomes dos seguintes partidos: PL, PRP, PSD, PTB e UDN. Além disso, havia uma classificação secundária, com aqueles considerados “solidários”. Nestes, estavam nomeados os candidatos a governador Cylon Rosa (PSD), Edgar Schneider (PL) e Ernesto Dornelles (PTB). E também, como “solidários” às reivindicações do Igreja, os candidatos ao Senado e suplentes: Alberto Pasqualini e Anibal di Primio Beck, do PTB; Décio Martins da Costa e Carlos de Brito Velho, pelo PL; e Plínio Salgado e Felix Contreiras Rodrigues, do PRP[20].

Embora constasse oficialmente na lista fornecida pela LEC, Alberto Pasqualini foi alvo de forte campanha de associação de sua imagem ao comunismo, por parte das campanhas dos adversários – em especial Plínio Salgado – ou de “anônimos”. A intenção era afastar o eleitorado católico anticomunista da candidatura de Pasqualini. Nas páginas 121 e 122 do álbum, está estampado um recorte de jornal não identificado, com uma publicação de “um grupo de anticomunistas” com o seguinte teor:

> **GAÚCHO! TERÁS DE DECIDIR: SOCIALISMO OU LIBERDADE.** ALBERTO PASQUALINI, O DOUTRINADOR DO TRABALHISMO, É PILHADO, ATRAVÉS DE SUAS PRÓPRIAS PALAVRAS, COMO ARAUTO DO SOCIALISMO MATERIALISTA. [...] SOCIALISMO OU LIBERDADE? A resposta está em ti, povo do Rio Grande, para que a dês a 3 de outubro, repelindo a vanguarda comunista que se procura infiltrar. Todos, pois, vigilantes e decididos, na defesa da família, da liberdade e de Deus, VOTANDO CONTRA ALBERTO PASQUALINI! (Grifos da fonte).

Nas páginas anteriores, 119-120, está colado o recorte de outro anúncio contra Alberto Pasqualini. Mais uma vez, o jornal e a data não estão identificados, mas percebe-se a estratégia de utilização, na publicação, de fac-símile de edição do jornal *A Tribuna*, acompanhado do seguinte título: PASQUALINI, CANDIDATO DOS COMUNISTAS (caixa-alta do original). Trata-se da edição de 23 de março de 1950, do jornal *A Tribuna*, na qual foi publicado o

[20] Portanto, estava ausente apenas o candidato Mendonça Lima, do Partido Socialista Brasileiro (PSB).

seguinte: "'Não permitamos que Plínio vá para o Senado': Fala a nossa reportagem o comandante do cargueiro 'Avenida', Américo Pereira Junqueira, protestando contra a candidatura fascista". O fac-símile era acompanhado do seguinte texto, em forma de anúncio: "Veja Rio Grande! Medite Rio Grande! Acautele-se Rio Grande! PASQUALINI É O CANDIDATO DOS COMUNISTAS, É ATRAVÉS DE PASQUALINI QUE ELES, OS VERMELHOS, QUEREM DERROTAR PLÍNIO SALGADO" (grifo da fonte).

Não somente a associação de Pasqualini ao comunismo, como estratégia de mobilização eleitoral por parte dos adversários do candidato petebista, mas também a própria atuação dos comunistas não passou despercebida na seleção de recortes do álbum. Na página 34, está colado um panfleto da Frente Democrática de Libertação Nacional, no qual consta um resumido programa e um fac-símile de carta cujo autor é o líder comunista Luiz Carlos Prestes. Nela, Prestes indicava seus candidatos a deputados estaduais e federais. Na página 29 já constava fac-símile da mesma carta, no recorte da edição de 24 de setembro de 1950 do jornal *A Tribuna*: "PRESTES INDICA AO POVO GAÚCHO OS CANDIDATOS POPULARES" (caixa-alta da fonte original).

Figura 2 – Páginas 34 e 35 do álbum de João Maria Balém. **Fonte:** João Maria Balém – Série C [IHGRGS]

Percebe-se que o panfleto com a carta de Prestes está próxima de um anúncio que acusa um dos críticos de Plínio Salgado, Carlos Scliar[21], de comunista, trazendo inclusive um fac-símile de documento do Departamento Federal de Segurança Pública. No documento, consta: "Figura numa relação de militantes comunistas que mais se distinguiram pela eficiência nos setores onde deviam operar em benefício da causa do PCB". Associado ao documento, está a chamada: "FICHA POLICIAL DE UM DOS QUE COMBATEM O SR PLÍNIO SALGADO. O Departamento Federal de Segurança Pública presta esclarecimentos à opinião pública, que pode constatar agora as razões do ódio que se destila por aí contra o autor de "Vida de Jesus"[22].

Assim, a estratégia dos apoiadores de Plínio Salgado se dava em duplo movimento: associar o candidato ao catolicismo e seus adversários ao comunismo. Ambos foram contemplados na seleção de recortes. A carta de Prestes, publicada no panfleto e republicada na imprensa, cumpre, no álbum, o papel de salientar a atuação política dos comunistas para além da estratégia eleitoral da oposição ao trabalhismo.

Considerações finais

A partir deste exercício de análise do álbum de recortes do acervo de João Maria Balém, chegamos a conclusões parciais sobre a leitura da disputa eleitoral presente na fonte – a partir da própria seleção que consideramos, em sua configuração, um objeto em si[23].

Apesar de alguns anúncios relativos aos candidatos do Partido Libertador, a seleção de recortes indica a identificação da polarização da campanha ao Senado pelos candidatos Alberto Pasqualini e Plínio Salgado, bem como das principais estratégias das campanhas a favor ou contra estes candidatos. Isso inclui a associação de Alberto Pasqualini ao comunismo e de Plínio Salgado ao catolicismo, o que faz parte de uma constante do álbum: a relação entre os candidatos aos diferentes cargos e sua relação com a Igreja – em especial no concernente à lista dos preferenciais da Liga Eleitoral Católica.

No seu conjunto, percebe-se que a seleção inclui diversos jornais e alguns panfletos, formando um apanhado bem variado. Porém, a ênfase da seleção se encontra na identificação dos candidatos preferenciais da LEC, nas campanhas destes e resultados obtidos. Além disso,

[21] Carlos Scliar (1920-2001) foi artista plástico e militante comunista: "Ilustrador da *Revista do Globo* e revista *Horizonte*, porta-voz da Frente Intelectual do PCB/RS. Um dos criadores do histórico Clube da Gravura, estuário do realismo socialista entre nós" (MARÇAL e MARTINS, 2008, p. 124).

[22] Obra escrita por Plínio Salgado no exílio, em Portugal. Sobre a obra, o exílio de Plínio Salgado e sua adesão ao espiritualismo católica, ver a tese de Leandro Pereira Gonçalves (2012).

[23] Com isso, reafirmo o entendimento de que as fontes deste trabalho não são os jornais, mas o álbum de recortes em si e cuja lógica de seleção conforma um objeto diferente dos que são possíveis quando as fontes são os periódicos em seus conjuntos originais.

há foco na disputa pelo eleitorado católico por candidatos a diferentes cargos, com destaque para a associação de candidatos e partidos com a Igreja e com o cristianismo.

Por outro lado, o álbum deixa claro que, da percepção contida na seleção dos recortes, a atuação dos comunistas não passou despercebida. Nota-se a associação do jornal *A Tribuna* ao comunismo e a estratégia de utilização de trechos deste periódico na campanha pró-Plínio Salgado em outros veículos de imprensa. Também nesse sentido, destaca-se a identificação dos candidatos apoiados pelo líder comunista Luiz Carlos Prestes.

De forma geral, a lógica da seleção dos recortes indica a percepção das associações discursivas entre trabalhismo e comunismo, anticomunismo e eleitorado católico, eleitorado católico e orientação da LEC, orientação da LEC e trabalhismo, sendo todas estas presentes nas estratégias de mobilização daquela campanha eleitoral.

Referências Bibliográficas

CÁNEPA, Mercedes Maria Loguercio. **Partidos e representação política: a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945-1965).** Porto Alegre: UFRGS, 2005.

COSTA, Adroaldo Mesquita da. Monsenhor João Maria Balém. In: BALÉM, João Maria. **Dom Feliciano José Rodrigues Prates (1º bispo do Rio Grande do Sul).** Porto Alegre: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 1981.

CPDOC. **Dicionário histórico-biográfico brasileiro**. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb.

CPDOC. **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República**. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica.

FONSECA, Fernando Affonso Gay da. **Retratos**. Canoas: ULBRA, 2003.

GONÇALVES, Leandro Pereira. **Entre Brasil e Portugal: trajetória e pensamento de Plínio Salgado e a influência do conservadorismo português**. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

MARÇAL, João Batista; MARTINS, Marisângela. **Dicionário ilustrado da esquerda gaúcha: anarquistas, comunistas, socialistas e trabalhistas**. Porto Alegre: Palmarinca, 2008.

MONTEIRO, Lorena Madruga. Os católicos gaúchos e a construção da ordem política: a Liga Eleitoral Católica. **Revista Brasileira de História das Religiões**, Ano I, n.º 2. 2008.

RODEGHERO, Carla Simone. **O Diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964).** Dissertação (mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1996.

“ITINERÁRIOS” DE MARIA THETIS NUNES NA FACULDADE DE FILOSOFIA DA BAHIA (1943-1946)

João Paulo Gama Oliveira[24]

Maria Thetis Nunes (1923-2009) constitui-se como uma intelectual brasileira que atuou em diferentes áreas do conhecimento ao longo do século XX, sobretudo no ensino e escrita da História de Sergipe. Nascida em Itabaiana/SE, deixou o interior para prosseguir os estudos na capital Aracaju. Ali, no Atheneu Sergipense cursou o ensino secundário entre 1935 e 1941. Logo depois ingressou na primeira turma da graduação em Geografia e História da Faculdade de Filosofia da Bahia (FFB) em 1943, terminando o seu bacharelado e a licenciatura em 1946.

Nesse sentido, o objetivo do presente trabalho consiste em investigar os seus “itinerários” durante a sua formação no ensino superior na cidade de Salvador/BA, tanto dentro das salas de aula da FFB, como também em outros espaços de “sociabilidade”, como movimentos estudantis e redações de jornais. A pesquisa possui como fontes: atas, jornais, discursos e depoimentos em diálogo com o referencial teórico de Jean-François Sirinelli, que sublinha a necessidade do estudo dos anos escolares e de formação universitária para assim compreender o despertar de um intelectual (SIRINELLI, 2003, p. 249−250).

Assim, ante a ausência de cursos superiores nas primeiras décadas do século XX em Sergipe, alguns jovens estudantes do Estado emigravam procurando-os em outros Estados, predominantemente a Bahia tanto pela proximidade geográfica, como também, por encontrar as faculdades de Direito, Medicina, Farmácia e Odontologia e as Escolas Politécnicas. A influência cultural da Bahia na formação sergipana se estendeu até os começos de 1950, quando foram fundadas as faculdades em Sergipe inicialmente Ciências Econômicas, Química, Direito e Filosofia e posteriormente, Serviço Social e Medicina (NUNES, 2008, p. 245).

Entre os sergipanos que migraram para a Bahia nesse período estava Maria Thetis Nunes. Com vinte anos, Thetis Nunes ingressou na FFB, sendo aluna da primeira turma do curso de Geografia e História da nascente instituição. Ao terminar o curso secundário em 1940, Thetis recebeu um convite do então diretor do Atheneu Sergipense, Felte Bezerra, para lecionar a disciplina de História do Brasil ao longo de 1941. Dessa forma, iniciou suas atividades na docência e, no final daquele mesmo ano, diante das notícias da criação de uma Faculdade para formar professores na cidade de Salvador, começou a preparar os documentos para a inscrição.

[24] Professor do Departamento de Educação da Universidade Federal de Sergipe (DEDI/UFS), Doutor em Educação atuando na área de História da Educação e Ensino de História. E-mail: profjoaopaulogama@gmail.com.

Silva (2010), em estudo sobre a FFB, salienta que ela foi fundada em 1941 e autorizada para funcionar em 1942, compondo o seu primeiro quadro docente: médicos, engenheiros e advogados, que ocuparam cargos políticos e participaram de diferentes instituições culturais, como a Academia Baiana de Letras e o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Conforme a autora, a FFB foi fruto da iniciativa do professor Isaias Alves, em conjunto com o trabalho de Herbert Parente Fortes, que fez chegar até as suas mãos o projeto para conceber a instituição, elaborado pelo religioso Augusto Robert. Em uma das conclusões da sua pesquisa, Silva afirma que: "A Faculdade de Filosofia baiana surge no meio de uma sociedade conservadora, ligada a práticas regionais, e era voltada para um grupo específico e autocentrado, realizada e produzida nas próprias instituições de saber" (SILVA, 2010, p. 194). Segundo Teixeira:

> É oportuno referir a Faculdade de Filosofia pela abrangência de suas obrigações didáticas. Os seus deveres se enquadram em *preparar trabalhadores intelectuais para o exercício de atividades científicas de ordem técnica ou puramente cultural; formar candidatos ao magistério secundário e normal e realizar pesquisas no domínio de seus diversos cursos* (TEIXEIRA, 2010, p. 77, grifos do autor).

No arquivo da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FFCH) da Universidade Federal da Bahia (UFBA) consta o histórico de Maria Thetis Nunes, com o currículo de disciplinas por ela estudado e suas notas; as cadernetas dos seus professores; o Livro de Matrícula e de Colação de Grau; e o Programa para os Exames Vestibulares da FFB, de 1942, o mesmo adotado pela Faculdade Nacional de Filosofia. Pelo referido Programa, as inscrições deveriam ocorrer entre os dias 15 e 25 de janeiro e, no ato, os alunos deveriam apresentar: certidão com idade mínima de 18 anos; carteira de identidade; atestado de vacinação antivariólica; prova de conclusão do ciclo complementar do secundário; atestado de sanidade física e mental; prova de idoneidade moral e prova de pagamento da taxa de inscrição.

Nos arquivos da FFCH, encontrei a documentação entregue por Thetis Nunes para realizar sua inscrição. Das fontes localizadas, chamou-me atenção o atestado de vacina contra a varíola, datado de 20 de janeiro de 1943, na cidade de Salvador, o que mostra que Thetis, antes mesmo de fazer o Concurso de Habilitação, no momento em que preparava a documentação para inscrição já estava na capital baiana, além do Atestado de Saúde assinado pelo Dr. Alencar Motta e um atestado do diretor do Atheneu Sergipense, José Augusto da Rocha Lima, afirmando que a aluna "sempre teve uma conduta exemplar".

Ainda com base nos Programas para os Exames Vestibulares, as provas eram divididas em orais e escritas. Na parte escrita, as disciplinas de Cosmografia, Geografia e História tinham

trinta questões; já a prova de Desenho era constituída por cinco questões gráficas, enquanto Sociologia contava com vinte questões acrescidas de um tema para dissertação; por fim, Português, em que eram "[...] propostas 20 frases em que haja erros ou parte por completar e um tema para dissertação" (PROGRAMAS PARA OS EXAMES VESTIBULARES , 1942, p. 5 – Arquivo da FFCH/UFBA) .

O bom desempenho no Vestibular concedeu à Thetis Nunes o primeiro lugar na sua turma de ensino superior[25] – fato constantemente reforçado em suas memórias, como na entrevista concedida em 2007. Seu pioneirismo é exaltado como uma jovem sergipana que esteve na primeira turma daquela Faculdade baiana, como também esteve entre os jovens que disputaram vaga para o curso de Geografia e História. Após a aprovação e a entrega da documentação, iniciaram-se as aulas no curso de Geografia e História na FFB.

Ao observar aspectos do cotidiano por meio da pasta de documentação de Thetis Nunes, na condição de graduanda, vê-se que, após a aprovação nas provas parciais das cadeiras, realizadas nos meses de julho e novembro, solicitava-se à direção nova inscrição para realizar provas orais finais, que aconteciam no mês de dezembro. As cadeiras eram ministradas anualmente e com avaliações escritas duas vezes ao ano; neste sentido, se o discente não alcançasse a média, faria a prova final.

Segundo Silva (2010), para o funcionamento da FFB, o interventor federal no Estado da Bahia, Landulpho Alves (1938-1942), irmão do diretor e idealizador daquela Faculdade, Isaías Alves, cedeu o prédio da Antiga Escola Normal, situada na Avenida Joana Angélica. Contudo, como o prédio estava emprestado ao Ministério do Exército, as aulas ocorreram em um prédio na Piedade até o ano de 1945, justamente os três anos da formação das primeiras turmas de bacharéis da instituição da qual Thetis Nunes fez parte.

Já conforme Sales (2010), no início das suas atividades, a FFB ocupou o prédio da Avenida Joana Angélica, onde antes funcionara a Escola Normal, compreendendo em sua estrutura quatro seções (Filosofia, Ciências, Letras e Pedagogia), que se desdobravam em uma dúzia de cursos, afirmando que:

> A Faculdade criou-se, então, em 1941, amparada em "talentos locais", nem sempre com formação adequada aos cursos ministrados. Não é assim de estranhar que, em sua composição inicial, contava com 40% de médicos, 27% de engenheiros, 18% de advogados

[25] Colegas de Maria Thetis Nunes no curso de Geografia e História da FFB que se graduaram em 1945: Ana Diamantina Nolasco de Carvalho, Clovis Reni Coêlho Martins, Estela Fróes, Edla Galvão Campo, Gildina de Melo Ferreira, Graziela Pinheiro de Queiroz, Lavínia Augusta Vilas Boas Machado, Maria José Bonfim Santana, Maria Helena Barreto Campos, Maria Malva de Oliveira Badaró, Natividade Morais Campos, Rui Tito Nicho Carteado, Stela Maria Pereira de Carvalho e Tereza Maria Calmon Vilas Boas.

> e 15% de "humanistas", responsáveis por habilitar licenciados e bacharéis em Filosofia, História, Psicologia, Física, Química, Matemática, História Natural, Geografia, Ciências Sociais, Pedagogia, Letras Clássica, Neolatinas, Anglo-Germânicas e Jornalismo (SALES, 2010, p. 344).

Médicos, engenheiros, advogados e "humanistas" foram os responsáveis pelo ensino nos cursos da nascente instituição de ensino superior e consequentemente lecionaram as cadeiras de formação básica para Maria Thetis Nunes. O curso estava dividido em três anos para o bacharelado e um ano das cadeiras da Didática para assim formar o licenciado em diferentes áreas do saber. As cadeiras ensinadas naquela instituição seguiam o currículo padrão da Faculdade Nacional de Filosofia, situada no Rio de Janeiro, e modelo para todas as Faculdades naquele período. É nítida a repetição dos nomes dos professores em diferentes cadeiras, inclusive, com um docente lecionando em mais de uma cátedra no mesmo ano, como foi o caso de Francisco da Conceição Menezes, em 1944.

No quadro da formação de professores, sobressaem-se os bacharéis em Ciências Jurídicas e Sociais, homens que já possuíam um destaque na sociedade baiana, tanto nos cargos públicos, como também nas atividades do magistério. Com base nas "fichas biográficas" construídas por Silva (2010), é possível tecer algumas considerações acerca dos professores da primeira turma de Geografia e História da FFB. Francisco da Conceição Menezes já trazia na bagagem o cargo de catedrático de História do Brasil no Ginásio da Bahia, como também Ricardo Vieira, que ocupava a cátedra de Filosofia na mesma instituição. Antonino Oliveira Dias era professor de Literatura e Língua Portuguesa e Diretor do Instituto Normal da Bahia, além de ter lecionado História da Civilização no Ginásio Nossa Senhora Mercês e no Carneiro Ribeiro.

O médico e professor Thales de Azevedo desenvolveu uma série de pesquisas a partir da cátedra de Antropologia ministrada por mais de 20 anos na FFB tendo um reconhecimento nacional no âmbito dos estudiosos nesse campo do conhecimento. As contribuições de Luís Viana Filho nos escritos acerca da História prolongaram-se por várias décadas, além das produções biográficas que marcaram sua trajetória intelectual.

Frederico Edelweiss era o único professor sem formação superior, em substituição ao docente das cadeiras de Etnografia e Etnografia do Brasil, Carlos Ott, ao longo dos dois primeiros anos em que foram ofertadas no curso de Geografia e História. Natural do Rio Grande do Sul, Edelweiss exercia o magistério em diversas instituições e ao chegar à cidade de Salvador também começou a trabalhar no universo da docência no Instituto de Música da Bahia, lecionando Folclore Musical.

Diante do perfil de formação dos professores de Thetis Nunes no curso superior, observa-se um engenheiro, um médico, um com graduação tanto na Filosofia, Teologia como no Direito, e um sem diploma universitário. Não foi possível identificar a formação de dois professores. Os demais, cinco no total, graduaram-se em Ciências Jurídicas e Sociais. Eram homens do meio intelectual baiano que, unidos em torno do projeto da FFB, contribuíram na formação da jovem sergipana que se aventurava em novas terras na busca pelo ensino superior.

Perceptível também como os professores do curso de Geografia e História da FFB lecionavam em outras instituições de ensino superior da Bahia na época. A título de exemplo, destaco o papel crucial de Thales de Azevedo na fundação e administração da Escola de Serviço da Bahia. Jaime Cunha da Gama e Abreu, professor da Politécnica e da Faculdade de Ciências Econômicas da Bahia. Antonino Oliveira Dias, docente da Faculdade de Ciências Econômicas e outras instituições de ensino superior.

O professor de Geografia Física, Jaime da Cunha, foi homenageado na formatura da turma de Geografia e História, em 1945. Isaías Alves, o criador da FFB, figurou como professor reverenciado em todos os cursos da Faculdade na primeira colação de grau da instituição.

Após a conclusão do curso do Bacharelado, em 1945, Thetis Nunes enviou uma procuração datada de 25 de fevereiro de 1946, por sua amiga e colega de graduação, Leda Nunes Ferraro, para solicitar a matrícula no curso de Didática e assim conseguir a formação docente, tendo em vista que, por essa época, iniciava seus trabalhos como catedrática do Atheneu Sergipense. Após pagar as taxas em um montante de 260 cruzeiros, a matrícula foi efetivada.

A Faculdade de Filosofia da Bahia possibilitou a Thetis Nunes a oportunidade de travar contatos com outros universitários daquele período como: Mário Alves[26], João Batista Lima e

[26] Conforme Fálcon (2007) Mário Alves de Souza Vieira nasceu em 14 de junho de 1923, em 1970, foi preso, torturado e assassinado em pleno ápice da Ditadura Militar brasileira. Nascido na pequena cidade de Santo-Sé, às margens do rio São Francisco, depois de muitas andanças passou a residir em Salvador. Foi aluno do Ginásio da Bahia e um dos expoentes da expulsão do professor integralista Herbert Parent Fortes, daquele estabelecimento de ensino, em 1942. Aluno da primeira turma do curso de Ciências Sociais na FFB, ao lado de João Batista de Lima e Alberto Vita, três estudantes comunistas. Mário fez curso de especialização na Escola de Leninismo do Partido Comunista da União Soviética e representou o Partido Comunista do Brasileiro em vários congressos internacionais. Junto a Jacob Gorender e Apolônio de Carvalho fundou o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário. Para saber mais acerca da vida e atuação política de Mario Alves no âmbito político, ver o trabalho de tese de Falcón (2007), intitulado "Um caminho brasileiro para o Socialismo: a trajetória política de Mário Alves (1923-1970)".

Silva[27] e Jacob Gorender[28], além de atuar nas lutas contra o Estado Novo, o que segundo a própria Thetis Nunes (2007), rendeu-lhe o rótulo de "subversiva". Tal fama está diretamente relacionada à sua participação como vice-presidente do Centro de Estudos da Faculdade de Filosofia da Bahia, a partir de 1943.

Sobre tal Centro, o jornal o *Imparcial da Bahia* publicou uma nota acerca da constituição e finalidades dele no mês de março de 1943. Pela nota, o Centro de Estudos seria responsável para efetivar pesquisas e promover debates de problemas culturais no meio universitário baiano, além de conferências, concursos de monografias, entre outros fins. Thetis Nunes fez parte da primeira diretoria do Centro como vice-presidente, eleita no início de 1943 para dois anos de mandato. Foram seus companheiros: João Batista de Lima e Silva, o presidente; José Acácio Ferreira, 1º secretário; Marita Conde Rizério, 2ª Secretaria; José Maria Virgens, bibliotecário-arquivista; Antônia Fernanda de Almeida, secretária de finanças e J. C. Pinto (JORNAL IMPARCIAL DA BAHIA, março de 1943).

O jornal de notícias *Diário da Bahia*, no mês de maio de 1943, em matéria semelhante à publicada no *Imparcial da Bahia* no mês de março tratou do Centro de Estudos e noticiou a posse da primeira diretoria, como também da forma como o Centro estava organizado, dividido em quatro seções fundamentais: Ciências Físico-Matemáticas, Ciências Sociais, Filosofia e Letras. Consta ainda que outras seções poderiam ser formadas desde que dez pessoas manifestassem o interesse para ocupar especificamente determinados aspectos do conhecimento científico-cultural.

A atuação de Thetis Nunes nos movimentos políticos ao longo do período universitário é uma parcela do seu itinerário formativo que deixou marcas naquela jovem acadêmica. Assim, a pesquisa converge com o entendimento de que "[...] o estudo das estruturas elementares da

---

[27] Sergipano, ao lado de Joel Silveira e outros, fundaram o Grêmio Literário Clodomir Silva no Atheneu Sergipense (RODRIGUES, 2015). Também aluno da primeira turma do curso de Ciências Sociais da FFB, ao lado de Mário Alves e mais nove colegas se consagrou como um dos intelectuais comunistas brasileiros nas décadas seguintes, sendo membro do Partido Comunista Brasileiro desde 1943. Como jornalista, militou na Bahia e no Rio de Janeiro, sendo um dos fundadores do Jornal da Bahia em 1958. A vida do sergipano João Batista de Lima e Silva merece um estudo pormenorizado.

[28] Segundo as informações disponibilizadas pela União Brasileira de Escritores Jacob Gorender (1923 - 2013) foi um dos mais importantes historiadores marxistas brasileiros. Jovem, lutou na II Guerra Mundial, na Itália, como integrante da Força Expedicionária Brasileira. Foi militante do Partido Comunista Brasileiro, do qual saiu nos anos 60, para participar da fundação do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário. Foi preso e torturado, quando da ditadura militar. Gorender fez o ginásio e o preparatório no Ginásio da Bahia, entre 1933 e 1940. Ingressou na Faculdade de Direito de Salvador, onde estudou entre 1941 e 1943. Em 1942, integrou a célula universitária, junto com Mário Alves e Ariston Andrade, do Partido Comunista Brasileiro na Bahia, conduzida por Giocondo Dias. Nos primeiros anos da década de 1940, Gorender foi repórter de *O Imparcial* e de *O Estado da Bahia*. Sobre Jacob Gorender e sua historiografia consultar a dissertação de Pesara (2011).

sociabilidade dos intelectuais, em particular dos jovens intelectuais, deveria permitir precisar como se impõem a eles os dados imediatos da consciência política" (SIRINELLI, 2003, p. 258).

Dentro dessa perspectiva, a vivência na cidade de Salvador, indubitavelmente, contribuiu sobremaneira para a "consciência política" da sergipana. Além das atividades citadas nesse âmbito, Thetis Nunes, Mário Alves Vieira e Leda Ferraro fizeram parte da comissão editorial da "Revista Cultura" na FFB. Sua equipe compunha-se de: presidente, vice-presidente, secretário geral, 1° secretário, 2° secretário, tesoureiro e bibliotecário. No seu primeiro número, datado de 1945, os cargos estavam assim ocupados: João Batista de Lima e Silva, Stela Maria Carvalho, Lavínia Machado, Raimundo Schaun, José Maria Costa Vargens, Joaquim Costa Pinto e Itália Magnavita, respectivamente além dos membros do conselho citados (PASSOS, 1999).

O nome de Leda Ferraro, ao lado de Thetis Nunes, aponta a proximidade daquela que resolvia as questões acadêmicas da sergipana quando não estava na capital baiana. A vida intensa de Maria Thetis Nunes durante a sua graduação pode ser flagrada em alguns momentos por meio da imprensa baiana. Conforme notícia do jornal *A Tarde da Bahia* em 30 de setembro de 1943, ocorreu uma reunião de estudantes no Anfiteatro da Faculdade de Medicina, cujos universitários ficaram a par das decisões de um congresso nacional de estudantes realizado na capital do país daquele período, a cidade do Rio de Janeiro e, entre os discentes, estava a jovem Maria Thetis Nunes.

Na Bahia, Thetis Nunes efetivamente estudou e viveu sua fase de acadêmica. Deixou seu nome registrado em algumas páginas da imprensa baiana, como também nas revistas ali editadas. Além das amizades, aprendizados adquiridos com os mestres, a dedicação como militante dos movimentos estudantis, Thetis foi atuante em vários âmbitos da vida universitária, sendo que, com o fim dos três primeiros anos das disciplinas básicas que compuseram o curso de Geografia e História, recebeu o título de Bacharel. Em seguida, com mais um ano de estudos, no chamado curso de Didática, concluiu a licenciatura e automaticamente os seus anos de estudos no ensino superior.

Dessa forma, o estudo evidenciou como Maria Thetis Nunes, construiu na Bahia uma vida no movimento estudantil e praticou constantemente a oratória e a escrita, elementos fundamentais na "sociabilidade" vivida pela jovem acadêmica. Somado a esses fatores, Thetis Nunes manteve sua vinculação com intelectuais de Sergipe, que, em conjunto com outros elementos, permitiu a sua aprovação como professora catedrática do Atheneu Sergipense, ainda

na condição de estudante do ensino superior na cidade de Salvador em 1945, mas esses já são outros "itinerários" da intelectual brasileira Maria Thetis Nunes.

Referências Bibliográficas

FALCÓN, Gustavo. **Um caminho brasileiro para o Socialismo:** a trajetória política de Mário Alves (1923-1970). Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia/UFBA. Salvador/BA, 2012; 207 p.

JORNAL ESTADO DA BAHIA. Salvador/BA. 11 de dezembro de 1943.

JORNAL O IMPARCIAL DA BAHIA. Salvador/BA. Março de 1943.

NUNES, Maria Thetis. Professora da FCFS. Entrevista concedida ao autor em 15 de agosto de 2007. Aracaju/SE.

NUNES, Maria Thetis. **História da Educação em Sergipe.** 2. ed. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2008.

PANSERA, Tiago. **Historiografia crítica:** breve estudo do pensamento marxista sobre o Brasil de 1500 a 1822. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História do Instituto do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo/RS, 2011; 126 p.

PASSOS, Elizete Silva. **Palcos e Plateias:** as representações de gênero na Faculdade de Filosofia. Salvador: UFBA, Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 1999.

RODRIGUES, Simone Paixão. **Com a palavra, os alunos:** associativismo discente no Grêmio Literário Clodomir Silva (1934-1956). 2015. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão – SE, 2015; 337 p.

SALLES, João Carlos. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas: breve nota sobre o sentido de sua história. IN: TOUTAIN, Lídia Maria Brandão. SILVA, Rubens Ribeiro Gonçalves (Organizadores). **UFBA:** do século XIX ao século XXI/ Universidade Federal da Bahia. Instituto de Ciência da Informação. Salvador: EDUFBA, 2010. p. 343-347.

SILVA, Vanessa Magalhães da. **No embalo das redes:** intelectualidade, política e sociabilidade na Bahia (1941-1950). Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Salvador – BA: 2010. 256 p.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. 2. ed. Tradução Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 231-269.

TEIXEIRA, Rodolfo dos Santos. O Caminho. . IN: TOUTIAN, Lídia Maria Brandão. SILVA, Rubens Ribeiro Gonçalves (Organizadores). **UFBA:** do século XIX ao século XXI/ Universidade Federal da Bahia. Instituto de Ciência da Informação. Salvador: EDUFBA, 2010. p. 60-92.

UFBA. **Atas da Congregação da Faculdade de Filosofia da Bahia** – 1941-1949. Arquivo da FFCH/UFBA.

UFBA. **Cadernetas do curso de Didática da Faculdade de Filosofia da Bahia** – 1946. Arquivo da FFCH/UFBA.

UFBA. **Cadernetas do curso de Geografia e História da Faculdade de Filosofia da Bahia (FFB)** – 1943, 1944 e 1945. Arquivo da FFCH/UFBA.

UFBA. **Livro de Matrícula de Alunos** – 1943-1960. Arquivo da FFCH/UFBA.

UFBA. **Pasta da aluna Maria Thetis Nunes** – 1943-1946. Arquivo da FFCH/UFBA.

UFBA**. Programas para os exames vestibulares.** 1942. Arquivo da FFCH/UFBA.

A ATUAÇÃO DE ELPÍDIO BARBOSA NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA (1951-1955)

Joeci de Oliveira Junior[29]

O presente artigo pretende analisar e problematizar brevemente a figura do educador e intelectual Elpídio Barbosa (1909-1966), um personagem do cenário político e educacional catarinense desde a década de 1940 do século XX. Esta investigação terá como foco o contexto que levou a sua eleição a deputado estadual de Santa Catarina em 1950, cargo que ocupou durante os anos de 1951 a 1955, pelo então PSD (Partido Social Democrático), após ocupar diversos outros cargos administrativos no setor educacional catarinense.

Para o estudo deste tema, se faz necessário um conhecimento acerca da trajetória de Elpídio Barbosa como um todo, visto que ele ocupou diversos cargos no setor educacional catarinense antes de se eleger como Deputado Estadual de Santa Catarina. Elpídio Barbosa nasceu no dia 2 de setembro de 1909, na cidade de Florianópolis. Seus pais eram João de Oliveira Barbosa e Jenny Kumm Barbosa. Sua educação se deu em dois dos colégios mais tradicionais de Florianópolis, Colégio Coração de Jesus e Colégio Catarinense, duas instituições religiosas e particulares de ensino, o que indica que Elpídio Barbosa pertencia a um grupo social de maior poder aquisitivo e também com boa posição social, visto os grupos sociais que normalmente frequentavam estas instituições de ensino.

Elpídio Barbosa é descendente direto de uma importante figura catarinense, Joaquim Gomes de Oliveira Paiva – conhecido por Arcipreste Paiva - que foi religioso, educador, político, jornalista e poeta brasileiro, vivendo entre os anos de 1821 e 1869, foi membro da Academia Catarinense de Letras e assim como Elpídio Barbosa, foi deputado na Assembleia Provincial de Santa Catarina, e introdutor da escola secundária na província.. Com base nesses fatos pode-se inserir Elpídio Barbosa como pertencente a um grupo da elite catarinense, tanto no âmbito social, como intelectual e por isso se faz necessário fundamentar teoricamente esta abordagem a partir do diálogo com Levi (2006, p. 173), no qual é levantada a questão de se entender como os indivíduos se encaixam dentro do grupo do qual são pertencentes, de suas normas e ao mesmo tempo até que ponto esse pertencimento a um determinado grupo influí em determinado grau nas suas ações

[29] Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, mestrando em História na linha de Culturas Políticas e Sociabilidades. Trabalha fruto de pesquisa financiada pelo CNPq, sob orientação da Profª Drª Maria Teresa Santos Cunha.

> Como pano de fundo, temos uma nova abordagem das estruturas sociais: em particular, a reconsideração das análises nos induz a apresentar de modo menos esquemático os mecanismos pelos quais se constituem redes de relações, estratos e grupos sociais. A medida de sua solidariedade e a análise da maneira pela qual se fazem e desfazem as configurações sociais levantam uma questão essencial: como os indivíduos se definem (conscientemente ou não) em relação ao grupo ou se reconhecem numa classe? (Levi, 2006, p.173)

Desta maneira, se faz importante um conhecimento dos grupos em que Elpídio Barbosa se inseria dentro do seu contexto, não para lhe encaixar em conceitos prontos, mas sim para tentar entender melhor seus posicionamentos, suas práticas e principalmente sua atuação política como deputado estadual, já que ele se elege pelo PSD, partido muito forte e tradicional na época, ligado diretamente a grupos específicos. Assim, conhecer e problematizar esses espaços e grupos em que ele se fazia presente, bem como as suas origens familiares é fundamental no conhecimento da própria figura de Elpídio Barbosa.

A atuação de Elpídio Barbosa na área da educação começa muito cedo, aos 21 anos, quando em 1930 assume o cargo de diretor de um grupo escolar na cidade de Mafra e posteriormente em Joinville, ambas no norte do Estado, cargos esses, de importante relevância na hierarquia educacional e que possibilitaram abertura de perspectivas novas para a construção de sua carreira na área. Já em 1931 é indicado para o cargo ainda mais importante de Inspetor Escolar, no qual permanece até 1934, atuando já na região de Florianópolis. Em 1938 se forma em Direito pela faculdade de Direito de Santa Catarina, algo que será de grande valia durante toda sua atuação no corpo administrativo educacional de Santa Catarina e principalmente na sua atuação como deputado estadual, como poderá ser visto em análises de discursos e discussões. Entre os anos de 1936 e 1937, participou do corpo editorial da Revista Educação, escrevendo artigos para tal periódico, que teve como principal objetivo durante os seus anos de funcionamento, divulgar os ideais da Escola Nova, logo participando ativamente da sua produção[30], Elpídio Barbosa se insere em um ciclo de intelectuais que pensam as novas concepções de ensino propostas pela Escola Nova, aproximação esta que contribui para sua ascensão no setor educacional catarinense.[31] Devido a sua emergente carreira no setor educacional catarinense, Elpídio Barbosa consegue prestígio e reconhecimento, que o fazem logo ocupar cargos dentro do Departamento de Educação, como Subdiretor Técnico em 1935 e

[30] Ver FAVARIN, Thaís Cardozo. Aos professores, essas páginas: Práticas e representações na Revista Educação (Santa Catarina - 1936-1937). 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade do Estado de Santa Catarina/UDESC.

[31] Ver: GENTIL, Flávio Welker Merola. Conteúdo do 2º tomo: Entre memórias e experiências de Elpídio Barbosa na Inspeção Escolar (Santa Catarina 1930-1940). Trabalho de Conclusão de Curso. Departamento de História. Florianópolis, SC. UDESC. 2013. p. 23-26.

Diretor do Departamento de Educação em 1940.[32] Foi também membro do Conselho Diretor para a fundação da Universidade de Santa Catarina em 1957, diretor da Faculdade de Ciências Econômicas de Santa Catarina entre 1955 e 1958, presidente do Conselho Estadual de Educação em 1962 e secretário da educação e cultura de Santa Catarina nos anos de 1963 e 1964, durante o governo de Celso Ramos. Faleceu no dia dezesseis de outubro de 1966, quando fazia parte do Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina. Elpídio Barbosa se encaixa na ideia de intelectual do século XX, que além de deter um maior nível de erudição, atua no âmbito social, usa seus novos conhecimentos para fins que ele acredita serem benéficos a sociedade.

> A própria ideia de intelectual, como sujeito do conhecimento, emerge neste momento a partir da percepção de que os homens que dedicam às atividades do pensamento e da cultura não podiam mais realizar um trabalho isolado, solitário, sem função social, para atender apenas aos seus próprios interesses ou às necessidades de seu grupo social. Agora, de todas as tendências políticas, vinha um chamamento para a intervenção do intelectual na realidade de sua nação, para a transformação, educação, civilização, conscientização de seu povo ou de sua classe, vinha sua convocação pelo estado ou pelas empresas para participar de atividades de investigação e de elaboração de projetos e prospecção na área social. (ALBUQUERQUE, 2004, p. 63)

Para tal estudo, se faz necessária uma contextualização do momento político e educacional vivido por nosso protagonista, haja vista tratar-se de um educador no momento em que estará atuando diretamente em um cargo político. Visualizar esta conjuntura cria condições para um entendimento mais claro dos desdobramentos da sua atuação como deputado estadual e dos argumentos de seus opositores e apoiadores. Analisar este contexto histórico funciona como um conhecimento do terreno onde se passaram os acontecimentos analisados, como nada acontece em um espaço vazio, conhecer esse terreno é fundamental para entender melhor as ações de um determinado sujeito, como nos diz Bourdieu (2006, p. 189-190),

> Tentar compreender uma vida como uma série única e por si suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outro vínculo que não a associação a um "sujeito" cuja constância certamente não é senão aquela de um nome próprio, é quase tão absurdo quanto tentar explicar a razão de um trajeto de metrô sem levar em conta a estrutura da rede, isto é, a matriz das relações objetivas entre as diferentes estações. Os acontecimentos biográficos se definem como *colocações* e *deslocamentos* no espaço social, isto é, mais precisamente nos diferentes estados sucessivos da estrutura da distribuição das diferentes espécies de capital que estão em jogo no campo considerado. (Bourdieu, 2006, p.189-190)

O período em questão, do mandato de Elpídio Barbosa como deputado estadual em Santa Catarina, vai de 1950 a 1955, considerando também o ano em que foi eleito (1950),

[32]Elpídio Barbosa mantinha relações com Nereu Ramos, interventor em Santa Catarina de 1937-45 e filiou-se, posteriormente ao PSD (Partido Social Democrático) sob liderança da família Ramos. Ao que tudo indica, esta relação pode ter sido fundamental para alavancar ainda mais sua carreira. Entretanto, tais inferências são ainda, problematizações que necessitam de maiores estudos que neste trabalho não foram realizados.

período em que o Brasil está saindo da ditadura do Estado Novo, com Getúlio Vargas, que durou de 1937 a 1945, e sua atuação vai até 1966, período em que já vivíamos os efeitos do golpe civil-militar, no ano de 1964. Sua atuação é longeva porque sua presença é constante na esfera estadual, pois Elpídio Barbosa surge com força no cenário educacional de Santa Catarina ainda na década de 30.

O período do Estado Novo, com a ditadura de Getúlio Vargas, fortalece ainda mais as oligarquias regionais, algo que em Santa Catarina sempre foi muito forte, tendo como seu interventor no estado Nereu Ramos, membro da conhecida e poderosa oligarquia dos Ramos, que rivalizava com a oligarquia dos Konder Bornhausen. Durante o período do Estado Novo e até 1950 os Ramos são quem se mantêm no poder em Santa Catarina.

Após o fim do Estado Novo em 1945 e a consequente redemocratização do país, formam-se, entre outros, dois partidos de destaque que vão disputar o poder tanto no Brasil como em Santa Catarina, a UDN formada pelos opositores que Getúlio Vargas foi construindo durante seu longo tempo no poder, e que em Santa Catarina é representada pela oligarquia Konder Bornhausen, e o PSD formado pelos apoiadores de Vargas, representado em Santa Catarina pela oligarquia Ramos, partido pelo qual Elpídio Barbosa virá a se eleger como deputado estadual em 1950. Tal opção política já sinaliza seus apoios políticos quando esteve a exercer seu mandato na Assembleia legislativa.

Tanto o PSD, quando a UDN possuíam um forte caráter conservador e elitista, entretanto um se encontrava há muito tempo no poder e o outro buscava o poder. O PSD consegue se manter supremo no poder em Santa Catarina até as eleições de 1950, quando a UDN elege Irineu Bornhausen para o governo do Estado, justamente quando Elpídio Barbosa se elege para deputado estadual, fazendo com que ele legisle tendo a maioria na Assembleia Legislativa a seu favor, visto que o PSD elegeu a maioria dos deputados, mas tendo o executivo estadual em oposição, o que será ponto chave em algumas questões da atuação de Elpídio Barbosa como deputado estadual.[33] Entender estas minúcias da política daquele momento é de grande valia na compreensão da cultura política catarinense, tanto neste período, como inclusive com traços marcantes até os dias atuais. Tais minúcias ficam evidenciadas durante boa parte dos discursos e documentos analisados, tanto nas discordâncias quanto nas concordâncias, é possível perceber que sempre há uma intencionalidade nas sombras, isso forma o conceito de

[33] Ver: LENZI, Carlos Alberto Silveira. **Partidos e políticos de Santa Catarina**. Florianópolis, 1983, Editora da UFSC.

jogo político, por vezes levantado e que busca mostrar justamente como a política funciona através de jogos de estratégia, em que um movimento por si só não se explica, mas toda a intencionalidade que há por trás dele. Esses *actos políticos* que fazem este jogo funcionar, são o objeto de estudos dos teóricos da Cultura Política.

> No centro da nova atenção dada doravante pelos historiadores ao fenômeno cultural, a cultura política ocupa pois um lugar particular. Ela é apenas um dos elementos da cultura de uma dada sociedade, o que diz respeito aos fenômenos políticos. Mas, ao mesmo tempo, revela um dos interesses mais importantes da história cultural, o de compreender as motivações dos actos dos homens num momento da sua história, por referência ao sistema de valores, de normas, de crenças que partilham, em função da sua leitura do passado, das suas aspirações para o futuro, das suas representações da sociedade, do lugar que nele têm e da imagem que têm da felicidade. Todos os elementos respeitantes ao ser profundo, que variam em função da sociedade em que são elaborados e que permitem perceber melhor as razões de actos políticos que surgem, pelo contrário, como epifenómenos. (BERSTEIN, 1998, p. 363)

As eleições de 1950, na qual Elpídio Barbosa se elege Deputado Estadual, são marcadas por uma intensa disputa entre a UDN e o PSD. Ambos têm um caráter fortemente conservador e elitista, portanto possuindo a grande parte dos votos nas regiões interioranas, entretanto o PSD consegue ainda se sobressair neste quesito e também nos votos da capital, Florianópolis. O divisor de águas para a eleição de Irineu Bornhausen como governador pela UDN é o apoio chave do PTB, que surge como a terceira força partidária no Estado, portanto tendo um valioso peso na política em Santa Catarina neste momento.

Tratando mais especificamente da eleição de Elpídio Barbosa, na qual ele se elege com expressivos 4.297 votos, sendo o segundo deputado mais votado do PSD[34], podemos perceber que sua campanha e sua vitória, se dão apoiadas em um ponto chave, a educação, mais especificamente, a sua atuação no setor educacional catarinense já há alguns anos. Elpídio Barbosa ocupou o cargo de inspetor escolar e diretor do Departamento de Educação de Santa Catarina em um período que compreendeu a Segunda Guerra Mundial e justamente por esse evento houve uma forte preocupação e investimento na nacionalização do ensino[35]. O Brasil se posicionou a favor dos Aliados neste conflito e por consequência, contrário a Alemanha e Itália, dois dos países com maiores colônias em Santa Catarina, um forte empreendimento nacionalizante foi feito aqui, visando combater a possibilidade de um inimigo interno e o ensino era um dos pontos fortes deste empreendimento.

---

[34] SANTA CATARINA, Resenha Eleitoral das Eleições de 1950. Tribunal Regional Eleitoral, ano III, nº 25-26.
[35] Ver; MONTEIRO, Jaecyr. A nacionalização do ensino em Santa Catarina. Florianópolis, Editora da UFSC, 1983.

> É importante destacar a força da UDN em boa parte dos municípios de colonização alemã. Se já no início da década de 30 algumas das principais lideranças que vieram a formar a UDN já se destacavam na região do Vale do Itajaí e no Nordeste de SC (a maior expressão desse fato é a oligarquia Konder-Bornhausen), com a campanha de nacionalização implementada sob o comando de Nereu Ramos, cria-se nestas regiões uma resistência aos grupos a este ligados, o que irá se refletir no período posterior. (CARREIRÃO, 1990, p. 68)

Apoiado pela oligarquia Ramos que se encontrava no poder e por consequência, podemos dizer, também por Getúlio Vargas, Elpídio Barbosa é um dos principais pilares de um forte investimento que se têm no ensino, principalmente com Nereu Ramos, interventor federal e que depois do Estado Novo também é eleito governador, investimento este que visa à criação de um sentimento de valorização do nacional, no encaminhamento dos procedimentos para a nacionalização do ensino, juntamente com a defesa dos pressupostos da Escola Nova, que valorizava o aluno como agente ativo do ensino, em bases ditas modernas/renovadas. Elpídio Barbosa junto com outros intelectuais encabeça este movimento educacional no Estado, que além de mudanças na concepção de ensino, também possuí seus fortes intuitos políticos, no que se refere à valorização do nacional, da língua brasileira, em detrimento das raízes estrangeiras que os colonos habitantes em Santa Catarina carregavam e que se mostravam ameaçadoras em período de guerra.

A atuação educacional que levou a eleição de Elpídio Barbosa em 1950 teve como ponto forte a defesa da Escola Nova, mais especificamente, Elpídio Barbosa é um dos precursores dos ideais da Escola Nova em Santa Catarina. Por volta da década de 30 se começa a buscar reformulações no sistema de ensino brasileiro, com a ascensão das ciências humanas, passa-se a ter uma nova visão sobre o ser humano, logo este não pode mais ser ensinado da maneira tradicional, essa nova maneira de se ver o ensino foi chamada de Escola Nova. Fiori (1991, p. 125) faz uma boa análise da Escola Nova em contraposição ao ensino tradicional.

> A escola tradicional e intelectualista costumava ser caracterizada pelo fato de o professor desempenhar o papel de agente ativo do ensino e o aluno, o passivo; a disciplina ser exagerada e endossar métodos de memorização que desenvolviam nos alunos comportamentos automatizados. Já para a escola nova, a disciplina devia ser natural e espontânea, a escola respeitar a individualidade do aluno e este ser o agente ativo do ensino. (FIORI, 1991, p.125)

Visando acompanhar as mudanças de âmbito nacional, o estado de Santa Catarina passa a buscar intelectuais que possam orquestrar este processo de mudança no ensino, três deles de grande relevância pelas suas até então destacadas atuações em funções escolares, eram eles: Elpídio Barbosa, Luiz Trindade e João dos Santos Areão, que formavam o que virá a ser chamado de “Santíssima Trindade”. (FIORI, 1991)

Elpídio Barbosa se elege pelo PSD, partido da oligarquia dos “Ramos” e sem muito esforço é possível perceber claramente a forte ligação de Barbosa com este grupo, já que sua ascensão no setor educacional catarinense se dá justamente em um período onde tal grupo domina a política catarinense, sendo possível perceber o amplo apoio que ele presta a este grupo e principalmente a figura específica de Nereu Ramos, que foi interventor em Santa Catarina (1937-1945) durante a ditadura do Estado Novo e posteriormente governador, deixando o cargo justamente quando Elpídio Barbosa se elege como deputado estadual. Por isso se faz tão importante um estudo acerca do grupo político em que Barbosa estava inserido e os interesses do mesmo, entender como ele se portava dentro dos “jogos políticos”, como um tipo de aliado daquele grupo político. Uma maneira de ver com mais clareza este grupo em que Elpídio Barbosa estava inserido, é analisar especificamente o PSD, seu partido. Entender como se portavam os seus integrantes e as suas principais bases, pode ser de grande valia neste estudo, fazendo-se assim necessário também um entendimento teórico acerca da noção de partido político e sua valiosa importância no estudo histórico de temas diretamente relacionados ao político.

> Fenômeno histórico por definição, como acabamos de ver, o partido político está em condições de fornecer ao historiador uma considerável quantidade de informações sobre os grupos que se esforçam por reunir os homens tendo em vista uma ação comum sobre o poder ou a organização da sociedade. Informações de ordens diversas, que esclarecem singularmente, por menos que se formulem as perguntas certas, o comportamento do homem na política, e, além disso, o jogo complexo das forças que condicionam e motivam seus atos. (BERSTEIN, 2003, p. 71-72)

Considerações Finais

O protagonismo da figura do Prof. Elpídio Barbosa e sua proximidade com a classe dos professores e demais cargos do ensino, faz com que seja inegável considerar que a base de seu eleitorado, provavelmente, foi constituída por essas classes e motivada pelas suas atuações anteriores na área da educação.

Elpídio Barbosa é oriundo de uma camada da sociedade considerada privilegiada, não só pelos recursos econômicos de que dispunha, mas também nas suas relações e posições de importância político-cultural que ocupava. Elpídio buscava incessantemente adquirir maior relevância na sociedade catarinense, tendo como meio para isto os cargos que ocupava e por consequência, as funções que lhe eram inerentes. A ascensão que ele teve dentro do sistema educacional catarinense mostra isso, já que em um curto período de tempo ele galgou vários cargos neste meio, deixando de ser um professor para chegar a posições como a de Diretor do

Departamento de Educação e Secretário de Educação de Santa Catarina e nessa condição (sendo ainda muito novo) ser considerado como uma das bases na implantação de princípios ligados ao movimento da Escola Nova em Santa Catarina, junto com outros intelectuais da educação de grande prestigio.

O estado de Santa Catarina é marcado pela presença de oligarquias familiares no contexto político historicamente. Naquele momento as duas com maior poder eram os Ramos, que lideravam o PSD e os Konder-Bornhausen, que lideravam a UDN. Dentro desta conjuntura, Elpídio Barbosa manteve uma relação próxima e de apoio com os Ramos e por consequência com o PSD. Sua atuação política em Santa Catarina, não se restringe ao seu mandato como Deputado Estadual, ligado ao PSD. De igual maneira, os cargos que ele ocupou dentro do setor administrativo da educação catarinense, tinham um grande peso e não seriam dados a qualquer um, as redes de sociabilidade mantidas e fortalecidas pela sua atuação bem como as relações dentro dos jogos políticos ajudaram nestas conquistas. Os próprios ideais da Escola Nova e da nacionalização do ensino, que marcam a geração de intelectuais da educação em que ele está inserido, são ideais do governo nacional, que vinham desde meados da década de 30, com Getúlio Vargas no poder, que possuía fortes relações políticas com Nereu Ramos, um dos principais líderes do PSD em Santa Catarina uma liderança política muito próxima de Elpídio Barbosa.

Dessa maneira percebe-se que o político e o educacional não andam distantes, Elpídio Barbosa não deixa de ser um educador para ser político, pelo contrário, já era um político quando ainda ocupava os cargos no setor educacional. Ele é “Um Educador – Deputado...”, ou seja, um sujeito que desenvolve uma trajetória de atuações políticas e educacionais, as quais se entrelaçam diretamente em todos os momentos. As questões educacionais são instrumentos do político e por vezes ou caminhos que seguem são em grande parte determinados por ele. Desta forma o mesmo tende a acontecer com seus principais atores, estarem presentes nos dois campos. O político é um campo de difícil delimitação, tendendo a sempre ter uma grande abrangência dentro de uma sociedade, como dito por RÉMOND, 2003:

> Com exceção de um núcleo restrito que lhe é inseparável, o político é como esses Estados dos quais a geografia não delineou previamente os contornos e a história não parou de modificar os limites: o político não tem fronteiras naturais. Ora ele se dilata até incluir toda e qualquer realidade e absorver a esfera do privado: este é um traço das sociedades totalitárias. Ora ele se retrai ao extremo. Essas variações obedecem a necessidades externas; refletem também as flutuações do espírito público. O espaço que o político recorta na realidade global é a resultante dessa conjunção. (RÉMOND, 2003, p. 442-443)

Analisar o seu mandato como Deputado Estadual, não é, portanto, sinônimo de analisar sua primeira atuação política, mas sim o seu primeiro momento de confronto direto com outros atores políticos e com a máquina do governo, no caso o legislativo. Sendo eleito através de expressiva votação direta, Elpídio Barbosa passou a ter naquele momento novas incumbências, para além daquelas em que se encontrava mais resguardado dentro do Departamento de Educação, onde estava entre os seus e era bem visto. Como Deputado Estadual estava entrando em fortes disputas entre o PSD e a UDN dentro da Assembleia Legislativa, nas quais os interesses políticos motivavam fortes embates. A sua não reeleição em 1954, acompanhada de uma grande queda no número de votos entre a primeira e a segunda eleição em que concorreu, tendo recebido 1.020 votos em 1954, consideravelmente menos do que os 4.297 que recebeu nas eleições de 1950, deixam a impressão de que dentro das brigas políticas, Elpídio Barbosa teve sua imagem prejudicada. Nas análises principalmente das discussões que tratavam do projeto acerca da inamobilidade dos professores do ensino primário, foi possível perceber as fortes tensões enfrentadas por ele, tendo sua elogiada gestão no Departamento de Educação de Santa Catarina, sido posta em xeque. Somado a isto pode-se pensar que sua atuação tão voltada para as questões educacionais tenha sedimentado muito seu eleitorado, restringindo-o classe educadora.

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. Da história detalhe a história problema: o erudito e o intelectual na elaboração e no ensino do saber histórico. In: **Locus, Revista de História.** 2004, v. 10, n. 2, p. 53-72.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: Org. RIOUX, Jean-Pierri; SIRINELLI, Jean-François. **Para uma história cultural.** 1998, Editorial Estampa, p. 349- 363.

_____ Os partidos. In: RÉMOND, René. (org.) **Por uma história política.** Rio de Janeiro, Editora FGV, 2003, p. 57-98.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: Org. FERREIRA, Marieta de Moraes; Amado, Janaína. **Usos e abusos da história oral.** 8ª ed, 2006, Fundação Getúlio Vargas, p. 183-191.

CARREIRÃO, Yan de Souza. **Eleições e sistema partidário em Santa Catarina (1945-1979)**. 1990, Editora da UFSC.

FIORI, Neide Almeida. **Aspectos da evolução do ensino público**: Ensino público e política de assimilação cultural no estado de Santa Catarina nos períodos imperial e republicano. 2ª ed, 1991, Editora da UFSC.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: Org. FERREIRA, Marieta de Moraes; Amado, Janaína. **Usos e abusos da história oral.** 8ª ed, 2006, Fundação Getúlio Vargas, p. 167-182.

RÉMOND, René. Do político. In: RÉMOND, René. **Por uma história política.** Rio de Janeiro, Editora FGV, 2003, p. 441-450.

ELITE E CARIDADE: ASILO DE MENDIGOS DE PELOTAS (1880-1920)

Josué Eicholz[36]

Para entender a caridade, como uma prática recorrente da elite pelotense, mais especificamente no período de 1880 a 1920, é fundamental começar discutindo em que contexto e sob quais circunstancias a caridade é efetuada. Primeiro, o recorte temporal desse trabalho contempla a transição do Império para a República, do trabalho escravo para o assalariado. Em Pelotas, o tipo de caridade que é alvo dessa pesquisa se praticava inicialmente pela elite do charque, com o término oficial da escravidão a atividade econômica da elite local vai migrar de forma mais acelerada para outros ramos econômicos, tais como a indústria têxtil e de gêneros alimentícios. Porém, esta nova ou digamos ressignificada elite, que possui membros das famílias que anteriormente geravam riquezas a partir do charque, vai se somar a imigrantes portugueses, alemães, franceses, entre outros, que irão exercer atividades comerciais, agrícolas e liberais. Ora, e como estão se mantendo as instituições assistenciais durante a Primeira República? Com donativos generosos, serviços inestimáveis de sujeitos da elite local, de famílias tradicionais ou de novos ricos. Portanto, a prática regular da caridade não vai diminuir no início do século XX, muda-se o século, a economia, a forma de governo, mas a elite caritativa permanece sólida.

Propõe-se aqui a discussão dos espaços assistenciais como intermediadores da caridade, sendo o Asilo de Mendigos um desses espaços. Este trabalho buscará ainda demonstrar que muitas doações e práticas caritativas realizadas por indivíduos abastados visavam o reconhecimento, seja social, ou em muitos casos apenas simbólico.

Relatos sobre sujeitos detentores de poder praticando caridade para com os mais necessitados, já remontam aos séculos XVI e XVII. Como descreve Araújo (2000) ao falar sobre os duques de Bragança e a relação com a caridade:

> As generosas dádivas feitas aos pobres pelos duques de Bragança eram conhecidas de todos, bem como a forma como beneficiavam os estrangeiros de passagem e ajudavam os conventos da terra e arredores, facto de levou Morais Sardinha a afirmar que D. Teodósio II não era um príncipe liberal, mas um pai. (ARAÚJO, 2000, p. 216-217).

Tratando das motivações que podem levar o indivíduo a praticar a caridade, Larissa Chaves comenta que:

[36] Mestrando em História pelo Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas – UFPel. E-mail: eicholz86@gmail.com

> [...] duas relações ligam a dádiva com a caridade numa sociedade: a relação vertical e a relação horizontal do donativo. A primeira mostra que fazer o bem a outrem é garantia de reconhecimento dos céus, e nesse sentido, conseguir sanar as dificuldades do próximo, sejam elas de ordem financeira como de ordem espiritual, significa fazer o bem e ter o retorno de Deus. Nessa relação, o bem retorna porque Deus é onipresente, e percebe o esforço de quem realiza a caridade, fazendo das ações do bem, como prega também a igreja católica, a moeda de troca. A segunda relação é mais visível. Isto porque é a partir da dádiva em nível horizontal que se percebem as relações de solidariedade enquanto contratos sociais, onde o emprestar ou assistir significa exibir o poder para o outro enquanto se espera o retorno, que poderá ser acompanhado de uma gratidão simbólica ao longo da vida, de uma dependência moral [...]. (Chaves, 2008, p. 231).

Sobre as formas de retribuição esperadas pela elite local ao efetuar a caridade, Tomaschewski disserta:

> No modelo da reciprocidade [...], aquele que doa espera algo em troca: há a necessidade de dar, de receber e também de retribuir. No caso da doação aos pobres é necessário haver uma intermediação entre os ricos e os pobres, pois estes últimos não estão em condições de retribuir nem em bens materiais, nem em bens espirituais. Em troca das dádivas a instituição realiza uma série de ritos para dar visibilidade àqueles que dão. Entre os atos de agradecimento mais comuns estavam os ofícios enviados pela instituição, a menção dos nomes em relatórios, as listas de doadores nos jornais. Porém aos chamados Grandes Benfeitores eram concedidas honrarias mais elaboradas como a concessão do título, e posterior inauguração de retrato no salão de honra. Comumente estes também tinham seus nomes dados às enfermarias do hospital. Outra forma de destaque para os benfeitores da Misericórdia seria o fato de ter o seu nome ligado a uma grande obra, como a construção de hospital ou igreja, neste caso o indivíduo teria um lugar privilegiado em uma cerimônia pública. (TOMASCHEWSKI, 2007, p.139.)

Considerando que este trabalho possui foco nas boas ações praticadas por um grupo específico, a elite local da cidade de Pelotas, é necessária algumas definições do termo elite. Segundo Lorena Monteiro "O termo elite se refere, de forma geral, e um tanto imprecisa, àqueles indivíduos pertencentes aos grupos melhores situados na estrutura social como um todo" (MONTEIRO, 2009, p.25).

Conforme Heinz: "As elites são definidas pela detenção de certo poder ou então como produto de uma seleção social ou intelectual" (HEINZ, 2006, p.8 apud COSTA; GOUVÊA, 2007, p.252).

Tendo sido feitas algumas considerações a respeito da caridade e da elite local, apresento ao leitor o Asilo de Mendigos de Pelotas, cuja fundação remonta ao final do século XIX.

Histórico do Asilo de Mendigos de Pelotas:

Ao escrever sobre o Asilo de Mendigos de Pelotas é preciso considerar que mesmo antes do término da escravidão no país e antes da mudança na forma de governo, de Monarquia para República, os indivíduos mais afortunados da sociedade pelotense julgavam necessária à

instalação de um estabelecimento que recebesse os desvalidos, os mendigos que se encontravam pelas ruas da cidade. Lembramos que na década de 1880 a economia de Pelotas, que já fora pulsante por conta da produção de charque, enfrentava uma profunda crise, colocando mais indivíduos à margem da sociedade. Essas pessoas, definidas como mendigos, não combinavam com os adjetivos de cidade desenvolvida e certamente a elite pelotense via a necessidade de coloca-los em um ambiente fechado, zelando por eles e também de certa forma mantendo a cidade com ares de "limpeza" e de progresso tecnológico, econômico, arquitetônico e cultural. Sendo assim em 1885 vai surgir o Asilo de Mendigos de Pelotas.

Em 1882, a ideia de criar um asilo foi lançada e publicada pelo jornalista e fundador do jornal *Correio Mercantil*, Antônio Joaquim Dias, conforme reforça a notícia abaixo:

> A redação do Correio Mercantil solicita de todos os habitantes desta cidade um donativo qualquer para ser aplicado à construção de um edifício destinado à mendicidade. As quantias que a generosidade pública consagrar à este humanitário fim, podem ser remetidas à esta redação ou aos Srs. Conceição e Cia. (*CORREIO MERCANTIL, 21/09/1882).*

Este apelo surte efeito, como evidencia o texto abaixo, que enaltece a figura de João Augusto de Freitas, importante colaborador do Asilo de Mendigos:

> ASILO DE MENDIGOS – Pode invocar o direito de fundadora desse estabelecimento a Mesa de Rendas de Pelotas, como corporação, pois, por um de seus membros (o escriturário João Augusto de Freitas, falecido em Pelotas a 18 de agosto de 1913), em nome de todos, ofereceu como auxílio à construção do projetado asilo a contribuição de 2% dos respectivos vencimentos durante o período de 15 meses, que decorreram de 1º de outubro de 1882 a 31 de dezembro de 1883, atingindo o donativo a quantia de 825.147 réis. (OSÓRIO, 1997, p.84).

Conforme Riechel (2000), em 31 de maio de 1883 foi eleita à diretoria provisória, sendo o primeiro presidente o Sr. Antônio Joaquim Dias. Em 27 de dezembro de 1885, o Asilo de Mendigos torna-se uma associação legal frente à legislação em vigor, neste dia houve uma "popular e concorridíssima" reunião, na qual a instituição passou a denominar-se Sociedade Beneficente Asylo de Mendicidade, também na oportunidade foram aprovados os estatutos, sendo os mesmos subscritos por 269 contribuintes efetivos.

O espaço geográfico escolhido para a construção do prédio situava-se entre as ruas Andrade Neves e XV de Novembro com frente para a Praça Júlio de Castilhos (atual Parque D. Antônio Zattera). A compra do terreno ficou a cargo do conselho administrativo, que no ano de 1886 era presidido pelo Barão de Arroio Grande, importante benfeitor do Asilo. Após a escolha do local, o terreno foi adquirido do Sr. Joaquim da Silva Tavares (Barão de Santa Tecla) pelo valor de Rs 6:000$000, sendo que a metade desse valor foi doado ao asilo pelo referido Barão,

que por este ato, também foi considerado benfeitor do estabelecimento. É importante destacar que ambos os citados eram charqueadores pertencentes às famílias mais ricas de Pelotas na época.

Em 24 de junho de 1894, em assembleia geral, presidida pelo coronel Urbano Martins Garcia, foi aprovado o projeto dos novos estatutos, perdendo então o Asilo a primeira denominação e sendo-lhe dada a que ainda conserva até os dias atuais – Asylo de Mendigos de Pelotas. Três anos antes, em 1891, o Asilo enfrentava sérios problemas financeiros, ocasionando dificuldades para continuar as obras, até o momento em que o Sr. João Simões Lopes Filho (Visconde da Graça) se prontifica para pagar a dívida existente no valor de 7:915$260. Por essa ação, o Visconde da Graça também é um dos beneméritos da referida instituição. Anos mais tarde, um fragmento do Almanaque de Pelotas reforçaria a importância e o destaque conferido a sua pessoa: "Graças ao venerado João Simões Lopes ficou o Asylo montado no pé em que ainda hoje se o vê, com orgulho". (ALMANAQUE DE PELOTAS, 1921, p. 284).

Em relação aos estatutos[37] do Asilo de Mendigos, tive acesso ao estatuto de 1938, embora não seja o primeiro, através deste se pode ter uma dimensão das características do referido estabelecimento assistencial e de seus sócios. Quanto à finalidade da instituição, percebe-se o seguinte:

> Art. 2º - São seus fins: § 1º - Receber os mendigos e inválidos inteiramente desprotegidos de meios para viver; § 2º - Velar pelo bem estar dos asilados; § 3º - Conseguir dos poderes competentes a proibição da mendicidade nesta cidade". (ESTATUTOS DO ASILO DE MENDIGOS, 1938, p.03).

Já no que tange a categorias de sócios, tem se a seguinte diferenciação: 1º - Grandes Benfeitores; 2º - Beneméritos; 3º - Legionários; 4º - Honorários; 5º - Efetivos e Contribuintes; 6º - Inativos e protegidos. No tocante a diretoria, o estatuto diz o seguinte: "Art. 11º - A associação será regida por uma diretoria composta de 22 membros, eleitos em Assembleia Geral, anualmente, em escrutínio secreto e por maioria absoluta de votos". (ESTATUTOS DO ASILO DE MENDIGOS, 1938, p. 05).

Quanto à retribuição que a instituição Asilo de Mendigos de Pelotas conferiria a quem prestasse relevante serviço ou donativo para com a mesma, o estatuto de 1938 trata das honras

[37] Infelizmente, até o prezado momento não obtive acesso aos documentos que se encontram no Asilo de Mendigos de Pelotas, assim sendo, não encontrei estatutos anteriores ao ano de 1938 disponíveis para pesquisa.

e distinções, contemplando como uma das formas de homenagem à concessão de diplomas para cada categoria de sócios da seguinte forma, conforme consta na tabela abaixo:

Tabela 1: Condições para cada modalidade de sócio, para que estes recebessem o diploma. **Fonte:** Dados elaborados a partir da consulta aos estatutos do Asilo de Mendigos de 1938.

Modalidade	Exigência
Sócio honorário	Donativo até 800$000 em dinheiro de uma só vez, ou prestação de serviço ao Asilo que seja equivalente aos valores mencionados acima.
Sócio legionário	Donativo de uma só vez, da quantia de Rs. 1.000$000.
Sócio benemérito	Donativo de uma só vez, de 3 contos de réis até a quantia de 5 contos ou prestação de serviço ao Asilo que seja equivalente aos valores mencionados acima.
Sócio grande benfeitor	Donativo de 10 contos de réis, de uma só vez ou prestação de serviço ou benefício de um valor moral inestimável.

Conforme os estatutos de 1938, no artigo 41, parágrafo 1º, consta o seguinte: "Além dessas recompensas, que constarão de diplomas impressos, numerados e registrados com o nome dos possuidores, no livro do registro, a diretoria agradecerá por ofício os serviços que julgar não carecerem de outra formalidade." (ESTATUTOS DO ASILO DE MENDIGOS, 1938, p.11). O mesmo documento estabelece ainda que cada diretoria, assim que eleita deve escolher médicos e cirurgiões dentistas que prestarão serviço voluntário aos asilados, sempre que for necessário. Não se sabe quais critérios eram utilizados para tais escolhas, o que é possível inferir é que esta possivelmente era uma ação de "mão dupla", de um lado médicos escolhidos pela direção, talvez por afinidades e laços com os membros da diretoria e os médicos por sua vez, muito provavelmente também aceitavam, com o intuito de fortalecer estes laços e também com o escopo de projetar-se socialmente como um indivíduo que realiza a caridade numa sociedade em que a mesma é extremamente valorizada e entendida como uma ferramenta de poder.

Atos caritativos e formas de reconhecimento pela caridade praticada:

Instituições assistenciais no final do século XIX e início do XX só poderiam cumprir suas finalidades se houvesse recursos disponíveis, a maior parte dos custos dos estabelecimentos assistenciais era bancada por membros da elite local, que através de doações de dinheiro, de bens, de alimentos ou ainda de serviços mantinham em funcionamento as

instituições filantrópicas da cidade de Pelotas. Além de analisar doações feitas por pessoas que se enquadram como pertencentes ao grupo denominado como elite local, este tópico possui o escopo de levantar questões acerca das motivações que alguns membros da elite local possuíam em praticar ações caritativas e quais as ações de reconhecimento que o estabelecimento realizava em prol dos associados e das pessoas caridosas.

Uma das possíveis formas de retribuição ocorridas ao efetuar a caridade, principalmente relacionadas àquelas pessoas pertencentes a alguma elite local, era ter seu nome, o sobrenome de sua família escrito nas páginas dos periódicos, demonstrando assim que a visibilidade e o destaque conferido ao indivíduo caritativo, na maioria dos casos eram importantes para a sociedade do período, e também era uma prática regular dos periódicos locais, constituindo-se assim uma relação tripartite, formada inicialmente pelo indivíduo que faz a doação, pela instituição que recebe a doação e pelo jornal que confere a publicidade para a ação, jornal que em muitas vezes recebe diretamente as doações e as repassa para os estabelecimentos assistenciais da cidade, essa relação termina, justamente com quem a começou, o indivíduo caritativo, pois a última etapa da ação generosa foi atingida quando a caridade foi publicada na mídia impressa.

Há de se observar que nem toda a caridade é publicada nos jornais, mas para este trabalho a publicação nos periódicos é interpretada como uma retribuição, conferindo status e prestígio social ao doador, seja ele pessoa física ou jurídica. Tomaschewski também já observou essa questão em sua dissertação: “Em troca das dádivas a instituição realiza uma série de ritos para dar visibilidade àqueles que dão. Entre os atos de agradecimento mais comuns estavam os ofícios enviados pela instituição, a menção dos nomes em relatórios, as listas de doadores nos jornais”. (TOMASCHEWSKI, 2007, p. 139).

Ter o nome associado à filantropia e a caridade e ainda mais em um jornal local de circulação significativa, confere além de visibilidade, prestígio perante a alta e intelectual parcela da sociedade e mais do que isso, pode se dizer que é um mecanismo de poder. Segundo Larissa Chaves:

> A caridade também é o elemento da aparência. Não há caridade efetuada se ela não pode ser mostrada para o público. Não há assistência se ela não ficar evidenciada pelo poder que emana. E é nesse sentido, que funciona também como forma de poder, porque é realizada para que o outro a compreenda enquanto poder. E da mesma maneira, entidades assistenciais funcionariam como suporte para que este tipo de ação se sobreponha constantemente (CHAVES, 2008, p.236).

O relatório do Coronel Urbano Martins Garcia, quando o mesmo estava à frente da direção do Asilo de Mendigos deixa clara a forte atuação na captação de recursos dos jornais pelotenses para com a caridade na virada do século XIX para o XX, conforme se verifica na tabela abaixo:

Tabela 2: Total de recursos financeiros obtidos através de donativos da população pelotense nos anos de 1899 a 1900, destinados ao Asilo de Mendigos, entregue por três periódicos de grande circulação no período**. Fonte:** Azylo de Mendigos. Relatório do Presidente Coronel Urbano Martins Garcia: De janeiro de 1899 a 31 de dezembro de 1900. Pelotas: Livraria Americana, 1901.

Jornal	**Valor**
Diário Popular	1:933$360
Opinião Pública	1:693$500
Correio Mercantil	1:450$870

Poder-se-ia perguntar, o que conecta estes três periódicos pelotenses? Já que seus posicionamentos políticos são distintos em vários momentos de sua existência. O *Correio Mercantil*, embora defensor das ideias republicanas, possuía nas opiniões moderadas e na ausência de um partidarismo explícito sua principal identidade, já o *Diário Popular*, era o órgão oficial do PRR em Pelotas, e ainda temos o *Opinião Pública*, que conforme os proprietários que o alugavam, sofria uma metamorfose nas suas páginas. Pois bem, uma das questões que unem estes três jornais é a caridade, pois os três jornais estimulam ações generosas e agradecem pelos donativos recebidos. Sendo assim, os periódicos constituem importantes meios para que a caridade se firme e se reafirme no tecido social pelotense. Além disso, talvez os benfeitores e doadores em geral não fizessem tanta questão que a notícia saísse por esse ou aquele jornal, desde que fosse amplamente publicizada.

A seguir serão analisadas algumas notícias relacionadas a donativos destinados ao Asilo de Mendigos:

> Fizeram donativos a este Asylo: Exma: Sra. D. Isabel Rocha de Castro, zeladora em exercício no mês findo, de 25 saias de pelúcia no valor de 100$000; Sr. Joaquim Ferreira de Castro, mordomo do mês passado, de 1 dúzia de carreteis de linha; Sr. Antonio Ramos, diretor da União Gaúcha, de muitos kilos de carne verde e 80 pães de 80 réis cada um. (*CORREIO MERCANTIL*. 10 de maio de 1901, p.1).

Percebem-se doações não feitas em espécie, porém em produtos de vestuário e gêneros alimentícios, também se verifica através da notícia acima, que não somente homens faziam doações, mas também as mulheres. Ainda destaca-se a participação de entidades diversas, como a União Gaúcha, que através do seu diretor destina ao asilo vários quilos de carne e 80 pães.

Outra forma de doação era aquela motivada pelo falecimento de um ente querido, a doação era feita a uma instituição assistencial como forma de homenagear a memória da pessoa falecida, como comprova a notícia abaixo, vinculada no *Correio Mercantil*:

> Donativos e Esmolas
>
> Em comemoração ao 2º aniversário, que passa hoje, do falecimento de sua extremecida filha Dulce, a Exma. Sra. Baronesa dos Tres Serros enviou-nos ontem 40$000, destinados, em partes iguais ao Asylo de Mendigos a aos pobres do Correio Mercantil. (*CORREIO MERCANTIL*. 6 de Junho de 1901, p.1).

Na notícia acima, a Baronesa de Três Serros, envia ao periódico *Correio Mercantil* o valor de 40$000 que possuía como destinatários os pobres do jornal e o Asilo de Mendigos, a respectiva doação se dá em virtude da passagem de dois anos do falecimento de sua filha Dulce.

Outra prática que visava homenagear os benfeitores pela caridade praticada é a denominação de alguma sala do prédio do Asilo com o nome do sujeito caritativo. Veremos que boa parte dos homenageados com essa grandiosa honraria eram pessoas da elite pelotense, algumas de famílias tradicionais.

> Justa Homenagem
>
> Esta administração em consideração aos serviços de alta valia, acumulados ás esmolas doadas á nossa casa, pelos dedicados amigos de seu bem estar e progresso deliberou prestar culto a essa magnanimidade, fazendo designar com o ilustre nome de seus maiores benfeitores, as salas de nosso edifício social, sendo que dá começo desta forma: (AZYLO DE MENDIGOS, relatório de janeiro de 1899 a dezembro de1900, p.16-17).

Tabela 3: Homenageados do Asilo de Mendigos, que ganharam a honraria da diretoria de ter seus nomes ligados a salas do prédio do referido estabelecimento. **Fonte**: Azylo de Mendigos. Relatório do Presidente Coronel Urbano Martins Garcia: De janeiro de 1899 a 31 de dezembro de 1900. Pelotas: Livraria Americana, 1901.

Número da Sala	Nome
1	Viscondessa da Graça
2	Baronesa Santa Tecla
3	Baronesa de Arroio Grande
4	Imprensa Pelotense
5	Visconde da Graça
6	Barão de Jarau
7	Antonio Jacob
8	Major João Cyriaco Crespo
9	Povo Pelotense
10	Barão de Santa Tecla
11	Antonio Joaquim Dias
12	Antonio Barboza de Pinho Louzada

Das doze salas, três possuem o nome de charqueadores, todos eles detentores de grandes fortunas, outras três são dedicadas a mulheres (ambas as esposas de charqueadores), uma

homenageia a imprensa de Pelotas pelo constante apoio em suas causas e outra faz referência à generosidade do povo pelotense, uma sala leva o nome do idealizador, Antonio Joaquim Dias e as demais homenageiam sujeitos ilustres que a seu modo contribuíram significantemente para com a Instituição.

Dos benfeitores detentores da graça de serem nomes de espaços no prédio do Asilo de Mendigos, 50% eram ligados à economia do charque, considerando as três mulheres, esposas de charqueadores e que muito faziam em prol do referido estabelecimento assistencial. 16,6% não eram sujeitos individuais e sim um grupo, o povo pelotense e a imprensa pelotense. Outros 16,6%, até o prezado momento ainda não há dados concretos sobre suas profissões. Restando apenas dois sujeitos, que correspondem cada um com 8,3%: Antonio Jacob (comerciante) e Antonio Joaquim Dias (jornalista). Estes números são importantes, pois revelam que, se por um lado a elite rica tinha uma grande representatividade entre os benfeitores, também havia espaços para indivíduos oriundos de setores intermediários da sociedade investirem em tal prática.

Na Pelotas do final do século XIX e início do XX era muito tímida a atuação dos órgãos públicos em prol das instituições assistenciais, quando não era nula, por exemplo, em 1908 o Asilo de Mendigos foi contemplado com Rs. 2:000$ pela Intendência Municipal e com Rs. 1:000$ pelo governo do Estado. Porém esses valores se mostram insuficientes face às demandas existentes na instituição. Para que o Asilo de Mendigos e outras instituições filantrópicas de Pelotas continuassem a existir, haveria sempre a necessidade da ação generosa dos indivíduos da elite, seja ocupando cargos de direção ou enviando donativos sob as mais variadas formas.

A prática da caridade era habitual por parte dos sujeitos abastados de Pelotas, entre suas motivações, poder-se ia colocar a religião, o status social positivo, a demonstração de poder perante os seus pares, entre outras possibilidades de motivações, sempre deixando claro que são hipóteses. E o retorno pelas boas ações? Este se dava de diversas formas, entre as quais, a divulgação dos nomes dos doadores e valores em periódicos locais, em relatórios de presidência, em diplomas de sócio grande benfeitor, em nomes de salas, em retratos e ainda através de outros mecanismos que as instituições encontravam para agradecer as ações caridosas.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de**. Dar aos pobres e emprestar a Deus:** as Misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima (Séculos XVI – XVIII). Barcelos: Companhia Editora do Minho, 2000.

CHAVES, Larissa Patron**. "Honremos a Pátria!" As Sociedades Portuguesas de Beneficência:** caridade, poder e formação de elites na Província de São Pedro do Rio Grande (1854-1910). 2008. Tese (Doutorado em História) – Unidade Acadêmica de Pesquisa e Pós – Graduação / Programa de Pós – Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Porto Alegre, 2008.

COSTA, Luiz Domingos; GOUVÊA, Julio Cesar. Elites e Historiografia: Questões teóricas e metodológicas. **Revista Sociol. Polít**, Curitiba, 28, jun. 2007, p. 251-255.

LONER, Beatriz Ana. Jornais Pelotenses na República Velha. **ECOS REVISTA**, Pelotas, 2(1), abril, 1998, p. 05-34.

MONTEIRO, Lorena. Estudos de elites políticas e sociais: as contribuições da Sociologia e da História. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 12, n. 1, Jan./Jun. 2009, p. 25-32.

OSÓRIO, Fernando. **A cidade de Pelotas**. Pelotas: Armazém Literário, 2 volumes, 1997.

RIECHEL, Isabel. **Asilo de Mendigos:** Seus internos e sua condição social. Trabalho de Conclusão de Curso – Licenciatura Plena em História, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2000.

TOMASCHEWSKI, Cláudia. **Caridade e filantropia na distribuição da assistência:** a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas - RS (1847-1922). 2007. 257 p. Dissertação – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

O "LIBERTADOR" JOÃO BATISTA LUSARDO: CAPITAIS, POSIÇÕES E RELAÇÕES SOCIAIS DE PODER

Rodrigo Dal Forno[38]

Considerações Iniciais

O presente artigo trata-se de um exercício de reflexão a partir da trajetória de João Batista Lusardo, uma das principais lideranças do Partido Libertador (PL), personagem de destaque na política do Rio Grande do Sul e de projeção nacional durante as décadas de 1920 e 1930.

As reflexões apresentadas neste texto referem-se a algumas considerações preliminares vinculadas a uma pesquisa de tese de doutorado iniciada recentemente junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) sob orientação do Prof. Dr. Luciano Aronne de Abreu e com apoio financeiro do CNPq. O estudo de tese tem como objetivo central analisar a formação e atuação do PL e de suas principais lideranças, também conhecidos na época pelo apelido de "libertadores", durante os anos de 1922 a 1937[39]. Dentre os principais líderes da agremiação e que apresentam a trajetória de maior proeminência no interior do grupo e na política nacional de maneira geral, encontram-se agentes como Joaquim Francisco de Assis Brasil, Raul Pilla, João Batista Lusardo.

O foco do artigo encontra-se voltado à apresentação de alguns dados e questionamentos sobre a trajetória de uma destas lideranças, a qual venho me debruçando com mais afinco nos últimos meses de pesquisa. Desta forma, interessa investigar a trajetória de Batista Lusardo e a relação deste personagem com alguns episódios históricos envolvendo o Partido Libertador, no intuito de refletir sobre dois eixos analíticos principais: em primeiro lugar, objetiva-se compreender quais recursos, posições e relações contribuíram para a construção da sua liderança partidária e favoreceram para sua rápida ascensão na carreira política; em segundo plano, busca-se analisar de que forma o estabelecimento de algumas alianças e a atuação partidária deste agente auxiliam na compreensão do processo de unificação e mobilização dos chamados "libertadores" na política regional, particularmente durante o contexto histórico da

[38] Doutorando em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, bolsista CNPq, e-mail para contato: rodrigodalforno@hotmail.com.

[39] O ano de 1922, marco inicial do recorte assumido pela pesquisa, representa a gênese de uma tentativa de coligação entre os setores oposicionistas no Rio Grande do Sul através da candidatura de Joaquim Francisco de Assis Brasil ao cargo de Presidente do Estado. Embora derrotado nas urnas, o processo de unificação teve continuidade com a Revolução de 1923 e com a formação da Aliança Libertadora (1924) e do Partido Libertador (1928). Em 1937, o partido foi extinto através do Estado Novo. O PL foi refundado em 1945 em uma segunda fase liderada por Raul Pilla, sendo extinto definitivamente com a ditadura civil-militar na década de 1960.

década de 1920, momento de crucial importância para o processo de unificação e mobilização oposicionista no estado do Rio Grande do Sul e que culminou com a fundação do PL.

Tendo estas problemáticas enquanto pano de fundo do exercício de reflexão, o texto encontra-se estruturado no sentido de apresentar sucintamente alguns aspectos da trajetória social de Lusardo, destacando algumas informações importantes para a compreensão da proposta de estudo e para o recorte histórico em análise, explorando alguns episódios fundamentais para a compreensão da formação do PL e a sua atuação na política do período, principalmente em relação ao seu processo de formação e consolidação nos anos de 1920.

Cabe ressaltar que o estudo não tem como objetivo produzir uma biografia sobre o personagem, mas sim problematizar alguns aspectos específicos do itinerário político e social desta liderança durante o período em análise. Neste sentido, acredita-se que, conforme aponta Mario Grynszpan, o estudo de trajetórias permite avaliar as estratégias e ações dos atores em diferentes situações, suas posições sociais, movimentos, recursos e suas redes de relações, como se estruturam, as acionam, nela se locomovem ou as abandonam, com isto, permitindo refletir sobre padrões e mecanismos sociais mais amplos (GRYNSZPAN, 1990). Através do estudo das trajetórias de alguns personagens é possível analisar as múltiplas facetas da política e sociedade em dado contexto histórico, auxiliando na compreensão dos mecanismos de organização, composição e práticas dos grupos e agentes político-partidários, assim como o surgimento de lideranças emblemáticas.

As fontes consultadas até o momento pela pesquisa[40], e que serviram como base para a produção deste artigo, tratam-se de biografias e memórias em torno de Batista Lusardo. Dentre elas, aquela com maior riqueza de informações, relatos e documentos históricos é a biografia produzida por Glauco Carneiro ("Lusardo – O Último Caudilho"), publicada em dois volumes entre os anos 1977 e 1978 e escrita em parceria com o próprio biografado que prestou depoimentos e cedeu documentos pessoais ao autor. Além destas, também cabe destacar o "Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro" (DHBB, 1984) organizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e o "Dicionário Político do Rio Grande do Sul" (2010) produzido por Sérgio da Costa Franco, ambas as obras com informações preciosas sobre a trajetória e atuação de Batista Lusardo.

[40] Para além da documentação apresentada neste texto, outras fontes já foram mapeados e devem ser pesquisadas na continuidade da investigação, como por exemplo, arquivos pessoais contendo correspondências, telegramas, bilhetes, etc.

O libertador João Batista Lusardo: itinerários de uma trajetória social

Para discutir as problemáticas de estudo elencadas anteriormente é preciso analisar alguns aspectos da trajetória social de João Batista Lusardo. Conforme mencionado anteriormente, não se trata de produzir uma biografia sobre a vida deste agente político, tendo em vista que, de acordo com o alerta de Luiz Alberto Grijó, a biografia não deve ser o fim do trabalho historiográfico, mais um meio, uma ferramenta ou instrumento para a produção do conhecimento histórico (GRIJÓ, 2008). No mesmo sentido, Pierre Bourdieu adverte sobre o cuidado em evitar cair na suposta "ilusão biográfica", visão que concebe uma vida enquanto um caminho ou percurso linear, coerente e orientado com um começo, meio e fim (BOURDIEU, 1996). Para o sociólogo francês, uma trajetória apenas pode ser compreendida através da investigação dos campos (político, intelectual, etc.) e das posições em que o agente se inseriu e ocupou, assim como, o conjunto de relações objetivas travadas com outros agentes, bem como o conjunto de atributos, recursos e atribuições (capital político, capital econômico, capital simbólico, etc.) adquiridos e acionados por este individuo ao longo de sua trajetória (BOURDIEU, 1996).

Sendo assim, passamos a pontuar algumas passagens relevantes da trajetória deste agente. João Batista Lusardo nasceu em 11 de dezembro de 1892 em Salto, distrito do município de Uruguaiana, interior do estado do Rio Grande do Sul e região de fronteira com a Argentina. Ainda nos dias atuais seu sobrenome gera controvérsias sobre a forma de grafia correta: Lusardo ou Luzardo? Segundo os dados biográficos fornecidos pela obra de Carneiro, os pais chamavam-se Margarida e Severo Luzardo, sendo o filho registrado de forma equivocada no registro batismal, um Lusardo com "s" (CARNEIRO, 1977). Seja como for, o erro de grafia acabou sendo assumido pelo filho que durante toda sua vida utilizou e assinou o nome segundo esta maneira.

Sua família era de origem social média. Tanto o avô quanto o pai eram comerciantes de transporte de mercadorias na região da fronteira, sendo que o pai, posteriormente, tornou-se "fazendeiro médio" em Uruguaiana e recebeu o título de Coronel pela Guarda Nacional. Segundo consta, os familiares não possuíam engajamento ou vínculo direto com partidos políticos, embora o pai continuamente tenha relatado votar no Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) (CARNEIRO, 1977), grupo político hegemônico no poder estadual naquele período e que seriam os principais adversários de Lusardo em sua carreira política regional.

Os país e avós possuíam pouca instrução, ninguém antes de João Batista havia frequentado regularmente a escola ou obtido um título de ensino superior. Os avós paternos eram imigrantes espanhóis e os avós maternos de origem francesa. A mãe morreu ainda em seus primeiros meses de vida, tendo o pai casado outras duas vezes. Do primeiro casamento nasceram cinco filhos: João (único homem), Luísa, Joana, Alice e Aurora (DHBB, 1984).

No ano de 1904, Lusardo iniciou seus estudos primários no Colégio Santana em sua cidade natal, logo em seguida transferiu-se para o Colégio Marista de Santa Maria para concluir sua formação. No Marista, foi colega e estabeleceu relações de amizade com Eb Abbot (Filho do político Fernando Abbot) e Fernando de Carvalho (Filho do Marechal Setembrino de Carvalho), parceiros de um episódio de farra que resultou em suas expulsões por indisciplina da instituição. Em 1910, transferiu-se para Porto Alegre onde matriculou-se no Colégio Júlio de Castilhos com o objetivo de terminar os estudos interrompidos em Santa Maria. Ainda na capital gaúcha iniciou os estudos na Faculdade de Medicina e logo em seguida, por volta de 1913, transferiu sua matricula para o Rio de Janeiro.

Na então capital federal graduou-se em Medicina no ano de 1916 e durante o último ano do curso também ingressou na Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro, vindo a receber seu segundo título em 1918. Após formado, atuou por um breve período em algumas instituições de saúde pública no Rio, retornando logo em seguida para o interior do Rio Grande do Sul (CARNEIRO, 1977).

Em 1919, retornou a Uruguaiana com dois títulos de ensino superior, optando por dedicar-se a medicina e abrir um consultório médico. Voltando a residir na região da fronteira, Lusardo passou a estabelecer uma série de relações de amizades e inimizades com lideranças locais, além de assumir algumas posições e participar de acontecimentos importantes no âmbito municipal. Dentre estes aspectos é possível destacarmos alguns: sua importante atuação no combate à peste negra que atingiu o município durante o ano de 1919, episódio que resultou em um prestigio relevante enquanto médico no âmbito local; em 1920, assumiu a função de escrever continuamente na imprensa diária através do jornal *A Nação*, órgão do Partido Federalista e através do qual ganhou repercussão com a publicação de textos críticos em relação ao intendente local, Flores da Cunha, principal liderança do PRR na cidade; é também durante este contexto que João Batista assume uma forte animosidade pessoal com Flores, sentimento levado ao extremo através do desafio para a realização de um duelo de vida ou morte com o algoz, embate que com a intervenção de líderes locais acabou não chegando às vias de fato, mas

que em 1921 manifesta-se novamente através de prisão de Lusardo pelas mãos de Flores em decorrência de alguns artigos publicados no jornal federalista (CARNEIRO, 1977).

Em resumo, é possível destacar que durante este contexto, caracterizado pela inimizade com Flores, a atuação prestigiosa na saúde pública, o estabelecimento de vínculos com os oposicionistas ao PRR e a atuação crítica na imprensa, entre outros aspectos, é possível mensurar que Batista Lusardo passou cada vez mais a inserir-se na política partidária regional, sendo que esta aproximação ocorreu paulatinamente em direção e com o estreitamento de laços com o grupo oposicionista. Tendo em vista que é justamente nesse momento histórico especifico que os setores oposicionistas iniciam uma articulação e unificação mais efetiva[41], visando o confronto com o grupo hegemônico no governo estadual.

No ano de 1922 ocorrem às eleições para Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, momento crucial em que os grupos oposicionistas (federalistas, democratas republicanos e dissidentes do PRR) reúnem-se na formação de uma frente coligada em apoio à candidatura de Joaquim Francisco de Assis Brasil contra Borges de Medeiros (ANTONACCI, 1981). Durante este episódio, Lusardo adere publicamente a chapa oposicionista e participa assiduamente na organização e mobilização da campanha em Uruguaiana (CARNEIRO, 1977).

O resultado das urnas decretou o candidato situacionista vencedor sob protesto de fraude e irregularidade por parte dos adversários. Com esta reclamação, diversos membros oposicionistas, dentre eles João Batista, viajam ao Rio de Janeiro com o intuito de conseguir recursos legais e estabelecer diálogos políticos com o governo federal afim de impugnar o desfecho da eleição. Sem sucesso na tentativa de diálogo, em janeiro de 1923, diversas lideranças oposicionistas iniciam uma guerra civil pelo interior do estado com o intuito de retirar, através das armas, Borges de Medeiros do poder, no episódio que ficou conhecido como Revolução de 1923[42].

Segundo depoimento do próprio Lusardo, ele participou ainda durante o mês de dezembro de algumas conspirações para a deflagração da luta armada (CARNEIRO, 1977). Entretanto, sua participação no conflito ocorreu apenas a partir do mês de março, quando reuniu

[41] As oposições político-partidárias daquele contexto eram compostas por diversos e fragmentados setores contrários a hegemonia de Borges de Medeiros e do PRR no poder estadual. Os opositores tratavam-se de dissidentes do próprio PRR, membros do Partido Federalista e seguidores de lideranças como Assis Brasil e Fernando Abbot (também conhecidos como "democratas republicanos").

[42] O conflito ocorreu de janeiro à dezembro daquele ano e se encerrou através de um acordo mediado pelo Ministro de Guerra Setembrino de Carvalho e chamado de "Pacto de Pedras Altas". O acordo vedava a reeleição para presidente do estado e para intendentes municipais, previa a adequação das eleições estaduais à legislação federal, garantia a representação das minorias na Assembleia e no Congresso, concedia anistia aos revolucionários, etc. (ANTONACCI, 1981).

e mobilizou um contingente de homens armados em Uruguaiana e fez junção as tropas armadas comandadas por Honório Lemes na região de Rosário do Sul. No decorrer da luta armada, Lusardo assumiu posições de destaque no interior da coluna e veio a se tornar chefe do estado maior da divisão, além de estabelecer vínculos bastante estreitos com Honório Lemes (MARQUES, 2005)[43]. Após todo o ano de 1923 de pequenos combates, a guerra civil se encerrou a partir de um acordo de paz mediado pelo governo federal. Durante as tratativas de paz, Assis Brasil convocou Batista Lusardo para que participasse das reuniões e ajudasse nas negociações de convencimento de uma parte dos rebeldes que não aceitava o término da luta armada (SÁ, 1971).

Após o término da guerra civil, os grupos oposicionistas voltaram a se reunir na realização de um congresso ocorrido em janeiro de 1924 na cidade de São Gabriel. Na ocasião foi fundada Aliança Libertadora (AL), liga política que tinha como objetivo organizar a participação das oposições unificadas nas eleições de maio para deputado federal e senador (FRANCO, 2010). Lusardo participou do encontro na categoria de delegado responsável pelos correligionários oposicionistas de Uruguaiana e, logo após o encontro, a Aliança lançou a chapa eleitoral com os nomes indicados, sendo João Batista sugerido como candidato a deputado estadual pela agremiação (DAL FORNO, 2015).

A candidatura foi recebida com muita surpresa no círculo oposicionista, tendo em vista que o nome de Lusardo jamais havia figurado em nenhum cargo político ou se quer tido sido candidato em um pleito. Ademais, aquela trava-se uma questão extremamente delicada no interior do grupo, tendo em vista que muitos nomes de destaque e de tradição na política oposicionista gaúcha acabaram ficando de fora da indicação, com por exemplo, federalistas de renome como Gaspar Saldanha e Antônio Moraes Fernandes, polêmica que gerou sérias divergências e dissidências no interior da AL (DAL FORNO, 2015).

Ainda sobre esta questão, um aspecto merece ser destacado: Lusardo tratava-se do único candidato vinculado diretamente a uma vertente “militar-revolucionaria de 1923”, ou seja, de lideranças que tomaram parte direta dos episódios de luta armada, artifício que possivelmente tenha sido convertido em um determinado prestigio político e servido como elemento de distinção. Tendo em vista que no resultado final das eleições, Lusardo acabou sendo o candidato oposicionista mais bem votado, alcançando a cifra de mais de 25 mil votos, números bastante próximo aos obtidos por deputados do PRR de destacado predomínio político em suas regiões

[43] Excelente relato sobre a coluna armada comandada por Honório Lemes e a participação de Lusardo neste meio podem ser encontradas nos livros de memórias escritas por Antero Marques, jovem médico que também integrou o grupo (MARQUES, 2005).

de atuação, como por exemplo, Getúlio Vargas e Flores da Cunha que alcançaram cerca de 29 mil votos cada (DAL FORNO, 2015). Estes aspectos também apontam para a rápida ascensão da carreira política e da projeção de liderança no meio oposicionista que o médico de Uruguaiana passa a obter no contexto pós guerra civil de 1923.

Em paralelo a este contexto político regional, eclodem os levantes tenentistas em São Paulo como parte de diversos movimentos armados protagonizados por setores rebeldes das forças militares brasileiras[44]. No Rio Grande do Sul, as insurreições militares deflagraram-se apenas no final do mês de outubro e contaram com a aderência e o apoio dos libertadores, com destaque para o papel central desempenhado pelo recém eleito deputado Batista Lusardo. O líder libertador atuou, principalmente, em duas frentes principais: primeiro, através da câmara federal, onde colocou-se como um importante crítico do Presidente da República Arthur Bernardes e também apoiou os levantes em todo o país, tendo inclusive ao longo dos episódios adquirido a alcunha de "Porta Voz da Coluna" ao narrar os episódios armados no Rio Grande do Sul e, posteriormente, noticiar a marcha da Coluna Prestes pelo Brasil (DAL FORNO, 2015). Por outro lado, Lusardo também foi responsável por estabelecer contatos e mediar relações de alianças entre as lideranças libertadoras regionais, nas figuras dos chefes veteranos de 1923 como Honório Lemes, Zeca Netto e Leonel Rocha, e os líderes militares como Isidoro Lopes e Luís Carlos Prestes. Tendo sido justamente na residência de Lusardo em Uruguaiana, a reunião secreta entre libertadores e militares que sacramentou o plano militar da revolta e a cooperação entre ambos na deflagração do movimento (CARNEIRO, 1977).

Os levantes tenentistas se dispersaram rapidamente durante o final do ano de 1924 e ocasionaram na desorganização interna da AL, tendo muitos de seus líderes optados pelo exilio político. O grupo tentou uma reorganização durante as eleições de 1927, conseguindo eleger apenas três deputados: Assis Brasil, Batista Lusardo e Plinio Casado (FRANCO, 2010). Finalmente, em 1928, a AL é extinta e é oficialmente fundado o Partido Libertador, com a presidência de Assis Brasil, vice-presidência de Raul Pilla e com o Batista Lusardo como responsável pelo diretório central. É neste momento, que finalmente os setores oposicionistas conseguem criar um partido político oficializado e definitivo que reunisse a maioria dos segmentos oposicionistas no âmbito estadual. Algo que, na interpretação deste estudo, teve início em 1922 e perpassou por toda a década de 1920, culminando com a fundação do PL em

[44] Não é objetivo deste estudo analisar as dimensões político-militares dos movimentos tenentistas da década de 1920. Para maiores informações ver os estudos clássicos de Carone (1975) e Borges (1992).

uma conjuntura caracterizada pela ascensão e atuação destacada de novas lideranças políticas oposicionistas, como por exemplo, dos jovens médicos Batista Lusardo e Raul Pilla.

Após a fundação do partido, Lusardo se envolveu em uma série de outras questões e movimentos que por motivos de limitações deste texto não serão desenvolvidos. O libertador seria um dos responsáveis por mediar um diálogo com o PRR, principalmente com Getúlio Vargas e Oswaldo Aranha, no sentido de viabilizar a colaboração entre PL e PRR na formação da Frente Única em apoio à candidatura de Vargas a presidência do país em 1929. Posteriormente, também seria parte fundamental nas mobilizações e "conchavos" da deflagração da chamada "Revolução de 1930".

Com a ascensão de Vargas ao poder nacional na década de 1930, João Batista passou a ter uma atuação destacada no plano da política nacional, assumindo posições e postos diversos: foi chefe de polícia do Rio de Janeiro, Presidente da Caixa Econômica Federal, Embaixador brasileiro na Argentina e no Uruguai, entre outros postos. Finalmente, durante a década de 1960 com a ditadura civil-militar se retirou da vida política e voltou a residir na cidade natal de Uruguaiana, vindo a falecer apenas no ano de 1982 em Porto Alegre (DHBB, 1984).

Últimas reflexões e considerações

Enquanto últimos comentários gostaria de destacar alguns aspectos que vem chamando atenção neste momento inicial de pesquisa. Cabe salientar que tratam-se de algumas considerações preliminares que apontam para determinados caminhos interpretativos da pesquisa e para algumas possibilidades conclusivas a serem ainda verificadas.

Ao que tudo indica alguns elementos foram fundamentais na trajetória política e social de João Batista Lusardo, aspectos que também possivelmente contribuíram para a formação e atuação do Partido Libertador. Em primeiro lugar, destaca-se os usos e a importância do diploma de ensino superior para a política daquele contexto, algo já extremamente destacado pela historiografia que abordou a história política brasileira do final do Império e da Primeira República (CARVALHO, 1996; GRIJÓ, 1998; VARGAS, 2010). No caso de Lusardo, detentor de dois títulos, direito e medicina, este recurso possivelmente serviu de grande importância em diversos sentidos: permitindo a construção de um prestigio e uma legitimidade social; propiciando o estabelecimento de relações sociais; fornecendo um treinamento e a construção de uma experiência em relação a aspectos como a oratória e a escrita; abrindo possibilidades de acesso a cargos de poder, etc.

Além disto, é importante refletir sobre a relevância e o espaço conquistado pelo título de Medicina. Em um contexto político dominado pelos bacharéis em direito, os médicos parecem ter adquirido cada vez mais importância e passaram a pleitear por maiores postos de poder, considerações já levantadas por outros estudiosos do tema (CORADINI, 1995). Este movimento pode ser percebido entre os próprios libertadores, já que duas de suas principais lideranças, Lusardo e Raul Pilla, eram médicos atuantes na profissão.

Um segundo ponto possível de ser destacado é a capacidade de agentes como Lusardo em manipular recursos e códigos fundamentais para a política do seu tempo, tais como: o prestígio adquirido através da atuação na imprensa, ou seja, a visibilidade política garantida pela redação de jornais; os usos da violência na política, através da mobilização de homens armados e organização de levantes armados para alcançar objetivos diversos, etc. Todos estes elementos podem ser lidos como critérios fundamentais para a ascensão de uma trajetória, similarmente ao observado por Mario Grynszpan em seu clássico estudo sobre a atuação de Tenório Cavalcanti (GRYNSZPAN, 1990).

Por fim, um último elemento possível de ser ressaltado, trata-se da importância do capital social, ou seja, conjunto de relações pessoais, de redes de pessoas que um indivíduo é capaz de mobilizar em prol de determinada causa ou objetivo. Foi desta forma que João Batista Lusardo teve capacidade de realizar diversas alianças e contatos para si e seu partido, como por exemplo, na mobilização de homens armados em 1923, na mediação das relações entre libertadores e setores tenentistas em 1924, nos diálogos e aproximações com os históricos adversários do PRR no contexto de 1929 e 1930, entre outros momentos em que atuou na mediação de alianças políticas.

Referências Bibliográficas

ANTONACCI, Maria Antonieta. **RS: as oposições & a Revolução de 1923**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.

BORGES, Vavy Pacheco. **Tenentismo e revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

BOURDIEU, Pierre (1980). O Capital Social – Notas Provisórias. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (org.). **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CARONE, Edgar. **O Tenentismo**. São Paulo: Difel, 1975.

CORADINI, Odaci Luiz. "Grandes famílias" e elite "profissional" na medicina no Brasil. **Cadernos de ciência política (série: pré-edições**), Porto Alegre, UFRGS/PPGCP, n. 2, 1995.

CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem: a elite política imperial; Teatro das Sombras: A política imperial**. 2.ed. Rio de Janeiro: UFRJ, RelumeDumará, 1996.

DAL FORNO, Rodrigo. **O "Álbum dos Bandoleiros" da Revolução de 1923**: Uma análise de Política e Imagem do Rio Grande do Sul da década de 1920. Porto Alegre: UFRGS, 2015. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

FÉLIX, Loiva Otero**. Coronelismo, borgismo e cooptação política**. Porto Alegre: UFRGS, 1987.

GRIJÓ, Luiz Alberto. **Origens sociais, estratégias de ascensão e recursos dos componentes da chamada "Geração de 1907"**. Porto Alegre: UFRGS, 1998. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.

GRYNSZPAN, Mário. Os idiomas da patronagem: um estudo da trajetória de Tenório Cavalcanti. **Revista brasileira de ciências sociais**, n. 14, p. 73-90, out., 1990.

LOVE, Joseph. **O regionalismo gaúcho**. São Paulo: Perspectiva, 1971.

TRINDADE, Hélgio. Aspectos políticos do sistema partidário republicano rio-grandense (1882 – 1937). In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (orgs.). **RS: economia e política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979, P. 119-191.

VARGAS, Jonas M. **Entre a Paróquia e a Corte – Os mediadores e as estratégias familiares da elite política do Rio Grande do Sul**. Santa Maria: UFSM, 2010.

Biografias e Memórias:

CARNEIRO, Glauco. **Lusardo – O último caudilho. v.1: Revolução de 1923**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

_____. **Lusardo – O último caudilho. v.2: Entre Vargas e Peron**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.

DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro (DHBB). Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, 1984.

FONTOURA, João Neves da. **Memórias: Borges de Medeiros e seu tempo**. Porto Alegre: Globo, 1969. 2v.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Dicionário político do Rio Grande do Sul 1821-1937**. Porto Alegre: Suliani Letra & Vida, 2010.

MARQUES, Antero. **Mensagem a Poucos e do Ibirapuitã ao Armistício**. Porto Alegre: Edigal, 2005.

SÁ, Mem de. **A politização do Rio Grande**. Porto Alegre: Tabajara, 1973.

HISTÓRIA E IMAGENS – coordenado por PROF. DRA. LARISSA CHAVES (UFPEL) E PROF. DRA. ELISABETE LEAL (UFPEL)

O simpósio propõe levantar um repertório de conceitos que forneçam suporte para a discussão historiográfica, enfatizando o campo da história e sua relação com o campo da Arte buscando a reflexão sobre o alargamento de fronteiras disciplinares junto ao conhecimento histórico. A proposta de estudo advém da reflexão epistemológica sobre a temática da relação entre história e imagem em face a discussão sobre narrativas, produzidas por autores no tratamento das diferentes fontes. Da mesma forma, a análise das tradições interpretativas sobre a imagem, tais como a iconologia e cultura visual, e a influência na identidade do conhecimento histórico.

IMAGENS ENTRE O QUE SE FOI E O QUE SERÁ: TUMBAS TRANSI NA INGLATERRA MEDIEVAL

Amanda Basilio Santos[1]
Carlos Alberto Ávila Santos[2]
Carla Rodrigues Gastaud[3]

Introdução

Nossa intenção nesta apresentação é discutir as questões concernentes a manutenção da identidade social e da memória destes indivíduos durante o medievo, analisadas através do estudo iconográfico das tumbas cadáveres ou tumbas transi[4], concentrando-se nos elementos pictóricos de ambas as efígies, tanto as políticas, quanto as que trazem o indivíduo em estado de putrefação.

As Tumbas Cadáveres são parte integrante da produção do espaço urbano, ocupando um local de prestígio na disposição de sua malha, assim como no ambiente eclesiástico em que se encontram. A produção simbólica, vista através de seus elementos iconográficos, representa um importante momento histórico, assim como as escolhas efetuadas por um determinado grupo de pessoas para se colocaram diante da sociedade, estabelecendo relações e provocando reações. O espaço urbano é composto pela disputa de sujeitos e de suas respectivas memórias, conseguir preservar-se dentro deste espaço, através dos mais variados dispositivos, no caso desta pesquisa através da cultura material e artística, é parte de uma intenção de preservação de status e poder. A análise destes objetos, considerando-os como parte de uma disputa por visibilidade, nos auxilia a compreender a sociedade em que se deu sua produção:

> Cada objeto encontrado, e o lugar que ocupa no conjunto, lembram-nos uma maneira de ser comum a muitos homens, e quando analisamos este conjunto, fixamos nossa atenção sobre cada uma de suas partes, é como se dissecássemos um pensamento onde se confundem as relações de uma certa quantidade de grupos (HALBWACHS, 1990, p. 132).

As tumbas pertencem sempre a pessoas que possuem grande influência social, sejam clérigos ou nobres, havendo alguns exemplos raros de homens que possuem origem burguesa

---

[1] Especialista em Artes (PPGA-UFPel); Mestranda em História (PPGH-UFPel); Mestranda em Memória Social e Patrimônio Cultural (PPGMP-UFPel). Membro do LAPI (Laboratório de Política e Imagem da UFPel). Bolsista CAPES.
[2] Especialista em Arte e Cultura Barroca (UFOP); Mestre em Teoria e Crítica da Arte (UFRGS); Doutor em Conservação, Restauro e Desenho Urbano (UFBA).
[3] Mestre em História (UFPEL); Doutora em Educação (UFRGS)
[4] Tumbas que possuem efígie recumbente que se encontra em leve ou avançado estado de decomposição. Embora nesta pesquisa sejam analisadas as tumbas inglesas, elas podem ser encontradas em bom número na França e na Itália, e em menor quantidade na Alemanha e nos países Baixos.

e são economicamente bem-sucedidos, sendo o caso de uma das tumbas a serem analisadas nesta pesquisa (Tumba de John Barton e Isabella Barton).

Devemos considerar o quão dispendioso seria a encomenda de tais tumbas, não apenas pelo local em que se encontram, pois elas são normalmente encontradas dentro de catedrais e algumas em igrejas paroquiais, mas elas também exigem um maior número de esculturas se formos considerar as de duplo nível, custando, portando, o dobro do preço de tumbas convencionais. O fato de tais tumbas serem alocadas no interior de edifícios religiosos denota o poder social e aquisitivo de tais indivíduos, pois eram espaços de exposição disputados.

Na Inglaterra há restante em torno de 150 exemplos, embora muitas tenham se perdido ou sido depredadas. O monumento mais antigo, preservado na Inglaterra, pode ser visto na Catedral de Lincoln, pertencente ao Bispo Richard Fleming, e o monumento mais moderno em solo inglês, nesta linha artística seria a tumba do poeta John Donne, construída no século XVII (KING, 1987).

As tumbas em questão são repletas de elementos alegóricos, demarcadores simbólicos do status social ocupado, e possuem, em geral, um epitáfio. Pretendemos analisar estas tumbas como um todo, e não privilegiar apenas a *gisant*[5], mas sim efetuar uma análise do conjunto, permitindo um entendimento do alegórico ao social, deste modo nos afastando de tendências de estudos clássicos, que se focam em partes das composições tumulares em detrimento de outras (HOLLADAY, 2003).

Uma questão contextual: a Mortandade e a Arte

As tumbas cadáveres são um fenômeno temporalmente muito específico: sua floração deu-se após a Grande Mortandade, mais comumente conhecida como Peste Negra. A peste chegou à Inglaterra no outono de 1348, provavelmente através do Porto de Melcombe em Weymouth, Dorset[6]. Há relatos conflitantes sobre o ponto de chegada da Peste. Porém, o mais citado em todas as fontes do período seria o porto de Melcombe, como podemos ver na crônica da Abadia de Malmesbury: “em 1348, perto da festa de [...] São Tomás, o Mártir [7 de julho],

[5] Segundo a Encyclopaedia Britannica: “Gisant (French: 'reclining): in sepulchral sculpture, a recumbent effigy representing the person dying or in death. The typical gisant depicts the deceased in 'eternal repose', awaiting the resurrection in prayer or holding attributes of office and clothed in the formal attire of his social class or office.” Disponível em: <http://global.britannica.com/art/gisant>, acessado em 27 de agosto de 2016.
[6] Ainda hoje há uma placa no Porto de Melcombe, demarcando a entrada da Peste na Inglaterra.

a cruel pestilência, detestável a todas as eras futuras, chegou de países de além-mar na costa sul da Inglaterra, no porto chamado de Melcombe, em Dorset" (KELLY, 2011, p. 219).

Ao estender suas asas mortais sobre à Inglaterra, a peste chegou ceifando um número assustador de vidas, uma estatística que não pode ser determinada com precisão. Mas é estimado hoje pela historiografia seria de em torno de 25 milhões de mortes, o que equivale a 33% da população europeia do período. Alguns autores chegam a indicar que o índice se aproximaria de 60% da população (KELLY, 2011, p. 30). A grande pestilência já vinha afetando a Europa desde 1347, de modo que o governo inglês teve um período de adaptação antes de ser atingido, já definindo políticas de ações para lidar com a calamidade.

O fato é que a Peste atingiu uma Inglaterra que se encontrava em ritmo de ascensão bélica e econômica, causando um forte impacto no contexto inglês. Por ser uma nação com recursos e estabilidade, foi possível um gerenciamento mais organizado diante da mortandade. Em 1348, a demanda por lã inglesa era tão grande que é estimado que haviam 8 milhões de ovelhas para uma população de 6 milhões de pessoas (KELLY, 2011). Havia também sinais de um princípio de uma economia industrial e com intensa atividade de exportação:

> Na região rural do oeste, na Ânglia Oriental, onde se fabricava tecido, e em Gales e na Cornualha, onde havia a extração de carvão e estanho. Enquanto isso, ao longo dos litorais, as zonas portuárias arborizadas de Bristol, Portsmouth, Londres e Southampton estavam cheias de navios de mastros altos originários de Flandres, da Itália, da Gasconha e das cidades alemãs da Liga Hanseática (KELLY, 2011, p. 217).

Com a chegada da Peste, esta maré de prosperidade foi abalada, assim como a moral do povo inglês, pois em dois anos é provável que 50% da população inglesa tenha morrido em decorrência da Peste Negra[7]. Diante deste cenário, dominado por uma doença cuja a medicina da época não possuía controle, e de uma imensa devastação da vida como se conhecia, criou-se uma atmosfera subjugada pela ideia de fim de mundo e da Morte que está presente em todas as esferas da vida, algo que influenciará profundamente a arte da época.

Na arte, registraram consequências severas e o surgimento de um protagonista que ganha constância: a Morte. Como bem coloca Veríssimo:

> Durante os séculos XIV e XV, este tema [morte] sofre modificações, apresentando-se a Morte, não ataviada como nos séculos precedentes, mas nua e atacando os vivos com o seu instrumento ceifador. Agora é uma força destruidora, prefiguração do destino humano, imagem da efemeridade das alegrias e da própria vida terrena. [...] É evidente que foi o

[7] Como todas as estimativas sobre a quantificação de perda populacional no período, esta é apenas a mais aceita, proposta pelo medievalista Christopher Dyer através da análise dos indícios históricos do período. O historiador John Hatcher (1977, p. 25) sugere uma cifra entre 30% e 45%.

> primeiro surto de Peste Negra, que tantas vítimas fez, mostrando a todos o horror da decadência física, da podridão orgânica, aquele aspecto do corpo purulento e cheio de nódulos negros, que proporcionou aos artistas as imagens do destino material do homem e do que resta de seu corpo martirizado depois da morte (VERÍSSIMO, 1997, p. 61).

O reflexo que a mortandade acarretou no campo das artes excede a representação da Morte, afeta também as temáticas representadas nas igrejas. Na Inglaterra, após o primeiro surto de 1348, St. Christopher começou a figurar constantemente nas pinturas parietais, sendo hoje o santo mais ordinário que é identificado nas pinturas murais medievais.

Os efeitos também se estenderam para os recursos direcionados ao patrocínio da arte na Inglaterra, de modo que as igrejas inglesas após a Grande Mortandade não teriam mais o esplendor anterior, pois com a morte de uma quantidade expressiva da mão de obra camponesa, e com o grande déficit de artesãos, não seria mais possível o mesmo investimento pregresso a 1348. Por um lado, tornou-se mais difícil para a nobreza manter a sua receita, obrigada a pagar um valor jamais requisitado pelo campesinato. De outro, os artistas experientes se tornaram muito mais custosos, e surgiu uma nova leva de artistas não tão capazes, cujos trabalhos eram também caros. A requisição artística decaiu na Inglaterra após a primeira pandemia (PLATT, 1997, p. 137).

A pestilência ainda voltaria a assombrar a Inglaterra por diversas ocasiões, havendo a segunda epidemia em 1361, cujos índices de mortalidade beiram os 20% da população. Porém, desta vez, a peste parece ter tido uma preferência por jovens, algo devido, provavelmente, a uma nova geração que não possuía resistência à bactéria, em contraposição aos mais velhos, já sobreviventes da mortandade de 1348.

Embora hoje tenhamos todas estas informações técnicas[8] sobre a pestilência, no período medieval ela foi tratada como um imenso flagelo que se debruçou sobre a humanidade, e seus efeitos foram avassaladores, tanto em termos políticos e econômicos, como nos assuntos da fé.

Neste sentido, nossa visão aponta na mesma direção apontada na tese de doutorado de Shilliam. Segundo ele, “the form of the tomb was moulded by contemporary cultural, temporal

[8] Apenas no século XIX a medicina conseguiu compreender o agente causador e a estrutura de contágio da Peste Negra. Foi denominada cientificamente como *Yersinia Pestis*, levando o nome do bacteriologista que a diagnosticou. Alexandre Yersin (1863-1943) foi capaz de isolar a bactéria causadora da doença em 1894, em um surto que estava ocorrendo em Hong Kong, onde pesquisou juntamente com Shibasaburo Kitasato (1852-1931). Yersin havia nomeado a sua descoberta como *Pasteurella Pestis*, homenageando seu mentor, Louis Pasteur. Porém, em 1944 a nomenclatura foi alterada para homenagear Yersin, já após a sua morte. A descoberta deu-se através da observação de que onde havia pessoas morrendo de peste, também havia um grande número de ratos mortos (KELLY, 2011).

and spiritual innovations, as well as by the force of artistic personalities and the directives of patrons"[9] (SHILLIAM, 1986, p. 3).

Memória: uma visão medieval e ferramentas de análise

A memória no medievo possui um estatuto próprio que difere das discussões traçadas nos parâmetros atuais, e muito do modo como os medievais (em um sentido generalizante) foram entendidos nos tempos modernos deriva de uma falta de compreensão da complexidade de pensamento do período. A memória era vista e utilizada em diferentes vieses, de modo que não há um consenso entre os estudiosos sobre o próprio conceito:

> The subject of memory provides a fitting topic for an interdisciplinary enquiry into medieval cultural history in the widest sense. Memory is, on the one hand, related in a close and intricate way to history and the past in general. On the other hand, *mnemosyne* was considered the mother of the Muses by the Ancients, and is thus often perceived in connection with arts and literature. Finally, memory can pertain specifically to memorization, that is, storing and recuperating knowledge, which was an important part of medieval education and culture[10] (DOLEŽALOVÁ; VISI, 2010, p.1).

Jacques Le Goff destaca em seu livro História e Memória a situação específica da sociedade medieval, cuja memória encontra-se dividida entre a oralidade e a escrita, em um modelo proposto por Leroi-Gourhan[11] (LE GOFF, 1990). Todavia, destacamos o importante papel dos meios iconográficos e materiais para construção e manutenção memorial neste período.

Le Goff nos traz apontamentos gerais sobre os aspectos que a memória adquire durante o medievo que são importantes para sua compreensão:

> Cristianização da memória e da mnemotecnia, repartição da memória coletiva entre uma memória litúrgica girando em torno de si mesma e uma memória laica de fraca penetração cronológica, desenvolvimento da memória dos mortos, principalmente dos santos, papel da memória no ensino que articula o oral e o escrito, aparecimento enfim de tratados de memória (*artes memoriae*), tais são os traços mais característicos das metamorfoses da memória na Idade Média (LE GOFF, 1990, p. 443).

---

[9] Tradução da Autora: "A forma do túmulo foi moldada por inovações culturais, temporais e espirituais contemporâneos, bem como pela força das personalidades artísticas e as diretrizes dos patronos".

[10] Tradução da Autora: "O tema da memória fornece um tópico adequado para uma investigação interdisciplinar na história cultural medieval no sentido mais amplo. A memória é, por um lado, relacionada de forma estreita e intrincada com a história e o passado em geral. Por outro lado, *mnemosyne* foi considerada a mãe das Musas pelos antigos, e é, portanto, muitas vezes vista em conexão com as artes e a literatura. Finalmente, a memória pode referir-se especificamente à memorização, ou seja, armazenar e recuperar o conhecimento, que era uma parte importante da educação e da cultura medieval"

[11] Leroi-Gourhan divide a história da memória em cinco etapas básicas: a memória que é transmitida por via oral, a que é passada através de tábuas ou índices, as fichas simples, passando ao meio da mecanografia e enfim a seriação eletrônica (LE GOFF, 1990, p. 427).

Neste contexto, a lembrança se apresenta enquanto uma tarefa religiosa que é imprescindível. É necessário recordar dos atos divinos, desde os benevolentes aos coléricos, é fundamental a lembrança da vida e dos exemplos dos santos, e com o Novo Testamento, a memória construída em torno de Jesus Cristo, e a redenção humana diante de um sofrimento que deve ser sempre rememorado, e desta forma, mantido vivo.

Embora a memória institucional se consagre através da lembrança de Cristo, da teologia, dos marcos religiosos, e seja praticada nas datas determinadas a relembrar tais acontecimentos e personagens, no mundo popular, a memória "cristalizou-se sobretudo nos santos e nos mortos" (LE GOFF, 1990, p. 446). Os mortos são centrais na memória social medieval, e aqueles cuja memória é nutrida estão nos centros das igrejas através de seus monumentos tumulares e registrados nos *libri memoriales*[12]. Esta lembrança feita através do registro nos *libri*, anda de mãos dada ao esquecimento imposto aqueles considerados indignos, pois a excomunhão é aliada desta *damnatio memoriae*.

Neste sentido, as tumbas possuem um forte papel memorial, e mais além, as tumbas cadáveres possuem uma dupla instância memorial: ao mesmo tempo em que servem à memória do falecido representado em sua *gisant*, ao mesmo tempo ela serve aos vivos como um apelo à memória da mortalidade. É assim, a lembrança dos que se foram e a lembrança da morte para aqueles que ficam. Elas são memorização do passado (através do falecido) e memorização do tempo presente e do futuro inevitável (através do apelo aos vivos, lembrando-os de sua transitoriedade).

Deste modo, salientamos o fato destas tumbas serem sempre atuais, pois por mais que elas sejam parte da manutenção da memória dos mortos representados, elas estão sempre atuando sobre os vivos que as contemplam, pois pretendem comunicar e lembrar a condição humana, e a mortalidade é um atributo atemporal.

Esta dupla instância memorial deve ser problematizada, e argumentamos que as tumbas cadáveres são veículos de comunicação e manutenção dos que se foram com aqueles que os contemplam. O apelo, feito através da dramaticidade visual e da humildade e fragilidade expostas através da efígie cadavérica, permite a empatia do expectador, cumprindo parte dos objetivos destes elementos tumulares que necessitam angariar rezas para a alma do falecido.

[12] Livros das paróquias nos quais constam os nomes daqueles sujeitos considerados importantes e dignos, que tinham uma dupla função: manter a memória destes falecidos e dedicar-lhes orações, auxiliando a passagem pelo Purgatório e a chegada aos Céus.

Deste modo, há a manutenção da memória do falecido, a ativação da memória dos observadores de sua própria fragilidade e estado de igualdade ao morto, e, por fim, a comunicação através do apelo dramático, que deve gerar a reação de oração e contemplação. Assim sendo, as tumbas cadáveres são patrimônios ativos dentro dos espaços que ocupam.

Para tanto, nos apoiamos no conceito de imagem memorial (*Memorialbild*) de Horch que define que para que se constitua em tal deve cumprir quatro funções: estabelecer uma comunidade entre os vivos e os mortos; indicar a presença do morto na sociedade; lembrar dos deveres recíprocos entre os vivos e os mortos; garantir que se dê a performance de tais deveres no futuro (HORCH, 2001, p.15).

Este conceito de Horch aproximamos do conceito talhado por Candau, de sóciotransmissores, que é definido enquanto "todas as produções e comportamentos humanos que estabelecem uma cadeia causal cognitiva social ou cultural entre pelo menos duas mentes-cérebro [...] Vários objetos desempenham um papel fundamental na sócio-transmissão" (CANDAU, 2009, p. 8). Candau também salienta sobre os sóciotransmissores:

> Pocos objetos patrimoniales responden tan bien a su vocación de memoria como los lugares importantes, los monumentos y las estatuas. Los 'difusores' de la memoria por excelencia son los monumentos a los muertos, las necrópolis, los osarios, etc. y, de manera más general, todos los monumentos funerarios que son el suporte de una fuerte memoria afectiva[13] (CANDAU, 2002, p. 92-93).

Através da análise iconográfica, intencionamos no decorrer da pesquisa que ainda se encontra em fase inicial, identificar esta quádrupla função nas tumbas transi que são nossa fonte de pesquisa, nos utilizando do terceiro nível analítico proposto por Erwin Panofsky, a iconologia.

Pensando esta fonte dentro de seu contexto de elaboração, e observando este potencial de *Memorialbild* e de sóciotransmissão, questionamos concepções generalizantes sobre a arte medieval. Tradicionalmente se analisa a imagem medieval como veículo de ensino[14] em uma concepção embasada por Mâle (1910), baseado em Gregório Magno.

---

[13] Tradução da Autora: "Poucos objetos patrimoniais respondem tão bem a sua vocação memorial como os lugares importantes, os monumentos e as estátuas. Os transmissores de memória por excelência são os monumentos aos mortos, as necrópoles, os ossuários, etc. e, de maneira mais geral, todos os monumentos funerários são suportes de uma forte memória afetiva. "

[14] Sobre esta questão ver: MÂLE, Émile. *L'art religieux au XIIIe siècle en France*. Étude sur l'iconographie du Moyen Âge et ses sources d'inspiration. Paris: Armand Colin, 1910.

Em 600 d.C. O Papa Gregório Magno escreveu uma carta[15] ao Bispo Sereno de Marselha que influenciou profundamente a ideia da função da arte medieval que temos até os dias atuais. Nesta carta ele destaca a função didática do uso das imagens, permitindo à massa de iletrados compreender a doutrina, ensinando-os através de imagens o que eles não podem ler[16]. Embora na própria carta ele destaque outras funções para a imagem - elas servem de lembrança dos dogmas, e possuem um poder sobre os fiéis, pois cumprem um papel de sensibilização destes e fazem com que eles se arrependam de seus pecados - o papel didático acabou se sobrepondo aos outros, na literatura, colocando a iconografia medieval como a bíblia dos iletrados (SCHMITT, 2006).

No entanto, se a função fosse puramente ensinar a doutrina aos fiéis não haveria necessidade da abundância de imagens circunscritas nos coros e na abside das igrejas, locais de acesso restrito do clero, que na sua massiva maioria era letrado, ou mesmo imagens que não estão à disposição do expectador, como por exemplo uma pintura que se encontra na tumba de Alice de la Pole[17], exclusiva aos olhos da escultura de seu cadáver (*Figura 1*).

Figura 1: Pintura na tumba transi de Alice de la Pole. **Fonte**: https://www.flickr.com/, autor RichardR. Acessado em 30 de maio de 2016.

Outra questão para pensarmos e questionarmos esta noção taxativa de didatismo imagético, é olharmos para a totalidade da composição das tumbas transi. Utilizando aqui, como exemplo, a tumba de John Baret[18], onde podemos ver em grande destaque o seu corpo em estado avançado de decomposição (*Figura 2*).

[15] GREGORIO MAGNO, *Epistulae ad Serenus*, XI, 13, (Patrologia Latina 77, col. 1128-1130).
[16] "A pintura é usada nas igrejas, para que as pessoas analfabetas possam ler, pelo menos nas paredes, aquilo que não são capazes de ler nos livros." (Epistulae, IX, 209: CCL 140A, 1714).
[17] Duquesa de Suffolk, viveu entre 1404-1475. Era neta de Thomas Chaucer, escritor do *The Canterbury Tales*. Fora casada quatro vezes, dado ao falecimento de seus maridos. Em seu quarto casamento tornou-se Dama de Companhia de Margarida de Anjou e fora Patrona das Artes.
[18] Influente mercador na indústria têxtil, viveu em Chequer Square, faleceu em 1467. Fora casado com Elizabeth Drury, também pertencente a outra influente família de mercadores. Ao centro da tumba há uma pequena escultura que representa John ainda vivo, e usando o *Collar of Esses*, símbolo de que fora agraciado pelo monarca. Esta

Ao contrário de muitas tumbas transi, a de John não nos apresenta uma escultura superior com seus atributos terrenos, apenas uma grande figura cadavérica. Em conjunto com esta cena lamentável de seu estado, há as palavras escritas "He that wil sadly beholde me with his ie, May se hys owyn merowr (and) lerne for to die"[19]

Figura 2: Tumba transi de John Baret. **Fonte**: https://www.flickr.com, autor Tudor Barlow. Acessado em 4 de setembro de 2016.

Há, portanto, uma construção da memória de si mesmo através desta escultura, ao mesmo tempo há uma tentativa de comunicação e associação com aqueles que estão a olhar a sua tumba e presenciar a triste realidade de sua morte. Embora haja uma narrativa de humildade, através do corpo cadavérico, desprovido de qualquer atributo de sua bem-sucedida vida terrena, na base que guarda seu corpo físico, temos uma escultura de John (*Figura 3*) nas suas melhores roupas, lembrando seu ofício, assim como o mais

Figura 3: Detalhe da Tumba transi de John Baret. **Fonte:** https://www.flickr.com, autor Granpic. Acessado em 4 de setembro de 2016.

pequena escultura ainda segura uma faixa a sua frente onde lemos "*Me*", de modo que esta apresenta o falecido através de uma pequena escultura de si mesmo.

[19] Tradução da Autora: "Aquele que infelizmente me ver com seus olhos, possa ver seu próprio espelho, e assim aprender como morrer".

importante bem de status adquirido durante sua vida, o *Collar of Esses*[20] que está usando em seu pescoço. Esta pequena escultura segura uma faixa e se apresenta aquele que a vislumbra: "*Me*", segura em sua frente. De forma tão simples, esta escultura distancia John de seu cadáver decadente e mostra quem seria verdadeiramente o esculpido.

Esta tumba exemplifica com clareza a dupla instância memorial que destacávamos, ao passo que é uma construção de uma memória específica sobre Baret, mas também é uma ativação da memória da condição que é comum a todos nós: a mortalidade. Através de um poderoso artifício de empatia, estas tumbas serviam à memória dos falecidos e os angariavam rezas, fundamentais para seu auxílio no Purgatório.

Acreditamos que a arte medieval serve a diversas finalidades e deve ser analisada dentro de sua especificidade, levando em consideração sua materialidade, seu local de exibição, sua localização geográfica, seu momento temporal e seus elementos alegóricos. Deste modo, as imagens que analisaremos sairão deste papel didático, sendo imbuídas de funções sociais memoriais e de sentidos práticos para aqueles que as encomendam. Encerramos com algumas questões que esperamos responder ao longo da pesquisa: afinal, qual a razão de ser representado através de um cadáver em um contexto extremamente atribulado como os séculos XIV e XV na Inglaterra? Quais os sentidos alcançados por uma nobreza que se encontra enfraquecida pela Guerra dos Cem Anos em um contexto social abalado pela Grande Mortandade?

Considerações Finais

Por esta ser uma pesquisa inicial, nossa intenção aqui foi mais levantar questões do que fornecer respostas. Mesmo neste estágio de pesquisa, podemos observar que as tumbas cadáveres nos oferecem mais do que um testemunho artístico, elas são fontes importantes para a compreensão do homem diante da morte em um contexto específico. Também nos auxiliam a entender como as famílias nobres e os indivíduos se constituíam como elite e a relação delas perante a comunidade, pois estas tumbas capelas possuem função de status para os patronos e o papel de expiação para os espectadores, que através delas conseguiam oportunidade caritativa, orando pela alma do nobre, ao mesmo tempo que era um momento reflexivo sobre a mortalidade, e desse modo, sobre o viver (DRESSLER, 2008), finalizamos com uma colocação de Souza que diz que:

[20] Homenagem concedida pelo monarca da Inglaterra, principalmente pelos Lancaster, que trazia distinção aqueles que a recebiam, como sendo de importante valia ao rei. O *Collar of Esses* nunca saiu de uso, desde sua implementação no século XIV, embora sua forma tenha se modificado através do tempo.

> A arte funerária, ao contrário do que se pode pensar, abrange uma memória coletiva, corresponde a um objeto de amplos sentidos e de representação social. A visualização de fenômenos socioculturais na arte tumular foi a base de desenvolvimento deste estudo e conclui-se, a partir dele, que a arte funerária é muito mais que um elemento decorativo; é, sim, um meio de documentação históricosocial, que identifica a coletividade a que pertence. (SOUZA, 2007, p. 10).

Concluindo, as tumbas transi se apresentam como uma fonte rica em possibilidades de análise, se apresentando como um importante fenômeno artístico, uma ocorrência memorial e, por fim, um sintoma cultural.

Referências Bibliográficas

CANDAU, J. **Antropologia de la Memória**. Buenos Aires: Del Sol, 2002.

CANDAU, J. **La métamémoire ou la mise en récit du travail de mémoire**. Paris: Centre Alberto Benveniste, 2009.

DOLEžALOVÁ, L.; VISI, T. Revisiting Memory in the Middle Ages. In: _____. **The Making of Memory in the Middle Ages**. Leiden e Boston: Brill, 2010. p. 1-8.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Rio de Janeiro: Vertice, 1990.

HOLLADAY, J. A. Tombs and Memory: Some Recent Books. **Speculum**, v. 78, n. 2, p. 440-450, 2003.

HORCH, C. **Der Memorialgedanke und das Spektrum seiner Funktionen in der Bildenden Kunst des Mittelalters**. Königstein: Langewiesche, 2001.

KELLY, J. **A Grande Mortandade:** Uma história íntima da Peste Negra, a pandemia mais devastadora de todos os tempos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

KING, P. M. **Contexts of the Cadaver Tomb in Fifteenth Century England**. York: University of York, v. Tese de doutorado, 1987.

MÂLE, É. **l'art religieux au XIIIe siècle en France. Étude sur l'iconographie du Moyen âge et ses sources d'inspiration**. Paris: Armand Colin, 1910.

PLATT, C. **King Death:** the Black Death and its aftermath in late-medieval England. 2ª. ed. Toronto: University of Toronto Press, 1997.

SCHMITT, J.-C. Imagens. In: GOFF, J. L.; SCHMITT, J.-C. **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. São Paulo: Edusc, v. 1, 2006. p. 591-605.

SCHMITT, J.-C. **O Corpo das Imagens:** ensaios sobre a cultura visual na Idade Média. São Paulo: EDUSC, 2007.

SHILLIAM, N. J. **Foreign Influences on and Innovation in English Tomb Sculpture in the First Half of the Sixteenth Century**. Tese de Doutorado. ed. Warwick: Warwick University, 1986.

SOUZA, D. C. **Arte Tumular: uma expressão social por meio de signos da morte**. Disponível em:

<http://www.mackenzie.com.br/fileadmin/Graduacao/CCL/projeto_todasasletras/inicie/DeniseSouza.pdf >. Acessado pela última vez em 20 de junho de 2016.

VERÍSSIMO, A. **A Peste Negra e os seus Reflexos na Cultura Inglesa**. Lisboa: Universitária Editora, 1997.

INDEPENDÊNCIA OU MORTE: O QUADRO E UMA APROPRIAÇÃO DA GRAPHIC NOVEL

Laura Giordani[21]

Introdução

O presente artigo trata-se de um recorte de uma pesquisa ainda em desenvolvimento para o Mestrado em História da Universidade Federal de Pelotas. Essa pesquisa têm como objetivo estudar um caso de Agenciamento de Imagem feito pela *graphic novel* brasileira *Independência ou Mortos* – roteirizada por Fabio Yabu e ilustrada por Harald Stricker – da pintura de Pedro Américo *Independência ou Morte!*, também conhecida como *O Grito do Ipiranga*, de 1888.

Agenciamento de Imagem ocorre quando uma imagem é utilizada como base para a criação de uma nova ilustração, ou seja, o artista pode a elaborar com um novo estilo de arte, um novo conjunto de cores, um novo tema, porém sempre mantendo características que lembram a gravura original. Esse processo de reapropriação e ressignificação da imagem é o que caracteriza o Agenciamento de Imagem. É importante apontar que o agenciamento não se trata de uma cópia, mas sim de uma forma de inspiração para a composição de uma ilustração, tanto que um dos requisitos para uma imagem passar pelo processo de agenciamento é ela ter causado um forte impacto e ter atingido um grande número de pessoas com sua estética e significado por trás do que ela ilustra. O exemplo mais famoso desse recurso é o retrato de Che Guevara feito por Alberto Korda em 1960, intitulado "Guerrilheiro Heroico". O retrato foi apropriado e reproduzido por diversas mídias de várias maneiras, de modo que mesmo que alguém não saiba quem foi Che Guevara ou em que ocasião a foto foi tirada, essa imagem será familiar por ela estar inserida na cultura global e visual.

A linha de estudos da Cultura Visual diz que a imagem é fruto do seu tempo, que por trás de uma fotografia ou uma pintura ou de uma estátua há todo um contexto inserido nela. Segundo Paulo Knauss, a Cultura Visual, ou os Estudos Visuais, seria um desdobramento de um movimento geral de interrogação sobre a cultura em termos abrangentes (Knauss, 2006, p. 107), e a define como o estudo das construções culturais da experiência visual cotidiana, assim como nas mídias, representações e artes visuais (Knauss, 2006, p. 108). Portanto, existe em uma imagem um posicionamento político, a expressão de uma cultura e uma mensagem, sendo muito mais do que apenas uma alegoria ou um movimento artístico.

O dicionário de língua portuguesa define "cultura": "um conjunto de ideias, comportamentos, símbolos e práticas sociais artificiais aprendidos de geração em geração por

[21]Universidade Federal de Pelotas. Mestranda em História. Bolsista CAPES. lauragiordani@outlook.com

meio da vida em sociedade". Com isso, perceberemos que os estudos da Cultura Visual não se limitam apenas na busca do que determinadas imagens significam para uma sociedade – ou grupo -, mas sim como essas imagens são inseridas na cultura, reapropriadas e reproduzidas.

A pintura de Pedro Américo se encaixa muito bem nessas condições, visto que entre todas as reproduções visuais da Independência do Brasil:

> Foi a criação do Pedro Américo, talvez por força de sua difusão sob diferentes formatos e nuanças a [imagem] que mais profundamente enraizou-se no imaginário social, tornando-se parte integrante de nossas heranças culturais tanto quanto o episódio que procurou perpetuar. (OLIVEIRA, 1999, p. 64)

O quadro está enraizado com força no imaginário social a respeito do evento e muito presente nas páginas de livros didáticos de história. Sua influência é tão grande que faz com que sirva como identidade na cultura visual a respeito da Independência, sendo usado diversas vezes como referência quando o momento do Sete de Setembro é reproduzido em uma mídia diferente, como o cinema, a novela, o teatro e – no caso desse estudo - nos quadrinhos.

A Imagem da Independência

Durante o segundo reinado no Brasil, a Academia Imperial de Belas Artes (AIBA) via o gênero da Pintura Histórica com grande renome, tanto que poucos dos artistas vinculados a ela recebiam a tarefa de compor obras dessa categoria. Um desses artistas era Pedro Américo de Figueiredo e Melo, que já havia causado um grande impacto nessa área com o seu quadro *A Batalha do Avaí* em 1877.

A Pintura Histórica era vista como uma forma de criar uma identidade nacional através da criação da biografia visual do Brasil, onde o AIBA participava elegendo artistas capazes de realizar tal função, tarefa auxiliada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), cujo objetivo era traçar topografia brasileira e documentar a História do Brasil para que fossem lembradas e celebradas, além de sedimentar uma História oficial (SCHLICHTA, 2006, p. 67). As duas instituições colaboravam para a formação das gravuras e a crítica dos artistas de Pintura Histórica: O IHGB elegia os momentos históricos que a marcaram o Brasil enquanto a AIBA se encarregava de fazer com que os artistas elaborassem obras com os temas escolhidos (PIMENTEL, 2007 p. 80).

Considerando isso, quando foi encomendado a Pedro Américo o encargo de elaborar a imagem do nascimento do Brasil nação não bastava apenas retratar o momento da declamação de Dom Pedro I de independência de maneira simples, pois não se tratava de uma composição

de sua visão do acontecimento, mas sim da criação de uma visualidade do berço do surgimento do Império Brasileiro.

Figura 1: “Independência ou Morte!”, 1888 por Pedro Américo (Site da Enciclopédia Itaú Cultural)

O resultado foi uma declamação com um aspecto mais militarizado. A cena se passa em um descampado às margens do Rio Ipiranga com Dom Pedro I localizado bem no centro da imagem montado em seu cavalo e brandindo seu sabre, o que faz com que o primeiro olhar do espectador se direcione a ele para depois explorar o resto da composição. Uma comitiva de soldados acompanha o Imperador e observam o momento do grito de independência, alguns reagindo ao acontecimento, tendo seus cavalos em movimento, ou brandindo a sua espada junto com Dom Pedro I, ou realizando os dois atos. Além dos soldados, temos alguns civis que testemunham a cena. Esses personagens estão mais às margens da pintura, estão em menor número e estão caracterizados como trabalhadores do campo, pois estão ilustrados usando roupas simples e manuseando ferramentas de trabalho. Nota-se que esse grupo de lavradores estão representados de modo que interromperam seu trabalho e voltam sua atenção para Dom Pedro I.

O impacto causado pela obra de Pedro Américo fez muito mais do que apenas agradar críticos de arte e os seus empregadores, *Independência ou Morte!* se tornou a, imagem mais conhecida e reproduzida a respeito da Independência Brasileira através dos anos, estando presente em diversos meios e mídias – como em livros didáticos, pôsteres, livros acadêmicos, televisão, cinema – de modo que dificilmente um brasileiro não está familiarizado com esse quadro. A nossa exposição à essa ilustração com o passar das décadas foi tanto que ela acabou por se enraizar com força dentro do imaginário social a respeito do evento. A representatividade dessa pintura dentro da cultura visual a respeito da Independência faz com que ela sirva como

modelo visual para o evento, servindo como referência para quando é reencenado ou reproduzido em uma mídia diferente, como por exemplo na televisão, no cinema, no teatro e, no caso desse trabalho, nos quadrinhos.

A Independência na Graphic Novel

Como o título da revista indica, o tema escolhido para a história escrita nas páginas de *Independência ou Mortos* é a História do Brasil, particularmente na Independência do Brasil, iniciando sua narrativa em 1808 com a Fuga da Família Real de Portugal e se encerrando com a declamação da Independência em 1822. A revista possui 26,5x17,5 de dimensões com 160 páginas em papel couché e capa dura, os desenhos são apresentados em preto e branco, com exceção da capa, e são caricaturados.

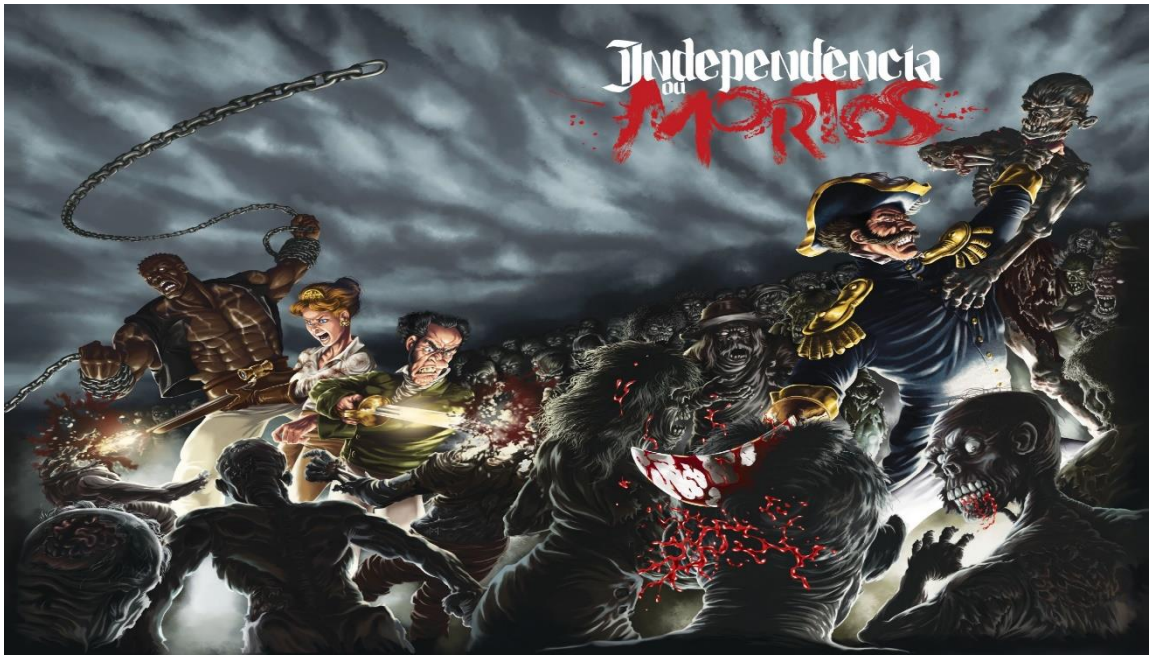


Figura 2: Capa a graphic novel "Independência ou Mortos" (Editora Nerdbooks, 2012)

A narrativa da revista não busca retratar os eventos históricos que levaram à independência com fidelidade ou seriedade, mas sim com bom humor e com liberdades artísticas, tanto que o mais notável atrativo da revista é o monstro "zumbi" apresentado como o principal antagonista da trama. O papel dos zumbis no quadrinho está evidente logo na capa (fig. 2), onde os protagonistas – da esquerda para direita: Dom Pedro I, Chalaça, Dona Leopoldina e Tigre – enfrentam uma horda das criaturas. A escolha de inserir o zumbi na trama da revista para que ela se tornasse mais atrativa para compra, visto que nos anos de lançamento e produção da revista, o personagem estava muito popular nas mídias de entretenimento e

cultura popular, espaço ganho dada a popularidade da série de televisão adaptada de quadrinhos *The Walking Dead* produzida desde o 2010.

Além de se apropriar da História para moldar o roteiro do quadrinho, a revista também acabou por utilizar uma das imagens mais conhecidas da História Brasileira em sua narrativa, como é observado em uma de suas páginas – mais especificamente no último quadro da página 107 -, quando está ilustrado o momento em que Dom Pedro I declara a Independência do Brasil. O modo como essa imagem foi montada é muito semelhante a retratada na pintura *Independência ou Morte!*.

Figura 3: Ilustração do penúltimo quadro da pág. 107 da graphic novel "Independência ou Mortos" (Editora NerdBooks)

Na imagem, seguindo a narrativa da história, Dom Pedro I declara a independência do Brasil após receber uma carta da Dona Leopoldina informando que as Cortes Portuguesas pretendiam depô-lo à força de sua posição como regente. A ilustração apresenta Dom Pedro I no centro da cena, o indicando como protagonista da cena, com seu sabre levantado e seu cavalo sobre duas patas enquanto brada. Ele está acompanhado por Chalaça, seu fiel servo, que o cumprimenta pelo feito, e por uma comitiva de soldados. As semelhanças com o quadro de Pedro Américo estão visíveis na imagem, não o suficiente para ser considerado uma cópia, mas o bastante para que a inspiração seja percebida.

Apesar dessas similaridades, existem elementos na imagem estruturada por Harald Stricker presente no quadrinho que a tornam completamente diferente da que foi elaborada por Pedro Américo. Nela, a comitiva de Dom Pedro I não está em um descampado às margens do Ipiranga, mas sim em uma floresta na Serra do Mar; Dom Pedro I não está vestido em trajes solenes ou militares, mas sim com vestes mais humildes; todos os indivíduos presentes na

imagem são militares ou associados ao governo, não há civis nela; os soldados não acompanham Dom Pedro I na euforia do momento.

Essas diferenças ocorrem pelo fato da imagem ser um produto de seu tempo e de seu meio. A história de *Independência ou Mortos* segue uma narrativa e as suas imagens o estilo artístico de seu ilustrador, então não faria sentido o momento o Sete de Setembro ser representado da mesma forma como na pintura de Pedro Américo. Dado que as duas imagens pertencem a mídias diferentes e a momentos em que a arte era vista de formas diferenciadas, é impossível que ela sejam idênticas mesmo que tenham como objetivo ilustrar o mesmo momento.

Conclusão

Tanto o quadro de Pedro Américo como o quadrinho de Yabu e Stricker tomam como tema e ilustram o momento da declamação da Independência do Brasil, e, dada a diferença de tempo da produção das duas, uma acabou por influenciar a elaboração da imagem posterior. Porém, mesmo com as duas imagens ilustrando o mesmo acontecimento, a relevância que cada uma possui no meio em que estão inseridas devem ser consideradas ao serem analisadas. As duas foram elaboradas por razões diferentes – *Independência ou Morte!* para que fosse a imagem oficial da Independência do Brasil e a ilustração presente em *Independência ou Mortos* para ilustrar o acontecimento no seu roteiro baseado na História do acontecimento – e então possuem seus diferencias.

O Agenciamento de Imagem é um excelente exemplo da capacidade mutável da Cultura Visual, pois demonstra como duas imagens produzidas por artistas diferentes em mais de um século de diferença uma da outra conseguiram apresentar semelhanças. Isso se deve a forte representatividade que o quadro de Pedro Américo recebeu dentro da História do Brasil e de sua visualidade, ao ponto de influenciar a arte e a narrativa do acontecimento. A presença de uma imagem baseada nessa pintura em uma nova mídia apresenta a capacidade de um artista de influenciar a arte em novos meios mesmo muitos anos após a exibição da imagem original.

Bibliografia

CARDOSO, Ciro Flamirion Santana. A Crise do Colonialismo Luso na América Portuguesa 1750/1822 (Cap. 3). In: LINHARES, Maria Yedda (org.). **História geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1990. págs. 101-124.

CASTRO, Isis Pimentel de. **Os pintores de História. A relação entre arte e história através das telas de batalha de Pedro Américo e Victor Meirelles**. Niterói, 2007. Dissertação de Mestrado – UFF.

Enciclopédia Itaú Cultural. **Verbete sobre Quadro Independência ou Morte! (ou O Grito do Ipiranga).** Disponível em:<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra1431/independencia-ou-morte>. Acessado em 30 de outubro de 2015.

FOBIYA, Abu & STRICKER, Harald. **Independência ou Mortos**. Curitiba: Nerdbooks, 2012.

GINZBURG, Carlo. **Medo, reverência e terror: Quatro Ensaios de Iconografia Política**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

LOPEZ, Luiz Roberto. **História do Brasil Imperial**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

MELLO JR., Donato. **Pedro Américo de Figueiredo e Melo 1843-1905**. Rio de Janeiro: Pinakotheke, 1983

McCLOUD, Scott. **Desvendando os Quadrinhos**. São Paulo: Mbooks, 2005.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. **Fontes visuais, cultura visual, História visual. Balanço provisório, propostas cautelares**. In: Revista Brasileira de História. São Paulo, 2003. Págs. 11-36

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles & MATTOS, Claudia Valladão de (orgs.). **O Brado do Ipiranga**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Museu Paulista da Universidade de São Paulo, 1999.

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. **A invenção do grito**. Revista de História, 2007. Disponível em: <http://www.revistadahistoria.com.br/secao/perspectiva/a-invencao-do-grito>. Acessado em 20 de maio de 2016.

SEM FRONTEIRAS: FOTOGRAFIA E ARTE NOS CAMINHOS DA HISTÓRIA

Luzia Costa Rodeghiero[22]

A multiplicidade e a expansão das imagens técnicas, fixas e móveis, com ênfase para a fotografia e o cinema, assim como os meios impressos criados e aperfeiçoados para sua difusão marcaram o século XX e avançaram a um território situado além do sistema de produção gerado por fotógrafos profissionais. Michel Frizot (2012, p. 20), em versão de seu texto publicado originalmente em 2005 como o verbete "photographie", no *Dictionnaire culturel en langue française*, denomina que o fenômeno vivido no âmbito do século passado foi o espaço do *homo photographicus* que, além de acercar-se dos fatos do mundo por meio da fotografia, também trata de produzir "imagens de sua vida, que ele reorganiza voluntariamente em álbum, é controlado e identificado por sua fotografia 'de identidade'".

Mas, a figura e a ação do fotógrafo amador, que se disseminaram a partir da produção das câmeras portáteis, não se limitaram apenas ao registro documental de seu cotidiano. Cabia, sim, captar as cenas de família, da paisagem rural ou urbana, das viagens, das culturas exóticas, agregando ao caráter documental da fotografia a sua vertente artística, que seguia padrões estéticos difundidos na Europa e nos Estados Unidos.

Como antecedentes desses tempos de profusão de imagens e de práticas em fotografia, o século XIX foi decisivo ao oportunizar o surgimento das associações de fotógrafos europeias e americanas, por exemplo, já em 1854, com a *Société Française de Photographie*. Conforme a obra de Angela Magalhães e Najda Peregrino (2012, p. 23) sobre o fotoclubismo no Brasil, essas sociedades promoveram o "florescimento da fotografia artística" e, ainda, "a concepção da obra fotográfica ligada a uma nova abordagem interpretativa". Ao analisarem essas mudanças e a expansão do meio, ocorrida especialmente desde o final do século, as autoras também afirmam que:

> [...]as associações fotoclubistas eram a força dominante do período. Isso viria a dar origem a uma complexa rede de difusão — propagada pelo aumento crescente dos aficionados e pela ampla circulação das fotografias em jornais e revistas especializadas —, fato nunca antes experimentado pelas artes plásticas tradicionais. (MAGALHÃES; PEREGRINO, 2012, p. 24)

[22] Universidade Estadual de Campinas. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da UNICAMP, na Linha de Pesquisa "Cultura Visual, História Intelectual e Patrimônios". Mestra em Memória Social e Patrimônio Cultural, Especialista em Artes – Patrimônio Cultural: Conservação de Artefatos e Graduada em Artes Visuais – Bacharelado, pela UFPel. E-mail: luziarodeghiero@yahoo.com.br.

Esse circuito dinâmico que gerava saberes em torno de novos equipamentos, materiais e técnicas e da produção prática e teórica sobre fotografia, fosse para captar o cotidiano social ou lançar-se a experimentações em arte, constituía espaço de interação e formação entre fotógrafos amadores. Destaca-se que o perfil do fotoclubista era o do profissional liberal em ascensão, com certo poder aquisitivo, e que praticava a fotografia em seus momentos de lazer. Segundo afirmam Helouise Costa e Renato Silva (2004, p. 21), o fotoclubismo, no Brasil, "seguiu o ritmo de expansão das cidades e de estruturação da sociedade burguesa".

A constatação não difere da forma como ocorreu na Europa, guardadas as proporções, cuja influência na produção brasileira dos fotoclubes foi significativa. Tanto as associações francesas, inglesas, austríacas, como de outras origens, refletem a ascensão burguesa. Um fato marcante foi a primeira exposição internacional de fotografia, que ocorreu em Viena, em 1891, dentro do espírito nacionalista, ante o declínio da Viena imperial, que promovia as artes e a literatura (HÜBSCHER, 2006, p. 125, apud SPENCER, s/d), sendo organizada pelo *Club der Amateur Photographen in Wien*, que passou a chamar-se *Wiener Camara Club*, a partir de 1893.

No contexto brasileiro, a partir da década de 1990 começaram a surgir as primeiras pesquisas sobre o movimento fotoclubista, com algumas publicações, dentre elas o trabalho de Maria Teresa Bandeira de Mello (1998), que enfatizou o estudo sobre o pictorialismo e o Photo Club Brasileiro, do Rio de Janeiro. A década de 2000 já nos traz outras teses e dissertações, com alguns títulos editados em livro, mas, segundo menciona Ricardo Mendes (2013, p. 8), ainda são escassas as pesquisas que completem a lacuna historiográfica existente sobre o fotoclubismo no país, no período do final do século XIX até o início do XX, considerando que várias cidades e regiões tiveram seus fotoclubes localizados.

É fato o que Mendes escreve. Na Introdução de seu livro (op. cit., p. 9), inclusive, faz referência a uma comunicação da autora (RODEGHIERO, 2012), à época em que iniciava a pesquisa que resultou na dissertação "Do Photo-Club Helios ao DECIFOTOS: memória e patrimônio em Porto Alegre no século XX"[23] (RODEGHIERO, 2014). O trabalho foi o primeiro a contemplar o estudo sobre aspectos do fotoclube, que existiu em Porto Alegre entre 1907 e 1949, e foi sediado, de maneira independente, no *Turnerbund*, como se chamava a atual Sociedade de Ginástica Porto Alegre, 1867 – SOGIPA, após ter suas primeiras reuniões

[23] Numa primeira tentativa para publicar a dissertação, em especial a parte referente ao Photo-Club Helios, a autora apresentou um projeto ao Edital do XIV Prêmio Funarte Marc Ferrez de Fotografia – 2014. Na Etapa de Seleção, dentre os 38 classificados, o projeto foi classificado em 7º lugar, do Módulo 3 (Projeto de produção de reflexão crítica sobre fotografia), que concede a premiação aos seis primeiros colocados. Nas referências estão indicados os links da matéria e do resultado da Etapa de Seleção, publicados no site da Funarte, em 08/10/2014.

realizadas nas residências de sócios. Após sua extinção, foi fundado o Departamento Cine-Fotográfico da SOGIPA, que esteve ativo no clube até 1993.

A então ausência de pesquisas a respeito do fotoclube porto-alegrense também surpreendeu o pesquisador Ricardo Mendes por ter sido o grupo muito presente no contexto da fotografia já no início do século. Como exemplo disso destaca-se sua participação e premiação com a medalha de ouro na Exposição Nacional de 1908 (DIÁRIO OFFICIAL, 1909, p. 14), realizada de 11 de agosto a 15 de novembro, no Rio de Janeiro. Outro fato é a sua recorrência em fontes de nossa bibliografia sobre história da fotografia, como: Kossoy (1980), Lima (2008), Costa (2008), além das já citadas Magalhães e Peregrino (2004; 2012) e Costa & Silva (2004). No entanto, as referências divergem, em sua maioria, por não terem sido acessadas as fontes primárias de pesquisa que dessem conta de desfazer equívocos e possibilitar um maior conhecimento sobre o fotoclube.

Assim, a análise de dados durante o trabalho de pesquisa empreendido para a dissertação só foi possível porque a pesquisadora teve acesso ao segundo Livro de Atas do Photo Club Helios - II[24], que contém registros entre 1933 e 1949, predominantemente manuscritos em alemão, e está preservado pelo Memorial da SOGIPA, clube social, esportivo e cultural cujas raízes germânicas são muito profundas, ainda no século XXI. Após a tradução do material, pôde-se conhecer uma parte do contexto no qual se inseriam aqueles fotógrafos amadores e compreender algumas das razões que tornaram o Helios uma agremiação expressiva, que inseriu a cidade de Porto Alegre no mapa mundial do fotoclubismo.

Outras fontes documentais consultadas também contribuíram para o trabalho, como o Relatório Anual do *Turnerbund* (*Jahres-Bericht*), de 1908, que, por primeira vez, menciona a existência do fotoclube, que havia atuado como colaborador num evento da instituição. Considerando o quanto ainda há a se conhecer sobre o Photo-Club Helios, foi dado segmento à pesquisa, que se desenvolve, em nível de doutorado, desde 2015, com o foco na compreensão das práticas socioculturais em torno da fotografia amadora e suas conexões sobre uma representação visual específica daquele período, no caso, o fotopictorialismo, que se expandiu desde a Europa e ganhou terreno no Brasil, marcando uma primeira fase do fotoclubismo no país (MENDES, 2013, p. 6), até a década de 1930.

Segundo André Rouillé (2009, p. 254-255), o objetivo do pictorialismo era o "de elevar a fotografia ao mesmo nível de prestígio da pintura, de fazer com que ela seja reconhecida como

[24] O primeiro livro, que deveria conter o registro das atas entre 1907 e 1932, não foi preservado no acervo do Memorial da SOGIPA.

uma entre as belas-artes". Annateresa Fabris (2011, p. 33) detalha que a fotografia pictorialista é "caracterizada por tons sombrios, textura granulada, efeitos decorativos e falta de perspectiva". A propósito, na Introdução de seu livro, a autora afirma que reviu sua postura negativa em relação ao pictorialismo, apresentada em um ensaio publicado anteriormente (FABRIS, 2008, 2ª ed.; 1991, 1ª ed.), após aprofundar os estudos acerca do movimento (idem, p. 9).

Verifica-se uma circularidade estabelecida entre o Photo-Club Helios e outros clubes congêneres no Brasil e no exterior. Essas conexões eram favorecidas pelo fluxo com o Rio de Janeiro e, também, com a Europa. Tais relações ocorriam no campo social, cultural e, também, comercial, oportunizando que as influências estéticas em voga no momento fossem assimiladas pelo grupo gaúcho. Explica-se: o Helios figurou, na década de 1920, com um dos três fotoclubes do país, ao lado do Photo Club Brasileiro e da Sociedade Paulista de Photographia. No entanto, o diálogo maior se dava com o fotoclube carioca, que publicou a Revista Photogramma, entre 1926 e 1931, que chegava regularmente aos sócios de Porto Alegre, trazendo a reprodução de fotografias, textos e notícias diversas.

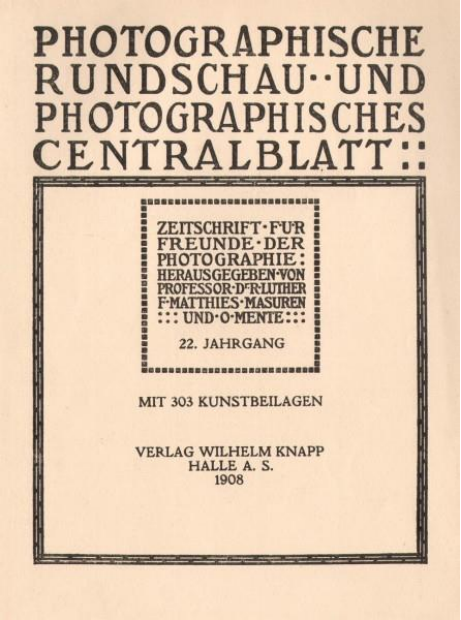
Com certa frequência, associados do clube carioca participavam de reuniões do Photo-Club Helios, onde demonstravam procedimentos técnicos que eram realizados para obter os efeitos característicos da fotografia pictorialista, como a intervenção direta nos negativos. Havia a participação dos associados do Helios em Salões anuais do Photo Club Brasileiro e, outro fato que repercutiu na trajetória do Helios e na estreita relação com o Rio de Janeiro foi a promoção do Salão Farroupilha, em conjunto com o Photo Club Brasileiro, em abril de 1936. O evento promoveu, de maneira exclusiva, a visibilidade da produção em fotografia amadora de Porto Alegre, na então capital da República.

É possível que o nome do Salão tenha sido devido à participação do Photo-Club Helios na Exposição do Centenário Farroupilha, realizada em Porto Alegre, entre setembro de 1935 e janeiro de 1936, no Pavilhão Cultural, que foi localizado no prédio onde hoje funciona o Anexo da Educação Infantil do Instituto Estadual de Educação General Flores da Cunha, no Parque Farroupilha[25]. A mostra teve grande visitação e permitiu que o trabalho dos fotógrafos fosse visto por um público maior. Ressalta-se que o grupo promovia concursos internos e exposições na região central da cidade, principalmente nas casas que comercializavam insumos para a fotografia, na Rua dos Andradas e suas imediações.

[25] Popularmente conhecido como Parque da Redenção.

O intercâmbio com o exterior era estimulado primeiro pela origem alemã da maior parte dos sócios — quase todos também associados ao *Turnerbund*, que foi, até a década de 1940, o mais importante clube alemão da cidade — e, segundo, pelas viagens constantes dos sócios ou de pessoas de suas relações à Europa e, também, através da vinda de alemães a Porto Alegre, fosse eventualmente ou para fixar residência. Acrescenta-se, ainda, a produção do mercado editorial, com as revistas ilustradas e suas possibilidades para veicular imagens selecionadas e textos críticos, que refletiam sobre a produção fotográfica. Dentre as revistas estrangeiras recebidas pelos sócios do Helios predominavam as alemãs, como a *Photographische Rundschau* (Figura 1), publicada em Halle, entre 1887 e 1943, que foi uma das primeiras revistas para amadores[26].

Figura 1 – Folha de rosto da edição de 1908 da revista *Photographische Rundschau*.


PHOTOGRAPHISCHE RUNDSCHAU··UND PHOTOGRAPHISCHES CENTRALBLATT::

ZEITSCHRIFT·FÜR FREUNDE·DER PHOTOGRAPHIE: HERAUSGEGEBEN·VON PROFESSOR·DR·R·LUTHER F·MATTHIES·MASUREN ::: UND·O·MENTE:::

22. JAHRGANG

MIT 303 KUNSTBEILAGEN

VERLAG WILHELM KNAPP
HALLE A. S.
1908

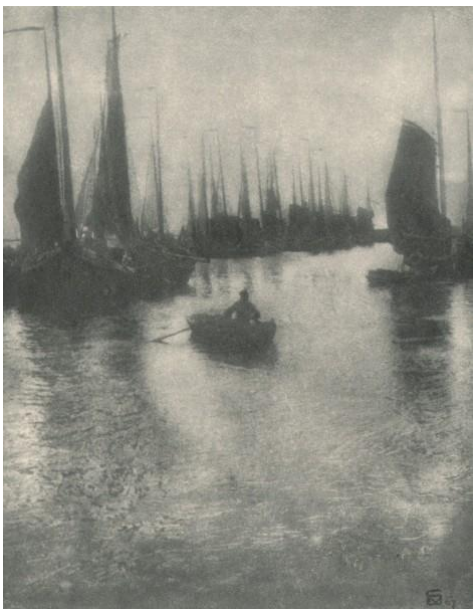
Fonte: Photographische Rundschau: 1908. In: **Photoseed.**

As fotografias (Figura 2) reproduzidas nas páginas da *Photographische Rundschau* do período indicam a promoção que fazia do pictorialismo, gerado pelos fotógrafos amadores. Sabe-se que havia vários exemplares da publicação na biblioteca do Photo-Club Helios, entretanto, o acervo foi saqueado durante o período em que o grupo permaneceu desativado, de 1942 a 1949, que compreendeu a Segunda Guerra Mundial e os anos seguintes. Aliás, também durante a Primeira Guerra, o Helios esteve inoperante. A elevação dos preços e a dificuldade

[26] Segundo o texto: "Photographische Rundschau: 1887-1943 - German photographic journal for amateurs".

de importação de materiais e equipamentos fotográficos, aliada ao falecimento ou à idade avançada de seus sócios mais engajados contribuíram para a extinção do fotoclube em dezembro de 1949, que teve seu auge na década de 1930.

Figura 2 – Friedrich Victor Spitzer, *Hafen in Volendam*, edição de 1908 da *Photographische Rundschau*.



Fonte: Photographische Rundschau: 1908. In: **Photoseed.**

A propósito do tão difundido pictorialismo e das mudanças que estavam por vir, Annateresa Fabris comenta que "até a década de 1940 não significa que exemplos da 'nova visão' não tenham chegado ao Brasil antes do surgimento da Escola Paulista de Fotografia" (2013, p. 15). A autora reitera a importância das revistas ilustradas para apresentar outra visualidade, citando a *S. Paulo* que, desde o final de 1935, associava a "moderna concepção de reportagem" a "narrativas articuladas de maneira essencialmente visual".

Mas, com base no conjunto das fontes analisadas até o momento, percebe-se que o Photo-Club Helios buscava por uma concepção clássica de fotografia, possivelmente em razão da evidenciada afinidade com o Photo Club Brasileiro e com seus semelhantes europeus, que cultuavam o fotopictorialismo, ainda que as vanguardas artísticas já fossem uma realidade. Outro ponto que pode reforçar a afirmação está na troca de portfólios itinerantes, que ocorreram com sociedades alemãs de fotografia. Segundo os registros das reuniões existentes no segundo Livro de Atas do Photo-Club Helios, ao analisarem as fotografias de autoria dos amadores de Porto Alegre, os alemães foram muito elogiosos com relação à alta qualidade técnica e estética da produção.

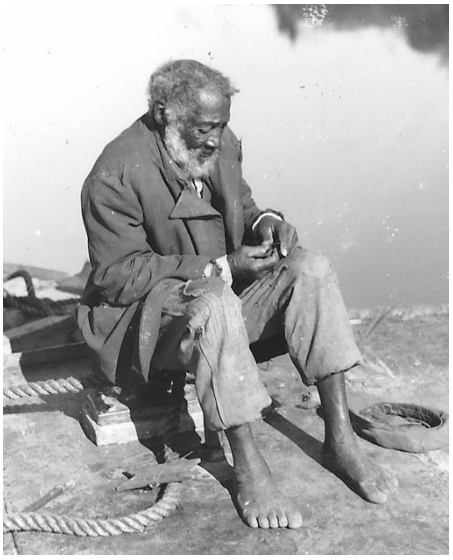
No acervo do Memorial SOGIPA não foram preservadas fotografias produzidas pelos antigos sócios do Helios. Acredita-se que tenham sido retiradas por eles próprios, por se tratar de um grupo independente da instituição, e estejam guardadas (ou esquecidas) por seus descendentes. Um caso positivo é o do acervo de Jacob Prudêncio Herrmann (Porto Alegre, 1896-1967), que se compõe por mais de seiscentos negativos de vidro, e de ampliações em papel, documentos textuais, entre outros itens, e que se encontra preservado por seus netos, na cidade de Torres, desde 2015, após a transferência do conjunto, que sempre esteve em Porto Alegre desde sua formação.

O fotógrafo transitava entre o registro documental de cenas de sua cidade e dos locais por onde passava, e é notada sua característica para produzir imagens a partir de um rigoroso estudo da luz, plenas de sensibilidade (Figuras 3 e 4). Cenas rurais e as mudanças urbanas, os antigos ofícios, os tipos humanos distintos, o contexto familiar, as brincadeiras e o crescimento dos filhos foram objeto da câmera Zeiss Ikon, que Herrmann adquiriu durante uma viagem à Alemanha, em 1929, quando começou a produzir seu acervo, de inestimável valor para nossa fotografia.

Figura 3 – *Pintores*, Jacob Prudêncio Herrmann, 1932.

Fonte: Acervo Família Herrmann.

Figura 4 – *Portuário*, Jacob Prudêncio Herrmann, 193-.



Fonte: Acervo Família Herrmann.

Desde o exercício da atividade de pesquisa, que há vários anos é realizada sobre fotografia e acervos analógicos, assim como sua preservação e difusão em meio digital, verifica-se o quanto é complexa a acessibilidade a conjuntos documentais e o quanto tais acervos são, muitas vezes, negligenciados pelas instituições e detentores particulares. Sabe-se que parte das fontes utilizadas para a pesquisa sobre a trajetória em termos históricos e no campo da arte, a respeito do Photo-Club Helios, felizmente, foi conservada por instituições e familiares dos antigos sócios, seja em Porto Alegre e em outras cidades.

Se os acervos institucionais exigem estratégias de grande porte para que integrem programas específicos de gestão documental, ainda mais em tempos de escassos recursos destinados à área cultural, os acervos familiares, mesmo com necessidades bem semelhantes aos institucionais, sustentam uma parte muito significativa da memória social e podem ser acessados, com relativa frequência, sem a burocracia e outros problemas, que impedem a consulta às fontes originais, ou, a suas reproduções digitais, isso quando se chega à informatização, o que é raro. No caso do Photo-Club Helios, por seu perfil autônomo, até certa medida, uma vez que obtinha a cedência de espaço por parte do *Turnerbund*, devido às relações de amizade e de origem étnica, a maior parte do conjunto de fotografias permaneceu em poder de seus associados e, posteriormente, sob a guarda de descendentes e outros familiares.

Constatou-se que sua conexão com a crítica especializada no Brasil e, também, no exterior, contribuiu para sua produção fotográfica, que foi construída, muito provavelmente sob o predomínio do fotopictorialismo. O mundo visual, que se delineava a partir das imagens

técnicas e seu avanço aos centros urbanos mostraram que o cidadão com poder de compra do material fotográfico importado também poderia pensar sobre a natureza da imagem e tornar-se um amador da fotografia e integrante de todos os meios que a envolvem, desde o circuito de exposições, concursos e fontes impressas de grande circulação.

A pesquisa em curso almeja conhecer outros meandros de uma produção que, até recentemente, estava invisível no meio acadêmico, sem receber a atenção que um grupo, do nível do Photo-Club Helios, deveria ter. Seu papel, portanto, para compor parte da história da fotografia brasileira é inegável.

Referências:

Acervo Memorial SOGIPA

Jahres-Bericht des Turner-Bundes zu Porto Alegre, Rio Grande do Sul – Brasilien für das Jahr 1908 (Realizado na Assembleia Geral de 30/01/1909.). Typographia do Centro, Porto Alegre.

LIVRO de Atas do Photo Club Helios - II, (Registros entre 11/02/1933 e 7/12/1949).

Referências bibliográficas e eletrônicas

COSTA, Helouise. Pictorialismo e Imprensa: O Caso da Revista O Cruzeiro (1928-1932). In: FABRIS, Annateresa (org.) **Fotografia:** usos e funções no século XIX. – 2. ed. 1. reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008, pp. 261-292.

COSTA, Helouise & SILVA, Renato Rodrigues da. **A fotografia moderna no Brasil.** São Paulo: Cosac Naify, 2004.

DIÁRIO OFFICIAL – Estados Unidos do Brazil, 06/04/1909. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/1640768/dou-secao-1-06-04-1909-pg-14/pdfView>. Acesso em: 20 ago. 2016.

FABRIS, Annateresa. **O desafio do olhar:** fotografia e artes visuais no período das vanguardas históricas, volume 1. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

_____ . **O desafio do olhar:** fotografia e artes visuais no período das vanguardas históricas, volume 2. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

_____ . A fotografia e o sistema das artes plásticas. In: FABRIS, Annateresa (org.) **Fotografia:** usos e funções no século XIX. – 2. ed. 1. reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008, pp. 261-292.

FRIZOT, Michel. "Fotografia" um destino cultural. In: SANTOS, Alexandre; CARVALHO, Ana Maria Albani de. **Imagens:** arte e cultura. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

HÜBSCHER, Manon. The Vienna Camera Club - Catalyst and Crucible. In: PRODGER, Phillip. **Impressionist Camera:** Pictorial Photography in Europe, 1888-1918. Nova Iorque e Londres: Merrell Publishers, 2006.

KOSSOY, Boris. **Origens e expansão da fotografia no Brasil – século XIX.** Rio de Janeiro: Funarte, 1980.

LIMA, Solange Ferraz de. O Circuito Social da Fotografia: Estudo de Caso - II. In: FABRIS, Annateresa (org.) **Fotografia:** usos e funções no século XIX. – 2. ed. 1. reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008, pp. 59-82.

MAGALHÃES, Angela; PEREGRINO, Nadja. **Fotoclubismo no Brasil** – O legado da Sociedade Fluminense de Fotografia. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2012.

MAGALHÃES, Angela; PEREGRINO, Nadja. **Fotografia no Brasil:** um olhar das origens ao contemporâneo. Rio de Janeiro: Funarte, 2004.

MENDES, Ricardo (org.) **Antologia Brasil, 1890-1930:** pensamento crítico em fotografia. São Paulo: Funarte, 2013. Edição impressa publicada em julho/2013. Também disponível em: <http://www.fotoplus.com/antologia/>. Acesso em 20 ago 2016.

MELLO, Maria Teresa Villela Bandeira de. **Arte e fotografia:** o movimento pictorialista no Brasil. Rio de Janeiro: Funarte, 1998.

Photographische Rundschau: 1887-1943 - German photographic journal for amateurs. In: **Photoseed.** Site. Disponível em: <http://photoseed.com/highlights/photographische-rundschau-an-important-german-photographic-journal-for-amateurs/>. Acesso em: 15 ago. 2016.

Photographische Rundschau: 1908. In: **Photoseed.** Site. Disponível em: <http://photoseed.com/collection/group/photographische-rundschau-1908/>. Acesso em: 15 ago. 2016.

RODEGHIERO, Luzia Costa. Um olhar sobre o ensino informal da fotografia em Porto Alegre, no século XX: experiências do Photo-Club Helios e do DECIFOTOS. In: **Anais Eletrônicos do Seminário Diálogos entre História, Patrimônio e Educação**, promovido pelo ICHI/FURG, entre 11 e 13/06/2012. Rio Grande: Editora da FURG, 2013. Disponível em: < http://seminariodialogos.files.wordpress.com/2013/05/anais1.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2016. (p. 113-123)

RODEGHIERO, Luzia Costa. **Do Photo-Club Helios ao DECIFOTOS:** memória e patrimônio em Porto Alegre no século XX. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas, 2014. Disponível em: http://www2.ufpel.edu.br/ich/ppgmp/v03-01/wp-content/uploads/2015/04/Dissertacao_Luzia_Rodeghiero.pdf. Acesso em: 10 ago. 2016.

ROUILLÉ, André. **A fotografia:** entre documento e arte contemporânea; tradução Constancia Egrejas. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2009.

SPENCER, David. Amateur-Kunst: 1891 Vienna Exhibition. In: **Photoseed.** Site. Disponível em: <http://photoseed.com/collection/group/amateur-kunst-/>. Acesso em: 17 ago. 2016.

XIV Prêmio Funarte Marc Ferrez de Fotografia: classificação da segunda etapa. Disponível em: <http://www.funarte.gov.br/artes-visuais/xiv-premio-funarte-marc-ferrez-de-fotografia-classificacao-da-segunda-etapa/> e <http://www.funarte.gov.br/wp-content/uploads/2014/05/M%C3%B3dulo-3-Classifica%C3%A7%C3%A3o-Etapa-2-Sele%C3%A7%C3%A3o_EDITAL-XIV-PR%C3%8AMIO-FUNARTE-MARC-FERREZ-DE-FOTOGRAFIA-.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2016.

MÉTODO DOCUMENTÁRIO NA ANÁLISE DE PROPAGANDAS DO ENSINO PRIVADO PELOTENSE

Helena de Araujo Neves[27]
Rita de Araujo Neves[28]

Introdução

Este artigo faz parte de uma investigação já concluída – desenvolvida em nível de doutoramento – caracterizada como uma pesquisa documental – cujas principais fontes consultadas são propagandas impressas de instituições de ensino, além de matérias e entrevistas publicadas em periódicos que circularam na cidade de Pelotas-RS. A investigação que deu origem a este texto (NEVES, 2012), identificou que o cenário da educação privada em Pelotas passou por ciclos, tendo início no final do século XIX, com a presença das primeiras escolas confessionais que promovem o fechamento de muitas escolas privadas bem como de aulas avulsas de ensino laico. O ensino confessional tem presença marcante ao longo do século XX retraindo-se na virada do século XXI com a chegada das primeiras escolas geridas pelos empresários da educação. Esse fato, como será abordado a seguir, resultou no fechamento de algumas escolas confessionais, como no caso do Colégio Santa Margarida[29], ou na transferência aos empresários da educação, alterando a sua mantenedora, como o ocorrido com o Colégio Gonzaga. Assim, de maneira sucinta, iremos abordar alguns fatos que levaram a gestão Confessional do reconhecido Colégio Gonzaga de Pelotas a vender a escola para empresários da educação, momento em que a propaganda impressa foi utilizada para mostrar para a comunidade Pelotense que ocorreria uma mudança na gestão do educandário[30].

Ademais, temos o objetivo principal, neste texto, de abordamos uma possibilidade de análise qualitativa da imagem através do Método Documentário, desenvolvido por Ralf Bohnsack (2010). Sabemos que o estudo e uso das fontes imagéticas no campo das pesquisas em educação ainda é reduzido, ao levarmos em consideração todo o campo, que é bastante

---

[27] Professora Adjunta do Centro de Artes na Universidade Federal de Pelotas-UFPel no colegiado dos cursos de Design. Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da UFPel - profhelena.neves@gmail.com.
[28] Professora Adjunta da Faculdade de Direito na Universidade Federal do Rio Grande-FURG. Mestra em Educação pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da UFPel e doutoranda nesse mesmo PPGE – profarita@yahoo.com.br.
[29] Sobre informações com relação ao fechamento do Colégio Santa Margarida ler: Neves (2012).
[30] Para mais ler Neves (2012).

vasto[31] e, por isso, nos propusemos a tecer algumas breves considerações acerca dessa metodologia de interpretação de imagens, bem como apresentarmos, de forma sucinta, os resultados de um exercício de interpretação de uma fotografia, a partir dessa metodologia de análise de imagens. A investigação em tela visa a analisar uma fotografia que foi usada na publicidade do Colégio Gonzaga, como elemento para compreensão do próprio contexto social, cultural e histórico no qual foi produzida e divulgada essa imagem, a fim de, com essa prática, discuti-la a partir dos parâmetros da metodologia de análise de imagens que adotamos neste estudo. Portanto, nossa intenção, neste estudo, é expor a metodologia de interpretação de imagens, apresentando os resultados de um exercício de interpretação de uma propaganda e, quiçá, contribuir e provocar a outros pesquisadores do campo do conhecimento da educação a também se engajarem na pesquisa através dessa potente ferramenta metodológica.

A interpretação de fotografias pelo método documentário

O renomado pesquisador Gustavo Fischman (2008), com importantes pesquisas no campo da educação e imagens, já destacava, em levantamento realizado nas pesquisas educacionais em educação nos Estados Unidos, a dificuldade do uso das imagens como fonte nessas pesquisas. Entendemos, de acordo com levantamento recente realizado na plataforma Scielo[32], em junho de 2016, que essa realidade se reproduz, no campo das pesquisas em educação, também no Brasil. De acordo com o mesmo estudioso antes referido:

> Apesar de notáveis esforços, a educação como campo de investigação tem tendido a evitar um questionamento sobre a cultura visual, bem como os debates necessários acerca do valor epistemológico das imagens na pesquisa educacional [...] Ao contrário, a crítica em algumas das mais importantes revistas norte-americanas em pesquisas educacionais – tais como *Educational Researcher, Harvard Educational Review, Teachers College Record, Review of Educational Research, Journal of Educational Policy e Comparative Education Review* – demonstra que são gastos mais esforços para encontrar um equilíbrio adequado entre o uso de palavras e números, típicos do debate sobre pesquisa quantitativa e qualitativa (FISCHMAN, 2008, p. 110).

[31] Haja vista, por exemplo, o campo da História da Educação – que se utiliza muito de fontes imagéticas. Contudo, é também importante considerar que nem sempre usa metodologias de análise de imagem, mas de apropriações dessas imagens como fontes de pesquisa para analisar infinitas categorias de análise.

[32] Foram encontrados 3.551 artigos científicos, dos quais o primeiro data de 1959 e o último do corrente ano. Cumpre salientar que para o levantamento realizado o descritor utilizado foi “imagens”. A partir da leitura dos 3.551 títulos dos artigos científicos encontrados foi possível identificar que grande parte das publicações figuravam em áreas como: geografia, matemática, medicina, odontologia e agronomia, mas em inexpressiva quantidade no campo da educação.

Porém, para esse pesquisador, o descarte e/ou ignorância dos aspectos visuais nas pesquisas educacionais vai além da economia e da pragmática do mundo editorial associada à lógica de avaliação acadêmica na qual os editores das revistas e os críticos de conferências, na academia, exigem que os pesquisadores traduzam a complexidade visual de suas pesquisas com imagens em palavras e números, desconsiderando, inclusive, o alto custo do uso de imagens nas publicações. Para o professor, há outros obstáculos, problemas e impossibilidades na incorporação da cultura visual à pesquisa educacional, mas ainda obscuros e sobre os quais se propõe a refletir (FISCHMAN, 2008). Segundo seus estudos, uma das suspeitas para esse fenômeno está no fato de que muitos estudiosos e intelectuais duvidam do valor das imagens, especialmente das fotografias como fontes capazes de produzir um conhecimento mais preciso sobre a sociedade, pois para esses estudiosos as fotografias produzem imagens distorcidas da realidade. Nessa lógica, a falta de interesse pelas imagens gráficas no campo da pesquisa educacional foi identificada como um fenômeno nominado por Mitchell (1987 *apud*, FISCHMAN, 2008), como "*virada pictórica*", manifestado em decorrência da saturação e bombardeio das sociedades contemporâneas pelas imagens e, em decorrência disso, a atenção que passou a ser dada pelos cientistas sociais à influência da cultura visual e seus usos cada vez mais sofisticados.

O autor ainda destaca que: "[...] para se entender a visualidade é preciso investigar tanto a percepção e a recepção de imagens quanto as condições culturais, sociais e econômicas que envolvem os produtores e os usuários da cultura visual" (FISCHMAN, 2008, p.115). Destaca ainda a importância de que os pesquisadores engajados nas pesquisas educacionais com imagens assumam uma postura crítica e reflexiva em relação a essas fontes, firmando que:

> A **incorporação das culturas visuais requer que os pesquisadores educacionais incorporem, criticamente, a noção de investigação e reflexão sobre o que vemos, e como essas imagens são construídas e reconstruídas por todos os participantes de qualquer projeto de pesquisa**. Essa reflexão crítica não é uma mera extensão do velho ditado: *Uma foto vale mais do que mil palavras*. [...] No entanto, **deve-se notar que, se uma foto vale mais do que mil palavras, para entendê-la, refletir sobre ela ou explicá-la, precisamos usar mil e uma palavras**. Ainda assim, **não há nada transparente ou inerentemente verdadeiro no mundo das imagens** [...] (FISCHMAN, 2008, p.119). [grifos nossos]

Por fim, Fischman (2008) argumenta que o reconhecimento e a inclusão da cultura visual e das imagens nas pesquisas educacionais só serão significativos se essas não forem reduzidas à mera repetição das abordagens que usam as imagens com o único objetivo de propagandear um projeto de pesquisa. Para ele:

> O importante é **incorporar à pesquisa educacional os problemas e métodos de coleta de dados; interpretar e representar (ou apresentar) as imagens e a visualidade**; incluir novas questões e novos atores; rever velhos argumentos; e criar projetos abrangentes e socialmente relevantes. Incorporar a cultura visual à pesquisa educacional não é tarefa fácil, pois **implica problemas epistemológicos e metodológicos** [...] (NÓVOA, 2000 *apud* FISCHMAN, 2008, p.122). [grifos nossos]

Foi exatamente por aceitar esse desafio, o da incorporação da cultura visual às pesquisas educacionais, que buscamos uma metodologia de interpretação para as imagens usadas em nossas pesquisas que trouxesse rigor científico às nossas análises, oportunidade em que conhecemos o método documentário de interpretação. Ainda que a autoria do método documentário de interpretação seja atribuída a Karl Mannheim, em um artigo denominado "Contribuições para a teoria da interpretação das visões de mundo" (1921), na atualidade, quem trouxe luz e destaque à metodologia por ele criada foi o sociólogo alemão Ralf Bohnsack. Contemporâneo a Mannheim, introduzindo o acesso metodológico à compreensão pré-conceitual ou ateórica, também merecem destaque as contribuições da iconografia e da iconologia de Erwin Panofsky (2011).

O advento da fotografia, primeiramente na Europa, no início do século XIX, criou uma ilusão geral de que esse tipo de imagem, de fato, retratava e/ou reproduzia a realidade tal qual essa se apresentava. Segundo Fischman (2006, p.81): "Durante gran parte del período moderno, las imágenes capturadas en fotografías aspiraban a mostrar la realidad, "tal y cual como era" y por tanto el binomio reproducción/representación era crucial"[33]´[grifo nosso]

Todavia, os estudos desenvolvidos por pesquisadores das imagens, especialmente Roland Barthes (1984), questionaram essa lógica da certeza da realidade, trazida pela fotografia. Para Fischman (2006, p.81):

> Las imágenes fotográficas, [...] no solo intervienen en la comprensión social de la "realidad" sino que también en los procesos de construcción de identidad a través de operaciones de representación y/o simulacro, porque las fotografías poseen la cualidad de *exponer* objetos y sujetos[34].

Seguindo esse mesmo raciocínio, ao referir-se especificamente às fotografias nas pesquisas educacionais, Fischman (2010), estudioso dessa temática, destaca que:

---

[33] **Livre tradução pelas autoras:** Durante a primeira metade do século XX, a multiplicação de fotos das multidões urbanas, dos mercados, dos arranha-céus, das fábricas e das escolas foi testemunha de uma noção moderna de progresso. Durante grande parte do período moderno, as imagens capturadas nas fotografias aspiravam a mostrar a realidade, "tal e qual como era", e assim o binômio reprodução/representação foi crucial.

[34] **Livre tradução pelas autoras:** As imagens fotográficas,[...] não só intervêm na compreensão social da "realidade", mas também nos processos de construção da identidade através de operações de representação e/ou simulação, porque as fotografias têm a qualidade de expor objetos e sujeitos.

> [...] ao **utilizar imagens, tais como fotografias, não devemos considerá-las como neutros** – simples documentos captados por uma lente (ou por um artista). **Ao fazer isso, as limitaríamos a objetos "naturais", quando, de fato, essas imagens são socialmente construídas dentro de regimes específicos de verdade** [...] (FISCHMAN, 2008, p.119) [grifos nossos].

Assim, feito esse importante registro acerca do conceito e discussões sobre as imagens fotográficas, passamos à análise de um anúncio publicado seis anos depois da "desconfessionalização" do Colégio Gonzaga (ver Fig.1) publicitário escolhido intencionalmente (GIL, 2008) para as finalidades deste artigo, antes mencionadas.

Figura 1 – Anúncio do Colégio Gonzaga sob uma Gestão Empresarial.
Fonte: JORNAL DIÁRIO POPULAR, 17/11/2010.

Após apresentar a imagem eleita para análise, neste estudo, denominada como Figura 1 descreveremos, a seguir, sua interpretação segundo as etapas do Método Documentário.

Fase 1- Análise da imagem no nível pré-iconográfico: Nesta primeira fase da análise pelo método documentário de interpretação é necessário responder à pergunta "o quê?". Dessa forma, respondendo a esse questionamento, verificamos que a imagem analisada apresenta, além de elementos visuais, representados pela fotografia, também elementos textuais, divididos em quatro grupos de pequenos textos e títulos que compõem o anúncio. A imagem analisada é colorida. Objetivamente, o que se verifica, logo no primeiro plano e em destaque, são as imagens de dois seres humanos, em idade infantil, aparentemente dos dois gêneros, masculino e feminino, sendo que à direita do observador e em destaque está a menina e logo atrás dela, mas à esquerda de quem observa a foto, está o menino. Ambos estão vestidos e com as duas mãos unidas na frente do rosto, além de terem os antebraços totalmente estendidos sobre uma superfície horizontal, de madeira. A postura que apresentam na imagem sugere estarem em pé e encostados à superfície de madeira sobre a qual têm os antebraços estendidos ou até mesmo

ajoelhados, pois não é possível visualizar a parte inferior de seus corpos. Ambos estão olhando fixamente para frente e aparentemente para o mesmo ponto e denotam estar em um ambiente interno.

Fase 2- Análise da imagem no nível iconográfico: Nesta fase, ainda respondemos à pergunta "o quê?" e procuramos identificar as tipificações do senso comum em relação à imagem analisada. Quanto à apresentação desses objetos cênicos, na percepção do senso comum, é possível afirmar que as crianças retratadas na imagem estão no interior de uma igreja ou capela, em posição corporal de oração. Ambas as crianças vestem o uniforme do colégio cuja peça publicitária ilustram, o Gonzaga, o que nos leva a crer sejam ambas estudantes daquele educandário.

Fase 3- Análise da imagem no nível iconológico/icônico: Nesta fase de análise vamos, finalmente, considerar o contexto da sua produção e tentar responder à pergunta "como?", além de identificar o produtor da imagem. Este anúncio foi divulgado em um dos jornais de maior circulação da cidade de Pelotas-RS, o conhecido Diário Popular, seis anos depois da venda do Colégio para empresários da educação. O produtor da imagem é identificado pela assinatura/logotipo do Colégio Gonzaga – localizada no canto inferior direito do anúncio. É interessante destacar que, diferentemente dos outros anúncios que compunham a campanha daquele ano, neste não aparece a assinatura da agência de propaganda que formulou tal propaganda (apesar de o layout e da chamada/título dos anúncios, assim como a tipografia utilizada e enquadramento e formatação do anúncio, manterem um padrão desenvolvido por tal agência – o que nos leva a crer que esta imagem pode ter sido produzida, ainda que não apareça a assinatura da referida empresa publicitária.

Esse produtor não parecia estar posicionado exatamente na frente das crianças fotografadas, no momento da produção da imagem. Isso é percebido tendo em consideração o fato de que ambas as crianças não olham diretamente para o ponto focal da câmera, mas tem o olhar direcionado a um ponto à esquerda de quem observa a imagem. Nesse sentido, é possível inferir, inclusive, que talvez as crianças não tenham se apercebido do exato momento da captura da imagem (a não ser que esta fotografia tenha sido produzida para tal fim). Nesta fase da análise, também importa compreender a composição formal da imagem, a fim de entender a relação entre os elementos que a compõem. Cabe dizer, assim como já descrito na primeira fase de análise, que há elementos plurais compondo a imagem, além da fotografia dos dois estudantes retratados. Porém, quando consideramos a coreografia cênica do todo que a compõe,

é possível inferir preferência, destaque e proeminência à imagem das duas crianças em relação aos demais elementos. Isso pode ser percebido pelo próprio tamanho da fotografia das crianças em relação aos elementos textuais que compõe a imagem, além da centralidade assumida pela fotografia.

Da mesma forma, quando consideramos a análise planimétrica da imagem, podemos perceber o destaque dado pelo produtor da imagem às duas crianças, em especial à menina, que aparece em primeiro plano com uma expressão angelical, à direita do observador, enquanto o menino está um pouco atrás dessa e tem sua imagem desfocada e não tão nítida quando a dela, parecendo ter o produtor usado de algum recurso de aproximação da câmera, como, por exemplo, um zoom. Somado a isso, no contexto da produção da imagem em análise, temos que levar em conta o período no qual foi produzida. Contudo, antes de mencionar o que aconteceu com o Colégio Gonzaga no ano de 2004, seis anos antes da publicação de tal propaganda, torna-se importante indicar o que ocorreu com este educandário de Pelotas antes desse período. Em um esforço de síntese, parte-se para algumas informações importantes sobre o contexto. No que se refere à educação, no Rio Grande do Sul, são criados, a partir da década de 1890, vários estabelecimentos de ensino católicos, dentre os quais, em 1894, a então Escola São Luiz Gonzaga, que foi a primeira instituição católica de ensino primário e secundário da cidade de Pelotas (AMARAL, 2003). A Companhia de Jesus dirigiu o Gonzaga até o ano de 1926, quando os Irmãos Lassalistas assumiram a sua direção – tarefa à qual se dedicam até o ano de 2003. Ao analisar o conjunto de propagandas dessa escola foi possível identificar muitas das características singulares desse educandário. O que se observou foi uma concorrência acirrada nos jornais especialmente no início dos anos 1990 com a criação de uma instituição gerida por um empresário da educação. A trajetória do ensino privado no Brasil é marcada por disputas e por gradativos distanciamentos dessa esfera diante do ensino público. É nesse cenário, na segunda metade do século XX, que as instituições privadas começam a ser criadas e mantidas por um grupo social que será denominado de "empresários da educação" ou de "empresários do ensino" (NEVES, 2012). Os empresários leigos do ensino começam a ter presença marcante no panorama político-educacional brasileiro a partir dos anos de 1960, mais especificamente a partir do Golpe Militar de 1964, com a consolidação do capitalismo em nível nacional (CÊA; DORNELLAS SOBRINHO, 2000). Os militares no poder optaram por uma política privatista no campo social e isso incluía a educação. Desde então o "empresariado leigo do ensino passou, crescentemente a dividir com a igreja católica a escolarização da classe dominante e de amplos segmentos das camadas médias urbanas" (CÊA; DORNELLAS SOBRINHO, 2000, p.133).

Com relação às propagandas divulgadas em Pelotas pelas instituições confessionais, nessa mesma época, identificou-se que seus textos apresentavam, não raro, um descontentamento com relação às abordagens das escolas geridas pelos empresários da educação. Com isso, foi possível identificar, com relação à postura adotada pelas diferentes gestões existentes em Pelotas que, com certa frequência, enquanto duas escolas empresariais respondiam a provocações mútuas, as confessionais abordavam dados sobre si, sem desmerecer o trabalho dos outros educandários. Contudo, cabe chamar a atenção de que esta postura não competitiva não durará por muito tempo. Aos poucos as escolas confessionais começam a usar uma linguagem mais impositiva em suas propagandas. No início dos anos 2000 a concorrência foi implacável e começou a tratar de desqualificar a tradição vendida pelo educandário Gonzaga. Assim, nesse período, de um lado estava a gestão empresarial, deixando pistas de que sua atuação na cidade era uma realidade e de outro a gestão confessional que começava a dar pistas do desgaste da sua ação. Fato analisado em função de um momento de estagnação do crescimento do ensino privado, no que se refere ao número de escolas criadas, e da quantidade de alunos matriculados no ensino privado, como pode ser verificado em Neves (2012).

Para demarcar essa situação, em outubro do ano de 2003, a comunidade pelotense é surpreendida com a notícia de que o centenário Colégio Gonzaga iria fechar. O Jornal Diário Popular de Pelotas fez uma intensa cobertura das negociações relatando os bastidores desse momento histórico vivenciado pela educação privada pelotense ao longo do processo de "desconfessionalização" do educandário Gonzaga. Nas duas primeiras notícias o público recebe informações dos motivos do possível fechamento da instituição. Dentre eles, destaca-se como principal indício a diminuição do número de alunos, creditada à queda de poder econômico. Chama-se atenção aqui para outro aspecto abordado sobre o ensino confessional privado. No princípio de sua atuação o Gonzaga contava com um quadro de professores da própria ordem e passam, com o tempo, a contratar professores leigos – o que repercutirá em maiores gastos para a instituição. Em outra matéria, mais detalhada, é destacado que a escola viu-se em crise, pois a quantidade de alunos baixou de 1876 estudantes para, em 2003, 746. Esses podem ter sido fatores determinantes para que muitos alunos tenham deixado o colégio, uma vez que o Projeto Político Pedagógico da escola não correspondia mais às expectativas do segmento social que enviava seus filhos para essa instituição. Ao levar em consideração também que no século XXI já não há essa divisão sumária entre católicos e não católicos, acreditar que muitos ficariam na escola pelas convicções religiosas talvez tenha sido um excesso de confiança em um mundo em mutação.

Depois de anunciada a possibilidade de fechamento do colégio, os dias subsequentes foram repletos de protestos, carreatas e caminhadas em favor da escola. Em um segundo momento, o representante da mantenedora concedeu uma coletiva indicando que iria, em vinte e quatro horas, estudar as propostas apresentadas a ele com o intuito de que o colégio não fechasse. Dez dias após o anúncio da crise enfrentada pelo colégio o Jornal Diário Popular divulgava que empresários locais tinham feito uma proposta de compra e dois dias depois noticiavam a troca de administradores da instituição. As ações comunicativas do Gonzaga nesse momento tinham, então, o intuito de tranquilizar a comunidade, deixando claro que a escola não perderia a tradição conquistada ao longo de mais de cem anos. No discurso da primeira entrevista como gestores, procuraram mostrar que possuíam uma visão nova para a escola, propondo qualificar e modernizar o ambiente escolar, tornando-o agradável aos alunos. O ano de 2004 tem início e com ele uma série de propagandas do Colégio Gonzaga apresentando à comunidade a nova identidade da instituição. Outro aspecto a ser mencionado é que desde o princípio a nova direção do Gonzaga destacava que a escola mantinha-se cristã. Provavelmente em uma tentativa de não ocorrer rupturas tão profundas na personalidade até então constitutiva pela escola. Como, por exemplo, na propaganda em que avisava sobre a data da celebração da primeira eucaristia analisada neste artigo (ver Fig.1). O discurso imagético deste anúncio é explícito, exposto em uma fotografia produzida para este fim ocorrida *in loco*, ou seja, na capela do colégio, ambientam o cenário religioso que a escola ainda possui e faz questão de mostrar. Acredita-se que essa postura adotada pelos gestores só tinha a lhes acrescentar, uma vez que captariam um público que apostava em qualidade e inovação, mas que não abria mão de que seu filho recebesse os preceitos cristãos no ambiente escolar. Depois desse período inicial, a construção da nova identidade do Gonzaga foi sendo desenvolvida e apresentada, de alguma forma, em todas as campanhas após a mudança da gestão. Diante desses dados, identifica-se que a nova gestão do Colégio Gonzaga conseguiu, até então, reerguer o nome da instituição tornando-a novamente atuante na cidade. E mesmo que reforce o discurso de tradição, observa-se que se trata de um novo Gonzaga, baseado na visão mercantilista da sua nova gestão. Diante desse brevíssimo panorama sobre a criação e a trajetória do Colégio Gonzaga em Pelotas, observou-se que seu *ethos* educacional, constituído ao longo de sua existência, sofreu uma abrupta ruptura com a chegada do século XXI e que o uso de propagandas e de fotografias, por parte da escola, foi um importante recurso para divulgar esse novo posicionamento de mercado.

Considerações Finais

Com base em uma pesquisa maior realizada, e por meio dos resultados preliminares deste exercício de interpretação, percebe-se a riqueza do uso das imagens como fontes nas pesquisas educacionais e do método documentário como ferramenta metodológica de análise, capaz de trazer importantes contribuições para as discussões e compreensão dos espaços educacionais investigados. Compreendemos que trabalhar com essa metodologia de análise é iluminar e elevar as imagens à categoria de fontes legítimas e poderosas, aptas a muito revelar sobre o campo de investigação das pesquisas em educação. Além disso, é importante destacar que a pesquisa maior que originou este artigo concluiu que as instituições privadas encontradas ao longo de toda a periodização se auto-regulavam por meio do uso das propagandas, ditando e constituindo o padrão de qualidade do ensino privado local. A utilização de empresas de comunicação para elaborar as propagandas refletiu-se em um discurso estratégico em busca dos alunos. Nessa senda, as disputas entre as gestões confessionais e empresariais ficaram cada vez mais declaradas – e o anúncio selecionado neste artigo faz parte desse contexto. Dessa forma, percebeu-se que a propaganda impressa escolar privada se impôs como uma prática cultural do século XIX tornando-se parte das estratégias de *Marketing Educacional* dos séculos XX e XXI.

Referências Bibliográficas

BARTHES, Roland. **A câmara clara:** nota sobre a fotografia. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira, 1984.

BOHNSACK, Ralf. A Interpretação de imagens segundo o método documentário. *In*: WELLER, Wivian; PFAFF, Nicole (orgs.). **Metodologias da Pesquisa Qualitativa em Educação: Teoria e Prática**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010, p. 114-134.

FISCHMAN, Gustavo Enrique. Reflexões sobre imagens, cultura visual e pesquisa educacional. In: CIAVATTA, Maria e ALVES, Nilda (orgs). **A Leitura de Imagens na Pesquisa Social: História, Comunicação e Educação**. 2ª ed. São Paulo, SP: Cortez, 2008, p.109-125.

_____. Las Fotos Escolares como analizadores em la Investigación Educativa. *In*: **Educação e Realidade**, Porto Alegre-RS, n. 31(2), p. 79-94, jul/dez, 2006.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

PANOFSKY, Erwin. **Significado nas artes visuais**. São Paulo: Perspectiva, 2011.

WELLER, Wivian. A contribuição de Karl Mannheim para a pesquisa qualitativa: aspectos teóricos e metodológicos. *In*: **Sociologias**, Porto Alegre, ano 07, n. 13, p. 260-300, jan/jun, 2005.

AMARAL, Giana Lange do. **Gatos Pelados x Galinhas Gordas: desdobramentos da educação laica e da educação católica na cidade de Pelotas (décadas de 1930 a 1960)**. 2003. 338 f. Tese (Doutorado em História da Educação) – Faculdade de Educação da UFRGS, Porto Alegre.

NEVES, Helena de Araujo. **O ensino privado em Pelotas-RS na Propaganda Impressa: séculos XIX, XX, XXI**. 2012. 410f. Tese (Doutorado em Filosofia e História da Educação) – Faculdade de Educação da UFPEL, Pelotas.

AMERÍNDIOS REPRESENTADOS EM QUATRO TEMPOS: IMAGENS EM LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA

Felipe Nunes Nobre[35]

Desde a chegada dos europeus ao Brasil foram construídas diversas representações, textuais e imagéticas, sobre seus habitantes autóctones. Elaboradas em diferentes contextos, muitas dessas imagens ainda circulam na atualidade, tendo os livros didáticos de História como um meio privilegiado para tanto. Nesse texto, procuro discutir a produção/reprodução de imagens de indígenas em quatro "tempos", ou contextos históricos distintos. O primeiro deles, que é o eixo condutor do trabalho, é o contexto atual, através da análise dessas imagens reproduzidas em livros didáticos de História destinados aos anos finais do ensino fundamental. As coleções pesquisadas são Projeto Araribá: História (Editora Moderna) e História: Sociedade e Cidadania (Editora FTD), em suas três edições distribuídas pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) em 2008, 2011 e 2014. Essas coleções foram escolhidas por serem as distribuídas em maior quantidade pelo PNLD no período em foco.

Analisando as imagens sobre os povos ameríndios nessas coleções, excetuando-se as fotografias, podemos perceber que podem ser esquematicamente divididas de acordo com três momentos distintos. O primeiro deles é o final do século XVI, em que viajantes europeus estiveram no Brasil e produziram ou inspiraram relatos textuais e imagéticos sobre os costumes dos povos nativos. O segundo momento é a primeira metade do século XIX, quando estrangeiros vindos em expedições científicas e artísticas retrataram povos indígenas, dessa vez através de outros olhares e técnicas. Já no final do século XIX, os indígenas ganham destaque em nossa iconografia com a emergência do romantismo e da busca pela construção de uma identidade nacional. Desse modo, além de contextualizar historicamente essas imagens, discutiremos como elas são ressignificadas nos livros didáticos, ao serem inseridas em uma narrativa contemporânea sobre a história nacional e as culturas indígenas.

Imagens produzidas no século XVI são recorrentes quando as coleções didáticas abordam o tema da colonização do Brasil ou nos capítulos dedicados aos povos indígenas. Considerando as duas coleções didáticas em seu conjunto, constata-se que são utilizadas imagens de Hans Staden, Jean de Léry, André Thévet e Theodore de Bry, havendo um grande predomínio das obras desse último, que constituem 13 das 27 vezes em que esse tipo de imagem

[35] Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas, com bolsa CAPES. Licenciado em História pela UFPEL. Email: <felipennobre@hotmail.com>

aparece nos livros didáticos. A antropóloga Manuela Carneiro da Cunha sintetiza a relação entre esses indivíduos e sua experiência com os indígenas no Brasil,

> ... temos o detestável, pedante, condescendente e - segundo o huguenote Léry - mentiroso, franciscano André Thévet, que afirma ter visto o que não viu, ter estado onde não esteve e preenche suas lacunas com fastidiosos e desconexos exemplos clássicos para cada uma das instituições descritas. Contrapondo-se a Thévet, direta ou indiretamente, temos também dois autores excepcionais que estiveram entre os Tupinambá mais ou menos na mesma época, mas em posições simétricas, um como inimigo destinado a ser comido, outro como aliado: o artilheiro do Hesse, Hans Staden, que viveu prisioneiro dos Tupinambá, e os descreve como inteligência e pragmatismo em livro publicado originalmente em 1557 que conheceu imediato sucesso - quatro edições em um ano -, e o calvinista Jean de Léry que passa alguns meses, em 1557, com os mesmos Tupinambá quando a perseguição que Villegagnon move aos huguenotes os obriga a se instalarem em terra firme. O livro de Lery só é publicado em 1578 (...) Seja como for, a edição em 1592, em Francforte, da terceira parte da Coleção de Grandes Viagens ilustrada pelo ourives, gravurista e propagandista huguenote Theodor de Bry, que reunia os livros de Hans Staden e de Jean de Léry, publicados simultaneamente em alemão e em latim, consagra a influência desses autores fundamentais (CUNHA, 1990, p.96).

O que temos, então, são indivíduos que tiveram diferentes experiências com os ameríndios no Brasil em meados do século XVI, produzindo relatos destinados a um público europeu ávido por informações e imagens dos exóticos habitantes do “novo mundo”. Esses relatos ganharam maior popularidade com a obra de Theodore de Bry. O enorme sucesso gozado pela obra desse autor se deu, em parte, devido à qualidade de suas gravuras.

> Para a elaboração de suas ilustrações, de Bry utilizou a técnica da gravura em cobre, que permitia uma maior riqueza de detalhes. No entanto, era mais cara e, por isso, ainda pouco presente nas coleções de crônicas, que utilizavam, em geral, a xilogravura. O emprego de uma técnica inovadora, a escolha de temas polêmicos para serem retratados (como o canibalismo e a idolatria) além de inovações no processo de reprodução e impressão geraram um grande impacto visual, chegando a influenciar as obras de outros artistas (KALIL, 2011, p.263).

Portanto, as imagens de Theodore de Bry utilizadas nos livros didáticos são releituras das gravuras presentes na obra original de Hans Staden, elaboradas com uma técnica que permitia um resultado final de maior qualidade. Provavelmente seja essa a razão da escolha majoritária das imagens de Bry ao invés das de Staden nos manuais escolares. Dessa forma, percebe-se que as coleções didáticas reproduzem imagens que têm uma longa história de circulação, e representam percepções e expectativas de um momento histórico específico. Devido às experiências dos autores em foco, os Tupi são os principais representados nessas imagens. Quanto aos temas, cabe destacar uma diferença entre as duas coleções na utilização dessas imagens. Ainda que se utilizando de um repertório semelhante de imagens, as coleções dão ênfases diferente através do processo de seleção. A coleção Projeto Araribá não apresenta

mudanças significativas, mantendo uma estrutura semelhante ao longo das três edições. Predominam as imagens que representam de guerras entre indígenas, com grande destaque para a prática da antropofagia (FIGURA 1). Assim, temos imagens como "ataque tupiniquim a uma aldeia tupinambá" (Bry), "preparação de corpo para ritual antropofágico" (Bry), "preparo da carne humana em episódio canibal" (Bry) (APOLINÁRIO, 2006, 7º ano); ou "Tupinambá desmembrando e cozinhando inimigo" (FIGURA 1) e "combate entre Tupinambá e Maracajá" (Léry) (APOLINÁRIO, 2010, 7º ano) constituindo a maior parte das representações do século XVI presentes nessa coleção. Dessa forma, ela enfatiza mais aspectos da cultura nativa e seu dinamismo. Não obstante, reproduz de forma pouco crítica imagens que serviram para construir uma representação dos indígenas como selvagens, baseada nas observações de viajantes nas primeiras décadas do contato.

A coleção História: Sociedade e Cidadania, por outro lado, enfatiza principalmente os conflitos entre europeus e indígenas, através das imagens descritas como "guerra entre europeus e ameríndios" (FIGURA 2), "guerra entre portugueses e Tupinambá" e "batalha entre Tupinambá/franceses e portugueses", na primeira edição (BOULOS JÚNIOR, 2006, 8º ano). Esse conjunto leva a destacar que a "recepção" dos europeus pelos nativos não se deu de forma passiva, havendo resistência. Mostrando também diferentes alianças estabelecidas, ressalta o papel dos indígenas como agentes no processo histórico. Na terceira edição, a ênfase se dá sobre aspectos culturais, com imagens como "retrato de Cunhambebe" (Thévet), "malocas de uma aldeia Tupi" (Staden) e "pajés tupinambás dançam em ritual" (Bry) (BOULOS JÚNIOR, 2011, 7º ano). Acreditamos que essa mudança na temática das imagens pode alterar consideravelmente a representação construída sobre os povos indígenas, valorizando aspectos da cultura que vão além da imagem exótica de devoradores de gente.

Quanto à abordagem das imagens pelos livros didáticos, a maioria delas é utilizada como ilustração. Na coleção História: Sociedade e Cidadania não há nenhuma atividade ou reflexão proposta a partir dessas imagens. Em Projeto Araribá algumas atividades propostas sobre as imagens, havendo, no entanto, pouca problematização, como: "Quais características culturais dos Tupi foram representadas nas imagens das fontes 3 e 4?" [de T. Bry] (APOLINÁRIO, 2010, 7º ano, p.175); ou "Observe as imagens que ilustram a obra de Jean de Léry e identifique as características da cultura Tupinambá que elas representam" (APOLINÁRIO, 2010, 7º ano, p.177). Chamam a atenção, ainda, alguns erros de contextualização das imagens, como a da Figura 1, que atribui a data de 1562, sendo o correto 1592, e da Figura 2, cuja legenda diz que foi "elaborada por Theodor de Bry para a obra

Brevísima relación de la destrucción de las Índias, de Frei Bartolomé de Las Casas" (BOULOS JÚNIOR, 2006, 8º ano, p.12), quando trata-se de uma reelaboração de uma das xilogravuras originais de Hans Staden, sobre "o sítio de Igaraçu" (STADEN, 2013, p.39).

FIGURA 1 (Esquerda) - Gravura de Theodore de Bry na coleção Projeto Araribá (APOLINÁRIO, 2010, 7º ano, p.175). FIGURA 2 (Direita) – Gravura de Theodore de Bry, na coleção História: Sociedade e Cidadania (BOULOS JÚNIOR, 2006, 8º ano, p.12).

Um segundo grupo de imagens utilizadas nos livros didáticos é daquelas produzidas na primeira metade do século XIX. Nesse período, estrangeiros vindos em expedições científicas e artísticas retrataram a geografia, a fauna, a flora, e também os habitantes do país, incluindo a diversidade de povos indígenas do interior do país, para além dos grupos Tupi, mais conhecidos na iconografia (SILVA, 2013). Os principais artistas desse período destacados nos livros didáticos são Johann Moritz Rugendas, que esteve no Brasil como integrante da expedição do barão de Langsdorff entre 1821 e 1825, e publicou sua *Viagem pitoresca através do Brasil* na França, em 1835; e Jean Baptiste Debret, integrante da Missão Artística Francesa, que viveu no Brasil entre 1816 e 1831, publicando posteriormente *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil.*

A coleção História Sociedade e Cidadania utiliza em suas três edições, nos capítulos sobre a colonização, conjuntos de três imagens de diferentes povos produzidas nesse contexto. Na primeira edição, por exemplo, temos as imagens de "Índia Maxakali, retratada pelo pintor alemão Rugendas", "Índia Apiaká, retratada pelo francês Florence" e "Índio Bororo, retratado pelo francês Taunay" (BOULOS JÚNIOR, 2006, 7º ano, p.203). Não há nenhuma problematização nem informações complementares sobre esses povos (que ainda existem) e o objetivo da imagem é claramente destacar as diferenças de aparência entre diferentes povos. Situação semelhante ocorre nas edições seguintes.

Uma imagem desse período que é reproduzida em ambas as coleções analisadas é em ambas as coleções é uma gravura de Debret que mostra soldados indígenas escoltando outros indígenas prisioneiros na província de Curitiba (FIGURA 3). Na primeira edição de História: Sociedade e Cidadania, o livro de 8º ano traz essa imagem no capítulo sobre "a marcha da colonização na América portuguesa", no tópico que trata sobre os bandeirantes, e sua legenda é a seguinte:

> As principais bandeiras de caça ao índio, chefiadas por Antônio Raposo Tavares, destruíram em apenas dez anos (1628-1638) as missões de Guaíra (Paraná), Itatim (Mato Grosso do Sul), e Tape (Rio Grande do Sul). Milhares de Guarani foram aprisionados, e o gado se dispersou. Nesse quadro, pintado cerca de duzentos anos depois, Debret registrou o aprisionamento de indígenas na época das bandeiras (BOULOS JÚNIOR, 2006, 8º ano, p.74).

Em primeiro lugar, a imagem originalmente é uma gravura, não um quadro, sendo publicada no livro "*Voyage pittoresque et historique au Brésil. Tome premier*" em 1834, com o título "*Sauvages civilisés soldats indiens de la province de la Coritiba, ramenant des sauvages prisonnières*". Em segundo lugar, sabemos que no início do século XIX, a partir de uma carta régia de 1808, foi promovida uma ofensiva contra os índios Botocudos na região dos Campos Gerais de Curitiba e Guarapuava, de modo que aquele que capturasse esses indígenas poderia tomá-los por escravos pelo período de quinze anos (OLIVEIRA; FREIRE, 2006, p.99-100). Relacionando essas informações, fica evidente que Debret representa esse contexto de guerra aos índios na região do Paraná no início do século XIX, como evidencia em seu próprio texto (DEBRET, 1834, p.36) e não as expedições dos bandeirantes paulistas de dois séculos antes, como sugere a legenda. Assim, verifica-se um uso irresponsável da imagem, que além de estar situada anacronicamente na narrativa, é apresentada com uma contextualização histórica completamente equivocada.

A mesma imagem também é utilizada em uma atividade na terceira edição da coleção Projeto Araribá. Essa pede que o aluno descreva a cena representada e reflita sobre a intenção do autor ao criar a imagem (APOLINÁRIO, 2010, 8º ano, p.20). Nessa coleção a gravura se encontra no capítulo "A conquista do sertão", que trata de bandeirantes e jesuítas, possibilitando novamente a compreensão equivocada de que a imagem tenha a ver com o contexto das bandeiras do século XVII.

Outra imagem que aparece em duas edições de cada coleção é "Guerrilhas", de Johann Moritz Rugendas (FIGURA 4). Na coleção História: Sociedade e Cidadania, tanto na segunda quanto na terceira edição, essa imagem aparece no livro de 7º ano, no capítulo "Colonização portuguesa: administração", e no livro de 8º ano, no capítulo "A marcha da colonização na

América portuguesa”. Nos dois momentos a imagem é apresentada como ilustração da resistência indígena ao avanço dos colonizadores, sendo na segunda edição definida, erroneamente, como uma tela (BOULOS JÚNIOR, 2009, 7º ano, p.236; 8º ano, p.37). É apenas no livro de 8º ano da terceira edição que essa imagem aparece com proposta de atividade. Consideramos interessante uma das questões levantadas na atividade, que após pedir que o aluno interprete alguns elementos questiona: “c) Por que será que as imagens nos livros de história geralmente mostram os indígenas dominados e quase nunca resistindo aos seus opressores?” (BOULOS JÚNIOR, 2012, 8º ano, p.41). No Manual do Professor, a orientação é de que a reposta é pessoal, ressaltando que “o objetivo aqui é estimular o aluno a levantar hipóteses sobre a questão. Comentar que durante muito tempo a História foi escrita pelos vencedores e que estes negaram aos indígenas o papel de sujeitos da História” (BOULOS JÚNIOR, 2012, 8º ano, Manual do Professor, p.76), destacando ainda que essa imagem é uma das poucas do século XIX que retrata a resistência indígena (BOULOS JÚNIOR, 2012, 8º ano, Manual do Professor, p.76). Nesse caso temos um bom exemplo de como uma imagem pode servir para a reflexão crítica sobre a historiografia tradicional e sobre a desvalorização dos indígenas por parte dos “vencedores”.

FIGURA 3 (Esquerda) – Gravura de Jean Baptiste Debret (BOULOS JÚNIOR, 2006, 8º ano, p.74).
FIGURA 4 (Direita) - Gravura "Guerrilhas", de J. Rugendas (BOULOS JÚNIOR, 2009, 8º ano, p.37).

Na coleção Projeto Araribá a gravura “Guerrilhas” aparece na primeira e na segunda edição, sempre na seção “Em foco: os povos indígenas no Brasil”. Na atividade, pede-se que relacione a imagem com um fragmento de texto de Hans Staden sobre o sítio do Igaraçu (que mencionamos acima). Na primeira edição a atividade pede que o aluno compare as duas fontes e diga quantos anos separam uma da outra e indique o que mudou e o que permaneceu igual entre uma e outra (APOLINÁRIO, 2006, 6ª série, p.177). Na segunda edição, a questão é: “o local do conflito é o mesmo nas fontes 2 e 3? Justifique” (APOLINÁRIO, 2007, 7º ano, p.199). Embora a proposta de relacionar fontes imagéticas e textuais seja interessante, é possível

perceber que a atividade que na primeira edição já era fraca, em termos de problematização, ficou ainda mais simples na segunda edição.

Um terceiro momento histórico em que se produziram imagens sobre indígenas foi a segunda metade do século XIX. No campo artístico brasileiro esse contexto foi marcado pelo romantismo. Sendo um movimento de cunho nacionalista, buscando construir uma identidade brasileira, seus principais artistas plásticos, como Victor Meireles, Pedro Américo, Benedito Calixto, entre outros, criaram obras representando acontecimentos históricos considerados fundantes da nacionalidade. Em algumas delas, os indígenas aparecem como um elemento importante. Segundo SILVA (2013, p.13), o indígena, "embora combatido no passado e no presente, era o filho originário da terra e assim como ninguém um elegível e legítimo representante simbólico da nacionalidade".

A imagem produzida nesse contexto que é mais recorrente nos livros didáticos é "Fundação de São Vicente", pintada por Benedito Calixto (1853-1927) em 1900 (FIGURA 5). Ela é reproduzida na segunda e na terceira edição tanto de História: Sociedade e Cidadania quanto de Projeto Araribá. Ocupando as duas páginas iniciais do capítulo 14 – "Colonização portuguesa: administração". O texto que acompanha a imagem orienta a leitura da imagem, pedindo que o aluno a descreva e perguntando: "será que a relação entre índios e europeus foi sempre assim tão tranquila como a imagem mostra?" (BOULOS JÚNIOR, 2009, 7º ano, p.232). No texto em pequenas letras cor de rosa, na mesma página, presente nos volumes que contam com Manual do Professor, podemos encontrar a orientação de resposta oferecida pelo autor. Além de uma detalhada descrição e interpretação dos elementos que formam a imagem, o autor afirma que,

> Não é exagero afirmar, portanto, que o pintor omitiu as tensões e lutas que colocaram indígenas e colonizadores em campos opostos; lutas vencidas pelos europeus, que tomaram as terras dos indígenas e os escravizaram. Isso nos leva a perguntar: a tela de Calixto serve como documento histórico? Sim, serve; não para o século XVI, quando se deu a fundação de São Vicente, mas para o final do século XIX e início do século XX, época em que o pintor viveu. Ou seja, ao representar uma história da jovem nação brasileira, livre de sua ex-metrópole e reconciliada com ela, Benedito Calixto produziu uma obra que serve como documento e espelho de sua própria época e de como pensavam os pintores de sua geração (BOULOS JÚNIOR, 2009, 7º ano, p.232).

Desse modo, percebemos uma orientação muito adequada para a abordagem do professor sobre a obra, ressaltando que obras de arte que buscam representar o passado falam mais sobre o modo como esse passado é pensado naquele contexto do que sobre os acontecimentos passados em si. Na edição distribuída pelo PNLD 2014 a obra aparece novamente, no mesmo capítulo, apenas sem tanto destaque. Na legenda disponível para os

alunos consta a mesma problematização citada acima, de forma um pouco reduzida (BOULOS JÚNIOR, 2012, 7º ano, p.261).

FIGURA 5 - Fundação de São Vicente, Benedito Calixto (1900). (BOULOS JÚNIOR, 2012, 7º ano, p.261).

A coleção Projeto Araribá também reproduz a "Fundação de São Vicente" em sua segunda e terceira edições. Em ambas a obra se encontra no capítulo sobre a administração colonial, ou seja, no capítulo correspondente ao que aparece na outra coleção. Na segunda edição a imagem é reproduzida tendo apenas a identificação de título, autor e ano (APOLINÁRIO, 2007, 7º ano, p.194). Na terceira edição, no mesmo local, a legenda também traz uma proposta de problematização, ao levantar a questão "como o artista representou a fundação da vila? Na sua opinião, o evento teria ocorrido dessa forma?" (APOLINÁRIO, 2010, 7º ano, p.168).

Há ainda outra obra deste período presente nas duas coleções, "Primeira missa no Brasil", de Vítor Meirelles (1860). Na coleção História: Sociedade e Cidadania essa pintura se encontra no livro de 8º ano da terceira edição, na seção "a imagem como fonte" do capítulo sobre a administração do Brasil colonial. É apresentada junto a uma pintura homônima de Cândido Portinari, de 1948, onde não há indígenas. A atividade pede que o aluno compare as duas obras. Sobre a de Meirelles, pergunta o que se vê na imagem, se o aluno já a viu em outros lugares, e qual teria sido a intenção do pintor (BOULOS JÚNIOR, 2012, 8º ano, p.275). Sobre a última questão, a resposta presente no Manual do Professor aponta que o objetivo da obra era mostrar o "nascimento da nação brasileira a partir da união entre portugueses e indígenas", destacando que a obra "enquadra-se no gênero pintura histórica e foi feita para exaltar a nacionalidade e contribuir para a consolidação do Estado Imperial" (BOULOS JÚNIOR, 2012, 8º ano, p.275). Destarte, a pintura é utilizada com uma proposta de reflexão, chamando a atenção para as finalidades e o contexto histórico de sua produção.

A mesma pintura aparece na coleção Projeto Araribá em sua primeira e segunda edições, na seção “Em foco: a educação na colônia”. Na primeira edição a imagem é ilustrativa. Sua legenda diz “*Primeira missa no Brasil*, obra de Vítor Meirelles, 1860. A conquista de riquezas sempre foi acompanhada pela conquista das almas dos não-católicos” (APOLINÁRIO, 2006, 6ª série, p.238). Não há, portanto, nenhuma problematização. Na segunda edição a situação já é diferente: a imagem está associada a uma atividade, que pede que o aluno descreva a cena e o acontecimento que ela representa, e reflita sobre a intenção do pintor ao representar essa cena no século XIX (APOLINÁRIO, 2007, 8º ano, p.31). Embora não tenhamos o Manual do Professor desta edição para verificar a resposta sugerida, é possível perceber que nela há uma maior preocupação em utilizar a imagem como objeto de reflexão.

Em diferentes contextos históricos, desde o século XVI, foram produzidas imagens sobre os povos indígenas no Brasil. Aqui, destacamos três desses contextos: o dos viajantes do século XVI, que representaram principalmente os grupos Tupi; do início do século XIX, em que artistas de expedições científicas e artísticas retrataram a diversidade dos povos habitantes do país; e do final do século XIX, onde se criaram representações de acontecimentos históricos considerados fundantes para uma nação que começava a pensar sobre si própria, onde os indígenas figuram como um dos símbolos da nacionalidade.

O quarto contexto histórico ao qual nos reportamos é o atual, em que livros didáticos reproduzem essas diferentes imagens, ressignificando-as ao inseri-las em uma narrativa contemporânea sobre a história nacional. Quanto a isso, percebemos que na maior parte das vezes essas imagens são usadas como ilustrações, pois embora em alguns casos elas sejam abordadas como documentos históricos, em sua maioria não há propostas de problematização ou leitura crítica sobre as mesmas. São, inclusive, comumente utilizadas como ilustração anacrônica: praticamente todas as imagens elaboradas no século XIX estão presentes nos capítulos sobre o período colonial, podendo induzir os leitores a assumi-las como representações fieis daquele momento, e não muito posteriores, como de fato são. Verificam-se também, em ambas as coleções, alguns erros de descrição, com gravuras sendo apresentadas como quadros, ou equívocos de datação. Nesse ponto, cabe lembrar que livros didáticos são obras coletivas, sendo produto do trabalho não só de autores, mas também de equipes de pesquisa iconográfica, diagramadores, editores, entre outros, fato que pode ser responsável por essas incoerências no conjunto final. Ao utilizar as imagens como mera ilustração, sem propor uma leitura histórica, as coleções didáticas podem acabar por reproduzir antigos estereótipos sobre os povos indígenas.

Referências bibliográficas

APOLINÁRIO, Maria Raquel (Ed.). **Projeto Araribá**: História. 1. ed. São Paulo: Editora Moderna, 2006.

_____ (Ed.). **Projeto Araribá**: História. 2. ed. São Paulo: Editora Moderna, 2007.

_____ (Ed.). **Projeto Araribá**: História. 3. ed. São Paulo: Editora Moderna, 2010.

BOULOS JÚNIOR, Alfredo. **História**: sociedade & cidadania. 1. ed. São Paulo: FTD, 2006.

_____. **História**: sociedade & cidadania. [Nova edição]. São Paulo: FTD, 2009.

_____. **História**: sociedade & cidadania. 2. ed. [Reformulada]. São Paulo: FTD, 2012.

CUNHA, Manuela Carneio da. Imagens de índios do Brasil: o século XVI. **Estudos Avançados**. São Paulo, v.4, n.10, setembro-dezembro, 1990, p.91-110. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141990000300005> Acessado em 25/03/2016.

DEBRET, J.B. **Voyage pittoresque et historique au Brésil**. Tome Premier. Paris: Firmin Didot Frères, Imprimeurs de l'Institut de France, 1834. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/00624510#page/1/mode/1up> Acessado em 26/11/2016.

KALIL, Luis Guilherme Assis. Os Espanhóis Canibais: análise das gravuras do sétimo volume das *Grands Voyages* de Theodore de Bry. **Tempo**. Niterói, v.16, n.31, dezembro, 2011, p.261-283. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tem/v17n31/11.pdf> Acessado em 22/03/2016.

OLIVEIRA, João Pacheco de; FREIRE, Carlos augusto da Rocha. **A presença indígena na formação do Brasil**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Laced/Museu Nacional, 2006. (Coleção Educação para Todos).

SILVA, Edson. Os índios entre discursos e imagens: o lugar na história do Brasil. In: SILVA, Edson; SILVA, Maria da Penha (Orgs.). **A temática indígena na sala de** aula: reflexões a partir da Lei 11.645/2008. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2013, p.13-45.

STADEN, Hans. **Duas viagens ao Brasil**: primeiros registros sobre o Brasil. Porto Alegre: L&PM, 2013.

HISTÓRIA, TRAJETÓRIAS INDIVIDUAIS E NARRATIVAS – coordenado por PROF. DRA. MAÍRA VENDRAME (UNISINOS) E PROF.DR. ALEXANDRE KARSBURG (UFPEL)

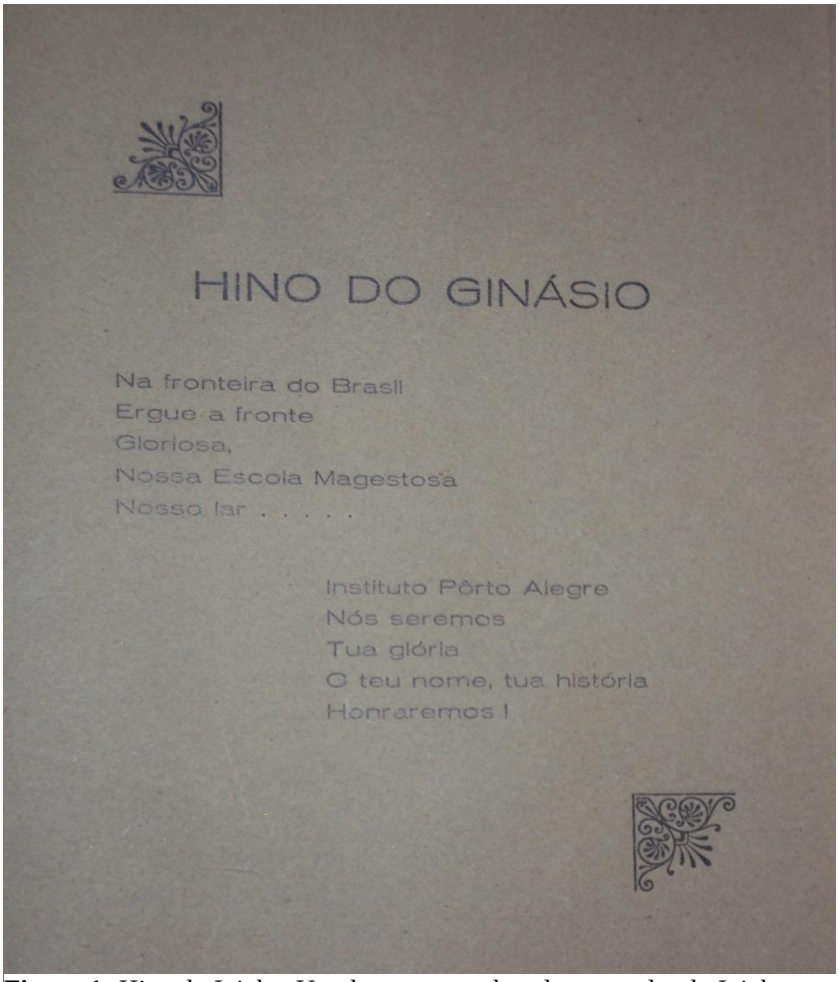
A narrativa é elemento inseparável dos trabalhos históricos, devendo fazer parte das preocupações dos cientistas sociais do mesmo modo que a pesquisa em arquivos e análise das fontes. A narrativa não deve esconder as regras do jogo que o historiador seguiu, antes deve declarar abertamente o processo pelo qual a história foi construída. Os cânones da disciplina não devem impedir o pesquisador de usar a imaginação no momento de criar o seu texto. Obviamente que não devemos imaginar o impossível, o inverossímil, antes situar nossos personagens e fatos dentro de um campo de possibilidades concretas, sem anacronismo, com o máximo possível de fontes. Para este Simpósio Temático, queremos reunir trabalhos de naturezas diversas, tais como: migrações, deslocamentos, movimentos sociais, questões de justiça e honra familiar, além de estudos de trajetórias e/ou biografias. Nossa intenção é proporcionar um espaço para discutir metodologia de pesquisa e narrativas.

UM OLHAR DO IPINHA POR MEIO DA MEMÓRIA

Anna Beatriz Ereias Ensslin[1]

Este trabalho insere-se na Linha de Pesquisa em Filosofia e História da Educação, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas(PPGE/FaE/UFPEL). Este trabalho propõe uma investigação sobre caracterizar a cultura escolar do Instituto Porto Alegre Departamento de Jaguarão (Ipinha), entre 1942 e 1952, através da memória de três ex-alunas e um ex-diretor do colégio. O Ipinha era um colégio metodista, misto com sistema de internato e externato, sendo o internato somente masculino.

Considerando a cultura escolar como tudo que permeia o espaço educativo, tais como práticas, debates, discursos, desejos e medos, consideramos todo o viver escolar, o qual envolve alunos, professores, funcionários e a comunidade. Neste trabalho que privilegia a caracterização das práticas culturais, seus sujeitos, objetos e produtos, caracterizaremos essa cultura através de alguns objetos e práticas descritos a seguir. Um dos aspectos da cultura escolar do Ipinha enfocado neste trabalho é o seu "Hino" e também o "Grêmio Literário Joaquim Caetano da Silva". Foram realizadas entrevistas com as ex-alunas e o ex-diretor do Ipinha. Essa delimitação temporal se dá devido a 1942 ser a data da fundação do referido Colégio e a 1952 ser a data da encampação desse pelo Governo do Estado.


HINO DO GINÁSIO

Na fronteira do Brasil
Ergue a fronte
Gloriosa,
Nossa Escola Magestosa
Nosso lar . . . . .

Instituto Pôrto Alegre
Nós seremos
Tua glória
O teu nome, tua história
Honraremos !

Figura 1: Hino do Ipinha. Um dos aspectos da cultura escolar do Ipinha, seu Hino, retirado do convite de formatura de 1949. Fonte: Álbum de formatura de 1949

[1] Universidade Federal de Pelotas, Mestre, biaereias@hotmail.com

Um dos aspectos da cultura escolar do Ipinha era seu Hino, que segundo o ex-diretor Jorge Abel Neto, foi adaptado do Hino do IPA de Porto Alegre pelo Reitor Oscar Machado. Para a ex-aluna Adília Dutra Corrêa de Sá, o "Hino do Ipinha diz tudo"[2] (Informação Verbal). Na última estrofe, diz "Instituto Porto Alegre, nós seremos tua gloria, teu nome, tua história honraremos". Podemos perceber que esse lema do Hino foi bem incorporado pela cultura transmitida aos alunos, a prova disso foram as festividades de comemoração dos 40 anos, dos 50 anos e dos 60 anos de fundação do Ipinha em Jaguarão, todas com exposição de fotos do ginásio, de seus alunos e professores, com a flâmula do Ipinha exposta em lugar de destaque e o Hino cantado várias vezes.

Outra maneira de perpetuar essa "glória e história" são os boletins informativos produzidos pelos ex-alunos para divulgar as festividades de aniversário dos 50 anos de fundação do Ipinha e para relembrar e rememorar suas histórias.

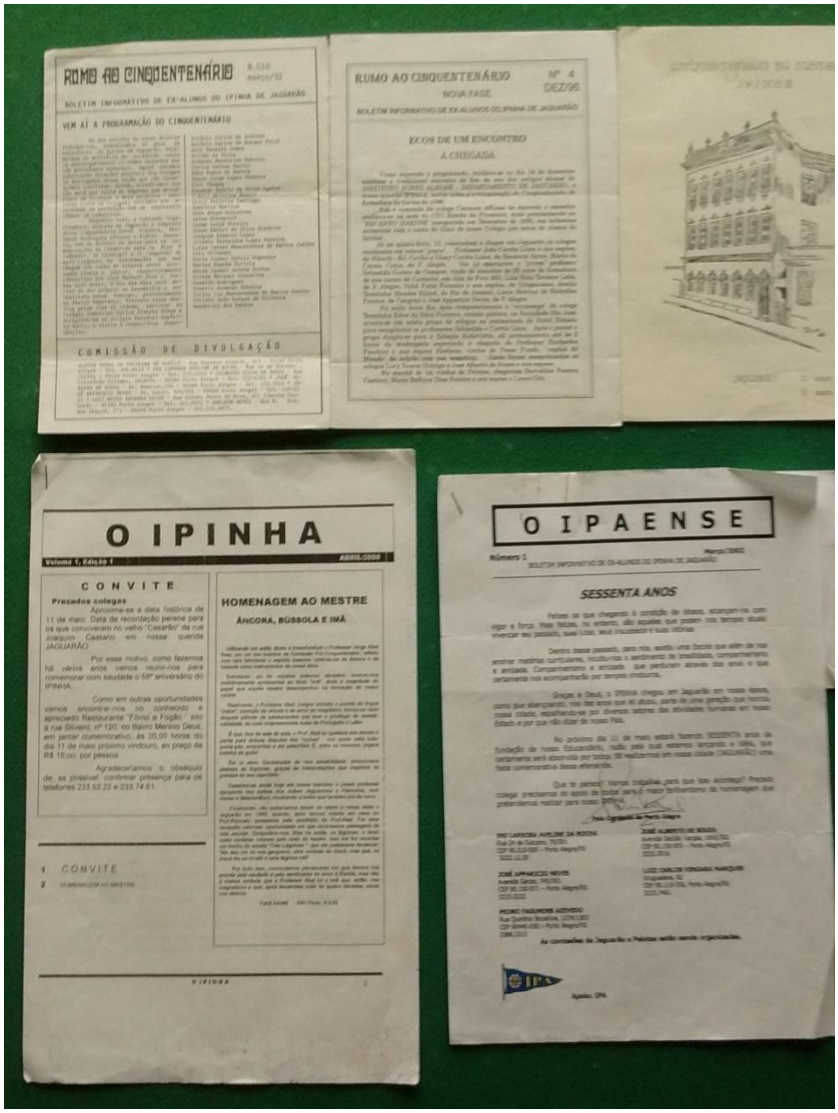


Figura 2: Folhetos informativos para as festas de aniversário da fundação do Ipinha. Folhetos informativos para as festas de aniversários de fundação do Ipinha, organizados pelos ex-alunos. Fonte: Arquivo Pessoal do Ex-diretor Jorge Abel Neto.

Evidenciamos ainda como aspecto da cultura escolar do Ipinha o Grêmio Literário Joaquim Caetano da Silva, talvez essa seja a atividade extracurricular que mais se destacou no Ipinha, devido ao seu forte apelo cultural e social.

A primeira ata a que tivemos acesso do Grêmio Literário Joaquim Caetano

[2] Informação dada em entrevista concedida à autora em setembro de 2015.

da Silva foi a da reunião de 20 de abril de 1945, que se realizou às 20h, no auditório do referido Colégio, sob a presidência do terceiroanista Ernani Coitinho. Através da leitura dessa ata podemos perceber que a referida reunião foi a quinquagésima-sexta reunião do Grêmio.

Identificamos a existência de grêmios ou de associações de alunos em várias instituições educativas do Brasil durante o século XX. A maioria dos impressos estudantis existentes nessa época estava vinculados a grêmios de escolas secundárias e normais, tais como o "Ecos Gonzagueanos" do Colégio Gonzaga e o "Jornal Estudante" do Gymnasio Pelotense (AMARAL, 2003). Citamos ainda alguns impressos estudantis que não estavam ligados aos Grêmios, como o Ensaio, O Pagode, O Centrista, Vida, O Alvorecer, O Estudante e O Gonzagueano, O Ruralista da Escola Normal Rural La Salle, Crônicas, A voz da Serra, Normalista Rural e a Revista O Clarim, do Colégio Farroupilha, entre outros.

O Grêmio Literário Joaquim Caetano da Silva era formado por associações de alunos e caracteriza-se por uma prática educacional institucional. Suas principais finalidades eram o desenvolvimento cultural e literário dos alunos através de assembleias semanais que se constituíam de declamações de poesias, contos e crônicas, como também a realização de debates em uma tribuna. Os debates aconteciam sobre um tema pré-estabelecido, conhecido como "These" pelos alunos. No Grêmio Literário eram discutidos assuntos referentes a questões políticas, religiosas, históricas, culturais, comportamentais etc. e essas discussões aconteciam nas defesas das "Theses". Também eram abordados assuntos que estavam em destaque na sociedade naquele momento e pessoas eram convidadas pelo professor responsável do Grêmio Literário para proferir palestras. O Grêmio Literário era um espaço que transmitia a cultura escolar do IPA Departamento de Jaguarão, pois segundo Frago:

> Cultura escolar é compreendida como "os aspectos institucionalizados que caracterizam a escola como organização, o que inclui práticas e condutas, modos de vida, hábitos e ritos, história cotidiana do fazer escolar, objetos materiais, função, uso, distribuição no espaço, materialidade física, simbologia, introdução, transformação, desaparecimento e modos de pensar, assim como significados e ideias compartilhadas" (FRAGO, 1994, p. 5).

De acordo com Frago, nas sessões do Grêmio era transmitida uma cultura escolar do IPA Departamento de Jaguarão, que o diferenciava das demais instituições educativas.

Através da leitura das atas foi possível perceber que a diretoria era composta de um presidente, um secretário e uma comissão executiva, que por sua vez era composta de um presidente, três auxiliares e um conselheiro. Todos os cargos, menos o de conselheiro, eram compostos por alunos do Colégio.

Em todas as sessões do Grêmio Literário Joaquim Caetano da Silva havia na programação uma parte obrigatória que na sua grande maioria era composta de:
1) Número de música; 2) Declamação; 3) Discurso Oficial; 4) Canto; 5) Declamação; 6) Biografia de um personagem de destaque; 7) Música; 8) Declamação; 9) Trabalho original; 10) Canto; 11) Improviso.

Havia também uma parte voluntária, que era apresentada por alunos, por professores ou por amigos do Colégio. A participação dos alunos nas atividades do Grêmio Literário contribuía para o desenvolvimento da oratória, da desenvoltura no falar em público e da criticidade, além de propiciar a formação de redes de sociabilidade que, posteriormente, se refletiriam em suas trajetórias profissionais. Também percebemos, ao ler as atas, que novas apresentações foram incorporadas às sessões do referido Grêmio, tais como comédia, leitura de pensamentos, humor e poesia.

Não identificamos até o momento a data da fundação do Grêmio. A primeira notícia da sua existência é datada de setembro de 1942, através de uma notícia do Jornal "O Ipinha", que era um impresso dos alunos da segunda série do IPA Departamento de Jaguarão, tendo como diretor responsável o professor Otávio Torres:

> CONCURSO DE DECLAMAÇÂO
> O Grêmio Literário Joaquim, promoverá no dia 4 de setembro no Teatro Esperança um concurso de declamação.
> Para esse fim, procedeu-se no dia 20 a eliminatória entre os concorentes que eram os seguintes:
> Edy Betto Larosa e Lea N. T. Leite
> João B. de L. Osório – Mateus O. Mandarino
> Elma Ferreira e Therezinha o. Carpanetto
> Eni Machado e Luiz Orlowski
> Jaques Nechi e Nivia B. Jorge
> Gléci P. Dias e Ieda Porto Miranda
> A chamada foi feita por ordem alfabética, e foram classificados os seis primeiros declamadores.
> A comissão encarregada foi a seguinte:
> Dr. Sebastião Gomes de Campos,
> Dr. Samuel Antonio de Figueiredo,
> Profª Iracema Santos,
> Prof. Euclides de Miranda Osório.
> Os concorrentes continuam fazendo seus ensaios com afinco e graças aos seus esforços teremos um ótimo programa no dia 4 do corrente mês, animado com algum número música e canto (LODER, 1942, s/p).

Através dessa notícia percebemos que os concursos de declamação eram uma prática que acompanhava o referido Grêmio desde a fundação do Colégio. No geral, os concursos de declamação eram realizados no Teatro Esperança, local frequentado pela elite jaguarense, evidenciando o quanto certos segmentos da sociedade valorizavam essa prática cultural.

Através da análise das atas e das notícias dos jornais podemos identificar a cultura escolar transmitida pelo Grêmio, pois:

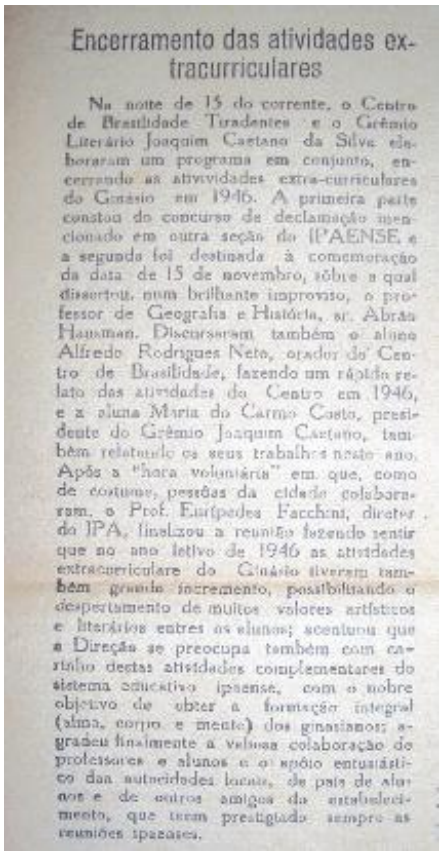
> Segundo Julia (2001, p.10) a cultura escolar "não pode ser estudada sem a análise precisa das relações conflituosas ou pacíficas que ela mantém, a cada período de sua história, com o conjunto das culturas que lhe são contemporâneas: cultura religiosa, cultura política ou cultura popular".

Os Impressos "O Ipinha" e "O Ipaense", que publicavam notícias do Grêmio, se constituem em um *corpus documental* importante, pois são reveladores de concepções pedagógicas de determinados períodos da história do IPA – Departamento de Jaguarão, além de revelarem o contexto social, político e econômico em que a instituição estava inserida, influenciando e sendo influenciada por tal contexto. Outro fator que as notícias dos jornais e a leitura das atas revelam são as práticas culturais e sociais desenvolvidas, os temas priorizados, as pessoas que participavam das sessões e as atividades realizadas, apontando vestígios das ideias que se ligavam aos princípios pedagógicos, valores e ideais que constituíam o projeto institucional.

Notícia do Jornal O Ipaense, ano I, nº 8 de novembro – dezembro de 1946 (BARREIROS, 1946b, p.6).

Nas notícias acima identificamos a preocupação do IPA Departamento de Jaguarão com a formação da alma, corpo e mente dos seus alunos, bem como a importância do intercâmbio cultural e social dos ipaenses com a sociedade local. Por meio das sessões do Grêmio e das festividades do Ginásio, apuramos que sempre que possível algumas pessoas da sociedade jaguarense participavam de apresentações literárias ou musicais, contribuindo assim com a formação de valores artísticos e culturais dos ginasianos.

Através da leitura das atas do Grêmio e de notícias do Impresso Ipaense, evidenciamos que o Rotary Club de Jaguarão era o patrocinador e a entidade motivadora do Centro de Brasilidades Tiradentes. Esse fato se torna evidente através da leitura da notícia abaixo, na qual o palestrante destaca o convite feito pelo Rotary Club para



Encerramento das atividades extracurriculares

Na noite de 15 do corrente, o Centro de Brasilidade Tiradentes e o Grêmio Literário Joaquim Caetano da Silva elaboraram um programa em conjunto, encerrando as atividades extra-curriculares do Ginásio em 1946. A primeira parte constou do concurso de declamação mencionado em outra seção do IPAENSE, e a segunda foi destinada à comemoração da data de 15 de novembro, sôbre a qual dissertou, num brilhante improviso, o professor de Geografia e História, sr. Abrão Hausman. Discursaram também o aluno Alfredo Rodrigues Neto, orador do Centro de Brasilidade, fazendo um rápido relato das atividades do Centro em 1946, e a aluna Maria do Carmo Costa, presidente do Grêmio Joaquim Caetano, também relatando os seus trabalhos neste ano. Após a "hora voluntária" em que, como de costume, pessôas da cidade colaboraram, o Prof. Eurípedes Facchini, diretor do IPA, finalizou a reunião fazendo sentir que no ano letivo de 1946 as atividades extracurriculare do Ginásio tiveram também grande incremento, possibilitando o despertamento de muitos valores artísticos e literários entre os alunos; acentuou que a Direção se preocupa também com carinho destas atividades complementares do sistema educativo ipaense, com o nobre objetivo de obter a formação integral (alma, corpo e mente) dos ginasianos; agradeu finalmente a valiosa colaboração de professores e alunos e o apôio entusiástico das autoridades locais, de pais de alunos e de outros amigos do estabelecimento, que tem prestigiado sempre as reuniões ipaenses.

Figura 3: Encerramento das atividades extracurriculares. Festividade de encerramento das atividades extracurriculares, realizada pelo Centro de Brasilidades em conjunto com o Grêmio Literário Joaquim Caetano da Silva. Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de J

falar em sessão do Grêmio, em parceria com o Centro de Brasilidades Tiradentes. Esse é um fato comum em algumas das sessões do Grêmio.

Essa associação de alunos contracenava no cotidiano com a escola e com a cidade, numa intersecção entre público/privado e oficial, revelando as relações de troca, articulações, cumplicidades e disputas. Através das atas identificamos os atores protagonistas da história do Grêmio, as marcas de suas presenças e assinalamos a existência de uma linguagem comum entre Grêmio, escola e cidade.

O discurso do Diretor do Colégio na sessão de 24 de maio de 1947 diz: "Que estas belas ocasiões proporcionadas aos alunos desta casa para uma hora de estudo e recreação artística e intelectual, se reproduzam por mais algumas vezes" (ATA Nº 28 DO GRÊMIO LITERÁRIO, p. 28 V).

Identificamos a preocupação da direção do IPA Departamento de Jaguarão em proporcionar aos alunos e amigos desse estabelecimento ocasiões como as sessões do Grêmio, pois segundo o Diretor, eram momentos de estudo e recreação artística e intelectual.

Segundo Julia (2001), a cultura escolar é também formada por práticas que interiorizam nos alunos determinadas condutas segundo os propósitos políticos e pedagógicos do Colégio. A missão escolar metodista que fundou o Ipinha colocou em prática estratégias e táticas didáticas que procuravam criar nos alunos um sentimento de responsabilidade, de liberdade e de amor à obediência. Para a formação do aluno, o Ipinha investiu na orientação nacionalista e cristã, sustentada pelo primado do espirito e a supremacia das forças morais, colocando acima de tudo a ideia e os princípios de Deus.

O Ipinha encontrou sua identidade na área intelectual, moral, social e esportiva à medida que proporcionava várias atividades extracurriculares que desenvolviam aptidões e valores que compunham o ideário de formação objetivado pela escola, por isso não podemos lembrar o Ipinha sem fazer alusão a essas atividades, que marcaram seus participantes com uma lembrança de amor e saudade.

Considerações Finais

O IPA Departamento de Jaguarão foi fundado devido ao pedido do prefeito local ao Reitor Oscar Machado, então foi firmado um contrato entre a prefeitura e o IPA de Porto Alegre. Para tanto, fez-se necessária uma ação conjunta com o Governo do Estado, que concedia bolsas de estudos a alguns estudantes carentes, como também com a prefeitura, o Rotary Clube local,

o Clube Harmonia, o 13º Regimento de Cavalaria Local, a Bolsa Alfandega de Jaguarão (fornecida pelos funcionários da alfândega local) e a Associação Pastoril de Jaguarão, entre outros. Podemos destacar que muitas pessoas da sociedade local também doavam bolsas de estudos.

Ao analisarmos a cultura escolar do Ipinha, focando mais especificamente na cultura dos artefatos e práticas culturais e esportivas transmitidas no "Hino", e também o "Grêmio Literário Joaquim Caetano da Silva", identificamos que a direção do Ipinha tinha como preocupação central a formação integral dos alunos, formando a alma, o corpo e a mente desses. É nítido, através da fala das ex-alunas e do ex-diretor, que o Ipinha conseguiu transmitir amor, respeito e orgulho de fazer parte da "família Ipaense". O "Hino do Ipinha" foi introjetado e difundido pelos alunos, prova disso são as festas de aniversário de fundação do Ipinha, que foram realizadas mesmo depois de muitos anos do encampamento pelo Governo do Estado.

Evidenciamos que as atividades extracurriculares iam ao encontro da formação objetivada pelas escolas metodistas, que era formar a elite dirigente do país, e sabemos que o desenvolvimento social, cultural e literário, dos alunos são fundamentais para tal objetivo.

Podemos dizer que contribuiu para essa cultura escolar, que ainda hoje reverbera na sociedade jaguarense, o posicionamento dos professores frente aos alunos e situações vividas, como também a criação de um ambiente escolar propício para a difusão cultural, artística, literária, esportiva e social. Tais aspectos foram essenciais para que os alunos criassem respeito pelo Colégio, valorizando-o e orgulhando-se por fazer parte desse.

Como diz a ex-aluna Adília, o "Hino do Ipinha diz tudo" (informação verbal), podemos perceber que a estrofe "Instituto Porto Alegre, nós seremos tua gloria, teu nome, tua história horaremos", foi realmente internalizada e vivida pelos alunos, professores e funcionários do Ipinha.

O Ipinha encontrou sua identidade na área intelectual, moral, social e esportiva à medida que proporcionava várias atividades extracurriculares que desenvolviam aptidões e valores que compunham o ideário de formação objetivado pela escola, por isso não podemos lembrar o Ipinha sem fazer alusão a essas atividades, que marcaram seus participantes com uma lembrança de amor e saudade.

Referências Bibliográficas

AMARAL, Giana Lange do. **Gatos Pelados x Galinhas Gordas: desdobramentos da educação laica e da educação católica na cidade de Pelotas (décadas de 1930 a 1960)**. 2003.

338 f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, RS, 2003.

BARREIROS, João Maria. Encerramento das atividades extracurriculares. **O IPAENSE**, ano I, nº 8, nov.,dez., 1946b, p.6.

FRAGO, Antonio Viñao. Del espacio escolar y la escuela como lugar: propuestas y cuestiones. Historia de la Educación, **Salamanca**, v. 13-14, 1993-1994, p. 17-74.

JULIA, Dominique. "A cultura escolar como objeto histórico". In: **Revista Brasileira de História da Educação**. Campinas: Editora Autores Associados, nº 1, p. 9 – 43, Jan./Jun. 2001.

Livro de Atas do Grêmio Literário Joaquim Caetano da Silva. 1942 – 1951. [Manuscritos].

LODER, Léo Luiz. Concurso de Declamação. **O IPINHA**, ano I, nº 2, out., 1942, s/p.

Entrevistas Concedidas

COUTINHO, Gelci da Rosa. Entrevista concedida a Anna Beatriz Silveira Ereias. Jaguarão, 10 de outubro de 2014.

NETO, Jorge Abel. Entrevista concedida a Anna Beatriz Ereias Ensslin. Jaguarão, 23 e 30 de setembro de 2015.

SÁ, Adília Dutra Corrêa de. Entrevista concedida a Anna Beatriz Ereias Ensslin. Jaguarão, 25 de setembro de 2015.

SILVEIRA, Eloá Dutra. Entrevista concedida a Anna Beatriz Ereias Ensslin. Jaguarão, 24 e 25 de setembro de 2015.

A FRONTEIRA E OS MERCENÁRIOS: O CASO DOS *BRUMMER*

Carlos Eduardo Piassini[3]

Maria Medianeira Padoin[4]

Introdução

A Legião Alemã dos *Brummer* foi recrutada pelo governo imperial brasileiro em 1851 para engrossar as fileiras das forças militares reunidas a fim de enfrentar a ameaça expansionista de Buenos Aires, então governada por Juan Manuel de Rosas. Cerca de 1.800 homens vieram para o Brasil, divididos entre Artilharia, Infantaria e Sapadores. A atuação desses batalhões foi pouco significativa nos campos de batalha, e não respondeu às expectativas de sua contratação. O governo imperial queria soldados exemplares e potenciais colonos após a prestação de serviço militar, entretanto, reuniram batalhões inexperientes no manejo do armamento trazido do território germânico, pouco habituados às longas marchas desenvolvidas nos campos rio-grandenses e uruguaios, e, em sua maioria, desalinhados ao trabalho colonial (LEMOS, 2015; BENTO 1981).

A missão de constituir a força germânica, autorizado pela Lei nº 586 de 1850, foi dada ao Tenente-Coronel Sebastião do Rego Barros, Conselheiro de Sua Majestade o Imperador, Comendador da Ordem de São Bento de Aviz e Veador de Sua Majestade, a Imperatriz, enviado à Europa em fins de 1850. Também recebeu, segundo Schmid (1951), a tarefa de adquirir o correspondente armamento e equipamento para os recrutados, isto é, armas e uniformes. Os legionários alemães, aponta Leomar Tesche (2014), tinham entre 17 e 50 anos de idade, e muitos se alistaram mesmo sem conhecimento do serviço militar, além disso, grande parte dos *Brummer* havia participado de movimentos liberais ocorridos em território germânico. A heterogeneidade dos recrutados é exemplificada por Schmid (1951) em uma fala de Karl Von Koseritz, na qual aponta que havia homens velhos, com experiência de atuação em campanhas na África, na Índia, na Polônia, e na Espanha, e também muitos jovens, alguns ainda sem concluir os estudos. Maria Amélia Schmidt Dickie (1989), destaca que a maioria dos Brummer era de famílias abastadas ou nobres, eram escolarizados e politizados, e foram se estabelecendo

[3] Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Mestre em História, Capes/DS, cepissini@gmail.com

[4] Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Profa. Dra. e Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), mmpadoin@gmail.com

em Porto Alegre e nas zonas coloniais como professores, advogados, engenheiros, agrimensores, médicos, etc. Eram, na maioria, protestantes, maçons e partidários de uma monarquia liberal.

A Guerra de Schleswig-Holstein contra a Dinamarca

Parte considerável dos *Brummer* adveio da dissolução do exército de Schleswig-Holstein, empregado na luta contra a Dinamarca durante a década de 1840 por questões históricas relacionados à Fronteira, acirradas após o Congresso de Viena. De acordo com Lemos (2015), Schleswig e Holstein foram ducados feudais até o ano de 1459, quando passaram ao domínio da coroa dinamarquesa. Ainda assim, mantiveram sua autonomia local. Essas regiões ligavam os territórios germânicos à Dinamarca. Schleswig, por exemplo, estava contida totalmente na Península Jutlândia, que atualmente compõe parte da Dinamarca e o extremo norte da Alemanha. Em vista de sua localização, grande parte da população desses ducados era de origem germânica, sendo a população dinamarquesa maioria apenas na parte setentrional de Schleswig. A aproximação com os reinos de Hannover e Dinamarca levou o Congresso de Viena a manter esses ducados subordinados à Dinamarca, ignorando os aspectos sociais e culturais dessas regiões.

Na década de 1840, o reino da Dinamarca passou a adotar uma política oficial de integração dos dois ducados. Para isso, procurou impor a eles uma nova ordem mediante a neutralização cultural e administrativa da população alemã residente em Schleswig e Holstein. Dessa forma, houve a gradual substituição de indivíduos de origem germânica por dinamarqueses em cargos do serviço público e militar. A população majoritariamente germânica desses ducados não aceitou as imposições do reino dinamarquês em vista da ligação que possuíam com suas origens germânicas, e sublevou-se. O conflito teve início em 1848, somando-se aos inúmeros outros levantes que sacudiram a Europa naquele momento, motivados, sobretudo, por questões nacionais e liberais. Schleswig e Holstein formaram um governo provisório e buscaram apoio na Confederação Germânica, da qual Holstein já fazia parte e Schleswig veio a compor assim que o conflito tomou forma (LEMOS, 2015).

Após derrotas, a Dinamarca pediu à Inglaterra, Rússia e Áustria a intervenção no conflito. O clamor foi atendido. As potências acionadas exigiram da Prússia o fim da intervenção militar na Dinamarca, e houve armistício. A partir do momento em que as tropas regulares germânicas se retiraram, houve campanha em toda Confederação Germânica pedindo

voluntários para combaterem os dinamarqueses. A convocação teve êxito (LEMOS, 2015). Áustria e Prússia, em nome da Confederação Alemã exigiram a suspensão das lutas bélicas. Em janeiro de 1851 a força de Schleswig-Holstein foi dissolvida. (SCHÄFFER, 1997, p. 53). O conflito acabou com a derrota das pretensões dos ducados de Schleswig e Holstein. Entre os ex-combatentes ficou a sensação de que haviam sido abandonados e traídos pela Confederação Germânica. Ciente desse ocorrido, Sebastião Rego Barros, o agente encarregado pelo governo imperial de realizar o recrutamento de mercenários, encontrou na dissolução das tropas dos ducados derrotados parte significativa dos mercenários da legião dos *Brummer* (SCHMID, 1951). De acordo com Lemos (2015, pg. 90),

> [...] esses voluntários desmobilizados, em sua gritante maioria, eram moços alemães ideologicamente frustrados devido ao arrasador fracasso das revoluções de 1848; politicamente indignados com o esvanecimento do acalentado sonho de uma unificação alemã, com a retirada prussiana da Dinamarca; espiritualmente desiludidos de seus líderes e causas europeias, sentindo-se mesmo traídos e abandonados em seus ideais. Em suma, almas desorientadas em busca de novos valores. Pior de tudo, com o sustento pessoal comprometido.

A Guerra contra Oribe e Rosas

Os *Brummer* foram contratados pelo governo imperial brasileiro para lutarem na Campanha contra as forças de Juan Manoel de Rosas, na Guerra Grande (1839-1852). Ao envolver outros Estados que não apenas aqueles localizados na região do rio da Prata, este conflito adquiriu caráter internacional. Foram protagonistas Buenos Aires, Corrientes, Santa Fé, Montevidéu, Entre Rios, Paraguai, Brasil, França e Inglaterra. De modo geral, dentre as motivações dos envolvidos, podemos citar os fortes interesses econômicos franceses e ingleses no rio da Prata, a existência de planos expansionistas por parte de Buenos Aires, bem como sua hegemonia econômica sobre os demais Estados da Confederação Argentina, a defesa da autonomia e independência do Paraguai e do Uruguai, e a intervenção brasileira com o intuito de combater a ameaça de Buenos Aires (Barran, 1979; Bettel, 1991).

De acordo com Barran (1979), Juan Manuel de Rosas praticou um federalismo peculiar, pois apesar de permitir a autonomia política das províncias pertencentes à Confederação Argentina, guardou para si o domínio econômico da região ao negar abrir os portos do litoral ao comércio direto com a Europa e ao nacionalizar as rendas da aduana portenha. Segundo Fradkin e Gelman (2015), Rosas construiu seu governo explorando a terra como mercadoria ao torná-la instrumento de cooptação política, perseguindo seus adversários políticos, formando

um exército regular, enfrentando as pretensões estrangeiras e fazendo uso de eficaz propaganda pessoal entre a população. Rosas almejava expandir o poder de Buenos Aires anexando à Confederação Argentina os Estados do Paraguai e Uruguai, a fim de constituir outra vez o Vice-reino do Rio da Prata.

Nesse cenário, o Uruguai passava por turbulências ocasionadas pelo conflito gerado pela oposição entre dois grupos, os *blancos* (enraizados no meio rural; combateram a intervenção franco-inglesa; permaneceram fiéis a tradição hispânica de ordem autoritária) e os *colorados* (ligados ao meio urbano; compartilhavam das ideias das correntes liberais europeias; contavam com o apoio dos imigrantes da Europa revolucionária e refugiados portenhos). Em 1839, Fructuoso Rivera, integrante do grupo dos colorados, chegou à presidência do Estado Oriental após a vacância do cargo, deixado através de renúncia por Manuel Oribe, ligado aos *blancos*. A mudança no poder havia sido consequência da intensa campanha de Rivera contra Oribe. A tal ponto comprometido com as forças que o haviam auxiliado (os farrapos rio-grandenses, os emigrados unitários argentinos e a esquadra francesa), foi forçado a declarar guerra à Rosas (BARRAN, 1979).

A possibilidade de concretizar o projeto de anexação do Uruguai à Confederação Argentina ganhou fôlego a partir da aliança entre Rosas e Oribe. A maior expressão disso, de acordo com Ferreira (2006), foi o longevo cerco a Montevidéu, iniciado em 1843 e mantido por mais de oito anos pelas forças de Oribe. O apoio de Rosas se deu na oferta de soldados e recursos financeiros. A resistência de Montevidéu durante tanto tempo foi possível, sobretudo, graças ao auxílio franco-inglês e sua saída para o mar, por onde recebia viveres, mercadorias, dinheiro e rendas para sua aduana. O apoio estrangeiro refletia o receio frente a possibilidade de Oribe tomar o poder no Uruguai, pois isso significava o êxito do plano rosista de sua anexação à Confederação Argentina. Consequentemente, o Rio da Prata perderia seu caráter de rio internacional, livremente navegável. Os europeus desejavam a negociação direta com o litoral, o Paraguai e o Uruguai, e não estavam dispostos a suportar a intermediação de Buenos Aires e os elevados impostos aduaneiros que teriam de pagar.

Quanto ao Brasil, passou a envolver-se efetivamente no conflito contra Oribe e Rosas, como aponta Doratioto (2014), no final da década de 1840, quando rompeu relações com Buenos Aires após longo desgaste diplomático. A consolidação do Estado Nacional brasileiro estava praticamente completa, portanto já não precisava mais dedicar tantos recursos e energias para solucionar problemas internos, ou seja, seria mais fácil olhar para os Estados vizinhos. Ao mesmo tempo, os Conservadores chegaram ao poder, instalando uma política externa mais

agressiva em relação àquela praticada pelo governo Liberal. A pressão anglo-francesa sobre Buenos Aires caiu por terra quando Rosas firmou acordos com Inglaterra e França, deixando Montevidéu vulnerável.

Para o governo imperial, segundo Doratioto (2014), Rosas passou a ter grandes chances de obter a vitória na guerra civil no Uruguai e, sem dúvida, a próxima vítima seria o Paraguai. Assim, logo chegaria a vez do Brasil enfrentar o ímpeto expansionista de Rosas. Ainda, interessava ao governo brasileiro garantir a livre navegação nos rios afluentes do Prata, estancada por Buenos Aires, pois a única maneira de chegar a Província do Mato Grosso, enclausurada por terra, era através dos rios Paraná e Paraguai. Essas questões levaram o Brasil, em 1851, a auxiliar os colorados sitiados em Montevidéu, ocasião na qual foram assinados cinco tratados que favoreceram o Brasil e debilitaram a autonomia do Uruguai.

A participação do Império brasileiro neste conflito acarretou no recrutamento da legião alemã dos *Brummer*. Para Juvencio Saldanha Lemos (2015), com a retirada do apoio das forças inglesas e francesas à Montevidéu, restou aos colorados pedirem ao governo brasileiro dinheiro e soldados para a guarnição da cidade sitiada, tanto para a defesa contra os assédios de Oribe como para a manutenção da ordem pública interna. Frente a um quadro político, militar e diplomático mal definido, o governo imperial fez uma contraproposta: ofereceu dinheiro para os sitiados contratarem mercenários europeus para a proteção de Montevidéu. Entretanto, o governo voltou atrás e mudou a perspectiva da proposta, tomando para si o recrutamento de mercenários, que seriam incorporados ao exército Imperial. Dessa forma, o Imperador D. Pedro II enviou Sebastião Rego Barros para a Europa com a finalidade de recrutar mercenários para atuarem no conflito contra Rosas e Oribe.

A fronteira manejável

Para Cecília Elisa Kilpp (2012), os *Brummer* foram de grande importância para o germanismo no Rio Grande do Sul, sobretudo por terem participado de movimentos liberais na Alemanha e, em sua maioria, terem frequentado escolas, o que lhes garantiu a instrução necessária para atuarem na reivindicação de direitos políticos para os imigrantes germânicos e seus descendentes instalados no Rio Grande do Sul. Quando os *Brummer* se inseriram nas colônias germânicas, algumas em processo avançado de desenvolvimento, outras ainda sendo fundadas, a maioria dos imigrantes estava sem um auxílio público adequado. Dessa forma, os

Brummer tomaram a iniciativa de suprir tal deficiência e teriam auxiliado na criação de escolas, igrejas e sociedades. Ainda de acordo com Kilpp (2012), por meio da imprensa e inserindo-se no meio político os imigrantes passaram a reivindicar seus direitos. Nos órgãos públicos, os *Brummer* tiveram ação decisiva, como foi o caso de Koseritz na campanha de equiparação política dos teuto-brasileiros aos nacionais, independente do credo e da origem étnica.

Segundo Dickie (1989), os *Brummer* lutaram pela ampliação real da elegibilidade dos não católicos e naturalizados. A meta era obter a elegibilidade para a Câmara dos Deputados e, assim, garantir a legitimidade de sua participação no âmbito provincial. Para tanto, agiram através da maçonaria, fundando várias lojas no interior das colônias, da fundação da Sociedade Auxiliadora (*Deutsches Hilfsyerein*) com o objetivo de ajudar os imigrantes germânicos e seus descendentes na adaptação à nova pátria, e da ideologia do *Deutschtum*, a qual, esclarece Seyferth (1976 apud DICKIE, 1989), expressa uma herança cultural garantida pela descendência, que supõe continuidade, ou seja, a noção do *Deutschtum* não pergunta a uma pessoa onde ela nasceu, mas de quem ela nasceu, não só física, mas culturalmente. Dessa forma, a partir do *Deutschtum*, os *Brummer* formularam um discurso que buscou forjar uma identidade étnica global ao tentar reunir os vários "alemães" através da característica comum da valorização dos colonos pelo reconhecimento de sua aptidão ao trabalho.

Uma das principais defesas de Karl von Koseritz em sua trajetória política, segundo Imgart Grützmann (2007), foi a construção de uma identidade teuto-brasileira para os imigrantes e seus descendentes, possibilitando o manejo de identidades por parte desses indivíduos, isto é, quando convinha poderiam ou privilegiar sua origem germânica ou sua condição de naturalizados. Para compreender tal questão, são pertinentes as reflexões de Mariana Flores da Cunha Thompson Flores (2012) sobre a Fronteira, por ela encarada como um espaço de estratégia para os sujeitos que a habitam ou estão ligados a ela de alguma forma, e enquanto fim e início de territórios contíguos, proporcionando, simultaneamente, separação e contato. Nesse sentido, Flores (2012) trabalha com Frederick Barth ao apontar que viver em um espaço de fronteira é um aspecto computado nas estratégias cotidianas dos fronteiriços e nas redes que estabelecem, portanto, manejam permanentemente a fronteira. Assim, consideramos pertinente tal reflexão para compreender uma fronteira identitária, manejável de acordo com as circunstâncias e cuja construção foi importante para a atuação política de Koseritz.

Considerações Finais

As questões trazidas neste trabalho nos levam a um aspecto até agora pouco trabalhado, ou mesmo ignorado pelos autores que trataram da história dos *Brummer*, ou seja, a relação destes com a Fronteira. Aqui não convém aprofundar os variados usos do referido conceito, mas sim trazer alguns aspectos para o compreender. De forma geral, podemos considerar a Fronteira como uma linha separatória, um delimitador, responsável, em parte, pela construção identitária dos grupos existentes nos lados dessa suposta linha, oriunda do contraste. Ao mesmo tempo, a Fronteira é um espaço de encontro, portanto, ainda que carregue em si o crivo da separação, acentuado a partir da consolidação dos territórios dos Estados Nacionais, constitui-se em um espaço de trocas, contatos e constituição de uma identidade própria aos habitantes desse espaço, pois compartilham experiências comuns proporcionadas justamente pelas especificidades da Fronteira. Dessa forma, esse espaço, ao mesmo tempo, não é exclusivamente delimitador nem congregador, é os dois.

O caso do espaço fronteiriço platino é um exemplo a considerar, afinal, foi ali que a Guerra Grande tomou forma e onde os *Brummer* viveram percalços junto ao exército brasileiro. Como explica Maria Medianeira Padoin (2001), o espaço fronteiriço platino se constituiu através de relações sociais e econômicas, possuindo caráter de região, onde circularam homens, ideias, culturas e mercadorias. Não estava associado a delimitações físicas e políticas, pois era um espaço dinâmico e mutável que compreendeu o atual território de Buenos Aires e províncias litorâneas da Bacia do Prata, o território atual do Uruguai e a região da Campanha do Rio Grande do Sul. A maioria do *Brummer* circulou nesse espaço, e ali tiveram contato com uma cultura e um ambiente diferente daqueles com os quais estavam acostumados. Certamente houve trocas entre eles e os soldados brasileiros, mas também com os indivíduos do cenário uruguaio que encontraram pelo caminho, como quando estiveram em Montevidéu e em Colônia de Sacramento. Acentuaram suas diferenças ao conhecer o diferente, como o habitante do espaço fronteiriço platino, descrito por Siber (1915) como hábil cavaleiro. Ao mesmo tempo, perceberam características de uma determinada identidade brasileira nos soldados do exército imperial. Essa experiência ajudou a constituir a nova identidade dos *Brummer*.

Como já afirmamos, parte dos legionários adveio da dissolução do exército de Schleswig-Holstein. Aí reside o fato de terem participado de um conflito fronteiriço, uma vez que esses ducados representavam o limite entre o espaço germânico e a jurisdição dinamarquesa. Questões identitárias teriam gerado a reação da população dos ducados frente a

tentativa da Dinamarca de os integrar administrativa e culturalmente. Além disso, o abandono de Schleswig-Holstein pelas forças prussianas, pressionadas por Inglaterra, Rússia e Áustria, reuniu um exército de voluntários de todos os Estados germânicos interessados tanto na defesa dos ducados, quanto em fortalecer um movimento de unificação nacional. Portanto, esses legionários circularam por aquele espaço fronteiriço e tiveram contato com as ideias ali circulantes, bem como com os diferentes indivíduos e suas culturas reunidos por uma causa comum. Justamente a dissolução do exército de voluntários, seguida da falta de perspectiva e da perseguição política aos engajados, levou muitos deles a adesão ao exército brasileiro através do recrutamento de Rego Barros, vindo a participar de outro conflito fronteiriço, dessa vez no Prata. Dessa foram, foram duplamente influenciados por experiências fronteiriças.

Os legionários também tiveram forte relação com a questão da Fronteira na questão da construção de suas identidades, expressa em uma Fronteira entre ser brasileiro ou ser teuto. Puderam manejar essa identidade de acordo com seus objetivos. Quando lutaram por direitos civis, por exemplo, lhes conveio assumir uma identidade brasileira, geralmente deixada de lado, ou pouco expressiva frente a manutenção de uma identidade germânica. Assim, construíram uma identidade teuto-brasileira, nem totalmente germânica, nem totalmente brasileira, mas as duas, ou seja, gravitaram em uma Fronteira manejável.

Referências Bibliográficas

BARRAN, Jose Pedro. **Apogeo y Crisis del Uruguay Pastoril y Caudillesco - 1839-1875**. Montevidéu: Ediciones de la Banda Oriental, 1979 (Historia Uruguaya; 4).

BENTO, Claudio Moreira. **Os Brummer**: A Legião Alemã a Serviço do Brasil na Guerra 1851-1852. São Leopoldo: Oferta ao Museu Visconde de São Leopoldo, 1981.

BETHELL, Leslie. **Historia de América Latina – América Latina Independiente, 1820-1870**. (Traducción de Ángels Solá). Barcelona: Editorial Crítica, 1991. Tomo 6.

DICKIE, M. A. S. Dos "Senhores do Sul" aos Brummer: a trajetória da construção social do trabalho, RS 1824-1880. In: XIII ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 1989, Caxambu. **Anais**... Caxambu: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 1989.

DORATIOTO, Francisco. **O Brasil no Rio Prata (1822-1994)**. 2. ed. Brasília: FUNAG, 2014.

FERREIRA, Gabriela Nunes. **O Rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial**. São Paulo: Hucitec, 2006.

FLORES, Mariana Flores da Cunha Thompson. **Crimes de Fronteira**: a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889). Tese apresentada no Programa de Pós-Graduação

em História – PUC-POA. Porto Alegre. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2012.

FRADKIN, Raúl & GELMAN, Jorge. **Juan Manuel de Rosas**. La construcción de un liderazgo político. Buenos Aires, Edhasa, 2015.

GRÜTZMANN, Imgart. Intelectuais de fala alemã no Brasil do século XIX: o caso Karl von Koseritz (1830-1890). In: **História Unisinos**. São Leopoldo, vol. 11, nº 1, pg. 123-133, janeiro/abril de 2007.

KILPP, C. E. **O Turnen e o esporte nas associações teuto-brasileiras de Estrela/Rio Grande do Sul. 2012**. 97 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano)-Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

LENZ, Cristóvão; SCHÄFER,Henrique; SCHNACK, Jorge Julio. **Memórias de Brummer**. Trad. Hilda Agnes Hübner Flores. Porto Alegre:Est, 1997.

LEMOS, Juvencio Saldanha. **Brummers**: A Legião Alemã contratada pelo Império Brasileiro em 1851. Porto Alegre: Edigal, 2015. 424 p.

A TRAJETÓRIA DO CURSO DE DANÇA DA UNICRUZ (1998-2010)

Carmen Anita Hoffmann [5]

Norberto Hoffmann [6]

Apesar de possuir mais de meio século no âmbito acadêmico, a formação superior em dança no Brasil não seguiu uma linha uniforme. Entre a fundação do primeiro curso, em 1956 – a Escola de Dança na Universidade Federal da Bahia – UFBA, e a expansão dessa situação, houve um hiato de praticamente três décadas quando da instalação do segundo curso, ocorrido em 1984, na Faculdade de Artes do Paraná – FAP. O último fórum de coordenadores de cursos superiores de Dança no Brasil, realizado em Brasília, em 2014, identificou 45 cursos no país, entre os quais 13 bacharelados e 32 licenciaturas.

A partir dessa expansão do ensino superior a área de conhecimento que compreende a dança começou a conquistar outros espaços de atuação, sendo mais reconhecida, e com possibilidades de desenvolvimento em seus estudos práticos e teóricos. Como fenômeno social passou a assumir maior complexidade, atingindo diferentes setores da sociedade, despertando interesse, como objeto de estudo, em outras áreas do conhecimento.

Os problemas aqui lançados dialogaram com as inquietações presentes nesta investigação, cujo foco aborda a história do Curso de Dança da UNICRUZ (1998-2010), a partir de suas memórias. Pioneiro no Estado se constituiu como referência na área da dança, formado profissionais prestigiados pelo mercado e pela sociedade. No decorrer dos seus 13 anos de existência, através das suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, o Curso consolidou um projeto pedagógico contemplando a formação de profissionais – agentes de mudanças –, preocupados com o futuro da dança na sociedade, sua legitimação e reconhecimento em todas suas instâncias.

Optou-se por investigar o processo de constituição da memória através dos sujeitos que vivenciaram o Curso e, por isto, ao definir o objeto, buscou-se valorizar aquela comunidade acadêmica, analisar suas particularidades e entender como no presente produzem esse passado vivido naquele contexto. A pesquisa nasce da necessidade de entender a razão e o sentido daquele projeto, daquele grupo de professores, alunos e pessoas envolvidas naquele lugar e naquele tempo, delimitado pela própria trajetória e o desdobramento do seu fechamento, onde

[5] Universidade Federal de Pelotas – Doutora História pela PUCRS – carminhalese@yahoo. com.br
[6] Faculdade Cinecista – Nova Petrópolis/RS – Mestre em Turismo-UCS – norbertohoffmann@yahoo. com.br

os sujeitos que estiveram envolvidos nesse coletivo que criou o Curso se voltam para a construção de seu projeto individual que a nova realidade possibilita.

Para tanto, se buscou identificar as razões que atuaram na sua origem, em que contexto surgiu; descrever os pressupostos que deram corpo ao Curso; compreender os motivos para o seu fechamento, a partir da memória dos sujeitos envolvidos nesse projeto, ensejados nos discursos dos ex-coordenadores, ex-professores, ex-alunos e alguns terceiros envolvidos nas atividades do mesmo.

O recorte temporal da pesquisa compreendeu o período de 1998 a 2010, apesar de sua aprovação ter ocorrido em 1994. Os quatro anos anteriores serviram para uma pesquisa de mercado e tentativas de implantação. O marco final se estabeleceu em função da descontinuidade quando da formatura da última turma, em 2010.

A compreensão de que é necessário o aporte teórico-metodológico alicerçado na história para compreender a inauguração da formação em dança no Rio Grande do Sul, fez com que a escolha se justificasse, possibilitando novos questionamentos que despertaram outros saberes. Os estudos da História Social, de Memória e de História Oral, as leituras de diferentes pensadores, ainda que instiguem muitas indagações, permitiram estabelecer novos entendimentos para a ciência, dos sujeitos, do campo, da História e da Dança. O desejo dessa compreensão encontrou nos outros a oportunidade de manifestação, e é o motivo que levou a se passar um grande tempo consultando arquivos, buscando pistas e copiando informações, analisando agendas e realizando entrevistas intercaladas com os quilômetros percorridos entre Pelotas-Porto Alegre-Cruz Alta, além de Joinville, em Santa Catarina e Salvador, na Bahia. Após tudo isso, foi a vez das transcrições infindáveis onde se criou e recriou-se memórias.

Considerou-se importante a abordagem de estudos históricos no âmbito da dança, pois não se pode continuar a ter e divulgar sua visão romântica, principalmente quando se tem a necessidade de repensar o ensino superior nessa área de conhecimento. A percepção de uma leitura histórica do Curso de Dança da UNICRUZ, enquanto incubador de ideias, implicou em uma reinterpretação de fontes do passado quanto à interdisciplinaridade e à organização metodológica. Neste sentido, Strazzacappa (2012, p. 62), observa que na construção do conhecimento em dança, a realidade brasileira apresenta problemas no ensino de dança e destaca alguns pontos que se associam à demanda aqui pautada:

> 1) A existência de leis específicas que incluem a dança como atividade obrigatória nos currículos escolares não garante o ensino da dança nas escolas.

> 2) A dança é historicamente a última na lista das linguagens artísticas presentes na escola. Artes visuais, música e teatro costumam anteceder a escolha pela dança.
> 3) O ensino da dança continua sendo possível pela ação de pessoas apaixonadas, que acreditam na dança e que reconhecem a dança como área de conhecimento, logo, como um saber essencial na formação do cidadão. [...] Aqui a palavra apaixonada não pode ser vista no sentido pejorativo, mas como dedicação, crença.

Os autores propõem que se busquem soluções e caminhos no que diz respeito à diversidade da dança e que é um momento histórico importante porque a classe está se organizando, mas alerta para que se continue atento:

> Nem todas as batalhas foram ganhas e muitas ainda continuam em processo. Acreditamos na relevância dessa iniciativa por possibilitar aos interessados a imersão no atual contexto da dança; por acordar os adormecidos; por incitar os despercebidos e estimular os empenhados que acreditam na dança e na sua importância para a educação (Strazzacappa, 2012, p. 124).

Na elaboração da pesquisa se buscou subsídios no campo histórico, por ter este uma trajetória sistematizada e cumulativa nos estudos sobre memória e história oral. De acordo com Cerbino (2005, p. 56), ao historiador da dança cabe, "[...] além da seleção previamente realizada, ou ainda a ser feita, sobre determinado tema, o papel de cronista e intérprete, recriando o passado por meio da descrição e da narrativa, e, ao mesmo tempo, interpretando-o através de técnicas de análise."

O tema e o objeto deste trabalho estão ligados aos estudos da história da cultura, das instituições e da memória. As abordagens das memórias com os depoimentos dos sujeitos, por intermédio da história oral, permitem uma dimensão singular na relação com tempo vivido e delimitado. As entrevistas suscitaram uma revisita e novas formas de compreensão do passado, evocações estas que reafirmam as três questões básicas a que se propõe responder com a presente tese: 1. Em que medida a criação do Curso de Dança da UNICRUZ foi importante para o ensino da dança no Rio Grande do Sul?, 2. Como se deu a trajetória desse Curso, sua emergência, implantação, consolidação e descontinuidade? e, 3. Quais os desdobramentos do Curso no âmbito do Rio Grande do Sul?

As respostas às questões mencionadas suscitaram a hipótese de que o Curso de Dança da UNICRUZ foi criado em um contexto e em um tempo onde foi permitido e possibilitado a

sua implantação, onde a Universidade de Cruz Alta acabou por encampar a ideia inovadora. Por ser um espaço acadêmico, o Curso foi engendrado dentro das normas e prerrogativas estabelecidas pelo MEC, transformando-se em referência no ensino superior em Dança no Estado. Sua articulação com as instâncias estaduais de Educação e Cultura permitiram, de certo modo, o reconhecimento da qualidade dos profissionais egressos, bem como dos alunos egressos desse Curso. Por tudo isso a sua história se vincula à própria história da dança no Rio Grande do Sul.

Consciente de que a fonte oral, como toda a fonte histórica, não se trata de uma prova da realidade, mas sim indiciária para uma compreensão mais apurada, buscou-se provocar os sujeitos, cujos depoimentos são marcados pelo tempo presente, pois os fatos partem do presente e vão sendo expostos por lembranças registradas de interesses.

Nesse caso, estudando a memória, constata-se que é um referencial importante e pode ser percebida como em permanente estado de mudança e transformação. Tem-se, então, um movimento de lembrança e esquecimento capaz de gerar novas configurações do passado. E é Cerbino (2005, p. 65), que ressalta a possibilidade da história da dança alçar novos voos, com um corpo teórico que a sustente, a partir da produção do social, como espaço necessário para se pensar a história cultural.

Entendendo que as memórias das vivências do Curso de Dança da UNICRUZ são fragmentárias, coletivas e imprevisíveis, foram analisados elementos que auxiliaram na sua consolidação. Igualmente, visualizou-se procedimentos que contribuíram para que houvesse a descontinuidade do mesmo, buscando entender os processos do presente em outros comprometimentos institucionais.

Compor as memórias do Curso foi uma forma de compreender seu funcionamento tanto no contexto acadêmico como no profissional, especificamente naquilo que diz respeito ao reconhecimento de seus contornos identitários. Prender a atenção à trajetória do primeiro Curso de Dança do Rio Grande do Sul serve como reflexão nos fazeres e saberes que envolvem os projetos políticos e pedagógicos em funcionamento, suas perspectivas e desafios a serem enfrentados no atual contexto de formação acadêmica.

Sob o ponto de vista metodológico, foi perseguido o objetivo de analisar o percurso institucional do Curso de Dança da UNICRUZ (1998-2010), desde a formatação do seu Projeto Político-Pedagógico por suas fundadoras aos discursos de seus protagonistas no período da sua descontinuidade. Caracterizada como qualitativa, a pesquisa toma como balizadores, em sua construção metodológica, as abordagens da história oral, através de entrevistas

semiestruturadas de seus atores e protagonistas, considerados os mais significativos ao processo de análise da memória individual e memória coletiva.

Para sua sustentabilidade buscou-se, em pressupostos teóricos, as reflexões necessárias acerca dos sentidos da história e sobre a memória enquanto construção social. Tomando como ponto de partida os pressupostos da memória coletiva e suas imbricações com a memória individual, o estudo buscou historiografar a trajetória do Curso de Dança da UNICRUZ, pioneiro no Estado. Ao estabelecer o contraponto entre a memória individual e a memória coletiva, Halbwachs diz que

> A memória individual não está inteiramente isolada e fechada. Para evocar seu próprio passado em geral a pessoa precisa recorrer às lembranças de outras, e se transporta a pontos de referência que existem fora de si determinados pela sociedade. Mais do que isso, o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos, que são as palavras e ideias que o indivíduo não inventou, mas toma emprestado do seu ambiente (Halbwachs, 2013, p. 72).

Observa ainda que "Se a nossa impressão pode se basear não apenas na nossa lembrança, mas também na de outros, nossa confiança na exatidão de nossa recordação será maior, como se uma mesma experiência fosse recomeçada não apenas pela mesma pessoa, mas por muitas" (Halbwachs, 2013, p. 29), o que nos leva a dizer que cada depoente (entrevistado) expressa uma consciência – um olhar, uma leitura única – de um determinado fato ocorrido, constituindo-se na memória individual, mas seu conjunto – todos os entrevistados – pertencem à memória coletiva.

A sua curta existência – 13 anos –, nos instiga a necessidade de registro memorial do Curso pois, certamente o condenaria ao esquecimento, uma vez que seus protagonistas (professores e alunos) não estão mais em Cruz Alta ou na UNICRUZ: não estão mais juntos, estão dispersos e certamente não mais formarão um grupo. Assim, toda a vivência construída entre professores e alunos estabeleceu relações dialógicas, quer elas tenham ocorrido através de novos conhecimentos, de advertências, de repreensões ou de elogios etc., quer criando um conjunto de lembranças capaz de reconstruir, a posteriori, diante de um instigamento através da memória coletiva, novos pressupostos que identifiquem e reconstruam, mesmo que de forma fragmentada, aspectos relacionados ao passado.

Mesmo que não exista nenhum grupo eternamente duradouro, como enfatiza Halbwachs, "o simples fato de recordar o passado tem como premissa reconstruir eventos que

foram vivenciados" (Halbwachs, 2013, p.34-35), mesmo que apresentando lacunas formadoras de uma descontinuidade para que, por força das circunstâncias, a duração de sua memória não se limite à duração do grupo. Daí a importância do trabalho da pesquisa, pois objetiva preservar a lembrança através da oralidade (entrevistas semiestruturadas) e suas posteriores transcrições, efetivando o registro memorial coletivo dos feitos e fatos ocorridos durante a vida funcional do Curso, como sendo de vital importância para a historiografia da dança sul-rio-grandense e brasileira.

Acompanhando a reflexão de Halbwachs (2013), quando ele diz que ao se sair de um grupo se está correndo o risco de não guardar nenhuma lembrança dele, especialmente se este grupo sofrer descontinuidade, em tais circunstâncias, o envolvimento com novos grupos, novos interesses, novas associações, desviam os pensamentos de tudo aquilo que antes parecia importante, uma vez que se vislumbram novas perspectivas.

São os indivíduos que se lembram, enquanto conjunto de pessoas integrantes do grupo, que dão força à duração da memória coletiva. O somatório das lembranças comuns – de cada lembrança individual – seria um ponto de vista sobre a memória coletiva, pondera Halbwachs, acrescentando que "[...] este ponto de vista muda segundo o lugar que ali ocupo e que esse mesmo lugar muda segundo as relações que mantenho com outros ambientes" (2013, p. 69).

Assim, na dança podemos dizer que as relações de força são reduzidas a relações de comunicação, estas sempre relações de poder que dependem na forma e no conteúdo, do poder material ou simbólico acumulado pelos agentes (ou pelas instituições) envolvidas nessas relações, e que podem permitir o acúmulo do poder simbólico. Para Bourdieu, em contraposição ao passado, quando não se queria reconhecer o poder nas situações em que ele "[...] entrava pelos olhos a dentro, [...] sem nunca fazer dele, numa outra maneira de o dissolver, uma espécie de circulo cujo centro está em toda parte e em parte alguma" (1998, p. 7), é preciso saber encontrá-lo onde ele tem menor visibilidade, onde é praticamente irreconhecível. A característica de invisibilidade do poder simbólico diz Bourdieu, permite que este seja exercido "[...] com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem" (Bourdieu , 1998, p. 8).

Ao transpor para um contexto atual, onde se presencia num estado de campo o poder por toda parte, vemos as produções simbólicas relacionadas com os interesses dos grupos dominantes. No campo das Artes, o mesmo acontece com a dança, onde as coreografias – mesmo que partindo de um ato criador individual – têm caráter ideológico que serve a interesses

particulares que tendem a apresentar como interesses universais, comuns ao conjunto do grupo. A cultura dominante observa

> [...] contribui para a integração real da classe dominante (assegurando uma comunicação imediata entre todos os seus membros e distinguindo-os de outras classes); para a integração fictícia da sociedade no seu conjunto, portanto, à desmobilização (falsa consciência) das classes dominadas; para a legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento de distinções (hierarquias) e para a legitimação dessas distinções (Bourdieu, 1998, p. 11).

Em consonância com a visão de sociedade em Bourdieu é possível dizer que o conceito de habitus reafirma seu caráter histórico, pois é: "[...] produto da história, o habitus produz práticas, individuais e coletivas, e portanto história em conformidade com os esquemas engendrados por essa mesma história" (2002, p. 178).

Buscou-se em Velho, entender que os sujeitos envolvidos no projeto coletivo que possibilitou a criação e a consolidação do Curso, com a sua descontinuidade, voltaram-se para a construção de seus projetos individuais, que a nova realidade possibilita, pois para o autor

> O projeto no nível individual lida com a performance, explorações, o desempenho e as opções, ancoradas a avaliações e definições da realidade que resultam de complexos processos de negociação e construção que se desenvolvem com e constituem toda a vida social vinculados aos códigos culturais e processos de longa duração. Esses códigos e processos fazem com que os indivíduos estejam em permanente reconstrução porque fazem parte, eles próprios, do processo de construção social da realidade (Velho, 2003, p. 28 e 29).

Na busca da constituição da memória diversos são os procedimentos que podem ser adotados. A escolha de entrevistar pessoas que participaram das ações e atividades do Curso de Dança da UNICRUZ no seu percurso é justificada pela necessidade de captar informações significativas ainda não documentadas. A opção pela história oral, enquanto metodologia desencadeia novos conhecimentos de um passado próximo.

Cabe salientar, aqui, a importância de trabalhar com as narrativas quando se procura compreender e interpretar as manifestações expressadas nos discursos obtidos, nas entrevistas, estabelecendo a forma como histórica e socialmente foram produzidos. Para fundamentar esses

pressupostos, foram selecionados aportes teóricos que permitiram a definição dos procedimentos mesmo antes da realização das entrevistas.

De acordo com Constantino, ”a história oral é uma metodologia que cria novas fontes para a investigação; é metodologia reabilitada em tempos recentes, com características inovadoras” (Constantino, 2004, p.61). O processo de reabilitação da história oral é convergente com as grandes transformações teórico-metodológicas por que passou a História, no decorrer do século XX. O que nos indica uma transformação na forma de pensar o objeto da História e o método de investigação. Ao colher depoimentos o historiador transforma-os em documentos para serem interpretados. Dessa maneira o historiador pode captar a experiência do narrador, suas tradições, seus mitos, suas narrativas de ficção que se encontram no fundo da memória, assim como crenças existentes no seu grupo.

Através das entrevistas com ex-alunos, ex-professores e pessoas ligadas à dança que tiveram alguma atuação no e com o Curso, identificou-se questões que procuraram abarcar aspectos da sua criação, da sua finalidade, da sua concepção, do seu contexto e da sua trajetória, registradas e reelaboradas pela memória.

Para a seleção foi necessário uma retomada do universo estudado, identificando o papel e a participação dos entrevistados no Curso, saber quais os mais representativos e reconhecidos pelo grupo. Ainda, como critério de escolha, foi estabelecido que os mesmos estivessem inseridos no mercado de trabalho da dança, quer como professores de ensino formal de educação infantil, básica e superior ou de ensino informal.

Para a realização das entrevistas foi feito um contato prévio com os depoentes. A cessão de direitos das entrevistas foi confirmada através de uma Autorização de Depoimento Oral. No processo de ida a campo, reavivou-se o próprio exercício de escuta, condensando e ampliando o espaço, mas respeitando a expressão e o desejo de quem prestou o depoimento.

Alberti (2005), chama atenção para a questão da necessidade da interpretação e análise das entrevistas como fonte oral. A transcrição em forma de texto facilita a análise da fonte oral como qualquer outro documento, questionando e verificando a maneira de se usufruir da fonte, retirando dela as evidências e os aspectos que auxiliarão a resolver o problema apontado. Utilizou-se a transcrição literal, pois todas foram claras e compreensíveis, apenas filtrando os vícios de linguagem.

Foram reproduzidas todas as entrevistas realizadas, num total de (18) oferecendo um panorama do caminho inicial da formação superior na área da dança no nosso Estado bem como

de suas principais inquietações. Considerou-se o número suficientemente satisfatório e representativo, pois permitiu engendrar uma análise comparativa consistente.

Os depoimentos completos, com suas respectivas transcrições e autorizações, estão sob a guarda do Laboratório de História Oral do Programa de Pós Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS - estando disponibilizados para possíveis consultas.

Além da realização do trabalho com história oral, concomitantemente foi feita uma pesquisa documental e bibliográfica, muitas vezes remetida pelas próprias entrevistas. Para tanto, foram utilizadas diversas fontes que viabilizaram a reflexão sociocultural, para a análise e interpretação dos documentos coletados.

A pesquisa bibliográfica contempla as referências sobre o fenômeno estudado através de publicações acadêmicas na área do ensino superior em dança e da dança, de maneira geral. Foram pesquisados periódicos, livros, revistas, dissertações, teses, trabalhos de conclusão de curso, folders, projeto político pedagógico do Curso, documentos oficiais e também consultas na internet. O seu desenvolvimento abrangeu um conjunto de conhecimentos produzidos através desses materiais fundamentando-o. As fontes documentais utilizadas para o estudo foram os relatórios sociais da Universidade e do Curso de Dança; resoluções e documentos disponíveis no arquivo da UNICRUZ; notícias da imprensa da época, dos jornais Diário Serrano[7], Zero Hora[8] e Correio do Povo[9] no período compreendido entre os anos de 1998 a 2010.

Em termos metodológicos, o estudo partiu do emprego de depoimentos orais, de documentos escritos e literatura secundária seguindo a metodologia de análise textual de Roque Moraes. Esse método pressupõe etapas de uma análise de conteúdo que é constituída em um ciclo de decomposição em três elementos – unitarização, categorização e comunicação –, ou seja, a desconstrução do texto, criação de categorias e a interpretação, que resulta em novo significado extraído das mensagens descritas (Moraes, 2003, p. 191).

Para expressar a importância da instalação do primeiro curso superior de dança do Rio Grande do Sul se buscou os narradores que emprestaram suas vozes para serem utilizadas neste estudo. Eles foram capazes de recompor, pela sua evocação, as memórias sobre as experiências vividas, revisitando os espaços/tempos em que participaram do, e, no Curso de Dança da

[7] Jornal com circulação de 3ª a domingo, da cidade de Cruz Alta/RS
[8] Jornal diário de circulação estadual
[9] Jornal diário de circulação estadual

UNICRUZ. Houve a autorização e a apresentação nominal, procurando explicar a relação deles com a dança e com o Curso.

Propôs-se um esquema para expressar a trajetória do Curso que pode servir para futuras análises e escrituras de outras instituições, com a criação de um quadro dividido em três fases. A primeira fase trata da contextualização, emergência e implantação do Curso; a segunda fase trata do reconhecimento, avaliação, protagonismo (sua importância e desdobramentos nas atividades artísticas onde está inserido) e, a terceira fase é a da descontinuidade e/ou consolidação e de seus desdobramentos (perfil dos egressos, projetos a partir da atuação no Curso quer como aluno, professor ou colaboradores – os terceiros envolvidos). No caso específico houve a descontinuidade por motivos a serem esclarecidos no desenvolvimento do texto.

Esquema para o desenvolvimento da trajetória do Curso:

Instituição	**Primeira fase**	**Segunda fase**	**Terceira fase**
Curso de Dança da UNICRUZ	(1994-2000) Contexto Emergência Implantação	(2001-2008) Reconhecimento Protagonismo Relação e repercussão com o meio	(2008-2010) Consolidação e/ou Descontinuidade Desdobramentos

Fonte: autores.

Os entrevistados foram identificados nas categorias denominadas ex-alunos, ex-professores, e terceiros envolvidos. O propósito da presente investigação, a partir de fonte oral, documental e bibliográfica foi o de compreender o passado a partir das memórias coletivas, de uma procura de sentido, atribuído aos fatos do passado, por aqueles que estavam envolvidos com estes fatos.

Para concluir a investigação se retornou às principais questões que foram instigadas e rememoradas pelos entrevistados, reconhecendo que é impossível se dar conta de todo o universo narrado, um sentimento de algumas perdas no trajeto, talvez da passagem do oral para o escrito. Enfim, considerou-se que os resultados apresentados foram significativos e, também, desafiantes para o entendimento dos caminhos percorridos pelo Curso de Dança da UNICRUZ, ensejando uma constante discussão sobre a formação superior em dança no Rio Grande do Sul, pois tudo poderá ser retomado, criticado e aprofundado. Este é o resultado mais gratificante quando se pensa e se está no ambiente acadêmico.

Referências Bibliográficas

ALBERTI, Verena. **Histórias dentro da História**. In: PINNSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

CERBINO, Ana Beatriz Fernandes. História da dança: considerações sobre uma questão sensível. In: **Lições de Dança 5**. Rio de Janeiro: UniverCidadeEditora, 2005.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. Teoria da história e a reabilitação da oralidade: convergência de um processo. Pesquisa. In: ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto (Org.). **A aventura(auto)biográfica: fundamentos e metodologia**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004b.

HALBWACKS, Maurice. **A Memória Coletiva**. 2ª edição São Paulo: Centauro, 2013.

MORAES, Roque. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. In: **Ciência & Educação**, Bauru, SP, v. 9, n. 2, p. 191-211, 2003.

STRAZZACAPPA, Márcia. Dançando na chuva ...e no chão de cimento. In: **O Ensino das Artes: construindo caminhos**. FERREIRA, Sueli (org.). 10a ed. Campinas, São Paulo: Papirus, 2012.

UNICRUZ. **Projeto Político-Pedagógico do Curso de Dança**. Universidade de Cruz Alta, Cruz Alta: 2007.

VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2003.

A UTILIZAÇAO DA HISTÓRIA ORAL PARA CONSTRUÇÃO DA TRAJETÓRIA DO MÚSICO JOÃO ADELINO LEAL BRITO (1917-1966)

Vinicius Carvalho Veleda[10]

Introdução

O presente artigo tem como objetivo estudar a trajetória do músico João Leal Brito, conhecido como "Britinho". O artigo divide-se em duas partes. Na primeira tentaremos mostrar quem foi Britinho? E na segunda discutiremos aspectos sobre as entrevistas que realizamos com quatro familiares do músico.

Na primeira parte do artigo apresentaremos nosso personagem. Britinho foi de uma família de músicos. Seu pai foi professor de piano na Banda União Democrata, de Pelotas, onde estudou com seu irmão mais velho Rubens Leal Brito. Mostraremos como João Leal conseguiu seu primeiro contrato (entre 1936-1939) em Porto Alegre, na Rádio Farroupilha. Neste último ano dirigiu-se para a cidade de São Paulo, contratado por estações de rádio e boates. Transferiu-se para o Rio de Janeiro em 1941. E foi no Rio de Janeiro que Britinho permaneceu até sua morte, em 1966, trabalhando em rádios, boates, cassinos, e além disso, lançou uma quantidade expressiva de discos.

A segunda parte do artigo visa apresentar quatro entrevistas realizadas com sobrinhos de Britinho. Trata-se de uma pesquisa envolvendo parentes próximos do pesquisador – pai e três tios – Clóvis, Maria Helena, Fernando e José Luís, respectivamente. Escolhemos os quatro depoentes por serem sobrinhos de João Leal Brito, e também por que conviveram com o tio músico durante suas visitas à sua terra natal entre os anos de 1959-1966. Nesta parte tentaremos responder as questões: Como era a casa de Dona Francisca? Quais eram as condições da família? Como era a casa durante as visitas de Britinho? Quem o visitava na casa de sua mãe? Como foi a ida de sua mãe e irmãos para o Rio de Janeiro no início da década de 1940?

Desenvolvimento

Nossa pesquisa realizada no mestrado tem como objetivo investigar a trajetória profissional do músico João Adelino Leal Brito e o "meio artístico de seu tempo", na cidade do Rio de Janeiro, 1941-1966[11]. Ele foi conhecido popularmente por "Britinho" ou "Leal Brito",

---

[10]Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas, BOLSISTA CAPES, e-mail: veledavinicius@gmail.com.

[11] Em alusão a obra de Alcyr Lenharo (1995): "Cantores do rádio: a trajetória de Nora Ney e Jorge Goulart e o meio artístico de seu tempo".

nasceu em 05 de maio de 1917 na cidade de Pelotas/ RS e faleceu, provavelmente, no dia 29 de setembro de 1966, no então Distrito Federal, o Rio de Janeiro.

Para estudar a trajetória de Britinho empregaremos vasta tipologia de fontes. Primeiramente, possuímos o levantamento de 119 discos lançados por ele entre os anos de 1951 e 1966. Dos 119 discos listados, possuímos 65 em nosso acervo pessoal. Outro conjunto de fontes essencial para nossa investigação consiste nas matérias de jornal: 674 itens nominais, subdivididos em 4 cidades. Rio de Janeiro (650 matérias divididas em 23 periódicos), São Paulo (14 matérias divididas em 5 periódicos), Porto Alegre (8 matérias divididas em 2 periódicos) e Pelotas (2 matérias em 1 periódico). Possuímos ainda no acervo as iconografias, onde localizam-se todas as imagens. Capas de discos (211), fotografias (16), cartazes de boates (16), fotos de espetáculos na Boate Casablanca (9) e anúncios de rádio (5). Por fim, possuímos ainda os catálogos das gravadoras onde Britinho lançou discos. Estas fontes que elencamos apontam em sua maioria para a carreira de Britinho na cidade do Rio de Janeiro. Delas podemos analisar a carreira do pianista que compreende entre os anos de 1941-1966, ou seja, seus últimos 25 anos de atuação. Até então, dividimos os estudos sobre Britinho cronologicamente, a partir de três passagens: a primeira abrange seus 18 primeiros anos de vida em Pelotas (1917-1935); a segunda a partir de seu primeiro contrato em Pelotas (1935), Porto Alegre (1936), São Paulo e Santos (1939); a última é a que nos referimos anteriormente, no Rio de Janeiro entre (1941-1966).

Ao que indica, João Leal Brito foi de uma família de músicos e sua principal influência para escolher e seguir a carreira como músico adveio do pai, João Adelino Campos de Brito, professor particular de piano e também professor de música na Sociedade Musical União Democrata de Pelotas. Britinho estudou nesta escola juntamente com seu irmão mais velho, Rubens Leal Brito[12], nascido possivelmente em 1912, também em Pelotas. Ambos iniciaram os estudos musicais aprendendo inicialmente o violino. Britinho começou no instrumento aos 10 anos de idade, estudando violino cerca de 8 anos na "União Democrata", até passar para o piano, com então com 18 anos, em 1935.

Os "irmãos Brito", como chegaram a se tornar conhecidos, tocaram juntos em duo de piano a partir de 1935 na cidade de Pelotas. João chegou ainda a formar sua "orquestra" composta por músicos locais e era contratado para atuar em festas, bailes e formaturas –

[12] A trajetória de Rubens Leal Brito não completou uma década, pois foi interrompida por sua morte prematura. Após ser diagnosticado com tuberculose, procurou tratamento na cidade de Campos do Jordão. Faleceu no ano de 1945, nesta cidade, deixando a esposa e dois filhos[12]. Rubens também foi reconhecido pianista e compositor musical em Porto Alegre, São Paulo e Rio de Janeiro entre 1936-1945.

começava aqui a trajetória profissional de João Leal Brito. Não demorou para continuarem suas carreiras fora de sua terra natal. Primeiro Rubens foi contratado pela Rádio Gaúcha de Porto Alegre em 1936, e no mesmo ano, após instaurar-se na cidade, Rubens conseguiu um contrato para seu irmão, João, na Rádio Farroupilha para substituir o famoso pianista Paulo Coelho, conhecido como "O Gordo"[13]. As trajetórias dos irmãos Brito começaram a tomar rumos separados com mais definição a partir de 1939, quando João foi contratado para atuar em boates da cidade de São Paulo. As informações apresentadas a seguir foram extraídas da contracapa do long-play "Sucessos de Dorival Caymmi". Após período em Porto Alegre, "em 1939, dirigiu-se para São Paulo, havendo atuado em diversas estações de rádio e boates. Foi contratado da orquestra da Mário Silva, atuando no Cassino Porchat, em Santos[14]". Até agora são sabemos quais são as "diversas estações de rádio e buates" onde Britinho atuou em São Paulo[15].

Em 1941 Britinho fixou-se Rio de Janeiro, o então Distrito Federal e atuou inicialmente como pianista na orquestra do maestro Napoleão Tavares. Em novembro foi contratado pela Rádio Mayrink Veiga para ser pianista e maestro. Saiu da rádio somente em 1944 quando passou novamente a trabalhar como instrumentista. Neste período Britinho trabalhou em diversos locais entre boates, cassinos e rádios. Seu primeiro contrato para lançamento de disco, veio da gravadora Todamérica do Rio de Janeiro. Foram dois choros de sua autoria em piano solo: "Foi sem querer" e "Machucadinho". A partir de 1952 divide seu trabalho entre três boates: Perroquet, Vogue e Sacha's Bar. Na noite carioca conhece o também pianista Fat's Elpídio; em duo de piano lançam discos e são contratados fixos da boate Vogue. De agosto de 1952 até meados de 1956, Britinho foi contratado pela boate Casablanca para ser arranjador de seus espetáculos. Em outubro de 1952 passa a fazer parte do elenco da gravadora Musicdisc. No início de 1954 concorre entre os "melhores de 1953". A partir de 1957 passa a trabalhar quase que exclusivamente sob contrato de gravadoras, lançando discos e vivendo a partir de direitos autorais. Em maio de 1957 utiliza seu primeiro pseudônimo, pela gravadora Musidisc, "Pierre Kolmann". E logo passa a utilizar inúmeros nomes fictícios, que serviam apenas para gravações de discos: Franca Villa, Tito Romero, Al Person, Al Newman, Miriam Presley, entre outros[16].

---

[13] A Federação, Pelotas no microfone da Gaúcha, 05 de dezembro de 1936.
[14] Britinho e seu conjunto. *Sucessos de Dorival Caymmi*. São Paulo: Continental, 1956. 1 LP (30 min.) 33rpm, sulco, mono, LPP 34.
[15] Sobre a noite paulista ver: Lúcia Helena Gama (1998), "Nos bares da vida: produção cultural e sociabilidade em São Paulo, 1940-1950".
[16] Britinho e seu conjunto. *Sucessos de Dorival Caymmi*. São Paulo: Continental, 1956. 1 LP (30 min.) 33rpm, sulco, mono, LPP 34 (contracapa); CARDOSO, 1965, p. 22; Revista do Rádio, Os Reis dos Teclados, 1962.

Durante os séculos XIX e XX e Rio foi um dos principais locais de encontros e mediações culturais. Segundo o historiador Arnaldo Contier, durante o Estado-Novo de Getúlio Vargas, não ocorreu apenas ascensão social, mas também ascensão dos músicos, artistas e compositores, devido: a) a ampliação do sistema de radiodifusão implementado pelo governo de Vargas; b) a formação de um mercado de consumo (discos); c) a implantação de uma indústria cultural que favoreceu traçar com maior nitidez "o papel do compositor de características profissionais". Assim, segundo ele, a criação artística seria uma "produção coletiva preexistente no bojo de uma sociedade" (CONTIER, 1991, p. 181). Após o fechamento e proibição dos jogos em 1946, por Eurico Gaspar Dutra, começaram a surgir no Rio de Janeiro, mais especificamente na Zona Sul, em Copacabana, as primeiras boates. Tasca, O Mandarim, o Farolito, o Beach Club, e depois, Night and Day (no Hotel Serrador), que depois transformou-se em boate e restaurante na Praia Vermelha e mudou o nome para "Casablanca" (LENHARO, 1995, p.47). As boates e cassinos mantinham cada uma delas, pelo menos duas ou três orquestras, conjuntos menores, solistas para música de fundo e acompanhamento. As boates e os cassinos do Rio eram casas noturnas de classe média e alta, frequentavam estes estabelecimentos políticos importantes, artistas, empresários, ainda frequentavam boêmios da "high society". Esses estabelecimentos empregavam muitas orquestras por que a música era contínua, a todo momento, intercalando diversas atrações.

História Oral:

Como se trata de uma pesquisa que envolve meus familiares próximos, não tivemos problemas para entrar em contato por telefone com os depoentes e agendar as quatro entrevistas realizadas[17]. A primeira com Clóvis, depois Maria Helena "Neca" e, por último, Fernando "Fernandinho" e José Luís "Zezé" – todos eles sobrinhos de João Brito (e Rubens). Foram utilizados dois equipamentos: um gravador de voz portátil para gravação e uma câmera digital para filmagem – o que nos facilitou nas transcrições entrevistas. Neste momento, ainda não foi possível fazer entrevistas com pessoas que não são familiares de Britinho, que o conheceram a partir de outro meio, como aconselha Verena Alberti: "Convém, pois, contar com entrevistados de diferentes origens que desempenhem diferentes papéis no universo estudado, a fim que variadas funções, procedências e áreas de atuação sejam cobertas pela pesquisa" (ALBERTI, 2011, p.175).

[17] Clóvis Jantzen Veleda é meu pai; Maria Helena, Fernando e José Luís são irmãos e primos de Clóvis.

A primeira entrevista foi realizada com Clóvis Jantzen Veleda, no dia 06 de junho de 2016. Ele nasceu no dia 13 de outubro de 1946 (69 anos de idade) e é funcionário público aposentado. Escolhemos Clóvis para ser o primeiro entrevistado por ele ter nos apresentado o músico. Essencialmente, contava a respeito "tios músicos (violinistas) que moravam no Rio de Janeiro" e também sobre como era a sua família: avó (mãe de Britinho), tios e pai (irmãos do músico). Além disso, foi por intermédio dele que obtivemos em meados de 2010 o primeiro resumo biográfico que lemos com dados de Britinho.

O segundo depoimento foi realizado com Maria Helena Santos Araújo, mais conhecida como "Neca". Ela é aposentada, nascida em 13 de agosto de 1945 (71 anos). Agendamos com ela em local, horário e dia de sua preferência. Realizamos a entrevista no dia 17 de julho de 2016, em um domingo, às 15 horas – em sua residência. Nossa depoente conviveu com o tio, Britinho, entre os anos de 1959-1966. A última entrevista foi cedida por Fernando Velleda Santos, "Fernandinho" e José Luiz Velleda Santos. Eles nasceram dia 07 de janeiro de 1947 (69 anos) e 15 de junho de 1958 (60 anos), respectivamente. Fernando é autônomo e José aposentado. Agendamos com Fernandinho em sua residência no dia 18 de julho de 2016[18], dia em que Zezé o visitara. Eles também conviveram com o tio músico entre final dos anos de 1950 e meados de 1960.

De acordo com Verena Alberti (ALBERTI, 2005, p.31-2) convém selecionar os entrevistados que "participaram, viveram, presenciaram ou se inteiraram de ocorrências ou situações ligadas ao tema e que possam fornecer depoimentos significativos. Para a autora, o processo de seleção de entrevistados em uma pesquisa de história oral, aproxima-se a escolha dos informantes em Antropologia, quer dizer, em função de sua relação com o tema em questão, seu papel estratégico, posição no grupo.

Optamos por um tipo de História Oral Temática, ou seja, o que será produzido estará relacionado com o tema da pesquisa. São perguntas que não começam necessariamente pela infância do narrador (ao menos que tenha importância para o tema). O roteiro básico necessita abordar com profundidade o objeto-problema. Neste tipo de entrevista é necessário um confronto de versões, já que na maioria dos casos, é necessário mais de um depoente para estudar o assunto (GILL; SILVA, 2016). Alberti aproxima a História Oral com o método biográfico: "seja concentrando-se sobre um tema, seja debruçando-se sobre um indivíduo e os cortes temáticos efetuados em sua trajetória, a entrevista terá como eixo a biografia do entrevistado, sua vivência e experiência" (ALBERTI, 2011, p. 175).

[18] Duração das entrevistas: Clóvis (48 minutos), Maria Helena (65 min.) e Fernando/Luís (98 minutos).

Como mencionamos no início do texto, João Adelino Leal Brito, Britinho, é natural de Pelotas/RS. Sua mãe chamava-se Francisca Leal Brito – conhecida por "Dona Chica" e seu pai João Adelino Campos de Brito. Eles tiveram dois filhos, Rubens e João. É possível que durante este período, entre o final da década de 1910 e início dos anos 1920, a família tenha morado no bairro Simões Lopes, em Pelotas, mais precisamente na rua Nossa Senhora de Fátima. Mas logo Dona Francisca torna-se viúva pela segunda vez; pois já havia casado anteriormente sem deixar filhos. Dona Chica conhece alguns anos mais tarde Oscar Tertuliano Velleda, natural de Pinheiro Machado e casa-se novamente, pela terceira vez. Logo o casal tem o primeiro filho, Oscal Leal Velleda (04/04/1919), seguido por Ondina Leal Velleda, "Dadá" (08/02/1920) e Fernando Leal Velleda (não sabemos com precisão sua data de nascimento). Neste segundo momento, a família é composta por Dona Chica, Oscar Tertuliano, Rubens, João, Oscar e Ondina, ainda no Simões Lopes, mas em seguida passam a residir na rua Santos Dummont, número 200, casa de esquina com a rua General Neto, por volta de 1934. Não demorou para Dona Francisca tornar-se viúva pela terceira vez. Nesse período, possivelmente, Rubens e João iniciaram suas carreiras, ainda em Pelotas. Como citamos, logo os irmãos Brito ingressam em rádios da capital gaúcha, Porto Alegre (ARAÚJO, M.H.; SANTOS, F.; VELEDA, C.).

É neste contexto familiar que Britinho vem a Pelotas para visitar sua mãe, irmãos e sobrinhos em fevereiro de 1959 durante o carnaval, na casa da rua XV. Clóvis tinha 12 anos; Maria Helena 13; Fernando 12 e José Luís 3 anos de idade. Ele veio acompanhado de sua companheira Mariah, de ônibus do Rio de Janeiro. A seguir, é um trecho narrado por Maria Helena sobre sua visita:

> Lembro de quando ele vinha, das viagens. Por que ele passou 20 anos sem ver a mãe dele. Sim, nós tínhamos até o recorte de jornal da rádio, que o Diário colocou. Como é que é... "Saudades da terrinha, saudades da mamãe", colocaram uns dizeres. "Assim que pensou o maestro Britinho: vou até Pelotas!" Ele veio de ônibus e depois, a segunda vez, ele veio de fusca, ele e a tia Mariah (ARAÙJO, M. H., 2016).

Fernando também menciona esta matéria de jornal e sua vinda em 1959: "Tens que pegar o Diário Popular de janeiro/fevereiro de 1959, o ano que ele voltou para Pelotas. A partir de 1959. [Ele ficou 20 anos sem vir a Pelotas?][19] Isso, mais ou menos. A partir de 1959 ele começa a vir, em todos os fevereiros, 59, 60, 61, 62, 63 ele veio" (SANTOS, F.). E José Luís ele também menciona: "Primeira vez ele veio com a esposa. Primeiro ele ficou no Grande Hotel, mas depois ficou na casa de umas parentes nossa. [Ela ia no Rio? A Guacira?] Isso! Dona

[19] Nossas intervenções nas narrativas estarão mencionadas entre colchetes.

Iracema era a mãe dela, que ficava na Marcílio Dias com Voluntários. Madrinha da Neca" (SANTOS, J. 2016).

Foi na entrevista com Maria Helena que ouvimos pela primeira vez sobre a ida da família ao Rio de Janeiro. Mais quais integrantes da família foram ao Rio? Quando? Em que condições? Maria Helena depõe sobre o que Dona Francisca contava para ela sobre a viagem:

> Ela (Dona Francisca) só dizia que dentro no navio parecia uma família, por que 12 dias viajando juntos, né. [E ela foi a única da família a ir?] Não. A minha mãe, o pai, e os meus irmãos, o João Carlos. O Paulo era nascido e o João Carlos nasceu no Rio. Ela foi grávida. E o terceiro nasceu em Porto Alegre, não no Rio. Ficaram pouco lá no Rio. Não gostaram. [Ela residia com ele?] Sim, ficou com ele. [Lembra do local da casa?] Eu sei que ele morou na rua Camarista, 516, casa 19. Isso não me lembro se foi na época que a mãe foi, ou se foi depois. Mas lembro deste endereço, era um condomínio. (ARAÚJO, M. H., 2016).

Segundo Maria Helena, Fernando e José Luís, foram ao Rio de Janeiro naquela ocasião em 1941: Dona Francisca, Oscar, Ondina, Adail (os dois últimos são os pais da entrevistada) e Paulo (primeiro filho de Ondina). Francisca, Ondina e Adail, resolveram vender as suas duas casas em Pelotas na rua Santos Dummont, 200 - para irem morar na ocasião no Rio de Janeiro[20], empregarem-se e viverem sob custódia de Britinho. Paulo era a única criança e Ondina estava grávida de João Carlos, e este nasceu no Rio em 1941. Adail conseguiu um emprego de porteiro por intermédio de Britinho na então maior rádio do Brasil, a Rádio Nacional.

Retornaram para o Rio Grande do Sul em 1943, fixando-se por curto período em Porto Alegre. Na fala de Fernando e Maria Helena, ficou claro que eles viveram durante dois anos com o dinheiro da venda das duas casas. Ainda em 1943 retornam à Pelotas e alugam a casa da rua XV de Novembro, número 1037. Após retorno à Pelotas Britinho passa a enviar mensalmente a "mesada" para Dona Chica e os três irmãos: Oscar, Ondina e Fernando. Sobre esta ajuda financeira nossos depoentes narram que: "a mãe foi sustentada pela vó. Através dela o tio João mandava religiosamente uma mesada. Cobria a água, a luz, a casa e mais alguma coisa de comida. Era no Banco da Província. E minha vó (risos), com aquela caneta de tinteiro" (SANTOS, F.); "Todos os meses vinha uma ordem de pagamento que ele mandava para a vó" (SANTOS, J. L.); e Clóvis Veleda:

> Ele (Britinho) mensalmente mandava, na época o dinheiro era o cruzeiro, ele mandava cruzeiro para a minha vó e mandava para meu pai, para o tio Fernando e a tia Dadá. Ele sempre foi uma pessoa, apesar de estar no Rio de Janeiro, até que eu me lembre, depois ele adoeceu. Ele sempre foi uma pessoa generosa, ligada aos seus parentes aqui em Pelotas. (VELEDA, C., 2016)

[20] Maria Helena não tem certeza se seus familiares chegaram a morar na rua Camarista ou apenas Britinho.

Outro assunto recorrente nas entrevistas é a respeito dos amigos e pessoas que visitavam Britinho na casa de sua mãe. Clóvis comenta que: "Juntavam pessoas para verem o Britinho nesta casa. Walmúrio visitava ele, professor Clóvis da Banda União Democrata, professor Carlinhos"; "Quando ele estava aí a casa mudava total. Era gente chegando, gente saindo, muita alegria, almoços, muitas pessoas eram convidadas para esses almoços, só não lembro das pessoas em si. A vó Chica fazia mocotós, um panelão, vinha muita gente, os vizinhos e o tio Brito também" (VELEDA, C.). Maria Helena menciona dois músicos: "Seu Vieira", um senhor que era de música também. Eu não sei o que ele tocava, morava na Barão de Butuí, Seu Hermes Lima da Banda do Quartel" (ARAÚJO, M.H.). Alguns de seus amigos o procuravam para jogar víspora, o que hoje conhecemos por "bingo". Nas palavras de José Luís e Fernando:

> (José) O tio João gostava muito de jogar víspora, hoje chama-se bingo. Eles jogavam a dinheiro, eu me lembro. Tinha até um cara "defunteiro", como chamava? (Fernando) dirigia aquelas carruagens de defunto. (José) Ia para jogar o falecido Ioni. E tinha um cara muito conhecido da família, que morava na Z-3, que toda vez que o Britinho vinha ele estava lá. Catrifaixo, ia muito lá e vinha para jogar também. (SANTOS, J. L.; SANTOS, F. 2016)

Durante suas visitas, Britinho recebia na casa de sua mãe seus amigos próximos para almoços, jantas e para jogar víspora. A família soube da morte de Britinho através de um telegrama enviado do Rio de Janeiro de Mariah. Neca cita sobre a morte de Britinho: "Lembro que a vó chorava muito. (Britinho) Morreu de infarto, algo de repente. Ele estava com diabetes, por que comia doces adoidado. Bah, o tio João era maluco por doce, tinha que fazer uma panelada de doce em calda" (ARAÚJO, M.H.). Clóvis lembra ainda sobre seu falecimento: "Foi falada em Pelotas, no Diário Popular ou em outro jornal. Lembro da tristeza da vó, da família. [Ninguém foi no enterro no Rio?] Naquela época as dificuldades eram muito grandes. Se não me falha a memória soubemos por carta ou telegrama que ele tinha falecido" (VELEDA, C).

Conclusões:

Sem contar com seus sobrinhos, não restam mais pessoas próximas ao músico em Pelotas. Boa parte de sua família e amigos já faleceram. Sua mãe Dona Chica; os irmãos, Rubens, Oscar, Ondina e Fernando; seus cunhados, Marlene, Joanna, Adail e Eleomar; e seus amigos próximos na cidade: Apody de Oliveira, professores Clóvis e Carlinhos da União Democrata, Hermes Lima e "Seu Vieira", Ioni e Catrifaixo. No Rio de Janeiro, sua esposa Mariah também já faleceu, contudo, ao que parece, sua enteada (filha de Mariah) Lilian ainda é viva. E sobre outros integrantes da família de Mariah, nada sabemos. Das pessoas que o

visitaram no Rio de Janeiro, apenas Dona Guacira ainda é viva. Precisamos agora, segundo nossos entrevistados, fazer entrevistas com João Carlos e Galvão, também sobrinhos do músico.

Foi de grande valia perceber que não fui o primeiro da família a procurar materiais e escrever sobre Britinho. Sua mãe, dona Francisca, acompanhava a carreira do filho a partir de recortes de jornais e revistas, além de discos trazidos por ele e os programas de rádio do Rio de Janeiro. Maria Helena e sua irmã, Zulma, possuíam um caderno onde colavam matérias de jornal sobre o tio; Fernando, um de nossos entrevistados, chegou a ter um "vasto material" (como ele mesmo citou), contudo, após emprestar para um radialista da Tupanci para fazer um programa especial em 1966, falecimento de Britinho, o material foi extraviado da rádio. Mauro Brito, filho de Rubens Leal Brito, fez curso de piano e chegou a atuar brevemente em Pelotas em meados dos anos 1970. Oscar, ouvia de Pelotas as rádios do Rio para ouvir o irmão nos programas de rádio. Paulo Roberto (Irmão de Clóvis), possuía anotações para escrever um romance sobre a família no período da rua XV de Novembro. Certamente a partir de agora escreveremos também pensando nessas pessoas.

Surgiram novos temas que as fontes (discos, músicas, jornais, fotografias) até então trabalhadas não conseguiam alcançar. Não podemos desvelar (ou se podemos são muito poucos), aspectos sobre a personalidade de Britinho, preferências pessoais, seu "modo de ser". "Ele era um cara muito tranquilo, sempre, sempre... Britinho era um cara de bem com a vida, um cara bom de coração, ajudava as pessoas (SANTOS F.)"; Pudemos saber ainda sobre a sua aparência: "Gordinho e baixinho, um metro de 60 centímetros, usava óculos, era meio careca, calvo. Usava camisa de manga curta, simples (SANTOS, F.)". Há temas que surgiram durante as entrevistas que necessitam de maior aprofundamento, principalmente acerca de seus primeiros anos no bairro Simões Lopes, as aulas de música; depois, no Rio de Janeiro, sobre os direitos autorais, como teria sido o desfecho entre Mariah e a família? E também sobre sua relação com João Goulart: "Ele era funcionário do Itamaraty no governo do Jango, ele foi cargo de confiança do Jango (SANTOS F.).

Sendo assim, a História Oral possibilita desvendar outros vieses e caminhos para a pesquisa, a partir da memória e narrativa dos entrevistados. "Com ela é possível coletar informações e reconstruir aspectos que não se encontrariam em outros tipos de documentos, como experiências pessoais, impressões, estabelecendo evidências com o cruzamento entre as memórias e outras fontes" (GILL; SILVA, 2016).

Fontes:

- **A Federação**, Pelotas no microfone da Gaúcha, 05 de dezembro de 1936.
- **Revista do Rádio**, Os Reis dos Teclados, 1962.
- Britinho e seu conjunto. Sucessos de Dorival Caymmi. São Paulo: Continental, 1956. 1 LP (30 min.) 33rpm, sulco, mono, LPP 34.

História Oral:

- Clóvis Janzen Veleda. Aposentado. Entrevista concedida a Vinicius Carvalho Veleda, na residência do entrevistador, Pelotas – 2016.
- Maria Helena Santos Araújo. Aposentada. Entrevista concedida a Vinicius Carvalho Veleda, na residência da entrevistada, Pelotas – 2016.
- Fernando Velleda dos Santos. Autônomo. Entrevista concedida a Vinicius Carvalho Veleda, na residência do entrevistado, Pelotas – 2016.
- José Luís dos Santos Araújo. Aposentado. Entrevista concedida a Vinicius Carvalho Veleda, na residência do entrevistada, Pelotas – 2016.

Referências bibliográficas:

ALBERTI, V. **Manual de História Oral.** Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2005.

_____. História dentro da história. IN: PINSKY, Carla B. (Org). **Fontes Históricas.** São Paulo: Contexto, 2008.

AMADO, J.; FERREIRA, M. (Orgs.). **Usos e abusos da História Oral.** Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996.

CASTRO, R. **A noite do meu bem:** a história e as histórias do samba-canção. São Pauo: Companhia das Letras, 2015.

CONTIER, A. Música no Brasil: História e Interdisciplinaridade. Algumas interpretações (1926-80). In: **Anais do XVI Simpósio da Associação Nacional dos Professores de História/ ANPUH/ História em Debate: problemas temas e perspectivas.** Rio de Janeiro, 22 a 26 de junho de 1991.

GAMA, L. H. **Nos bares da vida:** produção cultural e sociabilidade em São Paulo - 1940-1950. São Paulo: SENAC, 1998.

G., Lorena; SILVA, E. Perspectivas para a História Oral. In: ROBERTT, P.; RECH, C.; LISBERO, P.; FACHINNETO. (Orgs.). **Metodologia em Ciências Sociais hoje**: práticas, Abordagens e Experiências de Investigação. 1ed.Jundiaí, Santa Catarina, Paco Editorial, 2016, v. 2, p. 107-126.

LENHARO, A. **Cantores do rádio:** a trajetória de Nora Ney e Jorge Goulart e o meio artístico de seu tempo. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

CONTANDO CARNAVAIS: O USO DA HISTÓRIA ORAL NA TRAJETÓRIA PROFISSIONAL DE DJAIR MADRUGA (1970-1980)

Gabriela Brum Rosselli[21]

Ao longo de dois séculos, documentos escritos oficiais foram a única fonte considerada válida na elaboração de trabalhos científicos. Eles tinham o significado de prova e sua apropriação pelos historiadores se reduzia a simples cópia. Desta forma a produção historiográfica, utilizando dessa tipologia documental, resultava em uma escrita da história factual e centrada nos grandes personagens, típica do século XIX. Consequentemente, o viés político predominava nos textos historiográficos, identificados como positivistas.

Dado que a concepção de história foi se expandindo, uma nova corrente, denominada marxista, modificou o antigo enfoque mudando seu viés, do campo da política, para a infraestrutura, base sobre a qual se erguiam as demais instâncias. Em um movimento relativo, as pesquisas passaram a privilegiar as fontes ainda escritas, porém de natureza econômica, com destaque nos dados estatísticos e quantitativos. Outras fontes eram ainda utilizadas com menor recorrência. Seria por meio do primeiro corpus documental que se alcançaria projetar e analisar a sociedade mais ampliada, percebida em suas múltiplas especificidades.

Foi a Escola dos Annales que possibilitou perspectivas para novas abordagens onde as análises macro acabaram por indicar para espaços multifacetados onde cada instância do social suscitava questões e reflexões cada vez mais pontuais, até então negligenciadas. O desenvolvimento desta corrente historiográfica em suas fases posteriores levou ao início de estudos e lograram notável atenção. Nesta nova perspectiva, os documentos escritos oficiais não eram mais suficientes e novas fontes deveriam entrar em cena: mídias, textos literários, fotografias, correspondências, memórias escritas e orais, etc.

O objetivo seria manifestar, usando como apoio estes novos aportes documentais, as complexas relações sociais e o meio cultural em que os personagens históricos estavam inseridos. A concepção de sujeito histórico não se compreendia somente aos grandes homens, incluía agora sujeitos das mais diversas classes sociais.

Tomando como exemplo a pesquisa sobre o carnaval na cidade de Pelotas em determinado período, podemos constatar que, não bastam consultas aos documentos gerados e produzidos por órgãos públicos – como relatórios, regulamentos, atos normativos, etc. Eles,

[21] Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas, gabeerosselli@hotmail.com.

sem dúvida elucidam pegadas importantes do processo de elaboração da festa momesca, porém são impotentes para desvendar o desenvolvimento deste evento, as praticas e relações estabelecidas no interior das escolas de samba e, tampouco, nos oferecem fundamentos para conhecer mais profundamente o universo social e cultural dos carnavalescos, foliões e demais agentes envolvidos no processo de significados dos desfiles e bailes.

Foi a partir desses hiatos evidenciado pela documentação oficial, que este artigo, que faz parte de um projeto de pesquisa mais amplo – que busca estudar a trajetória profissional de um indivíduo, ambientado entre as décadas de 1970 e 1980, o qual aproveitou momentos como o carnaval para travestir-se e lutar pelos seus ideais – pretende enveredar na busca de novas fontes que pudessem suprir e ampliar o conhecimento sobre este empreendedorismo na cidade.

A primeira possibilidade esta se processando no tratamento e análise do acervo pessoal de Djair Madruga, travesti que ficou conhecido no carnaval pelotense a partir do ano de 1972, quando recebeu o título de destaque em uma escola de samba conhecida, por ter saído para a folia travestido com roupas que rememoravam a famosa cantora Carmen Miranda[22]. A partir deste ano Djair passou a realizar espetáculos em clubes sociais de Pelotas e região sul e principalmente em desfiles carnavalescos. Com o passar dos anos e a experiência que o carnavalesco foi adquirindo, sua atuação foi para além dos palcos.

Após se consagrar como artista pelotense e realizar diversos feitos como representante do fã clube de Carmen Miranda na região sul, Djair se tornou uma figura conhecida no meio cultural da cidade. A Comissão Executiva de Carnaval Pelotense considerava sua opinião e ouvia seus conselhos, além de escrever várias matérias publicadas nos periódicos da cidade, ele também foi autor do samba enredo da escola que homenageou Carmen. Djair também atuou como assessor político na Câmara Municipal de Vereadores de Pelotas, o que ampliou sua rede de contatos e deu a oportunidade de homenagear a Pequena Notável dando seu nome para uma das ruas[23] Pelotas.

Seu acervo documental, salvaguardado na Bibliotheca Pública Pelotense - BPP[24] possibilita para ampla pesquisa sobre o carnaval pelotense deste período, além de recortes de jornais com notícias sobre Djair e seus textos sobre o carnaval, o acervo conta com um volumoso conjunto de imagens que possibilitam observar os locais onde o artista se apresentou e realizou entrevistas. Várias correspondências organizadas levam a pessoas as quais Djair teve

[22] Maria do Carmo Miranda da Cunha foi uma cantora e atriz luso-brasileira entre as décadas de 1930 e 1950. Sobre Carmen Miranda consultar, entre outros: (CASTRO, 2005).
[23] A Rua Carmen Miranda localiza-se no bairro Fragata.
[24] A Bibliotheca Pública Pelotense é uma associação civil fundada em 1875.

contato e criou relações de amizades, entre estas estão as irmãs de Carmen Miranda – Cecilia e Aurora Miranda.

A análise do corpus documental é fundamental para formar o alicerce da pesquisa, entretanto, outras fontes são necessárias para o desenvolvimento da narrativa da vida profissional de Djair aliada ao carnaval pelotense. Entendemos que a História Oral é usada aqui como uma metodologia que além de conversar e confirmar caminhos já percorridos pelos documentos, nos mostra outra perspectiva vivida por Djair através do seu cotidiano artístico, a qual não ficou registrado em seu acervo documental.

A autora Lucilia Delgado define História Oral como sendo "um procedimento metodológico que busca, pela construção de fontes e documentos, registrar, através de narrativas induzidas e estimuladas, testemunhos e interpretações da História" (DELGADO, 2010, pg.15). Além disso, afirma que a História Oral "não é, portanto, um compartimento da história vivida, mas, sim, o registro de depoimentos sobre essa história vivida" (DELGADO, 2010, pg. 16). Foram entrevistados, para a realização deste trabalho, dois narradores de diferentes meios sociais, com a semelhança de terem conhecido e convivido com Djair em lugares e períodos diferentes. Um deles é o senhor Marcos Fonseca, bacharel em direito, produtor e apresentador do programa "Sempre é Carnaval" realizado até os dias atuais na Rádio Pelotense, e em 2016 completou 58 anos de profissão. Para o desenvolvimento do trabalho ainda foi realizada, entrevista com o senhor Ricardo Veleda, homossexual, cozinheiro e contemporâneo à Djair, conheceu Djair em apresentações de boates LGBT em Pelotas. Ricardo frequentou boates onde Djair realizou apresentações como travesti.

A partir da figura de Djair e sua trajetória, podemos presumir o modo como acontecia o carnaval pelotense, além do trabalho que realizava como travesti. Através da análise do papel desempenhado pelo carnavalesco, é possível saber quais eram os conflitos que sofriam o carnaval entre escolas de samba e população pelotense, a relação entre os clubes e os artistas, quais dificuldades o trabalho como travesti abarcava e como a mídia lidava com o trabalho de Djair.

O carnavalesco atuou potencialmente nas rádios da cidade, inclusive conquistou espaço para apresentar um quadro na Rádio Pelotense, denominado "Cantinho da Carmen Miranda", o qual comentava sobre escolas de samba da cidade e contava curiosidades sobre a cantora. Em algumas imagens de seu acervo Djair aparece ao lado do radialista e carnavalesco Marcos Fonseca, também foi possível observar algumas cartas de Marcos para Djair.

O primeiro contato com o radialista Marcos Fonseca foi através de uma rede social, onde este se mostrou bastante receptivo e imediatamente sugeriu um dia para que fosse concedida a entrevista. No dia 16 de abril de 2016, o senhor Marcos falou sobre Djair e principalmente sobre o carnaval em que ambos viveram e narraram nas décadas de 1970 e 1980. Foi possível observar que a escolha de fazer uma História Oral Temática sobre o individuo Djair Madruga foi proveitosa, porém, se ampliou a possibilidade de realizar entrevistas de História Oral de Vida com o senhor Marcos, tendo muito para colaborar com a história do carnaval na cidade através de suas experiências vividas. Sobre a entrevista Temática – realizada nesta entrevista – e História Oral de Vida nos explica Verena Alberti:

> As entrevistas temáticas são aquelas que versam prioritariamente sobre a participação do entrevistado no tema escolhido, enquanto as de história de vida têm como centro de interesse o próprio indivíduo na história, incluindo sua trajetória desde a infância até o momento em que fala, passando pelos diversos acontecimentos e conjunturas que presenciou, vivenciou ou de que se inteirou. (ALBERTI, 2005, pg.47)

Em entrevista o radialista afirma que Djair conheceu diversos profissionais de rádio e por ser comunicativo e simpático conquistava relações de amizades por onde passava.

O autor Walter Benjamin afirma que "a narrativa [...] não está interessada em transmitir o 'puro em si' da coisa narrada como uma informação ou relatório. Ela mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele". (BENJAMIN, 1996, pg. 205). Através da entrevista realizada com o senhor Marcos Fonseca, foi possível observar alguns aspectos da trajetória de Djair que não estava descrita em seu acervo documental, como por exemplo, sua sexualidade. Djair ressaltava para os jornais que fazia em travesti um personagem feminino, porém, fora do espetáculo era um cidadão comum, por isso seu foco era fazer apresentações em lugares de categoria social. Não existe em seu acervo qualquer referencia sobre sua sexualidade, porém em entrevista Marcos Fonseca afirma:

> A gente chegava a esquecer, pela maneira espontânea com que ele tratava as pessoas, educada, repito. Então ninguém dava importância a este detalhe, encarava com naturalidade, mas, ele era homossexual, mas, não era desses extravagantes, exagerados. Era um camarada que mantinha aquela postura de respeito, acima de tudo de respeito com os seus semelhantes. Acho que foi muito importante e o Djair é lembrado até hoje justamente pelo seu comportamento da época. Enquanto ele não estava de Carmen Miranda se vestia normalmente de homem. (FONSECA, 2016).

Djair era homossexual, ele se intitulava travesti, possivelmente baseado nos estudos atuais sobre transgêneros Djair seria considerado transformista, pois, apenas se transformava em Carmen Miranda para os desfiles e espetáculos, "as marcas do gênero e sexualidade, significadas e nomeadas no contexto de uma cultura, são também cambiantes e provisórias"

(LOURO, 2004, pg. 81), neste sentido os corpos são marcados social, simbólica e materialmente pelo próprio sujeito e pelos outros.

Um estudo recente, de autoria de Fernando Balieiro questiona "seria Carmen Miranda uma drag queen?" abordando sobre sua estilização e caracterização e como as drag queens a tornaram uma referência. Porém, essa categoria de transgênero surgiu por volta de 1990, período em que Djair já havia falecido.

O autor Gustavo Borges Corrêa coloca em seu texto a diferenciação entre drag queen e travesti, a primeira "consome as imagens femininas que estão na mídia e as exagera criando, assim uma paródia da mulher" (CORRÊA, 2009, p.109), por outro lado a travesti estabelece uma identidade feminina desejando tornar-se mulher. Em entrevista Ricardo Veleda afirma:

> Naquela época não se falava em drag queen, essa era do drag queen surgiu depois, ele era mais um transformista do que um travesti. Porque a ideia que se tinha, era tudo uma questão de conceito né, naquela época existiam os transformistas que eram os homens que vestiam uma "roupa normal masculina" e de noite faziam os shows, então acho que ele era mais assim né. E existiam os travestis, que até hoje, são homens que se vestem de mulher durante o dia e a noite. (VELEDA, 2016)

É através de relatos orais que podemos nos aproximar de como Djair se portava diante a sociedade e como ampliou sua rede de relações. Sobre isto diz o senhor Marcos Fonseca:

> Djair era uma pessoa muito distinta, dizem que as pessoas falecidas são elogiadas, enaltecidas, mas não é o caso, se fosse o contrário eu agora diria que era um mau-caráter, com toda franqueza. Mas, o Djair era uma pessoa estimada, elogiada, enaltecida por muita gente, todos que o conheceram elogiavam justamente pela maneira educada e carinhosa com que ele se dirigia as pessoas, era um cidadão de respeito [...] era muito comunicativo, quem o contratou teve sorte ou foi inteligente de levar uma pessoa educada, inteligente e comunicativa. (FONSECA, 2016).

Através dos relatos do radialista, podemos presumir brevemente como era sua personalidade, nos aproximando do dia-a-dia do carnavalesco.

Segundo Veleda, Djair não se travestia apenas de Carmen Miranda, como vimos em seu acervo pessoal, também se travestia Maria Eva Duarte de Perón – conhecida como Evita – foi atriz argentina nas décadas de 1930 e 1940. Também comenta sobre sua performance:

> O que eu lembro é que quando tinha show dele na boate, muitas pessoas iam por causa do show dele. Iam para assisti-lo, porque era uma coisa assim bem, achavam o show dele artístico, não era só uma show de transformista – nada contra – mas, só por fazer... ele tinha uma história, meio que uma historinha pra contar nos shows. Falava umas piadas, eu não me lembro bem, isso já faz 30 anos né, mas falava, brincava com a plateia e fazia os shows, era bem legal assim. (VELEDA, 2016).

As lembranças de Ricardo Veleda são da década de 1980, pegando o final da carreira de Djair nos carnavais – como mostram os jornais – possivelmente esta etapa de sua trajetória profissional não foi selecionada para o acervo documental por ser distinta aos anos de glória que Djair teve no carnaval pelotense.

A entrevista realizada com Ricardo, também temática, foi na residência do próprio entrevistado, este, por sua amizade, falou abertamente de suas lembranças dando outro viés para a trajetória do travesti. Diferente do que consta nos documentos, Djair não realizou espetáculos somente em lugares de categoria social como clubes e no carnaval, segundo o senhor Ricardo, este assistiu seus shows e boates LGBT da época:

> O Djair eu conheci na década de 80, numa boate chamada Fruto Proibido, era uma boate gay na época né, não existia na época o termo GLS, isso surgiu bem no final de 90 pra cá. E ai eu ia com uns amigos e a lembrança que eu tenho do Djair é fazendo shows. Como eu falei ainda pouco, shows performáticos assim, de Carmen Miranda, Evita Perón, essas coisas assim. É a imagem que eu tenho dele, mas não era um amigo pessoal, era uma pessoa que eu conhecia do meio. (VELEDA, 2016)

Sua imagem foi muito forte nos carnavais da região, era figura sempre presente não só em Pelotas como também nas cidades vizinhas. Desfilou em escolas de samba conhecidas em Pelotas como, por exemplo, o bloco burlesco Bafo da Onça e a General Telles[25], que em 1979 entrou com o samba enredo "Alô, Alô Carmen Miranda Taí" escrito por Djair Madruga como uma homenagem aos 70 anos de nascimento da cantora. Em Rio Grande desfilou na Escola de Samba As Praianas no carnaval de 1977 e participou de concursos de fantasias em Bagé no Baile Municipal.

No jornal *A Meta* de 1979 Djair fez uma crítica quanto ao carnaval, afirmando que este estava "deixando de ser uma festa para o povo e transformando-se em um espetáculo para o povo colocando-os como coadjuvante, perdendo sua característica simples e espontânea". Segundo o autor Roberto da Matta:

> Essa teatralização salienta o caráter domesticado da transmutação de pobre em nobre, quando realizada em momentos programados, como ocorre no carnaval. Assim, os ricos (dominantes) não são vistos como "ricos" (inclusive com suas gradações e variados instrumentos de dominação: dinheiro, poder repressivo, símbolos de status que oscilam etc.) mas como "nobres". Se fossem olhados como ricos (ou seja, burgueses), seriam satirizados e o desfile provavelmente perderia seu caráter domesticado, sinal de fato de uma trégua entre dominados e dominantes. (DAMATTA, 1997, p.58)

[25] Escola de samba fundada em 1950 por Alfredo Chagas, Milton Galfru, Valter Leal e Osvaldo Meireles, conquistou 21 vezes o carnaval da cidade. (SILVEIRA, 2005).

Em 1980 Djair se coloca a favor da realização do próximo carnaval na Avenida Bento Gonçalves, explicando que acomodaria melhor o público[26]. Zunilda Maria Corrêa Kaufmann (2001) em sua dissertação intitulada "A trajetória do carnaval pelotense" aborda acerca desta mudança de local, na qual a Fundapel[27], com o objetivo de atrair turistas, imprimiu a programação do carnaval de 1984 e a enviou à Companhia Rio-Grandense de Turismo e às demais Secretarias de Turismo do Estado. Já neste ano o carnaval da cidade teve como passarela a Avenida Bento Gonçalves, com arquibancadas entre as ruas Andrade Neves e General Osório.

Após se consagrar como artista pelotense e realizar diversos feitos como representante do fã clube de Carmen na região, Djair se tornou uma figura cultural. Ao final da carreira ele passou a emprestar suas fantasias e acessórios para as escolas de samba que desfilavam em Pelotas e concorriam a concursos de fantasias nos clubes.

Em 1979, em entrevista para o periódico *A Meta*, matéria intitulada "A opinião de mestre Djair nas notícias", este salienta que suas deduções não compõem uma crítica destrutiva, mas ao contrário, gostaria que fossem consideradas como um sinal de alerta pelas pessoas que organizariam e promoveriam o nosso carnaval.

Nesta mesma entrevista, defende os artistas carnavalescos que vinham sofrendo injustiças tanto das próprias escolas de samba como dos empresários artísticos e representantes da Comissão Executiva de Carnaval. Referia-se aos destaques das escolas de samba. Pessoas que em sua maioria se situavam na classe média e pobre, portanto enfrentando com muitas dificuldades os preços elevados do material que compunha as suas ricas e valiosas fantasias. Sobre ele comenta:

> Esta dificuldade deveria ser mais um fator para torna-lo alvo de ajuda e de promoção. Mas ao contrário, estas pessoas, os chamados destaques, são justamente as mais discriminadas e as menos promovidas. [...] As entidades carnavalescas ajudam os destaques com quantias insignificantes e exigem em troca fantasias luxuosas, capazes de se nivelarem com aquelas que são exibidas nos salões da alta sociedade. Além desse absurdo, as escolas de samba, no momento de apresentarem seus representantes para os concursos de fantasias dos clubes sociais, cometem outra injustiça que é a indicação de um número reduzido de privilegiados, deixando, portanto, em segundo plano e desestimulando aqueles que foram preteridos (MADRUGA, 1979).

Ainda comenta que se as escolas alcançassem a vitória, as glórias seriam conferidas aos diretores, porém, se não fossem classificadas, seus dirigentes quase nunca assumiam a culpa e lançavam a derrota sobre as fantasias ou até mesmo a personalidade dos artistas.

[26] Jornal Diário da Manhã – Pelotas – 5 de novembro de 1980.
[27] Instituição municipal para o desenvolvimento do turismo da cidade de Pelotas.

Ainda neste ano a escola de samba General Telles desfila ao som do samba enredo intitulado "Alô, alô, taí Carmen Miranda", escrito por Djair Madruga. Este explica que o motivo do samba enredo da escola visa homenagear a data de 9 de fevereiro de 1979, 70 anos do nascimento da garota notável. Nesta mesma entrevista ele conta ter sido convidado para apresentar-se no Baile Municipal em Bagé e no Programa do Chacrinha na TV Bandeirantes.

Em 1980, o carnavalesco lança uma coluna de sua autoria no periódico *Diário da Manhã* intitulada Carnaval é em Pelotas. Como uma forma de enaltecer o carnaval da região, faz inúmeros elogios e comenta que uma das escolas de samba apresentará o tema enredo intitulado "Ilusões de Carnaval", que em sua opinião é um dos temas mais interessantes dos últimos anos, pois, "todas as despesas, amores, risos, alegrias, e também tristezas que acontecerão no Reinado de Momo, será produto de um sentimento muito próprio do homem, que é a ilusão" (MADRUGA, 1980). Segundo o senso comum, o carnaval é a época onde tudo é trocado, a vida tem sua ordem invertida, as regras sociais são abandonadas e, dessa forma, tudo fica mais liberado. Esta visão é reiterada pela mídia e por muitos estudiosos, que entendem o carnaval como um grande fenômeno de inversão (DAMATTA, 1984, p.107). Segundo Corrêa, o carnaval pode ser um local de disputas, além ser um momento de felicidade, alegria e liberdade, também é uma época de disputas por territórios estabelecidos entre diferentes grupos.

Foi no ano de 1980 em que se coloca em questão a troca do próximo carnaval da Rua Quinze de Novembro para a Avenida Bento Gonçalves. O jornal Diário da Manhã traz a opinião de Djair que é a favor da troca. Sobre este período de mudanças entre as ruas do carnaval, comenta o radialista e carnavalesco Marcos Fonseca:

> Mas, acabou o carnaval indo pra Avenida, o carnaval saiu aqui da Quinze de Novembro, que foi a melhor época do carnaval, hoje o carnaval, cá pra nós esta em decadência, principalmente pelos maus políticos. O carnaval, sobretudo é um evento político, cultural evidentemente todo mundo sabe que é, ele atrai gente de outros lugares. O carnaval era maravilhoso, era [...] Desde que eu era garoto de 8, 10 anos já era feito ali na Quinze de Novembro, a concentração era lá nas proximidades da General Teles ali próximo a Igreja Cabeluda, dali ia até a Cassiano do Nascimento pela Quinze de Novembro, dobrava e na esquina tinha o Bar Quitandinha, a esquerda quem ia pela Quinze e a direita tinha o Restaurante 35, ali era que a escola se dissolvia. Depois nós da Rádio Cultura na época introduzimos o carnaval pela Andrade Neves, montamos palanque ali na Sete de Setembro com Andrade Neves tinha a Casa Alegre, era uma casa que vendia tecidos, bem na calçada nós instalávamos um palanque como em frente ao Aquarius também tinha um palanque em frente ao Banco da Província, que é ali onde é o Itaú defronte a Praça. O carnaval dobrava na Cassiano ia até a Andrade Neves e partia em direção ao centro, onde realizávamos concursos de conjuntos vocais, entrega de troféus, na época não existia verba pra escola de samba como agora, era só premiação. (FONSECA, 2016).

Embora o carnaval tenha sido satisfatório na Rua Quinze de Novembro por muitos anos, Djair era favorável à realização da festa na Avenida, defendendo que ali abrigaria um público maior em melhores condições.

No ano de 1982 é escrita uma nova conquista por Djair, agora o Troféu Carmen Miranda receberia outro significado, a Comissão Executiva do Carnaval ofereceu o troféu à escola de samba que tirasse o primeiro lugar no concurso oficial, o troféu registrado no nome de Djair foi um acerto com o secretário de turismo Mário Antônio Holvorcem e foi divulgado através dos jornais e das rádios locais. O troféu foi exposto na vitrine da loja A Formosa no calçadão da Andrade Neves, medindo 60 centímetros de altura. Djair foi entrevistado sobre o feito no programa de televisão Variedades de Clarice Gutierres na TV Tuiuti.

O carnaval teve seus altos e baixos, Djair manifestava-se tanto para elogiar como para criticar os diversos aspectos do carnaval pelotense. Em 1984 ele escreve ao *Diário Popular* a crônica "É fraco carnaval em Pelotas", nesta ele questiona sobre a duração da festividade na cidade, perguntando-se se esta não seria muito longa:

> Nós sabemos que os bailes carnavalescos têm atrativos para acontecerem antes e durante o Reinado de Momo, pois são realizados em locais diversos e para público também diverso. Mas o carnaval de rua tem uma única passarela e a plateia é sempre a mesma, composta daqueles que adquiriram lugares nas arquibancadas. Por isso torna-se um espetáculo longo e repetitivo, e nesse caso perde o entusiasmo. Seria interessante que fosse reduzido, à semelhança do Carnaval carioca, que apesar de seus poucos dias de duração é considerado um dos mais belos espetáculos da terra. (MADRUGA, 1984).

A entrevista com Fonseca foi marcada pela saudade não só do carnaval, como do seu trabalho no meio carnavalesco dos anos 1970 e 1980. Durante o encontro ele se emocionou em alguns momentos. Diferente de Ricardo Veleda que narrava aqueles episódios de sua vida como se tivesse acontecido muito recentemente. Cabe lembrar que as memórias são sociais, porém, as lembranças são individuais, segundo Portelli:

> A memória é um processo individual, que ocorre em um meio social dinâmico, valendo-se de instrumentos socialmente criados e compartilhados. Em vista disso, as recordações podem ser semelhantes, contraditórias ou sobrepostas. Porém, em hipótese alguma, as lembranças de duas pessoas são – assim como as impressões digitais, ou, a bem da verdade, como as vozes – exatamente iguais. (PORTELLI, 1997)

Este artigo tem como objetivo apenas apresentar uma exposição inicial sobre o assunto em pauta, tendo em vista que outras entrevistas serão realizadas futuramente assim como analisadas em conjunto com o acervo documental. Em suma, proporcionando examinar, utilizando como fio condutor a vida do senhor Djair, através dos aspectos pessoais e

principalmente profissionais de sua trajetória, as questões sociais assim como o contexto histórico em que estava inserido.

Djair Madruga atuou em um determinado contexto histórico e por conta disto eternizou certas interpretações iconográficas, de forma criativa, lidando com os recursos que lhe couberam e difundindo suas opiniões em uma dinâmica inesperada da cultura midiática pelotense que ultrapassou os significados originalmente concebidos a ele.

Fontes:

História Oral:

Marcos Fonseca. **Radialista.** Entrevista concedida a Gabriela Brum Rosselli. Realizada na casa da entrevistadora, Pelotas, 2016.
Ricardo Veleda. **Cozinheiro.** Entrevista concedida a Gabriela Brum Rosselli. Realizada na casa do entrevistado, Pelotas, 2016.

Acervo Documental:

Fundo Djair Madruga – Bibliotheca Pública Pelotense.

Referências Bibliográficas:

ALBERTI, Verena. História dentro da história. IN: PINSKY, Carla Bassanezi (org). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas I. Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BALZER, Carsten. The beauty and the beast: reflections about the sócio-historical and subcultural context of drag queens and "tuten" in Berlin. In: SCHACHT, Steven;

UNDERWOOD, Lisa (org). **The drag queen anthology:** the absoluty fabulous but flawlessly customary world of female impersonators. New York: Harrington Park Press, 2004.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. IN: AMADO, Janaina. FERREIRA, Marieta de Morais (org.). **Usos e abusos da história oral.** Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006, p. 183-191.

CASTRO, Rui. **Carmen:** Uma biografia – A vida de Carmen Miranda, a brasileira mais famosa do século XX. São Paulo: Companhia das Letas, 2005.

CANDAU, Joël. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.

CORRÊA. Gustavo Borges. **Carmens e drags:** reflexões sobre os travestimentos transgenéricos no carnaval carioca. 2009.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História Oral:** memória, tempo, identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis:** para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

KAUFMANN, Zunilda Maria Corrêa. **A trajetória do carnaval pelotense.** Pelotas: UCPel, 2001. 225p. Dissertação (Mestrado) Universidade Católica de Pelotas, Mestrado em Desenvolvimento Social.

LANDÉ, Carl H. "A Base Diádica do Clientelismo". In: SCHIMIDT; S. W. (Eds.). **Friends, follwers and factions.** Berkeley: University of California Press, 1977, p. 13-37 (versão traduzida e datilografada em português).

LEVI, Giovanni. Os usos da biografia. IN: AMADO, Janaina. FERREIRA, Marieta de Morais (org.). **Usos e abusos da história oral.** Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006, p.167-182.

LOURO. Guacira Lopes. **Um corpo estranho** – ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MEIHY, José Carlos Sebe B. **História Oral: como fazer, como pensar.** São Paulo: Contexto, 2007.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social.** Estudos históricos. Rio de Janeiro, vol 5, nº10, 1992, p. 200-212.

PORTELLI, Alessandro. **"O momento da minha vida": funções do tempo na história oral.** Pg. 196-313.

_____. **Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na história oral.** Proj. História. São Paulo. Abril. 1997, p. 13-33.

_____. **A filosofia e os fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais**. Tempo, Rio de Janeiro. Vol. 1, nº2, 1996, p. 59-72

SCHMIDT, Benito. Construindo biografias... historiadores e jornalistas: aproximações e afastamentos. **Estudos históricos.** Rio de Janeiro, vol. 10, nº 19, 1997, p. 3-21.

RELAÇÕES DE GÊNERO NO AMBIENTE ESCOLAR

Valdirene Hessler Bredow[28]

Ani Camila Barcellos Pereira[29]

Introdução

Em decorrência dos estudos realizados na linha de pesquisa "Formação de professores, ensino, processos e práticas educativas", do Mestrado em Educação da UFPEL, tivemos a oportunidade de nos aproximar e perceber o quanto as nossas trajetórias docentes enquanto professoras substitutas eram permeadas de aproximações e, dentre estas, destacamos as relações de gênero. Apesar de sermos formadas em licenciaturas diferentes (uma em Ciências Sociais e a outra em Letras) o ambiente que iremos trabalhar será o mesmo: a escola. Desta forma, pensar sobre as relações de gênero nesse ambiente é papel de todos os educadores.

Diversos autores trabalham este tema ligado às diferenças, sexualidade, identidade e educação de forma que possam relacionar o papel da escola e do currículo para que estas questões sejam tratadas naturalmente na escola e consequentemente na vida social.

O presente trabalho destaca estas imbricações na tentativa de relacionar a linguagem, comportamento, disciplina e gênero buscando considerações de autores que trabalham com temas que se tornam de certa forma polêmicos e problemáticos tanto no campo social como no educacional.

A escola

A instituição escolar da contemporaneidade organiza a estrutura curricular com o intuito de desenvolver um conhecimento baseado em conceitos científicos que preparem seus alunos para uma sociedade que está em constantes mudanças. A preparação dos estudantes em cursos técnicos e tecnólogos mostra que o espaço escolar busca a educação tecnicista que o mercado de trabalho, cada vez mais competitivo exige, mas, em muitos casos esquece que a alguns aspectos da cultura mudam, exigindo assim, novas formas de comportamentos e posturas dentro da sociedade.

[28] Universidade Federal de Pelotas. Acadêmica do Mestrado em Educação - PPGE/FAE. valhessler@gmail.com.
[29] Universidade Federal de Pelotas. Acadêmica do Mestrado em Educação - PPGE/FAE. acbarcellos@hotmail.com

Entretanto, quando nos deparamos com as questões ligadas à sexualidade e as relações de gênero, a escola moderna mostra-se ainda referenciada aos padrões de uma estrutura tradicional, com conflitos e tensões que começam entre os educadores e estendem-se aos alunos e, consequentemente, no âmbito familiar.

A estrutura familiar, que, apesar de ter passado por transformações em seu modelo considerado "ideal", até a escola nos dias de hoje, tem tido certa resistência em trabalhar um currículo que estenda estas diferenças.

Como consequência disto, a sala de aula pode tornar-se um ambiente que produz contradições e coloca uma interrogação no tipo de trabalho que desenvolve, e um deles, talvez o mais importante, seria transformar seus alunos em cidadãos conscientes e que respeitem as diferenças, sejam elas sexuais, culturais, religiosas ou políticas.

A sala de aula, o espaço escolar e educativo é atualmente o espaço onde qualquer estudante, tanto crianças como adolescentes têm o primeiro contato com as relações sociais e consequentemente com a noção de cidadania e democracia. Conforme destaca Ricardo (2009, p. 4):

> Tomando decisões, compartilhando opiniões, aprendendo à hora certa de falar e de ouvir, respeitando as opiniões dos colegas, sendo respeitado pela suas próprias ideias e aprendendo a conviver com diferentes culturas. Uma sala de aula assim possibilita que os adolescentes levem também para os outros ambientes escolares, como os corredores e os pátios, atitudes que poderão permitir a construção de uma cidadania consciente e democrática, possibilitando refletir em uma sociedade mais justa e igualitária. A sexualidade pode contribuir em muito para a construção de uma cidadania assim, pois sendo vivida intensamente na escola, é importante tê-la como aliada para essa construção.

Assim, é na escola e mais precisamente no ambiente da sala de aula que as diferenças e identidades acontecem, é nessa diversidade que os alunos convivem e socializam com as distintas culturas, etnias, religiões e também sexualidades**.**

As diferenças entre gênero e sexualidade que (des)constroem a identidade

As discussões que envolvem temas de identidade, sexualidade, gênero, assim como também as diferenças entre sexos e suas considerações dentro da sociedade destacam autores como: Louro (1997) e Britzmann (1999). A partir destes pode-se discutir a imensa tarefa que é entender e explicar o tema que envolve sexo e gênero na educação tanto escolar como familiar.

Ademais, é de suma relevância conceituar *gênero*, o qual é entendido como uma construção social que difere anatomicamente os aspectos físicos dos seres humanos, além do mais, há de se dar crédito, também, às influências da cultura. Isso se justifica em função de que,

segundo Louro (2001, p.9), "os corpos ganham sentido socialmente. A inscrição dos gêneros – feminino ou masculino – [...] é feita, sempre, no contexto de uma determinada cultura e, portanto, com as marcas dessa cultura". Já o termo *sexualidade* se apoia da mesma forma a partir das concepções sociais e culturais, as quais elaboram "discursos que regulam, que normatizam, que instauram saberes, que produzem 'verdades'" (Louro, 2001, p.9).

Salienta-se também que, mesmo que os órgãos genitais assumam uma interferência significativa, tanto na composição como na continuidade das propriedades encaradas como femininas e masculinas em nosso meio cultural, não se deve considerar somente a anatomia como um meio para estabelecer o padrão socialmente aceito de *gênero*.

Isso porque, de acordo com Botton e Strey (2015, p. 3) não há o intuito de negar a parte biológica do nosso corpo, mas sim, repensar as possibilidades de expressões de cada pessoa, as quais ficam amarradas ao que a sociedade impõe como forma de se vestir e de se comportar.

O fato que mais traz polêmica e polarização de opiniões é quando são expostas as ideias e questões que discutem a teoria *Queer*, a qual sugere uma crítica à oposição heterossexual/homossexual, normalizando algo que é visto socialmente como estranho.

Pois, segundo Louro (2001, p.6), *Queer* pode ser traduzido por estranho, talvez ridículo, excêntrico, raro, extraordinário; mas a expressão também se constitui na forma pejorativa com que são designados homens e mulheres homossexuais.

E ainda, a teoria *Queer* permite pensar a ambigüidade, a multiplicidade e a fluidez das identidades sexuais e de gênero, mas, além disso, também sugere novas formas de pensar a cultura, o conhecimento, o poder e a educação. (LOURO, 2001, p. 10)

No âmbito escolar, a pedagogia e o currículo *queer* discutiriam diferenças de gênero, sexuais ou étnicas, curiosidades exóticas e estariam voltados para o processo de produção das diferenças e trabalhariam, centralmente, com a instabilidade e a precariedade de todas as identidades. Colocariam em discussão as formas de como o "outro" se comporta, relaciona e se constitui, tanto social, emocional ou sexualmente. A diferença deixaria de estar lá fora e seria compreendida entre os sujeitos.

Desta forma, a pedagogia *Queer* teria a seguinte perspectiva:

> Vistos sob essa perspectiva, uma pedagogia e um currículo *querr* 'falam' a todos e não se dirigem apenas àqueles ou àquelas que se reconhecem nessa posição-de-sujeito, isto é, como sujeitos *queer*. Uma tal pedagogia sugere o questionamento, a desnaturalização e a incerteza como estratégias férteis e criativas para pensar qualquer dimensão da existência. A dúvida deixa de ser desconfortável e nociva para se tornar estimulante e produtiva. As questões insolúveis não cessam as discussões, mas, em vez disso, sugerem a busca de outras perspectivas, incitam a formulação de outras perguntas, provocam o posicionamento a partir de outro lugar. Certamente, essas estratégias também acabam por contribuir na produção de um determinado 'tipo' de sujeito. Mas, neste caso, longe de pretender atingir,

> finalmente, um modelo ideal, esse sujeito – e essa pedagogia – assumem seu caráter intencionalmente inconcluso e incompleto. Efetivamente, os contornos de uma pedagogia ou de um currículo *queer* não são os usuais: faltam-lhes as proposições e os objetivos definidos, as indicações precisas do modo de agir, as sugestões sobre as formas adequadas para 'conduzir' os/as estudantes, a determinação do que 'transmitir'. A teoria que lhes serve de referência é desconcertante e provocativa. Tal como os sujeitos de que fala, a teoria *queer* é, ao mesmo tempo, perturbadora, estranha e fascinante. Por tudo isso, ela parece arriscada. E talvez seja mesmo... mas seguramente, ela também faz pensar (LOURO, 2001, p.12).

Entretanto, ao relacionarmos a proposta de compreensão das diferenças que a teoria e os teóricos *Queer* propõem, podemos observar como a sociedade, apesar dos vários movimentos em defesa de interesses próprios, ainda é dividida entre o liberal e o conservador, o tradicional e o novo.

Os currículos e as práticas escolares acabam também por polarizar e aumentar as diferenças fazendo com que a escola, por mais que tente desfazer a imagem de que consegue acompanhar as mudanças, não sabe trabalhar com estas questões que tem sacudido pais e educadores.

Ainda discutindo as diferenças, Louro (2001) também diz que uma noção singular de gênero e sexualidade vem sustentando currículos e práticas de nossas escolas. Mesmo que se admita que existam muitas formas de viver os gêneros e a sexualidade, é consenso que a instituição escolar tem obrigação de nortear suas ações por um padrão: haveria apenas um modo adequado, legítimo, normal de masculinidade e de feminilidade e uma única forma sadia e normal de sexualidade, a heterossexualidade; afastar-se desse padrão significa buscar o desvio, sair do centro, tornar-se excêntrico, sendo este o cerne das discussões dos teóricos queer, ou seja, o excêntrico não é excêntrico e sim o também normal.

Culturalmente, esta discussão é comumente levantada, pois, no terreno dos gêneros e da sexualidade, o grande desafio, hoje, parece não ser apenas aceitar que as posições tenham se multiplicado, mas sim, tem se tornado impossível lidar com elas a partir de esquemas binários (masculino / feminino, heterossexual / homossexual).

Segundo Britzmann (1999) esta versão do que é aceito em relação à sexualidade e o que não é tolerado, pelo menos no que tange o currículo escolar, está exposto cotidianamente em outros cenários da cultura social:

> A versão da sexualidade ainda não tolerada (ao menos no currículo escolar) é exercitada, entretanto, nas vidas cotidianas das pessoas e no domínio da cultura mais ampla: na literatura, no filme, na música, na dança, nos esportes, na moda e nas piadas. É com frequência , difícil distinguir, na literatura pedagógica sobre sexualidade, a versão normal de crítica, porque mesmo a versão crítica não consegue ultrapassar o moralismo e as categorias eugenistas da normalização. (BRITZMANN, 1999, p. 92-93)

O desafio maior talvez seja aceitar que, as balizas sexuais e de gênero vêm sendo invariavelmente atravessadas, e o que se torna mais complicado ainda é admitir que o espaço social no qual alguns sujeitos vivem é exatamente a fronteira da sexualidade.

Britzman (1999) propõe uma reflexão a respeito de como é desenvolvida e discutida a questão da sexualidade no ambiente escolar, notando que em relação à mesma, o diálogo relacionado ao tema não ocorre de forma franca entre educandos e docentes, já que, os professores trabalham de forma normatizadora com suposições de comportamentos corretos e incorretos, alcançando, assim, dos estudantes respostas esperadas e não debates e reflexões a respeito de questionamentos levantados pelos próprios educandos. Segundo ela, o enfoque biomédico sobre o tema não dá importância para as questões íntimas que estão relacionadas com a experiência subjetiva da sexualidade e da busca pelo prazer, contextualizada sócio-culturalmente.

Louro (2001) e Bristzmann (1999) desenvolvem então, esta análise norteadora das discussões sobre a sexualidade no âmbito escolar e fazem esta abordagem de como a cultura, que ainda tem moldes tradicionais, encara esta questão da sexualidade e das diferenças de gênero na sociedade assim como também na escola.

Uma das maneiras para se trabalhar a sexualidade, tanto dentro ou até mesmo fora do ambiente escolar, seria pensá-la a partir da polivalência dos corpos e dos desejos existentes em diversos ambientes e que, assim podem superar a barreira dos significados culturais já estabelecidos. Essa posição exige aceitar que, mesmo todas as pessoas se instituam em seres sexuais, o significado das experiências sexuais pode acontecer de forma subjetiva e de acordo com os contextos socioculturais. A abordagem da sexualidade em sala de aula estimula o desenvolvimento do exercício da curiosidade, sendo esta questão fundamental para a concretização da pedagogia como paixão (BRISTZMANN, 1999).

Assim, a partir destes posicionamentos, o professor precisa assumir uma postura de crítica aos métodos educacionais da atualidade e provocar a discussão dos debates sobre a sexualidade não como objeto finalizado, mas sim em seu contexto histórico de formação e transformação, devendo ser a sexualidade estudada em suas relações com o cotidiano do aluno.

Contudo, cotidianamente, nota-se que a identidade estabelecida para as relações de gênero ainda é baseada na afirmação de diferentes comportamentos para meninos e meninas e assim, conseqüentemente, há uma cobrança diferenciada quanto à conduta que ambos devem ter, o que é culturalmente carregado de pré-conceitos.

As normas, regras e preferências que são ditadas pela sociedade, perfazem de forma clara o que se espera de meninos e meninas em termos que norteiam o papel sociossexual de cada um.

Mas o que se faz necessário, são a formalidades que as regras de papel de gênero devem ser, as regras que deverão ser internalizadas para que se possa aceitar por parte da sociedade como indivíduos masculinos ou femininos.

O cotidiano escolar, além de ser construído tradicionalmente, traz em seu currículo uma linguagem que implicitamente determina espaços e ações. Louro (1997) destaca esta passagem da seguinte forma: "A escola delimita espaços. Servindo-se de símbolos e códigos, ela afirma o que cada um pode (ou não pode) fazer, ela separa e institui. Informa o “lugar” dos pequenos e dos grandes, dos meninos e das meninas" (LOURO, 1997, p. 58).

Mas, além do fator determinador que a escola tem é preciso também que seja observado que é no ambiente escolar que os gestos, movimentos e os sentidos são produzidos e incorporados por meninos e meninas, tornando-se parte de seus corpos. Além disso, os livros didáticos também trazem representações para gêneros grupos étnicos e classes sociais, assim como também o modelo familiar e as tarefas que cada grupo deve desempenhar.

Essas concepções formadas culturalmente impedem que as mudanças sejam respeitadas e analisadas de uma forma em que possam ser expostas sem agredir o que está se afirmando, ou seja, as diferentes formas de exposição da sexualidade. É preciso reconhecer que muitas concepções são baseadas nos universos do masculino e do feminino e que os comportamentos que não se enquadram neste modelo é tratado como um problema, ou ainda pior, não é tratado.

A preocupação com a sexualidade está em todos os ambientes escolares, mas, geralmente é encoberta não sendo apresentada em currículos e nas discussões que devem centrar o educando como sujeito principal da educação. E ainda, a escola, produz as concepções de gênero e sexualidade que serão reproduzidas socialmente.

Portanto, é preciso que se encontrem justificativas que interfiram na continuidade dessas desigualdades e que as questões de gênero e sexualidade sejam vistas de formas diferenciadas desconstruindo preconceitos e desenvolvendo uma consciência baseada no bom senso e no respeito.

E é neste ponto que os conflitos aparecem, pois com tanta diversidade de opiniões e comportamentos, o respeito com o que é diferente ou não considerado como "normal" é motivo de agressões. A escola precisa buscar caminhos possíveis de discussão e defender uma

sociedade pautada não na homogeneidade, mas sim na tolerância e no reconhecimento das diferenças.

Considerações finais

A sociedade moderna tem reconhecido cada vez mais que as manifestações sexuais homossexuais, heterossexuais, bissexuais com mais naturalidade e respeito, entretanto, existem construções sociais que vem sendo mantidas pela cultura e modos de comportamento.

A teoria *queer* baseou seu foco central na questão das chamadas "minorias" sexuais que hoje, são muito mais visíveis do que antes, e, conseqüentemente, torna-se mais acirrada a luta entre elas e os grupos conservadores.

Entretanto, apesar de ainda existirem preconceitos e racismos em relação às diferenças, não defendo a idéia de que tudo deve ser aceito como "normal", pois diferenças existem e a nós cabe, e muito, o respeito ao outro e este deveria ser o papel da escola, da sociedade e principalmente, da família ensinar e defender o respeito ao que não se compreende mesmo que não seja aceito.

Mesmo com todas as mudanças envolvendo a sexualidade podemos observar o quanto este ainda é um tema que causa diferentes opiniões, pois é algo que além de ter uma construção cultural, a educação e os modelos tradicionais de ensino e educação familiar não passavam esta idéia de que a sexualidade poderia se transformar ao longo da vida.

Sendo então, uma construção que vem se modificando nos últimos tempos, não se pode dizer que seria discriminação o fato de alguém não entender esta sexualidade que se encontra na normalização de heterossexualidade e homossexualidade, pois, assim como todas as mudanças entre gênero, como, por exemplo, a questão da mulher no mercado de trabalho, que, antigamente era algo inviável, é preciso tempo para que esta idéia seja entendida por quem não tem o viés educacional.

Outro ponto, que aqui não foi discutido, é que as discussões que envolvem gênero não cabem apenas nos conceitos de heterossexualidade, homossexualidade, mas sim também na feminização do mercado de trabalho, na igualdade de direito, na desconstrução da cultura do estupro, no medo com que as mulheres vivem nas questões que envolvem violência, e tantas outras questões ainda veladas e não questionadas.

Mas, independente desta aceitação ser reconhecida agora ou levar tempo para que a sociedade entenda esta situação é preciso que, a escola, e a família principalmente, eduquem

sexualmente os filhos e filhas para que tenham um melhor entendimento sobre questões que envolvam sexo, erotismo e comportamentos.

Entretanto, na maioria dos casos, os adultos não estão habituados a reconhecer crianças e adolescentes como cidadãos com direitos que incluam a sexualidade. A sexualidade infantil é diferente da sexualidade adulta. Desta forma, este diálogo deve ser desenvolvido na escola, abordando o corpo, os sentimentos, os anseios e os conflitos dentro do ambiente escolar.

Aos pais cabe o papel da educação sexual, mas como irão fazê-la se também foram educados cheios de tabus? Cabe então aos docentes satisfazer as dúvidas quando questionados? Estes devem procurar sempre esclarecer fatos e tirar dúvidas dos educandos? Sim, mas e se a família questionar, não aceitar, qual a conduta a ser seguida?

A orientação sexual é uma tarefa de extrema importância, pois nota-se a necessidade que crianças e adolescentes têm para a orientação e educação sexual. A escola, assim como também a família, devem obrigatoriamente ser as instituições responsáveis em realizar esta educação e orientação, mas, infelizmente uma, ou estas duas instituições falham, e isso não acontece, pois muitas vezes as mesmas não se sentem preparadas para fazê-la e, então, a deixam de lado e continuam com a educação castradora que tiveram assim como também tiveram os pais.

Portanto, é de grande importância que a escola entenda também a dificuldade que muitos pais têm para tratar com naturalidade estas questões que envolvem, a sexualidade, homossexualidade, bissexualidade e tantas outras denominações que a sociedade moderna tem tentado trazer, demonstrando que os novos padrões sociais, de família e de comportamento são o resultado de transformações que ocorreram também na cultura e não apenas no sistema tecnicista que se aperfeiçoa cada vez mais a cada dia.

É preciso reconhecer que ainda existam famílias com valores extremamente tradicionais, principalmente as ligadas aos dogmas religiosos e que estes valores são transmitidos por gerações, mas também cabe destacar que o respeito quanto à identidade do "outro" é a principal tarefa a ser ensinada tanto pela escola quanto pela família.

Não há como concluir uma discussão destas, ainda há muitas arestas a serem analisadas, questionadas, discutidas e pensadas, é um tema eminente de desenvolvimento e precisa ser esclarecido. Porém são necessárias pessoas que tem o desejo de desvelar estas relações que permeiam as questões de gênero e sexualidade, principalmente no meio escolar.

Referências Bibliográficas

BOTTON, Andressa; STREY, Marlene Neves. O gendramento da infância através dos livros infantis: possíveis consequências em meninos e meninas. **Perspectiva,** Florianópolis, v. 33, n. 3, p. 915-932, abr. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/36242>. Acessado em: 16 nov. 2015.

BRITZMAN, Deborah. Curiosidade, Sexualidade e Currículo. In: LOURO, Guacira Lopes (org.) **O corpo educado – pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

LOURO, Guacira Lopes. A construção escolar das diferenças. In: **Gênero, sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1997. (pp 57-87)

_____. Teoria Queer – uma política pós-identitária para a educação. **Revista Estudos Feministas**, segundo semestre, ano 2001, vol. 9. nº. 002. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil. (pp. 51-553)

RICARDO, Maria Lúcia Corrêa. **Escola: espaço de construção da sexualidade e aperfeiçoamento da cidadania**. Programa de desenvolvimento educacional. Governo do Paraná, Londrina, 2009.

O CANTO NO COLLEGIO ALEMÃO DE PELOTAS NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX

Maria Angela Peter da Fonseca[30]

Palavras iniciais...

Este artigo privilegia um estudo sobre a disciplina de Canto presente no currículo do Collegio Allemão de Pelotas[31] nas primeiras quatro décadas do século XX. O Collegio Allemão de Pelotas foi fundado no final do século XIX na área urbana de Pelotas, Rio Grande do Sul, por um grupo de imigrantes alemães e teuto-brasileiros, industriais e comerciantes, que formavam uma pequena burguesia, em sua maioria evangélicos luteranos, e representou o esforço realizado por seus fundadores no sentido da preservação do bem cultural étnico denominado germanismo. Para a realização deste trabalho foram utilizadas fontes como Relatórios Escolares do Collegio Allemão de 1913 e 1923, Estatutos do Collegio Allemão de 1915, o cancioneiro "*Es Tönen die Lieder*..." (Soam Canções...) de Wilhelm Schlüter, 1931, entrevistas com quatro alunas e boletins escolares.

A questão que norteou esta pesquisa foi: "que Educação Musical era desenvolvida no Collegio Allemão de Pelotas nas primeiras décadas do século XX?", com o objetivo de elucidar práticas musicais ministradas nas aulas de Canto do educandário. Valores e tradições centenárias foram veiculados por meio de palavras cantadas em língua alemã e, também em língua portuguesa, contribuindo para a formação de uma identidade singular dos alunos teuto-brasileiros no *locus* acima anunciado, ao ser cultivado, através do Canto, o modo de ser alemão e o amor e o respeito à pátria brasileira.

O Collegio Allemão de Pelotas

A gênese do Collegio Allemão de Pelotas, um colégio particular para meninos e meninas com ensino primário e secundário, está diretamente vinculada aos ideais de um grupo de imigrantes alemães e de teuto-brasileiros que integravam uma pequena burguesia composta em sua maioria por comerciantes e industriais, protestantes luteranos, que se estabeleceram na

[30] Universidade Federal de Pelotas. Doutoranda em Educação: Faculdade de Educação. mariangela@via-rs.net

[31] Para maiores informações ver a Dissertação intitulada: "Estratégias para Preservação do Germanismo (Deutschtum): Gênese e Trajetória de um Collegio Teuto-Brasileiro Urbano em Pelotas (1898-1942)" desenvolvida no Mestrado, na linha de História da Educação, na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas sob a orientação do Professor Pós-Doutor Elomar Tambara .

cidade de Pelotas a partir de meados do século XIX e atuaram como guardiões do *Deutschtum*, o bem cultural germânico. Entre eles, encontrava-se o professor Eduardo Wilhelmy, eminente educador e um dos fundadores da Comunidade Evangélica de Pelotas e da *Deutsche Schule* de 1889, que exerceu um papel congregador na educação dos descendentes da etnia acima citada. *No entanto, a consolidação desses ideais materializaram-se somente dez anos depois, através da fundação do já mencionado Collegio Allemão de Pelotas, em 17 de dezembro de 1898. Para este projeto específico, no final do século XIX, houve a participação do Sínodo Rio-Grandense*[32]*. Isso é evidenciado através da presença dos pastores Naumann, Weller e Sudhaus, ocupando a direção do colégio, nos primeiros nove anos. Após essa data professores leigos exerceram a direção do educandário, entre eles o professor André Gaile e o professor Reinhard Heuer que assinaram respectivamente os Relatórios Escolares do Collegio Allemão de Pelotas em 1913 e 1923.*

O Canto no Collegio Allemão em 1913

Através da análise do Relatório Escolar do Collegio Allemão de 1913, assinado pelo professor André Gaile, comprova-se a presença do Canto, no currículo dessa instituição, partilhando o espaço didático com outras disciplinas que formavam o núcleo central do currículo, isto é, eram comuns a todos os anos, desde o primeiro até ao oitavo ano. Tanto o Ensino Primário como o Ensino Secundário eram ministrados em classes de duplos, isto é, a quarta classe correspondia ao primeiro e ao segundo ano; a terceira classe, ao terceiro e ao quarto ano; a segunda classe, ao quinto e ao sexto ano; e a primeira classe, ao sétimo e ao oitavo ano.

O Canto encontrava-se entre as sete disciplinas centrais do currículo: *Deutsch* (Alemão, 25 h), *Portugiesich* (Português, 17 h), *Rechnen* (Matemática, 22h), *Zeichnen* (Desenho, 7 h), ***Singen* (Canto, 8h),** *Turnen* (Ginástica, 4h), *Handarbeit* (Trabalhos Manuais, 8h), as quais correspondiam a 74,5% do espaço no currículo, equivalentes a uma soma de 91 horas semanais nas aulas de duplos acima citadas. Abrangendo três quartos da carga horária total, essas disciplinas tinham o objetivo de contemplar a educação do aluno como um todo, priorizando a comunicação em dois idiomas, o raciocínio abstrato, a leitura do mundo através da imagem e

[32] O Sínodo Rio-Grandense foi fundado em 1886, em São Leopoldo, Rio Grande do Sul e, sob a presidência do Dr. Wilhelm Rotermund, atuou como porta-voz das comunidades protestantes luteranas encarregando-se de defender os interesses comuns das pessoas filiadas. "Suas funções abrangiam para além do enfoque religioso, principalmente o setor educacional" (TAMBARA, 1991, p.399).

do som, o corpo e o trabalho manual. Das oito horas semanais, correspondentes ao Canto para o curso completo, duas horas por semana perfaziam a carga horária da disciplina para cada classe que era integrada por dois anos. Nesse sentido, o Canto ocupava o espaço de 8,8% do núcleo central do currículo, atingindo um escore 6,5% em relação ao currículo completo.

Em síntese, o elenco central das disciplinas ministrados no currículo de 1913 visava à formação e à formatação de um determinado perfil discente e, em última instância, de um determinado tipo de cidadão para uma sociedade específica. A presença do Canto no currículo do Collegio Allemão de Pelotas de 1913 é indicadora de uma prática cultural e social formadora de uma identidade étnica, uma vez que nesse período, nesse educandário, o ensino era ministrado em dois idiomas: em Língua Alemã e em Língua Portuguesa. Isto pode ser comprovado através dos Estatutos do Collegio Allemão de 1915, em seu Capítulo I, Da Escola, ao explicitarem que a finalidade da instituição era o ensino ministrado em língua alemã e portuguesa, ensino este conjugado aos costumes da pátria, preparando os alunos para o exercício da cidadania e a introdução no mercado de trabalho na "nova pátria". Pode-se observar que o Collegio Allemão tinha como proposta pedagógica aspectos que transcendiam a instrução em dois idiomas e disciplinas comuns a outras escolas, pois vinculava, fortemente, o ensino e a aprendizagem à questão social de inserção na nova pátria, mediante o conhecimento dos costumes, da legislação e das profissões no Brasil, conjugando com os costumes da pátria de origem, preservando dessa forma o *Deutschtum*, o germanismo.

O Canto no Collegio Allemão em 1923

Conforme o Relatório Escolar do Collegio Allemão de 1923, assinado pelo professor Reinhard Heuer, o **Canto** deixou de integrar o núcleo central do currículo de 1923, apesar de fazer parte do elenco das disciplinas dos primeiros anos, abrangendo do primeiro ao quarto ano primário, mas com a carga horária reduzida para uma hora semanal. No entanto, não constava no programa curricular dos anos mais adiantados, ou seja, do quinto ao oitavo ano. Cinco disciplinas formavam o núcleo central do currículo de 1923, isto é, eram comuns a todos os anos: *Portugiesisch* (Português, 19h), *Deutsch* (Alemão, 18h), *Rechnen* (Matemática, 16h), *Zeichnen* (Desenho, 6h) e *Handarbeit* (Trabalhos Manuais, 6h). Correspondendo a 61,3% do espaço do currículo, equivalentes a uma soma de 65 horas, abrangia pouco mais do que a metade da carga horária total. Essas disciplinas tinham o objetivo de contemplar a educação do aluno como um todo.

Em relação a 1913, houve perdas de espaços significativos no núcleo central do currículo de 1923, como, por exemplo, a Ginástica e o Canto. Apesar de ter sido mantida a prioridade da comunicação em dois idiomas, percebe-se que o Português foi privilegiado com uma hora a mais do que o Alemão. Juntamente com a linguagem, permaneceu a ênfase no raciocínio abstrato, no desenho e nos trabalhos manuais, conteúdos trabalhados em disciplinas que tangenciavam todos os anos do currículo.

Todavia, com a retirada da disciplina de **Canto**, em alguns anos do currículo, e da Ginástica, em todos os anos do currículo de 1923, a leitura de mundo das crianças deixou de ter o som e o movimento do corpo como possibilidades de interação e de comunicação, numa forma de somatória de conhecimento. A leitura do mundo foi vinculada à percepção visual, através do Desenho, funcionando "em mono", ou seja, somente com um canal sensível de apreensão da realidade circundante. A partir desses dados questiona-se: os anos mais adiantados terão sido contemplados por outras programações culturais que privilegiavam o **Canto** e, também a Ginástica, ou os conteúdos dessas duas disciplinas teriam sido diluídos em outras disciplinas do currículo?

O Canto em três contextos curriculares distintos entre 1930 -1940

Seguindo as pistas das provas, as informações deste item estão relacionadas a três boletins de alunos, através dos quais arrola-se o elenco de disciplinas ministradas no Collegio Allemão de Pelotas, no primeiro ano, no quinto ano e no segundo ano propedêutico, com ênfase na disciplina do **Canto**. O primeiro boletim (*Jahreszeugnis*) localizado tem data de 1933. O Collegio Allemão de Pelotas, no Attestado Annual de 1933, era denominado: *Deutsche Schule* – Pelotas. Impresso em Língua Alemã, informava sobre dois aspectos da aprendizagem escolar: a conduta geral e o aproveitamento do aluno no colégio. Neste período, o primeiro ano fazia parte da I Classe. Em relação a períodos anteriores, como 1913 e 1923, o primeiro ano integrava a IV Classe. O professor Hofmeister ministrava aulas no primeiro ano, e o diretor era o professor Nagel. No primeiro item, estavam incluídas avaliações sobre o comportamento, a aplicação, a atenção e a ordem, que integravam uma educação própria do germanismo. No segundo item, contemplava-se o aproveitamento das seguintes disciplinas do primeiro ano: Leitura e Ortografia em Allemão, Leitura e Ortografia em Portuguez, Matemática, Escrita e **Canto.**

O segundo boletim localizado corresponde ao quinto ano, de 1938. Também está impresso em Língua Allemã, mas com a tradução das disciplinas elencadas, abrangendo dois aspectos de avaliação: a conduta e o aproveitamento das disciplinas. Da mesma forma que o boletim de 1933, o *Jahreszeugnis* (Attestado Annual) de 1938 vinha com o nome do colégio,

na parte superior, escrito com letras versais: *DEUTSCHE SCHULE* (COLLEGIO ALLEMÃO) PELOTAS, Gegr.(Fund.) 1899. As disciplinas do quinto ano abrangiam o Allemão, com Leitura, Orthographia e Grammatica. Portuguez com Leitura, Orthographia, Grammatica, Composição, História Pátria e Chorographia. Ainda estudavam Aritmética na Matemática, História Natural, Física, Dezenho, **Canto** e Ginástica. O boletim de 1938 apresentava algumas modificações em relação ao de 1933. Por exemplo, no ensino da Língua Allemã, a Literatura foi substituída pelo *Anschauungsunterricht* (Ensino das Coisas). Da mesma forma, no Portuguez, a Literatura deixou de fazer parte do ensino da Língua Portuguesa. Porém foi incluída a disciplina de Inglês, com Leitura e Grammatica. Com exceção da *Heimatkunde* (Estudo da Terra Natal), os nomes de todas as disciplinas estavam traduzidos para a Língua Portuguesa. A professora da classe era a sra. Haida S. da Silva, e a direção do colégio estava nas mãos do professor Edmund Saft.

O terceiro boletim, denominado Atestado Anual, corresponde ao segundo ano propedêutico do Collegio Allemão de Pelotas, do ano de 1941. Neste ano, o colégio denominava-se COLLEGIO CARLOS RITTER DE PELOTAS, fundado em 1899. O Atestado Anual apresenta-se todo escrito em Língua Portuguesa. Da mesma forma que os boletins anteriores, contempla aspectos da conduta geral e do aproveitamento das disciplinas, pelos alunos. As disciplinas apresentadas no boletim eram as seguintes Português, História do Brasil, Geografia, Civilidade, Aritmética, Geometria, Álgebra, História Natural, Física, Química, Alemão, Francês, Inglês, Desenho, História da Civilização, Caligrafia, **Canto,** Ginástica, Trabalhos Manuais e Ensino das Coisas. Todavia, disciplinas como Civilidade, Álgebra, Inglês, Desenho, Caligrafia, Trabalhos Manuais e Ensino das Coisas não eram ministradas aos alunos do 2º ano propedêutico. Considera-se relevante acrescentar que o professor Weirich era responsável pela turma, e o professor Edmund Saft atuava como diretor da instituição. No entanto, a professora Maria Nauys assinava o Atestado Annual, como fiscal.

A partir desses dados constato que o **Canto** em um espaço aproximado de dez anos entre 1933 e 1941, integrou o currículo do Collegio Allemão de Pelotas, em três níveis distintos de adiantamento, ou seja, primeiro, quinto e segundo ano propedêutico (em torno do sétimo ano), contemplando alunos com idade em torno de sete, dez e treze anos. Em relação a 1913 e 1923, o **Canto,** na década de 1930 e início de 1940, voltou a ocupar um lugar de destaque, semelhante a 1913, figurando como disciplina integrante do núcleo central do currículo. Isto é comprovado por meio da análise dos três boletins acima citados.

Minhas ilustres entrevistadas...

Entre as alunas entrevistadas para esta investigação sobre o Canto no Collegio Allemão de Pelotas, encontram-se as senhoras Annemarie, Hilda e Irene que estudaram no colégio na década de 1930. No entanto, em meu acervo documental, localizei a entrevista de uma senhora que foi aluna do colégio entre 1916 e 1920, que fez menção ao **Canto** no currículo desta instituição.

Aos 92 anos, Johanna recebeu-me gentilmente, com seus cabelos alvos, olhos azuis, uma fala clara, bem articulada e perguntou-me qual era o motivo de minha visita. Ao esclarecer minhas intenções de pesquisa, concordou em conversar sobre sua trajetória no Collegio Allemão de Pelotas.

Perguntei-lhe sobre as disciplinas que estudou e os seus professores.

> Tinha ótimos professores! As matérias eram muitas (...) Todas as matérias que eram exigidas em qualquer colégio. Todas eram dadas em alemão. Vamos começar com: Português. O professor de português era o Reitor. Tinha Alemão, Matemática, História do Brasil, História Geral, História Natural, **Canto** [grifo meu], Bordado para meninas. Ótimos professores! Nunca tive professores tão bons!. Tinha Herr Heuer, ele era o diretor e professor também. Ele mesmo escreveu uma Gramática em Alemão. Nunca vi gramática melhor do que essa! (...) Os verbos em alemão são regidos por preposição: o nominativo, o genitivo, o dativo (exige verbo em repouso, idéia de inatividade), o acusativo (ideia de atividade) (Entrevista com Johanna Ruge Ritter Hofmeister, 2002).

A aluna do Collegio Allemão de Pelotas, acima citada, lembrou datas, nomes de disciplinas, de pessoas, do contexto e do trajeto de sua casa até o colégio, além de descrever o sobrado onde funcionava o Collegio Allemão de Pelotas, na década de 1910-1920. Através da memória de dona Johanna, tive a possibilidade de acessar informações que me permitiram, entre a subjetividade e a objetividade de suas lembranças, arrolar dados para a composição de uma versão da fisionomia dos acontecimentos sociais do Collegio Allemão de Pelotas, da qual ela, Johanna, foi sujeito em ação, e mais especificamente em relação à presença do Canto no currículo da instituição entre 1916 e 1920.

As seguintes três alunas entrevistadas - Hilda, Irene e Annemarie - que me permitiram o acesso a informações orais sobre o Canto no Collegio Allemão de Pelotas, acionaram suas lembranças em relação ao ensino da música, através do Canto, no currículo do Collegio Allemão, na década de 1930, a partir de uma entrevista semiestruturada em que constavam indagações sobre o professor de Canto, o método de ensino, o espaço ocupado no currículo, o

conteúdo programático, o material didático, o idioma cantado, o repertório e o envolvimento com outras práticas artísticas e culturais.

A senhora Hilda, com 84 anos, aluna do Collegio Allemão entre 1928 e 1937, gentilmente aceitou falar sobre o Canto, e assim se referiu:

> A gente vivia cantando. Cantava tanto em Português como em Alemão. [...] Os alunos iam se apresentar na Sociedade Germânia. Não se usava uniforme naquela época. Nós nos apresentávamos com roupa de passeio. [...] A gente também dançava. Dava lá uns pulinhos. Meninos e meninas, tudo junto, meio misturados (Entrevista com Hilda Hübner Viola, 2002, 2007).

A senhora Irene, com 78 anos, que freqüentou o collegio entre 1936 e 1942, enfatizou a questão do canto vinculado ao patriotismo através do estudo dos hinos.

> Maria Angela, a educação no Collegio Allemão era muito rígida e o ensino muito aprofundado. Era muito valorizado o patriotismo. A gente cantava muito durante todo o período escolar. Cantávamos o Hino Nacional Brasileiro, o Hino à Bandeira e o Hino da Independência, tudo em posição de sentido. [...] Os dias nacionais eram comemorados e havia hasteamento da bandeira no pátio do colégio, com os alunos perfilados. O comportamento e o respeito eram trabalhados na aula. O canto era em conjunto, todos juntos. [...] Havia integração das disciplinas. Por exemplo, era obrigatório nas aulas de Português pronunciar corretamente as palavras para os cantos em Língua Portuguesa que tinham que ser interpretados corretamente (Entrevista com Irene Hübner Spinnelli, 2002, 2007).

E a senhora Annemarie, com 78 anos, que também frequentou o colégio entre 1936 e 1942, da mesma forma que a senhora Irene, enfatizou a questão do Civismo e os Hinos Pátrios.

> Para as festas cívicas como, por exemplo: Sete de Setembro, Dia da Bandeira e da Independência, todos os alunos iam para o pátio da escola e levavam a bandeira nacional. Além disso, todos os sábados havia a Hora Cívica. Um sábado para os meninos segurarem a bandeira nacional e outro para as meninas. Nesta hora era recitada uma parte da Oração à Bandeira de Olavo Bilac e cantava-se o Hino Nacional Brasileiro (Entrevista com Annemarie Rilling da Nova Cruz, 2002, 2007).

Em relação ao professor de Canto, as três alunas ao falarem de suas lembranças recordaram do professor Edmund Saft que era o responsável pela Hora Cívica, onde eram ensinados os cantos populares e os hinos: Nacional Brasileiro, da Bandeira e da Independência. Esse professor ensinava e acompanhava os cantos com piano e às vezes com violino. Somente o professor tocava instrumento musical, no entanto aos alunos não era oportunizado esse conhecimento no colégio. Alguns alunos estudavam piano e violino com professores particulares.

> E, durante a prática em sala de aula, o professor utilizava um instrumento para acompanhar os alunos de modo a facilitar a aprendizagem das melodias, o qual poderia variar entre o violino ou o harmônio, de acordo com as habilidades do próprio docente. A necessidade da execução, especificamente do violino pelo professor, no entanto, ia além das atividades desempenhadas na escola, visto que o *Lehrer* (professor) era o responsável pelas atividades musicais de toda comunidade, necessitando de um instrumento próprio, de fácil transporte (Garbosa, 2003, p. 41).

As aulas de Canto, que ocupavam no máximo o espaço de duas horas no currículo, eram na própria sala de aula, com meninos e meninas, onde todos cantavam juntos. Eram cantos corais em conjunto na classe. As aulas eram bem informais, não sendo muito exigidas nos anos iniciais. Era mais o canto em si, tudo de cor, de memória, utilizando um método de ensino repetitivo. No entanto,

> em termos pedagógicos, o professor adotava uma abordagem de ensino musical fundamentada sobre os processos de repetição e imitação. A leitura das notas não fazia parte do aprendizado das crianças e dos jovens nos primeiros anos escolares, envolvendo a memorização das melodias, que eram executadas, primeiramente, pelo professor e, a seguir, reproduzidas pelos alunos (Garbosa, 2003, p. 41, 42).

O conteúdo programático abrangia o entoar de canções simples em uníssono nos primeiros anos, com o acréscimo de teoria musical e da polifonia nos anos mais adiantados. Portanto, o canto coletivo continuava sendo a prioridade durante todo o período escolar, quer em uníssono, quer em várias vozes, inclusive com a apresentação de solistas. Conforme Annemarie: "a cantoria era com todos juntos em clima competitivo, entre meninos e meninas, na sala de aula!" Os alunos cantavam canções em língua alemã, como as *Volkslied* (canções do povo) e músicas populares brasileiras, bem como os hinos brasileiros. Cantavam em dois idiomas, isto é, em alemão e em português. Músicas como *Alle Vögel sind schon da* (Todos os pássaros estão aqui), *Guten Abend* (Boa Noite) e canções de Natal faziam parte do variado repertório folclórico dos alunos do Collegio Allemão na década de 1930.

No que diz respeito ao material didático denominado *Es Tönen die Lieder* (Soam Canções), do professor Wilhelm Schlüter, minhas entrevistadas foram unânimes em afirmar que conheciam o livro de música e que o usaram durante as aulas de canto. Conforme Irene e Hilda: "Usamos esse livro, sim! Mas logo decorávamos as letras e as melodias, usávamos muito a memória. Os cantos todos de cor!"

No colégio não preparavam repertório para apresentações, com exceção das aulas de Cívica onde eram entoados os hinos brasileiros. A ênfase dada às datas cívicas brasileiras, era elucidada nos desfiles da Semana da Pátria, que eram precedidos pelos ensaios no pátio do educandário, quando, então, o Collegio Allemão de Pelotas se fazia representar através de seus alunos. No entanto, o envolvimento do Canto com outras atividades culturais se fazia notar nas

apresentações dos alunos na Igreja Evangélica Alemã, na Escola Dominical e na Sociedade Germânia, que era uma sociedade que congregava os imigrantes alemães e os teuto-brasileiros em prol do bem cultural alemão – o germanismo: o *Deutschtum*.

À guisa de conclusão...

Considero relevante acrescentar que ao longo da realização deste trabalho foi possível apreender vestígios da presença da disciplina denominada Canto, no Collegio Allemão de Pelotas. As informações obtidas sobre o Canto em 1913, em 1916, em 1923 e na década de 1930 são esclarecedoras para a compreensão desta prática cultural e curricular, institucionalizada e comprovada através dos Relatórios Escolares de 1913 e 1923, dos três boletins analisados e das entrevistas com Johanna, e mais especificamente com Hilda, Irene e Annemarie, minhas gentis entrevistas. A questão de pesquisa que norteou este estudo: "que Educação Musical era desenvolvida no Collegio Allemão de Pelotas nas primeiras décadas do século XX?", teve o objetivo de elucidar práticas musicais ministradas nas aulas de Canto, no Collegio Allemão de Pelotas, uma vez que:

> o ensino musical visava à veiculação dos valores germânicos, o desenvolvimento de sentimentos nobres e morais e a modificação de comportamentos. As canções estudadas deveriam conduzir, em virtude de seus conteúdos textual e musical, ao enriquecimento moral, intelectual, espiritual e cognitivo das crianças e dos jovens, de modo a formar o cidadão teuto-brasileiro (Garbosa, 2003, p. 39).

Realmente, a educação desenvolvida no Collegio Allemão de Pelotas, nas primeiras décadas do século XX, privilegiava valores fortemente arraigados às tradições culturais alemãs mescladas aos cantos cívicos brasileiros. Isto é evidenciado através do repertório das aulas de Canto que contemplava tanto canções folclóricas alemãs como hinos pátrios brasileiros. Portanto, a escolha do elenco das músicas corroborava a intencionalidade didática e pedagógica do corpo docente da instituição no sentido da formação da personalidade dos alunos teuto-brasileiros, ao ser cultivado, através do Canto, o modo de ser alemão conjugado ao amor e o respeito à pátria brasileira.

Referências

BOLETINS do Collegio Allemão de Pelotas – 1933, 1938, 1942.

ENTREVISTA com Annemarie Rilling da Nova Cruz. Pelotas, 2002, 2007.

ENTREVISTA com Hilda Hübner Viola. Pelotas, 2002, 2007.

ENTREVISTA com Irene Hübner Spinnelli. Pelotas, 2002, 2007.

ENTREVISTA com Johanna Ruge Ritter Hofmeister. Pelotas, 2002.

ESTATUTOS do Collegio Allemão de Pelotas - 1915

FONSECA, Maria Angela Peter da. **Estratégias para a Preservação do Germanismo: *Deutschtum*. Gênese e Trajetória de um Collegio Teuto-Brasileiro Urbano em Pelotas (1898-1942).** 2007. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pelotas.

GARBOSA, Luciane. ***Es Tönen die Lieder*... Um olhar sobre o ensino da música nas escolas teuto-brasileiras da década de 1930 a partir de dois cancioneiros selecionados.** 2003. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Salvador.

GIESEBRECHT, Franz. ***Die Deutsche Schule in Brasilien*.** Berlin: Deutsch Brasilicher,1899.

RELATÓRIO Escolar de 1913 - *Jahres=Bericht der Deutschen Schule zu Pelotas über das 14. Schuljahr 1913*. Pelotas: *"Deutsche Wacht",* 1914.

RELATÓRIO Escolar de 1923. *In Zum 25jährigen Bestehen der Deutschen Schule zu Pelotas*, 1898-1923.

SCHLÜTER, Wilhelm. ***Es Tönen die Lieder*.** São Leopoldo: Rotermund, 1931.

TAMBARA, Elomar. A Educação no Rio Grande do Sul sob o Castilhismo. 1991. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

COMIDA COMO MEMÓRIA: NARRATIVAS DE URUGUAIOS NA CIDADE DE PELOTAS – RS

Mariana de Araujo Isquierdo[33]

Introdução

Entre setembro de 2013 e agosto de 2014 a autora deste trabalho esteve na cidade do Porto – Portugal, realizando um intercâmbio universitário. Nesses onze meses, experienciou uma interação cultural com estudantes de diversas partes do mundo e com brasileiros de estados diferentes. Durante o período, o principal meio de troca cultural, se deu através da alimentação. Tornou-se habitual a realização de jantares entre os estudantes. Neles, pessoas de nacionalidades distintas, transmitiam seus costumes através da forma de fazer e comer os alimentos.

Tal meio de compartilhamento cultural se deu de forma espontânea, e consolidou-se como principal vínculo entre essa nova comunidade que se formou. A partir dessa interação foram possibilitadas duas análises distintas. Primeiramente a importância da alimentação na formação identitária dos grupos e, sobretudo, a importância da manutenção das práticas alimentares, como forma de conservação da nossa cultura, principalmente quando se está deslocado. Em seguida, também foi possível perceber, a forte presença da culinária uruguaia no sul do Rio Grande do Sul, especialmente na cidade de Pelotas, da qual a autora é natural.

Muitas podem ser as razões para tal fenômeno e, inicialmente leva-se em consideração a aproximação entre as duas regiões e os meios como essa fronteira foi formada, já que os atuais limites do estado do Rio Grande do Sul e da Republica Oriental do Uruguai só foram definidos de fato em 1851, através do Tratado de Limites, revisado em 1909, pelo Tratado da Lagoa Mirim. Até então, esses territórios, passaram por vários domínios.

É uma zona que compartilha a mesma história de formação e com características geográficas, muitas vezes, sem distinção nenhuma. O que gera uma influência direta na forma de subsistência dos povos aqui fixados e uma formação cultural muito próxima. Provavelmente, esse é o principal fator por termos tantos uruguaios residentes na região.

Advinda de uma família de descendência Uruguai, as influências dessas práticas alimentares sempre foram percebidas de forma espontânea no cotidiano da autora. Assim, fez-

[33] Universidade Federal de Pelotas; Bacharel em Conservação e Restauro; Bolsista Capes como aluna de mestrado no Programa de Pós Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural; mariisquierdo@hotmail.com

se necessário o deslocamento e o convívio com culturas brasileiras distintas, para que fosse possível outra interpretação dessa realidade. A partir daí a autora passa a ter uma nova percepção sobre o significado das práticas alimentares na formação e divulgação cultural dos grupos e, principalmente na manutenção de suas memórias e identidade.

Dessa forma, pretende-se refletir como esses uruguaios, radicados na cidade de Pelotas, utilizam a gastronomia uruguaia enquanto forma de não distanciamento de suas origens e como meio de manutenção de suas memórias. Compartilhando-as com brasileiros que se sentem próximos a essa cultura, parte-se da ideia de que as comunidades utilizam a alimentação como um dos principais elos com a suas tradições.

O trabalho desenvolve uma pesquisa sobre memórias das práticas alimentares. Para isso então sendo registradas narrativas de uruguaios, residentes na cidade de Pelotas, que tem como meio de subsistência o comércio de comida.

É fundamental salientar que a partir das narrativas não se está buscando a construção da história dos uruguaios residentes em Pelotas, e sim as suas memórias expressas na sua gastronomia e que, muitas vezes, podem ser subjetivas e reflexos de uma idealização do país que deixaram. Dessa forma, o objetivo do trabalho é analisar as narrativas desses uruguaios e compreender como as práticas alimentares estão diretamente ligadas a uma memória afetiva e expressada através de cinco pontos fundamentais: **matéria prima** – que será o alimento propriamente dito; **os modos de fazer** esse alimento; os **instrumentos** utilizados, o **modo de servir** e a **história de vida** dos colaboradores. Sendo esse o norte para a formulação dos blocos de perguntas.

Comida e Cultura

> Comida é cultura quando produzida, porque o homem não utiliza apenas o que encontra na natureza (como fazem todas as outras espécies animais), mas ambiciona também criar a própria comida, sobrepondo atividade de produção a de predação. [...] Comida é cultura quando consumida, porque o homem, embora podendo comer de tudo, ou talvez justamente por isso, na verdade não come qualquer coisa, mas escolhe a própria comida, com critérios ligados tanto às dimensões econômicas e nutricionais de gosto quanto aos valores simbólicos de que a própria comida se reveste. (MONTANARI, 2008, P.16).

"O que se come, com quem se come, como, quando e onde se come são definidos na cultura" (AMON e MENASCHE, 2008, p.15). Todos os seres humanos têm as mesmas necessidades nutricionais básicas, entretanto cada povo constitui seus hábitos alimentares baseados em escolhas que vão muito além das necessidades biológicas e físicas. Muitas vezes

as relações simbólicas se sobressaem as nutricionais e, essa relação é transmitida desde a infância. Segundo Tempass (2010), somente o gosto pelo doce é inato aos seres humanos, sendo essa uma estratégia de sobrevivência, já que o leite materno é doce. Todos outros gostos alimentares são construídos durante a vida, e muitos são os fatores que os influenciam. Para Pierre Bourdieu (1989) o gosto é uma construção social, e as escolhas alimentares estariam ligadas também as classes sociais. Classes mais pobres constroem seu gosto em cima de uma alimentação acessível e nutritiva, já classes mais abastadas tem uma maior opção de escolha e acabam por dar prioridade a alimentos mais luxuosos justamente para se distinguirem da outra parcela da sociedade. Entretanto não é só pelas questões sociais que o gosto alimentar é formado dentro dos grupos. Existem também uma outra série de fatores, como o clima, região onde esse grupo foi formado, história do lugar e principalmente os valores simbólicos e culturais que acabam sendo empregados nos alimentos. O ato de partilhar uma receita mantém a memória social dos grupos, os ensinamentos contidos nas receitas "contam a história de como uma comunidade compreendeu e aceitou o gosto, textura e forma de comida." (AMON e MENASCHE, 2008, p. 16). Já Montanari defende que o gosto é um produto cultural, para o autor "o órgão do gosto não é a língua, mas o cérebro..." (MONTANARI, 2008, p.95) e isso é o que faz com que as sociedades tenham hábitos alimentares diferentes e também faz com que, dentro de um mesmo grupo social, alimentos percam e ganhem prestigio. A partir daí o autor faz duas analises para o gosto. A primeira está diretamente ligada ao paladar, entende esse, como o sabor, que é algo individual e incomunicável. Já na segunda, analisa o gosto como uma construção do cérebro antes mesmo da chegada à língua. Acredita que o sabor acaba sendo diretamente influenciado por essa construção cultural que, para ele, nos é transmitida desde o nascimento e contribui diretamente para definir os valores de uma sociedade. Dessa forma, entende-se que esse "gosto" construído inicialmente no cérebro, é cultura.

A espécie humana habituou-se a "comer junto". Esse habito vai muito além do funcional e nutricional. O ato de "comer junto" representa os valores simbólicos criados pelas sociedades que vão além das necessidades do corpo. A pratica de partilhar a comida ajuda a organizar regras de hierarquia e identidade e é análogo à todas as classes sociais, surtindo também um sentimento de pertencimento ao grupo e até mesmo, em algumas situações, de acolhida. Para Montanari, muitos fatores podem ser observados durante o ato de comer junto, começando pela mesa, que, para ele "é a metáfora da vida" (MONTANARI, 2008, p.160) e tem a função de, muitas vezes, atribuir prestigio e importância aos indivíduos que nela dividem a refeição, sendo a mesa redonda uma representação importante para uma sociedade democrática. A forma como

a comida é partilhada também tem um significado bastante importante “A atribuição de um pedaço em vez do outro nunca é casual [...] mas reproduz as relações de poder e prestigio no grupo“ (MONTANARI, 2008, p.163) muitas vezes os grupos sociais seguem as regras de conduta a mesa de forma espontânea e, para DaMatta, “a comida define as pessoas e também as relações que as pessoas mantém entre si...” (DAMATTA, 1986, p. 48). Para ele, é na mesa que celebramos as nossas relações e não as nossas individualidades.

Acredita-se que “a prática de comer junto, partilhando (mesmo que desigualmente) a comida, sua origem é tão antiga quando a espécie humana” (CARNEIRO, 2005, p.72) entretanto, o uso do fogo trouxe um novo elemento à essa prática. Para Claude Lévi-Strauss (2004), o homem tornou-se culturalmente mais desenvolvido desde que passou a utilizar o fogo na preparação dos alimentos. Foi o autor que propôs a primeira relação entre o cozimento dos alimentos e a cultura, sendo o fogo, para ele, o elo entre a natureza e a cultura. Em seu livro denominado “O Cru e o Cozido”, Lévi-Strauss propõe o modelo do “triangulo culinário”, nele, os vértices correspondem aos três estados do alimento: o cru – representando a natureza; o cozido – representando a cultura; e o podre representando o retorno à natureza.

Inicialmente as sociedades produziam o que comiam e comiam o que produziam, as relações sociais eram baseadas em parentesco e localidade. A alimentação estava diretamente ligada ao que se podia produzir no local. Hoje, a maior parte das pessoas não produz o que come e tem acesso a uma infinidade de opções, mesmo assim, as comidas tradicionais ainda se mantêm, embora outros alimentos sejam adicionados no cotidiano dos grupos. Para Mintz:

> Seria mais fácil mudar o sistema político da Rússia do que fazê-los abandonar o pão preto; a China abandonaria sua versão do socialismo mais facilmente que o arroz. E, no entanto, a população desses dois países mostra uma extraordinária disposição para experimentar novas comidas (MINTZ, 1997, p. 34).

A globalização e a industrialização da comida têm gerado então uma circulação de alimentos cada vez maior. Tudo isso promove às sociedades a oportunidade da introdução de novos gostos mas, em nenhum momento, as fez abandonar os antigos. Inclusive, é comum que as grandes redes de fastfood mantenham sem seu cardápio opções inspiradas na gastronomia local. Segundo Montanari, a própria Coca-Cola não tem o mesmo sabor em todos os lugares, sendo adaptada a partir de pesquisas de mercado para adaptar-se a gostos específicos de determinadas regiões.

A cultura acaba definindo o que os homens comem ou deixam de comer, define o que torna algumas opções comestíveis e outras intoleráveis e revela à qual grupo social determinado individuo pertence. “As escolhas a favor da ‘natureza’ são eminentemente culturais.” (MONTANARI, 2008, p.78) os homens não deixam de comer carne, por exemplo, por outra razão que não seja ideológica, normalmente relacionada ao respeito pelos animais. Contudo não só os alimentos propriamente ditos são definidores da cultura, mas também a forma como os mesmos são cultivados, produzidos, elaborados e consumidos e descartados. Todos esses fatores são fundamentais.

Comida x Alimento

Refletindo sobre as diferenças sócio culturais, pode-se perceber uma diferença conceitual entre o ato de comer para alimentar o corpo, e o que muitos autores chamam de “alimentar a alma”. Para uma melhor definição utiliza-se uma discussão conceitual proposta por Roberto DaMatta (1986). Nela, o autor define a diferença entre comida e alimento, entendendo que o alimento está relacionado as necessidades do corpo, já a comida é o que se ingere com prazer, para além das necessidades físicas. Dessa forma, compreende que a comida é o que o que um grupo seleciona diante de muitos alimentos. Defende que o “alimento é universal e geral” já a comida é algo que “ajuda a estabelecer uma identidade”. Para ele, o ato de comer a comida celebra nossas relações interpessoais e por isso normalmente a fazemos em conjunto e é algo fundamental para marcar identidades pessoais, grupais, religiosas, regionais e nacionais.

> Temos então alimento e temos comida. Comida não é apenas uma substância alimentar, mas é também um modo, um estilo e um jeito de alimentar-se. E o jeito de comer define não só aquilo que é ingerido como também aquele que ingere (DAMATTA, 1986, p.47)

Comida e narrativa

É indiscutível a necessidade da alimentação para a sobrevivência biológicas dos seres humanos, entretanto, como foi discutido anteriormente, essa relação homem/comida vai muito além do físico, de modo que, a ausência de algum alimento pode gerar angustia e desestruturar identitáriamente as pessoas envolvidas.

É bastante comum, em situações de migração, os envolvidos, buscarem na alimentação, uma forma de manutenção da sua cultura. Para Alistair Thomson (2002) são fundamentais, para

qualquer grupo de imigrantes, o que ele chama de “redes de sociabilidade ou relacionamento”. Essas redes assumem um papel de ampliação da família, e proporcionam um ciclo social de apoio. É através delas que os imigrantes conseguem um emprego e melhores condições de vida no novo país. Aqui, as redes de sociabilidade estarão representadas em restaurantes mantidos por imigrantes uruguaios no Brasil.

Para uma análise da importância da manutenção das práticas alimentares, como forma de conservação da cultura, estão sendo construídas narrativas através de entrevistas com uruguaios, donos de restaurantes na cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil. Para isso, as entrevistas estão sendo realizadas em cima de um roteiro aberto, estruturado a partir de quatro blocos: matéria prima; modos de fazer; modos de servir e história de vida.

O sudoeste do estado do Rio Grande do Sul tem uma ligação muito forte com o Uruguai, o que propicia uma análise ainda mais rica, já que, as duas culturas, misturam-se em muitos aspectos e ao mesmo tempo se mantém distintas em tantos outros, gerando um sentimento muito particular de fronteira.

Os Uruguaios donos de Restaurante em Pelotas

Vicente Botti é uruguaio, nascido em Montevidéu. Aos oito anos migrou, com sua família, para a cidade de Jaguarão. Desde a infância, esteve inserido em um ambiente de fronteira. Considera-se um ativista cultural, já que trabalha com música, gastronomia, literatura e produção cultural. No momento da entrevista encontrava-se mais dedicado a gastronomia. Foi um dos idealizadores do restaurante “Chopp do Mercado – Pizza e Parrilla”, localizado no Mercado Público da cidade de Pelotas. Durante a entrevista Vicente realizava o preparo de carnes e temperos para a abertura do restaurante. O mesmo é frequentado por uma vasta diversidade de público e tem como proposta principal, segundo Vicente: “cozinhar para amigos”[34]. É o terceiro restaurante idealizado por ele, fora outros projetos gastronômicos, como por exemplo, o “Pizzaiolo a Domicílio”, projeto em que ele se deslocava até a casa das pessoas com a finalidade de ensinar as técnicas utilizadas nas pizzas uruguaias, proporcionando uma aula e posteriormente um jantar.

Joaquim Lasso é proprietário do Café Central, também localizado no Mercado Público da cidade de Pelotas. Veio para o Brasil aos 23 anos de idade com a finalidade de se preparar

[34] Testemunho de Vicente Botti, concedido a Mariana Isquierdo em 16 de dezembro de 2015.

para o vestibular de medicina. Possui dupla nacionalidade, já que é filho de mãe brasileira e pai uruguaio, entretanto, antes dos anos 2000, nunca havia morado no Brasil. Seus pais sempre tiveram comércio relacionado a gastronomia em Montevideo, restaurante, padaria e um café. Pelotas foi a única cidade na qual fixou residência fora do Uruguai onde e se mantém até os dias atuais, nunca tendo voltado a morar no seu país de origem. Sua mãe ainda reside em Montevideo, seu a pai e irmão já são falecidos. Estudou radiologia e, durante seus estudos trabalhou como garçom e parrilleiro em restaurantes que serviam comida uruguaia. Concluiu seus estudos e atuou em mais de um lugar com radiologista. Entretanto, assim que teve oportunidade, abriu o café, deixando para trás para sua formação. Joaquim é casado com uma brasileira, tem duas filhas com a sua esposa e não considera uma hipótese voltar a morar no Uruguai, já que constituiu sua família aqui contudo, a cultura uruguaia está sempre presente no seu cotidiano.

Eduardo Pereira veio residir no Brasil aos 19 anos, morou em cidades como Bagé, Santa Maria, Porto Alegre, Pelotas. Durante sua vida manteve-se em transito vivendo alguns anos no Brasil outros no Uruguai. Tem filhos nascidos aqui e lá. Há alguns anos mantém residência fixa na cidade de Pelotas e é casado com uma brasileira. Foi proprietário de vários restaurantes, inclusive em temporadas de veraneio em Santa Catarina. Entretanto, três de seus restaurantes merecem um maior destaque. O primeiro, denominado El Paisano, inaugurado em 1978, localizava-se na Rua Marcílio Dias em um prédio que já não existe mais. Atendia como restaurante a la carte e parrilla e manteve-se em funcionamento até o proprietário do prédio pedir o lugar. Eduardo defende que seu restaurante, inaugurado em 1978, foi a primeira parrilla do Brasil e se diz um precursor na difusão da gastronomia uruguaia no país. Toda essa difusão ganhou maior destaque com a inauguração do segundo El Paisano, a parrilla ainda mantem-se em funcionamento - com novo proprietário – e é um dos restaurantes mais tradicionais da cidade de Pelotas. Localizado na Rua Marechal Deodoro, entre Av. Bento Gonçalves e Dr. Amarante. Na época de sua idealização, se propunha a ser um restaurante bastante simples, já que Eduardo mantinha outros negócios e aceitou abrir o restaurante, após o convite de um amigo, com a condição de que fosse um local simples e para juntar os amigos. Funcionando em uma garagem, toda a reforma e construção da parrilla foi idealizada e realizada pelo próprio Eduardo, entretanto, o restaurante despertou um interesse muito grande na população, atraindo uma gama de público bem maior que a esperada. Em pouco tempo o restaurante foi ampliado, para que pudesse receber um maior número de mesas, a fim de atender mais clientes. Desde o a inauguração até os dias atuais o restaurante não possui cozinha, servindo apenas o que é assado

na parrilla e algumas saladas que são preparadas no próprio balcão. Eduardo relata que o vendeu por duas motivações: o cansaço de manter dois negócios ao mesmo tempo, e uma oferta irrecusável feita por um amigo, também uruguaio, que passou a administrar o restaurante. O terceiro restaurante que daremos destaque chamava-se Salamanca, localizava-se na Felix da Cunha entre as ruas Princesa Isabel e 7 de Setembro. O Salamanca tinha uma proposta um pouco diferente dos demais. Em sua fachada encontrava-se a identificação de parrillada, bar e restaurante, e se propunha a atender dentro dessas três classificações, servindo refeições a la carte, parrilla e lanches típicos uruguaios, como o chivito. A concepção do restaurante também foi de Eduardo, assim como o projeto da parrilla, entretanto, aqui, constata que obteve ajuda de profissionais da construção civil durante as obras. Agregado a toda proposta de gastronomia típica uruguaia o restaurante também mantinha música ao vivo nas sextas e sábados. Sempre com músicos regionais – gaúchos, uruguaios e argentinos – Eduardo costumava trazer músicos dos países vizinhos e a organizar eventos e festivais. O restaurante se manteve aberto até o ano de 2005, e como justificativa para o encerramento das atividades, o colaborador também cita seu cansaço físico. Contudo Eduardo ainda abriu mais um restaurante e, no momento da entrevista, estava ajudando sua filha Letícia, na concepção de um trailer de lanches uruguaios que será administrado por ela.

Letícia Pereira tem 37 anos e é acadêmica no curso de Gestão Ambiental na Universidade Federal de Pelotas. Filha de pais uruguaios, nasceu na cidade de Pelotas mas possui dupla nacionalidade. Dividiu a maior parte de sua infância e adolescência vivendo entre o Brasil e o Uruguai, tendo o espanhol como seu primeiro idioma. Filha de Eduardo, Letícia passou a sua vida dentro de restaurantes e teve a cultura uruguaia muito viva durante seu desenvolvimento. No momento da entrevista estava finalizando seu mais novo projeto, um trailer de lanches que ficará localizado em frente ao INSS, na rua Almirante Barroso, na cidade de Pelotas. A proposta de Letícia é vender principalmente *panchos*[35] e *milanesas al pan*[36].

Considerações Finais

Embora os entrevistados respondam que não tem vontade de deixar o Brasil, todos demonstram uma relação muito forte com a identidade uruguaia. Visivelmente utilizam as suas memórias como ponto de referência na gastronomia que desenvolvem, reconstruindo um

[35] Cachorro-quente típico do Uruguai
[36] Sanduíche típico Uruguaio recheado normalmente com carne empanada, alface, tomate e maionese.

“Uruguai” dentro de seus restaurantes, país que, na maioria das vezes é idealizado e não necessariamente representa uma realidade.

O comércio de comidas é, para essas pessoas, um elo entre o país que deixaram e o país que vivem, sendo utilizado como memória mas também como forma de aproximação e constituição de uma nova comunidade em Pelotas, formada por uruguaios migrantes e brasileiros que identificam-se com a cultura do país vizinho.

Os locais de comércio de comida (bares, restaurantes e cafés) são locais em que, dificilmente, as pessoas vão com único intuído de se alimentar e sim para comer. Até mesmo um simples café acaba ganhando um outro significado, dessa forma, acredita-se que sejam locais ideais para a realização da pesquisa.

Referências Bibliográficas

AMON, Denise; MENASCHE, Renata. **Comida como narrativa da memória social**. Sociedade e Cultura, Goiânia, v. 11, n. 1, p. 13-21, 2008

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CANDAU, Joel. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2014

CARNEIRO, Henrique S. **Comida e sociedade: significados sociais na história da alimentação. História: questões e debates**, Curitiba, n. 42, p.71-80, 2005.

DA MATTA, R. **O que faz do Brasil, Brasil**? Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

LÉVI-STRAUSS, C. **O cru e o cozido**. São Paulo. Cosac Naify, 2004. (Mitológicas, 1)

MEIHY, José Carlos Sebe B.; Ribeiro, Suzana L. Salgado. **Guia prático de história oral: para empresas, universidades, comunidades, famílias**. São Paulo: Contexto, 2011.

MONTANARI, Massimo. **Comida como Cultura**. São Paulo: Senac São Paulo, 2008.

MINTZ, Sidney W. Comida e Antropologia: uma breve revisão. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paiulo, v. 16, n. 47, p. 31-41, 2001.

PUCCI, Adriano Silva. **O Estatuto da Fronteira Brasil-Uruguai**. Brasília: FUNAG, 2010.

RIBEIRO, Leila Beatriz ; DODEBEI, Vera ; ORRICO, E. G. D. . Memórias afetivas: como lembrar e representar a informação. In: XVI ENANCIB 2015, 2015, João Pessoa. **XVI ENANCIB 2015**: informação, memória e patrimônio, do documento às redes. João Pessoa: Edtora da UFPB, 2015. v. 1. p. 1-19.

TEMPASS, Mártin César. A amarga história do doce açúcar. In: "**Quanto mais doce, melhor": um estudo antropológico das práticas alimentares da doce sociedade Mbyá-Guarani**. 2010. 395f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

THOMSON, Alistair. **Recompondo a memória: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias**. Projeto História. São Paulo, 15, 1995.

WEBER, Regina. Estudos sobre imigrantes e fontes orais: identidade e diversidade. **História Oral**, v. 16, n. 1 (2013).

Fontes

BOTTI, Vicente. Depoimento [Dez. 2015]. Entrevistadora: Mariana de Araujo Isquierdo. Pelotas, 2016.

BERMUDEZ, Nilo Joaquim Lessa. Depoimento [Jul. 2016]. Entrevistadora: Mariana de Araujo Isquierdo. Pelotas, 2016.

PEREIRA, Eduardo. Depoimento [Ago. 2016]. Entrevistadora: Mariana de Araujo Isquierdo. Pelotas, 2016.

PEREIRA, Letícia. Depoimento [Set. 2016]. Entrevistadora: Mariana de Araujo Isquierdo. Pelotas, 2016

AS NARRATIVAS DOS CRIMES SEXUAIS DE PORTO ALEGRE (1945-1964)

Marluce Dias Fagundes*

A proposta deste ensaio é apresentar uma breve revisão da literatura jurídica, discutida no período de construção e promulgação do Código Penal de 1940. Além da bibliografia produzida por juristas e médicos, detenho ao uso de fontes como os processos crimes e inquéritos policiais, da Comarca de Porto Alegre – 2ª Vara Criminal[37], entre os anos de 1945 e 1964. Ao longo do texto, exponho em linhas gerais a compreensão historiográfica de uma época conhecida por "aos dourados" (1945-1964). E no segundo momento, a problemática se detém as discussões feitas na literatura jurídica, sendo o foco o crime de sedução (artigo 217).

Os "anos dourados" possuem um significado importante para a história do Brasil em geral, como também para a das relações de gênero em especial. O período marcado pelo pós-guerra, por esperanças de um futuro que muito breve o país obteria por fim a modernidade[38].

A historiadora Carla Pinsky analisa com propriedade o período compreendido neste trabalho, em sua obra sob o título "As mulheres dos anos dourados" (2014)[39]. Pinsky analisa revistas femininas do período compreendido entre 1945-1964, onde define a partir de aspectos econômicos, culturais, políticos, religiosos e outros, o que foi os anos dourados. Destaca ainda a respeito da moral sexual da época a qual se apresentava em duplicidade de sentido: exigia a pureza da mulher solteira do mesmo modo em que aceitava e impulsionava as experiências sexuais do homem com diferentes mulheres. Segundo Pinsky,

> Modificam-se regras e práticas sociais que vão do convívio nas ruas ao relacionamento familiar. Por outro lado, prevalecem aspectos tradicionais das relações de gênero, como as distinções de papéis com base no sexo, a valorização da castidade para a mulher e a moral sexual diferenciada para homens e mulheres. (PINSKY, 2014, p. 18).

Ao encontro da afirmação acima, o historiador Cláudio Pereira Elmir, salienta as características de uma "moça de família", uma das classificações que mulheres jovens recebiam no período em questão.

> (...) a preocupação demonstrada por jornalistas, políticos e mesmo juristas na conjuntura dos anos 50 e 60 com relação ao destino das moças passava necessariamente pelo resguardo

* Mestranda em História/UFRGS, bolsista CNPq. E-mail: malufagundes@gmail.com.

[37] Localizados no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul/APERS e no Arquivo Judiciário Centralizado/AJC.

[38] É importante destacar que os anos que vão de 1946 a 1964 costumam ser vistos como um período democrático, da história brasileira.

[39] A obra foi lançada pela primeira vez em 1996 – sob o título "Virando as páginas", fruto da dissertação de mestrado da autora.

> de sua pureza, através da manutenção da virgindade até o casamento, o que não acontecendo significaria possivelmente o ostracismo social e a perda da perspectiva de uma "vida normal" para a jovem. (ELMIR, 2003, p. 3).

Porto Alegre no período analisado carrega algumas semelhanças e algumas especifidades, em relação a outras capitais brasileiras. O historiador Charles Monteiro (2004) investiga a Porto Alegre da segunda metade do século XX, pois esta esteve marcada pela busca da modernidade nos hábitos e formas de consumo – com novos meios de transporte, automóvel e ônibus – e também por um crescimento acelerado resultado de uma crise de infraestrutura urbana. Como ressalta o autor:

> A visão idílica dos anos 1950 como "anos dourados", dos bailes da Reitoria, das lambretas da juventude transviada, do crescimento econômico e da estabilidade social, presente na leitura de alguns cronistas da cidade, não dá conta do aprofundamento das diferenças de fortuna entre as camadas sociais altas, médias e populares, bem como o processo de segregação social entre áreas ricas e pobres da cidade. (MONTEIRO, 2004, p. 61).

O que vem sendo encontrado na análise das fontes documentais vai ao encontro dessas diferenças não exaltadas por cronistas, em relação a Porto Alegre dos "anos dourados". As pessoas envolvidas em crimes sexuais, ou melhor, essas pessoas que buscavam a reparação de um mal roubado por via da Justiça, não estavam incluídas nessa visão "quase perfeita" de um período pós-guerra, vestido de esperanças excludentes.

Além do crime de sedução, a natureza dos crimes que vem sendo analisados nesta pesquisa em andamento, contemplam também os casos de estupro e rapto consensual. Todos estes crimes sexuais estavam previstos no Código Penal de 1940, no título "Dos crimes contra os costumes". Saliento que a terminologia "crimes sexuais" já está estabelecida na historiografia desde os anos 1980, quando os primeiros estudos com a temática foram realizados no Brasil. Destacando os trabalhos da antropóloga Mariza Corrêa, do historiador Bóris Fausto e das historiadoras Martha Esteves e Rachel Soihet.

Muitas são as narrativas encontradas entre as linhas de um processo criminal ou inquérito policial, em termos sucintos apresenta as pessoas que se envolviam em crimes sexuais. Esses sujeitos iam desde a ofendida com o seu representante, o agressor, as testemunhas de recato (aquelas que compartilhavam histórias pregressas da ofendida, diziam se a mesma era uma "moça de família" – isso incluía se a mesma frequentava lugares públicos desacompanhada, saia a noite, andava em automóveis acompanhada de algum desconhecido, se a mesma tinha tido outros namoros, ou alguma amizade com uma "mulher da vida") e testemunhas de defesa.

Por outro lado, os sujeitos representantes do Estado compreendiam: o delegado de polícia, escrivão/ã na abertura do inquérito policial na própria delegacia. Os médicos legistas, que na maior parte dos casos eram dois (sempre homens) que realizavam o exame de corpo de delito – conjunção carnal (existia um roteiro com perguntas tais como: se a paciente era virgem, se existia a existência de desvirginamento recente, se existia a existência de violência, se a vítima é alienada ou débil mental). Além dos membros do Poder Judiciário como: promotores, advogados e do Juiz.

Em 1939, sob a direção do ministro da Justiça Francisco Campos, Nelson Hungria e os desembargadores como Vieira Braga e Narcélio de Queiroz, juntamente com o procurador público Roberto Lira, formou-se a comissão responsável pela produção do código penal de 1940[40]. O Código Penal Brasileiro de 1940 evidenciou particular precaução à moralidade sexual, sobretudo em relação às mulheres. A maior parte da legislação encontrava-se voltada para os procedimentos políticos que tentavam regrar as condutas sexuais.

A sociedade do período de promulgação do Código Penal de 1940 estava induzida nas transformações do projeto de modernização conservadora de Vargas (industrialização, urbanização, difusão de novos meios de comunicação, cultura de consumo e de lazer, etc.). E nesse turbilhão de mudanças, houve mudanças comportamentais entre homens e mulheres, porém o foco esteve centrado na exagerada liberdade da "mulher moderna", a mesma ressaltada por Viveiros de Castro e Nelson Hungria, como uma das consequências ruins da modernidade. Como observa Diva do Couto Muniz:

> Observa-se nessa construção, que as mulheres, modernas ou não, embora constituídas a partir de experiências múltiplas, diversas e variáveis, eram vistas pelo pensamento jurídico da época sob uma perspectiva essencialista, universal e fixa, contida na representação unificada de "mulher". (MUNIZ, 2005, p. 3).

Muniz destaca também a solução por via de uma "interpretação criativa" do direito com intuito de barrar a "crise moral" da sociedade, para assim preservar os costumes condicionando "as perigosas mulheres modernas" à esfera doméstica[41]. A intenção era produzir e/ou sustentar

---

[40] No ano de 1938, foi apresentado ao então Ministro da Justiça Francisco Campos o "Projeto do código Criminal Brasileiro", pelo Professor da Faculdade de Direito de São Paulo Alcântara Machado. Após o recebimento da versão completa do projeto, Campos convocou uma comissão revisora para dar prosseguimento aos trabalhos, o que não agradou o proponente Alcântara Machado. Contudo, o processo de elaboração desse código, a partir de 1937 com o golpe do Estado Novo, sob o comando de Getúlio foi marcado por um processo conturbado, cheio de conflitos e concessões políticas (apesar do Congresso fechado). Sendo sancionado em 7 de dezembro de 1940 e entrando em vigor em 1° de janeiro de 1942. Ver: MORAES, Mariana Silveira. "Vida e morte de um projeto bandeirante: Alcântara Machado e o Código Penal de 1940". Revista do CAAP - 1º Semestre – 2009.

[41] Neste artigo, esfera doméstica está entendida a partir do debate levantado por Susan Okin em relação à dicotomia público/privado. Sendo as esferas públicas genereficadas, pois foram construídas sob a afirmação da superioridade e da dominação masculina, e de que elas pressupõem a responsabilidade feminina pela esfera doméstica. Ver:

mulheres subordinadas aos papéis tradicionalmente a elas conferidos, ou seja, de reprodução da espécie e de trabalho doméstico, sem que fossem, contudo reconhecidas socialmente como trabalhadoras - ativas na esfera pública.

Em relação ao crime de sedução, o qual previa o seguinte: "seduzir mulher virgem, menor de dezoito anos e maior de quatorze, e ter com ela conjunção carnal, aproveitando-se de sua inexperiência ou justificável confiança".

Desde o termo de representação/queixa feito no inquérito policial - ainda na delegacia, em todos os casos os representantes das ofendidas utilizam-se de afirmações tais como: "com promessas de casamento, o agressor seduziu a ofendida". Já, na maior parte dos casos até agora vistos, muitos agressores não negam a autoria do delito e usam afirmações como "não foram o autor do defloramento", "que a ofendida andou em companhia de outros rapazes", "que a ofendida não manteve resistência durante a conjunção carnal, sendo isso uma prova de que a mesma não era inexperiente". O fim na sedução é o desvirginamento.

Dentro da literatura jurídica sobre o crime de sedução, principalmente os debates que surgiram na elaboração desse código penal em meados da década de 1930, tantos juristas como médicos destacam alguns aspectos sobre o tema. Dentre esses aspectos eles salientavam a existência de requisitos de ordem objetiva ou aspectos materiais do crime que são: a virgindade da mulher, a idade entre 14 e 18 anos e a realização da conjunção carnal. E também os requisitos de ordem subjetiva os quais são a inexperiência e a justificável confiança da menor em seu sedutor.

Uma mudança importante nos debates, desse Código (se comparado com o anterior de 1890) e no conceito dos escritores da medicina judiciária é sobre desvirginamento, é o fato de não se indagarem mais sobre a ruptura do hímen bastando, para configurar-se o crime, a conjunção carnal ilícita. O que passou a importar nos Crimes de sedução a partir de 1940 foi a "virgindade moral", a configuração de uma "honra sexual". Lembrando que no Código anterior o crime de sedução, chamava-se defloramento e estava presente no título "Dos crimes contra a segurança da honra e honestidade das famílias e do ultraje publico ao pudor".

Portanto, resumidamente esses profissionais afirmavam que a criminalização da sedução teria ido ao encontro da moral e da tradição do povo e em defesa da família, em última instância. A mulher, não se devia facilitar a vivência sexual antes do casamento, pois isto a

OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 2008, vol.16 (2), pp.305-332.

levaria ao conhecimento dos prazeres da carne, da anticoncepção e das práticas abortivas, comprometendo a constituição da família desde o nascedouro.

Para ser digna da proteção da lei a moça deveria ter hábitos e costumes sóbrios e honestos; ser virgem não apenas anatomicamente, mas moralmente, porque assim o exigia a sociedade. E a importância dada à virgindade moral, deve-se ao fato da identificação de uma "crise" na sociedade iniciada ainda na primeira metade do século XX. As novas práticas da população não estavam sendo vistas com bons olhos das autoridades, sobretudo as ações imbricadas pelas relações de gênero. Desde o início do século XX juristas exigiam uma mudança de caráter ideológico do Código Penal, que ainda seguia os moldes do direito clássico. O que veio ocorrer somente em 1940, quando o novo código adotou o modelo positivista da época inspirado principalmente pela criminologia italiana.

Referências Bibliográficas

ELMIR, Cláudio Pereira. A transgressão do limite: sedução, adultério, prostituição e estupro no Rio Grande do Sul de meados do século XX**. Justiça & História**, Porto Alegre, v. 3, n. 6, 2003. p. 199-240.

MONTEIRO, Charles. "Porto Alegre no século XX: crescimento urbano e mudanças sociais". In: DORNELLES, Beatriz (org.). **Porto Alegre em destaque: História e Cultura**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

MORAES, Mariana Silveira. "Vida e morte de um projeto bandeirante: Alcântara Machado e o Código Penal de 1940". **Revista do CAAP** - 1º Semestre – 2009.

MUNIZ, Diva do Couto. *Proteção para quem? O código penal de 1940 e a produção da "virgindade moral"*. Disponível em: **labrys UNB**, estudos feministas / janeiro - julho 2005.

OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 2008, vol.16 (2), pp.305-332.

PINSKY, Carla Bassanezi. **Mulheres dos anos dourados**. São Paulo: Contexto, 2014.

MARY CASSATT E CAMILLE CLAUDEL: QUESTÕES DE GÊNERO NA SOCIEDADE FRANCESA NO FINAL DO SÉCULO XIX.

Taslins Ferreira Herbstrith

Introdução

Pode se dizer que o fato do homem branco ser tomado como "medida da humanidade" ou parâmetro na História Geral está caindo lentamente, devido a atenção dada as minorias como fonte histórica. Este processo esta em crescente ascensão no campo historiográfico e a atenção às mulheres do passado começa a ganhar espaço em virtude do reconhecimento que a condição feminina é, e foi, construída histórica e socialmente. O interesse pela história das mulheres aumentou consideravelmente desde os anos 90 final do século XX em todas as partes do mundo, contudo nos Estados Unidos é predominante. Autoras feministas estadunidenses nos contemplam e privilegiam com teorias atuais e importantes sobre questões de gênero, como a historiadora Joan Scott (1995) explica

> O interesse pelas categorias de classe, de raça e de gênero assinalava, em primeiro lugar, o envolvimento do/a pesquisador/a com uma história que incluía as narrativas dos/as oprimidos/as e uma análise do sentido e da natureza de sua opressão [...] (p.73).

Na escrita contínua da história o reconhecimento da participação feminina nos acontecimentos históricos e vida pública pelas evidências começam a ganhar espaço. Cabe explicar que esta pesquisa não encontra direção na história das mulheres mais que na dos homens, tendo gênero como conceito, é entendido que o estudo da mulher implica no estudo sobre o homem. Segundo Joan Scott (1995) não se pode compreender qualquer um dos sexos por meio de um estudo inteiramente separado. Desta forma, busca-se apenas um reconhecimento da participação feminina na Arte tão importante quanto as dos homens e, de certa forma, as histórias femininas e masculinas se entrecruzam em alguns pontos.

Então não basta apenas acrescentar as mulheres nos livros de história, é necessário circunscrevê-las em processos, transformações, protagonismos nos acontecimentos históricos, não deve ser um enfoque exclusivo sobre elas e sim um estudo que abrange ambos os sexos

> O feminino foi visto como reportado necessariamente ao masculino nas práticas concretas e simbólicas, em relações de poder, conflito ou complementaridade, dentro de contextos históricos específicos. As relações sociais de sexo adquiriram o mesmo *status* de categorias como classe e raça e passaram a ser consideradas imprescindíveis em teorias que se propõem a explicar as mudanças sociais. (PINSKY, 2009, p.162)

Este trabalho pretende estudar as relações de gênero, história e sociedade, a partir das trajetórias[42] de duas das mulheres artistas, ativamente inseridas no campo da Arte na França no final do século XIX: Mary Cassatt e Camille Claudel.

Como pesquisadora faz-se necessário ressaltar que o primeiro contato com as artistas mulheres vem do grupo de pesquisa no qual estive inserida na graduação, intitulado "Gênero e Arte: atuação de mulheres artistas em Pelotas desde a década de 1950", ligado aos cursos de Artes Visuais do Centro de Artes da Universidade Federal de Pelotas. Nele, foi despertado o interesse pela artista estadunidense Mary Cassatt. Instigou a questão de ela ser uma artista mulher que pertenceu ao grupo dos impressionistas na França do final do século XIX, especialmente pela temática utilizada por ela com relação à representação do feminino. Procurou-se literatura referencial sobre a artista e teve início a investigação.

Como artistas mulheres conseguiriam se inserir em um mercado? Ou melhor, como participaram de um sistema em ascensão? Mary Cassatt protagonizou o espetáculo da modernidade e desta é cabível colocar que teve a sensação de viver em dois mundos, pois pertenceu a uma sociedade em constante mudança/movimento. Sandra Pesavento (1997) define modernidade dizendo se tratar de uma experiência vital e globalizante da mesma forma que é individual e social. Considera uma experiência que se caracteriza pela postura dialética de celebração, ao mesmo tempo em que de combate diante das transformações materiais e mentais de um mundo que se converte rapidamente à imagem e semelhança da burguesia, fomentando uma crescente predominação da razão sobre a natureza.

No final do século XIX, a forma como se pensava, os hábitos sociais, culturais e domésticos que se perpetuavam há muitos séculos sofrem uma forte transformação. São os novos tempos, onde

> O século XIX foi, por excelência, um momento de transformação em múltipla escala. A população aumentara, as cidades cresceram e colocaram aos governantes toda e uma série de exigências, desde a reordenação espacial, redesenhando as ambiências, até o cumprimento de novos serviços públicos demandados pelo "viver em cidades". Produtos novos e máquinas desconhecidas atestavam que a ciência aplicada à tecnologia era capaz de tudo ou, pelo menos, quase tudo. O valor dominante era o progresso, caro às elites que dele faziam o esteio de uma visão de mundo triunfante e otimista. (PESAVENTO, 1997, p.29)

[42] Trajetória não é referida nessa pesquisa como conceito principal, contudo cabe explicar que por meio de trajetórias individuais, supondo Benito Schmidt (1997), é possível compreender as estruturas sociais, culturais e religiosas de determinado período.

Esta era a realidade de alguns países da Europa, por exemplo, a Alemanha e a Inglaterra, assim como também do continente americano, como especificamente, os Estados Unidos. Mas o que irá influenciar e servir de modelo para as sociedades mundiais é a modernização da sociedade francesa no período

O intuito deste trabalho é contribuir com estudos que abordem a História e gênero a partir do contexto das produções artísticas e experiências cotidianas das artistas Mary Cassatt e Camille Claudel, em construção em face a historiografia sobre o tema.

Este trabalho se justifica por poder contribuir com a investigação sobre gênero como construção histórica, a partir do alargamento das fronteiras disciplinares e do dialogo com a diversidade das fontes de pesquisa, relacionando diferentes áreas de conhecimento.

Desse modo, esta pesquisa, ligada ao Mestrado em História, PPGH/ UFPEL apresenta como objetivo geral: Estudar as questões de gênero nos contextos de produção, recepção e projeção da artista Mary Cassatt no que se refere a relação entre Arte, História e pensamento na França no final do século XIX. E como específicos : Discutir gênero e protagonismo feminino no contexto, entre os anos de 1860 a 1900;
Analisar a sociedade francesa, seu contexto social em face a Europa e o processo de modernização; Analisar as obras pictóricas, manuscritos (cartas) da artista no período da pesquisa, assim como biografias, com intuito de estabelecer as relações entre imagem e texto no que refere à construção dessas produções; Contribuir com estudos sobre gênero como construção histórica.

A partir da discussão colocada, cuja ênfase recai sobre a história da artista, em um período caracterizado pela *Belle Époque* francesa, a questão da pesquisa assim se configura: De que forma o protagonismo artístico se deu na trajetória da artista e qual a sua relação com o papel social a partir das relações de gênero e comportamento na França no final do século XIX? Este pesquisa contempla o estudo de gênero como categoria histórica. Desta forma, Joan Scott (1995) é referencial para entender o papel social da artista por meio do conceito de gênero que nos diz que as identidades são construídas socialmente, a partir das relações entre mulheres e homens e das relações com a cultura e seus componentes._Para SCOTT (1995) gênero é um campo pelo qual o poder é articulado. Desta forma no momento em que é utilizado como categoria de análise é necessário perceber e entender sistemas de significados e processos de significações.

Será estudado o conceito de representação no que se refere à Arte e seus sentidos.

Para Frank Ankersmit (2012) deve-se deixar de lado o que diz respeito à verdade sempre que se estiver lidando com a linguagem representacional. O historiador e também filósofo discute acerca da verdade e falsidade na representação. Se utilizando do exemplo da pintura, mais precisamente o retrato, ele vai dizer que o resultado de uma representação pode vir a ser uma "maravilha", o que provavelmente vai diferir e muito da descrição. Defende que o representado seja ele objeto ou sujeito é a referência e a representação seria a atribuição a referência. Entende-se que a identidade do representado não deve ser levada em conta, pois pode haver várias representações de um mesmo objeto ou sujeito com percepções diferente de quem os representam. Logo as representações podem ser inúmeras, embora objeto ou o sujeito permaneçam os mesmos. Seriam os aspectos de algo ou alguém dependendo da perspectiva em que é observada. O autor define como aspectos do real, pois somente podem representar certas características e nunca o objeto ou sujeito em si. Ele é único e não se pode apreendê-lo.

Esta pesquisa apresenta-se como um estudo de caso por meio da análise das trajetórias de duas das artistas mulheres que atuaram na França no final do século XIX, pelo enfoque do protagonismo artístico e sua relação com o papel social naquele contexto. Para tanto, busca analisar duas fontes principais, imagem e texto, compreendendo que o estudo das produções das artistas podem se referir a seu papel social e sobre questões de gênero como construção histórica.

Pretende-se trabalhar com a análise de conteúdo, pensada por Laurence Bardin (2006) no que diz respeito à análise dos dados, levando em consideração significados atribuído pelo sujeito que pesquisa. Os conteúdos serão interpretados dando importância ao contexto social e histórico no qual foram produzidos, para isto foca-se na artista no entre 1860 e 1900, auge de sua carreira na França.

Este trabalho que ainda encontra-se em andamento propõe como pesquisa as fontes advindas de dois suportes centrais:

1) Fontes documentais: cartas das artistas e biografias ficcionais;

- Sobre a artista Mary Cassatt: Dois títulos de Nancy Mowll Mathews: *"Cassatt and her circle: Selected letters",* (1984)*;* "*Cassatt: a life"*, (1994);

Estas obras foram selecionadas como fontes documentais por estarem contidos trechos de cartas e outros documentos importantes para a pesquisa.

2) Fontes documentais: Obras de arte da artista, produzidas no período.

Serão analisadas algumas imagens produzidas pelas artistas em um segundo momento. Sobre a temática feminina de Mary Cassatt estudaremos : "*A woman and a girl driving*, 1881" (figura 1); *" Breakfast in Bed*, 1897" (figura 2) e *"In the Loge,* 1878" (figura 3):

Sobre a artista Camille Claudel: a obra de Anne Delbée que apresenta *"Camille Claudel, uma mulher"*, (1988). Dentre as representações de Camille Claudel será estudada nesta pesquisa a partir da obra : "*L' Âge mûr*, 1894-1900" .

Mary Cassatt e o feminino

Na França no final do século XIX movimentos independentes aconteciam paralelamente à arte aceitável da época. Talvez o mais conhecido seja o impressionismo que se formou em Paris entre 1860 e 1870, teve a sua primeira exposição em 1874 no atelier do fotógrafo Nadar. Seguiram-se as de 1877, 1878, 1880, 1881, 1882 e 1886. Argan (1992) descreve bem a repercussão destas exposições

> [...] sempre provocando reações escandalizadas na crítica oficial e no público bem pensante. Os únicos críticos que compreenderam a importância do movimento foram Duret e Duranty, e ainda, com algumas reservas, o escritor Émile Zola, amigo de Cézzane (p. 76).

Os principais integrantes do grupo eram Claude Monet, Camille Pissaro, Alfred Sisley, Auguste Renoir, Berthe Morisot, Marie Bracquemond e Edgar Degas. Paul Cezzane e Paul Gauguin participam de algumas exposições e por último junta-se ao grupo Mary Cassatt.

Até então possivelmente em nenhum outro movimento era permitido às mulheres freqüentarem os ateliers. Neste grupo pode-se observar que havia integrantes femininas e uma delas é objeto de estudo nesta pesquisa: a artista estadunidense Mary Cassatt. Apresentada ao grupo pelo francês Edgar Degas (1834-1917). Ela pertencia a uma família da alta aristocracia estadunidense o que lhe facilitou e muito a sua peregrinação desde cedo pelo aprendizado no que diz respeito à Arte.

Depois de Mary Cassatt juntar-se aos impressionistas não para de estudar pelo contrário, adentra ainda mais no campo das Artes, cabe explicar que tudo acontece moderadamente visto que era uma mulher, porém a sua condição financeira proporcionava um avanço maior para ela do que para outras artistas.

Mary Cassatt deixou um acervo amplo de obras na qual representou o feminino. Ela estava inserida em uma sociedade moderna onde tudo girava em torno do consumo, espetáculo e dinheiro. Pertencia a uma posição social privilegiada e possuía diferentes experiências da de seus colegas os que eram homens. Estes geralmente usavam como temática o nu feminino, o

bordel e o bar. No que difere da artista mulher que se apropriava de um contexto bem mais reservado como temática. Havia uma estruturação social na França do século XIX, uma dessemelhança entre os sexos que predominava e pode-se observar o espelhamento dessa sociedade nas obras da artista.

Griselda Pollock (2005) diferencia as representações das artistas mulheres da de seus colegas homens se utilizando do espaço como referência

> They do not represent the territory which their colleagues who were men so freely occupied and made use of in their works, for instance bars, cafés, backstage […] A range of places and subjects was closed to them while open to their male colleagues who could move freely with men and women in the socially fluid public world of the streets, popular entertainment and commercial of casual sexual exchange […].[43]

A vida social interna representada na pintura de Mary Cassatt será analisada, mais especificamente o espaço doméstico no que se refere à área privada onde a mulher burguesa poderia circular. Espaços como a sala de jantar, a sala de visita, quartos, a varanda e o jardim privado. Não haverá nas obras de Cassatt a representação do território masculino que seus colegas homens habitavam. Com exceção do teatro.

A artista tem entre os seus trabalhos mais admirados as obras em que retratou mães e filhos. Porém vale ressaltar o fato de Mary Cassatt nunca ter sido mãe. Então como podemos explicar a identificação da artista com esses modelos? De que forma ela conseguiu captar o entrelaçamento de olhares entre mães e filhos e a imagem de íntimo envolvimento entre eles?

Tanto Griselda Pollock (1998) como Tamar Garb (1998) vão dizer que a maternidade é associada à mulher, principalmente no período moderno onde segundo as autoras o poder feminino esta situado no coração da família. E a maternidade é considerada a única forma de legitimação feminina.

Talvez este seja um dos motivos que levaram Tamar Garb (1998) ressalta a presença barulhenta na mulher na sociedade francesa do século XIX.

Pode-se observar em "*Breakfast in Bed",* 1897, onde apenas o verde usado para construir a cabeceira do leito o qual a mãe esta com seu filho diferem dos tons de marfim que sobressaem na pintura.

---

[43] Elas não representam o território que estavam tão livremente ocupados por seus colegas homens e utilizaram em suas obras, por exemplo, bares, cafés, bastidores [...] A variedade de lugares e temas foi fechado para elas, enquanto aberta a seus colegas do sexo masculino que podiam se mover livremente com homens e mulheres no mundo público socialmente fluido das ruas, popular de entretenimento e troca sexual comercial ou casual [...] (p. 80, tradução nossa).

Figura 2.Mary Cassatt. ***Breakfast in Bed***. Óleo sobre tela. 65 x 73 cm. 1897.
Huntington Library and Art Gallery.
Disponível em: <http://www.wikiart.org/en/mary-cassatt/breakfast-in-bed-1897>.
Acesso em: 15 jul. 2016

Nesta pintura tanto a mãe quanto a criança estão em evidência, um tanto diferente ao restante das obras da artista. Talvez se tenha a impressão de que a mãe olha a criança não com carinho, mas com olhar de quem esta esperando para que a criança faça algo de errado. Pode ser que Cassatt convide o espectador a questionar o sentido bom ou mal da maternidade. E a condição da mulher de uma suposta subalternidade, pré-destinação, ou legitimação feminina. A grande questão é a relação da mãe a espera de um passo errado do filho para repreendê-lo e desta forma "educá-lo".

Talvez o que a artista pretendia era mostrar a construção da identidade das crianças e como o ser humano se comportava desde a infância. Suas obras trazem consigo uma carga psicológica cabendo uma análise também multidisciplinar. Existe a possibilidade de ela ter usado uma estratégia, fez com que a sua temática se transformasse em uma interpretação pessoal da artista e conseguiu fazer algo que ainda não se vê em obras de outros artistas: se interessou pela infância, pelo comportamento feminino em sua essência de vida. É nítida a percepção de que estas mulheres nem sempre estavam contentes nos seus papéis sociais.

Os descaminhos de Claudel

Camille Claudel nasce em 8 de dezembro de 1864 na França, desde a infância já esculpia, apoiada pelo pai e rejeitada pela mãe consegue seguir na profissão de artista e escultora em uma época em que ambas escolhas gerariam um caminho bastante difícil. Aos treze anos Camille muda-se para Paris com sua família e através das relações sociais do pai

começa seus estudos, no início em um atelier freqüentado somente por mulheres. Depois é apresentada a um escultor em ascensão Auguste Rodin (1840-1917). Ele a convida para ser sua aluna e Camille começa a freqüentar seu atelier. Ela era sua aprendiz, modelo e mantiveram também um relacionamento amoroso, o qual acaba por trazer conseqüências complicadas a vida de Claudel. Quando há o rompimento entre eles, Camille é diagnosticada com alguma patologia psiquiátrica, o irmão e a mãe a internam em um asilo e a deixam lá até seu falecimento, trinta anos depois. Contudo a obra de Claudel permaneceu, ainda que existam alguns problemas de atribuição devido a semelhança de sua técnica a de Rodin e pelo fato de trabalharem juntos. Dentre elas *"L' Age mûr"*1894-1900 ou a " A Idade Madura" onde uma mulher suplicante esta ajoelhada, nua, mas não uma nudez erótica. Ela clama por uma figura masculina que com a cabeça inclinada para a esquerda em um gesto de negação ao pedido daquela mulher, no entanto seu torso esta levemente torcido, parecendo que ele quer aceitar, mas não deve. Ele esta envolto por uma figura que segundo biografias da artista deve ser entendido como o destino. Esta obra é considerada a mais autobiográfica da artista, levando em consideração a sua trajetória.

Camille Claudel**. *L' Âge mûr,*** 1894-1900.
Disponível em: http://www.camille-claudel.org/pageweb/agemur.html .
Acesso em 27 set 2016

Considerações Finais

É possível que haja uma relação entre as produções e vivências da artista, sejam elas familiares ou matrimoniais até mesmo sociais influenciaram na carreira da artista.

Cassatt protagonizarou uma efervescente mudança mundial: a modernidade. Esse fato tem ligação com a vida e o papel social exercido por ela. Ainda que a escrita contínua da história

esteja privilegiando certos grupos antes deixados a margem, como as mulheres, pode se dizer que se tem um longo caminho a percorrer para contemplar tantas e tantas outras que em seu tempo, seja ele em séculos passados ou na contemporaneidade tiveram participações em processos e transformações históricas

Referências Bibliográficas

ANKERSMIT, Franklin Rudolf. **A escrita da história:** a natureza da representação histórica. Londrina: Eduel, 2012.

ARGAN, Giulio Carlo. **Arte Moderna:** do iluminismo aos movimentos contemporâneos. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado:** o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BARDIN, L. (2006). **Análise de conteúdo** (L. de A. Rego & A. Pinheiro, Trads.). Lisboa: Edições 70. (Obra original publicada em 1977)

BERMANN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986

GARB, Tamar. Gênero e representação. In: FER, Briony *et al.* **Modernidade e modernismo**: a pintura francesa no século XIX. São Paulo: Cosac & Naify, 1998. p. 219-289.

HAUSER, Arnold. **História social da arte e da literatura**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MATHEWS, Nancy Mowll. **Cassatt and her circle:** Selected Letters. New York:Abbeville Press, 1984.

_____. **Mary Cassatt:** a Life. New York: Villard Books, 1994.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Exposições Universais**: Espetáculos da Modernidade do Século XIX. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

PINSKY, Carla Bassanezi. **Estudos de Gênero e História Social**. Revista Estudos Feministas, Vol. 17, n. 1/2009. Pg. 159-189.

POLLOCK, Griselda. **Vision and Difference:** Femininity, Feminism, and Histories of Art. London; New York: Routledge, 1988.

_____. **Mary Cassatt:** Painter of Modern Women. London: Thames & Hudson, 1998.

SANTOS, Dominique Vieira dos. **Acerca do conceito de Representação**. Revista de Teoria da História. Ano 3, n 6, Goiânia, dez . 2011, p. 27-53.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade.** Porto Alegre, v. 20, n. 2, p.71-99, jul./dez.1995.

A REPRESENTATIVIDADE DE PADRE REINALDO WIEST NAS CIDADES DE PELOTAS E PIRATINI – RS.

Ticiane Pinto Garcia Barbosa[44]

Introdução:

Entre os anos de 1970 e 1980 o ofício do historiador passou por diversas mudanças, como o apreço a história qualitativa, ao estudo da língua, incluindo também o estudo das trajetórias individuais, possibilitando a reinvenção da história política impulsionando a história cultural.

Neste contexto, a história oral passa a ser valorizada diante da relativização de seus defeitos. As biografias de pessoas "comuns" ressurgem no sentido de que o "relato pessoal pode assegurar a transmissão de uma experiência coletiva e constituir-se numa representação que espelha uma visão de mundo" (FERREIRA, AMADO,2006).

Diante da concepção formulada por Pierre Bourdieu, no texto *A ilusão biográfica* e também dessas reformulações no ofício de historiador, as trajetórias históricas tratam de uma série de posições que um indivíduo pode ocupar, sendo ele passivo de transformações constantes.

Segundo Heinz (2006), há a possibilidade de problematizar a vida dos indivíduos, vislumbrando seu papel diante de toda uma sociedade, além de vislumbrar aspectos mais gerais da mesma.

Dentro desta conjuntura, a micro história surge como um novo método baseado na redução de escala de análise. Método que visa uma leitura a partir de indivíduos ou pequenas cidades ou povoados como ponto de partida para uma tentativa de reconstrução de cotidianos complexos.

Debaixo destas transformações no ofício, buscamos a partir de Padre Reinaldo Wiest e da mescla metodológica possível para estudar a figura, visamos ilustrar a devoção a este Padre nas cidades de Piratini e na zona rural de Pelotas no sul do Estado do Rio Grande do Sul.

[44] Mestranda em História na Universidade Federal de Pelotas, agência financiadora Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES.
Bacharel e Licenciada em História pela mesma Universidade.

Mas quem foi Reinaldo Wiest?

Padre Reinaldo, nasceu no dia 15 de julho de 1907, em Dois Irmãos. Seus pais Felipe Wiest e Carolina Kieling Wiest, eram colonos e praticantes do catolicismo. Ele era o 11° de 15 filhos, dos quais três se consagraram ao serviço eclesiástico.

Em 1921, Reinaldo se matriculou no Seminário Menor de São Leopoldo, e no dia 3 de dezembro de 1933, Dom Joaquim F. de Mello lhe conferiu a Ordenação Sacerdotal na Matriz de São Miguel em Dois Irmãos.

No início do ano seguinte, foi nomeado coadjutor da Catedral de Pelotas, iniciando assim sua missão sacerdotal. Dedicava-se particularmente à catequese, à assistência aos doentes e às visitas as famílias da periferia da Paróquia.

Em maio de 1936, Dom Joaquim Ferreira de Mello lhe conferiu a Paróquia de Piratini, reconstruindo a Igreja Matriz incendiada e dedicou-se a assistência espiritual, moral e material dos paroquianos. Segundo relatos, viajava constantemente às escolas e famílias do interior do vasto município. Padre Reinaldo sempre demonstrava grande interesse pelas vocações sacerdotais, esmerava-se na formação de seminaristas oriundos da sua Paróquia. Vivendo na mais absoluta pobreza, repartia os poucos bens e recursos que possuía com a população mais humilde.

Em 1953, apesar dos protestos do povo de Piratini, Dom Antônio Zattera resolveu transferi-lo para a Paróquia de Sant'Ana da Colônia Maciel em Pelotas. Como em Piratini, na nova localidade percorria no lombo do cavalo todo o interior da paróquia visitando as comunidades, as escolas e as famílias.

Ao receber o aviso de que iria sair de Piratini, a comunidade revoltou-se. Sendo que o próprio Bispo de Pelotas Dom Antônio Zattera teve de ir buscá-lo. O carro que transportava o Bispo foi cercado, sendo necessárias várias horas para que fosse possível levá-lo.

Após a morte de Padre Reinaldo, as comunidades de Piratini e da Colônia Maciel em Pelotas, travaram uma rápida disputa pelo corpo do "filho" querido. Wiest pediu em vida para ser enterrado em Piratini, onde atuou por mais tempo e ajudou a reconstruir a igreja incendiada, mas a comunidade da Maciel reclamou seus restos mortais. Coube ao bispo auxiliar Dom Ângelo Mugnol decidir, depositando os restos mortais do vigário no cemitério da Paróquia de Sant'Ana na Colônia Maciel, em Pelotas, por ser um costume enterrar padres na última localidade onde atuou.

Seu túmulo hoje é o mais visitado no cemitério da localidade, principalmente aos domingos, após as celebrações das missas. Frequentemente recebe flores, velas e placas de

agradecimentos por graças alcançadas. O jazigo é ocupado também por outro padre que atuou na região, Jacob Lorenzet.

A partir das discussões levantadas perante a figura deste indivíduo, se busca não somente fazer um aparato sobre sua trajetória de vida, mas abordar o contexto social, as "teias de relações" dessas comunidades, os costumes e o cotidiano (CERTEAU, 1998) da cidade de Piratini e a região rural de Pelotas, em meados do século XX. Nesse sentido, esta pesquisa será construída a partir dos relatos orais e análise dos diferentes acervos referentes a figura, ressaltando as memórias dessas localidades. Esta pesquisa se propõe a contribuir para a historiografia desses indivíduos situados nas duas cidades, fazendo uso de suas memórias do mesmo modo que para a elevação da autoestima e as relações de pertencimento. Dialogando assim com a construção de suas identidades.

Padre Reinaldo, além de pároco, envolvido com a espiritualidade era um homem envolvido com o lado social, visando atender todo e qualquer anseio de seus paroquianos. Visa-se então, investigar as diversas faces deste indivíduo, nos diversos contextos em que atuou. No início de sua ordenação como coadjutor da Catedral São Francisco de Paula, Pelotas, auxiliando nas demandas das crianças e doentes. Em Piratini, além de atender a toda a extensão do município, foi idealizador da Associação de São Joaquim e Santa Ana, que tinha por objetivo auxiliar na alimentação e vestimentas dos pobres. Ele criou a Escola Agrícola Santo Isidoro, voltada à educação de crianças carentes.

De volta à Pelotas, atuando na Paróquia de Sant'Ana, na Colônia Maciel, criou a Sociedade Rural de Assistência Médica, com o intuito de facilitar o atendimento médico dos colonos. Afim de que estes não precisassem se deslocar para as cidades vizinhas. Servia ainda como uma espécie de juiz diante das contendas dos colonos.

Diante do carisma que o indivíduo transparece ao povo que o cercara é necessário tomar imenso cuidado para não apenas narrar estes acontecimentos. Assim se faz necessário o uso de referencial bibliográfico, para narrar o contexto histórico em que viremos a trabalhar.

O Santo pelos braços do povo

Muitas são as histórias e relatos de milagres e graças alcançadas atribuídas a este sujeito dentro dessas comunidades. Isso fez com que a Diocese de Pelotas iniciasse um movimento pró-beatificação deste indivíduo, surgido em meados dos anos de 1980, porém não passou da fase de recolhimento de documentos devido à falta de um colaborador com a causa no Vaticano.

Para as comunidades envolvidas com a memória de Pe. Reinaldo não há uma necessidade de formalizar uma santificação.

Segundo os depoimentos recolhidos para a confecção da pesquisa até o momento, e no levantamento das outras tipologias de fontes, podemos perceber que para as comunidades não é necessário que o processo siga em frente. Podemos sintetizar isso na frase de Padre Capone, atual pároco da Comunidade Sant`Ana, "não é necessário santificar, para nós ele já é um Santo[45]".

A indagação sobre o porquê é atribuída santidade a Padre Reinaldo é o questionamento principal desta pesquisa. Partindo do pressuposto de "excepcional-normal" de que Ginzburg e Poni relatam não haver sujeitos únicos, com características representativas inigualáveis. Vemos que Padre Reinaldo, mesmo sendo carismático, solidário é um padre comum. Comum, no sentido de que não difere nessas características de outros padres.

Pode-se supor que no momento de sua morte, em um momento de "crise" do social, as identidades que acionadas, necessitam de um aparato para permanecerem vivas diante da figura. Nessa circunstância há a união dos moradores das comunidades de Pelotas e Piratini para a formação do processo de recolhimento das provas dos milagres por ele concedidos.

De fato não seria suficiente essas características ou provas para elevá-lo a Santo junto ao Vaticano pelo longo processo com diversas fases. Colocações como servo de Deus, Beato entre outros estágios a serem percorridos.

Em reportagem ao Diário popular em 27 de janeiro de 2007[46], na figura do então Bispo Dom Jaime Chemello, Diocese de Pelotas declara que o processo não teria saído da fase de recolhimento de materiais devido à falta de um "advogado" da causa no Vaticano. O que nos faz pensar na possibilidade de a Diocese não querer pormenorizar a causa diante da população e a figura de Padre Reinaldo. Mas poderia ter desistido justamente por entender que o Vaticano não levaria adiante tal proposta por não preencher alguns requisitos.

Mas de fato as comunidades acabam por idealizar a figura, e isso é perceptível diante dos diversos já trabalhados, a trajetória conduzirá a uma série de condições em que o pároco viveu com esses indivíduos, atestando a sua identidade e personalidade, de acordo com Pierre Bourdieu (2006), em seu texto "A ilusão biográfica".

---

[45] O "homem bom" da campanha. In: Jornal *Diário Popular*, 31 de março de 2015, p.2-3. Disponível para consulta na hemeroteca do Instituto Histórico e Geográfico de Pelotas.

[46] 2 A busca por um santo.In: Jornal *Diário Popular*, 27 de janeiro de 2007, p.3. Disponível para consulta na Bibliotheca Pública Pelotense.

No levantamento dessas fontes foi possível já inferir a notoriedade da propriedade com que os moradores da localidade se posicionam quanto à santidade do referido Padre. Esses sentimentos geraram nos moradores além da religiosidade também noções de pertencimento a sua cultura, de sua localidade através do catolicismo.

Os sinais da representação e do poder simbólico diante da figura do Padre são muito perceptíveis dentro das comunidades a serem estudadas. Uma vez que nas casas da maioria das famílias existem quadros com a imagem do Padre, como forma de devoção. Além disso, foi distribuído, e são muito comuns entre a população os folhetos que contém a oração em favor da beatificação do Padre. Esta oração e pede a colaboração para que sejam enviadas a Diocese de Pelotas relatos das graças recebidas por intermédio do referido vigário.

> [...]as práticas que visam a fazer reconhecer uma identidade social, a exibir uma maneira própria de ser no mundo, a significar simbolicamente construída pelos diferentes grupos que compõem uma sociedade; em seguida as práticas que visam a fazer reconhecer uma identidade social a exibir uma maneira própria de ser no mundo, a significar simbolicamente um estatuto e uma posição; enfim, as formas institucionalizadas e objetivadas em virtude das quais "representantes" (instâncias coletivas ou indivíduos singulares) marcam de modo visível e perpétuo a existência do grupo, da comunidade ou da classe(CHARTIER, 1991, p.183).

A carência de pesquisas acadêmicas associadas à figura do pároco, leva ao esquecimento de tal historicidade que a figura carrega. A afirmação da identidade ocorre através de diferentes ações que estimulem a construção coletiva do conhecimento, o diálogo entre os agentes sociais e a participação efetiva da comunidade, sendo um instrumento para a afirmação da cidadania. Dando assim voz aos sujeitos, através das fontes.

> O poder simbólico como poder de constituir um dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão de mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica) (BOURDIEU, 2010, p.14).

A constituição de uma pesquisa acadêmica diante da figura visa a exaltação de uma historicidade local, a preservação dos relatos e da memória dos habitantes das localidades em que o padre atuou. Esse mecanismo tornar-se-á possível principalmente diante da promoção de entrevistas com os personagens desta trajetória, já que proporciona o exercício da memória local.

Perante as fontes impressas, jornalísticas, é necessário ainda pensar que as publicações podem também servem de incentivo a movimentação do processo.

É provável que no momento em que elas são feitas são encetados dentro das comunidades não só o desejo da canonização, mas sentimentos de memória, identidade e autoestima. Chartier desenvolve em seu artigo, textos, impressão e leituras, a ideia de que os impressos têm o poder de disseminar ideários, suscitam memórias. A ida do jornalista que produz o material para o periódico, que busca esse indivíduo que transmitirá seu testemunho para a publicação traz a sensação de importância, notoriedade.

> [...] fixam ou transmitem a fala, o que equivale a dizer que consolidam sociabilidades e determinam comportamentos, atravessam tanto a esfera pública quanto privada e dão origem à crença, à imaginação e a ação. Subvertem toda a cultura, chegando a um acordo com as formas tradicionais de comunicação e estabelecendo novas diferenciações (CHARTIER, 1992, p. 237).

Podemos inferir que através do mecanismo da apropriação, do reconhecimento do padre pela comunidade reforça tanto os sentimentos de identidade, ressaltando assim os saberes, fazeres, costumes regionais de uma determinada época.

Segundo Candau, as identidades surgem através das circunstâncias, onde emergem os sentimentos de pertencimento, de "visões de mundo" identitárias ou étnicas. (CANDAU,2011).

Este mecanismo, apresentado anteriormente para conclusão de curso, em 2014/2 "Possibilidades da Educação Patrimonial para o ensino de História: Relato de experiência no Museu Etnográfico da Colônia Maciel", onde na localidade os alunos das escolas da localidade entrevistaram seus familiares em busca de reconhecer suas raízes identitárias.

O envolvimento desses indivíduos influenciou em um novo olhar não somente das crianças e adolescentes que na época participaram da interferência, mas uma retomada de posse da História de suas famílias recontada no Museu Etnográfico da Colônia Maciel.

Portanto visamos a partir da utilização dos relatos orais como fonte principal para a pesquisa, o envolvimento do indivíduo na construção da escrita acadêmica sobre sua historicidade. Segundo Thonson, Frisch e Hamilton:

> [...]o relacionamento da história oral facilita a rememoração dinâmica e a interação de "historiadores" e "comunidade", de "discurso histórico" e "memória coletiva", que os historiadores orais podem desempenhar um papel ímpar, central nas questões atinentes a memória (THONSON, FRISCH e HAMITON, 2006, p.91).

Mas e o que Padre Reinaldo pensava sobre ser Santo?

A primeira vez que podemos constatar a inferência de nosso pesquisado nas páginas do Diário Popular se dá no dia 21 de setembro de 1977, em um conto publicado por Barbosa Lessa. O conto demonstra uma relação próxima entre o autor e o Padre, perceptível principalmente pela riqueza em detalhes com que se refere. O conto narra uma espécie de reunião informal entre diversos moradores da cidade de Piratini, para organizar uma petição ao Papa, para tornar Reinaldo santo. Mesmo que seja um texto em gênero literário, fictício, o autor demonstra certa proximidade para com o Padre, no trecho a seguir é possível fazer tal análise:

> [...]Padre Reinaldo, em vida, cometera tantas faltas! Em vez de enfeitar com rosas e volta a igreja, plantara couve para dar aos pobres. Fora avarento: tinha uma batina só, só, a ponto de, para secar ao sol, ter de ficar nu - pelado, sim senhor! - em plena sacristia. E certa feita em plena Quinta-feira Santa, varado de fome que ele andava, tinha cometido o sacrilégio de churrasquear quase inteira uma paleta, que, herege, um fazendeiro lhe alcançara. Fez-se silêncio profundo. A dúvida inicial se tornara um acachapamento. Até que o Osvaldo, realista, suspirou ponto final ao sonho: - Não vai dar, mesmo, pra gente fazer nada. Mas veio um vento calmo e, com o vento, uma voz doce sussurrou - todos ouviram: "Não se preocupem mais, meus filhos... Acho que desta vez Deus errou, pois não mereço: um dia desses me chamou para prosear e já disse que eu sou santo (DIÁRIO POPULAR,21/09/1977, p.12).

Diversos relatos confirmam que algumas dessas práticas acima citadas tenham sido praticadas por Padre Reinado. Pode-se supor também que houvesse algum tipo de diálogo entre Barbosa Lessa e o Padre sobre a possibilidade do pároco tornar-se um dia Santo e o mesmo proferir que este não seria seu desejo, ou não se reconhece-se como tal diante de suas obras e/ou feitos.

Em seu texto "A memória coletiva", Maurice Halbwachs comenta sobre homens que após sua morte tornaram-se santos perante as recordações conservadas mediante a fé dos que o rodearam. Se obtivessem o direito de retornara vida provavelmente não concordariam com o título recebido. Sendo válida a opinião do autor neste ponto:

Neste caso, é provável que muitos dos acontecimentos recolhidos, e que talvez não tivessem impressionado porque concentrava sua atenção na imagem interior de Deus, impressionaram aqueles que o rodeavam porque a atenção deles se fixava, sobretudo nele. (HALBWACHS,1968p.31)

Considerações Finais

O objetivo desta pesquisa é construir ao final da dissertação uma história pautada no método biográfico de escrita, enfatizando a trajetória eclesiástica a partir da ordenação em 1933 de Padre Reinaldo Wiest.

Deste modo, procuramos visualizar as relações deste Padre e as formas que ele utiliza para se legitimar enquanto pároco nas localidades em que atuou. Vislumbrando o modo como agia, falava e mantinha sua posição no social, como atingiu tal representatividade.

É preciso ter claro que, um dos principais desafios os quais recaem sobre os historiadores que propõe-se a analisar a trajetória de um indivíduo consiste na aptidão de articulação entre a história-narrativa e a história-problema. Bem como, esquivar-se do que Pierre Bourdieu (2006) denominou de "ilusão biográfica".

Porém acreditamos que a constituição de uma pesquisa acadêmica diante da figura visa a exaltação de uma historicidade local, a preservação dos relatos e da memória dos habitantes das localidades em que o padre atuou.

Esse mecanismo tornar-se-á possível principalmente diante da promoção de entrevistas com os personagens desta trajetória, já que proporciona o exercício da memória local.

Referencial Bibliográfico

AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos & abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

ANJOS, Marcos Hallal dos**. Estrangeiros e Modernização: a cidade de Pelotas no último quartel do Século XIX.** Pelotas: Ed. Universitária/ UFPel, 2000.

BARROS, José D'Assunção. **O campo da história**: especialidades e abordagens. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In.: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos & abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 183-191.

BOURDIEU, P. Sobre o poder simbólico. In: _____. **O poder simbólico**. – 14º Ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. pp.7-15.

BURKE, P. **Testemunha Ocular.** Bauru, São Paulo: EDUSC. 2004.

CANDAU, Joël. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.

CHARTIER, R.. **À Beira da Falésia**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

CHARTIER, In. Lynn Hunt, **A nova história cultural**. Textos, impressão, leitura,São Paulo, 1992. Pág 211.

ESPIG, Márcia Janete. O uso da fonte jornalística no trabalho historiográfico: o caso do Contestado. ***Estudos Ibero-Americanos***. *Porto Alegre: EDIPUCRS, v. 24, n. 2, 1998.*

GARCIA, Ticiane Pinto. Possibilidades da Educação Patrimonial para o ensino de História: Relato de experiência no Museu Etnográfico da Colônia Maciel. Pelotas: **Trabalho de conclusão do curso** em História pela UFPEL, 2014.

GINZBURG, C. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição. São Paulo: Companhia de Letras, 1987.

HALBWACHS, Maurice. **A memória Coletiva**. São Paulo: Centauro 2004.

HOBSBAWN, Eric**. A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1997.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

JOHANNES, Carlos. **O Vigário da Campanha**. Pelotas: Educat,1994.

KARSBURG, Alexandre.**O eremita das Américas** : a odisséia de um peregrino italiano no século XIX: Ed. da UFSM, 2013.

LEVI, Giovanni. **A Herança Imaterial:** a trajetória de um exorcista no Piemonte no século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento e silêncio. **Rev. Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos,** Rio de Janeiro, Vol. 5, n.10, 1992, pp.200-212.

RICOEUR, P**. A memória, a história e o esquecimento.** Campinas: UNICAMP, 2007.

SCHMIDT, Benito Bisso. Biografia e regimes de historicidade. **Métis: história & cultura**. – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, v.2, n. 3, pp. 57-72. jan./jun. de 2003A.

SCHMIDT, Benito Bisso. Entrevista com Sabina Loriga: a história biográfica. **Métis: história & cultura**. – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, v.2, n. 3, pp. 11-22, jan./jun. de 2003B.

STEPHANOU, Alexandre Ayub. ***Censura no Regime Militar e militarização das artes.*** *Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.*

SODRÉ, Nelson Werneck. ***História da imprensa no Brasil***. *Rio de Janeiro: Mauad, 1999.*

THOMSON, Alistair, FRISCH, Michael,Paula HAMILTON, Os debates sobre memória e história. In.: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos & abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p.65-91.

DITADURAS DE SEGURANÇA NACIONAL NO CONE SUL: HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E QUESTÕES POLÍTICAS – coordenado por PROF. DRA.CAROLINE BAUER (UFRGS)

Este simpósio temático reúne pesquisadoras e pesquisadores sobre as ditaduras de segurança nacional do Cone Sul das décadas de 1960 e 1980, criando um ambiente profícuo para debates e reflexões sobre os regimes autoritários em si, sobre os debates historiográficos suscitados pelo tema, e sobre as questões políticas que envolvem o legado dessas ditaduras no presente. São temáticas abordadas pelos investigadores: a questão das fontes e dos arquivos repressivos; a atualização da produção historiográfica sobre as Ditaduras de Segurança Nacional; a fundamentação repressiva (Doutrina de Segurança Nacional, Doutrina Francesa, contra insurgência, anticomunismo, etc.); a conexão repressiva (local-nacional, bilateral, Operação Condor, etc.); o debate teórico: História, passado recente, o papel da Testemunha e da Memória; efeitos traumáticos e os limites da representação do terror; debates pontuais: Direitos Humanos; leis de anistia; políticas de memória, de reparação e de Verdade e Justiça; análise das abordagens presentes no sistema escolar; a diversidade do olhar: cinematografia, literatura, psicologia, jornalismo, fotografia, etc. Uma perspectiva de conjunto sobre o Cone Sul, além de permitir preservar os traços singulares das experiências locais e nacionais, possibilita, também, perceber os elementos comuns, paralelos e, em diversos casos, conectados. O atual panorama político dos países do Cone Sul tem estimulado o debate sobre leis de anistia, acessibilidade dos arquivos repressivos, formação de comissões de verdade e política transicional, o papel das testemunhas, a herança das experiências traumáticas e formas de reparação, bem como os avanços e recuos do Poder Judiciário diante dos crimes do terrorismo de Estado. Nesse sentido, não só a academia tem se mostrado receptiva a esta dinâmica efervescente em relação à história recente, como outros protagonistas têm incidido no debate, caso de partidos políticos, associações de direitos humanos, mídia, forças armadas, etc.

O MITO DA INSTITUCIONALIDADE CHILENA: A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE EQUIVOCADA

Amanda Barbosa Maracajá de Morais[1]

Para entender os processos políticos chilenos a partir do estudo de sua historiografia, analisando como é feita a construção identitária dos elementos políticos e sociais do Chile, é necessária grande atenção à maneira que os estudiosos do período retratam suas instituições e tradições, além de entender como estas influenciaram para a construção histórica do período. A produção intelectual chilena que aponta estudos a partir da metade do século XX indica contradições entre a positiva evolução histórica do Chile, feita por historiadores conservadores e liberais, no que diz respeito ao "político" e as injustiças e misérias que afligiam o povo. Isso se deve ao fato de uma grande parte dos historiadores da época ser proveniente de classes dominantes, o que significa dizer que o povo e as classes oprimidas não possuíam seus próprios representantes, fazendo com que a história do Chile tenha sido assimilada a partir da perspectiva das altas classes sociais. Assim, a história ainda corresponde à visão de realidade histórica das elites, priorizando o "econômico-social" ao estudo das condições sociais das classes oprimidas ou o povo, gerando um reducionismo liberal no que concerne aos campos político ou social, onde o político se relaciona ao Estado e é expresso pelos partidos e suas ideologias (Gonzáles, 2014), o que dificulta, por vezes, uma análise geral acerca do período e como as forças políticas se uniam ao campo social.

A construção da identidade

Segundo Aggio (2008), desde sua democratização eleitoral, que se inicia no final do século XIX, mesmo que a curtos passos, nota-se a construção de um discurso a partir do panorama político chileno, cujo aparato eleitoral era bem estabelecido e que havia uma tradição política consolidada. Assim, é possível perceber que desde os últimos anos da década de 1930 a esquerda teve forte participação – e de maneira quase ininterrupta – no interior das instituições político-estatais, porém também contou com a participação de um governo de direita, o que atesta o estranhamento chileno ao predomínio de uma força política hegemônica e demonstra que o Chile possuía uma assertiva história constitucional, como também de eleições livres, além de um muito bem sustentado sistema partidário, talvez o mais eficaz do continente na época.

[1] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina. Bolsista CAPES. amangaa@gmail.com

A tarefa de retratar a história política de um país como o Chile é discorrer sobre uma série de fatores marcantes e divergentes de seus vizinhos latino-americanos. É importante salientar sua arraigada estabilidade política, a qual sempre sustentou seu sistema político e partidário de maneira pluralista e representativa. Sua marcada alternância política é tida como uma característica particularmente chilena, percebida a partir de uma breve análise de seu histórico político até pouco mais da metade do século XX: ao final da década de 1930 a Frente Popular foi eleita para o governo chileno, contando com a participação efetiva de socialistas e comunistas; posteriormente, entre 1952 e 1958 viveu o fenômeno conhecido em toda a América latina como populismo com Carlos Ibánez e em seguida, no ano de 1958 viu a direita voltar ao poder depois de 20 anos ao eleger Jorge Alessandrini. Além disso, o Chile optou pela Democracia Cristã (DC) com Eduardo Frei, em 1964 e viu uma vitória da política de esquerda chilena em 1970, estas últimas, ações pioneiras para o contexto dos países sul-americanos, enaltecendo assim várias características que seriam inerentes à sociedade chilena, como, por exemplo, uma consciência política ímpar, à diferença de seus vizinhos latino-americanos (Aggio, 2008).

A constituição do sistema político

No ano de 1870, foram acrescidas pequenas porções de direitos sociais na esfera política chilena, ao permitirem a participação política a alguns grupos populares, mantendo como única exigência para uso dos direitos políticos saber ler e escrever. Segundo Toso (2014), esse era o princípio de uma "cidadania ativa", a instauração do sufrágio universal masculino, mesmo que limitado pelas altas taxas de analfabetismo no país. Essa mudança veio a propiciar, através da organização sociopolítica "Sociedade Escola Republicana", que alguns grupos de trabalhadores e artesãos levantassem em 1882 e 1885 as primeiras "candidaturas operárias", como expressão de uma corrente popular liberal, onde os trabalhadores deveriam representar-se. Apesar de nenhum de seus candidatos apresentarem resultados substanciais nas eleições, vários candidatos apoiados pelas forças populares conquistaram postos municipais. Em 1887 foi lançado o Partido Democrático, a primeira formação política de cunho totalmente popular, constituído por artesãos, operários e alguns jovens intelectuais de classe média. Em 1896 o partido ingressou na Aliança Liberal, o que lançou a semente da corrupção política no partido, ocasionando, anos mais tarde, a divisão de sua militância.

Pouco tempo depois, surgiu e ganhou força uma corrente socialista dentro do Partido Democrático, encabeçada por Luis Emilio Recabarren, que rompeu com o partido e constituiu

no norte chileno o Partido Obrero Socialista (POS), que em 1922, viria a ser o Partido Comunista do Chile (PC). Este sempre manteve a preocupação no plano eleitoral, mesmo sem grandes pretensões acerca da possibilidade de mudança revolucionária através de vias parlamentares. Mantiveram suas ações concentradas em agitar o Congresso Nacional, criticando e denunciando o capitalismo e os sistemas burgueses. Em um de seus discursos, Recabarren afirmou:

> ¿Quieren los obreros que vaya a la Cámara a hacer leyes obreras, opuestas a las leyes burguesas? No. Ya comprendemos los obreros que el problema social no se resolverá por medio de las leyes, pues, la burguesía capitalista, jamás habrá de permitir que se hagan leyes benéficas para el pueblo y si algunas se hicieron no las respetará. Entonces, ¿para qué hacer más leyes?
>
> De la Cámara burguesa jamás saldrá una ley que determine la verdadera libertad, ni el verdadero bienestar y felicidad popular. Jamás. La historia del pasado es la prueba, porque jamás se ha hecho leyes que acaben con la esclavitud. Si la representación socialista fuera al Congreso a contribuir a la dictación de nuevas leyes, no iría a obtener la verdadera libertad que necesitamos, ni a obtener verdadero beneficio para la familia obrera. Cualquier ley que un diputado socialista obtuviera, con apariencias beneficiosas, no serviría para nada para el pueblo, puesto nunca han servido y en cambio contribuiría a mejorar las condiciones del estado capitalista, postergando y retardando la verdadera emancipación popular, a la vez que haciendo confiar al pueblo en esperanzas que jamás se transformarán en bienestar social. (TOSO, p. 73, 2011)

Dessa maneira, pode-se perceber que a lógica da "esquerda tradicional" seria a mesma que sustentava a ideia de uma via pacífica ao socialismo, e, apesar de muitos partidos extremar os discursos em relação à violência e à revolução armada para as mudanças revolucionárias, que deveria ser um esforço das massas, o radicalismo permaneceu apenas no campo teórico e a FRAP seguiu existindo, formando inclusive uma aliança mais ampla, a Unidade Popular, com a esperança de obter êxito nas urnas e dar início às transformações revolucionárias. Esta coalizão, formada por comunistas, socialistas, social-democratas e independentes, veio confirmar que, apesar dos debates em relação ao uso da violência e das armas para chegar à revolução, a estratégia escolhida foi a eleitoral (Toso, 2014).

Pode-se perceber então que, desde os últimos anos da década de 1930 a esquerda teve forte participação – e de maneira quase ininterrupta – no interior das instituições político-estatais, porém também contou com a participação de um governo de direita, o que atesta o estranhamento chileno ao predomínio de uma força política hegemônica e demonstra, segundo o autor, que o Chile possuía uma assertiva história constitucional, como também de eleições

livres, além de um muito bem sustentado sistema partidário, talvez o mais eficaz do continente na época (Aggio, 2008).

A institucionalidade de Salvador Allende

A obra de Becker e Rojas (1988) expressa em sua investigação, que converge opiniões com Moulian e Garretón (1983), a declaração de que o governo definiu seu programa pautado em três áreas principais da economia: social, privada e mista, visando dispensar maior atenção à social com o propósito de acabar com as bases de sustentação do imperialismo norte-americano e da burguesia nacional, suprimindo já no início do processo a propriedade privada sobre os meios de produção fundamentais: riquezas minerais, terra, monopólios na indústria e na distribuição do sistema bancário e financeiro. Com essas medidas, visava deslocar a soberania alicerçada pelo capitalismo e transitá-la para a propriedade social.

Ao ressaltar que as reformas realizadas pelo governo de Allende foram de fato reformas de cunho governamental de esquerda, Aggio (2008) lista as medidas do presidente: aprofundou a reforma agrária, estatizou bancos e empresas, destas últimas, em especial as do ramo minerador. Tais deliberações foram vistas como maximalistas e o caminho escolhido para efetuá-las, através da esfera Executiva, acabou gerando desavenças e abrindo um caminho de ingovernabilidade, onde os Estados Unidos apoiaram tanto a oposição democrática, quanto a não democrática. Em 1972 ocorreu a expropriação de todas as propriedades rurais maiores a 80 hectares de irrigação básica, equivalente a 3042 propriedades em dois anos de governo e cem mil famílias, formando 35% do total da terra agrícola. Como afirmam Becker e Rojas (1983), após as expropriações, se mostrou necessária uma reorganização econômica das propriedades, para adequar-se ao novo sistema de trabalho e continuar a produção. Entre as medidas estavam homogeneizar a categoria, limitar o cerco e pastagem necessários à agricultura familiar e ordenar a relação entre força de trabalho e remuneração dos trabalhadores. Em sua apresentação, os autores retratam por esse ângulo a reforma agrária vista como um segmento que ocorreu dentro do Governo de Allende e da UP de cima para baixo, já que a institucionalidade do processo é o que possibilita sua execução.

Moulian e Garretón (1983) enxergavam como um problema dicotômico do governo da UP administrar a divergência entre a necessidade da manutenção da ordem e a indispensabilidade de respeitar a racionalidade do que era popular. Para estes autores, dentro desse conjunto de problemas está uma das características mais presentes do Governo da UP e Salvador Allende: primeiramente, ele se sente representante das classes trabalhadoras e depois

então se encarrega de "detoná-las", reproduzindo em suas ações antigas injustiças e desigualdades. Essa seria uma das dificuldades da UP, já que o governo era pressionado por parte dos outros partidos a tomar medidas mais enérgicas, como por exemplo, em relação à invasões de propriedades e, em contrapartida, precisava estabelecer o diálogo com os movimentos, tendo em vista que a repressão minaria a confiança depositada no governo, e, em grande parte, o comportamento dos camponeses se dava devido a injustiças e violências expressadas por seus patrões. Dessa maneira, o governo aproveitou as tomas para acelerar o processo da reforma agrária e utilizava de seu poder persuasivo para com os camponeses sem-terra, aplicando a legislação de repressão contra a violência dos latifundiários.

Reyes (2011) atesta que a Unidade Popular acreditava ter rompido com a história eleitoral chilena, ao promover mudanças estruturais por vias legais e diminuir a inflação, o desemprego, etc. Com isso ganhou força para se amparar ao máximo pelos meios legais e constitucionais para vencer as resistências do sistema “capitalista dependente chileno” e construir um estado democrático popular onde a pluralidade e as liberdades democráticas não sofressem os embates associados a um processo revolucionário armado. Mesmo as vitórias do governo tendo afetado explicitamente o grau de controle que o Estado possuía sobre as diversas áreas da economia nacional, tais vitórias foram parciais, à medida que forças exteriores, especialmente dos Estados Unidos em conjunto com a oposição ao governo começaram a tomar diversas medidas no plano legal e ilegal, como bloqueios parlamentares, greves patronais, o que reduziu a efetividade das medidas do governo.

Para Pinedo (2000), Allende tenta implantar tais mudanças dentro dos princípios democráticos, evitando a tentação entre a luta armada, totalitarismo, partido único ou qualquer forma de ditadura. Apesar disso, foram recebidas muitas críticas pelos setores de esquerda, dizendo que essas ações somente seriam possíveis à medida que ele alcançasse o poder, e não somente o governo, como acontecia com a Unidade Popular, que ganhou nas urnas em uma conjuntura totalmente instável.

> Un proyecto que intenta ir hacia un modelo tipo URSS/Cuba, pero en democracia, es decir, logrando una síntesis de libertad e igualdad, y que consideraba un nuevo nacionalismo de base popular (legitimar una cultura popular, Violeta Parra, Pablo Neruda, el folclor, la artesanía, etc.), pero no sólo en el ámbito cultural, sino también recuperando las contribuciones populares al desarrollo del país. (PINEDO, p. 134, 2010)

As forças Armadas e sua relação com o governo

As Forças armadas estiveram presentes, de forma direta ou indireta ao longo de toda a vida independente do Chile desde 1810. Interferindo de forma direta nas atividades políticas do país e interrompendo o desenvolvimento de governos civis de tempos em tempos. Um exemplo disso é a destituição do presidente Arturo Alessandri em 1924 e a predominância política das forças armadas no Chile até o ano de 1933. Foram idas e vindas de intentonas e conspirações abortadas das forças armadas, além de sempre colaborarem com a repressão dos governos civis ao operariado. São incontáveis massacres ao movimento operário só no século XX (Becker; Rojas, 1988). Uma propaganda tão forte foi forjada pela direita chilena acerca da prescindência das forças armadas de tal maneira que até mesmo a esquerda acreditou e assim, mais uma vez as forças armadas ganham força, com o apoio da burguesia para tomar o poder e destituir da presidência o então eleito democraticamente, Salvador Allende.

Rouquié (1984) afirma que o feito de Allende governar pelo período de três anos, num cenário inóspito onde um governo de proposta socialista não teria a mínima chance se deve ao respeito apreendido por Allende às instituições das forças armadas e sua integridade, as quais ele mantinha um constante esforço em "seduzir, conduzir, convencer e tranquilizar", tentando adiar a intervenção por parte dos militares e dialogar com os chefes do Exército, na esperança de melhorar seu diálogo e consequentemente suas relações com as Forças Armadas:

> Entretanto, é muito provável que a menor tentativa de se entenderem sobre as prerrogativas das forças armadas, de tomar em mãos suas estruturas internas, ou seja, de modificar a legalidade constitucional, teria fatalmente desencadeado uma rebelião militar que os setores "democráticos" do alto-comando não teriam possibilidade nenhuma de controlar ou fazer abortar. Dissolver a Câmara, criar milícias, manipular ou subverter a hierarquia militar, são meios para se conseguir a unidade de um Exército inquieto contra um governo protegido apenas por sua investidura legal. (ROUQUIÉ, p. 283, 1984)

Após um longo período de instabilidade, no dia 11 de setembro de 1973, as forças armadas chilenas derrubaram o governo constitucional presidido por Salvador Allende, instaurando a ditadura, sob o comando de Augusto Pinochet (Jelin, 2004). Esse processo vinha se desencadeando desde a vitória de Allende nas urnas, porém entre quatro de março de 1973 e onze de setembro do mesmo ano, muitas foram as manobras institucionais forjando a defesa do Estado de direito. Segundo Becker e Rojas (1988), a Corte Suprema, a Pontifícia Universidade Católica do Chile, a Procuradoria, o Senado, a Câmara, a Ordem dos Advogados e o Congresso Nacional enviaram ofícios, notas, denúncias de fraude entre outras medidas descabidas, em sua

maioria inverossímeis ou irrelevantes, apenas para alardear a população e causar uma sensação de ilegalidade do governo. Em todas essas denúncias descabidas uma linguagem "apocalíptica" foi praticada. Eduardo Frei, então presidente do Senado e Luis Pareto, presidente da Câmara dos Deputados, em declaração conjunta "denunciam" a crise passada pelo país, acusando o governo da Unidade Popular de uma grande ruína na economia, fome, angústia, ódio e violência levando a um processo de decomposição do Estado chileno.

Foi construído, pouco a pouco, um discurso institucional muito forte para legitimar as ações que viriam a ser tomadas e, desta maneira, Allende foi destituído de seu governo pelas mesmas instituições do Estado burguês capitalista que ele havia respeitado. Com a entrada do governo militar, foram aniquilados direitos e liberdades de expressão, de ensino, direito de reunião, de greve, de petição, de propriedade, além do direito em geral a uma digna e segura subsistência. Iniciaram-se então medidas para a reversão do processo de mudanças estruturais desenvolvido pelo governo da Unidade Popular e o critério político escolhido foi a repressão. Além de abolir as liberdades democráticas e os direitos humanos, foi trancado o Congresso Nacional e houve intervenções nas universidades, fechando escolas e cancelando matrículas; foram ilegalizados os partidos populares e dissolvida a Central Única dos Trabalhadores e federações operárias e camponesas, além de o funcionamento dos sindicatos ser suspenso, usando de repressão massiva para garantir suas ações fossem exitosas: delação, tortura, campos de concentração, julgamentos militares, fuzilamentos e toques de recolher (Becker; Rojas, 1988), contrariando todas as premissas institucionais políticas de um sistema político bem desenvolvido e consolidado, derrubando, além disso, o próprio discurso de caos construído para justificar a queda do governo de Salvador Allende.

Considerações

Para boa parte dos autores que estudam a época, uma das peculiaridades chilenas é a intenção de somar a implantação de um projeto socialista às bem estabelecidas instituições chilenas, conferindo ao governo de Salvador Allende um caráter democrático revolucionário. Assim, o governo buscava implementar a revolução a partir da institucionalidade, utilizando-se da legislação que lhes era favorável, aproveitando os movimentos sociais organizados para realizar expropriações, entre outras medidas que aproveitaram as formalidades burocráticas para dar prosseguimento à revolução.

Esses elementos são percebidos nos discursos que ressaltam a estabilidade chilena destacando a forte participação da esquerda nos processos políticos que vinham se

desenvolvendo desde 1930. Autores ressaltam a institucionalidade que levaria à revolução, desde as urnas, e que foi empregada em todos os processos, inclusive para a implantação da reforma agrária.

Essas breves considerações salientam como uma boa parte da historiografia enxerga o governo de Salvador Allende: um governo de caráter inovador, que conseguiu convencer a esquerda a apoiar a institucionalidade, mesmo que algumas correntes seguissem sem confiar totalmente na viabilidade de uma revolução socialista através das eleições. Apesar da grande represália sofrida, tanto por parte da oposição ao seu governo, como pelos boicotes econômicos vindo de economias externas, feito que compete principalmente aos Estados Unidos, se constitui a visão que o governo resistiu tentando manter-se da forma mais institucional possível, com a finalidade, ao que parece, de não perder apoio de nenhum lado ou de chegar a tomar qualquer medida totalitária que pudesse fazer com que o governo perdesse a legitimidade que lhe foi conferida através das urnas.

Referências Bibliográficas

AGGIO, Alberto. O Chile de Allende: entre a derrota e o fracasso. In: **Ditadura e Democracia na América Latina – Balanço Histórico e Perspectivas**. p. 77-93, 2008.

BECKER, B. E.; ROJAS, A. C. Breve história de meio século do Chile. In. CASANOVA, P. G.; (Org.) **América Latina: História de meio século**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1988. p. 154-218.

JELIN, E. Fechas en la memoria social - Las conmemoriaciones en perspectiva comparada. **Iconos**. Quito, Ecuador. n.18 p. 141-15, 2004.

MOULIAN, T.; GARRETÓN, M. A. **La Unidad Popular y el conflicto político em Chile.** Santiago de Chile: Ediciones Minga, 1983, 228 p.

PINEDO, J. La vía chilena al socialismo de Salvador Allende y su relación con la modernidad. **Anuario de Filosofia Argentina y Americana.** Mendoza, Argentina. N.17, p. 133-145, 2000. Universidad Nacional de Cuyo.

PINEDO, Javier. El concepto Segunda Independencia en la historia de las ideas em América Latina: Una Mirada desde el Bicentenario. **Atenea (**Concepción), [s.l.], n. 502, p.151-177, 2010.

REYES, Claudio Llanos. La historia concentrada: victorias y derrotas del gobierno de la Unidad Popular. **História Unisinos**, [s.l.], v. 15, n. 2, p.227-242, 6 set. 2011. UNISINOS - Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

ROUQUIÉ, Alain. **O Estado Militar na América Latina**. 16. ed. São Paulo: Alfa- Omega, 1984. 476 p. (1ª). Tradução de Leda Rita Cintra Ferraz.

TOSO, S. G. La izquierda chilena y las elecciones: uma perspectiva histórica (1882- 2013). **Cuadernos de Historia**, Santiago de Chile, n.40, p.61-93. 2014.

POLÍTICA OPERÁRIA (POLOP): UMA ORGANIZAÇÃO REVOLUCIONÁRIA DIANTE DE CISÕES

Lineker Oliveira Noberto da Silva [2]

Nascida no início da década de 1960 como Organização Revolucionária Marxista Política Operária (ORM-PO), vindo a fenecer já nos de 1980 com a denominação de Organização de Combate Marxista-Leninista Política Operária (OCML-PO), a POLOP, sigla pela qual a organização tornou-se conhecida, foi uma das organizações comunistas mais importantes do país. Pois como reconhece a bibliografia especializada, a sua fundação acabou por tornar-se "um marco inicial na renovação das esquerdas nos anos 1960" (MATTOS, Marcelo Badaró. In: RIDENTI; REIS FILHO, 2002, p.199), surgindo enquanto "matriz" do que se convencionou chamar, tempos depois, de "nova esquerda" brasileira (MIRANDA; TIBÚRCIO, 1999)[3]. Ou seja, uma esquerda que não seguia as consagradas orientações comunistas internacionais: o estalinismo e o trotskismo, ocupando um espaço original neste campo político, o que lhe forçou a criar suas próprias formulações, que tentavam dar conta de seu particular campo de atuação (nacional), em vez de aceitar um modelo pronto de revolução.

Tendo sido sua fundação o resultado de uma série de debates e articulações no início dos anos 1960 entre quadros políticos e intelectuais marxistas descontentes com a situação de organização dos marxistas brasileiros não alinhados com o stalinismo, que na época encontravam-se militando em pequenas organizações políticas. Foram algumas destas organizações como a *Juventude de Esquerda* do Partido Socialista Brasileiro (PSB) – seção Guanabara; um grupo de militantes marxistas universitários de Minas Gerais ligados ao PTB, conhecidos como *Mocidade Trabalhista*; e parte da *Liga Socialista Independente*, minúscula organização paulista de matriz luxemburguista[4], que acabaram por realizar em Jundiaí/SP, em 1961, o seu Congresso de fundação.

---

[2] Lineker Oliveira Noberto da Silva – Mestre em história na Universidade Federal Fluminense (UFF), doutorando em história pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Bolsista CAPES/PROEX, E-mail: lineker.noberto@yahoo.com.br.

[3] Como Marco Aurélio Garcia, que vê no surgimento da POLOP um episódio significativo na emergência de uma "nova esquerda" revolucionária brasileira GARCIA, Marco Aurélio. *Na História da PO um pouco da história da esquerda brasileira.* Contribuição à História da Esquerda Brasileira 1960-1979. *Em Tempo*, 84, 4 de outubro de 1979, p. 13; REIS FILHO, Daniel Aarão e SÁ, Jair Ferreira de. *Imagens da Revolução*. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1985.

[4] Para Michael Lowy, ex-militante da LSI, a organização "nunca passou de um grupo de 20 pessoas", e nem todas elas aderiram de fato a formação da POLOP. LÖWY, Michael. "Testemunho". In: SACCHETTA, Hermínio. *O caldeirão das bruxas e outros escritos políticos*. Campinas: Pontes/Ed. UNICAMP, 1992, p. 81.

Em nível teórico mais abrangente, compartilhavam da repulsa ao stalinismo e críticas pontuais ao trotskismo, e das mais variadas referências marxistas, como Rosa Luxemburgo, Lênin, Bukhárin, August Brandler, Ernest Talheimer, e o próprio Trotsky, apesar das críticas ao caminho percorrido pelo movimento trotskista internacional. Em nível prático, nacionalmente, partiam da avaliação de que os trabalhadores brasileiros careciam de organização política própria que pudesse articulá-los em torno de uma proposta de superação de suas condições de exploração, ou seja, em torno de uma proposta revolucionária (anti-capitalista), um vácuo organizativo que fazia presente ao evidente fracasso do PCB em sua "tentativa de se tornar o partido do proletário brasileiro", avaliava os fundadores da POLOP, prosseguindo na ponderação de que ainda "o PSB nunca teve essa preocupação e o PTB não passa de uma agência da burguesia no meio dos trabalhadores" (Convocatória para o primeiro Congresso da POLOP, 1960, LABELU, Acervo Victor Meyer).

Assim, a POLOP surgiu como proposta para a formação de um novo partido que tivesse origem na classe operária brasileira, sendo, desta forma, o real representante de seus interesses. Uma vanguarda que não a levasse a "reboque" das políticas da burguesia, como acreditava agir o Partido Comunista do Brasil. Ao se articular em torno de uma crítica ao diagnóstico feito pelo PCB sobre a realidade brasileira, a POLOP propunha uma alternativa ao Partido Comunista, pois em sua opinião, o PCB falhara na tentativa de se tornar o partido independente da classe operária. Entre outras questões, a POLOP criticava a compreensão que os militantes do PCB possuíam da realidade brasileira, condenava o que acreditava se tratar de uma política de colaboração de classes, na época comandada tanto pelo Partido Comunista, como pelo PSB e PTB, e reconhecendo o papel da classe operária como força aglutinadora de uma frente dos trabalhadores da cidade e do campo, buscava a formulação de um verdadeiro projeto socialista para o Brasil, que defendesse uma única revolução, exclusivamente socialista.

Constituía assim, um posicionamento contrário ao programa majoritário do PCB sobre a revolução por etapas, que o Brasil deveria passar até uma revolução socialista. A POLOP acreditava que o Brasil já era um país capitalista, e por isso, não precisava de uma etapa democrático-nacional-burguesa, na qual apostava o Partido Comunista, sendo que "qualquer futura revolução no Brasil será socialista ou não será revolução" (SACHS, s/d). Posicionando-se assim contrário a qualquer aliança estratégica nacional-burguesa, propulsora da ideia de superação de etapas necessárias até a revolução socialista.

Foi diante destes desentendimentos com o que estava posto, e entrosamentos de avaliação política do que deveria vim a ser, que estes grupos marxistas minoritários acabaram

aderindo “[...] a necessidade de fundar uma organização mais ampla, [fundindo] os grupos de esquerda divergente do PCB considerado reformista” (BANDEIRA apud OLIVEIRA, 2007, p.51), para edificação de uma verdadeira organização revolucionária que pudesse esboçar um mínimo de força perante o poderio político do PCB dentro do marxismo brasileiro à época.

Após ter realizado seu primeiro congresso em 1961, a POLOP chegaria, entre os anos de 1963 e 1964, a concretizar mais dois congressos nacionais. Inclusive o seu III Congresso, foi realizado dias antes do golpe civil/militar pelo qual passaria o Brasil. O golpe modificou o cenário político da nação, fazendo com que houvesse uma reordenação nos projetos políticos dos grupos de esquerda do país. A mudança na administração do Estado brasileiro exigiu dos grupos de esquerda da época, entre eles a POLOP, uma nova estratégia de disputa da classe trabalhadora, além da exigência de uma ação urgente sobre o golpe que derrubara o presidente Jango e sepultara a democracia, fechando ainda mais o cerco contra os partidos e as organizações comunistas.

É realizado, em 1967, o primeiro Congresso da POLOP depois do golpe, congresso no qual a organização cede às pressões do brutal regime civil/militar instalado no Brasil, e acaba tendo a sua primeira grande cisão. Grupos majoritários em Minas Gerais e São Paulo divergiram da posição da direção a respeito da questão da luta armada. Esta cisão de 1967, que dividiu a POLOP, deu origem a duas novas organizações que atuariam na luta armada explícita, como o Comando de Libertação nacional (COLINA), e a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) (COELHO NETO; SANTOS; LYRA, 2009).

O grupo que permaneceu na POLOP procurou articular-se com dissidências do PCB em algumas regiões do país, nascendo deste esforço o Partido Operário Comunista (POC). Foi através do POC que militantes da “velha” ORM-PO chegaram a ter certa participação nas famosas greves de 1968 em Contagem e Osasco (MEYER, In: MIRANDA; FALCÓN, 2010, p.279-291).

No entanto, no interior do POC reapareceram divergências programáticas intensas, resultando em um novo fracionamento. Já nos anos 1970, o que restou do POC se rearticulou, dando origem a Organização de Combate Marxista-Leninista – Política Operária (OCML-PO). Conhecida entre os militantes como a “nova POLOP”, a OCML-PO, pouco tempo depois da sua rearticulação, perderia novos militantes com o surgimento de outro fracionamento, que daria origem a Fração Bolchevique, e que depois de resistirem às perseguições armadas do Estado brasileiro, concretizaria, em 1976, a formação do MEP (Movimento de Emancipação do Proletariado).

Na segunda metade da década de 1970, emergiram de dentro da OCML-PO, novas discussões que resultariam em novas dissidências. Os debates que eram frutos da abertura: "lenta, segura e gradual", protagonizada pelo governo do General Geisel, circulavam em torno da necessidade, ou não, das esquerdas, em participar do jogo institucional que se abria, apesar das restrições vigentes. Discutia-se sobre a participação ou não, nas eleições, e sobre a tática dos revolucionários diante das lutas pela redemocratização. Ou seja, debatia-se se as organizações de esquerda deveriam explorar todas as possibilidades – mesmo que mínimas – oferecidas pelas margens legais que eram concedidas pelos militares neste momento de eventual transição democrática ao qual passaria a sociedade brasileira. Era necessário debater e dar respostas a questões que envolviam o papel da democracia na luta de classes daquele novo contexto, e do papel que assumia, ou deveria assumir, o único partido de oposição legalmente reconhecido pelo regime político civil/militar, o MDB. As divergências intransponíveis revelaram infrutífero o objetivo de coesão, e assim, sucederam-se mais cisões.

Novas questões se apresentavam, e por isso, novas formulações deveriam ser produzidas, urgindo assim a necessidade de avaliações críticas. Tais esforços foram divulgados nas revistas de esquerda financiadas pelos militantes em exílio na Europa, entre elas à revista "Brasil Socialista", que foi palco de algumas avaliações críticas e, acirradas discussões entre militantes históricos da POLOP. Em uma destas avaliações, um texto polêmico assinado por Raul Villa (pseudônimo de Eder Sader, militante fundador da organização) que defendia a participação da POLOP na luta democrática aberta no Brasil da segunda metade dos anos 1970, fazia um triste balanço de derrotas e erros práticos da história da organização, onde diante de tantas desventuras, o autor, fundador e ainda militante da organização, utilizando-se dos exemplos da Espanha de Franco e do Portugal de Salazar, defendia que assim como nestes países a luta contra a ditadura no Brasil, não era uma luta burguesa, e sim anticapitalista, pois estas ditaduras representam o que havia de pior do capitalismo, seu caráter autoritário. O "balanço" critico de Eder Sader, acabava atestando a falência da organização que ajudará a construir, e que diante dos fatos precisava "superar o discurso classista por uma pratica classista" (VILLA, 1976, p.35). Algo que o autor do texto, acreditava ter sido a maior das incapacidades da POLOP por toda a sua existência.

"O cerco repressivo, as prisões, o exilio forçado, provocaram a desintegração do seu núcleo dirigente ao longo dos anos 70 e o fracionamento dos quadros remanescentes" (KAMEYAMA In: MIRANDA; FALCÓN, 2010, p.8). Porém, depois do exílio, houve a tentativa de rearticulação da organização, que em 1981, completara vinte anos de história.

Somente nos primeiros anos da década de 1980 se firmaria um movimento interno de "volta às raízes" (MEYER, in: MIRANDA; FALCÓN, 2010, p.274), porém, passados duas décadas deste o seu surgimento, a POLOP encontraria no Partido dos Trabalhadores (PT), um espaço para dissolver-se "lentamente nos primeiros anos 80" (MEYER; MIRANDA; SADER, 1994). Sobre sua "incerta hora da morte" (MEYER, 2010, p.279-291), não possuímos *ainda*, data exata, pois ela teve "uma dissolução lenta sem um desfecho bem definido no tempo" (MEYER, 2010, p.274), o artigo de Reis Filho (REIS FILHO In: REIS FILHO, D. A. e FERREIRA, J, 2007) sobre a POLOP, indica o ano de 1986, já Leal afirma que "a organização manteve uma prática estruturada até 1984" (LEAL, 1992). Temos também a indicação que ela foi "mantida como organização nacional até 1982, aproximadamente" (MEYER; SILVA; LYRA, 1989, p.3). O que pode se ter certeza é que a POLOP dissolveu-se em um contexto de ascendência da luta de classes no Brasil, demonstrada pelas grandes greves operárias que ocorreram no interior de São Paulo no fim dos anos 1970, e da formação do PT e da CUT no início dos anos 1980[5].

Referências bibliográficas

COELHO, Eurelino Teixeira. SANTOS, Igor Gomes. LYRA, Henrique Jorge Buckingham. *Política Operária, 1959-1986. História de uma organização revolucionária brasileira.* Projeto de Pesquisa LABELU/UEFS, Feira de Santana, 2009.

GARCIA, Marco Aurélio. *Na História da PO um pouco da história da esquerda brasileira*. Contribuição à História da Esquerda Brasileira 1960-1979. *Em Tempo*, 84, 4 de outubro de 1979.

LEAL, Leovegildo Pereira. *Política Operária*: a quebra do monopólio político, teórico e ideológico do reformismo na esquerda brasileira. Dissertação de Mestrado de História. UFF. Niterói, 1992.

MATTOS, Marcelo Badaró. Em busca da revolução socialista: a trajetória da POLOP (1961-1967). In: RIDENTI, Marcelo e REIS FILHO, Daniel Aarão. História do Marxismo no Brasil, vol. V. Campinas, Edunicamp, 2002, PP. 185-212.

[5] Esta pesquisa vem sendo desenvolvida no âmbito do Laboratório de História e Memória da Esquerda e das Lutas Sociais (LABELU) da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) como parte do projeto coletivo de pesquisa sobre a história POLOP. COELHO, Eurelino Teixeira. SANTOS, Igor Gomes. LYRA, Henrique Jorge Buckingham. *Política Operária, 1959-1986. História de uma organização revolucionária brasileira.* Projeto de Pesquisa LABELU/UEFS, Feira de Santana, 2009. Tendo sido já publicados resultados parciais desta pesquisa: NOBERTO, Lineker. A Polop envolto ao espectro da cisão. *III Congresso Internacional do Núcleo de Estudo das Américas*. Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), 2012; ----------. *Sobre a "Frágua inovadora":* a formação da *nova esquerda* brasileira e as origens da POLOP. Trabalho de conclusão de curso (monografia), Colegiado de História, Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), 2013; ----------. *A experiência comunista da Organização Revolucionária Marxista - Política Operária (1961-1964).* Dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense (UFF), 2015.

MEYER, Victor, MIRANDA, Orlando e SADER, Emir. Nota explicativa. In: MEYER, Victor, MIRANDA, Orlando e SADER, Emir (orgs). *Andar com os Próprios Pés:* Discutindo uma estratégia de ação para os trabalhadores. Coletânea de textos de Eric Sachs (Ernesto Martins). Belo Horizonte, SEGRAC, 1994.

MEYER, Victor, SILVA, Elizete da e LYRA, Henrique J. *As origens da Nova Esquerda:* História da Política Operária. Projeto de pesquisa. Feira de Santana, 1989, mimeo.

MIRANDA, Orlando; FALCÓN, Pery. *POLOP: uma trajetória de luta pela organização independente da classe operária no Brasil.* CVM (Centro de Estudos Victor Meyer). Salvador/BA, Empresa Gráfica da Bahia, 2ª ed., 2010.

MIRANDA, Nilmário e TIBÚRCIO, Carlos. *Dos filhos deste solo:* Mortos e desaparecidos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado. São Paulo, Boitempo – Perseu Abramo, 1999.

NOBERTO, Lineker. A Polop envolto ao espectro da cisão. *III Congresso Internacional do Núcleo de Estudo das Américas*. Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), 2012.

----------. *Sobre a "Frágua inovadora":* a formação da *nova esquerda* brasileira e as origens da POLOP. Trabalho de conclusão de curso (monografia), Colegiado de História, Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), 2013.

----------. *A experiência comunista da Organização Revolucionária Marxista - Política Operária (1961-1964).* Dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense (UFF), 2015.

OLIVEIRA, Joelma Alves de. *POLOP:* As origens, a coesão e a cisão de uma organização marxista (1961-1967). Dissertação de Mestrado em Sociologia. UNESP. Araraquara, 2007.

REIS FILHO, Daniel Aarão e SÁ, Jair Ferreira de. *Imagens da Revolução*. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1985. Neste livro foi publicado um dos documentos políticos mais importantes da POLOP, o *Programa Socialista para o Brasil*, de 1967.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Classe operária, partido de quadros e revolução socialista. O itinerário da Política Operária – POLOP (1961-1986). In: REIS FILHO, D. A. e FERREIRA, J. *Revolução e Democracia. 1964-1985.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.

SACCHETTA, Hermínio. *O caldeirão das bruxas e outros escritos políticos*. Campinas: Pontes/Ed. UNICAMP, 1992.

SACHS, Eric. *Qual a herança da revolução russa? e outros textos*. Belo Horizonte, SEGRAC, 1988.

VILLA, Raul. Para um balanço da PO. *Brasil Socialista*, ano II, n°7, outubro de 1976, p.6-37.

HISTÓRIA DA CULTURA ESCRITA: REPRESENTAÇÕES E PRÁTICAS DE LEITURA E ESCRITA – coordenado por PROF. DRA. LISIANE MANKE (UFPEL) E PROFA. DRA. RENATA BRAZ GONÇALVES (PPGH /ICHI – FURG)

Este simpósio temático tem como propósito congregar pesquisadores que investigam a cultura escrita, e as diferentes dinâmicas sociais nas quais o tema se desenvolve, a partir do suporte teórico-metodológico da história cultural. Considerando a leitura e a escrita como uma prática social e cultural e os indivíduos enquanto agentes de múltiplas práticas e maneiras de ler e escrever. O foco de análise dos trabalhos propostos nesse seminário está nesses sujeitos, bem como no uso, produção e circulação dos objetos que caracterizam a cultura do escrito, tais como: diários, cadernos de memórias, cartas, livro de contas, jornais, cadernos escolares, bem como a história do livro (didático ou literário), entre outros. Assim, o simpósio propõe-se a abrigar trabalhos que tratem das práticas e representações de leitura e escrita, incluindo a história e os usos dos materiais impressos e manuscritos em diferentes contextos, escolares e/ou não escolares, como, por exemplo, bibliotecas, associações, etc.

À LUZ DE UM PEQUENO PÚBLICO: O TRATAMENTO DE AUTORAS ESCRITORAS NAS OBRAS DE ANTOINE DUVERDIER E FRANÇOIS DE LA CROIX DUMAINE

Luiane Soares Motta[1]

Antoine DuVerdier e François de la Croix DuMaine foram dois autores quinhentistas franceses que apresentaram uma "coleção virtual de livros" chamadas bibliotecas. Essas coleções são virtuais pois, embora ambos denominem suas obras de "bibliothèque", referem-se não a um inventário, mas a uma listagem das obras que leram, encontraram, "passaram as vistas", ou que iriam ser publicadas de escritoras e escritores famosos, anônimos ou desconhecidos, que se originaram ou colaboraram com a cultura escrita francesa. Por isso, as intenções destas bibliotecas puderam se amarrar à busca de uma totalidade das obras realizadas pela nação[2] francesa. Com a listagem tentavam identificar/justificar esta produção com "sa mère", a França, envaidecendo-a e incentivando o próprio processo de letramento, prestigiando reciprocamente o investimento no universo letrado, no país e nas próprias coleções.

Nestas bibliotecas, porém, o tratamento de autoras e autores é desproporcional. Argumentamos, no entanto, que mesmo nas ausências ou na pequena parte que ocupam, as mulheres, em tais apresentações, há indícios que denotam que essa desproporcionalidade não é só fruto de uma coação jurídica pelo poder religioso ou político, mas o efeito de uma cultura de publicação diferenciada e generificada, na qual embora as interpretações misóginas que amparam as instituições repercutam, não atinjam e coíbam sozinhas a dinâmica social de uma forma tão totalitária[3], sendo mais o fruto do encadeamento das disposições que se reproduzem no microcosmo e marcam generificadamente o acesso, o desejo e as produções que feminino e masculino vão articular. Temos, portanto, o objetivo de entender a questão de suas representações de autoras e suas obras no quanto anunciam os dilemas da circulação e da publicação para as mulheres. Para isso, refletiremos, primeiramente, como os projetos destes empreendimentos e o contexto em que se dão, contribuem para esses apagamentos na

[1] Luiane Soares Motta - Universidade Federal de Santa Catarina, doutoranda em História, bolsista pela CAPES. E-mail: lulusmotta@gmail.com

[2] Nos textos encontramos como "mère" o que poderíamos traduzir tanto por nação, quanto por pátria. No entanto, parece-nos que encaixa melhor o termo nação, ainda que diga mais respeito a um conjunto de pessoas que partilham de costumes, língua e origem, do que a uma percepção geopolítica bem demarcada de instituições e cultura comuns,como se consolidariam mais adiante.

[3] Os discursos atravessam a sociedade, mas a organizam de uma forma dinâmica, pois trata-se da apropriação destas disposições pelos diversos sujeitos que a compõem de diferentes formas e os disputam em diferentes posições. Obviamente, que, apesar disso, impõem ou estruturam certas características aos papeis de gênero, que se não constituem um *habitus* totalmente homogêneo, não deixa de por isso, respeitar algumas normalizações.

construção de um patrimônio escrito que se mostra tão desigual no que diz respeito à participação feminina.

Bibliotecas Vulgares Quinhentistas: a coleção virtual de Antoine DuVerdier e François de la Croix

Os registros de que partimos são as coletâneas "Premier volume de la Bibliothèque du sieur de La Croix DuMaine" (1584) de François Grudé e Antoine DuVerdier (1544-1600), autor de "La bibliotheque d'Antoine DuVerdier, seigneur de Vauprivas" (1585). Tratam-se, como dito, de uma coleção com a ambição de dar conta de tudo que a cultura escrita francesa realizou, com atenção especial ao novo suporte de publicação que oficializaria o ato da escrita e propagaria a "cultura" francesa para outros reinos, o impresso.

A compilação dos autores carregam-se voluntariamente de significar a nação como gloriosa. As bibliotecas colaboram com uma identificação entre letramento e franceses, ou seja, estão a construir uma conexão entre eruditos e Estado, ao mesmo tempo que representam isto como identidade francesa, e quem é digno de a reforçar.

Ambos os autores colocam-se sob a autoridade monárquica e para tanto, se colocam a celebrar essa figura e louvar a centralização que motiva a noção de poder que cabe ao monarca. Certos valores deixam escapar um desejo de legitimação do lugar do letrado perante o Estado, abastecidos pela realeza, a qual também legitima-se perante a sociedade através dessa promoção, enquanto benfeitora e zeladora de seus súditos. Tudo que pode ir contra isso, ou está fora do que afirma tal compartilhamento, é assinalado como censurável, desnecessário, ou mesmo que mencionado, secundário ou reprovável[4].

A própria língua, nesse momento discutida e ainda mutável, apresenta-se como fator a diminuir autores que não se encaixam num perfil de literato exigido pelo momento, e afastam portanto, a partir dos gramáticos louvados de então, autores estrangeiros, antigos, ou antiquados, que não se adéquam a essa expressão do "bem falar" e "bem escrever"[5]. De certa forma, criam certos padrões e promovem-se dentro dessa regra, excluindo para distinguirem-

[4] Nos referimos aqui na parte em que DuVerdier diz mencionar as obras ruins, numa espécie de alerta aos que podem ser ingênuos em tomá-las como verdade. Isso principalmente quando fala de outras religiões. No entanto, percebe-se no autor algumas manifestações contrárias aos que perseguem e destroem os textos pela questão religiosa. Parece-nos, portanto, que há um pouco mais do que um simples alerta nesses casos, podendo ser o outro lado da divulgação.

[5] Ponto que pode refletir também essa desproporcionalidade, dado o alijamento das mulheres desses locais formais do saber. Cabe ainda perguntar de que forma às mulheres conseguem adequar sua gramática a esse restrito saber e como isso as pode ter relegado a uma posição desprivilegiada nesse universo das letras, de forma as apagar pela não adequação à gramática e à estética.

se, junto a motivações que se conectam à centralização[6]. A língua expressa conflitos que refletem a centralização do poder monárquico. No prefácio do bibliógrafo Antoine DuVerdier, em "La bibliothèque d'Antoine DuVerdier", ela é o elemento usado para afirmar o orgulho ante seu empreendimento, expressando o empenho em construir, unificar e centralizar um povo em torno de uma língua, de uma nação e de uma cultura escrita (utilizando da valorização do tipográfico):

> […] je me suis employé à vouloir faire le semblable de *noz François* qui *ont escrit em nostre langue*, pour monstrer au monde combien *nostre païs* est abondant en bons esprits, e ainsi en quelque partie rendre *graces à nostre commune mere*, que pensant ne la pouvoir orner de quelque digne cõposition mienne, comme font aujourd'huy tant d'excellens *enfans siens*, au moins je luy face honneur *estalant ses grandes richesses* pour *les faire voir a tous* à *sa gloire immortelie*, qui a enfanté une telle, e si *honnorable lignée*. [grifos meus] (DuVerdier, 1585, p.XXV)

Entre os termos podemos constatar que a escrita em "nossa língua" é o ponto de partida para seu recorte, ainda que nisso encontremos autores estrangeiros que são reivindicados como antecessores da cultura francesa. Visa assegurar, ainda, uma visão engrandecida de sua nação e governante, ao mesmo tempo que os textos embasam esse laço comum, construindo uma narrativa que os diferencia e os dignifica.

As bibliotecas apresentam ainda, entre seus objetivos, o de serem a inspiração para bibliotecas reais/públicas[7] que salvaguardariam o conhecimento das ciências e artes liberais que são o "verdadeiro bem do homem". E, ainda, por seu caráter virtual, o qual se faz não só por apresentarem obras que ainda não haviam sido publicadas (mas cujo fim deveria ser este), mas porque não apresentam antologias, conseguindo abarcar um grande número de vestígios do que foi escrito, "graças" ao novo suporte que produz uma difusão e um maior número de exemplares, o impresso, mantendo-os a salvo do tempo[8].

---

[6] Norbert Elias (1994) traz vários exemplos de como a cultura de Corte atua através da distinção do bem falar e do bem expressar, como no exemplo entre os aristocratas que utilizavam o termo "décès", ao invés de "mort", usado pelos burgueses e comuns. Posteriormente, o primeiro termo se distingue quando se trata da polidez em falar da morte e é adotado pelos manuais que constroem a educação formal. Como sinaliza novamente Nobert Elias, esse quadro é completamente arbitrário, mas extremamente mobilizador, ainda que excludente, sendo a pedra-chave para participação e expressão dentro dos círculos civilizados dos franceses.

[7] No sentido, de se manterem para a memória de todo o país, mas não necessariamente serem abertas a todos (Chartier, 1999).

[8] Antoine DuVerdier introduz sua biblioteca, exaltando seu empreendimento, ao levar-nos à longa, mas precária, jornada do livro. Para tanto, fornece exemplos dos males que abateram tal trajetória dos antigos aos modernos. O percurso cheio de intempéries pelo qual os livros passam, que começa pela "decadência" ocorrida desde a invasão dos "bárbaros", sucedida pela reapropriação mal-entendida das ciências pelos descendentes daqueles, indo até o uso dos livros como "cornet aux apothicaires" (a expressão designa um uso errado do objeto, no caso, livro cujas páginas serviriam apenas para embalar remédios e mercadorias), na época medieval, faz uma crítica aos próprios antecessores, inclusive ao péssimo sistema de ensino recebido em tal época. Nesse ponto, o texto de Du Verdier carrega-se da preocupação por preservação, a preocupação da perda desses livros, os quais obviamente já se encontravam em dispersão, ou que já só ouviam falar, foi bem destacada na introdução de seu trabalho, elogiando

Em defesa desse projeto, que mantém processos e resultados ainda contemporâneos, tenta promulgar uma universalidade do conhecimento, mas que está sempre acompanhada de pretensões políticas, nacionais, econômicas e culturais[9]. Pois a preocupação com a memória articula-se com a preocupação com sua própria fama, que se mescla a interesses econômicos e políticas, seja pelo apoio do mecenato, seja por intenções de preservação do seu próprio patrimônio. Ou seja, é também uma mercadoria para os letrados em busca de reconhecimento e poder, uma vez que a própria realização de grandes empreitadas dá-se através do patronato real ou, pelo menos, dependem de sua permissão, passando por relações e alianças bem pessoais.

Por conta disso, a relação construída entre conhecimento, monarca e nação é concebida positivamente e sustentam-se umas às outras. Fazendo, isto, com que se dependa, na produção deste artefato, de uma rede de relações políticas e econômicas, que sustentem esse adentramento.

Além disso, nota-se uma preponderância daquilo que nutre o processo de centralização, dispensando certas falas e estilos desse patrimônio letrado. Nesse sentido, cabe perguntar, se nesse vestígio do que deveria ser o patrimônio da cultura letrada francesa, junto a busca por glória e poder, qual espaço existe para a enunciação e participação feminina no que diz respeito ao seu acesso e, portanto, às suas formas de pronunciar-se diante de uma escrita institucionalizada em espaços que elas não podem adentrar (como universidades, por exemplo). Entre as possibilidades de memória e os objetivos que se apresentam em tais obras, qual é a representação das escritas e/ou publicações femininas, num universo letrado masculino e masculinizante?

---

ações de proteção do rei, dos modernos, mas, também, por consequência do que imagina ser seu livro, a si mesmo , pois para ele, o novo suporte que recebe seu catálogo permitiria que de alguma forma essas obras chegassem à posteridade. No entanto, entre os motivos que o levam a escrever está o enaltecimento de seu próprio período, como ápice da cultura letrada. Já De la Croix du Maine, quer demonstrar a anterioridade do letramento francês, igualando-os aos italianos, afirmando o aspecto nação.

[9] Ann Stoller (2002,p.96) refletindo sobre as funções dos arquivos como criação de critérios de evidência, oferece uma percepção possivelmente coincidente com essa ideia das bibliotecas. Para a autora, sem dúvida, embora, no caso das bibliotecas como instituições, hajam nelas inúmeras coleções que podem ser até arbitrárias, há, também, enquanto execução da função social e política, a produção de fatos, algo como um arquivo que estabelece a prova, fundamentando quesitos que excluem, ao mesmo tempo que configuram monumentos particulares ao poder. No caso dessas bibliotecas (mas não só), a preservação desse patrimônio escrito, ainda que defenda o universal, é constituído da identidade de seus países, e torna-se um arquivo cultural da nação, no sentido tradicional do termo, ao documentar, armazenar, e provar (Ver: Mckemmish, 1996) aquilo que se fabrica no interior e no decorrer da trajetória do Estado e, por consequência, de seus indivíduos, afirmando e monumentalizando uma identidade, ou uma determinada noção de civilização.

“La femme sage? La dernière à parler, & la premiere à se taire” – representações das vozes femininas e silenciamentos

Nas bibliotecas, podemos observar a ambição de contemplar um grande período. DuVerdier vai até os gregos na tentativa de catalogar as principais obras ou traduções com que teve contato. La Croix DuMaine tem pretensões um pouco mais “modestas”, apenas “cinq cents ans à aujourd’ui”! Contudo, ambos se utilizam dessa abrangência para sublinhar uma maior a importância de seu próprio tempo, de sua contemporaneidade.

Diante disso, assistimos ao que soa como um convite a seus conterrâneos letrados e leitores para compor um rol cada vez mais amplo de autores que venham a escrever ou, ainda melhor, publicarem suas ideias, seus materiais, para honrarem a nação e engrandecerem os membros dessa cultura. Mas, ainda que percebamos igualmente que existem ambições políticas e interesses culturais dos compiladores e da elite monárquica, que concedem cargos, assistência, ou privilégios, isto demonstra uma disputa que pode existir na aproximação desse universo escrito. Essa atmosfera e relações se configuram da mesma forma para homens e mulheres? Segundo Margaret L. King, em “Mujeres Renacentistas, la búsqueda de un espacio”:

> [...] la mujer era um vehículo en la unificación de las influencias familiares: unía familias a medida que tranfería riquezas entre los linajes. Qué libertad le quedaba a la mujer casada? Estaba supeditada al marido en lo legal como en lo económico; encerrada en las exigencias masculinas; le apartaban su cuerpo del cuidado femenino para someterlo al escrutinio masculino; lucía ropas y joyas que eran suyas y no lo eran, propias de la identidad social de su marido; era hija exiliada de um linaje y esposa desposeída de otro. (1993, p.81)

Ou seja, a situação jurídica e econômica das mulheres reporta-as a uma marginalidade social e política. O caso das mulheres francesas não se difere quanto à regra que as afastavam do poder. Como poderia haver, então, uma apresentação quantitativamente similar dessas mulheres na relação com o escrito?

As obras de ambos bibliógrafos apresentam uma quantidade muito mais ampla de autores masculinos. Dos aproximadamente[10], dois mil duzentos e quarenta autores trazidos por DuVerdier e dois mil cento e cinquenta e cinco apontados por Du Maine, somente trinta e cinco mulheres são elencadas pelo primeiro e cinquenta e oito pelo segundo. São elas[11]: Anne de

[10] A contagem total pode oscilar, pois ora se tem os nomes dos autores, ora dos tradutores que se apropriam da obra, ora somente as obras, com apenas as iniciais, ora um total silêncio seja por serem coletivas ou por serem anônimas.

[11] Citamo-las para não as invisibilizar nesse texto, que parte de uma iniciativa em contrário. No entanto, entendemos que ao lidar com essa percepção identitária, podemos estar a reforçar a própria categoria “sexo”, mas

Graville; Anne de Lautier ; Anne de Marquets; Anne du Prat; Anne Seguier; Anne Tulonne; Antoinette de Loynes; Antoinette Peronnet; Artuse de Vernon; Madame D'Antragues ; La Baillive de Touraine ; Santa Brigitte; Camille de Morel; Caterine de Siena; Catherine de Clermont ; Catherine de Navarre; Catherine des Roches ; Catherine de Parthenay ; Christine de Pizan; Claude Monnier; Claude Peronne ; Claudine Sceve ; Clemence de Bourges; Clemence Isau; « La Comtesse de Die » ; Diane de Morel; Diane Symon; Doete de Troye; Elphidie; Ester de Beavvais ; Françoise Hubert; Gabrielle de Bourbon; Georgette de Montenay; Santa Gertrudes; Henriette de Cleves ; Jeanne d'Albret; Jeanne Flore**;** Jeanne Gaillarde; Jeanne de La Fontaine **;** Isabaeu de Vaumeny **;** Isabelle Sforce; Laure ; Lezine Gaultier; irmã Louise (ou Eloys); Louise Labé ; Lucrece de Morel; Madelene de L'Aubespine; Madelene Chemeraut; Magdalene Deschamps; Magdeleine Neveu; Marguerite D'Austriche; Marguerite De Cambis; Marguerite de France ; Marguerite de Valois ; Marie de Caboche; Marie de Cleves; Marie de Costeblanche ; Marie Dentiere ; Marie de France ; Marie de La Haye ; Marie de Pierre-Vive; Marie de Romieu ;Marie Stuart ; Nicole Estienne ; Pernette du Guillet ; Phanette; Philippe du Prat; Philiberte de Feurs; Sainte des Prez; Sapho (uma das poucas autoras antigas, mas que havia sido recém divulgado seus poemas); Sibille Sceve; Susanne Habert. Há também obras que os autores indicam como de autoria ou tradução feminina, mas as anunciam como anônimas, e em alguns momentos, indicam os usos de pseudônimos, como Dauphine DesJardins, cujo poema foi publicado na obra de um poeta, ou Helisenne de Crenne.

Haveria um silêncio por parte das mulheres, dado que o número de autoras apresentadas, em ambos os levantamentos é muito baixo em relação ao de autores? Há, sim, uma lógica que reforça esse tipo de silêncio. DuVerdier, quando transcreve trechos da obra de um misógino contemporâneo seu, Antoine Chapuis dá testemunhos disso. Em seu dicionário, Chapuis, além de discriminar as mulheres enquanto objeto, sugere também que mesmo uma mulher sábia deve ser "la derniere à parler & la premiére à se taire"(Chapuis *apud* DuVerdier, 1585, p.55). Essa representação das mulheres não é a única[12], e talvez nem mesmo a que mais diga sobre essa longa duração de representações que sustentam um alijamento das mulheres[13], mas ilustra o

---

consideramos que há investimento político em toda a narrativa e que a construção do problema parte de uma demanda por visibilidades e espaços, pois a própria desconstituição dessas relações pode basear-se nesse processo de pluralização das narrativas (Scott; 1999).

[12] Há outras passagens em que o autor apresenta o ideal de mulher submissa, colocando o termo "mulher" sob classificações que o distribuem "em função de", enquanto o termo homem aparece unicamente para expressar a definição de sujeito de toda ação.

[13] Georges Duby(1998) relata sobre a ausência de fontes, mas não de representação da presença dessas vozes femininas malquistas a partir das próprias fontes misóginas. Para ilustrar tal ponto, o autor traz-nos o testemunho dos pregadores que comenta o "terrível" hábito/defeito das mulheres insistirem em falar, acusando-as de tagarelice.

desencorajamento para a tomada de um lugar visivelmente político, em que expressem suas vozes. A própria escolha de DuVerdier o reforça, ao reproduzir tal trecho apoia tal lógica, posto que o objetivo é afirmar identidades e construir memórias, demonstrando assim uma posição preocupada em reforçar os papéis de gênero, mesmo quando visa demarcar e preservar uma comunidade tão louvável. É a lógica do gênero sendo constantemente reforçada e explicitando na gramática (dado tratar-se de um "dicionário") e nos modelos de relações, um incentivo ao silêncio, mesmo às "sábias".

Por conta disso, mesmo que vislumbremos as presenças, vemos a necessidade do uso de pseudônimos, como Dauphine DesJardins e Helisenne de Crenne, ou mesmo no caso de Nicole Estienne[14], nome verdadeiro da autora Olympe Liébault, que publica sob este nome "Les misères de la femme" (ou as misérias da esposa), um livro sobre as opressões que homens realizam às mulheres através da instituição tão "sagrada" do casamento. Vê-se também uma participação forte de mulheres na tradução, mas ficam apontadas apenas como "damoiselles".

Da contagem estabelecida, dezoito dos nomes são contemporâneos de DuVerdier. Enquanto na Bibliothèque de la Croix, pode-se deduzir que ao menos quarenta e quatro viveram durante o século XVI. Ambos repetiram, entre si, dezessete autoras, sendo que somente três dessas repetições viveram em períodos anteriores, o que além reafirmar o interesse temporal dessas coleções, também pode dizer-nos algo sobre uma circulação limitada pelo tempo das produções femininas. No entanto, como podemos ver através da comparação do número de escritoras apontadas por ambos, as desigualdades apresentadas não são apenas fruto do silêncio que as constragem, mas, par a par, com as restrições que enfrentam, as narrativas acabam por produzir também silenciamentos. Os dados de DuVerdier e De la Croix DuMaine são uma amostragem dos esquecimentos ou apagamentos, pois, já que são duas obras quase coincidentes, como De la Croix, que apresenta uma obra mais compacta, elenca um número de escritoras que é praticamente o dobro de DuVerdier, mesmo infomando-nos, DuMaine, a grande restrição e perseguição que sofrera para chegar aos escritos[15]? Ainda nesse ponto, também está entre argumentando um caráter diferente entre autores e autoras, pois se, na grande maioria, apresentam textos publicados, parte significativa quanto a produção das mulheres são enunciadas enquanto escritas, ou ditas, mas não publicadas.

---

[14] Caso em que, mesmo burguesa - e digo isso porque parece haver uma aceitação maior pelos eruditos quando os escritos provém de mulheres ligadas à aristocracia -, consegue publicar. Talvez porque seu pai estivesse ligado ao meio, já que era impressor.

[15] Tal ponto está sendo investigado, mas é interessante que o próprio De la Croix dê provas de que os textos manuscritos femininos, ou ainda, cópias, necessitam de laços com a família, para serem apreciados, como foi o caso de Henriette de Clèves, em que não frequentara sua casa para poder conhecer seus escritos (DuMaine, 1584,p.487).

Sobre o primeiro ponto, trazem autoras de cujos textos só ouviram falar, ou que chegou às suas mãos porque teve acesso à residência (ou do contrário, não teve acesso porque não conhecia a família da autora e teve de contar com informações rasas de terceiros), demonstrando uma restrição da circulação do trânsito feminino. Tal limitação faz com que tais textos percam em autoridade diante da monumentalização do patrimônio escrito de uma nação. Ainda, referindo-se a textos íntimos, ou ao menos mais restritos, sua preservação toca a um segundo problema que é o de depender de preferências individuais num contexto generificado de produção e recepção, dado que associado aos nomes das escritoras encontramos comumente as palavras "não foi (ainda) posta à luz" ou "não foi impresso", parecem que não recebem, mesmo posteriormente o privilégio da publicação.

A preocupação com tais designações nas obras femininas se dá porque gera aquele famoso silêncio nos arquivos, dado que a preservação dos manuscritos seja por sua extensão e ordinariedade ou pela ambição de generalização do uso do novo suporte, pode ter sido menos priorizada em alguns momentos, tanto no arquivamento, quanto na história literária, pois dependem do desejo de seus herdeiros, geralmente membros do sexo masculino das famílias[16], em tomar parte na valorização desses escritos[17]. Sofrem, tais documentos, menos do controle jurídico do tempo de sua produção, do que os livros que necessitam de aval real e religioso para circular, mas dependem do desejo arbitrário de particulares e familiares de engrandecê-los, de valorizá-los, bem como, do receio e da vergonha que lhes possam causar, para que sejam promovidos à recordação histórica.

Ao apresentar-nos livros escritos anonimamente, DuVerdier aponta que essa é, também, uma estratégia que precavê a família da desonra caso o texto caia em desagrado, ou possa causar vergonha. Tal percepção remete-nos ao problema da identificação de autoras em certos contextos de textos publicados, havendo uma invisibilidade desejada diante do que se vai denunciar ou exibir[18].

---

[16] Margareth King lembra-nos que, via de regra, a herança era deixada para os herdeiros do sexo masculino, no todo, ou na sua principal parte. No entanto, menciona que, em alguns casos, pelo menos as mulheres lembravam de deixar sua herança às mulheres da família.

[17] Aliás, o que percebemos na leitura de documentos do século XIX, é que certas projeções históricas se ocasionam pelos próprios membros das famílias, que preservavam seus arquivos e que, mais adiante, doariam-nos para arquivos públicos (de Lut, 1828; Pericaud e de Lut, 1839). Katherine Burns(2010) reflete sobre esse "esquema" dentro dos arquivos notariais. No entanto, tal lógica perpassa outros arquivos e a narrativa dos "grandes personagens", pois não só são narrados por pertencerem à "Alta Política", mas porque doavam, preservavam e se (auto)narravam.

[18] Nas obras dos bibliógrafos e mesmo nos livros das próprias autoras, encontram-se apelos à sensibilidade pelo temor da vergonha ou dos julgamentos negativos que as escritoras podiam ser acusadas.

Ainda, corrobora com esse silêncio a classificação do tipo de texto que produzem algumas das mulheres representadas enquanto autoras pelos bibliógrafos, pois cartas, poemas íntimos e cânticos são, por vezes, classificados, mesmo entre nós, como menores, desinteressantes, subliterários, e, indo ao encontro da questão de circulação, são trazidos a público, relembrados, quando partem de mulheres ditas ilustres, pertencentes aos altos círculos.

Mas não nos restringindo a uma versão que só enfatiza a coerção da "não-impressão", há relações com as obras que indicam que o trânsito restrito diz respeito a forma de manter a interpretação do que é dito sob seu controle, como discursos pronunciados, ou competições cujos versos são próprios ao momento. Os bibliógrafos indicam-nos as trocas e leituras dos textos femininos, assinalando a transmissão dos discursos e poemas oralmente ou mostrando seus textos aos próximos, num ambiente vinculado à oralidade, ainda que tal transmissão da memória letrada estivesse, no quadro majoritário, com menos prestígio. Algumas mulheres são colocadas como autoras dos impressos, mas não editam ou requerem a publicação, sendo esta o efeito de cópia, nem sempre autorizada, de seus discursos.

DuMaine apresenta, ainda, outros autores e obras antigas, que, dada a cultura oral e do comentário manuscrito, mantinham-se em circulação, mas não haviam recebido seu novo formato no invento tipográfico. Isso pode nos indicar que nem toda a publicização (circulação mais ampla) necessitava estar vinculada à publicação tipográfica, o que não significava estar ausente da cultura escrita, demonstrando a simultaneidade dos usos do oral e do impresso na transmissão dos textos.

Dessa forma, as bibliotecas, ao reivindicarem a honra e a memória para a nação (apresentando-se enquanto evidências dessa produção cultural) e a glorificarem a cultura letrada e impressa, estavam a erguer, enquanto coleção, um templo para seus autores, leitores e os próprios colecionadores, trazendo, ao mesmo tempo, ainda que em menor número, uma representação da participação feminina nessa construção.

Os autores reforçam a imagem de que o impresso é algo que garante o letramento, a partir de um olhar otimista, privilegiado e distintivo da produção dos textos. Imprimir é um estágio a ser alcançado. Nesse sentido, as obras das autoras já se encontravam em um apartamento dessa reflexão, dado que não se utilizam unicamente desse formato (sendo metade dos escritos detalhados) pelos diversos motivos que dificultam sua exposição ao público, e preferem amarrar-se a uma cultura oral, ou mesmo manter os manuscritos controlados.

No entanto, de alguma forma, algumas escritoras transgridem esse limite "imposto" da modéstia, da contenção ou do embaraço, e publicam obras que chegam ao público reivindicando

não só uma posição clara de autora (rompendo com o anonimato ou com o pseudônimo), mas enfrentando alguns opositores, bem como criam textos poéticos falando daquilo de que são mandadas calar (denunciando os limites e incentivando a escrita feminina).

Dessa forma, pelas representações dos bibliógrafos vê-se que há limites nessa disponibilização do impresso no sentido de produção, não só de recepção. Há uma cultura paralela de produção de textos que não se atém ou pretende enquadrar-se nesse novo suporte. Apresentando marginalmente os texto fruto da função do autor oral e da cultura da circulação dos manuscritos, os autores conseguem, no entanto, demonstrar a simultaneidade dos usos das oralidades textuais e das redes dos manuscritos, que podem ser o caminho para pensar a participação das mulheres na cultura letrada. Tal constatação faz-nos induzir que mesmo nos silêncios não há vazio, mas espectros do que um dia foi um texto.

Fontes:

Antoine du Verdier. *La bibliothèque d'Antoine DuVerdier*. Ed. Barthélémy Honorât: Lyon, 1585.

François de la Crois-du-Maine, em *Le premier volume de bibliotheque du sieur La Croix-du Maine* . Par Abel l'Angelier; Paris, 1584.

LUT (DE) (*et al). Mélanges biographiques et littéraires*. Barret, Lyon, 1828.

PERICAUD, DE LUT (*et al). Biographie des lyonnais dignes de mémoire*. Boitel, Lyon, 1839.

Referências Bibliograficas:

ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação:* formas e transformações da memória cultural. Trad. Paulo Soethe. Campinas: Ed. Unicamp, 2011.

BURNS, Kathryn, "Power in the Archives" in: *Into the Archive: Writing and Power in Colonial Peru*. Durham: Duke University,2010; pp. 95-123.

CHARTIER, Roger. *A Aventura do Livro:* do leitor ao navegador. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.

_____. Estratégias editoriais e leituras populares. *Leituras e leitores do Antigo Regime.* SP:UNESP;2003.

_____. Figuras do autor. In: *A ordem dos Livros:* leitores, autores e biblioteca na Europa entre os séculos XIV e XVIII.

DUBY, Georges. Depoimentos, Testemunhos, confissões. In: KLAPISCH-ZUBER, Christiane. *História das Mulheres no Ocidente: A Idade Média.* Trad. Ana L. Ramalho, Egipto Gonçaves, Francisco G. Barba, José S. Ribeiro, Katharina Rzepka e Teresa Joaquim. Vol.2. Ed.Afrontamento:Porto, 1990.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador:* Uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed. 1994.

MCKEMMISH, Sue. Evidence of me. *The Australian Library Journal*, August, 1996.

SCOTT, Joan. Experiência. In: *Falas de Gênero*. Editora Mulheres, Santa Catarina, 1999, Pp. 21-55.

_____.Gênero: Uma Categoria Útil Para a Análise Histórica. *Educação & Realidade*, v.15, n.2, jul/dez, 1990. p. 1-35.

STOLLER, Ann Laura. "Colonial Archives and the Arts of Governance". In: *Archival Science*, 2, 2002, pp. 87-109.

O DIÁRIO DE BORDO DA PARTEIRA CONTEMPORÂNEA: UM *BLOG* (2011-2013)

Eduarda Borges da Silva[19]

A maioria das parteiras tradicionais brasileiras são mulheres reconhecidas em suas comunidades, sobretudo nas regiões Norte e Nordeste do país, mas anônimas fora delas. A pesquisa de mestrado em desenvolvimento da autora analisa os saberes e transformações do ofício de parteira e as relações de gênero que se estabeleceram entre as parteiras e suas parturientes, na região Sul do Rio Grande do Sul entre 1960 e 1990.

Durante o percurso de pesquisa e a descoberta de produções relacionadas na área das Ciências Humanas se observou que através do "movimento de humanização do parto" (TORNQUIST, 2004) algumas obstetrizes e enfermeiras obstétricas passaram a atender partos a domicílio e a se denominar parteiras contemporâneas nas mídias, sobretudo na *internet*. Embora o assunto proposto nesse artigo não tenha relação direta com a pesquisa de mestrado é um tema que merece atenção e uma abordagem historiográfica.

Este movimento surge no Brasil na década de 1980, com críticas ao sistema hegemônico de atenção ao parto, entre elas a violência obstétrica e a retirada do protagonismo das mulheres no momento de parir. No ano de 1993 é fundada a Rede pela Humanização do Parto e Nascimento (REHUNA) em Campinas – SP, durante um encontro de profissionais da área da saúde. Mas o movimento que vinha se mantendo somente de forma institucional ganha as ruas de pelo menos 30 cidades brasileiras em 2012 em repúdio aos Conselhos de Medicina e querendo transformar a realidade obstétrica brasileira.

O termo "humanização" possui muitos sentidos, dependendo do ator social que dele se apropria. Esses diversos significados explicitam reivindicações de legitimidade do discurso. Apropriações para legitimar a Medicina ou as evidências científicas, reivindicar direitos das mulheres ou de políticas públicas ou ainda, indicar legitimidade profissional (DINIZ, 2005).

Na definição de Hebe Mattos (2012) os movimentos sociais são identidades coletivas organizadas em grupos para resistir ou propor uma mudança social e junto ao período de redemocratização surgiram como objeto de pesquisa histórica no Brasil.

O movimento de humanização do parto não é somente um movimento de profissionais da área da saúde, mas também é organizado e composto por mães e gestantes. Outro movimento

[19] Universidade Federal de Pelotas; Mestranda em História; Bolsista CAPES; eduarda.historia.ufpel@gmail.com. Orientadora: Prof.ª Dr.ª Lorena Almeida Gill.

de mães que trouxe visibilidade para questões sociais foi o grupo de mulheres que começou a se reunir em 1977 na praça da Casa Rosada em Buenos Aires. Carregando imagens de seus filhos desaparecidos na ditadura militar argentina e usando fraldas brancas na cabeça, as "Madres de Plaza de Mayo" trouxeram sua versão e sua dor, mas, além disso, "[...] socializaram a maternidade, o que, ao mesmo tempo potencializou o movimento e deu grandeza a cada minuto de resistência." (GONÇALVES, 2013, p. 4).

A fase de redemocratização da política brasileira é também de "efervescência na luta pelos direitos das mulheres" (PINTO, 2010, p. 17). São característicos desse período: o movimento feminista na luta pela saúde da mulher e pelos direitos reprodutivos, o embate contra a AIDS, a luta antimanicomial e pela humanização do atendimento. Há na área da saúde lutas por direitos e pela transformação das práticas. "Inicia-se assim o enfrentamento de todo um conjunto de práticas de saúde fundadas na higienização, controle, normatização e disciplinarização, em especial, dos pobres, das mulheres, das crianças, dos trabalhadores e dos desviantes da ordem [...]". (PALMA, 2012, p. 22).

Este texto tem por objetivo analisar o *blog* "Parto pelo mundo" de Mayra Calvette. Ela é uma enfermeira obstétrica que atua em Florianópolis-SC e se autoidentifica parteira contemporânea e também é ativista do movimento de humanização do parto. A discussão proposta irá refletir sobre a análise das fontes digitais, em especial os *blogs*, apontando os desafios da história do tempo presente aos historiadores.

Ainda nos anos de 1990 as fontes orais, dentre elas a história oral, eram consideradas polêmicas e sua condição enquanto fonte histórica era questionada. Agora cada vez mais se discute os recursos advindos da informática, sua confiabilidade e o consequente excesso de documentos produzidos com ela e passíveis de acesso.

A História do Tempo Presente implica uma reflexão sobre o tempo e sobre o ofício do historiador. A ruptura entre passado e presente era para a escola metódica uma necessidade que criaria, nessa acepção, neutralidade no agir historiográfico. Assim, muito se desvalorizou as fontes do tempo presente diante das que por terem um recuo maior do tempo de pesquisa eram consideradas imparciais.

Nesta modalidade é fundamental "[...] conhecer o lugar de enunciação do historiador, a instituição necessária em função da qual ele conduz sua investigação e o momento preciso durante o qual ele escreve sua prática." O historiador é participe da história que investiga e escreve. Além disso, "é uma história 'sob vigilância', a de testemunhas que podem contestar os

registros históricos nos quais não se reconhecem, o que torna ainda mais necessária uma estrita articulação entre História e memória." (DOSSE, 2012, p. 11-15).

A partir da Escola dos *Annales* a noção de documento histórico é ampliada, incluindo os de origem digital. De acordo com Almeida (2011, p. 17) o documento digital pode ser: "[...] tão variável quanto os registros da atividade humana possam permitir – codificado em sistema de dígitos binários, implicando na necessidade de uma máquina para intermediar o acesso às informações".

Quanto à credibilidade dos documentos digitais pode-se: conferir a autoria e o meio em que está inserido (*blog*, periódico *online*, *site*), conhecer o objeto de pesquisa suficientemente para avaliar a viabilidade do seu conteúdo e cruzar com outras fontes.

Em 1999 é lançado o primeiro *software* gratuito destinado aos *blogs* e a partir disso, eles se popularizam. Eiras (2007) traça uma definição e as características principais de um *blog*:

> [...] é um diário em formato digital em que não existe a obrigatoriedade de escrever todos os dias nem de a cada dia caber apenas um texto. [...] características essenciais de um *blog*: autoria pessoal, apresentação cronológica inversa (do mais recente para o mais antigo) e publicação numa página acessível [...]. (EIRAS, 2007, p. 76)

O *blog* enquanto um instrumento biográfico necessita da discussão da "escrita de si". Deve-se pensar que é "uma escrita que cultiva ambiguidades, apostando em um efeito-sujeito. A escrita de si nasce, então, colada a uma figuração de si [...]" (AZEVEDO, 2007, p. 47). É, portanto, um exercício de produção de si (GOMES, 2004), mas também de ilusão biográfica (BOURDIEU, 2006). O indivíduo se constrói na narrativa que escreve e em um exercício de articular memória e imaginação tenta criar linearidade e coerência para sua história de vida ou para o que conta.

O diário virtual "Parto pelo mundo" escrito pela parteira contemporânea Mayra Calvette tem um caráter etnográfico. Ela o criou para divulgar sua viagem por 22 países (durante nove meses) onde observou diferentes formas de parir e nascer. Este fato faz com que embora o *blog* seja uma forma de escrita de si, este também se constrói como uma "escrita do outro". Oliveira (2012), escrevendo sobre relatos de viajantes aponta:

> No que diz respeito ao narrador – o sujeito que viaja e que transcreve as suas experiências -, o estranhamento adquire a forma de filtro entre diferentes sociedades e culturas. Assim que um elemento distinto – o viajante – insere-se em um contexto que não é próprio, aquele, a partir de suas vivências anteriores, questiona, exalta ou contraria aspectos que estão presentes naquele espaço a partir do estabelecimento da relação de alteridade. Esse seu posicionamento frente ao outro é o que faz com que o viajante, em sua narrativa, expresse e pontue o que lhe é diferente (OLIVEIRA, 2012, p. 125).

As postagens do diário de bordo estão todas acessíveis na *internet* e foram feitas entre outubro de 2011 (quando saiu do Brasil) e agosto de 2013 (quando parou de escrever). São 72 postagens e 1293 fotografias dos lugares visitados. O *blog* está disposto dentro do site homônimo "Parto pelo mundo", administrado também por Maíra.

A textualidade digital tem especificidades que a tornam diferente da leitura dos impressos. Chartier (2010, p. 9) coloca que: "Ante o monitor, a leitura é uma leitura descontínua, segmentada, mais ligada ao fragmento do que à totalidade".

Cabe aos pesquisadores compreender os diferentes suportes das informações e/ou textos, que possuem lógicas de apresentação e de interpretação diversas. Nesse sentido, cabe outra reflexão de Chartier (2010, p. 14): "o escrito é transmitido a seus leitores ou auditores por objetos ou vozes, cujas lógicas materiais e práticas precisamos entender".

Mayra escreveu de modo informal alternando, principalmente, entre primeira pessoa do singular (eu) e primeira do plural (nós), referindo a si e ao seu marido que viajou com ela. A maioria das postagens está na língua portuguesa, mas também escreve em inglês. Descreveu os lugares e pessoas, respondeu os comentários e, junto ao texto, inseriu fotos. Citou dados, referências, trechos de livros e escreveu textos sobre os partos, tentando indicar um modo mais habitual de parir em cada país. Não escreveu todos os dias, mas pelas datas acredita-se que o fazia enquanto estava no país descrito.

Foi possível observar que ela escreveu somente sobre países desenvolvidos, embora além destes tenha visitado países pobres. Contudo, sobre estes constam apenas fotos, na seção "álbuns" do *blog*. Também é aparente em sua escrita um teor de ativismo e engajamento pela humanização do parto, principalmente com relação ao parto domiciliar.

Chartier (2002, p. 70) fala de uma "comunidade de leitores". Segundo ele: "A leitura não é somente uma operação abstrata de intelecção: é por em jogo o corpo, é inscrição num espaço, relação consigo ou com o outro. Por isso devem ser reconstruídas as maneiras de ler próprias a cada comunidade de leitores [...]". Acredita-se que a comunidade de leitores deste diário virtual sejam os ativistas do movimento de humanização do parto.

Mayra, no dia 2 de abril de 2002, postou o texto "O ponto da virada e o Renascimento da Parteria na Nova Zelândia", do qual se transcreveu o trecho a seguir:

> Para qualquer "ponto da virada" há muitos anos de preparação. Haviam grupos de mulheres e também de parteiras espalhados pelo país que estavam querendo a mudança há décadas. Elas estavam determinadas e empenhadas em melhorar os serviços de saúde para as mulheres, não tolerando o desrespeito e arrogância por parte dos profissionais de saúde que prestavam serviços de maternidade. As parteiras eram apenas uma seção de enfermagem, mas na verdade eram parteiras. Eles começaram a mudar as placas, crachás de enfermeiras

> obstétricas para parteiras nas portas de hospitais para que a palavra ficasse mais conhecida. Parteiras e mulheres se uniram em uma estratégia política para restabelecer autonomia da parteira, para que as mulheres pudessem ter opção de cuidados obstétricos e permitir o desenvolvimento da educação com entrada direta para formação de parteiras profissionais/obstetrizes e produzir um novo tipo de parteira que seria necessário para a prática de forma autônoma. (CALVETTE, 2012, s.p.)

A autora do diário digital escreveu nesse dia sobre o momento em que mulheres e parteiras na Nova Zelândia começaram a lutar por mudanças no atendimento obstétrico. Defendeu que a identificação e o reconhecimento destas profissionais enquanto parteiras foi importante para essa transformação.

Acredita-se que a autoidentificação das enfermeiras obstétricas e obstetrizes como parteiras contemporâneas indica uma forma de crítica ao sistema hegêmonico da Obstetrícia na atualidade. Ainda, pode haver uma apropriação estratégica do termo parteira, sugerindo um engajamento político com formas menos medicalizadas de atenção ao parto, pois, mesmo diplomadas, elas preferem aproximar sua identidade à das parteiras tradicionais.

Para Dubar (2005) a identidade profissional, não se trata da escolha profissional ou da obtenção de um diploma, mas de uma estratégia identitária. Para que essa identidade possa existir e se reproduzir é necessário um espaço social de reconhecimento e legitimidade, para que o grupo profissional não seja uma testemunha, mas um ator construindo essa identidade constantemente.

Luz e Gico (2015, p. 152) a partir do *blog* "Cientista que virou mãe" tentam compreender como as ativistas do Movimento de Humanização do Parto (MHP) utilizam das ferramentas digitais como mecanismo de luta. Desse modo justificam a escolha da fonte: "escolhido como foco de análise por sua grande visibilidade e credibilidade junto ao MHP, destacando-se entre os demais previamente selecionados a partir de critérios como popularidade, pertinência, relevância e periodicidade de atualizações".

Estas autoras trazem para a discussão um importante termo "ciberativismo", ou seja, o ativismo no ciberespaço e defendem o papel dos *blogs* na discussão do tema da humanização do parto.

> [...] os *blogs*, em particular, têm se configurado em canais com grande potencial contra-hegemônico para o renascimento do parto e a desnaturalização da violência obstétrica, na medida em que suas autoras estão se utilizando de suas ferramentas digitais para facilitar ações coletivas e o engajamento civil na mobilização por uma assistência ao parto mais humanizada e menos violenta, dando maior visibilidade a temática, ao tirá-la da obscuridade. (LUZ; GICO, 2015, p. 157)

Realizou-se um levantamento e foi constatado que o *blog* "Parto pelo mundo" possibilita analisar diversos temas, dentre eles gênero; maternidade; história da saúde; higienismo; parteiras e profissionais da Obstetrícia; costumes locais e rituais da parturição (em 22 países, mais o Brasil); o *blog* como fonte; a militância na rede; a escrita de si e a escrita do outro.

De acordo com Morais (2015):

> Os escritos nos meios digitais supõem a superação da ideia de que apenas algumas pessoas são capazes de escrever e publicar. Isso porque as práticas nas redes sociais na *internet* tornam visível cada vez mais um público crescente que acessa páginas, produz e veicula informações em textos sejam de sua autoria ou não. Os requisitos básicos para essas operações são, no mínimo, ler, escrever e utilizar o recurso para divulgação no espaço desejado, em uma página de um determinado *site, blog,* ou rede social. (MORAIS, 2015, p. 13)

Nessa perspectiva, Luz e Gico (2016, p. 151) defendem que "os blogueiros propõem outra forma de comunicação potencialmente mais criativa e democrática, à medida que tais tecnologias possibilitam maior interatividade, diálogo e pluralismo de ideias na rede, dando mais visibilidade e liberdade de expressão [...]".

Em suma, a pretensão deste texto foi de observar o modo de escrita da autora do diário de bordo, identificando-o como um espaço de narrativa de si e ao mesmo tempo do outro, devido seu caráter etnográfico, bem como, seu potencial enquanto um instrumento para o ativismo.

Pensar um *blog* como fonte histórica implica compreender que a cultura escrita está em diversos suportes, necessitando diferentes modos de leitura e de apropriação sobre as especificidades da textualidade digital. Além disso, utilizar tal recurso é desmistificar a ideia de que só devem ter circularidade os textos eruditos e promover uma democratização das fontes e dos debates, que através da *internet* ganham outras possibilidades de acesso.

Referências bibliográficas:

ALMEIDA, Fábio Chang. O historiador e as fontes digitais: uma visão acerca da internet como fonte primária para pesquisas histórica. **AEDOS**: Revista do Corpo discente do PPG - História da UFRGS, v. 3, n.8. p. 9-30, 2011.

AZEVEDO, Luciene. *Blogs*: a escrita de si na rede dos textos. **Matraga**, Rio de Janeiro, v.14, n.21, p. 44-55, 2007.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Morais; AMADO, Janaina. **Usos e abusos da história oral**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006. p. 183-191.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia**: a história entre incertezas e quietudes. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

_____. Escutar os mortos com os olhos. **Estudos avançados**. 24 (69) 2010. p. 7-30.

DOSSE, François. História do tempo presente e historiografia. **Tempo e argumento.** Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 5 – 22, 2012.

DINIZ, Carmen Simone Grilo. Humanização da assistência ao parto no Brasil: os muitos sentidos de um movimento. **Ciência & Saúde Coletiva**, 10 (3), p. 627-637, 2005.

EIRAS, Bruno Duarte. *Blogs*: mais que uma tecnologia, uma atitude. **Cadernos BAD**. n. 1, p. 75-86, 2007.

GOMES, Ângela de Castro. Escrita de si, escrita da história: a título de prólogo. In:_____ (Org.) **Escrita de si, escrita da história.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 7-24.

GONÇALVES, Renata. Do luto à luta: madres e mães de maio contra a violência de Estado. In: **Anais do V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina.** Universidade Estadual de Londrina, Londrina-PR, 2013, p. 1-14.

LUZ, Lia Hecker; GICO, Vânia de Vasconcelos. *Blogs* como canais alternativos de comunicação para o renascimento do parto. **Intercom – RBCC**. São Paulo, v.39, n.2, p.147-160, 2016.

MATTOS, Hebe. História e movimentos sociais. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Novos domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 95-111.

MORAIS, Roselusia Teresa Pereira de. Modos de ler: uma análise das práticas de leitores de Erico Verissimo na internet. **Anais online do 8º Encontro Internacional de Formação de Professores e 9º Fórum Permanente Internacional de Inovação Educacional.** v. 8, nº 1, 2015. p. 1-15.

PALMA, José João Lanceiro. **Lutas sociais e construção do SUS:** o movimento de saúde da zona leste da cidade de São Paulo e a conquista da participação popular na saúde. 212 f. Tese (Doutorado em Ciências), São Paulo, 2013.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, História e Poder. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, 2010.

OLIVEIRA, Luciana da Costa de. O gaúcho e o Rio Grande do Sul na visão de Berilo Neves: algumas impressões. In: CONSTANTINO, Núncia Santoro de (Org.). **Relatos de viagem como fontes à história.** Porto Alegre: Edipucrs, 2012, p. 123-134.

TORNQUIST, Carmen Suzana. **Parto e poder:** o movimento pela humanização do parto no Brasil. 412 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Florianópolis, 2004.

A LEITURA DELEITE NOS CURSOS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DO PNAIC

Ellem Rudijane Moraes de Borba[20]

Maristani Polidori Zamperetti[21]

A Leitura Deleite – o ler pelo prazer de ler – é uma prática que vêm se tornando uma opção didática produtiva nas salas de aula. Essa atividade tem o objetivo de estimular o gosto pela leitura e refletir sobre as diversas funções que ela ocupa na vida social do indivíduo, assim como possibilitar momentos destinados ao prazer e fruição, a ampliação de saberes e o contato com diversos textos literários, além de favorecer o alcance de novos conhecimentos, estimular a criatividade e promover a imaginação. Essa prática também foi vivenciada nos cursos de formação do PNAIC – Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (BRASIL, 2012).

O presente artigo emerge de um projeto de pesquisa em desenvolvimento, cujo objetivo é considerar possíveis modificações nas práticas de leitura pessoal dos professores alfabetizadores em decorrência das atividades de Leitura Deleite, realizadas nos Cursos de Formação de Professores do PNAIC, assim como, averiguar se este programa contribuiu para a formação do professor leitor.

Minha primeira aproximação com o tema foi através da participação como bolsista de iniciação científica do projeto *OBEDUC - Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa - Formação de Professores e melhoria dos índices de leitura e escrita no ciclo de alfabetização (1º ao 3º ano do ensino fundamental)*, bem como das atividades de monitoria nos cursos de formação de professores durante os anos de 2013 e 2014. O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa é um acordo firmado entre o Governo Federal, estados, municípios e entidades com a finalidade de estabelecer o compromisso de alfabetizar os alunos das redes públicas de

[20] Aluna de Mestrado do Curso Pós-Graduação em Educação, pela Universidade Federal de Pelotas. Grupo de pesquisa: Pesquisa, Ensino e Formação Docente nas Artes Visuais (UFPel/CNPQ). ellemsdjb@gmail.com.

[21] Doutora em Educação. Centro de Artes/PPGE (FaE) - Universidade Federal de Pelotas. Coordenadora do Grupo de pesquisa: Pesquisa, Ensino e Formação Docente nas Artes Visuais (UFPel/CNPQ). maristaniz@hotmail.com.

educação, no máximo, até que completem oito anos de idade, portanto, ao final do ciclo de alfabetização.

De acordo com o material disponibilizado para o programa, os objetivos propostos foram contemplados em diferentes unidades da formação, obedecendo sempre uma perspectiva em espiral, de modo que, cada temática era retomada aprofundando as reflexões. Porém, em cada unidade, algumas atividades se realizavam de forma permanente nas dinâmicas dos cursos, entre essas, estava a Leitura Deleite. Deste modo, acredito que o objetivo de destinar um momento permanente para os professores desfrutarem do ler por prazer em um curso de formação de professores era nada mais, nada menos do que proporcionar uma reaproximação entre estes e a leitura, além de uma tentativa de recuperar o prazer e o hábito que por um motivo ou outro,tenham perdido com o passar do tempo.

Ao privilegiar a Leitura Deleite como estratégia permanente na dinâmica dos encontros de formação de professores, o PNAIC investiu não apenas na qualificação do professor como mediador da leitura, mas como leitor e também na formação pessoal, sensível e estética desse profissional. A proposta era que os cursistas, que eram os Orientadores de Estudos, levassem essa prática para seus grupos de formação e fomentassem a Leitura Deleite com os professores alfabetizadores que integravam seus respectivos grupos.

O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa é um programa que o Ministério da Educação desenvolve em parceria com as universidades públicas brasileiras e secretarias de educação. A Universidade Federal de Pelotas foi responsável pela coordenação de três pólos, assim como pela implantação de ações de formação dos Orientadores de Estudo e de mais de 10.000 professores alfabetizadores distribuídos em 150 municípios da região meridional do Rio Grande do Sul, levando-se em conta a grande importância deste programa pode-se afirmar que a investigação dos resultados obtidos pelo PNAIC é um importante passo para uma melhor compreensão dos professores enquanto leitores. Portanto, o investimento em uma formação literária para os professores, aponta para possíveis resultados positivos na formação leitora desses profissionais e em conseqüência disso, benefícios diretos para as crianças em fase de alfabetização(SEMINÁRIO ESTADUAL PNAIC, 2014).

Para elaborar esse trabalho me inspirei parcialmente em outras pesquisas que tratam da formação leitora dos professores, uma delas é *"Leituras de educadores da primeira infância: o contexto leitor de dois municípios do oeste paulista"*de Cyntia Graziella Guizelim Simões

Girotto e Marília Renata Junqueira de Souza (UNESP – Presidente Prudente). A proposta dessa pesquisa é organizar uma proposta de atividades leitoras a partir do acervo do PNBE (Programa Nacional Biblioteca na escola) destinado à Educação Infantil e também da necessidade de coerência de um trabalho educativo dirigido à formação da inteligência e da personalidade da criança.

Um dos eixos de análise da pesquisa é o perfil cultural dos sujeitos investigados, a temática leitura foi utilizada como conceito operativo da geração dos dados. Devido à necessidade de compreender elementos inerentes ao perfil cultural dos professores e dos coordenadores participantes da pesquisa, buscou-se descobrir que leituras esses profissionais faziam para seu lazer, entre as preferências estavam revistas, jornais, romances, livros policiais, de literatura infantil e juvenil, autoajuda, dentre outros. Além disso, questionou-se acerca do último livro lido e quando foi essa leitura, bem como com que frequência o professor ou coordenador lê (jornais, revistas, textos diversos e livros de literatura) e quantos livros leu em 2011. Algumas das respostas mostram que os livros de autoajuda têm certa preferência por parte de alguns entrevistados, a rejeição a obras de literatura policial aparece como dado significativo nos resultados da pesquisa.

Outro estudo importante para a elaboração deste projeto é a pesquisa *Retratos da Leitura no Brasil 3* (Faila, 2012), que analisa indicadores voltados à orientação de programas e projetos de inclusão cultural da população brasileira. Considerando a importância de programas direcionados à formação e reciclagem de professores e de incentivo à leitura nas salas de aula e fora dela, a pesquisa traz um dado preocupante em relação às práticas de leitura pessoal dos professores, dos 145 entrevistados, 13declararam não gostar de ler; 38 que leem pouco e 94 professores afirmaram que gostam muito de ler. Porém, quando perguntados sobre o que fazem em seu tempo livre, 78 professores disseram que preferem assistir televisão, 45 que acessam redes sociais; e somente três professores declaram que preferem ler.

Segundo os autores da pesquisa, essas respostas confirmam que um dos principais problemas a serem superados para o avanço na formação leitora dos alunos seria a formação leitora dos professores:

> A grande maioria não lê livros, ou porque prefere outras atividades ou porque lê outros materiais, como jornal. Como despertar o gosto pela leitura de seus alunos se seu repertório cultural e de literatura é tão escasso, e se ele mesmo desconhece esse prazer. (Faila, 2012, p. 46).

De acordo com a bibliografia de apoio disponibilizada no site do PNAIC, no item *Lúdico*

e a literatura na alfabetização, no capítulo 2, *O professor como mediador das leituras literárias*, Ana Arlinda de Oliveira, em seu artigo aborda a mediação do professor nos processos de leitura literária, sobre essa prática a autora diz o seguinte:

> [...] Ser mediador da leitura é conseguir compartilhar com a criança. Quando o professor é um entusiasta da leitura e comunica esse entusiasmo às crianças, existe grande possibilidade de que estas sejam seduzidas pela leitura, por conta da curiosidade sobre o que está sendo lido. É muito importante que a criança veja o professor lendo. Nos momentos em que as crianças leem silenciosamente, é interessante que o professor o faça também, de modo que o ambiente escolar seja visto como lugar agradável do exercício da leitura para ambos (Oliveira, 2010, p. 51).

Graça Paulino no artigo *Letramento literário: cânones estéticos e cânones escolares* faz considerações sobre a escolha de livros literários utilizados nas escolas, visto que se prioriza a escolha de gêneros tradicionais com temas didatizantes e moralizantes em detrimento de outros que tragam algum tipo de denúncia social ou de humor o que, segundo ela, demonstra o pouco conhecimento literário de quem realizou essas seleções:

> [...] Entendendo que tais cânones derivam de uma formação que não desenvolveu a cidadania letrada, consideramos que esse processo de escolha como o trabalho de educadores não-leitores literários que lidam profissionalmente com a Literatura. (Paulino, 2010, p. 159).

Outro artigo de Graça Paulino que se relaciona com o tema formação de leitores é o seguinte: *A formação de professores leitores literários: Uma ligação entre a infância e a idade adulta*, neste texto a autora relaciona o letramento literário, o letramento funcional e o letramento filosófico. O letramento funcional tem a característica de ser democratizado, enquanto que os outros de natureza estética e intelectual se restringem minorias de elite. Embora o letramento literário se configure como uma prática de minorias encontra-se democraticamente presente nas escolas, porém geralmente, esse tipo de texto não é trabalhado nos ambientes escolares de modo adequado, ou seja, em seu caráter estético, priorizando o caráter funcional dos textos, prejudicando de maneira drástica sua apreciação.

Magda Soares, em *A escolarização da literatura infantil e juvenil*, ao comentar sobre o que ocorre com a literatura dentro do contexto escolar, traz uma reflexão sobre as consequências que um trabalho inadequado pode acarretar:

> [...] a literatura é *sempre* e *inevitavelmente* escolarizada, quando dela se apropria a escola; o que se pode é distinguir entre uma escolaridade *adequada* da literatura – aquela que conduza mais eficazmente às práticas de leitura que ocorrem no contexto social e às atitudes

> e valores que correspondem ao ideal de leitor que se quer formar – e uma escolarização inadequada, errônea, prejudicial da literatura – aquela que antes afasta do que aproxima de práticas sociais de leitura, aquela que desenvolve resistência ou aversão à leitura (Soares, 1999, p. 25).

Portanto, entendo que todas essas considerações tecidas em relação a problemática enfrentada pela educação brasileira, no que concerne a formação de leitores, tem uma convergência direta com a formação literária dos professores, pois da mesma forma que os alunos precisam ter contato e ser expostos às obras de literatura, também e principalmente para os professores é imprescindível essa prática, que proporciona as ferramentas necessárias para que possam trabalhar de maneira adequada com as obras de literatura.

De acordo com Zilberman (2009), as relações entre leitura e literatura precisam ser preservadas e significadas, já que a leitura é capaz de favorecer descobertas de outros mundos, de acordo com a imaginação e experiência individual do leitor. A escola,por ser um ambiente propício ao desenvolvimento de transformações sociais e culturais, deveria privilegiara leitura de ficção, que é concebida como uma das experiências mais amplas de leitura, além representar uma alternativa para transcender a função escolar e realizar um dos seus principais objetivos, que é facilitar ao aluno a ação de ler, transformando esse ato em prazer. As palavras de Zilberman corroboram com a ideia apresentada acima:

> [...] a obra de ficção, fundada na noção de representação da realidade, exerce tal papel sintético de forma mais acabada, fazendo com que leitura e literatura constituam uma unidade que mimetiza os contatos materiais do ser humano com seu contorno físico, social e histórico, propondo-se mesmo a substituí-los (Zilberman, 2009, p. 32-33).

Desta forma, considero que a leitura literária é a ferramenta mais adequada para realizar a atividade de Leitura Deleite, já que a fantasia presente na literatura quase nunca é pura e se refere invariavelmente a determinada realidade inerente à sociedade em que ela está inserida, logo a imaginação e a realidade possuem uma estreita ligação. Contudo não podemos esquecer que a literatura pode formar, porém não é um simples instrumento pedagógico ou educacional, visto que "Ela não corrompe nem edifica, portanto, mas, trazendo livremente em si o que chamamos o bem e o mal, humaniza no sentido profundo, porque faz viver" (Candido, 2004, p. 85).

Segundo Antonio Candido (2002), um dos papéis mais importantes da literatura é sua função humanizadora, isto é, uma das funções sociais da literatura é a capacidade de confirmar

a humanidade do homem, portanto, é preciso ver a obra literária como objeto de conhecimento e considerar a validade e a função que a literatura possui de sintetizar e projetar a experiência do homem e também de seu grupo social. Dessa forma, podemos dizer que a literatura é o veículo da expressão do homem e também ferramenta para sua própria formação.

Rubem Alves diz que o corpo carrega duas caixas, na mão direita carregamos uma caixa de ferramentas, já na esquerda leva uma caixa de brinquedos. Utilizando-se dessa imagem, o autor discorre sobre os saberes que os professores deveriam desenvolver nos alunos, entre esses saberes estão a utilização das *"ferramentas"*, objetos da ordem do "útil", que o homem precisa lançar mão para viver sua vida. Eu diria que a Leitura Deleite se encontra na outra caixa, na caixa de brinquedos, onde estão os objetos da ordem da fruição, do prazer... coisas inúteis e por isso mesmo imprescindíveis na vida do ser humano por serem portadoras de amor e alegria, feitos para o nosso deleite. Os professores precisam portanto, aprender a brincar, o livro por dar prazer também poderia estar dentro da caixa de brinquedos.

> [...] Mas há uma outra caixa, na mão esquerda, a mão do coração. Essa caixa está cheia de coisas que não servem para nada. Inúteis. Lá estão um livro de poemas de Cecília Meireles, a 'Valsinha' do Chico, um cheiro de jasmim, um vento no rosto, uma sonata de Mozart, o riso de uma criança, um saco de bolas de gude ...(Alves, 2005, p.12).

Duarte Júnior (2000) em sua tese, *O Sentido dos sentidos: a educação (do) sensível* considera o saber sensível como possibilidade para o alcance de conhecimentos e saberes mais abrangentes. O autor assegura que a experiência estética é fundamental para a formação humana, e que a ficção e a imaginação são possibilidades que a humanidade dispõe para a ampliação do saber sensível. Desta forma, analisar a atividade de Leitura Deleite, praticada pelos professores alfabetizadores durante os cursos de formação de professores do PNAIC, pode evidenciar que esse tipo de prática é uma oportunidade de estreitar as relações dos docentes com a literatura e de recuperar o prazer e o hábito da leitura.

Antonio Nóvoa (1992 e 1995), quando fala na importância da formação de professores aponta para a associação entre a identidade pessoal e profissional do professor.

> [...] A formação não se constrói por acumulação de cursos, conhecimentos ou técnicas, mas sim através de um trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas e de (re)construção permanente de uma identidade pessoal. Por isso é tão importante investir na pessoa e dar um estatuto de saber a experiência (Nóvoa,1992, p. 25).

Em relação à formação de professores Zamperetti (2010) considera que "a impossibilidade de separação da vida profissional e da vida pessoal do professor é um tema que tem sido tratado ultimamente por diversos pesquisadores na área educacional [...]", dada a sua relevância para a compreensão dos processos da docência contemporânea. Entende que a não vinculação entre a vida pessoal e a vida profissional em sala de aula acarreta sérias consequências para o exercício da docência, visto ser impossível colocar uma "máscara docente" e falar somente nos conteúdos disciplinares, portanto justifica-se assim a importância de compreender as práticas de leitura pessoal dos professores alfabetizadores como objetivo central dessa pesquisa.

A pesquisa estará focada em um grupo de professores alfabetizadores participantes dos Cursos de Formação de Professores do PNAIC, que participaram das formações do ano de 2013, já que este foi o ano dedicado aos estudos de Língua Portuguesa. Este grupo, diferente da maioria, trabalhou não só com literatura infantil, mas também com outras literaturas, além disso, a Orientadora de Estudos tem uma história de valorização e prática de leitura para seu deleite, e por isso optou por trabalhar com diversos textos literários como crônicas, contos, fábulas e outros textos que não faziam parte do cotidiano de leituras desses professores. Desta forma, pretendo entender se essas atividades de Leitura Deleite realizadas pelo grupo modificaram os hábitos de leitura desses professores.

Os procedimentos de pesquisa serão realizados com base em uma abordagem qualitativa, visto que esse tipo de abordagem é descritiva e tem, como principal foco de análise, o processo: relação dinâmica entre o mundo real e os sujeitos da pesquisa (GIL, 1999). Após a seleção do número dos professores pesquisados, pretende-se coletar os dados a partir de entrevistas semi-estruturadas, buscando respostas às questões envolvidas no objetivo da pesquisa. Essas entrevistas serão gravadas e posteriormente transcritas. Para Bauer e Gaskell (2002, p. 65), a entrevista permite a "compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivações, em relação aos comportamentos das pessoas em contextos sociais específicos".

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) de Língua Portuguesa (BRASIL, 1997, p. 43) dizem que "a leitura como prática social, é sempre um meio, nunca um fim. Ler é resposta a um objetivo, a uma necessidade pessoal". Dessa forma, estimular a leitura pelo prazer e pela necessidade de fruição e fantasia é um desafio que se impõe aos professores e professoras atualmente, tendo em vista que o brasileiro não tem o hábito da leitura, e que essa prática ainda é muito frágil entre a nossa população.

A formação continuada dos professores alfabetizadores apresentou-se como um dos eixos principais para o sucesso dessa proposta, ou seja: refletir, estruturar e melhorar a ação docente foi, portanto, o principal objetivo dos cursos. Dessa forma, o Programa propôs estudos e atividades práticas para atualizar e aprofundar a formação dos professores alfabetizadores da Rede Pública de Ensino, porém essa formação não deve se restringir a conteúdos programáticos ou disciplinares, mas priorizar o profissional e o ser humano em sua totalidade.

A importância dos professores na promoção e orientação da leitura em sala de aula envolve o constante desenvolvimento de sua condição de leitor, principalmente a partir da vivência cotidiana dessa prática. Desta feita, o investimento em uma formação literária para os professores, como acontece nos cursos de formação do PNAIC, aponta para possíveis resultados positivos na formação leitora dos professores e das crianças em fase de alfabetização. Os desafios para que as escolas avancem na formação de leitores demandam investimentos na formação docente. Os resultados obtidos com base na análise do impacto da atividade de Leitura Deleite sobre as práticas de leitura pessoal dos professores pretendem superar qualquer ideia ainda vinculada à tradicional perspectiva de transmissão de conteúdos em prol da emergência de um sujeito responsável pela criação de um ambiente propício à reflexão, à construção do conhecimento e à socialização do saber sistematizado ao longo da história humana e social por meio da leitura.

Referências Bibliográficas

ALVES, Rubem. **Educação dos Sentidos e mais...** Campinas: Verus Editora, 2005.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. **Pacto nacional pela alfabetização na idade certa: formação de professores no pacto nacional pela alfabetização na idade certa** / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Brasília: MEC, SEB, 2012.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **B823p Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa** / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: 144p. 1. Parâmetros curriculares nacionais. 2. Língua Portuguesa: Ensino de primeira à quarta série. I. Título.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

CANDIDO, Antonio. **A literatura e a formação do homem**. In: Textos de intervenção. (Seleção, apresentações e notas de Vinicius Dantas). São Paulo: Duas cidades, 2002. (Coleção Espírito Crítico).

CANDIDO, A. O direito à literatura. In: **O direito à literatura e outros ensaios**. Coimbra: Angelus Novus, 2004.

DUARTE JÚNIOR, João-Francisco. O Sentido dos Sentidos: a educação (do) sensível. **Biblioteca Digital da Unicampi**, 2000. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000211363&fd=y>Acessoem: 11 jun. 2016.

GIROTTO, C. S.; SOUZA, R. J.; *Leituras de Educadores da Primeira Infância: O Contexto Leitor de Dois Municípios do Oeste Paulista*. **Anais do II Seminário de Língua, Literatura e Processos Culturais.** UCS, Caxias do Sul, 2014. Acessado em: 13 nov. 2015.

FAILA, Z. (Org.). **Retratos da Leitura do Brasil 3**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/Instituto Pró-Livro, 2012. Disponível em: <http://www.prolivro.org.br/images/antigo/4095.pdf >. Acessado em: 13Nov. 2015.

NÓVOA, António. **Os professores e a sua formação.** Lisboa. Publicações Dom Quixote, 1992.

NÓVOA, António. Diz-me como ensinas e dir-te-ei que és e vice-versa. In: FAZENDA, Ivani. **A pesquisa em educação e as transformações do conhecimento.**Campinas: Papirus, 1995.

OLIVEIRA, Ana Arlinda de. **O professor como mediador das leituras literárias.** In: BRASIL, Ministério da Educação. Literatura: ensino fundamental. Coleção Explorando o ensino, vol. 20, Secretaria de Educação Básica – Brasília:

pdf. MEC/ SEB, 2010. Disponível em: http://www.tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/150630AlfabetizacaoeLetramento. Acessado em 13 nov. 2015.

PAULINO, G. **Das leituras ao letramento literário**. (Organizadora: Cristina Maria), Belo Horizonte: FaE/UFMG, Pelotas: UFPel, 2010.

SEMINÁRIO ESTADUAL PNAIC. **O Brasil do futuro com o começo que ele merece**. Disponível em: http://pnaic.ufpel.edu.br/, acessado em 13 nov. 2015.

SOARES, M. A escolarização da literatura infantil e juvenil. In: EVANGELISTA, Aracy et al. (orgs.). **Escolarização da leitura literária**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

ZAMPERETTI, Maristani Polidori. **Formação docente e autorreflexão:** práticas pedagógicas coletivas de si na escola. 2012. 148f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Pelotas.

ZILBERMAN, Regina. A escola e a leitura da literatura, In: ZILBERMAN, Regina & ROZING, Tania. **Escola e Leitura: velha crise, novas alternativas**. São Paulo: Global, 2009.

DR. WILHELM ROTERMUND E A *EVANGELISCHE BUCHHANDLUNG:* OPÇÕES DE LEITURA EM LÍNGUA ALEMÃ DE 1877 A 1879[22]

Imgart Grützmann[23]

A partir de 1850, a oferta e comercialização de opções de leitura em língua alemã no Rio Grande do Sul, entre elas almanaques, brochuras, jornais, livros e revistas ilustradas, predominantemente importadas da Alemanha, foram efetuadas pelos chamados intermediários da leitura. Na perspectiva de Robert Darnton, os intermediários são pessoas envolvidas, em diferentes graus, no contato com impressos, que englobam "figuras pouco familiares – trapeiros, fabricantes de papel, tipógrafos, carroceiros, livreiros e até leitores" (Darnton, 1990, p.132). Para Darnton, no processo de circulação da palavra impressa, "o livreiro podia ser considerado o intermediário mais importante de todo o sistema, pois operava na área crucial em que a ofertava se cruzava com a demanda" (Darnton, 1990, p.142). Com base na importância desse tipo de intermediário e nas etapas "quem lê o quê em diferentes épocas" (Darnton, 1990, p.149), conforme propostas por Darnton para uma história dos livros e da leitura, nessa comunicação caracterizar-se-á brevemente a atuação do Dr. Wilhelm Rotermund como livreiro à frente da *Evangelische Buchhandlung* [Livraria Evangélica] em São Leopoldo/RS. Somado a isso, almeja-se evidenciar algumas opções de leitura, importadas da Alemanha e de outros países de língua alemã, ofertadas por Rotermund entre 1877 e 1879, marco temporal que corresponde aos primeiros anos de funcionamento da *Evangelische Buchhandlung* [doravante *EB*] no mercado. Para tanto, utilizou-se como fonte anúncios publicitários da *EB*, veiculados no jornal *Deutsche Zeitung*, de Porto Alegre, em função da relevância da publicidade na história dos livros e da leitura. Esse tipo de fonte permite, a partir de uma perspectiva macro-analítica, conforme mencionada por Darnton (1990), realizar um mapeamento das opções ofertadas por livreiros e editores, ainda que seu resultado seja parcial em relação à variedade e à quantidade do estoque existente. A publicidade ainda é uma fonte relevante para a história dos livros e da leitura porque "muito se aprenderia sobre as atitudes em relação aos livros e o contexto de sua utilização utilizando a maneira como eram apresentados – a estratégia de apelo, os valores invocados pelo discurso empregado" (Darnton, 1990, p.124). No caso de livreiros e editores no

[22] Trabalho resultante do projeto de pesquisa "Comércio livreiro e acesso à literatura alemã e a outras obras oriundas da Alemanha entre os imigrantes e seus descendentes no Rio Grande do Sul (1877-1941) – Parte II", em andamento no Centro de Letras e Comunicação da UFPel.

[23] UFPel, doutora em Letras pela PUCRS com estágio de doutorado-*sandwich* no Institut für Kulturanthropologie und europäische Ethnologie da Universität Frankfurt am Main, e-mail: imgart@terra.com.br

Rio Grande do Sul do século XIX, a imprensa em língua alemã com seus anúncios publicitários, em muitos casos, é a fonte ainda acessível para o levantamento do tipo de impressos disponíveis no mercado livreiro, apesar de trazerem dados incompletos acerca de autoria e título da obra e, na maioria dos casos, sem especificações de editora, ano e local de publicação, lacunas essas que dificultam a identificação precisa das opções de leitura.

Dr. Wilhelm Rotermund e a criação da *Evangelische Buchhandlung*

Em agosto de 1877, Dr. Wilhelm Rotermund[24] (1843-1925), natural de Stemmen/Alemanha, doutor em Teologia pela Universidade de Jena, fundou a *EB* "com um capital muito pequeno para o qual ainda contribuíram alguns clérigos e professores" (Fausel, 1936, p.39), que passou a funcionar, em São Leopoldo/RS, na casa pastoral, situada "na esquina das atuais ruas Marquês do Herval e Oswaldo Aranha" (Dreher, 2014, p.62). Em 1879, a partir de maio, a *EB* "instalou uma filial na casa ao lado do Sr. Carl Schüler e encarregou o Sr. Otto Thimmig das vendas" (Rotermund, 1879, p.3), cujo funcionamento, ao que tudo indica, durou poucos meses. Seu trabalho como livreiro, Rotermund desempenhava, auxiliado por sua esposa Marie Brabandt Rotermund, concomitantemente às diversas atividades pastorais, que assumira ao chegar, em dezembro de 1874, para atuar na Comunidade Evangélica de São Leopoldo/RS, na qual exerceu o pastorado de 1875 a 1918. No final da década de 1880, Rotermund assumiu sozinho a *EB*, a qual passou a girar sob o nome de *Buchhandlung von Wilhelm Rotermund* (Fausel, 1936, p.40).

Com a criação da *EB*, Rotermund pretendia inicialmente "difundir bons livros a preços módicos" (Fausel, 1936, p.40) entre os imigrantes de fala alemã e de confissão evangélica, atividade essa pautada por uma fundamentação teológica na qual ocorrera a sua formação, já que "como pastor luterano vinha da tradição agostiniana, onde se salientava a importância da leitura e da escrita" (Kreutz, 2002, p.67). Com a criação da *EB*, Rotermund também almejava "cultivar o modo de pensar alemão e evangélico por meio da venda de bons livros" (Fausel, 1936, p.40). Desse modo, a atividade de livreiro inseria-se no conjunto das demais ações desenvolvidas por Rotermund, norteadas pelo binômio alemão e evangélico, que, assim, visavam a "edificar, fortalecer e defender os cristãos evangélicos no Brasil, especialmente no Rio Grande do Sul" (Dreher, 2003, p.84) e também ao "fortalecimento e a preservação da

[24] Para a caracterização da trajetória de Wilhelm Rotermund toma-se como base a biografia elaborada por Erich Fausel (1936). As traduções das citações de Fausel, bem como das demais em língua alemã utilizadas no texto, foram efetuadas pela autora dessa comunicação.

germanidade [Deutschtum]" (Dreher, 2003, p.84). Nesse sentido, Fausel sublinha que Rotermund considerava "o amálgama de alemão e evangélico como fundamentado a partir do ponto de vista histórico, psicológico e essencial" (Fausel, 1936, p.239). Para Dreher, essa ligação estreita entre evangélico e germanidade salienta o fato de Rotermund "ser um herdeiro do Romantismo, cujas teorias se cristalizaram, na Igreja Evangélica da Alemanha, após a Guerra Franco-Prussiana de 1870/71, no Protestantismo Nacionalista" (Dreher, 2003, p.86). Para a concretização das metas da *EB* por meio da palavra impressa, as opções de leitura precisavam ser variadas e de visão ampla. Rotermund reconhecera essa necessidade a partir da constatação de que "não se conquista as pessoas apenas com tratadozinhos, mas com o oferecimento de boas possibilidades de leitura, de boas bibliotecas, e, desse modo, convencer despercebidamente os indiferentes e os adversários" (Fausel, 1936, p.39).

A análise dos anúncios publicitários, do período de 1877 a 1879, permitiu a identificação de diversas opções de leitura impressas à venda na *EB*, entre elas livros, brochuras, periódicos, certidões de confirmação, agendas e livros de figuras para crianças. A *EB* ainda comercializava uma gama variada de papel, material escolar, instrumentos e artigos musicais. No tocante a livros e brochuras em língua alemã, predominavam na *EB* opções importadas da Alemanha e, em menor proporção, exemplares vindos da Áustria e da Suíça. Nos anúncios da *EB* constava também uma obra oriunda dos Estados Unidos: *The book of common Prayer, and administration of the Sacraments, and other rites and ceremonies of the church, according to the use of the protestant episcopal church in the United States of America*, de Thomas Church Brownell, bispo da Igreja Evangélica do Estado de Connecticut, editado em 1846, e vendido no valor de 3$000 reis.

Apesar da predominância de obras importadas da Europa, a *EB* já vendia, a partir de 1878, manuais escolares em língua alemã produzidos no Brasil, entre eles *Fibel für deutschen Schulen in Brasilien*, cartilha escolar concebida por Wilhelm Rotermund e Nack, publicada em 1878, mas ainda impressa em Leipzig na Alemanha. No que tange ao Brasil, na *EB* podia-se adquirir livros em português, entre eles *Bíblia Sagrada*, *Novo Testamento* e *Cozinheiro Imperial ou nova arte do cozinheiro e do copeiro*, de R.C.M., publicado, em 1843, no Rio de Janeiro pela Laemmert & Co. A *EB* ainda operava com a representação de periódicos, possibilitando a "assinaturas de todos os jornais e de todas as revistas editadas na Alemanha" (Die Evangelische Buchhandlung, 1879, p.3), entre elas a edição semanal da *Kölnische Zeitung*, jornal existente desde 1789 em Köln, de teor democrático e liberal. Dos periódicos brasileiros, a *EB* disponibilizava *Pregador Christão* e *Jornal do Agricultor*.

No que se refere aos livros e às brochuras em língua alemã, importados da Europa e comercializados pela *EB* entre 1877 e 1879, observou-se, entre as ofertas dos anúncios, a presença de vários campos, dos quais, nessa comunicação, serão abordados os seguintes: religião, educação e literatura

Leituras de teor religioso na *Evangelische Buchhandlung* (1877-1879)

As opções de leitura de teor religioso disponíveis na *EB* englobavam vários tipos de impressos, direcionados a profissionais, como pastores e professores, e ao público leitor em geral, e voltadas para diversas práticas, entre elas o culto evangélico, a devoção individual, familiar e comunitária, o entendimento da Sagrada Escritura e o ensino da religião. A difusão desse tipo de leitura era uma das metas almejadas com a criação da *EB*, mas na sua base encontrava-se também a formação de Rotermund, uma vez que "a promoção da leitura, especialmente de teor religioso, foi característica marcante do luteranismo" (Kreutz, 2002, p.67). Conforme salienta Fausel, "em uma boa vida familiar cristã, em uma escola alemã com aulas de religião e no cultivo de uma vida comunitária religiosa Rotermund vislumbrava os pilares de toda a educação do povo" (Fausel, 1936, p.239).

No âmbito das leituras de teor religioso, uma das opções de leitura comercializada na *EB* relacionava-se à Sagrada Escritura, tópico que abarcava Bíblias em língua alemã, no valor de 1$000 a 5$000 reis, e exemplares do Novo Testamento ao preço de $240 a 2$000 reis; a coleção *Bibelwerk*, de August Dächsel, volumes II a VI (77$800 reis)[25], e *Bibelwerk*, de Gran, volume I (8$000); *Calwer biblische Geschichten* ($700, Calw/Alemanha), histórias bíblicas publicadas pela Calwer Verlags-Verein; e *Biblische Wandbilder*, 24 imagens bíblicas para parede em preto e branco (12$000) ou colorido (30$000). Havia também obras que visavam à compreensão de aspectos da Sagrada Escritura tais como *Biblisches Wörtebuch für das christliche Volk*, dicionário de H. Zeller (dois volumes 12$000, 1866); *Die Biblische Geschichte in ihrem Zusammenhang* (1$400, volume encadernado), história bíblica de Emil Köhler, superintende e pastor-mor em Camburg/Alemanha. Outras opções de leitura centravam-se na figura de Jesus Cristo, entre elas *Die sieben Worte Jesu am Kreuze. Evangelische Betrachtungen* (2$200, Berlim, 1871), de Hermann Friedrich Nathanael Dalton (1833-1913); *Die Herrlichkeit des Herren: sieben Betrachtungen über die Person Jesu Christi* (3$000, Leipzig/Alemanha, 1873), de Johannes Röntsch (1838-1905); *Gechichte Jesu nach der heiligen*

[25] Entre parênteses consta o preço das opções de leitura, valor em reis, moeda corrente no Brasil à época, o local de publicação e o ano da primeira edição da obra, sempre que esses dados estiverem disponíveis.

Schrift (6$750, Basel/Suíça, 1875), de Julius Lindenmeyer. Ainda relativas ao Novo Testamento estavam disponíveis na *EB* as seguintes obras*: Ein Tag in Capernaum* (1$800), de Franz Julius Delitzsch (1813-1890); *Bethanien. Evangelische Betrachtungen* (2$750, Berlim, 1875), de Hermann Dalton; *St. Paulus zu Wasser und zu Lande* (5$000, Bremen/Alemanha, 1877), de Otto Funcke (1836-1910), pastor evangélico e escritor.

Um segundo tópico de leituras de cunho religioso englobava opções de caráter devocional para uso na esfera pessoal, familiar e/ou em outros espaços como a igreja e a escola, a saber: a) livros de oração: *Johann Friedrich Stark's tägliches Hausbuch in guten und bösen Tagen* (1$500, Frankfurt am Main, 1727), de Johann Friedrich Stark (1680-1756), teólogo e pastor de orientação pietista, livro composto de orações e cantos para pessoas sadias, aflitas, doentes e moribundas; *Gebetbuch für Christen. Eine Sammlung christliche Gebete* ($500, Barmen, 1854), organizado pela *Tractatgemeischaft* em Wuppertal; *Gebet, welch' ein Mensch* (1$000), de Franz Julius Delitzsch b) catecismos: *Evangelische Kathecismus der rheinischen Provinzial-Synode* ($400, 1860), voltado para o ensino religioso; *Kathecismus über die Unterscheidungslehre der evangelisch-protestantischen und der römisch-katholischen Kirche, nebst den betreffenden Beweisstellen der heiligen Schrift* ($360, Duisburg/Alemanha, 1844), organizado por diversos clérigos do Sínodo de Duisburg; *Württembergisches Fragebüchlein* ($320), destinado ao ensino religioso; c) hinários: *Liederlust der Zionspilger. Eine möglichst vollständige Sammlung der schönsten und gangbarsten geistliche lieblichen Lieder der evangelischen Kirche* (1$000, brochura, Leipzig, 1865); *Kleine Missionsharfe in Kirchen-und Volkston für festliche und außerfestliche Kreise* (Gütersloh/Alemanha, 1852); *Gesangbuch zum gottesdienstlichen Gebrauch für evangelischen Gemeinde* (no valor de 1$400 a 3$000, Oedenburg/Alemanha, 1861); d) obras para o exercício do pastorado: *Predigtbücher* (de 3$000 a 6$000); *8 Confirmanden Reden* (2$400), de Friedrich Ahlfeld; *Familie. Acht Betrachtungen* (2$800, 1865), de Hermann Friedrich Nathanael Dalton; e) obras de teologia: *Die Versöhnungslehre auf Grund des christlichen Bewußtseins* (7$400, 1878), de Gustav Kreibig; *Theologische Ethik* (5$250), de Johann Christian Konrad von Hoffmann (1810-1877), teólogo alemão, cujas conferências, segundo afirma Fausel (1936, p.2) atraíram, em 1864, Rotermund para a Universidade de Erlangen, onde ele estudou teologia. Johann von Hoffmann, conforme explicita Dreher, um dos representantes da teologia sistemática, "parte em seu fazer teológico da experiência de fé e assume um conceito histórico-salvífico biblicista" (Dreher, 2014, p.13).

Leituras escolares na *Evangelische Buchhandlung*

No campo da educação, a *EB* dispunha de opções de leitura para alunos e professores das escolas de língua alemã no Rio Grande do Sul, material esse que abrangia livros didáticos de diferentes disciplinas, e também impressos de outro teor relacionados a práticas de ensino. No caso da *EB*, a comercialização de leituras escolares ultrapassava a simples relação de oferta e demanda no mercado livreiro para suprir as necessidades das escolas de língua alemã. Ela relacionava-se também, conforme salienta Kreutz, à formação e inserção teológica de Rotermund, uma vez que "toda a história dos cristãos luteranos tem profunda vinculação com o processo escolar e com os livros didáticos" (Kreuz, 2002, p.67), decorrente da importância da leitura e da escrita preconizada por Lutero, para quem "todo cristão deveria ser alfabetizado para que pudesse ler a Escritura Sagrada" (Kreuz, 2002, p.67).

No que tange aos manuais escolares oriundos da Alemanha, a *EB* importou a cartilha *Albert Haesters Fibel oder der Schreiblese-Unterricht für die Unterklassen der Volksschule* (Essen/Alemanha, 1853), de Albert Haesters, e o livro de leitura *Preußischer Kinderfreund. Ein Lesebuch für Volksschulen* (1$200, 1836), organizado por A. E. Preuβ e J. A. Vetter respectivamente diretor e professor de escola normal em Königsberg/Alemanha. Um segundo segmento de manuais escolares comportava os livros centrados em *realia*, ou seja, geografia, ciências naturais, história natural e história. Desse lote eram comercializados *Illustriertes Realienbuch. Für einfache Schulverhältnisse* (1$500, 1879), de Friedrich Polack; os livros de geografia *Schulgeographie in Abrissen und Charakterbildern. Ein Lehr-und Lernbuch für Volks-und Mittelschulen* ($500, encadernado, Danzig/Alemanha, 1879), de K. Krüger, e *Leitfaden für den Unterricht in der Geographie* (1$400, encadernado), de Hermann Adalbert Daniel, professor catedrático em Halle/Alemanha; o livro de história *Bilder aus der Geschichte und Sage, für einen propädeutischen Geschichtsunterricht* ($500, encadernado), organizadopor August Wilhelm Grube[26]. Ainda relacionado ao segmento escolar, a *EB* vendia o manual de desenho *Der erste Unterricht im Zeichen. Eine vollständig Lehranweisung in Verbindung mit lithographischen Schülerheften* (4$600, Hannover/Alemanha, 1876), de Johann von Staden, destinado a professores em escolas elementares e secundárias; o livro de matemática *Schnellrechnen* (3$600, encadernado), de Kamke. Voltado ao jardim da infância estava disponível *Friedrich Fröbels Kindergarten. Praktisches Beschäftigungsspiel für Haus und Familie*, de Friedrich Fröbel, em nove secções, contendo atividades lúdicas para crianças.

[26] A obra era composta da parte I, referente ao período antes de Cristo, publicada em Leipzig (1852), e parte II concernente à Idade Média. Não foi possível apurar na publicidade qual o volume comercializado.

Da Alemanha, a *EB* ainda importava material didático para professores de violino e piano, bem como impressos de teor musical para os alunos. Para aulas de violino havia *Praktische Violinschule* (8$000, finamente encadernado), de Friedrich Solle; *Goldenes Melodien-Album für angehende Violinisten*, de August Siede, uma coletânea de canções populares [Volkslieder] e árias de ópera para alunos principiantes; *Die ersten Freuden des jüngen Violinspielers*, de K. Hennig, uma coletânea de peças musicais simples e consagradas também para iniciantes; *12 kleine Tonbilder im leichten Style für Violin*, de Wichtl. Na *EB* profissionais e alunos também podiam adquirir "bons violinos no valor de 20$400 a 30$000 reis" (Evangelische Buchhandlung, 1879a, p.3). Tocante a aulas de piano, a *EB* vendia o método de ensino, de Aloys Hennes, *Klavier-Unterrichts-Briefe. Eine neue und praktische bewährte Lehrmethoden in 5 Cursen, Cursus I* (3$500 reis e os exemplares de II a V a 4$500, encadernados). Na publicidade sublinhava-se que "mais de 10.000 professores de piano na Alemanha" (Evangelische Buchhandlung, 1879b, p.3) utilizavam esse método de ensino de Hennes, na 29ª. edição, em 1879, já que suas qualidades como "meticulosidade, progressão gradual e lições prazerosas [...] facilitavam a aprendizagem e direcionavam o sucesso" (Evangelische Buchhandlung, 1879b, p.3).

Além dessas ofertas, a *EB* ainda vendia outros materiais escolares, tais como dicionários, cadernos de caligrafia com prescrições, de Henze, Baumer e Adler, e sem prescrições, lápis para lousa de A. W. Faber, cadernos e papel de desenho, estojos escolares e de desenho, borrachas, giz escolar, réguas, mapas de parede da América do Sul, América do Norte e Europa e globos terrestres com ou sem meridianos. Para o ensino e a prática de música, a *EB* importava peças musicais para piano, órgão e violino, papel para partituras, diapasões, arcos para violino, cravelhas, cavaletes e cordas para piano e violino.

Leituras literárias na *Evangelische Buchhandlung* (1877-1879)

Leituras literárias foi outra modalidade comercializada na *EB*, a qual comportava obras, em prosa e em verso, da literatura alemã e de outras literaturas vertidas para o idioma alemão, de gêneros variados e integrantes de diferentes movimentos literários.

No que tange à literatura alemã, dos movimentos literários *Sturm und Drang* (1770-1785) e *Klassik* (1786-1805) a *EB* oferecia aos leitores *Sämtliche Werke* de Johann Wolfgang von Goethe (1749-1832), obra completa em 10 volumes (18$000), e também *Sämtliche Werke* de Friedrich Schiller (1759-1805), disponível em três volumes (4$500) e em quatro volumes (ao preço de 5$400 e 6$000, conforme a encadernação). Na *EB*, da autoria de Schiller os leitores

também podiam adquirir *Gedichte* (a 1$000, volume com corte de ouro, e a $640, sem corte). De Friedrich Rückert (1788-1866), "típico representante *Biedermeier* do Romantismo tardio" (Rötzer, 2011, p.183), estava à venda o livro de poesia *Kindertodtenlieder* (5$500, Frankfurt am Main, 1872). Autores do Realismo Poético (1848-1900) também foram contemplados na *EB*. Da autoria de Gustav Freytag (1816-1895), quem se tornou "na segunda metade do século XIX o mais popular autor da burguesia alemã" (Van Rinsum, 1997, p.51), podia ser adquirido o romance *Die Ahnen*, editado em 1872 (cinco volumes a 36$000 ou em volumes individuais: o primeiro volume a 8$000 e os demais no valor unitário de 7$000). De Viktor von Scheffel (1826-1886), a *EB* vendia o romance histórico *Ekkehard: eine Geschichte aus dem zehnten Jahrhundert* (5$000, Frankfurt am Main, 1855). Ainda no âmbito do Realismo, a *EB* contemplava obras de Fritz Reuter (1810-1874), "o clássico da literatura do baixo-alemão [...] e um dos poucos grandes humoristas da literatura alemã" (Van Rinsum, 1997, p.82), a saber: *Sämtliche Werke* em sete volumes (25$000), e *Lustspiele* (3$000, Leipzig, 1875). Na linha humorística também se inseria *Aus Secunda und Prima. Humoresken* (1$300, encadernado, Leipzig, 1875), de Ernst Eckstein (1845-1900).

Relativo à literatura, a *EB* também vendia obras marcadas por um viés religioso e moralizante como *Erzählungen. Neue Wohlfeile Ausgabe* (4$200), narrativas de Jeremias Gotthelf, pseudônimo do pastor suíço Albert Bitzius (1797-1854); *Palmblätter* (5$500, Leipzig, 1869) e *Palmblätter. Neue Folge* (3$500, 1878), livros de poesia do pastor alemão Friedrich Karl von Gerok (1815-1890); *Die Freigemeindler* (6$500, Leipzig, 1871), novela de Emil Steffann (1814-1905, pseudônimo Gottfried Nessel), pregador em Barmen e Berlim. Integravam ainda essa vertente formativa as seguintes opções de leitura: *Anthologie geistlicher Lyrik aus neuer und neuester Zeit: zum Gebrauch für Lehrer und Seminaristen* (1$450, 1878), antologia poética de Hermann Ruete; *Herzensklänge: Dichter Album für Deutsche Frauen und Jungfrauen* (2$000, Leipzig, 1878), de Arnold Perls, coletânea de poemas destinada explicitamente ao público leitor feminino; *Auswahl deutscher Gedichte für gelehrte Schulen* (4$750, 1836), de Theodor Echtermeyer, seleta poética idealizada para aulas de língua alemã no ginásio; e o livro de leitura *Goldener Hausschatz. Ein deutsches Lesebuch mit Bildern* (2$000, Bielefeld/Alemanha, 1879), de H. Gabriel e K. Supprian.

Na *EB*, no âmbito da literatura alemã, também foram comercializadas as obras de cunho memorialístico como *Der Graf Bismarck und seine Leute während des Krieges mit Frankreich. Nach Tagebuchblättern, 1870/71* (dois volumes a 12$000, Leipzig, 1878), de Moritz Busch, baseado em diários do político alemão Otto von Bismarck; e *Reisebilder und Heimatklänge*

(três volumes a 4$200), de Otto Funcke. Numa linha similar de escrita, inserem-se os relatos de autores alemães, que conjugam descrições geográficas, humanas e culturais, memórias e impressões, resultantes de suas viagens realizadas pelo Brasil. Nesse rol estão *Reise durch Süd-Brasilien* (dois volumes a 14$500, Leipzig, 1859) e *Reise durch Nord-Brasilien* (dois volumes a 12$400, Leipzig, 1860), do médico alemão Robert Avé-Lallemant (1812-1884), e *Nach Brasilien und zurück in die Heimat. Tagebuchblätter eines Knaben* (2$000, 1879), de Hans Hoffmann. Na publicidade essa obra foi apresentada como "a reprodução das observações, impressões e vivências de um jovem ginasial durante a sua estadia de quatro meses em nossa Província" (Novität, 1879, p.3).

Quanto aos autores estrangeiros, vertidos para o alemão, a *EB* comercializava da literatura inglesa *Dramatische Werke* (três volumes a 6$000), de Wilhelm Shakespeare, e *Durch ein Nadelöhr* (3$750, 1878), de Hesba Strektton, pseudônimo de Sarah Smith (1832-1911), escritora de livros infanto-juvenis. Da literatura sueca estava disponível *Frithjof Sage* (3$000), poema épico de Esaias Tegnér (1782-1846).

O levantamento de algumas das ofertas de leitura constantes nos anúncios publicitários da *EB*, nos anos iniciais de seu funcionamento, mostrou que religião, educação e literatura eram campos de interesse naquele período histórico. Tratava-se de opções de leitura à venda, disponíveis aos leitores na *EB*, condição que não significava a sua aquisição ou leitura. Esse breve trabalho apenas tangencia o papel significativo de Rotermund no mercado livreiro e, mais tarde também editorial, no Rio Grande do Sul, seja como intermediário cultural entre o Brasil e a Alemanha seja como editor de material didático em língua alemã e/ou portuguesa.

Referências bibliográficas

a) Anúncios publicitários

DIE EVANGELISCHE Buchhandlung. *Deutsche Zeitung*, Porto Alegre, 19.10.1878, p.3.

DIE EVANGELISCHE Buchhandlung. *Deutsche Zeitung*, Porto Alegre, 08.11.1879a, p.3.

DIE EVANGELISCHE Buchhandlung. *Deutsche Zeitung*, Porto Alegre, 09.08.1879b, p.3.

DIE EVANGELISCHE Buchhandlung. *Deutsche Zeitung*, Porto Alegre, 13.06.1879, p.3.

DIE EVANGELISCHE Buchhandlung. Für Schulen. *Deutsche Zeitung*, Porto Alegre, 27.06.1879, p.3.

DIE EVANGELISCHE Buchhandlung. *Deutsche Zeitung*, Porto Alegre, 05.07.1879, p.3.

DIE EVANGELISCHE Buchhandlung. Musikstücken. *Deutsche Zeitung*, Porto Alegre, 23.07.1879, p.3.

DIE EVANGELISCHE Buchhandlung. *Deutsche Zeitung*, Porto Alegre, 02.08.1879, p.3.

DIE EVANGELISCHE Buchhandlung. *Deutsche Zeitung*, Porto Alegre, 09.08.1879, p.3.

DIE EVANGELISCHE Buchhandlung. *Deutsche Zeitung*, Porto Alegre, 20.08.1879, p.3.

DIE EVANGELISCHE Buchhandlung. *Deutsche Zeitung*, Porto Alegre, 23.08.1879, p.3.

DIE EVANGELISCHE Buchhandlung. *Deutsche Zeitung*, Porto Alegre, 05.11.1879, p.3.

DIE EVANGELISCHE Buchhandlung. *Deutsche Zeitung*, Porto Alegre, 12.11.1879, p.3.

NOVITÄT. *Deutsche Zeitung*, Porto Alegre, 03.12.1879, p.3.

ROTERMUND,Wilhelm. Die Evangelische Buchhandlung. *Deutsche Zeitung*, Porto Alegre, 30.05.1879, p.3.

b) Obras específicas

DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette.* Mídia, cultura e revolução. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DREHER, Martin N. *Igreja e germanidade.* Estudo crítico da história da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. 2ª. Ed. São Leopoldo: Sinodal, 2003.

DREHER, Martin N. *Wilhelm Rotermund:* seu tempo - suas obras. 2ª. Ed. São Leopoldo: Oikos, 2014.

FAUSEL, Erich. ***D.*** *Dr. Rotermund.* Ein Kampf um Recht und Richtung des evangelischen Deutschtums in Südbrasilien. São Leopoldo: Verlag der Riograndenser Synode, 1936.

KREUTZ, Lúcio. Um pastor elaborando e imprimindo material didático: desvio de função? In: HISTÓRIAS E MEMÓRIAS DA EDUCAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL. Pelotas: Seiva, 2002, p.65-100.

RÖTZER, Hans Gerd. *Geschichte der deutschen Literatur.* 2a. Ed. Bamberg: C.C.Buchner, 2011.

VAN RINSUM, Annemarie;Wolfgang. *Deutsche Literaturgeschichte.* Band 7 Realismus und Naturalismus. 2ª. Ed. München: Dtv, 1997.

c) Sites consultados: https://de.wikipedia.org, https://books.google.com.br, https://archive.org, www.dnb.de, www.worldcat.org

DIÁRIOS INTIMOS: AS POSSIBILIDADES DE PESQUISA SOBRE AS ESCRITAS DE SI (PELOTAS,1950)

Letícia Portella Milan[27]

Introdução

A principal fonte dessa pesquisa constitui-se nos dois *diários íntimos* datados de 1954 a 1956, escritos por Clarice Tavares Xavier. Após uma leitura intensa dessas escrituras, a temática sobre lazer e sociabilidade foi escolhida para ser abordada devido sua maior evidência nos registros cotidianos de Clarice. Portanto, a proposta dessa pesquisa está em construir um estudo sobre a cidade de Pelotas, abordando especificamente uma leitura dos espaços de lazer e as redes de sociabilidade da elite pelotense através de diários íntimos. Esse artigo é uma amostra do que foi apresentado no primeiro capitulo da dissertação, de forma a evidenciar as possibilidades de pesquisas através de diversas temáticas presentes nas narrativas desses diários, assim como também indicar que essas discussões podem ser melhor aprofundadas.

"O vestido da Marisa era de fazenda muito fina mas faltava armação": memórias trajadas e moda

Interpretar a forma como is indivíduos veem o mundo e o que registram torna-se interessante para compreender o que do seu cotidiano tem maior relevância. Se compararmos sobre conteúdos existentes em diários masculinos e diários femininos, haveria diferenças? Através de alguns exemplos de pesquisas em diários de homens percebemos que existem sim diferenças. A pesquisa de Rezende (2004), ao apresentar o diário de Freyre [28], conclui que essa escritura "desenha a vida que viveu com seus traços curvos e retilíneos, no desvendamento de suas vontades e de suas frustrações, de seus projetos intelectuais, de seus autores prediletos, de seu olhar sobre o Brasil, de suas insatisfações com os Estados Unidos" (p.83), ou seja, os assuntos presentes nos diários estavam de acordo com seu papel social e experiência como homem público. Já a pesquisa de Henrique (2005), ao analisar os diários de Vieira Couto[29],

---

[27] Universidade Federal de Pelotas. Mestranda no programa de pós-graduação em História. E-mail: leticiapmilan@gmail.com.

[28] Foi um importante escritor brasileiro que estudou o Brasil sob sua formação em Sociologia, Antropologia e História.

[29] Segundo Henrique (2005) Vieira Couto Magalhães : "foi figura destacada do Império brasileiro, tendo ocupado o cargo de presidente das províncias de Goiás (1862-1864), Pará (1864-1866), Mato Grosso (1866-1868)e São

expressa que esses documentos permitem variadas abordagens e temas e, dentre esses, ele optou por discutir sobre corpo, saúde e doença.

Se nos atentarmos às percepções de Clarice sobre esse ambiente, perceberemos que sua memória esteve atrelada à aparência do ambiente e das pessoas, especialmente aos trajes. Nesse sentido, Perrot (1989) contribui para a reflexão sobre a memória feminina ser específica devido aos diferentes papeis sociais desenvolvido por homens/mulheres. Para a autora, essas diferenças influenciam na forma como os indivíduos memorizam e narram os acontecimentos. Perrot (1989) compreende que "a memória das mulheres é uma memória trajada" (PERROT, 1989,p.14), ou seja, a apreensão da memória feminina esteve atrelada aos detalhes, acessórios e roupas. :

> Uma mulher inscreve as circunstâncias de sua vida nos vestidos que ela usa, seus amores na cor de uma echarpe ou na forma de um chapéu. Uma luva, um lenço são para ela relíquias das quais só ela sabe o preço (PERROT, 1989, p.14).

Simmili (2012), ao analisar as narrativas de um diário de uma prostituta, faz uma importante consideração sobre como ela registrou seus sentimentos a partir das roupas de seus clientes. Para autora, as indumentárias devem ser consideradas documentos importantes para a pesquisa histórica, pois elas " [...] constituem os restos e os rastros do passado, na forma de panos, que tecem os tecidos da memória"(SIMMILI, 2012, p.2). O mesmo é enfatizado no estudo de Silva (2009), que ao estudar o vestuário das mulheres da elite baiana, situa a indumentária como memória e elemento identitário das mulheres. Para Silva (2009), as roupas devem ser consideradas documentos que revelam o cotidiano

No caso de Clarice consideramos que a roupa permeou sua memória, não somente por uma questão de relações sociais diferenciadas entre homens e mulheres, mas também porque seu contexto e grupo social dava atenção às aparências. Algumas passagens nos diários de Clarice sugerem seus cuidados e empenho com a vestimenta, visando circular nos espaços sociais que frequentava, de modo que ela investia tempo e dinheiro na compra de tecidos para

---

Paulo (1888-1889), além de receber o título de general, por conta de sua participação na Guerra do Paraguai (1864-1870)"(p.290)

confecção de roupas. Abaixo, por exemplo, podemos verificar o empenho que tinha para confeccionar suas fantasias de carnaval:

> Amanhã haverá reunião no clube comercial, irei com meu vestido verde fliné, pois o de nervuras não deu certo e não ficará pronto pra amanhã (26 de outubro de 1954).
>
> Ganhei um vestido vaporoso de organza amarela que me ficou muito bom (1 de novembro de 1954).
>
> Dia 4 no clube haverá um baile meu vestido de nervuras já esta quase pronto. Hoje creio que experimentarei. (25 de novembro de 1954)
>
> Hoje botei pela ultima vez o uniforme e fui buscar as notas finais no colégio. Encontrei o auditório cheio de gurias de vestido de tule, era a formatura do científico (9 de dezembro de 1954).
>
> Vou estrear meu vestido de organdi ...branco enfeitado com boleadas fliné e botões rosa (22 de dezembro de 1954).

Sobre moda, elites e mulheres, Sant'Anna (2009), ao fazer um estudo sobre a aparência em Florianópolis na década de 1950, dissertou sobre como a imagem serviu como estratégia de poder das elites para com o resto da sociedade. Segundo essa autora, a modernidade implicou em uma valorização da imagem criando uma rede de consumos para sustentação das aparências e, dessa forma, a elite, em uma perspectiva de distinção, instituiu padrões de elegância e beleza e os difundiu através de espaços sociais e de meios de comunicação:

Os elementos da moda presentes nos relatos de Clarice poderão ser melhor observados quando nos atentarmos sobre os espaços de sociabilidade e lazer em Pelotas. Nossa intenção até aqui foi mostrar que Clarice registrava seu cotidiano sob a perspectiva das roupas que usava.

"Sou completamente diferente do que desejaria ser": a influência dos padrões de beleza femininos nas narrativas de si

Nos trechos abaixo percebemos que a relação de Clarice com seu corpo era conflituosa, de maneira que talvez influenciasse no seu viver social:

> Estou conformada de ter pouco prestígio, muito sono ridículo, e involuntário, muita falta de vontade, muita gordura, muita preguiça, muita ignorância e tudo mais. Sou completamente diferente do que desejaria ser quem lesse isto diria que sou cheia de complexos, mas qual não ha alguém prevenida de complexos que eu perante os outros eu me acho bonita acho que ser como eu sou esta ótimo (19 de outubro de 1954).

> Já fizeram muitos dias que levantei da cama. Hoje ferrei-me no colégio. 70 quilos? Que barbaridade. Não adianta fazer regime que ninguém leva a sério. Desde a última vez que escrevi fui a diversas festas. Uma foi a do aniversario de Maria Teresa Castro ela estava um amor, mas foi tudo mal servido. Fany muito exibida nem me reconheceu e não parou de dançar o tempo todo. Eu não dancei nenhuma vez acho que é por que sou muito gorda (25 de maio de 1954).
>
> Não quero chegar no Rio gorda vou fazer uma novena para Nossa senhora para não ser tão sem caráter (25 e maio de 1954).
>
> Hoje pus em dia os cartões de meu aniversário. Repito: tenho que emagrecer com que cara me apresentarei em julho no Rio (28 de maio de 1954).
>
> Engordei muito nesta última semana e se não estou um boto não me chamo Clarice (19 de agosto de 1954).

Para compreender a trajetória de nossas relações com os corpos é importante situar que na modernidade esses passaram a ser vistos como objetos de consumo. O poder da imagem tornou os corpos a maior referência de identidade das pessoas: "Dentro dessa lógica, o traço corporal traduz a independência da individuo em relação ao social, ao mesmo tempo a vontade de dispor de seu corpo como bem entender e de afirma-lo como uma "identidade escolhida" (NOVAES,2011, p.483). Dessa maneira, as mulheres foram e ainda continuam sendo o principal foco de cobrança para esse mundo de vitrine e imagem, cujo o fracasso da "beleza" está não pela impossibilidade de atingi-la, mas pela falta de dedicação ou vontade, ou seja, é uma escolha ser "feia" ou "bonita". Em diversas passagens dos diários de Clarice notamos ela enquanto expectadora do mercado cinematográfico, tanto pelas suas leituras, como também pelas práticas cotidianas de ir ao cinema. Dalben e Soares (2008) afirmam que o cinema e as revistas ajudaram na consolidação dos padrões femininos divulgando em seus conteúdos os ideais de medida, a moda e os padrões de beleza através de modelos e atrizes da época:

Sant'Anna (2009), através do discurso presente na Revista o Cruzeiro na década de 1950, fez considerações sobre os ideais de beleza da época. Nesse sentido, para além dos cuidados com o rosto e cabelo, o corpo feminino também deveria ter sua devida atenção. Segundo a autora, as mulheres da época deveriam ter medidas proporcionais, sem exagero da magreza ou gordura. No caso das gordinhas, eram aconselhados regimes, boa alimentação e ginástica para tornar eficaz a perda de peso. "Tabelas de peso e medidas, provindas da medicina eram apresentadas às leitoras para que essas, encontrando-se, pudessem avaliar seu físico e, claro, observar a urgência de alterar seu peso ou o sucesso de sua boa forma" (SANT' ANNA,

2009,p.414). Logo, através de fotos e pelas próprias tabelas de peso, a autora afirma que o padrão de beleza da época correspondia a mulheres encorpadas, cujo o peso ideal de, por exemplo, uma mulher com 1,60m. de altura estava entre 54 a 62 quilos. Dessa maneira, analisando algumas falas de Clarice, percebemos sua insatisfação devido ao não enquadramento a esse ideal de beleza, assim como também suas tentativas na perda de peso. É possível afirmar também que o culto ao corpo, ou seja, a preocupação dessa imagem esteja relacionada à maneira como diferentes grupos sociais imprimem importância e atenção. No caso de Clarice, ela enquanto pertencente a grupo social que é bastante visível em jornais ou outros meios de comunicação, deveria ser "apresentável" às expectativas de seu grupo.

Em suma, sabemos que historicamente as mulheres estiveram aprisionadas a determinados padrões de beleza, estabelecidos em cada período histórico. "Em uma sociedade imagética, em que o sujeito é definido por sua aparência, não há como desconsiderar o sofrimento psíquico decorrente de todas as regulações sociais que incidem sobre o corpo-sobretudo o feminino" (NOVAES, 2011, p. 477). Ser gorda era e ainda é sinônimo de feiura e fracasso para a vida social e também nos relacionamentos amorosos, principalmente em relação à sexualidade. Acreditamos que para além dos padrões vigentes da época, e dos discursos presentes nas revistas e no cinema, o que afligia Clarice era o medo da solidão, o medo de falhar na busca por um marido, visto que para época isso era de extrema importância na vida das mulheres. Acreditamos que as questões aqui abordadas podem ser melhor aprofundadas juntamente com os elementos da moda elencados no subtítulo anterior. Dessa maneira, com o melhor desenvolvimento da pesquisa esperamos que cada subtítulo abordado nessa pesquisa possa dar maior amplitude teórica e metodológica de forma a atingir uma boa síntese.

Hoje completo 15 anos tenho pois o direito de começar meu diário": leituras e romances de Clarice

Escrever era um dos passatempos de Clarice, assim como também a leitura estava entre suas atividades cotidianas e prediletas. Para além das obrigações de leitura da escola, Clarice citou 19 romances e 9 revistas enquanto escrevia seus diários. Porém, juntamente a essa busca por erudição literária, existia nela um sentimento de tristeza pela não correspondência de seu corpo aos padrões de beleza vigentes da época. A sequência do nosso título exprime esse sentimento: [...] que a vida é ruim que eu sou ignorante e não estudo nada, que tenho horror de

meu próprio corpo que devia ser melhor proporcionado mas que eu preso mais que tudo no mundo pela saúde" (19 de outubro de 1954).

Essa frase indica que ler era uma forma de escapar dessa realidade que a angustiava. Durante a leitura dos diários anotamos os títulos das obras lidas por Clarice , dentre eles listamos obras como: Os demônios de Dostoiévisk e Humilhados e ofendidos de Fiódor Dostoiévski; Os quarenta dias de Musa Dagh de Franz Werfel; O Egipcio de Mika Waltari; Angélica e O romance de Teresa Bernard de Sra. Leandro Dupré; A boa Terra, Casa dividida, Exilada e Pavilhão de mulheres de Pearl.S.Buck; Barro Blanco de José Mauro de Vasconcelos; Pinguinho de gente de Gilda Abreu; Sorriso do Gorila de Erle Stanley Gardner; O lírio da Montanha de M. Delly; Raparigas sem beijos de Concha Linares Becerra; Uma estrela passou de J. E. Neil Paterson. Também as revistas: Grande Hotel; Cruzeiro; Querida; Manchete; Cinelândia; R. da semana; A.Heroicas e A Romana

Acreditamos que o estudo sobre as práticas de leitura podem ser realizadas por diversas óticas, como a receptividade dessas leituras na época, seu público leitor e os espaços para acessá-las, assim como também pensar em como os indivíduos leram e se apropriavam dos conteúdos presentes nessas obras.

As indiscretas das minhas irmãs já estão querendo manjar o que estou escrevendo": silêncios e censuras na escrita do diário

Se as mulheres alcançaram o direito à escrita tardiamente, o título que exprimimos aqui reflete que essa prática também esteve sob controle com olhares atentos e curiosos ao que uma mulher poderia pensar e escrever sobre si. Se a escrita de si é uma prática onde o indivíduo se representa e constrói a si, até que ponto o externo pode influenciar nas narrativas de uma pessoa? Candau (2011) afirma que a lembrança "não é outra coisa que aquela da identidade pessoal através do tempo, quer dizer, a representação ,[...] a presença de si a si próprio" (CANDAU, 2011, p.64) e os esquecimentos são as lembranças "[...] que não ousamos confessar aos outros e , sobretudo, a si próprio, pois elas colocariam em risco a imagem que faz de si mesmo."(CANDAU, 2011, p.64). Dessa maneira, o ato de narrar sobre si envolve ajustes, censuras e modificações, e essas ações constituem a trama do ato de memória ilustrando as estratégias identitárias que operam essas narrativas:

> João Gilberto teve uma recaída e pegou novamente a mania de guerra e do comunismo. Bem isto nem é bom falar (2 de janeiro de 1956).
>
> Retiro: a hora é muito pouco propícia é a hora em que todos levantam com a preocupação de ganhar o pão material para alimentar o nosso nojento invólucro carnal [...]. Esta última palavra não calha bem para um retiro e cheira sensualidade e isto lembra muitas sujeiras por isso é melhor esquecer esta palavra (19 de agosto de 1954).
>
> Achei um amor o Luiz Eduardo Gastal mas como sempre não dei a perceber e talvez nem devesse escrever o nome dele aqui pois sempre há indiscretas (25 de maio de 1954).

As falas de Clarice sobre política (comunismo), determinadas pessoas (Luiz Gastal), e a sexualidade (uma palavra "sensual" dita em um retiro) parecem ser palavras perigosas para estarem em um caderno seu, que a princípio era para ser lido para si, mas que aparentemente supõe um cuidado sob a expectativa de ser facilmente lido por outra pessoa.

Dessa forma, podemos afirmar os diários como um espaço de ambiguidades, pois se há o cuidado em não se estender sobre determinados assuntos, há também sua presença física, que possibilita que seja observado. Orlandi (2005), estudiosa sobre análise de discursos, discorre sobre como é importante a atenção para os silêncios de uma narrativa: "O posto (o dito) traz consigo necessariamente esse pressuposto (não dito, mas presente). Mas o motivo, por exemplo, fica subentendido" (ORLANDI, 2005, p.82).

O fundo do não dito, suas entrelinhas, são maiores do que o que é dito, e esta "reserva no silêncio", revela tanto o contexto quanto a intenção tácita, a crítica subterrânea, que fala porque cala, verbaliza através do silêncio, dos intervalos e pausas do discurso. Em nosso caso, interpretamos tal fato como uma tensão existente entre a liberdade do que Clarice gostaria de dizer e o medo do invasor, de um possível espião do seu espaço privado, que ao entrar em contato com o diário, poderia ver assuntos ou palavras que estavam contra o que era permitido. "As relações de poder em uma sociedade como a nossa produzem sempre a censura, de tal modo que há sempre o silencio acompanhando as palavras (ORLANDI, 2005, p.83).

Esses diários perpassaram uma época em que a educação das mulheres estava atrelada a um destino visando a garantia de um bom marido e o cuidado do lar e da família. O contexto de 1950 era composto por uma diferenciação social bastante distinta entre homens e mulheres, no que diz respeito às condutas e lugares sociais.

Conclusão

Concluímos que esse artigo é um pequeno apanhado de ideias para serem desenvolvidas dentro da pesquisa com os diários íntimos de Clarice Tavares Xavier. Acreditamos que é de suma importância que os elementos aqui apresentados sejam melhor aprofundados para uma compreensão histórica de qualidade.

Fontes documentais:

Diário de Clarice Tavares Xavier (9 de maio de 1954 até 27 de fevereiro de 1955, Acervo pessoal da autora).

Referências bibliográficas:

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. Tradução: Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011.

DALBEN, André; SOARES, Carmen Lúcia. A revista Vida e Saúde: modos de olhar e educar o corpo feminino em suas páginas (1940-1950). **Pensar a prática**, v. 11, n. 3, p. 239-250, 2008. Disponível em: http://www.revistas.ufg.br/index.php/fef/article/view/5144/4970.Acessado em: 27/12/2015.

HENRIQUE, Márcio Couto. Um toque de voyeurismo. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 15, n.2, p.285-303, 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010373312005000200006&lng=en&nrm=iso. Acessado em: 24/10/2016.

NOVAES, J.V. Beleza e feiúra. Corpo feminino e regulação social. In: Del Priore (org.) **A História do corpo no Brasil**. Ed. Unesp. p. 477-506, 2011.

ORLANDI, Eni. P. **Análise de Discurso:** Princípios e procedimentos. 7ª ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.

PERROT, Michelle. Práticas da memória feminina. **Revista Brasileira de História**, v. 9, nº. 18, p. 9-18, São Paulo: ANPUH, 1989. Disponível em: http://www.anpuh.org/revistabrasileira/view?ID_REVISTA_BRASILEIRA=23. Acessado em: 17/04/2016.

REZENDE, Antonio Paulo.Freyre: as travessias de um diário e as expectativas de volta.IN: GOMES, Ângela de Castro (Org). **Escrita de si, escrita da História.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

SANT'ANNA, Mara Rúbia. Aparência e Poder: novas sociabilidades urbanas em Florianópolis, de 1950 a 1970". **Tese** (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Porto Alegre, RS, 2005.

SILVA, Ana Cristiane. O vestuário como elemento constituinte da identidade das mulheres de elite na Bahia(1890-1920) – A partir da análise da Coleção do Museu Henriqueta Catharino em Salvador-Ba. **Dissertação** (Mestrado) - Programa de Mestrado em História, Universidade Estadual de Feira de Santana, UEFS, 2009.

SIMILI, Ivana Guilherme. MEMÓRIAS TRAJADAS: roupas e sentimentos no diário íntimo de uma prostituta. **CLIO:** Revista de Pesquisa Histórica, n. 30.2, 2013.Disponível em: http://www.revista.ufpe.br/revistaclio/index.php/revista/article/view/240/173.Acessado em:17/04/2016.

APRENDIZAGENS E USOS DO ESCRITO EM UMA TRAJETÓRIA AUTODIDATA

Lisiane Sias Manke[30]

> O detalhe vale pelas fatias de realidade que revela, pelo peso das circunstâncias e das motivações que suporta, pela compreensão dos contextos aos quais introduz. (Bensa, 1998, p.45).

A experiência de atores singulares nos possibilita vislumbrar os múltiplos contextos que lhe dão forma e sentido, evidenciando o entrecruzamento das lógicas sociais. Nesta perspectiva desenvolvemos este estudo, que objetiva compreender os processos de aproximação das culturas do escrito por um indivíduo autodidata. Trata-se de um estudo de caso, que permite problematizar as circunstâncias e as instâncias sociais que possibilitaram a participação de um indivíduo não escolarizado em práticas que envolvem a leitura e a escrita, assim como, possibilita demonstrar as possíveis marcas da cultura oral na relação que estabeleceu, ao longo da vida, com a cultura escrita. Neste sentido, pesquisas realizadas em diversos países, vinculadas sobretudo a pressupostos da História Cultural, que envolvem o estudo de práticas culturais de indivíduos de meios populares, trouxeram significativa contribuição para a história da leitura e dos leitores, especialmente em relação ao contexto europeu, ao investigar meios e modos de ler ao longo do tempo[31]. Contudo, para Darnton (1995), ainda é um desafio desenvolver uma história da reação do leitor (...), pois os documentos raramente mostram os leitores em atividade, modelando o sentido a partir dos textos (p.148). A relação que os leitores em atividade estabelecem com a cultura escrita, especialmente quando estão imersos em práticas sócio-culturais vinculadas à oralidade, ainda é um enigma que vem sendo desvendado com o aprofundamento das investigações realizadas no campo..

O ator pesquisado neste artigo chama-se Ismael, nasceu no ano de 1921, no município de Canguçu, filho de produtores rurais de origem portuguesa. O local em que nasceu foi também o palco de sua trajetória de vida profissional, onde desenvolveu atividade como pecuarista e agricultor, em uma propriedade rural de aproximadamente 100 hectares, até o ano de 1995,

---

[30] Doutora em Educação. Professora do Departamento de História e do PPGH da UFPel. Coordenadora do Laboratório de Ensino de História – LEH/UFPel. lisianemanke@yahoo.com.br

[31] Robert Darnton (2001) investigou cartas escritas por um leitor do século XVI; Jean Hébrard (2001) analisou um documento com as memórias de um camponês autodidata; Carlo Ginzburg (1987) a história de um moleiro de Friuli; para citar alguns exemplos.

quando, já aposentado, passou a residir na sede urbana do município de Cerrito. Ismael não frequentou a escola, em virtude da inexistência desta instituição na região em que morava. Foi alfabetizado por uma professora leiga, que em 1930 morou na casa de seus pais, com o objetivo de alfabetizar as crianças da região. A primeira e única vez que Ismael se afastou por algum tempo da localidade em que nasceu foi em 1945, durante a II Guerra Mundial, quando tinha 23 anos de idade, por convocação das Forças Armadas do Brasil, tendo sido direcionado ao quartel de Quaraí, também no Rio Grande do Sul. Durante os onze meses de serviço militar, Ismael vivenciou um período de grande desafio: a distância e a ausência de comunicação com a família, as condições de vida no quartel e a tensão decorrente do estado de guerra, fizeram com que essas vivências marcassem fortemente sua trajetória. Nesse período, estabeleceu uma relação de maior proximidade com a cultura escrita, pois o escrito passou a ter sentido prático nas relações sociais que mantinha no cotidiano do quartel. Ao retornar para casa, Ismael casou-se e continuou morando na propriedade que herdou de seu pai, onde constituiu família, composta por quatro filhos. Atualmente, estando aposentado e morando sozinho, desde o falecimento de sua esposa, vive cercado pelos livros que lhe foram presenteados, pelos textos fotocopiados de livros emprestados, por resumos que escreve e listas que organiza. A leitura e a escrita ocupam o seu tempo, os seus pensamentos, e lhe oferecem "conteúdo" para falar sobre o passado e o presente.

Por se referir a um período histórico recente, que ainda conta com o testemunho dos atores sociais, a contribuição da história oral se fez imprescindível na realização da pesquisa e tornou-se o principal aporte metodológico para a produção de dados, por meio da realização de entrevistas em profundidade. Vários encontros foram realizados, resultando na produção de longos depoimentos, que objetivaram apreender a trajetória do indivíduo em diferentes perspectivas de sua vida social. As entrevistas com Ismael foram realizadas em um longo espaço de tempo, o que permitiu compreender como a sua relação com a cultura escrita foi sendo construída. Entre 2008 e 2016 foram realizadas sete entrevistas com o sujeito: duas em 2008; uma em 2009; uma em 2010; uma em 2015; duas em 2016. Além dos dados coletados através da história oral, o rol de fontes analisadas é composto também pelas escritas produzidas por Ismael (formulários, memórias de acontecimentos vivenciados, cópias de livros didáticos, organização de dados pesquisados); pelo acervo de livros que possui e por documentos pessoais, tais como inventário, certificado de reservista e fotografias.

Aprendizagens e aproximações com a cultura escrita

Ismael é descendente de uma família portuguesa que teria chegado ao sul do território brasileiro no século XVIII, seu bisavô possuía embarcações marítimas, e recebeu da Coroa portuguesa uma grande quantidade de terras no Brasil, possivelmente pelo sistema de sesmarias. As esparsas lembranças de Ismael sobre as histórias contadas pelo pai são acrescidas por um documento guardado em seu arquivo pessoal, que permite fazer algumas considerações sobre a história de seus antepassados: trata-se de um inventário registrado na comarca de Piratini/RS, no ano de 1848, que apresenta a relação de bens avaliados e partilhados entre os filhos do Comendador, seu bisavô paterno. Eram onze os herdeiros, seis homens e cinco mulheres, que herdaram bens móveis e imóveis. Entre os imóveis constam três propriedades rurais que somavam 15.750 braças de terra, e uma casa na cidade de Rio Grande, que servia de residência para o casal. Entre os bens móveis foram inventariados alguns livros. Contudo, os dados não permitem uma análise mais profunda do conjunto de livros, não sendo possível fazer o levantamento quantitativo das obras, ou mesmo bibliográfico. No entanto, os termos que constam indicam para uma coleção completa de medicina, uma coleção de filosofia, uma obra completa de Racine e dois dicionários de Moraes. A referência a Racine indica tratar-se de obras de Jean Baptiste Racine, escritor francês do século XVII, considerado o maior dramaturgo clássico da França. No caso dos dicionários, a referência é à obra de António Moraes Silva, que, em 1789, publicou o seu *Diccionario da Lingua Portugueza*, em Lisboa.

A partir do que é possível indicar com a análise desse documento, algumas questões surgem: por quem eram usados esses livros em uma família de onze filhos? As obras teriam sido adquiridas para a instrução dos filhos ou pertenciam à biblioteca particular do Comendador? Para que eram utilizadas obras técnicas de medicina, ou mesmo, livros de conteúdo filosófico? Que relação de proximidade com a cultura escrita esses livros podem indicar? Não se sabe que tipo de leitores/escritores eram os patriarcas da família ou mesmo se haviam frequentado alguma instituição escolar. Contudo, a presença de livros nesse inventário é um indício significativo da presença da cultura escrita entre os ancestrais de Ismael.

Seguindo os rastros familiares, foi possível constatar que o avô de Ismael teria sido eleito vereador da primeira câmara de vereadores do município de Canguçu, em 1857; participado da criação do Clube Abolicionista de Cerrito Velho em 1884, e atuado como

cirurgião-mor durante a Guerra do Paraguai (1864-1870)[32]. Esses fatos foram registrados em textos históricos, exibidos por Ismael como "comprovantes" do que por ele era narrado. Segundo Ismael, seu pai pouco lhe falou sobre as atividades sociais desenvolvidas por seu avô, a exemplo da função de cirurgião-mor, fato que desconhecia até encontrar essa informação em um livro que lhe fora emprestado. Ismael supõe que o avô tivesse formação em medicina, tendo estudado na Europa, visto que seu bisavô tinha embarcações marítimas, o que facilitaria o deslocamento e o contato com o velho mundo.

Contudo, os relatos de Ismael revelam que seu pai não era um herdeiro cultural[33], especialmente no que se refere às práticas relacionadas à leitura e à escrita. Nascido no final do período imperial, no ano de 1874, embora soubesse ler, não frequentou a escola, assim como seus irmãos. Como agropecuarista, não assumiu nenhum cargo de destaque social que o tivesse projetado além das fronteiras de sua propriedade rural. Tal condição é bastante lembrada por Ismael ao relatar as dificuldades vivenciadas pelo pai em um período histórico de grande instabilidade social no Rio Grande do Sul. Durante a República Velha (1893-1930), o estado foi palco de pelo menos duas revoluções, a Revolução Federalista e a Revolução de 1923[34], resultado dos constantes embates entre federalistas e republicanos. Essas são as memórias mais expressivas de Ismael em relação ao seu pai:

> Eu me criei vendo meu pai contar (...) pegavam os cavalos dos pobres colonos, ninguém era dono de nada (...), meu pai era dos federalistas quando Getúlio Vargas entrou, e estavam sofrendo muita perseguição, então meu pai sempre contava que veio conhecer democracia quando Getúlio foi o governo, porque terminou com aquelas bagunça de revoluções. (Ismael).

No entanto, não há evidencias de maior participação de seu pai nas disputas partidárias, com atuação junto aos partidos políticos do período. Assim, enquanto as memórias de Ismael são povoadas pela atuação política e social do bisavô e do avô, que os fizeram "entrar para a história oficial", lembra-se do pai como aquele que contava/narrava os acontecimentos vivenciados pela família.

Ismael, assim como seu pai, também não frequentou a escola. Vinculado a uma família rural, com pai e mãe não escolarizados, ele não se recorda de atividades realizadas pela família

---

[32] Esses fatos foram registrados em textos históricos; a atuação do avô como vereador está registrada na *Revista do 1º centenário de Pelotas*, obra de João Simões Lopes Neto, na edição de nº. 4, de janeiro de 1912, página 56. A participação na criação do Clube Abolicionista, assim como na Guerra do Paraguai é citada no livro intitulado *Pedro Osório Sim Senhor*, de autoria de Pedro Caldas, publicado em 1990, páginas 42 e 49.

[33] Referimo-nos a herdeiro cultural a partir do conceito desenvolvido por Bourdieu e Passeron (1966), mas especialmente, considerando a revisão crítica realizada por Singly (1993 e 1996) e Lahire (2002).

[34] Sobre o período da República Velha (1889 – 1930) no Rio Grande do Sul consultar Rekziegel e Axt (2007).

que envolvessem a prática da leitura e da escrita. Na localidade em que morava a família, não só não havia escolas, como também igrejas, o que impedia práticas de socialização recorrentes no período, como a presença na missa semanal, atividade que poderia aproximar a família da cultura escrita.

Porém, se não havia a prática de leitura e escrita sistematizada, ela não esteve totalmente ausente do contexto familiar. Em uma família sem histórico de escolarização, embora seja importante ressaltar que sem histórico de analfabetismo também, a crença na legitimidade cultural[35] do escrito é perceptível. A família de Ismael abrigou durante um ano, em 1930, uma professora leiga, de 67 anos, para alfabetizar os três filhos do casal e as crianças da vizinhança. Ismael relata que, por não haver escola na localidade em que morava[36], a família contratou essa senhora, por ser alguém que, mesmo sem formação, sabia ensinar: "*se não fosse ela eu não tinha aprendido nada, foi a única pessoa daquela época que sabia ensinar*." O pagamento pelo trabalho prestado era dividido entre os pais dos alunos: "*ela ficava lá [casa da família] e então meus pais não pagavam, os outros vizinhos é que pagavam*."

Depois de ser alfabetizado, Ismael ganhou dois livros, um de História e outro de Geografia, para que pudesse de forma autodidata adquirir novos conhecimentos[37]: "*depois que lia e escrevia, tinha que arrumar um livro e ler, ir lendo, porque professor não tinha."* De acordo com sua narrativa, a professora indicou ao seu pai a compra do livro de História do Brasil, que serviria para que ele e suas irmãs tivessem um conhecimento básico sobre a história do país. O livro teria sido adquirido na cidade de Pelotas, o centro urbano mais próximo de sua casa. Outro livro, de Geografia, foi dado por um primo da família materna que, por ser mais velho, já havia utilizado esse material em seus estudos. Ambos os livros[38] são usados por Ismael ainda hoje, sendo as leituras neles realizadas bastante mencionadas nos depoimentos.

Além desses livros, embora afirme que não havia materiais escritos na casa dos pais, Ismael se refere vagamente à existência de almanaques[39] (em um deles teria lido uma frase do

---

[35] Conforme os estudos da sociologia da crença e da dominação cultural, "o fato de certos produtos culturais e (...) disporem de poderosos meios de imposição de sua legitimidade é que possibilita que ela seja amplamente reconhecida. (Lahire, 2006, p.39).

[36] Madeira, referindo-se a esta localidade, afirma que no período da Primeira República devido à ausência de escolas, os educadores eram solicitados a residirem na casa das famílias, a fim de instruir as crianças da localidade. (Maderira, 2010, p. 41).

[37] Conforme Bittencourt (1993): "era essencial garantir a difusão do vínculo nação-território, necessitando-se dos estudos de geografia para o conhecimento do espaço físico do 'país' e da História Nacional para legitimar as formas de conquista do continente que é o Brasil" (p.30).

[38] Trata-se do livro de Affonso Guerreiro Lima, intitulado *Noções de História do Brasil*, e do livro *Geografia Elementar* de autoria de José Teodoro de Souza Lobo.

[39] Park (1999) considera que escrever a história da leitura no Brasil requer o olhar atento para os almanaques: "esses pequenos e despretensiosos livrinhos que moldaram comportamentos e que fizeram/fazem parte da vida de várias gerações." (p.205).

Rui Barbosa sobre a importância da verdade, que teria lhe servido de orientação por toda vida), e também de um livro que abordava inovações tecnológicas: *eu lembro de um livro que tinha tudo isso, a luz elétrica, o apara raio, o avião, tudo isso tinha nesse livro, eu não sei que fim levou esse livro*. Esses relatos nos permitem considerar que, além dos dois livros didáticos, havia outros materiais escritos que circulavam na casa de seus pais.

Além da relação com os livros, outras aprendizagens em situações cotidianas, serviram para lhe aproximar das culturas do escrito, a exemplo do que é narrado por Ismael:

> Eu tinha uns 16 anos e eu vim vender lã, tinha uma barraca aqui em Pedro Osório, filial da de Pelotas, e eu vi o rapaz: pesou a lã com 140 quilos (eu nunca me esqueço), e depois foi fazer a conta, colocou 140 quilos e multiplicou pelo preço, pelo valor da arroba. E eu olhando! O que é que ele vai fazer! [risos]. 140 multiplicou pelo valor da arroba e o resultado dividiu por 15. E eu fiquei pensando... e aprendi! Mas eu não sabia o nome, mas vi como se fazia com qualquer número. Depois era a regra de três simples, que eu ouvia falar muito, mas no fim eu sabia fazer e não sabia o nome. (...) e aprendi, aprendi a regra de três com o barraqueiro! (Ismael).

Aprender "regra de três" a partir de uma situação problema, e posteriormente tomar conhecimento da denominação desse cálculo nos estudos de aritmética, inverte o processo de aprendizagem próprio da cultura escolar, e indica para uma aprendizagem baseada na experiência, na prática, que remete a uma lógica própria da cultura oral (Cf. Ong, 1998)[40]. Além da situação de aprendizagem narrada, Ismael refere-se a outras atividades vivenciadas no meio rural, que lhe possibilitavam aprendizagens baseadas na experiência, a exemplo das medições de áreas rurais, que sempre que tinha oportunidade realizava ao lado de agrimensores. Segundo Ong (1998), nas culturas baseadas na oralidade o conhecimento é referenciado na experiência humana. Nesse contexto, os ofícios se adquirem por aprendizagem, a partir da observação, da prática e com um mínimo de explicação verbal.

Entretanto, em sua trajetória, a convocação para prestar serviço militar, certamente, foi o momento de maior proximidade com a cultura escrita. Após uma semana no quartel, Ismael foi submetido ao exame de seleção para o curso de cabo, e com quatro meses de serviço militar, foi promovido para essa nova função. A aprovação no exame de seleção é atribuída aos ensinamentos da professora leiga que lhe alfabetizou e aos livros de História e Geografia, que ele levou consigo para o quartel:

[40] Os estudos de Ong precisam ser complexificados, pois operam com a dicotomização entre oralidade e escrita, mas constituem um instrumental analítico interessante quando se busca caracterizar lógicas típicas das culturas orais. Ver Galvão e Batista (2006).

> O curso de cabo tem que fazer o exame de seleção, não é? Se fosse analfabeto[41] não adiantava, pelo menos tinha que ler, escrever e fazer as quatro operações e eu tinha aprendido com 8 anos (...). Caiu justamente no exame de seleção o descobrimento do Brasil e cinco estados e cinco capitais. Se eu fosse analfabeto pronto, eu não poderia fazer, mas justamente deu. Por isso eu estimo aqueles livros! [risos]. (Ismael).

No entanto, não foram apenas os ensinamentos da professora e os livros que auxiliaram Ismael: ao ser submetido, oficialmente pela primeira vez, a um teste escrito, obteve o auxílio de um colega para ampliar os seus conhecimentos sobre a língua portuguesa:

> Eu tava em alas: como é que eu vou escrever? Eu escrevo, mas fazer um ditado... e tinha um rapaz que tinha estado no patronato, tinha tirado escola, era meu vizinho, e começou a me explicar, é assim: tu põe 'm' antes de 'p', tu põe 'm' antes de 'b'. E ele tava esperando para fazer o exame e me explicando como se escrevia certas palavras, fizemos o exame e eu passei e ele rodou!(Ismael).

Dos 200 soldados que fizeram o teste com Ismael somente 78 foram aprovados, os quais iniciaram o curso de Cabo e posteriormente foram submetidos a novo exame: *trinta dias depois fizemos uma sabatina, dos 78 que tinham passado ficou 39 e eu fiquei nos 39, passei!* O número restrito de soldados que foram promovidos ao posto de Cabo talvez indique a significativa "facilidade de aprendizagem" de Ismael, que transformou a capacidade de domínio do sistema alfabético em ferramenta para a aquisição de novos conhecimentos, suficientes para o bom desempenho da função que passou a exercer no quartel.

É possível concluir que o serviço militar aproximou Ismael da cultura escrita, contribuindo para que adquirisse novas aprendizagens e percebesse de forma prática o valor social da leitura e da escrita. Atuando como cabo, passou a fazer uso da escrita cotidianamente. Entre seus pertences, ele guarda um dos formulários que produziu no quartel. Trata-se de uma folha de papel almaço que tem como título "Relação numérica e nominal dos praças que fizeram serviço de guarda no quartel do dia 11 para 12 do corrente mês". Em uma tabela, que ocupou todo o espaço da página, criou colunas para o preenchimento dos seguintes dados dos soldados: graduação, número, esquadrão, postos e observações. Consta nessa tabela o nome de 15 soldados, e seus respectivos dados, além do nome do cabo Ismael. Na escrita do documento, observamos uma caligrafia firme e clara com uma ortografia bastante precisa, que pressupõem habilidade na escrita. Conforme conta, estabeleceu boas relações e teve o reconhecimento de seu superior, que inclusive o convidou a fazer o curso de sargento, por distinguir a eficiência do seu trabalho: "*E logo eu peguei muita média com ele, ele tinha muita confiança em mim, e*

[41] No certificado de reservista de Ismael consta que ele sabia ler e escrever.

via que eu fazia muito empenho, ele via que eu tava sempre com o lápis e qualquer coisa eu tava anotando." Essa frase nos remete para o papel da escrita, para a sua importância e o seu reconhecimento social, bem como para o uso que Ismael fez dela no período em que esteve no quartel.

Ismael não pode ser caracterizado como um autodidata apenas pelo fato de não ser escolarizado, mas, principalmente, pelas táticas que usou ao longo de sua trajetória para ampliar seus conhecimentos e acessar os signos necessários para o domínio do sistema escrito, como a aquisição de livros após a alfabetização, as aprendizagens com um primo escolarizado, o conhecimento adquirido ao vender lã ou acompanhar os agrimensores, ou mesmo, na intensa e marcante experiência vivenciada no quartel, que lhe possibilitou o encontro efetivo com o escrito. Como bem expressa Hébrard (2001, p.44), uma alfabetização bem-sucedida não é suficiente para produzir um autodidata, pois de nada adianta ter aprendido a ler se essa capacidade não se tornar o núcleo de um hábito cultural novo. O autodidatismo de Ismael está também, e especialmente, em suas práticas intelectuais atuais, no modo como se apropria cotidianamente da leitura e da escrita.

Mas, que tipo de leitor é esse pai e avô? Que textos lê? Que apropriação faz desses textos? O que escreve e para quê? Enfim, que relação estabelece com a cultura escrita atualmente? Segundo sua própria concepção, ele tornou-se um leitor assíduo há aproximadamente 20 anos, quando a leitura e a escrita passaram a fazer parte de suas atividades diárias, uma ocupação ao tempo ocioso proporcionado pela aposentaria e pela vida urbana. Contudo, as condições intelectuais para tanto foram sendo adquiridas ao longo de sua trajetória, como se faz perceber na discussão até aqui realizada. Além disso, alguns aspectos podem ser considerados no sentido de compreender o que motivou Ismael a aproximar-se sobremaneira da leitura e da escrita após a aposentadoria.

Depois de viver mais de 70 anos no meio rural, com afazeres que lhe ofereciam uma rotina predeterminada, Ismael e a esposa mudaram totalmente a vida cotidiana quando passaram a morar em uma casa na cidade. Nesse novo ambiente, as relações de trabalho são interrompidas e os dias mudam o seu formato exigindo novas ocupações. É nesse momento que, também passa a ser procurado por estudantes e/ou pesquisadores da História local, que buscam saber sobre a sua origem familiar, promovendo assim, sua aproximação, de forma ainda mais efetiva, com a cultura escrita. A referência à atuação de seus antepassados, especialmente de seu avô paterno, em textos históricos, faz com que Ismael seja reconhecido como um possível guardião de memórias. Ao lhe procurarem, com vistas à realização de história oral, essas pessoas levaram

livros ou cópias de textos/documentos em que há referência ao seu sobrenome. Essas informações sobre a história da família, que até então desconhecia, aguçam o seu interesse pela história e consequentemente pela leitura. Por sua vez, as filhas e os netos, percebendo o interesse do pai/avô por tal prática, passam a presenteá-lo com livros, motivando-o a fazer uso da leitura e da escrita.

Assim, Ismael vai constituindo um acervo de livros, textos fotocopiados e outros documentos. Ao analisar o conjunto de livros que possui é possível perceber que se trata de obras, em sua maioria, editadas após os anos de 1980, não sendo, portanto, um acervo antigo. Em relação as suas práticas de leitura, um aspecto evidencia-se de imediato: Ismael lê, preferencialmente, textos históricos - locais e regionais -, e geográficos. Seus principais interesses de leitura centram-se em textos que contribuem para que compreenda a história familiar e a história da localidade em que vive. A busca pela leitura de fatos pontuais, que dialoguem com suas experiências sócio-históricas, faz com que tenha, por vezes, uma prática de *leitura intensiva*[42]. Os livros didáticos de sua preferência, que apresentam de forma mais sintética temáticas do seu interesse, são revisitados por diversas vezes pois, ao ler, estabelece relações, copia, compara e memoriza. Assim, retomar leituras já realizadas torna-se uma prática recorrente, especialmente em se tratando dos livros didáticos. Outra característica que decorre desse modo de ler é a *leitura fragmentada*: ao ler, seleciona fatos, partes do texto que lhe interessa, realizando uma leitura que condiz com a estrutura textual do livro didático, por apresentar textos isolados que propiciam uma leitura parcial da obra.

Assim, a análise da trajetória de Ismael permite compreender o modo pelo qual indivíduos que não tinham acesso à instituição escolar, ao longo de algumas décadas da história brasileira, promoviam sua entrada no mundo escrito. Além disso, revela os meios pelos quais cotidianamente garantiam a ampliação dos conhecimentos advindos da aprendizagem inicial da leitura e da escrita.

[42] No sentido desenvolvido por Chartier (2001).

Referências Bibliográficas:

BENSA, Alban. Da micro-história a uma antropologia crítica. In: REVEL, Jacques (org.), *Jogos de Escalas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Livro didático e conhecimento histórico: Uma história do saber escolar*. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

BOURDIEU, Pierre, PASSERON, Jean-Claude. *Les Héritiers*. Paris: Minuit, 1996.

CHARTIER, Roger (org.). *Práticas de leitura.* São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

DARNTON, Robert. *O Beijo de Lamourette: Mídia, Cultura e Revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

DE SINGLY, François. Savoir hériter: la transmission Du goût de la lecture chez lês étudiants. In: FRAISSE, Emmanuel (org.). *Les étudiants et la lecture*. Paris: PUF, 1993.

FERRARO, Alceu Ravanello & KREIDLOW, Daniel. Analfabetismo no Brasil: configuração e gênese das desigualdades regionais. *Educação e Realidade.* 29, 2: 179-200. 2004.

GALVÃO, Ana Maria de O.; BATISTA, Antônio Augusto G.. Oralidade e Escrita: uma revisão. *Cadernos de Pesquisa*. 36, 128: 403-432. 2006.

HÉBRARD, Jean. O autodidatismo exemplar. Como Valentin Jamerey-Duval aprendeu a ler?. In: CHARTIER, Roger (org.). *Práticas de leitura.* São Paulo, Estação Liberdade, 2001.

LAHIRE, Bernard. *Homem Plural: os determinantes da ação*. Petrópolis: Vozes, 2002.

LAHIRE, Bernard. *A Cultura dos Indivíduos.* Porto Alegre: Artmed, 2006.

MADEIRA, Claudemir Pereira. *Da Multisseriação à Nucleação: a Escola Municipal Alfredo Dias de Cerrito/RS – Décadas de 1980 a 1990*. Dissertação de Mestrado, PPGE/FaE/UFPel, Pelotas, 2010.

ONG, Walter J.. *Oralidade e escrita*. Campinas: Papirus, 1998.

PARK, Margareth B.. *Histórias e Leituras de Almanaques no Brasil.* Campinas: Mercado das Letras, 1999.

PASSERON, Jean-Claude, REVEL, Jacques (dir.). *Penser par cas.* Paris: Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2005.

REKZIEGEL, A.L.S.; AXT, G. (dir.). *República Velha (1889-1930)*. Passo Fundo: Méritos, 2007.

AS BIOGRAFIAS DE PIRATAS ESCRITAS POR DANIEL DEFOE E O GÊNERO BIOGRÁFICO NA HISTÓRIA

Nicássio Martins da Costa[43]

*A General History of the Pyrate*s é uma obra que se compõe de uma série de biografias de piratas que construíram fama, com seus ataques a embarcações e problemas que causaram, principalmente a Coroa Inglesa, durante o final do século XVII e as primeiras décadas do XVIII. Ao longo do tempo, esse gênero tem provocado algumas polêmicas, o que implicou, inclusive, no recolhimento de exemplares de biografias não autorizadas das livrarias, como no caso da obra *Roberto Carlos em Detalhes* sobre o cantor Roberto Carlos. Diante disso, surgem alguns questionamentos: como se deve escrever e por que se deve escrever biografias? Ou, então, quais vidas realmente "merecem" ou "precisam" ser relatadas? E quanto da vida de uma pessoa precisa ser relatado para que uma narrativa possa ser nomeada uma biografia? As perguntas surgem da consciência de que a narrativa da totalidade de algo é impossível por uma série de motivos, tais como a ausência de informações documentais ou, mesmo no caso de biografias de pessoas ainda vivas, o quanto o indivíduo deseja que seja exposto de sua vida, ou ainda quais informações de sua vida a família do já falecido deseja que venham à tona.

Esses questionamentos surgiram inevitavelmente da leitura das biografias de piratas famosos, que conquistaram sua fama causando terror nos mares da região do Caribe, durante as últimas décadas do século XVII e as primeiras do XVIII, que selecionamos para analisar neste trabalho. Daniel Defoe cabe ressaltar, não se preocupou em buscar informações sobre a vida completa de seus biografados, sendo que, na maioria dos casos, narrou, em alguns poucos parágrafos, a origem do sujeito, passando diretamente para a descrição de sua atuação como pirata, que, muitas vezes, não se estendia por uma década. Essa estratégia narrativa fica evidente na biografia de Bartholomew Roberts, já que Defoe parte direto para a descrição de sua vida adulta, mais especificamente, destacando o período em que exerceu a função de marinheiro comum e seu ingresso na pirataria:

> Bartholomew Roberts velejava em emprego honesto, como segundo oficial do "Princess", de Londres, sob o comando do capitão Plumb, desde novembro de 1719, quando saiu da Inglaterra, chegando na Guiné em fevereiro do ano seguinte. Plumb vinha comprar escravos em Anamboe, sendo capturado pelo capitão Howel Davis (...). No início, tornou-se um membro forçado do bando de Davis, sendo totalmente contra aquele tipo de vida. Certamente teria fugido, se uma boa oportunidade se apresentasse. Mais tarde, porém, mudaria seus princípios. (JOHNSON, 2003 [1ª ed. 1724], p. 2013).

[43] Graduado em História pelo Centro Universitário La Salle (UNILASALLE) – 2013 – Mestre em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) – 2016.

A passagem transcrita acima é justamente a que dá início à biografia de Bartholomew Roberts, em *A General History of the Pyrates*. O autor da biografia menciona a carreira honesta que seu personagem tinha antes de se tornar pirata, mas, em momento algum, menciona sua vida anterior a isto, como os detalhes que o levaram a se tornar um marinheiro ou como chegou a ser segundo oficial de um navio comercial. Esse tipo de descrição segue o modelo que Defoe adota nas demais biografias que compõem sua obra, que pode decorrer, muito provavelmente, da escassez ou da falta de informações sobre a vida pregressa de seus biografados e de sua inevitável seleção, dadas as intenções que o autor tinha ao narrá-las[44].

Constata-se, assim, que as biografias que Defoe escreveu sobre os famosos piratas do século XVIII partiam sempre do momento em que esses indivíduos haviam se tornado efetivamente piratas, o que merece uma discussão mais aprofundada. Essa opção implicou na desconsideração da vida pregressa destes homens, assim, as dificuldades e as motivações que levaram estes homens a uma atividade tão perigosa sem a menor garantia de sucesso, não mereceram a atenção do autor.

A opção de Defoe em narrar a vida desses piratas somente do ponto em que eles iniciaram a atividade da pirataria se restringe somente aos dezenove homens que são biografados, no caso das duas mulheres piratas, Mary Read e Anne Bonny, o autor procura expor suas vidas com um maior grau de completude, como mostra a passagem a baixo sobre Anne Bonny:

> Tendo antecipado que serei mais específico sobre os particulares das vidas dessas duas mulheres piratas[45], é forçoso que, tal qual todo historiador fidedigno, comece pela infância de Anne Bonny. Ela nasceu perto de Cork, na Irlanda. Seu pai era advogado, mas Anne não era sua filha legítima. Aqui, sua história parece contradizer o velho provérbio 'os bastardos sempre se dão melhor'. (JOHNSON, [1724] 2004, p. 173).

Algo que pode nos levar a uma elucidação quanto aos motivos por trás das decisões de Daniel Defoe, em explorar em suas narrativas uma parcela maior da vida dessas duas mulheres, é o fato de que, ao invés de criticar as mulheres e utilizar os mesmos modos de escrita que

[44] As intenções de Defoe e da própria Coroa Inglesa com a escrita das biografias girava em torno da necessidade que a última possuía de por fim na atividade pirata como um todo, mas, principalmente nos mares da região do Caribe. Desta forma, enquanto a Marinha Real Inglesa fazia o trabalho efetivo, com base na força, de dissipar a atividade pirata atacando-os em seu local de ação, o mar, *A General History of the Pyrates* tinha como objetivo destruir a imagem desses piratas na imaginação da população inglesa que, em momento anteriores, conheceu piratas, como Francis Drake ou Richard Hawkins, que foram considerados heróis nacionais.

[45] Defoe nos diz isso na página 163 da versão traduzida de *A General History of the Pyrates* organizada pelo jornalista Eduardo San Martin.

utilizou para discorrer sobre os piratas do gênero masculino, ou seja, a busca pela difamação e destruição de suas imagens. Isto também contribui para reforçar nossa ideia sobre os motivos pelos quais seria comprometedor para os objetivos do livro que a pesquisa sobre a vida dos piratas fosse mais profunda e abarcasse suas vidas como um todo e não somente suas carreiras como criminosos do mar. Defoe apazigua as ações criminosas de Anne Bonny e Mary Read em alguns momentos, enaltecendo seus feitos enquanto piratas e sua coragem ao praticar uma atividade que exigia muito esforço físico, além disso exercida majoritariamente por homens. Estas questões possivelmente passam pela avaliação de Defoe de que para qualquer homem, naquele período, por piores que fossem as dificuldades, não seria justificável optar por uma atividade criminosa se havia uma multiplicidade de trabalhos dignos que poderiam sustentá-lo; em contrapartida, o que restava para mulheres pobres, uma órfã e uma filha bastarda de um advogado que não era bom pai? Queremos dar a entender que, para Defoe, os crimes dessas mulheres eram menores do que os cometidos pelos outros piratas.

Retomamos, aqui, portanto, o questionamento sobre o quanto da vida de um sujeito deve estar presente em sua biografia e sobre as motivações e, também, as implicações de uma narração que considera a vida de um indivíduo de seu nascimento a sua morte. Para tanto, recorremos ao que nos diz Pierre Bourdieu sobre o *nome próprio* na história:

> (...) como o que ele (*o nome próprio*) não é senão uma rapsódia heterogênea e disparatada de propriedades biológicas e sociais em constante mutação, todas as descrições seriam válidas somente nos limites de um estágio ou de um espaço. Em outras palavras, ele só pode atestar a identidade da personalidade, como individualidade socialmente constituída, à custa de uma formidável abstração. (BOURDIEU, 1996, p. 187, grifo do autor).

Bourdieu chama a atenção para as implicações do que denominou *ilusão biográfica* e para os tantos equívocos que se fazem presentes no fazer biográfico. Destacamos, contudo, somente o exemplo do *nome próprio* para responder à questão que formulamos mais acima. Quando Bourdieu conceitua a questão, afirma que um indivíduo é socialmente mutável e que as fases de sua vida o modificam de forma que ele se torna, em cada uma delas, um ser diferente, e a única forma de identificar esse indivíduo como sempre o mesmo ao longo de sua existência se resume a uma única singularidade: o *nome próprio*. Dessa forma, podemos compreender que, se não existisse a característica fixa do *nome próprio*, uma pessoa poderia ser facilmente identificada como um conjunto de indivíduos que se sobrepõem ao longo de seus anos de vida.

A atividade da pirataria representava sem dúvida uma modificação drástica no modo de vida daqueles que optavam por desempenhá-la. Bartholomew Roberts, por exemplo, mudou radicalmente sua vida, ao ser poupado pelos piratas que atacaram o navio em que trabalhava.

Se a assimilação se mostrou difícil inicialmente, ao ganhar a confiança de seus companheiros, Roberts se viu alçado à posição mais alta em um navio pirata: a de capitão. Nesse caso, as mudanças sociais referidas por Bourdieu ficam evidentes não somente na atividade ilícita que ele passaria a desempenhar, mas, também, na mudança de nome, já que Bartholomew Roberts era conhecido como Black Bart por seus companheiros de frota pirata. Outros passaram pela mesma modificação: Edward Teach se torna o famoso Capitão Barba Negra, e John Rackam se transforma em Calíco Jack.

Através desses exemplos, podemos entender a que tipo de ilusão Pierre Bourdieu se refere:

> Produzir uma historia de vida, tratar a vida como uma história, isto é, como relato coerente de uma sequência de acontecimentos com significado e direção, talvez seja conformar-se com uma ilusão retórica, uma representação comum da existência que toda uma tradição literária não deixou e não deixa de reforçar. (BOURDIEU, 1996, p. 185).

Segundo o sociólogo, a narrativa de uma vida não pode ser contínua e representada pela linha imaginária, sem curvas, do clássico início, meio e fim. Não há, portanto, necessariamente uma lógica plausível entre todos os eventos possíveis na vida de um indivíduo. Essa descontinuidade, vale lembrar, foi percebida pela literatura moderna muito antes do que por historiadores, mas o quanto de literatura ficcional pode ser encontrada nas biografias escritas por Daniel Defoe? Por que o autor se deteve na descrição de um cenário de terror provocado pelos piratas?

Quanto à evolução da produção biográfica, consideramos válido lembrar as fases propostas por François Dosse, que:

> (...) sugere três fases no percurso da biografia: uma primeira que chama de "idade heroica", na qual a biografia transmitiria modelos, valores para as novas gerações; uma segunda fase, a da "biografia modal", em que a biografia do indivíduo teria valor somente para ilustrar o coletivo (a sociedade da biografado em tempos e em espaços diversos); e uma terceira e última fase, a atual, que chama de "idade hermenêutica", no momento em que a biografia tornou-se terreno de experimentação para o historiador, aberto a várias influências disciplinares (BORGES, 2005, p. 207).

A partir dessa categorização, as biografias escritas por Daniel Defoe estariam todas inseridas no primeiro momento, ou seja, na "idade heroica". Se consideramos, contudo, a afirmação de Sabina Loriga, de que "o destino individual dos homens ilustres permitia compreender que as escolhas de uma nação era uma opinião largamente compartilhada ainda no século XVIII." (LORIGA, 1998, p. 229), certamente, as biografias de Defoe não podem se encaixar em nenhum tipo de heroísmo, considerando-se os padrões do período. Piratas eram

considerados párias da sociedade e, com certeza, não figuravam na lista de sujeitos dignos, que poderiam servir como exemplos e transmitir valores para as gerações futuras.

Contudo, o heroísmo procurado poderia não estar exatamente na figura dos piratas biografados, como ressalta o trecho a baixo, extraído das páginas de *A General History of the Pyrates:*

> Presumo não ser necessário nos desculparmos por atribuir o nome de História às páginas que se seguem, embora elas não contenham senão os feitos de um bando de ladrões. São a bravura e a estratégia na guerra que fazem com que ações mereçam ser relatadas. Neste sentido, pode-se pensar que as aventuras narradas aqui merecem esse nome. Plutarco é muito circunstancial quando descreve as ações de Spartacus, o escravo, e faz da vitória sobre ele uma das maiores de Marcus Crassus. É provável que, se esse escravo tivesse vivido mais tempo, Plutarco nos contasse a sua vida em liberdade, porque Roma, então dona do mundo, no começo não passava de um refúgio de ladrões e foras-da-lei. (N.E, 2008, p. 15).

Como podemos ver no trecho selecionado e transcrito acima, os responsáveis pela edição de A General History of the Pyrates, de 1725, fazem questão de ressaltar que figuras como os piratas, por sua condição de verdadeiros párias sociais, não mereciam ter suas trajetórias e atividades relatadas como registro histórico. Para eles e, também, para Daniel Defoe e os consumidores de História daquele período, somente as ações daqueles que os perseguiram e os derrotaram, os verdadeiros heróis, mereciam ser valorizadas. Defoe foi o Plutarco desses editores, ou seja, um "historiador" que narrou o brilhantismo com que os heróis de suas épocas derrotaram vilões de grande potencial e que não poderiam ser enfrentados por outros senão eles.

Pode se perceber – conforme o exemplo das narrativas de Plutarco dado pelos organizadores da edição de 1725 de *A General History of the Pyrates* – que a premissa era a de enaltecer os feitos dos considerados heróis do período, ou seja, dos responsáveis pela captura ou pela eliminação dos famosos capitães de embarcações piratas que são biografados, como o tenente Sun, oficial que capitaneava o forte navio oficial da Marinha Real Britânica (Royal Navy) *Swallow*. É importante ressaltar que boa parte dos relatos coletados por Defoe para a confecção dessas biografias são justamente narrativas de oficiais da Royal Navy e de marinheiros, entre outros, que participaram das campanhas que visavam capturar ou eliminar os piratas. Isso parece explicar as descrições de feitos arrojados e de grande coragem por parte dos piratas, uma forma bastante eficaz de dar traços heroicos aos feitos de seus captores. Outros relatos utilizados por Defoe foram obtidos com piratas subordinados a esses capitães, que, após serem capturados, foram interrogados e, posteriormente, levados a julgamento.

Os objetivos de Daniel Defoe, que eram os de subsidiar a destruição moral dos piratas junto ao público leitor inglês da época, não se concretizaram, já que, a partir do século XIX, encontramos produções ficcionais sobre piratas, que, apesar de utilizarem os relatos do escritor, recorrem a eles para transformar os piratas em heróis e os oficiais da Marinha Real britânica em vilões. É importante lembrar que as mudanças políticas ocorridas no século XIX também alteraram, gradativamente, a visão das pessoas sobre os agentes e os mecanismos estatais e, no caso de Inglaterra, Espanha e França, suas impressões sobre o regime monárquico, inclusive. Portanto, é provável que, naquele momento, e nos anos que seguiram, as produções de ficção estivessem em sintonia com esse processo marcado por intensas mudanças, observáveis, também, nos conceitos de heróis e vilões.

Diante do exposto, propomos um exercício de reflexão: e se um historiador tivesse tido o interesse de biografar os mesmos piratas nos quais Defoe se deteve? Ele teria se enquadrado no proposto por Sabina Loriga, quando ela afirma que: "A morte do herói não eliminou, contudo a exigência de se estudar os indivíduos. Hoje a aposta não é mais no grande homem (conceito banido e às vezes desprezado), e, sim, no homem comum." (LORIGA, 1998, p. 244)? Para tentar responder a esse questionamento, recorremos a dois termos utilizados por Loriga, o de "grande homem" e o de "homem comum". No primeiro, encontra-se o clássico herói, enquanto que entre os que se encaixariam no segundo se encontram os Martin Guerres, Guiovan Batista Chiesas e Menocchios. Sob essa perspectiva, os piratas estão bastante distantes de serem heróis de qualquer época, mas, também, não podem ser alocados em uma categoria de "homens comuns", devido à fama que conquistaram. Homens como Bartholomew Roberts, Edward Teach e William Kid, entre outros, se encontram, assim, em uma espécie de "limbo biográfico", no qual não existem heróis, pela obviedade da função, nem tampouco homens comuns, pelas circunstâncias em que figuraram. Giovanni Levi, no entanto, contribui para solucionar o impasse exposto no parágrafo acima:

> A Biografia e os casos extremos. Às vezes, porém, as biografias são usadas especificamente para esclarecer o contexto. Nesse caso, o contexto não é percebido em sua integridade e exaustividade estáticas, mas por meio de suas margens. Descrevendo os casos extremos, lança-se luz precisamente sobre as margens do campo social dentro do qual são possíveis esses casos. (LEVI, 1996, p. 176-177).

Em se tratando das biografias escritas por Daniel Defoe, se tem justamente um caso extremo, pois, através delas, se pretendia a marginalização e a eliminação da figura do pirata, atendendo às intenções da nação detentora de maior poder político e econômico naquele momento, a Inglaterra. Nas descrições da vida desses famosos piratas e de outros menos ilustres

companheiros de ofício, encontramos a explicitada tentativa de demonstrar que, naquele momento, a atividade de pirataria era obsoleta e prejudicial à Monarquia, e que aos indivíduos que a praticavam faltavam escrúpulos e sobravam rebeldia e violência.

Independentemente das motivações que Daniel Defoe teve para escrevê-las, as biografias de piratas famosos acabaram por aproximar do público leitor os sujeitos que, por iniciativa da Coroa britânica, deveriam ser marginalizados e tidos como anti-heróis, num curioso processo de identificação dos ingleses com os que foram apresentados como vilões de *A General History of the Pyrates*.

Referências Bibliográficas

BORGES, Vavy Pacheco. Grandezas e misérias da biografia. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 203-233.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (Org.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 183-191.

DEFOE, Daniel. *Uma História dos Piratas*. Seleção e apresentação à edição brasileira: Luciano Figueiredo. Trad. Roberto Franco Valente. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008 [1724]. 262 p.

DEFOE, Daniel. *A General History of the Pyrates***.** Edição: Manuel Schonhorn. Nova York: Dover Publications, 1999 [1724]. 800 p

JOHNSON, Charles. *Uma História Geral dos Roubos e Crimes de Piratas Famosos: A Política Interna, a Disciplina de Bordo, as Façanhas e Aventuras de 19 Criminosos Célebres da Era de Ouro da Pirataria, (1717 – 1724)***.** Trad. Eduardo San Martin. 2ª ed. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2004 [1724]. 430 p.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 167-182.

LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de escalas:* a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 225-249.

PRÁTICAS DE LEITURA E ESCRITA NO INÍCIO DO SÉCULO XXI: MODOS DE LER EM "REDES"

Roselusia Teresa de Morais Oliveira[46]

Introdução

Leitores e leitoras do escritor Erico Verissimo, no início do século XXI, constituem uma "rede" de interação e comunicação por meio de publicações virtuais (*blogs*, *sites*, comunidades e grupos de discussões) acerca das suas experiências de leituras. Tomando por base essa constatação, o foco desta investigação são as práticas de leitura dos livros impressos, reveladas a partir da fonte principal: as escritas de textos em suportes eletrônicos de sete leitores das obras de Erico Verissimo integrantes de "redes" específicas.

Em tempos de internet, leitor@s[47] de Erico Verissimo publicam sobre as suas experiências de leituras em blogs, criam sites, participam de comunidades e grupos de discussões. Baseado nesta constatação, esta investigação propõe uma discussão teórica sobre a produção de um grupo de leitores e leitoras em redes sociais, na internet, como uma possibilidade de fonte para a História da Educação.

A aventura *pela internet* destaca um mundo permeado por escritas, imagens e sons. Inúmeras redes de comunicação e interação ligadas em rede mundial, por meio de computadores, celulares, tablets e entre outros dispositivos são integrados por um conjunto de protocolos de comunicação em uma trama que possibilita a veiculação de informações e a transmissão e troca de dados. A amplitude dos recursos dispostos e serviços que podem ser utilizados promovem várias ligações ao alcance de uma rede mundial, a *World Wide Web*, e também o suporte necessário capaz de prestar serviços diversos que envolvem desde a comunicação rápida ao compartilhamento de arquivos.

Dentro dessa perspectiva, este trabalho[48] tem uma perspectiva interdisciplinar e articula as seguintes áreas de interesse: História da Educação; Literatura; História do Livro e da leitura; e Cibercultura. Os princípios teórico-metodológicos adotados para definição do objeto de

---

[46] Professora Adjunta da Universidade Federal de Sergipe. Pedagoga (UFS), Mestre e Doutora em Educação (UFPel-RS). Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisa Relicário (Redes de leituras inscritas: cultura letrada, apropriações, representações e operações do ato de ler/DEDI/UFS/CNPq). *E-mail:* roselusiamorais@gmail.com.

[47] O termo adotado "leitor@s" compreende todos/as os/as leitores/as que transitam no espaço da internet.

[48] Este trabalho é parte integrante da tese de Doutorado concluída e intitulada: "Modos de ler o impresso, modos de escrever na internet: escritas de leitores e leitoras do escritor Erico Verissimo", desenvolvida sob a orientação da professora Eliane Peres, do curso de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Pelotas-RS, em 2014. Esta pesquisa contou com o financiamento da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior, por meio do Ministério da Educação (PDSE-MEC).

pesquisa destacam os estudos acerca da história do livro e da leitura, com ênfase, especialmente, em Robert Darnton (1995; 2010); Roger Chartier (1990; 1991; 1994; 1996; 1999; 2002a; 2002b; 2004; 2009) e os escritos de Michel de Certeau (1994) auxiliam a análise dos dados coletados no que se refere às relações entre as "operações" implicadas no ato de ler e os aspectos culturais nela imbricados.

Esse referencial aponta um "circuito de comunicação" (DARNTON, 1995, p.112) que compreende a história do livro, incluindo assim as seguintes esferas: produção, edição, distribuição, circulação e, por fim, o leitor. Esse "circuito" admite que há variações das condições conforme o lugar e a época, mas de modo geral pode ser descrito em um modelo que considera o percurso desde o autor, o editor, o impressor, o distribuidor, o vendedor até chegar nas mãos do leitor. Neste trabalho, é analisado um aspecto desse "circuito" que é a instância do leitor, considerado como o "estágio" de difícil acesso de estudos. (DARNTON, 1995).

Revelados nos dados de pesquisa coletados, as escritas de leitores e leitoras na internet são indicadores que definem "modos de leitura". Para a análise desses dados cabe referenciar o conceito de "rede" e "cibercultura", do autor Pierre Lévy (2000; 2007) e entre outros autores como: Manuel Castells (2005); Hugo Assumann (2005).

Práticas de leitura: leitor@s de Erico Verissimo em redes de interatividade

Esta abordagem destaca a construção de estudo que evidencia leitores e leitoras do escritor Erico Verissimo (EV)[49], no início do século XXI, no qual, constituem uma "rede" de interação e comunicação por meio de publicações virtuais acerca das suas experiências de leituras em blogs, sites, comunidades e grupos de discussões. Tomando por base essa constatação, o foco desta investigação são as práticas de leitura dos livros impressos de uma "rede" específica, reveladas a partir da fonte principal: as escritas dos leitores nos textos eletrônicos. Neste sentido, o objetivo central é identificar os modos de ler o livro impresso por meio dos modos de escrever textos eletrônicos em ambientes selecionados na internet a partir das interações promovidas nesse espaço no período de publicação de 2009 a 2014.

Em rede, escritas, sinais, códigos, símbolos, representações, fotografias são possibilidades de evidenciar histórias, informações, debates e entre outras produções, reescritas, edições e mixagem de textos escritos, imagéticos ou sonoros. Enfim, definida por diferentes

[49] EV: abreviação criada para fazer referência ao nome do escritor Erico Verissimo.

materiais e ferramentas, a escrita eletrônica convive, ao mesmo tempo, com outros suportes de leitura como o manuscrito e o impresso. A cultura escrita de modo geral pode ser localizada nos mais diferentes suportes seja nos manuscritos, impressos ou digitais, e este fato, revela novos desafios e novas reflexões sobre os modos de produzir escritas e os modos de ler textos.

Os escritos nos meios digitais superam a ideia de que apenas algumas pessoas são capazes de escrever e publicar. Isso porque as práticas nas redes sociais na internet revelam cada vez mais um público crescente que acessa páginas, produz e veicula informações por textos sejam de sua autoria ou não. Os requisitos básicos para essas operações são, no mínimo: ler; escrever; e utilizar o recurso para divulgação no espaço desejado, numa página de um determinado site, blog ou rede social.

Textos são criados, inéditos, copiados, compilados, organizados, sofisticados em um emaranhado de ações por meio de clicks que remetem a uma infinita possibilidade de acessos de páginas espalhadas pelo "mar da internet". A "experiência", no sentido etimológico da sua palavra, refere-se a significados como: ensaiar algo; verificar as qualidades de algo; pôr à prova, conhecer por experiência; sentir alguma coisa. Essas interpretações[50] atreladas à experiência dos usuários na internet indicam que os mesmos ensaiam escritas virtuais, copiam e compartilham informações, verificam as características que definem o recurso digital, colocam à prova se esses mesmos recursos são interessantes ou não, conhecem os instrumentos de leitura e escrita digital pela própria vivência em si, e, por fim, produzem inúmeras sensações diante da tela de um computador, notebook, netbook, ultrabook, tablet, celular, entre outras possibilidades digitais.

Desse modo, leitor@s publicam na internet vários conteúdos desde textos, canções, fotos a vídeos. Criam um conjunto de práticas de comunicação e interação em permanentes mudanças. Neste caso, o tripé da produção, publicação e circulação dos escritos (CHARTIER, 2002) convivem no mesmo espaço virtual. Fragmentos de informações dispersas e variadas são possíveis de serem consultadas ao longo do dia. Links e referências destacam um texto em

[50] Estudiosos franceses como Pierre Lévy (2000; 2007), filósofo das tecnologias da inteligência e da cultura virtual contemporânea, e Roger Chartier (1990; 1991; 1994; 1996; 1999; 2002a; 2002b; 2004; 2009), historiador das práticas de leitura, discutem a relação entre os mais tradicionais e os novos suportes de registro e divulgação da escrita. Além deles, pesquisadores norte-americanos como Jay Bolter (2001) e George Landow (1995;1997) destacam o universo das tecnologias e novas mídias realçando a superação das noções como hierarquia, sequencialidade e linearidade do texto, a partir das experiências hipertextuais, isso porque essas potencializam novas construções de sentido sobre a leitura em suportes eletrônicos.

comunicação com outros textos, auxilia os internautas agregar mais informações sobre o assunto escolhido. Trata-se, portanto, do *hipertexto*[51], disposto a partir de uma dinamicidade que disponibiliza um fluxo intenso e contínuo de conceitos, imagens, juízos, palavras, dados, ideias em um específico modo de escrita. Esta composição demarca a constituição dos limites da esfera do público e privado cada vez mais tênues. Um conjunto de aparelhos possibilita um conjunto de técnicas de produção, de criação, de editoração aparentemente, ao alcance de todos. São textos com formatos próprios que dialogam com outros textos e assim, viabiliza uma estrutura de criação em grupo, ou provocando a coletividade entre os indíviduos que interveem para alguém tornar-se coautor de um texto.

A disponibilidade de informações dispersas e variadas provoca no usuário a capacidade de comparar, escolher, editar e divulgar o que o mesmo prioriza como importante para compartilhamento. Isso significa que concentra-se no usuário a viabilidade de revisar, ilustrar e editar no sentido exato das funções. Fato surpreendente tendo em vista as gerações anteriores demarcadas por profissionais específicos para cada uma dessas ações. É claro que não se trata de um livro, mas sim uma edição online que revela textos digitais cercados por links, referências ou hipertextos em um movimento ativo complementar. Os usos das diferentes linguagens combinam imagens, sons e palavras, geram práticas de leitura fragmentada e distante da perspectiva linear que nos deparamos no suporte de um livro.

O hipertexto caracteriza-se por um conjunto sequencial e particular de possíveis ações de leitura e também de escrita, que ocorre de modo não linear e é direcionado a uma infinidade de textos de maneira rápida e instantânea. Deste modo, há uma amplitude de associações em que o usuário pode ser levado a pensar, sentir e agir diante da tela, a partir dos seus movimentos entre um click e outro que o direcionada a vários outros links. A relevância dos textos ganha espaço e destaque no texto eletrônico a um modo de edição hipertextual, no qual o leitor escolhe o que deseja ler e interagir com textos que são conectados entre si por meio de percursos distintos de localização dos assuntos do seu interesse. Assim, o internauta recolhe vários textos

[51] Conforme Landow (1995), hipertexto é um termo cunhado por Theodor Nelson na década de 1970 para se referir ao tipo de texto eletrônico. Traduzido por um recurso tecnológico da área da informática que é reconhecido pelo poder de conectar uma passagem de discurso verbal para imagens, mapas, diagramas e sons, do mesmo modo que consegue se conectar a outros fragmentos verbais. Essa definição amplia a noção que temos acerca do que é um texto porque trata-se de uma escrita que não possui uma sequência, mas um texto com várias "bifurcações" em que o leitor é aquele que define o seu roteiro de apreciações das páginas de leitura e também de escrita "multilinear" ou "multisequencial". Neste sentido, há uma espécie de jogo com novas regras e experiências que superam os limites de unidade de um texto.

fragmentados e compõe para si uma espécie de mosaico de imagens, palavras, frases, sons, sensações e entre outros que traduzem informações. Neste caso, refere-se à dispersão de informações por intermédio da comunicação verbal e não verbal.

É possível constatar novos modos de escrever e se comunicar na rede, as mais variadas leituras e, consequentemente, isso também altera o modo como os leitor@s leem o tempo impresso e como lidam com o texto virtual. Este último, sugere vários "caminhos a percorrer", ou ainda melhor, vários "mares a navegar". Esses percursos são particulares e por isso, constroem sujeitos que não são apenas usuários da internet, mas também atuam em redes ao participar de grupos públicos ou privados com assuntos exclusivos.

A interação leitor e texto[52] configuram processos de significados construídos a partir dos próprios textos e dos assuntos ligados ao conteúdo e a hipertextualidade presente. O lugar da leitura seja no papel ou no virtual é mediada por uma série de recursos que estimulam os sentidos para refletir, opinar e atuar nesses espaços. Esse "circuito" admite que existam variações das condições conforme o lugar e a época, mas de modo geral pode ser descrito em um modelo que considera o percurso desde o autor, o editor, o impressor, o distribuidor, o vendedor até chegar às mãos do leitor.

Ao constatar processos de invenção e criação nas "redes"[53] escolhidas, via internet, é possível considerar , segundo Lévy (2007), que entre os "atores humanos" as "técnicas" são inventadas, produzidas, utilizadas e interpretadas de diferentes formas. Para o desenvolvimento deste estudo, a abordagem adotada compreende a noção de "modos de ler", baseado nos estudos do historiador francês Roger Chartier (1990; 1991; 1994; 1996a; 1996b; 1999; 2002a; 2002b; 2004; 2009a; 2009b). Esses conceitos afirmam que o processo de ler envolve diversos elementos que antecedem a prática efetiva do ato de ler. Remete a constituição da materialidade dos objetos da leitura, os materiais específicos, o "uso do corpo", a "inscrição em um espaço", a "relação consigo e com o outro" (CHARTIER, 2002a, p.70). As "práticas de leitura" não são

[52] A literatura pode ser analisada como possibilidades educativas a partir das leituras recomendadas na esfera escolar, mas segundo Mathieu Bégin (2011), da Université de Sherbrooke, raro é localizar pesquisas que se dediquem à literatura, especialmente para jovens, como uma prática de divertimento, de socialização e de enriquecimento pessoal. Este trabalho identifica justamente tais dimensões raras em termos de pesquisa. Para Bégin (2011), é surpreendente analisar pelo viés da história das práticas de leitura como esse território foi e é explorado pelos leitores.

[53] Jorge Landow (1995; 2006) defende que há uma tendência em convergir o hipertexto e essas teorias, assim como teóricos que compartilham de ideias que poderiam ser postas como modelos conceituais convergentes ao contrapor princípios como linearidade e hierarquia e defender ideias vinculadas às "redes", "links" ou "ligações", "nós", multilinearidade. Nessa perspectiva, os limites entre a relação autor e leitor são tênues, ou seja, permeada por proximidades, e ao mesmo tempo, é possível pensar na relação existente entre a produção de sentido influenciada pelo suporte impresso ao se deparar com a hipertextualidade.

apenas uma “operação abstrata de intelecção”, mas compreendem as práticas culturais e suas respectivas reorganizações no meio social (CHARTIER, 2002a, p.70). Isso porque o ato de ler trata das “significações plurais” e “móveis” localizadas em uma espécie de consonância com os hábitos culturais de um determinado tempo, ou seja, os modos de ler referem-se às práticas inscritas em uma rede social e cultural específica. Considerar essa perspectiva, segundo Chartier (1990), significa pesquisar as modalidades de ler, sejam elas coletivas ou individuais, herdadas ou inovadoras, popular ou letrada, íntimas ou públicas, intensiva ou extensiva, oral ou silenciosa.

A produção de sentido a partir das leituras significa como os leitores compreendem a si próprio e o mundo, por meio da relação estabelecida com o “mundo do texto” (CHARTIER, 1990, p.24). Portanto, a leitura é entendida como um “ato concreto” que requer leitores dotados de “competências específicas” e caracterizados pela sua prática de ler que constrói sentido, ou seja, a interpretação (CHARTIER, 1990, p.25).

Isso também pressupõe perceber os modos de ler e o processo pelo qual os leitores dão sentidos aos textos dos quais se apropriam. Essa perspectiva é discutida por Chartier (2002a) como a possibilidade de pensar a “produção da significação”, o que implica uma relação dialógica entre as propostas das obras e as categorias estéticas e interpretativas de seus públicos leitores; como também uma interação dinâmica entre texto e leitor; e um resultado de uma negociação entre as obras e os discursos ou as práticas ordinárias.

Por meio dessa abordagem e aliado aos estudos de Robert Darnton (1995) é possível considerar a complexidade e as dificuldades em definir e identificar como os leitor@s assimilam as suas leituras e quais são os efeitos produzidos pelos textos lidos. Para historiadores da leitura, esse campo foi por muito tempo reconhecido como complexo e de difícil acesso, mas diferentemente, dos séculos anteriores ao início do século XXI, em tempos atuais é possível constatar “rastros”, “pistas” e “vestígios” da instância das práticas de leituras que os próprios leitor@s deixam revelar por meio das suas publicações na internet. Essa afirmação pode ser considerada como um fenômeno até então de difícil apreensão na História da Leitura, já que os estudos anteriores de Chartier (1990) e Darnton (1995) demonstram as dificuldades de fontes que permitam acesso à esfera dos leitores e suas práticas de ler.

A noção de leitura e de competência para ler é compreendida também a partir dos estudos de Vincent Jouve (2008). O autor considera a leitura como uma atividade multifacetada que envolve processos neurofisiológicos, cognitivos, afetivos, argumentativos e simbólicos. Considerando esses aspectos, a leitura supõe determinadas competências que incluem as esferas

individual e cultural. Isso acontece quando o leitor converte palavras em *elementos de significação*, o que promove ações de abstração. Assim, ele dedica a sua atenção para a sequência de eventos descritos no livro que lê ou não o acompanha de maneira linear, o que depende da relação do leitor com o enredo do gênero literário específico. Por isso, a depender do tipo de texto são produzidos determinados tipos de leitura que podem provocar o riso, o fascínio, a indignação, a tristeza, e etc, de tal modo que suscitam os sentidos de múltiplas formas.

Portanto, tomando-se como base esses estudos, este estudo demonstra a interação entre duas dimensões de análise que envolve os leitor@s e suas relações com a leitura das obras de EV: (1) a dimensão intelectual-subjetiva da leitura, analisadas a partir das respectivas críticas e interpretações da obra que os LEV (Leitor@s de Erico Verissimo) fazem sobre o texto lido, ou seja, dos relatos de como percebem a obra; (2) e a dimensão social, revelada na interação entre os pares nos ambientes virtuais em uma perspectiva de escrita baseada na cooperação e colaboração entre eles.

Os aspectos relacionados às convenções, normas e aos valores atribuídos às leituras de obras do escritor gaúcho são elementos reveladores dos modos de ler, da interação leitor e texto, dos limites e regras para as ações de leitura. Esta discussão potencializa o debate acerca da leitura no Brasil com a inserção das práticas digitais.

Considerações finais

Os leitores e as leitoras de Erico Verissimo que publicam em blogs, criam sites, participam de comunidades e grupos de discussões que compartilham suas experiências de leitura das obras do seu escritor. Uma das constatações do estudo, em desenvolvimento, revela que em tempos de internet, esses leitor@s publicam sobre as suas leituras, falam sobre si e suas experiências de leituras em sites, grupos de discussão, comunidades e blogs. Esses escritores-atores-atuantes indicam práticas sociais e culturais, demonstram modos e espaços de discussão acerca da obra, interagem entre si e mantêm uma conectividade com outras redes sociais. Um dos pressupostos da investigação, portanto, é a de que essas produções indicam modos de ler apropriações de leituras. Além disso, evidenciam que interagem e são, ao mesmo tempo, escritores dos seus próprios textos, na internet.

Essas questões estão interligadas entre a divulgação da Literatura do escritor EV e, consequentemente, os espaços de difusão da obra a partir de alguns sites. A conceituação teórica

dada põe em evidência a relação intrínseca entre a “difusão” e a criação de “redes”, conforme Pierre Lévy (2007). A problematização envolve demonstra que os leitores e leitoras estão conectados em espaços específicos na internet, em uma interação própria das “redes” sociais que produzem escritores dos seus próprios textos, em alguns momentos, e em outros momentos, são divulgadores de informações. São estabelecidas trocas de informações por meio das escritas e saberes compartilhados via a conectividade mencionada.

Eles são leitores do livro impresso e leitores-escritores na internet, produzem práticas memorialísticas na cibercultura e apontam modos de ler o impresso e os modos de escrever na internet. É inegável constatar que as inovações tecnológicas promovem atualizações sobre a realidade e “invadem” os espaços de relações sociais modificando os seus hábitos, mas são as apropriações, os usos, os costumes, as tradições, as necessidades, as práticas, os significados atribuídos socialmente que definem o modo como a tecnologia é empregada, e, neste trabalho, é demonstrado em um grupo de leitor@s de Erico Verissimo que escreve na internet.

As redes analisadas revelam que os leitores recorrem a imagens, fotografias, transcrições de trechos lidos, notícias de jornais e revistas, publicações sobre suas impressões relacionadas ao escritor e sua obra. Nesse processo, eles se utilizam de várias linguagens ao mesmo tempo, sejam elas imagéticas, sonoras, visuais, informativas e impressas. Ao interagir com os seus pares é como se a leitura, que antes era individual e silenciosa, fosse alterada, ampliada e ressignificada por um jogo de trocas e compartilhamentos diante da tela do computador. Dentro dessa perspectiva, a interpretação sobre o que eles leram no impresso parece transforma-se em uma dimensão colaborativa e coletiva, especialmente quando elaboram enquetes sobre os romances ou personagens favoritos, ou ainda quando criam fóruns temáticos para discutir o enredo dos livros, para propor um novo fim para a história preferida ou para comparar livros do próprio autor ou de outros escritores. As constatações desta pesquisa são, portanto: há uma *comunidade de leitores* de EV que possui práticas de leitura silenciosa e individual, feitas em espaços privados e públicos, e compartilha essas leituras na *internet.*

Portanto, este estudo indica o redimensionamento da leitura ao afirmar que a leitura do impresso não está dissociada de outras linguagens, pois existe a potencialidade de várias conexões e interligações com assuntos afins. O fascínio por ler, o deleite em contato com a materialidade do livro impresso, a percepção sobre o mundo e as ligações entre ficção e realidade estão presentes nas escritas dos LEV. A leitura indica proporcionar ao leitor o contato consigo, com a sua intimidade, com as formas de enxergar a si e ao mundo, uma vez que ele é

capaz de atribuir significado à leitura ficcional estabelecendo uma associação com a sua vida e suas experiências e percepções sobre o conteúdo lido.

Referências Bibliográfica

ASSMANN, Hugo. A metamorfose do aprender na sociedade do conhecimento. In: ASSMANN, Hugo (org.). **Redes digitais e metamorfose do aprender**. Editora Vozes, 2005.

BÉGIN, Mathieu. Le forum de discussion sur Internet comme lieu d'étude de la réception des productions littéraires jeunesse : le cas de la série Pavel 1. In: **Communication, lettres et sciences du langage**. Vol. 5, n 1. Ago 2011.

BOLTER, Jay David Bolter. **Writing Space**: Computers. New Jersey, Lawrence ErlBaum Associates Publishers, 2001.

CASTELLS, Manuel. A Sociedade em Rede: do Conhecimento à Política. In: CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Gustavo. (orgs.). **A Sociedade em Rede do Conhecimento à Acção Política.** Imprensa Nacional – Casa da Moeda. 2005. Disponível em: < http://www.cies.iscte.pt/destaques/documents/Sociedade_em_Rede_CC.pdf > Acesso em: 03 out 2013.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. vol. 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

_____. **O mundo como representação**. Estudos Avançados. São Paulo: Instituto Avançado, USP, 5 (11): jan/ abril, 1991.

_____. **A ordem dos livros.** Leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. Brasília: UNB, 1994.

_____. **Do livro à leitura.** In: CHARTIER, Roger (org.). Práticas de Leitura. São Paulo: Estação Liberdade, 1996a.

_____. A leitura: uma prática cultural. Debate entre Pierre Bourdieu e Roger Chartier. In: CHARTIER, Roger (org.). **Práticas de Leitura**. São Paulo: Estação Liberdade, 1996b.

_____. As revoluções da leitura no Ocidente. In: ABREU, Márcia (org.). **Leitura, História e História da Leitura**. Campinas, SP: Mercado das Letras; ALB; FAPESP, 1999.

_____. **À beira da falésia**: a história entre incertezas e quietudes. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002a.

_____. **Os desafios da escrita.** São Paulo: Editora UNESP, 2002b.

_____. **Leituras e leitores na França do Antigo Regime**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

_____. **A aventura do livro**: do leitor ao navegador: conversações com Jean Lebrun. MORAES, Reginaldo Carmello Corrêa de. (trad.). São Paulo: Editora UNESP, 2009a. [1º reimpressão].

_____. **A história ou a leitura do tempo**. [tradução de Cristina Antunes]. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009b.

_____. Historiador francês discute as práticas de leitura hoje. In: **Revista de História**. Entrevista. 01.11.2007. Disponível em: < http://www.revistadehistoria.com.br/secao/entrevista/entrevista-roger-chartier> . Acesso: 02 jul 2013.

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette**: mídia, cultura e revolução. 1a. reimpr. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

_____ **A questão dos livros:** presente, passado e futuro. Tradução: Daniel Pellizari. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

LANDOW, George. **Hipertexto** : La convergencia de la teoría crítica contemporánea y la tecnología. Traducción de Patrick Ducher. 1ª ed. Barcelona : Paidos, 1995. Hipermedia, 2.

_____. **Teorías del Hipertexto.** Madrid, Paidos, 1997.

HISTÓRIA AGRÁRIA NO SUL DO BRASIL (SÉC. XVIII, XIX E XX) – coordenado por PROF. DRA. HELEN OSÓRIO (UFRGS) E PROF. DR. GUINTER LEIPNITZ (UNIPAMPA)

Este simpósio temático tem como propósito reunir pesquisadores que investiguem temas relacionados ao campo da História Agrária e História Rural, tendo a região Sul do Brasil como espaço privilegiado de análise. A ideia é congregar investigações – em diferentes etapas de realização – acerca de questões como ocupação do território, processos e estruturas produtivas, mão de obra e relações de produção no campo, acesso à terra e a outros recursos naturais, conflitos agrários e disputas por direitos, política e legislação agrária, movimentos sociais do campo e relações socioambientais. O campo da História Agrária, ao longo dos últimos anos, tem crescido a partir do surgimento de inúmeros estudos acerca das realidades rurais pretéritas no que tange, especificamente, ao Rio Grande do Sul. De modo profícuo, estes estudos têm se integrado às análises a respeito da fronteira e de suas distintas concepções e concretizações nos diferentes contextos históricos. Imagens tradicionalmente consolidadas a respeito da sociedade brasileira no passado têm sido revistas, como os modos de acesso à terra, as intermitências entre trabalho escravo e trabalho livre, a estruturação de mercados locais e regionais, bem como a própria complexificação das estruturas e relações sociais existentes no meio rural. Desse modo, acreditamos ser necessário fortalecer este fórum, contribuindo para o enriquecimento dos estudos já publicados e para avanço das novas investigações a respeito da História Agraria no sul do país.

A ESTRADA DA PRODUÇÃO E O PENSAMENTO DESENVOLVIMENTISTA SUL-RIO-GRANDENSE (1956-1969)

Elvis Patrik Katz[1]

Considerações iniciais

O presente artigo é oriundo de um trabalho paralelo do autor e que dá sequência, de uma forma um pouco diferente, às suas pesquisas da época da graduação. Naquele período da investigação objetivava-se mostrar como a construção da Estrada da Produção teve um impacto socioeconômico significativo na comunidade da Serra do Botucaraí, a partir de fontes da História Oral, prioritariamente. Após isso ainda incomodava um sentimento de que, naquelas falas das entrevistas, havia outros pontos a serem explorados. O principal deles era que os moradores da região estudada demonstravam, em muitas proposições, certa insatisfação com a construção da rodovia mas, mesmo assim, ao compararem benefícios e perdas da obra, todas elas reatualizavam a ideia de que, apesar dos pesares, a Estrada da Produção foi predominantemente benéfica na medida em que trouxe desenvolvimento econômico e progresso social. A força com que o imperativo pelo progresso e o desenvolvimento atuavam sobre os ditos daqueles moradores fez possível relacionar tais entrevistas com certo ideal desenvolvimentista presente desde muito tempo no Brasil e que, na nossa hipótese, teria chegado às mais longínquas comunidades (KATZ, 2016). O prosseguimento da busca por essa dispersão do discurso desenvolvimentista para além dessas entrevistas resultou na análise de alguns documentos "oficiais" representados por conferências do então Governador do Estado e idealizador da rodovia: Leonel Brizola.

Construída entre 1959 e 1969, a Estrada da Produção teve seu primeiro nome de inauguração dado pelo Regime Militar, sendo chamada de Rodovia Presidente Kennedy (RS-13). Mais tarde, ela foi rebatizada em homenagem ao seu promotor e adotou o epíteto de Rodovia Leonel de Moura Brizola (BR-386). Iniciada na década de 50 e finalizada durante a Ditadura, a Estrada da Produção possui uma longa história e demarca muito bem a transição de sistemas de transportes que tivemos no Brasil. No governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) ocorreu o ápice de uma política de integração nacional, com a construção de Brasília e a decisiva prioridade dada ao modelo rodoviário, então tomado como instrumento para implantar a nossa marcha para o oeste. Neste contexto, grandes obras começam a ser arquitetadas em todo território; as rodovias, em especial, eram alimentadas por um forte ideal progressista que ficou

[1] Universidade Federal do Rio Grande – FURG, Mestrando em Educação, elviskatz@yahoo.com.br

conhecido como desenvolvimentismo (FONSECA, 2013, p. 41). Sendo assim, indagamos como as ideias desenvolvimentistas se mostram nas falas de Leonel Brizola? De que maneira o discurso desenvolvimentista pôde ser repetido e ao mesmo tempo recriado pelas palavras do Governador gaúcho? O presente trabalho problematiza como essa noção de progresso contribuiu para justificar a construção da Estrada da Produção aos moradores marginais do traçado previsto no período. Da mesma forma, procuramos em alguns discursos de Leonel Brizola a manifestação e a repetição desse mesmo ideal, no intuito de fazer aparecer a forma singular do desenvolvimentismo que existiu no Rio Grande do Sul daquela época.

Porém, antes de começarmos são necessárias algumas colocações metodológicas. Assim, é preciso definir em que consiste a análise de discurso "foucaultiana" que fizemos. Nas palavras de Foucault, o termo arqueologia não se confunde com a busca de uma origem, mas sintetiza uma forma geral de descrição que examina o já dito "no nível de sua existência; da função enunciativa que nele se exerce, da formação discursiva a que pertence [...]" (2008, p. 149).

> O problema dela [da arqueologia] é, pelo contrário, definir os discursos em sua especificidade; mostrar em que sentido o jogo das regras que utilizam é irredutível a qualquer outro; segui-los ao longo de suas arestas exteriores para melhor salientá-los. [É] uma análise diferencial das modalidades de discurso (FOUCAULT, 2008, p. 157-158).

A "arqueologia busca definir não os pensamentos, as representações, as imagens, os temas, as obsessões que se ocultam ou se manifestam nos discursos, mas os próprios discursos, enquanto práticas que obedecem a regras" (FOUCAULT, 2008, p. 157). Ela não é mais do que uma reescrita, que de modo algum objetiva encontrar os verdadeiros sentidos de um texto, ou as influências de obras, livros ou autores. Consiste numa atitude que tenta mostrar as formas de funcionamento de formações discursivas, as maneiras pelas quais os discursos se colocam numa rede de poder contra outros discursos e, ainda, como estabelecem leis do que pode ou não ser dito em seu interior.

> É preciso estar pronto para acolher cada momento do discurso em sua irrupção de acontecimentos, nessa pontualidade em que aparece e nessa dispersão temporal que lhe permite ser repetido, sabido, esquecido, transformado, apagado até nos menores traços, escondido bem longe de todos os olhares, na poeira dos livros (FOUCAULT, 2008, p. 28).

Se entendermos o desenvolvimentismo como uma formação discursiva veremos que através da análise de suas enunciações é possível delinear os átomos dos discursos, os enunciados. A análise discursiva de tom foucaultiano se apresenta então como metodologia de descrição dos enunciados, situando-lhes em sua formação discursiva específica, com seu *a priori* histórico dado. É a partir dessas teorizações que buscaremos ensaiar algumas questões

colocadas anteriormente, mesmo que provisoriamente, a respeito do desenvolvimentismo sul-rio-grandense.

As escansões do discurso desenvolvimentista no RS

Desde a década de 20 do shavia no Brasil um movimento que advogava, no interior dos debates acerca dos transportes, pela substituição das ferrovias pelas rodovias. Tais tentativas mais ou menos modernizadoras estavam em acordo com os princípios de uma economia industrial e urbana, o que só poderia ser alcançada pela integração econômica nacional. Com o Governo de Juscelino Kubitschek a área dos transportes tomou rumos ainda mais radicais. A construção de Brasília e as obras rodoviárias espalhadas por todo País, contribuíram decisivamente para o fortalecimento do mercado interno. Isso permitiu o avanço dos produtos industrializados brasileiros nesses novos mercados, mas também o escoamento da produção de diversos gêneros voltados à agroexportação que obtiveram, inclusive, um aumento de sua produção em áreas antes remotas. Todo esse movimento ficou conhecido como desenvolvimentismo, e tinha por objetivo o progresso econômico do Brasil, mesmo que o custo de tal empreitada fosse alto. O pensamento desenvolvimentista era uma verdadeira política de Estado e interferiu nas práticas dos diversos atores sociais da época. Segundo Fonseca (2013, p. 41), o desenvolvimentismo é um conceito polissêmico; porém, se entendido como modelo de política econômica, possui alguns atributos mais constantes que são: a) a existência de um projeto de Nação, b) a intervenção deliberada do Estado para alcançar esse objetivo e c) a industrialização como condição para o desenvolvimento do País.

> O desenvolvimentismo, tal como tomou vulto no Brasil e na maior parte dos países latino-americanos, ia além de um simples ideário, mas emergiu como um guia de ação voltado a sugerir ou justificar ações governamentais conscientes [...] Além da união dos três elementos, o salto maior ocorre quando o conjunto de ideias, como toda boa ideologia, passa a justificar a si mesmo, ou seja, quando há a defesa explícita de que a principal tarefa do governo consiste na busca do desenvolvimento econômico, que esta é seu principal dever, seu objetivo central, no limite, sua razão de ser (FONSECA, 2004, p. 227).

O Rio Grande do Sul também se comprometeu com a causa desenvolvimentista. Segundo Geraldo Müller, o cenário a partir do final dos anos 50 e inícios dos 60 quase que impôs ao estado gaúcho a necessidade de modernização/industrialização (MÜLLER, 1979, p. 359). É importante ressaltar que o problema dos transportes era de longo tempo e decisivo para o subdesenvolvimento econômico da região.

> O Rio Grande do Sul estava preocupado em completar as ligações, ainda precárias em todas as zonas de circuito, que ligavam a capital com o interior do estado e em multiplicar as pontes rodoviárias, que eram indispensáveis à integração viária. Havia indicação de que

> conjunto de projetos federais e estaduais responderia às necessidades do aumento da produção de alimentos, bem como do aumento da população, que demandaria maior oferta e valorização dos meios de transportes (BENETTI, 2002, p. 131).

Nesse sentido, ao ser eleito governador, o engenheiro Leonel de Moura Brizola dá atenção especial ao tema. Seu partido, o PTB, havia incorporado o imperativo pela modernização do Brasil através de uma rápida industrialização, de modo a defender o papel estatal enquanto principal agente de transformação social, mobilizando recursos e investindo na infraestrutura gaúcha (MIRANDA, 2006, p. 128). O Plano de Pavimentação e Construção de Estradas do II Plano de Obras exemplifica muito bem as políticas desenvolvimentistas gaúchas. Aprovado em meados de 1959, é nesse documento que se apresentou o projeto das "Estradas da Produção".

> O Plano, a ser executado no decorrer do governo, era ambicioso. Previa o asfaltamento de 2,5 mil quilômetros de estradas e a construção de mais mil quilômetros de novas rodovias dentro do Estado, priorizando as áreas produtivas do RS. Seu custo estimado total inicial [...] foi de Cr$ 8 bilhões [...] obtidos mediante financiamentos e recursos decorrentes da Taxa de Transportes, do Fundo Rodoviário Nacional, do Fundo Nacional de Pavimentação, e incluídos nas destinações do II Plano de Obras. O destaque do Plano era a chamada Estrada da Produção, depois conhecida como Estrada da Produção Norte, cujo traçado incluía a ligação entre a zona produtiva do Norte do Estado [...] e a Capital, Porto Alegre. (BEMFICA, 2007, p. 84)

Ao lado dessas mudanças marcadas por "horizontes técnicos, concepções de modernidade mercantil e urbana/urbanização, elementos infraestruturas, industrialização, logística de transportes, técnicas de informação/comunicação e de mercado" (TEDESCO, 2008, p. 14) há também a presença de uma espécie de cultura do progresso. Não é por acaso que, na história brasileira, uma das primeiras experiências desenvolvimentistas ocorreu justamente no Rio Grande do Sul, durante o governo de Getúlio Vargas, a partir de 1928:

> Nele as quatro vertentes formadoras do desenvolvimentismo aparecem associadas não só como propostas, mas como medidas que o governo começa a implementar, configurando o embrião de nova relação entre Estado, economia e sociedade, ao sugerir que o primeiro deveria estar à frente das duas últimas, como forma de estimular seu desenvolvimento. Esta palavra gradualmente substitui o progresso, de matriz positivista, mas desta herda a noção de marcha progressiva, de evolução, de um destino da história; o governo deveria estar à frente de uma construção (FONSECA, 2004, 250).

A partir disso, poderíamos nos questionar se a existência de certas práticas modernizadoras ou progressistas resultou numa ação estatal desenvolvimentista, de fato. Quer dizer, houve um desenvolvimentismo sul-rio-grandense? Se sim, quais suas características principais, as prescrições que ele recomenda e, principalmente, onde poderíamos encontrar

sinais de suas manifestações? Segundo Viviane Benetti, essas dúvidas podem ser colocadas não apenas para o Rio Grande do Sul, mas também para todos os outros estados do sul do País.

> Evidencia-se [...] a penetração das propostas desenvolvimentistas na região Sul, desde meados da década de 50. Apesar das características específicas da formação econômica e política de cada um desses três estados, alguns aspectos definidores do caráter regional foram ressaltados na busca de maior pressão política e na defesa de políticas de investimentos na economia regional. Nesse sentido, os governos locais assumiram a tarefa de formular metas e executar programas visando ao desenvolvimento econômico (BENETTI, 2002, p. 122).

Em território gaúcho, uma das fontes possíveis para começar a procurar por ideais desenvolvimentistas é a figura de Leonel Brizola. Nesse sentido, escolhemos três conferências desse histórico político que, do nosso ponto de vista, exemplificam bem como o seu partido e suas ações representaram verdadeiras práticas desenvolvimentistas em andamento, durante seu governo, pelo menos. Sendo assim, analisamos a: a) Conferência na sede da UNE: O BRASIL, A AMÉRICA LATINA, OS ESTADOS UNIDOS E O "CASO CUBANO" (1961); a b) Conferência no Colégio Júlio de Castilhos: SUBDESENVOLVIMENTO E PROCESSO ESPOLIATIVO - ATRASO, POBREZA, MARGINALISMO (outubro de 1961); e, finalmente, a c) Conferência em São Paulo: PALAVRAS À MOCIDADE DO MEU PAÍS (1961).

Nas suas falas, Leonel Brizola, "além de um forte apelo à mobilização popular, procurava mostrar a sua fidelidade aos ideais do trabalhismo, do nacionalismo e do desenvolvimentismo" (SILVA, 2015, p. 63). Para melhor demonstrar o tom desses textos específicos criamos quatro categorias de enunciações que entendemos sintetizar bem o sentido das conferências brizolistas. A primeira dessas unidades nós chamaremos de enunciações de *Autodeterminação*. Elas se resumem a constatação do subdesenvolvimento brasileiro e a necessidade de se relacionar de forma distinta com os EUA. Semelhante ao ideal que vimos emergir nos tempos da instituição da OPA[2], esses ditos tem um caráter quase antiamericano, dado que buscam convencer da necessidade brasileira de não se subjulgar aos interesses econômicos dos países ricos. Obviamente, era um tipo de crítica que se fazia ao alinhamento tradicional entre os norte-americanos e demais países da América Latina, quando os últimos eram sempre dependentes com relação aos primeiros. Ou seja, o que se propunha era que, ao invés de fornecer matérias-primas aos EUA e continuar numa zona de subdesenvolvimento, o

[2] A Operação Pan-Americana tinha o objetivo de alterar as relações entre América Latina e EUA. De modo geral, argumentava que a maneira mais eficiente de combater o comunismo era que os países da América do Sul e Central desenvolvessem-se economicamente, erradicando assim as motivações ideológicas de base revolucionária. Tal proposta do Governo JK buscava estabelecer a soberania do Brasil frente aos ianques, ao invés de assumir o histórico alinhamento desproporcional com a potência norte-americana.

Brasil deveria industrializar-se e modernizar sua economia para poder manter relação menos hierárquicas com os países desenvolvidos.

O segundo conjunto de enunciações congrega afirmações quase messiânicas de que o progresso e o desenvolvimento econômico trariam mudanças radicais para o País. Essas enunciações *Utópicas* justificaram previamente os eventuais sacrifícios por conta da modernização e foram fundamentais para justificar todo o discurso desenvolvimentista, já que esse ideal ancora-se, sobretudo, em uma *promessa* de progresso, assim como a maioria das doutrinas políticas.

> Tenho a certeza de que a nossa geração ainda viverá o dia que o nosso País conseguirá efetivamente superar todos os fatores que entorpecem a nossa marcha para o desenvolvimento, para a prosperidade, para a civilização. Sobretudo anima-me a convicção inabalável de que longe não estará o dia em que estruturaremos dentro do nosso País a sociedade que sonhamos e idealizamos, sem ignorância, sem analfabetismo, sem doentes desassistidos, sem pobreza; sociedade justa e humana, na qual todos os brasileiros, principalmente, os jovens, tenham igualdade de oportunidades para prestarem serviços à grande Nação que inapelavelmente seremos (BRIZOLA, 2004, p. 503).

Aqui o desenvolvimentismo assemelha-se ao socialismo e ao comunismo como um conjunto de prescrições necessárias para a conquista da utopia social. Ao convocar os jovens para seu projeto, Brizola não apenas propõe alternativas para o desenvolvimento, mas tem convicção de que as ações governamentais políticas certas do Estado resultariam num mundo melhor.

São as formas pelas quais se chega ao progresso que constituem nossas duas últimas categorias: as enunciações pela *Educação* e as de *Ação e Intervenção*. Para o desenvolvimentismo de Brizola, o papel da educação era fundamental para o avanço econômico:

> Educação e desenvolvimento, eis os pólos que empolgam a ação dos nossos esforços na Administração do meu Estado. A educação é o único caminho para emancipar o homem. Desenvolvimento sem educação é criação de riqueza apenas para alguns privilegiados. [...] Os benefícios materiais e espirituais do desenvolvimento não podem ficar apenas nas mãos de alguns. [...] Eis por que reafirmamos que a educação deve ser considerada como uma espécie de pré-requisito do desenvolvimento, pois que só ela prepara o homem ou para usufruir os benefícios do progresso ou o arma para reclamar conscientemente esses benefícios (BRIZOLA, p. 493).

Assim, podemos entender como todas as ações de Brizola em seu Governo fazem sentido na medida em que ele enxerga a relação entre educação e desenvolvimento como uma unidade necessária. Ou seja, o desenvolvimentismo não será útil sem educação e está não terá sentido sem progresso econômico e social. O saber é apresentado pelo governador como necessário para que se conquistem se usufruam dos bens trazidos pelo desenvolvimento.

A condição da existência do saber ofertado pela educação é também importante para o grupo seguinte de enunciações. Quer dizer, apenas indivíduos instruídos podem reivindicar conscientemente e através de ações organizadas as medidas de bem estar social. "O desenvolvimento não se faz sem mobilização humana, sem a participação das grandes massas, porque tudo é o homem quem faz, tudo depende do homem, tudo depende do povo e de bons dirigentes" (BRIZOLA, 2004, p. 499). Ação e intervenção: o desenvolvimento pressupõe luta do povo esclarecido e intervenção do Estado na esfera econômica.

> Por que, nós brasileiros, por que, nós, da América Latina, haveríamos de discrepar desta regra hoje universal, e afundarmos numa paciência que teria muito mais de apatia, de incapacidade, de impotência e condenação certa do que de resignação e tolerância? Não estamos em condições de esperar. [...] Nós temos a vivência diária dos nossos problemas, e tudo que podemos pedir é que os projetos e iniciativas visando a transformação da realidade brasileira sejam encarados com coragem e determinação. Significa que a nossa luta deve ser inflexível no sentido da erradicação de todos os fatores que entorpecem o progresso nacional em qualquer dos planos em que atuem, do plano educacional ao econômico; do plano de uma política de saúde ao de uma política agrária; do plano da atualização das instituições que regem a vida brasileira aos fundamentos em que se assenta a existência social do País (BRIZOLA, p. 534-535).

Tal conjunto de proposições revigorava todas as outras para estabelecer um enunciado capaz de levar o Estado e a massa trabalhadora ao esforço de conquistar uma sociedade mais justa e feliz. Tínhamos, portanto, um ideal de sociedade modernizada e industrializada que só poderia ser alcançada pela autodeterminação do Estado brasileiro frente às nações ricas do Hemisfério Norte. A educação popular e ação dos bons governantes na economia deveria orientar todo esse processo, que resultaria quase que inescapavelmente numa sociedade regida pela consciência dos cidadãos e o progresso econômico-social. De certa forma, essas prerrogativas deixaram raízes em toda cultura política brasileira, mesmo com o avanço do neoliberalismo na década de 90. Não é sem motivo que, ainda hoje, assistimos usinas hidrelétricas serem construídas sobre as terras de inúmeros povos indígenas e ao custo de áreas de florestas inteiras sob o pretexto de que é preciso desenvolver o País.

Considerações finais

Ao finalizar essa análise e relacioná-la com o primeiro artigo que mencionamos nas considerações iniciais, constata-se a presença do discurso desenvolvimentista, ou ao menos de enunciações desse tipo, nas mais diversas fontes analisadas, seja nas entrevistas dos moradores marginais a rodovia (que foram o objeto de nosso primeiro texto, apresentado no Encontro Estadual da ANPUH-RS de 2016) ou nos discursos oficiais do Governador Leonel Brizola. Essa dispersão indica a potência dessa formação discursiva que fez com que os moradores,

negativamente afetados pela passagem da rodovia, concluíssem que sua construção foi positiva. Os dois tipos do sujeitos apresentados, testemunhas anônimas e uma ilustre figura política do período, acabam por repetir e reforçar o imperativo que advoga pela intervenção (estatal ou popular) em favor do progresso econômico. A título de comparação, vemos que o desenvolvimentismo teve sua potência de forma semelhante a que vemos o neoliberalismo obter atualmente, na medida em que contornar ou discordar dessas duas tendências, cada qual em sua época de maior força, torna-se quase impossível.

Referências Bibliográficas

BENETTI, Viviana**. A corrente desenvolvimentista e o projeto político no Rio Grande do Sul: 1950/1962**. 2002. Tese de Doutorado. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Disponível em: <http://www.sapili.org/livros/pt/cp000162.pdf>. Acesso em 18.12.2016.

BRIZOLA, Leonel de Moura. **Leonel Brizola: Perfil, discursos, depoimentos (1922/2004)** – Porto Alegre: Assembleia Legislativa do RS, 2004. 626 p. Disponível em: <http://www2.al.rs.gov.br/biblioteca/LinkClick.aspx?fileticket=01vC6iaHHbA%3D&tabid=3101&language=pt-BR>. Acesso em 18.12.2016.

BEMFICA, Flavia Cristina Maggi. **Governo Leonel Brizola no Rio Grande do Sul: desconstruindo mitos**. Mestrado em História. PPGH-PUCRS, Porto Alegre, p. 18-21, 2007. Disponível em: <http://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/3756>. Acesso em 18.12.2016.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil. **Pesquisa & Debate**. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política. ISSN 1806-9029, v. 15, n. 2 (26), 2004. Disponível em: <http://professor.ufrgs.br/pedrofonseca/files/genese_e_precursores_do_desenvolvimentismo_no_brasil.pdf>. Acesso em 18.12.2016.

_____. Desenvolvimentismo: a construção do conceito. **SEMINÁRIO E DEBATE DESENVOLVIMENTISMO: A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO**, v. 28, p. 29-78, 2013. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4580/1/td_2103.pdf>. Acesso em 18.12.2016.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Tradução: Luiz Felipe Baeta Neves, 7ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

KATZ, Elvis Patrik. Em nome do progresso: o desenvolvimentismo e a construção da 'Estrada da Produção' no Rio Grande do Sul (1956-1969). In: XIII Encontro Estadual de História da ANPUH RS - Ensino, Direitos e Democracia, 2016, Santa Cruz do Sul. **Ensino, Direito e Democracia: anais**. Porto Alegre: ANPUH-RS, 2016. v. 13. Disponível em: <http://www.eeh2016.anpuh-rs.org.br/resources/anais/46/1469120998_ARQUIVO_TextocompletoDOC-ElvisKatz.pdf>. Acesso em 18.12.2016.

MIRANDA, Samir Perrone de. **Projeto de desenvolvimento e encampações no discurso do governo Leonel Brizola: Rio Grande do Sul (1959-1963).** 2006. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/6526>. Acesso em 18.12.2016.

MÜLLER, Geraldo. A economia política gaúcha dos anos 30 aos 60. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius. **RS: economia e política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, p. 358-402, 1979.

NUNES, Ivanil. Acumulação de capitais e sistemas de transportes terrestres no Brasil. QUEIROZ, Paulo R. Cimó; GOULART FILHO, Alcides. **Transportes e formação regional: contribuições à história dos transportes no Brasil**. Dourados: Ed. UFGD, p. 11-37, 2011.

QUEIROZ, Paulo R. Cimó. Notas sobre a experiência das ferrovias no Brasil. **História Econômica & História de Empresas**, São Paulo, v. 1, n.2, p. 91-111, 1999.

SILVA, Marco Antônio Medeiros da. **A última revolução: o governo Leonel Brizola no Rio Grande do Sul, 1959-1963**. 2015. Tese de doutorado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/7570>. Acesso em 18.12.2016.

TEDESCO, João Carlos. **De olho na balança!: Comerciantes coloniais do Rio Grande do Sul na primeira metade do século XX**. Passo Fundo: Méritos Editora, 2008.

A FRONTEIRA E O *ARREGLO DE LOS CAMPOS*: O AGRARISMO ILUSTRADO NA CAMPANHA DE MONTEVIDÉU

Pedro Vicente Stefanello Medeiros[3]

Durante o último quartel do século XVIII e a primeira década do XIX, as autoridades bourbônicas desenvolveram uma série de medidas para resolver os problemas concernentes à Campanha de Montevidéu. Este processo ficou conhecido como "arreglo de los campos", um denso expediente que, se estendendo de 1784 até 1805, não consistiu em um projeto articulado com coerência interna. Foram emitidos diversos informes nos quais a questão da "fronteira" ocupava um papel de destaque, pois era necessário controlar a mesma e aquilo que vinham sendo consolidadas mediante o processo reformista iniciado por Carlos III, se inseriram no interior do citado expediente, dando sustentação e legitimidade para a elaboração de tais propostas.

Chamamos este programa político de "ilustrado", pois seus promotores, bem como as medidas por eles desenvolvidas, articulavam-se através do pensamento iluminista, consistindo em um processo de mudanças no campo das ideias, do imaginário, dos valores e comportamentos, (GUERRA, 2005, p.85). Assim, utilizava-se de uma lógica racional e cientifica para modernizar e resolver os problemas do Reino. No caso espanhol em específico, esse movimento ficou conhecido como "ilustração espanhola".

É salutar compreender o desenvolvimento de algumas ilustradas, bem como o lugar que as mesmas ocupam na Espanha absolutista de meados dos setecentos. Segundo Xavier Guerra, (1992, p.23), é paralelo ao avanço do absolutismo que se produz uma grande mutação cultural comodamente chamada de "ilustração":

> Paralelamente al avance del absolutismo se produce también en el siglo XVIH la gran mutación cultural que designamos con el cómodo término de Ilustración. De hecho se trata de un conjunto de mutaciones múltiples en el campo de las ideas, del imaginario, de los valores, de los comportamientos. No podemos tratar aquí de su extraordinária complejidad; solamente insistiremos en lo que puede ser considerado como el centro del nuevo sistema de referencias: la victoria del individuo, considerado como valor supremo y criterio de referencia con el que deben medirse tanto las instituciones como los comportamentos. (GUERRA, 1992, p. 23).

No epicentro dessa mutação cultural, figuravam obras como "A Riqueza das Nações" de Adam Smith, e "Segundo Tratado Sobre o Governo Civil" de John Locke enfatizando a ideia da propriedade privada da terra e a livre iniciativa individual. Nesse contexto, a ênfase no

[3] Mestre em História pela Universidade Federal Fluminense. medeirospvs@gmail.com

caráter privado das propriedades agrárias também ganhava amplitude com o desenvolvimento do pensamento fisiocrata. Economistas como Quesnay e Mirabeau entendiam que as leis universais deveriam ser fundamentadas nas necessidades fiscais dos homens, portanto, defendiam a inviolabilidade da propriedade individual ressaltando a primazia da agricultura na base do sistema econômico.

Os "*èconomistes*" franceses desenvolveram as ideias fisiocráticas principalmente em trabalhos como "*L'amie des hommes*" (1756), "*Theorie de l'impôt*" (1760), "*Philosophie rurale*" (1763) e "*Lettre sur le commerce des grains*" (1768) de Victor Riqueti de Mirabeau, bem como o "*Tableau Économique*" (1759) de François Quesnay.

Conforme Astigarraga, (2005, p. 546), a fisiocracia francesa foi, entre as correntes econômicas do século XVIII, aquela que mais esteve marcada por seu caráter agrário. Foi considerada como a primeira escola de economia da história, provida de componentes filosóficos, políticos e econômicos reconhecíveis, isto já entre seus próprios contemporâneos:

> En estas condiciones no es ninguna casualidad que las ideas fisiócratas conocieran durante la segunda mitad del siglo XVIII y las primeras décadas del siglo XIX una cierta difusión internacional. Ésta alcanzó tanto su ideario filosófico –la doctrina del derecho natural– o político –el sistema del despotismo legal– como el más estrictamente relacionado con su pensamiento económico. (ASTIGARRAGA, 2005, p.547)

Propunham a ênfase do "produto liquido", consistindo no sobreproduto ou excedente, ou seja, a parte da riqueza produzida que excede a riqueza consumida ao longo do processo produtivo. O "produto líquido" era possível somente através da agricultura, encarada como o trabalho "produtivo" por excelência. Os demais ramos da economia eram considerados estéreis, como a indústria e o comércio, que só poderiam florescer a partir do desenvolvimento agrícola.

Segundo Astigarraga, o "*Tableu Économique*" consistia em uma proposta analítica bastante diferenciada em seu tempo, estando acompanhadas de um conjunto de recomendações de política econômica que situaram os fisiocratas no comando dos projetos de reforma no âmbito da agricultura. Preconizaram a capitalização do setor agrícola, o imposto único, o individualismo agrário, a livre circulação de grãos e a liberdade de indústria.

Segundo Marc Bloch (2001, p.327), foi um fato europeu do século XVIII diversas tentativas de reforma agrária, rompendo com as antigas servidões coletivas, sendo na Inglaterra onde se obteve mais sucesso. No entanto, tais intentos se esboçaram por toda parte, sendo um movimento geral, porque respondia a uma doutrina, às vezes processada, e às necessidades, mais ou menos claramente sentidas, dos mais poderosos entre os exploradores, desejosos de adaptar seus métodos a uma técnica e a uma mentalidade econômica igualmente nova.

Conforme o mesmo, a antiga agricultura na França, por exemplo, fundava-se nos cereais e a ambição da "agricultura nova" era a de especializar racionalmente os solos; além disso, incrementos a produção de gado, indispensável ao rendimento do proprietário de terras semeador (BLOCH, 2001, p.344).

Na Espanha, este panorama foi possível em função do programa político implementado pelo monarca Carlos III, em um processo conhecido como "Reformismo Bourbônico". Observaram-se um conjunto de transformações agrícolas que buscaram o desenvolvimento econômico mediante o crescimento da produção. Essa perspectiva adotada pelo governo espanhol acompanhou uma tendência comum a diversas economias europeias daquele período:

> (…)la política de comercio y aprovisionamento de granos constituyó un elemento central de los debates que acompañaron el tránsito de las economías europeas desde el Antiguo Régimen al sistema liberal y que esos debates encerraron una diversidad de factores de enorme trascendencia de cara a la interpretación de aquellos elementos que favorecieron ese tránsito, toda vez que en ellos se hallaban implicadas cuestiones no sólo económicas, como la garantía de la subsistencia de la población o el crecimiento del Estado, sino también otras de índole política o, sencillamente, de estricto orden y control sociales (ASTIGARRAGA; UZOS, 2007, p. 428).

Com a finalidade de compreender melhor esse contexto tomamos como aporte o texto de Angel García Sanz, "*La Política Agraria Ilustrada y sus realizaciones*" (1988). Inicialmente, o autor sustenta que é com os governos ilustrados da segunda metade do século XVIII, que pela primeira vez, na história da Espanha, foram promulgadas uma série de disposições legais, que contempladas em seu conjunto, merecem a consideração de uma verdadeira política agrária, isto é, um corpus legislativo dotado de coerência interna possuindo um objetivo identificável. (SANZ, 1988, p. 630). Angel García até sinaliza o "*arbitrarismo*", de fins do século XVI e começos do XVII, que apresentou um esforço legislativo com respeito à agricultura, contudo, atenta que este não configurou, como na ilustração, um autêntico projeto agrário.

Deste modo, Sanz explica a articulação da política agrária ilustrada dizendo que seu objetivo não era simplesmente econômico, bem como político, sendo necessário pensar essas duas esferas imbricadas, não eram concebidas de forma dissociada. Para os governantes ilustrados era preciso sustentar a firmeza das instituições vigentes, ou seja, a monarquia, a paz social e a fortaleza do Estado. Portanto, era neste mote que se dirigia a intervenção no âmbito econômico, reorganizar o funcionamento do setor agrário para amenizar as tensões sociais e assentar o regime político em bases mais consistentes.

A fórmula elaborada para lograr esses objetivos incidia em aumentar os ingressos da "Real Hacienda", e, com este fim, promover reformas tendentes ao incremento da produção

agrária, ampliando o número de cultivadores acomodados em estabelecimentos fixos. Assim, o aumento dos ingressos fiscais seria uma consequência, a médio e longo prazo, da melhora das condições de vida dos grupos mais empobrecidos da sociedade rural.

García Sanz, (1988, p. 632), afirma que é possível sintetizar a diretriz central da política agrária na expressão "*fomento del labrador gestor directo de la explotación familiar*". Esta era a ideia nuclear inspiradora de toda a ação reformadora, de maneira que as diferentes disposições, tocantes a diversos aspectos da atividade campesina, se articulavam em relação com este princípio.

De acordo com o autor, se compreendia por "*labrador*" o cultivador competente, um campesino no qual residiam as seguintes circunstâncias: primeiro, dispor suficientemente de capital próprio, animais de tração, ferramentas, habitação e dinheiro para lavrar a terra. Em segundo lugar, ter quantidade de terra cultivável adequada para ocupar e manter, com algum excedente, sua família. A terra, não necessariamente precisaria ser propriedade do lavrador, todavia, sua posse estável se daria graças a contratos agrários sua permanência. Neste caso, é ressaltada a importância do trabalho, da produção, do resultado. Por fim, vinculada à ideia do "*labrador gestor*" está a dinâmica do livre mercado. O lavrador deveria ser concebido como um empresário agrário que livremente sem coerções externas toma decisões racionais tendentes ao logro máximo do proveito individual sobre o qual se cimentaria o aumento da riqueza geral do reino.

Neste sentido, é preciso problematizar a questão, sob pena de nossa análise ser compreendida por um viés legalista e linear. De acordo com o trabalho de Rosa Congost, "*Tierras Leyes, Historia – Estudios sobre la Gran Obra de la Propiedad*" (2007), muitos historiadores caracterizaram o Estado liberal como instituição protetora e garante dos direitos modernos de propriedade. Entretanto, essas interpretações estão pautadas por um olhar que enxerga o processo de transição de uma sociedade de Antigo Regime para o Estado liberal moderno de modo linear. Antes, os direitos de propriedade eram difusos e não existia um sistema de seguridade social que os garantisse. A partir da aplicação da doutrina jurídica liberal surgiria a propriedade perfeita e um Estado que a protegesse. Uma visão bastante "oficial" e simplista, concebida fundamentalmente através do conteúdo jurídico.

Acreditamos que, embora os reformadores de Carlos III bebessem de fontes fisiocráticas e liberais, não concebemos sua proposta agrarista de colonização como um projeto liberal de garantia dos direitos de propriedade individual.

Na Espanha ilustrada do século XVIII, a propriedade privada era legitimada pela soberania do monarca, conforme concluiu o Conde de Campomanes: "La capacidad de adquirir y poseer tierras en el reino y el derecho de permanecer en la sociedade civil de él, todo depende de la autoridad real"[4].

De acordo com Xavier Guerra, (2005, p.23), isto se deve a afirmação do absolutismo, ou seja, da autoridade do Rei, e então da forma pela qual a relação entre Estado e sociedade era pensada:

> El absolutismo condiciona en gran parte la ruptura revolucionaria de finales de siglo. En efecto, el crecimiento del Estado va desplazando cada vez más las funciones y las competencias de los cuerpos en las que estaba organizada la sociedad. El Estado tiende a pensar su relación con la sociedad, no como una relación con cuerpos necessariamente heterogéneos, sino como la relación binaria, y *más* abstracta, soberano- súbditos. La lucha contra todo poder concurrente lleva al Estado a una ofensiva contra los privilegios de los cuerpos y con ello a una *empresa* de homogeneización de la sociedad.(GUERRA, 2005, p.24).

Segundo o autor isto reflete o triunfo do "*regalismo*", profundamente defendido por Campomanes no já citado "*Tratado de Regalía y Amortización*". Significava um conceito unitário de soberania, uma relação binária e sem intermediários entre o "Poder", no caso o "Rei" e os indivíduos, então os "súditos". Assim, conforme Guerra, (2005, p 77), é possível considerar o absolutismo como uma versão de modernidade.

A partir desta relação é que são legitimadas as ideias defendidas pelos agraristas ilustrados, como por exemplo, a busca pela "felicidade pública", justificando, portanto, os intentos de reforma.

O Expediente de "arreglo de los campos".

Agora tentaremos, de forma breve, elucidar como estas ideias desenvolvidas pelos agraristas ilustrados foram usadas e legitimadas no Rio da Prata, mais especificamente na Banda Oriental, a partir do expediente de "*arreglo de los campos*". Contudo, é importante salientar que conceber tal "expediente" como uma unidade é uma ilusão arquivista. Este conjunto de fontes[5]consiste em vários informes e contestações feitas pelas autoridades borbónicas, cujo

[4] Campomanes, Expediente del obispo de Cuenca. In: Sánchez Agesta, L, *Historia del constitucionalismo español (1808-1936)*, Madrid: IEP, 4.a ed., 1978. Apud: GUERRA, Xavier. *Modernidad e Independencias:* Ensayos sobre las revoluciones hispânicas. Madrid: Editorial Mapfre, 1992.

[5] Tivemos acesso a estas fontes através de uma transcrição completa do Expediente Custodiado no Archivo General de la Nación Argentina. Sala IX, Interior, Legajo 24, Exp. 7 e Legajo 144, Exp 9. O mesmo nos foi disponibilizado pelo "Equipo de Investigación Pueblos y Números del Río de la Plata 1760 -1860 – Universidad de la República – Uruguay.

conteúdo concerne aos problemas e intentos de "*arreglar*" os campos da "outra banda" e da fronteira com Portugal. Os documentos apresentam muitas vezes caráteres distintos, como políticos, administrativos ou militares.

Essa questão só fica clara se entendermos a dinâmica econômica da região. Neste sentido, a historiadora uruguaia María Inés Moraes em sua tese "*Las Economías Agrarias del Litoral Rioplatense en la segunda mitad del siglo XVIII: Paisajes y Desempeño*", nos fala da peculiaridade da economia do couro, como integradora das paisagens agrárias que compunham a região. Para a autora, o auge das exportações de couro desencadeou uma luta pelo controle dos recursos, ocasionando uma tensão na trama institucional do Antigo Regime colonial no Rio da Prata. (MORAES, 2012, p.340).

Conforme a autora, o avanço do mercado atlântico e o aumento da demanda pelo couro incidiu em uma disputa daquele recurso, da mesma forma que, também consistiu em um conflito de direitos. O couro exportado era oriundo das manadas de gado cimarrón, que ocupavam aqueles campos em um estado semisselvagem. Em tese, estes animais, também chamados de "*orejanos*", pertenciam, por um direito comunal de propriedade, aos povos missioneiros.

Cada vez mais, os "*hacendados de Montevideo*" se lançavam à exploração daqueles rebanhos. O que lhes possibilitava tal acesso era a propriedade individual da terra. Mediante as "denúncias de terra", conquistavam o direito de explorar o gado presente e seus campos, sendo necessário sujeitá-los a rodeio e adotar-lhes de uma marca que comprovasse sua propriedade.

Contudo, não realizavam este procedimento, sendo a maioria dos animais coureados, desprovida de marca. Logo, os "*hacendados*", com o pretexto que estavam percorrendo seus gados "*alzados*", aqueles que haviam se desgarrado de seus limites, vaquejavam as manadas "*orejanas*" sem marca, pertencente aos campos missioneiros. Neste sentido, entende-se que através de uma prerrogativa de direito individual explorava-se recursos que estavam salvaguardados por direitos comunais de propriedade.

Desta forma, alimentavam tanto o circuito legal de comércio, como o ilegal. Este último era bastante ávido muito em função da fronteira fluída com a Coroa de Portugal. O imposto português sobre o produto, o quinto, era mais barato que a "*alcabala*" espanhola, o que tornando

o contrabando bastante viável[6]. Neste sentido, o "*arreglo de los campos*" também incidia no "*arreglo*" da fronteira.

Desde já é importante salientar as contradições inerentes a este processo, onde as próprias autoridades, investidas nos cargos de combate ao contrabando, tinham relações diretas com o tráfico ílicito. Conforme citam Sala, De La Torre e Rodriguez (1967, p.36), tanto Paula Sanz como Ortega y Monrroy foram denunciados pelo Vice-Rei Loreto acusados de cumplicidade com os contrabandistas

Assim, de 1784 até 1807 observaram-se diversos informes e propostas que buscavam solucionar os problemas relatados por Ortega. Tentaremos aqui, de forma sintética, analisar alguns destes informes que nos possibilitem entender o uso das ideias agraristas.

Em 30 de maio de 1796, Francisco Manuel de Herreras, "*Fiscal de lo criminal de Su Majestad y Proctetor General de Naturales*", dirigiu um documento[7] aos "*Señores de la Junta Superior*" discorrendo suas considerações sobre o referido assunto. Herreras compara o "*arreglo de los campos*" a um confuso labirinto, quanto mais superiores eram os conhecimentos, mais se duplicavam as dificuldades.

Conforme o fiscal, a grande questão era como ordenar aqueles imensos campos desertos de habitações, nos quais predominavam os gados "*orejanos*" ou de domínio incertos ao mesmo tempo rodeados de cobiçosos abigeatos. Para ele, os informes discutiram amplamente as medidas de resolução, contudo, ainda que executassem os projetos, nada sairia como pensado se não eliminassem o objeto principal daquelas desordens, os "*orejanos*", "*siempre que haya ganado orexano ha de haber ladrones, y usurpadores de él*".

Manuel de Herreras sustentou sua hipótese acrescentando que toda dificuldade de acerto consistia na condição limítrofe daqueles campos com os pertencentes a Coroa de Portugal. Se não houvesse os portugueses, afirma que o arreglo seria conseguido apenas fortalecendo a fiscalização, como já estavam fazendo, "*descomisando*" os couros "*orejanos*" e arrestando os

[6] É importante referenciar que o contrabando na fronteira também se explica pela diferença da taxa fiscal. O "quinto" cobrado pelos portugueses, 20% do total, era mais barato que a "*alcabala*" espanhola, que correspondia a 25%. MENZ, Maximiliano M. Entre Impérios: Formação do Rio Grande na Crise do Sistema Colonial Português (1777-1822). São Paulo: Editorial Alameda, 2009.

[7] *4-Dirigida a los Señores de la Junta Superior, firmado por el Fiscal de Su Majestad y Protector General de Naturales Francisco Manuel de Herreras. Buenos Aires 30 de mayo de 1796.* AGNA - Sala IX, Tribunales, Leg 144, Exp.9.

contraventores. Entretanto, na situação real, imprimir demasiado rigor e controle aumentava a extração portuguesa.

Herreras assinala a necessidade de acabar com tal instância jurídica sobre o gado, reafirmando a propriedade privada como solução:

> (...) lo que parecia a mas combeniente, era que todo este ganado pasara a Dominio Particular; al fin deberia resolverse que todos los terrenos que tubiesen los correspondientes pastos, y aguadas, se dividiesen en suertes proporcionadas de estancias las que se bendiesen por lo respectivo a los campos realengos de quenta de la Real Hacienda, dandole facultad a cada comprador de que pudiese rodear cierto numero de cavezas proporcionado, las que tambien deberia satifazer a los precios que se le regulasen con atencion a los costos que habria de tener en su recogida, y a la situacion en que se hallara la estancia. (HERRERAS, 1796).

Assim, dividindo inteiramente o campo em estâncias, e, sujeitando nas mesmas todo gado a rodeio, efetuando a marcação, extinguir ia-se os "*orejanos*", e se fomentariam outras tantas famílias, cuja porção de vassalos formaria uma riqueza efetiva para o Estado. Para Manuel Herreras, este seria o verdadeiro modo de "*arreglar os campos*". O fiscal sinaliza que a primeira e principal medida a ser tomada era buscar pessoas para povoar aqueles dilatados campos, neste sentido, usa como exemplo as já estudadas povoações em Sierra Morena na Andaluzia:

> (...) para ocurrir a esta es necesario hacerse cargo de que el arreglo de los campos no es obra de un año, ni de dos, es menester que se pasen muchos para que pueda verificarse en el todo, ya se deja comprehender que como se bayan estableciendo familias, va creciendo la Poblacion, y con el tracto sucesivo de años habra gente para todo. Ya hemos visto por experiencia los lentos progresos de las Poblaciones de sierra Morena sin embargo de haberse introducido en ellas de un golpe seis mil colonos, muchos mas tardios deberan ser los de nuestros campos, siendo inmensos respecto de los de Sierra Morena, y mas quando no tenemos un ingreso de gentes proporcional a aquel. (HERRERAS, 1796).

Nota-se, que ele guarda as proporções em relação a Serra Morena, mas evoca tais povoamentos como um bom exemplo a ser seguido. De acordo com Herreras, se conseguissem alcançar os objetivos pretendidos, aqueles que no momento eram changadores e gaudérios, que dissipavam as riquezas da província, seriam no futuro os que fomentariam seu aumento. Assim, enfatizando a disciplina e o trabalho, termina seu raciocínio dizendo que a principal carestia daqueles campos consistia na falta de braços, que era o verdadeiro nervo do Estado.

Apreciam-se, alguns lugares comuns entre os informes, como por exemplo, a reprovação às grandes extensões, o disciplinamento do trabalho e as tentativas de assentar o homem na terra, propondo o povoamento como a melhor forma de defender a fronteira. Da

mesma forma, a propriedade privada, através da venda e repartimento de terras e a redução gado "orejano", o sujeitando a rodeio e efetuando a marcação.

Constatamos, portanto, que a propriedade individual é apresentada enquanto solução. A propriedade da terra, e mais especificamente do gado, que consistia na riqueza transumante daqueles pagos. Fora defendida a ideia de que a riqueza do reino consistia na opulência de seus vassalos, que poderiam buscá-la, da melhor forma possível, através do interesse individual. Naquela campanha, isso resultaria em acabar com todos os excessos cometidos por contrabandistas, changadores, gaúchos e gaudérios, tanto espanhóis como portugueses, transformando os indesejados sujeitos em homens de bem, laboriosos e aplicados. As desordens na campanha também são encaradas como um problema moral, de conduta, que por sua vez, está vinculado com o contrabando, indisciplina e violência. Assim, a posse estável da terra se relaciona diretamente com o intento de disciplinar moralmente "*el gauchaje*". No caso daquelas paragens, a pretendida estabilidade da terra significaria a posse estável do gado, e, portanto um maior controle sobre o "*tesoro do país*". Em uma relação circular, ordenando os homens, ordenaria-se a produção e a recaudação das riquezas. Novamente é possível notar a lógica da busca pela "felicidade pública", legitimada na relação entre o Rei e seus súditos.

As dificuldades em ordenar estes tipos humanos, sujeitando os "vagabundos" ao conchavo, reflete o complexo panorama daquela realidade social, como nos mostram Sala, De La Torre e Rodriguez:

> Figura contradictoria, el vagabundo, no asimilado al trabajo permanente, perjudicando al hacendado con sus robos, cumple, sin embargo, una función económica. La amenaza de reputar "capos de vagabundos" a los estancieros en cuyas tierras existan personas no conchabadas – conque amenazan las autoridades – da la pauta de la compleja realidad apuntada.(SALA& DE LA TORRE & RODRIGUEZ, 1967, p.152).

Se por um lado estes homens desepenhavam um papel vital na economia, já que eram eles quem faziam o trabalho braçal da courama, por outro, seu caráter de "*hombre suelto*" representava uma pedra no sapato dos interesses fiscais da Coroa, já que movimentavam o grosso do trato ilícito. Como reiteraram os autores acima citados, a "*independencia del gaucho*" residia no fato de que os meios de consumo ainda não tinham sido totalmente monopolizados por um determinando grupo social, na medida em que houvesse recursos disponíveis (gado), aquele tipo específico de vivência continuaria subsistindo.

Deste modo, mediante a lógica da propriedade individual, pensada para aquele contexto, as autoridades coloniais queriam submeter não somente os gaúchos e changadores, bem como

os proprietários locais em si, pois como vimos, aqueles que não conchavassem seus peões poderiam ser acusados de cúmplices do contrabando e de "chefes de vagabundos".

Se aplicarmos aqui, uma visão, legalista e linear, repetiremos a interpretação feita pela historiografia moderna, de um período de "anarquia" dos direitos de propriedades, cuja solução se apresentava a partir do "*arreglo de los campos*". De fato, os promotores do expediente, como foi observado ao longo do texto, encaravam aquilo como uma "ausência de ordem", a qual pretendiam "*arreglar*", proporcionando seguridade para o gozo dos direitos de privados de propriedade.

Entretanto, se entendemos aquele contexto, a partir da discussão realizada pela já citada Rosa Congost, (2007, p.15), é preciso levar em conta as condições de realização da propriedade, pensando a mesma como obra e não como ideia. Assim, é necessário notar que aqueles sujeitos, índios, "*hacendados*", contrabandistas, gaudérios e changadores, possuíam diferentes formas de ser proprietário, ou seja, a propriedade se dava conforme acessavam os recursos. Deste modo, agindo de forma, lícita ou ilícita, realizavam a propriedade enquanto obra, movimentando um vital comércio, no qual o couro era a grande moeda de troca que possibilitava o acesso a diversos gêneros, os quais, quem sabe de modo legal, não tivessem acesso.

Entretanto, do ponto de vista das autoridades, aquilo era inadmissível, pois eram imensos caudais que deixavam de entrar em seus cofres. Reiteramos que para estes, a propriedade individual era entendida como patrimônio, ou seja, legitimada pela prerrogativa do soberano em uma relação binária com seus vassalos. Esta noção vinculava-se com a construção do bem público, pela busca da felicidade pública. Amparados nesta lógica, é que as autoridades borbónicas no Rio da Prata articularam-se através das ideias agraristas e justificaram seus usos para "arreglar" os campos da Banda Oriental.

Referencias Bibliográfica:

ANES, Gonzalo (org.). **Informes en el Expediente de Ley Agraria (Andalucia y La Mancha). (1768)**. Madrid: Instituto de Cooperación Iberoamericana; Sociedad Estatal Quinto Centenario; Instituto de Estudios Fiscales, 1990

ARGEMÍ, Lluis d'Abadal. **Nueva Agronomia y Agrarismo en la España Ilustrada**. In: : Esctruturas Agrarias y Reformismo Ilustrado en la España del siglo XVIII. Segovia: Actas del

Seminario de Segovia sobre: Agricultura e Ilustración en España: Ministerio de Agricultura Pesca y Alimentación, 1988.

ASTIGARRAGA, Jesús. **La fisiocracia en España**: los Principes de la législation Universelle (1776) de G. L. Schmid d' Avestein. Murcia: Historia Agraria. nº 37, Diciembre 2005, pp 545-571.

_____; UZOS, Javier**. Una alternativa fisiocrata al *Informe de Ley Agraria* de Jovellanos**. In: Journal of Iberian and Latin American History. Madrid: Revista de Historia Económica, Año XXV, n.3, Invierno 2007.

BARRÁN, José. P; NAHUM, Benjamin. **Bases económicas de la Revolución artiguista.** Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1964.

BLOCH, Marc**. A terra e seus homens:** Agricultura e vida rural nos séculos XVII e XVIII**.** Bauru: EDUSC, 2001.

CONGOST, Rosa. **Tierras, Leyes, Historia**: Estudios sobre la Gran Obra de la Propiedad. Barcelona: Editora Crítica, 2007.

. FRADKIN, Raúl Osvaldo & GARAVAGLIA, Juan Carlos. **La Argentina Colonial**: El Río de la Plata entre los siglos XVI y XIX. Buenos Aires: Siglo XXI, 2009

GARAVAGLIA, Juan Carlos. **Mercado Interno y economia colonial**. Mexico: Grijalbo, 1983.

GARCIA SANZ, Angel. **La Politica Agraria Ilustrada y sus Realizaciones. In: Esctruturas Agrarias y Reformismo Ilustrado en la España del siglo XVIII**. Segovia: Actas del Seminario de Segovia sobre: Agricultura e Ilustración en España: Ministerio de Agricultura Pesca y Alimentación, 1988.

GELMAN, Jorge. **Produccion campesina y estancias en el Rio de la Plata colonial**. La región de Colonia a fines del siglo XVIII. Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana Dr. E. Ravignani, Tercera serie, n.6, 2ºsem. 1992.

GIL, Tiago Luís. **Infiéis Transgressores**: Elites e contrabandistas nas fronteiras do Rio Grande e do Rio Pardo. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

GUERRA, Xavier**. Modernidad e Independencias**. Madrid: Editorial Mapfre, 1992.

DELGADO, J. M. Ribas. **Floridablanca y el Planteamento de la Politica Agraria de Carlos III**. In: Esctruturas Agrarias y Reformismo Ilustrado en la España del siglo XVIII. Segovia:

Actas del Seminario de Segovia sobre: Agricultura e Ilustración en España: Ministerio de Agricultura Pesca y Alimentación, 1988.

LLOMBART, Vincent. **Comparacion entre los Ilustrados de la Corona de Aragón y los de Castilla y Leon**. Campomanes, Sisternes y Asso ante la Ley Agraria. In: Esctruturas Agrarias y Reformismo Ilustrado en la España del siglo XVIII. Segovia: Actas del Seminario de Segovia sobre: Agricultura e Ilustración en España: Ministerio de Agricultura Pesca y Alimentación, 1988.

_____. **Una nueva mirada al *Informe de Ley Agraria* de Jovellanos doscientos años después.** In: Madrid: Revista de Historia Económica, Año XIII, n.3, Otoño 1995.

MAYO, Carlos. **Estancia y sociedade en la pampa**: 1740-1820. Buenos Aires: Editorial Biblos, 1995.

MENZ, Maximiliano M. **Entre Impérios:** Formação do Rio Grande na Crise do Sistema Colonial Português (1777-1822). São Paulo: Editorial Alameda, 2009.

MEYNIER, Albert. **Les Paysages Agraires.** Paris: Armand Colin, 1962. In: MORAES, María Inés**.** Las Economías Agrarias del Litoral Rioplatense en la segunda mitad del siglo XVIII**:** Paisajes y Desempeño. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 2012.

MORAES, María Inés**. Las Economías Agrarias del Litoral Rioplatense en la segunda mitad del siglo XVIII:** Paisajes y Desempeño. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 2012. OLAECHEA, Rafael. **Contribución al estudio del «Motín contra Esquilache» (1766).** In: Tiempos Modernos. V.8, 2003. Disponível em < http://www.tiemposmodernos.org/tm3/index.php/tm>. Último acesso em 30/05/2015.

OSÓRIO, Helen. **O império português no sul da América**: estancieiros, lavradores e comerciantes. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

PERDICES, L. Blas. **La Agricultura en la Empresa Colonizadora de Pablo de Olavide.** In:Esctruturas Agrarias y Reformismo Ilustrado en la España del siglo XVIII. Segovia: Actas del Seminario de Segovia sobre: Agricultura e Ilustración en España: Ministerio de Agricultura Pesca y Alimentación, 1988

QUESNAY, François. **Economia**. Org. Rolf Kuntz. São Paulo: Àtica, 1984.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. **Diccionario de Autoridades.** Tomo I, 1726.

_____. **Diccionario de Autoridades**. Tomo III, 1732.

RUSSEL-WOOD, A.J.R. **The Portuguese Atlantic, 1415-1808**. IN: GREENE, Jack P. & MORGAN, Philip D. Atlantic History: A Critical Appraisal**.** New York: Oxford University Press, 2009.

SECRETO, M. V.; FERRERAS N. **Os pobres e a Política**. História e Movimentos Sociais na América Latina. Rio de Janeiro: Mauad, 2012.

A METODOLOGIA DE HISTÓRIA ORAL E SUAS POSSIBILIDADES DE PESQUISAS – coordenado por PROF. DRA. LORENA GILL (UFPEL)

Para este seminário temático interessa a abordagem da História Oral, tanto em seus aspectos teóricos quanto metodológicos. Discussões sobre História, Memória, Identidade são temas importantes de serem pensados. Trabalhos que envolvam diferentes modalidades de História Oral como a Temática, de Vida, Tradição Oral, Biografia certamente proporcionarão um bom debate. São importantes as discussões sobre relatos de experiência, processos da construção de narrativas, aspectos que envolvam a transcrição, questões éticas e jurídicas, além da guarda, constituição e organização de acervo em História Oral.

A AUTORIDADE TRADICIONAL EM MOÇAMBIQUE SÉCULO XX: ESTUDO DE CASO DISTRITO DE MARRACUENE

Lurdes José Cossa[1]

Introdução

O poder tradicional no Continente africano, foi desde sempre "dominante" sobretudo, na fase pré colonial. Em Moçambique, relativamente à ocupação colonial e pós-colonial, fora negligenciado, em primeira instância pelo regime colonizador, posteriormente pelo governo representado pelo seu partido no poder, a FRELIMO[2], que foi instituído após independência em 1975. Este poder tradicional resistiu à força da sua originalidade, preservando as suas crenças, os hábitos e costumes das comunidades.

Na intervenção do Estado moderno português, são definidas as regras de jogo concernentes ao poder político, social e cultural. Entretanto, o conceito de poder ou autoridade tradicional se modifica e é reinventada. Assim sendo, através de jogos definiram se parcerias com os chefes tradicionais, por ele codificados de régulos, que nesse poder político houve até perseguições, castigos e prisão. Para tanto, nesta efervescência algumas autoridades tradicionais que negociaram com o poder colonial colaboraram, partilharam e tornaram-se intermediários do Estado colonial, funcionalmente em colher tributo, alguns ao trabalho forçado e outros não puderam aderir ao regime. No contexto da dominação colonial, o reconhecimento do papel da autoridade tradicional fazia face aos interesses dos colonizadores[3].

Daí que essa noção de tradição se altera, e a distinção que Max Weber faz do poder tradicional na base dos usos e costumes transmitidos de geração em geração, poder carismático e o poder burocrático se modifica, porque existe interferências. Ranger (2014) afirma que o colonialismo europeu introduzido na África inventou tradições e modificou usos e costumes locais. Podemos entender aqui que neste último aspeto as alterações de costumes aconteceram no seio dos colonizados e colonizadores. Houve um sincretismo de culturas, dado que ambos os grupos coabitaram no país. E foi uma atualização ou reinvenção de conceito de poder tradicional, pois o poder destas autoridades tradicionais já existia.

---

[1] Licenciada em História pela Universidade Eduardo Mondlane. Maputo, Moçambique. Mestre em Desenvolvimento Rural pela Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal. Maputo, Moçambique. Atualmente é doutoranda no Programa de Pós-graduação em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Bolsista financiada pela CAPES, Brasil. lurdescossa2005@yahoo.com.br

[2] FRELIMO significa Frente de Libertação de Moçambique.

[3] No sistema político-administrativo português, importante ressaltar, que aqueles líderes locais que não aderiram aos interesses coloniais foram destituídos e substituídos por outros sem nenhum respeito aos costumes vigentes naquelas comunidades locais (DAUCE, 2013, p. 42; LOURENÇO, 2007, p. 196).

Após a independência, há registros de que a autoridade tradicional tenha sido afastada[4], na construção do Estado-moderno[5] em primeira instância, alegando-se que estes tenham colaborado negativamente com os colonialistas portugueses nas diversas províncias que constituem Moçambique.

As autoridades tradicionais no norte do país, entre 1986-1987, nos lugares de escassez de bens rurais no período de campanha agrícola ou de produção, foram transformados em supervisores da produção rural. Este momento característico era de poder popular, cunhado pela FRELIMO para indicar participação e contribuição nos lugares políticos indicados por eles (DINERMAN, 1999). Portanto, principalmente no sul de Moçambique, por exemplo Marracuene, dentre outros locais, após o seu afastamento, algumas autoridades tradicionais foram trabalhar à sua sorte, uns de acordo com sua profissão, outros retomaram às minas da África do Sul, donde o colonialismo lhes resgatou, quando procurou parcerias com os mesmos.

É importante salientar, que o país permaneceu por longos anos no monopartidarismo até princípios dos anos noventa. Por motivos diversos[6], que opunha alguns indivíduos que faziam parte do partido no poder (FRELIMO), foi fundado um movimento que se designou RENAMO[7], na antiga Rodésia do Sul, que atuou através do movimento de guerrilha frente à FRELIMO, originando uma guerra civil que durou cerca de dezesseis anos (ABRAHAMSSON; NILSON, 1994, p. 28).

Em 1992, aponta se que, com o fim das hostilidades da guerra civil entre a Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO) e a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), supunha-se uma virada política em direção à democratização do poder. A FRELIMO, momentos antes desse ato solene que aconteceu em Roma, deu certo reconhecimento à

---

[4] Qual foi a razão do afastamento? Será que o poder tradicional ficou sem função desde 1975-1992? Segundo a doutrina ideológica da FRELIMO os chefes tradicionais foram colaboradores disfarçados do colonialismo e desacreditados aos olhos da população rural. A autoridade tradicional nunca deixou de exercer a sua função perante as comunidades embora não reconhecida oficialmente nesse intervalo. Há rumores segundo pesquisa de Lourenço (2009, p. 197) de a autoridade tradicional ter sido aliada ao Partido RENAMO durante a guerra FRELIMO-RENAMO até ao cessar-fogo.

[5] Paredes (2014) diz que essa ideia política visava o caráter moral da revolução em curso. Baseado no "homem novo", livre do obscurantismo, superstição, tradições, mentalidade burguesa e colonial, o homem que assume valores da sociedade socialista. Devia-se superar (MOÇAMBIQUE, 1985, p. 113 apud GONÇALVES, 2007, p. 604). E foram instituidas novas autoridades comunitárias designadas de secretários de bairros, que na verdade por falta de conhecimento da realidade das comunidades, procuravam as autoridades tradicionais ligadas à ancestralidade e espíritos dos antepassados para lhes auxiliarem na sua governação com o poder central.

[6] Os fatores internos da guerra civil foram o Comunismo e o Mono partidarismo implantados em Moçambique entre1975 a 1992. Os fatores externos foram o apoio da FRELIMO às forças armadas na Rodésia do Sul, atual Zimbabwe, que lutavam pela independência com o regime de Ian Smith, e a aplicação das sanções contra a Rodésia decretadas pela Organização das Nações Unidas (ONU). Moçambique fechou o corredor da Beira, enquanto este país dependia fortemente das importações através deste canal de escoamento.

[7] RENAMO significa Resistência Nacional de Moçambique.

autoridade tradicional, para governar localmente as comunidades (Lourenço, 2007), pois que, era vista como alavanca no jogo político, da disputa posterior entre a FRELIMO e a RENAMO, e outros partidos na abertura do multipartidarismo. Desta maneira, a FRELIMO se aproximou dos líderes tradicionais provavelmente para buscar apoio político na disputa eleitoral contra o seu principal adversário, a RENAMO, que detinha do apoio político majoritário da província de Sofala, que eram originários da tribo Ndau e Sena. Importante ressaltar que o Presidente do partido RENAMO, Afonso Macacho Maceta Ndhakama, fazia parte dessa comunidade como nativo, por isso conseguiu mobilizar aliados à sua causa política.

A partir da ligação das autoridades tradicionais e seus ancestrais e o carisma que elas exercem sobre as comunidades, são disputadas tanto pelo partido do governo da FRELIMO, bem como do partido da oposição a RENAMO. Objetivo contribuir nessa pesquisa, mostrando o prestígeo dos líderes tradicionais, através de seus antepassados, tornando sua memória acesa com rituais designados "kupalha", e as relações de controle à sociedade moçambicana.

Neste sentido, o presente artigo se apoiará nos aportes teóricos de Altuna, para definir o conceito de Poder tradicional na base da religião africana, sendo que a autoridade dos líderes está ligada à sua ancestralidade, através do ritual kupalha, como forma de regular as sociedades. Este recorte, faz parte da minha tese de doutorado, ainda em andamento, baseada ao estudo da "autoridade tradicional no século XX, nos distritos de Mandlakazi e Chibuto, a partir de uma perspetiva histórica de conceito de autoridade tradicional e seu resgate em 1992", pela qual serviu de minha comunicação no "III encontro Internacional de Fronteiras e Identidades na Universidade Federal de Pelotas, que decorreu de 05 a 07 de Outubro de 2016".

Poder Tradicional

A pesquisa, centrada nesta dinâmica de mudanças e rupturas no conceito de autoridade tradicional, julgamos considerar um conceito polifacetado e complexo, partindo da ideia de que o poder tradicional se constitui, altera, modifica, se mantem secretista, oculto e resiste à sua tonalidade inicial. Porém, este poder tradicional bantu[8], é exercido de forma visível através da força pessoal e impessoal humana, representação que ocupa o expoente máximo na chefia de grupos bantu. Além do mais, estabelece uma relação no mundo invisível com Deus o ponto mais alto de sua divindade, considerado fonte de vida, e plenitude de ser. Por outro lado, ligado no plano do poder tradicional provêm dos seus antepassados da comunidade e qualificados, tais como: Chefes tradicionais, especialistas da magia, que constituem o elo de união mais elevada

[8] A palavra bantu designa um vasto grupo de populações de África que pertencem a grupos linguísticos da mesma família semântica, mas com etnias diversas. Por exemplo, grupo da África do Sul, Moçambique, Zimbabwe, Malawi, etc.

entre os homens com Deus. Corresponde aos fundadores do primeiro clã humano, e fundadores de grupos primitivos e heróis civilizadores. O poder tradicional bantu, apresenta se de forma hiearáquica, centrado no líder, que ocupa o lugar de destaque, seguido de chefes de terras, os anciãos e especialistas da magia .

Autoridade tradicional e ancestralidade

A autoridade tradicional é uma personalidade de linhagem territorial bantu, considerado misticamente religioso, unido aos antepassados, divindade e também ligada ao mundo dos vivos. O rei, desde o período de sua existência, está intimamente ligado aos seus ancestrais, como mediador dos seus familiares que já estão mortos e pertencentes à mesma linhagem. Zahan (2000 apud MAHUMANE, 2008, p. 12) diz que em algumas sociedades africanas os indivíduos se tornam antepassados ainda em vida. Zahan analisa o povo Mossi, do Benin, e diz que o avô paterno pode ser considerado antepassado antes da morte. É o que se denomina de gerontrocracia, como a preponderância dos mais velhos na chefia do grupo, esta prática pode ser observada desde muito tempo entre os líderes tradicionais bantu, até aos nossos dias.

Todavia, os chefes locais são cultuados e, posteriormente, se tornam espíritos. É nesse sentido que a terra pertence aos espíritos. Segundo os entrevistados, os lugares onde eles vivem herdaram de seus pais e dos seus antepassados, daí que, sendo a terra pertencente à família real, sugere que seja propriedade privada dos espíritos. Entende se que, nos seus princípios de poder desde sua origem, a tendência é de dominar homens e não os territórios conquistados, na medida que esta propriedade é um bem deixado pelos antepassados. A noção de reino ou império, as relações familiares apoiavam se mais na autoridade do que na propriedade territorial (ALTUNA, 2006). A autoridade pertence aos espíritos, e os líderes tradicionais desempenham o papel de intermediário. O mundo espiritual não está separado do mundo físico, e os ancestrais são revestidos de poderes místicos e de autoridade. Segundo Kopytoff (2012), estes mantêm um papel funcional com os vivos em todo os grupos de Moçambique, alimentando as relações sociais de parentesco. Mas essa ligação com os parentes vivos não ocorre de forma igualitária. Eles se apresentam de forma diferenciada e estruturada, mantendo forte ligação com os mais velhos, os únicos com quem mantém diálogo, através do Ritual “Kupalha”.

Durante o roteiro das entrevistas, a cerimónia “Kupalha” foi frequentemente mencionado por quase todos os entrevistados em marracuene. Esse ritual tem sido repassado de geração em geração, somente ao grupo familiar extremamente fechado, com o mesmo sobrenome “Magaia”, adquirido do antepassado comum, que ao longo da pesquisa tivemos a

oportunidade de observar. Na verdade, eles se sentem à vontade, como únicos legitimados pela tradição e seus ancestrais, tanto pelo governo de Moçambique, a realizar esta cerimónia "kupalha", ritual em honra aos mortos.

Daí que, o ritual "kupalha" é realizado pelas autoridades tradicionais, com o uso de bebidas tradicionais não açucaradas, como por exemplo: ukanhu, ximovane, uputsu e sacrifício de galinhas se for uma cerimônia pequena, cabras ou vacas se o significado do ritual tiver uma dimensão maior, tal como por exemplo construção de infraestruturas. A lembrança de todos os familiares antepassados, como no dia dos heróis no Nguazamutini[9] que morreram nas lutas de resistência, implica sacrifícios dobrados para os ancestrais, e somente o representante (régulo), fala com os espíritos.

Para entender o sentido secreto e misterioso do poder tradicional, algo que nos chamou atenção durante as entrevistas, será preciso relacionar os fundamentos desse poder com os elementos gerais das religiões tradicionais. Para tal, fundamentaremos a análise na base do livro "Mundos de poder", de Haar e Ellis (2005), contribuiram significativamente neste assunto.

Em Moçambique há registros de estados já firmados, em que de forma misteriosa mantiveram relações com os espíritos, como o reino de Mwenemutapa e até Ngungunhana em gaza. Mesmo depois das independências, os líderes africanos como por exemplo: Kenett Kaunda, ex-presidente da Zâmbia, Ahmed Sekou Touré, ex-presidente da Guiné Konakri, e muitos outros, recorreram à práticas de cunho religioso para fortalecer sua imagem junto ao público em geral. Esta questão é importante porque nos ajuda a entender o significado do ritual Kupalha, presente nos hábitos e costumes da cultura bantu e associado aos líderes tradicionais em Moçambique, cuja cerimônia tem sido feita em silêncio segredo.

> "Não devo evocar meu avô Kuluwamunu[10], meus antepassados, enquanto não estou fazendo a própria cerimônia kupalha aqui. Eu posso ficar estatelado, morto, ao satisfazer seu pedido" (Entrevista com o líder tradicional).

Na verdade, na nossa interlocução com o grupo-alvo, pedimos ao líder tradicional que nos esclarecesse como decorria a cerimônia kupalha, quais têm sido os custos e benefícios da cerimônia em evocar os espíritos. Assim sendo, a resposta foi o trecho acima que constituiu o

[9] Nguazamutini recorda se a resistência da batalha de Marracuene no dia 02 de Fevereiro de 1895.

[10] "Kuluwamunu" significa homem grande O homem grande, neste caso, passou ao mundo dos mortos; um dia esse homem grande será o próprio régulo Manjololo. Ele pode ser chamado de "homem grande" ainda em vida, pois que está sendo construído para a posterior passagem ao mundo invisível ou mortal. São essas relações sociais ligadas aos seus ancestrais que definem a transferência do "homem grande" daqui para o mundo dos mortos, como antepassado (Passador, 2011). É um capital social que ainda em vida irá definir seu status no mundo dos espíritos e o tipo de relação que haverá entre ela e os vivos.

nosso propósito nesta temática. Vansina (2010, p. 192) menciona um outro testemunho segundo o qual “a revelação do segredo nos destrói”. A idéia é que a palavra, ao acabar com o segredo, enfraquece a identidade social do grupo.

No desenvolvimento desta análise, à priori recorremos ao conceito de profanação. A palavra significa, o desrespeito ao que é sagrado, precioso, sacrilégio, ofensa grave à religião, irreverência contra o que é digno de respeito, afronta, utilização errada, abuso, ação reprovável contra o que merece respeito. (FERREIRA, 2010). Destacamos como os grupos sociais de Moçambique respeitam seus antepassados e a tradição, entretanto, toda a cena feita publicamente, ausente do ato oficial da autoridade tradicional é vista como profanação e afeta o forte sentimento de pertença.

Segundo SIMÕES (2006), existe uma negociação de deveres mútuos a caracterizar na relação entre os vivos e os seus antepassados, logicamente os ancestrais. O exemplo desta categoria compreende a seguinte forma: os antepassados os defendem e os apoiam. Por sua vez, para manter viva sua memória, os régulos e chefes de terras totalmente reconhecidos realizam estas cerimônias feitas em segredo, com um caráter sentimental intenso. Está entendido que o poder dos antepassados é transferido para eles de modo absoluto.

Haar e Ellis (2005) explicam que poderia somar-se a isso o fato de que todo o poder é exercido de modo mais eficaz em segredo do que em público, como afirmava Max Weber em diversos comentários acerca da Europa. O conceito de mistério implica um controle exclusivo sobre tipos de conhecimento os quais não podem ser compartilhados com indivíduos ordinários. O poder sempre se relaciona ao controle e à restrição de acesso à informação (HAAR; ELLIS, 2005). Deste modo, sentimo-nos constrangidos no pedido formulado ao líder tradicional, perante aos seus avós antepassados, não somente a eles mas também aos outros membros do grupo.

Além do mais, os chefes de terras também fazem parte deste enlace com os antepassados e funcionam em conjunto como madodas ou conselheiros do régulo, num processo de aprendizagem, neste sentido. Nos bairros onde representam autoridade, se não acontecerem essas cerimônias de “kupalha” num empreendimento de construção de casas residenciais, os residentes podem estar sujeitos à intranquilidade, tais como roubos e outros males. É importante a realização da cerimônia para uma harmonia habitacional. Portanto a kupalha relativa à ocupação de espaços, isto é; terrenos é da inteira responsabilidade dos chefes de terras, e mais ninguém pode lhes substituir.

Entretanto, neste interlance os antepassados são comunicados e é lhes atribuído a possibilidade de autorização ou não autorização do início do empreendimento. Neste sentido, se algo ruim aconteça, significaria culpa dos antepassados que não estiveram de acordo com a construção. Segundo os líderes tradicionais, por exemplo: a queda durante a obra, roubos de materiais de construção, antes ou após o término da obra.

SIMÕES (2006) afirma que é reconhecida aos ancestrais a capacidade de autorizar ou não determinadas ações e o dever de repreender os seus descendentes e os conduzir ao bom caminho. Para Honwana (2002 apud SIMÕES, 2006), a forma atuante dos antepassados depende do comportamento social dos vivos e como os mortos possam avaliar, daí que não se deve espantar por sua reação caprichosa semelhante a de crianças.

Por isso a ação de repreensão pode ser vista na forma de assombração, ou de um acontecimento rodeado de infortúnios, com perigos e riscos, algo que devia acontecer mas não aconteceu, até que se recorra aos mágicos (curandeiros, maziones ou chewas), para consultar, razão dos atos maléficos. Outro exemplo: a escassês de chuvas no país é atribuido aos antepassados e a Deus por estarem zangados devido à guerra civil entre a RENAMO e FRELIMO, que se prolonga há longos anos; sangue derramado nas estradas, também por causa dos acidentes de viação. Derivam do mau comportamento dos presidentes dos partidos majoritários. Daí que, mesmo fazendo a cerimônia "kupalha" a chuva não cairá porque os ancestrais e Deus estão zangados.

Simões (2006) admite que este jogo de deveres e obrigações, de limitações e poderes, é resultante de um sistema de controle social dos vivos através dos mortos, que se manifesta por meio da violência. Em contrapartida, através destes poderes insólitos dos antepassados confere-se à autoridade tradicional a regulação das sociedades, que acontece de geração em geração, em todo o país.

A cerimônia Kupalha e a Sociedade

A cerimônia kupalha não se restringe somente aos régulos e chefes de terras, mas é praticada por quase toda a sociedade moçambicana, nas três regiões: norte, centro e sul, de acordo com a crença tradicional em segredo. Os indivíduos podem pedir riqueza, benevolência, malificiência, vingança, prosperidade para famílias e filhos, emprego, etc. Pode ser feita através de rituais, oferendas aos mortos, missas anuais, semestrais, ou de oito dias após a morte, anteriormente consultado aos curandeiros.

De acordo com o censo demográfico, em Moçambique maior parte da população se encontra na zona rural. É um indicador que revela que quase toda a sociedade moçambicana está ligada aos espíritos, e tradicionalmente dirigida por régulos ou pelo poder tradicional. Aí que está o carater prestigeado do nosso grupo alvo, em que se sobressai em relação aos secretários dos bairros, não conseguem ser o que estes são na verdade.

Por outra, de forma particular, a elite pode recorrer a esses curandeiros, por isso alguns deles fazem parte da elite governante. Uma das consequências com que os membros da elite buscam aconselhamento sobre seus problemas espirituais mais íntimos é a de que alguns curandeiros e outros especialistas espirituais se convertem em depositários de informações extremamente confidenciais, dado que os políticos que recorrem a seus serviços lhes revelam suas ambições secretas, no intento de alcançar o poder que almejam (HAAR; ELLIS, 2005).

Os cidadãos comuns compreendem perfeitamente o papel desempenhado pela religião nas lutas da elite, que muitos políticos empregam técnicas similares às de seus líderes para a resolução de problemas de sua vida cotidiana, consultando curandeiros, médiuns, sacerdotes, profetas, adivinhos, buscando a benção de seus antepassados ou assistindo a todo tipo de reuniões religiosas. (HAAR; ELLIS, 2005). E a cerimónia "kupalha" esta presente.

Estes rituais, por eventualidade, ou melhor alguns, podem ser feitos acompanhados de conhecimentos de farmacologia, com banhos de sangue de aves, animais sacrificados, tais como galinhas, vacas, cabras, assim como, rapé, farinha de milho, tudo misturado, fervido em panelas, quando se supõe que a cerimônia-oferenda é dirigida a "grandes homens", ou seja, a antepassados que morreram faz muito tempo.

Este ritual de kupalha pode ser realizado com ajuda de um curandeiro possuidor de espíritos de poder de advinhação, magias e conhecimento de uso de lâminas, como provas físicas para fazer tatuagens cortando o corpo, esfregando a farmacologia de acordo com o pedido da clientela; que suponha-se para dar sorte, defesa, proteção; ou feitiçaria, que virá dos antepassados, como, por exemplo, a posições de relevo ou cargos prestigiados nos empregos, por exemplo chefia, ser amparado no serviço ou em qualquer lugar de destaque.

Desse modo, um curandeiro pode adquirir informações privilegiadas sobre segredos de sua clientela de elite. O cliente, com a finalidade de melhorar seu status ou sua reputação, se dirige secretamente. Segundo Haar e Ellis (2005), o adivinha, confessor ou outro conselheiro espiritual de algum poderoso se converte em um depositário de seus segredos, de modo muito semelhante ao do chefe de um serviço de inteligência ocidental, que continua a ser um arquivo de conhecimentos secretos e uma grande fonte de influência, mesmo depois de se aposentar.

Nesse sentido, após a cerimônia os indivíduos podem recorrer a um outro advinha para consultar se a cerimônia realizada anteriormente teria corrido bem ou não, de forma que a pessoa se sinta em harmonia com os antepassdos, na medida que este lance provoca um sentimento harmonioso, ou de aflição com os ancestrais. Uma das grandes crenças no espírito dos rituais tsongas é que o homem continua a viver e torna-se um Deus depois da morte.

Em suma: O prestígeo que a autoridade tradicional goza na sociedade como representantes de seus ancestrais, faz com que o poder político partidário da FRELIMO, defina todas as táticas possíveis de jogo político para resgatar as autoridades tradicionais, que já se encontravam sob controlo e parceria da RENAMO, trazendo consigo o discurso de reconhecimento do poder tradicional em Moçambique, na medida que estes desempenham um papel pereponderante na regulamentação das sociedades.

Referências bibliográficas

ABRAHAMSSON, Hans & NILSSON, Anders. **Moçambique em Transição**. 2ª Impressão. Maputo, PAGRIGU – ISRI.1994, p. 220.

ALTUNA, Pe Raul Ruiz de Asua. (2006) **Cultura Tradicional Banta**, Editoras Paulinas.

DAUCE, Vicente Domingos. **A Governação em Moçambique: Fases e Processos**. Dissertação (Mestrado em Governação, Competitividade em Politicas Públicas) Departamento de Ciências Sociais Políticas e do Território. Universidade de Aveiro. Aveiro, 2013.

DORLIER, Jeans-Francois. **Dicionário das Ciências Humanas**. CLIMEPSI Editores, 1ª edição, Lisboa, 2006.

DINERMAN, Alice. **O surgimento dos antigos Régulos como "chefes de produção" na província de Nampula (1975/87).** Centro de Estudos Africanos (CEA), 2009. pp. 95-254.

FERREIRA, Marina Baird. **Mini-Aurélio: O dicionário da língua Portuguesa**. Editora Positivo, Lisboa, 2010.

HAAR, Gerrie Ter; ELLIS, Stephen. **Mundos de poder**. Pensamiento religioso y prática política en Africa. Biblioteca de Estudios Africanos. C. Hurst & Co. Ltd., 2004. Edicions bellaterra, 2005.

LOURENÇO, Vitor Alexandre. **Entre Estado e Autoridades Tradicionais em Moçambique: Velhas Aporias ou Novas Possibilidades Politicas**? In. Revista Lusófona de Ciência Política e Relações Internacionais 2007, 5/6 pp.195-207.

MAHUMANE, Jonas Alberto. **Representações e Percepcões sobre Crenças e Tradições Religiosas no Sul de Moçambique: O caso das Igrejas Zione**. Universidade de Lisboa. Instituto de Ciências Sociais. Tese de Mestrado em Antropologia, 2008.

PAREDES, Marçal de Menezes. A construção da Identidade Nacional Moçambicano no pós-independência: Sua complexidade e alguns problemas de pesquisa. **Anos 90**, Porto Alegre, V. 21, n. 40, dez 2014, pp. 131-161.

RANGER, Terence. A invenção da tradição na África colonial. In: HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence (orgs). **A invenção das tradições.** São Paulo. Paz e terra. 9ª edição, 2014.

SIMÕES, Paulo Jorge Granjo. Dragões, regulos e fabricas: espíritos e racionalidade tecnologica na industria mocambicana. Instituto Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. In: **Análise social**, Vol. 43, N°. 187, Moçambique actual: Continuidades e mudanças (2008), p. 223-249. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/>. Acesso em: 10 ago. 2016.

OS RÉUS/AGRESSORES DE MULHERES JULGADOS NO JUIZADO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA DE PELOTAS

Elisiane Medeiros Chaves[11]
Lorena de Almeida Gill[12]

O presente artigo se refere a uma pesquisa que aborda a violência contra a mulher, fenômeno que sempre ocorreu na história da humanidade e que ainda é presente na contemporaneidade. O estudo é realizado no Mestrado em História, junto à Universidade Federal de Pelotas, e nele são analisadas situações de violência praticadas, principalmente, pelos companheiros das vítimas que são réus em ações penais que tramitam no Juizado da Violência Doméstica, na comarca de Pelotas.

Ao longo de séculos aos homens foram conferidos privilégios, tendo sido construída no meio social uma cultura de superioridade masculina que permitia, muitas vezes, que mulheres fossem tratadas com violência para serem mantidas no espaço que a elas cabia, ou seja, o interior das casas. Aos homens era permitido o exterior, ou seja o espaço da rua.

Nessa linha de entendimento, Saffioti assegura que:

> Calcula-se que o homem haja estabelecido seu domínio sobre a mulher há cerca de seis milênios. São múltiplos os planos da existência cotidiana em que se observa esta dominação. Um nível extremamente significativo deste fenômeno diz respeito ao poder político. Em termos muito simples, isto quer dizer que os homens tomam as grandes decisões que afetam a vida de um povo (Saffioti, 1987, p. 47).

Entretanto, nas últimas décadas as mulheres ampliaram suas esferas de atuação, têm acesso à educação formal, ao mercado de trabalho, à participação política. Podem ter independência financeira, escolher a profissão que querem seguir e serem ou não mães. Têm dificuldades, no entanto, para assumir posições de chefia, especialmente quando devem organizar os homens/trabalhadores.

Mesmo com as transformações ocorridas, há homens que parecem não terem assimilado as mudanças sociais e ainda pensam que podem subjugar as mulheres. Tais fatos reforçam a ocorrência de números absurdos de mulheres agredidas e outras tantas assassinadas, na maioria

[11] Possui graduação em História pela Universidade Federal de Pelotas (2015). Atualmente é mestranda em História pela Universidade Federal de Pelotas. E-mail: elisianemchaves@hotmail.com.
[12] Possui Graduação em História pela Universidade Federal de Pelotas (1988), Mestrado (1998) e Doutorado (2004) em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2004). Professora Associada da Universidade Federal de Pelotas. E-mail: lorenaalmeidagill@gmail.com

das vezes, por seus companheiros. A esse quadro estatístico ainda devem ser acrescentados os casos de mulheres que não fazem denúncias e que se mantêm em relações violentas, silenciosamente.

Foram analisados trabalhos referentes ao tema da violência contra a mulher e foi possível perceber que existem várias pesquisas[13] realizadas com as vítimas de violência doméstica e que, por outro lado, há poucas direcionadas aos agressores. Porém, os agressores não podem ser deixados de lado, pois mesmo que mulheres consigam sair de situações de violência, há homens que não modificam seus modos de pensar e de agir e que irão continuar sendo potenciais agressores.

Pode-se compreender esses modos de pensar e agir masculinos a partir da cultura da virilidade, através de Corbin (2013), como uma construção social imposta aos homens, desde a infância, através de um sistema de representações, valores e normas formadoras de um estereótipo que caracteriza o homem viril como aquele que é corajoso, controla suas emoções, domina seus medos, encara seus desafios, é belicoso, forte, honrado, firme, aquele que domina todas as coisas, inclusive, as mulheres.

Essa grandeza que foi atribuída aos homens sempre mascarou e justificou a dominação masculina. Entretanto, o mesmo autor ensina que essas normas sociais, embora ainda sejam atuantes nos dias de hoje, sofreram fissuras desde o final do século XIX, uma vez que os privilégios concedidos aos homens foram regredindo, as mulheres passaram a sofrer menos proibições e se insurgir contra a dominação que pesava sobre elas e a própria belicosidade masculina foi perdendo prestígio.

---

[13] VER, entre outras, Rodrigues, Adriana. Quotidiano de mulheres que vivenciam a violência doméstica: contribuições para um cuidar sensível na enfermagem e saúde. Tese de Doutorado. Universidade Federal da Bahia. 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/18911/1/Tese_Enf_%20Adriana%20Diniz%20Rodrigues.pdf>. Acessado em agosto de 2016; Mota, Rosana. História Oral de adolescentes grávidas em situação de violência doméstica. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia", 2012. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/11161/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o_Enf_Rosana%20Mota.pdf>. Acessado em março de 2016; Ramos, Maria Eduarda. Histórias de "mulheres": a violência vivenciada singularmente e a lei 11.340 como possível recurso jurídico. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/94142/279953.pdf?sequence=1>. Acessado em agosto de 2016 e Cortês, Gisele. Violência doméstica contra mulheres: Centro de referência da mulher – Araraquara. Tese de Doutorado. Universidade Estadual Paulista, 2008. Disponível em: http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/106298/cortes_gr_dr_arafcl.pdf?sequence=1>. Acessado em agosto de 2016.

Mas as culturas da dominação masculina e da virilidade ainda influenciam comportamentos masculinos, e, nessa perspectiva, para Saffioti (1987) em dias atuais existem homens que se consideram superiores às mulheres, pois mantêm ideias impregnadas de resquícios de uma ideologia patriarcal e machista.

O estudo que está sendo realizado tem como enfoque homens que agridem mulheres ou que foram acusados de terem cometido agressões e que estão sendo julgados no Juizado da Violência Doméstica, na comarca de Pelotas. A intenção é conhecer a versão que eles apresentam para seus atos violentos. A problemática da pesquisa é verificar se é possível identificar, na documentação pesquisada, elementos da cultura de hegemonia masculina, que foi socialmente construída no devir histórico, que podem ter influenciado atos de violência contra mulheres, na contemporaneidade.

Cabe ainda comentar que a Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), estabelece as formas de violência, além de medidas protetivas e punições para os agressores. Também determina o encaminhamento de mulheres em situação de violência e seus dependentes a programas e serviços de proteção, assim como lhes garante a assistência jurídica gratuita e o acompanhamento jurídico em todos os atos processuais.

No entanto, a lei não tem sido fator suficiente para diminuir os números de agressões, ou seja, apenas a punição legal não modifica as práticas masculinas. Saffioti (2004) não acredita em uma mudança radical de uma relação violenta quando se trabalha exclusivamente com a vítima, a qual pode sofrer algumas mudanças, enquanto o agressor permanece como sempre foi. Considera ainda a mesma autora que as duas partes precisam de auxílio a fim de que ocorra uma transformação da relação preexistente, projetando para novas práticas no futuro.

Pelas razões expostas, considera-se que voltar o olhar para os agressores é também uma atitude necessária para se combater a violência contra mulher, o que justifica a importância do estudo que se está realizando junto a réus que estão sendo julgados por terem agredido mulheres, em Pelotas.

Para a elaboração da pesquisa foi realizada uma conversa prévia com o juiz responsável pelo Juizado da Violência Doméstica da comarca de Pelotas (no final de 2015, tendo sido agendado previamente o dia e a hora com sua assessora), o qual também considerou importante a realização de um trabalho voltado para os agressores, tendo, para tanto, autorizado a realização de entrevistas com os réus, após as audiências para oitiva de seus depoimentos.

Também é realizada para a pesquisa uma análise documental Cellard (2008), tendo em vista que estão sendo examinados os processos judiciais de cada réu para serem verificadas as situações de violência, conforme as denúncias das vítimas que geraram as ações penais.

A metodologia principal empreendida na pesquisa é a História Oral, considerada por Delgado (2003) como uma experiência através da qual se compartilha o registro das lembranças, onde a fala, a escuta e a troca de olhares compõem a dinâmica de um processo único e essencial à vida humana.

Já para Meihy e Holanda (2011), História Oral é um conjunto de procedimentos que se inicia com a elaboração de um projeto (tema, objetivos, justificativa) e que continua com o estabelecimento de um grupo de pessoas a serem entrevistadas. No projeto deve estar previsto o planejamento da condução das gravações com definição de locais, tempo de duração e demais fatores ambientais; transcrição e estabelecimento de textos; conferência do produto escrito; autorização para o uso; arquivamento e, sempre que possível a publicação dos resultados que devem, em primeiro lugar, voltar ao grupo que gerou as entrevistas.

Pode-se afirmar que a História oral é uma metodologia multidisciplinar, visto que atende a vários campos de pesquisas que a utilizam, como a História, o Direito, a Sociologia, a Psicologia, entre outros.

É importante ainda ressaltar que fonte oral é o registro de qualquer recurso que guarda vestígios de manifestações da oralidade humana, como gravações de músicas, conversas sem propósito, enfim, tudo que é gravado e preservado se constitui em documento oral. Entrevista, porém, é o que de fato consideramos História oral, pois pressupõe um diálogo entre pessoas, entrevistado e entrevistador, com o uso de um gravador, sendo uma história do tempo presente, também conhecida como história viva, conforme Pollak (1992).

A História oral se utiliza da memória e estabelece vínculos com a identidade das pessoas entrevistadas, sendo o seu tempo e seu espaço, o “aqui” e o “agora”, e o seu resultado final, um documento. E como envolve, ao menos, duas pessoas, há sempre uma relação de intersubjetividades.

Na pesquisa em curso, é utilizada a História Oral Temática, em vista que os agressores que participam das entrevistas são sujeitos capazes de construir narrativas em relação ao tema da pesquisa, ou seja, a existência de uma agressão. Esse tipo de História Oral, segundo Meihy e Holanda (2011) é sempre de caráter social e tem como foco no projeto ser uma metodologia

que busca informações sobre um determinado tema que deve ficar bem explícito e cujas perguntas durante a entrevista devem ser orientadas para seu esclarecimento por parte do narrador, a fim de tentar evitar que este se disperce falando sobre outros assuntos que não interessam à elucidação do tema.

Em relação ao recorte temporal, o estudo é relacionado à História do Tempo Presente, já que serão analisados processos contemporâneos à realização da pesquisa e também por conta da convivência da pesquisadora, no mesmo período histórico, com os autores das falas produzidas nas entrevistas. Delgado e Ferreira (2013) entendem que o tempo presente refere-se a um passado atual ou em permanente processo de atualização, que está inscrito nas experiências analisadas e que inclui diferentes dimensões, tais como, um processo histórico marcado por experiências ainda vivas, com tensões e repercussões de curto prazo.

A pesquisa teve início em maio de 2016 e está sendo realizada com réus que são atendidos pela Defensoria Pública do Estado[14], tendo em vista que as defensoras (são três mulheres), após tomarem ciência do conteúdo da pesquisa, concordaram que os réus atendidos por elas participassem, sendo necessária tal concordância, pois poderiam se opor a que seus clientes falassem sobre os crimes sobre os quais estão sendo julgados.

Por outro lado, muito embora o perfil sócio econômico dos participantes da pesquisa seja específico em vista de serem pessoas atendidas pela Defensoria Pública do Estado, cabe mencionar que a violência contra mulheres ocorre em todas as camadas sociais, ou seja, ela ocorre de forma difusa na sociedade, não sendo um fenômeno restrito aos mais vulneráveis. Por vulnerável se compreende uma pessoa com trabalho precário e com poucos apoios relacionais Castel (1997).

O procedimento utilizado para a execução da pesquisa no que diz respeito aos réus que foram entrevistados, consistiu em um pouco antes do horário da realização das audiências, conversar com aqueles que esperavam no corredor do fórum, explicando a respeito do estudo e convidando-os a voluntariamente participar da mesma. Foram assistidas as audiências dos réus que concordaram em participar e as narrativas foram construídas em uma sala reservada do

[14] A **Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul** é instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicialmente, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, sendo consideradas vulneráveis todas as pessoas que comprovarem renda familiar mensal igual ou inferior a **três salários mínimos nacionais,** considerando-se os ganhos totais brutos da sua entidade familiar. Disponível em: < http://www.defensoria.rs.def.br/conteudo/18836/apresentacao>. Acessado em julho de 2016.

fórum, tendo as mesmas sido gravadas, mediante o uso de dois gravadores. Utilizou-se um roteiro básico de perguntas, como é próprio da História Oral Temática. Todos os participantes assinaram um Termo de Cessão.

A receptividade dos réus foi expressiva, pois de 20 abordados, 18 foram entrevistados, sendo que os dois que se negaram, alegaram não ter tempo para ficar depois de suas respectivas audiências. Em relação aos que se dispuseram a ser entrevistados, pode-se comentar que eles responderam todas as perguntas e pareciam estar à vontade durante a conversa. Tinha-se a impressão de que foi um momento em que refletiram sobre fatos de suas vidas, como por exemplo, quando falaram sobre as dificuldades da infância (alguns choraram ou era visível que seguravam as lágrimas durante essa parte de suas narrativas), ou sobre o que pensavam sobre relacionamentos.

Esse estranhamento dos réus, ao serem inquiridos a respeito de fatos pessoais, pode ser compreensível através de Pollak, que assim diz:

> O primeiro critério, ao meu ver, é reconhecer que contar a própria vida nada tem de natural. Se você não estiver numa situação social de justificação ou de construção de você próprio, como é o caso de um artista ou de um político, é estranho. Uma pessoa a quem nunca ninguém perguntou quem ela é, de repente ser solicitada a relatar como foi a sua vida, tem muita dificuldade para entender esse súbito interesse. Já é difícil fazê-la falar, quanto mais falar de si (Pollak, 1992, p. 213).

Para Amado (1995) cada ser humano pode ser identificado pelo conjunto de suas memórias, que é justamente o que o separa dos outros, tornando-o único, original em relação a acontecimentos, pessoas, tempos, relações, sentimentos e significados.

Já foram realizadas as 10 entrevistas sobre as quais serão verificadas, nos processos judiciais, as denúncias que foram feitas pelas vítimas, geradoras das ações penais que tramitam contra os réus entrevistados. Posteriormente, os processos também serão utilizados para o acompanhamento das sentenças até decisão final.

A definição dos réus que efetivamente terão suas entrevistas e processos judiciais analisados para a elaboração da dissertação, está sendo realizada levando em conta o conteúdo das narrativas em relação ao tema da pesquisa, já que se percebeu que há entrevistas em que os réus falaram pouco ou que não abordaram, em específico, o tema pesquisado, ao passo que há outros cujas narrativas podem ser melhor aproveitadas enquanto objeto de análise.

O que se pretende a partir da análise das entrevistas é ir além das situações de violência, ou seja, conhecer um pouco mais a respeito desses homens no que diz respeito a infância que tiveram, a convivência com amigos, valores aprendidos nos seus grupos sociais e assim tentar compreender o que eles pensam sobre como são as relações entre homens e mulheres.

Como as ações penais tramitam em segredo de justiça, os réus não podem ser identificados. Será utilizado, portanto, o anonimato e a identificação se dará a partir da atribuição de nomes aleatórios.

É possível comentar, a partir das entrevistas, que os réus têm idade entre 20 a 49 anos. A maioria não tem ensino médio completo e a renda familiar varia entre um e três salários mínimos. Os crimes sob julgamento em relação aos réus entrevistados, variam entre lesões corporais[15], ameaças[16] e crimes contra a liberdade pessoal[17].

Alguns réus possuem antecedentes criminais já tendo sido presos por furtos, arrombamentos, tráfico de drogas. Outros foram presos por terem agredidos suas companheiras.

A maior parte dos réus relatou que aprendeu que o homem deve tomar a frente das decisões de um casal, pois sempre foi assim. Acreditam que tal fato foi aprendido tanto com os pais, quanto na convivência em sociedade, o que demonstra a existência de um campo social mais amplo, no qual são aprendidas e reforçadas essas visões.

Tais falas podem ser pensadas através de Bourdieu (2005), quando diz que a dominação e a opressão de homens sobre mulheres, resultam de uma visão legitimada por práticas

---

[15] Os crimes sobre os quais estão sendo julgados os participantes da pesquisa estão elencados no Código Penal brasileiro (Decreto-Lei nº 2.848/1940, disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm>. Acesso em agosto de 2016.
O ***crime de lesão corporal*** é tipificado no artigo 129, parágrafo nono do Código Penal: **Art. 129. Ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem: Pena - detenção, de três meses a um ano. § 9º Se a lesão for praticada contra ascendente, descendente, irmão, cônjuge ou companheiro, ou com quem conviva ou tenha convivido, ou, ainda, prevalecendo-se o agente das relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade**. **Pena - detenção, de 3 (três) meses a 3 (três) anos** (Redação dada pela Lei nº 11.340, de 2006).

16 O ***crime de ameaça*** é tipificado no artigo 147 do Código Penal: **Art. 147 - Ameaçar alguém, por palavra, escrito ou gesto, ou qualquer outro meio simbólico, de causar-lhe mal injusto e grave. Pena - detenção, de um a seis meses, ou multa.** Combina-se o referido artigo, com o artigo 61, inciso II, letra f, do mesmo diploma legal: **Art. 61 - São circunstâncias que sempre agravam a pena, quando não constituem ou qualificam o crime: II - ter o agente cometido o crime: f) com abuso de autoridade ou prevalecendo-se de relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade, ou com violência contra a mulher na forma da lei específica;** (Redação dada pela Lei nº 11.340, de 2006).

17 **O *crime contra liberdade pessoal*** é tipificado no artigo 148, parágrafo primeiro, inciso I, do Código Penal: **Art. 148 - Privar alguém de sua liberdade, mediante sequestro ou cárcere privado: Pena - reclusão, de um a três anos. § 1º - A pena é de reclusão, de dois a cinco anos: I – se a vítima é ascendente, descendente, cônjuge ou companheiro do agente ou maior de 60 (sessenta) anos.**

incorporadas e reproduzidas pela sociedade, que conferem aos homens a melhor parte. Há réus que acreditam que justamente por serem homens, devem ter o controle da relação e usar da violência, em situações que julgam pertinentes.

Alguns entrevistados também passaram por situações de violência em suas relações sociais, já tendo se envolvido em brigas e apresentam em seus corpos marcas de tiros e facadas.

Há relatos de réus que conviveram com um pai violento e podem pensar que é natural reproduzir relações que experimentaram. Nessa perspectiva, agressores admitiram que gostariam que as mulheres continuassem sendo submissas, ao relembrarem que viveram dessa forma em suas famílias de origem, bem como porque aprenderam que assim era antigamente, portanto, tinham intenção que tudo continuasse dessa forma.

O uso de drogas (ilícita) e de álcool também fez parte de contextos de violência, conforme foi comentado por alguns réus. Essas circunstâncias podem ser consideradas um fator de risco, pois uma pessoa sob o efeito de substâncias químicas pode potencializar uma situação que, provavelmente, poderia ter sido resolvida de forma mais pacífica, se as substâncias químicas não estivessem sendo usadas.

A depressão que também acomete alguns réus é um problema de saúde mental, que pode ter o efeito semelhante de intensificação de uma determinada situação ao ponto da pessoa perder o controle e ser capaz de gerar atos violentos, os quais, talvez, não fossem cometidos por uma pessoa mais equilibrada emocionalmente.

Também aconteceram alegações de que eram as mulheres que provocavam as situações que acabavam em violência e que os réus apenas se defendiam, o que pode ser pensado através da construção de relações beligerantes, pautadas na agressão física. Por outro lado, também se pode pensar tais situações como uma desculpa utilizada por homens que querem culpabilizar as mulheres pela agressão por eles cometida, pois levando-se em conta a compleição física de um e de outro, geralmente o homem ao desferir um tapa, um soco ou chute, tem consciência de sua força física superior e de que pode causar lesões mais graves, o que poderia ser evitado por alguém que apenas queria se defender.

Em outra perspectiva, pode se pensar que como há homens (alguns réus) que gostariam que seus privilégios fossem mantidos, a mudança ocorrida na vida das mulheres no sentido de terem mais liberdade e decidir sobre suas vidas, pode ser um problema para eles, e inclusive ser também uma das causas geradoras de casos de violência.

Desta forma, como há homens que assumem, expressamente, que ainda tentam vivenciar em suas relações os pressupostos da hegemonia masculina, tal como foi construída socialmente há séculos atrás, e que aprenderam essa visão no meio social, se pode concluir que, estrategicamente, a fim de se tentar diminuir os casos de violência contra mulheres, deveria haver por parte do poder público mais investimentos em educação, principalmente desde a infância, no sentido de se descontruir os estereótipos de gênero ainda vigentes, visando, assim, a construção de novos relacionamentos baseados na solidariedade.

No enfrentamento tão necessário à violência masculina, outro procedimento que pode ser usado é fazer com que os réus participem de programas de tratamento na tentativa de modificarem seus modos de pensar e de agir. Na realidade, essa política de tratamento já existe e é prevista em lei, mas não é largamente utilizada, permitindo que o problema da violência de gênero não seja encarado de frente como uma política pública que deva ser implementada urgentemente.

Referências bibliográficas

AMADO, J. O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em História Oral. **História**, São Paulo, v. 14, p. 125-136, 1995.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CASTEL, R. A dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade à "desfiliação". **CADERNO CRH**, Salvador, n 26/27, p. 19-40, jan/dez. 1997.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008. P. 295-316.

CORBIN, A; COURTINE, J-J; VIGARELLO, G. **História da virilidade**. 2. O triunfo da virilidade: o século XIX. Petrópolis: Vozes, 2013.

CORTÊS, G. **Violência doméstica contra mulheres: Centro de referência da mulher – Araraquara**. Tese de Doutorado. Universidade Estadual Paulista, 2008. Disponível em: http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/106298/cortes_gr_dr_arafcl.pdf?sequence=1>. Acessado em agosto de 2016.

DELGADO, L.A.N. História oral e narrativa: tempo, memória e identidades. **Revista História oral**, São Paulo, s/v, n. 6, p. 9-25, 2003.

DELGADO, L.A.N; FERREIRA, M.M. História do tempo presente e ensino de História**. Revista História Hoje**, Florianópolis, v. 2, n. 4, p. 19-34, 2013.

MEIHY, J.C.S.B; HOLANDA, F. **História oral: como fazer, como pensar.** São Paulo: Contexto, 2011.

MOTA, R. **História Oral de adolescentes grávidas em situação de violência doméstica**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia", 2012. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/11161/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o_Enf_Rosana%20Mota.pdf>. Acessado em março de 2016.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

RAMOS, M. E. **Histórias de "mulheres": a violência vivenciada singularmente e a lei 11.340 como possível recurso jurídico**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/94142/279953.pdf?sequence=1>. Acessado em agosto de 2016.

RODRIGUES, A. **Quotidiano de mulheres que vivenciam a violência doméstica: contribuições para um cuidar sensível na enfermagem e saúde**. Tese de Doutorado. Universidade Federal da Bahia. 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/18911/1/Tese_Enf_%20Adriana%20Diniz%20Rodrigues.pdf>. Acessado em agosto de 2016.

SAFFIOTI, H.I.B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

_____. **Gênero, Patriarcado, Violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

IMIGRAÇÃO QUALIFICADA: UM ESTUDO DE CASO

Fernanda Trentini Ambiedo[18]

Introdução

A imigração qualificada está interligada com os fatores da imigração urbana, dos quais cidades brasileiras acabam disponibilizando um cenário próprio para esta tipologia de imigração. Ainda mais por se tratar de cidades que foram os principais focos de vindas de imigrantes italianos durante o século XX, como São Paulo, Rio de Janeiro, Vitória e Porto Alegre. A partir de um estudo de caso, proposto durante os meus estudos sobre imigração na cidade de Porto Alegre, pode-se analisar alguns questionamentos referentes às relações da fonte oral como principal meio de pesquisa e assim procurar analisar algumas questões pertinentes sobre os estratos distintivos dentro da cidade, entre o migrante e o brasileiro, entre elas vale ressaltar, as redes de sociabilidades, a imigração qualificada e a atração que leva estes imigrantes a chegar nas grandes capitais. Tendo em vista analisar as poucas pesquisas referentes à imigração em grandes centros urbanos, proponho uma análise de um dos principais autores, como Núncia Santoro de Constantino, que trabalhou e pesquisou a imigração qualificada em contexto de cidades brasileiras. Em um segundo momento, proponho a reflexão já sugerida sobre as condições da imigração qualificada em contrapartida do estudo de caso trabalhado como principal pesquisa de meu mestrado.

Imigração Qualificada no Brasil

Apesar das pesquisas já realizadas, referente aos movimentos migratórios do século XX, encontramos ao pesquisar o aspecto fundamental um grande espaço em formação referente à imigração qualificada em cidades brasileiras, mais especificamente referente a uma migração qualificada do qual caracterizou grande parte das migrações feitas durante o século XX, em relevância no período pós-guerra de 1945. A partir disso, proponho num primeiro momento analisar os principais autores que recorrem, e muitas vezes se propõe analisar fatores responsáveis pela imigração qualificada.

[18] Programa de Pós Graduação de História – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul / Mestranda / Bolsista Capes / fernanda.ambiedo@acad.pucrs.br

[2] Tendo em vista as diversas vertentes de pesquisa, procurei a partir do autor Mauro Augusto dos Santos (2010) a definição de que nenhuma teoria sozinha é capaz de definir todos os aspectos do fenômeno das migrações.

Tendo em vista os principais movimentos no chamado fenômeno[19] imigratório é fundamental se entender como se deu esse aspecto da imigração qualificada no Brasil, mais especificamente na região Sul brasileira. A procura pelo "Eldorado" como Olívio Manfroi ressalta, é um movimento caracterizado após a unificação italiana que por questão de uma dependência econômica e política se criou a esperança entre a sua população mais pobre em que haveria um novo destino, um local em que se pudesse viver bem e sem preocupações, e essas ideias acabavam por caracterizar as histórias sobre o Brasil e assim atraiu diversos imigrantes, num primeiro momento migratório (MANFROI, 2001, p. 44). Também referente aos motivos que levaram a imigração italiana para o Brasil, podemos citar o historiador Angelo Trento que em seu clássico estudo sobre imigração, *Do outro lado do Atlântico*, reserva um capítulo para analisar os fatores de migração para o Sul do país do qual ele acaba por considerar um dos locais mais privilegiados no Brasil.

> O sul do Brasil - Paraná, Santa Catarina e, sobretudo, Rio Grande do Sul - representou a saída privilegiada, se não a única, para a primeira imigração italiana, até o grande êxodo em massa iniciado em 1887. As motivações desse destino diziam respeito tanto ao país receptor quanto ao de procedência, e estavam de algum modo estreitamente ligado entre si. De fato, o governo imperial brasileiro sentia a necessidade de povoar o imenso território, ainda em grande parte virgem, em particular as províncias do Sul, não só para incrementar a renda nacional, mas por razões de caráter político militar, pois se tratava de áreas de fronteira e, portanto, sujeitas a influências e pressões de países limítrofes, como Uruguai e Argentina. (TRENTO, 1988 p. 77.).

A imigração qualificada no estudo de caso que trabalhamos tem como foco à construção do que chamamos de transnacionalismo cultural, este é definido pela antropologia como o processo em que o migrante constrói um campo social em que liga seu país de origem com aquele de chegada (AMBROSINI, 2009, p.7). A partir do estudo de caso proposto, é necessário perceber que existem aspectos que fundamentam a existência de uma espécie de a migração interna do cone sul pela família Pappalardo, em que tanto em Buenos Aires como em Porto Alegre existiram, ambas as cidades apresentavam condições de progresso.

A Imigração qualificada, mais especificamente estudos feitos sobre o Rio Grande do Sul, podemos citar a historiadora Núncia Santoro de Constantino que em sua tese de doutorado propôs analisar o questionamento sobre as relações criadas dentro da sociedade Porto-Alegrense e os imigrantes italianos, os quais tiveram um grande papel de influência, assim também quando relacionados a comércios vinculados à distribuição e fabricação de alimentos.

Conforme assinala Núncia Constantino (1991), quando trata em sua tese de doutorado a participação constante italiana em "*açougues, confeitarias e sorveterias*".

A partir de Constantino, em seus diversos escritos, é possível analisar a funcionalidade da sociedade urbana junto aos seus imigrantes, que muitas vezes foram fundamentais para o crescimento das principais cidades brasileiras. Mesmo ao analisar Moraneses, a historiadora acaba por apresentar características presentes em imigrantes italianos provenientes de outras regiões italianas, como a seguir em que ela analisa as principais formas de trabalho estabelecidas por Moraneses:

> Considerando a efetiva presença de moraneses em Porto Alegre e considerando as ocupações ou condições declaradas para imigrantes no Brasil em geral, pode-se concluir que, ao lado de uma maioria de agricultores, Porto Alegre recebeu imigrantes capacitados em Morano Calabro para exercerem profissões como alfaiates, pedreiros e sapateiros. Agricultores moraneses aparecem, em pequeno número, como proprietários de chácaras nos arrabaldes de Porto Alegre, a maioria transforma-se em comerciantes ou artífices na mesma cidade. Carreteiros, pastores e tropeiros no 'paese', pelo óbvio, não podem exercer tais ocupações na capital do Rio Grande do Sul, tornam-se pequenos comerciantes, como também acontece com proprietários de terras em Morano. (CONSTANTINO, 1991, p. 187).

Em outro momento, a historiadora acaba por analisar a partir de uma leitura a questão de Porto Alegre ter tido um grande fluxo imigratório durante os primeiros séculos do século XX.

> Porto Alegre, geograficamente implantada no estuário do Guaíba, tornara-se também estuário econômico e cultural. Diz Medeiros que, entre 1910 e 1930, 'esta cidade foi marcada pela confluência cultural'. (CONSTANTINO, 1991, p. 91).

Estudo de Caso

Com o intuito de resgatar a memória e recuperar as relações do empreendedorismo dentro dos núcleos familiares de imigrantes italianos, há a análise de um pastifício da família Papalardo. Este se trata de imigrantes provenientes da região meridional italiana da Sicília, em que tiveram uma breve passagem por Buenos Aires antes de se estabelecer definitivamente em Porto Alegre em 1925. Este estudo de caso representa uma tipologia de imigração, frequente entre os italianos, que optaram por melhores oportunidades. A opção por se inserir em um setor industrial alimentício graças à própria experiência profissional já exercida na pátria de origem. Portanto, a imigração qualificada que continua valorizando os métodos e as tradições italianas, se beneficiando de ligações diretas com os lugares de proveniência. A partir do conhecimento

do acervo privado de José Pappalardo, disponibilizado por sua filha, que contém diversos documentos como alvarás de funcionamento, livros caixas e registro de funcionários durante cerca de 34 anos de funcionamento da empresa. Com o conhecimento desta documentação buscou-se fazer uma entrevista com Maria Graça Pappalardo, cuja memória ajudou a descrever momentos das reformas feitas na fábrica, da preocupação que seu pai tinha no preparo da massa, e no respeito dos métodos tradicionais que valorizavam a comercialização do produto.

Estes trechos da entrevista feita em outubro de 2015, apesar de não ter sido vivido por Maria Graça, é considerado, conforme o texto de Michael Pollak um "fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase herdada." (POLLAK, 1992, p. 201). Como retrata Maria Graça, o ofício tanto da massa como de músico de seu pai foi aprendido graças a tradições familiares,

> "Lá na Itália ele já tocava clarinete na banda do padre, e com esse tio avô eles buscavam o trigo que eles mesmos moíam pra fazer a massa, que era massa escura em que o trigo não é beneficiado, e então a paixão era a música e fazer a massa, e cozinhar a massa, e chamar os amigos para comer as massas. "[20]

A identidade cultural ligada à gastronomia é apresentada como parte de uma memória coletiva representativa de um grupo que se identifica por traços culturais comuns. Os italianos, em particular, aproveitaram a riqueza e variedade culinária para defender e ao mesmo tempo promover o próprio modelo gastronômico nos países onde se inseriram. A culinária, em alguns casos, se tornou uma referência simbólica de grande impacto na representação desse grupo migratório.

A gastronomia tornou-se parte de uma dimensão cultural, que apesar de mutável, não perde as conexões com o grupo social de origem. A imigração italiana passou a representar uma espécie de alicerce para que a gastronomia se tornasse um importante fator identitário, que caracteriza o "ser imigrante", neste caso o "ser italiano" (PECCINI, 2011).

Conforme a análise anterior, a partir da leitura de Núncia Constantino, vemos que as questões do funcionamento e inserção de imigrantes em ramos alimentícios nas grandes cidades brasileiras se confirma, também temos a análise das relações de sociabilidade nas grandes cidades que foram fundamentais para criar estas redes.

[20] Entrevista concedida por Maria Graça Pappalardo em 05 de outubro de 2015 para Fernanda Trentini Ambiedo.

Considerações Finais

Podemos concluir a partir deste breve estudo algumas características dentro da imigração qualificada em cidades brasileiras, mais especificamente em Porto Alegre. A partir das pesquisas feitas por grandes historiadores da imigração como Olívio Manfroi, Núncia Constantino e Angelo Trento, a superficialidade ainda vigente em pesquisas envolvendo o urbano ao falar de migrações. A maioria das pesquisas ainda se voltam por analisar e verificar as constituições de "colônias" imigratórias brasileiras.

Outro aspecto fundamental para o entendimento do funcionamento das correntes migratórias para as cidades é, principalmente, a busca de novas oportunidades para trabalho, sobretudo para aqueles imigrantes que chegam às cidades com uma especialização, uma imigração qualificada. Como no caso do estudo de caso aqui apresentado.

Por fim, deixo em aberto às respostas e perspectivas sobre imigração qualificada aqui analisada para futuros trabalhos. A pesquisa ainda está em andamento, sem resultados conclusivos, até no momento.

Referências Bibliográficas

ALVIM, Zuleika M. F. **Brava Gente! Os italianos em São Paulo.** 2º Edição. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BRUM, Rosemary Fritsch. **Uma Cidade que se conta: Imigrantes italianos e narrativas no espaço social da cidade de Porto Alegre (1920 – 1937).** 2003. 408 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003

CONEDERA, Leonardo de O. **A Imigração Italiana no Pós-Guerra em Porto Alegre: Memórias, narrativas, identidades de sicilianos (1946 – 1976).** 2012. 155 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de**. O italiano da esquina: meridionais na sociedade porto – alegrense e permanência da identidade entre moraneses.** Porto Alegre: EST, 2007.

DE RUGGIERO, Antonio. "Os italianos nos contextos urbanos do Rio Grande do Sul: Perspectivas de pesquisa". In: VENDRAME, Maíra Ines; KARBURG, Alexandre; WEBER,

Beatriz; FARINATTI, Luis Augusto. **Micro-história, trajetórias e imigração.** São Leopoldo: Oikos, 2015.

MANFROI, Olivio. **A colonização italiana no Rio Grande do Sul: Implicações Econômicas, Políticas e Culturais.** Porto Alegre: EST, 2001.

PECCINI, Rosana. **A invenção da galeteria: O galeto *al primo canto* e o patrimônio cultural de Caxias do Sul**. Caxias do Sul: EDUCS, 2011.

POSSAMAI, Ana Maria De Paris; PECCINI, Rosana (Org). **Turismo, História e Gastronomia: uma viagem pelos sabores**. Caxias do Sul: EDUCS, 2011.

TRENTO, Angelo**. Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil.** São Paulo: Nobel, 1989.

O SENHOR ARI: UMA PEQUENA BIOGRAFIA DO FUNDADOR DO BLOCO DA BICHARADA

Gisele Dutra Quevedo[21]

Juliane Conceição Primon Serres[22]

Para escrever esta pequena biografia do senhor Ari Fabião Valente buscamos compreender o que deve ser priorizado quando escrevemos sobre uma vida e como deve ser a relação entre biógrafo e biografado, nesse caso, os seus descendentes, para isso analisamos e discutimos com autores que estudam o tema.

Após a leitura de alguns textos sobre o assunto, percebemos que o primeiro ponto que deve ser priorizado é a ética, que segundo Schmidt (2014) deve pautar as relações entre biógrafo e biografados (ou seus representantes):

> Éticas são sempre encarnadas em relações humanas, dizem respeito a maneiras de viver em sociedade. No caso das biografias históricas, aquelas que buscam falar algo da vida real de determinados personagens concretos (e aqui não vou entrar nas controvérsias suscitadas pelos termos "real" e "concreto"), parece-me adequado começar pela ética que, acredito, deve pautar as relações entre biógrafos e biografados (ou seus representantes). (SCHMIDT, 2014, p. 137)

Ainda de acordo com Schmidt (2014) é preciso compreender o sentido histórico da vida que se estuda, o autor salienta que historiadores profissionais não visam revelar detalhes antes desconhecidos mas sim compreender historicamente o percurso dos personagens.

> [...] é importante termos claro que as biografias praticadas por historiadores profissionais não visam a fazer vir à tona segredos antes escondidos, mas sim compreender historicamente os percursos de certos personagens, de modo a entender, por exemplo, o funcionamento de determinados mecanismos sociais e sistemas normativos, a pluralidade existente em grupos e instituições vistas normalmente como homogêneas, a construção discursiva e não-discursiva dos indivíduos, as margens de liberdade disponíveis às pessoas em diferentes épocas históricas, entre outras questões.(SCHMIDT, 2014, p. 140)

O segundo ponto que avaliamos foi sobre a ilusão biográfica a partir de Pierre Bourdieu (1996), que nos traz a ideia de que uma história de vida não pode ser reconstituída como um caminho coerente e linear. De acordo com Bourdieu (1996, p. 185): "produzir uma história de vida, tratar a vida como uma história, isto é, como o relato coerente de uma sequência

[21] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da UFPel. E-mail: gisele.quevedo.ppgmspc@gmail.com

[22] Professora Adjunta da Universidade Federal de Pelotas - UFPel. Professora do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural – UFPel. E-mail: julianeserres@gmail.com

de acontecimentos, com significado e direção, talvez seja conformar-se com uma ilusão retórica".

Nesse sentido, Sabina Loriga (2011) afirma que pelo fato do historiador conhecer a trajetória do biografado pode incorrer na armadilha da "ilusão biográfica". "Em suma, a história não é uma sequência coerente e contínua de acontecimentos conectados entre si (...)" (LORIGA, 2011, p. 67).

O terceiro ponto que julgamos importante, na visão de Sabina Loriga (2009) relaciona-se ao fato da autora considerar as entrevistas, e os depoimentos como importantes fontes de pesquisa. Nas palavras da autora: Logo, "[...] a ideia de que um documento técnico tenha mais valor do que a memória de milhões de sobreviventes contém algo de intolerável (...)" (LORIGA, 2009, p. 25).

É importante destacar que o acesso que tivemos ao senhor Ari se deu por depoimentos de outros, são visões de seus contemporâneos e de outras gerações sobre ele. A o total foram 7 entrevistados, entre eles pessoas muito próximas que foram contemporâneas ao senhor Ari, como a esposa **Otália,** o filho **João de Deus**, o vizinho (que passava grande parte dos seus dias ao lado do senhor Ari) **Paulo Cardoso**, o senhor **Valdo Garcia** (que acompanhou a festa da Bicharada desde o início, fazendo parte do grupo de músicos que animava a festa), **Angélica Panatieri** que convivia com o senhor Ari em sua infância e ainda tem presente em sua memória elementos de uma lembrança olfativa em relação a ele. E aquelas pessoas que não são contemporâneas ao senhor Ari mas que tiveram acesso as suas memórias através de antepassados (pais ou avós que contavam as histórias do senhor Ari), é o caso das funcionárias da Secretária de Cultura do Munícipio de Piratini, que atualmente organizam a festa da Bicharada Franciele Domingues e Silvia Garcia.

Ari Fabião Valente nasceu em Piratini / RS, em 24 de outubro de 1914. Filho de João de Deus Dias Valente e Anacleta Belarmina Fabião, era descendente de uma tradicional família de Piratini. Ressalte-se que dentre os 15 bens tombados pelo IPHAE no centro histórico da cidade, quatro pertenceram a família Fabião, tal como o comércio "Fabião e Irmãos", um dos mais importantes estabelecimentos da região. Seu bisavô, o comendador José Moreira Fabião foi um influente político e comerciante da região. A casa que Ari Fabião Valente herdou de seus antepassados e onde viveu sua vida, foi construída em torno de 1821 para ser depósito da firma Fabião e Irmãos, por volta de 1903, funcionou nela o estabelecimento comercial da Antiga Farmácia Caridade e no final do século XIX e início do século XX para apresentações artísticas de companhias de teatro itinerante. Provavelmente Ari herdou de sua família o amor

a “cultura’, além de bens materiais. Embora Bourdieu (1996) tenha nos alertado sobre os riscos da ilusão bibliográfica, o fato é que, apesar dessa advertência, buscamos as rupturas, crises e incoerências na vida do biografado.

De acordo com os relatos dos entrevistados, o senhor Ari teve várias profissões, sendo a mais importante a de pintor, no entanto, ele também trabalhava como corretor, vendia terrenos e também todo tipo de objetos que as pessoas levavam para ele vender. Ele também aplicava injeções e fazia curativos.

Era casado com Otália Carvalho Bueno, com quem teve dois filhos João de Deus Bueno Valente e Nei Bueno Valente. Conforme depoimento do senhor Paulo Cardoso, que era vizinho e cresceu ao lado do *tio Ari*, como costuma chama-lo:

> Na realidade, o estádio do Guarani o nome dele é Nei Fabião Valente, era um irmão do tio Ari e aquela rua lado da Ponche Verde é João de Deus Valente, então o tio Ari colocou o nome dos dois filhos, com o nome dos irmãos, Nei Valente e João de Deus Valente.[23]

O filho primogênito do senhor Ari, João de Deus Bueno Valente nasceu em 21/02/1965 e o irmão Nei Bueno Valente nasceu em 1966. João de Deus destaca que o pai criou essa festa para alegrar a comunidade piratiniense e que percorria toda a cidade, inclusive o bairro Cancelão[24]:

> [...] o pai andava por tudo que era lugar em Piratini, e depois subia todo mundo no caminhão e iam pro Cancelão lá pro pai agradar os que moravam no Cancelão. [...] o pai dizia assim temos que ir pro Cancelão, eu e meu irmão Bolinha sempre ouvia ele dizer temos que ir pro Cancelão pra agradar o povo de lá do Cancelão.[25]

Na Figura 01, em uma fotografia em preto e branco, que não sabemos precisar a data observamos no primeiro plano a senhora Otália (esposa do senhor Ari), provavelmente com o filho primogênito e outra criança, provavelmente vizinha, e no segundo plano a casa onde residiam.

[23]Paulo Crespo Cardoso. Entrevista concedida a autora em 24/06/2016. Piratini – RS
[24]O bairro Cancelão é um bairro afastado do centro da cidade em torno de 10 Km e com uma comunidade com menor poder aquisitivo.
[25]João de Deus Bueno Valente. Entrevista concedida a autora em 07/08/2016. Piratini - RS

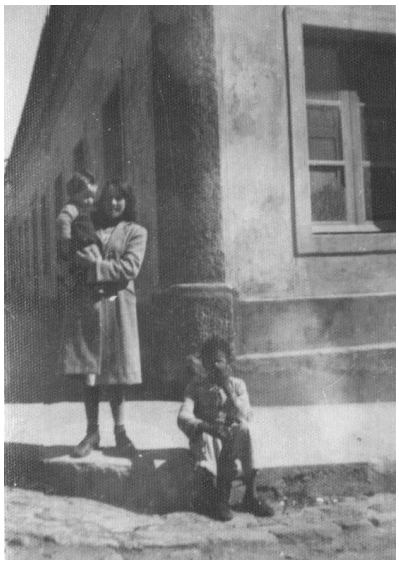


Figura 01 Esposa e filho do Seu Ari.
Fonte: Paulo Cardoso

Figura 02 Dona Otália e o filho João de Deus Valente[26]
Fonte: Foto da autora

Na Figura 03, apresentamos duas fotografias, a primeira é uma foto panorâmica em preto e branco que foi feita, provavelmente, da torre da Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição, nela podemos ver a casa onde o seu Ari residiu com sua família, bem como a praça, quando ainda possuía um muro ao seu redor, e as casas do entorno. É uma fotografia do período que o senhor Ari residia ali e a segunda fotografia é atual, ambas foram colocadas lado a lado, propositalmente, para analisarmos as mudanças que ocorreram no local nestes dois períodos.

[26] Na Figura 9, a fotografia realizada pela autora no dia da entrevista e quando a senhora Otália e o filho João de Deus autorizaram a publicação da pesquisa e disseram que ficam muito felizes que o seu Ari não seja esquecido e que a festa criou e tanto gostava tenha sua história preservada.

Figura 03 Casa que viveu o senhor Ari.
Fonte: Paulo Cardoso e Mara Tunes

O senhor Ari, conforme os depoimentos de Paulo Cardoso e Angélica Panatieri, era uma pessoa carismática, conhecido por todos, e também extremamente brincalhão, levava a vida da melhor forma possível, sempre brincando e rodeado de amigos. Destacava-se, segundo os entrevistados, pelo amor e dedicação a organização da festa da Bicharada, pelo gosto em colecionar coisas antigas, pelas caçadas e pescarias. Na sequência, trecho da entrevista de Paulo Cardoso e fotografias de diversos momentos do senhor Ari.

> Mas era um santo, era uma pessoa que nunca fez mal para ninguém e nem sabia fazer mal. Era bom demais, era brincalhão, parecia uma criança grande, na realidade ele parecia uma criança, sempre rindo. Ele tinha fumo em rama, fumo em rama e eu ia pra lá para fumar com ele [risos], os pais da gente não deixavam a gente fumar. Fumo em rama, cortava e [mostra como fazia], mas ele não sabia fumar, ele não tragava, mais era mais um brinquedo, tava sempre com o cigarro nos beiços, um cigarro molhado, adorava um cigarro em palha. Sabe o que é fumo em rama? Fumo em rama é uma corda, é uma corda, um rolo, um troço enrolado, uma corda preta melosa por fora, era coisa mais boa! [Risos] Aquilo tirava dava uma descascada naquele melado preto por fora e cortava com canivete, me lembro do canivete que cortava. E tu te levantava da cadeira e quando sentava de novo tinha uma pedrinha na cadeira. Dava risada, [Risos] gostava de fazer uma sacanagem para um. E quando ia sair para as pescarias e as caçadas ele ia colocando as coisas em cima do caminhão e os outros iam tirando e colocando de novo para dentro de casa. Todo mundo gostava dele, todo mundo conhecia ele, não tinha quem não conhecesse o tio Ari.[27]

Angélica Panatieri também lembra do senhor Ari dessa forma, como uma pessoa atenciosa com todos e que gostava muito de fumar, nas palavras de Angélica Panatieri:

> A respeito do seu Ari eu o conheci, eu conheci ele na Bicharada mas, também prestava serviços na comunidade, na minha casa eu lembro dele colocando os vidros em casa, e ele fazia, conversava muito com as crianças e eu lembro de sentar do lado dele enquanto ele preparava o cigarro, então pegava um rolo de fumo, cortava e depois sovava, sovava a palha e fazia o cigarrinho dele e fumava e fumava muito. [Risos]

[27]Paulo Crespo Cardoso. Entrevista concedida a autora em 24/06/2016. Piratini – RS

> [...] eu lembro do cheiro dele, ele tinha o cheiro do cigarro e o cigarro de palha, tem algumas coisas que de vez em quando eu sinto esse cheiro eu lembro dele, remete esse cheiro a ele. O seu Ari era uma pessoa que tinha, que tem imagem e tem cheiro na minha memória.[28]

A memória sentida através de cheiros foi apresentada por Joel Candau (2014)[29], o autor afirma que os odores têm um poder muito forte de evocação e esse poder de evocação estabelece uma estreita associação entre lembrança olfativa e o sistema límbico, que é a região do cérebro que gera e controla as emoções, por isso os odores tornam-se sociostransmissores em potencial.

Na Figura 04, uma fotografia em preto e banco, observamos o senhor Ari com amigos, filhos e uma bicicleta antiga, que fazia parte dos objetos que colecionava. Nessa fotografia ele estava com o fumo em rama na boca, um dos elementos que marcou a memória de pessoas que conviveram com ele. O "cheiro do fumo", que se associava à figura de Ari, constitui uma memória olfativa e igualmente afetiva, presente em alguns grupos.

Figura 04 Senhor Ari com amigos.
Fonte: Paulo Cardoso

Na Figura 05, uma fotografia em preto e branco, em primeiro plano observamos o senhor Ari, de terno escuro, sentado ao lado do amigo João de Deus Citrine Pereira. No segundo plano ressaltamos o muro que cercava a praça da Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição naquele período e que hoje faz parte dos muros do Instituto Estadual de Educação Ponche Verde.

A grande incidência de imagens fotográficas sobre Seu Ari, em diversas situações sociais, deve-se, em parte, ao fato de ser ele próprio proprietário de uma câmera

[28] Angélica Barroso Panatieri. Entrevista concedida a autora em 18/07/2016. Piratini – RS
[29], Apresentada em entrevista concedida ao Museu das Coisas Banais, disponível no site: https://www.youtube.com/watch?v=MNb7xM60HEM

fotográfica, o que, neste período de anos 1950-60, o distinguia na cidade. Além disso era uma figura pública circulando em diferentes meios sociais.

Figura 05 Senhor Ari e o amigo João de Deus Citrine Pereira.
Fonte: Paulo Cardoso

Na Figura 06, imagem em preto e branco, observamos o senhor Ari já com mais idade em mais um momento de diversão, em um dia de caçada. Na fotografia ele está rodeado por crianças e isso nos faz lembrar as palavras de Angélica Panatieri:

> [...] ele dava atenção para as pessoas, eu era criança e eu lembro dele conversar comigo, ficar ali trabalhando e eu perguntando como é que fazia e ele me dava massinha para brincar então era uma pessoa que dava atenção para as outras pessoas, esse era o seu Ari e no Carnaval mesmo na Bicharada eu não lembro muito da figura dele, mas a gente sabia que era do seu Ari. A minha memória de infância era o boi e o urso porque eu morria de medo.[30]

Figura 06 Senhor Ari e amigos em dia de caçada.
Fonte: Paulo Cardoso

As pessoas que conviveram com o 'Seu Ari", como era conhecido, o descrevem como uma pessoa humilde e extremamente humano, que não tinha hora para sair de casa para

[30]Angélica Barroso Panatieri. Entrevista concedida a autora em 18/07/2016. Piratini – RS

ajudar aqueles que necessitavam, naquela época era incomum médicos e enfermeiros, por isso era comum solicitarem a ajuda do "Seu Ari" que, de acordo com relatos orais, tinha conhecimentos na área de farmácia e aplicava injeções, não cobrando e não aceitando pagamento pelos serviços prestados. Ajudar ao próximo era um de seus lemas, por isso quando mais tarde fundou o Bloco Carnavalesco da Boa Vontade era com imensa alegria que a comunidade colaborava para que pudesse confeccionar os Bichos.

Segundo Silvia Garcia e Franciele Domingues, funcionárias da Secretaria de Cultura e Turismo de Piratini, o senhor Ari mantinha através da Bicharada um projeto social de inclusão social de toda a sociedade piratiniense. Conforme as palavras das entrevistadas:

> Na verdade eu não conheci o seu Ari, na verdade o meu pai conheceu, o meu avô e assim eu imagino que essa iniciativa dele como eu já falei anteriormente foi uma maneira de inclusão social de toda a sociedade participar do evento na rua. Eu ouvi falar muitas coisas boas sobre ele, o meu avô falava que ele era uma pessoa muito criativa e inteligente, era tipo um conselheiro, ele começava a trabalhar com os grupos, ele levava os guris para a montagem dos bichos, adolescentes, trabalhava com eles, era uma maneira deles participar, né? Da Bicharada, eu sempre soube que ele era uma pessoa muito caridosa e inteligente. Na maneira dele, ele ajudava a todos. Na verdade o Bloco levou o nome de Boa Vontade pois ele só existia da "boa vontade" das pessoas, ele vivia de doações, né? De doações de serviços, de doação financeira, ele se mantinha disso, então por isso que surgiu o nome Boa Vontade.[31]

> [...] principalmente no período de Carnaval se lembra muito dele, porque dizem que meses antes da data do Carnaval ele já se empenhava para organizar né? Para arrumar os bichos, renová-los e criar novos bichos para a Bicharada e fala-se muito que ele era uma pessoa humilde mas que se empenhava ao máximo para ser filantropo, tanto que a própria Bicharada ela é um movimento ligado a filantropia que recebe doações, como a colega falou, então a gente sabe isso dele, que era uma pessoa muito empenhada em fazer acontecer e se empenhava, acho que, acredito que queria ver também a nova geração bem encaminhada, tanto que era preciso que esses alunos tivessem boas notas na escola para poder participar da Bicharada.[32]

Em seu depoimento o senhor Valdo Garcia relembra como senhor Ari iniciou a festa e como ele coordenava a Bicharada:

> Ele iniciou a Bicharada em 1946, existia um boi só e um urso, e o resto era os mascarados, era tudo mascarado e era feito uns bonecos, a minha tia fazia uns bonecos, confeccionava uns bonecos, bonecão e andavam na rua e o mais eram os mascarados e um boi, e essa cabeça de boi era emprestada pela dona Fifi, terminava a Bicharada o Ari tirava a cabeça do boi e entregava para a dona Fifi. E quem conduzia, quem guiava o boi era o Dinarte, irmão do Daqui, era quem manobrava com o boi, então tinha uma "guiada" e o boi tinha um descanso e quando o boi ia levantar ele tinha uma música: **"Levanta-te boi deste frio chão, a viagem é longa vamos para o Sertão"** ...Tinha a "muínha", tinha o urso, a finalidade do urso era para tirar dinheiro, era para tirar dinheiro, era um mascarado vestido com a máscara e todo forrado de barba de pau, era o tema do urso, então o urso vivia numa corda e quem mandava no urso que era preso numa corda era um velho sapateiro que tinha

[31]Silvia Valéria Furtado Garcia. Entrevista concedida a autora em 23/02/2016. Piratini – RS
[32]Franciele dos Santos Domingues. Entrevista concedida a autora em 23/02/2016. Piratini – RS

> aqui o Seu Pedro Stett, e arrecadava muito dinheiro, era um cofre daqueles antigos que tinha que colocar a moeda na língua do urso e arrecadava muito dinheiro. (Grifo nosso)

> [...] então o Ari saia a pedir tecido nas lojas para fazer os bichos, levava para a tia Biqueta confeccionar as bonecas, e quase todos os anos tinha que reformar, mas depois no decorrer dos anos começou vir a girafa, era uma girafa grande do tamanho de uma girafa mesmo, tinha um carneiro, tinha um galo e diversas bonecas e então o Ari caminhava e olhava para traz e olhava para as bonecas e tinha uma que era vesga e então ele olhava para traz e dizia "mas essa Quequeta é de morte", ele era muito engraçado e ele conduzia tudo por apito, ele apitava para parar e o boi descansar[33].

Observamos no depoimento do senhor Valdo Garcia, que era contemporâneo do senhor Ari, que a festa da Bicharada era um grande divertimento para o senhor Ari e era ele quem coordenava toda a festa, desde os preparativos como: arrecadar o dinheiro, levar o tecido para a *tia* Biqueta[34] confeccionar os bichos e os bonecos, conseguir as cabeças para os bichos, e durante a festa ele ordenava tudo por apito, o momento de descanso e de dar sequência a brincadeira.

É importante salientar que foi através de um pequeno trecho da entrevista do senhor Valdo que nos despertou curiosidade de buscar a origem do verso que o senhor Ari cantava quando os bois levantavam: "Levanta-te boi deste frio chão, a viagem é longa vamos para o Sertão". Ao pesquisarmos este verso descobrimos tratar-se de um verso cantado para ressuscitar o boi do Boi de Reis Paraibano, conforme Pimentel (1987, p. 47), o bumba meu boi embora diferente em cada parte do país é fortemente baseado na narrativa da morte e ressurreição de um boi. Isso nos faz pensar que provavelmente o senhor Ari inspirou-se nas festas de Bumba-meu-boi para a festa da Bicharada.

Embora seja notável que a festa possui variação tanto no nome do boi, como no dos demais personagens, em todas as festas de alguma forma se conta sobre a morte e a ressurreição do boi que é seu personagem central.

A Bicharada do Ari apresenta várias características destas festas, como o grande consumo de aguardente, o fato do boi atropelar os presentes e o verso cantado para o boi levantar, no entanto, não pode ser considerada uma variação do Bumba-meu-boi por não possuir os demais personagens cômicos — Mateus, Catirina, Birico ou Bastião, etc. e não se desenvolver em forma de teatro. Podemos afirmar que a festa da Bicharada teve forte influência

---

[33]Valdo de Souza Garcia. Entrevista concedida a autora em 29/06/2014. Piratini – RS

[34]Era a costureira responsável pela confecção dos bichos e bonecas para o Bloco da Bicharada do Ari. No ano de 2015, foi feita uma boneca grande e uma enquete através das redes sociais para saber qual nome a boneca seria batizada, entre inúmeras sugestões, entre elas Mamãe Dolores por exemplo que foi a primeira boneca, a mais votada foi "Quequeta" (em homenagem a Tia Biqueta, como é conhecida pelos contemporâneos ao surgimento da festa)

de alguns aspectos ligados as tradicionais festas de Bumba-meu-boi, entretanto, possui características próprias.

De acordo com o depoimento de Paulo Cardoso a relação da comunidade piratiniense com a festa da Bicharada do Ari no período em que era organizada pelo senhor Ari era diferente da relação nos dias atuais.

> [...] a Bicharada deve ter iniciado em 1950, por aí. Quando começou tinha bem pouquinhos bichos, era o boi Fortaleza e na minha época já tinha a vaca Bordalesa e o tocador. Era bem diferente naquela época, a Bicharada andava na rua assim e as pessoas ficam na volta em cima das calçadas esperando a Bicharada passar. E os bichos, atropelavam, ficava o Edinho com uma cordinha segurando bem pertinho da cabeça da vaca, porque nós éramos danados. Aí entrava eu e o Adão, que chamam Porquinho, embaixo da vaca e nós só fazia o movimento da cabeça dela e o Edinho dava corda e nós subia na calçada e atropelava todo mundo, [Risos]! E as pessoas saiam fora era engraçado de ver.[35]

A Bicharada do Ari atual está tentando recuperar os personagens dessa época, a Secretaria de Cultura organizou uma exposição que conta um pouco da trajetória da festa em banners que ficam em exposição durante o período da festa (15/janeiro a 05/fevereiro) no Museu Municipal Barbosa Lessa e voltaram a confeccionar animais com cabeças originais, e personagens como a boneca e o urso da época em que o senhor Ari organizava a festa.

O senhor Ari faleceu no dia 03 de março de 1991, aos 76 anos de idade. Nesse período já não organizava mais a festa. Por volta de 1985, provavelmente já se sentindo bastante cansado entregou os bichos para o bloco carnavalesco Garra e pediu que não deixassem a Bicharada morrer.

Tornou-se importante conhecer um pouco da história de vida do seu Ari para compreender a festa e investigar a memória sobre esse importante personagem, dentro do contexto de uma cidade marcada por um passado de relevância histórica e problemas sociais de igual importância.

Um dos motivos da festa ser importante para a cidade, é o fato de minimizar os problemas sociais, pois a intenção do senhor Ari era sempre levar a festa “a alegria” (como ele dizia) a toda a comunidade, a todos os bairros sem distinção de classes sociais.

Portanto, percebemos que essa memória precisa ser preservada e transmitida as gerações futuras. Justificando, dessa forma nossa intenção de historiar a festa e investigar a memória de seu fundador.

[35]Paulo Crespo Cardoso. Entrevista concedida a autora em 24/06/2016. Piratini – RS

Referências Bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). Usos & Abusos da história oral. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

DE ALENCAR PIMENTEL, Altimar. O auto do boi na Paraíba. In: Cahiers du monde hispanique et luso-brésilien, n°48, 1987. Musiques populaires et identités en Amérique latine. pp. 37-48. Doi: 10.3406/carav.1987.2299

LORIGA, Sabina. A tarefa do historiador. In: GOMES, Ângela de Castro; SCHMIDT, Benito Bisso (org.) Memórias e narrativas autobiográficas. FGV/Editora da UFRGS, 2009.

_____, Sabina. O pequeno x. Da biografia à história. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

SCHMIDT, Benito Bisso. Biografia e regimes de historicidade. . Quando o historiador espia pelo buraco da fechadura: biografia e ética. História, São Paulo, v.33, n.1, p. 124-144, jan./jun. 2014.

O USO DA HISTÓRIA ORAL E SEUS BASTIDORES DE PESQUISA

Tatiane Vedoin Viero[36]

Introdução

A memória pode ser considerada como uma faculdade humana, a arte da lembrança. A sociedade procura perpetuar, eternizar o que não quer esquecer como fatos e acontecimentos que considera marcantes e assim, transmitir para gerações futuras essas lembranças. Vale destacar que a memória e o esquecimento, não são antagônicos. Uma vez que, muitas vezes algo que pode estar esquecido na memória pode retornar às lembranças.

Nesse sentido, em minha pesquisa de doutorado analiso a gênese e consolidação através dos processos e motivações que levaram a criação de um museu histórico universitário na Universidade Federal do Rio Grande-FURG. Esta universidade em 1994 quando da passagem dos seus 25 anos de fundação, teve por meio da Superintende de Extensão então à época a motivação para a realização de um projeto de extensão denominado "Núcleo de Memória da URG[37]", que nasceu conforme descrito no próprio documento da necessidade de se resgatar a memória da universidade. Tal documento descreve ainda os objetivos de

> Formar um banco de dados sobre a história da URG envolvendo informações: fotográficas, orais e áudio-visuais; encontrar um local permanente para exposição do local coletado, incentivar a pesquisa histórica como forma de avaliar a caminhada e projetar ações globais e retomar o projeto – URG – uma memória a ser preservada[38] (PROJETO DE EXTENSÃO "NÚCLEO DE MEMÓRIA DA URG", 1994, p. 01).

Esse projeto de extensão de 1994 foi desativado após as festividades dos 25 anos sendo reativado em 1999 pela passagem dos 30 anos de fundação da universidade e se consolidando em um museu da história da FURG a partir de 17 de dezembro do mesmo ano. Foi quando o museu denominou-se de Núcleo de Memória Engenheiro Francisco Martins Bastos-NUME, ligado à Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis-PROACE[39].

Nesse trabalho utilizo-me da corrente historiográfica caracterizada como Nova História Cultural que vem sendo empregada nos trabalhos articulados à História da Educação. Como

---

[36] Universidade Federal de Pelotas, Doutoranda em Educação, tatianeviero@gmail.com
[*] (UFPel, Doutoranda em Educação)
[37]URG significava Universidade do Rio Grande na época, atual FURG.
[38] Foi respeitada a grafia da época.
[39] A PROACE comportava as atividades de assistência estudantil e extensão, mas em 2010 quando da aprovação do atual Regimento Interno da Reitoria, tais atividades foram desmembradas em duas novas Pró-Reitorias sendo uma delas a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura-PROEXC, a qual o museu está vinculado.

paradigma de investigação, a Nova História Cultural é um grande marco para a História da Educação, permitindo aos pesquisadores a construção narrativa, o enfoque de temas, fontes e problemas de pesquisa. Para essa corrente historiográfica, "os documentos que descrevem ações simbólicas do passado não são textos inocentes e transparentes"; foram elaborados por diversos pesquisadores com diferentes intencionalidades. Cabe à nós, historiadores vinculados a essa teoria decifrá-los (HUNT, 2001).

Desta forma, pretendo apresentar e discutir neste trabalho, o caminho metodológico que venho percorrendo e como venho utilizando a História Oral em meu processo investigativo. Essa discussão justifica-se no âmbito da História da Educação devido as grandes contribuições da História Oral como fonte[40] para esse campo do conhecimento e também como meio de ressaltar a importância dos museus para a preservação de acervos e consequentemente, da memória e História da Educação.

Na sequência do texto estarei apresentando a História Oral e a memória, onde faço uma concisa explanação sobre ambas, e posteriormente, apresento uma breve descrição sobre a fundação da Universidade Federal do Rio Grande-FURG e o Museu Histórico Universitário Núcleo de Memória Eng. Francisco Martins Bastos-NUME e minha primeira experiência na pesquisa com a utilização da História Oral. Por fim, concluo o presente texto com as considerações finais que na prática constitui-se ainda de resultados parciais, pois a pesquisa encontra-se em desenvolvimento.

A História Oral e a memória: reconstituindo o passado por meio das lembranças

Gostaria de iniciar essa seção discutindo sobre a memória. Foi a partir do século XX principalmente através dos estudos do sociólogo Maurice Halbwachs que a memória começou a ser considerada para além de uma faculdade, mas também como reconstrução social, um fenômeno, suas principais contribuições se deram em relação a memória coletiva e os quadros sociais da memória.

A era da memória como reconstrução social data por volta dos anos 80 onde se tem os primeiros arquivos orais sobre o Holocausto, por exemplo. Considero relevante destacar a

[40] Compactuo com a utilização do termo fonte na concepção de Ragazzini (2001) que diz que a fonte é uma construção do pesquisador, a única forma de contatar o passado e que permite formas de verificação.

diferença entre memória e história, e sobre isso, destaco o que diz NORA (1981, p. 09) que salienta,

> A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações[...] a história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual um elo vivido no eterno presente, a história uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam, ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censuras ou projeções.

Memória e esquecimento podem ser manipulados, ou seja, se pode escolher o que lembrar e o que esquecer, muitas vezes as pessoas optam por esquecer momentos dolorosos, momentos traumáticos e outras vezes o que estava esquecido pode retornar subitamente na memória.

Halbwachs (1990) faz referência à memória coletiva, evocação de um acontecimento que teve lugar na vida de um grupo e que se considerava e ainda considera no momento em que é lembrado, do ponto de vista desse grupo. Porém, a memória coletiva não explica todas as nossas lembranças, contudo, nada prova que as noções e imagens extraídas dos meios sociais que fazemos parte e que intervém na memória, não cubram como acontece com uma tela de cinema uma lembrança individual, mesmo quando não a percebemos.

A memória é também um instrumento de identidade e sobre isso, Candau (2012) diz que ambas são indissociáveis. Assim, a memória individual, a memória coletiva e a identidade, se mesclam no processo de empoderamento e significação dos sujeitos envolvidos, reconstruindo eventos, acontecimentos que fizeram e fazem parte da história social de um grupo, de um povo, de uma instituição etc.

A História Oral é considerada uma metodologia de pesquisa, surgida em meados do século XX, posteriormente a invenção do gravador e da fita, consiste de entrevistas gravadas com pessoas que participaram ou testemunharam acontecimentos, conjunturas do passado e presente, as entrevistas têm o seu contexto de produção nos projetos de pesquisas, que possibilitam quem entrevistar, o que e como perguntar e o destino da fonte produzida (ALBERTI, 2011). Para a autora a História Oral permite “histórias dentro da história” ampliando as possibilidades de interpretação do passado. Amado (1995) também considera a História Oral importante para a reconstrução de acontecimentos do passado recente.

Considero a História Oral uma metodologia que através das narrativas evocadas pela memória nos permite uma maior compreensão dos fatos acontecidos. Mas, cabe destacar que nem toda entrevista pode ser considerada uma História Oral, pois ela depende de um método científico a ser seguido, do mesmo modo como ocorre com outros métodos de pesquisa. Para Delgado (2010: p. 15)

> A história oral é um procedimento metodológico que busca, pela construção de fontes e documentos, registrar, através de narrativas induzidas e estimuladas, testemunhos, versões e interpretações sobre a História em suas múltiplas dimensões: factuais, temporais, espaciais, conflituosas, consensuais.

Thomson (1997) também salienta que há alguns historiadores resistentes ao uso da História Oral, pois argumentam que não há confiabilidade nas narrativas, nas memórias, a memória para esses críticos não seria confiável como fonte histórica porque poderia ser distorcida pela deterioração física e pela nostalgia da idade, pelas tendências pessoais do entrevistador e pela influência das versões coletivas e retrospectivas do passado.

Mas cabe o questionamento se isso também não pode ocorrer com outras fontes incluindo até mesmo as documentais? Quem nos garante que um documento escrito, oficial, realmente está retratando com fidedignidade os acontecimentos passados? Como por exemplo, uma fotografia de um acontecimento que pode ter sido adulterada, sobre uma ata de reunião, quem garante que não foram manipulados quando da sua criação? Um nome, uma data alterada, acontecimentos e decisões suprimidas. Tudo o que está escrito ou impresso pode mesmo ser considerado fidedigno? Compete ao pesquisador fazer essa problematização em relação às fontes que utiliza.

Para Alberti (2011) a entrevista é uma fonte de pesquisa e não a História propriamente dita, ou seja, ela assim como as outras fontes necessita de interpretação e análise. O documento textual deixou de ser uma fonte exclusiva do passado, além das entrevistas, faz-se uso de fotografias, desenhos, filmes etc.

No próximo subcapítulo apresento como se deu a criação da FURG e retomo aprofundando alguns aspectos também da criação do museu que vem sendo investigado e descrevo como vem se dando o caminho que venho perfazendo em minha pesquisa de doutorado, em relação a História Oral.

A História Oral como fonte: os bastidores de um percurso de pesquisa

Inicialmente, vou contextualizar a criação da Universidade Federal do Rio Grande-FURG, pois o museu investigado é vinculado à esta instituição e tem por objetivo a guarda e preservação de acervos que contam a sua história. A FURG foi criada oficialmente em 20 de agosto de 1969, através do Decreto – Lei 774, que autorizou o seu funcionamento como Universidade do Rio Grande-URG. Em 21 de outubro de 1969, foi aprovado o Estatuto da Fundação Universidade do Rio Grande, como uma entidade mantenedora da Universidade do Rio Grande, seu primeiro Reitor foi o Professor Adolpho Gundlach Pradel. Pelo Decreto – Lei de sua criação, só poderiam se integrar a ela, cursos reconhecidos pelo Ministério da Educação.

Em 1994 quando da passagem dos 25 anos de fundação da FURG, instituiu-se a "Comissão Coordenadora das Festividades Alusivas ao 25º Aniversário da Universidade Federal do Rio Grande" ligada ao Gabinete do Reitor e presidida pela professora Irani Barlem Círia. Neste mesmo ano as professoras Nilza Rita Fontoura e Lília Maria B. Hartmann responsabilizaram-se pela execução do projeto de extensão denominado "Núcleo de Memória da URG" que pretendia "resgatar a memória da universidade" (PROJETO DE EXTENSÃO, 1994, p. 01), por ocasião dos seus 25 anos. O período de execução deste projeto foi de janeiro a junho de 1994. Em 20 de agosto de 1994 o Núcleo de Memória passou a denominar-se Núcleo de Memória Engenheiro Francisco Martins Bastos devido a liderança deste engenheiro[41] para que a universidade fosse fundada (BORTHEIRY-MEIRELLES, 2008).

Após a comemoração dos 25 anos da FURG em 1994 o projeto foi interrompido por falta de espaço físico para a guarda do acervo, sendo reativado somente em 1999 pela passagem dos 30 anos de fundação da universidade e mais uma vez institui-se uma nova comissão denominada "Subcomissão do Núcleo de Memória" coordenado desta vez pela professora Aída Luz Bortheiry Meirelles por iniciativa da então na época Pró - Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis – PROACE. Desenvolveram-se atividades dentro de um novo projeto de extensão, consolidando-se como uma atividade permanente de extensão, pesquisa e

[41] Francisco Martins Bastos foi o primeiro presidente da Fundação Cidade do Rio Grande (fundada em 1953 e mantenedora da Escola de Engenharia Industrial do Rio Grande) de 1953 a 1987 e recebeu o título de Honorífico concedido pelo Conselho Universitário em 01 de julho de 1971.

ensino. Em 17 de dezembro de 1999 consolida-se como um museu histórico vinculado a PROACE. Em 07 de janeiro de 2000 o NUME foi inaugurado na sala 19 do Campus Cidade.

Em 20 de agosto de 2001 o NUME instalou-se em nova sede (sede atual) onde funcionou a Reitoria da FURG dos anos 1980 a 2001 também no Campus Cidade (atual Campus Rio Grande do Instituto Federal do Rio Grande do Sul), "logo após a reativação do NUME, verificou-se a necessidade de criação de um espaço próprio dentro da universidade para recolher a maior parte dos documentos no campo intelectual e para que as pesquisas sobre a história da universidade fossem realizadas" (BORTHEIRY-MEIRELLES, 2008, p. 198).

Em 06 de dezembro de 2002 o NUME teve seu regimento aprovado pelo Conselho Universitário. Neste mesmo ano o NUME foi cadastrado no Sistema Estadual de Museus/SEM e no Guia de Museus/RS e, posteriormente, em 2006 no Sistema Nacional de Museus e no Ano Ibero-americano de Museus – Museus como Agentes de Mudança Social e Desenvolvimento em 2007.

De acordo com seu regimento o objetivo do museu é "resgatar, preservar e divulgar a história da Universidade Federal do Rio Grande, construindo uma visão coerente do desenvolvimento da instituição" (REGIMENTO DO NÚCLEO DE MEMÓRIA ENGENHEIRO FRANCISCO MARTINS BASTOS, 2002, CAPÍTULO 1, ARTIGO 2º).

Sobre o acervo do museu sua tipologia compreende "a história universitária e produção acadêmica da comunidade universitária" (BORTHEIRY-MEIRELLES, 2008, p. 221), a abrangência do acervo reúne:

> Informações relevantes e materiais (projetos, relatórios, teses publicações, mapas, jornais, fotos, quadros, placas, objetos de uso pessoal, equipamentos e móveis que documentam a história da FURG desde as primeiras faculdades na década de 50 até os dias atuais, ressaltando o ser e o fazer das lideranças que possibilitaram que a universidade se tornasse uma realidade bem como a interação universidade – comunidade (BORTHEIRY-MEIRELLES, 2008, p. 222).

Após esta breve exposição histórica do surgimento do NUME darei início ao relato do caminho percorrido até o presente momento na minha pesquisa de doutorado. O problema da tese que por ora se desenvolve surge em decorrência de algumas indagações como, por exemplo: para o quê realmente se criou o museu? Para quem realmente se criou? O museu é um lugar de memória ou um lugar de esquecimento? Quem decide o quê e quando preservar?

Primeiramente, iniciei minha investigação pela pesquisa documental para obter os primeiros dados, informações sobre o museu em questão e também para abiscoitar nomes, pessoas, enfim, que me pudesse vir a compor o grupo de entrevistados para a História Oral.

O grupo documental constituiu-se de documentos oficias da FURG como atas de reuniões da comissão Executiva e regimento do NUME, fotografias do museu, resoluções e portarias do Gabinete do Reitor, plano político pedagógico do curso de Arquivologia, regimento geral da universidade, regimento da Reitoria, jornal universitário 'FURG em Notícia" e o projeto de extensão da exposição dos 25 anos da FURG de 1994 que deu origem ao museu. Foi realizada uma primeira leitura, pré-análise dos documentos a fim de selecionar as informações relevantes para a hipótese inicial da tese, posteriormente, serão analisados sob a ótica da análise documental historiográfica elaborando categorias temáticas com base nas próprias informações obtidas através das fontes documentais. Os documentos propiciaram muitas informações importantes, mas a metodologia da História Oral permitirá um maior aprofundamento das informações documentais.

Com base nos dados que obtive por meio da pesquisa documental até então, proponho a realização das entrevistas, com sujeitos que vivenciaram a criação, a história do NUME, como por exemplo, os presidentes do museu, os professores e técnicos que compuseram a Comissão Coordenadora das Festividades Alusivas ao 25º aniversário da FURG, as professoras coordenadoras do projeto de extensão de 1994, citado anteriormente, e outras pessoas que pelo desenvolvimento da pesquisa, podem ser ainda ser "descobertos" como participantes do período e contexto estudado. Até o presente momento foi realizada uma entrevista a qual foi realizada no início de 2015, futuramente, novos contatos estarão sendo realizados para proceder e dar andamento as mesmas.

Meu primeiro entrevistado foi o atual presidente do museu, o qual esteve envolvido no projeto de extensão da exposição de 1994 da passagem dos 25 anos da FURG, era o Pró-Reitor da PROACE em 1999 quando da reativação do projeto e consolidação em museu em 1999. Inicialmente, estabeleci um primeiro contato para me apresentar e falar do objetivo da pesquisa. Utilizei um roteiro com perguntas semi-estruturadas, por entender que esta forma de entrevista é a que mais se adequa a realização de minha pesquisa, pois permite uma sequência lógica de informações a serem obtidas e não estingue a articulação entre o entrevistador e entrevistado, propiciando narrativas mais detalhistas que proporcionarão uma análise mais aprofundada. Foi exatamente o que aconteceu em minha entrevista, conforme o entrevistado ia-me relatando suas

lembranças sobre os fatos, eu podia ir fazendo outras perguntas que podiam complementar determinadas informações.

A entrevista foi toda gravada, após a realização da mesma procedi a transcrição e procurei manter embora saiba que a linguagem escrita não consegue ser totalmente fiel a linguagem falada, as entonações e até mesmo os risos do entrevistado, pois é nessas passagens muitas vezes que é possível se deparar com verdadeiros "achados" na pesquisa. Foram 45 minutos de gravação transcritos em 15 páginas. O entrevistado recebeu a transcrição para leitura e possíveis correções juntamente com a carta de cessão[42].

Em relação aos dados obtidos na entrevista muitos destes corroboram com as fontes documentais, mas muitos também foram desvelados pelas memórias do entrevistado, por exemplo, em relação ao período que antecedeu a criação da universidade, os grupos que estiveram engajados neste processo e, também principalmente, a gênese, a consolidação e o "fazer" do NUME como a questão das doações dos documentos e peças que constituem o seu acervo, os critérios de seleção dos documentos para exposições itinerantes e a sua preocupação com a preservação da memória da FURG através do museu.

Futuramente, como já mencionado prosseguirei com a realização das entrevistas e assim, será possível também confrontá-las entre si, da mesma forma que com as fontes documentais.

Considerações finais

Primeiramente, gostaria de salientar que as considerações aqui apresentadas são parciais, uma vez que a pesquisa encontra-se em fase de desenvolvimento. Por meio deste trabalho procurei destacar a relevância do uso da História Oral como fonte de pesquisa em investigações do campo da História da Educação. Procurei brevemente, apresentar minha pesquisa para situar o leitor do contexto em que a História Oral vem sendo utilizada. Para isso, discorri sucintamente, sobre a fundação da Universidade Federal do Rio Grande como forma de contextualizar a criação do Núcleo de Memória Engenheiro Francisco Martins Bastos-NUME. Elucidei igualmente, de forma concisa sobre a memória e a sua relação com a História Oral, uma vez que essa necessita da memória para existir. Apresentei superficialmente, as implicações diretas do uso da História Oral por meio de minha pesquisa de doutorado.

[42] Documento no qual o entrevistado assina consentindo o uso de sua entrevista para a elaboração da pesquisa da tese e elaboração e publicação de artigos para eventos e periódicos.

A memória possui também a capacidade de construir vínculos entre os indivíduos, é um instrumento de identidade, um elemento de coesão social que possibilita o pertencimento dos indivíduos em grupos. Isto fica muito claro no momento da entrevista de História Oral.

Ressalto igualmente, com base nos dados já levantados a relevância das políticas de memória, pois os monumentos, as celebrações, os memoriais, os lugares de memória etc. são discursos do passado que precisam das políticas para garantir a sua preservação. Isto fica muito claro em relação ao NUME e muito disso posso compreender graças ao uso da História Oral, que também permite que o pesquisador no momento da entrevista, se sinta "contaminado" pelas memórias do entrevisto, o fazendo se sentir parte da história narrada.

Por fim, destaco a relevância da História Oral para as pesquisas em História da Educação. Ela certamente, por meio das memórias, das reminiscências e do entrelaçamento com outras fontes é capaz de projetar para o presente acontecimentos passados, que muitas vezes somente outras fontes como a documental não poderiam proporcionar. Porém, deve caber muita sensibilidade e ética por parte dos historiadores orais, pois interagem com pessoas e suas memórias que muitas vezes podem ser dolorosas. Assim, considero a História Oral como uma arte científica, é a arte da projeção da memória viva que se projeta do passado para o presente e do presente para o futuro.

Referências Bibliográficas

ALBERTI, Verena. **O lugar da história oral: o fascínio do vivido e as possibilidades de pesquisa.** In*: Ouvir Contar: textos em história oral.* Rio de Janeiro: FGV, 2004.

_____. **Fontes orais: Histórias dentro da História**. In: PINSKY, Carla Bassanezi. Fontes Históricas. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 155-202.

AMADO, Janaína. **O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em história oral.** In: História, São Paulo: 1995. (p.125-136).

BORTHEIRY-MEIRELLES, Aída Luz. **Memória FURG – NUME: fragmentos da história da Fundação Universidade Federal do Rio Grande segundo os arquivos do Núcleo de Memória Engenheiro Francisco Martins Bastos.** Organizado por Aída Luz Bortheiry Meirelles. Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2008.

CANDAU, Joël. **Memória e Identidade**. Tradução Maria Leticia Ferreira. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2012.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História Oral: memória, tempo, identidades**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução do original francês 2 ed. por Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice, 1990.

HUNT, Lynn. **A Nova História Cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

NORA, Pierre. **Entre memória e história**: A problemática dos lugares. In: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO (Org.). Revista Projeto História. São Paulo: PUC, 1981. p. 07-28. Disponível em: <http://www.pucsp.br/projetohistoria/downloads/revista/PHistoria10.pdf>. Acesso em: 19 mai. 2014.

Projeto de extensão "Núcleo de Memória da URG". Superintendência de Extensão: FURG: 1994. 5p.

RAGAZZINI, Dario. **Para quem e o que testemunham as fontes da História da Educação?** in: Educar: Curitiba, n. 18, p.13-28, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n18/n18a03.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2015.

Regimento do Núcleo de Memória Engenheiro Francisco Martins Bastos. Conselho Universitário. FURG: 2002. 5p.

THOMSON, Alistair. **Recompondo a memória:** questões sobre a relação entre a história oral e as memórias. Projeto História**.** São Paulo, 15, 1997.

MEMÓRIAS "ZINGARIANAS": NARRATIVAS DE NEGROS BAGEENSES ACERCA DO CLUBE OS ZÍNGAROS

Tiago Rosa da Silva[43]

Introdução

A metodologia da História Oral configura-se enquanto importante suporte teórico-metodológico para apreensões de narrativas históricas, sobretudo de pessoas comuns (trabalhadores, indígenas, negros etc.), grupos que historicamente foram postos à margem da produção histórica. Por isso, esse texto busca apoiar-se nesta metodologia, que, através da realização de entrevistas, pretente observar as memórias de sujeitos negros da cidade de Bagé, buscando observar seus relatos sobre o Clube Social Negro Os Zíngaros, este sendo originário da organização de negros de Bagé no Pós-abolição.

Foram realizadas entrevistas com dois sujeitos que participaram ativamente da vida social do clube, sendo o Sr. Ivoncléo Monteiro e o Sr. Vilmar Paiva dos Santos. O primeiro é sobrinho de um dos fundadores do bloco Zíngaros, em 1936, e do ano de 1965 a 1992 presidiu a Sociedade Recreativa e Cultural Os Zíngaros. Já o segundo, desde sua infância participava das atividades sociais do clube, porém veio a se tornar presidente somente a partir do ano de 2002.

Ambos os personagens, na realização das entrevistas, nos fornecem importantes elementos para pensarmos na importância do clube Os Zíngaros dentro do cenário recreativo e social bageense, bem como suas memórias nos fazem perceber uma outra Bagé, permeada por ações e protagonismos da população negra local.

Sobre a definição de História Oral, filio-me à defendida por Verena Alberti, no qual seria:

> Um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica etc) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo (ALBERTI, 2004, p.18).

A referida autora chama a atenção de que para a utilização da história oral, é necessário um projeto de pesquisa bem definido, com hipóteses, objetivos e uma orientação teórica

[43]Universidade Federal de Pelotas, Mestrando em História, Bolsista CAPES. Email: tiagodarpah@gmail.com.

definida. Assim, um trabalho que se sustente na metodologia da história oral deve vir acompanhado de uma intensa pesquisa também em fontes documentais, pois é na pesquisa em bibliotecas, arquivos etc. e com base num projeto que se produzem entrevistas, no qual a ultima se transformará em documentos a serem incorporados ao conjunto de fontes para novas pesquisas (ALBERTI, 2004).

Outras tipologias de fontes também serão utilizadas no decorrer do texto, como são o caso de jornais locais e o primeiro estatuto da Sociedade Recreativa Os Zíngaros, criado no ano de 1948. Sobre as fontes deste clube, praticamente não existem mais documentos quando de seu período de surgimento, algo que é muito comum para quem se debruça a estudar estes espaços. Porém, a escassez de fontes escritas não inviabiliza a pesquisa, visto que, estes espaços são permeados pelas memórias de muitos sujeitos que viveram intensamente estes lugares, cabendo, assim, à História Oral entrar em ação.

Assim, nossa principal fonte será aquela obtida através da realização da HO, pois, deve-se levar em consideração que essa metodologia acaba por criar fontes escritas, e estas devem ser problematizadas pelo historiador assim como qualquer fonte da mesma natureza. Sobre a fonte escrita obtida através da realização das entrevistas, Delgado (2010) assevera o seu potencial, no qual:

> Pode se constituir em experiência ímpar e surpreendente, pela riqueza e diversidade das versões obtidas e muitas vezes pela possível sugestão de interpretações alternativas sobre determinado assunto, bem como pelo estimulo a novos temas a ser pesquisados (DELGADO, 2010, p. 30).

Com relação à tipologia de HO, iremos acionar a História Oral Temática. Esta caracteriza-se por ter um tema central de análise, no qual as entrevistas e o roteiro irão conduzir os depoentes a esse tema. Para Meihy e Holanda, a história oral temática "é usada como metodologia ou técnica e, dado o foco temático precisado no projeto, torna-se um meio de busca de esclarecimentos de situações conflitantes, polêmicas, contraditórias" (2007, p. 38-39). Nesse sentido, a HO temática é importante, pois, através de vários depoimentos, aparecem muitas versões para um mesmo tema, e o historiador deve analisá-lo em todas as suas especificidades.

Memórias "zingarianas"

A cidade de Bagé, distante 374 km da capital Porto Alegre, no decorrer do século XIX teve uma significativa presença de negros escravizados[44]. A produção histórica local acabou por invisibilizar a atuação de africanos e seus descendentes na Bagé oitocentista. Mesmo assim, alguns historiadores locais defendem que a cidade se antecipou no que diz respeito à libertação de negros escravizados, havendo um quase consenso de que no ano de 1884 foi abolida a escravidão em Bagé[45]. Essa afirmativa é posta em dúvida, pois uma pesquisa mais apurada pode-se observar que ainda nos anos de 1886 e 1887 encontramos registros de compra e venda de escravizados no município[46].

No período pós-abolição os negros em Bagé criaram vários espaços para a convivência em grupo, com destaque para os clubes sociais, grupos dramáticos, blocos carnavalescos e uma liga de futebol[47]. Domingues (2007) ressalta que com o advento da República, "para reverter o quadro de marginalização, libertos, ex-escravos e seus descendentes instituíram os movimentos de mobilização racial negra no Brasil, criando inicialmente dezenas de grupos (grêmios, clubes ou associações)" (DOMINGUES, 2007, p. 103).

Esses espaços eram responsáveis pela positivação da imagem do grupo negro, pois vale ressaltar que no pós-abolição o Brasil foi palco de discussões que, através de critérios de raça, inferiorizavam este segmento. Sobre a comunidade negra recaiam os mais pesados estigmas, dentre eles a incapacidade de se tornarem cidadãos e a culpa pelo então atraso civilizatório brasileiro.

Sobre os clubes sociais negros de Bagé, a pesquisa em fontes e através da HO nos possibilitam apontar a existência de pelo menos oito sociedades recreativas negras entre os anos de 1936 a 1965, a saber: Sociedade Recreativa Os Zíngaros; Sociedade Recreativa Palmeiras;

---

[44] Em relatório do Presidente da Província do ano de 1859, Bagé aparece com a significativa quantia de 4.016 trabalhadores escravizados para uma população total de 12.342 pessoas. Os negros libertos somam 344 pessoas. Sendo assim, temos para a cidade a significativa quantia de 35,32% da população total de negros. Deve-se levar em conta que esse é um contexto de cerceamento da instituição da escravidão, no qual já vigorava a lei Eusébio de Queiros, que proibia definitivamente o tráfico transatlântico de escravos.

[45] Para saber mais, ver: TABORDA, Tarcísio Antonio Costa. A abolição em Bagé. In: TABORDA, T. A. C. Bagé de ontem e de hoje: coletânea de artigos publicados na imprensa (1939 – 1994). Bagé: Ediurcamp, 2015.

[46] Documentos da escravidão: compra e venda de escravos : acervo dos tabelionatos do Rio Grande do Sul / Coordenação Jovani de Souza Scherer e Márcia Medeiros da Rocha. – Porto Alegre: Companhia Riograndense de Artes Gráficas (CORAG), 2010. p. 241 – 261.

[47] Encontramos referência a uma liga de futebol de negros na cidade de Bagé, a liga 13 de Maio. Tal competição reunia times de futebol amador da cidade, tais como o Sport Club Palmeiras, Riachuelo Foot-Ball Clube e o Sport Clube União. Houve também disputas de partidas amistosas entre times de Bagé contra equipes de Pelotas. Fontes pesquisadas: *O Palmeira*, 06/11/1927 e *A Revolta*, 25/05/1925.

Sociedade Recreativa Beneficente Saca-Rolha; Aurora Social Clube; Sociedade Recreativa Primavera; Sociedade Recreativa Independente; Sociedade Recreativa Piratas do Amor e Sociedade União Familiar[48]. Atualmente, permanece em atividade apenas o clube Os Zíngaros.

Fundado inicialmente enquanto bloco carnavalesco no ano de 1936, Os Zíngaros marcaram forte presença no carnaval de rua de Bagé. A partir do ano de 1944, os membros deste bloco resolveram expandir suas atividades sociais e recreativas para além do período momesco, fundando, assim, a Sociedade Recreativa Os Zíngaros. O clube se organizava em torno de festas durante o ano todo, porém, seus preparativos eram mesmo para o período do carnaval, momento ápice da vida social do clube. Até o final da década de 1960, o Zíngaros realizava seus festejos nos salões da União Operária de Bagé, o que pode denotar a participação de membros do clube com atividades classistas.

A sede própria foi conquistada no final da década de 1960, marcando, assim, uma nova etapa da vida social deste clube de negros de Bagé. Nessa etapa, novos projetos e atividades foram encabeçadas, marcando um processo de transição cultural do Zíngaros, principalmente através da figura de seu então presidente Ivoncléo Monteiro.

Ivoncléo Monteiro nasceu em 12/11/1943 na cidade de Bagé. Filho de Arideu Monteiro e Constância teve uma infância destinada, principalmente, aos estudos. Seu pai era um sujeito conhecido no meio artístico bageense, sobretudo no que diz respeito ao meio musical. Sr. Arideu, como era conhecido, formou-se em teoria, solfejo, harmonia e História da Música no Instituto de Belas Artes de Bagé (LOPES, 2007). Também fez parte da Fanfarra da 3ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, tendo se aposentado como tenente. Além de sua atuação na música, tendo tocado em inúmeras bandinhas da cidade, Sr. Arideu teve uma importante atuação no clube Os Zíngaros. Seu tio, Constantino Monteiro foi um dos onze nomes que fundaram o bloco do Zíngaros, no ano de 1936, e Arideu estava na equipe que, no ano de 1948 elaborou o primeiro estatuto da sociedade.

Observamos assim, que nosso depoente, Sr. Ivoncléo Monteiro, nasceu no seio de sujeitos que respiravam a arte, a cultura e que participavam ativamente da vida social e recreativa negra em Bagé. Quando criança, Ivoncléo até vai participar das festas do Zíngaros, bem como de outros clubes sociais negros, mas vai destinar grande parte de seu tempo aos

[48] Fontes consultadas: Jornal *O Palmeira*; Jornal *0 28 de Setembro*; *Jornal Correio do Povo*. (acervo do Arquivo Publico Municipal de Bagé Tarcísio Taborda).

estudos. Assim, formou-se na escola normal de Bagé (magistério), sendo o primeiro homem (negro) a obter esse grau na cidade. Posterior a isso, formou-se em Filosofia e Ciências Sociais. Na década de sessenta, Ivoncléo ficou dois anos atuando pelo exército brasileiro na faixa de Gaza, momento no qual acabou por conhecer diversos países e alargar ainda mais sua bagagem cultural. Mas foi na volta de sua missão enquanto expedicionário, que este sujeito acabou indo parar na diretoria do clube em que seu pai era presidente, sendo o seu sucessor.

Sobre o Zíngaros, Ivoncléo afirma que este era um clube de pessoas humildes e com uma estrutura modesta, afirmando que "ali se respirava a simplicidade, o operariado, de pessoas com uma faixa socioeconômica modesta, sem suntuosidade"[49]

O mesmo afirma que o Zíngaros era o clube das bordadeiras, das lavadeiras e das costureiras, enquanto que demais clubes sociais negros eram frequentados por sujeitos com uma condição socioeconômica um pouco mais elevada. Mesmo assim, o clube Os Zíngaros queria se afirmar na sociedade bageense através de critérios de associação bem rígidos, no qual buscava impor um conjunto de regras aos seus associados, principalmente às mulheres. Através do seu primeiro estatuto é possível observar essas características, como por exemplo no artigo 2, em que:

> Todo o cidadão para ser admitido como sócio é preciso ser moralizado e que não se dê a prática de maus costumes, assim como a senhora ou senhorita é preciso ser de conduta inatacável[50].

Antes de cairmos na cilada do branqueamento, da reprodução cega de valores burgueses e brancos pelo grupo negro, devemos levar em consideração que esses espaços forjados pelos negros eram acima de tudo, espaços de afirmação deste grupo. Havia a busca pela positivação de sua imagem, que lutava contra os estigmas das teorias racialistas ainda presentes no país e que inferiorizava este segmento. Assim, muitos espaços associativos de negros buscavam sua afirmação pautada pela busca de uma moral, mostrando que este grupo tinha sim condições de alcançar posições de prestigio dentro da sociedade, e acima de tudo, de se organizar através de clubes sociais.

Porém, essa rigidez vai dar espaço para comportamentos mais "livres" quando Ivoncléo assume a presidência do Zíngaros, isso no ano de 1965. Para Ivoncléo, sua entrada na

[49] Entrevista concedida pelo Sr. Ivoncléo Monteiro ao autor, no dia 16/05/2016.
[50] *Estatutos da Sociedade Recreativa Os Zíngaros.* 1948. Typografia da Casa Maciel, Bagé. p. 4.

diretoria e a mudança de certos comportamentos, fez com que antigos sócios entrassem em desavenças com ele. Evidentemente, que sendo filho de um dos fundadores do clube, Ivoncléo teve certa aprovação com os quadros mais antigos de associados, porém, nem todos aprovaram algumas atitudes dele.

Nesse sentido, Ivoncléo relata um momento importante da vida associativa negra da cidade e que denota o seu descontentamento com a adoção de certas medidas por parte de sujeitos que ele chama de "mais antigos". Descontente com certos padrões de comportamento existente no Zíngaros e depois de ter desavenças com seu pai, Ivoncléo, juntamente com outros sujeitos acabam fundando o Aurora Social Clube. Este clube teve uma duração efêmera no cenário recreativo e social bageense e se caracterizou como sendo um clube diferenciado, exigindo de seus membros roupas refinadas e proporcionando aos negros da cidade festas temáticas das mais variadas. Hoje em dia, Ivoncléo recorda desse período com certo pesar e certo arrependimento, pois para ele esse clube dissidente do Zíngaros representou uma rachadura, inclusive no seu meio familiar.

Voltando no período em que era presidente, Ivoncléo bancou novas atividades sociais dentro do Zíngaros, dentre elas: concursos de beleza negra, como o caso do Boneca Café do Brasil e Miss Mulata Zona Sul. Estes eventos fizeram com que o clube Zíngaros fosse projetado em âmbito nacional, principalmente no ano de 1971, quando Tânia Mara Bittencourt ganhou o concurso Boneca Café do Brasil, sendo coroada em São Paulo. Alem dessas novas investidas de valorização da beleza negra, na sua gestão foi fundada a escola de samba Academia de Samba Os Zíngaros, isso no ano de 1973. E neste mesmo ano, acabou ganhando o carnaval de Bagé, inaugurando um novo momento para o cenário carnavalesco da cidade. A escola ganhou o carnaval por diversos anos, vindo a extinguir-se no ano de 1978.

As memórias de Ivoncléo nos mostram um quadro do associativismo negro em Bagé no pós-abolição. Sua atuação no Zíngaros gerou muito desconforto por parte de membros mais antigos, que eram mais conservadores. Porém inaugurou uma nova etapa do clube, bancando novos projetos e reavivando o carnaval com a criação da escola de samba do clube.

O nosso outro entrevistado também é natural de Bagé e teve no carnaval seu combustível para diversão e atuação por muitos anos. Sr. Vilmar Paiva dos Santos, homem negro, nasceu em 16/10/1943. Seu pai era padeiro em uma das confeitarias mais tradicionais da cidade, a

Continental, e sua mãe era do lar. Aos oito anos Sr. Vilmar aprendeu o oficio de alfaiate, trabalhando nesse ramo até os vinte e poucos anos.

Foi a partir do seu primeiro emprego como alfaiate que Sr. Vilmar teve um contato mais próximo com o clube Os Zíngaros. Ele já havia frequentado festas infantis do clube, porém, teve um maior envolvimento a partir da figura do Sr. "Picurra", que era dono de uma alfaiataria em que Sr. Vilmar trabalhava aos 10 anos. Segundo Sr. Vilmar, "Picurra" era da diretoria do clube, então colocou o ainda jovenzinho Vilmar para trabalhar na copa, fritando e vendendo linguiças no salão do clube.

Sr. Vilmar recorda que o clube Os Zíngaros tinha uma estrutura modesta, porém era um clube muito organizado, isso sendo evidenciado, como mencionado anteriormente, nos estatutos da sociedade.

O carnaval sempre foi presente na vida de Sr. Vilmar, o acompanhando até os idos da década de 1990, momento em que segundo ele, deixou de fazer parte de equipes diretivas de escolas de samba da cidade. Na década de 1960 ele participou da criação da Escola de Samba Aliança e posteriormente foi da direção da Escola de Samba Copacabana. Ambas as escolas eram muito representativas para o carnaval, mas principalmente a Aliança, que ainda continua em atividade e irá homenagear, em 2017, o clube Os Zíngaros. Sendo assim, ele sempre recorda dos momentos carnavalescos do clube Zíngaros, lembrando-se das visitas aos clubes co-irmãos, mas também dos diversos blocos carnavalescos que foram gestados no âmbito do clube. Dentre eles, Sr. Vilmar recorda do Bloco Os Boêmios e do Bloco Carnavalesco Garotos da Batucada. Este último acabou se tornando um bloco reconhecido no cenário carnavalesco de rua de Bagé, ganhando diversos títulos.

Dentro do cenário recreativo bageense, Sr. Vilmar recorda da investida de uns ex-zingarianos da cidade com a formação do Aurora Social Clube. Este, segundo o entrevistado, foi uma investida de ""uns pretos e outros bancários [que] se acharam no direito de formar o Aurora Social Clube"[51]. O Aurora durou "menos que um carnaval", porém foi outro espaço social de negros e negras que marcou nas memórias de muitos sujeitos da cidade. Como também mencionado por Ivoncléo, o Aurora marcou uma certa divisão no seio dos Zíngaros, mostrando

[51] Entrevista concedida pelo Sr. Vilmar Paiva dos Santos ao autor, no dia 10/05/2016.

também que os clubes sociais negros eram espaços permeados por desavenças e, acima de tudo, eram espaços no qual em muitos casos não havia consenso sobre as suas diretrizes.

Um dos momentos mais marcantes para o Sr. Vilmar que ocorreu no Aurora foi a apresentação, na década de sessenta, do sambista e compositor Jamelão. Vindo a Bagé, este ícone da música brasileira saudou os membros do Aurora com uma apresentação histórica, e que marcou a curta vida dessa sociedade recreativa de negros da cidade.

Ambos os relatos, mesmo que brevemente nos fornecem elementos importantes sobre o associativismo negro em Bagé no pós-abolição. Foram diversos os espaços criados pelos e para os negros da cidade, isso em resposta a uma localidade no qual as relações sociais eram permeadas por critérios também raciais[52].

Evidente que diversas outras questões não foram levantadas pelos sujeitos entrevistados, pois como bem sabemos, as memórias são seletivas, e "nem tudo fica gravado, nem tudo fica registrado" (POLLAK, 1992, 203). Mesmo assim, as memórias dos sujeitos entrevistados nos revelam indícios importantes acerca de um clube negro na cidade de Bagé. Mas para, além disso, estes sujeitos são os protagonistas destas narrativas, são suas histórias contadas e compartilhadas.

Nesse sentido, o Clube Os Zíngaros foi um importante espaço criado para a socialização de negros e negras da cidade, configurando-se enquanto espaço de afirmação desse grupo. Evidente que este era um espaço não isento de contradições e atritos, havendo desavenças e em alguns casos dando origem a clubes dissidentes, como aconteceu com o Aurora Social Clube. Mesmo assim, a passagem de Ivoncléo pela direção do Zíngaros foi permeada por novas atitudes e outras perspectivas de projetos, como o da valorização da beleza negra, projetando o clube em âmbito nacional. Já nas memórias do Sr. Vilmar ainda estão presentes carnavais realizados pelo clube, momentos que extrapolavam a diversão e acima de tudo se reinava a solidariedade com outras entidades carnavalescas locais.

[52] Segundo Sr. Vilmar, havia certo consenso por parte da comunidade negra de Bagé que quando fosse passar pela calçada do Comercial, localizado no centro da cidade, deveria atravessar a rua, pois este era um espaço no qual somente brancos poderiam circular.

Referências Bibliográficas

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral.** 3º ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2004.

DELGADO, Lucília. **História Oral:** memória, tempo, identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

DOMINGUES, Petrônio. **Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos.** *Tempo*. 2007, v. 12, n. 23, pp. 100-122.

LOPES, Mário Nogueira. **Bagé: fatos e personalidades**. Porto Alegre: Evangraf, 2007.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom e HOLANDA, Fabíola. **História Oral:** como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2007.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social.** In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.5, nº 10, 1992, p. 200-212.

MUNDOS DO TRABALHO: TRABALHADORES(AS), RELAÇÕES E FORMAS DE TRABALHO – coordenado por PROF. DR. ALISSON DROPPA (UFPEL) E PROF. DRA. CLARICE ESPERANZA (UFPEL)

A partir dos debates que vêm sendo realizados no âmbito do GT Mundos do Trabalho da ANPUH/RS o presente simpósio temático busca estabelecer um diálogo entre a produção acadêmica brasileira em torno dos limites entre a escravidão e o trabalho livre, com o intuito de fugir dos marcos temporais utilizados pela historiografia tradicional como parâmetro para o estudo do trabalho e dos trabalhadores. Desta forma, a intenção é produzir um diálogo sobre as fronteiras geográficas, temporais e étnicas existentes no Mundo do Trabalho por meio de uma perspectiva ampla, visando agregar as investigações em torno das relações de trabalho do século XIX à história do tempo presente. O foco principal é a formação das identidades dos trabalhadores por meio das relações de trabalho. Serão privilegiados trabalhos que tragam novas abordagens em relação à temática com o intuito de melhor retratar a realidade e as perspectivas futuras para o campo.

DISPUTAS TUTELARES E EMANCIPAÇÃO DE MULHERES LIBERTAS EM PORTO ALEGRE (1884 – 1888)

Bruna Emerim Krob[1]

O presente texto integra a dissertação de mestrado intitulada *"Com a condição de servir gratuitamente a mim ou a meus herdeiros": alforrias, contratos e experiências de trabalhos de libertos (Porto Alegre, 1884 – 1888).* Esta pesquisa debruça-se sobre a emancipação de escravos ocorrida na província em 1884, a qual resultou na concessão de um número significativo de alforrias condicionadas à prestação de serviços. Das 1.088 cartas de liberdade registradas nos cartórios de Porto Alegre daquele ano até a abolição, em 1888, 77% foram concedidas com a condição de o(a) libertando(a) servir por mais alguns anos a seus senhores como forma de indenização, sendo as demais pagas (6%) e sem ônus estipulado no ato do registro (17%). Desse total, 53,2% dos registros são de mulheres. À luz de outras fontes documentais investigadas, busca-se, nas páginas a seguir, refletir sobre os modos como estas mulheres libertas - as chamadas *contratadas* - teriam vivenciado seu trânsito para a vida em liberdade no contexto da emancipação de escravos ocorrida no Rio Grande do Sul.

Em dezembro de 1885, Joaquina Francisca da Silva, solteira e sem herdeiros forçados deixava uma pequena chácara "com casa de telhas, cercada e mais benfeitorias" localizada na Freguesia de Pedras Brancas a Guilherme Francisco da Silva e Manoel Francisco da Silva, "irmãos, os quais foram filhos de uma escrava minha de nome Maria, e eu os tenho criado como filhos, e os quais me ajudam a viver com seus trabalhos necessários para a minha sobrevivência." Deixava para os irmãos os móveis existentes em sua casa, bens os quais os mesmos só poderiam dispor depois de transcorridos dez anos e pedia que, com seu falecimento, o juiz competente executasse esse direito afim de que "como crianças que são, possam gozar desse tempo vivendo dos bens que lhes deixo".[2]

O modo como se refere a Guilherme e Manoel - diz que *foram* filhos de uma escrava sua - sugere que sua mãe havia falecido. A mesma Joaquina Francisca deixa claro que, em 1885, os dois eram ainda crianças e por isso não poderiam gozar de seus bens. Não é novidade que, após 1871, os senhores, ao não poderem mais ter os filhos de suas escravas como cativos, seguiam explorando os menores através das brechas abertas pela Lei do Ventre Livre. Se é preciso olhar as relações escravistas conforme propôs Ligia Bellini, isto é, também pelo aspecto

[1] Mestra em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora da SEDUC – RS e do Colégio de Aplicação da UFRGS. E-mail: krobhc@gmail.com

[2] APERS – Testamento. Provedoria, Porto Alegre, maço 71, nº 2195, 1886.

da afetividade envolvida - um dos polos da relação senhor-escravo - não é possível diminuir o aspecto que diz respeito à utilidade que aqueles pequenos indivíduos tinham para os senhores de suas mães, conforme ilustra o caso anterior (BELLINI, 1988).

Isidoro Pereira de Barbedo deixava em seu testamento escrito em 1885 quantias em dinheiro para "*sua* preta forra Luiza" e para "*sua* crioula mulatinha forra." Falecida em setembro de 1888; Rosaura Angélica Ribeiro fazia doação em seu testamento escrito em 1874, à revelia da Lei de 1871, de "um mulatinho de nome José de idade sete meses", filho de sua escrava Marcelina, parda, como retribuição a sua neta, Maria Amália Gomes Ribeiro, "pela muita amizade que lhe tributo e por não ter outra forma de pagar-lhe os muitos obséquios que dela tenho recebido no resto de minha vida, e porque há muitos anos também estou em sua companhia e a seus cuidados e também tenho sido sustentada e vestida por ela." A já referida dona Antônia Genoveva de Oliveira escrevia em seu testamento de janeiro de 1884, poucos dias antes de falecer, que deixava 400$000 ao pardo Antônio, filho da finada escrava Cecília "e que está sendo por mim criado", dinheiro que deveria ser depositado na Caixa Econômica e "recebida por ele e os seus quando o mesmo houver atingido a idade de 21 anos completos."[3]

As questões que dizem respeito à relação de senhores com os filhos ingênuos de suas escravas e aqui, o que principalmente nos interessa, com os filhos de suas ex-escravas, são muito delicadas. Ainda que as crianças nascidas após 1871 nascessem de ventre livre, e muito embora a mesma lei permitisse o agenciamento da força de trabalho desses indivíduos até seus 21 anos, os termos estabelecidos nas cartas de liberdade são muito mais reveladores do que a letra da lei. Se alguns senhores reconheciam que estavam "desistindo dos serviços a que o ingênuo era obrigado", outros literalmente passavam a alforria, como o senhor José Corrêa Barbosa, que concedia liberdade "ao seu escravo de nome Torquato, de cor preta, digo cor parda, de idade 12 anos mais ou menos (...) com a cláusula, porém, de prestar ao abaixo assinado e aos seus herdeiros, os seus serviços por espaço de quatro anos a contar de hoje."[4]

Além das alforrias, outros documentos nos informam o interesse dos proprietários em criar os filhos de escravas e libertas. É o caso das *Ações Judiciais de Tutela*, documentos que tratam da transferência tutelar de crianças para terceiros devido ao falecimento de seus pais ou por outros motivos, nos quais figuram, principalmente, mulheres pobres, entre as quais destacam-se as negras (forras ou cativas). No caso dos filhos das escravas, cabe lembrar que a condição de "ingênuo" como categoria jurídica foi definida pela Lei de 1871. Esta, apesar de

[3] APERS – Testamento. Provedoria, Porto Alegre, maço 72, nº 2240, 1888 (Isidoro de Barbedo); maço 72, nº 2253, 1888 (Angélica Ribeiro); maço 71, nº 2138, 1884 (Antônia Genoveva).
[4] APERS – Registro de alforria. 3º tabelionato, Livro 07, 37r, 28/08/1884.

considerar livre o filho da escrava nascido a partir daquela data, mantinha o atrelamento da criança com o senhor de sua mãe na medida em que lhe concedia a prerrogativa da tutela. De acordo com a lei, até os oito anos de idade a criança deveria permanecer com o senhor de sua mãe, sendo que, depois desse período, este poderia optar por continuar utilizando os serviços daquele até os 21 anos, ou requerer do Estado uma indenização pecuniária de 600$000. A maioria dos senhores, no entanto, optou pela primeira alternativa (CONRAD, 1978, p. 142).

Já no caso das dos filhos das mulheres forras, Maria Aparecida Papali demonstra que frequentemente eles eram considerados órfãos, isso porque as brechas da Lei de 1871 mantiveram a questão do ingênuo em bases bem próximas às da legislação orfanológica imperial, segundo a qual eram considerados órfãos e poderiam ser, portanto, tutelados, os filhos de mulheres solteiras, pobres e miseráveis, situações nas quais se encontravam a maioria das libertas (PAPALI, 2003). A autora atenta que, mesmo tendo família e possuindo companheiro fixo, o fato de não serem oficialmente casadas dificultou a possibilidade de manterem consigo a tutela de seus filhos. Papali verificou que, para Taubaté, este passou a ser um requisito cada vez mais cobrado pelos Juízes de Órfãos como comprovação de condição civil.

No período estudado, nos deparamos com várias libertas que, com a justificativa da pobreza e da falta de condições para criar (justificativa que é dada pelo candidato a tutor), tiveram seus filhos deixados aos cuidados de seus senhores e ex-senhores os quais, não raro, passaram a responsabilidade a terceiros. Era comum que os candidatos à tutoria se dirigissem ao Juiz de Órfãos alegando que a criança em questão precisava de proteção, alguém que pudesse lhe dar educação e ensinar-lhe um ofício. No entanto, segundo Papali,

> Algumas condições para tanta generosidade permaneceram veladas nas entrelinhas dessas ações. A grande maioria das crianças e jovens tutelados não recebia nem o ensinamento das primeiras letras, sendo encaminhadas ao trabalho na lavoura ou ao serviço doméstico. Foi o início de uma grande demanda pela mão-de-obra disponibilizada por estes pequenos. (2007, p. 156).

É em 1886, por exemplo, quando Maria Madalena acabara de remir-se de seu contrato de prestação de serviços e havia, por isso, abandonado a companhia de sua senhora, que esta dava entrada no pedido de tutela dos “três crioulinhos”, filhos da liberta. Eram eles, Victorino (de quase 16 anos), Sabino (8 anos) e Anna (6 anos). Alegando ter amizade pelas crianças, desejando-lhes ajudar e proteger, dando-lhes o necessário sustento, vestuário e educação, coisa que, segundo ela, a mãe dos menores não era capaz de fazer por não possuir recursos, por ter

de viver de aluguel e por já ter consigo outros três filhos, a ex-senhora pedia que o juiz nomeasse seu genro, João Antônio da Cunha Neto, como tutor dos menores.[5]

Maria Madalena cumprira seu contrato de prestação de serviços junto a uma de suas ex-senhoras na companhia de seus três filhos. Ao final, decidira romper com a vida que levava, deixando a casa onde vivera, certamente em busca de novos horizontes parar constituir aquilo a que ela atribuía o sentido de *ser livre*. Não deve ter sido fácil deixar seus filhos pra trás. Talvez ainda, e muito provavelmente, ela não tenha deixado seus filhos *exatamente* pra trás, mas tenha seguido frequentando a família da qual fora escrava para visitá-los. Talvez até mesmo seguisse trabalhando para aquela família mesma recebendo algum salário, mas vivendo em outro lugar.

Não temos como saber maiores detalhes. Fato é, porém, que a maternidade certamente pautou a vida em liberdade de muitas mulheres que, ao não poderem levar consigo seus filhos, mantinham laços com as famílias para as quais serviram como cativas através da entrega da tutela de seus pequenos ou tinham de deixar os mesmos a terceiros. A responsabilidade de carregar outras vidas junto a si certamente marcou e deu sentido às experiências de liberdade, às possibilidades (e opções efetivamente feitas) de ocupar um lugar no mundo do trabalho, enfim, ao destino dado a suas vidas após a alforria, plena ou condicional. Este parece ser o caso de Narcisa, que se viu enredada em uma disputa em torno do destino dado aos seus filhos

No dia 21 de agosto de 1884, o mestre de relojoeiro João Pedro Goeres, morador à Rua General Silva Tavares entrara com pedido de tutoria do menor Joaquim, preto "liberto", filho da preta Narcisa Maria Nunes. A solicitação foi acatada pelo Juiz de Órfãos e o novo tutor comprometia-se a ensinar seu ofício ao menor, que receberia jornais para isso, além de aprender a ler, escrever e contar. A mãe da criança, no entanto, entraria logo em seguida com recurso contra a tutoria do tal João Pedro, permitindo-nos conhecer alguns detalhes de uma disputa que durou mais de dois meses.

Narcisa e Joaquim haviam sido presos na Cadeia Civil da capital pelo "fútil pretexto" de serem escravos de Victor Modesto Bernardes da Silva. Um homem de nome João José Marques havia pedido auxílio a José Joaquim Francini, que conseguiu um *habeas corpus* em favor da suplicante e de seu filho os quais, por não ter sido apresentada a certidão de matrícula daquela, haviam sido soltos. Não se sabe muito bem de que maneira entra em cena um tal Francisco Ferreira Barbosa, morador do Caminho Novo, que havia dispendido de 10 a 12 mil

[5] APERS – Inventário. 1ª Vara da Família e Sucessão da comarca de Porto Alegre (1882 – 1890). Processo nº 2737.

réis com as custas do processo. O tal homem é acusado por Narcisa de querer forçá-la a assinar um contrato em que reconheceria uma dívida de 400$000 a ser paga em prestação de serviços.

Como a mulher se recusou ao tal contrato, Barbosa teria escondido Joaquim de sua mãe e entregado a seu filho, João Pedro Goeres, impedindo que Narcisa pudesse "ver e abençoar" a criança. Narcisa acusava o novo tutor de seu filho de ser "dado á bebedice" e de castigá-la através de seu filho, que estaria passando fome, "dormindo no assoalho" e sendo empregado nos serviços da cozinha. Narcisa "implorava" para que seu filho lhe fosse devolvido já que, além das "justas razões alegadas", já estaria sofrendo pela ausência forçada de seus filhos ingênuos João, Luciana e Manoela, menores de 8 anos, e a última, sem batizar-se, com a idade de 2 anos, as quais acham-se em poder de Victor Modesto Bernardes da Silva, atualmente encontrando-se o menor de nome João com a perna quebrada. A seu rogo assinava, em 1º de setembro, o cidadão Francini, que havia lhe conseguido a soltura da prisão.

Goeres recorre afirmando que as acusações de Narcisa sobre seus vícios e supostos crimes não passariam de especulações para obter a tutela do ingênuo em seu favor e de terceiros. Reafirmava seu compromisso com a educação do menor, que estaria "longe de ter vida ociosa, aplicando-se a uma vida laboriosa e honrada". O tutor rebate a acusação de que Joaquim lhe teria sido entregue por Barbosa e afirma que, em verdade, o mesmo lhe fora entregue pela própria mãe do menino e por João José Marques, que seria seu amásio e teria entrado com o pedido de tutoria por achar mais seguro. O homem exige que Narcisa comprove suas acusações e deixa a decisão nas mãos do Juiz de Órfãos.

Alguns dias depois, em 9 de setembro, Goeres volta a dirigir-se ao juiz. Ao ter sido negado seu pedido de anulação de tutela por falta de provas, Narcisa teria arrebatado seu filho das mãos de seu tutor, o qual exigia a busca e apreensão da criança. A busca na residência da "preta, livre ou liberta" é autorizada pelo Dr. Bernardo Dias de Castro Sobrinho, Juiz de Direito de Órfãos, com a acusação de sedução. Três diz depois, a mãe entra com novo requerimento solicitando, dessa vez, que se providencie novo tutor para Joaquim com a justificativa de que o então tutor havia sido preso por roubo, sugerindo que este fato o desqualificaria para o cargo a que se candidatara. Tendo sido apurada a informação por João José Marques, o suposto amásio de Narcisa, de que Goéres havia, de fato passado pela cadeia por crime de roubo (informação prestada pelo carcereiro da Cadeia), o homem foi, então, destituído do cargo de tutor, sendo apontada pelo juiz a necessidade de se nomear pessoa idônea em seu lugar.

A condição de Narcisa não fica explícita naqueles autos, sendo referida como "livre ou liberta". Entretanto, o fato de seus filhos serem ingênuos (o que foi afirmado por ela mesma) e

de estarem em poder do suposto senhor, Victor Modesto, sugere que Narcisa pudesse se encontrar também, àquela altura, em uma disputa em torno de sua condição. É possível que seu senhor não houvesse realizado sua matrícula, já que a mesma não fora localizada e Narcisa fora solta da prisão por falta de provas. Sabendo de seus direitos, talvez a mesma estivesse em um embate pela afirmação de sua condição de liberta, conforme determinava o regulamento de 1872. Ou, mais simples do que isso (mas não menos difícil), talvez Narcisa fosse mesmo liberta e parou na cadeia vítima da suspeição que pairava sobre "gente como ela", já que não houve intervenção do suposto senhor em torno da guarda dos ingênuos.

Os imbróglios em torno de sua condição a haviam levado à cadeia sob a suspeição de ser escrava. No entanto, ao que parece, vítima de uma chantagem cuja exigência era de que prestasse seus serviços, a ex-escrava viu a vingança ser descontada em seu filho, Joaquim. Deixar seus filhos à tutela de terceiros não parece ter sido o maior problema para Narcisa. Sua preocupação maior parecia ser mesmo com o bem-estar dos mesmos, cuidando para que eles não sofressem maus-tratos e não fossem explorados por terceiros gananciosos, como demonstrou ao protestar quanto às condições a que Goeres sujeitava Joaquim ("passava fome e dormia no assoalho") e quanto ao uso de seus serviços na cozinha, denunciando que ele não estaria aprendendo o ofício prometido pelo relojoeiro.

Mais ou menos dois anos depois daquele episódio, em 5 de novembro 1886, os filhos de Narcisa seriam dados à tutela de um homem chamado Pedro Luiz Barth, com oficina de funilaria. Àquela época, Barth afirmava ter em sua companhia "há muito tempo" o menor João de modo que passava a requer não apenas sua tutoria, mas a de seus irmãos Joaquim, Luciana e Manoela. Talvez a liberta já tivesse resolvido, nessa época, os possíveis problemas em torno de sua condição. Mas as marcas do cativeiro que carregava consigo na vida em liberdade por certo não deixaram de interferir não apenas em sua vida, mas nas de seus quatro filhos.

Maria Helena Machado atenta para os atravessamentos de gênero entre as experiências de escravos e libertos. Ao estudar o Auto de Denúncia de Redução de Pessoa livre à Escravidão na década de 1880 no Vale do Paraíba Paulista da escrava Ovídia e da mulher livre, Benedicta Maria Albina da Ilha (que vinham a ser a mesma pessoa em diferentes momentos do processo), a autora discute que "o caminho da autonomia [feminina] continuava a ser negociado no âmbito privado do trabalho doméstico e da explícita dependência pessoal", o que se seguiria no pós-abolição. Dos libertos em geral, mas particularmente das mulheres, esperava-se que "permanecessem no controle dos seus senhores, servindo-os como criadas, e como tal sendo

submetidas a diversos controles, tornando-se elos na cadeia de dominação de toda a família." (MACHADO, 2011, p. 159).

Se durante a escravidão, a vida de escravas e libertas foram marcadas (ainda que de modos distintos para umas e outras) pela sua condição de mulheres, a abolição em 1888 iria aproximar ainda mais e arrastá-las para um mesmo patamar:

> Para as mulheres egressas da escravidão ou de seus limiares, a liberdade teria que ser negociada no mundo privado das cozinhas, tanques e quintais, onde mulheres solteiras e casadas se desencumbiam de intermináveis tarefas do serviço doméstico, enquanto amas cuidavam de bebês e crianças maiorzinhas, cozinhavam para elas, contavam estórias e as faziam ninar, sempre longe de seus próprios filhos. Abrigadas em quartos minúsculos, dispensas e outros locais insalubres, as Benedictas e Ovídias dos anos que se têm convencionado chamar de pós-abolição se mantiveram quase invisíveis para os contemporâneos e para os historiadores. (Idem, p. 192)

Esta chave de leitura nos permite observar as mulheres forras em Porto Alegre através dos processos que envolviam seus filhos e o modo como muito provavelmente constituíram uma parcela da população que sofreu de forma ainda mais intensa com a vigilância senhorial e do poder público, conforme indicam registros da cadeia civil durante o período.

As tutelas referentes à Comarca de Porto Alegre encontram-se, na quantidade de 208 documentos para os anos de 1884 até 1888, nos subfundos das 1ª, 2ª e 3ª Varas de Família e Sucessão do APERS. Um dado a respeito desses documentos nos parece bastante significativo. Dos 208 documentos distribuídos ao longo de cinco anos (1884 a 1888), o maior percentual é do ano em que foi abolida a escravidão no império: 35 (16,8%) em 1884, 30 (14,4%) em 1885, 34 (16,3%) em 1886, 32 (15,4%) em 1887 e 77 (37%) em 1888. Se tomarmos como parâmetro os documentos da 1ª Vara de Família e Sucessão, que são 72 tutelas, 35 (48,6%) documentos envolvem mulheres negras. Desses 35 documentos, 24 (68,6%) envolvem mães libertas (das quais sete são contratadas e uma foi alforriada com a condição de servir até a morte do senhor), dois envolvem mães escravas (5,7%) e em 9 (25,7%) casos não foi possível verificar a condição da mãe, por constar apenas "ingênuos" ou filho de uma mãe preta, parda ou crioula.

O que mais chama a atenção é que desses 35 documentos, 17 (48,6%) são de 1888, sendo que desses, apenas dois são anteriores a 13 de Maio (referem-se a março de 1888), seis são deste mês (porém após a data de Lei Áurea) e o restante distribui-se ao longo daquele ano. De todos os autos, apenas em dois não foi possível identificar se a mãe havia sido escrava, as outras 15 eram todas libertas. Dos filhos de libertas dados à tutela, 14 foram dados ao ex-senhor da mãe e em apenas um caso foi dada a uma terceira pessoas. Alguns desses documentos deixam explícita a preocupação em readequar tão logo quanto possível o direito sobre os menores,

ingênuos até a Lei Áurea, como o relativo ao filho de Mathilde, alforriada gratuitamente em setembro de 1884, quando tinha 34 anos:[6]

> Diz Antônio Carneiro da Fontoura, residente e estabelecido nesta cidade, que tendo sido criado pela família do suplicante o menor Gilberto, filho de sua ex-escrava Mathilde, aí esteve conservado recebendo educação e cuidado; mas como o referido menor tenha apenas sete anos de **idade e se ache extinta a condição de ingênuo, em virtude do Decreto de 13 de maio do corrente ano,** quer o suplicante continuar a tê-lo em sua companhia na qualidade de tutelado , visto a escapar de meios em que se acha a mãe do mesmo para poder cuidá-lo e educa-lo como convém, e por isso pede o suplicante a V. S. se sirva nomeá-lo tutor com as obrigações estabelecidas pela lei. Porto Alegre, 1º de Junho de 1888. (Grifo nosso)

Maria Aparecida Papali, em seu estudo que contempla os ingênuos tutelados em Taubaté (província de São Paulo) entre 1871 e 1895 discute como a Lei do Ventre Livre operou para este setor da população ligada ao cativeiro através de suas mães. Para a autora, se a Lei de 1871 eliminava os resquícios do direito costumeiro que arbitravam a política para a conquista da alforria até então, em relação ao ingênuo, em apenas dois artigos (os artigos 1º e 2º), o mesmo não ocorrera (PAPALI, 2003, p. 28). A autora argumenta que, a despeito da Lei Rio Branco ser uma lei de caráter universalizante, influenciada pelas premissas modernas e pelos códigos liberais, "e não de normas reguladoras de direitos costumeiros baseados nas relações pessoais, deixou, em relação ao filho da escrava, determinadas marcas extremamente próximas de condutas ditadas pela prática cotidiana e de dominação pessoal." Tais marcas transformar-se-iam, no pós-abolição, "em brechas legais utilizadas pelos ex-senhores na tentativa de manter sob sua tutela os filhos ingênuos de suas escravas." (Idem, p. 31)

De acordo com Papali, o 13 de Maio trouxe um endosso legal do que vinha ocorrendo na realidade ao menos desde a década de 1870, com o fim da possibilidade de revogação da liberdade, com a Lei do Ventre Livre, com o recrudescimento do movimento abolicionista na década seguinte somado ao avanço do abolicionismo radical e o consequente aumento de fugas de escravos nas fazendas do interior paulista, com assassinatos de senhores e feitores etc. No entanto, seguiram pendentes no pós-abolição, resultante das diferentes expectativas entre senhores, que desejavam a manutenção da ordem do trabalho, e de recém-libertados, em relação à realização de seus projetos de vida. Uma dessas questões remanescentes era a que dizia respeito à fragilidade social em que se encontravam os ingênuos, transformado em órfão, criança abandonada ou simplesmente "menor" com o final do período escravista:

> Ao lado da indagação nunca formulada, mas sempre implícita nos discursos e jornais da época: "o que fazer com o liberto?" encontrava-se outro questionamento similar, que dizia o seguinte: "o que fazer com o ingênuo?" Com o final da escravidão, com o advento do 13

[6] APERS - Registro de alforria. 1ºT, L:28, 1v, 24/09/1884.

> de maio, a lei Rio Branco não mais se sustentou, caiu em desuso pela simples evidência da inexistência de escravos no país. No entanto, se não estava mais em vigor, deixou resquícios de permanência, exatamente nas questões mais próximas ao direito costumeiro, campo fértil e propício para a criação de brechas legais. O ingênuo, ou o ex-ingênuo, tornou-se o sujeito fragilizado nessa nova ordem. (Idem, p. 33)

Para Taubaté, durante o período estudado pela autora (1871 – 1895), foi verificado um grande aumento de ações de tutela no ano da derrocada final da escravidão no império. De acordo com a mesma, nos meses anteriores e posteriores ao 13 de Maio, verificou-se a permanência de tensões envolvendo os filhos das escravas geradas através da corrida ao juizado de órfãos daquela cidade. Contando com o amparo dos juízes, muitos ex-senhores puderam manter a guarda e tutela sobre os filhos das recém-libertas. Ainda que com um recorte temporal bem mais extenso que o nosso, os dados encontrados pela autora dialogam com os que acabamos de apresentar. Das 330 ações vistas por Papali, 154 (46,7%) são referentes a 1888; e dentre essas, foram encontrados 148 ingênuos sendo tutelados. A concentração de ações no ano da abolição indicam, nas palavras da autora, um campo de tensão sendo instalado em torno do filho da escrava e do seu futuro como trabalhador. (Idem, p. 34)

Tomando os dados referentes a Porto Alegre, em que o índice de ações tutelares aumentou no ano da abolição no império, sugerimos algumas observações. Se o movimento de 1884 tirou uma quantidade expressiva de pessoas do cativeiro formal, relegando-as à condição de libertos condicionais, então por que não se vê também um grande número de tutelas registradas naquele ano? Decorrente dessa questão, parece-nos certo que os senhores estavam interessados não apenas nos anos de serviço devidos pelas libertas, mas também no trabalho advindo da exploração de seus filhos. Isso pode sugerir que, sabendo das possíveis disputas em torno de seus da guarda destes, as contratadas tenham permanecido cumprindo as cláusulas de suas alforrias junto a seus senhores permanecendo, assim, junto a suas crias. Desse modo, algumas podem ter deixado seus antigos lares em busca de uma nova vida apenas a definitiva com a escravidão obtida através da Lei Áurea, tendo que, para isso, em alguns casos, deixar seus filhos pra trás, dada a precariedade das possibilidades da vida de libertas.

Se a condição legal do liberto condicional fora decidida frequentemente nos tribunais (apesar de contar com um favorecimento à liberdade), conforme averiguou Mary Karasch (2000), é provável que a condição de seus filhos tenha sido também objeto de tensões entre libertas e ex-senhores (disputas estas que não necessariamente chegaram aos tribunais). À luz do que escreveu Papali, pode ter prevalecido aí resquícios de um direito costumeiro que pode ter servido como uma elemento de pressão para coagir as libertas à cumprir as condições de sua

alforria. Outro modo de interpretar os números dos registros de tutela é que, tendo sido abolida definitivamente a escravidão em 1888, os senhores tenham investido em negociar as tutelas com as mães das crianças e, com isso, manter os laços com aquelas libertas, aumentando a possibilidade de que as mesmas os seguissem servindo além, é claro, de seus filhos.

Ao encontro de tais argumentos vão os dados relativos à entrada e saída de presos da Cadeia Civil de Porto Alegre no período em questão, entre os quais chama a atenção a quantidade de mulheres entre os registros. Dos 408 indivíduos que deram entrada na cadeia entre 1884 e 1888, 270 (66,2%) são homens, e 138 (33,8%) de mulheres. Se tomarmos por comparação os números apresentados por Tiago César Silva (2015) de presos atendidos na enfermaria entre 1856 e 1882, temos nós uma grande quantidade de mulheres negras presas entre 1884 e 1888. Nos dados compulsados pelo autor, dos 713 presos pobres atendidos na enfermaria da cadeia, apenas 2,4% eram mulheres; entre os particulares, eram 2,8%. Paulo Moreira (2009) apresenta em seu estudo o relatório sobre a população da cadeia civil de Porto Alegre do médico de polícia Dr. Sebastião Leão já no período republicano, em 1893. Segundo estes dados, à época a cadeia contava com 226 presos, dos quais apenas seis (2,6%) eram mulheres.

Se o processo de emancipação que transcorria na província naqueles anos realmente resultou em certa desestabilização na economia e, especificamente no meio urbano, à desorganização do trabalho doméstico, não é de se estranhar que nesse mesmo período o controle e a repressão sobre as mulheres egressas do cativeiro tenham recrudescido, conforme vimos através do caso de Narcisa. Como liberta, o que quer que fizesse com a sua liberdade envolvia também os seus filhos. Desse modo, pensamos que os interesses em jogo nas disputadas tutelares ajudam a explicar o recrudescimento da repressão sobre as mulheres negras – livres, forras ou libertas – visto a partir da grande quantidade de mulheres negras dando entrada na cadeia no período aqui estudado. Sugerimos, assim, que as mulheres podem ter sido alvo de políticas de controle específicas a serem deslindadas.

Referências bibliográficas:

BELLINI, Lígia. Por amor e interesse: a relação senhor-escravo em cartas de alforria. In: REIS, João José (Org.) **Escravidão e invenção da liberdade:** estudos sobre o negro no Brasil. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPq, 1988.

CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravatura no Brasil:** 1850 – 1888. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. 394p.

KARASCH, Mary. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808 – 1850).** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MACHADO, Maria Helena P. T. "Corpo, Gênero e Identidade no Limiar da Abolição: a história de Benedicta Maria Albina da Ilha ou Ovídia, escrava (sudeste, 1880)". **Revista Afro-Ásia,** n. 42, 2011. No prelo.

MOREIRA, Paulo Staudt. **Entre o deboche e a rapina:** os cenários sociais da criminalidade popular (Porto Alegre – século XIX). Porto Alegre: Armazém Digital, 2009.
PAPALI, Maria Aparecida. **Escravos, libertos e órfãos:** a construção da liberdade em Taubaté (1871-1895). São Paulo: Annablume, 2003.

_____. Ingênuos e órfãos pobres: a utilização do trabalho infantil no final da escravidão. **Estudos Ibero-Americanos.** PUCRS, v. XXXIII, n. 1, p. 149-159, junho de 2007.

ARRUMADORES DO PORTO: UMA BREVE DISCUSSÃO SOBRE O TRABALHO PROTUÁRIO

Elvis Silveira Simões[7]

No decorrer do século XX e XXI a temática sobre a História do Trabalho vêm se aprofundando através dos constantes debates que estabeleceu com diferentes áreas do conhecimento. Uma vez que esta se tornou um campo de estudo disputado, possibilitou sua abrangência em temáticas, perspectivas analíticas e revisões conceituais/teóricas. Segundo Lima (2011), na apresentação da Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, os estudos sobre a história do trabalho se expandiram possibilitando um viés que:

> [...] descobriu e redescobriu outros atores que por muito tempo ficaram à margem da narrativa mestra da história social: não apenas as mulheres (descobrindo, por exemplo, que a "classe operária tem dois sexos"), mas também os escravos e trabalhadores livres pobres na cidade e no campo, os marginalizados, o mundo do trabalho "informal" e precário, o mundo colonial e pós-colonial, em suas dimensões sociais e culturais. (LIMA, 2011. p.14*)*

Observamos tais perspectivas apresentadas em trabalhos como do historiador Fernando Teixeira da Silva, principalmente em suas obras *A carga e a culpa* (1995) e *Operários sem patrões* (2003), nas quais o autor discorre sobre a formação da classe operária portuária de Santos-SP, tendo como foco a discussão de solidariedade, resistência, relações de trabalho, formação da identidade de grupo e etc. Podemos elencar nestas novas perspectivas o livro de Marlene Monteiro André[8] *A organização do trabalho portuário* (1996), na qual a autora aprofunda sobre a temática do trabalho avulso, relações e cotidiano de trabalho, bem como condições de trabalho e saúde dos operários, no Porto de Vitória-ES. Destacamos também os livros de Ingrid Sarti *O porto vermelho* (1981), o qual discorre sobre o movimento combativo sindical dos Estivadores, abordando direitos e reivindicações, relações de trabalho e as disputas estabelecidas pelo grupo, em Santos-SP; bem como Mariana Lucia Caira Gitahy em *Ventos do mar* (1992), na qual a aborda classe e cultura urbana e operária e o movimento operário.

Estes autores em suas respectivas obras buscam ir além das clássicas formulações sobre a organização do trabalho operário, e ao analisá-los como atuantes na perspectiva social, possibilitam ultrapassar o ambiente de labuta, para compreender as diversas implicações sociais

[7]Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Pelotas – UFPel. Mestrando.elvis.simoes@yahoo.com.br

[8] Destacamos que a autora é formada em Serviço Social, a fim de corroborar com a perspectiva de que diferentes disciplinas de estudo vêm se apropriando dos estudos sobre o ambiente de trabalho.

que o trabalho produz. Neste sentido, as categorias outrora esquecidas como parte importante da dinâmica social, puderam ser estudadas de forma a complexibilizar a temática a qual nos referimos.

Nesta perspectiva, nosso trabalho tem como objetivo abordar e aprofundar, de forma breve, a discussão referente ao trabalho portuário. Tendo como foco principal os Arrumadores do Porto de Rio Grande-RS, objetivaremos discutir como este grupo se inseriu a partir da década de 1950 e meados de 1960, no ambiente portuário; sua singularidade enquanto categoria e como estabeleciam suas redes de relações de trabalho, a fim de aprofundar o debate sobre a dinâmica de trabalho no Porto, principalmente por que a historiografia que versa sobre este campo, centrou fundamentalmente suas análises entorno dos operários da estiva e doqueiros (Portuário).

Para tanto, tomaremos como referencial teórico norteador os conceitos de Insegurança Estrutural de Mike Savage (2004)[9] e Experiência de E.P Thompson (1981)[10]. Para este breve trabalho, observamos que nos centraremos em uma discussão bibliográfica, na utilização de documentos Legislativos, e na utilização de entrevistas, as quais foram obtidas através do método de História Oral[11], o qual temos como autor referencial principal José Carlos Meihy (2003).

Nascer e viver: Rio Grande, uma cidade portuária

É relevante que observemos que historicamente o Porto está relacionado com o desenvolvimento das principais cidades que estabelecem contato com rios, oceanos, mares e lagos. E isto, por que de modo geral, se constituem em um dos primaciais meios de transportes de bens e pessoas, assim como por estarem relacionados a uma importante dinâmica econômica de escoamento da produção em diferentes escalas, sejam elas locais, regionais ou nacionais. Desta forma, o Porto deve ser compreendido como partícipe de um processo de

[9] Para Savage (2004), este conceito está relacionado ao fato de que dentro do sistema capitalista o meio de subsistência do trabalhador é retirado de suas mãos, e isto faz com que tenham que buscar estratégias para lidar com as incertezas da vida diária (SAVAGE, p.33). Segundo o autor, este conceito possibilita compreender as pressões estruturais sobre a vida dos operários, sem pensa-los inertes frente ao sistema capitalista.

[10] Para Thompson, a Experiência esta ligada a forma como atuam e se percebem os sujeitos. O autor considera os indivíduos inseridos e participantes dos fenômenos sociais, de forma que ao mesmo tempo reconhecendo as múltiplas pressões socioculturais sobre os sujeitos, compreende que estes pensam e agem de forma dinâmica frente a realidade. Desta forma, podemos pensar as experiências práticas que estão relacionadas edificação dos sujeitos e grupos, observando suas contradições, como parte do processo de sua construção.

[11] O método de História Oral consiste em uma forma de estudo que possibilita a criação de fontes de pesquisa. Está, possibilita o pesquisador ir além da fonte documental tradicional, e por em voga indivíduos que poderiam ficar aquém da documentação oficial. Em nossa pesquisa optamos por utilizar o modelo de História Oral Temática, visto que este privilegia observar experiências de vida dos entrevistados direcionando para a temática de pesquisa do entrevistador.

desenvolvimento socioeconômico e político, mas que possui fortes relações com a sociedade na qual se insere.

Se tomarmos esta questão a partir das relações de trabalho que se estabelecem dentro do Porto, podemos perceber que a própria forma de organização portuária implica em um ambiente complexo, repleto de diferentes categorias de trabalho interdependentes, as quais condicionam o seu desenvolvimento. Tais perspectivas são corroboradas por Hobsbawm (2015), na medida em que entende o Porto como "[...] uma indústria com fronteiras fluidas e nenhuma forma exata [...]" (HOBSBAWM, 2015, p.278).

O movimento inerente à dinâmica do Porto pode ser observado, não só em uma organização do trabalho confinado nas atividades dos portuários, mas também junto aos interesses que a sociedade estabelece no entorno deste ambiente, dentre as quais compreendem indústrias, comércio, armazéns; destacamos também que nas proximidades se desenvolveram bairros operários[12] e ambientes de lazer, bem como zonas de meretrizes e etc. Portanto, o desenvolvimento portuário produz impacto substancial em diversos setores da economia local, principalmente nas cidades que tem no Porto sua principal forma de crescimento, como em nosso caso de estudo a urbe riograndina.

A cidade de Rio Grande-RS possuía, segundo Edgar Gandra (1999), o único Porto Oceânico do Estado, sendo formado por uma longa tradição portuária. Não obstante, esta particularidade geográfica possibilitou que o mesmo possuísse uma posição de destaque ao longo dos séculos XIX e XX.

Durante o século XIX, a urbe riograndina era a principal exportadora da pecuária produzida na metade Sul do Rio Grande do Sul. Segundo a historiografia, foi por conta desta atividade exportadora que a mesma pode crescer como um centro comercial, e isto, conjuntamente, potencializou o desenvolvimento urbano. Desta forma, ao mesmo tempo em que ocorreram melhorias no centro urbano, Pedroso (2012) nos permite identificar que é a partir da representação política, e dos interesses de uma burguesia ligada ao comércio de importação e exportação, que em Rio Grande se empreende esforços em direção dos signos que traziam o status de progresso e modernidade[13], sendo um destes a construção de um Porto adequado. E

[12] E em Rio Grande, podemos observar uma pluralidade de bairros aonde os trabalhadores vieram a constituir suas residências, contudo podemos citar dois dos bairros onde se centram grande parte dos Arrumadores, assim como Estivadores, Portuários, entre outros, o Bairro Getúlio Vargas e o Bairro Santa Tereza. Todavia, não se restringia apenas a trabalhadores do Porto.

[13] O autor destaca "O alinhamento das desordenadas ruas, o empedramento das principais vias de acesso, a implantação do transporte público por meio dos bondes, os serviços de água, luz, esgoto, as obras de construção do novo Porto e a criação de uma nova área destinada ao realocamento da classe trabalhadora [...]" (PEDROSO, 2012, p.28).

foi neste movimento dialético que cidade e Porto puderam se desenvolver mutuamente, uma vez que quando mais expressiva fosse à dinâmica da circulação de mercadorias no Porto, maiores reverberações se apresentariam para o desenvolvimento cidade, e conseguinte, estimulando que o Porto se expandisse.

No início do século XX tem início o projeto de construção e ampliação do Porto Novo de Rio Grande-RS. Após cinco anos, é concluído em 1915, possibilitando desta forma um maior fluxo de movimentação de cargas e, conjuntamente, um aumento na demanda de mão de obra para execução das operações portuárias[14]. Ao mesmo tempo em que surgem tais necessidades, observa-se que fortaleceram um sistema de trabalho que corresponde à irregularidade no fluxo das atividades desenvolvidas no Porto. Desta forma, o sistema ocasional[15] de trabalho ampliou, uma vez que um maior número de operários passou a ser incorporados neste setor.

O trabalho sazonal, segundo Mariana Gitahy (1992), não se caracteriza como um fenômeno exclusivamente nacional. Este deve ser compreendido como uma resposta relacionada aos interesses capitalistas dos empregadores, ou seja, de potencializar a lucratividade em vista das constantes variações no fluxo de carga e descarga de mercadorias dentro do Porto. O sistema sazonal, para autora, tem como "O traço básico do sistema é uma extrema flexibilidade na contratação dos trabalhadores" (GITAHY, 1992, p. 105). Portanto, frisamos que historicamente o trabalho avulso está relacionado a este sistema de serviço junto ao ambiente portuário, e que também encontra precedentes em diferentes categorias e portos de diferentes países.

O desenvolvimento da urbe e do Porto riograndino deve ser observado, frente ao exposto, não como um processo atípico do século XIX e XX. Ele fazia parte de um processo de desenvolvimento do capitalismo presente em diferentes cidades do Brasil. Diego Vivian (2008), nos apresenta que o desenvolvimento capitalista nacional e regional, ambicionava impulsionar o país a partir da construção de Portos, uma vez que estes possibilitavam melhores conexões comerciais com o estrangeiro e com o restante do país:

> Neste período se verificou um crescimento demográfico significativo acompanhado do incremento das atividades econômicas em Porto Alegre. Autoridades governamentais e empreendedores dos setores industriais, comerciais e do transporte de passageiros via navegação começaram a se ressentir cada vez mais com a ausência de um porto moderno na capital. O aparelhamento e a modernização deste equipamento urbano eram concebidos

[14] Segundo o *Manual do Trabalhador Portuário e Ementário* (2001, p.19) a operação portuária compreende a um complexo de tarefas que abrangem movimentação e organização de mercadorias no Porto.

[15] O trabalho ocasional esta relacionado ao trabalho avulso de diferentes categorias. Mas que durante é indissociável para compreender os Arrumadores, a partir da década de 50, pois faz parte das experiências de insegurança na qual os trabalhadores só possuíam ganhos financeiros na medica em que prestassem um serviço.

> por muitos destes sujeitos como os principais meios de desenvolver o estado do Rio Grande do Sul através dos altos lucros do comércio nacional e internacional, demonstrando ao resto do país e até ao exterior a potência e dinamismo da economia sul-rio-grandense. Deste modo, se solidificaram expectativas de atingir o mesmo nível de desenvolvimento das nações da Europa e da América do Norte, sendo que a estruturação do Porto de Porto Alegre e a melhoria da acessibilidade a ele representavam oportunidades de estabelecer estreitas ligações com a modernidade e o progresso oriundos destes países. (VIVIAN, 2008, p.58-59)

Para uma cidade como Rio Grande-RS este processo possibilitou o crescimento de sua economia ao longo do século XX, visto que, ao lado de Porto Alegre, ela se tornou, nos anos de 1950 e 1960, um dos principais Portos do Estado e do país.

É nesta conjuntura social, a partir do meio do século XX, que se edifica a categoria Arrumadores no espectro legal nacional. Visto que até 1954 a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), embora versassem em sua Seção IX sobre as atividades desenvolvidas pelos Portuários, não deixava claro a forma de contratação de serviços em caso de carência de demanda de mão de obra.

Arrumadores do Porto: uma breve discussão sua edificação

A fundamentação legal que embasou a criação do sindicato dos Arrumadores se expressa na Lei nº 2.196, de 1º de abril de 1954. Anteriormente, não havia consenso sobre quais sindicatos prestariam serviços de suplência, na ausência de pessoal apto a desempenhar as atividades dos Portuários. Foi, portanto, somente a partir deste momento que dentro do porto organizado passou a haver um sindicato específico que organizasse os trabalhadores avulsos. Neste sentido:

> Quando não possuíam empregados em número suficiente, as administrações dos portos complementavam os serviços de capatazia com a utilização de trabalhadores avulsos da categoria denominada "arrumadores" (avulsos que atuavam fora dos portos executando movimentação de mercadorias nos armazéns gerais), mediante contrato celebrado com o respectivo Sindicato. **Esses eram a "força supletiva" dos empregados de docas** ou da administração do porto. Muitas vezes, esses mesmos avulsos **continuavam realizando serviços fora dos portos, nos armazéns gerais**. [*Grifo nosso*] (MTE, 2001, p.21).

Destarte, foi a partir do projeto que partiu do Senado Federal em 1953 e que obteve aval da Câmara dos Deputados 1954, que o até então Sindicato dos Trabalhadores no Comércio Armazenador[16] passou a se denominar Arrumadores. Tornando-se então oficialmente a força

[16] As atividades destes trabalhadores estavam, anterior a 1954, ligadas a movimentação de mercadorias no comércio (armazenagens gerais) ou a trapiches particulares.

supletiva do Porto, a partir de 1º de abril deste mesmo ano, passou, conforme nos diz Reis (1973), a ter exclusividade no gerenciamento da mão de obra suplementar, não existindo qualquer outra categoria de trabalho avulso no Porto (REIS, 1973, p.165). E ao mesmo tempo em que se tornaram oficialmente a força supletiva no Porto Organizado, segundo Falcão (2009, p.217), também passaram a ter preferência na prestação de serviço nos Portos não organizado.

Embora a atividade como Arrumador tenha sido legalmente reconhecido a partir de 1954, em Rio Grande estes só foram receber sua Carta Sindical em 1962. Isto ainda é uma incógnita em nossa pesquisa, visto que na Carta, aparentemente, consta que os mesmos foram reconhecidos enquanto Arrumadores em 1955[17].

A Lei em questão possibilitou com que os Arrumadores pudessem exercer suas atividades em dois ambientes, seja nas atividades desempenhadas no comércio, bem como no setor portuário. Conforme nos relata o extrabalhador arrumador Ivanor Lopes, sobre os anos iniciais do Sindicato dos Arrumadores de Rio Grande-RS, eles trabalhavam "[...] no Porto, na Marítima, qualquer armazém [...] na floresta [...] no carneirinho [...] tinha muitas empresas que a gente trabalhava, ali." e seu sistema de trabalho se dava na forma de "Empreitada [...]" (Entrevista com Ivanor Lopes). A empreitada, a qual se refere, denota a característica de irregularidade das requisições desta força de trabalho, ou seja, a necessidade de operários para suprir a demanda da produção. Em suma, as empresas que necessitassem carregar ou descarregar seus produtos, ou quaisquer outros serviços caracterizados na Lei de 2.196[18], poderiam buscar no Sindicato dos Arrumadores os trabalhadores que estivessem dispostos a vender sua força de trabalho.

Desta forma, observamos que nas atividades que desempenhavam em ambos ambientes, os Arrumadores estavam sujeitos a sazonalidade das atividades. No Porto, devido ao fluxo de movimentação dos navios e das requisições do sindicato dos Portuários, no comércio, da necessidade da contratação da mão de obra pelos comerciantes e donos de armazéns. Outro fator a ser mencionado, é que embora possuíssem um sistema que visasse possibilitar que todos pudessem trabalhar, isto não impedia que houvesse seleções dos indivíduos que comporiam os ternos[19]:

[17] Todavia, quando realizamos as entrevistas de História Oral, os trabalhadores tratam como sendo 1955 o período de fundação de seu sindicato.
[18] As atividades eram as mais diversas, dentre as quais podemos citar: execução de serviços de carga e descarga, lingar e deslingar, arrumar, costura e etc.
[19] Os Ternos correspondem à organização dos grupos de trabalho que prestariam serviços.

> Chegava ali na Marítima ali, tinha **muita gente na Marítima** [...], chegava ali e dizia: tu, tu, tu, tu. Escolhiam. **Já tinham aquele pessoal escolhido**. Se vai chamar na roda, como a gente diz, no rodízio, vai o Luiz[20] que é bom**, é cumpridor, mas vai um que não tem compromisso com o serviço**. Então ele já tinha aquele pessoal que eles queriam. [*Grifo nosso*] (Entrevista com Diógenes Souza)

O exposto, a nosso ver, levava a categoria a não possuir certezas quanto a seu faturamento diário, semanal ou mensal. O trabalho avulso/sazonal tem como uma de suas principais característica o pagamento pela execução de serviços prestados, ou seja, o trabalhador só recebe na medida em que completa uma atividade para a qual foi contratado. Portanto, a Insegurança faz parte do dia a dia destes sujeitos submetidos a tal sistema de trabalho.

Para autores como Mike Savage (2004), a Insegurança Estrutural faz parte do sistema capitalista, uma vez que o operário passa a vender sua força de trabalho, e é compelido a encontrar estratégias para garantir sua subsistência, visto que ele não é mais detentor dos meios de produção. Sob este viés, os Arrumadores, sujeitos a um sistema no qual não há garantias de suprir suas necessidades básicas de vida, buscavam formas de se organizarem. Destacaremos duas de nossas entrevistas, as quais reforçam nossas colocações.

O atual diretor do Sindicato dos Arrumadores, Trabalhadores Portuários Avulsos em Capatazia do Rio Grande & São José do Norte (Sindatacap), Amarante Greque Couto, tem em seu contexto familiar avô que trabalhou como estivador e pai que atuou como Arrumador. Ao retomar as lembranças de sua infância, Amarante, nos conta que em sua casa acumulavam alimentos de tal forma que se prolongavam do chão ao teto. Isto era uma forma, segundo o mesmo, de garantir condições mínimas de alimentação dos familiares durante os períodos em que houvesse uma diminuição dos serviços.

Em entrevista com Luiz Carlos Amaral, atual Vice-diretor do Sindicato, este nos possibilitou refletir sobre o contexto dos trabalhadores quando se dirigiam ao Porto, buscando saber se haveria trabalho. Os operários não possuíam garantia alguma de serem contratados para execução das tarefas, tanto por que poderiam chegar ao Porto e a demanda for menor que a quantidade de trabalhadores, como por não haver embarcações que necessitassem de movimentação de mercadorias. Contudo, aqueles que ficavam a espera de serviços, tendiam a se manter em torno da região, e segundo nosso entrevistado “as vezes não iam em casa por que não tinham dinheiro, ou vinham só com o dinheiro da passagem, né.” (Entrevista com Luis

[20] Quando o exarrumador se refere ao nome Luiz, apenas utiliza como exemplo o atual vice-diretor, Luiz Carlos, o qual estava presente na entrevista.

Carlos Amaral). Esta necessidade de espera na zona portuária também possibilitou fortalecer as redes de relações e de companheirismo entre estes indivíduos:

> "às vezes a convivência com o pessoal da área portuária, faziam ficar, né... e ai faziam a famosa cota: um compra uma galinha, outro compra um pouco de óleo, um compra um arroz, e ai faziam um rango ali, em determinado local da chamada ou na casa de algum e com isso foi se tornando esse vinculo de ficar na volta do Porto, né." (Entrevista com Luiz Amaral)

O fortalecimento das redes de relações, companheirismo e amizades, cumpre um papel fundamental para compreensão dos estudos sobre a vida desses trabalhadores, uma vez que:

> [...] conceber as questões de classe social, a partir da noção de insegurança, que toda sorte de rede pode vir a ser uma ferramenta decisiva para lidar com a incerteza inerente à vida cotidiana. [...] a formação de uma classe é um processo espacial, em que identidades locais e identidades de classe se podem fundir e combinar. (SAVAGE, 2004, p.41)

Portanto, as experiências relacionadas a esta insegurança do dia a dia, se refletia tanto nas formas de se organizarem no ambiente familiar, como no fortalecimento das relações de trabalho. E neste sentindo, assim como mencionamos anteriormente, discutir as novas perspectivas sobre temática do trabalho, vai além de analisar o trabalhador dentro de seu ambiente de labuta. Ser um trabalhador portuário, portanto, se insere em um universo amplo que está diretamente relacionada aos diferentes níveis de compreensão sobre sua vida.

Considerações Finais

Em suma, podemos concluir previamente que a dinâmica de trabalho dos Arrumadores se expressava em pelo menos 3 níveis, sendo estes: de trabalho, uma vez que eram a única categoria de trabalhadores portuários que possuíam uma característica abrangente de atividades, as quais possibilitavam o trabalho no comércio; na organização da mão de obra, uma vez que apesar de controlar o contingente de trabalhadores avulsos, ainda assim dependiam de haver movimentação de mercadorias e requisição; e através da Lei, visto que possibilitava uma significativa flexibilidade de suas atividades.

Diferentemente de categorias que possuíam uma legislação mais restrita ao Porto, como Portuários e Estivadores, os Arrumadores de Rio Grande-RS não possuíam controle sobre os serviços, ficando sujeitos à sazonalidade. Sua edificação enquanto categoria os tornou força suplementar das atividades portuárias, portanto eram a ponta mais frágil desta compreensão de insegurança do desenvolvimento capitalista, no ambiente portuário. Desta forma, eles se

constituíram como um grupo que estava “no centro e a margem” deste mundo de trabalho, pois participavam ativamente da dinâmica econômica da cidade, seja no comércio como no Porto, porém por serem trabalhadores avulsos, margearam as melhorias nas condições de vida que outras categorias, principalmente Portuários, tiveram no decorrer da década de 50 e 60.

Fontes

Amarante Greque Couto. História do Sindicato dos Arrumadores de Rio Grande-RS. Rio Grande. 20/03/2016, Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões e Thiago Cedrez da Silva.

BRASIL. Lei nº 2.196, de 1º de abril de 1954. Acrescenta novo item ao parágrafo único do art. 285 da Consolidação das Leis do Trabalho, dispondo sobre o serviço dos trabalhadores na movimentação de mercadorias. **Diário Oficial da União**, 1954. Seção I, p.5809 (Publicação Original). Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L2196.htm > Acessado em: <24/10/2016>

Ivanor Lopes e Luiz Carlos Amaral. História do Sindicato dos Arrumadores de Rio Grande-RS. Rio Grande. 06/06/2016. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões e Edgar Ávila Gandra.

Luiz Carlos Silva Amaral. História do Sindicato dos Arrumadores de Rio Grande-RS. Rio Grande. 23/05/2016. Entrevista concedida a Elvis Silveira Simões e Edgar Ávila Gandra.

Referência Bibliográfica

ANDRÉ, Marlene Monteiro. **Organização do trabalho portuário**: o cotidiano de vida e trabalho dos portuários avulsos. Vitória, ES: EDUFES, 1998.

FALCÃO, Jairo. **Cooperação, experiência e sobrevivência:** A história dos trabalhadores do Porto de Porto Alegre (1961-1989). 2009. Tese (Doutorado em História) Programa de Pós-graduação, Universidade Vale do Rio Sinos- Unisinos, São Leopoldo.

GANDRA, Edgar Ávila. **O cais da Resistência**: a trajetória do sindicato dos trabalhadores nos serviços portuários de Rio Grande no período de 1959 a 1969. Cruz Alta, UNICRUZ, 1999.

GITAHY, Maria Lucia. **Ventos do mar**: trabalhadores do porto, movimento operário e cultura urbana em Santos, 1889-1914. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

HOBSBAWM, Eric J. **Sobre a história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

_____. Sindicatos nacionais portuários. IN: HOBSBAWM, Eric J. **Os trabalhadores:** estudo sobre a história do operariado. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

LIMA, Henrique Espada. Apresentação ao dossiê – Os trabalhadores: experiência, cotidiano e identidade. **Dossiê – Os trabalhadores: experiência, cotidiano e identidade**, Revista

Brasileira de História & Ciências Sociais, Vol. 3, nº 6, p. 13-15, 2001. Disponível em: <https://www.rbhcs.com/rbhcs/article/view/96/95> acessado em: <22/10/2016>

MEIHY, José Carlos. **História oral:** como fazer, como pensar. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2013.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Manual do trabalhador portuário e ementário**. Brasília: MTE, SIT, 2001.

OLIVEIRA, Carlos Alberto de. **Quem é do mar não enjoa**: Memória e Experiência de Estivadores do Rio Grande/RS (1945- 1993). São Paulo, PUC, 2000.

PEDROSO, Ticiano Duarte. **Cidade Nova:** narrativas do cotidiano no subúrbio operário de Rio Grande. 2012. 162f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Programa de Pós-graduação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

REIS, Roberto Rangel. **Trabalho Marítimo:** estivadores, conferentes, consertadores, arrumadores – legislação especifica, resoluções, normativas do conselho superior do trabalho marítmo. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1973.

SARTI, Ingrid**. O porto Vermelho**: os estivadores santistas no sindicato e na política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

SAVAGE, Mike. Classe e história do trabalho. IN: BATALHA, Claudio; SILVA, Fernando; FORTES, Alexandre (org.). **Cultura de classe**: identidade e diversidade na formação do operariado. Campinas, SP: Edirora da Unicamp, 2004, p. 25-48

SILVA, Fernando Teixeira da. **A carga e a culpa: os operários das docas de Santos:** Direitos e Cultura de solidariedade (1937-1968). São Paulo/Santos: HUCITEC/PMS, 1995.

_____. **Operários sem patrões:** os trabalhadores de Santos no entreguerras. São Paulo: Unicamp, 2003.

THOMPSON. E.P**. Miséria da teoria ou um planetário de erros:** Uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1981.

VIVIAN, Diego Luiz. **Indústria Portuária Sul-Rio-Grandense:** Portos, transgressões e a formação da categoria dos vigias de embarcações em Porto Alegre e Rio Grande (1956-1964). Tese de Doutorado (Doutorado em História) Programa de Pós-Graduação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

O TRABALHO INFANTOJUVENIL ENTRE 1940 A 1950 EM PELOTAS (RS) E A JUSTIÇA DO TRABALHO

Sílvia Bandeira da Silva[21]

Introdução

Esse texto é o resultado inicial da pesquisa para o programa PPGH da UFPEL. A metodologia utilizada na pesquisa será a análise documental, levando em consideração a história da Justiça do Trabalho, o suporte do acervo, as pesquisas já concluídas sobre o mesmo recorte geográfico e temporário. Enfim, todos os requisitos básicos para o manuseio de fontes, sobretudo primárias. Serão elaborados gráficos, pois a intenção é de trabalhar em duas frentes de pesquisa, quantitativa e qualitativa. Partindo da proposição de Le Goff (1990), História e Memória, do alargamento da pesquisa histórica, ampliando as fontes e tendo na interdisciplinaridade a legitimidade do conhecimento. Não mais a limitação do discurso, o enclausuramento dos fatos, mas um entendimento da sociedade em sua complexidade. Utilizando o estudo dos conceitos históricos de criança e adolescente de Mary Del Priore entre outros, assim como os conceitos jurídicos e sucessão de determinações sobre o trabalho infantil na legislação esparsa. Dos debates sobre os conceitos e valorização do trabalho, direitos e justiça do trabalho de Ângela de Castro Gomes, John D. French , Sidney Chalhoub, Clarice Speranza e E.P. Thompson entre outros.

O estudo dos direitos conquistados pelos trabalhadores é relevante para a compreensão da história social do trabalho. Os questionamentos a serem respondidos construirão uma narrativa teórica que fundamentará mais do que uma simples "visão" de mundo, produzirá uma apreciação metodológica das fontes, resultando num conhecimento verossímil da realidade estudada.

A análise dos processos trabalhistas, mesmo que em quantidade reduzida, poderá expressar a ação desses jovens trabalhadores na utilização desse instrumento na busca de direito e justiça. Assim como ocorrem diferenciações entre os entendimentos por força da época ou da cultura sobre o assunto, interpretar a realidade apresentada pelos processos requer a apreciação das tensões surgidas entre empregados e empregadores. Também deve ser considerada a fragilidade representada por uma mão de obra de alta rotatividade e a pouca especialização e os interesses do uso dessa força de trabalho em benefício da lucratividade. Haveria apenas a questão de exploração salarial ou também a cultura de valorização do trabalho no período e,

[21] Mestranda PPGH/UFPel. Silviabandeira.advogada@gmail.com.

por isso, o incentivo desse aos mais jovens? Como esses jovens, enquanto agentes, demonstravam e fundamentavam as suas insatisfações nos locais de trabalho?

A criação da legislação específica ao trabalho e seus personagens despertou o debate entre vários autores. Conforme Speranza (2014, p.34), citando a interpretação de Jorge Ferreira: "Seguindo a linha de Gomes, Ferreira salienta que a ideia de justiça do trabalhador brasileiro se relacionaria diretamente com a possibilidade de ser ouvido pelo aparelho estatal em suas demandas". Desta forma, acredito ser possível encontrar elementos historiográficos e comprovações nas fontes primárias, que respondam a hipótese da relevância para os jovens trabalhadores da existência desse meio de luta que é a Justiça do Trabalho.

Sobre direitos e Justiça do Trabalho

Existiu um longo percurso determinando a implementação dos direitos trabalhistas até culminar com a edição da CLT e a criação da Justiça do Trabalho. Evitando tornar a leitura enfadonha e impossibilitado o esgotamento desse aspecto, serão pinçados alguns eventos importantes. Assim como o estudo confrontará as teorias, as origens e os efeitos das legislações e processos trabalhistas sobre os trabalhadores.

Sobre a questão do papel do Estado e das leis na luta dos trabalhadores pelos direitos, no dizer de Speranza:

> Tanto o executivo quanto o judiciário teriam sido negligentes ou omissos na implementação prática do amplo edifício legal de proteção ao trabalho. Diante disso, os operários acabaram por subverter na prática o sistema por meio da luta para tornar realidade direitos legais criados para nunca serem cumpridos. ("um ideal imaginário") SPERANZA (2014, p.35)

Não só a legislação trabalhista mudou, como o próprio conceito de trabalho. Vários autores elaboraram teorias sobre o conceito de trabalho e suas alterações perante as transformações de ordem social ou econômica. Estabelecendo uma relação de complexidade social e econômica que atribui ou não valor, na sociedade, ao trabalho e aos trabalhadores. O próprio conceito e valorização do trabalho denota ter sido influenciado pelas necessidades da elite como na situação de alteração do trabalho escravo para o assalariado. Foi necessário imputar um valor positivo ao trabalho para atribuir-lhe novo significado, dito por Chalhoub:

> Assim a perspectiva do fim da escravidão colocava para os detentores do capital a questão de garantir a continuação do suprimento de mão de obra e, tal objetivo só poderia ser alcançado caso houvesse uma mudança radical no conceito de trabalho vigente numa sociedade escravista. Era necessário que o conceito de trabalho ganhasse uma valoração

> positiva, articulando-se então conceitos vizinhos como o de "ordem" e "progresso" para impulsionar o país no sentido do “novo”, da "civilização". CHALHOUB (1986, p.29)

Essa foi uma construção feita após a abolição da escravidão e a proclamação da República no Brasil. Era necessário ter um controle dessa massa de livres, ex escravizados e imigrantes, submetê-los ao sistema que se reorganizava. Cabe demonstrar a interdependência dos conceitos e questionamentos através das outras ciências humanas, que também analisam as questões da desigualdade e injustiça social. Mesmo com o trabalho assalariado essas questões não desapareceram. No dizer de Janotti :

> Sob a influência desses parâmetros, desenvolveram-se os estudos de Economia e Sociologia, voltando-se a coleta e interpretação de fontes - antes focada na área política e na atuação de grandes personagens - para documentos sobre atividades econômicas, devassando-se cartórios, processos judiciais, censos, contratos de trabalho, movimentos de portos, abastecimento e outros de cunho coletivo e reivindicatório. A historiografia social e econômica sobrepujou a política na preferência dos historiadores que investigaram as estruturas básicas sobre as quais a política se assentava. (JANOTTI, 2015, p.11)

A criação da Justiça do Trabalho mudou o perfil na solução dos conflitos entre os trabalhadores:

> Em relação às Juntas de Conciliação e Julgamento do Ministério do Trabalho, é importante diferenciar estes órgãos das Juntas posteriores, que, apesar do mesmo nome, diferem das primeiras por estarem ligadas à Justiça do Trabalho. As Juntas do Ministério do Trabalho foram criadas para solucionar dissídios individuais (para examinar os dissídios coletivos, surgiram na mesma época as Comissões Mistas de Conciliação) e não tinham poder de execução (ao contrário das Juntas da Justiça do Trabalho). Isto significava que “se o empregador fosse condenado e não cumprisse voluntariamente a decisão, a parte vencedora tinha de entrar com uma ação executiva na Justiça Comum, que, não raro, revia as decisões num processo demorado”, como explicou o jurista Arnaldo Sussekind (GOMES; PESSANHA; MOREL, 2004, p. 58).

A reivindicação dos direitos trabalhistas se mostrou, originariamente, acessível aos trabalhadores justamente por não exigir a presença técnica de advogado, podendo a reclamatória ser feita pelo próprio empregado e encaminhada pelo servidor judiciário. Utilizando desses detalhes, os quais servem de embasamento da pesquisa historiográfica para responder a hipótese de que, embora na prática diária os direitos sejam violados, a Justiça do Trabalho veio para contribuir na defesa desses direitos e não apenas como instrumento patronal de dominação.

Existem interpretações historiográficas que colocam a Justiça do Trabalho como subordinadora dos trabalhadores:

> Além disso, tem recebido ainda grande aceitação a interpretação segundo a qual o aparato jurídico e institucional da intervenção estatal nas relações de trabalho teria subordinado

> integralmente os trabalhadores às chamadas estruturas de dominação de classe, chegando a impedir sua organização e ação autônomas. Todavia, chegando a impedir sua organização e ação autônomas. Todavia, alguns estudos, com significativa fundamentação empírica, evidenciam que os trabalhadores, desde os anos 1930 e 1940, se apropriaram das leis e do aparato jurídico por entender e ambos constituem uma arena dinâmica e complexa de conflitos e negociação. (GOMES, SILVA, 2013, p.32)

A interpretação histórica desse tempo terá os processos e jornais locais como fontes. Os processos para o entendimento do cotidiano dos trabalhadores e dos entraves nas relações trabalhistas. Os jornais para a percepção do que representava o trabalho e, em especial, o uso da mão de obra jovem, no período, para a sociedade em geral.

Disciplina nos locais de trabalho

O objetivo deste trabalho é agregar o maior número de informações possíveis através das fontes disponíveis. Registrar a interpretação do período considerando relevantes tanto o aspecto quantitativo como o qualitativo. Segundo Oliveira, Silva (2005, p.246) citando Becker (1993): "Diferentes fragmentos contribuem diferentemente para a nossa compreensão: alguns são úteis por sua cor, outros porque realçam os contornos de um objeto. Nenhuma das peças tem uma função maior a cumprir". Neste sentido, levando em conta o momento inicial do estudo, serão apresentados e discutidos a seguir alguns processos da Junta de Conciliação e Julgamento de Pelotas, integrantes do acervo da Justiça do Trabalho do Núcleo de Documentação Histórica (NDH) da UFPel.

<u>Processo 351/352 de 25/02/1945, Iolanda Monquelati Pereira (reclamante) x Abud Homsi (reclamado)</u>

O processo foi de iniciativa de Iolanda Monquelati Pereira, brasileira, solteira, caixeira, 17 anos, moradora da Vila Castilhos, bairro pobre de Pelotas, acompanhada de seu irmão Ariovaldo Pereira, sapateiro. Ela trabalhou numa loja chamada Casa das Meias de novembro de 1942 a março de 1945, ou seja, desde seus 14 anos. No dia 2 de maio de 1945 compareceu à Junta de Conciliação e os fatos alegados no processo foram que a reclamante (Iolanda) descumpriu o regulamento interno da loja ao faltar o serviço e não apresentar o atestado ou assinar o documento declarando que descumprira o regimento interno. Foi incluído no processo um documento interno, da loja, uma única folha datilografada com as seguintes determinações:

> Item 1- Proibido andar sem meias
>
> Item 2- Estar mais de um empregado dentro do vestiário
>
> Item 3- Conversar durante o serviço
>
> Suspensão de 3 dias

> Atraso:1ª vez suspensão 3 dias
>
> 2ª vez suspensão 5 dias
>
> 3ª vez demissão
>
> Todo empregado que faltar sem motivo justificado ou sem apresentação do atestado médico, incorrerá nas penalidades:
>
> 1ª vez – suspensão por 5 dias
>
> 2ª vez – demissão do estabelecimento
>
> (Processo nº 351/352 de 25/02/1945)

Iolanda, que trabalhava nesta loja desde os 14 anos, já havia faltado ao serviço em novembro de 1944. Ao faltar em março de 1945 foi exigido que apresentasse o atestado ou assinasse o documento declarando que descumprira o regimento interno. Ela recusou e ingressou com a reclamatória, teve seus pedidos indenizatórios negados. O presidente da Junta de Conciliação e Julgamento aceitou a tese de abandono de emprego, o que era alegado pelo empregador, já que ela não havia retornado ao local de trabalho. Determinou apenas o pagamento do salário devido. O processo se estendeu de 2 de maio de 1945 a 10 de setembro de 1946.Ficou expressa a relação de dominação e poder do patrão sobre os atos dos trabalhadores. Além disso, comprova a utilização de um regramento interno unilateral, elaborado pelo empregador, obrigando aos empregados.

Assim começou a pesquisa nos arquivos trabalhistas da UFPEL. A escolha foi trabalhar com as minhas duas áreas de formação: História e Direito. O recorte temporal escolhido é de 1940 a 1950 com crianças e adolescentes trabalhadores de ambos os gêneros em Pelotas/RS. O objetivo principal é compreender como ocorreram as relações trabalhistas nestes momentos iniciais de implantação da Justiça do Trabalho: se ela servia à intermediação dando garantias aos trabalhadores não adultos ou apenas legitimando o poder patronal. E, principalmente, qual a ação e motivação da iniciativa desses jovens na busca dos seus direitos?

Conforme Elias (1987), “a criança não é apenas maleável ou adaptável em grau muito maior do que os adultos. Ela precisa ser adaptada pelo outro, precisa da sociedade para se tornar fisicamente adulta”. Nessa esteira é possível interpretar que o trabalho precoce não aviltaria a condição de criança. Esse tempo da vida não seria relevante por si mesmo. Esse período seria apenas uma preparação para a condição de adulto:

> Para se tornar psiquicamente adulto, o indivíduo humano, a criança, não pode prescindir da relação com seres mais velhos e poderosos. Sem a assimilação de modelos sociais previamente formados, de partes e produtos desses seres mais poderosos, e sem a

> moldagem de suas funções psíquicas que eles acarretam, a criança continua a ser, para repisar esse ponto, pouco mais que um animal. (ELIAS, 2008, p.30-31)

Essa perspectiva sofreu diversas alterações até atingir a condição de proteção legislativa e psicológica da infância que é o debate atual. A própria questão da disciplina e das formas de exercê-la sofreu profundos questionamentos. No ambiente de trabalho, antes das legislações específicas, e mesmo após, elas são submetidas às mesmas regras dos adultos e até às condições e salários piores.

Processo 784/ 1948 Lygia Pepe (reclamante) x Weishappel e Cia (reclamada)

O processo foi de iniciativa de Lygia Pepe, menor de idade, auxiliar, solteira, assistida por seu representante legal. Ela trabalhava num estabelecimento comercial: a Drogaria Kautz, da reclamada Weishappel e Cia. A reclamante requereu a anulação da demissão ou o pagamento de indenização e aviso prévio, pois não lhe foi dito o motivo da demissão. Lygia achava que havia sido dispensada por causa da queixa de um freguês indignado por ter recebido uma quantidade menor de certa mercadoria que foi pedida. Porém, ela não estava na hora em que o cliente comprou o produto, nem na hora da retirada. Estava por ordem de seus superiores, fazendo trabalhos externos. Por causa desse fato vários colegas foram despedidos. A audiência marcada para o dia 04/08/1948 não ocorreu. Antes disso a reclamante pediu a anulação do processo, por ter sido chamada para retornar ao emprego nas mesmas condições de antes da dispensa. Logo, o processo foi arquivado. Da mesma forma que no processo anterior é perceptível o rigorismo com o qual eram tratados os empregados. Por uma falha cometida, vários foram demitidos. Inclusive a reclamante em questão, ausente na ocasião. Com essa pequena amostragem já foi possível estabelecer um dos focos da pesquisa: a disciplina nos locais de trabalho e a reação dos jovens ao sentirem-se injustiçados.

A análise das relações expostas nas declarações das partes envolvidas nos processos espelha a noção de injustiça dos reclamantes e dos costumes no ambiente laboral. No dizer de Ângela Gomes:

> Por outro lado, as ações trabalhistas também indicam práticas e relações sociais que extrapolam o mundo propriamente jurídico, como as experiências cotidianas nos locais de trabalho, nos sindicatos, nas mobilizações coletivas, na esfera privada e nas relações de gênero, permitindo a análise de como costumes e práticas compartilhados formaram bases sólidas para a luta por direitos. (GOMES, 2013, p.34)

A busca por leituras e referências esbarra na cultura e na multiplicidade de elementos reveladores do período que servem para enriquecer e ilustrar. O compositor e cantor Noel Rosa

retratou, poeticamente, esse tom disciplinador nos versos da música Três Apitos (Biavaschi, 2007, p.222) e a presença da mulher no mercado de trabalho, referendando através da cultura da época as impressões iniciais sobre a rigidez das relações encontradas nesta pesquisa :

> Quando a fábrica apita
> Faz reclame de você
> Nos meus olhos você lê
> Que eu sofro cruelmente
> Com ciúmes do gerente
> Impertinente
> Que dá ordens a você
> Sou do sereno poeta muito soturno
> Vou virar guarda-noturno
> E você sabe por que
> Mas você não sabe
> Que enquanto você faz pano
> Faço junto do piano
> Estes versos pra você
>
> (Disponível em https://www.letras.mus.br/noel-rosa-musicas/299248/ Acesso em 27/08/2016)

Esses versos musicados expressam, pelo viés da cultura popular, a percepção do trabalho e da hierarquia entre os trabalhadores como um exercício do poder patronal sobre os empregados. Existe uma conjunção de fatores que caracterizam as relações de trabalho numa sociedade capitalista. A disciplina e submissão do trabalhador estão entre elas. Disciplinar rigidamente o trabalho é coisificar o fazer humano. Torná-lo mecânico, impessoal. Isso também é reflexo e reprodução do sistema. A disciplina e valorização da figura do trabalhador, a associação do trabalho e dignidade foi um discurso crescente na chamada "Era Vargas". Dessa forma, a regulamentação dos direitos trabalhistas e os limites impostos às organizações sindicais talvez tenham sido uma opção de controle, pela elite, das classes trabalhadoras. A abordagem jurídica do trabalho infantil é recorrente, tanto no direito nacional quanto no internacional. Geralmente partindo dos pressupostos e tratados internacionais, dos quais o Brasil é signatário, para a incorporação no direito pátrio que lhes garanta legitimidade:

> A OIT **(Organização Internacional do Trabalho)** foi criada em 1919, como parte do Tratado de Versalhes, que pôs fim à Primeira Guerra Mundial. Fundou-se sobre a convicção primordial de que a paz universal e permanente somente pode estar baseada na

> justiça social. É a única das agências do Sistema das Nações Unidas com uma estrutura tripartite, composta de representantes de governos e de organizações de empregadores e de trabalhadores. A OIT é responsável pela formulação e aplicação das normas internacionais do trabalho (convenções e recomendações). As convenções, uma vez ratificadas por decisão soberana de um país, passam a fazer parte de seu ordenamento jurídico. O Brasil está entre os membros fundadores da OIT e participa da Conferência Internacional do Trabalho desde sua primeira reunião. Na primeira Conferência Internacional do Trabalho, realizada em 1919, a OIT adotou seis convenções. A primeira delas respondia a uma das principais reivindicações do movimento sindical e operário do final do século XIX e começo do século XX: a limitação da jornada de trabalho a 8 diárias e 48 semanais. As outras convenções adotadas nessa ocasião referem-se à proteção à maternidade, à luta contra o desemprego, à definição da idade mínima de 14 anos para o trabalho na indústria e à proibição do trabalho noturno de mulheres e menores de 18 anos. Albert Thomas tornou-se o primeiro Diretor-Geral da OIT. (OIT. **História**. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/content/hist%C3%B3ria> Acesso em: 20/09/15). Grifos nossos

No entanto, o Brasil é um dos países signatários das convenções internacionais que, segundo esse organismo, faz mais uso do trabalho infantil:

> Cerca de duas em cada dez crianças brasileiras entre dez e quatorze anos de idade trabalham. Deve-se notar que neste quesito o Brasil está em situação crítica na América Latina, superior apenas ao Paraguai e Haiti. Acresce que a maioria dessas crianças consegue ganhar no máximo um salário mínimo. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), quase metade delas trabalha quarenta ou mais horas semanais. Portanto, os pequenos trabalhadores estão, em geral, expostos as longas jornadas de trabalho e a baixos salários, fator que dificultam seus estudos e seu lazer. (SELLOSKNOERR; MOREIRA, 2013, p. 47).

Os estudos específicos sobre trabalhadores infanto-juvenis são muito recentes. Começaram a ter destaque com a criação do ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente - e a preocupação com o trabalho infantil. Mas vão além das questões jurídicas. Os processos encerram detalhes do cotidiano dos trabalhadores.

Considerações finais

Os resultados encontrados até o momento são parciais, a análise documental está apenas iniciando. Entre os processos analisados foi possível perceber a rigidez com que o comportamento dos trabalhadores era tratado e a existência de fontes suficientes para a pesquisa. Na historiografia foram conhecidos posicionamentos que se opõe quanto a efetividade ou não da justiça do trabalho em prol dos direitos dos trabalhadores. Também a alteração do conceito e valorização do trabalho e do jovem trabalhador em conformidade com as necessidades da sociedade, o momento histórico e político. Pela leitura inicial ficou claro haver posicionamentos divergentes quanto ao papel da CLT e do governo de Getúlio Vargas como beneficiador ou manipulador dos trabalhadores utilizando-se das leis e dos sindicatos. Pela

análise dos processos pode ser percebido que a noção de justiça está presente no imaginário dos trabalhadores, que recorrem ao judiciário na busca de reparação.

Fontes:

O Núcleo de Documentação Histórica da Universidade Federal de Pelotas, processos da Delegacia Regional do Trabalho: Processo 351/352 de 1945, Iolanda Monquelati Pereira (reclamante) x Abud Homsi (reclamado); Processo 784 de 1948 Lygia Pepe (reclamante) x Weishappel e Cia (recl

Referências bibliográficas:

BIAVASCHI, Magda Barros. **O direito do trabalho no Brasil - 1930-1942**. Editora LTR, 2007, p. 222.

BOBBIO,Norberto;MATTEUCCI,Nicola;PASQUINO,Gianfranco. D**icionário de Política.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998 p. 385-391

CARBONARI, Paulo C. **Educação para/em Direitos Humanos**. Relatório Azul**.** 2008, v. 1, p. 346.

COSTA, Hélio da; SILVA, Fernando Texeira da. **Trabalhadores Urbanos e Populismo: Um balanço dos estudo recentes.** In: FERREIRA, Jorge (Org.). **O populismo e sua história: debate e crítica.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. p. 205-272.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994

FERREIRA, Jorge (Org.). **O populismo e sua história: debate e crítica.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

FRENCH, J. D. **Afogados em leis: a CLT e a cultura política dos trabalhadores**

brasileiros. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 2005.p.149.

GOMES, A.C. **Os direitos sociais e humanos dos trabalhadores no Brasil: a título de apresentação.** In: GOMES, A.C.; SILVA, F.T. (Org.) **A Justiça do Trabalho e sua História.** São Paulo: Editora da Unicamp, 2013. Cap. 1, p.13 – 47.

JANOTTI, Maria. **O livro fontes históricas como fonte**. São Paulo : Editora Contexto, 2015. p.11

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Campinas – SP: Editora da UNICAMP,

1990.

LONER, Beatriz Ana; GILL, Lorena Almeida. **O trabalho de um Centro de Documentação: O Núcleo de Documentação Histórica da UFPEL,** Patrimônio e Memória,2013. Disponível

em: http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/viewFile/369/691> Acessado em 02/07/2015.

LOPES, Aristeu Elisandro Machado. **Os trabalhadores gráficos no acervo da Delegacia Regional do Trabalho do Rio Grande Do Sul (1933-1943).** Anais eletrônicos, Rio Grande,RS,2012. Disponível em: <http://www.eeh2012.anpuh-rs.org.br/resources/anais/18/1346339173 ARQUIVO_ArtigoAristeuLopesANPUH-RS.pdf> Acessado em: 11/09/2015.

OLIVEIRA, Fabiana Luci de; SILVA, Virgínia Ferreira da. **Processos judiciais como fonte de dados: poder e interpretação.** Sociologias, Porto Alegre, ano 7, nº 13, jan./jun. 2005, p. 244-259. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/soc/n13/23563.pdf>. Acesso em: 12/11/2015.

PRIORE, Mary Del. **História das Crianças no Brasil.** São Paulo: Editora Contexto, 2015.

SELLOSKNOERR, Viviane; MOREIRA, Abel. **A exploração do trabalho infantil e sua erradicação como uma questão dos direitos humanos.** Curitiba, v.1,nº30, 2013, p.47. Disponível em: < http://revista.unicuritiba.edu.br/> Acesso em 20/07/2015.

SPERANZA, C.G. **Cavando direitos: As leis trabalhistas e os conflitos entre os mineiros de carvão e seus patrões no Rio Grande do Sul (1940-1954).** São Leopoldo: Editora Oikos, 2014. p.23-39

THOMPSON, **Costumes em comum.** São Paulo: Editora Scharcz S.A., 2013

WOLKMER, A.C. Introdução aos Fundamentos de uma Teoria Geral dos Novos Direitos. In:

WOLKEMER, A.C.; LEITE, J.R.M.(Org) **Os "novos" direitos do Brasil- Natureza e perspectivas-Uma visão básica das novas conflituosidades jurídicas**. São Paulo: Saraiva, 2012.

Jovens Pesquisadores

Espaço reservado para os textos dos alunos de Graduação

TRAJETÓRIA HISTÓRICA DAS POLÍTICAS CULTURAIS DE MUSEUS NO BRASIL

Damaris de Lima Santos[1]
Carla Daniela Rabelo Rodrigues[2]

Introdução

O estímulo quanto a escrita desse artigo surge mediante um estudo feito no componente curricular do bacharelado em Produção e Política Cultural da Universidade Federal do Pampa, denominado História das Políticas Culturais no Brasil. Esse apresentou um panorama geral do contexto político cultural do país e seus desdobramentos. Devido a um anseio em entender a antiga e atual conjuntura política voltada aos museus, é que esse artigo foi estruturado. Por meio de revisão bibliográfica alocada no site do Ministério da Cultura, bem como por meio de análise de estudos da área, foram identificados dados referentes ao tema.

Alusivo ao contexto das políticas culturais no Brasil, Rubim (2007), discorre que até os anos de 1930 não houve surgimento de efetivas políticas culturais nacionais. Até esse período, somente foram realizadas ações na área de patrimônio. Nota-se desde então uma das tristes tradições interpretada como ausências no desenvolvimento das políticas culturais no país. No período de autoritarismo, eis que houve a instalação do Ministério da Educação e Cultura, em 1953. Ao fim do momento ditatorial, cria-se o Ministério da Cultura em 1985. Calabre (2007) afirma que ainda nesse momento, algumas instituições privadas como o Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, a Fundação Bienal, entre outras foram reconhecidas como bem público, passando a receber subsídios do governo federal, porém sem fiel manutenção das instituições.

Considerando as várias etapas de atuações das políticas de museu, desde seu surgimento no país até a realidade contemporânea, convém destacar as mudanças e percalços ocorridos ao longo do tempo. Dentre o período de maiores continuidades no setor, tem-se as políticas introduzidas no Governo Lula, que ao longo dessa gestão sofreram transformações de pouco destaque. Escassas são as reflexões e estudos pontuais que permitam analisar e dialogar sobre o assunto em questão. Nos anos de 2003 a 2009, o Brasil vivenciou novos marcos na gestão cultural. Nesse panorama de desenvolvimento, surge a constituição da Política Nacional de Museus (PNM) e consequentemente tem-se a criação do Departamento de Museus e Centros

[1] Autora do trabalho. Graduanda em Produção e Política Cultural pela Universidade Federal do Pampa. Bolsista PET (Programa de Educação Tutorial). damaris.limas@gmail.com
[2] Orientadora do trabalho. Tutora do PET – Produção e Política Cultural. Professora Adjunta do bacharelado em Produção e Política Cultural da Universidade Federal do Pampa. carlarabelo@unipampa.edu.br

Culturais (DEMU); a formulação e institucionalização do Sistema Brasileiro de Museus (SBM); o surgimento do Estatuto dos Museus (EM); e, por fim, a aprovação e constituição do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM).

Cada um dos mecanismos institucionais constituídos contribuiu significativamente com os processos de mudanças políticas do setor museológico. Em 2003, o campo tornou-se uma das prioridades nas ações do MinC e desde então avançou em suas aplicações. Foram instituídas leis, decretos, fóruns de discussões e investimentos federais de incentivo e fomento a museus. Durante a gestão do ministro Gil, surgem novos pensamentos quanto ao espaço e expressão museu, para além da preservação de acervos e restauro de sua estrutura física. Instrumentos de democratização e respeito a diversidade são pautados e passam a ter destaque no segmento museológico.

O museu que por um muito tempo foi símbolo de elitização, tornou-se espaço popular de conhecimento e trocas. Várias instituições se modernizaram com aportes tecnológicos, ampliaram seu repertório de acervo, outras para além dos grandes centros foram fundadas no seio das comunidades atraindo diversos públicos. Eis que a imaginação museal passou a se dar em vários locais permitindo novos olhares e ressignificações dos espaços de mostras.

Histórico das Política Culturais de Museus

Conforme dados do IBRAM (Instituto Brasileiro de Museus), as primeiras iniciativas de criação de museus no Brasil ocorrerão precisamente desde o século XVII, sendo impulsionadas no século XIX. Já no século XX, tem-se a criação do Curso de Museus e da Inspetoria de Monumentos Nacionais. Em 1926 Mário de Andrade elaborou um anteprojeto para o Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (SPHAN). Nesse Andrade faz menção aos pequenos museus, os museus populares e a atuação educacional dos museus. Pensamentos que são recuperados posteriormente através da Política Nacional de Museus.

Entre as décadas de 1940 e 1950, houve grande propagação de museus. Esse fator contribuiu para suas novas concepções e a seu setor profissional. À nível mundial, criou-se em 1946 o Conselho Internacional de Museus (ICOM). Por meio do esforço de museólogos da época foi possível criar no mesmo ano a representação nacional do ICOM no Brasil. Tratando-se dos eventos na área se destaca o 1° Congresso Nacional de Museus que ocorreu em 1956 e o Seminário Regional da Unesco sobre a função educativa dos museus em 1958.

Por muitos anos, os museus existiram somente enquanto espaços de conservação de acervos, abrigando obras e objetos de relíquia. Até meados dos anos 1960 é evidente as

ausências de efetivas políticas culturais e discussões voltadas aos museus. Foram vários anos em que conteúdos museológicos ficaram restritos ao público, contribuindo para não democratização dos espaços e gerando consequentemente demandas quanto ao desenvolvimento museal.

Na década de 1960 teve-se a criação da Associação Brasileira de Museologistas, conhecida atualmente como Associação Brasileira de museologia. Essa promove fóruns, congressos, seminários, encontros e debates. Em 1976, realizou-se o 1º Encontro Nacional de Dirigentes de Museus o qual deliberou documento em prol de implantação de Política Nacional de Museus. O Programa Nacional de Museus, criado em 1983, estruturou projetos voltados à revitalização dos museus brasileiros. Á partir daí tem-se uma iniciativa quanto a proteção dos museus existentes na época, mas mantendo-se enquanto instituições elitizadas. Em 1985 teve-se a criação do Ministério da Cultura, o qual segundo Calabre (2011) nesse período não gerou resultados quanto a concretização de políticas públicas de cultura. Um tema que só esteve em pauta de forma democrática posteriormente.

Em 1990, após alguns avanços, eis que são extintas a Fundação Nacional Pró-Memória e a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, criando-se o Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC). Somente após um tempo, surge o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Nessa mesma década, houve renovação do setor museal, ampliando-se a pluralidade das formas de museus. Longe dos espaços institucionalizados, o imaginário museal, passou a incorporar outros locais de memórias.

De forma cronológica, pode-se apontar como iniciativas normativas do setor de museus no país, a Lei nº 7.287, de 18 de dezembro de 1984 que dispõe sobre a regulamentação da profissão de museólogo, instituída no governo de João Figueiredo. Dos decretos estabelecidos nesse campo tem-se, o Decreto nº 91.775, de 15 de outubro de 1985, regulamenta a Lei nº 7.287, de 18 de dezembro de 1984, que dispõe sobre a profissão de museólogo e autoriza a criação do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Museologia. Esse fator foi essencial para tencionar e incentivar a criação de cursos de formação na área, dando legitimidade as ações do profissional em museologia.

Durante o mandato do Governo Lula surge o Decreto de 31 de maio de 2004, que institui a Semana dos Museus e o Dia Nacional do Museólogo; O Decreto nº 5.264, de 5 de novembro de 2004 institui o Sistema Brasileiro de Museus e dá outras providências. Quanto a continuidade na criação de leis tem-se a Lei nº 11.328, que institui o ano de 2006 como o Ano Nacional dos Museus. No ano de 2009, surge a Lei nº 11.904, que estabelece o Estatuto de Museus e dá outras

providências. Conforme Junior (2012) o Estatuto cooperou para definição ampla de museus. Ele constituiu normas, definindo instruções de preservação, conservação e restauro dos bens culturais. Além de deliberar a atuação do poder público quanto ao fomento e incentivo ao setor.

A Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009, cria o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) e juntamente com isso institui quatrocentos e vinte e cinco cargos efetivos do Plano Especial de Cargos da Cultura, Cargos em Comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores (DAS) e Funções Gratificadas, no âmbito do Poder Executivo federal. O Ibram surge em substituição ao Iphan nos quesitos de gestão dos museus federais. Atualmente, tem a responsabilidade pela Política Nacional de Museus e é fundamental para o progresso do setor. Também é um órgão essencial para tratar de ações de controle de visitações dos espaços de mostras, promoção da salvaguarda dos acervos existentes e da difusão de atividades de conexões entre os museus do país.

Com a criação do IBRAM, os 29 museus que eram até então administrados pelo IPHAN, passaram a integra-lo: Museu da Abolição (PE), Museu do Açude (RJ), Museu de Arqueologia de Itaipu (RJ), Museu de Arte Religiosa e Tradicional de Cabo Frio (RJ), Museu de Arte Sacra da Boa Morte, Cidade de Goiás (GO), Museu de Arte Sacra de Paraty (RJ), Museu das Bandeiras, Cidade de Goiás (GO), Museu Casa de Benjamin Constant (RJ), Museu Casa da Hera (RJ), Museu Casa Histórica de Alcantara (MA), Museu Casa dos Ottoni (MG), Museu Casa da Princesa (GO), Museu Chácara do Céu (RJ), Museu do Diamante (MG), Museu Forte Defensor Perpétuo de Paraty (RJ), Museu Histórico Nacional (RJ), Museu Imperial (RJ), Museu da Inconfidência (MG), Museu Lasar Segall (SP), Museu das Missões (RS), Museu Nacional de Belas Artes (RJ), Museu do Ouro (MG), Museu Regional de Caeté (MG), Museu Regional de São João del-Rei (MG), Museu da República (RJ), Museu Solar Monjardim (ES), Museu Victor Meirelles (SC), Museu Villa-Lobos (RJ), Palácio Rio Negro (RJ).

Outra conquista do campo foi o *Fórum Nacional de Museus.* Esse evento bienal, teve sua primeira edição em 2004 e visa refletir e avaliar diretrizes para a Política Nacional de Museus (PNM), inspirando debates e discussões por parte de profissionais e grupos interessados na área. A última edição do evento ocorreu em 2014 na cidade de Belém (PA). Tratando-se dos investimentos federais no setor, após anos de redução progressiva, o valor dos recursos destinados diretamente pelo MinC aos museus chegou a R$ 119 milhões em 2009. Em virtude da Lei de Incentivo à Cultura os investimentos cresceram de R$ 21,5 milhões em 2003 para R$ 82 milhões em 2006.

Por meio de editais como o Modernização e o Mais Museus, houve a recuperação da estrutura de alguns museus e a criação de novos espaços em municípios que não possuíam museus. Com isso, mais de 22 mil profissionais passaram a compor o quadro em empregos diretos. Também houve aumento da oferta de formação profissional, como por exemplo, incentivo à criação de cursos de graduação de museologia. No ano de 2003, existiam apenas dois cursos no país, mas entre os anos de 2005 e 2010, foram criados 11 novos cursos de graduação e um de pós-graduação.

Ao longo da consolidação da Política Nacional de Museus, houve modificações na concepção sobre museu. Conforme Junior (2010) o museu é espaço de comunicação, discussões, encontro de pluralidades e não deve ser considerado como um simples promotor da observação de objetos. Seu conceito está para além do velho, antigo e ultrapassado. Vai de encontro com o diverso e mutável. Após alguns avanços, atualmente existem vários tipos de museus. A partir da noção ampliada sobre patrimônio cultural, surgem formas do fazer erudito, popular, urbano e rural. Assim o espaço de memória tornou-se local de preservação, inclusão, interação e debate.

Parte do atual cenário museológico é composta por museus públicos, privados, museus de arte e de ciência; museus de empresas e de comunidades populares; museus federais, estaduais e municipais; museus que cabem numa pequena sala e museus de grandes territórios; museus clássicos e ecomuseus; museus com uma única sede e museus com sedes múltiplas; museus palácios e outros de estrutura simples. (JUCA, 2010, p. 08). São nesses ambientes, espalhados pelos vários cantos do país que circulam experiências estéticas, diversidade cultural e difusão de bens.

No ano de 2011, na gestão de Ana de Hollanda, o MinC juntamente com o Ibram lançou editais do Programa de Fomento aos Museus. Nesse mesmo ano houve divulgação da Campanha de Apoio Parlamentar à Área Museal com objetivo de sensibilizar deputados e senadores sobre a importância dos investimentos direcionados aos museus. Em 2012 o Ibram também sediou encontros de redes de pontos de memória e museus comunitários. Nos encontros, representantes de Pontos de Memória e Museus Comunitários de comunidades populares, indígenas, quilombolas, puderam expor suas histórias, memórias e patrimônios nos museus. Conquistas um tanto tardias para realidade das políticas culturais no Brasil, porém de alta relevância social.

O Programa de Fomento aos Museus, através de prêmios e projetos realizou apoio de artistas contemporâneos e modernização de instituições existentes. Colaborou com atividades

dos museus, gerando maior promoção de bens culturais. O Programa Pontos de Memória apoia ações de reconhecimento da memória social. Por meio de diálogos e interações entre os Pontos tem-se fortalecido tradições de alguns locais. Iniciativas voltadas ao debate em torno do direito a memória surgem por meio do programa, incentivando discussões sobre o reconhecimento de direitos entre os mais diversos grupos sociais e culturais.

No ano de 2013, durante a gestão Dilma, foi estabelecida a Lei nº 12.840, que dispõe sobre a destinação dos bens de valor cultural, artístico ou histórico aos museus. Após sancionada essa lei, iniciou-se um reforço do acervo dos museus no Brasil. Desde então, os bens abandonados ou apreendidos pela Fazenda Nacional passam a ter vistoria do Ibram e sequencialmente são cedidos aos museus que podem ser federais, estaduais ou municipais. A lei garante que obras confiscadas fiquem sob a guarda dos museus, podendo ser documentadas, conservadas e usadas como objeto de pesquisa. Contribuiu para preencher ainda mais as paredes e espaços museais com bens simbólicos e representativos para memória social.

Atualmente, pode-se citar como exemplos de museus que abrigam diversidade de temas, o Museu da Diversidade Sexual em São Paulo que acolhe conteúdos audiovisuais sobre a temática do preconceito e divulga o patrimônio cultural da comunidade LGBT brasileira. Outro exemplo é o Museu do Vaqueiro situado no Rio Grande do Norte. Esse apresenta a figura do vaqueiro através de um acervo composto por fotos, vestuário e objetos de trabalho. O museu também possui uma Escola de Jovens Sanfoneiros, onde literatura, música e história do sertão inspiram os trabalhos desenvolvidos pelos artistas. Nos dias atuais, através da plataforma do site do Minc e do Ibram, é possível acessar diversos conteúdos e notícias na área museológica como Cadernos Museológicos, Guia de museus brasileiros de todas as regiões do país, dentre outras informações pertinentes ao tema.

Principais destaques das Políticas Culturais de Museus

Notavelmente as ações políticas direcionadas aos museus no século XX, foram aplicadas lentamente e com longos intervalos. Reflexo de ausências apontadas por Rubim (2007) como período de tristes tradições. Nesse contexto o Brasil vivenciou também o autoritarismo voltado as políticas culturais. Cria-se um Instituto onde preza-se pelo "patrimônio de pedra e cal, de cultura branca, de estética barroca e teor monumental. Em geral: igrejas católicas, fortes e palácios do período colonial." (RUBIM, 2007, p.104). O zelo e atenção volta-se a restauração e preservação da estrutura material dos espaços de arte. É válido salientar que por outro lado, houve o importante papel dos militantes da área museológica que se

dedicaram integralmente as conquistas no setor. Mário de Andrade sem dúvida foi um dos ilustres contribuintes para o setor cultural. Entre suas metas de projetos visava:

> 1. estabelecer uma intervenção estatal sistemática abrangendo diferentes áreas da cultura; 2. pensar a cultura como algo "tão vital como o pão"; 3. propor uma definição ampla de cultura que extrapola as belas artes, sem desconsiderá-las, e que abarca, dentre outras, as culturas populares; 4. assumir o patrimônio não só como material, tangível e possuído pelas elites, mas também como algo imaterial, intangível e pertinente aos diferentes estratos da sociedade; 5. patrocinar duas missões etnográficas às regiões amazônica e nordestina para pesquisar suas populações, deslocadas do eixo dinâmico do país e da sua jurisdição administrativa, mas possuidoras de significativos acervos culturais. (Rubim, 2007, p.103).

Sem dúvida, Andrade foi um visionário de seu tempo. Suas propostas abarcavam os vários públicos, presando pela diversidade de temas e identidades. Ideais que foram retomados apenas após vagaroso tempo de ausências e instabilidades. No Relatório de Gestão 2003/2006, o Ministro Gil destaca a ideia de que o IBRAM possui uma história que o torna justo e legítimo herdeiro das concepções de Mário de Andrade, prezando pelos museus populares e pelo papel educativo dos mesmos na sociedade.

Somente a partir do primeiro mandato do Governo Lula é que se tem de fato contínuos avanços nas políticas culturais no país. A cultura passa a ser pautada de forma democrática. Com a reeleição de Lula, Gil permanece na gestão do Minc e é dada sequencia as ações. Sob a gestão do ministro Gilberto Gil, além de desenvolver um plano de implementação de políticas públicas sem precedentes na história do Brasil, o MinC foi recriado e remodelado.

Em um cenário de favoráveis ações de fomento as políticas culturais, Moraes (2009) aponta que o museu se transformou em uma instituição dotada de ascensão cultural e de público. Com atual número de instituições museológicas, centros culturais, galerias de arte, espaços de mostras, convém destacar a importância de políticas culturais para acesso e difusão desses locais. Relevante também apontar a necessidade de políticas culturais em prol da gestão dos acervos nacionais existentes. Para tanto, a ativa participação da sociedade na construção dessas políticas é fundamental. Convém também considerar a readequação de espaços que possam ser utilizados com fins artísticos. Ou até mesmo a ressignificação dos locais já existentes, promovendo atrações de linguagens artísticas para além das artes visuais.

Tratando-se de museus e espaços culturais é essencial pensar políticas culturais de acessibilidade para os distintos públicos, garantindo de fato a democratização ao acesso. Ações educativas para o público infantil, jovens, adultos e idosos também precisa ser parte integrante da programação das instituições. Este ideal deve atingir a esfera federal, estadual e municipal, contemplando setores públicos e privados. Tornando os museus em locais de discussões, inclusão, promoção à memória, educação e difusão de saberes diversos.

Em meio a esses fatores apresentados, é de extrema importância prezar pela continuidade das ações conquistadas até o momento. Pela manutenção das plurais instituições, como o Museu Afro, Museu do Índio, dentre outras de relevância nacional. Deve-se aprimorar a Política Nacional existente e não permitir retroceder aos ciclos de ausências e instabilidades no campo. Nesse sentido, já se enxerga alguns atrasos, como a sétima edição do Fórum Nacional de Museus que em 2016 iria ocorrer no estado do Rio Grande do Sul, porém em virtude de fatores impostos pela atual conjuntura prorrogou-se para 2017. Um evento de fundamental relevância para ininterrupção da Política Nacional de Museus e do Plano Nacional Setorial de Museus.

Considerações Finais

A busca e análise quanto às conquistas e continuidades referentes as políticas culturais no campo museal devem ser contínuas. O museu precisa ser encarado como local de constante transformações. Para tanto, as políticas a ele aplicadas necessitam privilegiar o desenvolvimento do mesmo. Por um longo período o setor sofreu ausências e instabilidades. As ações pontuais instituídas são recentes e se deram principalmente ao longo do Governo Lula. Importante destacar que houve avanços na instituição de leis e decretos direcionada a museus. Com a criação de fóruns, encontros e espaços de discussões, permitiu-se maior difusão do tema nos diversos meios de comunicação.

A gestão Gil, promoveu novos pensamentos em torno do espaço museal, respeitando e democratizando a diversidade cultural e rompendo com a antiga ideia de elitização do museu. O surgimento dos pontos de memórias também foi e é relevante para as discussões dos mais diversos grupos e movimentos sociais. Porém, ainda há muito o que avançar quanto as políticas culturais no campo museal nacional. Em virtude da atual conjuntura política, ocorreram algumas instabilidades no setor, como por exemplo, a demissão do diretor do museu Villa-Lobos que foi afastado de seu cargo sem comunicado prévio. O adiamento do sétimo Fórum Nacional de Museus também reflete alterações no planejamento até então estabelecido.

Convém destacar a necessidade de implantar políticas culturais de continuidade, as quais contemplem o acesso dos diversos públicos, considerando as singularidades dos indivíduos. Acerca dos espaços museológicos, esses devem estar em constante processo de ressignificações, dispondo de programações e projetos para além de exposições temporárias e acervos permanentes. Há de se estabelecer também incentivos a ações educativas e de mediação cultural dentro e fora dos museus direcionadas a todos os públicos. Em meio as demandas atuais

é dever do Estado atentar-se as potencialidades em prol de um seguimento nos avanços alcançados e consequente desenvolvimento museológico no país.

Referências Bibliográficas

CALABRE, Lia. **Políticas Culturais no Brasil: balanço e perspectivas.** III ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura/UFBA, Salvador, 2007.

CALABRE, Lia. **Políticas culturais: indicadores e informações como ferramentas de gestão pública.** Em: BARBALHO, Alexandre et al. Cultura & Desenvolvimento: perspectivas políticas e econômicas, 2011.

Legislação sobre museus [recurso eletrônico]. – 2. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013.

MORAES, Nilson. **Políticas públicas, políticas culturais e museu no Brasil.** Revista MUSEOLOGIA E PATRIMÔNIO, Rio de Janeiro, vol. 02, n. 1, p. 54-69, 2009.

Museus exploram diversidade cultural em todo o País. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/noticias-destaques/-/asset_publisher/OiKX3xlR9iTn/content/id/1324442>. Acesso em: 02/08/2016.

Museus Ibram. Disponível em: <http://www.museus.gov.br/os-museus/museus-ibram/>. Acesso em 28/07/2016.

Museus MinC. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/busca?p_p_id=3&p_p_lifecycle=0&p_p_state=maximized&p_p_mode=view&_3_struts_action=%2Fsearch%2Fsearch&_3_redirect=%2Fbusca%3Fp_p_id%3D3%26p_p_lifecycle%3D0%26p_p_state%3Dmaximized%26p_p_mode%3Dview%26_3_groupId%3D0&_3_keywords=museus&_3_groupId=0&x=0&y=0>. Acesso em: 30/07/2016.

Plano Nacional Setorial de Museus. Ministério da Cultura, Instituto Brasileiro de Museus. Brasília, 2010.

Política Nacional de Museus – Relatório de gestão 2003-2010. Ministério da Cultura, Instituto Brasileiro de Museus, Brasília, 2010.

RUBIM, ANTONIO; ALEXANDRE, Barbalho. **Políticas culturais no Brasil.** EDUFBA, Salvador, 2007.

RUBIM, Antonio. **Políticas culturais no Brasil: tristes tradições.** Revista Galáxia, São Paulo, n. 13, p. 101-113, 2007.

O ENSINO DO ALEMÃO POR INTERMÉDIO DE IMAGENS:
UMA ANALISE DAS ILUSTRAÇÕES PRESENTES NAS CARTILHAS "FIBEL FUER DEUTSCHE SCHULEN IN BRASILIEN" E "SCHEREIBLESSFIBEL FÜR UNTERRICHT DER ELEMENTARLASSEN"

Elias Kruger Albrecht[3]

O Presente trabalho tem como objetivo analisar as imagens presentes em dois livros escolares destinados ao ensino da leitura e da escrita em escolas sinodais, editados na década de 1920, vinculadas às igrejas luteranas que atuavam junto às colônias de imigrantes no sul do Rio Grande do Sul. A Cartilha Fibel fuer deutsche Schulen in Brasilien, (Cartilha para as escolas alemãs no Brasil) da editora Rotermund ligado ao Sínodo Sul Rio-grandense, e a Cartilha Schereiblessfibel für Unterricht der Elementarlassen (Cartilha do Ler e Escrever- ensino para educação básica) da editora Concórdia, ligada ao Sínodo de Missouri. Os sínodos além de fornecer o material didático para as suas escolas, também formavam seus próprios professores, bem como eram comprometidos com a causa religiosa, ressaltando a fé e o cotidiano em suas produções editoriais. E que o ensino era algo levado muito a sério, sendo que escola e igreja eram encontradas em todas as comunidades de imigrantes alemães e pomeranos. Assim, a alfabetização era algo constitutivo da identidade cultural dessas pessoas, pois vinculavam religião e aprendizado. Portanto, buscaremos durante a pesquisa compreender a relação imagens-texto como o público alvo ao qual se destinavam esses livros, para perceber a proposta pedagógica e ideológica que havia nas imagens desses livros didáticos.

Nas escolas vinculadas às comunidades religiosas luteranas predominava o ensino em alemão, até pelo menos o início da segunda Guerra Mundial. Neste período o material didático para as escolas era produzido e fornecido predominantemente por duas editoras: Editora Rotermund fundada em 1877, e desde sua origem está ligada ao Sínodo Sul-Rio-Grandense[4], oficialmente fundado em 1886, em São Leopoldo/RS, sob a presidência do Pastor Dr. Wilhelm Rotermund, também proprietário da editora. O sínodo Sul-Rio-Grandense era um entre os vários sínodos alemães que atuavam no Brasil, que no ano de 1949 formaram uma federação sinodal, passando a partir de 1968 denominar-se Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB[5]) . A Editora Concórdia, por sua vez, foi criada em 1923 pelo Sínodo de

[3] Universidade Federal de Pelotas. E-mail: eliask.albrecht@gmail.com.

[4] Ver: DREHER, Martin Norberto. **Igreja e Germanidade**: Estudo Crítico da História da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. EST, Porto Alegre, 1984.

[5] Ver: NOSSA HISTÓRIA Federação Sinodal inicio da história da IECLB. **Jornal O Caminho**, edição, Out.2009, disponível online: http://www.jornalocaminho.com.br/

Missouri[6]. Esta organização religiosa chegou ao Brasil no ano de 1900, enquanto projeto missionário enviado pela igreja luterana do estado de Missouri/EUA. No Brasil passou a se chamar Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB), em 1904, quando foi oficialmente fundada, embora tenha dependido financeiramente do Sínodo de Missouri até a década de 1980. O material publicado por essas duas editoras também circulava junto às escolas das Comunidades Luterana Independente[7] que surgiram junto às primeiras comunidades pomeranas, assim denominadas por não terem vinculação com nenhum Sínodo.

Segundo Kreutz (2007), os sínodos eram comprometidos com a causa religiosa, ressaltando a fé e o cotidiano em suas produções editoriais. Assim como, a alfabetização era algo constitutivo da identidade cultural dessas pessoas, por possibilitar o acesso direto as escrituras. Logo as cartilhas foram pensadas e elaboradas especificamente para os teuto-brasileiros[8], pois se tratava de material produzido em alemão. Segundo kreutz, "trata-se de livros elaborados e impressos especialmente para a escola teuto-brasileira sob a justificativa de que o material didático deveria partir da realidade do aluno e prepara-lo para inserir-se melhor em seu contexto."(p.73)

Estes materiais didáticos eram vinculados a um projeto comunitário sobre a liderança das igrejas, que visava segundo Kreutz (1996) tanto o aspecto social, religioso quanto o do trabalho. O que implicava em um cuidado especial na elaboração destes materiais didáticos para que contemplassem a realidade local e regional.

Conforme estudos já realizados por Droogeres, (2008) e Thum (2009), a língua e a fé era o que mantinha esse povo em união bem como garantiam a sobrevivência da cultura. A leitura tinha grande relevância, pois era requisito essencial para frequentar a igreja. Sendo assim, cada colônia de imigrantes pomeranos e alemães ocupava-se em construir a sua igreja, também chamada de sociedade escolar e religiosa. Portanto,as comunidades reconheciam as vantagens que o ensino lhes dava, tanto no âmbito social quanto no religioso. Neste sentido, Kreutz (1996) aponta que a questão escolar foi a característica mais importante dos imigrantes alemães na formação sociocultural do Rio Grande do Sul:

---

[6] Ver STEYER, Walter O**. Os imigrantes alemães no Rio Grande do Sul e o Luteranismo**: a fundação da Igreja Evangélica Luterana do Brasil e o confronto com o Sínodo Rio- Grandense 1900-1904. Porto Alegre, Singulart, 1999. E REHFELDT, Mario L. **Um grão de mostarda**: A História da Igreja Evangélica Luterana do Brasil. Porto Alegre, v.1, Concórdia, 2003.

[7] Ver: Osvald, Tamara. **As igrejas Evangélicas Livres e independentes em São Lourenço do Sul**. Dissertação de mestrado em Historia, UFPeL. Pelotas, 2014. E Weiduschadt, Patrícia. **O Sínodo de Missouri e a educação pomerana em Pelotas e São Lourenço do Sul nas primeiras décadas do século XX:** Identidade e cultura escolar. Dissertação de Mestrado em Educação. UFPEL, Pelotas, 2007.

[8] **Teuto-Brasileiro**: indivíduo de origem alemã e brasileira

> Entendiam a escola como parte fundamental do processo educacional [...] Aqui não esperavam pelo governo. A construção da escola e a sua manutenção chegava a ser prioritária sobre a própria casa e benfeitorias. [...] Na década de 1930 já haviam organizado na região rural do Estado, uma rede escolar com 1. 041 escolas comunitárias, [...] praticamente não haviam analfabetos nestas comunidades teuto-brasileiras, quanto a média nacional, e área rural, ainda passava de 80%. (KREUTZ,1996 p.145)

Com essa convicção da importância escolar, os imigrantes alemães deram ênfase na organização do currículo dessas escolas, onde as crianças pudessem aprender o necessário para poder participar dentro da estrutura comunitário, tanto no âmbito do trabalho como no aspecto social e religioso. Porém, pouco se sabe sobre o funcionamento das instituições escolares nos primeiros anos de colonização alemã no Brasil, no século XIX. Esta pouca informação é consequência da nacionalização do ensino que, segundo Kreutz (1994), "induziu a uma destruição generalizada da memória histórica. Livros, revistas, almanaques, jornais e muitos outros documentos do período, foram destruídos" (p.61).

Porém, para Thum (2009), esse isolamento das comunidades, causado pelo processo de restrição de cidadania que se acentuou durante a segunda Guerra Mundial, levou a um fechamento identitário, o que de certo modo, ajudou a preservar a cultura, bem como alguns materiais didáticos usados no período.

Portanto Batista e Galvão (2009) lembram que o texto didático possui múltiplas funções, sendo assim é importante quando se for estudar livros didáticos, ficar atento ao contexto em que foram produzidos. Pois o livro didático e seu discurso pedagógico exerce importante influência, na cultura da sociedade. Assim, pesquisar em livros didáticos é algo complexo e ao mesmo tempo desafiador, pois são produtos de uma época e constituíram diferentes suportes e contemplaram diferentes interesses. Mas essas particularidades fazem dele um objeto privilegiado para compreender as mentalidades de uma época. Segundo Choppin (2002), o manual participa de universo cultural e, portanto se constitui como um testemunho escrito.

Portanto, para poder chegar a esse objeto de estudo foi realizado uma busca em acervos como o CEDOC (Centro de Documentação), HISALES (História da Alfabetização, Leitura, Escrita e dos Livros Escolares), ambos vinculados a Faculdade de Educação da UFPel. E também por pesquisa de campo na região e colonização pomerana de Canguçu, Pelotas, São Lourenço do Sul, Morro Redondo e Arroio do Padre, para a procura de outros materiais, entre pessoas que estudaram antes de 1940 em escolas sinodais.

Como não havia a possibilidade de analisar detalhadamente todos os materiais didáticos, foram selecionados dois, um de cada editora: Cartilha Fibel für deutsnche schulen in Brasilien (Cartilha para as escolas alemãs no Brasil), da editora Rotermund, e a Cartilha Schereiblessfibel

für Unterricht der Elementarlassen (Cartilha para Ler e Escrever - ensino para educação básica), da editora Concórdia. Ilustradas a seguir:

(Cartilha para as escolas alemãs no Brasil)

(Cartilha para Ler e Escrever- ensino para educação básica)

As duas cartilhas foram produzidas visando um determinado público, sendo que se trata de material didático em alemão direcionado para as séries iniciais das escolas sinodais. Ambas possuem uma grande quantidade de ilustrações. Porém, as ilustrações apresentam peculiaridades especificas na forma de apresentação e exploração. Analisamos as imagens para tentar compreender qual a relação das mesmas como o texto escrito e o contexto para o qual foram produzidas, ou seja, qual a relação da ilustração com o meio social em que a criança-leitora estava inserira.

Neste sentido Joly (1996), aponta que a imagem é antes que mais nada algo que se assemelha a outra coisa, ou seja, ela traz um significado. Nesse sentido, as ilustrações nos livros didáticos refletem a representação da sociedade em determinada época ou de um determinado público para o qual ela é produzida e pensada. Segundo Belmiro (2008), as linguagens visuais nos livros didáticos direcionados a alfabetização serve como alicerce para chegar a escrita. Há nesse sentido uma tentativa de buscar na real maneiras de representar o mundo, para dar a criança uma motivação do significado alfabético.

Portando, tentar compreender o papel exercido pelas ilustrações presentes nas cartilhas de séries iniciais, pensada e elabora para servir de suporte metodológico no auxilio do ensino e aprendizagem, voltada a inserção dos alunos nas estruturas locais, é uma analise que necessita de um olhar mais direcionado, sobre as próprias cartilhas, para assim se perceber qual a

importância que a ilustração exerceu nesse processo, de produção de material didático voltado à realidade do aluno.

Em relação ao conteúdo, a Cartilha Fibel apresenta as letras do alfabeto, fonemas, frases e pequenos textos. Cada página é amplamente ilustrada, por contexto visual que remete a situações do cotidiano ou da realidade local. E pode se notar nas ilustrações a preocupação do ilustrador com a apropriação do ambiente rural, bem como, com a fauna e a flora típica do sul do país. Havia, portanto um cuidado de reproduzir nas cartilhas gravuras do contexto onde o seu público alvo está inserido, fazendo com que haja um reconhecimento por parte do leitor.

A figura a seguir demostra como se dava o uso articulado da imagem com a letra ensinada, ou seja, havia uma combinação visual que era pensada para que a criança aprendesse associando a letra ao objeto ilustrado.

(O ensino do SCH. Página 9 da Fibel)

O que podemos perceber num primeiro momento é que a ilustração se estende por toda a página contornando o texto. Assim, possui dupla função, servindo de margem para o texto escrito, tornando-o esteticamente bem apresentável, e ao mesmo tempo possui um caráter didático, sendo usada como feramente visual, auxiliando no aprendizado. Podemos perceber que a parte superior da página apresenta uma ilustração que remete a um ambiente rural, com características presentes no espaço geográfico do sul do país.

As crianças são colocadas como protagonistas na maioria dos textos e ilustrações presentes na Fibel, onde as frases se remetem a elas e por vezes, aparecem como se fossem pronunciadas por elas. Sendo que, se analisarmos a forma como as crianças estão expostas, paralelamente ao texto, na página nove podemos inferir uma ação e uma reação, ou mesmo, uma pergunta e uma resposta. Como podemos verificar nas traduções para o português das três primeiras frases do texto representado na figura acima.

Leo feine schafe = Leo - bonitas ovelhas
Lina meine schafe = Lina - minhas ovelhas
Lisa male eine schule= Lise - Pinta na escola

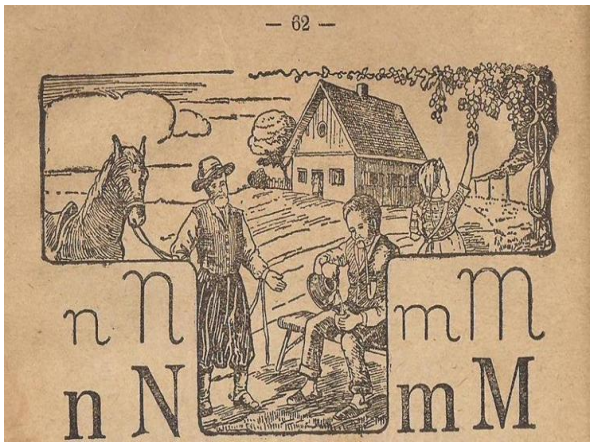
Tradução do texto da figura acima (página 9 da Fibel)

Ao analisarmos as ilustrações da figura acima, podemos identificar o método de ensino que se utiliza das imagens para apresentar a união das letras SCH, uma vez que, todas as imagens que contornam o texto escrito possuem SCH na escrita. Havia, portanto, a intenção de associar a letra a uma imagem presente no contexto diário do aluno, possibilitando a criança aprender por intermédio da ilustração. Para melhor compreensão busquemos mostrar a forma gramatical das figuras ilustradas na página nove, em português e alemão. Conforme segue abaixo a tradução das imagens da figura acima:

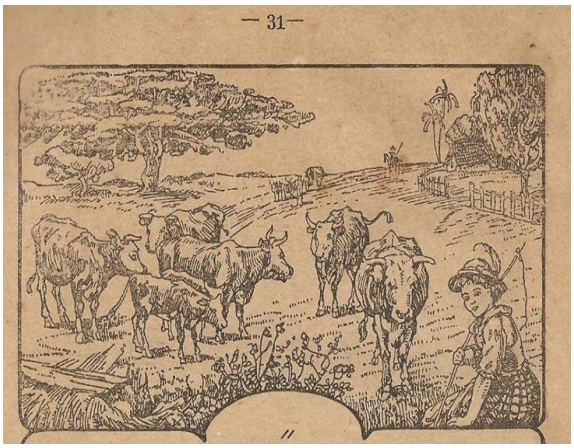
Ovelha = Schafe	Guarda-Chuva = Regenschirm	Navio = Schiff
Escola=Schule	Caramujo = Seeschnecke	Armário = Schrank
Serpente = Schlange	Borboleta = Schmeterling	Pregar = Einschlagen
Laço = Schleife	Chave =Schlüssel	Bota = Schaftstiefel
Balanço = Schaukeln	Quadro de escrever= SchwarzesBrett	

A relação entre texto visual e texto escrito é constante no decorrer da cartilha. Ou seja, é possível considerar que a ilustração é uma extensão do texto escrito, ou mesmo que, ilustração e texto se complementam. Joly (1996), aponta que a mensagem visual tem como objetivo de estabelecer uma relação entre o homem e o mundo. Estabelecendo essa relação podemos verificar que toda a ilustração foi pensada para que a criança se veja num espaço familiar no caso o ambiente rural e aprenda por intermédio das ilustrações presentes no livro didático a assimilar as letras ensinadas associando-as.

As referências ao Rio Grande podem ser percebidas nas ilustrações que trazem particularidades diretamente voltadas a cultura do sul do país, como homens pilchados, o chimarrão, rodeio e o andar a cavalo. E também no bioma como sua fauna e flora e seu relevo que estão presentes nas ilustrações. Percebe-se que houve o cuidado de ilustrar cenas que valorizassem a paisagem local e atividade típicas da campanha gaúcha como pastorear o gado, com destaque para os coqueiros e a figueira, que são facilmente encontradas na paisagem do Rio Grande do Sul. Como observamos nas figuras que seguem:

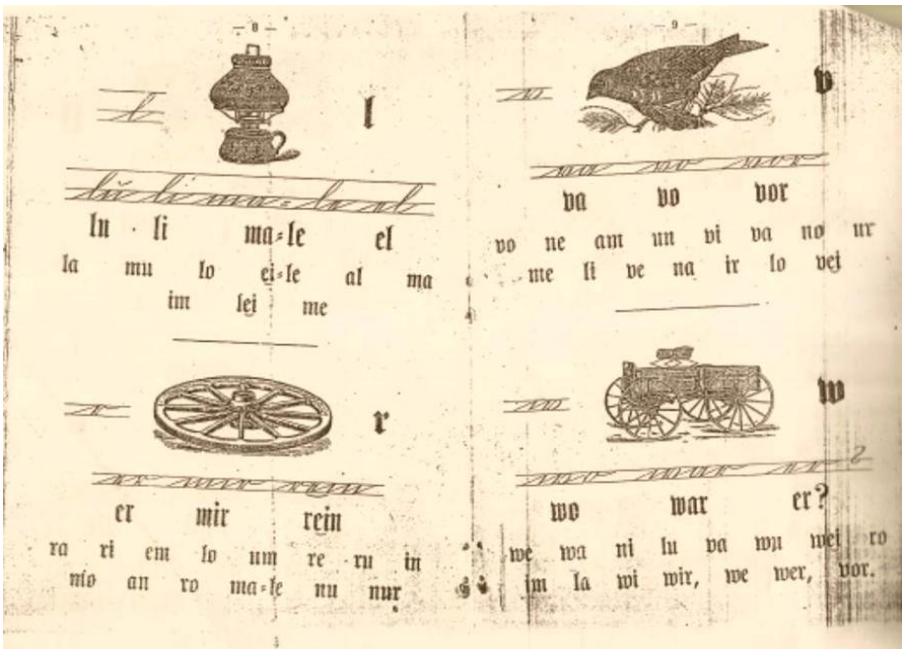


(Cultura gaúcha e alemã. Página 62 da Fibel)



(A paisagem do pampa .Página 31 da Fibel)

Já no livro de primeiro ano da cartilha Schereiblessfibel o conteúdo é semelhante ao da cartilha Fibel, estando contemplado o ensino do alfabeto, separação em silaba, encontros vocálicos e consonantais, e formação de palavras e frases e, por fim, pequenos textos. O que diferencia é a forma de expor o conteúdo, e também o uso da imagem como recurso textual, pois apesar das ilustrações estarem presentes em todo o livro, não estão diretamente relacionadas ao texto escrito, apenas ilustram uma imagem que se escreve com a letra ensinada. Trata-se de ilustrações isoladas, de objetos que estavam presentes no cotidiano das crianças. Como podemos notar na imagem abaixo:



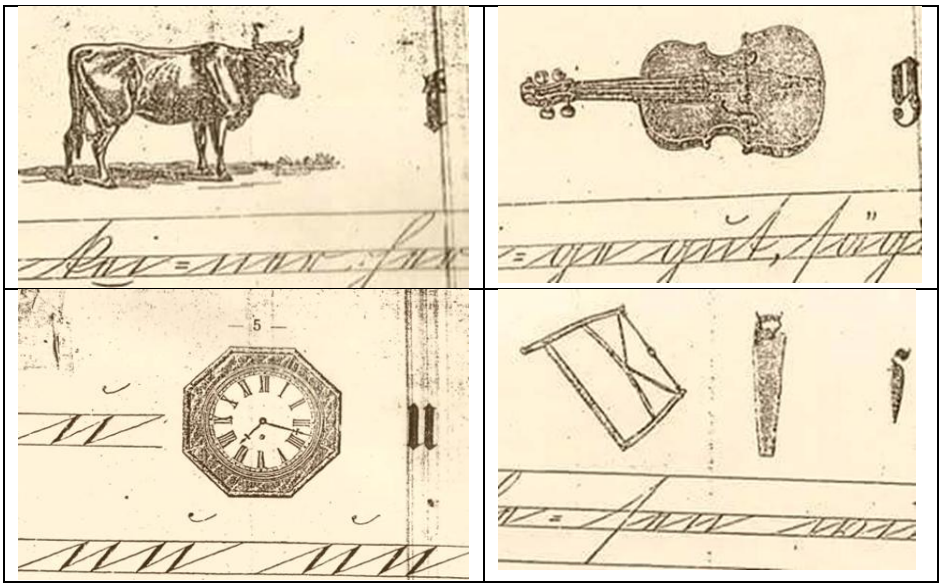
(O ensino do alfabeto. Páginas 8 e 9, da Schereiblessfibel)

Ao analisar a representação visual da fonte acima podemos identificar que se trata do ensino do alfabeto, em que cada letra ensinada é representada por uma única imagem, nesse caso o ensino da letra L, R ,V e W. Na tabela abaixo irei identificar a grafia das imagens em alemão, seguidas pela de português.

L; Laterne = Lampião	**V;** Vogel = Pássaro
R; Rad = Roda	**W;** Wagen = Carroça

Consegue-se perceber na tabela de descrição das 4 ilustrações presentes na figura acima, que o ensino da letra do alfabeto estava visualmente relacionado a uma única ilustração. Nesse sentido Belmiro (2008), fazendo referência a Le Men, autora francesa, afirma que a imagem está lá, sobretudo, porque ela agrada as crianças, e porque ela serve a uma pedagogia do jogo que quer distrair a criança antes de fazê-la raciocinar. Nessa conjuntura o foco da cartilha não está voltado para a linguagem visual, e sim para a ilustração como apoio pedagógico. Quando a parte escrita, não se trata nesse primeiro momento de frases ou texto, mas de letras e silabas soltas, já destacando os encontros vogais.

Conforme podemos observar a cartilha Schereiblessfibel da mesma forma que a Fibel traz diversas imagens do cotidiano. Porém são apresentada ao longo da cartilha, sempre de modo unitário, ilustrando uma imagem que se relaciona com a letra ensinada, porém não se encontra escrita. A figura a seguir apresenta algumas dessas ilustrações.



(Ilustrações diversas presentes na cartilha Schereiblessfibel)

A tabela abaixo apresenta a forma escrita das ilustrações acima, demonstrado a relação da gravura com a letra. Bem como a tradução gráfica para o português.

K ; Kuh = Vaca	**G;** Geige = Violino
U; Hur = Relógio	**S;** Serra = Säge

As ilustrações apontam que foi tomado um cuidado de trabalhar como representações que podiam ser facilmente reconhecidas pelas crianças que vivem no contexto rural, lugar onde viviam os colonos alemães/pomeranos que era o público alvo dessas cartilhas.

Sendo assim, com a análise realizada até o momento, pode-se considerar que existia uma proposta de ambientar ou familiarizar a criança com o meio ou local onde vivia. E que em ambas as cartilhas o contexto de vivencia para qual essas cartilhas eram produzidas é contemplado pelas ilustrações. Na Cartilha da Rotemund perceber-se além da interação texto-imagem, uma linguagem visual, ou seja, as imagens por si só já se fazem entender. Já na Cartilha da Concórdia as ilustrações são esteticamente mais simples, porém apresentam uma expressão cultural e de contexto. As imagens dialogam apenas com a letra ensinada. Ainda, podemos salientar na proposta dessa cartilha a importância da escrita por intermédio da caligrafia presente no livro.

Referências Bibliográficas:

BELMIRO, Celia Abicalil. **Um estudo sobre relações entre imagens e textos verbais em cartilhas de alfabetização e livros de literatura infantil**. Tese de Doutorado em Linguagem, Niterói: UFF, 2008.

CHOPPIN, Alain. O historiador e o livro escolar. **História da Educação**, ASPHE/FaE/UFPel, n.11, p.5 -24. Pelotas, 2002.

DREHER, Martin Norberto. **Igreja e Germanidade**: estudo Crítico da História da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. Porto Alegre: EST, 1984.

DROOGERES, André. **Religião, identidade e segurança, entre imigrantes Luteranos da Pomerânia no Espirito Santo (1880-2005).** Religião e Sociedade. v, 28. n,1. P.13-41, Rio de Janeiro. 2008.

GALVÃO, Ana Maria de; BATISTA, Antônio Augusto Gomes. O estudo dos manuais escolares e a pesquisa em história. In: BATISTA, Antônio Augusto G.; GALVÃO, Ana Maria de O.. **Livros Escolares de Leitura no Brasil**: elementos para uma história. Campinas: Mercado das Letras, 2009. p. 11-40.

KREUTZ, Lúcio. A Escola Teuto-Brasileira Católica e a Nascionalização do Ensino. In: MÜLLER, Telmo Lauro. **Nacionalização e imigração alemã**. São Leopoldo: Unisinos, 1994.

KREUTZ, Lúcio. Periódicos na literatura educacional dos imigrantes alemães no RS (1900-1939). **História da educação**. n.2, P.1-13. 2007.

KREUTZ, Lúcio. **Material didático e currículo na escola teuto-brasileira do Rio Grande do Sul. São Leopoldo**: Unisinos, 1994.

KREUTZ, Lúcio. Muito empenho pelas escolas. In: FISCHER, Luís. GERTZ, René. **Nós, os teuto-gaúchos.** Porto Alegre: UFRGS, 1996. p.145-150.

JOLY, Martine. **Introdução à análise da imagem**. 11 ed, Campinas: Papirus, 2007.

OSVALD, Tamara. **As igrejas Evangélicas Livres e independentes em São Lourenço do Sul**. Dissertação de mestrado em Historia, UFPeL. Pelotas, 2014.

REHFELDT, Mario L. **Um grão de mostarda**: A História da Igreja Evangélica Luterana do Brasil. v.1, Porto Alegre: Concórdia, 2003.

STEYER, Walter O. **Os imigrantes alemães no Rio Grande do Sul e o Luteranismo**: a fundação da Igreja Evangélica Luterana do Brasil e o confronto com o Sínodo Rio- Grandense 1900-1904. Singulart: Porto Alegre, 1999.

THUM, Carmo. **Educação historia e memória**: Silêncio e reinvenções pomeranas na serra dos tapes. Tese de Doutorado em Educação. UNISINOS, São Leopoldo, 2009.

WEIDUSCHADT, Patrícia. **O Sínodo de Missouri e a educação pomerana em Pelotas e São Lourenço do Sul nas primeiras décadas do século XX**: Identidade e cultura escolar. Dissertação de Mestrado em Educação. UFPel, Pelotas, 2007.

A TRADIÇÃO DE JOÃO MARIA NO SUL DO BRASIL CONTEMPORÂNEO: RESULTADOS DE PESQUISA

Gabriel Carvalho Kunrath (UFPEL) e Felipe S. Veber (UFPEL)

Em meados do século XIX surge no Brasil vindo da Itália, passando por Salvador, Rio de Janeiro e Sorocaba (cidade do interior do Estado de São Paulo) e gerando uma aglomeração de pessoas no Cerro do Campestre em Santa Maria no Rio Grande do Sul, um indivíduo de barbas acinzentadas e longas, com vestes de peregrino religioso (manto com capuz), usando sandálias, vivendo sujeito a intempéries e negando qualquer tipo de conforto, levando uma vida de penitencias. Esse indivíduo é João Maria de Agostini, que depois ficou conhecido como monge. No Rio Grande do Sul é onde conseguimos datar a primeira aglomeração em torno dessa pessoa, possivelmente o caso vivido no Campestre tenha feito Agostini começar a ganhar sua fama de Santo Popular, dessa localidade o mesmo fora deportado para a Ilha do Arvoredo em Santa Catariana onde começou as suas peregrinações, tendo ficado conhecido em boa parte do continente Americano, Karsburg (2012) em sua tese de doutorado sinaliza que Agostini saiu do Brasil rumo a Argentina tendo peregrinado até falecer no estado do Novo México nos Estados Unidos da América, entretanto para as populações que acreditavam no monge ele simplesmente teria desaparecido.

Aliado a esse suposto desaparecimento de Agostini no século XIX, surge na mesma região em que ele já havia peregrinado um novo indivíduo se denominando João Maria de Jesus, com práticas religiosas semelhantes ao do antigo monge, levando também o que ele chamava de uma vida de penitencias, tendo barbas acinzentadas logo foi confundido com o seu antecessor. João Maria de Jesus seria de origem Siria e teria chego a região do planalto meridional do Brasil pela fronteira com a Argentina, seu nome era Anastás Marcaf conforme aponta Machado em seu livro *As Lideranças do Contestado*. Ambos os monges em suas passagens pela região demarcaram "águas santas" também conhecido como pocinhos do monge, bem como diversos cruzeiros foram erigidos. Além de todas as características já citadas dos monges o

> [...] que auxiliou de forma irresistível o aumento da devoção a são João Maria fora as inúmeras referências às suas prerrogativas e poderes sobrenaturais. Pela tradição cabocla, muitas curas são atribuídas diretamente à ação do monge, ou indiretamente, através da cura nas "águas santas", do chá que era feito a partir das cinzas de suas fogueiras, das casas das árvores onde ele "pousava". João Maria, como Cristo, tinha poderes especiais, como atravessar rios caminhando sobre as águas, sofrer tempestades e tormentas sem nunca se molhar, realizar curas milagrosas, adivinhar os pensamentos das pessoas e profetizar sobre o futuro. (MACHADO, 2004, p. 168)

As figuras de João Maria de Agostini e João Maria de Jesus formaram ao longo do tempo a figura do Monge João Maria na região Sul do Brasil, os caboclos devotos ao eremita acabaram não diferenciando um personagem do outro, gerando desta forma uma devoção à o que seria uma figura mítica que transcende as gerações pertencentes a essa região. Além destes dois indivíduos, diversos outros passaram pela mesma região se dizendo João Maria ou sendo identificados como João Maria por seus crentes e ao se concretizar a imagem de um só monge temos a eclosão de diversos conflitos entre seus fiéis e as forças oficiais, como o caso dos Monges Barbudos de Soledade – RS, o caso dos Monges do Pinheirinho na cidade de Encantado – RS, bem como o mais conhecido deles o conflito que ficara denominado como a Guerra do Contestado.

Aliando essa perspectiva da criação de uma imagem única do Monge São João Maria as questões pertinentes as figuras históricas de Anastás Marcaf e Agostini, nasce o projeto de pesquisa "Monge João Maria: A trajetória de uma devoção popular no planalto meridional do Brasil (Séculos XIX e XX)"; no qual busca-se realizar o mapeamento dos locais onde Agostini teria passado durante suas peregrinações nos estados de Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, bem como os caminhos percorridos por Anastás Marcaf e os outros tantos sujeitos que peregrinaram por essa região destacada carregando ou sendo identificados por João Maria, essa parte do projeto é executada pelo professor doutor Alexandre Karsburg. Além da realização da pesquisa, destacada anteriormente, o projeto se propõe a localizar os desdobramentos gerados nos dias atuais por essa devoção popular do planalto meridional brasileiro, etapa a qual conta com a orientação da professora doutora Marcia Janete Espig, como resultado final busca-se a confecção de mapas, que apresentem as localizações geográficas por onde os monges caminharam e quais localidades ainda mantem a crença viva nos dias atuais.

Ao analisarmos como essa devoção se mantem presente, ainda hoje, na região conseguimos constatar que a mesma, na sua grande maioria, é transmitida pela oralidade dentro das redes de convívio dos devotos. São as histórias de milagres realizados pelo monge, de profecias que ele teria feito ao passar pela cidade, e as memórias de pessoas que tiveram o contato com o monge que surgem e acabam virando lendas passadas dos mais velhos aos mais novos, espaços que acabam virando locais de memória[9] e gerando um enraizamento dos

[9] Locais de memória é um conceito debatido por diversos autores, no presente texto utilizamos a definição elaborada por Pierre Nora em um de seus textos que diz: [...] a razão fundamental de ser de um lugar de memória é parar o tempo, é bloquear o trabalho do esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar a morte, materializar o imaterial para [...] prender o máximo de sentido num mínimo de sinais, é claro, e é isso que os torna apaixonantes:

ensinamentos do monge nessas comunidades. Ao chegar a essa conclusão, de como a crença se mantem nos dias atuais, pode-se classificá-la como um patrimônio imaterial do sul do Brasil, através da definição dada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a Patrimônio Cultural Imaterial como qualquer manifestação de um modo de vida de um grupo ou indivíduo que tenha sido passado pelos seus antepassados e que será transmitido para seus descendentes por meio de oralidade e de tradição culturais. E, neste caso, na medida em que um fiel do monge vai a uma gruta, a um olho d'água ou até mesmo uma estátua do monge acender uma vela, e ou realizar uma oração: esses espações são resinificados, tornando-se um produto gerado por esse patrimônio, ou seja, ele se torna a materialidade da devoção popular ao Santo Monge.

É justamente pensando nesse novo significado adquirido por estes espaços, que assim como as lendas e as histórias contadas sobre o monge, catalogadas em livros, na terceira etapa do projeto buscamos a localização destas manifestações. Todavia devido aos limites financeiros apresentados para a realização do projeto, estabelecemos como meio principal a coleta destas informações através da internet e de livros sobre o tema ou que apresentem relações com o objetivo da pesquisa, estabelecemos uma linha metodológica de catalogação em fichas criadas e aprimoradas pela equipe de trabalho, nas quais constam local de busca, referência bibliográfica, cidade localizadas, resumo das informações localizadas, palavras-chave e imagens. As fichas são parte fundamental do projeto, uma vez em que é através delas que armazenamos todas as referências encontradas e é delas que tiramos as informações para a construção do mapa. Como na terceira etapa a busca é pelos locais atuais que apresentam a devoção a São João Maria, utilizamos mapas do IBGE (Instituto Brasileiro Geográfico e Estatístico) de 2010 visando garantir o uso do mapa mais atual possível.

Se faz necessário ressaltar que a pesquisa segue em andamento e o que se apresenta neste texto são resultados parciais obtidos até o momento, os resultados finais serão apresentados em uma futura publicação do projeto, contemplando as três etapas do estudo em um único livro. Como exemplo da materialização do patrimônio ligado a figura do monge no Estado do Paraná, na cidade de Ponta Grossa um jornal local produziu uma matéria sobre o olho d'água de São João Maria que é utilizado pela população da cidade e arredores. O Estado do Paraná através da sua Secretaria Estadual da Cultura compilou um livro de lendas e contos

---

que os lugares de memória vivem de sua aptidão para metamorfose, no incessante ressaltar de seus significados e no silvado imprevisível de suas ramificações (NORA, 1993, p.22)

popular, destinando um capitulo a lendas sobre o monge conforme pode ser observado na imagem 2.

Imagem 1 – Devota de São João Maria realizando seus rituais de adoração ao Monge no olho d'àgua atribuído a sua passagem pela cidade.

Imagem 2 – Sumário do livro Lendas e Contos Populares do Paraná, produzido em 2005 pela Secretária Estadual da Cultura.

Sumário

Apresentação 11
Introdução 12

Lendas do Monge João Maria

João Maria, o Monge da Lapa 18
São João Maria ANTONIO OLINTO 24
Lenda de São João Maria CAMPO DO TENENTE 24
A lenda do profeta CAMPO MOURÃO 25
A lenda de São João Maria FAXINAL 27
O monstro da Lapa LAPA 28
Monge São João Maria MALLET 29
Lenda de João Maria MANGUEIRINHA 29
História do queijo 30
História da galinha 31
História do peixe 31
Olho d'água de São João Maria PITANGA 32
Lenda de São João Maria PRUDENTÓPOLIS 33
O monge João Maria RIO AZUL 34
João Maria RIO BRANCO DO IVAÍ 35
A lenda da mina de São João e Maria SÃO JERÔNIMO DA SERRA 35
Profeta João Maria TELÊMACO BORBA 36
Monge João Maria de Jesus UNIÃO DA VITÓRIA 37
Morro da Cruz 38

Manifestações de Santos e Santas

Manoel Alves ANTONINA 42
Nossa Senhora de Fátima CRUZEIRO DO SUL 42
Maria Bueno, a Santa CURITIBA 43
Lenda do Divino Espírito Santo GUARATUBA 45
Lenda da padroeira IPIRANGA 45
A santa do paredão JAGUARIAÍVA 46
Capela de Nossa Senhora das PedrasPALMEIRA 48
A lenda da mudança PARANAGUÁ 48
A lenda das rosas loucas 49
Corina Portugal (1892) PONTA GROSSA 50
A cruz de cedro SÃO JERÔNIMO DA SERRA 51
A história da Romaninha 51
Senhor Bom Jesus da Cana Verde SIQUEIRA CAMPOS 52

Maldições, Pragas e Maledicências

A maldição de Tamandaré ALMIRANTE TAMANDARÉ 58
A praga do padre IVATUBA 58
Morte do padre -100 anos de maldição LAPA 59
A lenda do pinheiro em forma de cruz PINHAL DE SÃO BENTO 60
O pinheiro que virou pedra PRUDENTÓPOLIS 61
Lenda da sexta-feira santa 62

Assombrações, Noivas e Outras Aparições

O fantasma das águas do Val Verde ALMIRANTE TAMANDARÉ 66
A noiva 66
A noiva ALTAMIRA DO PARANÁ 67
Escravos da igreja de São Benedito ANTONINA 67
Visagens ANTONIO OLINTO 68
Lenda contada por Ernesto Capelli ARAPONGAS 68
O pinheiro da noiva ARAPOTI 69
A noiva da linha do trem 69
A assombração de Calógeras 70
O piá da grota 71
O Gritador 71
A árvore dos enforcados 72

No estado de Santa Catarina, temos cerca de 75% da extensão do mapa já pesquisado. As cidades já pesquisadas encontram-se em toda a região oeste e central do estado. Sendo a região central, até então, a com mais vestígios de devoção ao Santo Monge. No extremo oeste, João Maria teria percorrido algumas cidades como, Iporã do Oeste, Campo Erê e Dionísio Cerqueira, essa onde o monge ficou durante nove meses e ficou conhecido pela previsão de que teria um "grande dragão" na região – que tem até hoje um nível de desenvolvimento baixíssimo. Na região central, encontramos mais de vinte cidades com indícios da devoção ao Santo Monge e/ou sua passagem pelos locais, como é possível ver no mapa da imagem 8. Entre esses locais, algumas cidades como Porto União, Canoinhas, Fraiburgo e Curitibanos. A região ainda não finalizada – parte leste do estado de Santa Catarina – está sendo pesquisada, e acreditamos que em breve conseguiremos reunir todos os materiais obtidos na pesquisa para uma demonstração maior dos resultados.

No Rio Grande do Sul, na cidade de Candelária encontramos um local de visitação de romeiros devido uma suposta passagem do monge João Maria pelo local, os romeiros sobem ao morro toda sexta-feira Santa para pagar suas promessas e beber a água da fonte "santa". Além da cidade de Candelária, também localizamos a devoção a São João Maria na cidade de Lagoão que preserva ainda uma capela ao monge bem como um pocinho com poderes de cura.

Imagem 6 – Jornal local divulga a água santa de João Maria.

Pampeano — Especial Verão — 17 de janeiro de 2012 4

Água Santa é opção para os dias de calor dos Lagonenses

A placa na entrada da cidade já diz *"Bem vindo a Lagoão, Terra do Tradicionalismo e Vertente da Água Santa"*. A reportagem do Jornal Pampeano foi até o local da Água Santa, conferir como está o local neste verão. O que encontramos foi um local muito bonito tranquilo e limpo. É um local convidativo para um descanso. O local já é tradicional no nosso município, mas muitos ainda desconhecem este local, que é mais uma opção para os lagonenses nos finais de semana do verão. O local é também conhecido pelo seu vinculo religioso, pois a cada festa do município é feita a romaria e rezada uma missa no local. É também é uma ótima opção para as tardes quentes desta estação. Além da fonte de água limpida e sempre gelada, quem passa por ali encontra muita sombra num ambiente bonito em meio à natureza, tudo sempre limpo e conservado. A área é particular e segundo o proprietário Francisco Breno da Silveira, diariamente tem gente bebendo água por ali, não só o pessoal do município, mas também visitantes de cidades vizinhas como Soledade e Sobradinho. Também vem gente de longe, seu

Bancos em meio a sombra para descanso dos visitantes.

Breno conta que já vieram excursões de Passo Fundo e São Leopoldo para conferir o local sagrado, encontrado na terra do Tradicionalismo e da Água Santa.

Então está ai uma opção para fugir do calorão deste inicio de ano, tudo com o aval do proprietário que faz questão de frisar que todos serão bem recebidos. *"A comunidade pode se sentir a vontade para aproveitar a sombra e beber da água direto da fonte, o convite está feito"* disse Breno.

A única coisa que se pede aos visitantes é que se preserve a natureza, não depredando a estrutura e nem deixando lixo no local. Na ocasião em que lá estivemos não encontramos lixo solto na área. Isto demonstra que o povo de Lagoão é educado e conscientizado.

Seu Breno na fonte da Água Santa.

Saiba mais

Por quê Água Santa?

Durante o início do século XIX, um monge de nome João Maria que tinha a aparência de um andarilho, com roupas desgastadas, pés descalços e barba por fazer. Alimentando-se somente com frutas e coisa naturais, o monge era conhecido também por realizar milagres como curar doenças ou atrair chuvas. Sempre acampava próximo a um olho d'água, o qual ele o abençoava. Daí surgiu os olhos d'dáguas santas por onde ele acampava. Diz a lenda que mesmo em períodos de seca, essas águas jamais secam. A partir disso, as pessoas começaram a creditar poderes de cura e batizar suas crianças nos olhos d'águas abençoado pelo monge. Além disso, João Maria era uma espécie de profeta. Consta que ele teria feito previsões como a de uma estrada preta que traria muitas mortes, ou seja, o asfalto.

O monge João Maria caminhava pela América Latina levando a palavra de Deus de quem se dizia um enviado. Fé e, principalmente, promessas de cura, atraíram muita gente por onde ele passava. Na região o monge teria passado por Santa Maria, Candelária e aqui na região onde hoje é Lagoão.

Monge João Maria.

Na próxima edição divulgaremos mais uma opção para os dias de verão dos Lagonenses.

Com os avanços obtidos até aqui, conseguimos começar a esboçar o que virá a ser o mapa da devoção atual em João Maria, no presente texto apresenta os mapas divididos por estados, entretanto destacamos que eles são um só e que aqui foram desmembrados conforme as imagens 7, 8 e 9 para uma melhor visualização do leitor.

Imagem 7 – Mapa parcial de alguns dos resultados obtidos no Estado do Paraná.

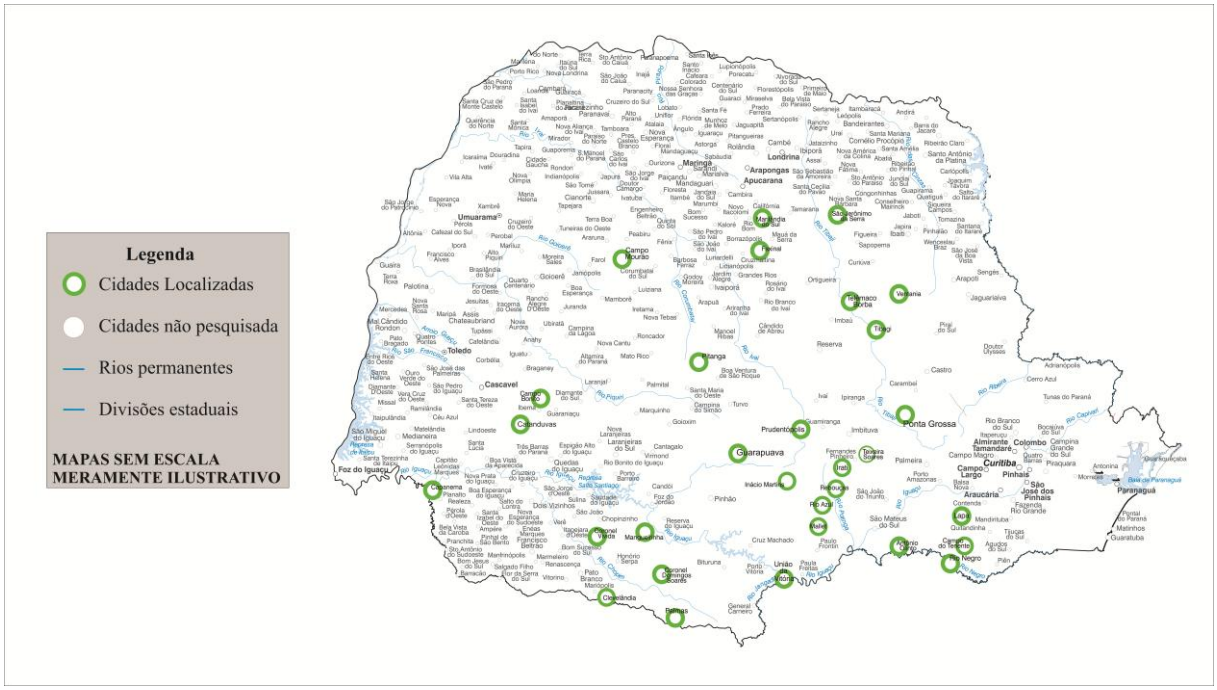


Imagem 8 – Mapa parcial de alguns dos resultados obtidos no Estado de Santa Catarina.

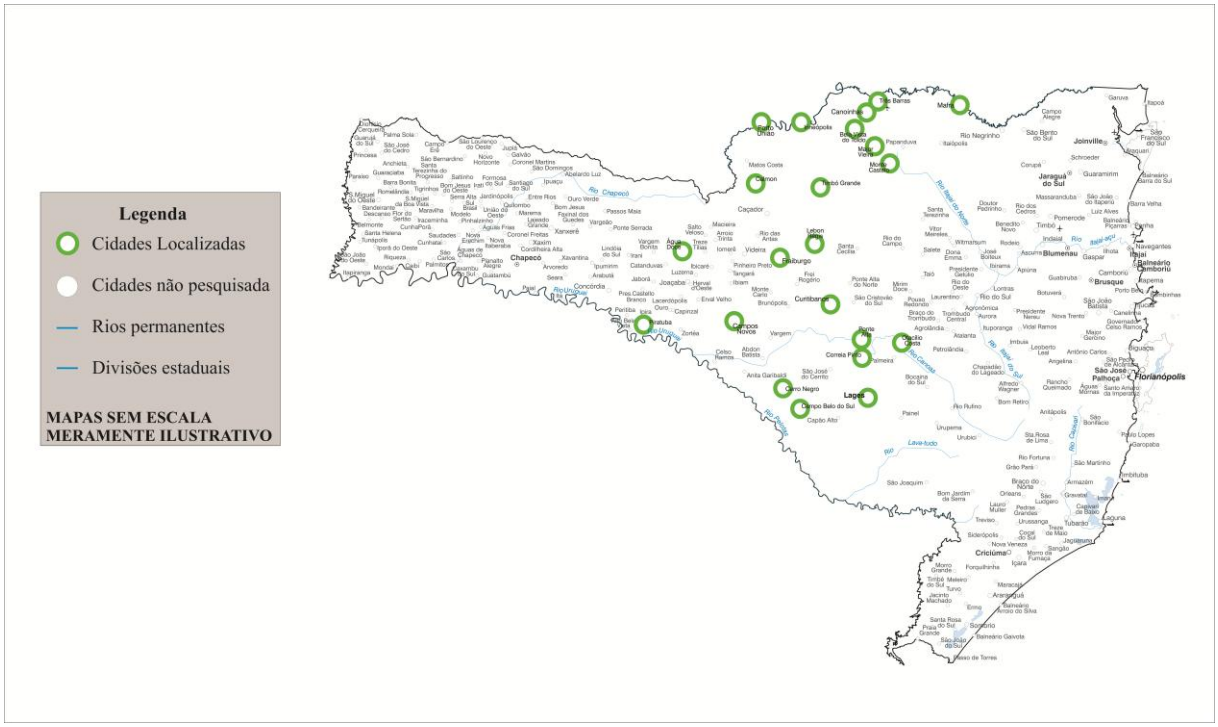
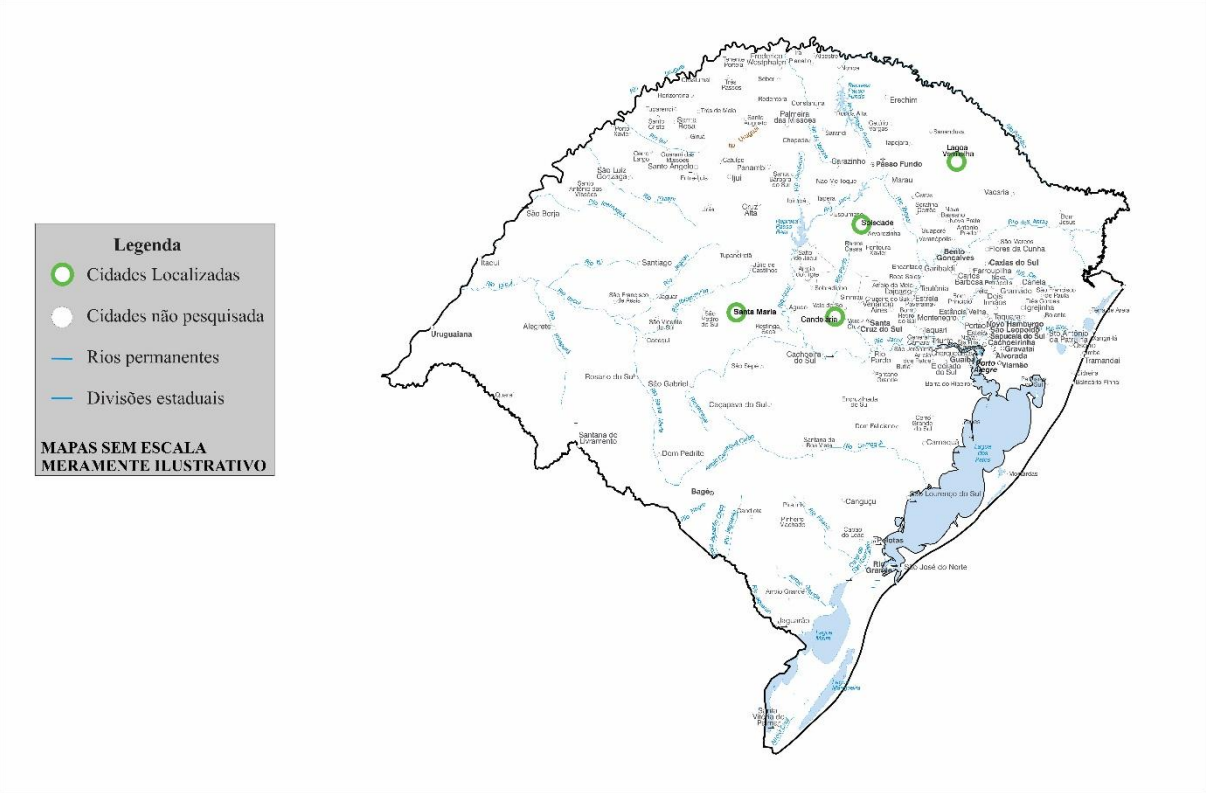


Imagem 9 – Mapa parcial de alguns dos resultados obtidos no Estado do Rio Grande do Sul.



O projeto realizou pesquisas em cerca de trezentas cidades espalhadas pelos três estados, tendo sido localizadas cerca de oitenta cidades espalhadas pelo planalto meridional brasileiro. O estado que maior apresenta a devoção é o Estado de Santa Catarina, principalmente na região onde ocorreu a Guerra do Contestado, outro fator influenciador para a localização de um maior número de cidades são as políticas públicas adotadas pelo Estado nas gestões do Ex-Governador Esperidião Amim, onde o mesmo buscava transformar o Contestado num símbolo regional. O Estado do Rio Grande do Sul é hoje o que menor apresenta a permanência da devoção ao monge, supõe-se que seja devido a presença do monge estar normalmente ligada a confrontos armados envolvendo as forças oficiais e os fiéis, como no caso dos Monges Barbudos e o dos Monges do Pinheirinho. O Estado do Paraná aparece como um intermediário entre Rio Grande do Sul e Santa Catarina, com um número expressivo de cidades localizadas, o Estado também se envolveu na Guerra do Constado o que pode ter gerado também a difusão da crença a partir deste ocorrido.

Também precisamos levar em conta os movimentos emancipatórios ocorridos nos três Estados ao longo dos anos, que alteraram de forma significativa o espaço geográfico dessa região. Assim, com o surgimento de novas cidades, a devoção foi se propagando pelas novas cidades e a população continuou utilizando os espaços já conhecidos tradicionalmente, fator que influencia diretamente na localização dos espaços ligados à São João Maria. Sendo assim, é possível concluirmos que a crença no Santo Monge permanece viva no planalto meridional brasileiro, sendo manifestada de diferentes formas. Espera-se que o presente trabalho auxilie na continuidade de transformação da visão sobre os fiéis de João Maria, forjada durante as peregrinações do mesmo, que colabore na preservação da crença e na salvaguarda dos espaços de devoção utilizados por estes indivíduos.

Referências Bibliográficas:

Disponível em: http://www.candelaria.rs.gov.br/multimidia/4/Riquezas_Turisticas_-_Cerro_Botucarai.html Acesso em: 31 de maio de 2016, às 7:23h

ESPIG, Márcia. Ideologia, Mentalidade e Imaginário: Cruzamentos e aproximações teóricas. **Anos 90**, Porto Alegre, n. 10, p. 151 – 167, dezembro de 1998.

FELIPPE, Euclides J. *O último jagunço*. 1ª ed. Curitibanos: Universidade do Contestado, 1995.

FERRI, Genuino Antônio. Os Monges de Pinheirinho. Gráfica Encantado. Encantado, 1975.

FILATOW, F. Os Monges Barbudos nos Documentos Policiais. In: Anais: produzindo história a partir de fontes primárias. X Mostra de Pesquisa do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Companhia Riograndense de Artes Gráficas – CORAG, 2013, p. 445-460.

KUBASKI, Derek. Os monges "Joões Marias" de um Paraná caboclo. Especial para a Gazeta do Povo, 26/05/2012. Disponível em: http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/os-monges-jooes-marias-de-um-parana-caboclo-2sqqvmcy0cwmigb0dl9z6fdce Acesso em: 29/06/2016

KARSBURG, Alexandre de Oliveira. O eremita do Novo Mundo: a odisséia de um monge peregrino na América católica do século XIX. In: VALENTINI, Delmir José; ESPIG, Márcia Janete; MACHADO, Paulo Pinheiro (Org.). Nem fanáticos, nem jagunços: reflexões sobre o

Contestado (1912-2012). 1ed. Pelotas: Editora da Universidade Federal de Pelotas, 2012, v. 1, p. 85-108.

LENDAS E CONTOS POPULARES DO PARANÁ. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 2005.

MACHADO, Paulo Pinheiro. Lideranças do Contestado. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004.

MARTINS, Celso. O monge do Santo Cerro do Butucuraí. 22 de Dezembro de 2008. Disponível em: http://fragmentos-do-tempo.blogspot.com.br/2008/12/o-monge-do-santo-cerro-do-botucara.html Acesso em: 06/04/2016

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, v. 10, p. 7-28, dez. 1993.

PIERUCCINI, M. A.; TSCHÁ, O.da C. P.; IWAKE, S. Criação dos municípios e processos emancipatórios. In.: PERIS, A. F. (Org.). **Estratégias de desenvolvimento regional: região oeste do Paraná**. Cascavel: Edunioeste, 2003, p. 76-153. Disponível em: <http://www.unioeste.br/projetos/oraculus/PMOP/capitulos/Capitulo_03.pdf>. Acesso em: 19 de junho de 2015.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 5, a. 10, 1002, p. 200-212. Tradução Monique Augras.

QUEIROZ, Maurício Vinhas de. Messianismo e Conflito Social. São Paulo: Editora Ática, 1981.

TOTA, Antônio Pedro. Contestado: A guerra do novo mundo. São Paulo: Brasiliense, 1983.

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultural. **Patrimônio Cultural Imaterial**. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasilia/culture/world-heritage/intangible-heritage/>. Acesso em: 20 de junho de 2015.

VALENTINI, José Delmir; ESPIG, Márcia Janete; MACHADO, Paulo Pinheiro (orgs). Nem fanáticos, nem jagunços: reflexões sobre o Contestado (1912-2012). Pelotas: Editora da Universidade Federal de Pelotas, 2012.

WEHLING, Arno; ZEFERINO, Augusto César; MOURA, Aureliano Pinto de; AXT, Gunter; SANCHES, Helen Crystine Corrêa. 100 Anos do Contestado: memória, história e patrimônio. Florianópolis: MPSC, 2013.

GENSERICO NOS PANEGÍRICOS DE SIDÔNIO APOLINÁRIO (SÉCULO V)

Gabriel Freitas Reis[10]

Introdução

Conforme as pesquisas arqueológicas, os vândalos, subdivididos em vândalos asdingos e vândalos silingos, se originaram na região da antiga Escandinávia e cruzaram o Mar Báltico no século II d. C., se estabelecendo nas terras da atual Silésia (região entre a Polônia, a República Checa e a Alemanha) por volta de 120 d. C.

Em 406, como nos mostra o historiador Danilo Gazzotti (2013, p. 89) através da análise da obra de Paulo Orósio, os vândalos se aliaram com outros povos de origens germânicas: os suevos, os alanos e os sármatas, com o objetivo de penetrarem na região da Gália, parte do Império Romano, enfrentando ali os francos numa sangrenta batalha. Segundo Renan Frighetto (2012, p. 161), os francos já viviam em algumas áreas das províncias romanas da Gália, Bélgica e Germânia desde o século III d. C., e a fixação de algumas dessas tribos nos territórios romanos como aliados data deste período, daí o enfrentamento entre vândalos e francos no limiar do século V. Descendo a região da Gália, os vândalos passam também a ocupar partes da Península Ibérica neste mesmo contexto, como aponta Gazzotti (2013, p. 89). Nessa região, os vândalos silingos ocuparam as regiões da Bética, os alanos a Lusitânia e a Cartaginense, e os suevos e os vândalos asdingos dividiram a Gallaecia.

Neste contexto de ocupação dos vândalos de partes do Império Romano, destacamos a participação de Genserico. Este líder vândalo nasceu aproximadamente em 389, numa região próxima da Dácia (atual Hungria), filho do rei vândalo silingo com uma escrava. Genserico acompanhou seu povo durante todo o trajeto de ocupação de partes de províncias do Império Romano do Ocidente, estando entre os vândalos quando eles penetraram na região da Gália, juntamente com os alanos e com os suevos, e, posteriormente, na região da Hispânia. Tornou-se rei dos vândalos e dos alanos em 429, após assassinar seu meio irmão Gunderico. Entrou na África romana através de Ceuta a fim de conquistar esse território que se encontrava naquele momento desprotegido por conta de um atrito entre o procônsul romano Bonifácio e Gala Placídia, a regente do Império Romano do Ocidente (EGEA, 1997, p. 108).

[10] Graduando em História pela UFSM, membro de Grupo de Estudos sobre o Mundo Antigo Mediterrânico da UFSM (GEMAM/UFSM) e Bolsista FIPE de Iniciação Científica. E-mail para contato: Gabriel_knollys@hotmail.com ou greis0243@gmail.com

Em regiões africanas, as forças vândalas de Genserico dominaram, primeiramente, a Mauritânia. Em 435 o imperador romano Valentiniano III considerou os vândalos como federados do Império Romano do Ocidente e lhes concedeu a Numídia. Em 439, o rei Genserico dominou a cidade de Cartago e a transformou na capital do seu reino. Em uma aliança política ocorrida em 442, Genserico acertou os termos do casamento de seu filho Hunerico com Eudócia, a filha mais velha do imperador Valentiniano III. Os vândalos dominaram a África romana até a primeira metade do século VI, quando foram derrotados pelas forças do imperador romano Justiniano, imperador do Império Romano do Oriente (FRIGHETTO, 2012, p. 156).

Genserico e os vândalos saquearam e dominaram a Sicília em 440 e a Sardenha em 455 e combateram os diversos imperadores e mestres militares que se sucederam no Império Ocidental durante o período turbulento que seguiu entre 455 e 476, posteriormente ao que veio a época da dominação hérula sobre a Itália (FRIGHETTO, 2012, p. 157). Em 455 levou seus soldados a saquearem Roma, assassinando o imperador usurpador Petrônio Máximo. Por meio de diversas alianças intercaladas por períodos conflituosos com o Império Romano do Oriente, Genserico conseguiu manter a Sicília sob seu domínio até sua morte em 477 (EGEA, 1997, p. 114).

A fim de compreender melhor como as forças vândalas foram sentidas pelos romanos naquele contexto, nos propomos aqui a analisar as representações de Genserico por Sidônio Apolinário, um membro das elites provinciais de origem galo-romana que viveu entre as décadas de 430 e 480 e se mostrou um observador atento de seu contexto e das transformações que o Império Romano estava passando no século V, com as invasões germânicas e com as formações de diversas monarquias romano-germânicas no território imperial.

Cumpre mencionar que como representações, estamos compreendendo o que apresentou Roger Chartier (1988), um dos principais historiadores da Nova História Cultural. Assim, o conceito de representações é tomado por nós como uma espécie de mapa mental no qual o autor organiza a realidade. Cabe ao historiador desconstruir o discurso destas obras por meio da análise da compreensão de mundo do autor, analisando seus anseios nas representações. Diante disso, para Chartier (1988), o homem, por meio das representações, mostra seus anseios, suas revoltas e suas vitórias, construindo representações como se fossem verdades. Entendemos ainda que "as representações são sempre resultado de motivações e necessidades sociais" (BARROS, 2005, p. 134). Portanto, as imagens construídas por Sidônio Apolinário sobre Genserico e os vândalos serão percebidas como construções do autor que demonstram sua visão de mundo e seus anseios.

Sidônio Apolinário e seus Panegíricos

Caio Sólio Modesto Sidônio Apolinário nasceu em uma propriedade rural na região da cidade de Lugduno (atual Lyon, na França), capital da província romana da Gália Lugdunense. Seu avô havia sido Prefeito do Pretório das Gálias sob o governo do usurpador Constantino III (407-411) e seu pai havia ocupado o mesmo cargo sob o imperador Valentiniano III (GOLBERG, 1995). Kindler (2005, p. 21) diz que por parte de mãe, Sidônio era parente da casa arvernesa dos Ávitos, uma importante família de aristocratas galo-romanos originários da Arvérnia ou Auvérnia (em francês, *Auvergne*), de descendência céltico-romana.

O parentesco de Sidônio com os Ávitos foi reforçado por conta de seu casamento com Papianilla, filha do cônsul romano Ávito, que na época ocupava o cargo de mestre dos soldados (*magiter militum*) das legiões itálicas. O casamento deu origem aos possíveis quatro filhos do casal: Apolinário, Roscia, Severiana e, provavelmente, Alcima. Por conta do casamento, Sidônio recebeu como dote a propriedade rural de *Avitacum*, na Arvérnia (região no centro-sul da atual França).

Conforme Kindler (2005, p. 21-22), Sidônio assistiu a aulas de gramática em Lugduno e de retórica na cidade de Arelate (atual Arles, na França). Nosso autor aprendeu a fé cristã com a família e formou-se nos distintos ramos da filosofia: aritmética, geometria, astronomia e música. Tornou-se bispo em 469.

Quanto à obra sidoniana, sabemos que o autor galo-romano escreveu em diferentes estilos literários: cartas e poemas. Centremo-nos nos panegíricos, que fazem parte dos poemas.

Antes de se tornar bispo, Sidônio publicou, em 469, vinte e quatro poemas. Dentre os primeiros oito poemas que nosso autor escreveu, figuram os três panegíricos que iremos analisar, dispostos na edição por nós utilizada da Editora Gredos, em ordem invertida em relação à época em que foram escritos. Segundo Ana Paula Franchi (2009, p. 34), os panegíricos são um tipo de poema que surge no período conhecido pela historiografia como *Dominato* e foi uma forma de elogiar um soberano. Ainda que os temas dos panegíricos não sejam especificamente as conquistas dos imperadores, as usurpações e posteriores formas de legitimações de governo, os panegíricos tradicionalmente falavam sobre estes episódios na vida do governante elogiado. Segundo Franchi, os panegíricos vêm de uma tradição grega e encontraram grande prestígio literário principalmente na época estudada por ela, ou seja, nos

séculos III e IV. Desta forma, os panegíricos tornam-se uma fonte histórica imprescindível para os estudiosos do Império Romano, em especial aos que estudam a Antiguidade Tardia.

Para escrever os panegíricos, Sidônio se baseou no autor Cláudio Claudiano, que, em 404 e em 395 d. C., compôs e recitou três panegíricos em verso, em hexâmetros[11] (KINDLER, 2005, p. 34).

Kindler (2005, p. 22) aponta que Sidônio declamou o seu primeiro panegírico em Roma em janeiro de 456, e o motivo do panegírico foi a honra a seu sogro Ávito, que havia se tornado imperador em 455. Por causa dessa declamação, Sidônio foi honrado com uma estátua erguida no Fórum imperial de Trajano. Cumpre ressaltar que Ávito tinha sido elevado ao cargo imperial pelos visigodos de Tolosa, reino esse que ficava perto da Arvérnia, terra de Ávito. Tal fato parece ter ocorrido mediante uma comunhão de interesses entre a nobreza visigoda e a aristocracia galo-romana no momento em que o trono imperial estava vago devido ao assassinato do usurpador Petrônio Máximo pelos vândalos (KINDLER, 2005, p 22). Os interesses de Sidônio ao compor esse panegírico parecem ter sido fazer com que seu *status* e seu prestígio aumentassem no momento de sua juventude, o que, como vemos, parece de fato ter acontecido. Além disso, como vemos, o panegírico em questão foi escrito em honra de seu sogro, com quem o autor já mantinha uma aliança política claramente estabelecida pelo casamento com Papianilla.

Quando declamou o seu segundo panegírico, em dezembro de 458 em Lyon, em honra do imperador Majoriano (457-461), Sidônio recebeu o título de conde, embora atualmente não tenhamos informações sobre o que isso significou na época para ele. Posteriormente ao assassinato do imperador Majoriano, Sidônio retirou-se de Roma e passou a viver em sua propriedade rural na Arvérnia, dedicando-se a escrever cartas a amigos em prosa e em verso (KINDLER, 2005, p. 24). Também devemos compreender os interesses possíveis por trás da declamação desse panegírico por parte de Sidônio. Majoriano, o imperador homenageado, castigou a cidade de Lugduno com um pesado tributo. O motivo do castigo deu-se porque a aristocracia da Gália Lugdunense, descontente com a deposição e o assassinato de seu conterrâneo, o imperador Ávito (455-456), e com a subida de Majoriano ao trono imperial, se aliou aos povos burgúndios e cedeu terras para estes povos germânicos a fim de que eles, anteriormente federados na Saboia (entre os Alpes e o Ródano), ajudassem a depor o imperador Majoriano. O objetivo do panegírico de Sidônio, ao que nos parece, era fazer com que

[11] Uma forma de medida poética.

Majoriano livrasse a capital da Gália Lugdunense daquele pesado tributo (KINDLER, 2005, p. 23).

O terceiro panegírico sidoniano foi declamado em Roma em janeiro de 468, em honra do novo imperador Antêmio (467-472), que possuía origens orientais. Por causa dessa declamação, Sidônio tornou-se prefeito de Roma e, naquele ano, ainda durante o governo de Antêmio, em 469, recebeu o título de patrício, o maior título honorífico que se poderia ter na época (KINDLER, 2005, p. 24, 25). Nesse mesmo ano ele se tornou bispo da Arvérnia (GOLGBERG, 1995).

Como bispo, Sidônio agiu no mesmo sentido que Idácio de Chaves na Galícia ante os suevos: lutou com todas as suas forças contra as tentativas de Eurico, rei visigodo, de anexar a Arvérnia ao seu reino, o Reino Visigodo de Tolosa. Entretanto, as ações de Sidônio, àquelas alturas dos acontecimentos, pareciam historicamente em vão, uma vez que todo Império Romano do Ocidente sucumbia ante o poderio bélico dos povos germânicos, muitas vezes realizando alianças, mas também diante de pesadas guerras. Kindler (2005, p. 27, 28) nos informa que Sidônio armou o povo da Arvérnia e lutou contra o rei visigodo de Tolosa juntamente com seu cunhado Ecdício, irmão de Papianilla. O nosso autor foi preso em 475 na Fortaleza Lívia, próxima à cidade de Cárcaso (atual Carcassone, na França), perto de Tolosa, na Gália, e de lá só saiu em 477 por interseção do bispo Leão I. Parece que Sidônio aceitou a situação e viveu em sua sede episcopal até sua morte entre 482 e 487.

Vejamos agora como esse escritor que viveu, como mostramos, no momento de ocupações e formações das monarquias romano-germânicas no Ocidente romano, percebeu as dominações "bárbaras" no Ocidente em suas representações dos vândalos e de seu rei Genserico.

As representações de Genserico nos Panegíricos de Sidônio Apolinário

No *Panegírico de Ávito*, Sidônio, inicialmente, faz referência ao saque ocorrido em 455, quando os vândalos invadiram Roma e mataram o imperador Petrônio Máximo. Ele diz que desde a origem de Roma, lhe foi assinalado o seu destino: o de crescer à base de males; uma espécie de pecado original ligado à morte de Remo por Rômulo. E, na sequência, Roma é transformada em uma personagem na forma de uma deusa, e implora a Júpiter para que a salve da desgraça que havia caído nos últimos tempos, da qual Genserico é colocado como o principal

culpado: “A ponta de minhas lanças semeou o terror no céu líbico e subjuguei por três vezes o perjuro cartaginês” (SIDÔNIO APOLINÁRIO, *Panegírico de Ávito*, 70-75).

Veremos, então, Roma implorar a Júpiter para que a livre dos desmandos de Cartago, a antiga capital do Império Cartaginês, e no momento capital do Reino Vândalo, que teria motivado, no passado, as três Guerras Púnicas. Sidônio fará alusão ao episódio do saque de Roma pelos vândalos em 455 como a Quarta Guerra Púnica. E, neste mesmo sentido, ela falará desse saque ao dizer que antes reclamava dos estreitos limites do mundo, que desejava dominar, e agora, no entanto, nem mesmo tinha um muro para si, ou seja, lhe faltava proteção, como podemos deduzir.

Quando Júpiter se pronuncia, ele diz que da Arvérnia (região gaulesa onde Ávito nasceu) surgirá um salvador que livrará Roma dos desmandos de Genserico por conta da acentuada fertilidade do solo dessa região em comparação com a Líbia vândala.

Ainda no discurso de Júpiter, Sidônio o faz falar a Roma que ela conhece suas desgraças, iniciadas no momento em que Placídio (Valentiniano III) eliminou o general Flávio Aécio, que mantinha o Império do Ocidente a salvo, por ocasião de um ataque em setembro de 454, semelhante ao ataque dos godos no começo do século V sobre a cidade eterna.

No entanto, em nossa análise, a passagem mais interessante desse panegírico com relação aos vândalos está entre os hexâmetros 440 e 455, quando Júpiter recorda Roma do saque ocorrido em 455, fazendo referência ao fato como uma Quarta Guerra Púnica, como já mencionamos.

Essa passagem é repleta de metáforas, todavia por meio dela podemos compreender a essência do que Sidônio tenta expor: Cartago retorna a Roma e reivindica o que a cidade itálica havia lhe tomada no tempo dos generais cartagineses Barcas, agora através dos vândalos de Genserico.

Por fim, a última menção sobre os vândalos no Panegírico ocorre entre os hexâmetros 585 e 590, quando Sidônio faz Júpiter falar que a Gália recuperará a Líbia para Roma, através do novo Augusto que surgiu para salvar o Império, ou seja, seu sogro Ávito.

Na sequência, temos o *Panegírico de Majoriano*, no princípio do qual Roma é representada como uma deusa guerreira por Sidônio. A deusa então se senta para receber as oferendas das províncias e a África, transformada também em uma personagem, faz uma

intervenção, pedindo que Roma faça algo para livrá-la dos males que estão lhe assolando nos últimos tempos, todos eles causados pela dominação vândala que devora todas as suas riquezas.

Sidônio representa a forma desarmônica pela qual Genserico havia se relacionado com a aristocracia africano-romana e com o clero ortodoxo daquele continente, que se opunha à fé ariana dos vândalos.

Na sequência, entre os hexâmetros 85 e 100, a mesma África se desculpa com Roma porque os vândalos lhe obrigam a empreender guerras contra a sua ama, falando de maneira metafórica que apesar da fraqueza do rei vândalo, ele se sente protegido por trás das ondas como um javali que se esconde atrás de bosques profundos. Sidônio representa a nobreza guerreira vândala como uma manada de cães coagindo seu dono a lutar em campo aberto, embriagados de raiva pela voz do dono, esquecendo a dor das feridas.

> Que culpa tenho eu? Os destinos me obrigam a empreender guerras contra ti, queira ou não queira. O inimigo que agora te ameaça, tomba ele mesmo, mas se sente seguro atrás do refúgio das ondas, a maneira do javali peludo que se esconde atrás dos bosques profundos e, ali encerrado, afia as brancas defesas das que está dotado seu negro focinho; uma matilha de cães lhe rodeia com seus latidos; lhe desafiando a lutar em campo aberto, mas ele, por trás da barreira de espinhos, se enche de orgulho, débil em forças, mas forte por sua posição, até que, ai! O caçador de perto da um grito desde a colina. A conhecida voz do dono reaviva o furor dos cães fatigados e então a raiva cega menospreza a dor das feridas (SIDÔNIO APOLINÁRIO, *Panegírico de Majoriano*, 85-100).

Percebemos que a metáfora acima aproxima os germânicos, tidos como bárbaros pelos romanos, dos animais e mostra-nos claramente como um galo-romano que se considera civilizado enxerga o inimigo da única sociedade que ele considera "civilizada". Vemos como para Sidônio os seus ideais de humanidade estão ligados aos greco-romanos, em contraposição aos "bárbaros" animalescos. É o ideal de *humanitas*, componente central da autodefinição da cultura romana durante o Império *versus* a ideia de *feritas*, a irracionalidade dos povos considerados bárbaros (WOOLF, 1998, p. 60), que os condiciona a um estado de animais.

Posteriormente, a personagem África insistirá em suas críticas ao rei, falando, entre os hexâmetros 325 e 335, que os vícios de Genserico arruinaram a força de sua raça e suas virtudes citas[12]. A personagem África dirá ainda, nas palavras de Sidônio, que a vida luxuosa que o rei Genserico leva retira-lhe sua virtude, ligada ao vigor e à força que ele detinha quando não

[12] Sidônio representará diversos povos germânicos em algumas passagens, como os citas.

possuía tantas riquezas ou poderes. África queixa-se que Genserico arma seus filhos contra ela, que está cativa há uma infinidade de anos, desgarrada em benefício do rei vândalo e reclama que sua fertilidade lhe atrai desgraças, sendo ela obrigada a dar a luz a quem as lhe inflige.

Na sequência, antes do hexâmetro 345, a personagem África dirá que Genserico não é capaz de lutar com suas próprias armas, o chama de covarde, e diz que ele coage diversos povos da África, que ela lista, a lutarem juntos.

No final do discurso, a personagem África implora a Roma por um guia que a vingue de Genserico para que Cartago pare de lutar contra a cidade eterna: "Por tudo isso te peço que ao menos, depois de tantos séculos, me voltes a dar um guia que me vingue, para que Cartago pare de lutar contra a Itália" (SIDÔNIO APOLINÁRIO, *Panegírico de Majoriano*, 345-351).

Roma acalma a África dizendo que o atual imperador, Majoriano, é capaz de corrigir todos aqueles males, e que depois de resolver os problemas de sua querida Gália e combater em outras campanhas, ele certamente se dirigirá a África e a salvará, e que o mais difícil, naquele caso, não era vencer, mas pôr-se em movimento, pois Majoriano chegava e logo vencia. Observemos que Sidônio faz questão de deixar claro no panegírico que é mais importante resolver os problemas da Gália do que da África, porque a sua província, por sua vez, encontra-se assolada pelos desmandos de outros povos "bárbaros", a saber, os burgúndios e os visigodos.

A parte mais densa da representação vândala nesse panegírico ocorre entre os hexâmetros 385 e 441, quando Sidônio narra uma batalha ocorrida na Campânia entre os exércitos romanos, liderados por Majoriano, e os vândalos, liderados por Genserico. Sidônio exaltará a bravura e a habilidade guerreira dos romanos em contraposição à covardia dos vândalos e seu desespero ao se verem vencidos. Nessa passagem, Genserico receberá alguns adjetivos depreciativos como inimigo feroz, gordo e pirata (SIDÔNIO APOLINÁRIO, *Panegírico de Majoriano*, 385-441).

A batalha entre as forças de Majoriano e as forças de Genserico é comparada por Sidônio com a guerra contra Pirro, que sofre uma derrota semelhante a que o rei dos vândalos havia acabado de sofrer, tendo de fugir de volta a Épiro com o que havia sobrado de sua armada, como Genserico que também teve de fugir com seus guerreiros de volta à África.

Entre os hexâmetros 441 e 469, Sidônio narra a preparação da frota de Majoriano para a campanha decisiva contra Genserico, exaltando no imperador as virtudes do desapego virtuoso pelo resultado material do combate, em contraposição ao que ocorreu na África quando

Cleópatra ostentou no Egito o tesouro de Ptolomeu. Desta forma, o autor compara Genserico à Cleópatra, uma vez que o rei vândalo ostentava o butim de suas vitórias. Sidônio prevê para o Reino Vândalo um destino semelhante ao do Egito de Cleópatra: sucumbir ante as forças de um César poderoso.

Na sequência, Sidônio escreve que de nada adianta a Roma não ter medo dos povos africanos que acompanham Genserico nas batalhas se ela não os tem mais como súditos, como antes os tinha. Então, Sidônio narra a travessia dos Alpes pelas legiões romanas comandadas por Majoriano, citando o momento em que um soldado reclama do frio que sofre na neve e Majoriano o repreende dizendo que o frio é causado pela falta de movimento, o coagindo a continuar andando, prometendo-lhe um verão sob as Sirtes isto é, na África, lutando contra Genserico. Nessa passagem podemos perceber como nosso autor honra o imperador Majoriano por sua valentia, virtude e coragem guerreira.

Por fim, Sidônio trata Genserico como o novo Boco africano, ao profetizar que logo estará escrevendo que Majoriano havia reconquistado a Líbia e as Sirtes, assim como os Alpes e o Mar Mediterrâneo por inteiro, após haver resolvido os problemas da Gália. Como vemos, para Sidônio, Majoriano é um grande conquistador, mas antes precisa resolver os problemas da Gália.

No subsequente *Panegírico de Antêmio*, os vândalos aparecem pela primeira vez quando a deusa personificada Itália diz a Tibre que convença Roma ao ir ao palácio da deusa Aurora convencê-la a conceder-lhe o general Antêmio, para que ele a livre do perigo vândalo.

Roma diz que Genserico fazia a ordem do mundo se inverter ao fazer com que Cartago lutasse contra ela, ou seja, de conquistadora de Cartago, ela passou a ser conquistada por Cartago, e que não havia como frear as investidas de Genserico contra ela, porque ele evitava tanto a paz quanto a guerra, negando-se a negociar com Ricímero e fugindo assim que via em suas mãos o butim desejado. Ela diz que Genserico odeia a Ricímero pelo fato de que o rei vândalo era filho de uma escrava e teve de proclamar o adultério de seu pai para ser reconhecido como seu filho, enquanto que Ricímero era comprovadamente filho de uma princesa visigoda e de um príncipe suevo, e poderia ser proclamado rei de dois reinos. Ela diz ainda que Ricímero dava provas de ser neto de seu avô, o rei Vália, que liderou os visigodos contra os vândalos e os alanos na Hispânia antes da criação do Reino de Tolosa, pois ele havia derrotado violentamente vândalos e alanos, sempre fazia os primeiros recolherem a espada.

De acordo com Kindler (2005, p. 116), com a frase acima, Sidônio demonstra que almejava uma pronta derrota de Genserico pelas forças de Antêmio, uma vez que naquele ano de 468, quando o panegírico foi escrito, as duas partes do Império Romano, o Império Romano do Ocidente e o Império Romano do Oriente, iriam somar suas forças para lutar contra Genserico. O historiador supracitado acredita que essa batalha não teve êxito para os romanos, possivelmente, pela astúcia do rei dos vândalos, mas também pela inaptidão do comandante das legiões do Império Romano do Oriente, Basilisco. Já para a historiadora Egea (1997, p. 124), é possível que o chefe militar oriental Basilisco tenha tido interesses em sua própria derrota e de seus aliados, uma vez que ela possibilitaria que o poder de Leão, o imperador de Constantinopla, se enfraquecesse e ele, como chefe militar, tornasse-se imperador em seu lugar.

Opiniões historiográficas sobre o resultado da batalha entre romanos e Genserico à parte, acreditamos que o que deva ser considerado nessa situação é que no final do panegírico Sidônio se mostrou confiante na derrota de Genserico, colocando suas esperanças no honrado imperador Antêmio e mostrando-nos como o rei vândalo era temido e necessitava ser vencido.

Referências

Referências documentais

SIDÔNIO APOLINAR. *Poemas*. Tradução e Introdução de Agustín López Kindler. Madrid: Editorial Gredos, 2005.

Referências bibliográficas

ALONSO, C. R. *Las historias de los godos, vândalos y suevos de Isidoro de Sevilha*. Studio, edición crítica e traducción. León: Centro de Estudios e Investigacion "San Isidoro", 1975.

BAPTISTA, L. V. *Bizâncio em foco: a historiografia produzida sobre Procópio de Cesareia*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo: 2011, p. 1-15. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/13081 13824_ARQUIVO_Bizancioemfoco.pdf. Acesso em: 23/02/2016.

BARROS, J. A. História Cultural e a contribuição de Roger Chartier, *Diálogos*, v. 09, n. 01, 2005, p. 125-141.

CHARTIER, R. A História Cultural. Entre práticas e representações. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

CORREIA, J. P. P. *O discurso anti-maniqueu de Agostinho de Hipona na construção da identidade cristã.* 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências humanas e naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória. 2014.

CRUZ, M. Gregório de Tours e Jordanes: a construção da memória dos 'bárbaros' no VI século. *Acta Scientiarum.* Universidade Federal de Maringá, 2014, p. 13-27. Disponível em:

http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/22223 Acesso em: 23/02/2016.

EGEA, M. E. G. Piratas o estadistas: la política exterior del Reino Vândalo durante el reinado de Genserico. POLIS. *Revista de ideas y formas políticas de la Antigüedad Clásica*, 9, 1997, p. 107-129. Disponível em: dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/148844.pdf. Acesso em: 23/02/2016.

FRANCHI. A. P. Poder Imperial e legitimação no século IV d. C.: o caso do "Panegírico de Constantino". 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 2009.

FRIGHETTO, R. A Antiguidade Tardia: Roma e as monarquias romano-bárbaras numa época de transformações (Séculos II-VIII). Curitiba: Juruá, 2012.

O IMATERIAL NOS ESPAÇOS DA EDUCAÇÃO PRIMÁRIA NA CIDADE DE ANTÔNIO PRADO

Leticia Chilanti (FURG)[13]

Introdução

Este trabalho faz parte da pesquisa desenvolvida trabalho de conclusão de curso e tem por finalidade apresentar uma análise sobre os aspectos culturais do ser professora no espaço rural no período de 1970 a 1980. As práticas culturais, nesta pesquisa, pretendem recompor a história do ensino nesse local, apresentando as percepções de Tarcila Maria Ghinzelli Besutti[14] a cerca de seu período na escola, como aluna, até o início de sua vida profissional como professora na escola rural, em 1968.

A pesquisa, em seu contexto mais amplo, tem por objetivo realizar análise dos aspectos culturais do dialeto Talian[15] no período de 1970 a 1980, e identificar como a ação do governo e das demais entidades políticas podem ter afetado seu uso e transmissão por parte dos descendentes dos imigrantes na região, onde o processo ocorrido durante o governo de Getúlio Vargas, no que tange a proibição do ensino, assim como, o uso da língua estrangeira por parte de imigrantes italianos e educadores, modificou o modo desses indivíduos se relacionarem dentro da própria comunidade e família. Para tal, serão utilizados depoimentos de moradores da região localizados na zona rural da cidade de Antônio Prado, fundada em 1886 e inserida na região conhecida como Serra Gaúcha[16], os quais, mesmo após o término do mandato do então presidente Getúlio Vargas, permaneceram sob tenaz efeito no ensino e uso do dialeto com tais

[13] Acadêmica do Curso de História Bacharelado da Universidade Federal do Rio Grande. E-mail: ticia_lc@hotmail.com.

[14] Termo de posse assinado em 30 de abril de 1968 na "Escola Rural Isolada Conego José Benini". Livro Termo de Posse p. 18. Termo de desligamento em 3 de março de 1976.

[15] O Talian constitui uma autodenominação dos falantes da RCI (Região de Colonização Italiana) para uma variedade supra regional do italiano como língua alóctone em contato com outras variedades do italiano e com o português. Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística. IPHAN. Certidão de Registro – Talian. Inventário Nacional da Diversidade Linguística. Brasília, Distrito Federal, 10 de novembro de 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Certidao_%20Talian.pdf>. Acessado em 28 de agosto de 2016.

[16] Lei Complementar nº 14.293 de agosto de 2013.

restrições, conhecidas como 'Reforma Francisco de Campos'[17], ecoando por um longo período após a reforma.

Até o fim do século XIX e primeiras décadas do século XX, o movimento de imigrantes vindos da Itália para Brasil ocorreu de forma intensa. Em meados do século XIX, o governo brasileiro criou as primeiras colônias, estas, foram fundadas na região norte do Estado do Rio Grande do Sul. Segundo FAUSTO (1998), estes imigrantes eram, na maioria, da região do norte da Itália, vindos por decorrência de grandes transformações no país aliada à propaganda brasileira para colonização em terras no Novo Mundo. Além das políticas de desenvolvimento da região que proporcionaram a instalação dos indivíduos, analisa-se para identificar a formação cultural da região, o regime do Estado Novo, instaurado pela Constituição de 1937. De acordo com BERCITO (1990), foi marcado por medidas nacionalistas de caráter político e cultural, também interferiu no desenvolvimento de práticas culturais.

Para a construção de uma identidade, CHARTIER (1990) aponto os elementos inseridos na tradição auxiliam na resistência à perda de valores, as atitudes do indivíduo são direcionadas para redes de dependência que o regulam e o moldam. A religião, por si só não representa diferença cultural. Todavia, as devoções específicas que atingem determinadas comunidades se mostram reveladoras de diferencias que, a partir de uma base, representam formas sobrevivência encontradas, as quais se moldaram e se aglutinaram com referenciais nacionais.

As festas realizadas nas comunidades, segundo ADAMI (1962), onde se apresentam comidas e danças típicas, além das novenas[18], o que se ressalta é a exibição consciente destas peculiaridades, como sinal diferencial ouve-se o dialeto, esse, mediado por décadas de necessidades e objetivos desses imigrantes no Novo Mundo[19], se moldando culturalmente e estabelecendo o perfil de determinado grupo. Nesse sentido, Tarcila relembra como foi o processo de alfabetização dos alunos pertencentes ao grupo do 1° ano, ou 1° série do ensino fundamental, quando apresentavam dificuldades, a reação de dois ou três colegas mais velhos: "[...] em casa eram acostumados a falar o dialeto e chegam em sala de aula e eles querem se expressar em português e não conseguem, e então, eles ficavam rindo né. [...]. Depois eles

[17] CHAGAS, V. Didática Especial de Línguas Modernas. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 3ª Edição, 1982.

[18] A novena é uma devoção tradicional da Religião Católica, é rezada por nove dias consecutivos antes de uma grande festa. Entretanto, as novenas podem ocorrer em qualquer época do ano também. GÓES, Maria da Graça Coutinho de. Ex-votos, promessas e milagres: um estudo sobre a Igreja Nossa Senhora da Penna. 2009.

[19] O termo Novo Mundo refere-se ao período das Grandes Navegações para designar as novas terras descobertas na América a partir do século XVI.

ajudavam, menos esses dois, três. ” (Besutti, Tarcila M. G. 74 anos, 10 de fevereiro de 2015). Além de constituírem um diferencial na indústria do turismo, os dialetos das regiões de colonização permitem a evocação uma identidade cultural, relacionado à necessidade que tem de pertencer ao seu grupo, os descendentes de imigrantes reconstroem por entre gerações uma identidade no país de adoção.

Desenvolvimento

Optamos por um trabalho investigativo sobre a Escola Municipal de Ensino Fundamental Incompleto Cônego José Benini[20], localizada na zona rural da cidade de Antônio Prado, na Linha Cândida São João Batista, por haver poucos trabalhos realizados sobre essas instituições nesse período, conhecido pelo intenso movimento de êxodo rural no pais; além disso, as diferenças das fontes históricas oficiais sobre as mesmas, em detrimento de outras instituições localizadas no contexto citadino são gritantes, no que se refere a sua salvaguarda, ou por esta ausência significar que estas escolas, ainda hoje, representam uma parte marginal da escola brasileira.

O trabalho parte de bases culturais que formam uma referência para o social e o político, entendido como matriz e suporte de uma identidade, da tradição e da memória de qualquer sociedade, e vamos ao encontro de CHARTIER (1990), apontando que a cultura é o extrato daquilo que os homens criaram ao longo do tempo numa dada sociedade. É, portanto, o elemento de ordem objetiva e intelectiva, algo que, através de gerações, se recebe do anterior intervindo de alterações, quer por abandono de certos elementos, quer por absorção de elementos novos.

A cultura, assim como a memória, recebe-se do passado e transmite-se para o futuro. Conforme POZENATO, um elemento cultural deixa de ser valorado, deixando de ter identidade e de ser memorizado, não pertencendo a determinada sociedade como fator indenitário. Essa, não é imutável, constitui-se de uma construção de uma desconstrução continua. Diversas discussões antropológicas alertaram para o fato variações culturais influírem decisivamente no comportamento social. Embora, também segundo o autor:

> Os verdadeiros motivos para a revalorização da cultura local são de ordem ética e política. De ordem ética por invocar códigos de comportamento do passado, envolvendo-os numa aura de heroísmo mítico, para contrapô-los a uma desagregação de costumes que sua ideologia conservadora não aceita. De ordem política, na medida em que defende um

[20] Criada pelo Decreto Estadual n° 8.629, de 11 de fevereiro de 1958, denominada pelo Decreto Estadual n° 12.656, de 28 de setembro de 1961.

> espaço para uma minoria cultural, ameaçada pela padronização. Daí o seu compromisso entre a afirmação da diferença, por um lado e, por outro, a reivindicação de uma identidade brasileira. (Pozenato, 2003:25)

Para tanto, utilizamos de fontes primárias do acervo histórico estadual da 4° Coordenadoria Regional de Educação e Ensino, localizado na cidade de Caxias do Sul, tais como: fotografias, atas, relatórios ou diários de classe e boletins. Usamos também fontes orais, como a entrevista com uma ex-professora do ensino rural da referida escola, na tentativa de recuperar as histórias da escola rural através da memória dessas pessoas, as quais, por vezes em contraste com as fontes oficiais, produzidas por instituições ligadas ao governo ou órgãos reguladores, remetem somente uma face da realidade escolar do período analisado.

Algumas reflexões sobre a teoria e metodologia basilares da pesquisa são necessárias, tendo como norte estudos referentes à Memória, História Oral e História da Educação. Segundo Nóvoa[21] apud Almeida (2009, p.213), a História da Educação ocupa um lugar de "marginalidade", e por vezes, distancia os agentes educativos que por ela passaram ou construíram, ficando no esquecimento, além disso, critica uma história da educação direcionada somente no fato e na descrição, apontando para métodos que os agentes escolares se percebam como sujeitos de um passado/presente escolar.

O deslocamento do olhar com relação a construção do passado permite que determinadas estratégias realizados por diferentes indivíduos sejam percebidas, assim, segundo Giovanni Levi[22] apud Chartier (2002, p.84) “Nenhum sistema normativo é, de fato, suficientemente estruturado para eliminar toda possibilidade de escolha consciente, de manipulação ou de interpretação das regras, de negociação”, assim, a reconstituição dos “processos dinâmicos” que formam as relações sociais permitem estratégias traçadas nesse âmbito. No entanto, o historiador aponta para o debate acerca do “retorno da narrativa”, e ressalta que toda a história é construída com o uso de “fórmulas que governam a produção narrativa” (Chartier, 2002, p.86). A ficção e a realidade são percebidas como áreas fronteiriças, relacionadas a construção da narrativa utilizada, mas, possuem materiais próprios. Além disso,

[21] NÓVOA, Antonio. História da Educação. Lisboa: Universidade de Lisboa, 1994. Tese de livre docência. p. 67 apud Almeida. 2009, p. 213.
[22] LEVI. Giovanni. Les usages de la biographie. Annales E.S.C. 1989, p. 1325-1336 (citação p. 1333-1334) apud Chartier. 2002, p.84.

o autor ressalta os discursos utilizados na construção da narrativa, como sendo limitados pelos "recursos desiguais" daqueles que os produzem, e diz que

> "[...] o objeto fundamental de uma história que visa a reconhecer a maneira como os atores sociais dão sentindo a suas práticas e a seus discursos parece residir na tensão entre as capacidades inventivas dos indivíduos ou das comunidades e, de outro lado, as restrições, as normas, as convenções que limitam – mais ou menos fortemente de acordo com sua posição nas relações de dominação – o que lhes é possível pensar, enunciar e fazer. " (Chartier, 2002, p.91)

Toda a atividade humana é pensada através das *diferenças* e das *dependências*, intrinsecamente ligadas, que separam os grupos sociais, ou, os inserem em determinado contexto na esfera das representações por eles elaborados, mas, ao mesmo tempo, não é perceptível ao próprio sujeito nela inserido. Nesse sentido, Janaina Amado[23] apud Almeida (2009), apresenta que toda a narrativa possui uma dimensão simbólica que leva a um certo desapego do real em busca do imaginário, "quem narra, o que narra, por que narra, como narra, para quem narra, quando narra" (Almeida, 2009, p.214), são pontos a serem percebidos.

As autoras Marieta Ferreira e Janaína Amado[24] apud Martins (2013), ainda trazem que a pesquisa sobre a tradição oral das comunidades teve início na antropologia, permitindo conhecer mais profundamente as diversas culturas presentes no mundo. Ainda a história oral estabeleceu técnicas especificas para este tipo de pesquisa, novos procedimentos metodológicos e um conjunto próprio de conceitos. Instaurando a possibilidade do contato entre as diversas camadas sociais, dispondo de um novo sistema para a produção qualitativa de fontes sobre os processos históricos, justificado pela busca de perspectivas dos que se encontravam englobados dentro destes processos. O uso da memória feminina, ainda segundo MARTINS (2013), possibilita uma releitura do passado, nesse, uma construção no tempo presente gera uma expectativa do contato com as sensações anteriormente vivenciadas, proporcionando uma revisitação dos acontecimentos já que estavam perdidos na memória.

A história de vida de muitos atores sociais que fizeram parte da História da Educação por vezes é suprimida, ou esquecida, frente a realidade escolar e todo os problemas gerados pela falta de investimento na estrutura e formação, logo, se faz intrínseco conhecer a realidade de determinado período para entender subjetividade das experiências e desafios por eles enfrentados frente a um sistema que está posto, e caminha a passos lentos, quase arrastados,

[23] AMADO, Janaína. O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em História Oral. Revista História. São Paulo, 2014, p. 125 – 136, 1995.
[24] FERREIRA, Marieta de Moraes. AMADO, Janaína(Org.). Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

para uma significativa alteração. Nesse sentido, Tarcila relembra sobre sua formação - a qual realizou os primeiros anos do ensino fundamental no distrito rural de Santana na cidade de Antônio Prado e posteriormente, seguiu o caminho para magistério no interior do Estado de São Paulo[25], no período de sua alfabetização

> Eram várias turmas, quando eu comecei a ir para a escola então, em Santana, era em Santana, professores daqui, daqui de Antônio Prado eles iam para lá, e moravam lá né, porque não tinha transporte direto. Ai então a professora ficava na sala de aula, e nós aprendendo a escrever, a ler, mas decorando a página! Eu me lembro que eu aprendi a ler não o B A BA sabe, foi decorando os textos! Que estavam no livro. [...] nós decorávamos o texto então ali, então quando eu não sabia ia num outro texto e não sabia a palavra, então eu voltava para aquele texto que eu tinha decorado para ver o que significava, mas era difícil, porque uma professora só com todos os alunos, não era fácil. (Besutti, Tarcila M. G. 74 anos, 10 de fevereiro de 2015.)

Com o contexto de expansão do chamado ruralismo pedagógico a partir da década de 1930 e seu "desuso" a partir do período de industrialização, ou modernização, do campo na década de 1970, temos o crescimento do êxodo rural, movimento que nos mostra o fato de o indivíduo ser alfabetizado não garante sua permanência no contexto ao qual está inserido; notamos, pela fala da entrevistada que teve seu letramento em zona rural como se davam as estratégias para aprender algo que não fazia parte de seu dia-a-dia, onde o próprio livro servia de base para aprendizagem da língua portuguesa, mas isso no entanto não serviu para sua permanência na região, optando por deslocar-se até São Paulo para seguir com o estudo, desafixando-se do campo, lugar de crescimento de toda sua família.

No processo de aumento da rede do ensino primária, ao longo da década de 1960, em específico no Estado do Rio Grande do Sul, os convênios estabelecidos entre a esfera estadual e municipal, procurou diminuir uma demanda nacional de erradicação do analfabetismo. Nesse movimento, criou-se a demanda de estrutura e profissionais para atuarem em locais por vezes isolados, não significando com a inserção de uma rede nacional e estadual[26] de ensino, com conteúdo base a serem aplicados e repetidos - independente do contexto da escola, se de zona

[25] Segundo a entrevistada era o Colégio Madre Cabrini - vinculado ao Instituto das Missionárias do Sagrado Coração de Jesus, fundado no Brasil em 1903, as quais atuavam em diversas cidades no interior do país, tendo ela convivido com colegas, "meninotas", das cidades de Caxias do Sul, Nova Prata, Veranópolis entre outras citadas.
[26] Para maior aprofundamento sobre ver o artigo de Jaqueline Daniela Basso A Educação Rural Escolar no Estado de São Paulo entre 1890 E 1970: breve discussão sobre o ruralismo pedagógico, em Revista HISTEDBR On-line, Campinas, nº 50 (especial), p. 63-76, maio 2013 - ISSN: 1676-258 63, a qual discute o processo histórico de expansão da educação escolar, sobretudo no campo, bem como a influência do ruralismo pedagógico neste processo.

rural ou urbana, embora com pequenas inserções como o Clube Agrícola[27], herança do ruralismo pedagógico - aos diferentes alunos com vista na erradicação do analfabetismo, uma real mudança de vida com o mesmo. Dito isso, apresentamos a estrutura da escola no período em que Tarcila lecionou, onde relembra que

> [...] a escola tinha moradia né, só tinha dois quartos, a cozinha pequenininha, e uma sala pequena, e grudada na escola, tinha as duas salas de aula. [...] Na sala de aula era assim ... carteiras normais, aquelas classes individuais não eram juntas sabe, e só o quadro pequeno O quadro pequeno era um sacrifício para a gente escrever. (Besutti, Tarcila M. G. 74 anos, 10 de fevereiro de 2015.)

A realidade da estrutura das escolas de zona rural apresentava, e apresenta, grande diferença com relação a zona urbana, desde a construção do prédio até o quadro de funcionários, como rememorado pela entrevistada, também outra professora/diretora tinha moradia junto à escola, em função do tempo de deslocamento trabalho-casa atrapalhar o próprio andamento das aulas; como também trazemos o acumulo de funções, com relação ao tipo de investimento direcionado à zona rural no período, sendo notado até no Regimento Escola Estadual de 1° Grau Incompleto (Sem previsão de continuidade) já de 1983, no Título II que diz da organização administrativo-pedagógica, Capítulo I que diz do papel da direção, Artigo 9° diz que "Na ausência do titular da Direção cabe a um professor, autorizado pelo Órgão competente, desempenhar as atribuições indicadas no artigo."[28] Já no parágrafo único, ressaltar que "No caso de a Escola contar somente com um professor a ele cabe, uma vez autorizado pelo Órgão competente, responder pela direção da Escola. "[29]. Além do Capítulo II, que diz dos serviços da secretaria, Artigo 13, trazendo a mesma possibilidade de atribuições ao professor para a secretaria[30], mostram como o cargo acabava por agregar outras funções dentro da mesma escola face ao número de alunos ou tamanho da escola.

Ainda dentro do processo de aumento da rede do ensino primária, gerou-se a necessidade de professores que tivessem algum conhecimento da região onde trabalhariam, abrindo locais para inserção de inúmeras mulheres, as quais, como Tarcila mudou-se para São Paulo com apoio de um grupo de freiras com vistas a o estudo, a partir de estratégias, superaram o abismo existente na educação a elas direcionada, possibilitando também que conquistassem

[27] A proposta do Clube Agrícola nas escolas localizadas em zona rural veio juntamente com a expansão da rede de ensino, já fazendo parte do Regimento da Escola, inserido no guia confeccionado pela Coordenadoria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul.
[28] Regimento Escola Estadual de 1° Grau Incompleto Sem previsão de continuidade. Departamento de Educação Fundamental. Porto Alegre. 1983. p. 8.
[29] Idem ibid, p. 8.
[30] Idem ibid, p. 9.

sua autonomia com relação à renda familiar e espaço profissional. A entrevistada conta como foi o processo de inserção na comunidade de São João, e os desafios que enfrentou para se deslocar até o trabalho,

> [...]fui trabalhar lá em São João, que foi um sacrifício, que eu tinha que sair de segunda-feira, ou domingo de noite, para voltar no sábado seguinte [...] tinha um ônibus que ia para Caxias, ia pra Caxias só de manhã, seria as oito horas da manhã saia daqui eu sempre chegava tarde, as oito e meia eu chegava lá. Então, a minha prima cuidava dos alunos até eu chegar. E daí na hora da saída não, esse mesmo ônibus ele voltava cinco horas, aí pelas cinco e meia mais ou menos ele passava lá em São João, mas isso era só uma vez por semana, e as vezes a cada quinze dias, porque eu parava no fim de semana lá em São João. (Entrevistada: Besutti, Tarcila M. G. 74 anos, 10 de fevereiro de 2015.)

O relato apontando sua alfabetização por uma mulher, a qual como ela, se deslocando por horas até chegar a escola onde lecionava, além de enfrentar a aglomeração de turmas que juntavam na mesma sala de aula alunos de diversos graus de escolarização, não havendo alteração na estrutura do contexto em que foi alfabetizada para quando lecionou em São João, no período analisado, na década de 1970, e nos registros de funcionários e professores da escola constam apenas nomes de mulheres.

Dentro disso, encontramos muitos atores sociais que são esquecidos em meio a produção historiográfica, mas também, quando apreendidos são observados estando condicionados à determinados papeis sociais em função de seu lugar na cadeia de produção econômica ou de seu gênero, em nosso caso, a função do educador direcionada à figura feminina. Essa, ocupando um lugar pré-estabelecido ao longo do século XX, historicamente construído e culturalmente mantido, onde a professora é associada a mulher, pois desempenharia algo similar ao que desenvolve no seio da sociedade patriarcal, remetendo a imagem de mãe, cuidadora e responsável pelo desenvolvimento da moral.

Conclusão

Para Elisabeth Souza Lobo[31] apud Silva Felix (2012), com relação à "divisão sexual de funções e tarefas incidem tanto estratégias de utilização (apropriação) do corpo, através de suas "qualidades" naturais ou sociais, como representações de qualidades" (Silva Felix, 2012, p.7). Onde, as funções no trabalho feminino são associadas a discursos pautados na construção biológica do corpo; ainda as autoras apresentam que "a própria qualificação é sexuada, e reflete critérios diferentes para o trabalho realizado por homens e mulheres, ocorrendo frequentemente

[31] LOBO, Elisabeth Souza. A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência. 2 ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.

uma desqualificação do trabalho feminino, assimilado a dons naturais" (Silva Felix, 2012, p.7). Sobre a construção do lugar comum do feminino Chartier diz que,

> "Definir a dominação imposta às mulheres como uma violência simbólica ajuda a compreender como a relação de dominação, que é uma relação histórica e culturalmente construída, é afirmada como uma diferença de natureza, irredutível, universal. O essencial não é, portanto, opor termo a termo uma definição biológica e uma definição histórica masculina/feminino, mas antes, identificar os discursos que enunciam e representam como "natural" (portanto, biológica) a divisão social (portanto, histórica) dos papéis e das funções. " (Chartier, 2002, p.96)

A pesquisa nos permite entender o ensino rural no decorrer da década de 1970, através principalmente da escola em zona rural Cônego José Benini, percebemos como o processo de desconstrução, quando apoiado nas representações que os sujeitos elaboram ao rememorarem determinado acontecimento passado, permitem a compreensão dos mecanismos de manutenção, ou linguagem, utilizados pelos diferentes agentes sociais na manutenção de determinados papeis com base em "dons naturais". No caso da construção simbólica que é associada a figura da professora, essa questão foi percebida quando voltamos nosso olhar para as memórias que são construídos a partir de um presente vivido, essas trazem um discurso a respeito de seu mundo relacionado ao tempo em que exerceu sua profissão, do sentido da vida, elaborado a partir do afastamento temporal com relação ao período rememorado e da percepção que tem de si, com relação aos outros ligados a isso direta ou indiretamente.

Até o momento as fontes analisadas nos permitem observar que, de acordo com as fontes orais haviam muitas dificuldades enfrentadas, além de confrontarem com as fontes oficiais - que trazem a ideia de conformação com o que era exigido pelos inspetores, possibilitando arranhar uma estrutura que coloca o educador ligado naturalmente à figura feminina, sem qualquer dificuldade enfrentada, ou empecilho que tenha influenciado a vida de seus alunos, moradores da zona rural no período.

Referências Bibliográficas

ADAMI, João Spadari**. História de Caxias do Sul.** Caxias do Sul: São Miguel, 1962.

ALMEIDA, Dóris B. As memórias e a História da Educação: aproximações teórico-metodológicas. **História da Educação**, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, v. 13, n. 27 p. 211-243, Jan/Abr 2009. Disponível em: http//fae.ufpel.edu.br/asphe

BERCITO, Sonia de Deus R. **Da Revolução de 30 ao fim do Estado Novo**. São Paulo: Atual. 1990.

CHARTIER, Roger. Por uma sociologia histórica das práticas cultural. IN. **A história cultural: entre práticas e representações.** Lisboa: Difel, 1990.

_____, Roger. A história entre narrativa e conhecimento. IN: **À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietudes.** Porto Alegre. Ed. Universidade/UFRGS. 2002.

FARACO, Carlos A. (Org.). **Estrangeirismos: Guerras em torno da Língua**. São Paulo, SP: Parábola Editorial, 2001.

FAUSTO, Bóris. **História do Brasil**. 6 ed. São Paulo: EDUSP.1998.

SILVA FELIX, Maria. **A apropriação pelo capital do trabalho informal feminino a venda direta da empresa Avon**. 17º Encontro Nacional da Rede Feminista e Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações de Gênero. 2012. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/17redor/17redor/paper/download/165/76>. Acessado 28 de setembro de 2016.

MARTINS, Bruna G. REFLEXÕES SOBRE METODOLOGIA E MEMÓRIA. **Trabalho de Conclusão de Curso**. (Bacharel em História). Instituto de Ciências Humanas e da Informação. Universidade Federal do Rio Grande. Rio Grande. 2013.

POZENATO, José Clemente. **Processos Culturais sobre a dinâmica cultural.** Caxias do Sul: EDUCS, 2003.

FONTES

Besutti, Tarcila Maria Ghinzelli. Entrevista oral sobre a trajetória de vida e docente em classes na cidade de Antônio Prado. Entrevista concedida a autora. Antônio Prado, 10 de fevereiro de 2015.

Livro de Assunção e Desligamento de Professores. Caixa n° 2. Arquivo Histórico Estadual da 4° Coordenadoria Regional de Educação e Ensino. Caxias do Sul.

Atos Oficiais da Escola. Caixa n° 1. Arquivo Histórico Estadual da 4° Coordenadoria Regional de Educação e Ensino. Caxias do Sul.

Regimento Escola Estadual de 1° Grau Incompleto Sem previsão de continuidade. Departamento de Educação Fundamental. Porto Alegre. 1983. Caixa n° 1. Arquivo Histórico Estadual da 4° Coordenadoria Regional de Educação e Ensino. Caxias do Sul.

UTILIZAÇÃO DE LIVROS DIDÁTICOS DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM PELOTAS-RS

Maibi da Silva Macedo[32]

Dalila Rosa Hallal [33]

Introdução

O processo educativo além de levar os alunos a utilizarem suas capacidades intelectuais para a aquisição e uso de conceitos e habilidades, deve contribuir para a formação de cidadãos conscientes e participativos das questões sociais do ambiente em que vivem. (HORTA, 1999). Nessa perspectiva, a abordagem do patrimônio cultural na escola por meio da educação patrimonial, constitui-se como um mecanismo para o reconhecimento e valorização da identidade cultural local.

Nessa perspectiva o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, aponta que "o processo educacional é muito mais amplo que a escolarização, não se restringe ao ambiente escolar pelo contrário insere-se e apropria-se dos aspectos culturais, reconhecendo a contribuição de outros agentes educativos". Nesse sentido, a educação patrimonial é considerada um instrumento capaz de diminuir a distância entre a educação escolar e o cotidiano dos alunos, pois, utiliza como elemento fundamental a compreensão do patrimônio cultural afim de valorizar a diversidade cultural, a identidade local e principalmente despertar nos indivíduos o sentimento de pertencimento e reconhecimento do patrimônio que os cerca. (IPHAN, 2014. p.29).

Conforme Santos "despertar a comunidade escolar para a utilização do patrimônio local como ponto de partida no processo ensino-aprendizagem implicará no fortalecimento da identidade cultural", bem como na formação de indivíduos que de fato compreendam o significado da palavra cidadania, e consequentemente se tornem mais críticos em relação à sociedade a qual estão inseridos. (SANTOS, 2007, p. 01). Ferreira coloca que "ao propor o trabalho com a história local e o patrimônio dentro do espaço escolar é indispensável lembrar a necessidade e a importância de elementos mediadores no processo de ensino e aprendizagem. Um desses elementos é o livro didático". (FERREIRA, 2013, p.11)

[32] Bacharel em Turismo pela UFPel. E-mail: maibimacedo@hotmail.com

[33] Professora do Curso de Turismo. Faculdade de Administração e de Turismo. Universidade Federal de Pelotas. Doutoora em História PUCRS. E mail: dalilahallal@gmail.com

Nesse sentido, inúmeros materiais veem sendo produzidos, dentre eles os livros didáticos que tem como foco a abordagem do patrimônio cultural por meio da educação patrimonial no sistema formal de educação.

Martins (2006) define o livro didático como um artefato cultural:

> O livro didático é um artefato cultural, isto é, suas condições sociais de produção, circulação e recepção estão definidas com referência a práticas sociais estabelecidas na sociedade. Enquanto tal, ele possui uma história que não está desvinculada da própria história do ensino escolar, do aperfeiçoamento das tecnologias de produção gráfica e dos padrões mais gerais de comunicação na sociedade. (MARTINS, 2006 p.124).

Para Carvalho (2006), cabe ainda ressaltar que as finalidades do livro didático transcendem aos aspectos didático-pedagógico; isto é, ele atende também a outros interesses de ordem político-ideológica, econômica e cultural. (2006.p.59)

> [...] os Livros Didáticos, ao sistematizarem áreas de conhecimento, sequenciando a transmissão de conteúdos e organizando o pensamento, não o fazem de uma forma neutra, pois privilegiam valores e verdades que se pretende transmitir. (OLIVEIRA apud Carvalho, 2006, p.59)

Com o intuito de dar mais subsidio aos professores para que abordassem a temática do patrimônio em sala de aula, no ano de 2009, em Pelotas, foram elaborados dois livros didáticos sobre Educação Patrimonial intitulados: “Somos! Patrimônio Cultural de Pelotas” para séries iniciais, e “Pelotas uma História Cultural” para séries avançadas. Estes livros foram produzidos com recurso do Programa Monumenta do Ministério da Cultura, e em Pelotas ficou sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Cultura (Secult) e da Secretaria de Municipal de Educação e Desporto (SMED), estes livros tinham como objetivos principais contar a história do município por meio de seus patrimônios, mostrar as potencialidades da cidade e paralelo a isso remeter à cidadania. (PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS, 2009)

Este artigo tem como objetivo analisar a utilização dos livros didáticos “Somos! Patrimônio Cultural de Pelotas” e “Pelotas uma História Cultural” nas escolas Municipais de Pelotas.

A pesquisa tem caráter descritivo e qualitativo, segundo Gil (2008, p. 28). “pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”. Para Goldenberg (1997) “a pesquisa qualitativa caracteriza-se por não se preocupar com representatividade

numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização". (GOLDENBERG, 1997, p. 34)

Os dados foram coletados por meio de entrevistas estruturadas, com roteiro pré-estabelecido, com os coordenadores pedagógicos e professores de algumas Escolas Municipais de Pelotas. As entrevistas ocorreram de 02 a 15 de junho de 2016 e com a devida autorização dos entrevistados foram gravadas e transcritas. Do total de vinte entrevistados, destes, onze eram coordenadores pedagógicos e nove professores.

Utilização dos Livros didáticos "Somos! Patrimônio Cultural de Pelotas" e "Pelotas uma História Cultural", nas Escolas Municipais

Conforme Horta (1999. p.13), "a educação patrimonial é um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no patrimônio cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo". A autora ainda coloca que "a educação patrimonial consiste em provocar situações de aprendizado sobre o processo cultural e seus produtos e manifestações, que despertem nos alunos o interesse em resolver questões significativas para sua própria vida pessoal e coletiva." (HORTA, 1999. p.8)

Trabalhar o Patrimônio Cultural nas escolas fortalece a relação das pessoas com suas heranças culturais, estabelecendo um melhor relacionamento destas com estes bens, percebendo sua responsabilidade pela valorização e preservação do Patrimônio, fortalecendo a vivência real com a cidadania, num processo de inclusão social. (MOARES, 2005. p. 02)

Com o intuito de promover a educação patrimonial em Pelotas, a Prefeitura Municipal por meio das Secretarias de Cultura e de Educação uniram esforços e em 2009 foram produzidos dois livros didáticos de educação patrimonial em Pelotas/ RS intitulados: "Somos! Patrimônio Cultural de Pelotas" destinado as séries iniciais do ensino fundamental e "Pelotas uma História Cultural" para séries finais. Tais materiais foram distribuídos nas escolas municipais da cidade e alguns exemplares disponibilizados para escolas estaduais e particulares do município. Estes materiais também estão disponíveis no *site* da Prefeitura Municipal de Pelotas.

O livro "Somos! Patrimônio Cultural de Pelotas" para séries iniciais traz os conteúdos por meio de dois personagens que percorrem a cidade, durante estes percursos encontram outros personagens que ajudam a abordar os aspectos históricos culturais do município. O livro esta dividido em seis capítulos sendo eles:

> O que Temos e o que Somos: Apresenta noções básicas sobre o conceito de Patrimônio Cultural e apresentação da cidade de Pelotas;
>
> Tudo e Todos: Aborda os aspectos do Patrimônio Cultural de Pelotas relativos a zona colonial, aos espaços públicos e aos recursos hídricos;
>
> Nós e Eles: Aborda os aspectos do Patrimônio Cultural de Pelotas relativos a lugares que envolvem relações sociais e pertencimento a grupos;
>
> Fomos e Somos: Aborda os aspectos do Patrimônio Cultural de Pelotas sob a perspectiva histórica;
>
> Temos e Fazemos: Aborda os aspectos do Patrimônio Cultural de Pelotas relativos às manifestações vigentes, imateriais;
>
> Somos Responsáveis: Conclusão com mensagem de valorização e preservação dos bens culturais. (PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS, 2010)

Já o livro "Pelotas uma História Cultural" destinado às séries finais do ensino fundamental é conduzido por três personagens que abordam os conteúdos por meio de crônicas, este material traz de forma mais conceitual os questões relativas ao patrimônio cultural tendo como complemento a utilização de imagens e mapas como forma de compreensão e fixação dos conteúdos. Este material foi dividido em quatro unidades que são:

> Unidade 1: Aborda os aspectos conceituais do Patrimônio Cultural enquanto área de conhecimento;
>
> Unidade 2: Aborda os aspectos do Patrimônio Cultural de Pelotas sob a perspectiva histórica e ambiental;
>
> Unidade 3: Aborda os aspectos do Patrimônio Cultural de Pelotas sob a perspectiva das manifestações vigentes, imateriais;
>
> Unidade 4: Propõe exercícios de simulação como uma estratégia de envolvimento e resgate dos conceitos desenvolvidos ao longo do livro. (PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS, 2010)

Segundo a Prefeitura Municipal de Pelotas (2010), estes livros didáticos caracterizam-se como uma proposta de conhecimento e reconhecimento interdisciplinar que resulta na valorização e identificação do patrimônio histórico cultural local e consequentemente sua preservação, estes materiais veem ao encontro da necessidade de fornecer aos professores subsídio para o ensino e a interação entre o aluno e o conteúdo abordado. (PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS, 2010)

Tal ação vai ao encontro das colocações de Gomes (2012) que destaca a necessidade de adotar medidas no sentido de preparar os professores para a realização e aplicação da

metodologia de educação patrimonial nas escolas, o autor exemplifica algumas atividades que podem ser feitas nesse sentido, sendo elas: “um trabalho envolvendo especialistas e professores, realização de cursos e treinamentos; busca de alternativas para sanar a falta de fontes e de material didático adequado”. (GOMES et al, 2012, p.91)

Sobre o livro didático em geral, todos os entrevistados nas escolas, atestam sobre a importância deste material no processo de ensino aprendizagem como um auxilio pedagógico, como um instrumento de sistematização dos conteúdos, e como um recurso de apoio aos professores para o desenvolvimento de atividades em sala de aula. Conforme o professor 4: *“o livro didático é de extrema importância né, porque é um baita de um recurso, a gente tem um suporte”* , para o coordenador 10: “*o livro é importante porque muitas vezes a gente não tem a impressão colorida, então o livro traz”,* para o professor 7 apesar de todo o avanço tecnológico o livro didático continua sendo uma ferramenta importante no processo educativo: *“é muito importante né, porque apesar de toda a tecnologia ainda o livro é um referencial teórico muito bom”* .

Tais narrativas são compartilhadas por Carvalho (2006) quando ressalta que “o livro didático é uma obra composta por textos, conteúdos e imagens que têm por finalidade instrumentalizar, dar suporte, auxiliar e somar aos recursos que fazem parte do processo de ensino aprendizagem na transmissão de conhecimentos”. (CARVALHO, 2006, p. 59)

Apesar de reconhecerem o livro didático como uma ferramenta importante no sistema educativo, os coordenadores pedagógicos e os professores salientam que este não é o único recurso que deve ser utilizado no processo de ensino aprendizagem. Para o professor 9: *“é mais um recurso que a gente utiliza, mas não é o único, a gente tem outros”*, o professor 1reforça essa ideia: *“o livro é uma porta de entrada, mas tem outras ferramentas como jogos, pesquisa. O livro ele faz parte desse processo mas não é a única ferramenta”.*

As críticas aos livros didáticos durante as entrevistas foram em relação aos conteúdos, que muitas vezes não condizem com a realidade a qual os alunos e a escola estão inseridos, e com a falta de edições que tragam exemplos e conteúdos regionais. Conforme o professor 4: *“assim, vem textos muito longos com palavras que eles não entendem, com frutas que eles nunca viram, porque são produzidos em outras regiões”,* para o professor 6: *“o grande problema dos livros didáticos é que eles não se encaixam com a realidade da turma, da escola e do ambiente em que eles vivem”*, o professor 3 acrescenta: *“todos os livros que vem pra gente, eles não são regionais, a linguagem que as crianças nem conhecem, então assim, tratar de Rio Grande do Sul aqui na escola já é complicado, mas a nível de município é muito pior”.*

Do total de entrevistados nas escolas, quatro desconheciam a existência dos livros didáticos “Somos! Patrimônio Cultural de Pelotas” e “Pelotas uma História Cultural”, destes, três eram coordenadores pedagógicos e um professor. Com relação a existência de exemplares destes materiais nas escolas, oito do total de onze coordenadores pedagógicos, confirmaram que há exemplares nas bibliotecas das escolas. Conforme relata o coordenador 2: *“tem alguns livros, vieram poucos, tem alguns exemplares aqui na coordenação e outros na biblioteca”*. O coordenador 4 comenta que alguns exemplares se perderam ao longo dos anos: *”na verdade assim, no início a gente dava pras crianças achando que seriam disponibilizados outros livros, mas não veio. E ai as crianças vão utilizando, ficam com eles em casa, foi desaparecendo”,* este fato não é isolado tendo ocorrido em outras escolas.

Todos os coordenadores pedagógicos que conheciam os livros (oito), afirmaram que estes materiais são utilizados em suas respectivas escolas, em algumas com mais frequência que outras. Segundo os mesmos, o livro mais utilizado nas escolas é o “Somos! Patrimônio Cultural de Pelotas”, que conforme relatos, é utilizado pelos 3º e 4º anos, período escolar onde é trabalhada a história da cidade, conteúdo da disciplina de estudos sociais, também é utilizado em datas comemorativas como, por exemplo, no aniversário da cidade. Já o livro “Pelotas uma História Cultural” quando utilizado geralmente é relacionado à disciplina de Artes, conforme relatos dos coordenadores abaixo:

> Nos anos finais não são utilizados porque não se abordam o conteúdo da cidade. Mas eu tenho a impressão que as professoras dos anos iniciais usam alguma coisa, até porque trabalham mais datas comemorativas e estudos sociais. (COORDENADOR 2)
>
> Eles são utilizados nas séries iniciais na disciplina de estudos sociais, os professores utilizam esses livros quando trabalham a cidade. O séries finais é mais usado pelos professores de artes porque tem toda a questão dos prédios históricos, então são eles que mais procuram. (COORDENADOR 10)
>
> Utilizam muito pouco assim, alguns professores do 3º ano as vezes usam, do 4º ano porque é conteúdo de 4º ano, mas não é muito utilizado, não como livro didático ao longo do ano, as professoras começam a procurar pelos livros agora em função do aniversário da cidade porque aí todas as séries trabalham. Porque conteúdo mesmo é do 4º ano. (COORDENADOR 4)

A partir destes relatos podemos retomar Horta (1999) que afirma que apesar da educação patrimonial ser uma metodologia interdisciplinar, nas escolas geralmente esta relacionada as disciplinas de história ou os estudos sociais. Moraes (2005) afirma que uma das dificuldades encontradas nas escolas para a aplicação da metodologia de educação patrimonial é justamente a fragmentação dos conteúdos em disciplinas e a dificuldade por parte dos professores em pensar a interdisciplinaridade.

Dos professores entrevistados, dois não utilizam estes materiais, um deles por não conhecer os livros; os demais, disseram que costumam utilizar os livros com seus alunos. Conforme os professores, o livro "Somos! Patrimônio Cultural de Pelotas" é utilizado como auxílio para a abordagem da história da cidade em sala de aula, pois trazem informações e ilustrações que despertam o interesse e a curiosidade nos alunos, através do livro é possível mostrar alguns lugares da cidade os quais as crianças podem reconhecer. Os professores entrevistados consideram estes livros de ótima qualidade, pelo material, pela linguagem e pela parte gráfica. Estas informações estão presentes em suas narrativas:

> Utilizo quando a gente vai trabalhar alguma coisa relacionada a cidade né, ali tem informações importantes, e as vezes na semana de Pelotas a gente utiliza o livro também [...] utilizo com o objetivo de trazer mais informações, porque assim, eu moro aqui na cidade mas tem muitas informações que a gente desconhece né, da história, então o livro te traz esses dados mais antigos que tu pode trabalhar na sala de aula. (PROFESSOR 1)

> A gente usa pra auxiliar durante as aulas sobre o trabalho de Pelotas é muito importante, eu acho que contribui muito e estimula bastante os alunos e auxilia o trabalho do professor. (PROFESSOR 6)

> [...] Mostro pra eles os lugares, sempre na época do aniversário de Pelotas, com o objetivo de contar a história da cidade e mostrar, e perguntar o que eles conhecem, o que eles não conhecem. Então são coisas assim que são interessantes mostrar porque aí 'Ah é aquela coisa lá no centro, aquelas coisas lá na cidade', eles reconhecem alguns lugares no livro. (PROFESSOR 3)

> Utilizo como forma de pesquisa com as crianças, ele é bem bom sabe, claro que ele não é assim completo, mas é muito bom até porque assim, a ilustração dele é muito boa e ele tem um vocabulário bom pras crianças entenderem, eu acho que ele é de fácil acesso pras crianças. (PROFESSOR 7)

Apenas dois professores que utilizam o livro para as séries iniciais, fizeram uma relação do mesmo com a questão do patrimônio cultural: *"eles são bem interessantes, um recurso ótimo que a gente tem em termos de pesquisa né, sobre a história de Pelotas. Utilizo com o objetivo do aluno conhecer mais a cidade, os patrimônios né, porque muitos não conhecem, nem vão ao centro"* (PROFESSOR 9). O professor 1 comenta que muitas vezes não se percebe os patrimônios culturais existentes na cidade, e através do livro é possível abordar essas questões com os alunos:

> [...] primeiro eu mostro pra eles o livro, procuro mostrar as ilustrações pra eles conhecerem, porque eles também desconhecem muitas informações né, a gente anda pela cidade e as vezes a gente não se da conta né, daquele prédio, aquela construção, aquele local ele é um patrimônio cultural né, com o livro a gente pode trabalhar essas questões também. (PROFESSOR 1)

Dos nove professores entrevistados, somente um utiliza o livro "Pelotas uma História Cultural" na disciplina de Artes, com alunos do 8º ano, ano em que segundo este professor é trabalhado o conteúdo de patrimônio. Segundo o professor 8, estes materiais são importantes porque são poucos os materiais didáticos específicos sobre a cidade e que abordam as questões de patrimônio cultural:

> Esse material especificamente é bárbaro, porque assim, não tinha chegado nas minhas mãos nenhum material desse tipo, específico da cidade, tratando de toda a história, de toda a cultura e todo ilustrado. Porque ali a criança, é como se a criança tivesse participando do passeio pela cidade. Eu to usando eles no 8º ano, é conteúdo patrimônio e aí eu to trabalhando com eles tudo a partir desse livro, comecei a introduzir o conteúdo através de perguntas, lancei primeiro o que eles entendiam por patrimônio, porque na realidade a gente vive numa cidade histórica, mas poucos deles tem essa consciência com relação a cultura, patrimônio, a história da nossa cidade mesmo. Então eu deixo primeiro que eles coloquem o que entendem por patrimônio, por cultura, e por patrimônio cultural e ai depois eu apresento o livro e ai a gente trabalha essas questões. (PROFESSOR 8)

Com relação ao patrimônio cultural, os entrevistados o relacionam com a história da cidade sendo este então, segundo os entrevistados, resultado das ações da sociedade em determinada época e lugar. O identificam também, como uma forma de resgate do passado, e geralmente reconhecem como patrimônio cultural da cidade os prédios históricos e a arquitetura. Segundo o coordenador 3: *"patrimônio cultural é tudo que fez a história do município no caso, é tudo que tu deve manter como a tua herança"*, já o coordenador 1 coloca: *"eu entendo como os prédios históricos, a gente quando pensa em patrimônio cultural, pensa em tudo que é antigo né, me vêem logo em mente os prédios históricos"*.

Alguns entrevistados relacionam o patrimônio cultural com as manifestações, as tradições e as formas de expressão de um povo, e abordam as questões materiais e imateriais relacionadas ao termo. Porém todas as narrativas remetem ao patrimônio edificado, materializado e que representa uma elite do passado, não conseguindo fazer uma conexão do termo com a atualidade, com os ditos patrimônios "vivos" que se reinventam ao longo do tempo.

Considerações Finais

A partir da realização desta pesquisa foi possível identificar que os livros didáticos de educação patrimonial "Somos" Patrimônio Cultural de Pelotas" e "Pelotas, uma História Cultural" não são utilizados com muita freqüência nas escolas municipais.

Com relação a forma de uso destes materiais nas escolas municipais de Pelotas, constatou-se que o livro utilizado com mais frequência é o "Somos! Patrimônio Cultural de Pelotas" para séries iniciais, isso ocorre porque no 3º ou 4º ano do ensino fundamental é trabalhada a história de Pelotas, quando o professor conhece este material o utiliza como ferramenta de apoio para a abordagem deste conteúdo, algumas vezes também é utilizado como material de pesquisa.

Também foi possível identificar que o período em que mais se utiliza estes materiais nas escolas são em datas comemorativas como, por exemplo, no aniversário da cidade.

A justificativa recorrente para a não utilização do livro "Pelotas, uma História Cultural" é porque não se trabalha com a história do município nos anos finais. Nesse sentido, pode-se perceber que estes materiais não são utilizados como um instrumento de apoio ao desenvolvimento de atividades de educação patrimonial nas escolas. São utilizados como um livro de história, como fonte de informação e ilustração, não que isso não seja importante, porém, tais materiais foram projetados com o objetivo de subsidiar os professores para abordagem do patrimônio cultural no ambiente escolar, visto que a partir do patrimônio cultural é possível desenvolve a cidadania, o fortalecimento da identidade cultural e a criatividade e senso crítico dos alunos.

Através desta pesquisa foi possível identificar a dificuldade por parte dos professores em trabalhar a educação patrimonial no ambiente escolar, apesar de possuírem um material de apoio para a aplicação de atividades relacionadas ao patrimônio cultural, não possuem os conhecimentos básicos para o desenvolvimento da metodologia de educação patrimonial.

Referências Bibliográficas

BENSAID, Daniel. **Os irredutíveis**. Teorema da resistência para o tempo presente. São Paulo: Boitempo, 2008.

CARVALHO, Andréa. **As Imagens dos Negros em Livros Didáticos de História**. Dissertação submetida ao Colegiado do Curso de Mestrado em Educação do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

CERQUEIRA, Fabio Vergara. **Patrimônio Cultural, Escola, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável**. Diálogos, DHI/PPH/UEM, V.9, n.1, p.91-109, 2005.

FERREIRA, Danielle da Silva. **Livro Didático e Patrimônio Histórico: Possibilidades de análise nos livros didáticos regionais.** *XXVII Simpósio Nacional de História – ANPUH*, 2013.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**.6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

GOMES, Daiana Silva; MOTA, Karol Monteiro; PERINOTTO, André Riani Costa. **Turismo Pedagógico como Ferramenta de Educação Patrimonia**l**:** a visão dos professores de História em um colégio estadual de Parnaíba (Piauí, Brasil)**.** Revista Turismo & Sociedade, Curitiba, v.5, 1, p. 82-103, abril de 2012.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz.**Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional / Museu Imperial, 1999.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Educação Patrimonial Histórico, Conceitos e Processos**, IPHAN, 2014.

MARTINS, I. Disponível em: www.xtec.es/cdec/actuals/pdf/sfece Acessado em 2/4/2007.

MORAES, Allana Pessanha de. **Educação Patrimonial nas Escolas**: Aprendendo a Resgatar o Patrimônio Cultural. Monografia apresentada com o título: "Educação Patrimonial: Uma proposta curricular" na Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. 2005.

NUÑEZ, Déborah Coimbra**. Educação Patrimonial nos Bastidores do Processo. A Formação dos Agentes Multiplicadores e as Metodologias de Ensino Aplicadas na Apreensão dos Bens Culturais**: O Caso de São João Del Rei/ Minas Gerais. Dissertação apresentada ao Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural/ UFPel. 2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS; Secretaria de Cultura. **Somos! Patrimônio Cultural de Pelotas**: Séries Iniciais. 144p. 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS; Secretaria de Cultura. **Pelotas uma História Cultural**: Séries Finais. 174p. 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS; Secretaria Municipal de Cultura; Secretaria Municipal da Educação. **Curso de Formação de Professores em Educação Patrimonial**. 2010.

SANTOS, Maria Socorro Soares dos. **Educação e Patrimônio**: Uma Construção da Identidade. Revista Fórum Identidades. ISSN: 1982-3916. ITABAIANA: GEPIADDE. Ano 1, Volume 02/ 2007.

SCIFONI, Simone. Para repensar a Educação Patrimonial. In: PINHEIRO, Adson Rodrigo S. (Org.). **Cadernos do patrimônio cultural: educação patrimonial**. Fortaleza: Secultfor: Iphan, 2015. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_Cadernos_do_patrimonio_educacao_patrimonial_volI(3).pdf . Acesso em:27.09.2016

ABIGEATO E MODERNIZAÇÃO NA FRONTEIRA OESTE: O CASO DE URUGUAIANA (1899-1904)

Marcelo Bahlis[34]

Introdução

Este artigo faz parte de uma pesquisa maior em que estudo os significados dos furtos de gado no município de Uruguaiana na passagem do século XIX para o século XX. Este texto é um recorte sobre processos teórico metodológicos em que faço uma reflexão sobre como foram analisados os processos judiciais encontrados no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Entendo que o aparato burocrático judicial estabelecido pelo Estado não foi um processo unidirecional, guiado pelo centro da incipiente República até a fronteira. Analisando os processos e com base na historiografia percebi que as normas que começavam a se estabelecer guiadas por práticas capitalistas foram sendo negociadas entre o poder do Estado e o poder local. Os processos me deram fortes indícios de que havia práticas pré capitalistas ainda acontecendo no município. Porém, percebo que o aparato burocrático da justiça começava a pautar as relações com base na propriedade privada, criminalizando formas consuetudinárias de relações sociais da fronteira.

O crime na historiografia

"A história dos dominados vêm à tona pela pena dos escrivães de polícia" (Reis, 1986, p.8). A história social a partir das décadas de 1970 e 1980 encontrou nos processos judiciais uma fonte sobre as narrativas da população das classes populares frente aos delegados de polícia e juízes. Os historiadores começaram a problematizar as falas transcritas nos tribunais de justiça pelos marginais da sociedade que não eram privilegiados pela historiografia tradicional. Nestas falas transcritas, pôde-se ter acessos a informações como os locais de moradia e como se portavam os excluídos da história perante a justiça institucional. As falas transcritas em terceira pessoa, mesmo com a possível descaracterização que uma transcrição possa gerar, já que possui filtros profissionais e morais do escrivão, têm o poder de captar as categorias da lei, valores e estratégias das partes em disputa que desejam culpar ou inocentar determinado agente social. Considera-se portanto que o documento judicial é um produto social, profissional e político. (Mauch, 2013, p.25).

[34] Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Licenciado em História; bahlis_@hotmail.com

Não posso deixar de pensar que o objetivo principal da produção das fontes judiciais era ser um relato linear de diferentes partes que defendiam seu ponto de vista conforme as condições que a justiça impunha aos réus, vítimas e testemunhas. Mas para o historiador, além do relato linear, as diferentes versões da mesma pessoa, referências à cor, gênero e condição social são fatores que devem ser comparados. "Não cabe ao historiador ir atrás dos culpados e inocentes, sua investigação é outra". (Mauch, 2013, p.22). Ao perceber as condições em que a fonte histórica foi gerada, e não tomar os escritos dos autos de forma ingênua, o historiador permite que uma nova análise seja feita daqueles documentos.

Bretas mostra que estes estudos focalizaram suas análises sobre a produção do desvio, refletindo sobre a produção do discurso formador das chamadas "classes perigosas". Segundo esta corrente na historiografia, a criação do discurso que vincula as classes baixas ligados às classes perigosas seria utilizado como estratégia de um capitalismo em formação, que visava controlar grupos sociais para disciplinar corpos e mentalidades. (Bretas, 1991, p.56).

Ressalto que a justiça criminal, como relata Bretas, oferece pistas para se compreender como as camadas baixas se comportavam frente aos funcionários da justiça. Portanto, com estas fontes pode-se encontrar os relatos que vítimas, réus e testemunhas falaram buscando legitimar sua versão do ocorrido. Karl Monsma escreve que a justiça criminal não só julga como se preocupa com a motivação e intenção dos envolvidos. De tal modo, também é possível encontrar nos arquivos da justiça, as narrativas de homens e mulheres que buscavam obter apoio em sua versão, mas que também diziam a respeito de suas vidas e suas relações sociais. (Monsma, 2005, p.164).

Nos autos que analiso, houve um crime, que primeiramente passou pelas mãos da polícia, que abriu o inquérito. Nestes, cuja transcrição geralmente aparece nos processos judiciais, os depoimentos estão transcritos sem tantos filtros, correspondendo a transcrições com gírias e mais próximos da linguagem dos depoentes. Os policiais muitas vezes possuíam relações com as classes populares, de modo que podia haver tanto empatias como formas de micro poder e hierarquias locais. Já na parte dos depoimentos nos julgamentos, as falas aparecem mais enquadradas na linguagem dos processos, sem gírias e com um vocabulário que poderia ter sido transcrito com menor lealdade com a fala ou orientado por um advogado. Monsma diz que inquéritos são mais próximos do conflito no tempo. Não sofrem influência do promotor nem do advogado de defesa. (Monsma, 2005,p.169). Bretas contribui para a discussão ao escrever que através das mãos dos delegados de polícia, é possível penetrar em residências,

bares e locais de trabalho. (Bretas, 2002, p.11).

A construção da justiça na fronteira oeste

A construção da burocracia do Estado moderno, segundo a historiografia tradicional, foi um processo de imposição da ordem e do controle da violência contra uma população civil que assistia passivamente as novas configurações sociais e regimes normativos. Adriana Dorfman questiona tais pressupostos ao afirmar que a norma é o compromisso entre estruturas e agências, no caso, o Estado, instituições, o mercado e a população. (Dorfman, 2012, p.103). Com isso a autora pretende anunciar que as leis não são meras manifestações de um Estado neutro, mas que expressam o complexo caso de interesses entre o público e o privado.

Busco neste trabalho seguir os novos pressupostos que a historiografia recente trouxe sobre a reprodução de normas e construção de sistemas de classificação e leis que foram sendo implementados nos Estados modernos. Segundo Adriana Dorfman, em sociedades complexas como a nossa, o contrato social é debatido permanentemente, sem ruptura com o Estado, a partir de noções locais sobre gênero, classe, faixa etária, etnia, justiça, e comportamentos legítimos ou não. (Dorfman, 2012. p.103). Me aproprio desta ideia, que faz sentido em ser debatida com outro texto. Salvatore diz que a reprodução das normas e condutas que são essenciais para o funcionamento das sociedades modernas, são fruto de múltiplos produtores de discursos e disciplina. Para o autor, a proletarização não é um produto apenas da relação econômica da expulsão dos trabalhadores dos seus meios de produção. Salvatore defende que as instituições sociais como prisão, hospital, escola têm responsabilidade de construir as identidades individuais e coletivas da sociedade. (Salvatore, 1992. pp. 127-128).

Raúl Fradkin, que analisou os roubos de gado em Buenos Aires na primeira metade do século XIX, traz reflexões importantes sobre o papel da instauração das normas e os casos envolvendo o furto em propriedades. O autor se baseia em E. P. Thompson e Marc Bloch acerca dos costumes e práticas sociais, vê no ordenamento da sociedade a partir da propriedade privada um fator de grande importância para se analisar os roubos de gado. Segundo Fradkin, o código civil que é instaurado em Buenos Aires estabelece um novo princípio: a propriedade sobre os produtos do solo em uma sociedade em que se aceitava os produtos espontâneos do solo para usufruto doméstico. Segundo o autor, com o código civil se pretende acabar com o acesso dos recursos que por costume podiam ser expropriados por amplos setores da população, consagrando assim o regime normativo do acesso através da propriedade privada. Fradkin

pondera, no entanto, ao referir que mesmo após o século XIX, é duvidoso que a operação "purificadora" dos costumes rurais tenha tido completo êxito e apagado totalmente a "desordem" do mundo pré capitalista. Para o autor, as "práticas irracionais", normas e valores dos setores sociais subalternos do mundo rural seguem depois do século XIX impregnados pelo costume.

Analisando conflitos nas Minas Gerais do século XVIII, Vellasco defende que historicamente tal imposição é fruto do aumento da capacidade do Estado em negociar seus parâmetros através do sistema jurídico.

> é forçoso reconhecer que o poder do Estado que se afirmava não podia prescindir, no controle da ordem e na administração dos conflitos sociais, de espaços e margens de negociação. Era nesses espaços que se definiam os limites da obediência e da revolta, que se estabelecia "uma contínua sondagem entre governantes e súditos, a fim de descobrir o que eles podem efetuar impunemente. As situações de domínio necessitavam manter uma base de legitimidade e seus *ratios* de poder articulados a alguma forma de reciprocidade e negociação com a massa de excluídos das arenas decisórias do Estado, fossem eles os homens livres pobres, os mestiços e negros libertos, ou os setores médios emergentes. (Vellasco, 2005. p.168).

Logo se percebe que o processo de instauração de uma nova ordem não foi uma abstração. Foi materialmente conduzido por negociações entre o incipiente poder público e o poder privado. Nos processos crime do Rio de Janeiro analisados por Chalhoub no início da República, vê-se que a ordem capitalista que surge pretende disciplinar corpos, tempos e locais de trabalho e lazer. O cotidiano policial é visto como ação constante de retirar os "vadios" das ruas e colocá-los em casas de correção para trabalhar, aceitar, acatar a ideologia vigente.

No caso dos roubos de gado, a justiça criminal ainda incipiente começava a buscar uma padronização de conduta que envolve o que a autora Maria Aparecida Lopes, que pesquisou o abigeato em Chihuahua no México, chamou de racionalização da economia. Segundo a autora, as transformações vinculadas a mercantilização, também notadas por Farinatti em Alegrete no fim do século XIX, estiveram acompanhadas de um aparato jurídico institucional para regular o comércio e a atividade da criação de gado, como também ligadas a promulgação de leis mais eficazes para punir o roubo de gado.

A criminalização do abigeato em Uruguaiana na passagem para o século XX

Uruguaiana foi fundada em 1846, emancipando-se do município de Alegrete, que abrangia grande parte dos municípios conhecidos hoje na região oeste do Rio Grande do Sul. Segundo o censo de 1890, a população de Uruguaiana neste ano era de 11.352 pessoas, sendo

5.875 homens e 5.477 mulheres. Dez anos depois, ocorre um aumento da população que, segundo o censo, não é visto em outros municípios da região da mesma forma. A população de Uruguaiana dobra em dez anos, chegando no ano de 1900 a contar com uma população de 23.194 pessoas, sendo 11.580 homens e 11.614 mulheres. Municípios próximos como Alegrete e Quaraí não têm um aumento da densidade demográfica tão acentuado como o de Uruguaiana. Quaraí nestes dez anos tem um aumento da sua população de cerca de 8 mil pessoas para 11 mil, enquanto Alegrete, no mesmo período, tem um aumento de cerca de 16 para 18 mil habitantes.

Luís Augusto Farinatti estudou a região fronteiriça na segunda metade do século XIX, e ressalta aspectos de modernização da sociedade e transformações que deram nova face ao mundo agrário. O historiador, que pesquisou a região de Alegrete, município vizinho de Uruguaiana, aponta que a crise do trabalho escravo, a Guerra do Paraguai, a chegada da ferrovia, a difusão dos cercamentos e introdução de novas raças bovinas, são aspectos que devem ser lidos como novidades na região a partir da segunda metade do século XIX. (Farinatti, 2010, pp. 28-29).

O autor aponta que a constituição de mercado de trabalho e de terras com traços nitidamente capitalistas, com uma centralização administrativa e constituição de um exército, culminam na década de 1870, alguns anos antes do recorte da pesquisa que faço. Tal fato, sugere o autor, diminuiu a possibilidade de pequenos produtores obterem o acesso à terra. Graciela Garcia observou que de 1830 a 1870 caiu o índice de produtores que criavam seu rebanho em terras próprias. Segundo Garcia, o percentual de grandes estancieiros diminui no fim do século XIX, mas a concentração aumentou. Os proprietários com mais de 2 mil reses, eram 38% na década de 1830, e detinham 87% do rebanho. Já na década de 1860, eles eram somente 15%, mas possuíam 82% do rebanho. (Garcia, 2005. p.25).

Encontrei um caso de 1900 em que Daniel, testemunha do caso, relatou que sabia que o réu Mariano era culpado "por conhecê-lo e saber que era gatuno, tendo já sido trazido para a cidade com um couro amarrado no pescoço".[35] Tal fato me chamou a atenção para a questão da punição que Mariano teria recebido anteriormente. A punição que é mencionada como tendo sido feita em algum momento do passado recente demonstra que ocorreu uma forma privada de

[35]APERS. Poder Judiciário. 1° Cível e Crime. Uruguaiana Processos Crime. Acond: 095.0104 - Est-147-A. n° 3186. 1900.

castigo ao réu, pela qual este foi levado para a cidade com a “marca” de seu crime como uma forma de espetáculo para que quem assistisse, soubesse que era um ladrão de gado ou couro, não passando tal fato pela lógica da polícia e justiça.

O número total de processos crime encontrados sobre roubos de gado no município de Uruguaiana entre 1895 e 1905 foram oito. Estes estavam distribuídos entre os anos de 1899 e 1904. Nos processos é mencionado mais de uma vez que certos réus eram conhecidos como ladrões na região e já haviam sido punidos com um castigo privado e não pelo poder público. Encontrei 12 réus, sendo a ocupação que mais chama a atenção por parte dos réus ser a de jornaleiro, consistindo em 7 dos doze encontrados. O trabalho de jornal envolve uma atividade nas fazendas e estâncias, mas não se caracteriza por uma ocupação fixa e única. O trabalho poderia ser diário ou sazonal. Mariana T. Flores reflete sobre as ocupações dadas nos depoimentos e sobre como estas podiam ser vividas nas estâncias:

> Sabemos que muitas dessas denominações não são definitivas. Sendo a diversificação de atividades outra característica marcante das sociedades pré industriais, muitos desses réus podiam ser aquilo que se autodenominam e também desempenhar outras funções concomitantemente. Em vários dos casos listados, essas múltiplas ocupações ficaram evidentes, como o 'domador e tropeiro', 'serviço de campo e pedreiro', 'criador e negociante' etc. (Flores, 2014, p.306).

Dos oito processos, metade consistia em roubo de apenas uma rês, em três, houve roubo de até quatro animais e apenas em um processo houve o roubo de uma quantidade elevada de animais, sendo 50 novilhos, 14 bois e 3 vacas de um sócio processando outro pro roubo. Das informações que encontrei, em três casos houve condenação, sendo dois deles em processos envolvendo apenas o roubo de uma rês. Edson R. Paniágua defende a hipótese de “à medida que o Estado se consolidava, violência e criminalidade se apresentavam numa única face, ocultando a violência gerada pelo próprio Estado”. A partir dessa noção, entendo que a violência gerada pelo Estado tornou-se menos visível, visto que a criminalização de outras violências foram sendo trazidas à tona pela abertura dos processos na justiça. (Paniágua, 2010, pp. 117-118).

O autor defende que a criminalidade, como os roubos de gado e outras formas de delitos, são vistas como resistência pela população da fronteira, acostumada com uma tradição cultural que não reconhecia a nova ordem capitalista.

A tendência de concentração dos rebanhos é uma característica do período, que teve na valorização das terras fator diferencial. Segundo Graciela Garcia, ao longo do século XIX o preço das terras aumentou 800%, enquanto o gado teve seu aumento de 100%. Os dados obtidos

por Farinatti e Garcia sobre a população de Alegrete e valorização das terras na região podem contribuir para se pensar na sociedade da fronteira oeste do Rio Grande do Sul no fim do século XIX. Os autores apontam para vinculação entre a propriedade da terra e a possibilidade de criação de gado. Farinatti pesquisou nos inventários da cidade de Alegrete e constatou que todos os proprietários com mais de 2 mil reses eram donos de terras. Já para criadores de porte médio (segundo a escala do autor, de 500 a 2 mil reses), menos da metade eram donos das terras onde o gado era criado. Os índices baixam ainda mais, e para os criadores com menos de 500 reses, o percentual que possuía terra era de 25%. Dos produtores com menos de 100 reses, somente um sexto era proprietário das terras onde o seu gado pastoreava. (Farinatti, 2010, p.155).

Para Farinatti, a leitura dos dados comprova a vinculação entre a propriedade e a possibilidade de criação, mas também demonstra que a sociedade era dinâmica e complexa, com pequenos e médios criadores se fazendo presentes. A vinculação entre a propriedade da terra e a criação do gado pode ser analisada a partir destes dados. Os homens que possuíam empregos informais e temporários foram os que mais estiveram à frente dos juízes como réus nos processos de abigeato encontrados.

Considerações finais

A partir dos dados encontrados e com base na bibliografia pode-se perceber que os delitos encontrados entre os anos de 1899 e 1904 em Uruguaiana envolviam pequenos roubos. O fato de haver poucos réus, não significa que os crimes foram cometidos apenas por uma pessoa. Em alguns processos, foi encontrado ladrões que fugiram no local do crime, e só um foi pego para ser denunciado à justiça. Proponho, a partir da leitura dos processos, apresentar estes roubos como dentro do contexto de modernização da sociedade de Uruguaiana. O município localizado na fronteira oeste passava por transformações ligadas a valorização da terra, do gado, à chegada da ferrovia, introdução de novas raças bovinas e com o regime normativo sendo pautado pela lógica da propriedade privada. Analiso os processos abertos contra os réus do município como dentro do contexto de criminalização, por parte da justiça, de práticas que fugissem à lógica mercantil vinculada ao surgimento do capitalismo na região.

Referências Bibliográficas

BRETAS, Marcos Luiz. **O crime na historiografia brasileira**: uma revisão da pesquisa recente, *BIB*, n. 32, p. 49-61, 2° sem. 1991.

------. **As empadas do confeiteiro Imaginário**: a pesquisa nos arquivos de justiça criminal e a história da violência no Rio de Janeiro. Acervo. v.15, n.1, 2002.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim***:* o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. São Paulo: Brasiliense, 1986.

DORFMAN, Adriana. **Representações, normas e lugares**: contos de contrabando da fronteira gaúcha. Para Onde!? (UFRGS), v. 6, p. 102-113, 2012.

FARINATTI, Luís Augusto E. **Confins meridionais**: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865). Santa Maria: Ed. da UFSM. 2010

FLORES, Mariana Flores da Cunha Thompson. **Crimes de fronteira***:* a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

FRADKIN, Raúl. La experiencia de la justicia: estado, proprietarios y arrendatarios en la campaña bonaerense. In: FRADKIN, Raúl. **La fuente judicial en la construcción de la memoria**. Buenos Aires: Universidad Nacional de Mar del Plata, 1999, p.145-188.

GARCIA, Graciela. **O domínio da terra**: conflitos e estrutura agrária na Campanha Rio Grandense Oitocentista. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

LOPES, Maria Aparecida de S. **De costumbres y leyes**: abigeato y derechos de propriedad en Chihuahua durante el Porfiriato. México, D.F: El Colegio del México, Centro de Estudios Históricos, 2005.

MAUCH, Cláudia. **O processo crime para além dos crimes**. XI Mostra de pesquisa do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul : produzindo história a partir de fontes primárias. Porto Alegre: CORAG, 2013.238 pp.17-31. Disponível em: <https://arquivopublicors.files.wordpress.com/2014/07/2014-07-16-mostra-de-pesquisaanais.pdf> . Acesso em: 22/09/2016.

MONSMA. **Histórias de violência**: Inquéirtos policiais e processos criminais como fontes para o estudo das relações interétnicas. In: *Estudos migratórios*. DEMARTINI, Zeila DeBrito F.; TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. São Carlos. EdUfSCar, 2005.

------. **Desrespeito e violência**: fazendeiros de café e trabalhadores negros no Oeste paulista, 1887-1914. *Anos 90. v.* 12, n. 21, 2005.

PANIÁGUA, Edson Romário Monteiro. **Fronteiras, violência e criminalidade na região platina**: o caso do município de Alegrete (1852-1864). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2003.

REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil:** a história do levante dos Malês. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SALVATORE, Ricardo D. Reclutamiento militar, disciplinamiento y proletarización en la Era de Rosas. Boletin del instituto de Historia Argentina y Americana. “Dr E. Ravignani”. **Tercera Serie**, num. 5, 1° semestre de 1992.

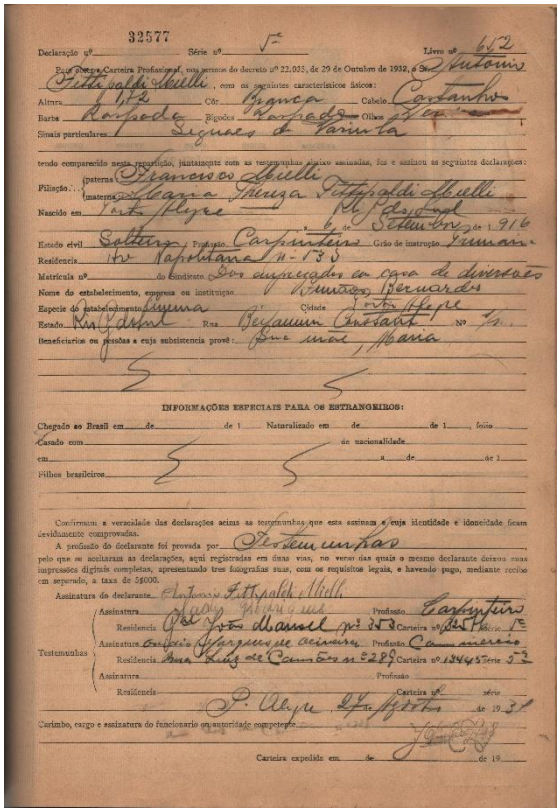
VELLASCO, Ivan de Andrade. **Os predicados da ordem**: os usos sociais da justiça nas Minas Gerais 1780-1840. Revista Brasileira de História. Vol.25 n°.50 São Paulo, Julho/Dezembro, 2005.

O ACERVO DA DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO DO RS: TRABALHADORES EM PELOTAS 1933-1943

Renan Amaral Alves[36]

O presente trabalho tem por objetivo apresentar algumas considerações e análises sobre as características do mercado de trabalho da cidade de Pelotas, na primeira década de implementação da Carteira Profissional. Apresentando conjuntamente o acervo da Delegacia Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul (DRT-RS), os processos de conservação e preservação deste acervo, e a pesquisa conjunta aos dados apresentados.

O acervo abordado encontra-se salvaguardado pelo Núcleo de Documentação Histórica da Universidade Federal de Pelotas (NDH-UFPel). Constam neste acervo, as fichas espelho ou fichas de qualificação profissional da DRT-RS, que foram necessárias para a criação da Carteira Profissional e posteriormente contribuíram na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), instituídas e implementadas pelo Governo de Getúlio Vargas no ano de 1932.


32577

Declaração nº ____ Série nº ____ Livro nº 652

Para Carteira Profissional, nos termos do decreto nº 22.035, de 29 de Outubro de 1932, o Sr. Antonio Pittigaldi Abelli, com os seguintes características físicas:

Altura 1,72 Côr Branca Cabelo Castanho

Barba Raspada Bigodes Raspado Olhos Castanhos

Sinais particulares Signaes de variola

tendo comparecido nesta repartição, juntamente com as testemunhas abaixo assinadas, foi e assinou as seguintes declarações:

Filiação... (pateria) Francisco Abelli (materna) Maria Theuza Pittigaldi Abelli

Nascido em Porto Alegre R. G. do Sul 6 de Setembro de 1916

Estado civil Solteiro Profissão Carpinteiro Grão de instrução Primaria

Residencia Av. Tapebiana 11-130

Matricula nº ____ do sindicato Dos empregados em cgoa de diversões

Nome do estabelecimento, empresa ou instituição Cinemas Berwards

Especie do estabelecimento Cinema Cidade Porto Alegre

Estado Rio Grande Rua Benjamin Constant Nº 1.

Beneficiarios ou pessoas a cuja subsistencia provê: Pai e mãe, Maria

INFORMAÇÕES ESPECIAIS PARA OS ESTRANGEIROS:

Chegado ao Brasil em ____ de ____ de 1____ Naturalizado em ____ de ____ de 1____, folha ____

Casado com ____ de nacionalidade ____

em ____ a ____ de ____ de 1____

Filhos brasileiros ____

Confirmam a veracidade das declarações acima as testemunhas que esta assinam e cuja identidade e idoneidade foram devidamente comprovadas.

A profissão do declarante foi provada por Testemunhas

pelo que se aceitaram as declarações, aqui registradas em duas vias, no verso das quais o mesmo declarante deixou suas impressões digitais completas, apresentando tres fotografias suas, com os requisitos legais, e havendo pago, mediante recibo em separado, a taxa de 5$000.

Assinatura do declarante Antonio Pittigaldi Abelli

Testemunhas
Assinatura [illegible] Profissão Carpinteiro
Residencia Rua [illegible] nº 35 Carteira nº [illegible] Série 1ª
Assinatura [illegible] Profissão Comerciario
Residencia Rua Luiz de Camões nº 228 Carteira nº 13445 Série 5ª
Assinatura ____ Profissão ____
Residencia ____ Carteira nº ____ série ____

P. Alegre 27 de Março de 1934

Carimbo, cargo e assinatura do funcionario ou autoridade competente ____

Carteira expedida em ____ de ____ de 19____

Figura 1: Ficha de Qualificação Profissional (2016). Fonte: Acervo DRT-RS.

[36] Universidade Federal de Pelotas - Graduando em História Bacharelado. Bolsista CNPq/UFPel – e-mail: renantapes@gmail.com.

Este trabalho está ligado ao projeto de pesquisa ‘’Traçando o Perfil do Trabalhador Gaúcho’’ e ao projeto de extensão ‘’ Acervo da Delegacia Regional do Rio Grande do Sul, Limpeza e Reorganização’’. As fichas faziam parte de um processo de identificação dos trabalhadores e regulamentação dos solicitantes no mercado de trabalho. Estas fichas eram requeridas por meio do preenchimento dos dados detalhados do solicitante, que informava os seus dados pessoais e outros informes necessários para o processo de registro. As informações constantes nas fichas são de identificação pessoal como (foto, nome dos pais, cidade de nascimento, impressão digital), dados antropométricos (altura, cor, olhos, cabelo, estado civil, escolaridade), nome da empresa e função exercida, dados referentes a beneficiários e informações especiais para os estrangeiros (LOPES, 2015).

A fonte utilizada para esta pesquisa foram as Fichas de Qualificação Profissional da DRT-RS - referentes aos trabalhadores e trabalhadoras na cidade de pelotas dos anos de 1933 até 1943, com o auxílio do Banco de Dados Digital da DRT-RS. Dentre os objetivos deste trabalho estão os de analisar as principais características dos trabalhadores e trabalhadoras regulamentados nos primeiros anos após a implementação da Carteira Profissional.

Visando diagnosticar quais as diferenças e proximidades dos solicitantes, por meio do cruzamento de dados referentes aos estabelecimentos, cor declarada, profissão e outras informações dos trabalhadores registrados.

Consoante a estas propostas da pesquisa, o texto apresenta-se no campo denominado História Social do Trabalho. O qual tem contribuído constantemente na construção de uma historiografia ligada ao mundo do trabalho, voltado para as profissões de classes sociais que historicamente são mediocremente analisadas e se encontram pouco valorizadas nos meios sociais. Buscando através da pesquisa em documentação histórica o diálogo com os direitos trabalhistas conquistados.

O acervo da DRT-RS foi recebido da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) no ano de 2001, e até o presente momento encontra-se salvaguardado no Núcleo de Documentação Histórica da Universidade Federal de Pelotas (NDH-UFPel). O acervo conta com um número aproximado de 630.00 (seiscentos e trinta mil) fichas de qualificação profissional que correspondem aos anos de 1933 a 1968.

Estas fichas precisam de um manuseio cuidadoso, visto que as mesmas são de papel. E para melhor conservação e preservação destas fichas, houve a necessidade da criação de um arquivo em forma de banco de dados digital, para armazenar e salvar as informações constantes

nas fichas dos trabalhadores solicitantes. Até o momento, foram digitadas aproximadamente 46.000 (quarenta e seis mil) fichas de qualificação profissional (SCHMIDT, 2013).

Através do cruzamento de dados do banco digital, existe a possibilidade de ser feito um levantamento traçando o perfil dos trabalhadores registrados no mercado de trabalho formal no Rio Grande do Sul. Com a criação de um programa de configurações específicas para a armazenagem dos dados do acervo, se possibilita encontrar as informações digitalizadas das fichas nos computadores do Núcleo de Documentação Histórica da UFPEL, localizado no Instituto de Ciências Humanas.

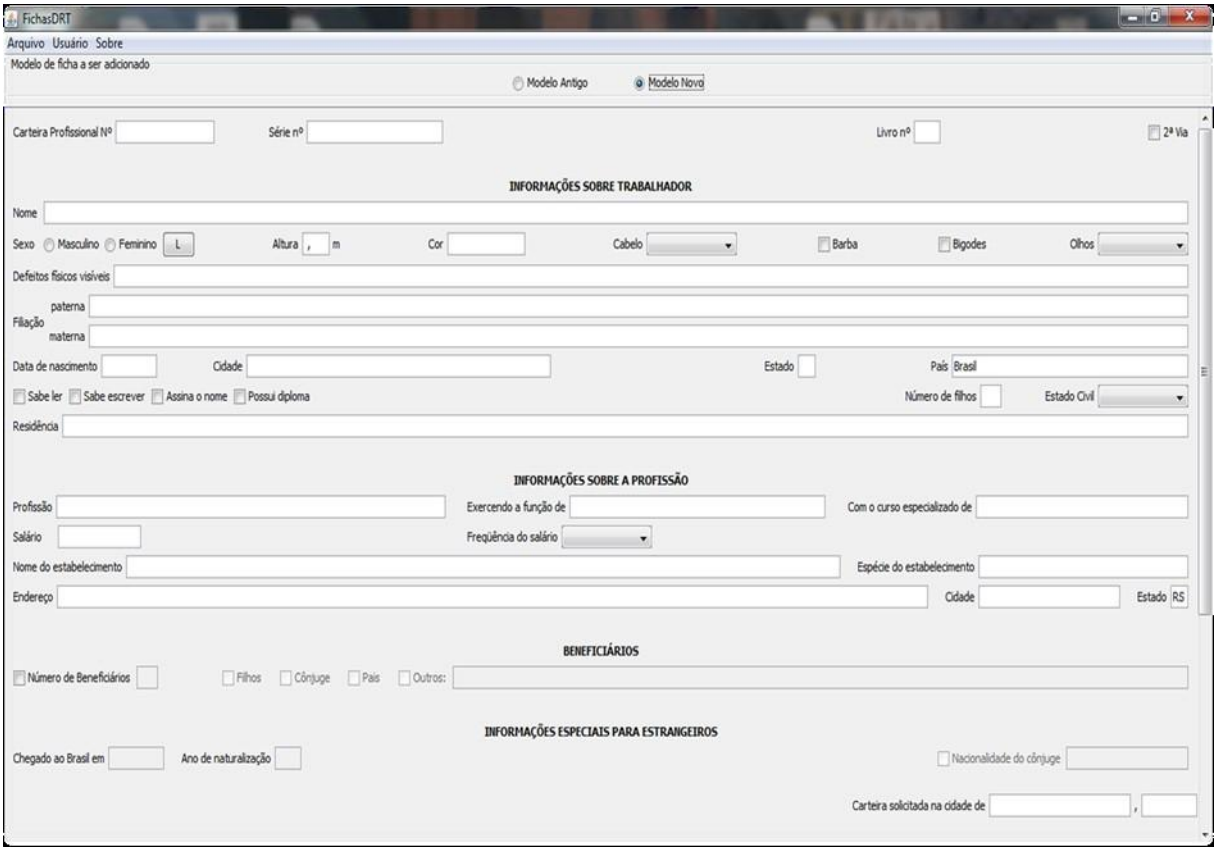


Figura 2: Banco de Dados digital (2016). Fonte: NDH-UFPel.

Ao ser feita uma pesquisa com utilização do banco de dados digitais, é possível encontrar informações referentes às fichas, em formatos de porcentagens e números, o que possibilita a criação de gráficos e tabelas, característicos da chamada História Quantitativa (BARROS, 2008). Foram selecionados para este trabalho, todos os trabalhadores e trabalhadoras que solicitaram a carteira profissional na cidade de Pelotas-RS no período de 1933-1943. Resultando em 1464 solicitações de carteira digitadas até o momento da pesquisa. Assim, com a continuidade do trabalho de digitação, este número aumentará, uma vez que o acervo possui dados de trabalhadores até o ano de 1968.

A cidade de Pelotas do século XIX, ficou conhecida por ser um dos maiores polos industriais do estado, através da produção de charque que abastecia o mercado alimentício de diversas regiões do Brasil. A cidade se desenvolveu por meio da grande movimentação na zona portuária e com a criação de diversas industrias na região do porto da cidade. Também conhecida por possuir uma elite social muito influente na época, Pelotas fazia parte de uma grande movimentação econômica regional e nacional.

No período de implementação da carteira profissional em 1933, a cidade de Pelotas passava por outro momento econômico. A cidade não acompanhou o desenvolvimento dos outros polos industriais do estado e nacionais. Ao contrário das grandes indústrias que optaram por modernizar seus equipamentos e implementaram mecanismos de produção onde a principal força são as máquinas de produção em massa, a cidade de Pelotas aderiu a políticas de desenvolvimento interno e não acompanhou esse desenvolvimento tecnológico.

Estas opções administrativas resultaram em um mercado interno com mecanismos de indústria menos produtivos que os das grandes cidades. Nesse contexto se fizeram presentes as indústrias da cidade, e consequentemente o mercado de trabalho e os trabalhadores que faziam parte dessa estrutura econômica e social.

Através dos dados encontrados nas fichas de qualificação profissional, foram encontradas 1464 solicitações de carteira profissional. Deste total, 1259 eram referentes ao sexo masculino e 205 do sexo feminino. Oque aponta para um mercado extremamente masculino, onde a mulher tinha pouco espaço dentro do mercado formal. Não se deve concluir que as mulheres não estavam no mercado de trabalho pelo fato de não constar grande número de solicitações de carteira, pois a grande maioria da população ainda trabalhava no mercado informal sem registro, e isso incluía em sua maioria as mulheres.

Referente as profissões nas quais os homens eram registrados, encontrou-se 83 como Operários, 75 Auxiliar de comércio, 61 Comércio, 53 Servente, 53 Carpinteiro e 278 profissões diferentes destas. As mulheres encontraram-se 16 como Empacotadeira, 15 Servente, 14 Comércio, 11 Costureira, 11 Auxiliar de comércio e outras sessenta e uma profissões. Estes dados mostram uma participação masculina muito grande na área do comércio e da construção. E as mulheres em sua maioria na área do comércio. Ficando mais uma vez expressiva a notável e esmagadora maioria dos homens dentro do trabalho formal nas diversas profissões.

Consoante ao campo da ficha de qualificação referente a cor do solicitante, homens foram encontrados 982 declarados como brancos, 141 pardos, 100 pretos, 6 mistos, 18 morenos e 6 com a cor não informada. As mulheres, 174 declaradas como brancas, 21 pardas, 6 pretas,

3 morenas e uma com a cor não informada. Dados que mostram uma grande maioria de pessoas declaradas como brancas no mercado de trabalho formal, o que também aponta para a grande maioria das outras etnias estar fora do mercado de trabalho formal. Pois a cidade de Pelotas tinha em sua maioria populacional afrodescendentes, descendentes de escravos que trabalharam nas charqueadas. Este debate referente a declaração da ‘’cor’’ dos trabalhadores no período abordado, também deve ser analisado na perspectiva em que o mercado de trabalho brasileiro durante o século XX passou por diversas teorias de um branqueamento da sociedade, e consequentemente isso refletia no mercado de trabalho formal.

As imagens encontradas nas fichas de qualificação profissional destes trabalhadores e trabalhadoras são passíveis de uma análise detalhada e interpretativa do ponto de vista etnográfico. Porém, é preciso uma pesquisa aprofundada e específica sobre essas imagens com ênfase nas relações de declaração de etnia e apropriação de pertencimento a determinados grupos sociais.

Salvaguardar o acervo da DRT-RS é um meio de manter o Núcleo de Documentação Histórica da Universidade Federal de Pelotas (NDH-UFPel) na vanguarda de preservação e construção do conhecimento historiográfico (BELLOTTO, 2004).

A Carteira Profissional – atual Carteira de Trabalho e Previdência Social – por meio da regulamentação dos direitos dos trabalhistas, foi uma das mais significativas conquistas dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiros. Contribuindo para um mecanismo de controle do estado sobre o mercado de trabalho. Porém, nota-se que ainda não são muito os trabalhos que dão ênfase no tema da solicitação da carteira e processo de conquista dos direitos dos trabalhadores. Portanto, pesquisas como a aqui apresentada convergem para a construção de maiores referências e dados relativos à História Social do Trabalho. De acordo os dados apresentados, é valido ressaltar a importância de uma pesquisa em um campo até o momento pouco explorado pela historiografia regional (GOMES,1988).

Ao serem analisadas as fichas de qualificação profissiona dos trabalhadores e trabalhadoras registrados na cidades Pelotas, foi possível ser apresentado uma série de dados e informações que resultaram em um poissível perfil de como eram esses trabalhadores e qual a realidade a respeito das caracteristicas pessoais dessas pessoas, que podem ser apontadas a partir da fonte utilizada para a pesquisa. Relacionando diversos aspectos destes trabalhadores, fazendo ser possível uma ligação entre as abordagens de autores sobre a área do trabalho com os dados aqui apresentados (KOSCHIER, 2006).

FONTES

Acervo da Delegacia Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul – Núcleo de Documentação Histórica da UFPel.

Banco de Dados Digital do Núcleo de Documentação Histórica da UFPel.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

BARROS, José D'Assunção. **O campo da história**: especialidades e abordagens. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

CHARLE, Christophe. "A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectivas" In: HEINZ, Flavio M. (org) **Para uma outra história das elites. Ensaios de prosopografia e política**. Rio de Janeiro, FGV, 2006.

GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.

KOSCHIER, Paulo Luiz Crizel. **Perfil do trabalhador pelotense na década de 1940 a partir das informações contidas nas fichas de qualificação da Delegacia Regional do Trabalho – RS**. Pelotas, UFPel, Artigo (Especialização em História do Brasil), 2006.

LOPES, Aristeu Elisandro Machado. História e memória dos trabalhadores no Rio Grande do Sul: O acervo da Delegacia Regional do Trabalho, 1933-1943. **Revista Memória em Rede**. Pelotas: PPGMP/UFPel, v. 7, 2015, p. 01-15.

SCHMIDT, Mônica. O perfil profissional dos trabalhadores imigrantes de origem alemã que solicitaram a sua carteira profissional a partir do acervo da DRT-RS, 1933-1943. In: **ANAIS ELETRÔNICOS DO II CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA REGIONAL**. Passo Fundo, 2013. p. 01-04.

SCHEER, Micaele Irene. Aprender-fazendo: reflexões sobre a relação entre aprendizes e sapateiros (Pelotas, 1960-2014. IN: **Oficina do Historiador,** Vol 7, Iss Supl. 2014, pp.233-246.

_____. **Vestígios de um ofício: O setor calçadista e as experiências de seus trabalhadores na cidade de Pelotas (1940-2014).** Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS. 2014.163 f. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/2511/1/461406.pdf >. Acesso em 25.03.2016.

PEQUENOS PRODUTORES DE SAN JOZÉ TAQUARY: UM PERFIL DOS MORADORES EM 1784

Sandra Michele Roth Eckhardt[37]

Introdução

Solicitada ao Provedor da Fazenda do Rio Grande, Diogo Osório Vieira, pelo Vice-Rei do Brasil, Luís de Vasconcelos e Souza, em 1784, a *Relação de Moradores que tem campos e animais no Continente do Rio Grande de São Pedro* teve por objetivo conhecer a situação da distribuição de terras no extremo sul do Brasil e a ocupação dos moradores que habitavam as freguesias do Continente. Essa documentação é uma espécie de um censo agrário, realizado no Continente, ao final do século XVIII.

A partir da Relação de moradores é possível entender quem eram os moradores da freguesia ao final do período colonial brasileiro, quais eram as formas de acesso a terra e quais as principais atividades produtivas dos moradores de Taquary, após 14 anos de sua criação. A ocupação econômica dos habitantes e a sua ligação para com a terra é apresentada para todos os listados no documento e indica que essa freguesia se caracteriza como um espaço especialmente rural, pois não há descrição de atividades de caráter urbano.

Essa documentação possui duas versões anteriores à versão oficial, que são os seus rascunhos ou borradores, esses se encontram no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, enquanto a versão oficial está disponível no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

A formação da freguesia: contexto político-econômico

Após o ano de 1750, com a assinatura do Tratado de Madri, Portugal decide desvincular o Continente do Rio Grande de São Pedro de Santa Catarina e nomeia um governador civil em substituição ao comandante militar, principal posto político até então. Após 1760, o governo espanhol, em especial Dom Pedro de Ceballos, então governador de Buenos Aires, inicia uma série de investidas para que os luso-brasileiros deixassem algumas partes territoriais, julgadas por esses como ocupação indevida. Em 1763, forças castelhanas haviam invadido a vila de Rio Grande e em virtude de fugas e do cenário de guerra a câmara do Rio Grande é transferida para Viamão, a qual se tornou a capital do Continente até 1772.

[37] Universidade Federal de Santa Maria
Graduanda do curso de história
sandrahh13@hotmail.com

O cenário político em que José Marcelino assume o governo do Continente, em 17700, é de instabilidade e intensificação das investidas dos espanhóis. Portanto, a regularização da situação dos açorianos se torna uma possibilidade de assegurar as possessões portuguesas na região platina e também de acolher elementos e contingentes militares.

Mediante essa situação de políticas de vizinhança estáveis Taquari logo foi parte do ponto de partida do governador, no processo de legalização dos "casais de número"[38] arranchado na região, sendo a segunda região a receber a distribuição dos lotes e também disposta a categoria de freguesia. Para tanto, o governador ordenou que o capitão de engenheiros Alexandre José Montanha demarcasse as terras aos casais dispostos em Taquari.

Na verificação da origem dos casais que receberam as terras demarcadas, por ordem do governador, buscaram-se os registros de concessão de datas de Taquari. Esse material se encontra no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul e abrange três códices com a documentação de cada freguesia que recebeu população de origem açoriana. No entanto, aqui se optou por utilizar a transcrição desses registros de datas de terras. Esse material compõe uma parte do livro intitulado "Açorianos no Brasil: História, Memória, Genealogia e Historiografia" organizado por Vera Lucia Maciel Barroso[39.]

O que podemos observar nesse nos registros é que o grupo que mais recebeu concessão de datas por ordem do governador José Marcelino foi o de casais de origem migrante. Pois, se consideramos as diversas nomenclaturas que esses receberam e utilizaram teremos uma representatividade maior desse grupo. A denominação "casal das Ilhas", "casal de número" e "casal transportado" fazem referência a pessoas que vieram migrados para a América Portuguesa e se encontram recorrentemente nos registros de datas de terras que se deram aos casais das Ilhas solicitados e concedidos pelo governador[40.]

Acredita-se que fazer referência a uma origem insulana tenha sido um recurso utilizado pelos povoadores de Taquari para obter a doação dos lotes de terra concedidos pelo governador. A utilização da denominação "casal" está de alguma forma, referido em todos os registros e é encontrado desde a denominação de um não açoriano que se casou com uma agregada de açorianos até um não açoriano que contraiu matrimônio com a viúva de um ilhéu. Portanto, os primeiros povoadores de Taquari fizeram uso da estratégia de invocar uma origem açoriana

---

[38] Denominação comumente utilizada para se referir aos súditos migrantes das Ilhas açorianas.

[39] BARROSO, Véra, L, M. *Açorianos no Brasil: História, Memória, Genealogia e Historiografia*. EST: Porto Alegre, 2002.

[40] Ver mais em: HAMEISTER, Martha D. *Notas sobre a construção de uma "identidade açoriana" na colonização do sul do Brasil ao século XVIII*. Anos 90. Porto Alegre, v. 12, n. 21/22, p.53-101, jan./dez. 2005.

própria ou via laços matrimoniais, para legitimar a reclamação da doação de datas de terras na região.

Estrutura agrária de Taquary: formas de acesso à terra

Anteriormente, procurou-se mostrar quem eram os sujeitos que formaram a freguesia e se obteve um perfil de moradores, cujos povoadores iniciais da região, possuíam algum tipo de ligação com o projeto de migração açoriano[41]. Também pontuamos que esses fizeram, estrategicamente, uso dessas ligações para a obtenção de lotes de terra, na forma de datas, prometidos aos ilhéus no novo Continente. Logo, os habitantes primeiros de Taquari não podem ser caracterizados como grandes proprietários de terras.

Quatorze anos após a concessão das datas aos arranchados da região, foi realizada a Relação de moradores da freguesia, na qual se pode comprovar a continuidade da predominância de pequenas propriedades agrárias. Pois, a maior parte dos moradores possuía apenas um lote de data e em seguida estava o conjunto de pessoas "a favor", os quais não possuíam nenhum e habitavam em terras alheias.

O tamanho das propriedades não se alterou significativamente o bastante para criar novos modelos de ocupação do espaço. No entanto, isso não significa que não tenha ocorrido uma diferenciação social entre os moradores. Pois, nos mapas de população encontramos uma presença significativa de cativos que estiveram de posse desses migrantes proprietários de pequenos lotes de terra. O mapa de 1780, dez anos após a demarcação dos lotes, demostra que 21% da população da freguesia se encontravam privada de liberdade jurídica, ou seja, a escravidão compunha a mão-de-obra dessas pequenas unidades desde os primórdios de sua regularização.

A forma de regularização das datas concedidas pelo governador se deu a partir da emissão de certidões de registros de doação, e essa foi a documentação que os moradores apresentaram para comprovação da posse dos lotes, no momento da realização da Relação de Moradores. As datas eram pequenas propriedades de terras concedidas, comumente, à casais de açorianos durante a década de 1770 pelo governador da Capitania do Rio Grande, José Marcelino de Figueiredo e apresentavam uma dimensão que pode ser considerada uma pequena propriedade no período.

Nos Registros de doação de datas de terras aos casais das Ilhas encontramos a seguinte descrição para a dimensão de uma data "uma área superficial de terreno de quinhentos e

[41] Considerando os que receberam lotes de datas por doação do governador e foram instalados como povoadores da região.

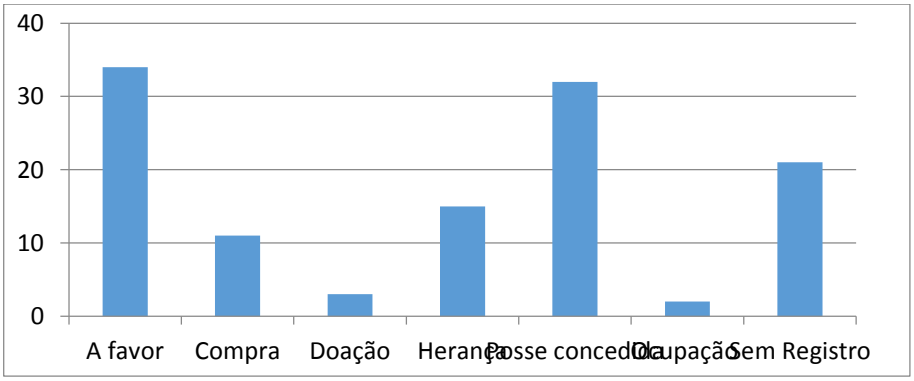
sessenta e duas mil e quinhentas braças quadradas que constam na certidão". A introdução da Relação traz a seguinte descrição sobre o tamanho dos lotes destinados aos povoadores de Taquari "o terreno de uma data légua pouco mais oa menos de comprido, um quarto de largo". A pesar da divergência na utilização dos sistemas de medida, as áreas totais são equivalentes, totalizando um total máximo de 272 hectares[42.]

Porém, essa dimensão precisa ser relativizada, pois os limites de demarcação no período colonial não eram muito precisos e os súditos conheciam essa realidade. Logo a ocupação de limites além dos certificados eram práticas não incomuns. A apropriação de regiões não demarcadas ou a simples expansão de limites já conhecidos poderiam garantir a ampliação das propriedades, tanto de pequenos quanto de grandes proprietários. E essa não era uma prática usual apenas no Rio Grande, Cacilda Machado (2008) observou que no Paraná a ocupação pura e simples e a usurpação foram comuns na aquisição da terra por parte dos grandes proprietários, que após ocuparem essas áreas solicitavam doação de sesmarias.

O acesso á terra na freguesia de Taquary não se deu apenas pela doação de datas, pois se crê que nem todos os sujeitos que habitavam a região no momento da doação dos lotes de datas as receberam por não tê-las reclamado ao governador, por não receberem concessão ou por desconhecimento e/ou desinteresse. Tomando com referência a Relação de moradores é possível observar de forma mais detalhada as formas de acesso e distribuição de terras locais, a partir das informações declaradas em 1784.

O gráfico abaixo traz os registros sobre as formas de acesso à terra, feitos nos borradores do documento, no momento da visita à freguesia.

Gráfico 1 – Forma de acesso à terra declarada na Relação de moradores- 1784



[42] Luciano Gomes (2012) encontrou nos registros de *datas* de Porto Alegre a metade da dimensão de área encontrada para Taquari.

Fonte: *Relação de Moradores que tem campos e animais no Continente* – 1784

As declarações na *Relação de moradores* marcam ampla presença de formas não relacionadas a posse direta via regulamentação. Desconsiderando os moradores declarados "a favor", por viverem em terras de outros, e ponderando os grupos "sem registro" e "ocupação" se percebe taxa próximo ao da "posse concedida", o que nos indica que os casais que haviam recebido doação de data em 1770 não era o grupo mais representativo, nesse momento[43].

Se somadas as classificações "herança", "doação", "compra" e "posse concedida", obtemos um total de 61 lotes, o que coloca esse conjunto como o mais representativa nas formas de acesso a terra, totalizando 57% do total. O percentual é superior ao dos que vivem "a favor", porém, demostra que a concessão de lotes de terra se deu em um único momento nessa freguesia e levou os moradores a optarem por outras formas de organização e o dispor-se em terras alheias se mostrou a mais representativa, já que 32% dos moradores se encontravam nessa situação.

Diante do conjunto exposto no gráfico encontramos basicamente três formas de acesso ao principal recurso produtivo da freguesia, a terra. Primeiro temos os proprietários de posse legal, em segundo os possuidores sem registros e, por ultimo, os que estão em terras de outros. Indicando que logo após a primeira década da distribuição das terras a freguesia já não possuía lotes a serem demarcados, ou seja, a estrutura agrária se encontrava estável.

A questão seguinte que se levanta é se a forma de acesso a terra se relaciona de alguma forma no tipo de atividade produtiva desenvolvida pelos moradores. Luciano Gomes (2012) encontrou para Porto Alegre uma representatividade variada na participação dos proprietários e dependentes nas formas produtivas da região. Os primeiros era o grupo mais representativo tanta na prática da agricultura, através do cultivo de lavouras quanto na pecuária. Já os dependentes, tinham uma participação bem menor nessas atividades, totalizando em torno de um quarto de sujeitos que se dedicavam a essas atividades.

Vivem de lavouras: estrutura ocupacional e as unidades produtivas

Ao pensar sobre pequenos produtores e quais eram suas capacidades produtivas a definição dada por Hebe Mattos para os lavradores de alimentos de Capivary no século XIX, aponta uma máquina econômica e social ampliada. Segunda a autora os lavradores de alimentos da região:

[43]Não se sabe qual foi a representatividade efetiva desse grupo antes de 1784, pois os mapas de população são raros para o período e o único que se tem conhecimento anterior a *Relação* é o de 1780, o qual apenas possui informações gerais.

> [...] Não se reconheciam como fazendeiros, mas apenas como lavradores. Lavradores, porém, todos eram. Desde os chamados fazendeiros até o mais pobre lavrador de roça da comunidade. Definiu-se o grupo a partir da constatação de que formavam no conjunto analisado, proprietários que não se denominavam ou eram reconhecidos como fazendeiros, nem apresentavam o conjunto de características reunidas para definir o grupo anterior, mas que eram proprietários de escravos, eventualmente de terras, com características de produção e níveis de vida extremamente semelhante entre si, [...] (MATTOS, 2009, pg. 32 e 33).

A complexidade dessa definição também é possível de ser verificada no espaço de produção para o mercado interno do Rio Grande de São Pedro. Helen Osório (2007) ao apontar a categoria "lavrador", "criador" e "peão" ilustrou um quadro bastante diverso e revelou uma pluralidade de formas produtivas, no qual domicílios de lavradores também podiam ser caracterizados pela presença de pequenos rebanhos de gado e, muitos deles, com a presença de alguns poucos escravos[44].

Embora não tenha sido feita uma descrição detalhada das atividades produtivas dos moradores das freguesias, durante a realização dos borradores da Relação de 1784 os chefes de domicilio deveriam declarar em quais atividades empregavam-se e em caso de possuir rebanhos descreve-los em espécie, gênero e número.

Para o caso de Taquari 107 chefes de domicílios foram listados e desses 102 declararam viver de suas lavouras e apenas 5 lavouras e criação de animais. Se analisada de modo geral a estrutura ocupacional dos moradores de Taquary se caracteriza pela prática da agricultura, através do cultivo de lavouras. No entanto, como apontou Osório (2007) os pequenos produtores do Continente desenvolviam atividades mistas e essas combinavam o cultivo de lavouras com a pequena criação de animais e em Taquari não foi diferente.

Os residentes da freguesia que declararam empregar-se nas lavouras e criação de animais foram cinco. O primeiro foi o Tenente Francisco da Silva, o qual teve parte de suas terras desapropriadas, em 1770, para a disposição da freguesia, esse se declarou proprietário e a dimensão da posse ocupada é imprecisa. O segundo proprietário de uma posse concedida pelo governador e mais um lote adquirido por ocupação. O terceiro e o quarto haviam adquirido um lote cada um por compra, de antigos moradores da região. O quinto caso é o da viúva, essa

[44]A autora mostra que a participação econômica dos lavradores na economia gaúcha se deu principalmente a partir de 1780, através do trigo, produto que compôs as exportações do Rio Grande. Ver: OSÓRIO, Helen. *O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

possuía meia data de terra que havia adquirido por herança, provavelmente após a morte do marido.

Esses possuíam em comum, exceto a viúva, o tamanho variada de seus lotes, pois esses ocupavam dimensões de área superiores das datas que s doadas aos povoadores iniciais. No entanto, as quantidades de animais em suas propriedades não eram muito distantes dos números dos que se declararam viver de lavouras, exceto dois deles que possuíam 400 reses e um terceiro, juntamente com um desses dois, possuíam 100 éguas, quantidades não encontradas entre os moradores que se afirmaram cultivar lavouras.

Mediante dessa estrutura ocupacional, emergiu a seguinte questão, por que alguns moradores se declararam como lavradores e criadores e outros que possuíam tamanhos de rebanhos semelhantes a esse não o fizeram? Vejamos a relação entre posse de terra e a quantidade de animais possuídos.

Tabela 1 – Acesso a terra e número de gado vacum – Taquary 1784

Acesso	Sem animais	Até 50	Até 100	Até 200	Mais de 200	Total
Proprietários	-	36	11	2	3	52
Posseiros	3	16	2	-	-	21
Dependentes	1	30	3	-	-	34
Total	4	82	16	2	3	107

Fonte: *Relação de Moradores que tem campos e animais no Continente* – 1784

Considerando a afinidade entre as formas de acesso a terra e a quantidade de animais declarados percebe-se que o não ser proprietário com título legal não impediu os moradores dessa freguesia de praticarem a pecuária, pois, mesmo os chefes sem terras se dedicaram a essa atividade em posses alheias, em concomitância com o cultivo de lavouras.

A prática da atividade pecuária em terras alheias é conhecida para diversas regiões, inclusive as de estâncias do século XIX. Farinatti (2010) que mesmo que as estâncias pecuaristas ocupassem grandes dimensões de terras do município de Alegrete, ainda havia espaço para que famílias não proprietárias de terra pudessem criar pequenos rebanhos e praticar alguma forma de agricultura. Na região sudeste do Uruguai, Inés Moraes e Raquel Pollero observaram uma ampla presença de trabalhadores rurais que possuíam relações de dependência e se ocupavam da atividade pecuária.

Compreende-se que o cenário agrário estudado por esses historiadores é muito pouco assemelhado, em níveis econômicos, com Taquari do final do século XVIII, no entanto, podemos perceber que a atividade da pecuária não dependia unicamente da posse da propriedade de terra e isso ocorreu em pequenas e grandes regiões produtivas. Também se ressaltou que a relação com a posse ou não da terra não impediu que os moradores de Taquari praticassem a criação de animais. Porém, mesmo que os números de animais não diferem em graus demasiadamente grandes, a presença de maior número de animais esteve nas terras dos moradores que possuíam títulos legais, isso de dava, pois, pela estabilidade desses em relação aos meio produtivos.

Contudo, ainda há a questão de por que alguns moradores escolheram declarar-se viver de ambas as atividades e a maioria apenas da agricultura. Os dados censitários que os historiadores acessam raramente auferem elementos totalmente fidedignos das populações do passado, não sendo possível reconstruir totalmente artifícios intelectuais que poderiam interferir no momento da realização desses.

A Relação de Moradores foi uma documentação produzida no interior de cada freguesia em 1784 e isso implicou a visita de um agente que representava as instituições políticas e, isso certamente não era um evento cotidiano e foi encarado pelos habitantes dessas de acordo com lógicas próprias. Alguns fatores podem ter levado os moradores a optarem por uma resposta em detrimento da outra, ou seja, quando os chefes de domicilio de Taquary foram questionados sobre a atividade em que se empregavam, esses elegeram a que acreditavam ser a mais conveniente e/ou a mais representativa para a economia do domicilio.

Ao final da listagem dos habitantes da freguesia de Taquary, na versão oficial da *Relação* de 1784, há uma pequena descrição feita pelo escrivão, Ignacio Morais:

> Os sobreditos casais, supostos se empregarão nas lavouras [*ilegível*] vivem de diversas criações, juntamente dessas fabricas frutíferas, plantações de linhos e de todo o comércio de gêneros oriundos de seus estabelecimentos. (RELAÇÃO DE MORADORES, 1784, p.356).

A descrição traz três elementos para a compreensão do sistema produtivo da freguesia, primeiro por referir-se a duas atividades, agricultura e pecuária, e atribuir de modo geral essa característica a todos os moradores da freguesia, ou seja, mesmo poucos chefes de domicílio se declarando criadores de animais o escrivão, ao elaborar a versão oficial da Relação, o fez para todos. O segundo é a descrição das atividades de cultivo descritas, ou seja, ao citar “fabricas frutíferas e plantações de linhos” descreve produtos cultivados nas lavouras declaradas. E o

ultimo elemento, faz referência à existência de um comércio de escoamento da produção da freguesia, pois ao relatar que os moradores vivem “de todo o comércio de gêneros oriundos de seus estabelecimentos” manifesta a ideia da venda de artigos produzidos nessas residências.

Diversos podem ter sido os destinos dessa produção, podendo ter variado entre mercados regionais, para abastecimento de contingentes militares nas regiões de fronteira e para a exportação para outras regiões coloniais. Para medir a participação dessa produção na exportação podem-se consultar os mapas de colheita da década de 170, porém as informações são poucas e pouco precisas.

A Relação de moradores não permite conhecer o que os produtores de Taquary cultivavam em suas lavouras e nem qual era a real dimensão da participação pecuária na obtenção dos meios de sustento dessas unidades, para isso são necessárias pesquisas futuras em outros tipos de fontes do período. No entanto, como é possível verificar na Relação de Moradores todos os chefes de domicilio residentes em Taquari alegam empregar-se nas lavouras. Portanto, a prática da agricultura foi a atividade produtiva predominante na freguesia ao final do século XVIII.

Conclusão

A criação da freguesia de Taquary em 1770, por planejamento e ordem do governador Marcelino de Figueiredo, auferiu reflexos de influência de um cenário de disputas interimperiais das Coroas ibéricas na América, no qual o povoamento e a inserção econômica dos habitantes apresentaram-se como uma política de demarcação e expansão territorial portuguesa.

Os habitantes primeiros da freguesia fizeram uso da estratégia de invocação de uma identidade açoriana na obtenção dos lotes de terra demarcados por ordem do governador José Marcelino. Esses foram concedidos e demarcados em 1770 e dispôs à região a categoria de segunda freguesia do Rio Grande de São Pedro. A estrutura agrária de Taquari ao final do século XVIII foi marcadamente estável da região possibilitou três formas básicas de acesso á terra, via propriedade de condição legal, posseiros sem registros e o viver em terras alheias.

Os moradores da freguesia eram pequenos produtores que adquiriam sustento para suas unidades domésticas através de uma economia mista de cultivo de lavouras e modesta criação de animais. Todos os declarantes informaram se ocupar do cultivo de lavouras, ainda que quase todos possuíssem criações de animais e alguns se declararem também criadores desses, aponta-se que a principal atividade desenvolvida na freguesia de Taqaury foi a prática da agricultura.

Fontes consultadas

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul - (AHRS)

- *Relação de Moradores que tem campos e Animais no Continente* - Borradores, Códice 1198:

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro - (ANRJ)

- *Relação de moradores que têm campos e animais no Continente do Rio Grande de São Pedro, 1784*, Códice 104.

Referências bibliográficas

BARROSO, Véra, L, M. **Açorianos no Brasil: História, Memória, Genealogia e Historiografia**. EST: Porto Alegre, 2002.

FARINATTI, Luís A. **Confins Meridionais: Famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865)**. Santa Maria: Editora da UFSM, 2010.

GOMES, Luciano C. **Uma cidade negra: escravidão, estrutura e econômico-demográfica e diferenciação social na formação de Porto Alegre, 1772 – 1802**. Dissertação de mestrado, PPG-HISTÓRIA UFRGS, 2012.

HAMEISTER, Martha D. Notas sobre a construção de uma "identidade açoriana" na colonização do sul do Brasil ao século XVIII. **Anos 90.** Porto Alegre, v. 12, n. 21/22, p.53-101, jan./dez. 2005.

KÜHN, Fábio**. Gente de Fronteira: Família e Poder no Continente do Rio Grande (Campos de Viamão, 1720-1800).** São Leopoldo: Oikos, 2014.

LINHARES, Maria, Y. SILVA, Francisco. C. T. **História da Agricultura Brasileira: combates e controvérsias**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1981.

MACHADO, Cacilda. **A trama das vontades: negros e pardos na produção da hierarquia social do Brasil escravista.** Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

MATTOS, Hebe M. **Ao sul da História: lavradores pobres na crise do trabalho escravo**. 2ª ed, Rio de Janeiro: editora FGV, Faperj, 2009.

MORAES, Inés. POLLERO, Raquel. Formas familiares y estructura ocupacional em la granaderia uruguaya pre-moderna: un estudio de caso. In: **XIII International Economic History Congres**.(Notas de pesquisa) Buenos Aires: 2002.

OSÓRIO, Helen. **O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

_____Apropriação da terra no Rio Grande de São Pedro e a formação do espaço platino. Dissertação de Mestrado. Curso de pós-graduação em História UFRGS, 1990.

INVENTÁRIO HISTÓRICO DA COLEÇÃO LEOPOLDO GOTUZZO: INSTRUMENTO DE RECUPERAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Joana Soster Lizott[45]

O trabalho aqui apresentado trata do inventário, com suas práticas, métodos e resultados, realizado no Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo (MALG), na coleção de seu patrono, o pintor pelotense Leopoldo Gotuzzo (1887-1983).

Sendo parte de um trabalho de conclusão de curso do bacharelado em História, se insere na discussão acerca do gerenciamento de acervos, principalmente no tocante a suas formas de classificação e organização de coleções museológicas, estando relacionado à proposta do Laboratório de Política e Imagem (ICH-UFPEL). Nesse sentido, discorre acerca dos mecanismos de classificação e recuperação da informação adotados, sendo o inventário o produto que une os procedimentos utilizados em torno do objetivo de permitir um maior acesso e divulgação da coleção Leopoldo Gotuzzo. Foi elaborado e desenvolvido durante os anos de 2014 e 2015, a partir de uma avaliação institucional, que definiu a necessidade de um sistema de documentação que atendesse às demandas do museu, preenchendo lacunas de informação, conferindo o possível desaparecimento de itens e a rápida recuperação das informações.

O MALG, além das obras do pintor Leopoldo Gotuzzo, possui outras três coleções oriundas da Escola de Belas Artes de Pelotas (EBA), possuindo uma profunda ligação com essa instituição extinta[46]. Com o tempo o museu foi adquirindo novas obras de arte, sendo que atualmente, o acervo é dividido em sete coleções[47] . A coleção Leopoldo Gotuzzo, além de ser relativa ao patrono do museu, também é a mais requisitada para exposições e pesquisas. Possuí uma grande variedade de tipologias de itens, que vão além das obras do artista, contando com documentos, fotografias e objetos pessoais.

A gestão de acervos é uma temática que vem sendo cada vez mais discutida nos meios acadêmicos, elencando os museus como instituições voltadas para a informação, assim como arquivos e bibliotecas. Nesse contexto, considera-se que o tratamento da informação e a pesquisa dos acervos é fundamental para a criação e apropriação do conhecimento pelo público. Assim, esse trabalho também se insere nesse debate, focando nos desafios da organização e

---

[45] Joana Soster Lizott, Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Bacharel em Museologia (UFPEL) e acadêmica do curso de Bacharelado em História, orientada pela Prof. Elisabete Leal, joanalizott@gmail.com
[46] A EBA foi incorporada à UFPel em 1973.
[47] Coleção Escola de Belas Artes, Coleção Faustino Trápaga, Coleção João Gomes de Mello, Coleção Luiz Carlos Lessa Vinholes, Coleção Século XX e Coleção Século XXI.

pesquisa dos dados do acervo, inserido em um contexto institucional com uma trajetória de quase trinta anos e diferentes tratamentos utilizados em seu acervo.

Os procedimentos metodológicos adotados para o inventario foram fundamentados nas diretrizes do Conselho Internacional de Museus (ICOM) - Comitê Internacional de Documentação (CIDOC), divisão de documentação, e do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), bem como o projeto de inventário implantado no Museu Mineiro e no Museu Nacional de Belas Artes.

Bases para construção do inventário

O inventário museológico é um mecanismo básico e inicial de organização do acervo. É considerado um dos produtos resultantes da atividade de documentação em museus, assim como o livro de registro, catálogos, etiquetas, índices, etc. (Yassuda, 2009, p.24). Pode ser definido sinteticamente como um levantamento numerado de todos os bens culturais que fazem parte de um museu, abrangendo seu registro, identificação e classificação (Camargo-Moro, 1986; Padilha, 2014). Quando devidamente registrado, serve de comprovação e permite a continuidade do trabalho por outros profissionais, contribuindo para o conhecimento geral e segurança do acervo (Padilha, 2014, p.41).

Ao ser incorporado ao museu, o objeto necessita passar por diversas etapas dentro do museu para que possa gerar informação, sendo fonte da mesma, tendo seus meios de transmissão construídos com a documentação (Yassuda, 2009, p.45). Nesse sentido, o registro da informação permite a sua comunicação, seu acesso e democratização. A ausência e desorganização das informações do acervo são fatores que atingem o museu como um todo, limitando seus objetos ao aspecto visual, não permitindo uma relação de diálogo com seus usuários e "reduz sua função social e cultural dentro de uma comunidade", como explica Padilha (2014, p.38).

Contudo, a padronização dessas ações nos museus é um tanto complicada, devido a grande variedade de acervos, muitas vezes com diversas tipologias em uma mesma instituição. Nesse sentido, o Comitê Internacional de Documentação (CIDOC) do ICOM se destina a estudos relativos a documentação de museus. Entre eles, a "Declaração de Princípios de Documentação em Museus", que apresenta alguns critérios básicos para orientar a documentação de acordo com o Código de Ética do ICOM (CIDOC-ICOM, 2013, p.11).

No Brasil, tem-se, desde o Estatuto de Museus (Lei nº11904/2009) e o Decreto Presidencial que o regulamenta (nº 8124, de 17 de outubro de 2013), a instituição da obrigatoriedade dos museus manterem sua documentação sistematicamente atualizada de forma compatível com o Inventário Nacional de Bens Culturais Musealizados (INBCM). Em duas resoluções[48], o Instituto Brasileiro de Museus normatiza como os museus devem proceder ao informar sobre seus bens no INBCM. Tais normas foram utilizadas na elaboração dos mecanismos do inventário.

Tendo em vista essas diretrizes, passou-se a elaboração do inventário propriamente dito. O ponto de partida para o gerenciamento do acervo foi uma avaliação da instituição, desenvolvida durante o ano de 2014. Tal etapa visava não apenas a gestão do acervo do museu, o estado da documentação, as condições nas quais o acervo se encontrava, mas sim o museu como um todo. Isso porque, o entendimento da gestão de recursos humanos e de políticas institucionais, o espaço físico, o programa de exposições, a seleção do acervo, o público e as formas de contato com ele, também eram elementos fundamentais para a elaboração de um sistema de documentação eficiente. As decisões e caminhos seguidos quanto ao gerenciamento do acervo teriam impacto em todos os outros setores da instituição e vice-versa.

Enfim, essa avaliação permitiu estabelecer as necessidades e potencialidades institucionais, bem como estabelecer os limites de recursos e de atuação. Foram avaliados aspectos institucionais, o espaço físico e instalações, o acesso ao museu e suas coleções, a segurança, as exposições, o público, as atividades educativas e a pesquisa. Quanto ao acervo, foi realizada uma avaliação detalhada de gestão e controle, armazenamento e conservação, da documentação museológica, manutenção, manuseio e uso. Toda a equipe do museu e uma amostragem de visitantes também foi incluída na pesquisa.

Concluiu-se que as principais dificuldades que deveriam ser levadas em conta se referiam ao orçamento reduzido, às limitações estruturais da edificação e a grande desatualização e fragmentação da documentação do acervo. Por outro lado, o museu possuía uma equipe comprometida, de servidores mais antigos na instituição e também com profissionais da área, além de possibilidade de parcerias com vários cursos de graduação e pós-graduação, bem como já possuía uma organização interna, garantida pelo Regimento Interno, que permitia a ação em equipe em torno da gestão do acervo.

Os problemas causados pela documentação se refletiam principalmente nas questões de segurança, pois não havia um quantitativo nem panorama controlado de seu estado de

[48] São as seguintes: Resolução normativa nº1 de 31 de Julho de 2014 e nº2 de 29 de agosto de 2014.

conservação dos itens do acervo, e quanto a recuperação da informação, pois os dados sobre o acervo dependiam de busca manual, ou então de servidores mais antigos no museu.

Entendeu-se assim, que as medidas mais urgentes no gerenciamento do acervo eram a organização do espaço para trabalho com o mesmo e da reserva técnica, a reunião e organização da documentação anterior do acervo, o levantamento do quantitativo de itens e da procedência dos mesmos e a facilitação do acesso às informações dos itens pelos usuários. A partir de então, o trabalho foi pensado a partir de duas frentes, realizadas de forma concomitante, conforme a disponibilidade de recursos humanos, espaço físico e equipamentos. A primeira delas foi no sentido de otimizar o espaço de trabalho, da reserva técnica e a documentação anterior do acervo. A outra frente se refere à elaboração dos mecanismos para a organização, armazenamento e disponibilização das informações do acervo.

Mecanismos de registro e organização da informação

O inventário foi desenvolvido a partir da organização e agrupamento das informações disponíveis e posteriormente com o registro e normatização das mesmas. Para tal, foram desenvolvidos alguns mecanismos, como a ficha e a planilha de inventário, as relações ou listagens auxiliares, a padronização das imagens da coleção, e os padrões de classificação.

Inicialmente, a busca e união de documentos referentes aos itens do acervo demandaram um certo tempo, pois os mesmos abrangeram um período desde 1949 até 2014, ano que começou o trabalho atual. Isso porque, o MALG tem sua história profundamente ligada à Escola de Belas Artes de Pelotas, na qual as coleções atuais começaram a ser formadas, incluindo a de Leopoldo Gotuzzo, que era patrono da escola. Esses documentos deveriam abranger ainda o período no qual a coleção foi incorporada pela UFPEL, em 1973, as aquisições a partir de então, e os processos pelos quais o acervo passou no contexto do Projeto Pinacoteca e seu Atelier de Restauro, que vieram a dar origem ao MALG em 1986. Além, é claro, de toda a documentação desde a fundação do museu até hoje. Foram encontradas diversas fichas catalográficas, de restauro, listas manuscritas e oficiais, além de diversas anotações e fotografias das obras.

Essa documentação foi organizada fisicamente, reunindo todas as fichas referentes a um mesmo item e identificando nas listagens os itens de acordo com a numeração mais recente. Também foi sistematizada em algumas listagens chamadas aqui de recursos auxiliares. Os termos de doação foram listados relacionando doador, data e item doado. O mesmo foi feito

com as atas da comissão que avalia as aquisições. Isso, somado a identificação dos itens nas listagens mais antigas permitiu que se determinasse a procedência da maior parte do acervo.

Após essa organização inicial, partiu-se para a elaboração de mecanismos que unissem a informação da documentação antiga e permitissem a complementação de dados faltantes, de forma que o acesso aos mesmos fosse feito de forma simples e rápida. Assim, o conjunto de mecanismos elaborado compõem-se de três grandes elementos: a ficha de inventário, a planilha de inventário e os recursos normativos.

A ficha de inventário foi pensada de forma que fosse aplicável a todo o acervo diverso da coleção. Os campos foram determinados em função das necessidades do MALG, com categorias que facilitam a busca de informações especificas, voltadas para a curadoria e que levam em conta as já referidas resoluções normativas do Instituto Brasileiro de Museus e as diretrizes do ICOM. Optou-se por um modelo simples e básico, com campos mais gerais que permitissem a união preliminar das informações já adquiridas e uma maior rapidez nos resultados.

As fichas são preenchidas em arquivos no formato “doc”, para edição constante, e também são impressas, às quais é acrescentada ainda uma detalhada Ficha de Diagnóstico de Conservação e Restauro, de uso exclusivo do conservador-restaurador do MALG. Nos arquivos no computador, seguem a ordem numérica do inventário, separadas em arquivos diferentes de acordo com a coleção e tipologia. No caso da coleção Leopoldo Gotuzzo são cinco arquivos: obras, fotografias, documentos, livros e objetos.

A planilha de inventário é desenvolvida em formato “xls”, concentrando toda a informação das fichas de inventário. Contudo, todas as coleções e tipologias são colocadas na mesma planilha. A necessidade desse recurso se deve ao caráter engessado das fichas de inventário, que exigem um conhecimento prévio do acervo para efetuar a busca. O formato em planilha permite que a informação seja encontrada mais rapidamente e que seja comparada ou confrontada com dados de outros itens e coleções. Seu padrão de preenchimento é o mesmo das fichas de inventário.

Para o preenchimento da ficha e da planilha, foi elaborado um modelo explicativo, indicando os padrões a serem seguidos em cada campo. Assim, foram definidos padrões para datas, nomes próprios e dimensões. Para os campos relativos à classificação do acervo foram elaborados os recursos normativos: Esquema Classificatório do Acervo, Classificação Técnica e a Classificação Temática. Quanto a descrição dos itens, foi elaborado padrão para cada tipo de acervo. Como a coleção estava sendo fotografada, foram estabelecidos padrões para tal.

O Esquema Classificatório serve para classificar a coleção de acordo com o tipo de acervo, a partir do modelo aplicado no Museu Mineiro (CÂNDIDO, 2006, p.36-39), com as necessárias adaptações. O padrão de classificação escolhido foi entendido com o que melhor abrangeria a variedade do acervo, e por ser próximo do Thesaurus para Acervos Museológicos.

A classificação Técnica é uma listagem com as nomenclaturas a serem utilizadas para se referir à técnica artística utilizada. Foi baseada no "Glossário de Técnicas Artísticas da UFRGS", disponível online e no Manual de Catalogação de pinturas, desenhos e gravuras, do Museu Nacional de Belas Artes. Por fim, a classificação temática, aplicada apenas ao acervo pictórico, divide a coleção de acordo com o tema abordado. Foi desenvolvida a partir de um manual do Instituto Colombiano de Cultura (GÓMEZ DE CHÁVES, 1991, p.18-21), mas adaptadas ao acervo do MALG. A opção por uma classificação temática das obras da coleção veio para responder a demanda dos curadores, que solicitavam obras por temática artística para as exposições. Ademais, facilita estudos sobre o trabalho do pintor e suas características, indicando preferencias.

Outro ponto importante foi a geração de imagens do acervo. As pinturas e desenhos possuíam fotografias dos anos 1980 e 1990, mas não havia material digital, uma demanda que surgiu nos últimos anos. Assim, em um trabalho conjunto com o conservador-restaurador e o bolsista de fotografia do MALG, foram estabelecidas convenções para reprodução e armazenamento das reproduções do acervo. Nesse processo, todas as obras da coleção foram fotografadas em alta qualidade, resultando em pelo menos quatro imagens diferentes de cada obra, sendo duas para uso interno do museu: uma imagem total da obra de frente com o número de inventário e escala aparecendo e imagem total do verso da obra com número de inventário e escala aparecendo, e outras duas que permitem a divulgação ao público e utilização em publicações etc: uma com moldura e outra sem. Os objetos e outros itens tridimensionais podem variar na quantidade de imagens, pois é fotografada cada face do mesmo, tendo uma imagem de frente disponível para divulgação. Documentos e fotografias estão em processo de digitalização.

Por fim, foram inventariados, entre obras de arte, objetos, documentos, fotografias e livros que compõem a coleção, setecentos itens, sendo 144 obras, 59 livros, 144 objetos, 185 documentos e 168 fotografias. Além disso, foi determinada a procedência de quase toda a coleção.

Foi elaborado ainda um sistema de atualização e correção do inventário, que ocorre anualmente, configurado no relatório da coleção. Nesse são acrescentadas as novas aquisições

e possíveis novas descobertas por algum documento que foi localizado posteriormente. Esse relatório é acompanhado por um "Guia da Documentação Museológica do MALG", no qual estão elencadas as orientações de preenchimento e consulta do inventário, bem como dados gerais da coleção de forma resumida.

Para facilitar o acesso, foram preparados catálogos simples, com informações mais solicitadas de cada item, como fichas sintetizadas, em formato PDF, que é facilmente compartilhado. Esse sistema vem sendo testado com curadores e pesquisadores.

Assim, o inventário da coleção tem se revelado um instrumento importante para o museu e tem conseguido atingir as demandas para as quais foi pensado. Percebeu-se as potencialidades que a informação devidamente organizada proporciona, permitindo a abordagem de novos temas e trazendo mais clareza para as exposições e pesquisas.

Referências Bibliográficas

CAMARGO-MORO, F. de. **Museu: aquisição/documentação**. Rio de Janeiro: Eça, 1986.

CÂNDIDO, M. I. Documentação Museológica. In**: IPHAN/DEMU. Caderno de Diretrizes Museológicas**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/ Superintendência de Museus, 2006.

CÂNDIDO, Manuelina. M. D. **Gestão de Museus, um Desafio Contemporâneo: Diagnóstico Museológico e Planejamento**. Porto Alegre: Mediatriz, 2013.

COMITÊ INTERNACIONAL DE DOCUMENTAÇÃO (CONSELHO INTERNACIONAL DE MSUEUS). **Declaração dos princípios da documentação em museus**. São Paulo. Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo; Associação de Amigos do Museu do Café; Pinacoteca do Estado de São Paulo, 2014.

DESVALLÉES, A. e MAIRESSE, F. Objeto (de museu) ou museália. In: DESVALLÉES, A. e MAIRESSE, F. **Conceitos-chave de museologia**. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 2014.

FABBRI, Angelica [et al.]. **Documentação e conservação de acervos museológicos: diretrizes. Brodowiski: Associação Cultural de Amigos do Museu Casa de Portinari**. São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura de São Paulo, 2010.

FERREZ, Helena Dodd e PEIXOTO, Maria Elizabete Santos. **Manual de Catalogação de pinturas, desenhos e gravuras.** Rio de Janeiro: Museu Nacional de Belas Artes, 1995.

GÓMEZ DE CHÁVES, M. I. e BOTERO DE ANGEL, M. **Bienes Culturales Muebles – Manual para Inventario**. Editorial Escala: Bogotá, 1991.

PADILHA, Renata C. **Documentação Museológica e Gestão de Acervo**. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 2014.

YASSUDA, S. N. **Documentação Museológica: uma reflexão sobre o tratamento descritivo do objeto no Museu Paulista**. 2009. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista.

ACERVOS ESCOLARES EM SÃO LOURENÇO DO SUL- RS (1930-2000): PRESERVAÇÃO E PESQUISA

Venine Oliveira dos Santos[49]
Patrícia Weiduschadt[50]

Introdução

O presente trabalho justifica-se pela valorização da cultura local nos espaços educativos das áreas rurais situadas na Serra dos Tapes, no município de São Lourenço do Sul e a divulgação e reconhecimento da importância dos acervos escolares municipais. O foco no trato com os acervos recai sobre o processo de criação de um banco de dados a partir da documentação escolar das extintas escolas multisseriadas de São Lourenço do Sul. Reconhece-se a escola como um local ideal para desenvolver e valorizar a cultura local, neste caso o do camponês. Os acervos das escolas rurais podendo estar mais sujeitos a perdas e destruição, prioriza-se a organização e tratamento de acervos de escolas localizadas na zona rural, sendo inicialmente investigadas as escolas relacionadas a grupos de imigração alemã pomerana, que em sua maioria foram escolas comunitárias religiosas luteranas[51]. Através do projeto organizado pelo grupo de pesquisa CEIHE (Centro de Estudos Investigativos em História da Educação) busca-se organizar e realizar o tratamento dos acervos encontrados, sistematizando e mapeando a educação do\no campo a fim de disponibilizar fontes para as pesquisas para um melhor entendimento do processo histórico da escolarização.

Será apresentado o acervo escolar localizado na Secretaria de Educação de São Lourenço do Sul, descrevendo sua organização de espaço e o processo de interação na construção do banco de dados das sete escolas multisseriadas que foram digitalizadas e especificamente será abordado a construção inicial do banco de dados. Será apresentada a relação dos documentos manipulados, ressaltando a importância da preservação dos acervos para o estudo da História da Educação. Também serão abordada s as possibilidades de pesquisa no acervo do Museu Histórico de São Lourenço do Sul através dos relatórios e demais documentações, pois lá se encontram vários arquivos do início do século passado e que possibilitam uma contextualização

[49] Universidade Federal de Pelotas / CEIHE. E-mail: ve.nine@hotmail.com.
[50] Universidade Federal de Pelotas / CEIHE. E-mail: prweidus@gmail.com.
[51]No município de São Lourenço do Sul, o processo imigratório ocorreu na Serra dos Tapes, a escolarização nos espaços colonizados por imigrantes se deu por meio da relação da igreja com a escol. Foi escolhido os arquivos de escolas que formaram a escola municipal Martinho Lutero por já se ter trabalho em projeto de extensão na formação de professores.

da educação nos primeiros anos do município de São Lourenço do Sul, naquele tempo denominada Villa de São Lourenço.

Acervo da Secretaria de Educação de São Lourenço do Sul

Localizado na secretaria, o acervo está distribuído em quatro armários, divididos em duas salas. Esta divisão se deu em dois armários, sendo um a continuação do outro, onde se encontram pastas arquivo, que armazenam cerca de 110 escolas, composto em sua maioria de fichas de rendimento e fichas de resultados finais. Ainda na mesma sala, no outro armário ficam os documentos mais antigos, como livros de matricula, livros de registro, etc. Esses documentos são em sua maioria de escolas que já estão desativadas, ou que há muito tempo trocaram de nome. E por último, no armário localizado em outra sala, ficam documentos mais recentes em sua maioria de caráter burocrático e bastante variado.

Essa documentação é caracterizada pela escrituração escolar. No contexto educacional brasileiro no século XIX, sabemos que as escolas eram em sua maioria escolas isoladas geridas por um único professor, o qual possuía a tarefa de preenchimento dos documentos escolares. No século XX há uma maior racionalização em torno das práticas escolares, o que levou a uma variação das formas de registros e também a inclusão de práticas, e devido o aumento das escolas seriadas, também cresce as tarefas de escrituração, distribuída entre os diferentes trabalhadores do ensino conforme surge a necessidade de especialização das funções desempenhadas e da ampliação do controle sobre a prática docente. (GIL e HAWAT, 2015 p.22) Portanto, esses documentos apresentam grande importância para a História da Educação devido às possibilidades de compreensão a respeito da cultura escolar dessas instituições, que pode ser entendida como o conjunto de normas e práticas institucionalizadas na escola (JULIA, 2001), ou como ainda como normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (FILHO, et al, 2004). A digitalização e construção de um banco de dados são vistos como um fator importante, pois proporcionam universalização e a facilidade ao acesso a esses documentos, o que se deve a criação de sua versão digital.

Tratando-se da historiografia na área da História da Educação, o estudo da cultura escolar iniciou há poucas décadas e por sua relevância essa temática tornou-se um dos objetos mais significativos em escala quantitativa nessa área. O termo “cultura escolar” abrangendo inúmeros objetos que podem ser analisados pela História da Educação (OLIVEIRA, 2014),

assim proporcionando o estudo voltado para as particularidades das instituições, fugindo de uma visão geral das instituições escolares.

Banco de dados

A escrituração escolar localizada na Secretaria de Educação foi fotografada em visitas semanais, e após descarregadas no computador, as fotos foram separadas em pastas conforme a documentação de cada escola, o próximo passo foi identificar o tipo de arquivo que cada escola possuía, após foi separado por pastas. Muitos dos documentos apresentam-se repetidos em várias escolas, sendo em sua maioria, para preenchimento dos campos específicos em detalhes, sendo estes documentos solicitados/destinados geralmente, à Prefeitura Municipal. Porém, não é difícil encontrar as mesmas tabelas improvisadas em cadernos com o mesmo modelo para registros de atas. Os documentos foram separados por pastas conforme seu caráter, logo foi feita a classificação das fotos. Grande parte dessa escrituração escolar apresenta modelos, senão parecidos, idênticos. Sendo o mesmo modelo para registros de atas, e ainda que apresentem certas similaridades, também há diferentes ocorrências entre as escolas, onde algumas apresentam documentos únicos. As imagens foram ajustadas, os arquivos renomeados com o nome de registro e levando legenda por tipo de arquivo e escola, definida com as iniciais dos documentos e instituições.

A próxima etapa do trabalho consistiu na classificação e categorização da documentação em tabelas. A construção foi concluída em Outubro de 2016 e as tabelas convertidas para PDF, o próximo passo é converter a documentação digitalizada. Para a elaboração do banco de dados, utilizamos os conceitos de análise de Kuhlmann Jr. e Fernandes (2014), em que as características do documento devem ser respeitadas e deve-se utilizar campos de registro como instrumentos. Posteriormente, os arquivos serão depositados num software especifico, dando então forma ao banco de dados.

Resultados e pesquisa

Nesse primeiro momento, encontrando certos critérios de organização já pré-estabelecidos no momento do contato com a secretaria, buscamos respostas para pensarmos o que motivou a organização. Depois de concluir a parte da digitalização, entramos em contato com uma antiga Secretária das Escolas Municipais, a professora Paula Maria Passos, pessoa

que poderia nos explicar melhor esse processo. Disse-nos que a organização ia sendo feita conforme a rotatividade de funcionárias e também de trocas de experiências entre elas, e que hoje se tem certa organização cronológica e alfabética pelo fato de facilitar o trabalho quando necessário atender a demanda da comunidade, como emissão de atestado, por exemplo. Falou também que somente nos últimos anos passou a se ter maior preocupação por parte da Administração Pública, revelando que houve a oferta de um curso de dois dias por parte da administração municipal para dar algumas recomendações, citando-nos o exemplo dos livros de matrícula, que são livros que nunca devem ser descartados.

Até então, foi recolhido o material das escolas Anita Garibaldi(AG) Gustavo Barroso (GB), Guilherme A. B Kruger (GK), General Osório (GO), Marechal Hermes (MH), Marcílio Dias (MD), Oscar Westendorff (OW), Oswaldo Cruz (OC), Santo Antônio (SA), onde pode-se identificar 38 tipos de documentos diversos. Para melhor compreensão, é apresentada a sistematização da tipologia de arquivos encontrados.

Tabela 1-Mapeamento dos arquivos por número de documentos e tipo de documentos.

TIPO DE ARQUIVO	Nº DE DOCUMENTOS	TOTAL (EM PÁGINAS)	LEGENDA DAS ESCOLAS
ABAIXO ASSINADO	2	4	GK, MH
ALUNOS APROVADOS	1	4	GO
AMPLIAÇÃO/INSTALAÇÃO SANITÁRIA	1	6	GB
ATA	1	4	OC
LIVRO ATA DE EXAME FINAL	1	33	OW
ATA DE RESULTADOS FINAIS	197	1.109	A, GB, GO, GK, MD, MH, OW, SA
ATESTADO	4	4	OW
ATO	8	14	GB, GO, MD, MH
BIOGRAFIA	8	10	A, GB, GO, GK, MD, MH, OW, OC
BOLETIM	4	8	OW

CADASTRO DA ESCOLA	20	20	GB, GK, MD, MH, OW, OC, SA,
CENSO ESCOLAR	34	391	A, GB, GK, MD, MH, OW, OC
CONVITE	1	1	MH
DECRETO	7	15	A, GB, MD,MH, OW, OC
DOAÇÃO	1	1	GO
FICHA DE ESCOLA MUNICIPAL	9	16	A, GO, MD, MH, OW, OC, SA
FICHA DE PRÉDIO ESCOLAR	7	7	A, GK, MD, MH, OW, OC, SA
FICHA DE RENDIMENTO ESCOLAR	58	243	A, GB, GO, MD, MH, OW, OC, SA
FICHA DIAGNÓSTICO DA ESCOLA	8	40	A, GB, GO, MD, MH, OW, OC, SA
GUIA DE TRANFERÊNCIA	1	1	OW
HISTÓRICO ESCOLAR	47	81	GB, GO, GK, MH, OC
LISTA DE CLASSIFICAÇÃO	1	16	AS
LIVRO DE ATAS	1	9	OW
LIVRO DE ATAS DOS EXAMES FINAIS	1	33	OW
LIVRO DE CHAMADA	3	106	GO, OC, OW
LIVRO DE FREQUENCIA	3	60	GO, OW
LIVRO DE FREQUENCIA ESCOLAR	2	141	A, OC, AS
LIVRO DE MATRÍCULA	7	383	GO, OW, OC, AS
MATRÍCULA, FREQUENCIA E APARELHAMENTO ESCOLAR	2	128	GO, AS
MEMORANDO	1	2	GB

PORTARIA	14	21	GB, GK, MD, MH, OW, OC, SA
PROCESSO REGISTRO DA FREQUÊNCIA DIÁRIA	1 4	2 309	A OW
REGISTRO DE IMÓVEIS	1	3	MH
RESULTADOS FINAIS TERMO DE ABERTURA	1 1	2 1	GB OC
TERMO DE AUTORIZAÇÃO	3	6	AS
TERMO DE ENTREGA	1	1	OC

Fonte: elaboração dos dados pela autora a partir do material do acervo digitalizado.

Muitos desses documentos apresentam modelos, senão parecidos, idênticos. Sendo em sua maioria tabelas, para o registro da frequência e para as notas finais dos alunos. Quando usados para esses registros, também apresentam modelos de preenchimento muito parecidos. A digitalização e construção de um banco de dados proporcionam a universalização e a facilidade ao acesso a esses documentos, podendo facilitar a caracterização e análise dos dados. Podemos identificar inúmeros documentos, alguns da década de 1940 e 1960, havendo também documentos mais recentes entre 1970-2000 que são destacados em grande parte, livro de atas, documentos que trazem dados específicos, como censo escolar, fichas de rendimento, históricos escolares, documentos de caráter mais burocrático. Sendo mais numerosos o número de recorrências para as atas de resultados finais, ficha de rendimento escolar, livro de matrícula e censo escolar, que eram formas dos órgãos governamentais acompanharem o desenvolvimento da escola e a quantidade de alunos matriculados. Essa documentação traz não somente as notas e o seu desempenho nas disciplinas ministradas, mas constam as informações detalhadas das mães e pais dos alunos, sendo possível avaliar os alunos, os professores que preenchiam a escrituração e a própria família que também representam grande importância dentro do contexto histórico da escolarização no Brasil.

No material mapeado até então, a maioria da escrituração escolar apresenta datações a partir dos anos 1940-50. Mais precisamente, a partir de 1939. Para contextualizar melhor a formação dessa documentação recorremos a documentação também do Museu Histórico de São Lourenço do Sul (MHSLS) em que há a possibilidade de estudarmos períodos anteriores,

através de relatórios e demais documentações, pois lá se encontram vários arquivos do início do século passado. O acervo do MHSLS possui uma vasta documentação inexplorada, proporcionando variados estudos, não somente na área da Educação, mas em vários setores de formação da cidade. Em 2014/2015, durante um estágio, deu-se sequência a digitalização dos relatórios municipais de anos anteriores, todos os documentos digitalizados foram disponibilizados online.[52]

Possibilidades de pesquisa e acervos

No arquivo histórico municipal, localizado no Museu Histórico de São Loureço do Sul, podemos encontrar os relatórios municipais, além dos códigos tributários, estão disponíveis as leis orgânicas e as leis de orçamento. Esses arquivos foram digitalizados e estão disponíveis online. Porém, há dois armários com os documentos dos mais diversos caráteres com possibilidades de pesquisa.

Existem relatórios ricos em informações do período que não há escrituração escolar. Os relatórios de 1915, 1929, 1939 e 1941 apresentam além dos nomes dos professores, as localidades e distritos e o número de aulas ministradas, bem como a quantidades de meninos e meninas matriculados organizados em tabelas. Assim como a criação de um banco de dados a partir da escrituração escolar, assinala-se a importância da preservação de acervos municipais, que permitem mapear e estudar os processos históricos acerca da educação, colaborando para a difusão e divulgação dos acervos e do conhecimento. Isso permite estudar a relação da educação no contexto de formação da cidade nas suas características mais particulares.

Aqui apenas serão discorridas brevemente o que nos traz registrado esses relatórios, a fim de reafirmar seu potencial como fonte de pesquisa. Em 1915, um dado publicado interessante é o número populacional. Consta o número da população de habitantes que era de 30.963,00. Também constam os atos que possibilitam ver o número de escolas criadas oficializadas, bem como a contratação e exoneração de professores, apresentando várias tabelas trazendo o número de alunos, deste relatório, podemos destacar que dentre as escolas primárias, seguiam funcionando 25 particulares, 14 com subsídio do Estado e cinco propriamente estaduais. Esse relatório é bem interessante. É extenso e traz vários dados que podem ser

[52]Estágio não-obrigatório realizado no MHSLS pela autora em 2014-2015. Deu-se sequência a digitalização de fotos e documentos, disponibilizando OneDrive visando a difusão e pesquisa no acervo digitalizado.

problematizados e analisados, possibilita-nos saber como se encontrava a situação da villa na segunda década do século XX, porém trata pouco sobre a zona rural. O segundo relatório a ser observado é o de 1929. Aqui não faltam informações sobre as populações escolares. Esse documento apresenta 20 tabelas constando informações: aulas separadas com distritos, turma dos professores, número de alunas e alunos. Sobre as populações gerais, mencionam as aulas ministradas em cada distrito, constando nome dos professores, seus vencimentos e dos funcionários. É um rico documento em questões de informação. O relatório de 1929 traz várias despesas, de vários setores da cidade, o valor pago aos funcionários das escolas subvencionadas pelo estado e para os da instrução pública, uma extensa lista com os nomes dos funcionários e professores.

Em 1939 o modelo de relatório é diferente, bem mais descritivo. Demonstra preocupação na habilitação de professores, provendo cursos de aperfeiçoamento. Cerca de 15% da renda bruta do município é investida no ensino primário, porém revela que devido a uma "deficiência antiga" o ensino não é satisfatório e não apresenta os resultados esperados. Pois "*há um grande número de zonas coloniais de origem estrangeira e trabalhadores nacionais*" (Relatório de 1939, p.7). Não apresenta número de aulas, é dividido entre escolas públicas, municipais e particulares. Conforme o relatório estima-se que em 1939 dentre as escolas Estaduais, sendo Grupos Escolares e Escolas Isoladas e dentre as escolas Municipais, sendo Escolas Isoladas e aulas Particulares, totalizava 1341 meninos 1094 meninas, sendo 2435 alunos e alunas ao todo. O modelo do relatório de 1941 é mais descritivo ainda, possui perspectiva bastante nacionalista, as escolas municipais se distribuem entre as zonas agrícolas, onde consta no relatório que nesta zona, a maioria dos alunos possuía origens ou culturas estrangeiras, e na zona pastoril, habitavam os "*incompreendidos caboclos*" que sempre tiveram "*sua educação mais descuidada*" do que os da zona agrícola. O ensino cívico ocupa grande destaque, a fim de despertar "*amor a pátria*", fazendo com que "*mostrem aos seus pais, antes esquecidos, a necessidade do culto das virtudes cívicas*" (Relatório, 1941, p.17). Relata que possuía em funcionamento de 3 Grupos Escolares Estaduais, 2 Grupos Escolares Municipais, 2 Escolas Isoladas Estaduais, 19 Escolas Isoladas Municipais, e 32 Escolas Particulares. O relatório consta as intenções municipais, planos e estratégias de crescimento econômico.

Esses dois últimos relatórios condizem bastante com o contexto histórico. Havia tentativas de criação de identidade nacional, mais interessantes e anteriores a documentação da escrituração escolar que forma o banco de dados. Estes mostram mais resultados, "acertos e erros". Os dois primeiros são ricos em dados, mas são mais estatísticos. Permite um

mapeamento distrital, de professores, distribuição de aulas, levantamento de vários dados quantitativos. Obviamente, os quatro relatórios trazem um apanhado de toda cidade, sendo apenas 4 dos muitos documentos disponíveis.

Considerações finais

Grande parte dessa escrituração escolar apresenta modelos, senão parecidos, idênticos e foram identificados nas sete escolas. São documentos específicos, do cotidiano escolar, utilizado na administração e de forma pedagógica, resultantes do processo de sistematização da escola e que hoje contribuem para o entendimento das relações sociais pelos atores educativos (MOGARRO, 2005). Os documentos geralmente são solicitados/destinados à Prefeitura Municipal, a maioria formada por tabelas para preenchimento de dados específicos da escola e dos alunos, porém não é difícil encontrar as mesmas tabelas improvisadas em cadernos com o mesmo modelo para registros de atas. Ainda que apresentem certas similaridades, há diferentes recorrências entre as escolas, onde algumas apresentam documentos únicos. Ressaltamos nosso agradecimento a Secretaria de Educação de São Lourenço do Sul por ter salvaguardado esses arquivos, preocupar-se com as utilidades dos documentos, bem como tê-los aberto e permitido que se fosse fotografado, pesquisado e consultado livremente durante esse trabalho, possibilitando futuras análises acerca da escrituração escolar.

Os dois primeiros documentos, datados de 1915 e 1929 apresentam dados mais específicos sobre o número de escolas e o número de alunos matriculados, constando os atos de criação de aulas e exoneração/dispensa de professores. Os segundos de 1939 e 1941 já possuem caráter patriótico, trazendo os resultados das experiências do passado, como bem descrita a questão do idioma e de forma bastante descritiva. São interessantes para a pesquisa devido ao extenso número de informações que oferece, também proporcionam que se observe como a Educação vai sendo tratada pela municipalidade durante esse período.

A escrituração escolar da Secretaria de Educação e o acervo do MHSLS apresentam inúmeras possibilidades de pesquisa. Sua digitalização, criação de banco de dados e ainda a disponibilização destes documentos online contribui para a universalização do acesso, sendo uma importante ferramenta para o pesquisador, desta forma auxiliando na compreensão do processo de escolarização do município e região.

Referências Bibliográficas

FILHO, L.M.F.; GONÇALVES, I.A. VIDAL, D.F. PAULILO, A.L. A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.1, p. 139-159, jan./abr. 2004

GIL, N.L. HAWAT, J. O Tempo, a idade e a permanência na escola: Um estudo a partir dos livros de matrícula (Rio Grande Do Sul, 1895-1919) **Hist. Educ**. [Online], Porto Alegre V. 19 N. 46 Maio/Ago.,p. 19-40, 2015

KUHLMANN JR, Moysés. FERNANDES, Fabiana Silva. **Periódicos e História da Educação**: **bases de dados como recurso metodológico**. São Paulo. FCC/SEP, 2014.

MOGARRO, M.J. Arquivos e educação a construção da memória educativa. **Revista brasileira de história da educação** n° 10 jul./dez. 2005.

OLIVEIRA, Maria Augusta Martiarena. Acervos escolares e história das instituições educacionais: o caso da Escola Estadual General Osório/RS. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 15, n. 28, p. 154-174, jan./jun. 2014.

PASSOS, Paula. **Documentos da Secretaria de Educação de São Lourenço do Sul**. Escola Monsenhor Gautsch, junho, 2016. Entrevista.

RELATÓRIO, 1915. Conselho Municipal de São Lourenço, 1915.

RELATÓRIO, 1929. Município de São Lourenço do Sul, RS, 1930.

RELATÓRIO, 1939. Município de São Lourenço do Sul, RS. Gráfica EDDA, 1940.

RELATÓRIO, 1941. Município de São Lourenço do Sul, RS. Gráfica EDDA, 1942.

ENCONTRO
INTERNACIONAL
FRONTEIRAS E
IDENTIDADES

ISBN 978-859220972-8